

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



**UNIVERSIDADE
DE LISBOA**

**LETRADOS E CULTURA
LETRADA EM PORTUGAL
(SÉCS. XII E XIII)**

ARMANDO JOSÉ GOMES DO NORTE

DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA MEDIEVAL

2013

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
Alameda da Universidade
1600-214 Lisboa
Portugal

LETRADOS E CULTURA LETRADA (SÉCULOS XII-XIII)

Armando José Gomes do Norte

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor em História Medieval
(2013)

Orientador:

Professor Doutor Hermenegildo Nuno G. Fernandes
(Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

Projeto de doutoramento financiado através de uma Bolsa de Investigação concedida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/ BD/ 36420/ 2007), no âmbito do QREN - POPH - Tipologia 4.1 - Formação Avançada, comparticipado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES.



Resumo

Com a presente tese de doutoramento procurou-se estabelecer um quadro global da cultura letrada portuguesa dos séculos XII e XIII, a partir do estudo dos principais agentes culturais do período e da análise das livrarias constituídas por clérigos, a título particular, e dos núcleos bibliográficos compostos pelas mais importantes instituições monásticas e catedralícias implantadas no território.

Na primeira parte da investigação, à luz de uma perspetiva eminentemente sociológica, procedeu-se à caracterização e identificação do grupo formado pelos letrados, assente num estudo prosopográfico conduzido sobre indivíduos que exibiram o grau de mestre ou de doutor na documentação, sempre que a posse desses títulos pareceu sinalizar o contato com estudos avançado ou de tipo superior.

Na segunda parte do trabalho, procurou-se reconstituir o substrato cultural em que assentou o conhecimento desses indivíduos, através do levantamento e tratamento sistemático das obras reunidas e dos autores recenseados nos armários monásticos, catedralícios e particulares, de modo a determinar interesses intelectuais, estabelecer preferências autorais e aferir filiações ao nível das grandes correntes e sensibilidades culturais do tempo.

Palavras-chave:

História Cultural

Idade Média

Reino de Portugal

Letrados

Livrarias

Autores e *Auctoritates*

Prosopografia

Abstract

The present doctoral thesis aspires to produce a portrayal of the twelfth and thirteenth Portuguese literary culture. It was based on the study of the main cultural agents of the time and on the analysis of the libraries formed by the clerics and by the main monasteries and cathedral churches settled in the kingdom.

In the first part of the work, guided by a sociological approach, it has been attempted an identification and characterization of the group composed by the scholars supported in a prosopographic study. This study was conducted over individuals who exhibited a master or doctor degree in the sources, when those titles seemed standing for contacts with advanced studies.

In the second part of the work, it has been attempted to reenact the cultural substract of those individuals. This was based on the surveillance of the manuscripts gathered in the shelves of monastic houses, church cathedrals and clergymen, in order to understand their intellectual interests, their favorite authors and their affiliation to the main cultural trends of the time.

Key-words:

Cultural History

Middle Ages

Kingdom of Portugal

Scholars

Libraries

Authors and *Auctoritates*

Prosopography



Ilustração: The Monk Eadwine.
Iluminura em pergaminho, por miniaturista anônimo, inglês.
(ativo c. 1150 na Cantuária.)

Para os meus PAIS: o princípio da minha História;

Para a CLÁUDIA, a JÔ, a PAULA, o PAULO, o PEDRO SANTOS, o TIAGO, o VÍTOR e o ZÉ PEDRO: a melhor parte dela.

“It was the best of times, it was the worst of times, it was the age of wisdom, it was the age of foolishness, it was the epoch of belief, it was the epoch of incredulity, it was the season of Light, it was the season of Darkness, it was the spring of hope, it was the winter of despair, we had everything before us, we had nothing before us, we were all going direct to Heaven, we were all going direct the other way — in short, the period was so far like the present period, that some of its noisiest authorities insisted on its being received, for good or for evil, in the superlative degree of comparison only.”

Charles Dickens
A tale of two cities

AGRADECIMENTOS

“A pedra bate na água, formando círculos concêntricos que se estendem a horizontes abertos. O contexto, sem o qual não pode haver significado, nem compreensão, é o mundo.”

George Steiner

Errata: revisões de uma vida

Sou grato, sempre fui: por educação e por sensibilidade; e sou grato a muitas pessoas. Tenho para mim, desde que me conheço, que as dívidas de gratidão, mais do que palavras de agradecimento, exigem retribuição quando a oportunidade se apresenta, mas, sobretudo, sempre as vi como sinal de algo maior: como testemunhos da amizade que me vinculam aos outros. Nesse sentido, considero que as inúmeras dívidas de gratidão que tenho não me diminuem, antes me acrescentam. Saber que tanta gente, e o elenco é largo como se verá, veio em minha ajuda, em momentos diferentes e por diferentes razões, é algo que guardo comigo, que transporto para todo o lado e de que estou ciente a todo o tempo. Todos esses gestos honram-me, responsabilizam-me, sensibilizam-me; em palavras mais fortes, mas sentidas: têm, muitas vezes, o condão de me emocionar.

Somos, sei-o bem – e essa lição a história ensina-a, apoiada na filosofia –, fruto do nosso contexto, do nosso tempo, das nossas experiências, das nossas interpelações, dos nossos contatos com o mundo, dos méritos e das frustrações que resultam deles, dos nossos sucessos como dos nossos falhanços. Freud fala, a esse propósito, em superego; Marx em superestrutura; Kafka, na literatura, usou o absurdo da condição humana para se lhe referir; mas foi, talvez, Ortega y Gasset quem o disse melhor, numa sentença lapidar, que a repetição incessante por vezes banaliza injustamente: “o homem é o homem e a sua circunstância.” Com efeito, o significado está intimamente associado às realidades que enformam o indivíduo, assim como a significância não é mais do que o sentido que cada um atribui aos signos. Por isso, nenhuma narrativa histórica se iguala a outra; por isso, nenhuma história individual se compara com outra história individual, por mais que as condições de partida se assemelhem; e, nesse sentido, o desconstrucionismo e os vários pós-estruturalismos não estarão necessariamente errados

quando fazem a defesa da subjetividade interpretativa e do discurso como forma de interpretação histórica, embora isso não os isente de muitas críticas. Mas o ponto aqui é que circunstâncias são o mundo todo; e por conseguinte, também estes agradecimentos são um produto delas. Agradecer neste espaço equivale, assim, a resumir as circunstâncias dos meus últimos cinco anos: aquelas que foram as circunstâncias desta tese.

Começo, nessa medida, por expressar os meus agradecimentos institucionais. O primeiro dos quais vai necessariamente para a FCT – FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA, que acreditou no interesse da investigação e na viabilidade da sua execução, e que, por esse motivo, aceitou financiar durante quatro anos esta pesquisa. Sem esse apoio só com muita dificuldade a tese poderia ter sido produzida, seguramente nunca poderia ter conhecido a amplitude que tomou.

Em segundo lugar, os meus agradecimentos vão para a instituição científica que me acolheu: o CENTRO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA (CH-UL), que me recebeu como investigador associado num quadro de grandes dificuldades. Dentro das muitas limitações existentes, é da mais elementar justiça dizer que sempre contei com toda a disponibilidade e colaboração dos seus investigadores e funcionários, e nesse sentido, faço recair o meu obrigado nas pessoas dos diversos diretores que se sucederam no lugar durante todo este tempo em que permaneci como investigador associado da instituição: o PROFESSOR JOÃO MEDINA, o PROFESSOR ANTÓNIO VENTURA, o PROFESSOR JOSÉ AUGUSTO RAMOS e, agora, o PROFESSOR HERMENEGILDO FERNANDES. Não devem ficar sem menção, por ser justo, o ANDRÉ OLIVEIRA LEITÃO, primeiro; e a INÊS ARAÚJO e o TIAGO PINTO, depois, que na qualidade de funcionários do centro sempre mostraram enorme vontade e simpatia em corresponder às minhas solicitações. Procurei sempre retribuir o apoio prestado, colaborando ativamente com o Centro de vários modos, por intermédio da linha de investigação que me abrigou: o GRUPO DE INVESTIGAÇÃO DE MODELOS IDENTITÁRIOS (GIMI) – fosse pela presença assídua em reuniões, dando as sugestões e opiniões que achei pertinentes, mesmo que nem todas o tenham sido; fosse pela colaboração em projetos de investigação acomodados na instituição; fosse ainda pela organização de seminários e de jornadas científicas que levaram a chancela do Centro.

Quero agradecer, em particular, a sete professores do CH-UL. São indissociáveis da minha candidatura a bolseiro da FCT, e contribuíram seguramente para o seu sucesso ao endossarem pareceres onde certificavam a minha qualidade discente e aquilo que intuía ser as minhas competências investigativas. São eles: a PROFESSORA ANA MARIA RODRIGUES, o PROFESSOR BERNARDO SÁ-NOGUEIRA, o PROFESSOR JOSÉ VARANDAS e a PROFESSORA MARGARIDA GARCÊS, da área de História Medieval; a PROFESSORA ISABEL DRUMMOND BRAGA, da área de História Moderna; e o PROFESSOR SÉRGIO CAMPOS MATOS e o PROFESSOR JOÃO MEDINA, entretanto jubilado, da área de História Contemporânea. As suas cartas de recomendação serviram-me como um enorme penhor de confiança, e espero genuinamente que os resultados da investigação não desmereçam o crédito que então me concederam de forma tão generosa, nalguns casos até espontânea, como aconteceu como o PROFESSOR JOÃO MEDINA e o PROFESSOR SÉRGIO CAMPOS MATOS.

No que diz diretamente respeito à investigação desenvolvida, é fundamental referir dois nomes e uma instituição: a PROFESSORA HERMÍNIA VILAR e a PROFESSORA ANA MARIA JORGE, ambas investigadoras do CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA RELIGIOSA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA (CEHR-UCP). Graças à intervenção de ambas foi-me consentido o acesso à base de dados dos *Fasti Ecclesiae Portugaliae*, um ambicioso projeto sobre o clero catedralício realizado por uma vasta equipa de especialistas em história medieval, apoiado pela FCT com fundos públicos. O contributo dos *Fasti* para a pesquisa revelou-se muito valioso, sendo responsável por grande parte dos resultados apurados sobre os letrados dos séculos XII e XIII. O imenso filão de informações consubstanciado na base de dados teve, de facto, uma importância inestimável para a tese, apesar dos dados ainda permanecerem em bruto no seu depósito original, à espera de tratamento circunstanciado, o que implicou o desenvolvimento de um minucioso e moroso, quase filigrânico, trabalho de reconstituição de identidades. Sem esse favor, o retrato dos letrados que se procurou evocar sairia, por certo, muito menos nítido.

Devo ainda um agradecimento particular à PROFESSORA MARIA JOÃO BRANCO que aceitou a conversar comigo sobre a tese num momento em que eu acumulava dúvidas sobre a sua praticabilidade e em que hesitava sobre o rumo a tomar. Tendo sido uma conversa breve, para cuja realização intercedeu o PROFESSOR HERMENEGILDO FERNANDES, revelou-se muito produtiva e esclarecedora e, em certo sentido, até

tranquilizadora. Creio que a própria não terá guardado a noção exata da importância que as suas opiniões significaram para o direcionamento e desfecho das pesquisas. Mas esse eventual desconhecimento não torna menos meritória a acuidade das suas sugestões. Por isso, e para ela, também o meu obrigado.

Cabe, por outro lado, num registo bem diferente, um agradecimento ao corpo de funcionários da BIBLIOTECA DE FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, local onde passei inúmeras horas a trabalhar (raramente a expressão segunda casa teve tanta aplicabilidade); em particular, ao seu Chefe de Divisão, PEDRO ESTÁCIO, com quem tive a oportunidade de privar em mais de uma ocasião, na medida em que ambos integrámos comissões de processos eleitorais para os corpos sociais da Faculdade de Letras na qualidade de representantes dos discentes e dos funcionários. A simpatia e interesse que revelou por mim e pela minha investigação foram, de resto, extensíveis aos restantes elementos dessa comissão eleitoral: a PROFESSORA ADRIANA SERRÃO, a PROFESSORA ANGÉLICA VARANDAS e o Secretário da Faculdade de Letras, RICARDO REIS. Registo a amabilidade de todos e a atenção permanente com que me vêm cumulando desde essa altura. Ao RICARDO REIS, de resto, devo o especial favor de ter agilizado os processos administrativos necessários à defesa da tese, encurtando, na medida do legal e burocraticamente possível, os prazos para o respetivo agendamento junto da Reitoria.

Numa tese de doutoramento que se ocupou de mestres, e onde tanto se falou deles, os agradecimentos não poderiam passar ao lado daquele que é o meu mestre: o PROFESSOR HERMENEGILDO FERNANDES. O próprio me dispensou de o referenciar nestas linhas, por considerar que a sua posição de orientador não se coadunava com eventuais agradecimentos, de acordo com o entendimento que faz das funções de orientação. Mas sobre isso, eu não poderia discordar mais. Aliás, por várias vezes discordámos durante o processo de discussão e revisão da tese, apesar de ele quase sempre ter levado a melhor nessas esgrimas de argumentos, posto que nem sempre. Aliás, conto essas minhas pequenas vitórias como grandes conquistas, tal a capacidade que lhe reconheço e a justeza e oportunidade das suas observações. Contudo, uma vez mais, encontro-me a divergir dele, mas desta vez sem a brandura habitual; talvez porque neste caso tenho a certeza absoluta de que a razão se encontra do meu lado. Devo-lhe, sim, agradecimentos; e bastantes (palavra que não lhe agrada particularmente, mas que eu insisto em usar à sua revelia).

Por esta altura, confio que já me conhece bem, e por isso, saberá que nenhum dos elogios que lhe reservo é vão, como saberá que não busco uma lisonja fácil ao fazê-los: não é o meu estilo; seguramente não é o dele. Poderia começar por muitos lugares este agradecimento especial, mas escolho começar pelas suas qualidades como professor, pois foi nessa condição que o conheci. No entanto, depois de algumas tentativas, falho em encontrar as palavras certas, pelo que me refugiei num expediente; recorro a George Steiner que, ao falar de grandes mestres, exprimiu muito daquilo que penso sobre o PROFESSOR HERMENEGILDO, em palavras que não sendo minhas muito bem poderiam ser escritas por mim em sua intenção, fosse eu mais talentoso ou tivesse uma noção mais precisa da justa medida das palavras, da *mot juste* como lhe chamou Flaubert:

“Na massa crítica de uma comunidade académica bem-sucedida, as órbitas das obsessões individuais têm necessariamente de se cruzar. Ao colidir com elas, o estudante não esquecerá a sua luminosidade nem a ameaça que representam para a mediocridade. O que não tem de ser um impulso de imitação. É bem possível que o aluno venha a rejeitar a disciplina em questão, a ideologia proposta. Poderá enveredar, com alívio, por um modo de vida completamente mundano e mediano. É bem possível que não assimile o que de melhor lhe é ensinado ou os debates filosófico-científicos que o rodeiam. Frequentemente, sentir-se-á atemorizado pelas capacidades mentais, pela celebridade, seja esta hermética ou exibicionista, do mestre. (...) Pouco importa. Uma vez expostos ao vírus do absoluto, uma vez vista, ouvida e «cheirada» a febre daqueles que buscam a verdade desinteressada, algo do seu brilho crepuscular persistirá nos jovens em questão. Para o resto das suas carreiras, provavelmente bastante normais e insignificantes, para o resto das suas vidas privadas, esses homens e mulheres estarão equipados com uma salvaguarda contra o vazio”.

Dizer de alguém que nos equipa com uma salvaguarda para o vazio não é dizer pouco; é dizer tudo. Faço-lhe apenas justiça ao dizê-lo alto, ainda que pela voz de outrem. Como os bons livros, os bons filmes, as boas obras de arte, os bons professores dão-nos respostas; mas são apenas os livros excelentes, os filmes excelentes, as obras de artes excelentes, como os professores excelentes, que nos interpelam, que nos suscitam perguntas, que nos fazem ser melhores do que às vezes acharíamos possível. Do PROFESSOR HERMENEGILDO levo muitas respostas, sim; mas foi sobretudo de perguntas que me rodeou. Para um professor, é o maior elogio de que sou capaz. Sei que o saberá reconhecer.

Por outro lado, além do enorme zelo e escrúpulo posto na leitura da tese, e dos vários contributos que deu para ela, sempre sagazes, como é seu atributo, e que em muito a melhoraram, a blindaram e a tornaram mais resistente à crítica – as tais obrigações do orientador, que ele considera como requisitos mínimos, mas a que nem todos respondem com a mesma competência e brilho – devo-lhe bastante mais. Devo-lhe experiências irrepetíveis: a publicação do meu primeiro artigo – um pequeno texto sobre Masaccio, publicado em 2007 na revista CLIO –; o desafio para me estreiar com uma comunicação num Congresso Internacional, e que me rendeu a primeira publicação de um texto em Atas; o convite para intervir como orador num outro Colóquio Internacional, em que foi um dos coorganizadores, por ocasião da comemoração do 9º centenário do nascimento de Afonso Henriques; vários convites para dar aulas, quer de licenciatura quer de mestrado, de grande significado para mim, que sempre disfarcei muito mal o meu interesse pela docência; a chamada para integrar um projeto de investigação dedicado à universidade medieval no final do ano de 2007; também a publicação de um livro em coautoria, que resultou desse projeto. De modo muito diverso, mas não menos significativo, estou-lhe ainda grato pelo empenho que colocou nas candidaturas que submeti a bolsas individuais de doutoramento e de pós-doutoramento, para que é irrelevante o sucesso de uma e o insucesso da outra, pois valorizo o seu esforço da mesma maneira: com enorme apreço.

Mas do tanto que devo ao PROFESSOR HERMENEGILDO, aquilo que lhe devo mais, o que guardo sem dúvida com mais prazer, e de que espero continuar a beneficiar por longo tempo, são as inúmeras conversas tidas entre os dois, que estiveram muito longe de se esgotar no tema da tese; aliás, onde a tese acabou por ser, atrevo-me a dizê-lo, muitas vezes puramente circunstancial, quando não absolutamente marginal. Conversas onde se falou do estado da academia, do país, ou do mundo; de política, de arte, de cinema, de teatro, de poesia, de ficção, de arquitetura, de música – de esquerda e de direita, de Giotto e Monet, de Flaubert e Thomas Mann, de Eça e Camilo, de Pasolini e Bergman, de Molière e de *Commedia dell'Arte*, de Pessoa e al-Mutamid; da Sé de Lisboa e do convento da Graça, de música do al-Andalus e de cantochão polifónico gregoriano; como de Buñuel, de Kurosawa, de Umberto Eco, de Lampedusa, de trovadores da Aquitânia, do círculo arturiano, de vinho do Porto e do odor dos charutos quando ardem; de tudo e de nada; do que persiste na memória e do que é da ordem do efémero. Um privilégio, como se vê.

Não por acaso, coloco-o simbolicamente exatamente a meio destes agradecimentos (a ele que tanto gosta de símbolos e de signos, de alegorias, de metáforas e de decifrações, ou não fosse um medievalista, tal como eu, com gosto pela hermenêutica e por policiais duvidosos). Coloco-o justamente aqui, dizia, onde cesso os agradecimentos institucionais para começar os pessoais, pois parece-me que nestes cinco anos foi esse o percurso feito entre nós; uma aproximação gradual que, no meu caso, começou motivada por uma admiração pelo professor mas que se transformou, pouco a pouco, numa enorme estima pela pessoa, sem que a admiração intelectual tenha alguma vez parado de crescer. Tenho a enorme presunção de achar que o PROFESSOR HERMENEGILDO, como a PROFESSORA MARIANA, me privilegiam com a sua amizade; eles contam incondicionalmente com a minha.

Chegado aos agradecimentos pessoais, como se tornou evidente, tudo fica bem mais difícil, ao ponto de ter cometido esse delito, desculpável, quero acreditar, de roubar palavras alheias. Tal como acontece com as interpretações históricas, por mais felizes e fidedignas que sejam, as palavras teimam em ficar sempre aquém dos factos. Assim mesmo, e apesar de me faltarem as palavras certas, tentarei de seguida agradecer o inexprimível, o inefável: afetos. Sendo assumidamente anos difíceis, por muitas e variadas razões, estes cinco anos revelaram-se ao mesmo tempo muito gratificantes e generosos. Trouxeram-me amigos novos, cimentaram amizades antigas, puseram à prova afeições, que quase sempre se mostraram bem acima das circunstâncias, bem acima do que eu próprio esperaria, ou mesmo do que talvez merecesse. Os meus amigos fazem-me esse imenso favor de me darem muito mais do que recebem. Comecei por dizer que sou grato; mas acho que os meus maiores amigos, os que fazem parte do meu círculo mais íntimo, aqueles a quem dediquei em epígrafe inicial este trabalho – embora podendo suspeitar –, nunca chegarão a saber exatamente quão grato eu lhes sou, do quanto lhes devo.

Antes de tornar a eles, começo por agradecer em primeiro lugar aos amigos mais recentes, os que resultaram desta incursão pelos caminhos da investigação histórica. Falo da ADRIANA ALMEIDA, da ANA LEITÃO, do ANDRÉ OLIVEIRA LEITÃO, do ANTÓNIO CASTRO HENRIQUES, da COVADONGA VALDALISO, da FILIPA ROLDÃO, da FILIPA SANTOS, do FRANCISCO MENDES, do HUGO CRESPO, da INÊS LOURINHO, do LUÍS GONÇALVES, da MARTA CASTELO BRANCO, do MANUEL FIALHO e do TIAGO FARIA. É óbvio, que as marcas que deixaram em mim foram muito diferentes, afirmar o contrário

seria iludir o óbvio, mas em conjunto, significam muitas horas de trabalho e de lazer, sem que eu saiba exatamente qual dos fatores deva valorizar mais. Por um lado, amenizaram em muito a minha vida como investigador, por definição algo solitária; por outro lado, e ao mesmo tempo, fizeram de mim um melhor historiador (palavra densa, que ainda não estou certo me assente com toda a inteireza). Tornaram-me alguém mais informado, mais equipado, bem mais versátil: cada um à sua maneira propiciaram-me mais e melhores conhecimentos de história económica, de história religiosa, de história urbana, de história política, de história da arte, de história militar. Muitas vezes, ajudaram-me a suprir lacunas, a corrigir erros; ou, então, lançaram-me em novas pistas de pesquisa, sugeriram bibliografia oportuna, esclareceram questões que se me afiguravam brumosas em contextos onde se movimentam com um à-vontade bem diferente do meu. Em conjunto, formam uma vaga muito interessante de investigadores, que dificilmente se repetirá em quantidade e qualidade nos tempos mais próximos. São círculos como este, redes como estas, pelos trabalhos que criam individualmente e em conjunto, que se podem constituir como lugares de resistência, redutos onde se pode aquartelar a memória. Se é verdade que as ciências ditas puras e aplicadas traduzem aquilo que uma sociedade faz; são as ciências sociais que exprimem aquilo que uma sociedade verdadeiramente é – como ela se pensa, como se vê ao espelho, como olha para o passado, como aceita os desafios do presente, como projeta o seu futuro. Qualquer deles está à altura de contribuir para essa discussão, com os seus trabalhos e com as suas perspetivas. Alio, por isso, à amizade que lhes tributo, esta reflexão sobre a investigação histórica, que, na verdade, constitui a argamassa que em primeira instância nos uniu.

Devo juntar a este grupo de doutorandos e pós-doutorandos, o HELDER CARVALHAL, a JOANA MATEUS, a INÊS ARAÚJO e o NÉLSON RODRIGUES, que são amizades mais recentes, mas a quem vou conhecendo cada vez melhor, e que quando nos encontramos – e encontramos-nos cada vez mais – me falam de casas reais, de artes plásticas, de iconografia bélica, de história do cinema; e tudo isso acontece da melhor forma possível, não necessariamente em colóquios ou em congressos, ainda que também neles, mas na informalidade de tertúlias, em conversas durante jantares demorados, no curso de noites parcialmente passadas em branco, com frequência durante pequenas pausas para café que tornam os dias muito mais suportáveis, por vezes mais luminosos. A todos eles agradeço, mas quero deixar, no entanto, palavras muito

especiais para três: o ANDRÉ OLIVEIRA LEITÃO, a ADRIANA ALMEIDA e o TIAGO FARIA. Sei que às vezes – já me aconteceu mais do que gostaria – bons amigos se perdem, que pessoas ficam pelo caminho na vertigem dos dias, que os caminhos muitas vezes se bifurcam. Mas aos três, fica a promessa da minha parte que tudo farei para que o meu caminho continue a convergir com o deles. Seja fora ou dentro da academia. Estou certo de que farão o mesmo: a amizade não é senão um caminho de dois sentidos.

É chegada agora a vez de agradecer aos meus amigos da licenciatura de História, e é com imensa alegria que o faço: o ANÍBAL, o FERNANDO LOPES, o JOÃO MINGACHOS, o JOÃO PAULO GALHANO, o LUÍS TEIXEIRA, o TIAGO PENEDO, o VIRIATO SEMIÃO, e as duas meninas do grupo: a MARIA JOÃO MEDLEY e a IRENE RODRIGUES. Conhecemo-nos já há mais de dez anos, trabalhadores-estudantes quase todos quando nos cruzámos, e foi esse laço que nos aproximou, pois só solidariedades fortes permitiriam fazer um curso exigente de quatro anos, praticamente à distância. E o que começou por nos unir – razões de pura necessidade, animadas por um forte sentido do pragmático –, rapidamente se tornou algo bem diverso: o gosto genuíno pela companhia mútua. Provam-no os almoços e os jantares regulares que continuamos a fazer ainda hoje, a alegria sempre renovada dos reencontros, o prazer das conversas soltas, o interesse indiscutível pela vida uns dos outros – pelas preocupações que, ao afetarem uns se tornam dos outros; pelas pequenas ou grandes vitórias alcançadas individualmente, vividas como sucessos por todos. Devo dizer que sem eles, a minha vida seria muito diferente, e que a minha passagem pela história seria bem mais efémera: primeiro, porque graças à sua generosidade dispus de apontamentos e recebi informações úteis sobre aulas, testes e professores, tendo ainda beneficiado de manhãs, tardes e noites de estudo em conjunto, sem o que nunca teria conseguido levar a licenciatura a bom termo; e, depois, porque numa altura em que me afastei da licenciatura, a manutenção desses laços se tornou o único elo à academia, e, portanto, o lugar em que se deve procurar o meu regresso, que resultou, a prazo, nesta tese. Aqui, mais uma vez faço distinções mas que em nada desmerecem uns, apenas servem para enaltecer os outros. Vão para o JOÃO GALHANO, com quem aprendi a gostar de História Antiga e a relacionar-me mais fortemente com a força do mito, em conversas de grande prazer e companheirismo; para o LUÍS TEIXEIRA, solidário como poucos, sempre disponível para me ajudar nos estudos e para me apoiar no que fosse necessário, o que aqui vale como sinónimo de quase tudo; para o FERNANDO LOPES, cuja amizade se transplantou para muitos outros fóruns de

convívio, e com quem é sempre um enorme prazer estar, tantas vezes a trocar argumentos sobre literatura e sobre cinema, com frequência até à exaustão, esses dois prazeres imensos partilhados por ambos, e que também em momentos complicados me soube sempre dizer presente. E para o VIRIATO SEMIÃO, claro, de quem tanto gosto e que só um estranho pudor entre amigos me impede de dizer quanto: é uma alegria e um conforto tê-lo por perto; sê-lo-á sempre. Quero a todos o melhor.

No meu círculo de amizades, cabem desde há cerca de três anos a esta parte a MARIA JOÃO GAGO e o RUI ANTUNES. Com a primeira mantinha apenas contatos superficiais, em encontros organizados por amigos comuns; ao segundo tão-pouco o conhecia. O gosto pelas palavras e o prazer da leitura juntou-nos numa tertúlia literária que, em boa hora, tive a iniciativa de promover, onde nos encontramos para falar de livros, às vezes escolhidos cegamente, para partilhar pontos de vista, trocar opiniões, exercer o gosto pelo contraditório, reclamar gostos estéticos. Esses contatos, de início circunstanciais, adensaram-se entretanto, as conversas começaram a ganhar contornos diferentes e tonalidades cada vez mais fortes; e com, isso, as cumplicidades cresceram, num fluxo e refluxo de confidências cada vez maiores. Hoje, já lhes devo muito. Em especial neste último ano, devo-lhes imenso; um pouco mais ao RUI. Como se vê, contraio dívidas com uma indizível facilidade. E quase sempre enormes.

Da minha primeira licenciatura, uma das muitas incoerências em que incorri na minha vida, trago paradoxalmente muitas coerências. São isso, no fundo, coerências com mais de vinte anos a ANA LUÍSA DE BRITO, a IRENE BALESTEIRO, o IRENEU TEIXEIRA, a ISABEL MARQUES DA COSTA, a HELGA RIO, a MAFALDA CASTRO, a MARIA MIGUEL DE VILHENA e o RUI DIAS. Podia alongar-me em agradecimentos, mas vinte anos de presença nas vidas uns dos outros falam por si: dizem muito sobre respeito, sobre constância, sobre procura mútua, sobre amizade. Em tempo, é mais de metade da minha existência; em carinho e afeição, é outro tanto.

Mais de trinta anos me ligam, por sua vez, ao PEDRO SARAGOÇA, que me traz memórias de uma infância feliz, de uma rua cheia, de noites de verão tórridas, de brincadeiras infundáveis; de uma adolescência despreocupada e alegre; de uma vida adulta bem menos descontraída, mas cheia de episódios e vivências, numa presença que foi sempre constante.

Agradeço, por fim, àqueles a quem dediquei a tese – a minha rede, o meu território mais pessoal, mais íntimo e inexpugnável: a CLÁUDIA SIMÕES, a JOANA GONÇALVES, a PAULA SALOMÉ, o PAULO MOURINHA, o PEDRO SANTOS, o TIAGO ARAÚJO, o VÍTOR MATOS e o ZÉ PEDRO VAGOS, e alguns dos seus familiares: a CARLA CASTRO, a CARLA GOMES, a MAFALDA RAMOS e a XANA ARAÚJO – nunca ninguém conheceu melhores amigos. Sobretudo, agradeço com todo o orgulho, com toda a ternura, com toda a amizade e com todo o amor de que sou capaz aos meus PAIS, que me apoiam incondicionalmente – nunca ninguém teve melhores pais. A uns e outros, aos meus melhores amigos e aos meus pais, não lhes digo as vezes suficientes quanto gosto deles, quanto os respeito, quanto aprecio estarem sempre a meu lado. Mas desta vez fica escrito. Para memória futura. Sabe-se que não há coisa mais importante para um historiador.

INTRODUÇÃO

“A palavra – inclusive a falada, inclusive a mais rude – é em si mesmo metafórica e por isso imprecisa, e além disso não se concebe sem ornamento, frequentemente involuntário, ele existe até na exposição mais árida (...). Basta que alguém introduza um «como se» no seu relato; ainda mais, basta que faça uma metáfora ou uma comparação ou fale de modo figurado para que a ficção se introduza na narração do sucedido e o altere ou falseie. Na realidade a velha aspiração de qualquer cronista ou sobrevivente de relatar o ocorrido, dar conta do que aconteceu, fazer constar os factos e delitos e façanhas, é uma mera ilusão ou quimera, ou por palavras mais exatas, a própria frase, esse próprio conceito, já são metafóricos e formam parte do que aconteceu. «Relatar o que aconteceu» é inconcebível e vão, ou antes é somente possível como invenção. Também a ideia de testemunho é vã e nunca houve testemunha que pudesse cumprir com a sua incumbência. E além disso esquecemos sempre demasiados instantes, também horas e dias e meses e anos. Esquecemos anos inteiros e não obrigatoriamente os mais insignificantes. E, contudo, vou alinhar aqui com os que pretenderam fazer isso alguma vez ou simularam consegui-lo, vou relatar o ocorrido ou averiguado ou somente sabido.”

Javier Marias

Negras costas do tempo

A aspiração da pesquisa que a seguir se apresenta foi sempre evidente, desde o início, e reconhecidamente ambiciosa: esboçar um quadro da cultura letrada portuguesa dos séculos XII e XIII – escassas palavras que resumem e contêm um vasto programa de intenções. Esse objetivo já era indiscutível e muito nítido há seis anos atrás, numa época em que ainda, como aluno, frequentava o terceiro ano de licenciatura de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, quando tomou forma o projeto de investigação e foi discutido com o futuro orientador da tese – o Professor Hermenegildo Fernandes –, que, de pronto, o caucionou e ajudou a aperfeiçoar. O propósito continuava bem claro, cerca de um ano depois, quando o interesse do estudo foi legitimado pela atribuição de uma bolsa de investigação científica concedida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia; e nunca foi perdido de vista, em momento algum, no decurso dos demorados, laboriosos e árduos trabalhos de pesquisa e redação. Esse objetivo original, na verdade, persistiu sempre ao longo do tempo, sem qualquer perda de limpidez ou de clareza. E mantém-se ainda dessa forma,

agora, quando se conclui o trabalho de investigação, no exato momento em que se escreve a presente introdução: tão evidente quanto firme.

Essa solidez programática que guiou a pesquisa, no entanto, não significa, ou deve ser confundida, com uma rigidez de abordagem, ou de metodologia, ou de procedimentos; nem sequer como uma certeza quanto à capacidade de execução do plano, tantas vezes testada. Nada disso foi linear, resistente a dúvidas, ou transparente. Alterações foram promovidas, vários caminhos trilhados e abandonados, avanços e recuos sucederam-se, e os momentos de hesitação e incerteza foram tudo menos raros. Sobretudo, de início, o avanço foi suportado especialmente no método da tentativa e do erro e no princípio do empirismo, terrenos em que a história da ciência é fértil, e que não são infrutíferos, mas que estão longe de serem seguros ou tranquilizadores.

Tudo somado, a falta de experiência anterior em investigações de fôlego, o acesso a recursos documentais imprevistos, as diferenças na substância e quantidade dos dados a tratar, o desajustamento entre as expectativas sobre a informação disponível e a realidade documental e bibliográfica tal como foi encontrada, as próprias condições decorrentes dos fluxos da pesquisa, sempre imprevistas e incontrolláveis, tiveram consequências ao nível do *modus operandi* observado, das opções tomadas e da organização do trabalho, que, por sua vez, se repercutiram na própria estrutura formal da tese, que também sofreu múltiplos ajustamentos em relação ao plano inicial. Enfim, não se alterando absolutamente nada do essencial – os objetos da investigação –, mudou, em todo o caso, muito, quase tudo, desde que a pesquisa tomou forma até ao seu desfecho. Ou como o formulou Lampedusa, nesse romance belíssimo sobre o decadentismo de uma época que chegava ao seu fim e a que chamou *Il gattopardo*: “*bisogna cambiare tutto perchè non cambi niente*”.

Em linhas menos gerais, o projeto de investigação, tal como foi definido, pretendeu ser um estudo sistémico e sistemático visando a cultura portuguesa da época fundacional, o que o filia claramente no domínio da história cultural e das mentalidades. A cronologia e os limites espaciais escolhidos apontaram a um período relativamente extenso e levaram a abraçar uma realidade territorial altamente mutável e em constante basculamento, devido ao modelo de fronteira, típico da época. Os limites temporais traçados para a tese foram colocados, a montante, na fundação do reino e, a jusante, na implantação do estudo geral português, estabelecimento de ensino superior acolhido de início em Lisboa, sob a caução do rei D. Dinis.

A escolha do primeiro marco temporal relacionou-se com a ambição de inspecionar as condições culturais vigentes nas origens de Portugal, quando o reino emergiu como uma unidade política autónoma, e buscava a sua afirmação no plano da Cristandade latina. Embora exaltado quase sempre como um projeto de natureza política e ideológica, na independência portuguesa não deixaram de concorrer infalivelmente aspetos de foro cultural, materializados numa gradual tomada de consciência da sua própria identidade coletiva por parte das elites e populações estabelecidas, sem a qual a ideia do reino não teria vingado no futuro. Pareceu, pois, relevante situar o arranque da investigação nesse momento fundador, tão matricial quanto simbólico, quando mecanismos identitários se forjavam ou fortaleciam, com base no pressuposto de que as relações culturais terão sido essenciais na época – como o foram sempre, em qualquer circunstância histórica –, para a constituição das redes de solidariedade ativas e de reconhecimento mútuo, sedimentadas na partilha de um idioma, de hábitos, costumes e tradições; da própria religião.

A opção pelo segundo marco cronológico impôs-se com a mesma naturalidade, baseada ainda em critérios culturais, mas também simbólicos e políticos. Neste caso, a escolha ficou a dever-se à fundação do *studium generale* português, expressão que na terminologia da época servia para designar as universidades medievais, que estavam então a iniciar a sua segunda juventude, depois do pioneirismo parisiense e bolonhês e dos seus émulos mais imediatos. A fundação desse estabelecimento de ensino no reino ocorreu no final da centúria ducentista, introduzindo uma mudança de paradigma no que se refere ao quadro da cultura portuguesa do período, promovendo um corte epistemológico com o passado recente em termos da qualidade da oferta de ensino no território. A partir desse momento, e pela primeira vez, os escolares do reino dispuseram de uma alternativa dentro de fronteiras para prosseguir estudos de tipo superior, caso desejassem fazê-lo, com consequências que se podem aferir ao nível das matérias estudadas, da qualidade do ensino disponível, da acessibilidade a estabelecimentos de ensino avançados e do desenvolvimento de carreiras pós-universitárias, para citar apenas os impactos mais óbvios. Nessa medida, o arranque do estudo geral português provocou uma alteração das condições relacionadas com a formação protagonizada pela elite intelectual do período, ainda que nalguns pontos mais simbólica do que factual, com reflexos insofismáveis, e nem todos positivos, no plano da circulação de indivíduos, dos contatos com os principais centros do saber e no acesso à cultura livresca, com o que se

reconverteu em parte, ainda que muito gradualmente, o figurino da *intelligentsia* portuguesa.

Para além da óbvia mudança de paradigma intelectual que significou a fundação da universidade portuguesa, a escolha desse episódio para ponto final da cronologia tinha a inequívoca vantagem da coincidência temporal entre a implantação do estudo geral de Lisboa com o estágio avançado do projeto de consolidação política do reino, quando o território se começava a prefigurar como um todo íntegro, a língua uma estrutura montada e os processos de centralização conduzidos pela monarquia afonsina tinham produzido efeitos irreversíveis ao nível da identidade do tecido social, favorecendo a sua harmonização e homogeneidade. Desse modo, as opções cronológicas tomadas para a inspeção dos aspetos culturais das elites portuguesas – o nascimento do reino, enquanto entidade política, e a criação da universidade portuguesa – fundem-se admiravelmente com os fenómenos político-sociais então em curso, formando um bloco dotado de apreciável coerência, onde se podem detetar influências mútuas entre os processos políticos, sociais e culturais, num típico jogo de contaminações e reciprocidades.

Por razões que se irão expor com mais demora e circunstância na economia do texto, mas que podem ser brevemente sumarizadas nas dificuldades de datação dos manuscritos e no delineamento circunstanciado dos trajetos biográficos dos letrados, os dois marcos temporais impostos foram, no entanto, e até com alguma insistência, ultrapassados. Assim, foram frequentes os recuos à época condal ou as incursões em anos iniciais do século XIV. A utilização deste tipo de limites, mais ou menos informes, aptos a ser marginados, ou até desrespeitados, foi uma opção deliberada, por parecer servir melhor o espírito do trabalho do que o uso de um modelo demasiado estanque ou normativo da cronologia. Tratou-se, na prática, de uma decorrência dos próprios objetos da pesquisa, e, ao mesmo tempo, de uma tentativa de combater o artifício usado de forma quase invariável na análise histórica, muitas vezes inescapável: a imposição de cortes mais ou menos cegos na leitura dos processos diacrónicos. A introdução dessas flutuações, sem comprometer o princípio da unidade cronológica, proporcionou, de facto, alguns ganhos inquestionáveis: por um lado, permitiu reconstituir com maior acuidade vários percursos individuais iniciados ou completados fora dos limites temporais definidos; e, por outro lado, legitimou a inclusão de códices na análise das livrarias, em relação aos quais era impossível fazer uma datação absoluta, mas cujas referências ao

século da sua produção material aconselhavam a respetiva inclusão na apreciação dos recheios das bibliotecas do período.

Esclarecidas as opções cronológicas, no que se refere aos objetos do trabalho propriamente dito, importa referir que a tese começou por receber o título de *Processos de formação, circulação e transformação das elites letradas (sécs. XII e XIII)*, uma designação que acabou, afinal, por se revelar provisória. O título original era, na verdade, uma agenda de investigação, e, uma vez transformado em pergunta, ou melhor, em três perguntas – Como se formavam os homens de letras portuguesas nos séculos XII e XIII? Como circulavam os letrados nesse período? Que transformações ocorreram no perfil dos letrados entre o início e o fim da cronologia? – afigurava-se como um ponto de partida suficientemente interessante e profícuo. Ao mesmo tempo, colocava a ênfase na identificação de processos e na análise de um grupo social bem definido, desse modo aliando o cunho histórico da investigação a uma dimensão sociológica, que se procurou sempre prosseguir de modo consciente.

Sem abdicar de qualquer das premissas enunciadas – o contexto histórico, a componente sociológica e a análise processual –, a dicotomia para que caminhou a investigação, a partir de certo momento abertamente polarizada sobre dois eixos – a caracterização do saber disponível e a identificação dos seus principais agentes –, acabou por se refletir na estrutura final e na organização interna do trabalho. Materializou-se também no seu título definitivo, com o que se procurou clarificar os objetos fundamentais da pesquisa – *Letrados e cultura letrada em Portugal (sécs. XII e XIII)*. O tríptico inicialmente previsto passou, portanto a um díptico, numa simplificação que pretendeu ser uma redução ao essencial da investigação, capaz de melhor espelhar o projeto e os impulsos da pesquisa. Mantiveram-se, em todo o caso, os fios condutores definidos aprioristicamente, sem compromissos: o mesmo é dizer que não se abdicou do olhar sobre a formação, assegurado pela reconstituição dos percursos escolares da classe erudita e da reelaboração dos conteúdos das principais livrarias ao seu dispor; acompanhou-se a análise dos fluxos circulatorios e migratórios, tentando perceber a mobilidade dos agentes culturais e os trajetos de circulação dos manuscritos, com frequência transportados pelos próprios letrados; e atendeu-se às transformações no caráter dos homens de letras da época em foco, por via do contraste entre diferentes trajetos pessoais.

A complexidade dos objetivos gerais perseguidos exigiu a sua decantação e ramificação em objetivos específicos. Assim, fixaram-se metas precisas – catalogar, de forma crítica e sistemática, as funções sociais exercidas nas sociedades coevas pelo grupo culturalmente dominante; clarificar o modelo de formação das elites culturais no reino português e o contexto cultural de onde emergiram; inquirir sobre os fluxos de circulação da população mais escolarizada; estabelecer uma tipologia sociológica dos letrados, capaz de funcionar como grelha analítica operativa e como quadro referencial inteligível; e finalmente escapelizar as fundações do edifício intelectual-doutrinário do tempo. Para tal recorreu-se aos instrumentos e metodologias considerados mais apropriados para o efeito: por um lado, usou-se o método prosopográfico, por forma a estabelecer o perfil dos homens de letras; por outro, procedeu-se à indexação das obras e autores mais divulgados para o segmento espaço-temporal objetivado, no sentido de determinar os interesses intelectuais; e de outro modo, identificaram-se os principais itinerários culturais, por onde se moviam pessoas e circulavam obras, de forma a perceber as dinâmicas da *peregrinatio* académica dos indivíduos ligados ao reino.

De importância capital, no que se refere ao primeiro painel do díptico – o fator humano – foi a definição do conceito de letrado, algo que provou ser difícil de estabelecer e exigiu afinações consecutivas, mas que era crucial para uma correta identificação e seleção dos indivíduos que constituíam a elite intelectual da época. Impunha-se um critério que fosse resistente à crítica, e com suficiente capacidade para suportar, primeiro, uma caracterização dos indivíduos; e, mais tarde, a sua caracterização enquanto grupo coerente.

Não obstante os elevados níveis de analfabetismo e de aliteracia dos séculos XII e XIII, a noção de letrado, no sentido mais radical, amplo e livre da expressão, enquanto homem ligado às letras, embora tentadora, afigurava-se demasiado inclusiva e abrangente, tornando, por conseguinte, o seu tratamento inoportuno, dada a amplitude e dimensão do universo para que remetia a definição. Implicaria considerar no estudo, desde logo, todos os indivíduos com capacidade notarial efetiva, ou que alguma vez tivessem estado envolvidos em processos de redação documental – chanceleres, notários, copistas, escribas, tabeliães, etc. – dessa forma compondo um grupo tão abundante que o seu tratamento se afigurou imediatamente irrealista, face à multiplicidade de documentos exarados na época: muito numerosos em absoluto, mesmo que em número bastante reduzido se comparados com outros períodos históricos mais recentes. A esse contingente

haveria ainda que juntar todos os indivíduos com percursos formativos longos, bem como os detentores de livros e livrarias, e ainda os ocupantes de posições e lugares onde as competências de leitura e escrita fossem imperativas, para considerar apenas os casos mais óbvios, mas que, ainda assim, estariam longe de esgotar o universo referenciável de homens de letras. Havia, portanto, naturalmente, que limitar o conceito, em função da superabundância de letrados que resultaria do uso de uma bitola tão ampla. Mas, e, sobretudo, à revelia do argumento numérico, importa considerar o argumento ontológico, pois o objetivo que guiou essa parte da pesquisa foi sempre o de identificar uma *intelligentsia* cultural no interior do quadro da literacia da época, de modo a segmentar, refinando-o, o grupo de indivíduos familiarizados com a escrita. Algo que, rapidamente se percebeu, só a longevidade e a profundidade do percurso escolar permitiria fazer com suficiente acerto.

A frequência de estudos gerais e a outorga do título de mestre – ou do seu equivalente doutor –, aos escolares graduados em teologia, direito, medicina e artes liberais do período, significando isso a posse de uma licença universal de ensino aos titulares dos graus – a *licentia ubique docendi* –, perfilou-se, neste cenário, como um critério muito próximo do ideal. Com efeito, preenchia todos os requisitos essenciais, conferindo-lhe a operacionalidade desejada: indicava o acesso e conclusão de estudos superiores aos seus detentores; supunha a sua familiaridade com metodologias de ensino avançadas; e, ainda, referenciava a posse de um saber de conteúdo livresco aos assim identificados, pois tal era o saber que se mobilizava no ensino universitário e parauniversitário da época. Um conhecimento fundado nas lições das autoridades e em manuais de ensino de conhecimento quase universal, em grande parte determinado pela Igreja católica no exercício da sua magistratura de influência cultural. Acresce, às anteriores características, a enorme vantagem dos títulos de *magister* e de *doctor* serem conceitos epocais, correspondendo a terminologias com usos consagrados no seu próprio tempo, a que se deve associar uma outra mais-valia insuperável: ambos os graus concedidos pelas instâncias universitárias continham uma definição bastante precisa e incontroversa.

Tão substantivas vantagens esbarraram, contudo, numa relativa contrariedade: uma certa polissemia associada aos termos de mestre e doutor no período, prejudicando uma seriação eficiente e devidamente afinada do grupo de estudo. De facto, o título de *magister*, mais do que o de *doctor*, foi aplicado nos séculos em causa em vários sentidos.

Entre os usos mais frequentes, serviu para referir no mundo mesteiral os artesãos experientes que chefiavam corporações de artes e ofícios e iniciavam os novos artífices nas artes mecânicas; no círculo das ordens religiosas militares foi utilizado para designar os priores das instituições; além de que a expressão talvez possa ter sido empregue, em algumas ocasiões, como forma de nomear certos indivíduos honorificamente; havendo finalmente a considerar a hipótese de assimilação do título aos que exerceram a atividade docente.

Sem macular a pertinências dos dois conceitos, nem beliscar os seus significados indisputados enquanto graus académicos – tão indiscutíveis para a historiografia portuguesa como para a estrangeira que se vem ocupando das questões culturais, nomeadamente o ramo dedicado ao estudo da história das universidades europeias –, a consciência acerca da polissemia das expressões teve o mérito de alertar para os perigos conexos ao seu uso, impondo cuidados adicionais a uma identificação dos letrados baseada nesses marcadores precisos.

Na maioria das vezes, o contexto documental e as informações bibliográficas que rodearam o indivíduo, nomeadamente as passagens provadas por estabelecimentos de ensino, a posse de livrarias, a produção intelectual testemunhada, o desempenho de certos cargos e funções, ou os vínculos religiosos constituídos, acabaram por abonar ou provar a aplicabilidade e ajustamento dos critérios ao fim pretendido, ou, pelo menos, serviram como indícios suficientemente fortes para confiar que os títulos certificavam passagens por estabelecimentos de ensino avançados. Mas sobraram alguns casos, ainda assim não demasiados, em relação aos quais a insuficiência de informações levou a naturais reservas, nem sempre resolvidas de modo satisfatório. Em particular, as dúvidas mais pertinentes foram suscitadas quando nos documentos ou nos estudos consultados os indivíduos apareceram apenas referidos pelo título e pelo nome, sem dados biográficos adicionais que permitissem fazer o necessário despiste. Nesse sentido, há que considerar uma necessária margem de erro na identificação dos letrados a partir da exibição dos títulos magistral e doutoral, quando desacompanhados de outras informações acessórias, mas que não parece ser de modo a comprometer a qualidade dos resultados ou o grosso das conclusões extraídas, tratando-se de situações espúrias, pouco mais do que residuais.

Do ponto de vista instrumental, a caracterização dos letrados exigiu o recurso a uma ferramenta operativa de inegável valor para a investigação histórica, cujo uso se está

a tornar cada vez mais recorrente e generalizado, dado o crescente reconhecimento acerca dos seus méritos: a prosopografia. O método prosopográfico apresentou-se desde o início como um instrumento de enorme validade para um trabalho de investigação com as características do presente. O contributo do método é facilmente aferível pela capacidade demonstrada para radiografar corpos sociais, fazendo emergir identidades próprias, a partir das idiossincrasias socioculturais que dão coerência aos elementos do grupo e os diferenciam dos demais. Nessa medida, a prosopografia permitiu estabelecer uma *forma mentis* dos letrados, permitindo, ato contínuo, delimitá-los como um tipo sociológico. Tal era um dos objetivos do estudo; e por conseguinte, o recurso ao método prosopográfico apareceu como pouco menos do que incontornável, e o seu uso encontra-se, por isso, plenamente justificado. Na verdade, o valor da prosopografia para a investigação ultrapassou em muito as vantagens que a recomendavam simplesmente como uma técnica para a figuração dos letrados, valendo por si própria, enquanto repositório biográfico extenso, completo e bem escorado, quer do ponto de vista documental quer bibliográfico. Isto sem prejuízo dos desequilíbrios achados na qualidade e quantidade das informações obtidas, com as fichas prosopográficas a oscilarem num largo espectro, entre a rarefação de dados pessoais e informações muito detalhadas que permitiram a elaboração de verdadeiras microbiografias. Importa dizer que as dificuldades, por norma, associadas à prosopografia foram particularmente sentidas e agravadas pelos recorrentes fenómenos de homonímia que afetam a generalidade dos estudos medievais e que dificultaram por vezes as desambiguações e as identificações individuais operadas, ao ponto de se considerarem alternativas de identificação para certos indivíduos.

Deve-se sublinhar que o metódico trabalho de recenseamento individual e de preenchimento das fichas prosopográficas, ao mesmo tempo que forneceu a base para desenvolver o tema das elites letradas enquanto grupo, aproveitou também bastante ao estudo em razão da copiosa casuística que forneceu. Daí que na exposição dos temas se tenha insistido nos exemplos abonatórios, pois os casos individuais possuíam um grande valor ilustrativo para a caracterização pretendida das elites letradas, mesmo que, paradoxalmente, o seu uso possa parecer, em algumas situações, demasiado abundante, desse modo prejudicando uma leitura mais fluida dos resultados. A casuística foi usada tanto pela sua exemplaridade, como forma de exprimir certos paradigmas; quanto pela sua excecionalidade, na medida em que permitiu sublinhar factos ou trajetos tidos por mais irregulares ou como absolutamente excêntricos face ao padrão emergente.

Quanto ao inquérito destinado ao saber – o segundo painel do díptico em que se dividiu o núcleo central da tese –, apoiou-se em três traves: na inspeção de catálogos e índices de livrarias; em exames documentais, atentos a referências a manuscritos; e na revisão bibliográfica de estudos subordinados à temática dos livros e das bibliotecas medievais portuguesas. De acordo com a perspetiva compreensiva e panorâmica que guiou a pesquisa, o exame deveria recair idealmente sobre as bibliotecas das principais casas monásticas do reino; sobre os armários diocesanos das diferentes sés instaladas em território português, mesmo que episodicamente sufragâneas de metropolitas externos; e sobre as livrarias privadas de religiosos que fossem passíveis de reconstituição. Afastaram-se do estudo, de forma intencional, as bibliotecas laicas por se apresentarem como uma realidade muito marginal na época sob escrutínio.

Por circunstâncias várias, que serão esclarecidas a seu tempo, o destaque na análise das livrarias acabou por ser dado aos fundos mais volumosos e significativos inventariados, nomeadamente os constituídos nos mosteiros de Sta. Maria de Alcobaça e de Sta. Cruz de Coimbra, fundações religiosas que se contavam, então, entre os principais polos do saber do reino, e que apareciam como muito representativas dos interesses culturais e intelectuais em voga no território. A existência de catálogos bibliográficos para estes dois estabelecimentos religiosos possibilitou, de resto, o seu tratamento exaustivo. Uma vez que ambas as listas de manuscritos compreendiam obras cuja cronologia extravasava os limites temporais definidos, o procedimento seguido implicou expurgar dos elencos existentes as obras arroladas posteriores ao século XIII, usando como critério a datação codicológica feita pelos especialistas encarregues da sua inventariação. O uso do método, fazendo concordar a datação dos manuscritos com o intervalo do estudo, não salvaguarda todavia o risco de alguns, ou vários, desses códices terem sido objeto de incorporações tardias, pois os inventários sobreviventes não reportam diretamente ao período, mas tiveram elaboração posterior. Resulta, daí, incerto dar como provada a presença da totalidade das obras em causa nas estantes dos referidos mosteiros durante a época observada; apenas é possível considerá-la como provável, com base num conjunto variado de indícios. Um risco, no entanto, inevitável, e assumido em toda a sua extensão, aliás, na linha do que foi feito por trabalhos congéneres, guiados por objetivos equivalentes ou similares, como aconteceu, por exemplo, com António Cruz e Armando Alberto Martins em estudos sobre a livraria de Sta. Cruz de Coimbra; com José Mattoso num trabalho de síntese, mais transversal, focado sobre as orientações da cultura

portuguesa no princípio do século XIII; ou com Aires Augusto de Nascimento em artigo sobre a concentração, dispersão e dependências na circulação de manuscritos em Portugal, nos séculos XII e XIII.

Problemas substancialmente diferentes foram colocados pelas livrarias diocesanas, para as quais a quase inexistência de elencos de espécies bibliográficas limitou a reconstituição sistemática dos interesses intelectuais das instituições catedralícias. Apenas foi possível divisar um único inventário de manuscritos digno desse nome referente à sé de Viseu, e um conjunto pouco extenso de documentos contendo referências avulsas a livros pertencentes aos tesouros catedralícios, mas insuficientes para projetar a dimensão e a composição das livrarias mantidas pelas sés implantadas em solo português. Perante a quase ausência de listas, arrolamentos ou catálogos desse teor para a época definida – enorme vazio a que só parece ter escapado a referida sé viseense – a possibilidade mais interessante encontrada para tentar estimar o conteúdo de tais fundos eclesiásticos foi proceder à análise das doações de manuscritos endossados por particulares às catedrais. O acompanhamento desse fluxo de cedências, ancorado na respetiva identificação das obras cedidas, permitiu reconstruir parcelarmente o recheio dos fundos catedralícios, embora pouco diga sobre o tamanho efetivo das livrarias visadas pelos doadores, além de que esclarece melhor os interesses bibliográficos dos beneficiantes do que as preferências dos beneficiários. No entanto, é legítimo pensar que os doadores pudessem atender às necessidades das instituições beneficiadas, e que um dos objetivos das entregas de livros passasse por suprir eventuais carências das sés ou atender aos seus anseios bibliográficos. Tratando-se, em qualquer caso, de visões parciais de recheios bibliográficos que deveriam ser bem mais amplos, é inevitável concluir que uma reconstituição capaz dos manuscritos das instituições diocesanas esteja dependente da vinda a lume de eventuais documentos, ainda desconhecidos ou por publicar, porventura inexistentes. Perante tais problemas, uma outra forma encontrada de fazer aproximação ao tema das bibliotecas catedralícias, subsidiária ao exame dos testamentos deixados pelo clero catedralício português, passou por fazer a averiguação dos fundos diocesanos de cinco sés castelhano-leonesas – Burgos-Osma, Leão, Salamanca, Segóvia e Zamora –, três das quais possuem inventários para o período em causa bastante completos, no pressuposto de que seguiriam orientações afins no que se refere às políticas de requisição bibliográfica. Uma pista que pode fornecer indícios úteis para uma melhor apreciação da questão, sabendo-se das numerosas

analogias que aproximavam as dioceses peninsulares, dentro e fora do reino, nas mais variadas matérias.

Finalmente, para completar a análise de manuscritos, e no que se refere às livrarias privadas, foi possível sondar vários núcleos bibliográficos do período, compostos por particulares, ainda que variando em dimensão e valor, tendo por base um núcleo de testamentos recém-editados – os *Testamenti ecclesiae Portugaliae* –, muito proveitoso para esse fim. Um acervo documental coerente e alargado, que avaliza conclusões importantes, pertinentes e bastante firmes sobre as preferências bibliográficas dos letrados da época, mesmo se exclusivamente ligados ao clero catedralício. Nada de semelhante existe, contudo, para o mundo regular, em parte por deficiência de dados, em parte pelo desinteresse manifestado, até à data, pelo desenvolvimento de estudos análogos, mas também devido à própria natureza das congregações monásticas, onde o sentido comunitário reduzia, quando não anulava por inteiro, o sentido patrimonial dos seus membros, ao contrário do que aconteceu com o clero secular. Uma realidade, em todo o caso talvez mais teórica do que prática, mas de que são exemplos acabados as ordens mendicantes, onde o despojamento e o desapego aos bens materiais eram sublimados, e todo o património existente era considerado de forma solidária, não privativa.

Os testamentos carrilados para a análise das livrarias particulares têm a enorme vantagem de clarificar a presença dos manuscritos identificados em território português para a cronologia considerada, pois esses documentos, devido à sua datação precisa, permitem acompanhar o trânsito dos livros. Afasta-se, assim, neste caso, o principal risco apresentado pelos inventários bibliográficos, ligado com a possibilidade da ocorrência de incorporações de manuscritos posteriores à época em causa. Nesse sentido, a informação extraída dos testamentos é naturalmente muito mais firme do que a produzida com base em catálogos mais tardios.

De uma forma geral, em termos dos dois objetos preconizados como fins da investigação – a reconstituição do figurino dos letrados do período e do saber ao seu dispor – o desequilíbrio achado na inspeção dos fundos de manuscritos, em que prevalecem os dados obtidos em ambientes monásticos sobre os diocesanos, com a exceção aludida das livrarias particulares, encontrou sinal contrário na análise dos percursos individuais dos letrados, onde predominou a informação relativa ao clero secular sobre o clero regrado. Nessa medida, as insuficiências setoriais dos dados em cada

um dos domínios, sem serem evitáveis ou disfarçáveis, muito menos desejáveis, tendem para uma certa complementaridade. Uma constatação que evidencia as dificuldades em fazer emergir um retrato acabado e ideal da cultura do período, mas que tem a inegável virtude de incluir no quadro esboçado os dois blocos religiosos que, por junto, dispunham do controlo do saber no Portugal do período, em regime de quase monopólio, para uma época em que a cultura secular ainda não apresentava expressão significativa, o que legitima, desse modo alguma da amplitude e da latitude procuradas pelo estudo.

Acresce ao que foi dito preambularmente sobre os objetos da investigação que a pesquisa desenvolvida não configurou uma incursão em território inexplorado, longe disso. Pelo contrário, a reivindicação de síntese do estudo, que o dota de grande parte da sua originalidade e validade, tem como pressupostos iniciais a existência de trabalhos de base, realizados a nascente, capazes de suportar a abordagem panorâmica pretendida. Com efeito, a produção e a conservação de cultura no quadro da geografia portuguesa para o período embrionário do reino de Portugal, constitui um universo relativamente estudado, embora até agora desprovido de um enquadramento mais geral que permitisse entrever na sua plenitude as transformações na produção cultural de então, a modificação da natureza dos seus agentes e a sua submissão alternada a interesses concorrentes e diferenciados. Os estudos precedentes, incidindo sobre a mesma temática ou a ela colaterais, lidando com letrados ou com núcleos bibliográficos para período homólogo ou aproximado, fornecem, na sua maioria, visões fragmentárias, circunscritas a núcleos e polos culturais específicos, sem conjurarem uma visão panorâmica, detendo-se preferencialmente no escrutínio aprofundado de realidades específicas bem delimitadas – com as monografias aprofundadas a suplantarem, quase sempre, os esforços de síntese, mais transversais.

Dessa forma metódica, circunstanciada e monográfica, trabalharam num passado não demasiado remoto numerosos autores, muitos deles consagrados, como Avelino Jesus da Costa, Francisco da Gama Caeiro, Artur Moreira de Sá, Rui de Azevedo, Isaías da Rosa Pereira, António Cruz, Joaquim Veríssimo Serrão, Fernando Félix Lopes, António do Rosário, José Mattoso, José Antunes, José Marques ou Aires Augusto do Nascimento. Vêm-no fazendo agora outros, pertencentes a mais recentes gerações de historiadores, na sua maioria ainda no ativo, como Armando Alberto Martins, Leontina Ventura, Saúl António Gomes, Manuel Augusto Rodrigues, Maria João Branco, Hermínia Vilar, Ana Maria Rodrigues, Bernardo de Sá-Nogueira, Maria do Rosário Morujão, Cristina Cunha

ou José Meirinhos, para citar apenas os mais óbvios. Uns e outros verteram, no seu conjunto, a partir da documentação disponível, uma série de estudos de caso de inegável interesse. Alguns apontaram a livrarias eclesiásticas, chancelarias, ou universidades; outros elaboraram úteis repertórios prosopográficos, onde se podem divisar entre os seus elementos vários letrados; e outros ainda dedicaram-se a estudar alguns dos principais polos de transmissão e produção do saber, casos da arquidiocese de Braga, das sés de Coimbra e do Porto, da abadia cisterciense de Alcobaça, do mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra, da igreja de S. Vicente de Fora, ou dos conventos mendicantes. Houve também quem tratasse figuras de primeiro plano da cultura portuguesa; enquanto outros se preocuparam em analisar as relações entre o poder temporal e o poder espiritual, colocando-as em conexão com o ambiente de produção cultural.

Só com a realização apriorística desses minuciosos e aturados trabalhos de investigação, e em face da qualidade e profundidade de muitas das conclusões obtidas, se tornou possível empreender uma primeira tentativa de síntese, como a aqui reivindicada, capaz de produzir uma visão macroscópica e articulada sobre a evolução dos elementos produtores e portadores de cultura no Portugal uncentista e ducentista e do nível do seu saber. Ou seja, vinham sendo cobertas e eram já razoavelmente conhecidas muitas das peças do *puzzle* cultural presente nas origens do reino, mas estava ainda por consumir uma visão de conjunto, capaz de evidenciar a composição do todo, pois persistiam por cruzar as diferentes realidades segmentadas e ainda não havia sido apurada a soma das partes, a não ser de forma tateante e intuitiva.

Enfim, cabe ainda no âmbito desta introdução, uma vez superadas as questões essenciais relacionadas com a exposição do seu objeto, objetivos, espacialidade e periodização, referir, em breves palavras, a estrutura adotada no estudo, ou seja, a divisão formal observada. Nesse particular, optou-se por um esquema que procurou ter em perspetiva a simplicidade e a coerência interna do trabalho realizado. De acordo com essa intenção, o procedimento mais racional foi o de transpor para a organização e exposição das matérias a lógica do título. Assim, após a presente introdução, apresenta-se o corpo do trabalho propriamente dito, com um núcleo central organizado em torno de duas partes: uma primeira dedicada à caracterização dos letrados; e a outra, vocacionada para a investigação dos livros e das livrarias.

No retrato procurado da elite intelectual, o alinhamento por capítulos exprimiui, com grande proximidade, o arranjo das fichas prosopográficas apresentadas em anexo. Por conseguinte, a descrição, debate e apresentação dos resultados sobre o grupo mais instruído do período, obedeceu à seguinte ordem expositiva: detalhe das informações biográficas pessoais, análise dos sistemas de parentesco, clientelares e de dependência; inspeção do nível patrimonial; observação da formação e percurso escolar; exame da produção escrita; e avaliação das principais formas de serviço, desdobrado em serviço eclesiástico e régio. Por seu turno, a parte relativa ao exame dos manuscritos incluiu capítulos referentes aos diferentes tipos de núcleos bibliográficos identificados: livrarias monásticas, diocesanas e particulares. Nestas secções dedicadas aos acervos de manuscritos procurou-se tratar estatística e quantitativamente muita da informação disponível, com destaque para o exame das datas das obras, dos autores mais procurados e dos assuntos mais procurados. O corpo da tese fecha com uma suma de conclusões e com as considerações finais. Naturalmente, as conclusões têm uma importância crucial no conjunto da dissertação, por constituírem o ponto de chegada da pesquisa. Seguem-se a bibliografia e vários índices: um índice geral dos capítulos, um índice de autores e um índice de figuras. Na bibliografia incluíram-se todas as obras e documentos consultados, independentemente do maior ou menor grau de familiaridade alcançado com eles, isto é, não se limitou a uma recolha dos elementos carrilados de modo explícito para o estudo mas congregou um amplo conjunto de trabalhos relacionados com os temas sob inspeção, capaz de servir de guia a potenciais interessados nas matérias tratadas. Surge repartida, de acordo com o esquema canónico, em fontes manuscritas, fontes editadas e estudos. Menos habitual numa secção com estas características é a presença de duas secções, destinadas a acomodar um repositório informacional de dados – os *Fasti ecclesiae Portugaliae* –, de importância fundamental para os trabalhos de levantamento e sistematização dos mestres; e um lote de referências digitais, onde se dá nota das principais páginas *web* consultadas. No resto, a apresentação das referências bibliográficas seguiu o modelo e as normas regulares neste tipo de trabalhos científicos, com a opção a recair no esquema habitualmente consagrado pela tradição portuguesa, de inspiração francófona, que prevê as indicações relativas ao nome do autor e ao título da obra; ao número do volume, se aplicável; e as informações sobre o local de edição, editora e data de publicação.

O corpo do trabalho foi, por sua vez, contemplado por um conjunto bastante amplo de apêndices documentais, decisivos para conferir os resultados apurados e para proporcionar uma melhor leitura das conclusões obtidas, sem a consulta dos quais a compreensão da tese resultará muito mais pobre. Os anexos elaborados consistem em elementos cuja dimensão física não tornava razoável a sua incorporação no corpo textual, ou em relação aos quais se considerou mais útil fazer a sua apresentação autónoma. Podem ser divididos em dois grandes grupos: materiais prosopográficos e quadros. O estudo prosopográfico é composto por três partes: a imprescindível introdução; a apresentação da matriz prosopográfica, ou seja, o questionário que serviu para a recolha dos dados; e o conjunto das fichas biográficas reunidas, relativas às mais de quatro centenas de letrados recenseados ao longo da pesquisa, perfazendo exatamente 416 indivíduos levantados na documentação reputados como mestres e/ou doutores, ou aos quais se pode colar esses rótulos a partir de indícios recolhidos suficientemente credíveis. Seguem-se um conjunto de quadros de tamanho, forma e ambição muito diversos, devidamente numerados e identificados. Estão ordenados em conformidade com a sequência seguida na exposição do estudo, com os elementos de apoio relativos aos letrados a antecederem os elementos ligados com a cultura letrada. No lote destes últimos, merece especial referência o conjunto de microbiografias de autores e autoridades mencionados no corpo da tese, a propósito do exame das várias livrarias. Cada um desses averbamentos consta de pequenas anotações biográficas, bibliográficas e cronográficas que, longe de serem muito pormenorizadas na maior parte dos casos, pretendem simplesmente ajudar a um melhor enquadramento cultural e histórico das suas vidas, assim como a facultar um melhor entendimento do contexto da sua produção escrita. Começou por ser um instrumento de trabalho destinado a um uso pessoal, daí certos desequilíbrios ao nível da recolha e sistematização da informação, mas a importância que foi adquirindo e o reconhecimento do seu interesse para uma melhor apreensão da exposição redundou na opção de fazer a sua incorporação na tese.

Por fim, interessa relevar a grande preocupação observada com questões de cariz metodológico, o que se justificou pela complexidade dos temas tratados e pelas exigências e preocupações de rigor científico que se tentaram observar. Expuseram-se, com a clareza possível, e sempre que considerado necessário, as opções tomadas, apresentando as justificações que as fundamentaram, e dando-lhes, por vezes uma grande dignidade na economia do texto, segundo a avaliação feita em cada circunstância. Serão

naturalmente discutíveis, tanto a natureza das escolhas feitas, como a sua oportunidade, mas a precisão terminológica e metodológica impuseram-se como meios para estabelecer as premissas do trabalho, pelo que esse debate era fundamental e não podia ser ignorado; como não foi. Daí que a exposição das matérias seja interpolada frequentemente por observações relacionadas com a natureza sociológica da abordagem, com as características panorâmicas do estudo, com o tratamento concedido às fontes, e com a delimitação precisa do objeto do trabalho, neste caso incluindo referências a grupos de controlo, a categorias de análise e à operacionalidade dos conceitos.

LETRADOS

“E eu direi, com toda a humildade, que se não houvessem ocorrido recentemente certos outros factos e se eles não tivessem suscitado em mim certas outras reflexões, nunca eu teria chegado a compreender a dupla absurdidade que é separar os mortos dos vivos. Em primeiro lugar, é uma absurdidade do ponto de vista arquivístico, considerando que a maneira mais fácil de encontrar os mortos seria poder procurá-los onde se encontrassem os vivos, posto que a estes, por vivos serem, os temos permanentemente diante dos olhos, mas, em segundo lugar, é também uma absurdidade do ponto de vista memorístico, porque se os mortos não estiverem no meio dos vivos acabarão mais tarde ou mais cedo por ser esquecidos, e depois, com perdão da vulgaridade da expressão, é o cabo dos trabalhos para conseguir descobri-los quando precisamos deles, como também mais tarde ou mais cedo sempre vem a acontecer.”

José Saramago
Todos os Nomes

QUESTÕES PREAMBULARES

Ensaiar uma caracterização das elites culturais portuguesas para os séculos XII e XIII obriga, antes de mais, a uma precisão terminológica, relativa ao conceito de letrado que lhe serviu de base. Uma clarificação a que está obrigada qualquer análise, mas em particular a histórica, que exige como utensílio uma linguagem apropriada; uma linguagem capaz de desenhar com precisão os contornos dos factos, uma linguagem, sobretudo, sem flutuações nem equívocos, como dela disse Marc Bloch¹.

No essencial, a contemporânea definição de letrado como alguém versado em letras e em literatura, e, por extensão, possuidor de uma vasta cultura, aplica-se na íntegra e sem transições à realidade dos séculos XII e XIII, observadas as devidas proporções e distâncias. O descritivo remete para uma figura de natureza compósita, possuidora de um nível cultural apreciável, marcada por uma estreita ligação às letras, aliás uma característica que se pode detetar na sua etimologia. Letrado seria também alguém capacitado para lidar, de forma suficiente, por vezes muito íntima, com a palavra escrita, supondo, por regra, a exposição a um ambiente formativo fecundo.

¹ BLOCH, Marc - *Apologie pour l'Histoire ou métier d'historien*. Paris: Armand Colin, 1964, p. 79.

Com evidentes assimetrias espaciais antes do século XII, durante o período alto-medieval, e com exceção do efémero episódio carolíngio, a presença de indivíduos com esses atributos não foi abundante no espaço da Cristandade. O nível intelectual era, na generalidade, baixo²; as competências escritas fugidias³, adquiridas nos poucos estabelecimentos de ensino disponíveis, que se resumiam às instituições eclesiásticas mais proeminentes⁴; e o material escrito, quer o produzido quer o circulante, era algo escasso, não obstante os sinais de crescimento que começavam a fazer-se sentir gradualmente⁵. Neste cenário de depressão intelectual, o manejo da palavra escrita, o acesso a livros e o contacto com a escolaridade eram prerrogativas de um conjunto reduzido de indivíduos, no essencial, ligados à Igreja⁶.

Nesse sentido, é absolutamente pacífico afirmar que a prática das funções relacionadas com a escrita, durante um largo período de tempo, com raízes na alta medievalidade, foi um monopólio eclesiástico na Cristandade latina, sobretudo desde o século VIII⁷. O estilo de vida religioso, ao sublimar a importância da palavra no contexto das suas atribuições litúrgicas e pastorais, conjugado com o acesso privilegiado à educação e à cultura escrita dos membros das diferentes congregações, levava naturalmente a uma apropriação pelos seus membros das tarefas associadas às letras, ao saber e à escrita⁸. A assunção era feita com toda a naturalidade, em parte devido ao reconhecimento do nível intelectual dos religiosos, mas também em consequência do grande vazio cultural apresentado pelo mundo laico, cuja expressão no início designava precisamente aqueles que não sabiam ler⁹. A quase ausência no mundo secular de um conjunto de profissionais da escrita, ainda em gestação, implicou que as práticas de produção e reprodução escrita persistissem durante muito tempo na esfera da Igreja e

² PAUL, Jacques - *Histoire intellectuelle de l'Occident medieval*. Paris: Armand Colin, 1973, p. 28.

³ BROCCIERI, Maria Teresa Fumagalli Beonio - O intelectual. In *O homem medieval*. Dir. J. Le Goff. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 126.

⁴ IDEM, *ibidem*, p. 126.

⁵ *Historia de la lectura en el mundo occidental*. Ed. R. Chartier e G. Cavallo. [Madrid]: Taurus, 2004, p. 187.

⁶ RICHÉ, Pierre - *Éducation et culture dans l'Occident barbare, VI^e-VIII^e siècles*. Paris: Seuil, 1962, p. 548.

⁷ BANNIARD, Michel - *A génese cultural da Europa*. Lisboa: Terramar, 1995, p. 222.

⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História das Universidades*. Porto: Lello & Irmão, Editores, 1983, p. 12.

⁹ IDEM, *ibidem*.

que os serviços notariais dos clérigos continuassem a ser amiúde reclamados¹⁰. Mas, mesmo no mundo religioso, o número de homens de letras era relativamente exíguo, razão porque, com frequência, se repetiam na documentação os indivíduos que apareciam na posição de rubricadores de diplomas, de escribas ou a assumir funções docentes, com alguns deles a distinguirem-se nas várias tarefas, acabando por acumular a lavra de documentos, a organização cartorial, a cópia de manuscritos e o ensino das letras¹¹.

De forma genérica, a partir do século XII, o panorama assim descrito começou a sofrer alterações, primeiro graduais, depois mais bruscas. A escalada de exigências que assinalou a época em termos da organização social, com o aumento de trocas e da especialização profissional¹², a necessidade de apertar o controlo patrimonial e financeiro de instituições e particulares¹³, a maior atenção concedida à legislação e à justiça, mais propriamente ao direito romano e ao direito escrito¹⁴, a multiplicação de contatos diplomáticos¹⁵, os debates intelectuais emergentes¹⁶, a maior atenção concedida à cultura nas cortes régias e nos paços¹⁷, a organização das chancelarias¹⁸, as preocupações notariais com a lavra de instrumentos jurídicos¹⁹ e o interesse crescente

¹⁰ SANTOS, Maria José Azevedo - Os «clérigos-notários» em Portugal: séculos XII-XIII. In *Estudos de diplomática portuguesa*. Dir. M. R. Morujão, M. H. C. Coelho, M. J. A. Santos e S. A. Gomes. Lisboa: Colibri - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001, p. 75-91.

¹¹ SANTOS, Maria José Azevedo - A evolução da língua e da escrita. In *Nova história de Portugal*. Dir. J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 3: *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): Do condado portugalense à crise do século XIV*. Coord. M. H. da Cruz Coelho e A. L. de Carvalho Homem. Lisboa, Editorial Presença, 1996, p. 630-634.

¹² BERNARD, Jacques - Comercio y finanzas en la Edad Media, 900-1500. In *Historia económica de Europa*. Dir. C. M. Cippola. Barcelona - Caracas - Mexico: Editorial Ariel, 1979, p. 295-297.

¹³ MARREIROS, Maria Rosa Ferreira - Os proventos da terra e do mar. In *Nova história de Portugal*. Dir. J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 3: *Portugal em definição de Fronteiras - do condado portugalense à crise do século XIV*. Coord. M. H. da Cruz Coelho e A. L. de Carvalho Homem. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 400-475.

¹⁴ FERNANDES, Fátima Regina - A recepção do direito romano no ocidente europeu medieval: Portugal, um caso de afirmação Régia. *História: Questões e Debates*. 41 (2004) 73-83.

¹⁵ MARQUES, Maria Alegria Fernandes - As comunicações entre Portugal e a Santa Sé na Idade Média. In *As comunicações na Idade Média*. Coord. M. H. da C. Coelho. [Lisboa]: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2002, p. 104-119.

¹⁶ PAUL, Jacques - *Histoire intellectuelle de l'Occident medieval...*, p. 307-339.

¹⁷ MATTOSO, José - A literatura genealógica e a cultura da nobreza em Portugal (s. XIII-XIV). In *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional -Cas da Moeda, 1985, p. 309-328.

¹⁸ AZEVEDO, Rui de - A chancelaria régia portuguesa nos séculos XII e XIII: linhas gerais da sua evolução. Parte I: documentos de Afonso Henriques. Coimbra: Imprensa Académica, 1938. Separata da *Revista da Universidade de Coimbra* 14 (1940) 1-54.

¹⁹ PEREIRA, Isaiás da Rosa - O tabelonado em Portugal. Notariado público y documento privado: de los orígenes al siglo XIV. Valencia: Generalitat Valenciana, 1990. Separata de *Actas del VII Congreso Internacional de Diplomática*, p. 615-690.

pela constituição de memórias e de registos históricos²⁰ foram fatores em presença na época que contribuíram para a intensificação da pressão sobre as elites culturais, no sentido do seu incremento quantitativo e qualitativo. Procurou-se responder a essa complexificação da sociedade através da maior qualificação do ensino e da multiplicação da rede escolar, com destaque para a criação de universidades, apresentando estas um carácter mais espontâneo e orgânico no início, e mais dirigido posteriormente²¹. Os conhecimentos e as competências escritas eram cada vez mais valorizados e requisitados, de modo a responder à amplitude de fins e objetivos que, com muita rapidez, se estenderam a todo o tecido social: educativos, notariais, religiosos, administrativos, burocráticos, legislativos, financeiros, mercantis, judiciais.

Os serviços dos letrados passaram a ser reclamados por todos os estratos e ordens, em resultado desse clima expansionista – por alguns autores classificado como um verdadeiro Renascimento²². Multiplicaram-se as diligências de recrutamento intelectual por parte das instituições eclesiásticas, imperiais, régias e aristocráticas, assim como pelas oligarquias urbanas emergentes, e em consequência destas novas dinâmicas o número de escolares subiu, o que a prazo produziu efeitos visíveis na redução dos níveis de analfabetismo e de aliteracia, apesar de continuarem a ser a regra para uma maioria muito alargada da população, pois a cultura continuava muito circunscrita ao clero, que controlava a instrução²³.

A entrada no século XII, com tantas mutações em curso, resultou, portanto, em significativas transfigurações socioeconómicas e politico-culturais no mundo cristão. O crescimento urbano, a melhoria das comunicações e acessibilidades, a generalização dos contatos, levaram a uma contração súbita do tempo e do espaço: os centros e as periferias começaram a convergir numa espécie de zonamento cultural; e com essa convergência, modelaram-se e uniformizaram-se teorias e práticas, unidas por corredores de circulação mais rápida, servindo de veículo para a passagem de pessoas,

²⁰ ARNALDI, Girolamo - Annali, cronache, storie. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 2. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 463-514.

²¹ GIEYSZTOR, Aleksander - Gestão e recursos. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 107.

²² HASKINS, Charles Homer - *The renaissance in the twelfth century*. New-York: Cambridge, 1927.

²³ GOMES, Saul António - A religião dos clérigos: vivências espirituais, elaboração doutrinal e transmissão cultural. In *Historia religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 1: *Formação e limites da cristandade*. Coord. A. M. Jorge e A. M. Rodrigues. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 400.

bens, opiniões, saberes. No mundo da cultura e do intelecto, isso foi particularmente visível com a crescente mobilidade de escolares e, com eles, de manuscritos, atraídos para os novos centros culturais polarizados em torno dos nascentes estudos gerais, daí irradiando para outros destinos ou regressando às suas origens²⁴. Sem se poder falar numa democratização do ensino, pois a escala não admite essa formulação, é inegável que mais indivíduos passaram nesta época a aceder ao saber, fosse nas suas formas mais rudimentares ou avançadas.

A Península Ibérica, malgrado a sua posição territorial extrema no seio do mundo cristão, e as suas condições idiossincráticas, não deixou de ser afetada por todas estas dinâmicas conjunturais, na maior parte coincidentes com a fundação do reino português. Como em outras partes da *Christianitas*, em território ibérico e, com algum atraso, no caso português, o aumento de estudantes e o aprofundamento do saber adquirido, levou a um aumento importante da base de letrados, em especial no século XIII, ao mesmo tempo que, por paradoxo, introduziu uma hierarquia muito acentuada nesse contingente, pois a diferença entre o ensino ministrado nas escolas paroquiais, nas colegiadas, nas escolas diocesanas e nos estudos da maior parte das casas monásticas portuguesas era muito acentuada face ao tipo de ensino dispensado nos estudos gerais situados no exterior, descontando algumas exceções²⁵. Uma diferença que se pode situar

²⁴ RIDDER-SYMOENS, Hilde de - A mobilidade. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 279-302.

²⁵ Sobre as escolas existentes em Portugal na Idade Média vid. ANDRADE, António Alberto Banha de - Colegiadas: sua função, em especial a do ensino. In *Congresso histórico de Guimarães e sua colegiada: 850º aniversário da batalha de S. Mamede (1128-1978)*. Actas. Vol. 5. Guimarães: [s.n.], 1982, p. 9-15; ANTUNES, José - Ensino. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 2: *C-I*. Coord. A. M. Jorge et al. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 110-117; CAEIRO, Francisco da Gama - A organização do ensino em Portugal no período anterior à formação da Universidade. Lisboa: [s.n.], 1968. Separata de *Arquivos de História de Cultura Portuguesa*, 2/3 (1968); IDEM - As escolas capitulares no primeiro século da nacionalidade portuguesa. Lisboa: [s.n.], 1966. Separata de *Arquivos de História de Cultura Portuguesa*, 1/2 (1966) 1-48; IDEM - Ensino e pregação teológica em Portugal na Idade Média: algumas observações. *Revista Española de Teologia*. 44 (1984) 113-135. CARVALHO, Rómulo de - *História do ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, caps. I e II. COSTA, António Domingues de Sousa - Colegiadas. In *Dicionário de história de Portugal*. Vol. 1. Dir. J. Serrão. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, p. 613-614; IDEM - Escolas episcopais e paroquiais. In *Dicionário de história de Portugal*. Dir. J. Serrão. Vol. 2. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, p. 75; *História de Portugal*. Dir. D. Peres. Vol. 2. Barcelos: Portucalense Editora, 1929, p. 599-615; LOPES, Fernando Félix - Escolas públicas dos franciscanos em Portugal antes de 1308. In *Colectânea de estudos de história e de literatura*. Vol. 2: *A ordem franciscana na história e cultura portuguesa*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1997, p. 353-370; *História de Portugal*. Dir. J. Mattoso. Vol. 2: *A monarquia feudal: 1096-1480*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 537-540; OLIVEIRA, António Resende de - As instituições de ensino. In *Nova história de Portugal*. Dir. J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 3: *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): do condado portucalense à crise do século XIV*. Coord. M. H. da Cruz Coelho e A. L. de Carvalho Homem. Lisboa:

entre dois antípodas: por um lado, o acesso aos rudimentos da leitura, da escrita e do cômputo, adquiridos em poucos anos²⁶; por outro, a obtenção de uma preparação superior em artes, direito, teologia ou medicina, muito mais longa, exigente e completa, mas também mais recompensadora²⁷.

As novas preocupações formativas levaram a um aumento da presença de estudantes nas escolas universitárias existentes e em outras entretanto criadas, com vários deles a optarem por prosseguir estudos fora do espaço peninsular. Começaram, por isso, muitos deles a rumar a Paris e a Bolonha, a princípio; a Montpellier e Toulouse, logo de seguida; a Salamanca, Palência e Pádua, numa terceira vaga; e a Oxford e Cambridge, num quarto momento, coincidente com a fundação do estudo geral do reino, criado no final do século XIII, que passou a atrair também parte dos escolares peninsulares, na sua maioria portugueses, interessados em obter preparação superior²⁸.

QUESTÕES METODOLÓGICAS

Feito o necessário enquadramento do período em linhas muito gerais, e antes de particularizar o caso português, parece pertinente do ponto de vista metodológico promover a discussão de quatro pontos essenciais, já enunciados na introdução, determinantes para a operacionalização da investigação, e, por conseguinte, com reflexos ao nível dos resultados finais da pesquisa: o critério usado para proceder à triagem dos letrados; as opções observadas ao nível das metodologias e dos instrumentos mobilizados na pesquisa, na perspetiva da sua adequação ao objeto; o exame breve do estado da arte do tema, de modo a aferir os méritos e as dificuldades do projeto; e a forma observada na exposição das matérias.

Editorial Presença, 1996, p. 635-659; SÁ, Artur Moreira de - Primórdios da cultura portuguesa. Lisboa: [s.n.], 1966-1968. Separata de *Arquivos de História de Cultura Portuguesa*, 1/1 (1967) 5-10; SARAIVA, António José - *A cultura em Portugal: teoria e história*. 2 vols. Lisboa: Bertrand, 1984; IDEM - *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1998, parte II.

²⁶ PEREIRA, Isaias da Rosa - Escolas e livros na Idade Média em Portugal. In *Congresso de História da Universidade no 7º centenário da sua fundação*. Actas. Coimbra: C. O. C. H. U., 1991, p. 57.

²⁷ SÁ, Artur Moreira de - Primórdios da cultura portuguesa..., p. 10.

²⁸ Uma cronologia completa da fundação dos estudos gerais europeus pode ser encontrada em VERGER, Jacques - Modelos. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. I: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 59-60.

Começando pela questão fundamental do critério de seleção do universo dos letrados, num pano de fundo como o descrito, marcado por um crescente número de indivíduos com acesso a formação e por uma relativa abundância de letrados face ao período imediatamente anterior, recensear a elite do saber significou distinguir entre alta cultura e baixa cultura, e por sua vez distinguir ambas da cultura popular, não letrada²⁹. Por razões teóricas – o desejo de identificar um estrato mais esclarecido do ponto de vista intelectual – e pragmáticas – a introdução de critérios de racionalidade e razoabilidade na delimitação do universo do estudo –, recorreu-se ao nível de instrução para fazer essa segmentação, restringindo o campo de observação aos elementos com passagem por ambientes escolares avançados e expostos a um saber baseado na leitura de livros. De facto, a observação dos percursos formativos corresponde à forma mais imediata e operativa de separar os indivíduos com preparação intelectual incipiente do grupo de maior erudição, que se adivinhava muito menos denso. A utilização dos graus de mestre (*magister*) e de doutor (*doctor*), de valor afim no ensino de perfil universitário do período³⁰, aos licenciados nas áreas de estudo oferecidas então – o proverbial cânone composto pelas artes liberais, teologia, direito e medicina³¹ –, pareceu a forma mais eficaz de promover essa seriação. Sobretudo porque a utilização desse critério protegeu dos perigos do anacronismo, pois ambos os conceitos remontam à época, e porque é incontestável o significado dos títulos magistral e doutoral no enquadramento dos *studia generalia*, correspondendo à outorga aos seus portadores de uma licença universal para o exercício do ensino, conferida pelas instâncias universitárias – a *licentia ubique docendi*³² –, pelo que não restou nenhuma dúvida sobre a bondade e operacionalidade do critério.

Mas apesar de se afigurar indiscutível o significado dos títulos magistral e doutoral em meio académico, o seu uso como filtro identificador dos letrados não foi isento de riscos devido à ambivalência do seu emprego em outros contextos, não-universitários. O título de mestre, em particular, continha uma enorme carga polissémica, servindo para designar realidades muito díspares no período em apreço.

²⁹ LE GOFF, Jacques - *Para um novo conceito da Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Estampa, 1980, p. 215-216.

³⁰ RÜEGG, Walter - Temas. In *Uma história da Universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 19-21.

³¹ IDEM, *ibidem*, p. 24.

³² IDEM, *ibidem*, p. 19-21.

Com efeito, nos séculos XII e XIII, surgem encapsulados sob a nomenclatura de *magister* várias categorias de indivíduos, entre os quais se contam, além dos referidos escolares graduados por estudos gerais, os prelados de ordens religiosas militares³³, artesãos com grande grau de especialização e perícia³⁴ e confessores privados³⁵. Isto sem descartar a possibilidade, algo plausível, do emprego do termo na qualidade de título honorífico³⁶.

A par desses casos mais notórios, há ainda que admitir eventuais fenómenos de assimilação do conceito a realidades performativas próximas. Cabe neste caso considerar as propostas que sugerem uma utilização mais lata do conceito de mestre, ampliando-o a professores, lentes e pedagogos, sem os associar necessariamente à posse de um grau académico. De acordo com essa perspetiva, a designação de mestre não corresponderia a um grau académico mas apenas a um título funcional, aproximando-se a noção notavelmente do desempenho das funções de mestre-escola das catedrais e colegiadas e das exercidas por lentes em escolas claustrais. Algumas objeções podem, no entanto, ser anotadas a esta interpretação que, em qualquer caso, e a ser válida, colhe melhor para o século XII do que para o seguinte. A mais notável das quais é a nítida separação na mentalidade dos homens da época dos dois conceitos – o de *magister* e o de *magister-scholarum*. De resto, abonando tal distinção, são visíveis em alguns documentos indivíduos nomeados em simultâneo como mestres e mestres-escola, o que seria dispensável, por ser redundante, no caso de exprimirem realidades idênticas. Por outro lado, nem sempre os indivíduos encontrados a ocupar as posições de mestres-escola são referidos como mestres; além de que, em sentido inverso, são numerosos os mestres que aparentemente nunca ocuparam o mestre-escolado, muitos dos quais foram possuidores de indiscutível formação académica.

Todos esses perigos inerentes à multiplicação de sentidos do título de mestre, que poderiam resultar no mapeamento erróneo de indivíduos, puderam, no entanto, e na maior parte dos casos, ser mitigados pela apreciação do uso contextual da expressão. Sobraram, ainda assim, várias situações, em relação às quais o julgamento se quedou

³³ FONSECA, Luis Adão da - Ordens Militares. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 2: J-P. Ana Maria Jorge et al. [Lisboa]: Centro de Estudos de História Religiosa 2000-2001, p. 335.

³⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*. Lisboa: Sá da Costa, 1974, p. 140-141.

³⁵ MATTOSO, José - A cultura monástica em Portugal (975-1200). In *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional -Casa da Moeda, 1985, p. 373.

³⁶ CAEIRO, Francisco da Gama - As escolas capitulares ..., p. 8.

bem mais inseguro, em especial, quando os indivíduos figuravam na documentação apenas com o nome a acompanhar o título, ou em que a bibliografia não esclareceu, com a necessária suficiência, as condições do emprego da expressão. Nessas situações, e perante a parcimónia das notícias, tornou-se difícil aclarar a presença do título e perceber se o seu emprego valeria como credencial de um grau escolar ou se remeteria para uma realidade muito diversa, circunstância em que não interessaria o seu arrolamento para a pesquisa.

Seja como for, considerando todas as dificuldades e concedendo a hipótese, muito razoável, de nem todos os indivíduos do elenco designados por mestres terem beneficiado de formação universitária, é razoável presumir a passagem da esmagadora maioria por instâncias de ensino destacadas, mesmo que algumas não dispusessem duma homologação oficial como estudos gerais. Com efeito, há que acomodar a hipótese de certos elementos do grupo de mestres e doutores terem frequentado escolas diocesanas ou estudos monásticos de alto perfil, onde poderiam angariar uma formação avançada, sem que estes fossem credores de um reconhecimento oficial como universidades *ipso facto* – uma realidade que, por comodidade, se irá designar adiante como ensino parauniversitário, em razão das afinidades na qualidade de ensino oferecido com o administrado nos *studia generalia*. Significa isso, que mesmo relaxando o emprego do conceito, sem o vincular necessariamente a uma preparação de tipo universitário, a qual, no entanto, se afigura como certa, ou muito provável, para a porção mais substancial dos indivíduos recenseados, o título magistral como o doutoral, pareceu sempre um filtro suficientemente robusto para reconhecer os intituados desse modo como detentores de uma forte preparação cultural e intelectual, aparecendo como um delimitador eficiente e significativamente sólido do grupo a isolar e caraterizar.

Por outro lado, as incertezas decorrentes da polivalência do uso da expressão *mestre*, somadas aos fenómenos de homonímia em que a época foi fértil e à pouca substância noticiosa de muitos dos documentos usados para compor as notícias biográficas, impediram, por vezes, uma desambiguação eficaz dos indivíduos mencionados nos documentos. Tal aconselhou o emprego de naturais cuidados na exposição dos resultados; o que recomenda, por conseguinte, pelo menos uma igual atenção nas leituras que deles possam ser feitas. O uso de algumas extrapolações e de métodos indiciários na tentativa de reconstituição dos percursos de letrados e no traçar dos seus perfis – que não é possível iludir em matéria de estudos prosopográficos –,

apesar de toda a prudência envolvida, sugerem o mesmo. Como o aconselham ainda a falta de fiabilidade de algumas fontes e a imprecisão de certos estudos usados para a averiguação de trajetos, nos quais se encontraram informações notoriamente erradas, ou parcialmente inexatas, além de outras porventura corretas mas não indexadas a documentos, e portanto de difícil validação. No conjunto, estes motivos sugerem a consideração de alguma margem de erro na avaliação dos resultados fornecidos, como modo de melhor calibrar as leituras. Somadas todas as razões, abandonou-se a hipótese de proceder a um tratamento estatístico e quantitativo dos dados apurados, por melhor se justificar uma abordagem qualitativa, menos absoluta e mais indiciária face a um universo com a volubilidade do retratado.

Em termos dos instrumentos e das metodologias usados na investigação, as leituras e interpretações promovidas relativamente aos letrados tiveram por base, como se vem expondo, a recolha prosopográfica apresentada em anexo³⁷. É para essa direção que o texto sistematicamente remete, como para um conjunto diversificado de quadros, gráficos e tabelas produzidos, alguns constantes do corpo do trabalho, outros também apresentados em anexo. Tanto a prosopografia como os quadros em causa são ferramentas fundamentais no esquema adotado: não só suportam as conclusões, como muito auxiliam a uma melhor compreensão das observações veiculadas, podendo até permitir extrair conclusões suplementares de outra natureza – algumas das quais foram afastadas, de forma deliberada, por ultrapassarem o campo de ação do estudo, por lhe serem marginais, ou porque exigiriam um tempo e um espaço não disponíveis face aos condicionalismos existentes.

³⁷ Sobre o método prosopográfico, suas dificuldades e aplicações, vid. HOMEM, Armando de Carvalho; FREITAS, Judite - Prosopografia dos burocratas régios: séculos XII-XV: da elaboração à exposição dos dados. In *Colóquio Elites e redes clientelares na Idade Média. Problemas metodológicos. Actas*. Lisboa-Évora: Colibri-CIDEUS, 2001, p. 171-210; JORGE, Ana Maria - «Fasti ecclesiae Portugaliae»: prosopografia do clero catedralício português: 1071-1325. *Lusitania Sacra*. 13-14 (2001-2002) 655-666; KEATS-ROHAN - What's in a name? Some reflections on naming and identity in prosopography. In *Carreiras eclesiásticas no ocidente cristão: sécs. XII-XIV*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2007, p. 331-347; LEPINE, David - *Brotherhood of canons serving God. English secular cathedrals in Later Middle Ages*. Woodbridge: The Boydell Press, 1995; MILLET, Hélène - *Les chanoines du chapitre cathédral de Laon: 1272-1412*. Rome: Ecole Française de Rome, 1982; MORNET, Elisabeth - Préliminaires à une prosopographie du haut clergé scandinave: le chapitre cathédral de Roskilde 1367-1493. In *Medieval lives and the historian. Studies in Medieval Prosopography*. Ed. N. Bulst e J.-Ph. Genet. [s.l.]: Medieval Institute Studies Western Michigan University, 1986, pp. 139-162; PICKE, Jacques - L'examen d'un group social local devenu international. In *A igreja e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 207-232; IDEM - *Le chapitre cathédral de Notre-Dame de Tournai de la fin du XI^e à la fin du XIII^e siècle. Son organisation, sa vie, ses members*. Louvain-la-Neuve/Bruxelles: [s.n.], 1986.

Como sempre acontece nos estudos prosopográficos, a caracterização de um grupo resulta de uma soma, não aritmética, de biografias individuais. Na verdade, como se passa com qualquer outro tipo sociológico, o letrado, enquanto categoria genérica, é, ao mesmo tempo, uma idealização e um artificialismo estatístico, onde a média pode nunca encontrar tradução nos casos individuais que serviram para a sua elaboração, e o desvio-padrão tende a ser relativizado. O resultado final de uma prosopografia, nesse sentido, assemelha-se a um traço esquemático, servindo para delimitar uma categoria abstrata, à partida identificada por uma característica comum, criando uma imagem onde os desvios são diluídos e ocorrência excecional é desprezada, para se privilegiarem em seu lugar as tendências e as linhas de força, no que se esbate a figura do indivíduo para valorizar a figura do grupo. As interpretações dos dados remetem, portanto, para uma figuração ideal; um retrato que quase nunca se confunde com a casuística, ainda que, por paradoxo, nasça dela; um tipo-ideal, tal como o caracterizou Max Weber³⁸.

Tão evidente tendência para a abstração levou a que na exposição dos resultados se recorresse, sempre que justificável, ao exemplo individual, em obediência a um duplo propósito. Em primeiro lugar, como forma de temperar a excessiva simplificação e o inevitável esquematismo para que tendem os estudos prosopográficos e sociológicos. Em segundo lugar, de modo a ilustrar as experiências dos letrados em discordância com a norma ou, então, em estreita sintonia com ela. Desse modo a casuística serviu para

³⁸ WEBBER, Max - *Economia y sociedad*. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1944, p. 16-17. Segundo o autor: “La sociología construye conceptos-tipo - como con frecuencia se da por supuesto como evidente por sí mismo - y se afana por encontrar reglas *generales* del acontecer. (...) La construcción conceptual de la sociología encuentra su *material* paradigmático muy esencialmente, aunque no de modo exclusivo, en las realidades de la acción consideradas también importantes desde el punto de vista de la historia. Construye también sus conceptos y busca sus leyes con el propósito, ante todo, de sí pueden prestar algún servicio para la imputación causal histórica de los fenómenos culturalmente importantes. Como en toda ciencia generalizadora, es condición de la peculiaridad de sus abstracciones el que sus conceptos tengan que ser relativamente *vacíos* frente a la realidad concreta de lo histórico. Lo que puede ofrecer como contrapartida es la *univocidad* acrecentada de sus conceptos. Esta acrecentada univocidad se alcanza en virtud de la posibilidad de un óptimo en la adecuación de *sentido*, tal como es perseguido por la conceptualización sociológica. A su vez, esta adecuación puede alcanzar-se en su forma más plena (...) mediante conceptos y reglas *racionales* (racionales con arreglo a valores o arreglo a fines). (...) En todos los casos, racionales como irracionales, se *distancia* de la realidad, sirviendo para el conocimiento de ésta en la medida en que, mediante la indicación del grado de *aproximación* de un fenómeno histórico a uno o varios de esos conceptos, quedan tales fenómenos ordenados conceptualmente. El mismo fenómeno histórico puede ser ordenado por uno de sus elementos, por ejemplo, como “feudal”, como “patrimonial” por otro, como “burocrático” por alguno más todavía, por otro como “carismático. Para que con estas palabras se exprese algo unívoco la sociología debe formar, por su parte, *tipos puros (ideales)* de esas estructuras, que muestren en sí la unidad más consecuente de una adecuación de sentido lo más plena posible; siendo por eso mismo tan poco frecuente quizá en la realidad - en la forma pura absolutamente ideal del tipo. Ahora bien, la casuística sociológica sólo puede construirse a partir de estos tipos *puros (ideales)*.”

realçar percursos invulgares, e, nesse sentido, paradoxais; ou para sublinhar as conformidades com o arquétipo, e, nesse sentido, paradigmas.

Por outro lado, como é típico das prosopografias referentes à época medieval, em especial nas que envolvem o estudo do clero, as incertezas sobre as identificações individuais saem exponenciadas por um conjunto bastante heterogéneo de razões. Aí entram, numa primeira linha de preocupações, as perdas documentais provocadas pela ação do tempo ou do homem, que ocultam factos e ligações de outro modo impossíveis de estabelecer. Depois vêm as frequentes homonímias, baralhando em potência os cruzamentos dos dados entre pessoas com o mesmo nome, a que segue a escassez da documentação existente no período preocupada com os registos e censos individuais, que falha em informar acerca de datas de nascimento, filiações e percursos escolares. Acrescem a estas dificuldades as acumulações de benefícios clericais, a polivalência funcional, a frequente mobilidade dos indivíduos e os trajetos multifacetados desenhados por estes homens de letras, tudo razões que, separadas ou em conjunto, contribuem para dificultar identificações individuais unívocas e conclusivas.

A título de exemplo, no que se refere à diversidade de trajetos, um mesmo indivíduo podia acumular serviços sob várias dependências, nomeadamente eclesiásticas e régias; ou observar diferentes obediências, em momentos alternados, pois não era inusitado o trânsito entre comunidades regulares e seculares, num ou noutro sentido. Considerem-se também os trajetos individuais de desenvolvimento vertical, ao longo de um *cursus honorum*, podendo levar à ocupação de diferentes cargos e funções num mesmo espaço, capitular ou monástico; ou, então, as trajetórias que podem ser caracterizadas, por oposição, como de desenvolvimento horizontal, referentes a percursos alargados por espaços físicos muito diferenciados, por vezes com pouca ou nenhuma proximidade entre si; ou ainda as trajetórias de desenvolvimento diagonal, nesse caso cruzando os diferentes tipos de mobilidades: horizontal e vertical – isto é, com as carreiras ao longo dos *cursus honori* a projetarem-se por espaços diferenciados. Somem-se a todos estes problemas, outros ligados com notícias deturpadas, motivadas por agendas próprias; uma Cronística pouco fiável, mas cujo recurso por vezes se afigura incontornável perante a ausência absoluta de outras fontes ou face a documentos ainda menos credíveis; e os erros ecoados pela historiografia, a partir de factos dados como certos, mas nunca verdadeiramente questionados. Considerem-se ainda os percursos individuais mal demarcados e as identificações biográficas erróneas em certas

prosopografias. Tudo combinado percebe-se melhor o terreno fértil em armadilhas em que se moveu um estudo com as características do presente, fortemente dependente de recenseamentos exatos e insuspeitos.

Mas nem tudo é negativo neste quadro: encontram-se disponíveis para consulta várias edições críticas de fontes para a época em questão³⁹; e são crescentes as preocupações com o rigor e a seriedade intelectual nos trabalhos historiográficos; em cima disso, o interesse pela época medieval em Portugal recrudesceu nos últimos anos, com o que tal significa em termos da multiplicação de estudos e monografias. Também a competência e a preparação dos historiadores, em média, aumentaram, como aumentou o seu número absoluto, assim como a familiaridade com a paleografia e com o latim, ferramentas fundamentais para a análise da documentação no período em apreço. Além do mais, na sequência de vários trabalhos efetuados, vão emergindo figuras históricas já muito bem caracterizadas, com informação detalhada sobre os seus percursos, em alguns casos até abundante, e concedendo forte atenção à formação, como aconteceu com Álvaro Pais, Fernando Eanes de Portocarreiro, João de Deus, Pedro Julião, mestre Silvestre Godinho e mestre Vicente Hispano, para citar os indivíduos mais relevantes⁴⁰. Muito importante, vêm-se acumulando, em passado recente, os trabalhos de investigação prosopográfica sólidos, fornecendo abordagens setoriais de núcleos culturais e religiosos, duas realidades muito tangentes, com frequência sobrepostas⁴¹. E depois, vão-se produzindo, ainda que de modo pontual,

³⁹ Vid. Bibliografia - Fontes editadas.

⁴⁰ Vid. Anexos, fichas prosopográficas 12, 91, 178, 342, 386, 409.

⁴¹ Sobre estudos contendo elementos prosopográficos significativos, vindos a público nos últimos anos, vid. BRANCO, Maria João Violante - *Poder real e eclesiásticos: a evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II*. Tese de doutoramento em história medieval apresentada à Universidade Aberta. 2 vols. Lisboa: [s.n.], 1999; CUNHA, Maria Cristina Almeida - *A chancelaria arquiépiscopal de Braga: 1071-1244*. Tese de doutoramento em história apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: [s.n.], 1998; GOMES, Saul António - *In limine conscriptionis: documentos, chancelaria, e cultura no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: séculos XII a XV*. 2 vols. Tese de doutoramento em história apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: [s.n.], 2000; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa - *A sé de Coimbra. A instituição e a chancelaria: 1080-1318*. Tese de doutoramento em história da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: [s.n.], 2005; IDEM - *La famille d'Ébrard et le clergé de Coimbra aux XIII^e et XIV^e siècles*. In *A igreja e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 77-91; NOGUEIRA José Artur Anes Duarte - *Sociedade e direito em Portugal na Idade Média: dos primórdios ao século da Universidade*. Lisboa: [Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa], 1994; RODRIGUES, Ana Maria; RIBEIRO, João Carlos; COSTA, Maria Antonieta; MACIEL, Maria Justina - *Os capitulares bracarense: notícias biográficas*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2005; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa - *A sé de Lamego na primeira metade do século XIV: 1296-1349*. Leiria: Magno, 2003; SILVA, Maria João Oliveira e - *Scriptores et notatores: a produção documental da sé do Porto: 1113-1247*. Porto: Fio da

ferramentas no âmbito de projetos de investigação, como os *Fasti ecclesiae Portugaliae*, de importância superlativa para a pesquisa do clero diocesano português, nas suas várias ramificações⁴².

Assim, embora enfermando de muitas das dificuldades e contradições expostas, a construção das fichas prosopográficas dos letrados dos séculos XII e XIII ligados ao reino acabou por ser largamente tributária das edições críticas disponíveis e da solidez e capacidade revelada por vários dos estudos monográficos publicados, como muito beneficiou do acesso ao largo repositório de dados constituídos no âmbito dos *Fasti*. Sem o contributo destes elementos a ambição panorâmica do trabalho – convocar um retrato extensivo dos letrados abrangendo todo o espaço português e não apenas uma sua parcela, para uma diacronia de longa duração, só com muita dificuldade se poderia cumprir. De particular utilidade para o esforço desenvolvido foi a consulta da referida base de dados dos *Fasti* que permitiu aportar grande quantidade de dados ao trabalho, de outro modo impossíveis de acumular. De facto, não estaria ao alcance de um único investigador, atendendo ao tempo útil para a pesquisa, envidar uma recolha documental tão abrangente como a mobilizada nesse projeto, sem acesso ao qual resultariam identificações individuais menos conseguidas e dados recolhidos bastante mais pobres.

Cabe ainda sublinhar algo já assinalado em termos da exposição dos resultados obtidos. Observou-se, de forma geral, e sem grandes desvios, a estrutura e ordenação adotadas no questionário das fichas prosopográficas, quer por razões de coerência, quer por razões de praticabilidade. Assim, em primeiro lugar, atendeu-se aos dados biográficos de primeira ordem, relacionados com a origem e a morte dos indivíduos elencados. A essa exposição seguiu-se a análise da sua inclusão em redes de parentesco e, ato contínuo, um estudo sobre a respetiva inscrição em estruturas clientelares. Depois, abraçou-se a inspeção do nível patrimonial, a partir do recenseamento dos bens imóveis, móveis e financeiros desses mestres e doutores. Um ponto fundamental, tratando-se de letrados, foi o exame da atenção concedida à formação e aos percursos escolares, complementado pela análise do nível e diversidade da produção escrita deixada. Para o final ficou a observação do seu envolvimento nos serviços eclesiástico e régio, no que é verdadeiramente uma avaliação de carreiras e trajetórias.

Palavra, 2008; VILAR, Hermínia Vasconcelos - *As dimensões de um poder: a diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1999.

⁴² JORGE, Ana Maria - «Fasti ecclesiae Portugaliae»..., p. 655-666.

ELEMENTOS BIOGRÁFICOS PRIMÁRIOS

No que se refere à identificação e caracterização dos letrados, em primeiro lugar, interessa atender aos números do universo estabelecido. Nessa medida, o conjunto de fichas prosopográficas reunidas, relativas a letrados que viveram nos séculos XII e XIII, e cuja atuação foi possível ligar ao reino português, ultrapassou as quatro centenas. Em rigor, são 416 fichas, elaboradas a partir de uma vasta gama de recursos bibliográficos, compreendendo fontes primárias, edições documentais, estudos publicados e repositórios informáticos de dados. O recenseamento, como foi previamente explicado, partiu de um marcador preciso exibido pelos indivíduos – o título de mestre, paritário ao de doutor, valendo ambos como sinónimos de uma graduação em estudos superiores. Também foram incluídos na série os indivíduos sobre quem se presumiu a posse dos títulos magistral ou doutoral, apesar destes não serem visíveis nas notícias documentais ou bibliográficas, nomeadamente quando foi possível certificar a sua passagem por estudos gerais, que eram as únicas instâncias competentes para a concessão do grau.

As 416 fichas, por razões também já expostas e que serão retomadas adiante, não significam necessariamente um equivalente número de indivíduos – embora em circunstâncias ideais o devessem ser –; mas apenas o conjunto presumível de indivíduos que foi possível reconstituir a partir da informação mobilizada nos recursos acedidos, após o seu cruzamento entre si. Em conformidade com os procedimentos recomendados para estudos prosopográficos, procurou-se fazer sempre atribuições indisputadas, baseadas em critérios firmes, capazes de permitir associar corretamente a documentação e a bibliografia aos respetivos indivíduos. Para proceder a identificações unívocas concorreram, numa primeira linha de evidências: a similitude de nomes, a proximidade temporal, a convergência espacial, as referências comuns a parentes e o desempenho inequívoco de cargos e funções idênticos. Como não poderia deixar de ser, a exibição do título de mestre nos documentos também serviu, ela própria, como forma de atestar identificações positivas. O cruzamento desses elementos entre si foi o que permitiu distinguir os indivíduos em presença, ora favorecendo identificações, quando os elementos convergiam; ora estabelecendo distinções, sempre que se contradiziam. Numa segunda linha de indícios, embora usados sobretudo como critérios complementares, recorreu-se a informes adicionais sobre áreas de conhecimento, posse

de manuscritos, propriedade de certos bens móveis ou imóveis e relações de dependência, no caso de contribuírem para atribuições indiscutíveis.

É possível que as desambiguações nem sempre tenham sido totalmente eficientes, em grande parte dificultadas por um sistema onomástico pouco desenvolvido, como era o da época, com repetições insistentes na documentação de alguns nomes próprios, com destaque para Estêvão, Gil, Gonçalo, Martinho, Mendo ou Paio, e, sobretudo, para Domingos, Pedro e João. Por seu turno, quando os nomes nos documentos compareceram desligados do patronímico ou de informações biográficas adicionais o procedimento prosopográfico ficou ainda mais dificultado, no que foi uma situação recorrente.

Um outro grande obstáculo ao estabelecimento de correspondências inequívocas foi o desempenho de várias funções e cargos protagonizados pelos indivíduos no decurso das suas vidas – exercidos em acumulação, ou em sucessão –, responsáveis pela sua mobilidade no espaço ou no interior de instituições, sem que a documentação sancionasse convenientemente esses diferentes momentos de uma mesma carreira. A valorização alternada na documentação de certos cargos em detrimento de outros e alguma arbitrariedade nas formas de tratamento empregues para mencionar o mesmo indivíduo foram outros óbices importantes para fazer determinações conclusivas, como se discutiu na introdução. Do mesmo modo, terão prejudicado eventuais correspondências a existência de hiatos temporais longos entre referências documentais aos letrados, que podem ser explicáveis com toda a facilidade por estadias no exterior, por vacâncias nas funções ou por lapsos documentais, mas que são difíceis de averiguar e que podem ter redundado num aumento virtual do universo prosopográfico, por se ter optado pela prudência nessas identificações. Perante um quadro de tão grande complexidade revelaram-se muito úteis para a composição final da prosopografia as trajetórias propostas ou estabelecidas por alguns estudos e investigações recentes, que puderam ser consideradas e testadas, e, na maior parte das circunstâncias, dadas como boas. Contudo, nem todos os percursos sugeridos nesses trabalhos resistiram à crítica, e alguns deles carecem nitidamente de afinações e ajustamentos.

No geral, perante tantos problemas, alguns deles insolúveis com os dados disponíveis, a abordagem usada foi sempre de tendência conservadora, evitando-se conscientemente a subjetividade e os saltos demasiado arriscados, preferindo-se as

provas sólidas para a determinação dos percursos individuais, e só muito circunstancialmente acolhendo a intuição nesse exercício de identificação individual. Agindo dessa forma, assumiram-se os riscos inerentes a uma multiplicação de fichas, e por extensão, do número presumível de indivíduos, pois, perante dúvidas de identificação, a opção recaiu, regra geral, no desdobramento de fichas. Pareceu, no entanto, preferível fazê-lo em alternativa a promover assimilações incorretas, que falsificariam bibliografias, levariam a confusões indesejáveis entre indivíduos e originariam incorreções no desenho dos trajetos. Ainda assim, nas situações em que se detetaram suficientes afinidades nos dados recolhidos, levando a considerar que as informações de duas ou mais fichas prosopográficas pudessem referir-se a uma única pessoa, mas sem que disso houvesse provas concludentes, optou-se por fazer propostas de identificação sinalizando o facto.

Assim, mesmo considerando, por todas as razões apresentadas, a que outras mais se poderiam acrescentar, possíveis duplicações de fichas, ou seja a repetição de indivíduos, dadas as dificuldades em proceder a assimilações – em relação às quais há, todavia, a convicção que, existindo, não deverão ser demasiadas –; e admitindo, por ser quase inevitável, a inclusão errónea na prosopografia de alguns indivíduos nomeados como mestres – em razão do título exibido poder ter sido usado em aceções diferentes da pretendida, sem que fosse possível determinar o contexto do seu uso –, as cerca de quatro centenas de entradas prosopográficas reunidas parecem ser bastante representativas do universo que se procurou circular. E se algumas fichas podem suscitar legítimas dúvidas sobre as identificações propostas ou levantam reservas quanto à caracterização de alguns dos elementos biografados como letrados, especialmente aqueles que se apresentam rodeados de informações muito esparsas e lacunares, para uma quantidade muito significativa do grupo a questão é deslocada, ou até impertinente, na medida em que as reconstituições biográficas são bastante consistentes, relativas a indivíduos com percursos escolares bastante nítidos, ou facilmente adivinháveis com base nos indícios existentes.

Esta questão, pela importância que tem para o crédito das conclusões, merece todavia um debate um pouco mais extenso, acompanhada pela necessária troca de argumentos. Mesmo considerando uma necessária margem de erro na apreciação dos resultados, o número de indivíduos emergente, enquanto representativo do universo de letrados da época, não parece ser demasiado desencorajador, atendendo aos limites

cronológicos que balizam o estudo – um período de cerca de dois séculos, levando em conta os cerca de cento e cinquenta anos da cronologia mais a tolerância observada de forma a acompanhar na máxima extensão alguns dos percursos dos letrados identificados.

Atendendo ao atraso cultural atribuído às elites do extremo ocidental da península face aos centros do saber da época, potenciado pelas distâncias e pela dispersão de contatos – uma asserção que, a provar-se, em todo o caso, será mais consequente para o início da cronologia do que para o seu meio e final –, não é de crer que o número de frequentadores de estabelecimentos de ensino superior e de escolas capazes de fornecerem uma formação avançada fosse exponencialmente maior do que o sugerido pelas fichas prosopográficas. Em todo o caso, o pretendido atavismo cultural português, referido com insistência pela historiografia nacional, talvez deva ser moderado, pelo menos na parte do discurso que se refere à existência de uma elite formada por indivíduos expostos a estudos avançados.

Para o período delimitado, e conforme a prosopografia sugere, o número de letrados parece ter sido algo expressivo, o que em nada colide com as dúvidas, essas sim, muito legítimas, sobre a capacidade dessa elite para a produção de um discurso intelectual inovador, e muito menos invalida a tese dominante sobre a reduzida formação média da generalidade da população presente no território, algo que de tão verdadeiro se pode considerar quase uma tautologia⁴³. De facto, como é típico das não-centralidades, a distância face a centros culturais acaba por ser, quase sempre, diretamente proporcional à dimensão do fosso entre as elites e o resto da população; ou seja, quanto maior a distância das regiões periféricas e ultraperiféricas face aos núcleos do conhecimento, maior é, por norma, a clivagem entre os grupos eruditos e não eruditos situados nas áreas mais afastadas, em prejuízo dos últimos, pois o conhecimento tende a agir como um foco irradiante, cuja força se atenua com a distância.

Enfim, para o que está em causa neste momento, não tanto a apreciação do nível cultural da população portuguesa no seu conjunto ou o inquérito da originalidade do pensamento das elites, mas a determinação da presença no território de um núcleo cultural detentor de sólida formação escolar, é crível que o número de indivíduos

⁴³ OLIVEIRA, António Resende de - As instituições de ensino..., p. 657-659.

frequentadores de altos estudos pudesse não distar demasiado dos valores apontados pelo estudo prosopográfico. Mesmo desvalorizando a importância dos potenciais contatos com os centros árabes, moçárabes e hispânicos (Toledo, acima de todos, e com Coimbra, em lugar de destaque), onde vingavam as escolas de tradução e se recebia, reelaborando-o, o legado da Antiguidade Clássica, por não configurarem escolas e estudos na aceção pretendida, há que considerar vários factos que favorecem a interpretação de que uma quantidade significativa de indivíduos ligados ao reino acedeu a um alto nível de escolaridade no período em apreço. Acima de todos os argumentos, beneficiaram da implantação dos estudos gerais no século XII e da sua rápida explosão no seguinte, levando a que num curto período de tempo, justaposto com a época sob inspeção, estivessem à disposição dos escolares portugueses um número apreciável de estudos gerais, reconhecidos oficialmente como tal pelo pontificado – Bolonha, Paris, Reggio, Vicenza, Palência, Montpellier, Oxford, Cambridge, Arezzo, Salamanca, Pádua, Nápoles, Vercelli, Toulouse, Siena, Angers e Sevilha⁴⁴ –, com alguns dos quais se estabeleceram verdadeiros corredores de circulação, dependendo das épocas e em função dos interesses circunstanciais das instituições e dos indivíduos perante certas matérias de estudos.

Mesmo numa fase inicial, já existiam circuitos culturais ativos percorridos por membros das ordens religiosas intelectualmente mais estimulantes residentes em território português, casos dos agostinianos e dos cistercienses, com monges de ambas as regras a serem apontados às principais casas das ordens, como S. Vítor de Paris ou S. Rufo de Avinhão, no respeitante aos cónegos regnantes⁴⁵, e a abadia cisterciense de Paris, no que se refere aos monges brancos⁴⁶, destinos onde aparentemente recebiam formação avançada, com predomínio para os conhecimentos teológicos, no que parece ter sido uma inclinação insistente dos monges portugueses⁴⁷.

Por seu turno, existiam na época, comprovadamente, mecanismos de apoio e subvenção a clérigos com pretensões a prosseguir estudos no exterior, contribuindo para o engrossamento do fluxo escolar. Conhecem-se políticas de atribuição de bolsas desenvolvidas pelo clero, nomeadamente as estatuídas na arquidiocese de Braga por

⁴⁴ VERGER, Jacques - Modelos..., p. 59-60.

⁴⁵ GOMES, Saul António - *In limine conscriptionis...* Vol. 1, p. 97-110.

⁴⁶ CAEIRO, Francisco da Gama - *Santo António de Lisboa*. Vol. 1. Lisboa: Instituto Nacional - Casa da Moeda, 1995, p. 63.

⁴⁷ ALMEIDA, Fortunato de - *História da igreja em Portugal*. Ed. D. Peres. Vol. 1. Porto: Portucalense, 1967, p. 213-214.

João Peculiar, em 1173⁴⁸, como pela própria instituição régia, interessada em criar um oficialato capaz de responder às ambições centralizadoras da monarquia, razão para a entrega de 400 morabitinos anuais por D. Sancho I aos cruzios para patrocinar o estudo dos monges da ordem em território gaulês, uma soma muito substantiva para os padrões da época⁴⁹. Também há notícias de apoios similares concedidos por particulares, nomeadamente eclesiásticos, alguns deles antigos escolares nessas instâncias de ensino situadas além-fronteiras, que disponibilizavam verbas e manuscritos a elementos das suas clientelas, parentelas ou estruturas clericais para apoiar os respetivos estudos. Figuram como exemplos de mestres dispensadores de apoios a escolares o capelão apostólico Bernardo Eanes, o bispo de Lisboa Domingos Eanes Jardo, o bispo de Coimbra Egas Fafes, como os arcebispos de Braga João Peculiar e Martinho Geraldês, o cónego da Guarda e do Porto de nome mestre Pedro, e Pedro Gonçalves, que foi presbítero de Braga⁵⁰

As próprias disposições apostólicas exaradas na época impunham uma melhor preparação e formação dos religiosos da hierarquia eclesiástica, ao ponto de se expedirem diretivas conciliares pretendendo um melhor desempenho clerical ao nível das funções pastorais, sacerdotais, litúrgicas, administrativas, notariais e docentes, que lhes estavam cometidas no âmbito das suas atribuições, num conjunto amplo de obrigações aplicáveis tanto às escolas capitulares como às escolas paroquiais. As normas mais importantes nesse domínio foram aprovadas na terceira e quarta sessões do concílio de Latrão, realizadas em 1179 e 1215, regulando a presença de mestres-escola nas escolas capitulares e colegiadas⁵¹. Como os congéneres europeus, também os religiosos seculares portugueses se viram na contingência de obedecer a essas diretivas, o que se terá repercutido naturalmente num aumento da escolaridade desses elementos.

Por outro lado, no século XIII, assistiu-se à irrupção no reino das ordens mendicantes⁵² – franciscana e dominicana –, com enormes preocupações culturais,

⁴⁸ *Liber fidei sanctae bracaraensis ecclesiae*. Ed. A. Jesus da Costa. Vol. 3. Braga: Junta Distrital de Braga, 1965, nº 819. Por este documento o arcebispo D. João Peculiar estabeleceu que qualquer cónego da arquidiocese, autorizado a frequentar os estudos no estrangeiro, usufruísse da respetiva porção canónica *in absentia*.

⁴⁹ SÁ, Artur Moreira de - *Primórdios da cultura portuguesa...*, p. 21, nº 9.

⁵⁰ Vid. Anexos, quadro 13, fichas prosopográficas 28, 61, 75, 197, 239, 321, 337, 338.

⁵¹ SÁ, Artur Moreira de - *Primórdios da cultura portuguesa...*, p. 5-6.

⁵² Sobre a presença dominicana em Portugal no período, são do maior interesse os estudos feitos por António do Rosário. Vid. ROSÁRIO, António do - *Dominicanos e o livro. Breves notas*. In *Colóquio sobre o livro antigo. V Centenário do livro impresso em Portugal: 1487-1987. Actas*. Lisboa: Biblioteca

relacionadas com as próprias lógicas de nascimento das duas congregações, cujo código genético apontava naturalmente à pregação e à conversão, mesmo que os franciscanos tivessem começado por resistir de início ao apelo da cultura⁵³. Os fins perseguidos por ambas as ordens obrigavam a um apertado domínio da doutrina e à posse de outras competências de perfil mais genérico, designadamente retóricas, razão porque a maior parte dos conventos de dominicanos e frades menores previam a construção de escolas a eles anexas, como sucedeu com os implantados nas principais cidades portuguesas durante essa centúria ducentista⁵⁴. De resto, as estruturas escolares mendicantes dispunham de uma bem equipada rede de leitores preparada para assegurar a docência nas casas onde observavam, os quais eram enviados, com regularidade, aos principais estudos das ordens no estrangeiro, onde obtinham a necessária formação teológica⁵⁵. Uma forma de atuação de que não se devem ter alheado os pregadores e menoritas presentes no reino. Por sinal, os frades mendicantes apresentavam, por regra, uma qualidade de ensino tão elevada nas suas escolas que foram rapidamente associados a estudos gerais, assumindo a direção das faculdades de teologia⁵⁶, à semelhança do que

Nacional, 1992, p. 175-186; IDEM - Frades pregadores em intercâmbio peninsular, séc. XIII. In *II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Actas. Vol. 4*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, p. 1251-1272; IDEM - Letrados dominicanos em Portugal nos séculos XIII-XV. *Repertorio de Historia de las Ciencias Eclesiásticas en España*. 7 (1967-79) 566-567; IDEM - Pergaminhos dos Conventos Dominicanos. 1ª série: Elementos de interesse para o estudo geral português. Lisboa: [s.n.], 1972. Separata de *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*. 4/1 (1972); IDEM - Pergaminhos dos Conventos Dominicanos. 3ª série: Elementos de interesse para a história da arte: Convento de S. Domingos de Santarém: século XIII. *Lusitania Sacra*. 4 (1992) 345-370. Quanto à presença franciscana em Portugal na Idade Média constituem referência absoluta os trabalhos deixados por Fernando Félix Lopes. Vid. LOPES, Fernando Félix - As escolas franciscanas portuguesas de 1308 a 1517. In *Colectânea de estudos*. 4 (1948) 79-98; IDEM - Breves notas a dois documentos. In *Colectânea de estudos de história e literatura. Vol. 3: Santa Isabel de Portugal e outros estudos*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1997, p. 366-370; IDEM - Das actividades políticas e religiosas de D. Fr. Estêvão, bispo do Porto e de Lisboa. In *Colectânea de estudos de história e de literatura. Vol. 2: A ordem franciscana na história e cultura portuguesa*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1997, p. 95-152; IDEM - Escolas públicas dos franciscanos..., p. 353-370; IDEM - Fontes Narrativas. In *Colectânea de estudos de história e literatura. Vol. 1: Fontes históricas e bibliografia franciscana portuguesa*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1997, p. 1-256. Id - Franciscanos. In *Dicionário de história de Portugal. Vol. 3*. Dir. J. Serrão. Porto: Figueirinhas, 1989, p. 72-73; IDEM - Franciscanos de Portugal antes de formarem província independente: ministros provinciais a que obedeciam. In *Colectânea de estudos de história e de literatura. Vol. 2: A ordem franciscana na história e cultura portuguesa*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1997, p. 1-92; IDEM - Franciscanos portugueses pretridentinos: escritores, mestres e leitores. *Repertorio de Historia de las Ciencias Eclesiásticas en España*. 7 (1979) 451-508.

⁵³ CAEIRO, Francisco da Gama - *Santo António de Lisboa. Vol. 2...*, p. 361.

⁵⁴ LOPES, Fernando Félix - Escolas públicas dos franciscanos ..., p. 353-370.

⁵⁵ IDEM, *ibidem*, p. 365.

⁵⁶ AZTALOS, Monika - A faculdade de teologia. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 411-441.

sucedeu em Portugal com a universidade erigida no reino, logo desde o início, ou talvez pouco depois⁵⁷.

Tomando em atenção os núcleos intelectuais mais ativos em território português – as várias dioceses do reino, todas comprometidas com a formação, algumas até antecipando as políticas eclesásticas que obrigavam à promoção de escolas no seu interior e à qualificação dos respetivos corpos docentes; as principais casas monásticas de regra agostiniana, beneditina, franciscana e dominicana, que dedicavam grande apreço à cultura; a rede de escolas paroquiais e colegiadas, embora de dimensão e importância cultural muito desigual; e, noutro domínio, a cúria régia, mesmo que largamente dependente da estrutura eclesástica para a constituição do seu corpo de oficiais, sobretudo no respeitante ao recrutamento para a chancelaria –, e uma vez consideradas as exigências que estavam adstritas a essas várias instituições e os múltiplos fins perseguidos, o número de letrados expresso pela prosopografia, sem ser indiscutível, também não parece ser excessivamente desproporcionado, considerando as ressalvas acerca da sua composição e apreciadas todas as dificuldades ligadas ao estabelecimento do *corpus*.

Resumindo, e face ao exposto, considerando as implicações negativas e positivas da argumentação, para uma diacronia que se pode considerar relativamente longa, o número aproximado de quatro centenas de indivíduos identificados como mestres, nos termos em que o conceito foi definido, não parecem irrazoáveis. Seja como for, penalizando-se o contingente delimitado, por excesso ou por defeito, parece inegável que as entradas prosopográficas reunidas, pela sua quantidade e pela metodologia observada, conformam um núcleo bastante robusto e bem estruturado de indivíduos, com grande capacidade representativa, revestindo de grande solidez as conclusões veiculadas.

Num outro sentido, sinalize-se a irregularidade e a escassez dos dados recolhidos para muitos dos percursos reconstituídos, penalizando leituras mais acabadas e completas de alguns trajetos individuais. Com efeito, o preenchimento das fichas resultou muito desequilibrado, verificando-se tanto situações extremas como intermédias: desde trajetos muito bem definidos, fruto de informações biográficas

⁵⁷ ANTUNES, José - A teologia. In *História da universidade em Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1997, p. 237-271.

abundantes, extraídas de uma documentação numerosa e de uma significativa bibliografia de apoio, até menções isoladas, obtidas em documentos únicos ou encontradas avulsamente em estudos.

ORIGENS

Depois de todas estas considerações prévias, e avançando para a caracterização propriamente dita dos letrados, à luz das informações prosopográficas coligidas, verificou-se, em primeiro lugar, a escassez de notícias sobre datas de nascimento. A inexistência na época de preocupações com os registos de nascimento, ao contrário do que acontecia com os registos de óbito, fazia desde logo prever uma recolha de informação exígua, ou nula, a esse respeito.

Na verdade, e tal como esperado, a documentação não apresentou dados relativos à natalidade e os trabalhos consultados também passaram, quase sempre, à margem do tema, com muito poucas exceções. Nos raros exemplos de trabalhos em que se encontram tentativas de datar os nascimentos dos indivíduos, recorreu-se sempre a alguma especulação, com as estimativas a apoiarem-se em pressupostos muito precários. Resultaram apenas daí indicações vagas sobre intervalos possíveis de anos ou de décadas onde situar os nascimentos, ou, então, referências a momentos muito genéricos e imprecisos dos séculos; mas nunca datas absolutas.

O conhecimento de notícias relativas a datas de nascimento seria, contudo, de indiscutível valor. Além de situarem com rigor os limites iniciais da vida dos letrados, permitiriam, uma vez feito o confronto com os registos necrológicos, estimar longevidades e esperanças médias de vida. Indicadores que contrastados com as esperanças médias de vida das populações avalizariam inferências sobre a qualidade de vida do grupo, o seu nível de acesso a assistência sanitária e clínica, a atenção posta nos cuidados alimentares, entre outros aspetos. Um padrão de vida que, há razões para crer, seria alto, mas que um conhecimento factual das cronologias de nascimento poderia ajudar a sedimentar com outra consistência.

Em relação às origens geográficas, para a maioria dos visados, são também algo imprecisas, por razões análogas às invocadas a respeito das datas de nascimento: um

silêncio genérico da documentação, pouco atenta ao recenseamento de dados natais. Um silêncio menor, ainda assim, do que o que cerca as datas de nascimento, pois foi quebrado pontualmente por alusões a proveniências geográficas constantes de obituários ou de testamentos. E, depois, há outro tipo de indícios indiretos, capazes de sustentarem projeções sobre origens territoriais, como as ligações familiares ou a posse de propriedades no interior dos sistemas familiares, mesmo que não se revelem infalíveis para essa determinação.

Entre os casos assentes e as propostas conjecturais, merecem destaque os sinais sobre a presença em território português de alguns letrados de proveniência além-fronteiriça, oriundos de regiões situadas em território hispânico, ou mesmo de paragens não peninsulares. Grupo em que encaixa, por exemplo, mestre Lanfranco, o procurador e advogado régio de D. Afonso II, provavelmente oriundo de Milão⁵⁸. Inscritos num eixo diferente, gaulês, todos associados à diocese de Coimbra, foi possível reconhecer o bispo Raimundo de Ebrardo, com um longo trajeto nessa sé, originário de Cahors⁵⁹; Estêvão *in Organo*, aí raçoeiro, cónego e presbítero, natural de Vila Nova de Rouergue, situada na província de Aquitânia⁶⁰; e Guilherme de Goudou de Roquefort, vigário e chantre do cabido, procedente do Vale de Lot⁶¹. Do mesmo modo integraram seguramente o grupo de estrangeiros, mas apresentando proveniência castelhana, João André, que foi capelão, cónego e presbítero, na mesma catedral⁶²; o cardeal dos Santos Cosme e Damião, Gil Torres⁶³; e Bernardo Eanes, capelão apostólico e deão da sé de Lisboa⁶⁴. Ascendência catalã teve, por sua vez, Arnaldo Segarra, o monge dominicano do convento de Santarém que atingiu a posição de provincial da ordem dos Pregadores⁶⁵; enquanto da Galiza proveio Álvaro Gomes Charinho, o conhecido bispo de Silves e penitenciário apostólico⁶⁶. Há que considerar ainda outras hipóteses a juntar a este curto elenco, com realce para os nomes de João Peculiar, o famoso bispo do Porto e arcebispo da sé de Braga, sobre quem a historiografia vem hesitando em considerar

⁵⁸ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 209.

⁵⁹ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 364.

⁶⁰ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 82.

⁶¹ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 138.

⁶² Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 175.

⁶³ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 109.

⁶⁴ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 28.

⁶⁵ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 16.

⁶⁶ Vid. Anexos, quadro 2, fichas prosopográficas 209, 364, 82, 138, 175, 109, 28, 16.

português ou gaulês⁶⁷; assim como o chanceler régio de D. Afonso Henriques, Alberto Eite, sobre quem impendem dúvidas semelhantes⁶⁸. Além destes nomes, há que referir o cônego bracarense João Fraucigene, ou Francigene, cujo nome deve ser lido com uma corruptela de *Francia*, nesse caso aludindo à sua provável origem⁶⁹.

O grupo de estrangeiros a prestar serviço no reino deve ter sido bem maior, mas a sua dimensão precisa, ou mesmo aproximada, sai comprometida pela incapacidade em situar a precedência da maioria dos letrados, dada a aludida falta de notícias nessa matéria. Os dados assinalados talvez possam valer, em todo o caso, pela proporcionalidade de que dão nota. Sugerem uma presença mais efetiva no território português de homens de letras originários da Península Ibérica, com prevalência dos procedentes do reino de Castela sobre os originários dos restantes reinos hispânicos. Vêm, depois, os naturais de territórios hoje integrados nas atuais França e Itália. Uma tendência que não custa aceitar, porquanto estabelece uma atração do território sobre os letrados em função de círculos concêntricos de proximidade.

De uma forma genérica, a infiltração de mestres estrangeiros no clero português sinaliza as práticas correntes de circulação territorial entre religiosos no período, extensível a outros grupos sociais, de que o reino de Portugal não estava alheio, apesar da sua condição periférica extrema. Como seria de esperar, a proximidade territorial era decisiva para o estabelecimento de redes de circulação, favorecendo as deslocações mais curtas, sem impedir as mais longas, pelo que não causam nenhuma perplexidade nesse enquadramento as precedências hispânicas e gaulesas. Neste quadro global merece realce o epifenómeno de circulação eclesiástica orientada à diocese de Coimbra, a que se assistiu no final do século XIII, protagonizado pela família dos Ebrardos⁷⁰. Ligam-se a ele vários elementos do clero conimbricense, a cuja parentela pertenciam os referidos *magistri* Estêvão *in Organo*, Guilherme de Goudou de Roquefort e Raimundo de Ebrardo⁷¹. Um outro sublinhado vai para a heterogeneidade de funções desempenhadas por esse clero forasteiro, já que os letrados nessa circunstância foram chamados tanto ao serviço régio, como ao apostólico, ao catedralício e ao monástico.

⁶⁷ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 197

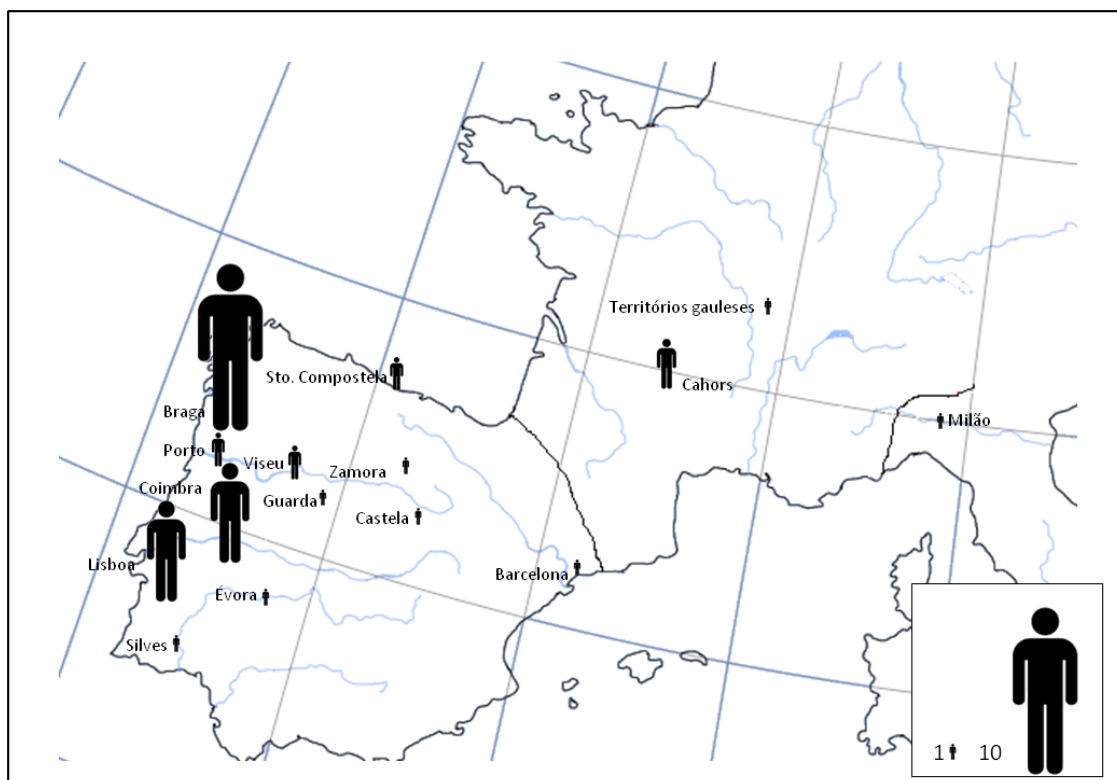
⁶⁸ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 10,

⁶⁹ Vid. Anexos, quadro 2, fichas prosopográficas 186.

⁷⁰ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa - La famille d'Ébrard et le clergé de Coimbra..., p. 77-91, e DAVID, Pierre - Français du midi dans les évêchés portugais: 1279-1390. Lisbonne: Coimbra Editora, 1944. Separata do *Bulletin des études portugaises*, 9 (1943) 1-55.

⁷¹ Vid. Anexos, quadro 2, fichas prosopográficas 82, 138, 364.

Para as situações, indiscutivelmente maioritárias, de mestres originários do reino, mesmo não sendo muito numerosas as que se puderam reconstituir com firmeza, sobressaem certas tendências gerais. Os dados mais firmes apontam para ligações preferenciais às áreas de Braga⁷², Coimbra⁷³ e Lisboa⁷⁴, e, de forma bem mais incidental, a regiões como Porto⁷⁵, Guarda⁷⁶, Viseu⁷⁷, Évora⁷⁸ e Silves⁷⁹ (Vid. mapa 1). Por prudência, evitou-se a tentação de presumir as respetivas precedências a partir das filiações eclesiásticas, por parecer que seria um risco a evitar, atendendo à forte mobilidade inter-religiosa que caracterizou a época.



MAPA 1: PROVENIÊNCIAS GEOGRÁFICAS DE LETRADOS

Fonte: *Várias*

Essas informações poderão, sem grandes perigos, ser extrapoladas para o resto do agregado, pois concordam com as tendências de distribuição demográfica da época e com os dados conhecidos sobre a presença de estruturas escolares mais antigas e competentes, no interior das quais seria possível iniciar e desenvolver percursos

⁷² Vid. Anexos, quadro 2, fichas prosopográficas 68, 80, 153, 180, 185, 239, 293, 347, 386.

⁷³ Vid. Anexos, quadro 2, fichas prosopográficas 73, 75, 177, 188, 208, 322, 344

⁷⁴ Vid. Anexos, quadro 2, fichas prosopográficas 61, 92, 125, 193, 277, 342.

⁷⁵ Vid. Anexos, quadro 2, fichas prosopográficas 56, 91.

⁷⁶ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 139.

⁷⁷ Vid. Anexos, quadro 2, fichas prosopográficas 58, 106.

⁷⁸ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 331.

⁷⁹ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 178

formativos que pudessem desaguar em estudos avançados. Senão, veja-se: as catedrais de Braga e de Coimbra foram aparentemente as primeiras a dispor de escolas capitulares, sendo que o clero de cada uma delas era, de forma geral, ilustrado⁸⁰, além de que dispunham ainda de chancelarias nas respetivas cúrias eclesiásticas com elevada capacidade de execução gráfica⁸¹.

Na órbita de ambos os polos urbanos situaram-se outras instituições eclesiásticas às quais se reconhecem igualmente preocupações culturais de relevo, tanto igrejas paroquiais como casas monásticas, de que são exemplos felizes, a colegiada de Guimarães, no círculo bracarense, e os mosteiros de Lorvão e de Sta. Cruz de Coimbra, na área mondegua⁸².

A importância cultural que os dois centros urbanos tiveram no período inicial da cronologia foi acompanhada por Lisboa, pese embora algum desfazamento temporal. Também a sé lisboeta acolheu uma escola capitular reconhecida, e de forma análoga ao que acontecia em relação às regiões de Braga e de Coimbra, foram instalados na sua

⁸⁰ CAEIRO, Francisco da Gama - As escolas capitulares..., 1-48.

⁸¹ Sobre a colegiada de Sta. Maria de Guimarães vid. COSTA, Avelino Jesus da - *Documentos da colegiada de Guimarães*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1947; CRAESBECK, Francisco Xavier de Serra - *Catálogo dos priores de Guimarães*. Vol. 6. Coleção dos Documentos e memórias da Academia Real de História. 1725; OLIVEIRA, Manuel Alves de - *História da real colegiada de Guimarães*. Guimarães: [s.n.], 1978; RAMOS, Cláudia Maria Novais Toriz da Silva - *O mosteiro e a colegiada de Guimarães: ca. 950-1250*. 2 vols. Tese de mestrado em história medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991. Sobre o mosteiro de Sta. Maria do Lorvão, vid. AZEVEDO, Rui de - *O mosteiro de Lorvão na reconquista cristã*. Lisboa: Arquivo Histórico de Portugal, 1933; COELHO, Maria Helena da Cruz - Análise diplomática da produção documental do 'scriptorium' de Lorvão: séculos X-XII. In *Estudos de homenagem ao Prof. Doutor José Marques*. Vol. 3. Porto: Faculdade de Letras da Universidade, 2006, p. 387-405; GOUVEIA, Mário Nuno Campos de - O limiar da tradição no moçarabismo conimbricense: os Anais de Lorvão e a memória monástica do território de fronteira (séc. IX-XII). Tese de mestrado em história, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2008; PIEL, Piel, Joseph M. - Sobre a origem do nome do mosteiro de Lorvão. Coimbra: [s.n.], 1981. Separata *Biblos*, LVII, p. 167-170; Sobre o mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra a bibliografia é muito vasta, pelo que fica apenas a menção a algumas obras de referência. A este respeito vid. *Catálogo dos códices da livreria de mão do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Municipal do Porto*. Coord. A. A. Nascimento, J. F. Meirinhos. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1997; CAEIRO, Francisco da Gama - Santa Cruz de Coimbra. In *Logos: Enciclopédia luso-brasileira de filosofia*. Dir. R. Cabral et al. Vol. 4. Lisboa: Verbo, 1992, p. 894-895; CRUZ, António - *Anais, crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1968; IDEM - *Santa Cruz de Coimbra na cultura portuguesa da Idade Média*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 vols. Porto: [s.n.], 1964. *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra: vida de D. Telo, vida de D. Teotónio, vida de Martinho de Soure*. Ed. A. A. Nascimento. Lisboa: Colibri, 1998; GOMES, Saul António - *In limine conscriptionis...*; IDEM - Relações entre Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça ao longo da Idade Média. Aspectos globais e particulares. In *IX Centenário do nascimento de S. Bernardo, encontros de Alcobaça e simpósio de Lisboa*. Actas. Braga: Universidade Católica Portuguesa - Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, p. 257-303; MARTINS, Armando Alberto - *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.

⁸² CAEIRO, Francisco da Gama - As escolas capitulares...

zona de influência, mais ou menos alargada, mosteiros e colegiadas com estabelecimentos escolares sólidos, nomeadamente Sta. Maria da Alcáçova de Santarém, S. Vicente de Fora e Sta. Maria de Alcobaça⁸³.

De resto, Coimbra e Lisboa contam-se entre as primeiras cidades portuguesas a serem alcançadas por dominicanos e franciscanos⁸⁴, congregações para quem o estudo se afigurava um instrumento decisivo no âmbito das campanhas de pregação e conversão que conduziam⁸⁵.

Em resumo, devido à grande concentração populacional em torno dessas três centralidades e à capacidade escolar instalada nos seus núcleos urbanos e arredores, tudo leva a crer que os dados encontrados acerca da naturalidade dos letrados do reino possam ser interpretados como tendências relevantes e, nesse sentido, encontrassem o devido eco na globalidade dos percursos de eruditos com origens não inteligíveis.

⁸³ Sobre o mosteiro de S. Vicente de Fora vid. CEPEDA, Isabel Vilarés - Dois manuscritos litúrgicos medievais do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa (Lisboa, B. N. ms. il. 218 e Il. 143). *Didaskalia*. 15 (1985) 161-228; GOMES, Saul António - A chancelaria do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa nos séculos XII e XIII. In *Coleção de estudos em homenagem ao académico de mérito, Professor Dr. José Pedro Machado no seu 90º aniversário*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2004, p. 163-213. Lisboa: [s.n.], 2004; MAGALHÃES, Armando Henriques de - *O Mosteiro de S. Vicente de Fora: subsídios para a história das suas origens*. Tese de mestrado apresentada à Universidade de Coimbra. Coimbra: [s.n.], 1971; NASCIMENTO, Aires Augusto - Livros e claustro no século XIII em Portugal. O inventário da livraria de S. Vicente de Fora em Lisboa. *Didaskalia*. 15 (1985) 229-242; SANTOS, Maria José Azevedo - *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora: a comemoração dos que passaram deste mundo*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2008; SILVA, Carlos Guardado da - *O mosteiro de S. Vicente de Fora: a comunidade regente e o património rural: sécs. XII-XIII*. Lisboa: Colibri, 2002; IDEM - *S. Vicente de Fora no período da sua formação: séculos XII-XIII*. Tese de mestrado em história medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.] 1998. Sobre o mosteiro de Sta. Maria de Cister a bibliografia é extensa, pelo que se deixam aqui algumas obras tidas como referência. Vid: COCHERIL, Maur de - *Alcobaça: abadia cisterciense de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989. BARBOSA, Pedro Gomes - O domínio e o senhorio no couto de Alcobaça. In: *Estudos em homenagem a Jorge Borges de Macedo*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992, p. 99-115; GOMES, Saul António - Relações entre Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça ao longo da Idade Média..., p. 257-303; GUERRA, António Joaquim Ribeiro - *Os escribas dos documentos particulares do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: 1155-1200. Exercícios de análises de grafias*. Tese de mestrado em paleografia e diplomática apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 1988; MARTINS, Mário - Da vida e da morte dos monges de Alcobaça. Lisboa: [s.n.], 1950. Separata de *Brotéria*, 51 (1950); IDEM - Os monges de Alcobaça perante os códices. *Brotéria*. 68 (1959) 155-163. NASCIMENTO, Aires Augusto - Le scriptorium d'Alcobaça: identité et corrélations. *Lusitania Sacra*. 4 (1992) 149-162.

⁸⁴ Sobre a cronologia da implantação dos conventos mendicantes em Portugal vid. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte - Conventos. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. Azevedo. Vol. 2: *C-I*. Coord. A. M. Jorge et al. [Lisboa]: Centro de Estudos de História Religiosa, 2000-2001, p. 19-25.

⁸⁵ VILAR, Hermínia Vasconcelos - Os frades mendicantes. In *História religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 1: *Formação e limites da cristandade*. Coord. A. M. Jorge e A. M. Rodrigues. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000-2002, p. 229.

MORTE

Noutro sentido, em contraste acentuado com as informações relacionadas com as datas de nascimento, há notícias relativamente abundantes sobre datas de óbito de letrados. Na sua grande maioria foram detetadas em livros dedicados precisamente ao registo de óbitos, tipologia bibliográfica em que se incluem os obituários, calendários, necrológios e livros de aniversário mantidos pelas instâncias eclesiásticas⁸⁶. Do ponto de vista prosopográfico, estas espécies bibliográficas oferecem uma utilidade inquestionável, funcionando, por vezes, como pequenos resumos biográficos dos indivíduos objeto de averbamentos⁸⁷. É frequente encontrarem-se neles, amiúde, para além das indicações sobre datas de morte, notícias sobre títulos, relações familiares, dados patrimoniais, ligações eclesiásticas, funções exercidas e estruturas de proteção e dependência⁸⁸. Por outro lado, ao permitirem estabelecer datas de morte seguras introduzem marcadores exatos na delimitação das carreiras, muitas vezes importantes para resolver problemas de identificação dos indivíduos.

Antes de mais, há que sublinhar a importância concedida na época à morte⁸⁹. Efetivamente, num meio de grande religiosidade, a passagem do mundo terreno ao extraterreno, revestia-se de inúmeros cuidados, face aos perigos iminentes de queda no Inferno ou no Purgatório que impendiam sobre os religiosos e a massa de fiéis⁹⁰. Daí as estratégias de encomenda e realização de sufrágios adotadas, por intermédio das quais se desenvolviam esquemas de proteção, indulgência e intercessão, alguns dos quais

⁸⁶ BEIRANTE, Maria Ângela - Para a história da morte em Portugal: sécs. XII-XIV. In *Estudos de história de Portugal: Homenagem a A. H. de Oliveira Marques. Vol. I*. Lisboa: Estampa, 1982, p. 365.

⁸⁷ COELHO, Maria Helena da Cruz; MORUJÃO, Maria do Rosário - Les testaments du clergé de Coimbra: des individus aux réseaux sociaux. In *Carreiras eclesiásticas no Ocidente cristão: séc. XII-XIV*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2007, p. 121-138.

⁸⁸ São ótimos exemplos de livros capitulares desse género específico, todos editados: o censual do cabido da sé do Porto (*Censual do cabido da sé do Porto: códice membranáceo existente na biblioteca do Porto*. Ed. J. Grave. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1924); o cartulário Baio-Ferrado do mosteiro de Grijó (*Le cartulaire Baio-Ferrado du monastère de Grijó: XI^e-XIII^e siècles*. Ed. R. Durand. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian - Centro Cultural Português, 1971); o livro das calendas da sé de Coimbra (*Liber anniversariorum ecclesiae cathedralis colimbriensis: livro das kalendas*. Ed. P. David, T. Sousa Soares. 2 vols. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1949-1953) e o *Liber Fidei* da sé de Braga (*Liber fidei sanctae bracarensis ecclesiae...*)

⁸⁹ ARIÈS, Philippe - *Sobre a história da morte no ocidente desde a Idade Média*. [Lisboa]: Teorema, 1988, p. 19-42.

⁹⁰ LEMAÎTRE, Jean-Loup - Libri dei vivi e libri dei morti. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 3. *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 633-660; LE GOFF, Jacques - *La naissance du purgatoire*. [Paris]: Gallimard, 2002; MINOIS, George - *História dos infernos*. [Lisboa]: Teorema, [1997].

muito elaborados, destinados a garantirem a impunidade e inviolabilidade das almas, e assegurarem um lugar celestial aos falecidos⁹¹. O cumprimento das disposições salvíficas estabelecidas nos obituários e espécies afins era, naturalmente, cometido às instituições religiosas intercessoras. À margem das questões de espiritualidade, na perspetiva das casas beneficiadas por doações, os averbamentos de óbito adquiriam grande relevância patrimonial pois testemunhavam as doações feitas pelos beneficiantes, por regra, anteriores membros dos institutos religiosos encarregues das práticas de salvação, mas que poderiam muito bem ter outras ligações eclesiásticas, ou, até, serem indivíduos do mundo laico, sem qualquer expressão clerical.

Em concreto, foi possível estabelecer, com relativa fiabilidade, as datas de óbito para cerca de uma centena de indivíduos, uma quantidade substantiva em termos do universo circunscrito⁹². Dessas, mais de três quartos tiveram origem documental, aproximadamente um quinto resultaram de indicações obtidas na bibliografia de suporte, com o restante a resultar de informações especulativas ou dubitativas, sendo, por isso, menos firmes. O que significa uma grande segurança em relação à maior parte das datas, sem prejuízo de incertezas que rodeiam um ou outro óbito, mas que, na verdade, têm maior significado para as reconstituições dos respetivos percursos individuais do que afetam o conjunto, tratando-se de situações vestigiais.

Sem permitirem tirar conclusões sobre a longevidade dos letrados, dada a ausência de informações sobre datas de nascimento, as datas de morte apuradas permitem, todavia, perceber os ritmos e a incidência dos falecimentos. Nesse particular, a dispersão dos óbitos dos letrados ao longo da cronologia, com poucos mestres falecidos no final do século XII, parece ser sintoma de uma presença menos significativa de letrados no período inicial em comparação com o século seguinte, época em que sobe o número de *magistri* falecidos, com as mortes a concentrarem-se em especial nos três últimos quartéis da centúria ducentista.

⁹¹ VELOSO, Maria Teresa Nobre - *A morte nos testamentos dos clérigos bracarenses do século XIII*. Coimbra: [s.n.], 1988.

⁹² Vid. Anexos, quadro 2, fichas prosopográficas 5, 9, 11, 12, 18, 24, 41, 43, 44, 47, 49, 57, 59, 61, 66, 73, 74, 75, 80, 82, 84, 87, 89, 90, 91, 92, 97, 98, 101, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 138, 140, 145, 148, 162, 175, 178, 182, 188, 193, 195, 196, 197, 200, 201, 202, 204, 207, 208, 210, 221, 231, 232, 236, 237, 239, 242, 246, 252, 259, 267, 268, 273, 274, 277, 281, 285, 293, 295, 306, 308, 319, 322, 335, 338, 342, 344, 347, 353, 355, 364, 385, 386, 388, 392, 393, 399, 400, 405, 409.

No respeitante aos locais de falecimento dos letrados, as poucas notícias angariadas dão conta, sobretudo, de óbitos ocorridos no estrangeiro⁹³. Entre os locais de óbito, há nota de lugares tão diferentes como Roma, Bolonha, Pádua, Viterbo e Montecassino, em regiões transalpinas⁹⁴; Paris, Montpellier e S. Saturnino, em território gaulês⁹⁵; ou Salamanca, Sevilha e Cidade Rodrigo, entre as cidades dos reinos vizinhos peninsulares⁹⁶.

Por exemplo, sabe-se que em Roma faleceram Silvestre Godinho, arcebispo da sé de Braga, o dominicano Domingos do Porto, assim como João Rol, deão e bispo da sé de Lisboa; aos quais se pode, talvez, juntar Soeiro Viegas, outro prelado da sé lisboeta⁹⁷. O cônego da sé de Lamego e mestre-escola da sé de Braga, Pedro Moniz, morreu em Bolonha⁹⁸; e Fernando Martins, o célebre Sto. António, em Pádua⁹⁹. Em Viterbo, por seu turno, perderam a vida três nomes muito prestigiados: mestre Vicente, bispo egitanense e chanceler régio de D. Sancho II; Pedro Julião, o pontífice conhecido por João XXI; e Martinho Geraldês, arcebispo da sé de Braga e capelão apostólico¹⁰⁰. Paio Galvão, cardeal-diácono de Sta. Lúcia in Septisolio, depois cardeal-arcebispo de Albano, que assumiu também as funções de legado apostólico de Inocêncio III e de Honório III, por sua vez, encontrou a morte em Montecassino¹⁰¹. Na região que hoje coincide com a França morreram mestre Martinho, cônego e presbítero da sé de Coimbra, em Paris¹⁰²; Egas Fafes, bispo da mesma diocese e, mais tarde, arcebispo de Compostela, em Montpellier¹⁰³; e Fernando Eanes de Portocarreiro, outro capelão apostólico, ligado à diocese de Braga, em S. Saturnino, provavelmente S. Saturnino de Toulouse¹⁰⁴. Finalmente, entre os falecidos em reinos hispânicos, há assinalado para Salamanca o caso do bispo dessa cidade, que também foi arcebispo bracarense, Ordonho Álvares¹⁰⁵. Já em Sevilha faleceu o franciscano e penitenciário pontifício

⁹³ Vid. Anexos, quadro 2, fichas prosopográficas 12, 56, 75, 91, 92, 101, 106, 125, 148, 200, 210, 221, 239, 281, 293, 342, 347, 364, 386, 399, 409.

⁹⁴ Vid. Anexos, quadro 2, fichas prosopográficas 56, 92, 200, 239, 293, 342, 347, 386, 399, 409.

⁹⁵ Vid. Anexos, quadro 2, fichas prosopográficas 221, 75, 91.

⁹⁶ Vid. Anexos, quadro 2, fichas prosopográficas 281, 12, 210.

⁹⁷ Vid. Anexos, quadro 2, fichas prosopográficas 56, 200, 399.

⁹⁸ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 347.

⁹⁹ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 92.

¹⁰⁰ Vid. Anexos, quadro 2, fichas prosopográficas 239, 342, 409.

¹⁰¹ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 293. Sobre Honório III vid Anexos, quadro 33.

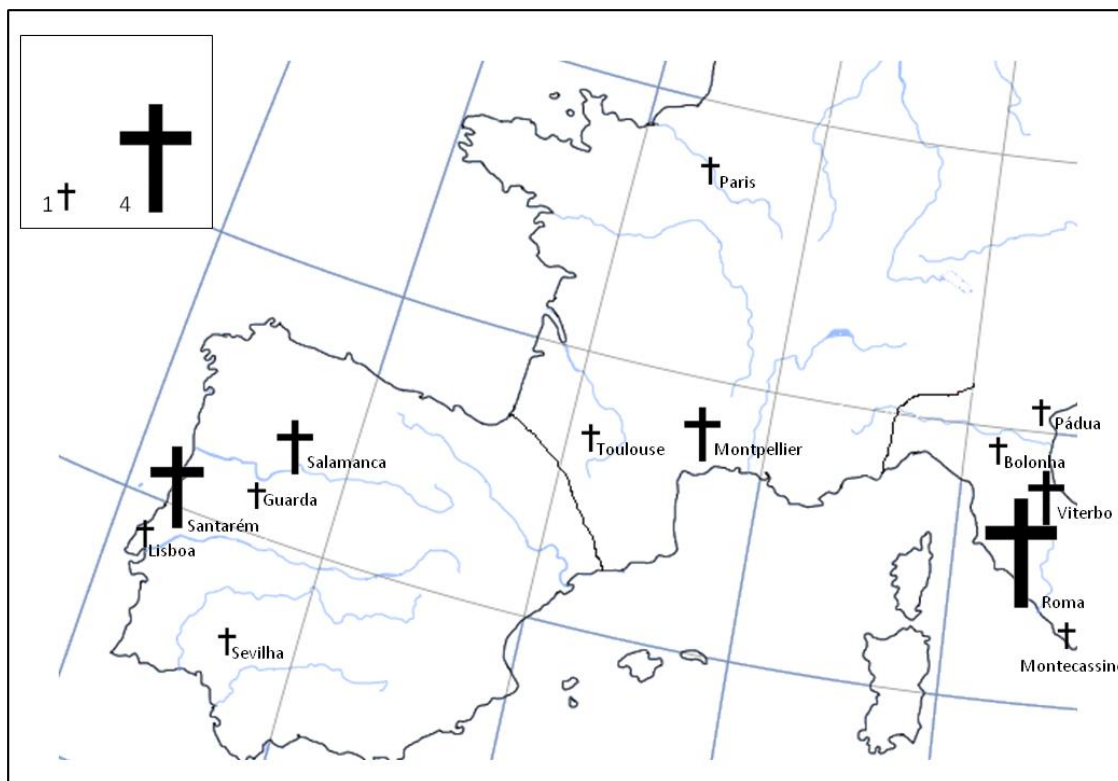
¹⁰² Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 221.

¹⁰³ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 75.

¹⁰⁴ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 91.

¹⁰⁵ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 281.

Álvaro Pais, que ocupou a prelatura nas sés de Corona e de Silves¹⁰⁶; e em Cidade Rodrigo morreu o cônego regente mestre Lobo, originariamente do mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra, depois transferido para o mosteiro de Sta. Cruz de Cortes, onde foi prior (Vid. mapa 2)¹⁰⁷.



MAPA 2: LOCAIS DE ÓBITOS DE LETRADOS

Fonte: *Várias*

O grupo de mestres falecidos além-fronteiras integrou, por conseguinte, um papa, vários bispos, alguns capelães pontifícios, legados apostólicos, pregadores famosos e canonistas eméritos. Na maior parte, a morte surpreendeu-os enquanto ocupavam posições de grande protagonismo, nomeadamente na cúria apostólica, ou, então, quando davam sequência, fora do reino, a percursos iniciados no seu interior. Apenas de forma accidental o contexto dos óbitos escapou a essa norma – o que aconteceu com o refúgio político de Álvaro Pais, ou com o recolhimento espiritual de Paio Galvão, no final da sua vida.

Se para vários dos letrados os lugares de falecimento coincidiram com os lugares de enterramento, como se passou com Ordonho Álvares, Martinho Geraldês, Álvaro Pais, Pedro Julião ou Silvestre Godinho, nem sempre tal sucedeu. Está assinalada a

¹⁰⁶ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 12. Sobre Álvaro Pais vid. Anexos, quadro 33.

¹⁰⁷ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 210.

prática de traslados, exemplificada pelo bispo Egas Fafes, que, nas suas disposições testamentárias, manifestou a vontade de ser sepultado na sé de Coimbra¹⁰⁸. As disposições sobre traslados exprimem, nessa medida, ligações territoriais fortes, que não podem deixar de ser qualificadas como afetivas.

Observe-se que as informações sobre os óbitos, como se sublinhou a propósito das origens geográficas, dão nota, também elas, de processos de circulação ativos. Em particular, alertam para deslocações na direção da cúria pontifícia, onde se fizeram representações institucionais, apresentaram reivindicações e seguiram carreiras de alto nível. As condições em que ocorreram alguns dos óbitos demonstram que carreiras iniciadas no reino se podiam projetar por latitudes muito diversas, nalguns casos ao longo de circuitos espacialmente extensos, implicando estâncias em lugares bastante distantes do território português, que, por vezes, acabavam por se revelar como últimas moradas – lugares de falecimento e sepulcro. Ou seja, se por um lado, a perifericidade não impediu a entrada de letrados em circunscrições portuguesas para o exercício de certos lugares e funções; muito menos impedia a saída dos letrados mais qualificados, atraídos por carreiras eclesiásticas ambiciosas, e capazes de imporem os seus méritos em outros círculos de poder. A mobilidade espacial parece constituir-se, portanto, como um facto indesmentível em relação aos percursos de carreira de alguns dos letrados que evoluíram no território português.

De qualquer forma, os falecimentos no reino de elementos desse grupo escolarizado, apesar da raridade das notícias respeitantes aos paradeiros da morte, deveriam ser as situações mais normais, até porque terão prevalecido os percursos de carreira locais sobre os extraterritoriais, como se terá oportunidade de detalhar na secção reservada à reconstituição dos trajetos. Tal parece ser, de resto, o sinal dado pelas informações disponíveis relativas a sepultamentos, que, por norma, quando disponíveis, tendem a concordar com os sítios de morte. Embora escassas, há indicações explícitas na documentação sobre os lugares de óbito de Gonçalo de Lisboa, frade trinitário e capelão apostólico, e do famoso dominicano Frei Gil, ambos falecidos em Santarém¹⁰⁹; sobre mestre Geraldo, prior claustral do mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra,

¹⁰⁸ *Testamenti ecclesiae Portugaliae*. Coord. M. Rosário Morujão. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa. Universidade Católica Portuguesa, 2010, p. 233-248, nº 2.28.

¹⁰⁹ Vid. Anexos, quadro 2, fichas prosopográficas 106, 125.

com óbito assinalado em Ourém¹¹⁰; e sobre o referido bispo da sé de Coimbra Raimundo de Ebrardo, que morreu em Linhares da Beira, povoação situada junto à Guarda¹¹¹. Menos segura é a informação relativa a um diácono de nome João que, tudo indica, terá morrido em Lisboa, conforme parece transparecer da leitura do seu registo necrológico¹¹².

Em síntese, tomados no seu conjunto, os locais de óbito dos letrados falecidos no estrangeiro apontam para um modelo de circulação incidente sobre a orla mediterrânica, tendo como principais pontos de apoio as cidades onde se instalaram estudos gerais – Salamanca, Toulouse, Montpellier, Paris, Pádua e Bolonha. Fora do reino, apenas escapam a essa tendência Sevilha, na Península Ibérica; e Roma e Viterbo, na Península Itálica, locais de residência pontifical, além da abadia beneditina de Montecassino. Quanto ao reino português, apenas se divisam referências a três cidades como locais de falecimento: Lisboa, Guarda e Santarém, com destaque para a última.

De modo diferente, as informações recolhidas sobre locais de sepultura são relativamente numerosas, ascendendo à meia centena de casos¹¹³. Admitindo a prática de traslados, já descrita, mas sem a ter como regular, e muito menos como frequente, há razões para confiar genericamente numa coincidência entre os lugares de óbito e de sepulcro. Daí que muitas das indicações sobre sepultamentos possam servir como indícios para reconstituir a geografia dos óbitos dos letrados.

Parecendo revelar alguma representatividade em termos das práticas de enterramento, as sés aparecem como principais locais de sepulcro, com vantagem para as igrejas de Coimbra¹¹⁴, Braga¹¹⁵, Lisboa¹¹⁶ e Porto¹¹⁷ sobre todas as outras, precisamente pela ordem elencada, observando-se nessas situações uma forte sintonia entre a escolha dos lugares das sepulturas e o exercício de carreiras ao serviço dessas catedrais. Ou seja, o desempenho, mais ou menos longo, de funções, cargos e

¹¹⁰ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 101.

¹¹¹ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 364.

¹¹² Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 148.

¹¹³ Vid. Anexos, quadro 2, fichas prosopográficas 11, 12, 18, 24, 57, 59, 61, 62, 68, 73, 75, 80, 82, 84, 89, 90, 104, 105, 106, 107, 125, 129, 130, 132, 140, 145, 153, 175, 182, 193, 207, 208, 232, 236, 237, 239, 242, 246, 281, 285, 342, 344, 364, 377, 383, 386, 400, 405, 414, 416.

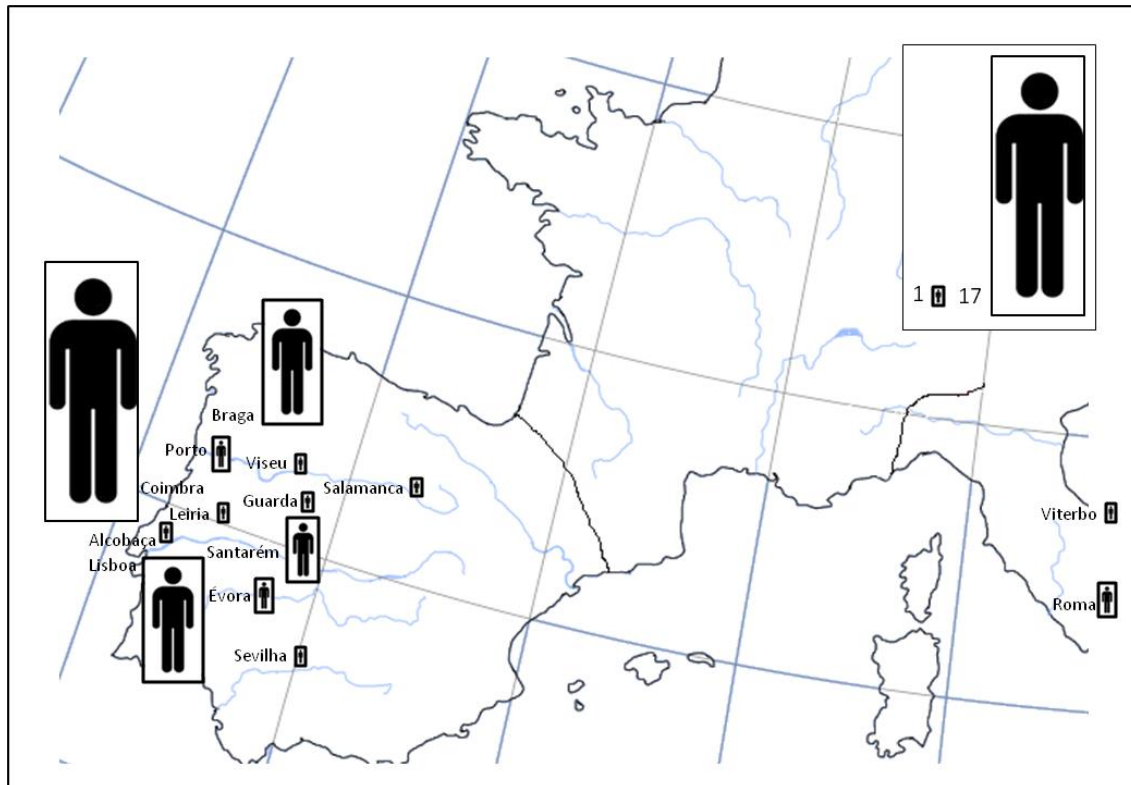
¹¹⁴ Vid. Anexos, quadro 2, fichas prosopográficas 59, 75, 82, 84, 130, 140, 145, 175, 182, 208, 232, 242, 344, 364, 400.

¹¹⁵ Vid. Anexos, quadro 2, fichas prosopográficas 57, 62, 68, 80, 132, 153, 193, 405.

¹¹⁶ Vid. Anexos, quadro 2, fichas prosopográficas 11, 18, 89, 104, 246, 377.

¹¹⁷ Vid. Anexos, quadro 2, fichas prosopográficas 383, 416.

dignidades no interior das catedrais, acabava por ter sequência lógica na decisão sobre a escolha dos locais de enterramento, desse modo prevalecendo as ligações afetivas e institucionais sobre a naturalidade (Vid. mapa 3).



MAPA 3: LOCAIS DE SEPULTURA DE LETRADOS

Fonte: *Várias*

No interior das sés, os sítios em concreto escolhidos para os enterramentos variaram bastante, o que parece ter dependido das dignidades dos indivíduos, das relações de parentesco e de amizade estabelecidas, e, provavelmente, em certas circunstâncias, de razões tão práticas como o espaço disponível. Sepultados em capelas próprias¹¹⁸, em naves¹¹⁹ ou em claustros¹²⁰, isoladamente ou partilhando túmulos com parentes ou pessoas próximas¹²¹, de tudo isso há exemplos recolhidos entre os letrados ligados a dioceses. Em particular, o enterramento em campas comuns atesta a importância na época dos laços familiares, clientelares e de amizade, que se inscrevem em lógicas de solidariedade grupal, estabelecidas dentro dos modelos de proteção patrono-cliente e da piedade familiar. Como situação ilustrativa, atente-se no exemplo

¹¹⁸ Vid. Anexos, quadro 2, fichas prosopográficas 2, 57, 61, 68, 132, 193, 246, 285, 344.

¹¹⁹ Vid. Anexos, quadro 2, fichas prosopográficas 59, 82, 145, 182.

¹²⁰ Vid. Anexos, quadro 2, fichas prosopográficas 62, 80, 153, 175, 208, 242.

¹²¹ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 153.

de mestre João, chantre e vigário da sé de Braga, que partilhou o túmulo com Martinho Sesnandes, seu avô¹²².

Fora das sés, entre os indivíduos sepultados em mosteiros, o mais reclamado pelos letrados como local de enterramento parece ter sido o convento de S. Domingos de Santarém¹²³, havendo relatos pontuais de sepultamentos nas casas de S. Vicente de Fora¹²⁴, Sta. Cruz de Coimbra¹²⁵, S. Francisco de Leiria¹²⁶, Sta. Maria de Alcobaça¹²⁷ e no convento de Santarém da ordem da SS. Trindade¹²⁸. Também aqui se verificou a tendência geral, já identificada para as catedrais, de uma concordância entre o serviço religioso e a eleição do lugar da sepultura. Uma regra, como qualquer outra, permeada por exceções, como as fornecidas por Julião Juliães, o filho de Julião Pais, chanceler régio de D. Afonso Henriques, que foi sepultado no mosteiro cisterciense de Alcobaça, apesar de todo o seu percurso se ter desenrolado à sombra da sé de Coimbra, onde foi ordenado diácono e serviu como cônego e deão¹²⁹; ou por Gil de Leiria, outro cônego daquela catedral que preferiu, na hora da sua morte, ser acolhido no convento franciscano de Leiria¹³⁰.

Todavia, não se exclui para nenhum dos casos, especialmente para o último, a possibilidade de um ingresso tardio nas referidas casas monásticas, pois a circulação entre ordens não estava vedada aos religiosos, antes foi uma prática com alguns adeptos. Por certo, não era incomum no século XII, e terá sido revigorada pela chegada dos mendicantes ao reino, cujos conventos acabaram por receber vários indivíduos na parte de final das suas vidas, alguns deles letrados, muitas vezes após trajetórias longas no interior da hierarquia religiosa secular. Tal parece ter sido a situação do bispo Soeiro Viegas, que tendo começado a sua carreira ao serviço dos cônegos regentes, aparentemente se terá recolhido no convento dominicano de Santarém depois de ocupar a prelatura na sé lisboeta¹³¹.

¹²² Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 153.

¹²³ Vid. Anexos, quadro 2, fichas prosopográficas 106, 107, 129.

¹²⁴ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 414.

¹²⁵ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 90.

¹²⁶ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 105.

¹²⁷ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 207.

¹²⁸ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 125.

¹²⁹ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 207.

¹³⁰ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 105.

¹³¹ Vid. Anexos, quadro 17, fichas prosopográfica 399.

São apenas residuais os registos de letrados sepultados em igrejas paroquiais, o que concorda com o pouco peso de párocos no conjunto. Resumem-se a dois: mestre Bernardo, arcediogo da sé de Braga, depois bispo da sé de Coimbra, que escolheu como última morada a igreja de S. João¹³²; e o cónego viseense, mestre Martinho, que foi também prior da igreja de Sta. Maria de Vouzela, a casa que recebeu o seu corpo¹³³. Há a curiosidade de não se terem apurado nenhuns registos do enterramento de letrados em igrejas colegiadas de grande dimensão, causando particular estranheza as omissões em relação a igrejas como Sta. Maria de Guimarães e Sta. Maria da Alcáçova de Santarém, pela sua dimensão e pela presença regular de letrados entre os seus membros. Finalmente, entre os casos de sepultamento no reino que foi possível reconstituir, sobra um caso muito particular: o do bispo de Lisboa Domingos Eanes Jardo, de início jacente no hospital dos Santos Paulo, Elói e Clemente, por si instituído, e mais tarde, trasladado para a capela do SS. Sacramento¹³⁴.

Fora do reino, há indicações sobre enterramentos em lugares tão diferentes como o mosteiro de Sta. Clara de Sevilha¹³⁵; o mosteiro cisterciense de Sto. Anastácio, em Roma¹³⁶; a igreja de Sta. Maria Maior, também romana¹³⁷; e o convento dominicano de Sta. Maria ao Grado, em Viterbo¹³⁸. Foram, respetivamente, as últimas moradas de Álvaro Pais, Silvestre Godinho, Pedro Julião e Martinho Geraldês, indivíduos já referidos.

Estes dados sobre locais de sepultura, não obstante serem inteligíveis para apenas cerca de um oitavo da população do estudo, é crível que se possam projetar, sem grandes mudanças de tonalidade, para o resto do grupo. Com efeito, as tendências para que remetem – preferências nos lugares de sepulcro pelas casas onde se desenrolaram, ou terminaram, percursos individuais; uma maior incidência das catedrais como últimas moradas face a mosteiros e, destes, por sua vez, face às igrejas paroquiais, acompanhando a distribuição global do grupo dos letrados pelas diferentes instituições eclesiásticas do tempo; e a concentração dos enterramentos nas casas religiosas implantadas no território em detrimento das situadas no seu exterior, sem prejuízo da

¹³² Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 24.

¹³³ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 237.

¹³⁴ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 61.

¹³⁵ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 12.

¹³⁶ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 386.

¹³⁷ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 342.

¹³⁸ Vid. Anexos, quadro 2, ficha prosopográfica 239.

existência de casos recenseados além-fronteiras – deverão ter encontrado extensão, de forma genérica, nos hábitos dos restantes indivíduos não controlados por falta de informação. Interessará, no entanto, matizar essas notícias, muito em razão do peso das fontes disponíveis, que, talvez possam, contribuir para sobrevalorizar a preponderância das catedrais no conjunto, e, no interior destas, o peso relativo de cada uma.

Retomando a questão dos sufrágios, por ser indelével das circunstâncias da morte, são visíveis, pela análise de testamentos e de livros de óbito, as fortes preocupações com o *post-mortem* de muitos dos elementos do grupo, que nesse aspeto não difeririam demasiado das manifestadas por religiosos menos ilustrados, conforme se depreende das leituras de documentos afins¹³⁹. Na verdade, um tipo de receios que era extensível ao mundo secular, pois a forte religiosidade como o temor em relação à vida extraterrena impregnavam todos os setores da vida dos séculos XII e XIII, nesse sentido, muitos marcados pela escatologia¹⁴⁰.

É natural que a diferença de disponibilidades financeiras e a própria natureza da sociedade medieval, organizada segundo o esquema das ordens, introduzissem distinções apreciáveis na forma como os vários estratos populacionais lidavam com o assunto, ficando alguns à margem do conforto espiritual que a garantia de proteções facultava. Menos por desinteresse do que por incapacidade de assegurar o conforto dos sufrágios litúrgicos, que exigiam rendimentos muito consideráveis. Ao contrário, a afetação de grandes somas e de recursos patrimoniais na observação de sufrágios assegurava, teoricamente, mais amparo espiritual, porque maiores rendimentos podiam ampliar as medidas de salvação, contribuindo para a eficácia dos seus efeitos.

Olhando para alguns números, em relação a aproximadamente um quinto dos elementos do grupo foi possível determinar preocupações com a proteção da sua alma, que, em várias ocasiões, foram estendidas às almas de familiares, protetores, clientes e correligionários¹⁴¹. Um número relativamente substancial que permite, como seria de esperar, reter o fenómeno como uma prática habitual e, que deveria, ainda que

¹³⁹ VILAR, Hermínia Vasconcelos - *A vivência da morte no Portugal medieval: a estremação portuguesa*. Redondo: Patrimonia, 1995, p. 48.

¹⁴⁰ BEIRANTE, Maria Ângela - Para a história da morte em Portugal..., p. 367-374.

¹⁴¹ Vid. Anexos, quadro 3, fichas prosopográficas 18, 19, 24, 37, 55, 56, 57, 59, 61, 66, 68, 73, 74, 75, 80, 82, 84, 85, 87, 89, 91, 97, 104, 105, 106, 107, 111, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 140, 145, 153, 160, 162, 175, 178, 182, 183, 185, 186, 193, 197, 198, 204, 207, 208, 216, 221, 232, 237, 239, 242, 246, 263, 267, 268, 273, 275, 278, 281, 295, 306, 319, 321, 338, 344, 347, 353, 355, 356, 364, 366, 383, 386, 400, 405, 414, 416.

atravessada por importantes variações, abarcar todo o contingente da elite cultural presente no território ou, pelo menos, uma vasta maioria dos seus elementos¹⁴².

Entre os sufrágios mais habituais, ou pelo menos, entre os mais reiterados pela documentação, contam-se os aniversários realizados por alma, em intenção do próprio ou de terceiros incluídos nas suas relações mais próximas¹⁴³. Os aniversários consistiam na realização de cerimónias consecratórias, de periodicidade anual, cujo cálculo se fazia, em regra, a partir dos registos de óbito, ainda que se pudessem utilizar, em circunstâncias muito mais raras, outros referenciais cronológicos para o efeito¹⁴⁴. As grandes preocupações postas na manutenção e exatidão dos registos de óbito, que lhes conferem uma apreciável fiabilidade enquanto fontes, decorriam precisamente do seu emprego em tais contagens. Estes aniversários poderiam ser encomendados pelo beneficiário a uma ou mais instituições religiosas e eram, como ficou dito, acumuláveis com outras disposições salvíficas, com o objetivo de aumentar a eficácia dos projetos de bem-aventurança eterna¹⁴⁵.

Esmagadoramente, os aniversários tiveram uma pulsão individualista, ou seja apontaram a projetos de salvação pessoal, mas, às vezes, procurava-se ampliar a esfera de proteção concedida pelos aniversários a outros elementos, quase sempre da família mais próxima dos indivíduos, sobretudo, pais, irmãos, avôs, sobrinhos e mais acidentalmente, tios ou primos. Em mais raras ocasiões, as disposições sobre aniversários incluíram alguns protetores já falecidos ou, então, membros desaparecidos das congregações a que pertenciam, e, quando assim acontecia, visavam, por hábito, anteriores ocupantes dos próprios cargos ocupados pelos encomendadores. Sobram do conjunto algumas indicações avulsas em favor de indivíduos sobre os quais não se consegue esclarecer a natureza das ligações entre encomendadores e encomendados. É de admitir, contudo, que essas situações não deveriam diferir, em substância, das condições típicas já estabelecidas, mesmo que as notícias não as explicitem: o amparo proporcionado a parentes, clientelas e correligionários.

¹⁴² CARVALHO, Elisa - A fortuna ao serviço da salvação da alma, da família e da memória..., p. 15-40.

¹⁴³ Vid. Anexos, quadro 3, fichas prosopográficas 18, 19, 24, 55, 59, 61, 66, 68, 73, 74, 75, 80, 82, 84, 87, 89, 91, 97, 104, 105, 106, 107, 111, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 140, 145, 153, 162, 175, 178, 182, 183, 186, 193, 197, 198, 204, 207, 221, 232, 237, 239, 242, 246, 267, 268, 273, 275, 278, 281, 295, 306, 319, 338, 344, 347, 355, 356, 364, 383, 386, 400, 405, 414, 416.

¹⁴⁴ ALMEIDA, Fortunato de - *História da igreja em Portugal...*, p. 116.

¹⁴⁵ CARVALHO, Elisa - A fortuna ao serviço da salvação da alma, da família e da memória..., p. 15-40.

Ilustram a dispensa de proteção a familiares, através da consagração de aniversários, os exemplos de Fernando, subcapelão da sé de Coimbra, que os estabeleceu em benefício de seus pais¹⁴⁶; Estêvão Moniz, porcionário, cónego, tesoureiro e deão da mesma catedral, também físico régio, que fez disposições similares em relação à sua própria alma, de seus pais, de sua irmã e de seus tios¹⁴⁷; Gonçalo Lever, outro físico régio com ligações eclesiásticas à diocese de Coimbra, que encomendou aniversários para salvação da alma, de seus pais e de uma sua prima¹⁴⁸; ou mestre Mateus, que foi mestre-escola, eleito e bispo da sé de Lisboa, acumulando ainda as funções de capelão e conselheiro régio, prevendo aniversários em intenção da sua alma, de seus pais, de seus avós e de uma tia¹⁴⁹.

Fora dos esquemas das parentelas, há vários casos de letrados a contemplarem outros religiosos com aniversários, alguns dos quais prevendo a proteção de bispos das catedrais onde tinham servido: Domingos Eanes Jardo, cuja carreira se dividiu entre as dioceses de Évora e de Lisboa, onde atingiu a prelatura, indicou que fossem realizados sufrágios desse tipo por alma de Durão Pais, outrora bispo da sé de Évora e por alma de Aires Vasques, antes bispo da sé de Lisboa¹⁵⁰; Domingos Moniz, cónego e diácono da sé de Coimbra, agiu do mesmo modo em relação a Egas Fafes, um antigo prelado da sua diocese¹⁵¹; Estêvão Eanes de Vasconcelos, bispo da sé de Lisboa, com uma carreira anterior ligada à diocese de Braga, seguiu fórmula semelhante para favorecer as almas de Estêvão e João, outrora arcebispos bracarenses¹⁵²; Guilherme de Saint-Géry, deão da sé de Coimbra procedeu nos mesmos termos em prol de Aimerico, bispo da sé de Coimbra¹⁵³. Mais curioso é o caso do bispo Egas Fafes, que no seu testamento previu a comemoração de aniversários, não em relação a indivíduos já falecidos, mas projetando esse benefício para o futuro, em atenção aos seus sucessores na prelatura de Coimbra¹⁵⁴.

Há ainda registos de aniversários que assinalam benefícios em prol de reis, como o ordenado por mestre Vicente, cónego regente do mosteiro de S. Vicente de Fora, pela

¹⁴⁶ Vid. Anexos, quadro 3, ficha prosopográfica 87.

¹⁴⁷ Vid. Anexos, quadro 3, ficha prosopográfica 84.

¹⁴⁸ Vid. Anexos, quadro 3, ficha prosopográfica 130.

¹⁴⁹ Vid. Anexos, quadro 3, ficha prosopográfica 246.

¹⁵⁰ Vid. Anexos, quadro 3, ficha prosopográfica 61.

¹⁵¹ Vid. Anexos, quadro 3, ficha prosopográfica 66.

¹⁵² Vid. Anexos, quadro 3, ficha prosopográfica 80.

¹⁵³ Vid. Anexos, quadro 3, ficha prosopográfica 140.

¹⁵⁴ Vid. Anexos, quadro 3, ficha prosopográfica 75.

alma de D. Afonso III¹⁵⁵; ou de mestre Silvestre Godinho, o célebre canonista, que fez o mesmo com o propósito de favorecer um dos monarcas da Coroa de Leão¹⁵⁶.

Os custos e as rotinas exigidos por celebrações desse tipo eram, como se mencionou, bastante onerosos. Por essa razão, com frequência, procurava-se garantir a sua sustentabilidade com contrapartidas patrimoniais dadas pelos instituidores dos aniversários às casas eclesiásticas encarregues das cerimónias propiciatórias¹⁵⁷. Um modelo alternativo, ou complementar, de assegurar esse financiamento passava pela constituição de uma renda cobrada sobre propriedades na posse de familiares ou outros herdeiros dos sufragantes, sob o estrito compromisso dos legatários assegurarem o custeio dos aniversários enquanto fossem vivos, entrando finalmente as propriedades no domínio institucional, após a sua morte¹⁵⁸. Por vezes, no entanto, a integração do património nas instituições chegava a ser muito diferida no tempo, como sucedeu quando se prolongaram as obrigações relativas ao financiamento de sufrágios por várias gerações da linha sucessória dos primitivos usufrutuários¹⁵⁹.

Depois dos aniversários por alma foram as missas a figurar como sufrágios mais frequentes¹⁶⁰. Tinham finalidades em tudo semelhantes às dos primeiros, com a diferença de serem acontecimentos com periodicidade bem mais variável¹⁶¹. Essas celebrações poderiam prolongar-se no tempo, ou esgotar-se com a realização de poucos ofícios, ou mesmo de um ofício singular, com execução prevista para um momento específico, por exemplo, o momento da morte, ocasião em que se oficiavam as missas por *requiem*. Em consonância com o registado para os aniversários, as missas mais comuns visaram maioritariamente os próprios autores das encomendas, sem que fosse invulgar a prescrição de liturgias com o intuito de interceder por pessoas pertencentes aos círculos mais íntimos dos instituidores dos sufrágios. Num outro paralelo com a encomenda de aniversários, encontraram-se casos de missas dedicadas a reis, como a

¹⁵⁵ Vid. Anexos, quadro 3, ficha prosopográfica 414.

¹⁵⁶ Vid. Anexos, quadro 3, ficha prosopográfica 386.

¹⁵⁷ BEIRANTE, Maria Ângela - Para a história da morte em Portugal..., p. 366.

¹⁵⁸ IDEM, *ibidem*, p. 366.

¹⁵⁹ IDEM, *ibidem*, p. 366.

¹⁶⁰ Vid. Anexos, quadro 3, fichas prosopográficas 37, 57, 59, 68, 75, 80, 82, 84, 85, 91, 104, 130, 132, 140, 153, 182, 183, 193, 232, 237, 239, 246, 278, 321, 338, 344, 353, 355, 364, 383, 416.

¹⁶¹ PEIXOTO, João da Silva - Liturgia. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 3: J-P. Coord. A. M. Jorge et al. [Lisboa]: Centro de Estudos de História Religiosa 2000-2001, p. 138-144.

ordenada por Gonçalo Lever, médico régio, em benefício de D. Dinis¹⁶²; ou em intenção de bispos, como o fez mestre Mateus, prelado de Lisboa, em memória do seu antecessor na diocese, Aires Vasques¹⁶³.

Em primeira instância, eram estas duas formas de salvaguarda que se procuravam promover, naturalmente pela eficácia que lhes era atribuída pelos letrados. Numa outra linha de precedência, exigindo recursos financeiros de muito maior monta, e quase sempre de forma acumulativa às anteriores, faziam-se instituições perpétuas de capelanias e de altares, consagrando-lhes capelães, na generalidade financiados por frutos e réditos provenientes de antigas propriedades dos falecidos¹⁶⁴. Sem surpresa, pelo que se percebe das práticas relatadas para aniversários e missas, as capelas instituídas ou mantidas por certos letrados podiam também incluir na rede de proteções a memória de outras pessoas, além dos próprios instituidores dos sufrágios, como aconteceu com o bispo de Lisboa, Estêvão Eanes de Vasconcelos, que contemplou a memória de seus pais e de seus irmãos, na linha do que se verificou com um outro dignitário da mesma sé, Estêvão Rodrigues, cuja capela mandada instaurar também mostrava preocupações com os seus ascendentes diretos¹⁶⁵.

Quando a capacidade económica não permitiu a instituição de altares e capelas de raiz, a opção passou algumas vezes pela ornamentação de preexistentes, por intermédio da cedência de alfaia e manuscritos litúrgicos ou pela inclusão de cláusulas testamentárias prevendo a sua compra. Outra alternativa passou pela colocação de lâmpadas nesses espaços¹⁶⁶, cuja função simbólica de luta contra as trevas é evidente, dentro da dicotomia luz/sombras, sublime/vil, bem/mal, tão típica da gramática religiosa medieval¹⁶⁷.

Outros sufrágios muito correntes na época, considerados igualmente pelos letrados como formas meritórias de resgatar as almas dos mortos, foram as doações destinadas à realização de exéquias¹⁶⁸, as visitas a sepulturas¹⁶⁹, a observação de horas

¹⁶² Vid. Anexos, quadro 3, ficha prosopográfica 130.

¹⁶³ Vid. Anexos, quadro 3, ficha prosopográfica 246.

¹⁶⁴ Vid. Anexos, quadro 3, fichas prosopográficas 68, 75, 80, 91, 130, 132, 140, 153, 193, 237, 239, 246, 295, 344, 364, 383, 386, 400, 405, 416.

¹⁶⁵ Vid. Anexos, quadro 3, fichas prosopográficas 80, 85.

¹⁶⁶ Vid. Anexos, quadro 3, fichas prosopográficas 37, 57, 68, 75, 80, 84, 153, 175, 183, 239, 344, 355.

¹⁶⁷ GUREVITCH, Aron - *As categorias da cultura medieval*. Lisboa: Caminho, 1991, p. 20.

¹⁶⁸ Vid. Anexos, quadro 3, fichas prosopográficas 68, 75, 80, 84, 91, 130, 140, 153, 193, 344, 347, 355, 383.

canónicas¹⁷⁰, a celebração de festividades dos santos¹⁷¹ e de procissões¹⁷². A par destas práticas contavam-se ainda as modalidades ditas de expiação¹⁷³, respeitando a obras e legados pios entregues a igrejas¹⁷⁴, mosteiros¹⁷⁵, pontes¹⁷⁶ e hospitais¹⁷⁷; e as esmolas concedidas a desprotegidos crónicos, designadamente pobres¹⁷⁸, enfermos¹⁷⁹, órfãos¹⁸⁰, oblatos¹⁸¹ e viúvas¹⁸². Todas estas ações e estipêndios, com naturais diferenças de incidência, são perçetíveis dentro das estratégias de preservação da alma e da memória desenvolvidas no interior do grupo de letrados, embora estando longe de se circunscrever a ele, pois estendiam-se a outros religiosos, como a laicos, independentemente do seu nível de conhecimento.

Muito comuns no âmbito da prática sufragística foram as pitanças, uma espécie de refeições extraordinárias concedidas em dias festivos¹⁸³. Bem menos frequentes, até pelo que significavam em disponibilidades financeiras, seriam as peregrinações ordenadas a lugares santos e devocionais, não obstante disporem de legítimas virtudes salvíficas, como o reconheceram, ao determiná-las, os prelados de Lisboa Domingos Eanes Jardo e Estêvão Eanes de Vasconcelos, o bispo da diocese do Porto Pedro Salvadores e o físico régio Pedro Moniz¹⁸⁴. Raros foram também, entre os sufrágios litúrgicos que se conseguiram identificar, os resgates e as redensões de cativos¹⁸⁵, para o que se conhecem apenas as prescrições de quatro membros do grupo, todos pertencentes ao alto clero, porventura mais sensível ao tema, e, tão ou mais importante do que esse dado, seguramente mais capacitados do ponto de vista económico para fazer face aos altos encargos associados.

¹⁶⁹ Vid. Anexos, quadro 3, fichas prosopográficas 178, 182, 232, 278, 344.

¹⁷⁰ Vid. Anexos, quadro 3, fichas prosopográficas 57, 68, 80, 232, 239, 344, 383.

¹⁷¹ Vid. Anexos, quadro 3, fichas prosopográficas 80, 246, 405.

¹⁷² Vid. Anexos, quadro 3, fichas prosopográficas 57, 68, 75, 91, 132, 383.

¹⁷³ BEIRANTE, Maria Ângela - Para a história da morte em Portugal..., p. 381.

¹⁷⁴ Vid. Anexos, quadro 3, fichas prosopográficas 37, 57, 61, 66, 68, 75, 80, 84, 140, 153, 183, 193, 237, 344, 347, 383, 386, 416

¹⁷⁵ Vid. Anexos, quadro 3, fichas prosopográficas 61, 75, 80, 84, 91, 153, 183, 193, 232, 237, 263, 278, 338, 344, 355, 364, 383, 416.

¹⁷⁶ Vid. Anexos, quadro 3, fichas prosopográficas 61, 84, 182, 237.

¹⁷⁷ Vid. Anexos, quadro 3, fichas prosopográficas 61, 182, 364.

¹⁷⁸ Vid. Anexos, quadro 3, fichas prosopográficas 61, 68, 75, 80, 84, 105, 140, 182, 193, 246, 278, 344, 364, 383.

¹⁷⁹ Vid. Anexos, quadro 3, fichas prosopográficas 130, 140.

¹⁸⁰ Vid. Anexos, quadro 3, ficha prosopográfica 355.

¹⁸¹ Vid. Anexos, quadro 3, ficha prosopográfica 278.

¹⁸² Vid. Anexos, quadro 3, ficha prosopográfica 61.

¹⁸³ Vid. Anexos, quadro 3, fichas prosopográficas 66, 75, 84, 130, 153, 175, 193, 338, 344, 355, 364, 383.

¹⁸⁴ Vid. Anexos, quadro 3, fichas prosopográficas 61, 80, 84, 355.

¹⁸⁵ Vid. Anexos, quadro 3, fichas prosopográficas 61, 75, 84, 246.

Resumindo a questão, os testamentos produzidos pelos letrados, em geral, demonstraram preocupações acentuadas com a vida no além, mas, como se vem percebendo, no interior do grupo registaram-se diferenças de vulto no modelo pietista. De facto, alguns dos indivíduos do grupo destacaram-se por uma grande prodigalidade revelada nas dotações atribuídas a fins propiciatórios, como pela variedade e quantidade de sufrágios deixados. Veja-se, mais uma vez como exemplo abonatório, o citado físico régio Estêvão Moniz, cujo testamento previu nessa matéria a realização de uma grande quantidade de sufrágios, a que se pode juntar um outro caso exemplar: Pedro Martins, que foi bispo das sés de Évora e de Coimbra e um homem muito próximo da Coroa portuguesa, com comportamento muito semelhante no que se refere às preocupações com a salvação da alma¹⁸⁶.

REDES DE PARENTESCO

No que respeita às redes de parentesco da população letrada, a sua reconstituição mostrou-se difícil em função dos grandes desequilíbrios encontrados. À semelhança do que aconteceu com outras variáveis do estudo, as notícias colhidas foram numerosas sobre certos sujeitos, ténues para outros, e estéreis, ou muito perto disso, para uma grande maioria. As informações recolhidas valem, por isso, uma vez mais, sobretudo pelas tendências gerais que exprimem.

De acordo com as notas historiográficas relativas ao período, ao nível das estruturas de parentesco as famílias da época caracterizavam-se tipicamente pela sua grande extensão, justificada por via da alta natalidade, não obstante os altos indicadores que também se verificavam em termos da mortalidade e da mortalidade infantil, apontando para uma baixa esperança média de vida¹⁸⁷. As dificuldades em controlar os nascimentos ajudam a explicar esses altos valores natais, para o que contribuía de modo muito decisivo, em certos meios mais pobres ligados à exploração e ao trabalho da terra, a importância dos indivíduos como mão-de-obra e força económica¹⁸⁸.

¹⁸⁶ Vid. Anexos, quadro 3, fichas prosopográficas 84, 344.

¹⁸⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa...*, p. 210-211.

¹⁸⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira - *Introdução à história da agricultura em Portugal: a questão cerealífera durante a Idade Média*. Lisboa: Cosmos, 1968, p. 53.

Com naturais ajustes, que o confronto das informações sobre o património também ajudará a perceber, as famílias dos letrados deveriam ter padrões conformes com estas tendências mais genéricas, pelo menos em termos da extensão média dos seus agregados. Com efeito, a quantidade de parentes dos mestres acerca dos quais foi possível recolher dados convergem no sentido da sua inclusão em famílias numerosas. De resto, atendendo ao enquadramento definido, as omissões registadas pelas fichas deverão ser relativizadas, pois é crível que se devam mais a dificuldades de reconstituição derivadas da falta de informações ou a desinteligências nos cruzamentos do que propriamente à circunstância de pertencerem a grupos familiares reduzidos.

De um modo geral, a informação obtida nos documentos, secundada pelos contributos da bibliografia especializada, muito útil neste particular, não propiciou recomposições muito alargadas em relação aos ascendentes mais remotos da camada mais escolarizada da população. Mas os resultados da pesquisa revelam-se bem mais consistentes no respeitante ao recenseamento dos ascendentes diretos, aumentando por sua vez no que se refere à identificação de irmãos. O matrimónio e a mancebia, por seu lado, apresentam números muito baixos, o que não causa surpresa atendendo à inscrição clerical da maior parte dos membros do grupo, e considerando-se as limitações decorrentes dos votos de celibato a que estariam teoricamente obrigados os elementos do clero, apesar de haver, por certo, uma grande dissidência entre a interdição do celibato e o escrúpulo do seu exercício. Algo, em todo o caso, mais fácil de sugerir do que provar.

Do mesmo modo, o baixo número de notícias encontradas sobre descendências explica-se, em grande parte, por argumentos iguais – os votos de celibato –, que, a serem cumpridos, impediriam a formação de descendência, mas que, a serem desobedecidos, seriam rodeados por algum silêncio. Em todo o caso, não surpreendem as indicações sobre filhos ilegítimos de alguns letrados, clérigos ou não. Apesar de muito reduzidas, conferem com as propostas correntes sobre a prática da mancebia por parte de elementos do clero, que tinha por consequência a produção de uma descendência à margem das normativas religiosas, e que, por conseguinte, à luz do direito eclesiástico, aparecia como ferida de ilegitimidade, pelo menos até à existência de uma dispensa papal removendo esse estigma. Contrastando com as informações anteriores, sobrevém a grande incidência de informações familiares relativas a parentes consanguíneos colaterais e a parentes por afinidade dos homens de letras.

Antes de uma exposição mais demorada dos resultados relativos às redes de parentesco dos letrados, cumpre esclarecer que algumas relações familiares não puderam ser identificadas, apesar das fortes suspeitas sobre a sua existência despertadas pela onomástica ou pela natureza e extensão de certas doações. É muito provável que em muita documentação, em especial, nos atos sucessórios, onde a informação referente a parentelas mais facilmente pôde ser escrutinável, tivessem ficado por mencionar certos graus de parentesco, mesmo quando existentes. Razões tão simples como a desnecessária invocação da relação familiar, por os indivíduos em causa serem facilmente referenciáveis pelos circunstantes, a par do uso de outras formas de identificação, nomeadamente funções ou posse de títulos, devem ter escondido, com frequência, muitos laços sanguíneos, dificultando uma recriação mais completa das parentelas.

Também a mancebia pode passar despercebida no contexto da lavra oficial de documentos pois, por razões óbvias, dificilmente teria uma tradução formal na redação dos diplomas. O mesmo vale para a filiação ilegítima, que apenas é descortinável através de apelos aos papas para a dispensa de ilegitimidade. Por outro lado, as dificuldades do sistema onomástico também não facilitaram as conciliações familiares, seja porque nem sempre parecem ter sido observadas as regras de construção antroponímicas, seja porque a forma de elaboração do patronímico, transpondo para a descendência o nome próprio do ascendente masculino, fazendo depois a sua sufixação, com grande frequência originaram a perda de cadeias inteiras de ligação entre parentes, perante o desconhecimento de um dos elos intermédios da corrente. Torna-se também muito difícil, nestas condições, sem que haja uma explicitação clara dos laços familiares, estabelecer as ligações desses homens com os seus sobrinhos e primos, pois os patronímicos entre uns e outros não eram naturalmente idênticos.

ASCENDENTES

Entrando com maior profundidade na análise das informações sobre as estruturas de parentesco, verifica-se uma escassez de notícias sobre os antepassados em segundo

grau dos letrados, como se adiantou¹⁸⁹. Mostram-nos, genericamente, como sucessores de parentelas importantes, com ligações eclesiásticas e régias de relevo, por vezes integrados na estirpe de grandes proprietários e em famílias com riquezas apreciáveis, situações quase sempre convergentes na época.

Atente-se na seguinte lista de nomes reunida, para quem foi possível reconstituir ascendências mais remotas, oferecendo pistas sobre a natureza dessa relação triangular estabelecida entre linhagens, exercício de funções e posse de conhecimento. Assim: Estêvão Eanes de Vasconcelos, bispo da sé de Lisboa, foi bisneto de Martim Moniz, o aio de D. Afonso Henriques que perdeu a vida no cerco de Lisboa, e sobrinho-neto, por via materna, do arcebispo Estêvão Soares da Silva¹⁹⁰; o bispo da sé de Coimbra, Egas Fafes, estava enxertado, por linha reta, na sucessão de Fafes Luz, um nobre que foi alferes do conde D. Henrique¹⁹¹. Um outro bispo da sé de Coimbra, mestre Raimundo apresentou ligações familiares aos Ebrardos, oriundos de áreas gaulesas, que criaram raízes na cidade mondeguna, com grande envolvimento de muitos dos seus familiares no serviço da diocese, sendo neto de Guilherme de Ebrardo¹⁹². Quanto a Ordonho Álvares, arcebispo da sé de Braga, teve por avôs Pedro Rodrigues Girão e Sancha Pires, pertencentes à alta nobreza¹⁹³; algo que também sucedeu com o deão bracarense Fernando Eanes, igualmente pertencente a uma família prestigiada – os Portocarreiro –, que incorporaram vários dos seus elementos em casas religiosas portuguesas e no interior da cúria régia¹⁹⁴. O mestre e chantre João, outro dignitário da sé de Braga, era neto de Martinho Sesnandes, um importante latifundiário da região, que deixou várias propriedades em herança, algumas das quais deram entrada no seu património individual¹⁹⁵. Por sua vez, o bispo da Guarda e chanceler régio, mestre Vicente, nasceu no seio de uma linhagem poderosa da órbita de Coimbra, de grande fortuna e com tradições de serviço régio e eclesiástico, tendo por avô Martinho Anaia, alcaide da cidade¹⁹⁶. Já de mestre Gonçalo, que foi mestre-escola da diocese de Coimbra, algures pela metade do século XIII, foi neto de Mendo Pais, *nutridor* de D. Afonso II¹⁹⁷.

¹⁸⁹ Vid. Anexos, quadro 4, fichas prosopográficas 75, 80, 91, 121, 153, 281, 338, 364, 409.

¹⁹⁰ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 80.

¹⁹¹ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 75.

¹⁹² Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 364.

¹⁹³ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 281.

¹⁹⁴ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 91.

¹⁹⁵ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 153.

¹⁹⁶ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 409.

¹⁹⁷ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 121.

As origens familiares destes indivíduos apontam precisamente para a existência de relações firmes entre letrados e círculos importantes, com forte poder patrimonial e com interações óbvias ao nível da hierarquia eclesiástica e do poder régio. De resto, malgrado a incompletude de muitos dos dados, a casuística reunida alude, em concreto, a uma ligação insistente entre o acesso a prelaturas e a dignidades eclesiásticas com a inscrição familiar em linhagens de poder e notoriedade.

A escassez de informações é, no entanto, tão grande que a representatividade dos exemplos deve ser questionada e as extrapolações, em parte, suavizadas. Com efeito, sendo numerosas as situações para as quais não foi possível reunir elementos sobre os ascendentes afastados da camada mais escolarizada da população, será imprudente não considerar a hipótese de uma maior diversidade das origens familiares dos letrados, algo a que os dados relativos à filiação parecem atender ocasionalmente. Até porque uma das possíveis causas para um desconhecimento alargado sobre essas origens mais recuadas, pode radicar em parte nas eventuais origens humildes de alguns deles, algo que escaparia com maior facilidade aos registos documentais do que a inscrição em genealogias conhecidas, familiarizadas com a riqueza e o poder.

Os dados reunidos sobre a filiação de mestres e doutores confirmam, em todo o caso, algumas das principais tendências sugeridas pelas ligações mais ancestrais¹⁹⁸. Com efeito, muitas das filiações continuam a mostrar os letrados como tipicamente inseridos em famílias importantes. Algumas parentelas destacaram-se mesmo como fornecedoras regulares de indivíduos para os serviços régio e eclesiástico, como aconteceu com as famílias dos Godinhos e dos Pais, de onde procedeu o arcebispo Silvestre Godinho¹⁹⁹; a casa dos Portocarreiro, de onde veio o referido deão Fernando Eanes²⁰⁰; ou a família dos Ebrardos, instalada em terras de Coimbra, de que fazia parte Estêvão *in Organo*²⁰¹.

As progenituras reconstituídas demonstram que a maior parte das famílias de mestres se inseriam em redes aristocráticas, tanto do reino como fora dele, com uma forte prevalência das primeiras sobre as segundas, acreditando que a proporcionalidade

¹⁹⁸ Vid. Anexos, quadro 4, fichas prosopográficas 11, 12, 73, 75, 80, 82, 85, 87, 91, 105, 106, 107, 132, 173, 188, 193, 195, 197, 207, 268, 277, 281, 293, 322, 336, 342, 344, 353, 355, 364, 383, 386, 409, 416.

¹⁹⁹ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 386.

²⁰⁰ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 91.

²⁰¹ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 82.

das informações recolhidas teria uma transposição efetiva para o conjunto do universo, como há razões para crer. Por exemplo, era descendente de gente nobilitada do reino o cónego regrante João Pais, prior do mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra, cujos pais foram Pedro Pais de Palaciolo e Mor Pires²⁰². Do mesmo modo, dispunha igualmente de ligações nobiliárquicas Paio Galvão, um outro cónego regrante de Sto. Agostinho que chegou a usar o barrete cardinalício, e que era da descendência de Pedro Galvão e Maria Pais²⁰³. Ainda entre os regrantes, há o caso de mestre Pedro Alfarde, prior da casa crúzia de Coimbra, filho de um *miles* de nome João Alfarde²⁰⁴.

A essa nobreza alta e média pertenciam ainda um conjunto de prelados do reino que se notabilizaram pelo seu saber: o arcebispo bracarense João Peculiar, da prole de Cristóvão Eanes e Maria Rabaldes, ambos ligados à nobreza coimbrã²⁰⁵; Álvaro Pais, bispo de Silves, membro da família nobre dos Gomes Charinho, e dado como filho provável de Paio Gomes de Charinho²⁰⁶; João Martins de Soalhães, bispo de Lisboa e arcebispo de Braga, filho de Lourenço Martins e Fruela Viegas; e Gonçalo Pereira, com um trajeto bastante idêntico ao anterior, cujos pais foram o freire da ordem do Hospital e comendador de Panóias, também de nome Gonçalo Pereira, e Urraca Vasques Pimentel²⁰⁷. Tal como estes – bispos, letrados e descendentes de aristocratas – há os casos de mestre Vicente, bispo da Guarda e chanceler régio, cuja mãe, Sancha Martins, foi abadessa do mosteiro de Semide²⁰⁸, assim como Vicente Mendes e Sancho Peres, ambos bispos da sé do Porto, que se sucederam à frente da cátedra portuense. O primeiro foi filho de Mendo e Teresa, indivíduos com ligações senhoriais à região²⁰⁹; enquanto o segundo descendeu diretamente de Pedro Homem de Pereira e Teresa Eanes²¹⁰. Situação com paralelo nas anteriores foi a do bispo da sé de Lisboa, Álvaro Freitas, dado como descendente de João de Freitas, senhor de Montemor-o-Velho, e de Elvira Gomes²¹¹.

²⁰² Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 195.

²⁰³ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 293.

²⁰⁴ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 322.

²⁰⁵ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 197.

²⁰⁶ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 12.

²⁰⁷ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 193.

²⁰⁸ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 409.

²⁰⁹ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 416.

²¹⁰ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 383.

²¹¹ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 11.

Os grandes proprietários de terras contam-se igualmente entre os ascendentes diretos de letrados. Tal foi o caso de João Fróis, que iniciou a sua carreira como monge agostinho no mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra, tendo-a terminado como arcebispo da sé de Bizâncio, cujos pais foram Álvaro Fróis, senhor das vilas de Maiorca e de Alhadas, e Elvira Cides, também ela senhora de extensos domínios²¹². Na verdade, não é de excluir a possibilidade desses indivíduos se enxertarem em raízes nobres, embora seja apenas percepcionável na documentação a extensão das suas riquezas agrárias.

Aristocratas, latifundiários, membros de famílias notáveis – possuindo apenas algumas destas características ou todas em simultâneo –, estes parecem ser os traços mais salientes quando se olha para as origens familiares dos letrados. Mas, sendo essas as estruturas de parentesco mais persistentes, certos percursos reelaborados apontam para a associação de alguns elementos do grupo mais escolarizado a ambientes familiares de características muito diferentes. Nesse sentido, algumas notícias parecem mostrar a elite culta portuguesa como permeável a infiltrações de meios e estratos socioeconómicos distintos da aristocracia tradicional. E esse parece ser um dado decisivo no interior de uma sociedade de ordens, tendencialmente estanque e com escassez de meios de promoção social ascendentes.

Atente-se nos seguintes exemplos: Pedro Martins, sucessivamente bispo das sés de Évora e de Coimbra, teve por mãe Justa Peres, e apesar de se desconhecer o nome do seu pai parece ser facto assente a sua inscrição numa família endinheirada pertencente à oligarquia mercantil de Coimbra, que procurava melhorar o seu estatuto social por intermédio de consórcios matrimoniais com a aristocracia, e pela promoção de alguns dos seus elementos nos círculos régio e eclesiástico²¹³. Por seu turno, mestre Nicolau, bispo da sé de Viseu, originariamente cónego regente do mosteiro de S. Vicente de Fora, onde alcançou a distinção de prior crasteiro, era filho de João Rodrigues Velho e de Ana Taveira, vizinhos da freguesia de Lisboa²¹⁴. Quanto a um outro prelado, Domingos Eanes Jardo, a fazer fé na Cronística que o menciona, teria nascido de pais humildes e pobres, moradores nos arredores daquela cidade, no lugar da Jarda, perto de

²¹² Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 188.

²¹³ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 344.

²¹⁴ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 277.

Sintra²¹⁵. Apesar da modéstia das suas origens, todo o seu percurso posterior mostra uma carreira ascensional fulgurante, dividida entre o clero e a Coroa, tendo ocupado os cargos de cônego, eleito e bispo da sé de Évora, eleito e bispo da sé de Lisboa e prior da igreja de Sta. Maria de Guimarães, somando-lhes ainda o desempenho das funções de chanceler e capelão régio, clérigo do rei e tutor régio²¹⁶.

O que estas três notícias documentam é a existência de uma certa porosidade no tecido socioeconómico português permitindo a elevação social e profissional de indivíduos oriundos de meios à partida insuspeitos, como a burguesia mercantil e camadas mais pobres das populações, facto que não parece ser desligável da elevada preparação intelectual obtida. Em particular, a situação de Domingos Eanes Jardo aponta para certas práticas vigentes na época no respeitante ao apoio a estudantes pobres, generalizadas por toda a Cristandade, e que também eram desenvolvidas em território português, permitindo o acesso dos *pauperes* a programas de estudos avançados. Em concreto, a esse respeito, sabe-se que um número considerável de clérigos pobres foi encaminhado para os estudos gerais do tempo, beneficiando de políticas de subvenção a estudos, permitindo-lhes adquirirem conhecimentos em vários domínios do saber²¹⁷. Aliás, a própria iniciativa do bispo de Lisboa em promover uma instituição para albergar escolares pobres, acaba por ser um dado que vai ao encontro das origens humildes que lhe são atribuídas, pois essa iniciativa pode ser lida como um possível reflexo da sua experiência pessoal enquanto estudante carenciado.

Não custa admitir, neste cenário, que o mesmo tenha acontecido com outros mestres portugueses para os quais não foi possível traçar origens familiares, e que podem ter beneficiado de idênticos apoios. A formação adquirida, por essa via, dar-lhes-ia competências e recursos sólidos, a partir de onde poderiam estruturar e projetar as suas carreiras, permitindo-lhes superar a privação dos privilégios habitualmente necessários para o desenho de percursos bem-sucedidos – inscrição em clientelas ou parentelas de renome. Seria, em todo o caso, um grupo relativamente diminuto, como a própria exiguidade de casos de ascendência modesta ou burguesa deixa supor.

²¹⁵ CUNHA, Rodrigo da - *Historia ecclesiastica da igreja de Lisboa: vida e acçoens de seus prelados, e varões eminentes em santidade, que nella florecerão. Vol. 1.* Lisboa: Oficina Manoel da Sylva, 1642, fl. 198.

²¹⁶ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 61.

²¹⁷ Vid. Anexos, quadro 13. Completar com informação sobre subvenções régias e eclesiásticas conhecidas.

A parcimónia dos dados recolhidos sobre a filiação dos letrados aconselha cuidados nessas conclusões como em outras, em linha com as recomendações feitas sobre as ascendências em segundo grau ou superior. De facto, sobram muitos letrados para os quais não foi possível determinar a paternidade dos indivíduos, a par de outros em relação aos quais são conhecidos os nomes dos progenitores, mas sobre quem não se conseguiram apurar dados mais concretos sobre as suas relações familiares, impedindo um enquadramento seguro das condições de partida dos letrados. O aprofundamento desse conhecimento seria importante para se ponderar com maior rigor o peso efetivo das tendências observadas. Em particular, no tocante à mobilidade social do grupo, um maior volume de informação sobre as parentelas contribuiria decisivamente para estabelecer com maior segurança a capacidade propulsora da formação em termos do desenvolvimento das carreiras e para melhor calibrar a sua eficiência face aos constrangimentos colocados pelas fortes tensões e barreiras sociais existentes na época.

IRMÃOS

No interior das estruturas familiares, acaba por ser mais substancial o conhecimento acerca de irmãos dos letrados do que sobre os seus ascendentes, o que é um dado em si revelador²¹⁸. Mas, também aqui, as lacunas são óbvias. Do que se sabe sobre os modelos familiares do período ao nível da extensão média dos agregados, as situações de letrados sem irmãos deverão corresponder mais a ausências de informação do que a um número elevado de filhos únicos, o que se afigura como manifestamente improvável atendendo às condições da época. O que significa que provavelmente terão ficado muitas ligações fraternas por apurar.

Apesar de todos esses constrangimentos, a informação disponível é, ainda assim, suficiente para não deixar passar sem referência alguns padrões que se desprendem da apreciação conjunta dessas notícias. Merece sublinhado, em primeiro lugar, a identificação de certas estratégias familiares que passavam por forçar a penetração de elementos da mesma família, nomeadamente irmãos e colaterais, na esfera eclesiástica. Não parece exagero afirmar que algumas parentelas terão afinado esses planos ao ponto

²¹⁸ Vid. Anexos, quadro 4, fichas prosopográficas 10, 12, 28, 31, 37, 46, 48, 55, 57, 59, 61, 62, 68, 73, 75, 80, 91, 94, 106, 107, 132, 140, 153, 182, 193, 197, 198, 200, 207, 208, 209, 232, 242, 257, 268, 275, 276, 281, 332, 336, 342, 344, 353, 364, 383.

de atuarem, em continuidade durante o período, como verdadeiras fornecedoras de quadros clericais para certas casas religiosas, com as quais mantinham relações privilegiadas, à luz de estratégias evidentes de nepotismo, alicerçadas em esquemas de proteção, auxílio e suporte, bastante elaborados. Com frequência, essas redes de influência manifestaram-se sobre instituições com ligações territoriais próximas aos sistemas de implantação familiar.

Um exemplo clássico deste fenómeno é dado pelos mestres Gil Juliães e Julião Juliães, filhos do chanceler régio Julião Pais, com trajetos desenvolvidos na sé de Coimbra, que ocuparam nessa catedral respetivamente as dignidades de tesoureiro e deão²¹⁹. Na mesma diocese, encontram-se outras situações afins, de que foram protagonistas o presbítero e prebendado João Domingues e Domingos Eanes, também um canónico conimbricense²²⁰. De resto, os exemplos de irmãos congregados numa mesma instituição são vários e proliferaram pelas diferentes dioceses. Na órbita de Lisboa, apresentando características coincidentes com os anteriores, há o caso de João Rol, bispo da sé de Lisboa, e de Simão Rol, cónego da mesma sé e prior da igreja de S. Mamede²²¹. Por seu turno, ligados à catedral eborense, há nota dos irmãos Durão e João Pais, o primeiro com um trajeto bastante longo e variado no interior da sé, onde deteve várias prebendas e dignidades até alcançar a prelatura nessa igreja, e o segundo referido nela como clérigo²²². Circunstâncias afins reportam ao bispo Domingos Eanes Jardo, que antes de chegar à cátedra de Lisboa exerceu as funções de cónego, eleito e bispo de Évora, e ao seu irmão, Pedro Eanes, beneficiário de uma conezia na mesma sé²²³. Por sua vez, na diocese bracarense acha-se um dos casos mais flagrantes de infiltração familiar clerical, com o chantre mestre João, a ter a seu lado, na canónica, o cónego Fernando Eanes e o porcionário Domingos Eanes, todos eles irmãos²²⁴. Um laço familiar partilhado também entre o chanceler mestre Alberto e Pedro Eite, ambos detentores de vínculos à sé de Braga, onde pontificaram como arcediagos capitulares²²⁵.

Contudo, nem sempre os irmãos dos letrados apresentaram ligações eclesiásticas às casas onde estes serviam; outros não visaram o mesmo tipo de serviço religioso; e

²¹⁹ Vid. Anexos, quadro 4, fichas prosopográficas 107, 207.

²²⁰ Vid. Anexos, quadro 4, fichas prosopográficas 59, 182.

²²¹ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 200.

²²² Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 73.

²²³ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 61.

²²⁴ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 153.

²²⁵ Vid. Anexos, quadro 4, fichas prosopográficas 10, 332.

alguns nem sequer protagonizaram carreiras ligadas à Igreja; enquanto para outros prevalecem as incógnitas, pois apenas são conhecidos os seus nomes e pouco mais. Os irmãos do bispo da sé de Lisboa João Rol são um exemplo interessante, pois parecem ter tomado opções de carreira muito diferenciadas e que ilustram vários dos cenários possíveis. Se em relação ao já citado Simão Rol há relativa sintonia de percursos com o bispo lisboeta, pois convergiram no mesmo círculo catedralício, opção diferente foi tomada por Martinho Rol, que escolheu ingressar na abadia de Alcobaça, onde professou como monge da ordem cisterciense²²⁶. Um outro dos irmãos Rol, Pedro, terá passado, aparentemente, à margem dos circuitos eclesiásticos, pois está anotado como tabelião da cidade de Lisboa, o que o coloca a operar no âmbito do funcionalismo régio e não do funcionalismo eclesiástico²²⁷. Um breve excurso para esclarecer que os tabeliães formam, eles próprios, um grupo de letrados, embora com características distintivas do formado pelos mestres, ainda que nada obstasse a que os tabeliães pudessem ser graduados por estudos gerais. Como os escribas ou os copistas, a presença tabeliônica comprova a existência no mesmo espaço de vários tipos de letrados, agindo em circuitos específicos, de algum modo complementares entre si. Voltando à família Rol, este agregado prefigura-se como um bom paradigma de uma estratégia global de distribuição familiar por vários centros de poder, antagónica à ideia da concentração de elementos familiares num único polo, que outras famílias parecem ter perfilhado.

Noutra direção, alguns dos exemplos citados – nomeadamente os pares formados por Gil e Julião Juliães, Alberto e Pedro Eite, João Domingues e Domingos Eanes –, afiguram-se valiosos ao demonstrarem a importância atribuída à formação no interior de certos núcleos familiares. Todos eles foram homens de saber, como se depreende da exibição do título magistral comum aos seis, o que mostra uma aposta declarada na formação por parte de algumas famílias, percebida como um fator benéfico para o desenvolvimento de carreiras em contexto eclesiástico, e não só. No que respeita a Gil e Julião Juliães, terá sido por certo decisivo o papel do pai, Julião Pais, também ele letrado, para que ambos angariassem uma formação avançada. O mesmo tipo de atitude familiar face à preparação intelectual pode-se encontrar em dois irmãos designados como doutores em leis, de nome Cerveiro e Francisco²²⁸, que se devem presumir das relações do mestre-escola de Braga, Pedro Moniz, pois aparecem a testemunhar o seu

²²⁶ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 200.

²²⁷ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 200.

²²⁸ Vid. Anexos, quadro 4, fichas prosopográficas 31, 94.

testamento. Preocupações similares com a sólida formação familiar são perspectiváveis para o arcediago bracarense mestre Domingos e para um seu irmão, identificado apenas pelo título magistral e pela abreviatura S. – talvez Silvestre, talvez Soeiro, atendendo à frequente incidência dos dois antropónimos na época para o espaço português²²⁹.

Ao contrário do que se parece ter verificado em outras áreas da Cristandade em igual período, nomeadamente nas regiões gaulesas, no território português não parece ter sido determinante a questão dos filhos secundogénitos no quadro das políticas de consolidação patrimonial e do seu enquadramento eclesiástico. Com efeito, nesta época não sobressai grande preocupação em evitar a dispersão do património familiar, herdado ou adquirido, que noutras paragens se traduziu formalmente no direito de primogenitura, favorecendo a concentração dos direitos de sucessão no filho varão e o consequente direcionamento dos secundogénitos para o meio eclesiástico. Algo que veio efetivamente a acontecer em Portugal, mas apenas para um período mais tardio com a instauração dos morgadios, já em fase muito adiantada do século XIII²³⁰. De facto, o morgadio não parece ter sido o modelo de base económica territorial para grande parte do período, como se verifica da análise dos testamentos clericais, onde se observa a dispersão do património por vários familiares²³¹. Nessa medida, os fenómenos da entrada em ordens de vários parentes, designadamente irmãos, parecem obedecer antes de mais a estratégias familiares de acesso a poder e prestígio, só depois e complementarmente como alternativas de subsistência económica. As notícias encontradas não permitem, contudo, clarificar a incidência do fenómeno entre familiares de letrados, mas são adivinháveis numerosas situações com esses contornos, muito para além das espelhadas na documentação.

Quanto às filhas da nobreza latifundiária, ficavam na maioria dependentes do casamento para a sua subsistência, questão por sua vez ligada com estratégias de alianças familiares, para o que necessitavam de dons (dotes, também chamados arras, e donas), dependendo as vantagens dos matrimónios das somas destinadas pelas famílias

²²⁹ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 37.

²³⁰ CASTRO, Armando de - Morgado. In *Dicionário de História de Portugal. Vol. 3: ME-SIN*. Dir. J. Serrão. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, p. 109-112.

²³¹ *Testamenti ecclesiae Portugaliae*. Coord. M. Rosário Morujão. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa. Universidade Católica Portuguesa, 2010.

a esse fim²³². Podiam também optar por se recolherem em instituições religiosas, ainda que o temor da pobreza estivesse longe de resumir os motivos da entrada de mulheres em abadias e mosteiros²³³. Mas não se deve descartar o afastamento das riquezas familiares como razão para a entrada em casas religiosas de algumas irmãs dos letrados. Essa é, de resto, uma hipótese válida para uma das irmãs do bispo de Lisboa, Estêvão Eanes de Vasconcelos, uma monja de nome próprio Maria²³⁴; assim como para Teresa e Maria Eanes, freiras no mosteiro de Arouca, irmãs do deão Fernando Eanes de Portocarreiro²³⁵; ou ainda para Teresa Gonçalves, da família do arcebispo Gonçalo Pereira, igualmente recolhida no mosteiro arouquense²³⁶.

MATRIMÓNIOS, MANCEBIAS E DESCENDÊNCIA

Ainda no domínio das redes familiares de letrados, há a considerar as uniões matrimoniais ao lado das uniões extramatrimoniais²³⁷. São apenas quatro os casos referenciados, dois ilustrativos de cada um dos fenómenos²³⁸. A sua sinalização no conjunto é absolutamente residual, mas a sua simples existência serve para provar dois factos. Por um lado, as primeiras proclamam a existência de mestres casados o que indicia a extensão do saber a círculos laicos, fora dos circuitos de religiosidade, pois o matrimónio estava vedado à clerezia em geral, devido às interdições relacionadas com

²³² COELHO, Maria Helena da Cruz; VENTURA, Leontina - A mulher como um bem e os bens da mulher. Coimbra: [s.n.], 1986. In *Actas do colóquio «A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais»*. Vol. 1. Coimbra: Faculdade de Letras, 1986, p. 57-63.

²³³ Sobre o monaquismo feminino vid. COELHO, Maria Helena da Cruz; VENTURA, Leontina - A mulher como um bem e os bens da mulher..., p. 51-90; MARQUES, Maria Alegria Fernandes - Evolução do monaquismo feminino, até ao século XIII, na região Entre Douro e Tejo. In *Actas do colóquio «A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais»*. Vol. 2. Coimbra: Faculdade de Letras, 1986, p. 89-114. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa - *Um mosteiro cisterciense feminino. Santa Maria de Celas: séculos XIII a XV*. Tese de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: [s.n.], 1991.

²³⁴ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 80.

²³⁵ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 91.

²³⁶ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 132.

²³⁷ Sobre o tema das mancebias, pouco estudado genericamente em Portugal, vid. BEIRANTE, Maria Ângela - As mancebias nas cidades medievais portuguesas. In *Actas do colóquio «A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais»*. Vol. 1. Coimbra: Faculdade de Letras, 1986, p. 221-242. Como obra de referência para esta matéria vid. FOUCAULT, Michel - *Histoire de la sexualité*. Vol. 1. Cap. 1: *La volonté de savoir*. [Paris]: Gallimard, 2002-2003. Para uma cronologia mais apertada, orientada especificamente à Idade Média, vid. DUBY, Georges - *O cavaleiro, a mulher e o padre: o casamento na França feudal*. Lisboa: Dom Quixote, 1988.

²³⁸ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 132, 164, 193, 208.

as exigências de pureza ritualística na manipulação de substâncias e objetos sagrados²³⁹. Servem para testemunhar essa realidade os casamentos do chanceler régio, Julião Pais, com Mor Mendes²⁴⁰, e de um mestre João com uma tal Constança Bartolomeu²⁴¹.

Sobre as questões de mancebia, há menos duas evidências incontestadas, ambas envolvendo arcebispos de Braga: João Martins de Soalhães e Gonçalo Pereira, de quem foram barregãs, respetivamente, Maria Peres e Teresa Pires Vilarinho²⁴². Seria, por certo, um hábito muito mais alargado no meio do clero e dos letrados que a ele pertenciam, mas a sua proibição oficial exigia uma certa discrição aos incumpridores, pelo que as fontes, por norma silenciosas nessas matérias, dificilmente conseguem desvelar, com total nitidez, as práticas de concubinação no seio do grupo.

A descendência de alguns dos eclesiásticos reconhecíveis como homens de cultura serve indiretamente para demonstrar que a posse de concubinas estava mais arreigada do que se poderia inferir pelo diminuto número de casos anotados, com especial penetração ao nível do episcopado. Os filhos de letrados identificados não deixam, ainda assim, de constituir um grupo reduzido²⁴³.

Egas Fafes, prelado em Coimbra e Compostela, teve seguramente dois filhos bastardos: Mor Viegas e um Pedro Viegas, que chegou a ser arcediogo de Neiva²⁴⁴; e mestre Tibúrcio, que antecedeu Egas Fafes na cátedra de Coimbra, teve pelo menos uma filha, de nome desconhecido²⁴⁵. Do arcebispo bracarense Gonçalo Pereira sabe-se que foi pai de Álvaro Gonçalves Pereira²⁴⁶. Outro arcebispo bracarense, João Martins de Soalhães tinha, por sua vez, uma extensa prole, formada por Vasco Eanes, Maria Eanes, Constança Eanes, Martinho Eanes de Avô, Rodrigo Eanes, N. Martins e Sancha Eanes de Soalhães²⁴⁷. Há mais dois mestres no grupo erudito, Guido e João de Coimbra, para os quais se consegue reconstituir descendência, mas não é claro o seu contexto familiar, sendo impossível defini-los como clérigos ou laicos, pois é muito escassa a informação reunida a seu respeito. Sabe-se apenas que mestre Guido foi pai de filhos de nome

²³⁹ HOUTIN, Albert - *Courte histoire du célibat ecclésiastique*. Pref. F. Sartiaux. Paris: Les Éditions Rieder, 1929.

²⁴⁰ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 164.

²⁴¹ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 208.

²⁴² Vid. Anexos, quadro 4, fichas prosopográficas 132, 193.

²⁴³ Vid. Anexos, quadro 4, fichas prosopográficas 75, 132, 134, 177, 193, 208, 400.

²⁴⁴ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 75.

²⁴⁵ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 400.

²⁴⁶ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 132.

²⁴⁷ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 193.

desconhecido²⁴⁸, ao passo que mestre João de Coimbra teve uma filha, Maria Peres, casada com o almoxarife de Santarém²⁴⁹. Sem dúvida laico foi Julião Pais, que teve por filhos os já referidos mestre Julião Juliães, deão da sé de Coimbra, e mestre Gil Juliães, tesoureiro da mesma sé, a que se junta um Pedro Juliães, por vezes identificado com o papa João XXI²⁵⁰.

OUTRA PARENTELA

Para concluir a questão das estruturas familiares dos letrados, há a considerar ainda os parentes em linha não reta, categoria bastante extensa compreendendo os parentescos consanguíneos colaterais – tipicamente tios, primos e sobrinhos²⁵¹; e os parentescos por afinidade – caracteristicamente sogros, cunhados e genros²⁵².

Para cerca de um quinto dos mestres foi possível reeditar algumas dessas relações de parentesco, sendo que as ligações colaterais identificadas ultrapassaram em muito as relações de afinidade²⁵³. Repetiram-se algumas das dificuldades em identificar nexos familiares, pois nem sempre as fontes terão denunciado os laços de parentesco, mesmo quando era presumível a sua existência. Os parentescos, como ficou dito antes, eram muitas vezes camuflados por designações alternativas ou por referências simples a nomes próprios que impediam o estabelecimento de laços. Seja como for, predominaram nas fontes as menções a tios e sobrinhos sobre as demais, o que converge com o cenário das estruturas familiares de grande densidade e complexidade que se poderia esperar encontrar, assim confirmado. Em relação aos sobrinhos é difícil precisar, muitas vezes, quando se trata de sobrinhos maternos ou paternos, uma informação que seria relevante dada a grande importância das relações cognatas no período²⁵⁴.

²⁴⁸ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 134.

²⁴⁹ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 177.

²⁵⁰ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 208.

²⁵¹ MATTOSO, José - Problemas sobre a estrutura da família na Idade Média. In *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992, p. 241-258.

²⁵² IDEM, *ibidem*, p. 241-258.

²⁵³ Vid. Anexos, quadro 4, fichas prosopográficas 28, 37, 48, 54, 55, 57, 59, 61, 66, 68, 75, 78, 80, 84, 91, 92, 109, 113, 121, 126, 130, 132, 138, 140, 153, 175, 176, 178, 182, 183, 187, 188, 193, 195, 197, 198, 201, 207, 208, 221, 232, 236, 237, 239, 241, 242, 246, 266, 268, 275, 277, 278, 281, 312, 319, 337, 338, 344, 347, 352, 355, 364, 383, 386, 395, 405, 409, 416.

²⁵⁴ MATTOSO, José - Problemas sobre a estrutura da família na Idade Média..., p. 241-258.

Outra tese que parece sair validada pelas informações obtidas sobre estes parentes de homens mais cultos é a intenção, nalguns casos prática firmada, das infiltrações na esfera eclesiástica de elementos pertencentes a certas famílias, operando de acordo com estratégias deliberadas de afirmação e poder, já enfatizadas em relação a irmãos dos letrados.

Sem dificuldade, podem-se multiplicar os exemplos de cônegos, dignitários, monges e paroquianos, encontrados nas árvores genealógicas dos homens de maior erudição, na condição de colaterais. O nepotismo era, portanto, uma prática bem enraizada, por intermédio da qual familiares bem colocados procuravam promover no interior das estruturas religiosas que dominavam, ou sobre as quais tinham ascendente, outros membros da sua parentela²⁵⁵.

As redes de influência familiares irradiaram, para além disso, em outras direções, nomeadamente na direção do serviço régio. Por exemplo, um dos sobrinhos de Julião Pais e, por conseguinte, primo dos mestres Julião e Gil Juliães, o chantre da sé de Lisboa Fernando Peres foi notário régio, para o que muito deve ter contribuído a influência do chanceler de D. Afonso Henriques²⁵⁶. Já o mestre-escola da sé de Coimbra, Gonçalo, teve como tio o porteiro régio Vicente Mendes, em cuja nomeação terá interferido certamente o avô do primeiro, Mendo Pais, que fora *nutritor* régio²⁵⁷. Dois casos que ilustram bem as práticas de influência familiar sobre os sistemas de poder.

Do exposto, em linhas gerais, sai evidente a promiscuidade entre redes clientelares e redes familiares na projeção de carreiras ao serviço do rei e da hierarquia religiosa. Mas o reconhecimento dessa realidade, decifrável apenas para um número moderado dos indivíduos com ligações estreitas ao saber, ainda que se possa extrapolar para muitas das situações que permanecem na sombra, não deve excluir outras soluções de ascensão social, onde a cultura e a preparação intelectual jogariam certamente um papel importante, mesmo que em escala mais reduzida.

²⁵⁵ COSTA, Maria Antonieta Moreira da - Nepotismo e poder na arquidiocese de Braga: 1245-1374. *Lusitania Sacra*. 17 (2005) 119-122.

²⁵⁶ Vid. Anexos, quadro 4, fichas prosopográficas 107, 207, 208

²⁵⁷ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 121.

REDES CLIENTELARES E DE DEPENDÊNCIA

A existência de sistemas de proteção, cooperação, solidariedade e entreatajuda, baseados em laços familiares, comunitários, fraternais, económicos ou outros, estabelecidos entre poderosos e dependentes, com tradução prática em medidas de favorecimento tendentes ao recrutamento para determinados cargos e funções – uma prática designada, regra geral, por clientelismo²⁵⁸ – era bastante corrente nos séculos XII e XIII. Tratavam-se, de facto, de esquemas de apoio mútuo, elaborados no interior de grupos relativamente coesos, unidos por interesses comuns, e que para a sua consolidação muito dependiam da capacidade dos seus elementos mais proeminentes (os protetores, ou patronos) em promover a inclusão, ou projeção, de outros elementos do mesmo agregado (os protegidos, ou dependentes, ou clientes) no meio onde estavam inseridos, beneficiando da sua posição relativa nele, e agindo de forma ativa e deliberada na perseguição desses objetivos²⁵⁹.

As lógicas clientelares, porquanto são relativamente fáceis de definir, nem sempre são fáceis de discernir, pois, a esta distância, é difícil apreender o tipo de relações entre os indivíduos e as motivações para o preenchimento de cargos, sendo que quando estão em causa relações de parentesco ou institucionais, os patrocínios e os favorecimentos surgem com maior evidência (apesar de nem sempre serem transparentes) do que quando se jogavam amizades ou afetos, algo que a documentação nem sempre deixa perceber, por serem laços muito mais etéreos do que os nexos familiares.

ÁREA DE DEPENDÊNCIAS

Não obstante as naturais dificuldades em entrever as clientelas, olhar para o tema a partir das redes de dependência e de dependentes constituídas parece ser uma boa forma de proceder à sua identificação²⁶⁰. Sobretudo no tocante ao provimento de cargos

²⁵⁸ BURKE, Peter - *Sociologia e história*. Porto: Edições Afrontamento, 1980, p. 68-70.

²⁵⁹ IDEM, *ibidem*, p. 68-70.

²⁶⁰ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 1, 10, 11, 12, 13, 18, 19, 28, 29, 39, 44, 45, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 68, 71, 73, 80, 82, 84, 85, 88, 89, 91, 98, 102, 105, 106, 109, 125, 126, 130, 132, 138, 140, 142, 153, 155, 160, 162, 163, 169, 172, 178, 179, 181, 184, 188,

de dependência pessoal, já que nessas situações as nomeações terão assentado, regra geral, em laços de confiança e de proximidade. Ora, no interior do grupo de letrados, é possível divisar a ocupação de algumas funções precisamente com essas características de serviço unipessoal.

Assim, em torno dos reis, no plano do oficialato da Coroa, é possível divisar doutores e mestres a desempenharem cargos muito diversificados como os de chanceler régio²⁶¹, notário régio²⁶², porteiro régio²⁶³, inquiridor régio²⁶⁴ e corretor régio²⁶⁵; enquanto no que se refere à representação político-diplomática da Coroa, são visíveis alguns letrados que ocuparam as posições de procuradores e embaixadores do rei²⁶⁶; como há um lote numeroso de *homines sapientes* destacado para exercer várias posições junto dos monarcas, nomeadamente as de físico régio²⁶⁷, conselheiro régio²⁶⁸, clérigo do rei²⁶⁹ e “cronista régio”²⁷⁰. A um nível, mais amplo, da casa real, é também possível ver alguns elementos da *intelligentsia* cultural a funcionarem como capelães²⁷¹, físicos²⁷² e abades de rainhas²⁷³, ou a atuarem como capelães²⁷⁴ e tutores de infantes²⁷⁵. Por agora limitada a uma enunciação simples com objetivo de firmar relações de dependência, o tópico será retomado à frente, na secção dedicada à apreciação do serviço régio dos letrados.

Ambientadas na cúria papal, também se forjaram relações de dependência entre pontífices e letrados ligados ao reino, assim como entre estes e certos cardeais. O facto

190, 193, 194, 196, 200, 201, 202, 207, 208, 209, 224, 232, 233, 236, 237, 239, 242, 243, 244, 246, 248, 256, 257, 261, 262, 267, 271, 275, 281, 282, 285, 293, 295, 297, 304, 306, 316, 318, 319, 322, 327, 334, 335, 337, 342, 344, 353, 355, 357, 364, 365, 371, 376, 381, 383, 386, 387, 392, 393, 395, 399, 400, 404, 405, 409, 415, 416.

²⁶¹ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 10, 61, 208, 337, 344, 409.

²⁶² Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 73, 91, 337.

²⁶³ Vid. Anexos, quadro 5, ficha prosopográfica 304.

²⁶⁴ Vid. Anexos, quadro 5, ficha prosopográfica 262.

²⁶⁵ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 29, 80, 344, 405.

²⁶⁶ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 62 132, 193, 209, 246, 293, 357, 399, 405, 416.

²⁶⁷ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 13, 19, 39, 53, 55, 84, 105, 106, 130, 160, 162, 200, 224, 236, 256, 261, 267, 319, 344, 371, 381, 404, 415.

²⁶⁸ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 19, 61, 84, 91, 102, 109, 193, 202, 246, 295, 342, 344, 409.

²⁶⁹ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 1, 19, 29, 61, 73, 80, 89, 132, 155, 193, 201, 236, 243, 246, 248, 344, 364, 405.

²⁷⁰ Vid. Anexos, quadro 5, ficha prosopográfica 322.

²⁷¹ Vid. Anexos, quadro 5, ficha prosopográfica 130.

²⁷² Vid. Anexos, quadro 5, ficha prosopográfica 163.

²⁷³ Vid. Anexos, quadro 5, ficha prosopográfica 194.

²⁷⁴ Vid. Anexos, quadro 5, ficha prosopográfica 337.

²⁷⁵ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 61, 409.

confere-se da investidura de um apreciável contingente de mestres nas funções de capelão apostólico²⁷⁶, penitenciário do papa²⁷⁷, subdiácono apostólico²⁷⁸, legado pontifício²⁷⁹, núncio apostólico²⁸⁰, juiz, ou auditor, apostólico²⁸¹, coletor apostólico²⁸² e capelão cardinalício²⁸³.

Junto do episcopado do reino, as funções envolvendo dependências unipessoais de letrados face a prelados transparecem ainda com maior facilidade, com destaque para o vicariato nas dioceses, que foi entregue a vários mestres, distribuídos por diferentes sés²⁸⁴. Ao mesmo tempo que há notícias de outros homens de cultura referenciados como clérigos do bispo²⁸⁵, provisoros delegados²⁸⁶ e coadjutores de prelados²⁸⁷, posições e cargos que também se podem contabilizar, sem dificuldade, à luz desta ótica de dependências e de clientelas.

Depois, há certas expressões que deixam poucas, ou nenhuma, dúvidas sobre a existência de alianças e laços de sujeição entre indivíduos, sendo possível ver alguns dos *magistri* na condição de adotados²⁸⁸, nutridos²⁸⁹, criados²⁹⁰, discípulos²⁹¹ e protegidos de uma grande quantidade de pessoas²⁹². A frequente nomeação de elementos do grupo mais instruído como executores testamentários²⁹³ ou como procuradores em causas particulares de certos indivíduos²⁹⁴ parece também ser um sinal inequívoco de confiança pessoal, ao mesmo tempo que constitui um reconhecimento sobre as suas qualidades e méritos.

²⁷⁶ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 28, 91, 125, 138, 179, 200, 239, 395, 405.

²⁷⁷ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 12, 56.

²⁷⁸ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 44, 232, 405.

²⁷⁹ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 125, 188, 293.

²⁸⁰ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 18, 125, 132, 364.

²⁸¹ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 28, 84, 109, 178, 181, 184, 194, 207, 237, 242, 244, 257, 271, 275, 285, 295, 297, 306, 327, 353, 355, 392, 400, 409.

²⁸² Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 140, 364.

²⁸³ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 295, 365.

²⁸⁴ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 57, 62, 80, 85, 126, 132, 138, 140, 153, 193, 196, 201, 242, 282, 318, 334, 342, 355, 364, 383, 405.

²⁸⁵ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 98, 233, 335.

²⁸⁶ Vid. Anexos, quadro 5, ficha prosopográfica 319.

²⁸⁷ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 11, 132.

²⁸⁸ Vid. Anexos, quadro 5, ficha prosopográfica 91.

²⁸⁹ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 68, 193.

²⁹⁰ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 45, 405.

²⁹¹ Vid. Anexos, quadro 5, ficha prosopográfica 58.

²⁹² Vid. Anexos, quadro 5, ficha prosopográfica 201.

²⁹³ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 54, 57, 59, 62, 73, 82, 84, 102, 109, 132, 138, 153, 181, 193, 194, 246, 376, 383, 416.

²⁹⁴ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 236, 334.

ÁREA DE DEPENDENTES

Como é natural, as relações de dependência expressavam-se tanto para cima, no sentido da subordinância, como para baixo, no sentido da subordinação²⁹⁵. Assim, do mesmo modo que se perspetivam letrados na qualidade de dependentes também é possível vê-los em situações de ascendência sobre outros, até porque muitos fizeram percursos notáveis e alcançaram lugares de destaque nas estruturas do reino, supondo, por vezes, séquitos e *entourages* grandes a rodeá-los, como aconteceria, sem dúvida, com bispos e altos dignitários, lote integrado por vários homens de letras.

Ao serviço de letrados estiveram, portanto, seguramente numerosos indivíduos, num cômputo impossível de estimar. Ficando por aprofundar muita dessa realidade, os dados disponíveis servem para revelá-la em parte, pois alguns dos seus dependentes podem ser surpreendidos na documentação, a partir do uso das expressões idiomáticas “seu homem”²⁹⁶, “seu clérigo”²⁹⁷ e “seu cliente”²⁹⁸; ou das menções a seus provedores²⁹⁹ e procuradores³⁰⁰; como à rede constituída por criados³⁰¹, serviçais³⁰² e mordomos³⁰³.

A título de exemplo, Domingos Sanches aparece descrito como homem de mestre Domingos, arcediogo de Santarém³⁰⁴; o bispo da sé de Lisboa Estêvão Eanes de Vasconcelos foi um dos numerosos clérigos de Afonso III³⁰⁵; Martinho Eanes é referido como um dos clientes do bispo João Martins de Soalhães³⁰⁶; mestre Martinho que foi bispo da Guarda, depois de ser cónego das sés de Lisboa e de Braga, desempenhou a função de procurador de uma certa Maria Afonso³⁰⁷; Vasco Eanes, raçoeiro da sé de Lisboa, chegou a ser provedor do mestre-escola de Lisboa Estêvão Rodrigues³⁰⁸; João

²⁹⁵ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 37, 45, 61, 66, 68, 74, 75, 80, 82, 84, 85, 89, 91, 109, 130, 132, 140, 153, 162, 170, 182, 183, 185, 193, 195, 198, 226, 232, 236, 237, 239, 243, 275, 278, 295, 319, 321, 338, 344, 347, 355, 364, 383, 386, 409, 414, 416.

²⁹⁶ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 45, 75, 130, 236, 275.

²⁹⁷ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 1, 19, 29, 61, 71, 73, 80, 89, 98, 132, 155, 178, 193, 201, 233, 236, 243, 246, 248, 335, 344, 364, 405.

²⁹⁸ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 84, 193, 198, 232, 278, 338, 383, 386.

²⁹⁹ Vid. Anexos, quadro 5, ficha prosopográfica 85.

³⁰⁰ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 243, 364.

³⁰¹ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 61, 80, 82, 84, 89, 237, 344.

³⁰² Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 153, 275, 347, 355, 383.

³⁰³ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 75, 344, 416.

³⁰⁴ Vid. Anexos, quadro 5, ficha prosopográfica 45.

³⁰⁵ Vid. Anexos, quadro 5, ficha prosopográfica 80.

³⁰⁶ Vid. Anexos, quadro 5, ficha prosopográfica 193.

³⁰⁷ Vid. Anexos, quadro 5, ficha prosopográfica 236.

³⁰⁸ Vid. Anexos, quadro 5, ficha prosopográfica 85.

Fernandes apareceu descrito como criado do bispo Domingos Eanes Jardo³⁰⁹; Paio Peres foi dado como serviçal de Miguel Peres, cónego lamecense³¹⁰; e sabe-se que Pedro Martins, prelado da sé de Évora e, mais tarde, da sé de Coimbra, teve em mestre João Domingues o seu mordomo³¹¹.

As relações de dependência formal não são as únicas a exprimirem o estabelecimento de clientelas. Têm, contudo, a vantagem inequívoca do seu fácil censo, por se encontrarem cristalizadas nas funções exercidas, dando nota de um tipo de relações específicas, marcadas pelo poder e pela obediência. Sendo relações de confiança pessoal é natural que quase sempre se tenha procedido a recrutamentos dentro das teias de ligações dos nomeantes, o que imprime a essas escolhas traços inegavelmente clientelares, em função dos óbvios favorecimentos. Por outro lado, mesmo quando tal não aconteceu, as estruturas existentes não deixariam de tentar influenciar o provimento de lugares vacantes através das facilidades relacionais reunidas, de forma a favorecer determinados indivíduos ou objetar a outros, no que também é um dos traços relevantes do clientelismo – a capacidade de influenciar trajetórias em determinados ambientes sobre os quais se possui capacidade de intervenção³¹².

Com frequência, a dispensa de amparo concedida pelos letrados a terceiros se refletiu no apadrinhamento a lugares eclesiásticos e na entrada em benefícios dos protegidos³¹³. Essas medidas, a partir de certo momento, passaram a depender exclusivamente da autoridade apostólica, pelo que as súplicas papais eram o método mais efetivo de promover a integração de familiares em rações canónicas, prebendas e dignidades, sendo que o deferimento dos pedidos estava frequentemente menos dependente do mérito do objeto da súplica, do que da posição hierárquica dos suplicantes e da capacidade de pressão e influência de que dispunham sobre a autoridade competente para se pronunciar, e que era formalmente o papa³¹⁴. Como é natural, a decisão pontifical podia ser condicionada pelos respetivos curiais e assessores,

³⁰⁹ Vid. Anexos, quadro 5, ficha prosopográfica 61.

³¹⁰ Vid. Anexos, quadro 5, ficha prosopográfica 275.

³¹¹ Vid. Anexos, quadro 5, ficha prosopográfica 344.

³¹² BURKE, Peter - *Sociologia e história*..., p. 68-70.

³¹³ JORGE, Ana Maria; SÁ-NOGUEIRA, Bernardo; ROLDÃO, Filipa; FARELO, Mário - *La dimension européenne du clergé de Lisbonne: 1147-1325. In A igreja e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 24.

³¹⁴ ALMEIDA, Fortunato de - *História da igreja em Portugal*..., p. 105.

pelo que a rede de ligações, uma vez mais, aparecia a jogar um papel decisivo na imposição desses interesses. Claro que quanto mais direto fosse o acesso aos centros decisórios, isto é, quanto menos nós de conectividade tivesse a rede, maiores eram as probabilidades de sucesso das iniciativas. Em teoria, indivíduos com presença assídua na cúria, providos em funções apostólicas ou com contatos estabelecidos nesse meio, tinham mais hipóteses do que os restantes de alcançarem os objetivos de favorecimento por estarem mais fundamente inscritos junto das instâncias decisórias.

Por sua vez, a ocupação de posições de destaque na hierarquia eclesiástica, com especial relevo para bispos e dignitários capitulares, ou, no interior do clero regular, para abades ou priores de mosteiros e conventos, também lhes conferia óbvias vantagens competitivas face aos restantes indivíduos, ao nível do condicionamento das decisões e da imposição das respetivas agendas grupais perante terceiros. Neste tabuleiro intrincado de interesses concorrentes e de cooperações estratégicas, por vezes muito flutuantes, não só as posições hierárquicas e os circuitos eram relevantes, mas também as sensibilidades políticas e ideológicas e as escolhas de alinhamentos poderiam favorecer ou prejudicar as ambições de proteção e favorecimento.

As expectativas de controlo familiar e clientelar sobre os núcleos centrais que se pretendiam dominar variavam, então, em razão direta da capacidade de pressão dos protetores sobre as instâncias decisoras e da latitude das redes que conseguiam estabelecer, ou, dito de outro modo, na razão inversa do número de contatos e de ligações que separavam os apelantes dos decisores. Importa reafirmar que os mecanismos das clientelas e do nepotismo, neste modelo, eram perfeitamente toleráveis e aceites como bons, enquanto critérios de avaliação nas nomeações para cargos³¹⁵. Os parentescos e as amizades, as esferas de interesses ligando indivíduos, tinham total legitimidade e estavam consagrados como práticas correntes para a nomeação de cargos e funções, às quais não escapava o alto clero, nomeadamente os cardeais e os papas –, na verdade, responsáveis pela instauração do modelo, pela sua replicação e, em bom rigor, pela sua subsequente generalização³¹⁶.

³¹⁵ COSTA, Maria Antonieta Moreira da - Nepotismo e poder na arquidiocese de Braga..., p. 120.

³¹⁶ CAROCCI, Sandro - *Il nepotismo nel medioevo: papi, cardinali e famiglie nobile*. Roma: Viella, 1999, p. 46-58.

A eficácia da rede clientelar media-se pelo número e qualidade dos benefícios alcançados pelas entidades protetoras para familiares, simpatizantes e amigos. Quando se adquiriam posições de privilégio, a distribuição de benesses era facilitada, quer ao nível coletivo das estruturas de parentesco, viabilizando a implantação familiar nos contextos eclesiásticos visados, quer ao nível individual, pela concentração de benefícios em alguns indivíduos pertencentes à rede, que, assim, aumentavam o seu poder, influência e nível de riqueza, pois os canonicatos e o desempenhos de dignidades eram acompanhados por rendimentos elevados, com vantagem para as últimas, mais rentáveis.

Não eram inéditas as acumulações de benefícios, mas podiam ser necessárias isenções e dispensas papais para assegurarem aos beneficiados a manutenção dessas vantagens quando se incorria na ultrapassagem de certos limites, como aconteceu com mestre Tomé Gonçalves, tesoureiro da arquidiocese bracarense, um excecional acumulador de benefícios eclesiásticos³¹⁷. Era relativamente vulgar as acumulações de frutos deverem-se a compensações motivadas pela impossibilidade de acesso a cargos, com o que se procurava atenuar os malogros e as expetativas frustradas dos aspirantes a eles. Uma forma alternativa de compensar esse gorar de expetativas poderia ser a nomeação para cargos em outras latitudes, de valor equivalente ou próximo aos ambicionados. Assim, por exemplo, a perda de um deado numa sé poderia ser compensada pela atribuição de uma outra dignidade numa diocese diferente, a privação de um priorado numa igreja compensada pela entrega de um reitorado em outra paróquia, a recusa de nomeação para uma cátedra reparada, mais tarde, por uma investidura numa prelatura distinta. Como os lugares mais disputados coincidiam com os mais escassos, e estes estavam muitas vezes vedados por exercícios prolongados, a acumulação de benefícios era uma forma de recorrente de equilibrar os interesses em carteira, assegurando proventos e influência aos beneficiados enquanto estes não viam cumpridas as suas ambições pessoais. Ambições que estavam alinhadas, naturalmente, com as do seu grupo de pertença, pois os interesses individuais estavam quase sempre sintonizados com os da rede.

Da concentração de mercês adveio o fenómeno da *sine cura* de funções eclesiásticas, dada a impossibilidade física dos multiprebendados estarem nas várias

³¹⁷ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 405.

casas onde gozavam de rendimentos, por vezes bastante distribuídas no espaço, chegando a transpor fronteiras territoriais nalgumas circunstâncias. O fenómeno chegou a assumir contornos tão generalizados e preocupantes para a Igreja que foi necessário desenvolver políticas de substituição nos cabidos, passando pela divisão de canonicatos em várias porções canónicas, constituindo-se, assim, meio-prebendados, tercenários e quaternários, destinados a assegurarem os serviços eclesiásticos ordinários, cujo desempenho saía muito prejudicado pelas práticas de absentismo ³¹⁸. Mestre Bartolomeu ³¹⁹, mestre Garcia Martins da Várzea ³²⁰ ou mestre Pedro ³²¹, respetivamente raçoeiros na sé de Lisboa, na igreja de S. Martinho de Sintra e na sé de Braga ilustram com grande propriedade esse fenómeno da divisão de prebendas em porções canónicas, em contexto diocesano e paroquial.

Na implementação das estratégias clientelares, por norma, os protetores procuravam, num primeiro momento, sedimentar o controlo efetivo sobre os meios onde estavam inseridos, promovendo parentes, consócios, clientes e amigos nas próprias casas onde faziam a sua observância religiosa, por ser nesses que a sua influência era mais notória, assim melhorando as probabilidades de êxito dos protegidos. Havendo capacidade suficiente para o fazer, as interferências podiam, no entanto, estender-se a outros domínios. Por vezes, o aumento de influência resultava de movimentos de expansão natural das clientelas, ao abrigo de estratégias conscientes de poder e de hegemonia familiar; enquanto, outras vezes, obedecia simplesmente a tentativas pragmáticas de enquadramento dos clientes, por estarem ocupadas certas funções ou cargos nos espaços controlados, sobrando como alternativa a extensão das teias de influência a outras circunscrições eclesiásticas. De uma forma ou de outra, o resultado era um aumento dos arcos de poder pessoal e familiar, quando tais ações surtiavam efeito.

Como no período havia franca mobilidade ao nível dos serviços e da ocupação das jurisdições eclesiásticas, transitando os indivíduos com algum à-vontade no meio clerical, era, de facto, normal os percursos individuais desenharem-se por vários espaços, dando a oportunidade a que se formassem laços em casas religiosas diferentes, o que criava as condições necessárias para o desenvolvimento de clientelas

³¹⁸ CARDOSO, António de Brito - *O cabido da catedral de Coimbra: notas históricas*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2002, p. 34-35.

³¹⁹ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 20.

³²⁰ Vid. Anexos, quadro 16, ficha prosopográfica 99.

³²¹ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 316.

posteriormente, a partir de vários pontos focais. Daí que os estabelecimentos religiosos que se constituíam como etapas dos trajetos eclesiásticos de alguns dos protetores pudessem mais tarde ser usados como canais ao longo dos quais estes poderiam ventilar protegidos e dependentes, perante eventuais encerramentos das artérias principais de irrigação ou como forma de ampliar os seus próprios eixos de poder e de influência.

Na sua formulação ideal, o modelo clientelar tinha uma lógica de dominância progressiva, já que a implicação de novos elementos no sistema, tributários ou dependentes do núcleo principal de proteção, aumentava os nós da rede, permitindo a criação de novos nós a partir dos recém-criados. Em consequência, quanto mais consolidadas estavam as clientelas, menores eram as possibilidades de desmantelamento do sistema, pois multiplicavam-se as articulações e as interdependências. O conhecido exemplo da entrada da família dos Ebrardos na sé de Coimbra mostra o sistema clientelar a funcionar com máxima eficácia, tal a quantidade de elementos dessa parentela que ocuparam posições na diocese, vários dos quais tinham a graduação de mestres, a maior parte atingindo lugares de destaque no cabido, nomeadamente dignidades capitulares, chegando alguns a serem mesmo nomeados como bispos, num fenómeno que se arrastou por várias gerações³²².

Como gradualmente se melhoravam as próprias condições dos clientes, num determinado momento da sua progressão na carreira, tornavam-se eles próprios protetores, como o reclamavam as dinâmicas internas da lógica clientelar, reeditando-se, em consequência, o jogo de patronos e dependentes. A maior fragilidade destas estruturas assim formadas consistia na eventual decapitação do elemento central da estrutura parental-clientelar, no caso de não estarem suficientemente consolidadas as posições de nível mais alto e intermédio, de modo a facilitar a substituição do elemento removido ou desaparecido por alguém pertencente ao mesmo agregado. Não acontecendo essa substituição, tal poderia significar o colapso de toda a estrutura, e a troca das elites governantes por outras elites, com interesses familiares e clientelares concorrentes.

Muitas destas considerações formuladas, de maneira genérica, para eclesiásticos, sem distinção dos seus padrões culturais, tiveram plena aplicabilidade no que se reporta

³²² MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa - La famille d'Ébrard et le clergé de Coimbra..., p. 77-91.

aos elementos mais cultos do grupo, que não escaparam a dinâmicas tão irredutíveis como estas se apresentavam na época. Para alguns dos trajetos reconstituídos não restam dúvidas que o esquema protetor-cliente favoreceu o arranque das respetivas carreiras, bem como o sentido e o vigor das progressões. E, nalgum momento, seguramente vários desses indivíduos terão ajudado a propulsionar outras carreiras de membros das suas famílias, ou de pessoas de círculos confinantes, uma vez atingidas certas posições de destaque, manejando a partir daí as influências que entretanto tinham conseguido adquirir e reforçar.

Essa era a *praxis* do tempo, a que os letrados não se furtariam, agindo como correias de transmissão de influências no interior de um mecanismo bem oleado, com aplicação transversal em todos os sectores e corpos da sociedade, a começar pelas cúpulas religiosas, de onde emanava todo o sistema. Um exemplo clássico parece ser o de mestre Tomé Gonçalves, consanguíneo e cliente do arcebispo Silvestre Godinho, um elemento com grande peso na cúria romana e na cúria régia portuguesa, de cuja proteção muito deve ter beneficiado o tesoureiro de Braga para conseguir várias das prestigiosas posições que ocupou, entre as quais se contam as de capelão pontifício e subdiácono apostólico; cónego, tesoureiro e vigário da sé de Braga; cónego das sés de Coimbra e do Porto; prebendatário da sé de Tui; prior das igrejas de S. Pedro do Sul, Sta. Maria do Vimieiro, S. João do Rei, S. João de Ourém e S. Clemente de Loulé³²³.

Parece, no entanto, claro que se o modelo clientelar poderia dispensar, pelo menos numa época mais remota da cronologia, a questão do mérito e das valências pessoais, dada a forma como eram valorizadas as ligações grupais – consanguíneas ou outras –, face às competências possuídas pelos indivíduos, a posse de um alto nível intelectual melhoraria, por certo, as condições de base e de progressão na carreira daqueles que eram projetados por essa via. Sintoma disso mesmo, o reconhecimento da excelência do nível cultural e intelectual dos indivíduos era invocado muitas vezes pelas instâncias suplicantes, assim como pelas nomeadoras, como razão, acima de todas as outras, para legitimar a entrada na posse de determinadas funções e cargos³²⁴. Quer isto dizer que se a inclusão e a progressão no sistema de clientelas poderia ocorrer à margem do valor, da idoneidade, da probidade e das habilitações de cada indivíduo – numa palavra: do seu mérito pessoal –, o saber não deixava de ser, neste contexto, uma

³²³ Vid. Anexos, quadro 5, ficha prosopográfica 405.

³²⁴ VILAR, Hermínia Vasconcelos - *As dimensões de um poder...*, p. 173-175.

variável cada vez mais relevante no desenho de trajetos ascendentes, incrementando largamente as possibilidades dos frequentadores de altos estudos de conseguirem desenvolver percursos sólidos e de grande longevidade. Os estudos e a formação avançada seriam, portanto, uma inquestionável mais-valia para os seus possuidores, com reflexos em chamadas a cargos de prestígio, envolvendo tarefas exigentes. A acumulação das duas circunstâncias num único indivíduo – cultura e preparação escolar acima da média, por um lado; e a inserção num trama clientelar sólida, por outro – era uma combinação vencedora e facilmente premiada, que parece poder atribuir-se a vários mestres do período a atuar no território.

Menos claro é perceber se, por si só, a formação intelectual, desapojada do amparo fornecido pelas proteções e solidariedades, permitiria aos letrados aceder às carreiras disponíveis, ou seja, se constituía um efetivo circuito paralelo e concorrencial às lógicas clientelares, com força suficiente para viabilizar o acesso a cargos. E, no caso da educação se prefigurar como uma via efetiva para o ingresso num sistema de carreiras, como era por definição o eclesiástico, parece decisivo perceber até que ponto o fenómeno constituiu um regime excecional ou ordinário para o acesso aos lugares. Mais, importa perceber se haveria impedimentos ou limites, em termos de capacidade para a progressão na carreira, a indivíduos apenas sustentados no seu valor pessoal, perante um sistema que, na sua essência, não era meritocrata. Também resulta pouco claro, o peso relativo concedido à formação e às clientelas num cenário de provimento de vagas, em relação ao que subsistem certas interrogações: uma e outra seriam valorizadas de mesma forma? Dependeria da importância do lugar em questão? Ou da arbitrariedade da entidade decisora? Ou, ainda, do nível de formação atingido? Ou, mais previsivelmente, do nível de pressão dos protetores? Prevaleceria sempre uma à revelia da outra? Ou a questão reduzir-se-ia a simples casuística? Ou tratar-se-ia, no final, de uma ponderação de aritmética muito variável, onde entrariam todos, ou apenas alguns, destes elementos?

A maior parte destas interrogações não encontra resposta nos trajetos reelaborados, pois, para um significativo número de letrados, são omissas as notícias que permitiriam conjecturar com maior propriedade sobre estas questões. Mas o questionário antecipa sempre as respostas, e estas parecem ser perguntas pertinentes para pesquisar os regimes clientelares, observar a sua densidade e expressão, aferir a

impermeabilidade do modelo a soluções concorrentes, e determinar a sua prevalência ao longo do tempo e em diferentes espaços.

Com alguma especulação de permeio, as informações disponíveis parecem apontar, em linhas gerais, para a existência no período de um mecanismo de carreiras muito bem consolidado, com barreiras à entrada e com um controlo apertado de precedências. O ingresso no sistema, aparentemente, dava prioridade a indivíduos bem relacionados, com fortes ligações a elementos bem posicionados no seu âmago, na maior parte das vezes unidos entre si por laços de consanguinidade, mas que poderiam marginalizar as questões do sangue, para se inscrever na ordem dos afetos e das simpatias ou em interesses concomitantes de outra natureza. Os letrados integrar-se-iam, por norma, no sistema através dos mecanismos normais à disposição dos restantes indivíduos, isto é, beneficiando da sua inclusão num esquema de garantias e proteções que, conforme fosse mais ou menos elaborado, mais ou menos sólido, assim lhes dispensava maiores ou menores vantagens na apropriação de benefícios e na investidura em certas funções. Mas os conhecimentos angariados por indivíduos de maior cultura dar-lhes-iam, por certo, algumas vantagens adicionais aquando do provimento de lugares, pelo menos depois de já estarem abrigados pelo regime clientelar, ou uma vez integrados nas carreiras, aparecendo, então, a educação como uma óbvia facilitadora de promoções.

Não é possível garanti-lo de forma indubitável, mas parece razoável admitir, ainda que com reservas, que o sistema preveria algumas escapatórias ao esquema tradicional clientelar, pelo que se conhece, e já foi afluído, acerca de apoios à formação escolar de clérigos pobres, guiados pelo objetivo de melhorar a formação geral das casas religiosas que ofereciam as subvenções³²⁵, e considerando ainda a forma encomiástica como as entidades decisoras davam relevo à cultura dos indivíduos providos em altos cargos, servindo-se do seu saber e conhecimentos para justificar essas tomadas de decisão³²⁶. Mas só circunstâncias muito extraordinárias terão permitido a entrada no mundo clerical à revelia do sistema de patronato, mesmo tratando-se de

³²⁵ GOMES, Saul António - La formation intellectuelle du clergé séculier portugais du XII^e au XIV^e siècle. In *Carreiras eclesíásticas no ocidente cristão: séc. XII-XIV*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2007, p. 115.

³²⁶ VILAR, Hermínia Vasconcelos - *As dimensões de um poder...*, p. 173-175.

membros da elite culta. A própria inércia da sociedade de ordens e a vontade de conservação do *status quo* contribuiriam para travar mudanças muito súbitas³²⁷.

Mas o sistema deve ter-se tornado, pouco a pouco, cada vez mais poroso. Tanto que no interior de algumas parentelas se começou a apostar em assegurar a formação de forma consistente a vários dos seus membros, o que não pode deixar de se ligar com o interesse em salvaguardar posições, no caso de famílias mais poderosas; ou de encontrar veículos para a mobilidade social ou para o alastramento de poderio, no caso de famílias com pretensões a melhorar o seu prestígio e em estender o seu grau de influência. Se a educação e o saber não funcionassem como ameaças palpáveis a um sistema preexistente, e não dispusessem de capacidade real para alterar dinâmicas antigas, provavelmente não se fariam sentir tais preocupações, que se afiguram como uma resposta provocada pela chegada de novos tempos. Certificam essa crescente atenção à formação por parte de algumas famílias a situação já aludida dos irmãos Gil Juliães e Julião Juliães³²⁸, assim como a dos irmãos Domingos Eanes e João Domingues, quaisquer deles mestres³²⁹.

Nesse sentido, a melhoria de qualificações que se deu no território nos séculos XII e XIII tem inevitáveis enquadramentos socioeconómicos, e não apenas políticos, ou eminentemente culturais, como poderia ser tentador pensar. O interesse na formação de grupos de parentesco e de clientes deve-se ter alargado consideravelmente na tentativa de conservação de privilégios, colocados em risco pela revalorização do saber que estava em curso no tempo. Privilégios que lhes estavam a ser disputados por grupos familiares concorrentes e por novos atores, e dos quais as redes de poder tradicionais poderiam ser desapossadas se não atendessem aos sinais da época quanto às exigências colocadas ao desenvolvimento de carreiras dos seus membros, que não dependiam apenas, como antes, do berço³³⁰. Na verdade, neste cenário de mudança de paradigma, o ideal para aspirar a uma carreira modelar seria combinar, numa única pessoa, as habilitações intelectuais com a solidez de uma proteção grupal, suficientemente enraizada e influente. Tal aconteceu, por exemplo, no caso dos bispos Egas Fafes,

³²⁷ DUBY, Georges - *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1982.

³²⁸ Vid. Anexos, quadro 4, fichas prosopográficas 107, 207.

³²⁹ Vid. Anexos, quadro 4, fichas prosopográficas 59, 182.

³³⁰ VILAR, Hermínia Vasconcelos; BRANCO, Marta Castelo - Servir, gouverner et leguer: l'évêque Geraldo Domingues: 1285-1321. In *A igreja e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 101.

Estêvão Eanes de Vasconcelos, Ordonho Álvares e Raimundo de Ebrardo³³¹; do capelão apostólico Fernando Eanes de Portocarreiro³³²; do tesoureiro Gil Juliães e do deão Julião Juliães, seu irmão³³³; de mestre Gonçalo, mestre-escola de Coimbra³³⁴; ou de mestre Vicente Hispano³³⁵, todos letrados e provenientes de famílias aristocráticas ou oligárquicas de grande protagonismo, com ligações óbvias a círculos de poder estabelecidos, determinantes para os seus percursos ascensionais.

O recrutamento para o serviço régio, círculo em que também se surpreendem inúmeras relações de dependência envolvendo letrados, não deveria diferir muito deste quadro, fosse porque eram práticas correntes no período, fosse porque muitos dos elementos que ocupavam posições junto do rei continuavam a ser prioritariamente clérigos. Na órbita régia registavam-se, conseqüentemente, tentativas semelhantes às vigentes no meio eclesiástico de impor clientelas dentro do esquema e padrões habituais: certos grupos concorrenciais tentavam consolidar as posições de indivíduos dos seus círculos de relações próximas, para o que desenvolviam nesse sentido políticas de favorecimento, tentando infiltrar familiares e clientes nos cargos disponíveis, a partir de onde estes poderiam estruturar as suas carreiras. Alguns grupos mais poderosos, ou ambiciosos, procuravam imiscuir-se nas duas esferas do poder, através da inclusão de seus elementos em ambos os mundos, desse modo ramificando a sua influência e poder, seguindo lógicas tentaculares de arrecadamento de posições, jogando, em simultâneo, nos dois tabuleiros, político e eclesiástico.

É possível que nos círculos monárquicos, sem haver desvinculação evidente das filosofias clientelares, a formação individual possa ter sido mais valorizada do que acontecia em ambiente estritamente clerical³³⁶. O esforço de centralização e de afirmação da monarquia conduzido pelos primeiros dinastas reclamou um tipo de saber-fazer efetivo que só os letrados tinham capacidade para assegurar³³⁷. As atenções com a administração e organização do território, ligadas com o impulso centralista e regenerador do sistema sociopolítico, tornaram-se especialmente evidentes a partir do

³³¹ Vid. Anexos, quadro 4, fichas prosopográficas 75, 80, 281, 364.

³³² Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 91.

³³³ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 107, 207.

³³⁴ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 121.

³³⁵ Vid. Anexos, quadro 4, ficha prosopográfica 409.

³³⁶ BRANCO, Maria João Violante - *Poder real e eclesiásticos...*, p. 412-413.

³³⁷ VENTURA, Leontina - *A nobreza de corte de Afonso III*. Tese de doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Vol. I. Coimbra: [s.n.], 1992, p. 485-488.

reinado de D. Afonso II, quando se denotaram preocupações muito firmes e sustentadas com a organização dos serviços burocráticos e de chancelaria³³⁸, estabelecendo princípios organizadores que foram continuados e desenvolvidos nas décadas seguintes, sobretudo por D. Afonso III e D. Dinis³³⁹.

Ao lado das questões administrativas, as disputas patrimoniais, os litígios recorrentes com o Papado e o prestígio gradual adquirido pela cultura em ambiente cortesão, conjugaram-se para que se operacionalizassem processos de recrutamento direcionados para indivíduos com competências avançadas no saber, idealmente titulares de formação superior, com estudos concentrados nas áreas jurídico-legais na sua maior parte³⁴⁰. A necessidade de boa preparação do oficialato régio³⁴¹, associada aos requisitos relacionados com a representação político-diplomática³⁴² e o sentimento de que o monarca deveria estar bem aconselhado e coadjuvado por um conjunto de homens sábios, capazes de atender às suas preocupações institucionais³⁴³, mas também pessoais – nomeadamente a saúde régia, com frequência ultrapassando alguns desses elementos as meras competências médicas, para assumirem funções consultivas e de mediação³⁴⁴ –, tiveram naturais implicações no plano das estruturas de proteção e clientela, mitigando-as.

Tal não significou o descrédito do sistema, ou o seu abandono, mas uma revisão da sua lógica interna, passando o provimento de lugares e funções a não estar apenas dependente da capacidade de pressão instalada pelos grupos de interesse, para atender a fatores complementares de ordem intelectual, num traço que não foi exclusivamente português, mas conforme à tendência exibida pelo resto da Europa cristã³⁴⁵. Terá exigido, em consequência, reajustes das estratégias clientelares, sobretudo em contexto monárquico, implicando uma atenção a fatores que, tendo estado sempre presentes,

³³⁸ AZEVEDO, Rui de - O livro de chancelaria de Afonso II de Portugal: 1217-1221. *Anuario de Estudios Medievales*. 4 (1967) 35-74.

³³⁹ COSTA, Avelino Jesus da - La chancellerie royale portugaise jusqu'au milieu du XIII^e siècle. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1975. Separata da *Revista Portuguesa da História*, 15 (1975) 143-168.

³⁴⁰ BRANCO, Maria João Violante - *Poder real e eclesiásticos...*, p. 412-413.

³⁴¹ GARCÍA y GARCÍA, Antonio - *Estudios sobre la canonística portuguesa medieval*. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1976, p. 71.

³⁴² BRANCO, Maria João Violante - Portuguese ecclesiastics and portuguese affairs near the spanish cardinal in the roman curia. In *Carreiras eclesiásticas no Ocidente cristão*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2007, p. 77-101.

³⁴³ VENTURA, Leontina - *A nobreza de corte de Afonso III. Vol. I...*, p. 485-488.

³⁴⁴ BRANCO, Maria João Violante - *Poder real e eclesiásticos...*, p. 513.

³⁴⁵ GOMES, Saul António - La formation intellectuelle du clergé séculier..., p. 119.

estavam a assumir uma preponderância cada vez maior nas nomeações para o funcionalismo do reino, num quadro com enormes paralelos ao desenhado acerca das nomeações eclesiásticas, mas com um impacto talvez mais atenuado no caso das últimas.

Nessa perspetiva, e em linhas gerais, o modelo patrono-cliente em vigor no período não estava em processo de implosão, mas de revisão: a posse de saber e de conhecimentos, por si só, deve ter tido capacidade para fazer vingar alguns percursos e impulsionar outros, mas nisso apresentando sempre traços excecionais, pois as redes de proteção e dependência terão continuado a ser decisivas para a promoção de trajetórias relevantes³⁴⁶. De facto, o regime clientelar mantinha intactas muitas das suas principais características na forma de projetar os interesses associativos, quer ao nível da seleção de quadros monárquicos, quer eclesiásticos. Mas a desconsideração da cultura e da formação deve ter implicado a substituição de forças dominantes por outras, mais atentas ao fenómeno; ou, então, um reajustamento dos grupos mais antigos às novas necessidades, no sentido de acrescentarem aos seus membros mais-valias intelectuais antes dispensáveis, ou subvalorizadas. Isto porque a importância do mérito pessoal começava, de forma paulatina, a ser reconhecida, e as fórmulas clientelares passaram a ter de incorporar o saber nos percursos dos seus clientes como um elemento crucial para manter íntegras as suas aspirações de sempre: o aumento de poderio e de importância; e, tão ou mais importante quanto essas, a proteção solidária dos elementos e simpatizantes do grupo³⁴⁷.

BENEFICIENTES E BENEFICIÁRIOS

Muito mais inseguro, no que se refere à identificação de clientelas, mas de enorme interesse para o tema, é a observação dos esquemas de doações, aferíveis fundamentalmente nos testamentos de religiosos e em legados pios, onde vários mestres apareceram na condição de beneficiantes³⁴⁸ ou de beneficiários³⁴⁹. As transmissões

³⁴⁶ VILAR, Hermínia Vasconcelos - *As dimensões de um poder...*, p. 173-175.

³⁴⁷ FARELO, Mário - A quem são teúdos os barões e sages cônegos? Perspectivas sobre as redes de solidariedade no cabido da sé de Lisboa (1277-1377). *Lusitania Sacra*. 17 (2005) 141-182.

³⁴⁸ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 5, 18, 24, 46, 47, 48, 53, 54, 55, 57, 59, 61, 62, 71, 75, 79, 83, 84, 88, 90, 91, 97, 103, 113, 119, 120, 128, 145, 147, 153, 177, 182, 191, 194, 201, 207, 216, 239, 257, 265, 316, 327, 328, 363, 376, 383, 390, 393, 411, 414.

sucessórias dos indivíduos com maior formação mostram grandes preocupações em beneficiar elementos dos seus círculos de maior proximidade, ou seja, maioritariamente parentes, correligionários e clientes, realidades intercetadas com frequência, quando não sobreponíveis. Ou seja: o exame de testamentos e doações feitas por letrados permite perceber a dispensa efetiva de proteção e tutela a indivíduos pertencentes a esferas muito próximas dos doadores, a par das preocupações habituais com a salvação da alma e com a preservação da memória, corroborando as observações feitas a propósito de sufrágios, das redes familiares e das relações de dependência.

Como seria expectável, os esquemas de amparo, auxílio e apoio, consagrados em vida pelos letrados aos seus clientes, parentes e consócios projetavam-se nos legados que lhes eram direcionados, assim que os doadores antecipavam as suas mortes. Reeditavam, muitas vezes, desse modo, o que acontecera antes, quando tinham sido os próprios a serem beneficiados pela sua teia de relações, por razões afins. Neste domínio em particular, não parece haver diferenças de relevo entre os usos de estratos mais e menos cultos, pelo menos em contexto clerical. Obedecia-se, portanto, a códigos consensuais na época, onde o apoio dispensado a parentes e clientes tinha tanto uma função positiva quanto uma carga legitimadora³⁵⁰.

São, na maioria, parentes colaterais que predominam nas doações onde se identificam *magistri*, de acordo com o princípio fundamental do amor familiar que regia, unindo-o, todo o sistema de relações de parentesco. A esse princípio ativo aliava-se, com grande assiduidade, o desejo de envolvimento de parentes no ministério religioso, pelo que muitos dos colaterais eram, ao mesmo tempo, clérigos. Estas duas condições reunidas reforçam, com toda a nitidez, a ideia que vem sendo expressa sobre a penetração do nepotismo e do tráfico de influências familiares, como um hábito social e cultural plenamente instalado na época, ao nível do território, e que não estava, seguramente, limitado ao campo dos letrados. Premiavam-se, portanto, em primeiro lugar, os privilégios de nascimento e de origem familiar sobre todos os outros critérios de progressão na carreira, como é típico das sociedades de ordens, tendencialmente conservadoras, em que as estruturas societárias dominantes procuram manter

³⁴⁹ Vid. Anexos, quadro 5, fichas prosopográficas 24, 37, 44, 45, 55, 56, 59, 61, 66, 68, 73, 74, 75, 80, 82, 84, 87, 90, 91, 97, 104, 105, 107, 111, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 140, 145, 148, 153, 175, 178, 182, 183, 193, 198, 201, 207, 216, 221, 232, 237, 239, 242, 246, 263, 267, 268, 273, 275, 278, 295, 306, 319, 337, 338, 344, 347, 353, 355, 357, 364, 383, 384, 386, 400, 405, 416.

³⁵⁰ COSTA, Maria Antonieta Moreira da - Nepotismo e poder na arquidiocese de Braga..., p. 120.

inalteráveis as suas prerrogativas e limitar ao máximo as infiltrações externas, percebidas como ameaças³⁵¹.

Resumindo a questão, o nepotismo aparece, portanto, como inextrincável da constituição de redes de clientelas e de dependências para este período e espaço, em conformidade com o que acontecia, de forma generalizada, para toda a área cristã contemporânea³⁵². No mundo clerical, onde evoluíam a maior parte dos indivíduos de cultura superior, as lógicas de favorecimento impendiam sobretudo sobre sobrinhos, fazendo jus à etimologia latina do conceito, que evoluiu a partir do radical *nepos*³⁵³. A baixa natalidade da clerezia, mesmo contando com alguns episódios de filiação ilegítima, combinada com a valorização concedida ao modelo da piedade familiar, fazia concentrar sobre esses consanguíneos de grau muito próximo as benesses, doações e favorecimentos, porque, ao agirem assim, os indivíduos conseguiam assegurar vantagens duradouras às suas próprias linhagens. A transmissão de grande parte do património familiar, em especial, o inalienável, com destaque para os bens imóveis adquiridos ou recebidos por heranças de avoengos, rumo a esses colaterais, inscrevia-se dentro de tais estratégias de manutenção de poder, riqueza e influência familiar, de que o clientelismo era um outro meio, para atingir idêntico fim³⁵⁴.

NÍVEL PATRIMONIAL

A avaliação do nível de riqueza e de rendimentos é fundamental para estabelecer o perfil de qualquer grupo social, e, por conseguinte, não poderia deixar de ser uma constante a considerar na caracterização do grupo de letrados. Como vem sendo feito em outros momentos, importa estabelecer, com o máximo de rigor, a montante das leituras, propostas e das conclusões emitidas, certas premissas e dificuldades associadas à análise e ao tratamento do tema. Assim, começando por apresentar alguns números muito genéricos, há informações patrimoniais para um segmento considerável de indivíduos, cerca de ¼ do universo delimitado. São maioritariamente notícias relativas a bens imobiliários, a que se seguem outras, ainda assim numerosas, sobre bens móveis e, em

³⁵¹ CAROCCI, Sandro - *Il nepotismo nel medioevo...*

³⁵² IDEM, *ibidem*.

³⁵³ NIEMEYER, Jan Frederik - *Mediae latinitatis lexicon minus*. Leiden: E. J. Brill, 1976, p. 717.

³⁵⁴ BURKE, Peter - *Sociologia e história...*, p. 68-70.

menor quantidade, sobre montantes pecuniários. Mais escassos são os informes disponíveis relativos à posse de animais e de escravos, e sobre dívidas e créditos titulados, que também cabem dentro do campo patrimonial.

Em geral, o grau de riqueza dos diferentes indivíduos tende a ser muito difícil de perceber por várias ordens de razões. A primeira das quais é a dificuldade crónica em estabelecer o motivo pelo qual há indivíduos aos quais não foi possível associar dados – o que tanto pode ser sintomático de uma real pobreza e incapacidade aquisitiva, e nesse caso a informação teria enorme relevância sociológica; ou dever-se, simplesmente, à habitual circunspeção de notícias que afeta sobremaneira a época. Depois, vem a questão, na verdade insolúvel, de perceber se o património inventariado para cada caso consiste apenas numa parcela de um conjunto mais vasto ou se corresponde à totalidade dos bens possuídos, ou pelo menos a uma quantidade significativa desses bens. Por outro lado, mesmo quando o património aparece nomeado de modo explícito, a informação quantitativa e qualitativa é frequentemente insubstancial para o esforço de reconstituição, pois muitas das características dos bens tendem a ser omissas impedindo a sua correta avaliação.

Na verdade, há imensas zonas de sombra sobre os elementos patrimoniais. Por exemplo, no que respeita especificamente a propriedades agrárias, o conhecimento exato sobre a sua dimensão, o tipo de cultivos praticados, a fertilidade das terras, o número de servos e de escravos envolvidos nas jornas, a quantidade de cabeças de gado reunidas, as rendas e frutos extraídos dos solos, as construções anexas existentes permitiria um melhor cálculo da riqueza dos letrados. Da mesma maneira, no que se liga com as propriedades prediais, rurais ou urbanas, sairia mais favorecida a aferição desse tipo de património se houvessem indicações disponíveis sobre a dimensão das casas, os recheios interiores ou as suas localizações, o que também só se regista em muito raras ocasiões.

Apesar da incapacidade de fazer com rigor o diagnóstico dos níveis de riqueza individuais, é inegável a relativa abundância de notícias patrimoniais reunidas. Uma consequência em grande parte da natureza da documentação existente, muita da qual se refere a transmissões sucessórias, contratos sobre propriedades (aquisições, doações, arrendamentos, emprazamentos, usufrutos, etc.) e livros de registos de óbito

(aniversários, calendários, necrológios, e outras espécies afins). Tudo documentos em que o património é alvo de enorme destaque, quando não o seu objeto principal.

Os desequilíbrios de que dão conta as informações recolhidas sobre o grau de riqueza podem ser, em parte, temperados pelo valor atribuído à diferente documentação onde a informação patrimonial foi mobilizada. Assim, os contratos comerciais expressam atos isolados de aquisição, envolvendo apenas um ou poucos ativos patrimoniais, só dificilmente tolerando uma aproximação ao que seria o conjunto do património individual. Inversamente, os testamentos oferecem retratos patrimoniais muito mais acabados, pois aproximam-se pela sua natureza de inventários completos e sistemáticos. Deixam transparecer conjuntos patrimoniais bem delimitados, detidos pelos mandantes, presumivelmente no final de um processo acumulativo de longa data. Uma premissa razoável para a maior parte das situações, mas que não deixa de ter algumas fragilidades, pois os atos sucessórios eram tipicamente motivados por doenças, que poderiam ser superadas; e, em algumas circunstâncias, assentavam em medidas de precaução e segurança face a ameaças eventuais, cujos riscos podiam acabar por não se confirmar.

Por outro lado, os obituários e documentação análoga configuram arrolamentos de interesse substantivo para este tema, pois aludem a um conjunto de propriedades de indivíduos que já teriam falecido, o que significa que se trata, nesse sentido, de património definitivo, ainda que não necessariamente integral; aliás, quase nunca integral, pois os registos de óbitos e os livros afins, como os livros de aniversário, pelas suas características internas, tendiam a dar visões parcelares das riquezas possuídas, limitando-se a registar apenas os bens doados às instituições onde os livros eram mantidos, ignorando os bens transmitidos noutras direções, por serem irrelevantes do ponto de vista dos interesses estritos das casas beneficiadas. Aliás, o cotejo entre alguns testamentos de mestres com os registos de óbitos feitos em sua intenção dá conta dessas divergências entre o património veiculado pelos testamentos e pelos necrológios, alertando, de modo inequívoco, para a parcialidade dos últimos: uma situação flagrante, por exemplo, para os cónegos João Domingues e Gonçalo de Lever, para os deães Estêvão Moniz e Guilherme de Saint-Géry ou para o bispo Egas Fafes, para citar apenas alguns exemplos, todos retirados do clero ilustrado da sé de Coimbra³⁵⁵.

³⁵⁵ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 75, 84, 130, 140, 182.

A questão mais primária sobre a eventual pobreza de alguns dos mestres, suscitada pela falta de notícias sobre elementos patrimoniais que rodeia muitos deles, deixa de ter tanto cabimento quando passa a ser possível identificá-los na posse de porções canónicas, de canonicatos inteiros ou a exercerem dignidades capitulares, pois ao desempenho desses cargos estavam vinculados rendimentos eclesiásticos, nalguns casos correspondendo a somas elevadas – as prebendas³⁵⁶. Na medida em que as prebendas podiam ser acumuladas, os rendimentos podiam ascender, em algumas circunstâncias, a quantias muito substanciais. Benefícios análogos estavam associados às posições de cônegos e priores de colegiadas e igrejas paroquiais³⁵⁷. O mesmo vale para os bispos, que dispunham das receitas da mesa episcopal de onde lhe provinham os seus rendimentos³⁵⁸, sendo que no caso dos prelados pode haver uma dificuldade acrescida: dissociar o património individual do património da mesa episcopal, até porque não deviam ser inéditas as tentativas de apropriação de bens por parte dos bispos.

Também estariam muito longe de serem desvalidos os letrados com serviço régio reconhecido, pois disporiam de tenças e rendimentos fixos em resultado das suas posições, ou seja, remunerações ordinárias, sob a forma de vencimentos em dinheiro, com frequência complementados por tecidos e cereais³⁵⁹; a que poderiam acrescentar compensações materiais de outro tipo pelos serviços prestados, as chamadas graças, nomeadamente apresentações a padroados régios, doações de propriedades rurais, doações comportando o exercício de jurisdições, doações de direitos régios, entregas de coutadas e doações de propriedades urbanas³⁶⁰; além de que poderiam ainda ser agraciados com privilégios, sob a forma de legitimações, perdões, isenções fiscais, direitos de padroado e nobilitações³⁶¹. Porventura, poderiam acumular vários desses elementos compensatórios, se os seus préstimos fossem valiosos e o reconhecimento das ações praticadas generoso.

³⁵⁶ RODRIGUES, Ana Maria - Patrimónios, direitos e rendimentos eclesiásticos. In *História religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 1: *Formação e limites da cristandade*. Coord. A. M. Jorge e A. M. Rodrigues. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000-2002, p. 284-291.

³⁵⁷ RODRIGUES, Ana Maria - Patrimónios, direitos e rendimentos eclesiásticos..., p. 284-291.

³⁵⁸ IDEM, *ibidem*, p. 284-291.

³⁵⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa...*, p. 149.

³⁶⁰ HOMEM, Armando de Carvalho - *O desembargo régio: 1320-1433*. Porto: Instituto Nacional de Investigação - Centro de História da Universidade do Porto, 1990, p. 198.

³⁶¹ IDEM, *ibidem*.

Perante uma eventual distribuição de fidelidades entre a Coroa e o clero, situação em que convergiram alguns dos homens de maior saber, o mesmo é dizer em face do desenvolvimento de trajetos duplamente ancorados, no serviço régio e no serviço eclesiástico, os proventos reunidos poderiam ser bastante amplos.

Situação bem diferente, nos antípodas das anteriores, era a experimentada por membros das comunidades regulares, que, em resultado dos seus votos declarados de pobreza, não tinham, pelo menos em tese, direito à posse individual de bens, mas apenas a uma posse comunitária, em claro contraponto com o clero secular possidente³⁶². Por essa razão a apreciação do património monástico, em especial, o dos frades mendicantes tem de ser avaliada de forma diferente do que a utilizada para olhar a riqueza dos elementos do clero secular, dada a sua vocação para a pobreza extrema³⁶³. O caso dos regantes nesse particular parece, no entanto, ser bastante diferente dos demais monges, pois foi generalizada a posse de património particular entre elementos da ordem agostiniana.

Por norma, os rendimentos resultantes da atribuição de prebendas e das tenças régias eram investidos na aquisição de propriedades fundiárias, pois era na terra e na atividade agrária que se centrava a riqueza e a capacidade de a reproduzir, razão porque a maior parte dos bens divisados na posse de letrados, como de outros proprietários em geral, era de natureza agrária³⁶⁴. Convém ter em atenção, neste particular, as características predominantemente agrárias do período, aplicáveis à Europa cristã em geral e, por maioria de razões, a um território como o português, onde continuavam a imperar, como seria de esperar, as propriedades fundiárias, e em que a rede urbana ainda estava em fase pouco adiantada de estruturação e desenvolvimento³⁶⁵. Aparentemente só de forma subsidiária aos investimentos em terras e outros imóveis se terá recorrido ao entesouramento e ao empratamento como planos contingentes de proteção patrimonial. Ao mesmo tempo, afigura-se claro que a aquisição de objetos de luxo, como joias ou peças de roupa, não terá obedecido, numa primeira linha de

³⁶² MARQUES, Maria Alegria Fernandes - O clero: homens de oração e de acção. In *Nova história de Portugal*. Dir. J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 3: *Portugal em definição de fronteiras*. Coord. M. H. Cruz Coelho e A. L. Carvalho Homem. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 225-251, p. 249.

³⁶³ VAUCHEZ, André - *A espiritualidade da Idade Média ocidental: sécs. VIII-XIII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 143.

³⁶⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa...*, p. 132.

³⁶⁵ IDEM, Introdução à história da cidade medieval portuguesa. In *Novos ensaios de história medieval portuguesa*. Lisboa: Presença, 1988, p. 35-42.

interesses, a critérios relacionados exclusivamente com a acumulação de riqueza, devendo-se também a questões de prestígio, a manifestações exteriores de poder e a exigências litúrgico-sacerdotais. Por seu lado, as motivações para aquisição de manuscritos aparentam estar relacionadas com um entendimento do livro enquanto objeto cultural, muitas vezes com aplicações eminentemente práticas, mas sem nunca deixar de lhe reconhecer virtudes como objeto de grande valor material, dado o seu custo de produção elevado, incorporando saber especializado, matérias-primas caras, processos de confeção demorados e redes de circulação estreitas, que resultavam em altos preços de custo e de venda, fazendo dele um produto de luxo³⁶⁶; pelo menos até se tornar um produto fabricado em série, para o que muito contribuiu a explosão universitária³⁶⁷. Quanto à monetarização, como forma de manter íntegro o património, não seria um dos recursos mais eficazes neste contexto, devido às práticas correntes de desvalorização e emissão de moeda pela Coroa, e a uma atitude aparentemente conservadora dos letrados face à acumulação monetária³⁶⁸.

BENS IMÓVEIS

As características das diferentes estratégias de acumulação patrimonial ajudam a explicar a preferência pela posse de imóveis que a documentação relativa aos mestres e doutores do período faz sobressair, dada a sua perdurabilidade e reprodutividade³⁶⁹. Entre os bens com essas características detidos por letrados, os mais comuns foram as casas de habitação³⁷⁰ e as estruturas fundiárias, com ou sem equipamentos anexos³⁷¹. As

³⁶⁶ ALTISENT, Agustín - Libros y economía en los monasterios de la Edad Media. *Yermo*. 5 (1967) 1-12.

³⁶⁷ LE GOFF, Jacques - *A civilização do Ocidente medieval*. Vol. 2. Lisboa: Estampa, 1983-84, p. 316.

³⁶⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira - A moeda portuguesa durante a Idade Média. In *Ensaio de história medieval portuguesa*. Lisboa: Vega, 1980, p. 195-220.

³⁶⁹ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 24, 36, 37, 44, 45, 46, 53, 55, 57, 59, 61, 62, 66, 68, 73, 74, 75, 80, 82, 84, 87, 89, 90, 91, 97, 104, 105, 107, 111, 113, 123, 126, 128, 129, 130, 132, 134, 140, 145, 153, 162, 175, 182, 183, 185, 193, 195, 197, 198, 201, 204, 207, 208, 216, 221, 232, 236, 237, 239, 242, 243, 246, 257, 267, 268, 269, 273, 275, 278, 280, 295, 306, 319, 332, 335, 336, 337, 338, 344, 347, 353, 355, 357, 364, 373, 383, 386, 387, 390, 398, 400, 405, 409, 411, 414, 416.

³⁷⁰ Vid. Anexos, quadro fichas prosopográficas 36, 53, 55, 57, 59, 68, 73, 75, 80, 82, 84, 89, 91, 97, 105, 111, 113, 128, 130, 134, 140, 153, 175, 182, 183, 185, 193, 198, 207, 208, 232, 236, 237, 239, 242, 246, 269, 280, 295, 306, 319, 337, 338, 344, 355, 357, 364, 373, 383, 386, 387, 405, 414, 416.

³⁷¹ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 24, 37, 44, 45, 46, 55, 57, 59, 61, 62, 66, 68, 73, 74, 75, 80, 82, 84, 87, 89, 90, 91, 97, 104, 105, 107, 111, 113, 123, 126, 128, 129, 130, 132, 134, 140, 145, 153, 162, 175, 182, 183, 185, 193, 195, 197, 198, 201, 204, 207, 208, 216, 221, 232, 237, 239, 242,

primeiras respeitavam, como seria de esperar, a habitação própria, mas podiam englobar edifícios cedidos ou alugados temporariamente para abrigar parentes, amigos ou clientes. Previam-se, em regra, nessas situações condições de usufruto, muitas vezes vigorando após a morte dos proprietários, chegando a ser transferidas por várias gerações a descendentes dos usufrutuários, quando o seu legítimo possuidor exprimia essa vontade. Por outro lado, não era inédito o aluguer de frações a inquilinos, como forma de rentabilizar o património. Tanto quanto é possível observar, quase sempre essas casas de habitação – quer fossem destinadas a habitação própria³⁷², herdadas, cedidas em regime de usufruto ou associadas a práticas de aluguer ou emprazamento³⁷³ – situavam-se no interior das malhas urbanas das cidades mais importantes, o que mostra uma clara inserção da maior parte dos elementos do grupo nas principais centralidades do território.

Com efeito, entre as casas possuídas por letrados que é possível localizar com exatidão, a maior parte situou-se no termo das maiores cidades do reino: Coimbra, Braga e Lisboa, o que confere com o panorama que se vem traçando da geografia dos letrados. Na cidade de Coimbra tiveram casas o diácono Domingos Moniz; os bispos Egas Fafes e Durão Pais; os cônegos da sé Estêvão *in Organo*, Gonçalo Lever, João André, Martinho e Nicolau Peres; os deães Guilherme de Saint-Géry e Julião Juliães, além do pai deste último, o chanceler régio Julião Pais. Ainda possuíram casas nessa cidade o chantre Martinho Pais; o mestre-escola Pedro; o reitor da igreja de S. Salvador de Souto de nome Rodrigo; e Tomé Gonçalves, o tesoureiro bracarense que também foi prebendado pela diocese de Coimbra³⁷⁴. Por sua vez, em Braga são reconhecíveis como proprietários de prédios urbanos o mestre-escola Domingos Peres Vinagre; o vigário, mais tarde bispo de Lisboa, Estêvão Eanes de Vasconcelos; o deão Fernando Eanes de Portocarreiro; o arcediogo Godinho Soares; os chantres mestre João e Silvestre Pais; assim como o arcebispo Silvestre Godinho³⁷⁵, qualquer deles com ligações à arquidiocese. Por sua vez, enquanto detentores de casas em Lisboa foi possível recensear o cônego da sé mestre Fernando, ao lado de vários bispos: o arcebispo de

243, 246, 257, 267, 268, 273, 275, 278, 295, 306, 319, 335, 336, 338, 344, 347, 353, 355, 357, 364, 383, 386, 390, 398, 400, 405, 411, 416.

³⁷² Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 68, 82, 84, 111, 130, 198, 232, 295, 364, 414.

³⁷³ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 153, 416.

³⁷⁴ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 66, 73, 75, 82, 130, 140, 175, 193, 207, 208, 232, 242, 280, 306, 373, 405.

³⁷⁵ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 68, 80, 91, 113, 153, 386, 387.

Braga, que antes tinha sido bispo de Lisboa, João Martins de Soalhães; mestre Martinho, que antes de ascender à cátedra egitanense beneficiou de uma colação em Lisboa; o mestre Mateus que somou ao mestre-escolado da sé de Lisboa a eleição como prelado da mesma sé; e o bispo da diocese de Évora, posteriormente investido na mitra de Coimbra, Pedro Martins³⁷⁶.

Há ainda a registar casas de habitação possuídas por mestres em outras cidades importantes como Santarém, Porto, Leiria, Guimarães, Guarda ou Viseu. Em Santarém há a anotar os casos de Mendo Mendes, cónego da igreja de Sta. Maria da Alcáçova; de mestre Pedro, físico régio, prebendado em Lisboa e Coimbra; do bispo do Porto Sancho Peres e, novamente, do capelão pontifício e tesoureiro bracarense Tomé Gonçalves³⁷⁷. No Porto aparecem, por sua vez, como proprietários de casas, o chantre Paio Pais e os bispos Pedro Salvadores e Vicente Mendes, todos pertencentes à sé portuense³⁷⁸. Circunstância similar, mas para Leiria, verificou-se com o bispo Egas Fafes e com mestre Gil de Leiria, cónego e diácono da sé de Coimbra, também físico régio³⁷⁹. Quanto a Guimarães assinala-se a posse de prédios urbanos para Pedro Gonçalves, que foi prior da colegiada de Sta. Maria dessa cidade³⁸⁰. Na Guarda morava, por sua vez, o deão da sé João Domingues³⁸¹; ao passo que em Viseu se localizaram as casas de mestre Garcia, cónego na sé da cidade³⁸². Mais excêntricas a este quadro figuram Torres Vedras, onde o clérigo bracarense João Fernandes dispôs de prédios³⁸³; e Salamanca, por ser uma cidade situada fora do reino, onde foi proprietário de uma terça parte de um lote de casas o bispo do Porto Sancho Peres, provavelmente um vestígio da sua passagem como escolar pelo estudo geral salmantino³⁸⁴.

Quanto aos domínios agrários, registados em número bem superior a todos os outros bens patrimoniais que se puderam ligar à população letrada, são usadas várias nomenclaturas na documentação para se lhes referir, aludindo a diferentes tipos de propriedade e de dimensão: senhorios³⁸⁵, quintas³⁸⁶, granjas³⁸⁷, casais³⁸⁸, coutos³⁸⁹,

³⁷⁶ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 89, 193, 236, 246, 344.

³⁷⁷ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 269, 319, 383, 405.

³⁷⁸ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 295, 355, 416.

³⁷⁹ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 75, 105.

³⁸⁰ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 337.

³⁸¹ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 183.

³⁸² Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 97.

³⁸³ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 185.

³⁸⁴ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 383.

³⁸⁵ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 405.

devesas³⁹⁰, courelas³⁹¹, ferragiais³⁹², reguengos³⁹³ e leiras³⁹⁴, contam-se entre as terminologias mais habituais. Usavam-se, outras vezes, formulações de conteúdos bem mais genéricos – herdamentos³⁹⁵, propriedades³⁹⁶, terrenos³⁹⁷, possessões³⁹⁸ –, mas que pouco informam sobre as características específicas dessas áreas. Em todo o caso, no seu conjunto este lote de imóveis corresponde, sem diferenças substanciais, às formas de exploração agrária do período identificadas para o território português³⁹⁹.

Nem sempre são verificáveis as práticas de cultivo desenvolvidas, mas quando são referidas, emergem do conjunto, com enorme clareza, vinhas e bacelos⁴⁰⁰, oliveais⁴⁰¹, searas⁴⁰², hortas⁴⁰³, almuinhas⁴⁰⁴ e pomares⁴⁰⁵. No essencial, constituem as típicas culturas mediterrânicas, cujos produtos constituíam a parte mais substancial da dieta das populações: o trigo usado para fazer o pão; as uvas empregues na produção do vinho; o azeite, aplicado em múltiplos fins, não só culinários; as hortaliças e os legumes, suprimindo a necessidade de vegetais; e ainda, a fruta⁴⁰⁶. Há ainda uma referência casual a uma marinha⁴⁰⁷, que seria usada, por certo, para a extração de sal, essencial para o tempero dos alimentos, mas também indispensável para a conserva alimentar⁴⁰⁸.

³⁸⁶ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 37, 61, 80, 89, 91, 132, 153, 185, 193, 198, 246, 257, 268, 275, 295, 383, 386, 416.

³⁸⁷ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 405.

³⁸⁸ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 37, 57, 66, 68, 74, 75, 80, 91, 97, 105, 113, 128, 132, 175, 193, 198, 207, 232, 237, 239, 267, 268, 275, 278, 338, 344, 355, 383, 386, 398, 400, 409, 416.

³⁸⁹ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 75, 91, 193, 239, 268, 338, 416.

³⁹⁰ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 68, 91, 130, 153, 198.

³⁹¹ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 89.

³⁹² Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 130.

³⁹³ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 90.

³⁹⁴ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 126, 153, 198.

³⁹⁵ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 84, 130, 237, 344, 383, 416.

³⁹⁶ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 24, 61, 73, 90, 207, 208, 243, 338, 400, 409.

³⁹⁷ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 46, 66, 113, 132, 237, 275, 335, 411.

³⁹⁸ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 68, 75, 104, 132, 153, 193, 306, 383, 416.

³⁹⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira - *Introdução à história da agricultura em Portugal...*, p. 108-110.

⁴⁰⁰ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 46, 59, 66, 68, 75, 80, 82, 84, 87, 89, 91, 97, 105, 123, 126, 128, 129, 130, 140, 145, 153, 175, 182, 183, 193, 198, 204, 208, 221, 232, 237, 242, 273, 275, 336, 344, 353, 355, 364.

⁴⁰¹ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 66, 73, 82, 84, 111, 123, 129, 130, 140, 175, 182, 221, 232, 344, 353, 364.

⁴⁰² Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 198, 275.

⁴⁰³ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 130, 185, 193, 344.

⁴⁰⁴ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 84, 105, 130, 232.

⁴⁰⁵ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 130, 153, 237.

⁴⁰⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa...*, p. 7-22.

⁴⁰⁷ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 353.

⁴⁰⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa...*, p. 13.

Dentro deste quadro, o pão e o vinho, além da sua indiscutível utilidade alimentícia, assumiam uma importância eucarística simbólica, dado o seu envolvimento em atos litúrgicos ligados com a doutrina da transubstanciação, por intermédio do qual se convertiam as duas substâncias, respetivamente, no corpo e no sangue de Cristo, através da consagração ritual⁴⁰⁹. O azeite tinha também em contexto clerical um uso simbólico, significando a presença do Espírito Santo nos rituais⁴¹⁰. Mas os seus usos não se ficavam pelas vantagens alimentares ou litúrgicas, estendiam-se também à iluminação, dadas as suas propriedades comburentes⁴¹¹.

Este cabaz de produtos agrícolas tinha efetiva procura no período, pelo que seria natural que a sua produção em algumas circunstâncias ultrapassasse o simples autoconsumo, permitindo o comércio e as trocas, mesmo que em escala reduzida, desse modo contribuindo para aumentar os eventuais proventos dos titulares dos terrenos. Em especial, permiti-lo-iam as culturas mais extensivas, como as vinhas, os olivais e as searas, mas também o possibilitariam as culturas de natureza mais intensiva, como as hortas, almuinhas e os pomares, apesar das maiores exigências envolvidas, pois a sua manutenção implicava sistemas mais complexos, exigindo a presença de cursos de água contínuos e processos de regadio e de irrigação, representando, portanto, custos maiores, áreas mais reduzidas, logo menores margens de lucro. De qualquer forma, a pequena extensão que o alódio individual conheceu no território português parece ter sido a regra⁴¹².

Na verdade, é difícil estimar quais e quantas das propriedades teriam real capacidade para gerar excedentes, assim como é problemático saber se a comercialização da produção configurava um objetivo final para os seus proprietários. Certo é que várias das possessões detidas pela classe letrada teriam, com certeza, as condições mínimas reclamadas pela inscrição num circuito mercantil como o português, em crescente extensão e muito beneficiado pela melhoria das vias de comunicação, que se podem sistematizar em dimensão, aptidão produtiva, mão-de-obra e presença de

⁴⁰⁹ MICHELE, A. - Transubstantion. In *Dictionnaire de théologie catholique contenant l'exposé des doctrines de la théologie catholique leurs preuves et leur histoire*. Vol. 15. Dir. A. Vacant, E. Mangenot e É. Amann. Paris: Librairie Letouzey et Ané, 1930-1950, p. 1396-1406.

⁴¹⁰ PALMIERI, A. - Esprit-Saint. In *Dictionnaire de théologie catholique contenant l'exposé des doctrines de la théologie catholique leurs preuves et leur histoire*. Vol. 5. Dir. A. Vacant, E. Mangenot e É. Amann. Paris: Librairie Letouzey et Ané, 1930-1950, col. 676-829.

⁴¹¹ MARQUES, A. H. de Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa...*, p. 85-86.

⁴¹² IDEM, *ibidem*, p. 100.

estruturas de armazenamento⁴¹³. No que concerne às últimas, muitas das propriedades detidas por letrados compreendiam estruturas anexas, essenciais ou complementares à atividade produtiva, entre as quais se podem contabilizar azenhas⁴¹⁴, moinhos⁴¹⁵, lagares⁴¹⁶, adegas⁴¹⁷, estábulos⁴¹⁸, pombais⁴¹⁹, celeiros⁴²⁰, lojas⁴²¹, depósitos de provisões⁴²² e armazéns⁴²³.

A evidência de uma real capacidade produtiva transparece, por exemplo, de várias doações onde são conferíveis entregas substanciais de produtos agrícolas a indivíduos integrados nas redes de contatos de mestres e doutores. O mesmo é visível em outro género de legados, destinados a assegurar os respetivos sufrágios, cujos frutos e rendimentos serviam para suportar as despesas que lhes estavam associadas, tantas vezes consideráveis, ligadas com a sustentabilidade de capelas ou com os custos das exéquias, missas, aniversários, comemorações de festas e de feriados, entre outras modalidades sufragísticas. Nesses comportamentos, os hábitos dos letrados também não parecem diferir radicalmente dos estabelecidos para os elementos do clero do período que aparecem na qualidade de proprietários de grandes tenências.

No que se refere aos regimes de exploração agrícola dos terrenos, a exploração direta da terra não foi a única opção. Em paralelo, ou em alternativa, havia lugar a modalidades de exploração indireta, como os emprazamentos. Os emprazamentos, também chamados prazos, e os arrendamentos eram formas então muito habituais de contratualizar o uso da terra⁴²⁴, e ambos devem ter feito parte das soluções previstas pelos letrados para sustentar e rentabilizar as suas propriedades, do que há evidências concretas pelo menos em relação ao primeiro dos regimes⁴²⁵. Nos prazos transferia-se o domínio útil da terra para a contraparte – o enfiteuta –, mantendo-se o seu direito efetivo

⁴¹³ MARQUES, A. H. de Oliveira - *Introdução à história da agricultura em Portugal...*, p. 111-148.

⁴¹⁴ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 84, 130, 355.

⁴¹⁵ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 84, 91, 130, 182, 193, 197, 207.

⁴¹⁶ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 237.

⁴¹⁷ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 130, 153, 237, 344, 405.

⁴¹⁸ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 84.

⁴¹⁹ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 59, 130, 140, 237.

⁴²⁰ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 37, 75, 344, 405.

⁴²¹ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 198.

⁴²² Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 80, 193.

⁴²³ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 275.

⁴²⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira - *Introdução à história da agricultura em Portugal...*, p 100-108.

⁴²⁵ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 153.

na posse do proprietário⁴²⁶. Esses aforamentos tinham, regra geral, longa duração, podendo ser perpétuos ou, então, vigorar por uma ou várias gerações, ou vidas, para usar a terminologia mais vulgarizada nos contratos dessa tipologia⁴²⁷. Diferentemente, os contratos de arrendamento celebravam-se por períodos bem mais curtos, mediante os quais uma das partes se comprometia a pagar à outra uma renda fixa, que poderia ser liquidada em dinheiro, em géneros, ou através de um quadro remuneratório misto, acordado entre senhorio e o inquilino⁴²⁸. Também neste particular as atitudes dos homens de letras não se afastam demasiado das estratégias correntes na época de gestão do património predial e alodial, no reino ou fora dele⁴²⁹.

Constata-se que nem sempre as propriedades pertenceram na íntegra a esses homens do saber, cabendo-lhes por vezes apenas parcelas de unidades maiores, variando consoante os casos: metades, terças partes, quartas partes, etc. O fracionamento imobiliário, quando se verificava, parece ter-se devido essencialmente a situações de herança, motivado por cláusulas que estatuíam a observância de partilhas entre parentes, numa atitude típica de sistemas cognáticos como ainda era o português nesta época, apesar da transição em curso para um modelo de características agnáticas, que veio a culminar, mais tarde, na instituição dos morgadios⁴³⁰.

De qualquer modo, estava longe de ser inédita a consolidação posterior do património parcelado num único indivíduo com maior poder aquisitivo, que entrava na posse dos restantes avos por intermédio de compras aos outros herdeiros. De outra forma, em teoria, não será de excluir que nas propriedades fundiárias a presença da copropriedade se pudesse dever a estratégias de emparcelamento rural, na tentativa de racionalizar e melhorar as condições de produção, designadamente viabilizando culturas extensivas, apesar de o contrato de parceria para a exploração das terras, também, relacionado com o instituto enfiteutico, se apresentar como uma tradição um pouco mais tardia⁴³¹. Num cenário diferente, o regime de copropriedade poderia ainda ser visto

⁴²⁶ COSTA, Mário Júlio de Almeida - *Origem da enfiteuse no direito português*. Coimbra: Coimbra Editora, 1957.

⁴²⁷ IDEM, *ibidem*.

⁴²⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa...*, p. 86.

⁴²⁹ IDEM - *Introdução à história da agricultura em Portugal...*, p 100-108.

⁴³⁰ MATTOSO, José - Problemas sobre a estrutura da família na Idade Média..., p. 241-258.

⁴³¹ MARQUES, A. H. de Oliveira - *Introdução à história da agricultura em Portugal: a questão cerealífera durante a Idade Média*. Lisboa: Cosmos, 1968, p 100-108.

como uma forma de partilhar recursos, materiais ou naturais, dos quais a água seria, decerto, o mais importante⁴³².

BENS MÓVEIS

Como acontece em relação à generalidade dos bens imobiliários, os bens móveis associados a letrados não aparecem acompanhados por estimativas firmes sobre os seus valores, mas com a ajuda de certos atributos ou detalhes veiculados em algumas das descrições documentais, é razoável aquilatar sobre a excecionalidade, preciosidade e importância de uns; ou, ao contrário, identificar a qualidade mais grosseira de outros. A existência de inventários ou de livros de contas seria muito importante para uma melhor determinação dos valores das peças em causa, e, portanto, para uma melhor apreciação dos padrões de vida e o níveis de riqueza desses indivíduos, mas, na documentação conferida, há falta desse tipo de registos, pelo que, uma vez mais, são os testamentos e, numa segunda linha, os obituários e os necrológios que melhor iluminam sobre essa realidade. Foi maioritariamente nesses documentos que se obtiveram as referências a objetos⁴³³.

Um primeiro comentário, mais genérico, aos bens móveis achados na propriedade de grande parte da *intelligentsia* cultural da época tem a ver com a sua tipologia. Na sua maior parte, podem ser agrupados em poucas categorias, embora muito amplas, designadamente mobiliário de quarto e roupas de sobrecama⁴³⁴; joias e pedraria preciosa⁴³⁵; objetos litúrgicos⁴³⁶; vestuário⁴³⁷; e mantas, tapetes e tapeçarias⁴³⁸. Sobra um lote reduzido de objetos que não foi possível identificar com rigor,

⁴³² DURAND, Robert - *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XII^e et XIII^e siècles*. Paris: Fundação Calouste Gulbekian - Centro Cultural Português, 1982, p. 212-222.

⁴³³ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 24, 37, 46, 47, 48, 59, 68, 75, 80, 84, 91, 97, 130, 140, 145, 147, 153, 182, 183, 193, 216, 232, 237, 246, 275, 278, 316, 344, 353, 355, 364, 383, 386, 389, 390, 416.

⁴³⁴ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 37, 48, 59, 68, 75, 80, 84, 91, 97, 140, 182, 193, 216, 232, 237, 275, 278, 355, 383.

⁴³⁵ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 59, 68, 75, 193, 278, 344, 364, 383, 416.

⁴³⁶ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 24, 37, 48, 59, 68, 75, 80, 91, 97, 140, 145, 153, 182, 183, 232, 237, 246, 275, 278, 316, 344, 364, 383, 416.

⁴³⁷ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 24, 37, 47, 59, 68, 75, 80, 130, 147, 153, 182, 183, 193, 232, 237, 278, 344, 355, 364, 383, 389, 390, 416.

⁴³⁸ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 46, 68, 344.

comprometendo a sua arrumação à luz das classes referidas⁴³⁹. Por seu lado, e deliberadamente, não foram incluídos no rol os manuscritos encontrados nas mãos de mestres e doutores, os quais sendo, de facto e por definição, bens móveis, têm um interesse de tal modo incontornável na abordagem ao tema da cultura letrada que se achou mais apropriado submetê-los a um tratamento circunstanciado e autónomo. Por essa razão a sua análise e avaliação transitou para a secção da formação e percursos escolares, tratada adiante⁴⁴⁰.

A quantidade de leitos⁴⁴¹, liteiras⁴⁴², pulvinares⁴⁴³, almadragues⁴⁴⁴ e colchões⁴⁴⁵, a par de almofadas⁴⁴⁶, feltros⁴⁴⁷, chumaços⁴⁴⁸, colchas⁴⁴⁹, mantas⁴⁵⁰ e cobertores⁴⁵¹, que se podem associar aos letrados do período, pode surpreender num primeiro momento; não só pelo seu número mas também pela importância e destaque que lhes eram conferidos usualmente pelos proprietários, espelhados no facto de encabeçarem quase sempre as listas de bens móveis. A primazia dada ao mobiliário de dormir, que chegava a incluir leitos portáteis para viagens⁴⁵², ou às roupas de sobrecama que o complementavam, só pode ser interpretada como uma óbvia expressão de riqueza, luxo e conforto, associados na época a esse tipo de objetos em particular, numa sociedade em que os níveis de conforto eram significativamente baixos⁴⁵³. De outro modo não faria sentido a atenção que esses bens mereciam dos letrados, por sinal partilhada por outros grupos no seio do clero. Algumas referências a materiais nobres empregues na sua confecção, nomeadamente certos tecidos delicados e peles de animais, ou à excelência dos acabamentos, reforçam o pressuposto de que se tratariam de bens de prestígio e onerosos, sintomáticos de um estatuto social elevado. A aquisição destas peças exigia muitas vezes apreciáveis recursos financeiros, ao ponto de chegarem a emparceirar ou

⁴³⁹ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 355.

⁴⁴⁰ Vid. Anexos, quadro 10.

⁴⁴¹ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 37, 59, 68, 80, 84, 97, 182, 216, 232, 275, 355.

⁴⁴² Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 59, 182, 237, 344.

⁴⁴³ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 37, 68, 216, 275, 278, 355.

⁴⁴⁴ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 383.

⁴⁴⁵ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 80, 84, 232, 275, 278, 355.

⁴⁴⁶ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 68, 80, 84, 232, 275.

⁴⁴⁷ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 275.

⁴⁴⁸ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 383.

⁴⁴⁹ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 37, 68, 80, 84, 97, 216, 232, 278.

⁴⁵⁰ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 46, 80.

⁴⁵¹ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 37, 80, 237, 344, 355.

⁴⁵² Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 37, 232.

⁴⁵³ MARQUES, A. H. de Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa...*, p. 77-80.

ultrapassar o preço de certas joias⁴⁵⁴. Converge ainda com essa leitura a relação dos destinatários desses objetos, figuras muito próximas dos doadores ou de grande proeminência nos meios a que pertenciam, e a quem estes queriam nitidamente privilegiar com ofertas dignas. Entre as motivações subjacentes à compra de tais bens mais finos, figuravam seguramente as preocupações com a comodidade e com o bem-estar, impossíveis de desvincular de um estilo de vida bem acima dos padrões epocais.

As joias foram outros dos objetos com presença assídua entre os elementos do grupo mais culto. Os anéis em geral⁴⁵⁵, incluindo tanto camafeus⁴⁵⁶ como sortelhas⁴⁵⁷, prevaleceram sobre todos os outros. Na documentação há-os de todos os géneros, feitos e substâncias: compostos por materiais nobres ou menos nobres; feitos em metal puro ou em ligas; de confeção simples ou encastoados com pedras preciosas, nomeadamente esmeraldas, safiras e rubis. A sua posse é reveladora de um grande poder aquisitivo, por serem, naturalmente, dispendiosos. Quanto às motivações para o seu uso ou compra têm de ser procuradas não só no estatuto e na riqueza que apregoavam⁴⁵⁸, mas também nas funções simbólicas associadas a alguns deles, que representavam signos de poder ou valiam como sinais do desempenho de certas funções, do que o anel episcopal é um dos exemplos mais veementes e elucidativos⁴⁵⁹.

À semelhança dos anéis, cuja posse e aquisição obedecia a lógicas simbólicas e funcionais, o mesmo acontecia com outros objetos que tinham propriedades e utilizações litúrgicas, o que é indelével da condição clerical da maioria dos letrados. Variando muito, fosse nas formas, fosse nas funções, fosse nas dimensões, fosse na qualidade da ornamentação, mas quase sempre ricamente confeccionados e de grande valia intrínseca, registam-se entre os objetos possuídos pelos eruditos da época as presenças de vários cálices⁴⁶⁰, taças⁴⁶¹, cifos⁴⁶², vasos⁴⁶³ e jarros⁴⁶⁴; mas também alguma

⁴⁵⁴ IDEM, *ibidem*, p. 77.

⁴⁵⁵ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 59, 68, 75, 278, 344, 383, 416.

⁴⁵⁶ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 75.

⁴⁵⁷ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 182.

⁴⁵⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa...*, p. 56-57.

⁴⁵⁹ TRICHET, Louis - *Le costume du clergé*. Pref. J. Gaudemet; Postf. J. Chelini. Paris: CERF, 1986, p. 59-60.

⁴⁶⁰ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 24, 183, 246, 344.

⁴⁶¹ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 37, 59, 68, 80, 91, 140, 153, 182, 232, 237, 275, 278, 316, 364, 416.

⁴⁶² Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 383.

⁴⁶³ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 48, 68, 75, 145, 183, 232, 275, 364.

⁴⁶⁴ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 364.

abundância de pratos⁴⁶⁵, escudelas⁴⁶⁶ e bacias⁴⁶⁷, castiçais⁴⁶⁸, candelabros⁴⁶⁹ e arcas⁴⁷⁰; a par de ornamentos, de perfil mais genérico, destinados a cerimónias rituais e consecratórias. Há, ainda, notícias muito frequentes relativas a cutelarias, talheres e utensilagem afim, geralmente feitos de prata ou apresentando aplicações nesse metal, podendo ou não ser ornados com gemas preciosas⁴⁷¹, para os quais não foi possível divisar a sua utilidade, que tanto pode ser consecratória ou doméstica, mas que dada a sua preciosidade parece mais lógico relacionar com as obrigações rituais e com os procedimentos sacramentais.

É interessante estabelecer a natureza individual desses bens, pois visivelmente não se tratavam de objetos pertencentes à comunidade capitular, mas antes estavam integrados nas propriedades pessoais dos religiosos, apesar do seu uso em contexto cerimonial. Os cabidos diocesanos e paroquiais, assim como as comunidades monásticas, não deixariam de contar seguramente com espécies similares nos seus bem apetrechados tesouros e armários, até porque muitos dessas peças acabavam, invariavelmente, por serem admitidas nas arcas das canónicas, depois da morte de alguns dos proprietários, via doações. Mas as preocupações reveladas pelos letrados em deterem objetos com esse perfil, cujo valor material seria bastante alto e, portanto, representaria custos elevados de obtenção, assim como os ritmos aquisitivos evidenciados – vários elementos do grupo possuíam mais do que um exemplar dos diferentes objetos citados – atestam o cunho individual e distintivo que era colocado pela clerezia na prática dos ofícios. Quase como se a posse e o valor dos bens exprimissem, na sua proporção, e por comparação, o cunho e o vigor pessoal das devoções, hierarquizando desse modo os graus de piedade dos seus proprietários. Sobressai dessa exibição pública de objetos privados uma clara afirmação de individualidade e de competitividade, em colisão com o lugar-comum sobre a humildade e a modéstia na prática do serviço religioso, refletindo, ao contrário, a existência de egos e a procura de protagonismos no seio clerical.

⁴⁶⁵ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 246.

⁴⁶⁶ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 140, 182, 237, 344, 416.

⁴⁶⁷ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 364.

⁴⁶⁸ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 237.

⁴⁶⁹ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 24, 364.

⁴⁷⁰ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 48, 59, 68, 75, 80, 91, 182, 275, 364, 383.

⁴⁷¹ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 68, 140, 145, 182.

Avançando na inventariação, sem causar surpresa, entre o lote de bens móveis assinalados na propriedade de mestres, uma porção muito significativa respeitou ao vestuário. Uma vez mais, em conformidade com o que se afirmou para as joias, deve-se considerar o uso em contexto religioso de muitas das peças de roupa documentadas⁴⁷²; embora outras apontem claramente para uma utilização mais quotidiana. Houve regularmente a preocupação em distinguir entre os dois tipos de trajes, para o que contribuem os cuidados empregues nas descrições; como em diferenciar as vestes de melhor e de pior qualidade, como o fez mestre Domingos, cónego e arcediogo da sé de Braga⁴⁷³.

Aliás, parece insinuar-se uma relação bastante estreita entre a qualidade das peças e o contexto da sua utilização. De uma maneira geral, seriam de melhor qualidade as vestes envergadas na celebração de ofícios e rituais; e de pior qualidade as roupas de utilização mais prosaica. Sendo essa a regra, não era invulgar constarem no segundo grupo artigos dispendiosos, desse modo se transpondo do plano oficial para o domínio do quotidiano as preocupações com o prestígio e com a dignidade das funções desempenhadas, usando-se o vestuário como outra das possíveis formas de exteriorizar estatuto e riqueza, isto é, elevando-o a veículo de uma determinada imagem pública pretendida⁴⁷⁴. De resto, nos trajes à disposição de letrados estava relativamente vulgarizado o emprego de peles⁴⁷⁵, veludos⁴⁷⁶, sedas⁴⁷⁷, cetins⁴⁷⁸ e linhos⁴⁷⁹, a maior parte dos quais seriam seguramente importados, trazidos de proveniência além-pirenaica e transalpina. Daí resulta que muitos deles não se poupariam a despesas consideráveis para a constituição dos seus guarda-roupas, como aconteceu com o bispo de Coimbra Pedro Martins, cujo testamento alude a peças oriundas de localizações gaulesas e da Lombardia⁴⁸⁰. Não é de excluir a possibilidade da aquisição de tais peças ter ocorrido no contexto da *peregrinatio* académica dos letrados.

A atenção concedida às roupas pelos elementos desse grupo erudito parece ter recaído, como é natural, sobre as vestes litúrgicas, por sinal as mais valiosas, melhor

⁴⁷² Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 24, 80, 153, 182, 232, 278, 344, 355, 364.

⁴⁷³ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 37.

⁴⁷⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa...*, p. 23-62.

⁴⁷⁵ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 37, 59, 80, 390.

⁴⁷⁶ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 75.

⁴⁷⁷ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 24, 68.

⁴⁷⁸ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 416.

⁴⁷⁹ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 24, 193, 344.

⁴⁸⁰ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 344.

descritas e mais facilmente individualizáveis do que as peças mais grosseiras. Estas últimas, por vezes, nem sequer eram particularizadas, referidas simplesmente em lote, ou, então, de forma vaga, indistinta. A esse respeito, as transmissões envolvendo roupas deixam perceber que os paramentos, naturalmente muito dispendiosos, eram entregues a outros sacerdotes, escolhidos entre os círculos mais íntimos dos doadores; enquanto as vestes mais rudes ou de uso mais ordinário, podiam ser cedidas a familiares mais carenciados ou a elementos da sua criadagem, quando não eram destinadas a exibições públicas de piedade, procedendo-se, então, à distribuição dessas roupagens menos luxuosas por pobres, à maneira de sufrágios pios.

Entre os variados paramentos incluídos no património mobiliário dos letrados, detetam-se casulas⁴⁸¹, dalmáticas⁴⁸², mantos⁴⁸³ e capas⁴⁸⁴, bem como túnicas e subtúnicas⁴⁸⁵, pálios⁴⁸⁶ e sobrepelizes⁴⁸⁷, juntamente com pelotes⁴⁸⁸, capelos⁴⁸⁹, sandálias⁴⁹⁰ e luvas de uso ritual⁴⁹¹. Fora deste núcleo de vestes litúrgicas, as peças de roupa mais referidas são os agasalhos, com destaque para um lote largo de mantos e capas. Curiosa é a notícia relativa a uma mortalha de arame, encontrada na posse do chantre bracarense mestre João, para a qual não há outros registos equivalentes⁴⁹².

Finalmente, sem que se trate de roupa, em sentido restrito, há um conjunto de alusões a tecidos e a panos, que seriam normalmente destinados à confeção de trajos, ou para “armar” em paredes⁴⁹³, envolvendo sobretudo materiais nobres e de aquisição dispendiosa⁴⁹⁴. Apresentando um uso complementar às peças de vestuário, constam ainda entre os bens detidos pela população mais educada alguns acessórios, de índole diversa, entre os quais cintas⁴⁹⁵, esmoleiras⁴⁹⁶ e sacos de viagem⁴⁹⁷.

⁴⁸¹ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 344.

⁴⁸² Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 344.

⁴⁸³ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 37, 75, 80, 153, 278, 344, 355, 390.

⁴⁸⁴ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 37, 59, 68, 75, 153, 182, 232, 344, 355.

⁴⁸⁵ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 37, 80, 278.

⁴⁸⁶ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 182, 278, 355.

⁴⁸⁷ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 153, 232, 364.

⁴⁸⁸ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 237.

⁴⁸⁹ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 37.

⁴⁹⁰ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 364.

⁴⁹¹ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 364.

⁴⁹² Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 153.

⁴⁹³ MARQUES, A. H. de Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa...*, p. 84.

⁴⁹⁴ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 193, 364, 390.

⁴⁹⁵ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 68.

⁴⁹⁶ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 68.

⁴⁹⁷ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 386.

Entre os bens móveis achados à guarda de letrados, mais fortuitos do que os anteriores, há ainda a registar tapetes e tapeçarias, outros típicos objetos de luxo na época, dispondo de virtudes decorativas e associados a um certo nível de conforto⁴⁹⁸. Neste quinhão encaixam-se tanto as alfolas, espécie de cortinados ou tapeçarias preciosas, muito em voga em meios abastados entre os séculos XII a XIV⁴⁹⁹, quanto as almocelas, tipo de tapetes usados para genufletir por ocasião das orações⁵⁰⁰. De igual modo, registadas de forma muito ocasional, há notícias de banheiras e tinas⁵⁰¹, que dão conta de hábitos de higiene, que deveriam ser bem mais extensos do que o reduzido número inventariado deixa adivinhar, para mais tratando-se de um universo com capacidade financeira e educado, por conseguinte, mais sensível às virtudes salubres dos banhos⁵⁰².

Considerados na totalidade, os principais bens moveis catalogados na posse da elite cultural – mobílias, joias, objetos litúrgicos, itens de vestuário, tapeçarias – remetem para três lógicas de consumo essenciais, que tenderam a entrecruzar-se: nível de conforto, estatuto socioeconómico e uso no âmbito de atribuições funcionais. Esses eixos orientadores de consumo não discordavam demasiado, em género, mesmo quando o faziam em número, dos hábitos de aquisição testemunhados para outros religiosos de igual período, em especial entre o clero mais bem colocado nas estruturas eclesiais. É evidente que exigiriam uma apreciável capacidade económico-financeira aos proprietários, dados os altos custos associados a muitos dos bens em causa, em resultado das matérias-primas utilizadas, da mão-de-obra incorporada, do valor artístico e ornamental possuído e da distância face aos centros produtores.

BENS FINANCEIROS

Apesar da economia portuguesa já ser muito monetarizada na época, para o que contribuiu sobremaneira a presença árabe na Península Ibérica⁵⁰³, ainda estava muito

⁴⁹⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa...*, p. 83.

⁴⁹⁹ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 75.

⁵⁰⁰ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 84.

⁵⁰¹ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 182, 232.

⁵⁰² MARQUES, A. H. de Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa...*, p. 87.

⁵⁰³ DURAND, Robert - *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage...*, p. 234-256.

dependente da atividade fundiária, de regimes de trocas diretas e de pagamentos em géneros⁵⁰⁴.

No geral, a acumulação de moeda parece ter sido uma opção patrimonial com poucos adeptos entre os mestres, numa tendência alinhada com os hábitos dos grupos de maior capacidade económica⁵⁰⁵. O amoedamento era substituído, com vantagens, por investimentos na terra e pela aquisição de objetos imperecíveis, nomeadamente fabricados em ouro e prata, até porque as flutuações económicas, a cunhagem de moeda e os fenómenos relacionados com a sua depreciação não davam segurança a essa prática, originando frequentes desvalorizações e quebras de moeda⁵⁰⁶. Tal tendência genérica não invalida que pontualmente se tenham encontrado quantias substanciais em numerário nas mãos de alguns letrados. Atesta-o, por exemplo, o testamento do bispo de Coimbra Pedro Martins, onde se pode contabilizar uma importância substancial de moedas. Com menor expressão, o amoedamento foi também visível nas transmissões feitas por outros homens de letras como o bispo de Lisboa Mateus, o capelão apostólico bracarense Fernando Eanes de Portocarreiro ou o deão Estêvão Moniz, um dos vários mestres filiados na sé de Coimbra⁵⁰⁷. No entanto, estas são situações relativamente anormais, ou seja, o grupo dos letrados não mostrou uma excessiva preocupação com o amoedamento, valorizando bastante mais o controlo de propriedades agrárias e prediais. Como se viu, muitos destes indivíduos foram grandes proprietários, sendo o dinheiro apenas uma expressão adicional da sua vasta riqueza.

Um movimento fundamental parece, portanto, ter regulado o fluxo do dinheiro dentro dos esquemas patrimoniais promovidos pelos letrados: a sua aplicação na compra de propriedades imóveis e de objetos, podendo estes ser de consumo ou de luxo, traduzindo-se na sistemática conversão de moeda em bens. Ou seja, o uso do dinheiro teria para estes homens sobretudo uma utilidade instrumental e só depois acumulativa. A moeda revelava particular aplicação na compra de produtos luxuosos, mais do que na aquisição de bens úteis ou de primeira necessidade. Em relação a estes últimos o recurso a moeda acabava por não ser tão premente em função de vários fatores: a

⁵⁰⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira - *Ensaio de história medieval portuguesa*. Lisboa: Veja, 1980, p. 197.

⁵⁰⁵ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 5, 18, 37, 54, 59, 61, 62, 68, 71, 75, 79, 80, 83, 84, 91, 97, 119, 120, 131, 145, 153, 177, 178, 183, 193, 194, 198, 207, 246, 265, 328, 344, 347, 355, 363, 364, 376, 384, 386, 393, 416.

⁵⁰⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira - *Ensaio de história medieval portuguesa*..., p. 201-206.

⁵⁰⁷ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 246, 344, 91, 84.

autossuficiência de algumas propriedades fundiárias⁵⁰⁸; a existência de um regime de trocas diretas ou semidirectas ainda não totalmente desacreditado, mesmo que em perda acelerada de protagonismo⁵⁰⁹; e a presença de uma sistema de pagamento de impostos e de prestações sobre o trabalho da terra que previa liquidações, na íntegra ou parcialmente, em espécies⁵¹⁰. Mesmo, no respeitante a propriedades agrárias, as notícias sobre escambos mostram que o uso da moeda nem sempre era essencial, havendo ajustamentos diretos entre propriedades de valor idêntico ou aproximado⁵¹¹. Nesta época, no entanto, essa era uma realidade já em mutação profunda e acelerada, face os fenómenos urbanos emergentes relacionados com a especialização funcional⁵¹², a divisão do trabalho⁵¹³, a manufatura de novos produtos⁵¹⁴, o crescente papel dos mercadores no comércio local e de longa distância⁵¹⁵, a imposição de novos sistemas e estruturas de produção, aliados a um superior controlo dos meios técnicos⁵¹⁶ e uma rede de cidades em grande irradiação⁵¹⁷, acompanhando o fenómeno de renascimento urbano de além-Pirenéus⁵¹⁸, que obrigava a um uso mais intensivo da moeda do que até então se registava⁵¹⁹.

Em matéria financeira, não é possível deixar passar sem anotação que a época conheceu a transição de um sistema monetário para outro. No início do período o sistema vigente assentava no dinar, de proveniência árabe, conhecido como morabitino, encontrando variante em maravedi⁵²⁰, tendo-lhe sucedido um outro, introduzido por D.

⁵⁰⁸ MATTOSO, José - *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal: 1096-1325. Vol. 1: Oposição*. Lisboa: Estampa, 1995, p. 454-455.

⁵⁰⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira - A circulação e a troca de produtos. In *Nova história de Portugal*. Dir. J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 3: *Portugal em definição de Fronteiras - do condado portugalense à crise do século XIV*. Coord. M. H. da Cruz Coelho e A. L. de Carvalho Homem. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 487-528.

⁵¹⁰ DURAND, Robert - *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage...*, p. 365-374.

⁵¹¹ COSTA, Mário Júlio de Almeida - *Origem da enfiteuse no direito português...*

⁵¹² CRUZ, António - Os mesteres do Porto: subsidios para a história das antigas corporações dos ofícios mecânicos. [s.l.]: Sub-Secretariado de Estado das Cooperações e Previdência Social, 1943.

⁵¹³ MARQUES, A. H. de Oliveira - Ideário para uma história económica da Idade Média. In *Ensaio de história medieval portuguesa*. Lisboa: Vega, 1980, p. 17-50.

⁵¹⁴ CAETANO, Marcelo - *A história da organização dos mesteres na cidade de Lisboa*. Braga: Associação Jurídica de Braga, 1958.

⁵¹⁵ LE GOFF, Jacques - *Mercadores e banqueiros da Idade Média*. Lisboa: Gradiva, 1982, p. 12-17.

⁵¹⁶ DURAND, Robert - *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage...*, p. 201-231.

⁵¹⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira - Introdução à história da cidade medieval portuguesa..., p. 13-42.

⁵¹⁸ LE GOFF, Jacques - La ciudad como agente de civilización: c. 1200- c. 1500. In *Historia económica de Europa*. Dir. C. M. Cipolla. Vol. 1: *La Edad Media*. Barcelona: [s.n.], 1979, p. 78-114.

⁵¹⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira - A moeda portuguesa durante a Idade Média..., p. 195-220.

⁵²⁰ DURAND, Robert - *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage...*, p. 254-255.

Afonso III, com características mais internacionais, de inspiração gaulesa, formado por dinheiros, soldos e libras⁵²¹. Uma realidade que em grande medida se pode reconstituir a partir do património financeiro dos letrados e das referências a moedas que dele transparecem. Indicações que mostram a permeabilidade do sistema de trocas local à entrada de moedas estrangeiras, pois entre os pecúlios acumulados por alguns desses homens de maior cultura, e nas dívidas que contraíram ou de que eram credores, distinguem-se morabitos salmantinos⁵²², leoneses⁵²³ e burgenses⁵²⁴; libras tornesas⁵²⁵ e leonesas⁵²⁶; soldos leoneses⁵²⁷; florins⁵²⁸; marcas esterlinas⁵²⁹; áureos⁵³⁰ e áureos novos.⁵³¹ Tal demonstra, por um lado, a receptividade do mercado português a moeda cunhada fora do território⁵³²; enquanto, por outro lado, dá conta de fenómenos de internacionalização e circulação do capital, ou, no limite, da multiplicação das viagens, com os viandantes nas suas itinerâncias a admitirem moedas diferentes nas suas bolsas⁵³³. Parte dessas moedas estrangeiras foi certamente obtida pelos mestres no decurso das viagens que empreenderam ou a que estavam obrigados, e não será de excluir a possibilidade de algumas aquisições de moedas terem ocorrido precisamente no decurso das suas deslocações académicas.

A circulação monetária implicaria uma tabela de conversões relativamente transparente e rígida e um controlo régio apertado sobre a paridade de moedas, que nem sempre se deve ter verificado, introduzindo alguma desconfiança no sistema, o que pode estar na base das reticências ao amedamento reveladas por letrados e, bem assim, pelo resto da população mais abastada, provocando a manutenção dos comportamentos patrimonialmente conservadores já descritos: a aposta na propriedade predial e fundiária, acompanhada pela compra de bens móveis de inquestionável valor.

⁵²¹ IDEM, *ibidem*, p. 255-257.

⁵²² Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 275.

⁵²³ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 275.

⁵²⁴ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 275.

⁵²⁵ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 79.

⁵²⁶ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 75.

⁵²⁷ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 183, 275.

⁵²⁸ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 140.

⁵²⁹ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 84, 386.

⁵³⁰ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 37, 386.

⁵³¹ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 183.

⁵³² MARQUES, A. H. de Oliveira - A circulação e a troca de produtos..., p. 523.

⁵³³ GARCIA DE CORTAZAR, José Angel; AGUIRRE, Ruiz de - Viajeros, peregrinos, mercaderes en la Europa Medieval. In *Viajeros, peregrinos, mercaderes en el Occidente medieval*. Pamplona: 1999, p. 15-52.

Ao longo do período, as dúvidas sobre o interesse em acumular moeda talvez até se tenham intensificado em vez de atenuado, porque, de forma gradual, o conteúdo metálico das moedas começou a afastar-se do seu valor efetivo, ou seja, as políticas monetárias sustentadas pela Coroa portuguesa promoveram um desfasamento entre o valor nominal das moedas e o seu valor real, de forma a poupar nos recursos internos de metal precioso⁵³⁴. As quebras de moeda feitas por Sancho I, Afonso II e Sancho II não podem deixar de ter tido consequências ao nível das paridades entre as unidades monetárias locais e as restantes moedas em circulação, introduzindo algumas desregulações no mercado de trocas e nos processos aquisitivos⁵³⁵.

Ainda no âmbito do património financeiro cabem as dívidas contraídas, a pagar ou por haver, de que falam alguns documentos. Sempre com expressão monetária, por vezes estimadas em moedas de vários sistemas monetários, as quantias em causa, relativamente baixas, não parecem ter assumido um grande peso relativo em termos do nível da riqueza dos mutuantes. Com efeito, são apenas residuais as situações observáveis respeitantes a débitos ou a créditos firmados⁵³⁶.

Em resumo, e no seu conjunto, as informações reunidas acerca do património dos letrados, pela sua quantidade e qualidade, dão pistas importantes para a reconstituição dos aspetos mais significativos da sua vida material e quotidiana. Emerge do conjunto um quadro relativamente regular de indivíduos dotados de apreciável riqueza, assente em grande parte na posse de propriedades fundiárias, exploradas de maneira bastante diversificada, muitas das quais foram herdadas, outras adquiridas. Além das terras esses elementos dispunham, com frequência, de prédios situados em zonas urbanas, muitos deles, em especial os usados para habitação própria, implantados nos termos das principais cidades do reino, o que mostra os letrados, no essencial, como um extrato populacional predominantemente urbano, com uma presença polarizada em torno das maiores cidades do território.

O património imobiliário de que dispunham era consolidado por um conjunto apreciável de outros bens, com destaque para o mobiliário de quarto, as roupas, as peças litúrgicas e as joias, ligados com a procura de bem-estar material e com a consciência da

⁵³⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira - A moeda portuguesa durante a Idade Média..., p. 195-220.

⁵³⁵ IDEM, *ibidem*, p. 195-220.

⁵³⁶ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 37, 75, 80, 84, 140, 153, 183, 237, 275, 278, 383, 344.

sua força simbólica e da sua importância como fator de prestígio, distinções que serviam para sublinhar a posição superior de que desfrutavam face às camadas mais baixas da população. A posse desses bens, dado o seu valor intrínseco, juntamente com a propriedade de imóveis, formavam, portanto, a base das estratégias de fortuna pessoal, que passavam, assim, relativamente alheias à acumulação de capital. A moeda parece ter cumprido, desse ponto de vista, uma função sobretudo utilitária na vida destes homens, servindo para realizar aquisições patrimoniais ou para usar nas frequentes viagens que os elementos do grupo se viam na contingência de realizar; e menos para práticas de entesouramento.

ANIMAIS E ESCRAVOS

A posse de animais era, naturalmente, outra das várias faces que podia revestir o património pessoal, no quadro de uma sociedade baseada sobretudo nos valores fundiários e no trabalho da terra, tal como tem vindo a ser descrita a europeia e, por maioria de razões, a portuguesa, com cidades menos pujantes e numerosas do que outras regiões mais centrais da Cristandade.

Num cenário com essas características, os animais não podem ser dissociados da exploração agrária do período⁵³⁷. Representavam valiosos ativos para os seus proprietários: alimento, mobilidade, produção de adubo, força de trabalho apreciável, capacidade de transporte e fonte direta de rendimentos, por intermédio da sua venda⁵³⁸. A existência de terrenos de pastagens, campos incultos e ferragiais, com inteira aplicação na atividade agropecuária, servindo para alimentar o gado, mostra que a sua produção seria bem mais relevante do que transparece dos documentos, onde só episodicamente é referida de maneira expressa, e mesmo assim, sem contagem de cabeças ou indicação de espécies, o que não permite esclarecer com a necessária nitidez muitas das interrogações acerca do seu impacto económico na vida dos letrados⁵³⁹.

⁵³⁷ MARREIROS, Maria Rosa Ferreira - Os proventos da terra e do mar..., p. 430-437.

⁵³⁸ CASTRO, Armando de - Pecuária. In *Dicionário de História de Portugal*. Vol. 4: ME-SIN. Dir. J. Serrão. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, p. 322-328.

⁵³⁹ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 37, 61, 68, 71, 75, 80, 130, 140, 182, 183, 193, 232, 275, 316, 344, 355, 364, 383, 386, 393.

Nas tímidas ocasiões em que é explicitada a natureza do gado criado, as alusões recaem invariavelmente sobre o gado bovino⁵⁴⁰, sem dúvida o principal foco de interesse dos produtores, e portanto o alvo de criação mais extensiva, dada a versatilidade do seu uso e a importância alimentar de que se revestia⁵⁴¹. A suinicultura e a ovinicultura deviam também ter lugar, mas em menor escala, reduzidas, no essencial, a pequenas criações domésticas, acima de tudo direcionadas para o autoconsumo⁵⁴²; sendo que a nenhum destes dois tipos de criação se faz referência entre o património reconstituído dos letrados. É de crer, no entanto, que muita da propriedade animal possuída por estes homens se encontre dissimulada sob expressões de índole bastante genérica – frutos, direitos ou pertences – que acompanharam, com insistência, a cedência de terrenos fundiários, integrando muitos legados e doações.

No âmbito deste tipo de património, as montadas alcançaram certa projeção entre o núcleo formado por mestres e doutores, visto que se lhes podem associar um número relativamente extenso de cavalos⁵⁴³, asnos⁵⁴⁴ e mulas⁵⁴⁵. Estão na base dessa preferência requisitos óbvios de mobilidade⁵⁴⁶, mas também, de novo, a existência de um quadro axiológico fixo de representações mentais e alegóricas, de alto valor simbólico. De facto, o uso do burro ou, analogamente, da mula, como montadas, sobretudo em ocasiões de festa e celebração, era uma fórmula encontrada pelos prelados de emular um momento crucial da religiosidade cristã: a entrada de Cristo na sagrada Jerusalém, durante a quadra pascal. Tal explica a posse desses animais entre o património de vários bispos, como Egas Fafes, Pedro Martins, Raimundo de Ebrardo ou Sancho Peres⁵⁴⁷.

Sem que se deva subvalorizar essa questão simbólica, para a maioria dos letrados a aquisição de equídeos devia-se, em primeira instância, à necessidade de viajar que acometia muitos deles. Na realidade, os séculos XII e XIII formaram um período de intensa circulação de pessoas, estabelecendo um grande contraste com as épocas precedentes. A expressão *homo viator* aplicada à época baixo-medieval tem, nesse

⁵⁴⁰ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 61.

⁵⁴¹ CASTRO, Armando de - Pecuária. In *Dicionário de História de Portugal. Vol. 4: ME-SIN*. Dir. J. Serrão. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, p. 322-328.

⁵⁴² IDEM, *ibidem*, p. 322-328.

⁵⁴³ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 37, 80, 344, 386.

⁵⁴⁴ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 37, 275.

⁵⁴⁵ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 37, 68, 75, 130, 140, 182, 183, 344, 364.

⁵⁴⁶ CASTRO, Armando de - Pecuária..., p. 322-328.

⁵⁴⁷ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 75, 344, 364, 383.

sentido, grande cabimento⁵⁴⁸. Muita gente viajava: as cortes eram itinerantes⁵⁴⁹; peregrinos deslocavam-se em romarias⁵⁵⁰; mercadores comerciavam, ligando zonas, por vezes, muito longínquas⁵⁵¹; milícias cristãs deslocavam-se para fazer a Guerra Santa em lugares sagrados - Jerusalém, acima dos demais⁵⁵²; estudantes e mestres moviam-se no sentido de academias e centros de saber⁵⁵³; clérigos envolviam-se em atividades missionárias e em pregações a regiões remotas⁵⁵⁴; notários apresentavam os seus serviços onde havia necessidade deles, significando isso espaços religiosos mas não só⁵⁵⁵; e os próprios trajetos de carreira implicavam uma grande mobilidade espacial⁵⁵⁶.

Com este cenário de fundo, é fácil perceber que os letrados se contem entre os grandes viajantes da sua época. Desde logo, os seus projetos de estudo levaram-nos, na ausência de escolas superiores no reino, à frequência de instâncias de ensino superior localizadas no período em espaços além-fronteiras: hispânicos, gauleses e transalpinos⁵⁵⁷. Por outro lado, muitos desses elementos da *intelligentsia* do reino aceitaram fazer representações diplomáticas ou legais, na condição de procuradores, juizes, advogados e embaixadores, régios ou eclesiásticos, o que obrigou à sua presença em várias instâncias apelativas e decisórias, nomeadamente junto das cúrias régia e pontifical⁵⁵⁸. Por seu turno, parte substancial do grupo desenvolveu serviços em mais de uma casa religiosa, situadas em localizações muito diferentes, dentro e fora do reino⁵⁵⁹. Os que integraram o séquito real, como chanceleres e notários, médicos, conselheiros e oficiais viram-se na contingência de seguir o monarca ao longo das suas deambulações, sendo que alguns, a seu mando, eram enviados em missões para dar cumprimento a

⁵⁴⁸ LE GOFF, Jacques - O homem medieval. In *O homem medieval*. Dir. J. Le Goff. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 13.

⁵⁴⁹ DIAS, Nuno José Pizarro - *Cortes portuguesas: 1211 a 1383*. Trabalho para prestação de provas de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentado à Universidade do Minho. Braga: [s.n.], 1987.

⁵⁵⁰ GARCIA DE CORTAZAR, José Angel; AGUIRRE, Ruiz de - Viajeros, peregrinos, mercaderes en la Europa Medieval..., p. 15-52.

⁵⁵¹ GUREVITCH, Aron - *As categorias da cultura medieval*..., p. 165-192.

⁵⁵² RUNCIMAN, Steven - *História das cruzadas*. 3 vols. [Lisboa]: Livros Horizonte, 1992-1995.

⁵⁵³ RIDDER-SYMOENS, Hilde de - A mobilidade..., p. 279-302.

⁵⁵⁴ RICHARD, Jean - *La papauté et les missions d'Orient au Moyen Âge (XIII^e-XV^e siècles)*. Roma: École Française de Roma, 1977.

⁵⁵⁵ SANTOS, Maria José Azevedo - Os «clérigos-notários» em Portugal..., p. 75-91.

⁵⁵⁶ AAVV - *Carreiras eclesiásticas no ocidente cristão: sécs. XII-XIV*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2007.

⁵⁵⁷ Vid. Anexos, quadros 8, 9.

⁵⁵⁸ Vid. Anexos, quadros 14, 19.

⁵⁵⁹ Vid. Anexos, quadros 15, 16, 17.

ordens régias⁵⁶⁰. Aqueles que se ligaram ao serviço pontifical ou cardinalício aceitaram nomeações como legados e juízes apostólicos, o que os compeliu a recorrentes deslocações no interior da Cristandade⁵⁶¹, e membros do alto clero português que pertenceram ao grupo mais ilustrado – entre os quais alguns bispos, priores, abades – estiveram obrigados a comparecer em reuniões conciliares, sínodos e conferências provinciais, ou gerais, representando os interesses das suas congregações, ou acatando, simplesmente, diretivas hierárquicas que impunham a sua comparência nesses encontros⁵⁶². As visitas paroquiais, no âmbito da atividade pastoral, implicavam também viagens assíduas, mesmo que com um raio de ação menor⁵⁶³.

Os exemplos de viagens a que estavam obrigados os indivíduos na época são, portanto, inúmeros, variados e facilmente multiplicáveis. Perante estes fluxos de variadas direções e sentidos, a que apenas escapavam as populações mais pobres e dependentes da terra – o que não deixa de ser, ainda assim, uma quantidade substancial de indivíduos – os meios de transporte assumiam grande preponderância e, daí, o número de montadas que se constata terem pertencido a mestres. Uma realidade que concorda, de resto, com as várias indicações sobre liteiras, camas portáteis e sacos de viagem que se puderam referenciar por ocasião do levantamento de bens móveis do grupo⁵⁶⁴.

Para finalizar a questão dos animais achados na posse de mestres, vale a pena aludir à presença de duas aves de rapina: um açor e um falcão. Pertenceram, respetivamente, a dois bispos: Sancho Peres e Pedro Martins⁵⁶⁵. O seu sublinhado justifica-se por mais motivos do que a mera curiosidade, pois a sua presença terá de se ligar necessariamente com o exercício da caça de altanaria, também conhecida por cetraria, que estava reservada apenas a cortesãos e a círculos superiores da sociedade, no quadro das atividades de lazer⁵⁶⁶. Excepcionais como são, essas duas referências configuram um indício adicional, concomitante com tantos outros, sobre a capacidade de penetração de eruditos em círculos superiores de poder e de riqueza.

⁵⁶⁰ Vid. Anexos, quadro 19.

⁵⁶¹ Vid. Anexos, quadro 14.

⁵⁶² Vid. Anexos, quadros 15, 17.

⁵⁶³ Vid. Anexos, quadro 16.

⁵⁶⁴ Vid. Anexos, quadro 6.

⁵⁶⁵ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 344, 383.

⁵⁶⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa...*, p. 186-188.

Por vezes, os documentos dão conta da existência de escravos, de ambos os sexos, cujo tratamento analítico só tem cabimento à luz do tema do património, como ditam a sua falta de personalidade jurídica, inexistência de direitos e ausência de liberdades⁵⁶⁷. Não são muitos os exemplos anotados⁵⁶⁸. Mouros⁵⁶⁹, sarracenos⁵⁷⁰ ou negros⁵⁷¹, são as fórmulas mais empregues para os designar, o que alerta para a condição de cativos de guerra, que afetaria a quase totalidade⁵⁷². De facto, a época coincide com as lutas operadas entre cristãos e muçulmanos e os prisioneiros obtidos nesses enfrentamentos serviam para abastecer com mão-de-obra escrava propriedades rurais, assim como paços e casas senhoriais, problema que se liga com a servidão doméstica⁵⁷³. Uma prática que acontecia, de resto, nos dois campos rivais, como se percebe dos legados feitos por parte dos letrados destinados à libertação, redenção e resgate de cativos, algo que os sufrágios estabelecidos por Domingos Eanes Jardo, Egas Fafes, Estêvão Moniz e mestre Mateus exemplificam⁵⁷⁴.

O número pouco substancial de escravos anotados sob o domínio da classe erudita parece apontar para uma de três conjeturas: traduzir uma presença reduzida de escravos ao serviço destes indivíduos; sinalizar a sua pouca importância social; ou incluírem um conjunto alargado de direitos e pertences patrimoniais, como se propôs, por exemplo, em relação à posse de animais. Nenhuma das interpretações parece prevalecer sobre as outras, pelo que a equação não pode ser resolvida com os elementos disponíveis. Talvez a combinação das diferentes hipóteses ajude a explicar tão poucas referências a mão-de-obra escrava entre a população letrada.

FORMAÇÃO E PERCURSO ESCOLAR

Pedra angular numa investigação que se pretendeu parcialmente centrada sobre a caracterização de uma elite cultural é a averiguação do nível geral da formação e a

⁵⁶⁷ MIGUEL, Carlos Frederico Montenegro de Sousa - Escravatura. In *Dicionário de História de Portugal*. Vol. 2: E-MA. Dir. J. Serrão. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, p. 77.

⁵⁶⁸ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 61, 80, 183, 232, 344.

⁵⁶⁹ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 61, 232, 344.

⁵⁷⁰ Vid. Anexos, quadro 6, fichas prosopográficas 80, 183.

⁵⁷¹ Vid. Anexos, quadro 6, ficha prosopográfica 80.

⁵⁷² MIGUEL, Carlos Frederico Montenegro de Sousa - Escravatura..., p. 77.

⁵⁷³ BARBOSA, Pedro Gomes - *Documentos, lugares e homens: estudos de história Medieval*. Lisboa: Edições, Cosmos, 1991, p. 128-131.

⁵⁷⁴ Vid. Anexos, quadro 3, fichas prosopográficas 61, 75, 84, 246.

extensão dos percursos escolares individuais, na verdade os fatores decisivos para caracterizar os seus elementos como uma elite bem preparada e informada; no essencial, culta.

Como ficou esclarecido na introdução, o conceito de letrado que guiou a investigação recusou uma identificação dos indivíduos com base na sua mera aptidão para a leitura e para a escrita – o sentido mais primitivo e amplo da expressão. Uma opção que se deveu a duas ordens de razões. A primeira, de natureza prática, está ligada com a dificuldade de contenção de um universo que, de outra maneira, poderia revelar-se de apreensão e tratamento incomportáveis, não obstante todas as indicações sobre os reduzidos níveis de alfabetismo do período que parecem estabelecidos sem sofismas, e mostram a cultura cingida a pouco mais do que o meio clerical⁵⁷⁵. Uma realidade estatística e demográfica que, sublinhando a aliteracia e o analfabetismo, não deve servir para menosprezar a relativamente grande quantidade de indivíduos capacitados para a escrita e para a leitura observáveis nos documentos, embora muitos deles devessem dispor apenas de um controle incipiente dessas técnicas, pelo menos no século XII⁵⁷⁶. Ou seja, com o refinamento do critério de letrado procurou-se, numa primeira instância, circunscrever o universo de estudo a uma camada bem mais estreita no interior do grupo alfabetizado, que o situasse dentro de parâmetros numéricos manejáveis.

A outra razão que levou à afinação do conceito de letrado nos termos propostos não tem a ver com questões operativas, mas com a matéria substancial da investigação. De facto, o objetivo visado pela pesquisa passou sempre por uma tentativa de caracterização de indivíduos portadores de um grau de erudição elevado e com grande desenvoltura intelectual, isto é, um contingente que se pode apresentar, clara e resumidamente, como uma elite do saber – um escol cultural no interior da sociedade portuguesa coeva, que estivesse, ou pelo menos procurasse estar, a par das mais avançadas ideias e conhecimentos do seu tempo. Um grupo que pelo menos no plano teórico dispusesse de capacidade dinamizadora; que fosse influente e versado; porventura, incorporando indivíduos capazes de produzir pensamentos com valor original, bem colocados em posições-chave do reino e da Igreja, e que, do ponto de vista intelectual, tivessem sido expostos a conhecimentos avançados da época no campo

⁵⁷⁵ ANTUNES, José - Ensino..., p. 110-117.

⁵⁷⁶ MATTOSO, José - A cultura monástica em Portugal ..., p. 355-393.

científico, musical, jurídico, médico ou doutrinal. No conjunto, uma elite capaz de agir, em maior ou menor grau, como veículo do saber adquirido no exterior para as estruturas sociais, políticas, culturais, económicas da sociedade que integrava.

Ora, atendendo às premissas consideradas, o critério da formação escolar pareceu o mais eficiente – em boa verdade, o único eficaz – para fazer a seriação do grupo, pois a escolaridade apresentava-se como a única variável que permitia isolar os indivíduos detentores dessas diferentes características dos demais, fruto da preparação de tipo superior de que dispunham os *magistri* e os *doctores*.

Como a historiografia portuguesa e internacional vem reiterando de forma continuada, nos ambientes de formação mais avançada do período – os estudos gerais, alternativamente designados por universidades –, era conferido o grau de mestre, com valor equiparado ao de doutor, aos estudantes que completassem os ciclos de estudos⁵⁷⁷. Na prática, a outorga dos graus magistrais e doutorais feitas por essas instâncias de ensino avançado reconhecia a capacidade dos escolares ao exercício da docência no interior da Cristandade, certificando-os para o efeito com uma *licentia ubique docendi*⁵⁷⁸. Uma prerrogativa que os ditos estudos gerais apenas dispunham por deferição pontifical, no que constituía uma decisão discricionária dos pontífices, e de que foram beneficiários muito poucos estabelecimentos do período⁵⁷⁹. Uma escolha naturalmente dependente do reconhecimento tributado à qualidade da formação endossada por certas escolas, preexistentes ou em fundação; e ao tipo de ensino nelas veiculado, ou que se propunham veicular.

Foi, portanto, com base na presença desses dois marcadores de valor homólogo na documentação – mestre e doutor – que se fez a circunscrição do universo dos letrados, por seu turno sustentada em dois pressupostos fundamentais: o sincronismo dos conceitos, visto serem de uso corrente na época; e a definição indubitável dos seus significados, estabelecidos com firmeza, e não o produto de construções artificiais arquitetadas *a posteriori*.

⁵⁷⁷ RÜEGG, Walter - Temas..., p. 19-21

⁵⁷⁸ VERGER, Jacques - Os professores. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 143-145.

⁵⁷⁹ NARDI, Paolo - Relações com as autoridades. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 75-104.

Sem lesar nenhum dos pressupostos referidos, perfeitamente assentes e não sufragáveis, a utilização do conceito de mestre em particular levantou, ainda assim, problemas ligados com a sua polissemia. Isto porque em idêntico período, o termo foi usado para retratar realidades diversas, o que confunde, em muito, a questão da identificação dos homens de letras. Olhando à evolução histórica do conceito, o termo *magister* começou por ser aplicado, num sentido comum, para épocas anteriores ao século XII, como forma de referir os professores em geral, independentemente das suas qualificações⁵⁸⁰. Mas no século XII, e daí em diante, o termo adquiriu um uso oficial, sistematizado pelas universidades, com um conteúdo bem preciso, descrito e delimitado com grande minúcia⁵⁸¹.

Acontece que, no mesmo período, e para contextos muito diferentes, a expressão foi empregue em situações marginais à formação escolar. Como se adiantou na introdução, e é chegado o momento de discutir com maior detalhe, em ambientes corporativos, serviu para designar os líderes das confrarias de artes e ofícios, ou para retratar artesãos com a experiência ou a perícia suficientes para iniciar discípulos nos respetivos mesteres⁵⁸²; no interior de ordens religiosas militares foi usado como forma de nomeação de prelados⁵⁸³; e é possível que tenha tido uma aplicação mais genérica, à laia de título honorífico, designadamente como forma de referir a função de confessor pessoal⁵⁸⁴. Por outro lado, não resulta impossível conceber o seu emprego, por analogia com o sistema universitário, como forma de referenciar indivíduos com passagens por estudos e escolas credenciadas, ainda que sem capacidade para outorgar oficialmente a *licentia docendi*; ou como uma manifestação atávica do anterior hábito de designar vulgarmente todos aqueles que ocupavam funções docentes. Sendo que, tanto num como noutro caso, o seu emprego não deixa de sinalizar a posse de qualificações acima da média, e, nessa medida, não se afasta demasiado do sentido que se pretendeu conformar, isto é, um nível cultural relevante e o contato com estudos avançados⁵⁸⁵.

O facto de a expressão conter vários campos semânticos dificultou, por conseguinte, a dilucidação dos letrados entre os vários indivíduos designados como mestres, pelo que foi fundamental atender ao contexto da produção documental e aos

⁵⁸⁰ VERGER, Jacques - Os professores..., p. 144.

⁵⁸¹ IDEM, *ibidem*, p. 144.

⁵⁸² MARQUES, A. H. de Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa*..., p. 140-141.

⁵⁸³ FONSECA, Luis Adão da - *Ordens Militares*..., p. 335.

⁵⁸⁴ MATTOSO, José - *A cultura monástica em Portugal*..., p. 373.

⁵⁸⁵ CAEIRO, Francisco da Gama - *As escolas capitulares*..., p. 10-11.

conteúdos dos diplomas para validar a razão do emprego do título ou, então, combiná-los com outros indícios – a posse de manuscritos, as passagens documentadas por cidades onde existiam universidades e o desempenho de certos cargos, por exemplo. Para a maior parte das situações, através dessas fórmulas de despiste e pelo recurso a estudos bibliográficos, alguns de franca utilidade, as dúvidas provocadas pela polissemia do termo acabaram por ser desfeitas, mas sobraram inevitavelmente algumas situações em relação às quais as incertezas perduraram. Na sua maioria, só com muita dificuldade poderão alguma vez vir a ser esclarecidas de modo cabal, visto tratarem-se de menções simples a graus e nomes, desprovidas de pontos de apoio mais robustos que possam contribuir para esclarecer a razão pelo qual os indivíduos em causa exibiam o título.

Entre as diversas dificuldades associadas ao uso do grau de mestre como sinónimo de formação avançada merece especial atenção a interpretação veiculada por alguma bibliografia que invoca o título magistral como sinónimo da ocupação da dignidade de mestre-escola em dioceses ou em escolas paroquiais, numa evidente assimilação entre as expressões de mestre e de mestre-escola, ou seja, entre o exercício da docência e o grau de *magister*⁵⁸⁶, mas que não são absolutamente coincidentes para o período em Portugal⁵⁸⁷. Não constituindo uma interpretação demasiado vulgarizada, a assimilação afigura-se necessariamente como uma interpretação abusiva, já que a primeira nomenclatura remete, como vem sendo sublinhado, para a aquisição de um grau formal conferido por um estabelecimento de ensino avançado, enquanto a noção de mestre-escola traduz simplesmente o exercício de uma função específica ligada à prática docente, entretanto convertida em dignidade, no interior de estruturas eclesiais, designadamente em igrejas catedrais e paroquiais.

É verdade que as duas realidades tendiam a convergir. Por um lado, em razão do enquadramento orgânico da dignidade capitular e da função paroquial – ambas criadas para assegurarem a formação no interior dos espaços religiosos, competindo aos seus ocupantes dirigir as escolas internas, assim como assegurar o ensino dos seus estudantes, a que acresciam, por vezes, as obrigações de correção das obras litúrgicas e

⁵⁸⁶ Sem que a assimilação entre a função de mestre-escola e o grau de *magister* se encontre explicitada, foi em conformidade com essa presunção que procedeu Moreira de Sá no levantamento que fez de documentos relacionados com escolas e mestres-escolas em Portugal para o período medieval. Vid. SÁ, Artur Moreira de - Primórdios da cultura portuguesa..., p. 1-112.

⁵⁸⁷ CAEIRO, Francisco da Gama - As escolas capitulares..., p. 8-11.

de redação e conservação das escrituras notariais⁵⁸⁸; por outro lado, em consequência da finalidade prosseguida pelos estudos gerais, ligada com a habilitação ao ensino dos seus graduados⁵⁸⁹. Mas a existência de linhas de tangência ou de convergência dos conceitos não significa necessariamente uma sobreposição das duas realidades, como tão bem demonstra a numerosa quantidade de mestres que apareceram desligados do exercício do mestre-escolado; ou como manifesta, às avessas, o uso simultâneo das duas expressões – mestre e mestre-escola – nos mesmos documentos como forma de identificação de alguns indivíduos, desse modo distinguindo, sem margem para dúvidas, entre a dignidade e o grau, sem o que fariam sentido as duplas menções. Procurando resumir a questão, da forma mais lapidar possível: nem todos os mestres-escola seriam mestres, ainda que, num plano ideal, talvez o deversem ser, pois as funções adstritas ao mestre-escolado recomendariam a posse de instrução superior; como, inversamente, muitos letrados intitulados como mestres desenvolviam trajetos à margem do exercício da dignidade, apesar das condições ideais que apresentariam para esse desempenho, como se depreende da licença que os autorizava à prática do ensino.

Combinando a metodologia com os cuidados descritos, a partir da condição de mestres ou doutores exibida nos diversos recursos acedidos foi possível convocar um universo que ultrapassou os quatrocentos indivíduos, depois de tratadas e cruzadas entre si as notícias biográficas, de acordo com os preceitos exigidos pelo modelo prosopográfico.

Entre o conjunto apurado, a população de indivíduos identificados como mestres superou em muito o lote dos designados como doutores, apesar da equivalência formal dos títulos, sendo poucos aqueles que beneficiaram de um tratamento duplo. Mais importante do que essa distinção, pouco mais do que académica, ainda assim permitindo especulações entre o uso dos títulos e a sua incidência por diferentes áreas de estudo, importa, antes de mais, esclarecer a proveniência da informação, para aferir a sua validade. Assim, uma larga maioria dos mestres e doutores anotados, cerca de três quartos do grupo, foi recenseada em documentos originais arquivados em fundos, em edições documentais críticas ou em bases de dados digitais construídas por especialistas, entretanto submetidas a um controlo por amostragem. Constitui, por esses

⁵⁸⁸ RODRIGUES, Ana Maria - Dignidades capitulares. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 2: C-I. Coord. A. M. Jorge et al. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2001, p. 67-68.

⁵⁸⁹ RÜEGG, Walter - Temas..., p. 14-15.

motivos, uma informação de alta, ou muito alta, fiabilidade. Uma grande parte desses dados encontra-se, de resto, corroborada por monografias e por estudos bibliográficos.

Por outro lado, cerca de um quinto das referências aos títulos foram retiradas exclusivamente de monografias, não tendo sido possível confirmá-las nas fontes documentais, fosse por não estarem assinaladas as suas origens arquivísticas, fosse por se ter passado à margem desse cotejo – por razões tão diferentes quanto o prazo de conclusão da investigação; a localização dispersa dos arquivos, dificultando o seu acesso; ou a inexatidão das referências sobre as posições arquivísticas ou bibliotecárias dos documentos. Os dados, assim obtidos, dispõem naturalmente de uma fidedignidade menor do que os anteriores.

Finalmente, um número bastante reduzido das informações recolhidas, inferior a 5% do conjunto, liga-se com indivíduos em relação aos quais não se vislumbraram nenhuma alusões explícitas aos graus de *magister* ou *doctor* nos diversos recursos à disposição, mas para quem os indícios existentes suportam amplamente a injunção de que seriam letrados. Posto de outro modo, embora não exibam os títulos em questão, constituem um lote de indivíduos sobre quem se pode estabelecer ou presumir com grande probabilidade a posse de um nível de instrução superior, fosse ele recolhido em estabelecimentos de ensino oficial ou, no limite, em escolas com capacidade para facultar um ensino qualificado aos seus frequentadores, mesmo que não creditadas como universidades, mas que se podem classificar nesse sentido como parauniversitárias.

Noutra direção, o recenseamento individual dos letrados revelou uma grande disparidade no interior do grupo em termos da frequência do uso dos graus. Assim, enquanto vários homens de letras se fizeram acompanhar sistematicamente pelos títulos de mestre e doutor na documentação, ou terceiros se referem a eles usando as mesmas fórmulas de tratamento, outros apenas aparecem nomeados dessa maneira de forma episódica. Sendo graus que acrescentariam prestígio aos respetivos titulares, resultam mais difíceis de explicar os casos em que o seu uso protocolar foi menos insistente. Algo que se pode atribuir, no entanto, a várias circunstâncias: porventura, uma entrada tardia na posse do título, posterior à lavra de certos documentos; uma relativização da importância da preparação superior, por parte do próprio titular do grau, ou pelos autores da produção diplomática; a falta de um protocolo rígido na lavra documental,

deixando ao livre arbítrio dos escribas e das chancelarias produtoras de documentos o uso dos títulos como modos de nomeação; ou, o que parece ter sido relativamente corrente, uma preferência declarada pelo recurso a outras funções e cargos como formas de tratamento, levando a uma renúncia ao título nos atos escritos. Nesse sentido, refira-se a volatilização dos títulos das fontes quando se verificou o ingresso individual em posições cimeiras da estrutura hierárquica do clero, onde inquestionavelmente as graduações perdiam terreno como formas de nomeação face ao desempenho de certas funções. Uma asserção válida com toda a propriedade para os bispos, pois a maior parte dos mestres parecem ter deixado de exibir o título uma vez entrados na ordem episcopal, mesmo se antes o faziam com regularidade.

Certo é que a irregularidade revelada na exibição dos graus se refletiu no recenseamento dos indivíduos mais cultos. Sendo a apresentação dos títulos tão inconstante e volúvel saiu certamente prejudicado o levantamento da documentação associada a cada uma das personalidades. Essas eventuais dificuldades de identificação terão impedido por certo melhores e mais conclusivos reconhecimentos, assimilações e ligações, desse modo embaraçando um acompanhamento mais completo de percursos e de carreiras. Um potencial dano nos recenseamentos que terá sido menos sentido quando os indivíduos em causa ocuparam lugares destacados ou menos comuns – como prelaturas, priorados, reitorados, dignidades capitulares ou certas funções régias –, por isso mais fáceis de rastrear, mesmo quando, por algum motivo, nos documentos se prescindiu da exibição dos graus magistral ou doutoral. Ao contrário, as identificações podem ter saído mais penalizadas quando os personagens em causa detinham funções e cargos relativamente vulgarizados, como, por exemplo, simples canonicatos.

De outro modo, e de uma forma geral, os problemas de identificação cresceram sempre que o tratamento diplomático ignorou os patronímicos, associando às contrariedades referidas os fenómenos frequentes das homonímias, muito complexos no âmbito dos recenseamentos prosopográficos. Uma dificuldade sentida, em especial, pelas prosopografias ambientadas na época medieval, dada a rigidez e a estreiteza do sistema onomástico ao dispor das populações.

Saindo dos aspetos de foro metodológico, no âmbito da análise da formação e dos percursos escolares de letrados importava considerar, sobretudo, o exame de seis pontos, a começar pela inspeção das áreas de estudos, como forma de determinar os

interesses culturais dessa comunidade, para assim estabelecer o tipo de conhecimentos que mais valorizavam. Uma questão que não pode ser apartada da identificação dos locais de estudo, pois a presença em determinadas estâncias escolares pode servir para clarificar certas opções intelectuais e culturais; como pode dar pistas, noutras direções, sobre a integração em circuitos e redes académicas, sobre a capacidade financeira dos escolares, ou até sobre a capacidade atrativa revelada pelas próprias instituições de destino sobre o contingente de homens de letras do reino.

Olhar para os locais de exercício da docência também se afigurou como relevante dentro desta tentativa de enquadramento formativo, pois essa informação contribui para averiguar a intenção dos membros da elite cultural em assumirem compromissos pedagógicos; e, noutro plano, para aferir a qualidade dos seus conhecimentos; e, mais ainda, para perceber como eram projetadas as carreiras de ensino pelos seus protagonistas – por exemplo, se eram maioritariamente desenvolvidas em estabelecimentos de tipo básico, médio ou avançado; se tiveram lugar no interior ou fora do reino; procurando, ao mesmo tempo, estimar a quota dessa prática dentro do universo considerado.

Menos preponderante neste contexto, mas permitindo determinar a capacidade de penetração dos letrados do reino ao nível dos ambientes escolares onde se dirigiram, foi verificar o exercício de funções universitárias não docentes, valorizando-as como sintoma de reconhecimento dos visados pelos cargos, fosse esse reconhecimento de natureza intelectual, ou o produto da integração em redes desses indivíduos.

Decisivo para auscultar o nível de saber dos letrados foi o levantamento conduzido sobre a posse de manuscritos, quase tão importante para uma pronúncia firme sobre o nível dos seus conhecimentos como a avaliação dos aspetos relacionados com a escolaridade. De resto, tanto o ensino universitário, como o que se vem designando de ensino parauniversitário, próximo em intenções e qualidade do ensino oferecido nos estudos gerais, em muito assentavam na cultura livresca⁵⁹⁰, buscada nas autoridades eclesiásticas ou clássicas⁵⁹¹, e nos principais pensadores do período⁵⁹², na

⁵⁹⁰ PARKES, Malcolm - Le pratiche di lettura. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 2. *La circolazione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 465-488.

⁵⁹¹ LE GOFF, Jacques - *A civilização do Ocidente medieval*. Vol. 2..., p. 87-91.

sua maioria gozando do beneplácito e apadrinhamento da Igreja, que procurou estabelecer juntamente com o cânone bíblico, um outro cânone compreendendo aquele: o cânone literário⁵⁹³.

O financiamento ao saber foi também uma variável considerada no tópico da formação, tanto na perspectiva dos letrados, enquanto utentes de bolsas ou como donatários e usufrutuários de manuscritos destinados à frequência de estudos; como na perspectiva oposta, enquanto outorgantes de subsídios ou como fornecedores de livros destinados a escolares. No primeiro caso, procurou-se estabelecer os tipos de apoios recebidos, o móbil desses apoios e as entidades patrocinadoras; enquanto no segundo caso, buscaram-se fundamentalmente as preocupações com a formação manifestadas pelos doadores, as principais formas assumidas por esse auxílio – financeiras ou didáticas – e a relação existente entre doadores e donatários: se familiares, amigos, clientes ou correligionários.

ÁREAS DE ESTUDO

No que se refere às principais áreas de estudo no período, a grelha do saber estava dividida em quatro quadrantes⁵⁹⁴: a teologia⁵⁹⁵, o direito⁵⁹⁶, a medicina⁵⁹⁷ e as artes liberais⁵⁹⁸. As últimas apesar de constituírem um corpo de estudos autónomo em

⁵⁹² CHENU, M.-D. - *La théologie au douzième siècle*. Paris: J. Vrin, 1976; VAN STEENBERGHEN, Fernand - *La philosophie au XIII siècle*. Paris-Louvain: Publications Universitaires, 1966.

⁵⁹³ GOMES, Saul António - La formation intellectuelle du clergé séculier..., p. 107.

⁵⁹⁴ VERGER, Jacques - Modelos..., p. 39-42.

⁵⁹⁵ Sobre o ensino universitário da teologia vid. ANTUNES, José - A teologia..., p. 237-271; AZTALOS, Monika - A faculdade de teologia..., p. 411-441; DEL PUNTA, Francesco; e LUNA, Concetta - La teologia scolastica. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 2. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 323-354.

⁵⁹⁶ Sobre o ensino universitário do direito vid. GARCÍA y GARCÍA, Antonio - As faculdades de direito. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 389-407; e NARDI, Paolo - Diritto civile e diritto canonico. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 3. *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 511-540.

⁵⁹⁷ Sobre o ensino universitário da medicina vid. SIRAISSI, Nancy - A faculdade de Medicina. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 361-385.

⁵⁹⁸ Sobre o ensino universitário das artes liberais vid. LEFF, Gordon - O «trivium» e as três filosofias. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 307-334;

ambiente universitário⁵⁹⁹ possuíam a particularidade de ter um carácter propedêutico, introdutório às outras áreas do saber⁶⁰⁰, razão porque, no seu todo ou em parte, integravam os programas de estudo dos vários níveis de ensino da época, desde o mais rudimentar ao mais avançado⁶⁰¹. Diferentemente, as restantes áreas representavam corpos de estudos avançados, acolhidos em contextos académicos ou em escolas com formação acima da média, e só de forma muito extraordinária seriam matérias incluídas num ensino menos qualificado, e nunca abordadas mais do que tangencialmente. Em rigor, nenhum destes campos de interesse intelectual nos séculos XII e XIII foi, em si mesmo, uma originalidade medieval⁶⁰². Mas durante a medievalidade receberam a incorporação de novos conhecimentos e novas experiências⁶⁰³.

O saber existente até então era, no essencial, grandemente tributário da fonte greco-latina e da tradição patrística. Em alguns casos por herança direta, através da conservação de obras da época clássica, feita acima de tudo em mosteiros, graças ao trabalho de guarda e de policopia neles desenvolvido, com o que se pouparam numerosos autores e respetivos trabalhos ao desconhecimento⁶⁰⁴; outras vezes pela mediação do mundo muçulmano, onde se manteve em grande parte conservado durante um longo período o saber clássico, chegando a ser objeto de reinterpretações e

LUSCOMBE, David - «Trivium», «quadrivium» and the organization of schools. In *l'Europa dei secoli XIe XII fra novità e tradizione. Sviluppi di una cultura. Atti*. Milan: Vita e Pensiero, 1989, p. 81-100; LUSIGNAN, Serge - L'enseignement des arts dans les collèges parisiens au Moyen Âge. *Colloque international L'enseignement des disciplines à la Faculté des arts (Paris et Oxford, XIII^e-XV^e siècles)*. Actes. Ed. O. Weijers e L. Holtz. Turnhout: Brepols, 1977, p. 43-54; MAIERÛ, Alfonso - La dialletica. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 2. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 273-294; NORTH, John - O «quadrivium». In *Uma História da Universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 337-357; VERGER, Jacques - La faculté des arts: le cadre institutionnel. In *Colloque international L'enseignement des disciplines à la Faculté des Arts (Paris et Oxford, XIII^e-XV^e siècles)*. Actes. Ed. O. Weijers, L. Holtz. Turnhout: Brepols, 1977, p. 17-42; VON MOOS, Peter - La retorica nel Medioevo. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 2. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 231-270; WEIJERS, Olga - *La disputatio à la Faculté des Arts de Paris: 1200-1350 environ. Esquisse d'une typologie*. [Amsterdam]: Brepols, 1995.

⁵⁹⁹ LEFF, Gordon - O «trivium» e as três filosofias..., p. 308.

⁶⁰⁰ GARCÍA y GARCÍA, Antonio - As universidades ibéricas do século XIII: considerações metodológicas. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*. 38 (1997) 18-19.

⁶⁰¹ CAEIRO, Francisco da Gama - As escolas capitulares..., p. 45-47.

⁶⁰² VERGER, Jacques - Modelos..., p. 39.

⁶⁰³ NORTH, John - O «quadrivium»..., p. 37-38.

⁶⁰⁴ RICHE, Pierre - *De l'éducation antique à l'éducation chevaleresque*. Paris: Flammarion, 1968, p. 548-552.

reciclagens por parte dos principais pensadores árabes⁶⁰⁵. Um conhecimento que foi reintroduzido no espaço cristão a partir de certas bolsas territoriais, sobretudo tendo como eixos de penetração a Península Ibérica, com destaque para a cidade de Toledo⁶⁰⁶, e o mar Mediterrâneo, aí com preponderância siciliana⁶⁰⁷. As artes liberais mantiveram a nomenclatura estabelecida durante o período da Antiguidade Clássica por Marciano Capella⁶⁰⁸, perpetuada nas escolas carolíngias que emularam o esquema das artes das escolas imperiais romanas, mesmo que só exceccionalmente aplicassem todo esse saber ao ensino, e sempre subordinado à teologia⁶⁰⁹. Em consequência, as artes não mecânicas mantiveram até muito a tarde heptapartição tradicional, distribuídas pelo trívio, constituído pela gramática, lógica e retórica; e pelo quadrívio, formado pela música, geometria, astronomia e aritmética⁶¹⁰.

Ultrapassando, em importância, o conhecimento das artes liberais, muito marcadas pela tradição profana, a outra arquitrave do saber dominante assentou na cultura produzida em contexto eclesiástico. O destaque neste campo vai para a obra deixada pelos Padres da Igreja, proveniente dos dois hemisférios em que estava dividida a Cristandade – grega e latina⁶¹¹. Enquanto objetos de estudo e conhecimento forjados em meio clerical, somaram-se a essas obras deixadas pelos grandes Padres os trabalhos de alguns dos autores mais notáveis da alta e baixa medievallidade, grande número dos quais foram arvorados em santos e doutores da igreja, como sucedeu com Anselmo de Cantuária⁶¹², Bernardo de Claraval⁶¹³ ou Tomás de Aquino⁶¹⁴, para recorrer a alguns dos exemplos mais sonantes.

⁶⁰⁵ LAVAJO, Joaquim Chorão - Islão e Cristianismo: entre a tolerância e a guerra santa. In *História religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 1: *Formação e limites da cristandade*. Coord. A. M. Jorge e A. M. Rodrigues. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000-2002, p. 117-121.

⁶⁰⁶ RUIZ, Ramón Gonzálvez - La escuela de traductores de Toledo. In *Historia de la acción educadora de la iglesia en España*. Dir. B. B. Martínez. Vol. 1: *edades antigua, media y moderna*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995, p. 268-275.

⁶⁰⁷ CHIESA, Paolo - Le traduzioni. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 3. *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 165-196.

⁶⁰⁸ Sobre Marciano Capella vid. Anexos, quadro 33.

⁶⁰⁹ VERGER, Jacques - Modelos..., p. 27.

⁶¹⁰ HAREN, Michael - *Medieval thought: the western intellectual tradition from antiquity to the thirteenth century*. London: Macmillan, 1985, p. 67-69

⁶¹¹ GILSON, Étienne - *La philosophie au Moyen Âge: des origines patristiques à la fin du XIV^e siècle*. Paris: Payot, 1986, p. 15-179; MORESCHINI, Claudio - I padri. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 1. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 563-604.

⁶¹² Sobre Anselmo de Cantuária vid. Anexos, quadro 33.

⁶¹³ Sobre Bernardo de Claraval vid. Anexos, quadro 33.

Mas também se atendeu a outros autores, de menor relevância intelectual, cujas teses e exposições iam de encontro aos interesses eclesiásticos, sendo por isso o seu conhecimento e divulgação encorajados pelas esferas oficiais, como aconteceu com Pedro Lombardo, que se distinguiu mais pelas suas qualidades de sistematizador e compilador do que pelas suas concepções inovadoras⁶¹⁵.

Neste panorama, não é de estranhar que tenha sido o ramo da teologia o que mais progrediu na árvore do conhecimento instituída. Na verdade, o período da Antiguidade Tardia e os anos alto-medievais foram aqueles em que se consolidou de forma definitiva o corpo doutrinário do Cristianismo na sua versão católica. Foi durante esse tempo, sobretudo nos séculos IV e V, que se estabeleceram verdadeiramente os principais dogmas e artigos de fé, que se fixou o cânone de livros testamentários e se estatuiu, no essencial, toda a ortodoxia católica, sancionada em numerosas reuniões conciliares, que, pouco a pouco, purgaram a religião do que eram considerados desvios heréticos pela cúpula eclesiástica⁶¹⁶.

Quanto ao direito, dividido segundo o esquema tradicional em canónico e civil, sofreu até à baixa Idade Média diferentes tensões e impulsos⁶¹⁷. O ramo canónico, acompanhando o desenvolvimento conhecido pela teologia, foi crescendo em importância, com especial vigor ao longo do século XII: ampliando o aparato legal, acumulando jurisprudência, incorporando encíclicas, bulas, sentenças, constituições apostólicas e sinodais no seu corpo normativo, que era alvo de revisões pontuais e atualizado por comentários e compilações, o que o dotou de uma gradual consistência e coerência. O resultado desse esforço foi a constituição de um *Corpus iuris canonici* composto pelo *Decreto* de Graciano⁶¹⁸, pelas *Decretais* de Gregório IX⁶¹⁹, pelo *Livro Sexto das Decretais*, pelas *Clementinas* e pelas *Coleções Extravagantes*⁶²⁰.

Já o ramo civil, ao invés do canónico, conheceu pouco desenvolvimento durante a alta-medievalidade até à centúria uncentista, quando se iniciou um movimento de grande latitude de recuperação do direito romano imperial, de inspiração justiniana,

⁶¹⁴ Sobre Tomás de Aquino vid. Anexos, quadro 33.

⁶¹⁵ Sobre Pedro Lombardo vid. Anexos, quadro 33.

⁶¹⁶ LE GOFF, Jacques - *A civilização do Ocidente medieval*. Vol. 1..., p. 154-155.

⁶¹⁷ NOGUEIRA José Artur Anes Duarte - *Sociedade e direito em Portugal na Idade Média...*

⁶¹⁸ Sobre Graciano vid. Anexos, quadro 33.

⁶¹⁹ Sobre Gregório IX vid. Anexos, quadro 33.

⁶²⁰ PEREIRA, Isaiás da Rosa - *Livros de direito na Idade Média I. Lusitania Sacra*. 7 (1966), p.

irradiado a partir das escolas legais abrigadas em Bolonha. Essa tradição levou à fixação, por sua vez, de um *Corpus iuris civilis*, formado pelo *Código* de Justiniano⁶²¹; pelo *Digesto*, também chamado *Pandectas*; pelas *Institutiones*, ou *Instituta*; pelas *Novellae*; pelo *Authenticum*; e pelo *Volumen*, igualmente conhecido por *Volumen Parvum*⁶²². Até, então, era sobretudo o direito germânico-visigótico, de raiz tribal, que tinha conhecido protagonismo no interior do campo civilista, em especial na Península Ibérica, apesar de muito anquilosado nas suas formas e conteúdos, e substancialmente inadequado face às novas exigências postas por uma sociedade em contínua mudança⁶²³.

A medicina não conheceu particulares avanços teóricos no hiato temporal que mediou entre o colapso imperial e o estímulo intelectual conhecido pelo século XII, mantendo-se, no essencial, bastante dependente dos conhecimentos da medicina greco-latina. Durante esses longos séculos de transição, até à centúria uncentista, o saber baseou-se em considerações de carácter mais prático do que teórico, assentando nos poucos trabalhos sobreviventes de Galeno⁶²⁴ e de Hipócrates⁶²⁵, que foram as autoridades médicas indisputadas durante toda a periodização medieval⁶²⁶.

O estudo, ou escola, de Salerno, representou, no entanto, a partir do século XI, um importante foco de formação e experimentação para as ciências médicas, tanto mais importante pelo seu cariz excecional na época, antecipando o que viria a ser o modelo seguido no ensino da medicina dos estudos gerais⁶²⁷. O exemplo salernitano vingou nos dois séculos seguintes, figurando o estudo geral de Montpellier talvez como o melhor representante dessa tradição do ensino da medicina⁶²⁸.

Com o fenómeno das escolas de traduções, decorrente dos contatos entre o mundo islâmico, judaico e cristão, vieram somar-se à pequena base bibliográfica anterior vários contributos árabes, os quais, explorando a fonte clássica, a submeteram a leituras e releituras sucessivas⁶²⁹. Em consequência dessas novidades, emergiu um

⁶²¹ Sobre Justiniano vid. Anexos, quadro 33.

⁶²² PEREIRA, Isaías da Rosa - Livros de direito na Idade Média I..., p. 11-12.

⁶²³ ALMEIDA, Fortunato de - *História da igreja em Portugal*..., p. 158.

⁶²⁴ Sobre Galeno vid. Anexos, quadro 33.

⁶²⁵ Sobre Hipócrates vid. Anexos, quadro 33.

⁶²⁶ WALLIS, Faith - The experience of the book: manuscripts, texts, and the role of epistemology in early medieval medicine. In *Knowledge and the scholarly medical traditions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 107-111.

⁶²⁷ SIRAISSI, Nancy - A faculdade de Medicina..., p. 366-367.

⁶²⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Les portugais à l'Université de Montpellier: XII^e-XVII^e siècles*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian - Centro Cultural Português, 1971, p. 26.

⁶²⁹ LE GOFF, Jacques - *Os intelectuais na Idade Média*. Lisboa: Estudos Cor, 1983, p. 22-27.

currículo de estudos médicos universitários assente no conhecimento dos inevitáveis Galeno e Hipócrates, aos quais se deve juntar o nome de Dioscórides⁶³⁰, a que se acrescentam ainda os trabalhos produzidos por Constantino Africano⁶³¹, as traduções árabes e gregas realizadas por Gerardo de Cremona⁶³² e Burgúndio de Pisa⁶³³, e as obras de origem árabe, com destaque para o *Canon* de Avicena⁶³⁴, para as enciclopédias de Haly Abbas⁶³⁵ e de Razis⁶³⁶, e para o tratado cirúrgico devido a Abu al-Qasim, também conhecido no mundo cristão por Abulcasis⁶³⁷.

Era este, portanto, em resumo, o panorama do saber antes do século XII, ao nível da Cristandade: um franco progresso da teologia; o direito civil ainda muito permeado pela tradição germânica tribal; o acatamento dos princípios da medicina grega, apoiada nas suas duas principais autoridades e no conhecimento parcial das suas obras, mas desacompanhada por uma evolução efetiva das condições relacionadas com a prática médica, exceção feita ao episódio salernitano; e a manutenção da moldura das artes liberais greco-romanas por uma longa diacronia, mas despojada de muitos dos seus principais conteúdos, centrada sobre a gramática e a aritmética, por estas se afigurarem indispensáveis para a obtenção dos rudimentos da escrita e do cálculo.

À entrada da periodização definida, este quadro cultural genérico encontrava-se em profunda mutação, fruto da convergência de numerosas variáveis. Entre as mais decisivas devem-se considerar a fundação de novos fóruns de saber, discussão e ensino, ou seja, os estudos gerais, novidade sem paralelo em épocas anteriores⁶³⁸; a emergência da escolástica como um novo instrumento de pesquisa intelectual, fundada nos princípios da enunciação e discussão de textos das autoridades⁶³⁹; a devolução da herança de matriz clássica ao ocidente cristão, por intermediação árabe, com a

⁶³⁰ Sobre Dioscórides vid. Anexos, quadro 33.

⁶³¹ Sobre Constantino Africano vid. Anexos, quadro 33.

⁶³² Sobre Gerardo de Cremona vid. Anexos, quadro 33.

⁶³³ Sobre Burgúndio de Pisa vid. Anexos, quadro 33.

⁶³⁴ Sobre Avicena vid. Anexos, quadro 33.

⁶³⁵ Sobre Haly Abbas vid. Anexos, quadro 33.

⁶³⁶ Sobre Razis vid. Anexos, quadro 33.

⁶³⁷ SIRAISSI, Nancy - A faculdade de Medicina..., p. 377-378. Sobre Abu al-Qasim, ou Abulcasis, vid Anexos, quadro 33.

⁶³⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História das Universidades...*, p. 11-14.

⁶³⁹ ABBAGNANO, Nicolas - *Historia de la Filosofia. Vol. 1.* Barcelona: Montaner y Simon, 1964, p. 303-307.

redescoberta, em particular, das categorias e princípios aristotélicos⁶⁴⁰; o cadinho étnico-religioso-cultural gerado pela confluência islâmica, judaica e cristã em certos polos urbanos situados em regiões de contatos, como a Península Ibérica, originando numerosas traduções de obras tidas como perdidas ou desconhecidas, e forjando alguns pensamentos inovadores graças a esse inédito diálogo cultural⁶⁴¹; a revalorização e o apelo do saber, consideradas como armas de conversão e combate espiritual, à disposição de novas congregações religiosas, como as fundadas debaixo da inspiração de Francisco de Assis, e, sobretudo, de Domingos de Gusmão⁶⁴²; os avanços técnicos que permitiram a replicação mais rápida e eficaz do objecto-livro, gerando uma grande quantidade de textos⁶⁴³; o alargamento de corredores internacionais permitindo uma mais franca circulação de pessoas e bens, num fenómeno dinamizado por essa crescente procura de manuscritos, assente em motivos educativos, científicos, doutrinários, legais, económicos e organizativos⁶⁴⁴; as necessidades de reforma do clero, passando pela sua melhoria intelectual, na perseguição dos múltiplos fins que lhe estavam cometidos: pastorais, mas também patrimoniais e administrativos, num clima de mudança determinado pela quarta sessão do concílio de Latrão, realizado em 1215⁶⁴⁵; a política de centralização do poder apostólico, na defesa da superioridade do poder espiritual sobre o poder secular, que precisava para esse efeito de robustecimento intelectual⁶⁴⁶; e, em resposta, as tentativas de manutenção do poder imperial e de afirmação do poder régio, em particular com este último a esforçar-se por requisitar um corpo de oficiais bem apetrechados do ponto de vista cultural, de forma a abastecer convenientemente as

⁶⁴⁰ DOD, Bernard G. - Aristotle «latinus». In *The Cambridge history of later medieval philosophy*. Ed. N. Kretzman, A. Kenny e J. Pinborg. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 45-79.

⁶⁴¹ CHIESA, Paolo - Le traduzioni..., p. 165-196.

⁶⁴² GOMES, Saul António - Os dominicanos e a cultura em tempos medievais: o caso português. In *Os dominicanos em Portugal. História, cultura e arte*. Coord. A. C. da C. Gomes e J. E. Franco. Lisboa: Aletheia Editores, 2010, p. 220-253; LOPES, Fernando Félix - Escolas públicas dos franciscanos..., p. 354.

⁶⁴³ HAMESSE, Jacqueline - El modelo escolástico de la lectura. In *Historia de la lectura en el mundo occidental*. Ed. R. Chartier e G. Cavallo. [Madrid]: Taurus, 2004, p. 190-196.

⁶⁴⁴ NASCIMENTO, Aires Augusto - Concentração, dispersão e dependências na circulação de manuscritos em Portugal nos séculos XII e XIII. In *Colóquio sobre circulación de códices y escritos entre Europa y la Península en los siglos VIII-XIII. Actas*. Santiago de Compostela: Universidade de Compostela, 1988, p. 61-85.

⁶⁴⁵ SÁ, Artur Moreira de - Primórdios da cultura portuguesa..., p. 5-6.

⁶⁴⁶ ANTUNES, José - *A cultura erudita portuguesa nos séculos XIII e XIV: juristas e teólogos*. Tese de doutoramento em história apresentada à Universidade de Coimbra. Coimbra: [s.n.], 1995, p. 247.

respetivas cúrias e cortes com funcionários aptos aos serviços burocráticos, de desembargo e de chancelaria⁶⁴⁷.

Em consequência da ação de todas estas forças concomitantes, algumas alinhadas, outras concorrendo entre si, o panorama cultural e os conteúdos das disciplinas de estudos sofreram erosões, transformações, acrescentos. A teologia continuou a ser objeto de enorme atenção, mas a discussão em seu redor passou a ser lançada em novas bases, muito distintas das precedentes: iniciou-se uma querela intelectual opondo o platonismo e o neoplatonismo, que tinham vigorado juntos sem contestação no período alto-medieval, às correntes de sabor aristotélico provocadas pelo afluxo das obras de Aristóteles⁶⁴⁸, ventiladas a partir das regiões de contatos islâmico-cristãs, num confronto intelectual duro que acabou por ser sintetizado, em grande parte pelo pensamento de S. Tomás de Aquino⁶⁴⁹; assistiu-se, por outro lado, a uma entrada em cena de novas congregações religiosas – os frades mendicantes – que se propunham recuperar os valores espirituais dos primeiros cristãos, à maneira da *imitatio Christi*, tendo por agenda a reforma da religiosidade autocomplacente, instalada e desviada da essência do Cristianismo, acusação que impendia sobre o clero do tempo⁶⁵⁰; regressou-se, em alguns meios, a um pensamento místico, de matriz especulativa, embora de natureza conservadora, promovido a partir das teses dos maiores teóricos das principais congregações monásticas do período – os agostinianos, desde S. Vítor de Paris; e os cistercienses, com base nos escritos produzidos pela figura maior da sua congregação, Bernardo de Claraval⁶⁵¹; e houve uma renovação do ímpeto proselitista, de que a pregação religiosa, as Cruzadas e as Guerras Santas foram exemplos maiores, necessitando de robustecimento intelectual para sustentar a santidade da missionação e

⁶⁴⁷ FARELO, Mário; ROLDÃO, Filipa; MARQUES, André - Os clérigos na administração dionisina (1297-1325). In *Carreiras eclesásticas no ocidente cristão: séc. XII-XIV*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2007, p. 275.

⁶⁴⁸ Sobre Aristóteles vid. Anexos, quadro 33.

⁶⁴⁹ DONAGAN, Alan - Thomas Aquinas on human action. In *The Cambridge history of later medieval philosophy*. Ed. N. Kretzman, A. Kenny e J. Pinborg. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 642-654.

⁶⁵⁰ LAVAJO, Joaquim Chorão - A ordem dos pregadores como resposta às exigências da renovação eclesial e intelectual da hispânia medieval. In *II Encontro sobre história dominicana. Actas. Vol. I*. Porto: Dominicanos, 1984, p. 225-242.

⁶⁵¹ GILSON, Étienne - *La philosophie au Moyen Âge...*, p. 297-308.

dos combates religiosos, a que também muito aproveitou a redescoberta do direito romano e o vigor do direito canónico⁶⁵².

Especificamente no campo do direito foi determinante a ressurgência do direito imperial latino, com impacto no ramo civil, não por acaso, reclassificado como direito romano⁶⁵³. No essencial, o corpo legal justinianeu foi objeto de recuperação e transposição sem alterações formais de relevo para a realidade dos séculos XII e XIII⁶⁵⁴. Nesse processo, a preponderância do direito canónico não sofreu contestação. O peso do ramo decretalista foi muito forte, ao ponto de as decretais serem admitidas também como fonte de direito para a apreciação das matérias de natureza civil, pois continham uma flexibilidade e uma conformidade com as novas formas de organização social que a rigidez do primeiro e a sua transplantação, mais ou menos cega, para uma realidade separada por vários séculos não poderia igualar⁶⁵⁵.

Por seu lado, o trabalho de codificação das fontes jurídicas, na forma de sumas, e a execução de numerosos aparatos, glosas e comentários a essas fontes, na tentativa de inspecionar os seus sentidos, esforços levados a cabo no decurso dos séculos XII e XIII, mostrou-se essencial para a adequação do direito às exigências legais em que o período foi fértil⁶⁵⁶. Com efeito, a época exigiu um ordenamento jurídico capaz de lidar com litígios de vária natureza e com protagonistas muito variados, implicando a constituição de um vasto corpo de juristas altamente especializados, e a existência de instâncias de apelo e de recurso, esgotadas no pontífice: apóstolo, mas também juiz de apelação final em matéria eclesiástica⁶⁵⁷.

A medicina das centúrias uncentista e ducentista foi, em parte, renovada por via da recuperação das obras clássicas e acrescentada pelos contributos muçulmanos estabelecidos sobre essa base, como descrito. Os notórios progressos conhecidos pela ciência médica no período, com variadas conquistas ao nível dos cuidados de saúde, do sucesso das intervenções médicas, tendo por corolário o prolongamento da esperança de

⁶⁵² CONTAMINE, Philippe - *La guerra en la Edad Media*. Barcelona: Editorial Labor, 1984, p. 350-355.

⁶⁵³ FERNANDES, Fátima Regina - A recepção do direito romano no ocidente europeu medieval..., p. 73-83.

⁶⁵⁴ NARDI, Paolo - *Diritto civile e diritto canónico...*, p. 511-540.

⁶⁵⁵ GIGANTE, José António Martins - *Instituições de direito canónico*. 2 vols. Braga: [s.n.], 1951.

⁶⁵⁶ GARCÍA y GARCÍA, Antonio - *As universidades ibéricas do século XIII...*, p. 18-19.

⁶⁵⁷ BARRACLOUGH, Geoffrey - *Os papas na Idade Média*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972, p. 118-124.

vida das populações, devem-se também, por outro lado, a uma melhoria das técnicas usadas, à utensilagem empregue, a um maior respeito pelas condições de salubridade, e, sobretudo, a uma revalorização do aparato teórico da ciência, não tão dependente como anteriormente do empirismo para o seu exercício⁶⁵⁸. Tudo isto sem o abandono do eixo galénico-hipocrático anterior, que continuou a prevalecer como sedimento de todo esse saber médico, ao nível da sua fundamentação teórica⁶⁵⁹.

Quanto às artes liberais sofreram profundas mutações entre os séculos XII e XIII: a parte científica, constituída pelo quadrívio, sofreu avanços e desenvolvimentos assinaláveis, muitos deles beneficiando dos progressos tecnológicos que caracterizaram o tempo⁶⁶⁰. Do mesmo modo, o trívio foi grandemente revisto, senão na sua forma, pelo menos nos seus conteúdos⁶⁶¹. A retórica, como arte da persuasão, recuperou muito do seu interesse, dada a sua indisputada utilidade para o direito e para a pregação⁶⁶²; a gramática adquiriu um valor especulativo nunca antes alcançado, posta ao serviço da teologia⁶⁶³; mas foi a lógica que recebeu o maior e mais considerável dos impulsos, abrindo-se, por seu intermédio, o caminho à filosofia natural, enquanto sistema de análise preocupado com o estudo das proposições e dos seus membros componentes⁶⁶⁴.

Com este pano de fundo, foi possível reconstituir os principais interesses intelectuais para uma quantidade substancial dos letrados rastreados – fosse por virem expressos nos documentos, fosse por estarem noticiados em bibliografia de suporte, fosse por se acharem indícios suplementares apontando nessa direção, designadamente funções ocupadas implicando um saber assinalável, a posse de livrarias e a sua presença em certas localizações convergentes com as implantações de estudos gerais. Alguns destes dados sem revelarem expressamente traços de preparação escolar superior, de facto, sugerem-na. No geral, tratando-se de uma quantidade significativa de mestres para os quais foi possível estabelecer interesses formativos – mais de um terço do

⁶⁵⁸ SIRAISSI, Nancy - A faculdade de Medicina..., p. 361-364.

⁶⁵⁹ LEFF, Gordon - O «trivium» e as três filosofias..., p. 317.

⁶⁶⁰ LUSCOMBE, David - «Trivium», «quadrivium» and the organization of schools..., p. 81-100.

⁶⁶¹ IDEM, *ibidem*, p. 81-100.

⁶⁶² CAEIRO, Francisco da Gama - Ensino e pregação teológica..., p. 113-135.

⁶⁶³ VAN STEENBERGHEN, Fernand - *La philosophie au XIII^e siècle...*, p. 527-528.

⁶⁶⁴ ABBAGNANO, Nicolas - *Historia de la Filosofia. Vol. 1...*, p. 435-439.

universo, rondando a centena e meio de letrados – é tolerável extrapolar os resultados obtidos e estendê-los ao restante universo, em função do peso relativo da amostra⁶⁶⁵.

Assim, seguindo na exposição o esquema tradicional de divisão do saber medieval descrito, o estudo das artes liberais por parte de *magistri* ligados ao reino português está certificado para um conjunto não muito grande de situações, aquém da dezena e meia de casos⁶⁶⁶. Aparece como corpo de estudos frequentado autonomamente nos casos do bispo de Évora Durão Pais; do tesoureiro viseense João Soares; do arcediogo da sé de Braga, depois deão da arquidiocese, Pedro Gonçalves; do agostiniano Raimundo ligado ao mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra; e do bispo da sé da mesma cidade, Raimundo Ebrardo⁶⁶⁷.

Foi, no entanto, possível encontrar a preparação nas artes ditas livres cruzada com o estudo de outras disciplinas, nomeadamente com a teologia. Assim sucedeu com Frei Gil de Santarém, o cardeal João Fróis, o arcebispo João Peculiar, o bispo Nicolau da sé de Viseu e Pedro Julião, o papa eleito sob o nome de João XXI⁶⁶⁸. Algo de semelhante aconteceu com a medicina, outra área com quem a complementaridade com as artes liberais foi evidente, considerando as situações manifestadas. Uma formação conjunta nesses dois domínios teve por protagonistas um certo mestre Gil e o cónego Martinho da sé de Coimbra, além das figuras citadas de Frei Gil de Santarém e de Pedro Julião, indivíduos a quem se reconhece usualmente a posse de vários talentos e saberes⁶⁶⁹. Por seu turno, o arcebispo João Peculiar, outro indivíduo multifacetado, demonstrou um conhecimento articulado entre as artes liberais e o direito, do que é um caso singular, para além das valências de que também dispôs em teologia⁶⁷⁰.

As possibilidades de combinação das artes liberais com os vários ramos do saber vão ao encontro dos traços propedêuticos que se atribuem comumente aos estudos

⁶⁶⁵ Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 1, 6, 10, 12, 13, 19, 21, 28, 29, 31, 37, 39, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 61, 62, 64, 65, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 80, 83, 84, 85, 88, 91, 92, 94, 95, 97, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 124, 130, 132, 133, 138, 140, 141, 142, 145, 148, 151, 156, 157, 158, 160, 162, 163, 164, 169, 175, 176, 178, 181, 182, 183, 184, 185, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 197, 200, 202, 207, 208, 209, 211, 221, 224, 226, 232, 234, 236, 237, 239, 240, 241, 242, 244, 246, 247, 252, 256, 257, 258, 259, 261, 264, 266, 267, 268, 271, 275, 277, 278, 283, 285, 293, 295, 297, 306, 308, 318, 319, 322, 323, 326, 327, 332, 338, 341, 342, 343, 344, 347, 351, 352, 353, 355, 357, 362, 364, 365, 371, 374, 375, 376, 381, 383, 385, 386, 387, 392, 393, 398, 399, 400, 405, 409, 415, 416.

⁶⁶⁶ Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 29, 73, 103, 106, 188, 197, 202, 221, 277, 338, 342, 362, 364.

⁶⁶⁷ Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 73, 202, 338, 362, 364.

⁶⁶⁸ Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 106, 188, 197, 277, 342.

⁶⁶⁹ Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 103, 221, 106, 342.

⁶⁷⁰ Vid. Anexos, quadro 7, ficha prosopográfica 197.

artísticos, pois estes funcionavam amiúde como ponto de partida para estudos de outra magnitude. Essa característica iniciática das artes liberais, para que se alertou inicialmente, talvez explique, de forma paradoxal, as menções algo escassas existentes a seu respeito, por se valorizarem mais os estudos de direito, teologia e medicina, do que o tronco transversal que os suportava, mas cuja importância não deve ser desprezada, ao ponto de mostrar força suficiente para se autonomizar como campo de estudos por mérito próprio.

Independentemente desses juízos, as referências a mestres em medicina superaram bastante o número de graduados em artes liberais recenseados em território português. Situam-se na casa das quatro dezenas de indivíduos⁶⁷¹. Esse número relativamente elevado de práticos de medicina dependeu bastante da presença de físicos régios. Distribuíram-se pelos diferentes reinados, com maior incidência nos governos de D. Afonso II, D. Afonso III e D. Dinis. De resto, alguns dos médicos de reis identificados serviram mais do que um monarca.

A lista de letrados incumbidos de zelar pela saúde dos reis portugueses na época em questão incorporou, pois, um conjunto significativo de nomes, alguns dos quais conseguiram angariar grande prestígio. Do lote fizeram parte: mestre Amberto; o bispo Bartolomeu da sé de Silves; os mestres Domingos, Domingos das Antas e Domingos do Ferragial; o deão da sé de Coimbra Estêvão Moniz; Gil de Leiria; o bem conhecido Frei Gil de Santarém; o capelão da rainha Gonçalo Lever; um tal mestre João sobre quem pouco se conhece, e que pode muito bem ser o bispo lamecense do mesmo nome que aparece investido em idênticas funções; o capelão apostólico João Rol; mestre Martinho, tesoureiro da sé de Lisboa; o bispo egitanense de mesmo nome; os contemporâneos mestres Mendo e Mendo Fernandes, ambos ligados à sé de Lamego; um outro Mendo, arcediogo em Santarém; o prior vimaranense Pedro, também referido como cónego nas igrejas de Lisboa e de Braga; um outro mestre cujo nome se torna difícil de precisar, e que tanto pode ser Roberto ou Rodrigo; mestre Salvador; e ainda Vicente de Santarém⁶⁷². Um rápido olhar a estas notícias, apesar das sérias lacunas ao nível dos dados biográficos de alguns dos físicos régios, permite perceber que o campo

⁶⁷¹ Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 13, 19, 39, 50, 51, 53, 55, 71, 84, 88, 97, 103, 105, 106, 130, 160, 162, 163, 164, 169, 175, 182, 200, 221, 224, 226, 232, 236, 256, 261, 266, 267, 319, 342, 344, 352, 371, 381, 398, 415.

⁶⁷² Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 13, 19, 39, 53, 55, 84, 105, 106, 130, 160, 162, 200, 224, 236, 256, 261, 267, 319, 371, 381, 415.

de recrutamento preferencial desse contingente especializado na saúde dos monarcas ocorreu na esfera do clero secular, com vários elementos associados à diocese de Coimbra na condição de cónegos e dignitários, por sua vez acompanhados por alguns clérigos de Lamego, Lisboa e Braga. Também cistercienses foram mobilizados para a função, nomeadamente mestre Bartolomeu e mestre Domingos do Ferragial. O grupo integrou ainda indivíduos com conhecimentos médicos associados à colegiada de Sta. Maria de Guimarães. Algo intrigante é a ausência de cónegos regrantes de Sto. Agostinho do grupo, dada a apetência que costuma ser reconhecida aos agostinianos em geral para a prática da medicina.

Além destes indivíduos assinalados como médicos pessoais dos soberanos, há um número de físicos descritos simplesmente como tal, sem mais, ou associados a outros tipos de serviço, como mestre João que foi reitor da igreja de Sto. Estêvão de Alfama e é apresentado como físico da rainha, ou Pedro Julião, o papa João XXI, que repete a presença na lista, mas na qualidade de físico apostólico⁶⁷³. O grupo de praticantes de medicina identificados na condição de homens de saber fica completo com a menção a dois Domingos, um dos quais foi porcionário na sé de Braga; a Durão, reitor da igreja de Abiul; ao cónego bracarense Fernando; e a um outro cónego, mas este ligado à sé de Viseu, chamado Garcia; a um mestre Gil, para quem há escassez de notícias; aos capitulares de Coimbra João André e João Domingues; a mais dois mestres de nome próprio João, um dos quais provavelmente terá sido clérigo na sé de Lamego; ao prior Martinho da colegiada de Sta. Maria de Guimarães; a dois homónimos deste último, ambos com serviço prestado na diocese de Coimbra; a Mendo Dias, cónego regrente em Sta. Cruz de Coimbra; ao agostiniano Pedro Peres, canónico no mosteiro de S. Vicente de Fora; e a Soeiro Teodoniz, abade do mosteiro de Maceira Dão⁶⁷⁴.

Este segundo grupo de físicos assinalados como mestres vem sublinhar a forte implantação de médicos na área de Coimbra, já assinalada entre os físicos régios, aqui acrescentada por mais alguns diocesanos e por um regrente do mosteiro de Sta. Cruz. A tal aptidão para a prática médica dos cónegos agostinianos aparece um pouco mais exposta entre estes homens, pois soma-se à presença do crúzio Mendo Dias a do vicentino Pedro Peres. De resto, com presença episódica, mas não menos significativa,

⁶⁷³ Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 163, 342.

⁶⁷⁴ Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 50, 51, 71, 88, 97, 103, 175, 182, 164, 169, 226, 221, 232, 266, 344, 352, 398.

persistem nomes ligados à colegiada de Sta. Maria de Guimarães e às sés de Braga e de Lamego, com a novidade de aparecer entre o lote de físicos, um associado à catedral de Viseu e um outro reitor da igreja de Sto. Estêvão de Alfama.

Tanto quanto parece, a teologia dispôs igualmente de uma expressão apreciável de conhecedores entre o corpo de letrados do reino, muito paritária com os valores apresentados pelos peritos em medicina, aproximando-se bastante das quatro dezenas de teólogos⁶⁷⁵. Em qualquer circunstância, o impacto da disciplina foi muito mais considerável ao nível do clero regular do que do clero secular implantado no território português. Para tal muito terá contribuído a vaga mendicante que varreu a Europa cristã no século XIII, e que também se abateu sobre o reino⁶⁷⁶, assim como o interesse nas matérias doutrinárias revelado pelos cónegos regantes de Sto. Agostinho, em particular pelos filiados no mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra, de que há provas desde o século anterior⁶⁷⁷. Por contraste, exclusivamente ligados ao ramo secular da igreja portuguesa são muito poucos os exemplos colhidos de teólogos graduados, e quando existem referem-se quase sempre a prelados, alguns dos quais eram, na verdade, oriundos do mundo claustral antes de serem sagrados.

Visando em primeiro lugar os teólogos observantes de regras monásticas, interessa relevar o facto das ordens franciscana e dominicana, mais precocemente a segunda do que a primeira, desde muito cedo terem valorizado a aquisição de conhecimentos para o desenvolvimento das missões prosseguidas⁶⁷⁸. No essencial, essas missões estavam centradas na pregação, com o objetivo de moralizar os costumes, no

⁶⁷⁵ Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 6, 12, 21, 52, 54, 61, 92, 95, 102, 106, 124, 133, 178, 188, 190, 192, 193, 195, 197, 211, 240, 241, 247, 252, 266, 277, 283, 285, 293, 308, 322, 326, 342, 351, 352, 374, 375, 376.

⁶⁷⁶ Sobre a presença dominicana em Portugal no período, são do maior interesse os estudos feitos por António do Rosário. Vid. ROSÁRIO, António do - Dominicanos e o livro..., p. 175-186; IDEM - Frades pregadores em intercâmbio peninsular..., p. 1251-1272; IDEM - Letrados dominicanos em Portugal..., p. 566-567; IDEM - Pergaminhos dos Conventos Dominicanos. 1ª série: Elementos de interesse para o estudo geral português...; IDEM - Pergaminhos dos Conventos Dominicanos: Elementos de interesse para a história da arte..., p. 345-370. Quanto à presença franciscana em Portugal na Idade Média constituem referência os trabalhos deixados por Fernando Félix Lopes. Vid. LOPES, Fernando Félix - As escolas franciscanas portuguesas de 1308 a 1517..., p. 79-98; IDEM - Breves notas a dois documentos..., p. 366-370; IDEM - Das actividades políticas e religiosas de D. Fr. Estêvão..., p. 95-152; IDEM - Escolas públicas dos franciscanos..., p. 353-370; IDEM - Fontes Narrativas..., p. 1-256. Id - Franciscanos..., p. 72-73; IDEM - Franciscanos de Portugal antes de formarem província independente..., p. 1-92; IDEM - Franciscanos portugueses pretridentinos..., p. 451-508.

⁶⁷⁷ GOMES, Saul António - Os Cónegos Regrantes. In *História religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 1: *Formação e limites da cristandade*. Coord. A. M. Jorge e A. M. Rodrigues. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000-2002, p. 222-228.

⁶⁷⁸ ROSÁRIO, António do - Dominicanos e o livro..., p. 175-186.

que adotavam diferentes estratégias⁶⁷⁹, e na conversão, animada por um ardoroso espírito proselitista e missionário⁶⁸⁰ – atividades onde o saber bíblico e doutrinal se assumia como um instrumento indispensável⁶⁸¹. As pregações apostólicas realizadas pelos mendicantes exigiam, por conseguinte, um aparato oratório grande, aliado a qualidades retóricas apreciáveis. Recorreram sobretudo na sua mensagem aos quadros exemplares do *Antigo Testamento* e à vida modelar de Cristo, bem como às parábolas que deixou⁶⁸². Daí a suma importância concedida aos aspetos teológicos nas escolas conventuais das duas congregações religiosas. Um tipo de ensino, na verdade, muito específico, conduzido por lentes devidamente habilitados ao efeito, na sua maior parte enviados às universidades do período a fim de recolher esse saber, que deviam retransmitir depois aos escolares sob a sua alçada⁶⁸³.

Os casos conhecidos de mendicantes situados em solo português, visaram, na sua maioria, o estudo geral parisiense, que era o principal polo teológico do tempo, o palco dos grandes debates doutrinários e das principais querelas teológicas, de resto muito infiltrado por dominicanos⁶⁸⁴. Terão figurado numa segunda linha de interesse os estudos gerais de Oxford e de Cambridge, cuja entrada em funções se processou num momento um pouco mais tardio, e de cujo interesse pela sua frequência só há provas evidentes a partir do século XIV por parte dos mendicantes portugueses⁶⁸⁵, embora esse interesse tenha começado provavelmente a despontar antes. Uma prova inequívoca da preponderância concedida ao saber pela ordem dos Pregadores e pela ordem dos Frades Menores foi a anexação dos respetivos *studia* às universidades para aí se realizar o ensino da doutrina⁶⁸⁶.

Olhando às filiações dos mestres e doutores em teologia que atuaram no reino, verifica-se que o contingente associado à congregação franciscana incluiu mestre Aires,

⁶⁷⁹ MATTOSO, José - Estratégias de pregação no século XIII. In *Fragments de uma composição medieval*. Lisboa: Estampa, 1987, p. 191-203.

⁶⁸⁰ CAEIRO, Francisco da Gama - *Santo António de Lisboa*. Vol. 1..., p. 105-109.

⁶⁸¹ HERRERO, José Sánchez - Catequesis y predicación. In *Historia de la acción educadora de la iglesia en España*. Dir. B. B. Martínez. Vol. 1: *edades antigua, media y moderna*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995, p. 204-233.

⁶⁸² ANTUNES, José - *A cultura erudita portuguesa nos séculos XIII e XIV*..., p. 76-77.

⁶⁸³ LOPES, Fernando Félix - *Escolas públicas dos franciscanos*..., p. 365.

⁶⁸⁴ GILSON, Étienne - *La philosophie au Moyen Âge*..., p. 391-399.

⁶⁸⁵ RUSSEL, Peter E. - Medieval Portuguese students at Oxford University. In *Portugal, Spain and the african Atlantic (1343-1490): chivalry and crusade from John of Gaunt to Henry the Navigator*. Aldershot: Variorum, 1995, p. 183-191.

⁶⁸⁶ AZTALOS, Monika - A faculdade de teologia. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 416-418.

membro dos menoritas de Lisboa⁶⁸⁷; o penitenciário pontifício e bispo de Silves Álvaro Pais⁶⁸⁸; Sto. António, que antes de vestir o hábito franciscano foi cônego regente no mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra⁶⁸⁹; Francisco de Coimbra⁶⁹⁰; João Martins⁶⁹¹; o ministro provincial João Gil de Zamora⁶⁹²; o seu homólogo Martinho Mendes⁶⁹³; e ainda mestre Mateus⁶⁹⁴. Por seu lado, da esfera dominicana proveio um número ligeiramente maior de teólogos certificados: Bartolomeu Eanes e Gonçalo de Guimarães, filiados no convento vimaranense da ordem⁶⁹⁵; Domingos Bom e Rodrigo Esteves, ligados à casa portuense⁶⁹⁶; Domingos de Santarém, Frei Gil de Santarém, Pedro Pais e o vigário-geral da ordem Rodrigo Peres de Elvas, todos oriundos do convento escalabitano⁶⁹⁷; mestre Lopo, com vínculo ao convento de Coimbra⁶⁹⁸; o prior claustral e testamenteiro régio Geraldo Domingues, e P. de Alquerio, ambos professores no convento de S. Domingos de Lisboa⁶⁹⁹. É interessante observar a dispersão do contingente de mestres e doutores pelos novos conventos, o que pode revestir um importante significado cultural em termos dos programas e orientações de cada uma das ordens.

É de notar que o título de doutor suplantou o de mestres entre os mendicantes referenciados como teólogos. Tratou-se de um fenómeno mais ou menos vulgarizado no tempo, pois existiu genericamente uma preferência pelo título doutoral face ao magistral como forma de nomear os licenciados na *Sacra Pagina*, ainda que ambos tivessem um conteúdo idêntico do ponto de vista formal⁷⁰⁰. Por outro lado, há que acautelar a possibilidade de nem todos os lentes presentes nos estudos conventuais de mendicantes terem frequentado estudos gerais e recebido a *licentia ubique docendi*. É de admitir que alguns possam ter beneficiado desse tratamento por analogia com os lentes recetores de formação universitária, que seriam a regra. Nesse caso, tratar-se-á do típico fenómeno

⁶⁸⁷ Vid. Anexos, quadro 7, ficha prosopográfica 6.

⁶⁸⁸ Vid. Anexos, quadro 7, ficha prosopográfica 12.

⁶⁸⁹ Vid. Anexos, quadro 7, ficha prosopográfica 92.

⁶⁹⁰ Vid. Anexos, quadro 7, ficha prosopográfica 95.

⁶⁹¹ Vid. Anexos, quadro 7, ficha prosopográfica 192.

⁶⁹² Vid. Anexos, quadro 7, ficha prosopográfica 190. Sobre João Gil de Zamora vid. Anexos, quadro 33.

⁶⁹³ Vid. Anexos, quadro 7, ficha prosopográfica 240.

⁶⁹⁴ Vid. Anexos, quadro 7, ficha prosopográfica 247.

⁶⁹⁵ Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 21, 124.

⁶⁹⁶ Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 52, 375.

⁶⁹⁷ Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 54, 106, 351, 376.

⁶⁹⁸ Vid. Anexos, quadro 7, ficha prosopográfica 211.

⁶⁹⁹ Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 283, 102.

⁷⁰⁰ VERGER, Jacques - Os professores..., p. 143-145.

de confusão entre título e função, que parece ter ocorrido de forma simétrica em relação ao grau de mestre e à posição de mestre-escola nas sés, nas igrejas paroquiais e colegiadas, promovendo uma assimilação equívoca de realidades em si mesmo diferenciadas, embora tendencialmente sobreponíveis.

Como aconteceu com os mendicantes, também os regrantes portugueses assumiram a teologia como uma das suas principais prioridades, muito por força da sua inscrição no circuito de mosteiros agostinianos polarizados em torno da abadia de S. Vítor de Paris. Uma abadia que no século XII se situou entre os grandes centros de conhecimento da Cristandade, e era especialmente versada na interpretação doutrinal, cabendo-lhe fortes responsáveis na imposição de novas atitudes espirituais, em linha com o reavivar do fulgor místico que a época assistiu⁷⁰¹. Graças à rede de contatos e de ligações estabelecidas entre as casas agostinianas, terá sido possível veicular o ingresso de alguns regrantes originários do reino na direção do estudo geral parisiense, ou, pelo menos, assegurar algumas visitas de agostinianos do território à referida abadia, onde terão privado com um conhecimento profundo da teologia⁷⁰².

Cónegos regrantes do mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra com formação teológica foi possível assinalar os seguintes indivíduos: o citado Sto. António, que mais tarde se veio a filiar na congregação dos frades menores; o cardeal bispo sabinense João Fróis; o prior crúzio João Pais; o arcebispo João Peculiar, que no início da sua carreira eclesiástica serviu como cónego regrante na casa de Coimbra; o prepósito, mais tarde elevado a prior, Martinho Pais; o mestre Mendo que subiu a prior do mosteiro de Sto. Isidoro de Leão, depois de ter estanciado no instituto mondeguino da ordem; Mendo Dias; o bispo eborense Paio; e ainda mestre Pedro Alfarde, que foi presbítero, prior crasteiro e prior do mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra, tendo-se destacado ainda como “cronista régio”⁷⁰³.

Por sua vez, teólogos consagrados com atuação na filial regrante de S. Vicente de Fora encontraram-se mestre Gregório; o bispo Nicolau da sé de Viseu; o já referido bispo Paio da diocese de Évora, que teve passagens quer pela casa agostiniana de Lisboa quer pela de Coimbra; o prior mestre Pedro; e um outro Pedro, este de

⁷⁰¹ CHENU, M.-D. - *Civilization urbaine et théologie. L'école de Saint-Victor au XII^e siècle. Annales*, 5 (1974) 1253-1263.

⁷⁰² CAEIRO, Francisco da Gama - *Santo António de Lisboa. Vol. 1*, p. 69 e ss.

⁷⁰³ Vid. Anexos, quadro 7, ficha prosopográfica 92, 188, 195, 197, 241, 252, 266, 285, 322.

patronímico Peres⁷⁰⁴. À margem dos dois principais institutos agostinianos portugueses, encontra-se ainda um teólogo de formação com ligações ao mosteiro regente de Sta. Marinha da Costa: o reputado Paio Galvão, que chegou a cardeal da Cúria romana⁷⁰⁵. Neste lote de regentes, verificou-se uma presença forte de bispos⁷⁰⁶, priores e priores crasteiros⁷⁰⁷, e até de cardeais⁷⁰⁸, o que mostra a teologia como uma importante base para construir estratégias de carreira no seio da congregação agostiniana. Olhando à cronologia, os nomes identificados apontam para uma forte presença de teólogos no mundo regente português no final do século XII, tendência ainda muito expressiva no início do seguinte, mas completamente esbatida na segunda metade da centúria ducentista, onde só se consegue divisar um letrado da ordem versado na doutrina: mestre Gregório, de S. Vicente de Fora. Tal pode estar relacionado com um progressivo ocaso da congregação do ponto de vista cultural.

Ao mundo regular pertenceu igualmente o teólogo Pedro de Espanha, embora fosse proveniente de uma família religiosa bem diferente: os beneditinos reformados da ordem de Cister⁷⁰⁹. Apesar da falta de provas inequívocas a esse respeito deverá ter sido um elemento afeto à abadia de Sta. Maria de Alcobaça, que era a grande casa dos bernardos em solo português. Trata-se de uma presença cisterciense meramente vestigial entre os formados em doutrina, e nesse sentido algo difícil de compreender, pois seria de esperar uma comparência mais compacta dos filiados na ordem no seio do grupo de teólogos, em razão da atenção dedicada ao tema pelos seus membros. Um interesse de que, por exemplo, a livraria mantida no mosteiro alcobacense dá conta⁷¹⁰, e que foi testemunhado pela figura tutelar da ordem, Bernardo de Claraval, um emérito teólogo e pregador⁷¹¹.

Apesar da predominância claustral de teólogos encartados face aos demais religiosos atuantes no reino, é possível vislumbrar, a espaços, conhecedores da *Sacra Pagina* com carreiras desenvolvidas ao nível do ramo secular da igreja portuguesa. Vejam-se, então, os casos do bispo Domingos Eanes Jardo, que foi cónego da sé de

⁷⁰⁴ Vid. Anexos, quadro 7, ficha prosopográfica 133, 277, 285, 308, 352.

⁷⁰⁵ Vid. Anexos, quadro 7, ficha prosopográfica 293.

⁷⁰⁶ Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 188, 197, 277, 285, 355, 399, 409.

⁷⁰⁷ Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 195, 241, 252, 277, 285, 308, 322.

⁷⁰⁸ Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 188, 293.

⁷⁰⁹ Vid. Anexos, quadro 7, ficha prosopográfica 326.

⁷¹⁰ Vid. Anexos, quadro 7, ficha prosopográfica 326.

⁷¹¹ Sobre Bernardo de Claraval, vid Anexos, quadro 33.

Évora antes de assumir os episcopados em Évora e em Lisboa; do arcediogo da catedral lisboeta João de Deus; do cônego das sés de Coimbra e de Lisboa, João Martins de Soalhães, mais tarde prelado em Lisboa e metropolitano em Braga; e do papa João XXI, que foi dignitário nas mesmas dioceses bracarense e lisiponense, antes de aceder à posição de sumo pontífice⁷¹².

Este quadro de teólogos mostra uma grande representatividade da comunidade agostiniana no grupo, com mais de um terço dos mestres e doutores versados nas *Sagradas Escrituras*, valor de que se aproxima bastante a ordem dominicana, representando, por sua vez, os franciscanos cerca de um quinto do universo dos letrados. De algum modo, regista-se uma certa complementaridade cronológica, com os cônegos regulares a perderem gradualmente relevância no núcleo teológico, perda essa compensada pelos mendicantes, que adquiriram um crescente e rápido protagonismo desde a sua implantação. Por outro lado, muito significativamente apenas um décimo dos teólogos é associável ao clero secular. Menos expressivo só o caso cisterciense, que, na sua exiguidade, está de acordo com o curto lote de letrados que foi possível ligar à congregação, mas nisso mostrando um grande desfasamento com as orientações gerais dos cistercienses portugueses, cuja cultura teológica está bem representada na livreria mantida pela comunidade de Alcobaça.

Não obstante o interesse disseminado pelos vários campos do saber, o grande foco das preferências dos letrados do reino recaiu sobre as matérias jurídico-legais⁷¹³. Mais de metade dos indivíduos a quem foi possível determinar, ou estimar com grau apreciável de certeza, a natureza das suas preocupações intelectuais preferiu dedicar a sua atenção ao direito, embora nem sempre esse interesse se tenha verificado de modo exclusivo. Em forte contraste com o verificado acerca da teologia, a requisição de formação jurídica fez-se sentir, com muito maior intensidade, junto da hierarquia religiosa secular do que no ramo monástico.

Legisladores, juízes, juristas, causídicos, procuradores, representantes diplomáticos – tudo ocupações que se relacionam, a diferentes níveis, com as questões

⁷¹² Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 61, 178, 193, 342.

⁷¹³ Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 1, 10, 12, 28, 29, 31, 37, 57, 61, 62, 65, 68, 72, 74, 75, 80, 84, 85, 91, 92, 102, 104, 105, 109, 132, 138, 140, 141, 142, 145, 148, 151, 156, 157, 158, 176, 178, 181, 183, 184, 185, 189, 193, 194, 197, 200, 207, 208, 209, 224, 234, 237, 239, 242, 244, 246, 257, 258, 259, 264, 267, 268, 271, 275, 278, 285, 295, 297, 306, 318, 323, 327, 332, 341, 343, 347, 353, 355, 357, 365, 383, 385, 386, 387, 392, 393, 399, 400, 405, 409, 416.

de âmbito judicial e legal – acumularam-se no período em causa, fora e dentro do território português. Esse foco no direito e a multiplicação dos seus atores resulta, como é evidente, das alterações conjunturais e das necessidades de ajustamento supervenientes, numa época marcada por um profundo adensamento e complexificação do tecido social. Então, agitavam-se questões velhas, a que se juntaram questões novas, no seu conjunto exigindo normas, diretivas, pareceres, regulação, enquadramento, tabelamento, ordenação, quadros punitivos e compensatórios. Jogava-se, ao mais alto nível, a questão da emanção e prevalência dos poderes, opondo Igreja e Século, o mesmo é dizer Papado, Império e reinos emergentes⁷¹⁴; enxameavam a época querelas políticas, questões jurisdicionais e contenciosos patrimoniais⁷¹⁵; e as guerras procuravam justificar-se com argumentos que lhes pudessem valer a reputação de justas ou de santas, a fim de obter a sua legitimação⁷¹⁶.

Neste quadro genérico, o reino português não constituiu exceção, batido por fenómenos externos que se repercutiam nele, acrescentados por problemas específicos, resultantes da sua condição periférica, ao ser palco, como toda a restante Península Ibérica, de um enfrentamento étnico, político, religioso e cultural, que foi, ao mesmo tempo, um confronto e um diálogo de civilizações⁷¹⁷. Por um lado, o território apresentou uma geometria muito variável, dificultando o enquadramento das populações, nesse sentido exigindo dispensa de privilégios e incentivos juridicamente regulados, cristalizados em cartas de foral ou na concessão de doações, como forma de assegurar e proteger o povoamento em posições fronteiriças⁷¹⁸. Por outro lado, as posições entre a Coroa e o clero português eram extremamente voláteis, dependendo das variáveis e interesses em jogo, ora favorecendo concertações, ora promovendo afastamentos e cisões, em função dos alinhamentos políticos e eclesiásticos momentâneos⁷¹⁹. Entretanto, os próprios institutos religiosos implantados no território

⁷¹⁴ FERNANDES, Fátima Regina - A recepção do direito romano no ocidente europeu medieval..., p. 74.

⁷¹⁵ LE GOFF, Jacques - *A civilização do Ocidente medieval. Vol. 1...*, p. 130-140.

⁷¹⁶ CONTAMINE, Philippe - *La guerra en la Edad Media...*, p. 352-355.

⁷¹⁷ FERNANDES, Hermenegildo - *Entre mouros e cristãos: a sociedade de fronteira no sudoeste peninsular interior (séculos XII-XIII)*. Tese de doutoramento em história medieval Letras apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa Coimbra. Lisboa: [s.n.], 2000.

⁷¹⁸ MARQUES, José - Os municípios portugueses dos primórdios da nacionalidade ao fim do reinado de D. Dinis. Alguns aspectos. *Separata da Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. 10 (1993) 82-86.

⁷¹⁹ MATTOSO, José; SOUSA, Armindo de - A consolidação da monarquia e a unidade política. In *História de Portugal*. Dir. José Mattoso. Vol. 2: *A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Coord. J. Mattoso. Lisboa: Estampa, 1993, p. 282-286.

digladiavam-se entre si, na competição por poder, por espaços, por competências. Veja-se que a entrada de franciscanos e dominicanos no reino não foi isenta de problemas com o clero local, assumindo particular gravidade os enfrentamentos havidos em Guimarães e no Porto, no tocante à ordem de S. Francisco, e ainda no Porto, no caso dos pregadores⁷²⁰. As dioceses debatiam-se entre si, com grande insistência, pelo aumento de territórios sob sua administração⁷²¹, sendo que o clero regular e o clero secular também disputavam mutuamente privilégios, como aconteceu frequentemente em Coimbra, entre a sé da cidade e o mosteiro de Sta. Cruz⁷²². Já a monarquia tinha ambições e estender a sua influência e governo, de modo a reafirmar a força crescente face ao Papado, à Igreja local e aos reinos peninsulares rivais⁷²³. A posse de terras assumia-se, por sua vez, como o bem mais ambicionado, objeto de ríspidas disputas e usurpações, típicas de sociedades predominantemente agrárias, atingindo as disputas talvez uma maior intensidade do que se verificava em outras paragens, dada a sua exiguidade e as dificuldades relativas à sua manutenção em zonas de liminaridade⁷²⁴. E também as proximidades interpessoais motivadas pelo desenvolvimento urbano cresceram, e, com elas, os focos de tensão e conflito⁷²⁵. Mas, de forma paradoxal, ao mesmo tempo, dinamizaram-se as redes de solidariedade e a criação de laços, umas e outras exigindo estruturação, codificação, condições precisas de relacionamento⁷²⁶; e a jusante de tudo isto, uma pronta fiscalização, de que as inquirições régias são o melhor exemplo⁷²⁷. Tudo somado, os litígios nestas circunstâncias resultaram exponenciais, exigindo um corpo capaz e numeroso de juristas para responder às solicitações crescentes.

⁷²⁰ MARQUES, Maria Alegria Fernandes - O clero: homens de oração e de acção..., p. 232-233.

⁷²¹ NOGUEIRA, Bernardo de Sá - O espaço eclesiástico em território português. In *História religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 1: *Formação e limites da Cristandade*. Coord. A. M. Jorge, A. M. Rodrigues. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000-2002, p. 142-201.

⁷²² *Livro preto: cartulário da sé de Coimbra*. Ed. M. A. Rodrigues. Dir. científica A. J. da Costa. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 199, p. CLXXIX.

⁷²³ BRANCO, Maria João Violante - *Poder real e eclesiásticos...*, p. 560-561.

⁷²⁴ FERNANDES, Hermenegildo - *Entre mouros e cristãos...*

⁷²⁵ COELHO, Maria Helena da Cruz - Concelhos. In *Nova história de Portugal*. Dir. J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 3: *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): do condado portugalense à crise do século XIV*. Coord. M. H. da Cruz Coelho e A. L. de Carvalho Homem. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 560.

⁷²⁶ MATTOSO, José - Introdução à história urbana portuguesa. In *Cidades e história*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992, p. 9-20.

⁷²⁷ KRUS, Luís - Escrita e poder: as inquirições de D. Afonso III. *Estudos medievais*. 1 (1981) 59-79.

A noção de que tudo era esfera do direito, de que tudo haveria de conformar às leis e à justiça, de que um sistema se baseava num complexo de leis sociais, de direitos e deveres, de que as ações tinham consequências, de que as vontades teriam de ser formalizadas, irrompeu, portanto, com enorme força no século XII e recrudescu de importância na centúria seguinte. Formalmente, o direito manifestou-se de múltiplas maneiras na sociedade: na redação de atos comerciais, na diplomacia, na redação de portarias régias, na lavra de bulas apostólicas, na exteriorização de vontades particulares, nas constituições eclesiásticas, na ordenação das sociedades e das confrarias, na delegação de responsabilidades, na emissão de foros, entre tantos outros exemplos.

A fundação de estabelecimentos de ensino dedicados às questões de carácter legal, mais espontânea ou mais dirigida, com Bolonha a liderar todos os que se lhe seguiram em precedência, originalidade e influência, foi uma das respostas da sociedade a essa multitude de experiências que requeriam respostas normativas, e a eles acorreram muitos escolares portugueses⁷²⁸. Efeito de um mundo em transformação, mas também sua origem, pois a implantação desta rede de escolas subordinadas ao direito, ou de estudos com faculdades dedicadas a ele, fez explodir a codificação e a implementação de normas e regras e alertou para a necessidade de incluir juristas nos quadros institucionais, a título público ou privado, num funcionamento típico do dínamo ou da roda dentada: a produção de direito a ser alimentada pelas necessidades de regulamentação, as quais geravam, com força redobrada, novas necessidades legislativas. Daí tantos letrados do reino estarem equipados com preparação jurídico-legal, aos quais se deverão juntar potencialmente alguns outros, formados dentro desse mesmo quadro axiológico, entre os vários mestres a quem não foi possível atribuir matérias de estudo.

Entre os juristas relacionados com o reino é particularmente difícil distinguir os canonistas dos civilistas, logo estabelecer a proporção de peritos nos dois ramos legais. A dilucidação foi agravada na medida em que, por vezes, a indicação de certos indivíduos como peritos em direito parece valer como um atestado de um conhecimento genérico, envolvendo quer a instância canónica quer a romana, mas, em outros casos,

⁷²⁸ Vid. Anexos, quadros 8, 9.

parece ser usado em conformidade com um campo semântico bem mais restrito, estando o seu uso circunscrito aos estudiosos de direito civil.

Seja como for, por norma, a identificação da relação dos mestres com cada um dos ramos legais foi pouco relevada na documentação ou na bibliografia, que optou quase sempre pela designação genérica de graduados, ou peritos, em direito. Talvez esse facto, em si mesmo, seja revelador de uma atitude da época, valorizadora do saber jurídico em geral, e não tanto das suas expressões concretas, aplicadas. Pela reduzida amostra, o número de canonistas⁷²⁹ parece, no entanto, ser mais expressivo do que o de civilistas⁷³⁰, ainda que por escassa margem. Os números recolhidos são, todavia, demasiado baixos para daí se inferir uma tendência firme. De qualquer forma, não é estranho que assim se passasse, ou seja, que o número dos primeiros ultrapassasse o dos segundos: em primeiro lugar, pela grande penetração de religiosos no contingente de legalistas, como acontecia nas restantes áreas do saber – um lote de personalidades que haveria, por maioria de razões, de valorizar o conhecimento dos cânones sobre as matérias civis. Depois, e mais importante, porque, como referido antes, o direito canónico tinha uma flexibilidade muito maior e uma grande prática contingencial; ou seja, uma versatilidade, uma adaptabilidade e uma amplitude de aplicações, que o direito romano nunca poderia ter, atendendo à transposição quase direta que dele foi feita na baixa medievalidade, sem grandes alterações ao uso feito em tempos imperiais. Em todo o caso, era possível e até relativamente corrente a acumulação dos dois ramos do saber, pelo que vários destes indivíduos seriam seguramente conhecedores dos dois direitos.

A ilustrar o conhecimento de direito canónico há o capelão apostólico Bernardo Eanes, o chantre da sé de Coimbra Guilherme de Goudou de Roqueforte e o deão da mesma catedral Julião Juliães; do mesmo modo testemunham-no mestre Mendo, o chantre portuense depois nomeado bispo de Osma, e o iminente mestre Vicente, que ao longo do seu percurso conheceu nomeações para os lugares de chanceler régio e de bispo da Guarda⁷³¹. Entre o grupo de civilistas indiscutíveis contam-se o procurador régio mestre Lanfranco de Milão e o capelão cardinalício Raimundo Lourenço⁷³². Ao passo que o bispo Álvaro Pais e o arcebispo João Martins de Soalhães figuram como

⁷²⁹ Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 28, 138, 207, 259, 409.

⁷³⁰ Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 209, 365.

⁷³¹ Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 28, 138, 207, 259, 409.

⁷³² Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 209, 365.

casos paradigmáticos de indivíduos com conhecimentos em *utriusque iuris*⁷³³, ou seja, versados nos dois direitos, o que talvez justifique em parte o brilho das suas carreiras⁷³⁴.

Regista-se, sem surpresa, que, entre os letrados, o direito se tenha cotado como a grande prioridade formativa dos elementos mais próximos do rei, dado o valor do conhecimento em matérias legais para os burocratas da administração régia e, por arrastamento, para os procuradores e representantes da Coroa. Juristas achados no âmbito do desembargo régio foram os chanceleres e notários régios Alberto Eite, Domingos Eanes Jardo, Fernando Eanes de Portocarreiro, Julião Pais e mestre Vicente⁷³⁵. A par destes, também versados em direito, figuraram os corretores régios Bolonil, Estêvão Eanes de Vasconcelos e Tomé Gonçalves⁷³⁶.

Por sua vez, procuradores ou advogados régios reconhecidos como peritos em leis, há os casos conhecidos do dignitário Domingos Esteves de Vermoim; dos arcebispos Gonçalo Pereira, Silvestre Godinho e João Martins de Soalhães; de Lanfranco de Milão; dos bispos da sé de Lisboa Mateus e Soeiro Viegas; de mestre Pedro, mestre-escola da catedral de Coimbra; do cônego Pedro Vicente; do tesoureiro Tomé Gonçalves; do bispo egitaniense mestre Vicente; e de Vicente Mendes, outro prelado, mas ligado à igreja portuense⁷³⁷.

A lista de juristas com relações próximas à corte portuguesa foi ainda mais extensa, pois incluiu vários outros indivíduos classificados na documentação como clérigos do rei, capelães reais e conselheiros régios, mas a sua dimensão tornaria morosa a respetiva enumeração, sendo que alguns indivíduos repetem presenças, pois foram chamados a desempenhar várias funções. Em grandes linhas, o que se pode apurar sobre a generalidade dos peritos direito que prestaram apoio legal à monarquia remete, por um lado, precisamente para a acumulação de cargos e de funções a que foram chamados a responder, e que nem sempre se esgotou nos aspetos jurídicos; e, por outro lado, de um ponto de vista cronológico, observa-se, entre o corpo de juristas entrados ao serviço régio, uma presença gradualmente mais massiva na documentação, quando se transita do século XII para o seguinte, e daí para o século XIV.

⁷³³ LEGENDRE, Pierre - *Ecrits juridiques du Moyen Âge occidental*. Londres: Variorum, 1988, p. 915

⁷³⁴ Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 12, 193.

⁷³⁵ Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 10, 61, 91, 208, 409.

⁷³⁶ Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 29, 80, 405.

⁷³⁷ Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 62, 132, 386, 193, 209, 246, 399, 306, 357, 405, 409, 416.

Para o que já se foi dando pistas, constata-se que alguns dos indivíduos cujas habilitações literárias se estabeleceram com relativa segurança exibiram sinais de preparação dupla, ou mesmo tripla. Desse ponto de vista, a especialização não representou, na época, um valor positivo em si mesma. As combinações encontradas foram as mais variadas: direito e medicina, como atestam Estêvão Moniz, Gil de Leiria, João Rol, mestre Martinho e Mendo Fernandes⁷³⁸; medicina e teologia, visíveis nos exemplos de Mendo Dias e Pedro Peres⁷³⁹; medicina e artes liberais, campos em que se notabilizaram mestre Gil e mestre Martinho⁷⁴⁰; artes liberais e teologia, como se pode observar em relação a João Fróis e mestre Nicolau⁷⁴¹; artes, medicina e teologia, matérias em que se destacaram Frei Gil de Santarém e Pedro Julião⁷⁴²; teologia e direito, conjunto de conhecimentos ilustrados por Álvaro Pais, Domingos Eanes Jardo, Sto. António, Geraldo Domingues, João de Deus, João Martins de Soalhães e mestre Paio⁷⁴³; ou mesmo artes, direito e teologia, conhecimentos obtidos por João Peculiar⁷⁴⁴. Isso sugere alguma versatilidade nos percursos formativos, cuja explicação se pode procurar numa diversificação das opções de estudo, tornada possível pela modalidade da *peregrinatio* académica, que permitia aos escolares irem completando os seus conhecimentos através do trânsito entre instituições de ensino⁷⁴⁵; ou por uma acumulação sucessiva de graus obtidos na mesma instância, como parece ter acontecido em relação a vários dos mestres que atuaram no reino; eventualmente, pelo recurso ao autodidatismo, como forma dos letrados preencherem interstícios nos seus conhecimentos, suscitadas por inquietações intelectuais ou por exigências específicas reclamadas pelo ingresso em certas funções. Terá valido, nesses casos, o apelo a manuscritos contidos em livrarias particulares ou nas bibliotecas das instituições a que estavam vinculados esses homens.

Numa breve síntese, o cenário traçado para o território, por parte da elite cultural de época, em termos das preferências por campos de estudo, revela uma tremenda valorização do estudo do direito. As questões legais preencheram a atenção de mais de metade dos indivíduos aos quais foi possível prognosticar formação escolar. A medicina

⁷³⁸ Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 84, 105, 200, 224, 267.

⁷³⁹ Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 266, 352.

⁷⁴⁰ Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 103, 221.

⁷⁴¹ Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 188, 277.

⁷⁴² Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 106, 342.

⁷⁴³ Vid. Anexos, quadro 7, fichas prosopográficas 12, 61, 92, 102, 178, 193, 285.

⁷⁴⁴ Vid. Anexos, quadro 7, ficha prosopográfica 197.

⁷⁴⁵ RIDDER-SYMOENS, Hilde de - A mobilidade..., p. 279-281.

e a teologia, em parâmetros muito semelhantes entre si, concitaram o interesse da quase totalidade dos restantes indivíduos, com cerca de um quarto dos letrados a receberem preparação médica e praticamente um número idêntico a ser iniciado no conhecimento da doutrina. Resta, no final, uma proporção bastante baixa de *homines sapientes* versados nas artes liberais de forma isolada, mas tal pode constituir um dado enganador, mascarado e até bastante distorcido pelo papel específico desempenhado pelos estudos artísticos à luz do esquema intelectual vigente no tempo. Nesse sentido, é justo sublinhar a importante função atribuída às artes liberais no período, sob pena de se incorrer na sua subvalorização, a fazer fé exclusivamente no quadro traçado. As artes liberais, assim definidas por oposição às mecânicas, eram ministradas ao nível dos estudos gerais, mas não só. Recuperando o que ficou dito atrás, a frequência dos estudos artísticos podia realizar-se de forma autónoma a um nível superior, mas funcionaria sempre, dadas as suas características, como uma plataforma para a abordagem a outros estudos mais adiantados – as citadas cátedras de teologia, medicina e direito⁷⁴⁶. As artes liberais não estavam, portanto, constrangidas ao ensino universitário; constavam nos planos de estudo de qualquer instituição e estabelecimento de ensino, independentemente do nível de escolaridade e da qualidade da educação nele ministrada⁷⁴⁷.

Introduzindo um breve excursus para situar a questão, toda a rede de escolas do período – paroquiais, monástico-conventuais e diocesanas – estava apoiada no ensino das artes. De facto, era pelo trívio e pelo quadrívio que todo o acesso ao conhecimento se iniciava, ou, pelo menos, por dois dos componentes essenciais do primeiro bloco: a gramática e a aritmética, que forneciam os travejamentos fundamentais da leitura, da escrita e do cálculo⁷⁴⁸. A estas matérias deveriam juntar-se noções, mais básicas ou mais avançadas, de música, dada a importância desta e do canto, de que não é dissociável, no domínio das atividades religiosas, sobretudo nos ofícios litúrgicos⁷⁴⁹. Quer isto dizer que nas instituições de ensino mais básicas nem sempre os sete elementos constitutivos do programa das artes tinham lugar, e deveriam ser bem evidentes os desequilíbrios na

⁷⁴⁶ SCHWINGES, Rainer Christoph - Formação dos estudantes e vida estudantil. In *Uma história da Universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 196-200.

⁷⁴⁷ LUSCOMBE, David - «Trivium», «quadrivium» and the organization of schools..., p. 81-100.

⁷⁴⁸ CAEIRO, Francisco da Gama - As escolas capitulares..., p. 1-48.

⁷⁴⁹ CAEIRO, Francisco da Gama - As escolas capitulares..., p. 43-44.

qualidade e quantidade das matérias ministradas entre os vários estabelecimentos escolares, como se vai estabelecendo ou adivinhando dos programas de ensino que é viável reconstituir⁷⁵⁰. Deixando de lado a música, por ser uma atividade muito específica e com características muito peculiares, a lógica e a retórica, como derivações óbvias da gramática, assim como a geometria e a astronomia, como derivações evolutivas da aritmética, apesar disso nem sempre foram alvo de atenções pedagógicas. Alguns desses temas seriam expostos apenas nos seus princípios básicos, senão completamente abandonados ou esvaziados de interesse, em função das exigências observadas em cada instituição de ensino.

A decisão nem sempre passaria necessariamente por uma análise prévia e consequente valorização do interesse das matérias para os escolares, ou seja pelo estabelecimento de um programa de estudos, sendo muitas vezes sobretudo um reflexo da capacidade individual dos mestres-escola e dos lentes que administravam as aulas, muito marcados pelas respetivas habilitações e trajetos escolares⁷⁵¹. Desse modo introduzia-se alguma arbitrariedade nos processos formativos, logo, alguma disparidade no nível de formação recebida pelo corpo de escolares da *Christianitas*, em certo sentido paradoxal face à uniformidade do tipo de ensino preconizado, das matérias lecionadas e das autoridades estabelecidas, que a difusão do livro e o uso franco da língua latina muito favoreceram⁷⁵².

A preparação intelectual ainda caía, por outro lado, na dependência da propensão cultural das casas religiosas que mantinham as escolas, da posição geográfica e ideológica que esses estabelecimentos assumiam face aos centros do saber e das dinâmicas intelectuais internas que nelas se produziam⁷⁵³. Ou seja, apesar da moldura comum, o nível de ensino apresentava-se bastante estratificado, na medida em que cada peça do sistema formativo estava autonomizada das restantes, quer se tratasse de um

⁷⁵⁰ Sobre os programas de ensino dos diferentes tipos de ensino do período vid. IDEM, *ibidem*, p. 45-47; COSTA, Avelino Jesus da - *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga. Vol. 1*. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997-2000, p. 46; LOPES, Fernando Félix - *Escolas públicas dos franciscanos...*, p. 364-366; OLIVEIRA, António Resende de - *As instituições de ensino...*, p. 640-647; PEREIRA, Isaias da Rosa - *Escolas e livros na Idade Média em Portugal...*, p. 57; ROSÁRIO, António do - *Letrados dominicanos em Portugal...*, p. 566-567; SCHWINGES, Rainer Christoph - *Formação dos estudantes e vida estudantil...*, p. 232-233.

⁷⁵¹ CAEIRO, Francisco da Gama - *As escolas capitulares...*, p. 45.

⁷⁵² NASCIMENTO, Aires Augusto - *Concentração, dispersão e dependências na circulação de manuscritos ...*, p. 79.

⁷⁵³ ANTUNES, José - *Ensino...*, p. 110-117.

estudo monástico-conventual, de uma escola capitular, de um estabelecimento de ensino paroquial ou de um estudo geral⁷⁵⁴.

A heterogeneidade do nível de formação recolhida levava a que no momento da adesão dos escolares aos estudos gerais se procedesse a uma análise *ad-hoc* dos seus conhecimentos e capacidades, no início feita pelos próprios professores, dada a relação estreita entre mestre e discípulo, impedindo por vezes que alguns indivíduos, com preparação menos sólida, ingressassem imediatamente em outras áreas de estudo⁷⁵⁵. Por essa razão, alguns estudantes foram obrigados a frequentar as artes liberais por períodos de tempo muito variáveis, ajustados de modo casuístico, de modo a obter as habilitações de base e os instrumentos intelectuais exigidos pelas restantes disciplinas⁷⁵⁶.

Quer isto dizer que, de uma forma de outra, sendo um objetivo em si mesmo, perseguido no âmbito dos estudos gerais; um trampolim para atingir um fim maior; ou um estádio bastante rude da preparação escolar; as artes liberais, em parte ou no seu conjunto, terão assumido uma importância indisfarçável na preparação escolar de todos os letrados do universo levantado. Dito de outro modo, não se afigura errado asseverar que todos os homens de letras contataram, em maior ou menor medida, com o programa heptagonal das *artes liberales* entre os seus conhecimentos, mesmo que apenas um número reduzido as tenham elegido como absoluto centro das suas atenções e aprofundado os seus quesitos.

LOCAIS DE ESTUDO E DOCÊNCIA

Em relação aos locais de estudo frequentados pela classe mais erudita, a informação apurada sem ser muito substancial, nem por isso é demasiado rara. Foi possível reconstituir notícias sobre percursos escolares para cerca de um sexto dos letrados, isto é, aproximadamente seis dezenas de indivíduos⁷⁵⁷.

⁷⁵⁴ SCHWINGES, Rainer Christoph - A admissão. In *Uma história da Universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 174.

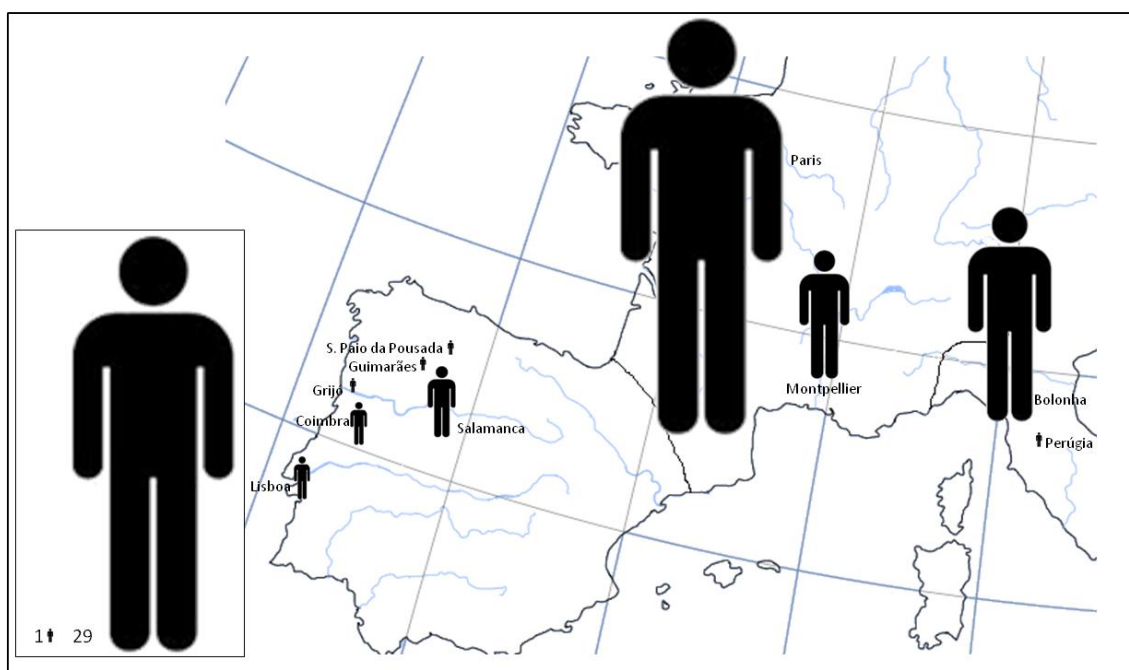
⁷⁵⁵ IDEM, *ibidem*, p. 174.

⁷⁵⁶ LUSIGNAN, Serge - L'enseignement des arts dans les collèges parisiens au Moyen Âge..., p. 43-54.

⁷⁵⁷ Vid. Anexos, quadro 8, fichas prosopográficas 11, 12, 29, 57, 61, 65, 68, 73, 75, 80, 84, 91, 92, 95, 105, 106, 114, 125, 130, 132, 152, 176, 178, 182, 183, 188, 189, 190, 193, 195, 197, 200, 208,

Acima de tudo, as informações provieram de bibliografia de apoio, parte da qual parece ter-se limitado a replicar, de forma algo acrítica, notícias encontradas em estudos anteriores, desse modo propagando tradições historiográficas mais recuadas. Uma fatia menor resultou de especulações baseadas em métodos indiciários. E uma outra parte, correspondente à informação extraída diretamente de fontes secundárias, nem sempre apresentou a fidedignidade desejável, na medida em que bebeu na Cronística da época moderna o que aconselha reservas de grau muito variado na sua ponderação, diferentemente sugeridas pelos autores que forneceram os dados. A incerteza resultante deste quadro não permite por isso reter padrões muito firmes sobre os percursos dos escolares, mas, ainda assim, os dados apurados justificam exposição e reflexão.

Em primeiro lugar, há que assinalar a quase ausência de informação no que se refere aos percursos escolares desenvolvidos pelos letrados em idades mais precoces. Essa escassez de informações contrasta sobremaneira com as notícias relativas à frequência de estudos gerais, visitados em fase mais avançada das suas vidas (vid. mapa 4).



MAPA 4: LOCAIS DE ESTUDO DE LETRADOS

Fonte: *Várias*

Os poucos estabelecimentos de ensino que se conhece terem sido frequentados por mestres em etapas mais precoces foram, acima de tudo, escolas claustrais. Assim, parece certo que o bispo da sé do Porto Pedro Salvadores estudou no mosteiro de Grijó⁷⁵⁸, um ensino de raiz monástica também experimentado por mestre Nicolau, bispo viseense, em S. Vicente de Fora; por Frei Gil de Santarém, em Sta. Cruz de Coimbra; e pelo cardeal Paio Galvão, em Sta. Marinha da Costa⁷⁵⁹. De outro modo, os primeiros contatos com as letras do arcebispo Silvestre Godinho ocorreram em ambiente paroquial, na escola de S. Paio da Pousada⁷⁶⁰. E numa escola capitular, no caso o estabelecimento anexo à catedral de Lisboa, terá começado o aprendizado de Sto. António, que prosseguiu mais tarde os seus estudos nos mosteiros de S. Vicente de Fora e de Sta. Cruz de Coimbra, sucessivamente⁷⁶¹. Estas notícias, não obstante o seu carácter accidental, mais do que certificarem orientações escolares ou tendências firmes, provam a existência de uma rede de ensino ancorada em estabelecimentos monásticos, capitulares e paroquiais, na verdade, as únicas possibilidades disponíveis no reino para uma época anterior à fundação da universidade dionisiana⁷⁶².

Nenhumas dúvidas restam, portanto, de que antes de prosseguirem estudos mais avançados em outras latitudes, foi neste tipo de escolas que os futuros mestres contataram com as primeiras letras e foram apresentados aos primeiros números. Por norma, os trajetos escolares obedeciam a uma fórmula simples: os estudantes pobres e os oblatos – indivíduos oferecidos pelos seus pais a casas religiosas –, grupos que constituíam o principal público das escolas do período, ingressavam nas instâncias de ensino anexas às instituições eclesiásticas, e acabavam depois, na sua maioria, assimilados por elas, uma vez concluídos esses estudos, para aí prestarem serviço religioso⁷⁶³. Significa isso, em traços muito gerais, que das escolas diocesanas saíam preferencialmente os futuros cónegos e dignitários capitulares; do mesmo modo que das escolas monásticas emergiam membros que terminavam, por norma, integrados nas comunidades regulares. Parece mais incerto prescrever qual seria o destino dos estudantes das escolas paroquiais e das igrejas colegiadas, pois dependendo das formas

⁷⁵⁸ Vid. Anexos, quadro 8, ficha prosopográfica 355.

⁷⁵⁹ Vid. Anexos, quadro 8, fichas prosopográficas 277, 106, 293.

⁷⁶⁰ Vid. Anexos, quadro 8, ficha prosopográfica 386.

⁷⁶¹ Vid. Anexos, quadro 8, ficha prosopográfica 92.

⁷⁶² CAEIRO, Francisco da Gama - A organização do ensino em Portugal...

⁷⁶³ PEREIRA, Isáias da Rosa - Santo António na escola capitular de Lisboa. In *Colóquio antoniano na Comemoração do 750º Aniversário de Santo António de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1982, p 15.

de padroado assumidas essas instituições poderiam recair debaixo de observâncias seculares ou regulares, com naturais consequências ao nível da projeção dos escolares numa ou noutra direção. Por outro lado, não se deve excluir inteiramente, em alguns casos, o cenário de uma possível captação desses elementos pelas próprias paróquias e colegiadas, para aí prestarem serviço.

De uma forma ou de outra, o aproveitamento religioso dos escolares, mesmo dos mais insuficientemente instruídos, ocorreria por certo, dadas as carências de recursos intelectuais e as necessidades de mão-de-obra qualificada sentidas pela Igreja local, no que, uma vez mais, a realidade portuguesa não diferiu em substância do panorama eclesiástico geral do tempo⁷⁶⁴. Ainda assim, percursos alternativos foram tolerados, com indivíduos a subverterem esses circuitos mais convencionais, como parece ter sido o citado caso de Fernando Martins, o célebre Sto. António, que começou, aparentemente, por fazer estudos na escola da sé de Lisboa para depois ingressar na escola claustral do mosteiro de S. Vicente de Fora da mesma cidade, desse modo transitando entre dois sistemas de ensino de características diferenciadas⁷⁶⁵.

Por outro lado, também o desnível na qualidade de ensino oferecido pelas escolas do período terá sido muito grande, algo para que a historiografia especializada vem alertando⁷⁶⁶. As assimetrias no interior da malha escolar levaram, como é natural, à ativação de circuitos mais complexos entre estabelecimentos de ensino, os quais eram percorridos por escolares com o objetivo de adquirirem uma formação cada vez mais completa. As transições sucediam, assim, entre escolas de recorte diferente, ou até mesmo no seio de congregações da mesma observância, como sai exemplificado pelo mesmo Sto. António, quando abandonou a escola e o convento regente de S. Vicente para se incorporar no estudo de Sta. Cruz de Coimbra, em virtude da casa crúzia dispor de um ensino mais reputado e avançado do que a vicentina⁷⁶⁷.

O exemplo demonstra como pode ser relativamente estéril e pouco operativo o exercício de hierarquizar a formação com base numa tipologia de escolas, como por vezes se pretende fazer. Com efeito, parece pouco lógico introduzir uma graduação entre escolas com base nas dependências religiosas, associando, por exemplo, as escolas

⁷⁶⁴ GOMES, Saul António - *La formation intellectuelle du clergé séculier...*, p. 114.

⁷⁶⁵ Vid. Anexos, quadro 8, ficha prosopográfica 92.

⁷⁶⁶ OLIVEIRA, António Resende de - *As instituições de ensino...*, p. 635-659.

⁷⁶⁷ Vid. Anexos, quadro 8, ficha prosopográfica 92.

de igrejas paroquiais a um ensino de carácter mais básico, ou as colegiadas a um ensino necessariamente inferior ao diocesano, o que é desde logo desmentido pelo nível escolar de colegiadas como Sta. Maria de Guimarães ou Sta. Maria da Alcáçova de Santarém no período, onde um ensino de grande qualidade tinha lugar sob a orientação apertada de gramáticos e de mestres-escola e, por conseguinte, capaz de rivalizar com as escolas capitulares; senão com todas, seguramente com as de menor dimensão⁷⁶⁸. Tão-pouco é razoável considerar as escolas monásticas como sinónimo de um ensino em descrédito no período, argumento apenas em parte verdadeiro, no que se refere às pequenas escolas do monaquismo beneditino tradicional, mas nada compaginável com a qualidade alcançada pelos *studia* mantidos em mosteiros como Sta. Cruz de Coimbra, S. Vicente de Fora ou Sta. Maria de Alcobaça, e considerando-se ainda a capacidade escolar instalada por franciscanos e dominicanos⁷⁶⁹. Também não é viável atribuir às escolas diocesanas um ensino de nível mais avançado do que o ministrado no restante parque escolar eclesiástico, quando parece evidente que, mesmo dentro do panorama do ensino catedralício, o nível de formação era altamente irregular, com as escolas de Braga, Coimbra e Lisboa a terem precedência sobre as restantes⁷⁷⁰, e sabendo-se ao mesmo tempo que algumas das sés menos importantes não disporiam da capacidade formativa ou dos recursos materiais e humanos disponíveis em alguns dos estabelecimentos das principais casas regulares, de que o exemplo mais expressivo para a época será a escola de Sta. Cruz de Coimbra, dado o seu elevado nível pedagógico, onde a docência era assegurada por mestres prestigiados⁷⁷¹.

Como é natural, seleccionavam-se entre os escolares mais apetrechados do ponto de vista intelectual os que iriam recolher conhecimentos superiores, algo que, até ao final do século XIII, só podia ocorrer em espaços além-fronteiras, e desde que houvesse suporte financeiro para custear as muitas despesas envolvidas – associadas com deslocações, estadias, aquisição de manuais de estudo, pagamento de taxas e propinas⁷⁷². Não parecem subsistir dúvidas de que as universidades de Paris, Bolonha, Montpellier e Salamanca foram os destinos mais visados pelos letrados do reino,

⁷⁶⁸ ANDRADE, António Alberto Banha de - Colegiadas: sua função, em especial a do ensino..., p. 9-15.

⁷⁶⁹ ANTUNES, José - Ensino..., p. 110-117.

⁷⁷⁰ CAEIRO, Francisco da Gama - As escolas capitulares..., p. 1-48.

⁷⁷¹ SÁ, Artur Moreira de - Primórdios da cultura portuguesa..., p. 8.

⁷⁷² SCHWINGES, Rainer Christoph - Formação dos estudantes e vida estudantil..., p. 234-238.

embora com variações em termos dos ritmos de frequência, das observâncias religiosas dos escolares e das áreas preferenciais de estudos.

Assim, o estudo geral de Paris parece ter sido frequentado numa fase mais precoce da cronologia, com a maior parte da sua atração a residir no ensino da teologia e das artes liberais aí ministradas⁷⁷³. Efetivamente, cerca de dois terços dos frequentadores dos altos estudos exibiram o grau magistral antes de se cumprir o primeiro quartel do século XIII ou já eram falecidos por essa altura, o que dá nota dessa prematuridade. Apontaram a Paris sobretudo monges, na maioria ligados à regra de Sto. Agostinho, mas não se alhearam inteiramente desse circuito tradicional os membros de cabidos portugueses, em particular os elementos vinculados à sé de Coimbra. Efetivamente, muitos crúzios parecem ter rumado a Paris, como se percebe das presenças aí sinalizadas dos bispos Álvaro de Freitas, João Peculiar e Paio, do cardeal João Fróis, dos priores João Pais e Pedro Alfarde, do prior crasteiro Martinho Pais, do prepósito Rodrigo Eanes e dos cónegos regulares João César, Mendo Dias, Parísio e Raimundo⁷⁷⁴. Outros agostinianos que apontaram à universidade parisiense foram o bispo Nicolau e o prior Pedro, embora associados ao mosteiro de S. Vicente de Fora, e o cardeal Paio Galvão, este relacionado com o instituto de Sta. Marinha da Costa⁷⁷⁵.

Fora do universo regnante, o trinitário Gonçalo de Lisboa do convento da SS. Trindade de Santarém⁷⁷⁶ e o cisterciense Pedro de Espanha⁷⁷⁷ parecem ter seguido idêntica opção na planificação dos seus estudos, à semelhança do que fizeram os meninos João Gil de Zamora e Francisco de Coimbra⁷⁷⁸. À mais prestigiada universidade do período acorreram ainda elementos do clero secular, como Domingos Eanes Jardo, Durão Pais, João Martins de Soalhães e o cónego mestre Martinho da sé de Coimbra⁷⁷⁹. Uma outra referência vai para Pedro de Montemor, prior da igreja de Montemor-o-Velho, outro escolar com passagem certificada pela universidade gaulesa⁷⁸⁰. Mas os nomes maiores entre os escolares portugueses frequentadores do

⁷⁷³ Vid. Anexos, quadro 8, fichas prosopográficas 11, 61, 73, 95, 106, 114, 125, 152, 176, 188, 190, 193, 195, 197, 221, 241, 266, 277, 285, 293, 298, 308, 322, 326, 327, 342, 362, 374, 396.

⁷⁷⁴ Vid. Anexos, quadro 8, fichas prosopográficas 11, 197, 285, 188, 195, 322, 241, 374, 176, 266, 298, 362.

⁷⁷⁵ Vid. Anexos, quadro 8, fichas prosopográficas 277, 308, 293.

⁷⁷⁶ Vid. Anexos, quadro 8, ficha prosopográfica 125.

⁷⁷⁷ Vid. Anexos, quadro 8, ficha prosopográfica 326.

⁷⁷⁸ Vid. Anexos, quadro 8, fichas prosopográficas 190, 95.

⁷⁷⁹ Vid. Anexos, quadro 8, fichas prosopográficas 61, 73, 193, 221.

⁷⁸⁰ Vid. Anexos, quadro 8, ficha prosopográfica 327.

estudo geral parisiense foram indubitavelmente os de Frei Gil de Santarém e o de Pedro Julião, o Papa João XXI⁷⁸¹.

Quanto ao estudo bolonhês foi também bastante visado por escolares do reino⁷⁸². Um movimento que terá atingido a sua maior intensidade no decurso do século XIII, na maior parte composto por indivíduos ligados ao clero secular e com envolvimento, a diferentes níveis, com o serviço da Coroa, todos invariavelmente na busca de preparação jurídica. Muitos desses mestres alcançaram grande reconhecimento e lugares destacados do serviço régio e eclesiástico. O arrolamento completo de escolares com passagem assente ou suspeitada por Bolonha inclui os prelados Álvaro Pais, Estêvão Eanes de Vasconcelos, Martinho Geraldês, Silvestre Godinho e mestre Vicente⁷⁸³, um mestre Bolonil, referido como clérigo régio⁷⁸⁴, os mestres-escola bracarenses Domingos Domingues, Domingos Peres Vinagre e Pedro Moniz⁷⁸⁵, João de Deus, arcediogo da sé de Lisboa⁷⁸⁶, o deão egitaniense João Domingues⁷⁸⁷, o cónego João Gil da igreja colegiada de Sta. Maria de Guimarães⁷⁸⁸, o chanceler régio Julião Pais⁷⁸⁹, o procurador e advogado régio Lanfranco de Milão⁷⁹⁰ e um Pedro Hispano Portugalense, que não se deve confundir com o papa João XXI⁷⁹¹.

Em relação aos frequentadores do estudo geral de Montpellier que foi possível identificar, ou sobre quem recaíram legítimas suspeitas acerca de uma passagem por esse estabelecimento do *Midi* gaulês, apresentaram um perfil um pouco diferenciado dos letrados achados em Bolonha⁷⁹². Embora, na sua essência, também se caracterizassem por uma filiação diocesana e por uma presença mais veemente na centúria ducentista do que na anterior, sobressai um interesse prioritário pela medicina, campo de estudos em que a universidade do sul gaulês se distinguiu, não tanto pelo direito.

⁷⁸¹ Vid. Anexos, quadro 8, fichas prosopográficas 106, 342.

⁷⁸² Vid. Anexos, quadro 8, fichas prosopográficas 12, 29, 57, 68, 80, 178, 183, 189, 208, 209, 239, 341, 347, 386, 409.

⁷⁸³ Vid. Anexos, quadro 8, fichas prosopográficas 12, 80, 239, 386, 409.

⁷⁸⁴ Vid. Anexos, quadro 8, ficha prosopográfica 29.

⁷⁸⁵ Vid. Anexos, quadro 8, fichas prosopográficas 57, 68, 347.

⁷⁸⁶ Vid. Anexos, quadro 8, ficha prosopográfica 178.

⁷⁸⁷ Vid. Anexos, quadro 8, ficha prosopográfica 183.

⁷⁸⁸ Vid. Anexos, quadro 8, ficha prosopográfica 189.

⁷⁸⁹ Vid. Anexos, quadro 8, ficha prosopográfica 208.

⁷⁹⁰ Vid. Anexos, quadro 8, ficha prosopográfica 209.

⁷⁹¹ Vid. Anexos, quadro 8, ficha prosopográfica 341.

⁷⁹² Vid. Anexos, quadro 8, fichas prosopográficas 65, 75, 84, 105, 130, 182, 200, 224, 342.

Percebem-se ou deduzem-se ainda estâncias nessa universidade em relação a um certo Domingos Martins⁷⁹³, ao bispo Egas Fafes⁷⁹⁴ ao cónego João Domingues⁷⁹⁵, aos físicos régios Estêvão Moniz, Gil de Leiria, Gonçalo Lever e mestre Martinho⁷⁹⁶, bem como aos físicos apostólicos João Rol e Pedro Julião, que, como foi referido, frequentou também Paris na condição de escolar⁷⁹⁷. Assume algum protagonismo neste pequeno núcleo de mestres o lote de capitulares associados à diocese de Coimbra, o que talvez possa ser interpretado como um indicador sobre a formação de um núcleo especializado nas ciências médicas, constituído em torno da escola capitular da cidade.

Por sua vez, à universidade de Salamanca rumaram também vários clérigos ligados a instituições do reino⁷⁹⁸. No essencial, pertenceram ao clero secular, mostrando interesse sobretudo em reunir formação legal, num movimento que se começou a desenhar a partir do segundo quartel do século XIII, ou seja, convergente com o momento da fundação da universidade, mostrando que o estudo geral salmantino se afigurou desde o início como alternativa ao bolonhês na perspetiva dos escolares portugueses⁷⁹⁹. Tinha a inequívoca vantagem da distância sobre Bolonha, mas a desvantagem do menor prestígio. Entre os elementos do grupo mais escolarizado do reino que estudaram em Salamanca, ou de quem há razões fortes para o pensar, contam-se os nomes de Fernando Eanes de Portocarreiro, Gonçalo Pereira, Miguel Peres, Ordonho Álvares e Sancho Peres⁸⁰⁰. Todos bispos ou dignitários capitulares, com ligações apostólicas na sua maior parte, o que parece abonar francamente a qualidade do ensino ministrado no estudo geral ibérico, mesmo numa fase incipiente do seu funcionamento.

Ainda assim, como o pequeno número de letrados portugueses referenciados na universidade hispânica deixa intuir, a atração de Salamanca nunca foi suficiente para suspender o fluxo dos escolares portugueses para Bolonha durante o século XIII, numa

⁷⁹³ Vid. Anexos, quadro 8, ficha prosopográfica 65.

⁷⁹⁴ Vid. Anexos, quadro 8, ficha prosopográfica 75.

⁷⁹⁵ Vid. Anexos, quadro 8, ficha prosopográfica 182.

⁷⁹⁶ Vid. Anexos, quadro 8, fichas prosopográficas 84, 105, 130, 224.

⁷⁹⁷ Vid. Anexos, quadro 8, fichas prosopográficas 200, 342.

⁷⁹⁸ Vid. Anexos, quadro 8, fichas prosopográficas 91, 132, 275, 281, 383.

⁷⁹⁹ HEREDIA, Vicente Beltrán de - *Bulario de la Universidad de Salamanca: 1219-1549*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1954, p. 228.

⁸⁰⁰ Vid. Anexos, quadro 8, fichas prosopográficas 91, 132, 275, 281, 383.

tendência que persistiu ao longo das centúrias seguintes, sem interrupções⁸⁰¹. Aliás, de forma semelhante, a entrada em funcionamento do próprio *studium generale* português também se mostrou manifestamente incapaz de interromper o circuito rumo ao estudo geral de Bolonha, mesmo que o possa ter atenuado⁸⁰².

Sem perturbar a tónica dominante, há que observar algumas dessas linhas orientadoras introduzindo matizes nas suas leituras, adicionando-lhes elementos que permitam situar melhor os circunstancialismos expostos e relativizar alguns resultados, que podem incorrer com facilidade em leituras demasiado esquemáticas. Assim, em traços gerais, a primazia parisiense e bolonhesa, enquanto destinos favoritos dos futuros mestres e doutores do reino, não provoca qualquer espécie de surpresa; pelo contrário, faz sentido em mais do que uma maneira: em primeiro lugar, devido à precocidade do seu aparecimento no quadro de arranque das universidades europeias⁸⁰³; e, em segundo lugar, dada a qualidade do ensino veiculado nas duas instituições, que lhes assegurou a liderança como polos culturais na época⁸⁰⁴. Por outro lado, a importância de Paris como nó de grande centralidade na perspetiva de algumas congregações eclesásticas implantadas em Portugal, como a agostiniana ou a cisterciense, não contrariou essa lógica dominante de atração, antes a reforçou⁸⁰⁵.

Por seu turno, o relativo impacto de Montpellier no conjunto formado pelos eruditos também não é de todo surpreendente, considerando-se a qualidade dos estudos médicos aí desenvolvidos e a circunstância da sua vizinhança territorial face à órbita hispânica⁸⁰⁶. Na mesma linha de pensamento, a presença de letrados na universidade de Salamanca também não suscita reservas pelas razões já mencionadas – a grande proximidade territorial face ao reino português e a oferta do direito como núcleo de estudos principal, matéria que esteve sempre presente nos interesses do clero ligado ao

⁸⁰¹ COSTA, António Domingues de Sousa - *Portugueses no colégio de S. Clemente e na universidade de Bolonha durante o século XV*. 2 vols. Bolonia: Real colégio de España, 1990.

⁸⁰² NORTE, Armando - Lentes, escolares e letrados: das origens do Estudo Geral ao final do século XIV. In *A universidade medieval em Lisboa: séculos XIII-XVI*. Coord. H. Fernandes. Lisboa: Tinta-da-China, 2013, p. 109.

⁸⁰³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História das Universidades...*, p. 27-31

⁸⁰⁴ FARELO, Mário - *La peregrinatio académica portugaise vers l'alma mater parisienne, XII^e-XV^e siècles*. Tese de mestrado em história apresentada à Universidade de Montréal. Montréal: [s.n.], 1999, p. 5; COSTA, António Domingues de Sousa - *Um mestre português em Bolonha no século XIII. João de Deus: vida e obras*. Braga: Franciscana, 1957.

⁸⁰⁵ FARELO, Mário - *La peregrinatio académica portugaise ...*, p. 57-58, 94-95.

⁸⁰⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Les portugais à l'Université de Montpellier...*

reino, em especial do seu ramo secular⁸⁰⁷. Isto sem prejuízo de o ensino oferecido em Salamanca não se limitar às matérias jurídicas, do mesmo modo que o de Montpellier não se limitou à medicina, o de Bolonha ao direito ou o de Paris à teologia⁸⁰⁸.

O quadro formado pelos frequentadores de cada um dos estudos, assim como a motivação para os ingressos ao nível dos conhecimentos procurados, fazem também sentido genericamente. Com efeito, é perceptível a relativa especialização funcional que se desprende dos percursos reconstituídos. A universidade Paris dominou a atenção dos interessados no estudo da doutrina e dos estudiosos das artes liberais; Montpellier concitou o interesse de futuros médicos; e Bolonha capitalizou o entusiasmo dos escolares empenhados em obter ensino jurídico-legal, tendência partilhada com Salamanca, que emulou, em grande parte, na sua orgânica, o modelo bolonhês⁸⁰⁹.

Não se poderá falar, naturalmente, em lógicas absolutamente causais, mas com segurança em tendências para uma certa diferenciação e complementaridade no posicionamento das universidades da época, mesmo que todas dispusessem mais do que uma área de estudos. Sendo que nem todas apresentavam programas de estudos completos no seu interior, pois competia ao Papado certificar as cátedras autorizadas, cabendo em especial à teologia um tratamento excecional nesse quadro, com a sua docência a ser reservada apenas a alguns, muito poucos, dos estudos gerais consagrados no período⁸¹⁰.

Num quadro universitário tão reduzido, as dúvidas sentidas colocam-se mais em termos da proporção de letrados que afluíram aos *studia generalia* do que em relação às presenças nesses espaços, que é indiscutível. Em todo o caso, o quadro geral estabelecido suscita algumas perplexidades e os resultados talvez saiam um pouco maculados por um certo enviesamento da amostra, na medida em que parecem iludir outras realidades que, sem dúvida, se cristalizavam na época e que dificilmente deixariam de se espalhar nas trajetórias observadas pelos escolares.

Assim, sem ser questionável a grande capacidade atrativa do estudo geral parisiense sobre os letrados do reino, até pela sua referida antiguidade, só com alguma

⁸⁰⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Portugueses no Estudo de Salamanca: 1250-1550*. Dissertação apresentada ao concurso para professor extraordinário do grupo de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 1962.

⁸⁰⁸ VERGER, Jacques - Modelos..., p. 37-38.

⁸⁰⁹ RIDDER-SYMOENS, Hilde de - A mobilidade..., p. 285.

⁸¹⁰ AZTALOS, Monika - A faculdade de teologia..., p. 411-441.

difficuldade se percebe que o afluxo aos altos estudos parisienses possa duplicar a afluência a Bolonha, como sugerem os dados recolhidos, até porque ambas as universidades tiveram uma fundação temporal muito próxima, mas, sobretudo, porque a atenção ao direito, que caracterizou o estudo transalpino, parece ter estado em maior sintonia com as preferências reveladas pelo escol de letrados do reino.

Com efeito, a informação recolhida relativa aos percursos escolares talvez enferme de uma certa sobrevalorização das peregrinações académicas a Paris face às deslocações a outros estabelecimentos de ensino superior. Tal fica a dever-se, em parte, a uma tradição arraigada em certos contextos historiográficos, que vem vingando até hoje, como a algum desequilíbrio nas fontes consultadas, muito ligadas ao meio regante, que efetivamente parece ter tido uma relação privilegiada com esse estudo.

É de crer que a eventual sobrevalorização do estudo geral de Paris encontre contraponto numa certa subvalorização das universidades situadas no sul gaulês, na região do *Midi*, nomeadamente Montpellier e Toulouse, que poderiam ser boas alternativas como destinos de estudos para escolares originários do reino. A última universidade tão-pouco foi vislumbrável no lote das escolhas dos estudantes, o que parece muito improvável, pois um movimento pendular dessa natureza deveria acontecer, mesmo se em escala reduzida. De facto, a posição geográfica do estudo tolosano, situado em plena *Occitânia*, colocava-o numa situação muito interessante para favorecer os acessos de indivíduos que partindo da Península Ibérica buscassem uma formação de tipo superior, algo que se confere nos percursos de escolares assinalados para o período imediatamente subsequente⁸¹¹. Além da sua fundação antecipar a do estudo geral de Montpellier, Toulouse apresentava ainda uma oferta de ensino pluridisciplinar, com o direito, a teologia, as artes e a medicina aí lecionados a alcançarem uma importante projeção durante a cronologia em causa⁸¹². Ora, esses dados estão longe de conferir com o alheamento posto na sua frequência, pelo que é de acautelar a possibilidade de um défice de informação ou mesmo uma tentação historiográfica excessiva de valorizar o estudo de Paris como destino dos escolares. Nesse sentido, talvez algumas das indicações documentais que versam sobre deslocações estudantis rumo a estudos gauleses possam ser interpretadas como

⁸¹¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Portugueses no Estudo de Toulouse*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1954.

⁸¹² IDEM, *ibidem*, p. 6.

referências a algum dos estudos occitanos – Toulouse e Montpellier – e não, na esteira do que é usual, como menções à universidade parisiense.

À semelhança do que acontece para Toulouse, também confunde a falta de evidências sobre peregrinações académicas de escolares portugueses na direção de Oxford e Cambridge, facto mais surpreendente em relação à primeira universidade do que à segunda, dada a sua precedência histórica, mas não só. O estudo geral oxoniano, criado no século XIII, adquiriu rápida notoriedade, rivalizando a partir de certo momento em importância com o seu homólogo parisiense, no ensino da teologia e das artes liberais⁸¹³. Ambos, além de se assumirem como núcleos fundamentais no ensino de *Sacra Pagina*, figuraram como centros polarizadores da discussão intelectual, divergindo acerca da grande questão aristotélica, que cindiu intelectualmente a época⁸¹⁴. Ora, essa irrefutável importância do estudo geral de Oxford no questionamento e reflexão doutrinal, não deixaria de captar a atenção de parte do clero português, além de que o estudo oxoniano parece ter figurado ao longo do século XIV como destino de vários escolares oriundos do território⁸¹⁵, algo que se pode conceber, pelo menos no plano hipotético, como um hábito enraizado ou, pelo menos, iniciado, na centúria anterior.

O caso de Salamanca merece reservas de outro tipo. É verdade que a sua existência é muito mais tardia do que a fundação das universidades ditas de primeira geração, e disso se ressentia, em parte, como é natural, a sua representatividade no conjunto de letrados enquanto destino de estudos⁸¹⁶. Mas a vizinhança do estudo salmantino, a interferência de indivíduos portugueses no seu processo fundacional e a forte atenção posta pelo clero do reino nas questões legais, parecem conjugar-se de forma a prenunciar um significativo número de escolares do reino orientados na sua

⁸¹³ LIBERA, Alain de - The Oxford and Paris tradition in logic. *The Cambridge history of later medieval philosophy*. Ed. N. Kretzman, A. Kenny e J. Pinborg. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 174-187.

⁸¹⁴ LOHR, C. H. - The medieval interpretation of Aristotle. *The Cambridge history of later medieval philosophy*. Ed. N. Kretzman, A. Kenny e J. Pinborg. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 80-98.

⁸¹⁵ RUSSEL, Peter E. - *Medieval Portuguese students at Oxford University...*, p. 187-188. O autor inventaria um elenco de estudantes portugueses que estudaram em Oxford entre os séculos XIV e XVI. Relativamente ao século XIV, a lista inclui cinco nomes: os franciscanos Fr. Tomás de Portugal e Fr. João de Portugal; os dominicanos Fr. Afonso Fernandes e Fr. Vicente de Lisboa; e o agostiniano Fr. Lourenço de Lisboa.

⁸¹⁶ ANTUNES, José - Portugueses no processo histórico da fundação da Universidade de Salamanca. *Revista de História das Ideias*. 12 (1990) 19-53.

direção⁸¹⁷. Uma visão que os números absolutos não confirmam de forma inequívoca, pelo que há que admitir neste caso, que as ocorrências pequem por defeito face ao fluxo de circulação que se terá efetivamente verificado.

Ainda em espaço ibérico, não obstante a efemeridade da experiência, merece também algum questionamento o papel desempenhado pela universidade de Palência em termos da sua capacidade de atrair letrados procedentes das fronteiras portuguesas⁸¹⁸. Não causaria estranheza que se tivesse materializado um circuito de letrados rumo a esse estabelecimento de ensino, mas se tal aconteceu tratou-se, por certo, de um canal muito estreito e pouco duradouro. Os dados recolhidos, de resto, não demonstram qualquer passagem de escolares portugueses pelo estudo palentino, embora se possa acolher essa suspeita, no que se prende com um dos principais argumentos invocados em favor do potencial atrativo reconhecido ao estudo geral de Salamanca, e que é, necessariamente, a proximidade geográfica ao reino. Uma posição que permitiria à universidade de Palência constituir-se com uma alternativa financeira muito vantajosa para os estudantes oriundos do ocidente peninsular menos abonados do ponto de vista financeiro. Porém é significativa a ausência de registos sobre a frequência de portugueses do estabelecimento escolar hispânico.

Numa perspetiva bem diferente, algo que não transparece das fontes, ainda que seja referido com insistência em alguns estudos especializados, é a ideia de uma *peregrinatio* académica no seu sentido mais absoluto, não tanto como fenómeno regular de deslocação de escolares originários de várias paragens na direção de estudos gerais, mas como uma itinerância de indivíduos no interior da rede universitária montada, significando uma presença em várias instâncias de ensino de tipo superior⁸¹⁹.

Essa conceção mais ou menos idealizada de um conjunto de escolares a transitar livremente no interior de uma rede escolar de tipo superior na procura de melhorar e completar a sua instrução só encontra exemplos abonatórios, para o caso dos escolares portugueses, no percurso de Pedro Julião, o pontífice que ficou conhecido pelo nome de João XXI, ao que parece um antigo frequentador das universidades de Paris e de

⁸¹⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Portugueses no Estudo de Salamanca*....

⁸¹⁸ FLEISCH, Ingo - The portuguese clergy and the european universities in the 12th and 13th centuries. In *Carreiras eclesiásticas no ocidente cristão: sécs. XII-XIV*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2007, p. 72-73.

⁸¹⁹ RIDDER-SYMOENS, Hilde de - A mobilidade..., p. 279-280.

Montpellier⁸²⁰. De facto, para uma grande fatia dos indivíduos a quem se atribui preparação escolar dupla ou até tripla, pouco ou nada se sabe sobre os locais onde receberam a formação, que pode tanto ser o resultado da frequência de um único estabelecimento de ensino como de vários. A invisibilidade de percursos semelhantes ao do papa português não significa, por sinal, a recusa de um modelo viável de aquisição de estudos na época, mas talvez antes passe pelo reconhecimento de que se pode ter tratado de uma prática mais singular do que habitualmente é conjecturado, pelo menos ao nível dos letrados associados ao reino.

Num paralelo numérico com o sucedido para os lugares de estudo, foi possível certificar o exercício docente, acompanhado por indicações sobre os locais onde ocorreu essa prática, para aproximadamente um sexto do universo estabelecido de mestres e doutores, num quantitativo que supera as seis dezenas de casos⁸²¹. Um número suficientemente interessante do ponto de vista da representatividade para observar tendências e tolerar algumas extrapolações. Mas, de forma bem diferente do que se passou com os locais de aprendizagem, onde a informação recolhida se concentrou nas passagens por estudos superiores, os dados reunidos acerca dos locais de docência repartiram-se por diversos tipos e instâncias de ensino: universitário, certamente; mas também paroquial, claustral e diocesano, aludindo a escolas situadas quer dentro, quer fora de fronteiras. Note-se que, muitas vezes, mais do que as indicações explícitas sobre o serviço docente achadas na documentação, ou na bibliografia especializada, foi a ocupação de certas funções, designadamente o mestre-escolado, que alertou para a condição lectiva de vários dos letrados.

Como vem sendo sublinhado, a aquisição de uma graduação num estudo geral configurava, na prática, uma autorização à atividade docente dos titulares do grau, cuja aplicação era universal a toda a rede escolar da Cristandade⁸²². Isso favoreceu o nivelamento da formação na Europa do tempo, em termos das matérias de ensino, dos programas curriculares, dos autores estudados e das obras consagradas, sem o que seria impossível fomentar a circulação de mestres e alunos pelos diferentes sistemas

⁸²⁰ Vid. Anexos, quadro 8, ficha prosopográfica 342.

⁸²¹ Vid. Anexos, quadro 9, fichas prosopográficas 5, 6, 11, 20, 21, 30, 32, 52, 54, 57, 60, 64, 68, 73, 83, 85, 92, 102, 106, 111, 121, 124, 133, 135, 145, 178, 183, 188, 190, 195, 196, 197, 200, 202, 211, 239, 240, 246, 264, 266, 268, 271, 275, 283, 285, 293, 297, 306, 308, 323, 342, 347, 351, 352, 355, 362, 365, 375, 376, 380, 386, 409.

⁸²² RÜEGG, Walter - *Temas...*, p. 14-15.

escolares⁸²³. Por sua vez, os próprios *magistri* contribuíam para alimentar a homogeneidade do ensino praticado, ao projetarem sobre os escolares a aprendizagem recolhida no decurso da sua passagem por estudos avançados, provocando, assim, um efeito de réplica, multiplicativo.

Apesar de, em tese, os graduados em universidades se destinarem ao ensino, com muita frequência os percursos desenvolvidos acabaram por iludir esse destino anunciado, optando por seguir carreiras alternativas, dispersas por vários locais e funções⁸²⁴. Muitos desses mestres, pertencentes ao clero catedralício, ingressaram em dignidades capitulares, mas, nesse caminho, preteriram o mestre-escolado, que configuraria a escolha óbvia para alguém munido com um certificado habilitando à docência⁸²⁵; ou, então, usaram-no apenas como etapa intermédia de um percurso mais ambicioso, em função de lógicas e interesses pessoais de progressão na carreira, como sucedeu, por exemplo, com vários dos letrados achados ao serviço da sé de Lisboa⁸²⁶, de acordo com estratégias que não deixavam, em grande medida, de estar articuladas com as perseguidas pelos grupos a que pertenciam. Já outros preferiram servir-se dos conhecimentos adquiridos em altos estudos como alavanca para se projetarem ao serviço da Coroa e nos quadros do oficialato régio. Dois caminhos que não eram necessariamente alternativos, pois os serviços régios e eclesiásticos foram altamente conciliáveis, situação para que se vem alertando, e que será desenvolvida a seu tempo⁸²⁷.

Em suma, a ambição sentida por essa elite mais culta e escolarizada de ocupar funções de maior relevo, protagonismo e responsabilidade do que o mestre-escolado levou à multiplicação de opções de carreira no interior do grupo, distanciando-se muitas vezes do simples desempenho de funções docentes para privilegiar a acumulação de

⁸²³ GOMES, Saul António - A religião dos clérigos..., p. 387-388.

⁸²⁴ MORAW, Peter - Carreiras profissionais dos diplomados pelas universidades. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 243-275.

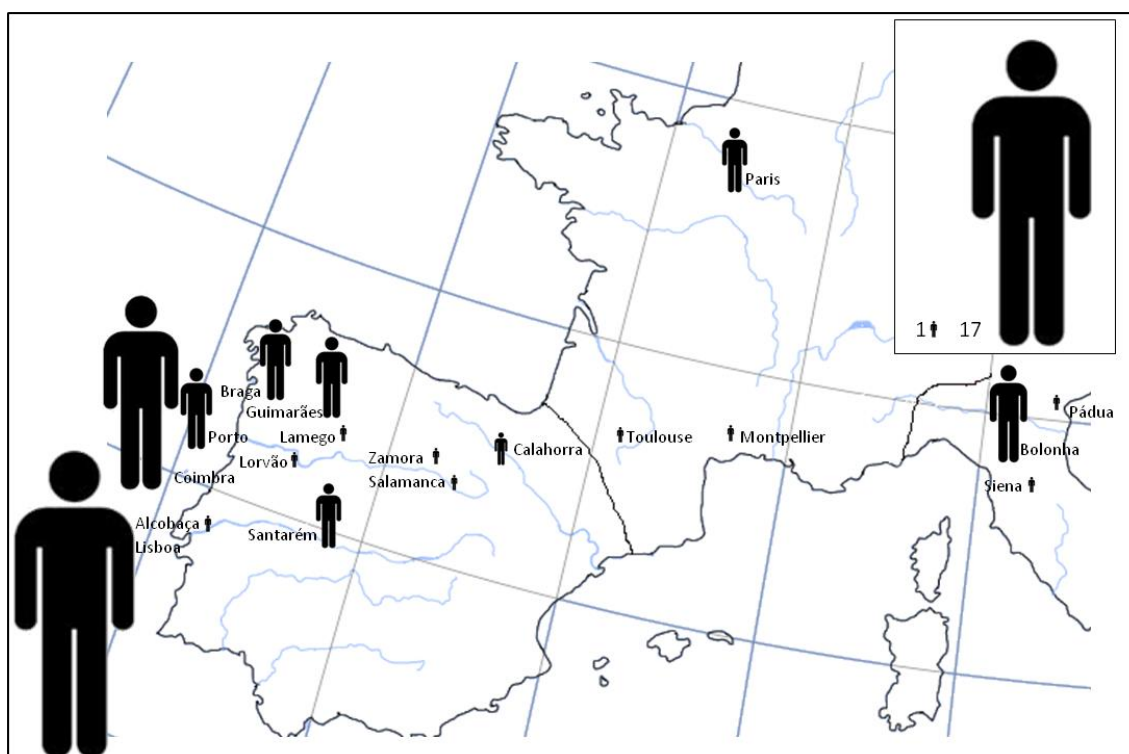
⁸²⁵ CAEIRO, Francisco da Gama - A organização do ensino em Portugal ..., p. 8-11.

⁸²⁶ FARELO, Mário - *O cabido da sé de Lisboa e os seus cónegos*. Tese de mestrado em história apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Vol. 1. Lisboa: [s.n.], 2003, p. 71-72.

⁸²⁷ Sobre a conformidade entre o serviço régio e eclesiástico de letrados são bem elucidativos os trabalhos produzidos por Rui de Azevedo, em relação a Afonso Henriques; Maria João Branco, sobre Sancho I e Afonso II; Leontina Ventura, quanto a Afonso III; e Hermínia Vilar, no que se refere a D. Dinis. Vid. AZEVEDO, Rui de - A chancelaria régia portuguesa nos séculos XII e XIII..., p. 1-54; BRANCO, Maria João Violante - *Poder real e eclesiásticos...*; VENTURA, Leontina - *A nobreza de corte de Afonso III...*; VILAR, Hermínia Vasconcelos - *As dimensões de um poder...*; IDEM - O episcopado do tempo de D. Dinis. Trajectos pessoais e carreiras eclesiásticas: 1279-1325. *Arquipélago-História*. 5 (2001) 581-604.

cargos e o desempenho de lugares prestigiados e de poder, visando a integração em reitorados e prelaturas, no oficialato régio e, até, em lugares da câmara apostólica;

Não obstante essa variedade de percursos, um conjunto relativamente considerável dos letrados examinados permaneceu fiel à aptidão para o ensino creditada pela *licentia docendi*. Esses indivíduos ocuparam posições como lentes, gramáticos e mestres-escola, previsivelmente nas casas das suas observâncias iniciais, após o retorno ao território, uma vez cumpridos os respectivos ciclos de estudos. (vid. mapa 5).



MAPA 5: LOCAIS DE DOCÊNCIA DE LETRADOS

Fonte: *Várias*

É possível discernir, por exemplo, no seio do clero secular, vários letrados a exercer os lugares de mestres-escola nas principais sés do reino, designadamente em Braga, Porto, Coimbra, Lamego e Lisboa. Assim, na arquidiocese do reino identificam-se os nomes de Domingos Domingues, Domingos Peres Vinagre, Martinho Geraldês, mestre Miguel e Pedro Moniz⁸²⁸. A sé do Porto contou, entre os seus escolásticos, com os graduados João Pais, Paio Tomé e Pedro Salvadores, que mais tarde foi sagrado bispo nessa diocese⁸²⁹. Por seu turno, ligados à principal igreja de Coimbra acharam-se

⁸²⁸ Vid. Anexos, quadro 9, fichas prosopográficas 57, 68, 239, 271, 347.

⁸²⁹ Vid. Anexos, quadro 9, fichas prosopográficas 196, 297, 355.

os mestres Gonçalo, Guilherme, João, João Pais, João Peculiar e Pedro⁸³⁰. Já na diocese de Lamego há notícia apenas de um único mestre-escola: mestre Aires⁸³¹. Quanto à catedral de Lisboa, estão referenciados como ocupantes da dignidade Álvaro de Freitas, que chegou a bispo da diocese, Estêvão Rodrigues, que também foi arcediogo de Santarém, o capelão apostólico João Rol, o capelão régio Mateus e Pedro Julião⁸³².

O exercício do mestre-escolado por letrados não se limitou a instituições diocesanas. Está certificado também em duas colegiadas que atingiram grande relevo cultural no território: Sta. Maria de Guimarães e Sta. Maria de Alcáçova de Santarém. Na igreja vimaranense lecionaram Domingos Fernandes, Estêvão Mendes e o cardeal Paio Galvão⁸³³; enquanto na casa escalabitana aparece referenciado um certo mestre Godinho⁸³⁴.

Foram ainda rastreados vários leitores com formação superior entre os elementos das ordens mendicantes. Uma realidade mais notória, em qualquer caso, para os frades dominicanos do que para franciscanos. Nessa condição explícita de lentes relacionaram-se com a comunidade franciscana os doutores Aires e Martinho Mendes, ambos professores no convento de S. Francisco de Lisboa⁸³⁵; João Gil de Zamora, que foi ministro da província de Portugal e docente em S. Francisco de Zamora⁸³⁶; e o peripatético Sto. António que terá dado lições de teologia nas casas menoritas de Montpellier, Toulouse, Pádua e Bolonha, lugares por onde passou nas suas itinerâncias⁸³⁷.

Por sua vez, os lentes dominicanos dispersaram-se pelos principais conventos implantados no reino: Domingos de Santarém, Pedro Pais e Rodrigo Peres de Elvas, na casa de Santarém⁸³⁸; Geraldo Domingues e P. de Alquerio na filial lisboeta⁸³⁹; mestre Lopo, em Coimbra⁸⁴⁰; Domingos Bom e Rodrigo Esteves no mosteiro portuense⁸⁴¹; e Bartolomeu Eanes e Gonçalo de Guimarães, na casa vimaranense da ordem⁸⁴².

⁸³⁰ Vid. Anexos, quadro 9, fichas prosopográficas 121, 135, 145, 195, 197, 306.

⁸³¹ Vid. Anexos, quadro 9, ficha prosopográfica 5.

⁸³² Vid. Anexos, quadro 9, fichas prosopográficas 11, 85, 200, 246, 342.

⁸³³ Vid. Anexos, quadro 9, fichas prosopográficas 64, 83, 293.

⁸³⁴ Vid. Anexos, ficha prosopográfica 111.

⁸³⁵ Vid. Anexos, fichas prosopográficas 6, 240.

⁸³⁶ Vid. Anexos, ficha prosopográfica 190.

⁸³⁷ Vid. Anexos, ficha prosopográfica 92.

⁸³⁸ Vid. Anexos, fichas prosopográficas 54, 351, 376.

⁸³⁹ Vid. Anexos, fichas prosopográficas 102, 283.

⁸⁴⁰ Vid. Anexos, ficha prosopográfica 211.

No universo mendicante foi muito mais estreito e causal o nexos entre a aquisição de graus universitários e o posterior desempenho docente do que aconteceu com os elementos capitulares de sés e de paróquias em relação ao exercício do mestre-escolado. Aliás, o modelo de recrutamento de leitores para o ministério nas duas ordens de frades dependeu, em grande parte, dos frequentadores de estudos gerais⁸⁴³. Ou seja, o envio de mendicantes para estudos gerais no período, obedeceu certamente à intenção de os preparar da forma mais conveniente para assumir o ofício de leitores.

Tentando resumir a questão, em ambientes franciscanos e dominicanos foi muito maior a especialização dos licenciados em estudos gerais, na sua maioria apontados à docência, do que se passou com o clero secular, onde se verificou uma maior dispersão dos mestres e doutores por funções marginais à prática pedagógica. Ora, esse é um dado muito significativo em termos das expectativas e trajetos de carreiras dos escolares ligados ao mundo mendicante quando comparados com os percursos à disposição dos membros do clero catedralício graduados por altos estudos: os primeiros canalizados essencialmente para a atividade docente, e os segundos a diversificarem bastante mais as suas saídas.

Ainda no âmbito claustral, há notícia de um monge cisterciense que foi professor no mosteiro de Sta. Maria de Alcobaça: mestre Domingos Eanes⁸⁴⁴. De novo, causa estranheza a escassez de letrados ligáveis à ordem de Cister, nesta como noutras matérias, contrastando abertamente com o reconhecido nível cultural da ordem, pelo menos no que se refere à casa alcobacense. Por seu lado, no respeitante à comunidade regente estabelecida no reino, foi possível associar ao ensino vários nomes. Assim, em Sta. Cruz de Coimbra desempenharam atividade letiva o prior João Pais, Mendo Dias, Mendo Gonçalves, mestre Raimundo e o presbítero Salgado⁸⁴⁵, enquanto no mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa, a responsabilidade pela docência esteve entregue a mestre Paio, antes de ser conduzido a bispo de Évora, ao prior da instituição, Pedro, e a Pedro Peres, que chegou a ser, a dada altura, procurador do mosteiro⁸⁴⁶. Entre o monaquismo beneditino de feição mais tradicional, o único caso conhecido de um

⁸⁴¹ Vid. Anexos, fichas prosopográficas 52, 375.

⁸⁴² Vid. Anexos, fichas prosopográficas 21, 124.

⁸⁴³ LOPES, Fernando Félix - Escolas públicas dos franciscanos..., p. 365.

⁸⁴⁴ Vid. Anexos, quadro 9, ficha prosopográfica 60.

⁸⁴⁵ Vid. Anexos, quadro 9, fichas prosopográficas 195, 266, 268, 362, 380.

⁸⁴⁶ Vid. Anexos, quadro 9, fichas prosopográficas 285, 308, 352.

letrado encontrado ao serviço pedagógico foi o de mestre Domingos, ligado ao mosteiro de Sta. Maria de Lorvão, numa altura em que no mosteiro se fazia essa observância⁸⁴⁷.

Do exposto, parece plausível admitir que a opção preferencial dos escolares do reino enviados ao exterior para seguir estudos, uma vez encartados com a *licentia docendi*, fosse no sentido de um retorno rápido ao território de origem. Acontece que nem todos devem ter consumado esse regresso, e outros, mesmo acabando por voltar ao reino, não o fizeram imediatamente após a conclusão dos respetivos estudos. Uma demora que foi provocada, nalgumas situações, pela exploração de novas oportunidades de carreira, nomeadamente na cúria pontifical e em casas eclesiásticas estrangeiras, onde foram prebendados, mas também pelo prolongamento dos percursos universitários, na condição de escolares, de professores, ou até de oficiais universitários.

No que se refere aos professores em estudos gerais, a historiografia especializada vem defendendo para a universidade parisiense, numa tese entretanto estendida aos restantes estabelecimentos universitários, a atuação dos seus escolares como lentes por um período geralmente estimado em dois anos, pelo menos numa fase primitiva do seu funcionamento⁸⁴⁸. Nenhuma das notícias obtidas sobre os letrados permite, contudo, ratificar essa *praxis*, mas também não a desmentem, sendo que, em todo o caso, é efetivamente mais fácil de admitir o procedimento para uma época precoce da vida dos estudos gerais, perante um contingente bem mais reduzido de docentes e de discentes, do que para uma época posterior, marcada por uma relativa massificação dos públicos escolares⁸⁴⁹. Nessa medida, é talvez mais aceitável a hipótese de que no recrutamento de docentes ao nível universitário se atendesse, sobretudo, às qualidades intelectuais demonstradas pelos estudantes; ou, então, supor uma evolução da fórmula, com uma solução a dar lugar à outra, perante o cenário de crescimento das instituições universitárias e dos respetivos corpos académicos.

A monitorização das instâncias de ensino frequentadas pelos letrados mostrou parte do grupo a dar aulas, a nível superior, em sítios como Bolonha, Paris e Salamanca – localizações, em grande parte, adivinháveis, por ser expectável uma relativa simbiose entre os circuitos escolares e os circuitos docentes. De professores no estudo bolonhês

⁸⁴⁷ Vid. Anexos, quadro 9, ficha prosopográfica 32.

⁸⁴⁸ VERGER, Jacques - Os professores..., p. 143-167.

⁸⁴⁹ BATAILLON, Louis-Jacques - L'université. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 3. *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 415-428.

há notícias do arcediogo João de Deus, do deão egitaniense João Domingues, do mestre-escola Pedro Moniz e dos bispos Silvestre Godinho e mestre Vicente⁸⁵⁰. Na universidade de Paris parecem ter dado lições, em diferentes épocas, o bispo de Évora Durão Pais, o dominicano Frei Gil de Santarém, o cardeal bispo sabinense João Fróis e o papa Pedro Julião⁸⁵¹. Todos indivíduos de grande notoriedade, com percursos protagonizados ao mais alto nível eclesiástico. Por sua vez, no estudo salmantino é provável que tenha leccionado o cónego da sé de Lamego Miguel Peres⁸⁵².

Excêntricas a essas rotas, assinalam-se os desempenhos docentes de três elementos do grupo. Na universidade de Siena parece ter lecionado Pedro Julião, antes de ser nomeado pontífice, somando essa docência à ministrada no estudo parisiense e àquela que terá exercido na sé de Lisboa, no período em que aí residiu como mestre-escola⁸⁵³. Por seu turno, no estudo geral de Calahorra é apontado o exercício de atividades pedagógicas ao tesoureiro viseense João Soares e a Pedro Salvadores, o futuro bispo da sé do Porto⁸⁵⁴.

Finalmente, ainda em contexto ibérico, um segmento do grupo associado a uma cronologia mais tardia parece ter lido no estudo geral de Lisboa. O que revela que a fundação universitária portuguesa, nos primórdios da sua existência, recorreu, com alguma insistência, à elite intelectual disponível no reino para preencher as necessidades pedagógicas sentidas⁸⁵⁵. Esse recrutamento inicial parece ter decorrido a uma escala eminentemente local, apoiada em particular nos recursos humanos disponíveis na sé lisboeta e no mosteiro regente de S. Vicente de Fora. Estiveram nessas circunstâncias mestre Bartolomeu, raçoeiro da sé de Lisboa; Estêvão Rodrigues, arcediogo e mestre-escola também da igreja de Lisboa; mestre Cernoto; o regente vicentino Gregório; bem como mestre Mendo, Pedro Cardinal e o capelão cardinalício Raimundo Lourenço⁸⁵⁶.

Pelo menos dois dos elementos com prática de ensino foram docentes em mais de um estudo geral: Sto. António, que percorreu vários estudos franciscanos, nomeadamente Pádua, Bolonha e Toulouse, aos quais se deve juntar, porventura, Montpellier; e o referido Pedro Julião, que ensinou nos estudos gerais de Siena e de

⁸⁵⁰ Vid. Anexos, quadro 9, fichas prosopográficas 178, 183, 347, 386, 409.

⁸⁵¹ Vid. Anexos, quadro 9, fichas prosopográficas 73, 106, 188, 342.

⁸⁵² Vid. Anexos, quadro 9, ficha prosopográfica 275.

⁸⁵³ Vid. Anexos, quadro 9, ficha prosopográfica 342.

⁸⁵⁴ Vid. Anexos, quadro 9, fichas prosopográficas 202, 355.

⁸⁵⁵ Lentos, escolares e letrados..., p. 89-147.

⁸⁵⁶ Vid. Anexos, quadro 9, fichas prosopográficas 20, 85, 30, 133, 264, 323, 365.

Paris⁸⁵⁷. É certo que os percursos de ambos foram, em si mesmos, bastante excepcionais, mas a peregrinação que executaram por mais de um estabelecimento de ensino não deve ter sido um atributo exclusivamente seu. Alguns mestres do reino devem ter passado por experiências similares, percorrendo mais do que um estudo geral e colocando aos serviços desses estabelecimentos as suas competências letivas. Uma atuação nesses termos conformar-se-ia, de resto, com a tendência da época ao nível dos trajetos docentes de mestres universitários⁸⁵⁸. Um fenómeno de mobilidade interuniversitária sincrónico com a rotação de estudantes no interior da malha formada pelos estabelecimentos de ensino superior. Contudo, apesar das suspeitas relativas a essas práticas, nenhuma das duas realidades é facilmente divisável a partir dos trajetos dos mestres ligados ao reino.

FUNÇÕES UNIVERSITÁRIAS

É conhecido que, após a sua fundação, os estudos gerais da Cristandade sofreram uma gradual complexificação das respetivas estruturas internas, levando à criação e desenvolvimento de um corpo burocrático-administrativo relativamente extenso, sob a forma de um oficialato especializado capaz de atender às crescentes exigências postas ao seu funcionamento⁸⁵⁹. Necessidades que se fizeram sentir no plano da representação institucional das tutelas universitárias, do enquadramento formal dos corpos diretivos, dos apoios concedidos às atividades docentes, dos métodos de gestão patrimonial e financeira observados, como da admissão e acolhimento de estudantes, apenas para invocar as matérias de foro administrativo mais relevantes⁸⁶⁰.

Essas incumbências, por norma, exigiam competências e saber específicos, e, portanto, uma preparação acima da média. Por essa razão o recrutamento dos quadros parece ter recaído, amiúde, nos próprios corpos docentes e escolares das instituições recrutadoras ou de outras homólogas, ou, então, em antigos *alumni* ou *magistri*, como se

⁸⁵⁷ Vid. Anexos, quadro 9, fichas prosopográficas 92, 342.

⁸⁵⁸ MENANT, François; ANHEIM, Etienne - Mobilité sociale et instruction. Clercs et laïcs du milieu du XIII^e au milieu du XIV^e siècle. In *La mobilità sociale nel medioevo: rappresentazioni, canali, protagonisti, metodi d'indagine*. Atti. Dir. S. Carocci. Rome: [s.n.], 2010, p. 335-373.

⁸⁵⁹ GIEYSZTOR, Aleksander - Gestão e recursos..., p. 107-141.

⁸⁶⁰ IDEM, *ibidem*, p. 107-141.

verificou, para uma época mais tardia, no estudo geral português⁸⁶¹. Entre o lote de letrados que foram chamados a ocupar funções universitárias em estabelecimentos de ensino superior fora do reino, puderam identificar-se Domingos Peres Vinagre, dignitário na arquidiocese de Braga, Durão Pais, que chegou a bispo da sé de Évora, o deão bracarense Fernando Eanes de Portocarreiro e o cónego e chantre lamecense Miguel Peres⁸⁶².

Quanto a Durão Pais recebeu a nomeação como procurador apostólico no estudo geral de Paris, onde estudou e ensinou⁸⁶³. A designação como procurador apostólico remete necessariamente para um cargo prestigiante, considerando-se a preponderância tida pelo Papado na consagração oficial dos *studia generalia* – relembre-se que era ao papa que cabia outorgar esse carácter formal às escolas –, a que se deve juntar o poder e influência que os pontífices sempre procuram exercer sobre as universidades, em geral, e sobre a parisiense, em particular⁸⁶⁴. De facto, no âmago da Cristandade, o estudo geral de Paris foi, sem dúvida, e durante muito tempo, o grande núcleo de preparação e discussão teológica, a que se juntou Oxford numa fase posterior, pelo que a presença do Papado no seu interior sempre se fez sentir com enorme força, apesar das inúmeras disputas pela sua tutela desde o seu início, e que muito abalaram a respetiva autonomia, fortemente espartilhada entre as aspirações pontificais, episcopais, régias e municipais⁸⁶⁵. Não só a nomeação de Durão Pais ao cargo se afigura prestigiante em si mesma, por se tratar de uma representação ao mais alto nível na mais importante universidade do período, como denota, por outro lado, o ascendente que o cónego bracarense, futuro bispo de Évora, conseguiu junto da cúria romana.

No que respeita ao clérigo da sé de Lamego, Miguel Peres, foi indigitado como membro da junta universitária de justiça do estudo geral de Salamanca⁸⁶⁶, órgão com as características de um tribunal especializado, destinado a dirimir as contendas de foro universitário, cuja criação foi decretada pelo rei Fernando de Leão e Castela⁸⁶⁷. Funções

⁸⁶¹ NORTE, Armando - Processos de institucionalização do Estudo Geral português. In *A universidade medieval em Lisboa: séculos XIII-XVI*. Coord. H. Fernandes. Lisboa: Tinta-da-China, 2013, p. 176-179.

⁸⁶² Vid. Anexos, quadro 12, fichas prosopográficas 68, 73, 91, 275.

⁸⁶³ Vid. Anexos, quadro 12, ficha prosopográfica 73.

⁸⁶⁴ NARDI, Paolo - Relações com as autoridades..., p. 75-104.

⁸⁶⁵ LE GOFF, Jacques - *Os intelectuais na Idade Média...*, p. 73-81.

⁸⁶⁶ Vid. Anexos, quadro 12, ficha prosopográfica 275.

⁸⁶⁷ ANTUNES, José - Portugueses no processo histórico da fundação da Universidade de Salamanca ..., p. 23-24.

em tudo semelhantes, e em data próxima, às que foram exercidas pelo deão Fernando Eanes de Portocarreiro⁸⁶⁸. O cónego lamecense e o deão de Braga estão dados como estudantes e, quiçá, mestres no estudo salmantino, ambos com grande probabilidade versados em direito, como o sugerem, aliás, as próprias nomeações para a comissão arbitral da universidade de Salamanca⁸⁶⁹. A criação de tribunais especializados, à margem das instâncias judiciais comuns, constituiu uma prática bastante corrente nos territórios que acolheram universidades, em resultado dos muitos litígios que se verificavam entre as comunidades estudantis e as populações locais, levando à constituição de jurisdições próprias de julgamento e de apelação para o julgamento de matérias disciplinares⁸⁷⁰. A necessidade de criar tribunais especiais atendeu a várias causas, desde o choque entre os diferentes estilos de vida de populares e universitários⁸⁷¹, até à proteção e enquadramento com privilégios mestres e escolares, em função das necessidades sentidas pelos monarcas e eclesiásticos de angariarem indivíduos bem preparados culturalmente e detentores de formação avançada, atitudes que se podem detetar, de resto, na própria universidade portuguesa desde a sua entrada em funcionamento⁸⁷².

Por seu turno, Domingos Peres Vinagre foi designado como árbitro num processo eleitoral destinado a eleger o reitor do estudo geral de Bolonha, universidade onde ingressou para cursar matérias jurídicas⁸⁷³. O reitorado era, como ainda é hoje, o órgão máximo na hierarquia das corporações universitárias, com os reitores a disporem de grande capacidade decisória ao nível da administração e do ensino, aliadas às funções de máxima representação institucional que também lhes eram cometidas⁸⁷⁴. Nessa medida, a indigitação do mestre-escola bracarense para a arbitragem de um processo eleitoral envolvendo um órgão tão prestigioso é bastante definidora do estatuto e consideração que adquiriu no interior do estabelecimento de ensino.

⁸⁶⁸ Vid. Anexos, quadro 12, ficha prosopográfica 91.

⁸⁶⁹ Vid. Anexos, ficha prosopográfica 275.

⁸⁷⁰ GIEYSZTOR, Aleksander - Gestão e recursos..., p. 112.

⁸⁷¹ SCHWINGES, Rainer Christoph - Formação dos estudantes e vida estudantil..., p. 222-227.

⁸⁷² O cartulário da universidade portuguesa reúne numerosas cartas de privilégio emitidas pelas instâncias protetoras em benefício de escolares e de professores desde os primeiros anos de funcionamento do estudo geral. Vid. *Chartularium universitatis portugalisensis. Vol. 1...*

⁸⁷³ Vid. Anexos, quadro 12, ficha prosopográfica 68.

⁸⁷⁴ NORTE, Armando - Processos de institucionalização do Estudo Geral português..., p. 177-178.

O provimento de homens de letras do reino em funções universitárias, mesmo com caráter episódico, corrobora várias tendências que vêm sendo afirmadas para os letrados do reino. As nomeações, apesar de pouco substantivas e da falta de outros elementos, parecem reforçar a importância que se vem procurando reconhecer às clientelas como formas de promoção social e institucional no interior da cronologia, já que as suas indigitações devem ter beneficiado de intervenções apostólicas, no caso de Durão Pais, ou de ratificações régias, como aconteceu com Miguel Peres e Fernando Eanes de Portocarreiro, ou ainda de um reconhecimento feito por pares, na base da chamada de Domingos Peres Vinagre ao supervisionamento da eleição para o reitorado. Em segundo lugar, apesar da sua raridade, ou por causa dela, as indigitações recebidas, atendendo às suas coordenadas espaciais, assinalam os principais corredores de circulação estabelecidos entre letrados do reino e instituições de ensino superior, os quais passavam, como se vem afirmando, de forma quase invariável por Paris, Bolonha e Salamanca – inquestionavelmente os eixos mais largos, mais percorridos e que se mantiveram ativos de forma mais persistente.

POSSE DE MANUSCRITOS

Atendendo ao significado etimológico do termo, definindo-se os letrados como indivíduos versados em letras ou em literatura, a posse de obras constituiu um dos seus atributos mais evidentes, pois o saber que lhes serviu de suporte tinha sobretudo uma base livresca, e só depois empírica⁸⁷⁵. Com efeito, várias dezenas de elementos associados ao reino pertencentes ao grupo mais escolarizado apareceram como

⁸⁷⁵ O olhar lançado aos manuscritos nesta seção privilegiou uma visão instrumental do livro considerado enquanto indício material de conhecimento por parte dos seus possuidores. Ou seja, recorreu-se aqui à informação sobre as obras com o objetivo de melhor tipificar sociologicamente os letrados, não tanto como forma de auscultar o seu nível de conhecimentos ou a natureza do seu saber. Agindo dessa maneira, evitou-se redundância de informação em relação ao tratamento das livrarias particulares, mas mais importante, assegurou-se um melhor enquadramento da informação, do ponto de vista da funcionalidade dos dados. Importa ainda esclarecer, a esse propósito, que na parte reservada à caracterização do saber foram considerados todos os manuscritos observáveis em testamentos, independentemente da graduação académica dos seus proprietários e da sua qualificação ou não como letrados, já que o foco incidiu no conhecimento; ao passo que neste capítulo se consideraram apenas as obras atribuíveis aos homens identificados como mestre e doutores, por o foco estar na caracterização do grupo.

proprietários de manuscritos, perfazendo o número de quarenta e um mestres⁸⁷⁶. Um número não massivo, já que sinaliza hábitos de acumulação bibliográfica para apenas um décimo do universo de letrados, resultado curto face ao que seria de supor das suas qualificações, mas explicável pela falta de notícias de óbitos e testamentos que rodeia muitos deles, onde esse tipo de referências bibliográficas poderia ser encontrado com mais facilidade. Em todo o caso, uma quantidade não desprezável, e até de grande utilidade: em primeiro lugar, porque a propriedade de livros serviu para esclarecer a própria condição de vários deles enquanto homens de saber; e porque, em muitas ocasiões, serviu como meio para aproximar à sua formação específica, a partir do levantamento dos temas das obras achadas nas suas mãos.

Um primeiro dado que se pode extrair da informação reunida tem a ver com a dimensão das livrarias possuídas: oscilando entre exemplares únicos e fundos mais completos, por vezes ultrapassando largamente a dezena de obras. Alguns desses núcleos conheceram, portanto, uma razoável amplitude, estando aptos a rivalizar com certas bibliotecas institucionais do período, sendo que, na verdade, o tamanho efetivo da maior parte das livrarias mantidas pelos homens de letras persiste muitas vezes oculto, encapotado por nomeações genéricas a manuscritos que prejudicam a contabilização e o conhecimento individual das obras. O que talvez possa ser radicar em estratégias dos escribas para evitar arrolamentos muito extensos – e, então, poder-se-á estar perante livrarias com algum protagonismo –, ou apenas uma forma simplificada, facilitista, de fazer a enunciação de pequenos lotes à guarda particular.

Apesar das reservas expostas, impeditivas de uma contabilização eficaz do número de obras constantes de algumas bibliotecas particulares, é pacífico afirmar que no topo da lista de letrados com mais livros colecionados se contam mestre Martinho, cónego e presbítero da sé de Coimbra, um certo mestre Gil, sobre quem escasseiam notícias, um outro mestre Gil, dito de Leiria, e os bispos Egas Fafes e João Martins de Soalhães⁸⁷⁷. O primeiro destes letrados dispôs de um conjunto bibliográfico que se aproximou das duas dezenas de obras, construído em torno da medicina e das artes liberais, onde figuraram também livros de direito e peças litúrgicas, numa demonstração

⁸⁷⁶ Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 19, 24, 37, 57, 59, 61, 62, 68, 73, 75, 80, 84, 91, 103, 105, 130, 140, 145, 148, 153, 182, 183, 188, 191, 193, 207, 221, 237, 239, 246, 278, 316, 326, 327, 342, 344, 347, 355, 364, 383, 416.

⁸⁷⁷ Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 75, 103, 105, 193, 221.

de grande versatilidade literária e amplitude de interesses⁸⁷⁸. Por sua vez, um dos mestres de nome Gil possuiu uma livraria também ampla, com quinze manuscritos assinalados, também dominada por escritos de cariz artístico e médico⁸⁷⁹. Quanto ao bispo da sé de Coimbra, Egas Fafes, foi capaz de compor uma biblioteca com dimensões próximas às dos mestres anteriores, mas essencialmente contendo obras de recorte jurídico⁸⁸⁰. No que respeita a mestre Gil de Leiria, um dos vários físicos régios do período, juntou o impressionante número de mais de quarenta obras, organizadas em dois corpos principais: a medicina e o direito⁸⁸¹. Tal como ele, o prelado da sé de Lisboa João Martins de Soalhães reuniu sobretudo livros jurídicos e médicos na sua coleção privada, num cômputo que ultrapassou seguramente os vinte textos⁸⁸².

De uma forma mais genérica, passando à margem de casos particulares, o panorama das bibliotecas reunidas pelos letrados evidenciou uma dicotomia de abordagens na composição dos núcleos de manuscritos, que os exemplos anteriores já indicaram: uma grande especialização funcional, perceptível no modo como algumas das livrarias obedeceram a interesses e temáticas muito específicas; em contraste com uma aproximação mais alargada, generalista e versátil ao conhecimento, pautada pela angariação de textos versando diversos tópicos, que devem ter refletido os amplos interesses dos seus titulares.

As notícias sobre livros são consistentes com muitas das observações vertidas em relação às áreas de estudo, ao sancionarem tendências já desenhadas. Assim, entre os lotes de escritos que pertenceram à elite mais escolarizada, avultam os tratados e as sumas jurídicas; peças que dominaram as lógicas de requisição bibliográfica quer em termos do número absoluto de textos quer do número de indivíduos que possuíram literatura jurídica⁸⁸³. Sem surpresa, o direito imperial esteve representado no lote de manuscritos por vários exemplares do *Código*, de Justiniano⁸⁸⁴, do *Digesto*⁸⁸⁵, das *Instituições*⁸⁸⁶ e do *Autêntico*⁸⁸⁷, que formavam o catálogo de obras de referência para a

⁸⁷⁸ Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 221.

⁸⁷⁹ Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 103.

⁸⁸⁰ Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 75.

⁸⁸¹ Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 105.

⁸⁸² Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 193.

⁸⁸³ Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 19, 37, 57, 61, 68, 75, 91, 105, 140, 145, 148, 153, 183, 193, 207, 239, 278, 316, 342, 344, 347, 355, 383, 416.

⁸⁸⁴ Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 37, 75, 193, 239, 347, 416.

⁸⁸⁵ Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 37, 75, 105, 193, 347, 383, 416.

⁸⁸⁶ Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 37, 75, 105.

área do direito civil⁸⁸⁸; ao passo que o direito canónico estava bastante bem representado entre a comunidade letrada por intermédio das diversas cópias das *Decretais*⁸⁸⁹ e do *Decreto*, de Graciano⁸⁹⁰ encontradas em poder dessa elite, assim como por uma generosa quantidade de sumas legais, com ou sem aparatos⁸⁹¹, além de várias obras genericamente intituladas *Razões*, *Questões*, *Concordâncias*, e espécies jurídicas afins⁸⁹².

Por ser fastidioso elencar os nomes de todos os letrados detentores de escritos legais, dado o seu número alargado, é, talvez, preferível optar por destacar alguns dos que puseram maior ardor em colecionar edições jurídicas, aspeto em que se voltam a evidenciar os prelados Egas Fafes e João Martins de Soalhães, a par de outros três mestres a quem é legítimo imputar sólida formação legal: Guilherme de Saint-Géry, deão da sé de Coimbra, Pedro Moniz, cónego da catedral de Lamego e mestre-escola de Braga, e o arcediogo bracarense Domingos, para citar os exemplos que parecem sintetizar melhor a preferência por obras de direito⁸⁹³.

Por sua vez, os livros de medicina estão referenciados em menor número do que os jurídicos. Mas, ao contrário destes, os tratados médicos encontraram-se mais concentrados, repartidos por muito poucas mãos⁸⁹⁴. Entre as obras desse perfil destacam-se alguns textos práticos sobre o exercício da medicina e, sobretudo, os tratados médicos das principais autoridades reconhecidas na época: Galeno e Hipócrates. Mas também há conhecimento de manuscritos devidos a Teófilo Alexandrino⁸⁹⁵, Pedro Musandino de Salerno⁸⁹⁶, Gil de Corbeil⁸⁹⁷, Filareto⁸⁹⁸, Isaac Israel⁸⁹⁹, Joanício⁹⁰⁰ ou Mauro de Salerno⁹⁰¹, todos na posse de mestre Gil de Leiria. Este sobressai, portanto, entre os requisitantes de bibliografia médica, pela diversidade e

⁸⁸⁷ Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 75.

⁸⁸⁸ PEREIRA, Isaiás da Rosa - Livros de direito na Idade Média I..., p. 11-13.

⁸⁸⁹ Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 19, 37, 68, 75, 91, 105, 140, 148, 153, 193, 207, 278, 344, 347, 383, 416.

⁸⁹⁰ Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 37, 75, 91, 105, 145, 193, 207, 342, 383.

⁸⁹¹ Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 61, 75, 91, 105, 145, 183, 193, 416.

⁸⁹² Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 68, 105 193, 221, 416.

⁸⁹³ Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 37, 75, 140, 193, 347.

⁸⁹⁴ Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 130, 193, 221, 344

⁸⁹⁵ Sobre Teófilo Alexandrino vid. Anexos, quadro 33.

⁸⁹⁶ Sobre Pedro Musandino de Salerno vid. Anexos, quadro 33.

⁸⁹⁷ Sobre Gil de Corbeil vid. Anexos, quadro 33.

⁸⁹⁸ Sobre Filareto vid. Anexos, quadro 33.

⁸⁹⁹ Sobre Isaac Israel vid. Anexos, quadro 33.

⁹⁰⁰ Sobre Joanício vid. Anexos, quadro 33.

⁹⁰¹ Sobre Mauro de Salerno vid. Anexos, quadro 33.

amplitude da coleção reunida. Detentores de textos análogos foram Pedro Martins, bispo da sé de Évora e de Coimbra; Martinho, cónego e presbítero desta última diocese; Gonçalo de Lever, um outro cónego da catedral conimbricense; e João Martins de Soalhães, bispo da sé de Lisboa. Sabe-se, no entanto, muito pouco sobre os conteúdos e extensão dos núcleos de livros médicos na posse destes homens, pois as notícias que testemunham o facto não passam de descrições imprecisas e genéricas, impedindo a sua identificação firme e uma contagem rigorosa⁹⁰².

De modo semelhante ao assinalado para os proprietários de obras de medicina, são relativamente poucos os letrados que surgem como titulares de manuscritos versando as artes liberais⁹⁰³. É possível apenas distinguir nessa condição os mestres Julião Juliães e Martinho, ambos da diocese de Coimbra⁹⁰⁴; os mestres-escola de Braga Domingos Domingues e Domingos Peres Vinagre⁹⁰⁵; aos quais se pode juntar o mestre Gil, que, em 1218, foi beneficiário de uma larga doação de livros procedente do mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra⁹⁰⁶. As obras desta temática, quando divisáveis, apareceram quase sempre a emparelhar com textos médicos, jurídicos ou doutrinários, não parecendo constituir núcleos autónomos, antes servindo de complementos a livrarias estruturadas em outras direções, de orientação mais precisa. Uma informação que faz todo o sentido quando cruzada com a vocação propedêutica e subsidiária atribuída ao ramo das artes liberais.

Num outro paralelo com a literatura médica, estes textos encontraram-se habitualmente nomeados de forma algo genérica. Há designações que os referem simplesmente como obras de gramática⁹⁰⁷ ou lógica⁹⁰⁸, matérias que com a retórica resumem os ramos do trívio, ou como textos de astronomia⁹⁰⁹, aritmética⁹¹⁰ e geometria⁹¹¹, disciplinas que juntamente com a música integravam o quadrívio. No entanto, de forma pontual foram fornecidos detalhes mais concisos sobre alguns desses

⁹⁰² Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 344, 221, 130, 193.

⁹⁰³ Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 57, 68, 103, 207, 221, 344.

⁹⁰⁴ Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 221, 207.

⁹⁰⁵ Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 57, 68.

⁹⁰⁶ Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 103.

⁹⁰⁷ Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 57, 68.

⁹⁰⁸ Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 57, 68.

⁹⁰⁹ Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 103, 221.

⁹¹⁰ Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 221.

⁹¹¹ Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 103.

textos, permitindo reconhecer certos autores – Prisciano⁹¹², Túlio Cícero⁹¹³, Aristóteles⁹¹⁴, Alcabício⁹¹⁵, Helperico de Auxerre⁹¹⁶ ou Guilherme de Conques⁹¹⁷ –, alguns dos quais faziam parte dos cânones do conhecimento da época. De forma circunstancial foi possível ainda identificar certos títulos, como o *Liber circulj celestis spere*⁹¹⁸, do campo da astronomia, ou o *Liber comptj*, ligado à aritmética⁹¹⁹.

A teologia, como os restantes saberes, esteve também consagrada nos armários particulares dos letrados⁹²⁰. Entre as fontes de doutrina, foi possível identificar *Evangelhos*, como os escritos por João e por Mateus, acompanhados por glosas⁹²¹; algumas peças de livros veterotestamentários, como o *Cântico dos Cânticos* ou o *Livro do Génesis*⁹²² e até bíblias integrais, de diferentes dimensões e formatos⁹²³. Há também registo de livros fundamentais para a história da doutrina cristã como a *Cidade de Deus*, de Sto. Agostinho⁹²⁴, propriedade de Vicente Mendes, deão portuense e, mais tarde, bispo da sé⁹²⁵; o *Livro das Sentenças*, de Pedro Lombardo, na posse de Estêvão Moniz, físico régio e deão da cidade de Coimbra⁹²⁶; o célebre comentário feito por S. Tomás de Aquino ao sentenciário do bispo de Paris, achado junto do cisterciense Pedro de Espanha⁹²⁷; e uma *Suma teológica*, redigida por Alberto Magno, que pertenceu a Domingos Peres Vinagre, o já referido mestre-escola bracarense⁹²⁸. Um exemplar, de resto, cedido por este ao seu sucessor na função, Domingos Domingues, o que pode mostrar o interesse da obra como manual de ensino⁹²⁹. Sobram ainda alguns livros

⁹¹² Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 103, 207. Sobre Prisciano vid. Anexos, quadro 33.

⁹¹³ Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 103. Sobre Cícero vid. Anexos, quadro 33.

⁹¹⁴ Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 57, 68.

⁹¹⁵ Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 103. Sobre Alcabício vid. Anexos, quadro 33.

⁹¹⁶ Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 103. Sobre Helperico de Auxerre vid. Anexos, quadro 33.

⁹¹⁷ Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 221. Sobre Guilherme de Conques vid. Anexos, quadro 33.

⁹¹⁸ Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 103.

⁹¹⁹ Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 103.

⁹²⁰ Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 57, 61, 68, 84, 103, 221, 246, 326, 327, 416.

⁹²¹ Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 221, 327.

⁹²² Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 221.

⁹²³ Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 246, 416

⁹²⁴ Sobre Agostinho de Hipona vid. Anexos, quadro 33.

⁹²⁵ Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 416.

⁹²⁶ Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 84.

⁹²⁷ Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 326.

⁹²⁸ Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 68. Sobre Alberto Magno vid. Anexos, quadro 33.

⁹²⁹ Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 57.

referidos precisamente como obras de teologia, mas que não são caracterizados com segurança ou alvo de quantificação precisa, pois foram referidos em lote⁹³⁰.

À margem dos livros enquadrados pelo tradicional esquema de divisão do saber, um número muito interessante de letrados acumulou itens litúrgicos, cuja utilidade era óbvia para os seus proprietários, todos religiosos: a condução de homilias e rituais eucarísticos⁹³¹. O contingente contou com missais⁹³², epistolários⁹³³, livros de ofícios⁹³⁴, sacramentários⁹³⁵, evangeliários⁹³⁶, sermonários⁹³⁷, santorais⁹³⁸, dominicais⁹³⁹, breviários⁹⁴⁰ e saltérios⁹⁴¹, tudo espécies bibliográficas ligadas com o ofício religioso, em relação aos quais há notícias de vários exemplares, predominando os breviários e os livros de salmos sobre os demais. Os saltérios gozavam de um protagonismo duplo, em resultado do uso que lhes era dado no ensino das primeiras letras, ultrapassando a sua dimensão litúrgica mais elementar, para se inscreverem num tipo de literatura de pendor pedagógico, campo onde caberiam também os livros de cômputo, destinados à aprendizagem da aritmética, como os que se vislumbram nas coleções de mestre Martinho e mestre Gil⁹⁴². Outros livros reunidos por mestres que devem ter servido como manuais de ensino, embora em contextos de aprendizagem bem mais avançados, seriam os tratados jurídicos formados pelas coleções de direito civil e canónico, pois tinham simultaneamente aplicação prática e didática. O mesmo assenta ao citado *Livro das Sentenças*, da autoria de Pedro Lombardo, que integrou o programa universitário do ensino da teologia durante largo período⁹⁴³.

A hagiografia também encontrou alguma expressão nos armários particulares de mestres⁹⁴⁴. É certo que se tratou de uma expressão diminuta, pois os exemplos colhidos resumem-se a um livro sobre a vida dos santos e a um livro de milagres de S. Rosendo,

⁹³⁰ Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 57, 61.

⁹³¹ Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 24, 37, 62, 68, 75, 80, 188, 191, 221, 237, 344, 355, 364, 383.

⁹³² Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 80, 221, 344.

⁹³³ Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 344.

⁹³⁴ Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 24, 364.

⁹³⁵ Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 24.

⁹³⁶ Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 24.

⁹³⁷ Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 221.

⁹³⁸ Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 188.

⁹³⁹ Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 188.

⁹⁴⁰ Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 62, 68, 75, 80, 191, 383.

⁹⁴¹ Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 75, 80, 237, 355, 364.

⁹⁴² Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 221, 103.

⁹⁴³ Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 84.

⁹⁴⁴ Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 68, 416.

respetivamente na posse do bispo portuense Vicente Mendes⁹⁴⁵ e do dignitário da igreja de Braga, Domingos Peres Vinagre⁹⁴⁶. O número, sendo tão vestigial, vale como sinal de alguma atenção reservada ao assunto por parte dos letrados, mas, ao mesmo tempo, demonstra que as vidas exemplares de santos não fizeram parte das suas prioridades bibliográficas. Na verdade, o hábito da leitura edificante das *vitae* e *Flos sanctorum* parece ter sido um fenómeno com manifestações mais tardias.

Numa perspetiva diferente, em relação às observâncias religiosas verificou-se que a parte mais significativa dos proprietários de manuscritos pertenceu ao clero secular. Será, em certa medida, uma visão contaminada pelo viés da amostra, fruto do tipo de fontes compulsadas, mas não deixa de ser sintomático das orientações intelectuais desse segmento clerical. Muito interessante é perceber a proporção bastante elevada de bispos com preparação superior envolvidos na coleta de livros⁹⁴⁷. O facto pode explicar-se de vários modos: pelas exigências decorrentes da função; por uma maior sensibilidade cultural do alto clero; pelas doações que, por regra, ocorriam em favor dos prelados e que incluíam, incidentalmente, livros; e, até, por uma certa promiscuidade entre os patrimónios episcopal e particular dos bispos, que terá levado ocasionalmente a fenómenos de apropriação pessoal de vários bens.

Noutra linha, as ligações eclesiásticas dos proprietários de livros retomam, confirmando-as, uma série de suposições relacionadas com a polarização do saber em torno dos núcleos urbanos de Braga e Coimbra. Um protagonismo seguido, de perto, por clérigos de Lisboa, que experimentou um gradual crescendo de influência aproximadamente a partir de metade da cronologia, com as cidades de Évora e Porto a figurarem num terceiro patamar enquanto centros intelectuais.

Por fim, importa ainda reconhecer uma certa propensão para o saber livresco de uma parte expressiva de indivíduos achados no serviço régio na condição de conselheiros do rei, de seus pregadores, clérigos, físicos ou capelães, na maioria proprietários de obras de carácter eminentemente médico ou jurídico⁹⁴⁸.

⁹⁴⁵ Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 416.

⁹⁴⁶ Vid. Anexos, quadro 10, ficha prosopográfica 68.

⁹⁴⁷ Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 19, 24, 61, 73, 75, 80, 188, 193, 239, 246, 342, 344, 355, 364, 383, 416.

⁹⁴⁸ Vid. Anexos, quadro 10, fichas prosopográficas 19, 61, 62, 73, 80, 84, 91, 105, 130, 188, 193, 237, 246, 316, 342, 344, 347, 355, 364, 416.

FINANCIAMENTO

Os elevados custos implicados na recolha de uma preparação intelectual avançada, que, como vem sendo afirmado com recorrência, só podia ser adquirida fora do reino durante a cronologia observada, implicaram o desenvolvimento de mecanismos de apoio e subvenção a estudos. Um sistema de apoio que se tornava muito premente devido às situações de carência económica experimentadas por uma parte dos escolares interessados em adquirir a formação ou escolhidos para o efeito pelas instituições a que pertenciam⁹⁴⁹. A estrutura de custos envolvidos numa saída para efeitos de estudo era muito variada, podendo ser desdobrada, no essencial, em viagens longas, estadias prolongadas com duração de vários anos, pagamento de taxas, propinas e emolumentos diversos e aquisição de textos pedagógicos⁹⁵⁰.

O auxílio à formação na época teve uma dupla dimensão: institucional e pessoal. Sobre a primeira modalidade, há notícias de bolsas atribuídas a escolares por instâncias religiosas e régias, de que são exemplos, bem conhecidos e invocados amiúde, a doação feita pelo arcebispo da sé de Braga, João Peculiar, aos cónegos da arquidiocese que pretendessem estudar no estrangeiro⁹⁵¹, e a doação de quatrocentos morabitos anuais feita por D. Sancho I ao mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra para suporte das despesas com os estudos de cónegos da congregação enviados para regiões gaulesas⁹⁵². Em paralelo com esses auxílios, alguns particulares revelaram preocupações semelhantes. Com efeito, há registos de letrados, e até de outros indivíduos que não foi possível identificar como tal, que demonstraram preocupações formativas com as suas clientelas, cedendo verbas ou textos pedagógicos a escolares.

Por maioria de razões, iniciativas desse tipo seriam favorecidas pela experiência pessoal dos letrados, que tinham experimentado na pele as dificuldades da *peregrinatio* académica ou, pelo menos, contactado com estudantes mais desfavorecidos que, por certo, as teriam vivido. Não são, todavia, muito substanciais as notícias a esse respeito⁹⁵³. Os prelados João Peculiar, Egas Fafes, Martinho Geraldês e Domingos

⁹⁴⁹ GOMES, Saul António - A solidariedade eclesial na promoção de escolares pobres a estudos universitários: o exemplo coimbrão nos séculos XIV e XV. *Congresso de História da universidade. Actas*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1991. Vol. 4, p. 195-234.

⁹⁵⁰ SCHWINGES, Rainer Christoph - A admissão..., p. 171-191.

⁹⁵¹ CUNHA, Maria Cristina Almeida - *A chancelaria arquiépiscopal de Braga...*, p. 116.

⁹⁵² CAEIRO, Francisco da Gama - *Santo António de Lisboa. Vol. 1. ...*, p. 65-67.

⁹⁵³ Vid. Anexos, quadro 13, fichas prosopográficas 28, 61, 75, 197, 239, 321, 337, 338.

Eanes Jardo foram alguns dos homens de letras que foi possível encontrar a financiar estudos, usando os respetivos testamentos como meio de providenciar essa ajuda⁹⁵⁴. Outros que obedeceram ao mesmo tipo de impulso foram Bernardo Hispano, mestre Pedro, prior em S. Tiago de Óbidos, o chanceler régio Pedro Feijão e o deão bracarense Pedro Gonçalves⁹⁵⁵. Fizeram-no empregando fórmulas diversas, e que resumem os expedientes mais comuns para apoiar projetos escolares na época: a cedência de livros⁹⁵⁶, a atribuição de bolsas de estudo⁹⁵⁷, a dispensa de acolhimento a estudantes⁹⁵⁸ e a entrega de doações financeiras ou patrimoniais. Os alvos dessas campanhas foram, invariavelmente, familiares⁹⁵⁹ e estudantes pobres⁹⁶⁰, em sintonia perfeita com duas das atitudes mentais predominantes da época, particularmente em voga no meio religioso, e de que se podem encontrar frequentes provas nos mais diversos registos: o respeito pelas solidariedades familiares e atitudes pietistas face aos mais desvalidos.

PRODUÇÃO ESCRITA

No que se refere à produção de escrita, mais de cinco dezenas de indivíduos, correspondendo sensivelmente a uma oitava parte do universo total de letrados, desenvolveram seguramente atividade escrita mais ou menos regular: fosse o produto de pensamentos originais, em resultado de reflexão e trabalho intelectual, no que se envolveram pelo menos dezena e meia de letrados; fosse uma produção de índole mais rotineira, agregada ao desempenho de certas competências funcionais exigindo conhecimentos notariais, atividade desenvolvida pelo menos por 34 dos mestres recenseados. Duas atitudes muito diferenciadas face ao exercício da escrita para que remete a distinção a seguir operada entre produção bibliográfica e produção diplomática. Praticantes de ambas as modalidades foram, com toda a segurança, os bispos Durão Pais e mestre Vicente, além do crúzio Pedro Alfarde⁹⁶¹.

⁹⁵⁴ Vid. Anexos, quadro 13, fichas prosopográficas 61, 75, 197, 239.

⁹⁵⁵ Vid. Anexos, quadro 13, fichas prosopográficas 28, 321, 337, 338.

⁹⁵⁶ Vid. Anexos, quadro 13, ficha prosopográfica 75.

⁹⁵⁷ Vid. Anexos, quadro 13, fichas prosopográficas 61, 197, 321, 337.

⁹⁵⁸ Vid. Anexos, quadro 13, ficha prosopográfica 61.

⁹⁵⁹ Vid. Anexos, quadro 13, fichas prosopográficas 28, 75, 239, 338.

⁹⁶⁰ Vid. Anexos, quadro 13, ficha prosopográfica 61.

⁹⁶¹ Vid. Anexos, quadro 13, fichas prosopográficas 73, 322, 409.

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Por produção bibliográfica, neste contexto, quis-se significar a redação de obras originais, de conteúdo inovador, valorizando-se na noção o cunho autoral, ou seja, considerando-se o conceito de autor na sua aceção mais genuína e radical, tal como está estabelecida para a época contemporânea – como alguém que cria, por faculdade própria, obtendo-se em resultado desse ato criador um discurso singular e irrepetível, fruto de experiências e conhecimentos únicos e de um trabalho consistente de maturação intelectual.

Numa extensão do conceito, considerou-se ainda enquanto produção bibliográfica a atividade de tradução exercida por alguns dos mestres anotados, por implicar uma intervenção pessoal dos indivíduos envolvidos na tarefa, carrilando para ela saberes específicos, nomeadamente competências linguísticas e a capacidade intelectual de interpretar um discurso, submetendo-o, ato contínuo, a uma posterior reconstrução. Nessa medida, a atividade de tradução aproxima-se da gestação de obras originais, pois nela convergem um discurso singular – na medida em que nenhuma tradução de uma obra se assemelha a outra – ao lado de investimentos pessoais de conhecimento, experiência e reflexão que mostram a tradução como uma tarefa conexas com a criação, e os tradutores, como criadores ou, mais justamente, como recriadores de obras.

Em rigor, não foram muitos os homens de letras presentes no reino durante a periodização que apareceram como autores de obras com as características descritas: originais e fruto de um trabalho amadurecido de reflexão intelectual⁹⁶². A essa circunstância não será alheia, em certo sentido, a valorização dada no período às obras das autoridades, estando a conjuntura ainda refém de um clima cultural muito marcado desde a época alto medieval pelo papel da tradição, tida como inquestionável, apenas se tolerando pesquisas intelectuais assentes nas reinterpretações das fontes, e muito poucos trabalhos originais⁹⁶³. Ainda que esse panorama estivesse a sofrer fundas mutações no

⁹⁶² Vid. Anexos, quadro 11, fichas prosopográficas 12, 19, 28, 58, 73, 74, 77, 92, 106, 178, 183, 207, 322, 341, 342, 386, 409.

⁹⁶³ VERGER, Jacques - Modelos..., p. 39.

seu padrão, o papel desempenhado pelas autoridades continuava ainda a fazer-se sentir, de modo muito enfático, nos séculos XII e XIII⁹⁶⁴.

Para além dessas condições conjunturais, que dificultavam a produção bibliográfica autónoma, o aparecimento de novas obras e a sua disseminação, nunca se parecem ter materializado no território português as condições ideais para o desenvolvimento de uma investigação intelectual profunda e sistemática, pelo menos até à época da expansão e dos descobrimentos⁹⁶⁵.

Mesmo a fundação do estudo geral no reino, no final da centúria de duzentos, não parece ter gerado dinâmicas culturais com força suficiente para elevar qualquer das bolsas intelectuais no território a um papel central no campo da investigação científica e literária europeia. Sem pretender fazer uma leitura demasiado determinística da situação, é preciso considerar as condições particulares do reino e o seu carácter extremamente periférico face aos estudos gerais europeus para melhor entender a ausência de uma atividade cultural mais significativa. Nesse sentido, os mestres portugueses ou associados ao território parecem ter agido mais como correntes de transmissão de um saber europeu dimanado de outras geografias culturais do que como autores originais⁹⁶⁶.

Poucos letrados escaparam a essa tendência mais genérica. Apareceram a redigir escritos ou envolvidos em traduções pouco mais de uma dezena de indivíduos, o que é demonstrativo da sua exiguidade, mesmo admitindo um eventual desconhecimento de outras obras da sua lavra e as dificuldades relacionadas com a atribuição de certos escritos. Na qualidade de tradutores foi possível rastrear os nomes do dominicano Frei Gil de Santarém, conhecedor do árabe e, talvez, do hebraico⁹⁶⁷, e do bispo Durão Pais, o

⁹⁶⁴ HOLZ, Louis - Autore, copista, anonimo. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 1. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 325-351.

⁹⁶⁵ ALBUQUERQUE, Luís de - *Os antecedentes históricos das técnicas de navegação e cartografia na época dos descobrimentos*. Lisboa: [Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses], 1988.

⁹⁶⁶ GOMES, Saul António - *A religião dos clérigos...*, p. 339-413.

⁹⁶⁷ Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 106. Sobre a produção escrita de Fr. Gil de Santarém vid. CORTESÃO, Jaime - S. Frei Gil: a história e a lenda. *A Águia: Órgão da Renascença Portuguesa*. 51 (1916) 73-76; NASCIMENTO, Aires Augusto - Gil de Santarém, Frei. In *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Org. e coord. G. Lanciani e G. Tavani. Lisboa: Caminho, 1993, p. 294-295. Ainda sobre Gil de Santarém vid. Anexos, quadro 33.

mais do que provável autor de uma tradução latina e respetivo comentário ao tratado *De economia*, de Aristóteles⁹⁶⁸.

Quanto às obras verdadeiramente originais, apesar de não atingirem uma quantidade muito elevada, versaram vários géneros. Sinalizam a preferência pelo direito, testemunhada na época⁹⁶⁹, mas também dão conta de uma certa abertura a outros temas por parte de alguns autores que exploraram os campos da teologia⁹⁷⁰ e da literatura apologética⁹⁷¹, da Cronística⁹⁷², da hagiografia⁹⁷³, da homilética⁹⁷⁴, e, ainda mais residualmente, da medicina, da espiritualidade⁹⁷⁵ e da diplomática⁹⁷⁶. Os trabalhos produzidos apresentam, como é natural, valor diverso e tiveram também impacto muito diferente: alguns foram incapazes de ultrapassar uma relativa obscuridade, enquanto outros alcançaram uma influência bem mais significativa, sobrevivendo melhor ao teste do tempo e mantendo-se como referências bibliográficas durante períodos mais longos; outros ainda serviram para uso de estudantes, como manuais de texto.

Na produção escrita que se procurou associar à elite intelectual atuante no reino, um pequeno lote de obras teve atribuição disputada, havendo mais de uma hipótese para a sua autoria, o mesmo é dizer que sobram dúvidas sobre a sua efetiva redação por parte dos indivíduos a quem foram outorgadas. À revelia de tais constrangimentos, aparecem entre os autores mais prolixos João de Deus, arcediogo da sé de Lisboa⁹⁷⁷, e o bispo da diocese da Guarda, mestre Vicente Hispano, ambos responsáveis por vários manuscritos de conteúdo jurídico⁹⁷⁸. Acima deles, só Pedro Julião, o pontífice João XXI, que redigiu

⁹⁶⁸ Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 73. Sobre a produção escrita de Durão Peres, vid. AMZALAK, Moses Bensabat - *D. Durão Peres e o seu comentário ao tratado 'Da economia' atribuído a Aristóteles*. Lisboa: Academia das Ciências, 1955. Ainda sobre Durão Pais vid. Anexos, quadro 33.

⁹⁶⁹ Vid. Anexos, quadro 11, fichas prosopográficas 28, 74, 178, 183, 207, 341, 386, 409.

⁹⁷⁰ Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 12.

⁹⁷¹ Vid. Anexos, quadro 11, fichas prosopográficas 12, 409.

⁹⁷² Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 77.

⁹⁷³ Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 322.

⁹⁷⁴ Vid. Anexos, quadro 11, fichas prosopográficas 12, 92, 190.

⁹⁷⁵ Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 19.

⁹⁷⁶ Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 58.

⁹⁷⁷ Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 178. Sobre a produção escrita de João de Deus vid. COSTA, António Domingues de Sousa - *Doutrina penitencial do canonista João de Deus*. Braga: Franciscana, 1956; IDEM - Redacções do «*liber dispensationum*» e da «*summula super decimis ecclesiasticis*» do canonista João de Deus. *Revista Portuguesa de História*. 13 (1971) 269-297; IDEM - *Um mestre português em Bolonha no século XIII...*; GARCÍA y GARCÍA, Antonio - *Estudios sobre la canonística portuguesa medieval...* Ainda sobre João de Deus vid. Anexos, quadro 33.

⁹⁷⁸ Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 409. Sobre a produção escrita de Vicente Hispano vid. COSTA, António Domingues de Sousa - *Mestre Silvestre e mestre Vicente, juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs*. Braga: Franciscana, 1963; MACHADO, Ana Maria Bracinha

um elenco de obras generoso, mas em permanente revisão historiográfica no que respeita à autoria, subordinado especialmente ao campo da medicina⁹⁷⁹. Merecem especial referência os comentários a que sujeitou as autoridades da medicina grega clássica – os inevitáveis Galeno e Hipócrates, a quem se soma Filareto – e alguns autores árabes e judeus também envolvidos na prática médica, como Isaac Israel, Hunayn Ibn Ishāq, conhecido vulgarmente por Joanício no ocidente cristão⁹⁸⁰, e Abū Yazzar Ahmad⁹⁸¹. Contudo, as obras mais famosas redigidas pelo futuro João XXI, ambas muito divulgadas na sua época, foram o *Thesaurus pauperum*, onde sintetizou grande parte do saber médico do período misturado com crenças e superstições populares e alguns conceitos de astrologia; e as *Summulae logicales*, usadas durante

de Lima - *Vicente Hispano: aspectos biográficos e doutrinários*. Dissertação de licenciatura em ciências históricas e filosóficas, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 1962; NOGUEIRA José Artur Anes Duarte - Hispano, Vicente. In *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. Vol. 1. [Lisboa]: Alfa, 1985, p. 312. Ainda sobre mestre Vicente vid. Anexos, quadro 33.

⁹⁷⁹ Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 342. Sobre a produção escrita de Pedro Julião, o papa João XXI, vid. ANTUNES, José - *A cultura erudita portuguesa nos séculos XIII e XIV...*, p. 117-121; IDEM - O percurso e o pensamento político de Pedro Hispano. In *Congresso internacional do IX Centenário da dedicação da sé de Braga. Actas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa - Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990. Vol. 2, p. 125-184; IDEM - Testemunhos dos historiadores contemporâneos de Pedro Hispano, o papa João XXI. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 1 (2001) 213-222; CAEIRO, Francisco da Gama - Novos elementos sobre Pedro Hispano: contribuição para o estudo da sua biografia. *Revista Portuguesa de História*. 22 (1966) 158-174; MARTINS, Mário - Pedro Hispano, um mestre na arte de pensar: a obra médica de Pedro Hispano. Lisboa: [s.n.], 1976; MEIRINHOS, José Francisco - Giovanni XXI. In *Enciclopedia dei Papi*. Vol. 2. Roma: Instituto dell'Enciclopedia Italiana, 2000, p. 427-436; IDEM - O papa João XXI e a ciência do seu tempo. In *A apologia do latim: in honorem Dr. Miguel Pinto de Menezes (1917-2004)*. Coord. M. Cadafaz de Matos. Lisboa: Távola Redonda, 2005, p. 129-171; IDEM - *Pedro Hispano: século XIII*. Tese de doutoramento em Filosofia Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 vols. Porto: [s.n.], 2002; IDEM - «Petrus Hispanus Portugalensis»? Elementos para uma diferenciação de autores. *Revista Española de Filosofía Medieval*. 3 (1996) 51-76. PEREIRA, Maria Helena da Rocha - Um manuscrito inédito do «Liber de conservanda sanitate» de Pedro Hispano. Porto: [s.n.], 1962. Separata *Studium generale* do Centro de Estudos Humanísticos, 5, 9, 2, (1962); PINA, Luís de - Pedro Julião ou Pedro Hispano (Papa João XXI). Lisboa: [s.n.], 1932. Separata de *Arquivo Histórico de Portugal*, 1 (1932); PONTES, J. M. da Cruz - *A obra filosófica de Pedro Hispano Portugalense: novos problemas textuais*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1972; IDEM - Para situar Pedro Hispano Portugalense na história da filosofia. Coimbra: [s.n.], 1968. Separata *Revista Portuguesa de Filosofia*, 24-1 (1968); IDEM - *Pedro Hispano Portugalense e as controvérsias doutrinárias do século XIII: a origem da alma*. Tese de doutoramento em filosofia apresentada à Universidade de Coimbra. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1964; RODRIGUES, Ana Maria; COSTA, Maria Antonieta; MACIEL, Maria Justiniana - Petrus Hispanus: um médico português na Europa do seu tempo. In *A igreja e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 151-167; SÁ, Artur Moreira de - Pedro Hispano, prior da Igreja de Santa Maria de Guimarães e arcebispo da Sé de Braga. Coimbra: [s.n.], 1955. Separata de *Biblos*, 30 (1954); SMITH, A. Mark - *O tratado dos olhos de Pedro Hispano*. Lisboa: Fundação Champalimaud, 2008; *Obras médicas de Pedro Hispano*. Ed. M. H. da Rocha Pereira. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1973. Ainda sobre Pedro Julião vid. Anexos, quadro 33.

⁹⁸⁰ Sobre Hunayn Ibn Ishāq, ou Joanício, vid. Anexos, quadro 33.

⁹⁸¹ Sobre Abu Yazzar Ahmad vid. Anexos, quadro 33.

muito tempo como manual de estudo universitário, sendo por isso um texto muito conhecido e frequentemente reeditado.

Na área das obras de direito, além dos citados João de Deus e mestre Vicente, outro dos homens de letras que se sabe ter composto tratados jurídicos foi o bispo viseense Egas, que assinou uma suma sobre a liberdade eclesiástica, organizada em torno das prerrogativas eclesiásticas⁹⁸². Na elaboração de obras do mesmo teor empenhou-se ainda o deão da sé de Lisboa, Bernardo Eanes, que expôs, em comentários, algumas das decretais pontifícias mandadas compilar pelos papas Gregório IX e Inocêncio IV⁹⁸³. Notas à coleção formada pelas quartas compilações antigas e opúsculos legais sobre matéria processual, no âmbito do direito civil, foram, por sua vez, redigidos por Pedro Hispano Portugalense, não confundível com o papa João XXI, por vezes referido de forma idêntica⁹⁸⁴. No mesmo âmbito jurídico, cabem as redações de Silvestre Godinho, o advogado régio e arcebispo bracarense compositor de um conjunto de glosas tomando por objeto várias obras de direito canónico, designadamente o *Decreto*, de Graciano; a primeira e a terceira compilações antigas, a decretal deixada por Inocêncio III conhecida por *Pastoralis officii*⁹⁸⁵, e a coleção de leis subscrita por Alano Ânglico⁹⁸⁶.

O comentário legal foi também ensaiado por João Domingues, cónego da sé de Braga e deão da sé da Guarda, autor de dois aparatos: um dirigido ao manuscrito *Arbor actionum*, de João Bassiano; o outro visando um tratado designado comumente por

⁹⁸² Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 74. Sobre a produção escrita de Egas de Viseu vid. GARCÍA y GARCÍA, Antonio - Fastos e nefastos de la «summa de libertate eclesiastica» de Don Egas de Viseu. *Revista de História das Ideias*. 22 (2001) 71-96. IDEM - *Estudios sobre la canonística portuguesa medieval...*; VILAR, Hermínia Vasconcelos - In defence of episcopal power: the case of bishop Egas of Viseu. In *Carreiras eclesiásticas no ocidente cristão: sécs. XII-XIV*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2007, p. 221- 241. Ainda sobre Egas de Viseu vid. Anexos, quadro 33.

⁹⁸³ Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 28. Sobre a produção escrita de Bernardo Eanes vid. SOARES, Maria Teresa Luso; SOARES, Miguel Augusto Gautier Luso - Duas questões a propósito da «História do direito português» de Ruy de Albuquerque e Martim de Albuquerque, p. 193-208. Ainda sobre Bernardo Eanes vid. Anexos, quadro 33.

⁹⁸⁴ Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 341. Sobre a produção escrita de Pedro Hispano Portugalense vid. GARCÍA y GARCÍA, Antonio - *Estudios sobre la canonística portuguesa medieval...*; MEIRINHOS, José Francisco - «Petrus Hispanus Portugalensis»?..., p. 51-76; Ainda sobre Pedro Hispano Portugalense vid. Anexos, quadro 33.

⁹⁸⁵ Sobre Inocêncio III vid. Anexos, quadro 33.

⁹⁸⁶ Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 386. Sobre a produção escrita de Silvestre Godinho, ou Silvestre Hispano, vid. COSTA, António Domingues de Sousa - *Mestre Silvestre e mestre Vicente...*; PEREIRA, Isaiás da Rosa - Silvestre Godinho, um canonista português. Separata de *Lumen* 26 (1962). Ainda sobre Silvestre Godinho vid. Anexos, quadro 33.

*Arbores consanguinitatis et affinitatis*⁹⁸⁷. Neste núcleo jurídico deve-se inscrever, por seu turno, um costumeiro da autoria de um certo mestre Julião, que se pensa poder corresponder ao deão da sé de Coimbra, Julião Juliães⁹⁸⁸. Perante este conjunto de nomes e de obras, parece legítimo afirmar, acompanhando outros autores, que foi no âmbito do direito que se inscreveu a maior parte da produção original procedente do reino⁹⁸⁹. Esse reconhecimento não deve velar, todavia, a noção de que a hegemonia do direito não deve ser confundida com uma exclusividade absoluta.

Por exemplo, Álvaro Pais, prelado de Silves, ocupou-se da exposição da doutrina. Devem-se-lhe, pelo menos, dois comentários de recorte teológico: um apontado ao *Evangelho segundo S. Marcos*, o outro ao famoso *Livro das Sentenças*, de Pedro Lombardo. O *Tractatus de sacrilegio*, que costuma ser imputado ao bispo hispânico, cabe também no domínio da teologia, como acontece com as *Quaestiones quodlibetales*. No seu caso, as composições teológicas foram intercaladas com a tratadística política, vertida em obras como o *De statu et planctu Ecclesiae*, o *Speculum regum* e o *De potestate Ecclesiae*; com a prédica, como o atestam os *Sermones* deixados; com a literatura epistolar; e até com alguma literatura apologética, matéria de que trata o *Collyrium fidei adversus Haereses*, o que faz dele um autor, além de copioso, multifacetado⁹⁹⁰.

⁹⁸⁷ Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 183. Sobre a produção escrita de João Domingues vid. GARCÍA y GARCÍA, Antonio - *Estudios sobre la canonística portuguesa medieval...* Ainda sobre João Domingues vid. Anexos, quadro 33.

⁹⁸⁸ Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 207. Sobre a produção escrita de Julião Juliães vid. NOGUEIRA José Artur Anes Duarte - *Sociedade e direito em Portugal na Idade Média...*, p. 507-508. Ainda sobre mestre Julião Juliães vid. Anexos, quadro 33.

⁹⁸⁹ VITÓRIA, André - *Legal culture in Portugal from the twelfth to the fourteenth centuries*. Tese de doutoramento em história apresentada à Universidade Porto. Porto: [s.n.], 2013, p. 410.

⁹⁹⁰ Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 12. Sobre a produção escrita de Álvaro de Pais vid. BARBOSA, João Morais - A teoria política de Álvaro Pais no «speculum regum»: esboço duma fundamentação filosófico-jurídica. Lisboa: [s.n.], 1972. Separata do *Boletim do Ministério de Justiça*, 211-213 (1971-1972); CARVALHO, Mário Santiago de - *Estudos sobre Álvaro Pais e outros franciscanos*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2001; IDEM - *Juridificação e relação: o «Collyrium fidei aduersus haereses» de Frei Álvaro de Pais*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Porto. Porto: [s.n.], 1989; COSTA, António Domingues de Sousa - *Estudos sobre Álvaro Pais*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1966. IDEM - «Theologia et ius canonicum iuxta canonistam Alvarum Pelagii». In *Conventus internationalis canonistarum diebus 20-25 maii 1968. Actae*. Roma: Typis Polygotis Vaticanis, 1970, p. 39-50; FURTADO, João Rodrigo Narciso - *Contribuição para o estudo do pensamento político de Álvaro Pais*. Lisboa: [s.n.], 1952. Tese de licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1952; GARCÍA y GARCÍA, Antonio - *Estudios sobre la canonística portuguesa medieval...*; MAGALHÃES, José Calvet de - A nacionalidade de Álvaro Pais. *Revista da Faculdade de Letras*. 11 (1967) 29-50; MARTINS, Mário - A ética estadual de frei Álvaro Pais, no «Speculum regum». Braga: [s.n.], 1955. Separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, v. 11, 1955; SOUZA, José António de Camargo Rodrigues de - As

A literatura apologética, que se aproxima em termos conceptuais de uma teologia polemista, foi praticada também por mestre Vicente Hispano, consubstanciada no livro *De Judeis et Sarracenis*, apesar de, como referido, as suas preocupações literárias se concentrarem sobretudo nas matérias jurídicas, razão porque constam da sua bibliografia várias glosas e aparatos, bem ao estilo da época. O seu foco esteve, essencialmente, apontado às compilações antigas e a algumas decretais apostólicas, em particular as exaradas por Gregório IX, assim como a disposições conciliares; mas não se esqueceu de comentar alguns textos fundamentais do direito da época, como o *Decreto*, deixado pelo monge Graciano, ou o *Liber extra*⁹⁹¹.

A Cronística teve pelo menos um adepto entre os homens de saber do período: mestre Estêvão, chantre da sé de Lisboa e cónego regente do mosteiro de S. Vicente de Fora, o responsável por uma resenha da fundação deste mosteiro lisboeta – o *Indiculum foundationis monasterii Sancti Vicentii*⁹⁹². A hagiografia também foi experimentada pelos letrados, embora igualmente com expressão reduzida. Provam-na os registos hagiográficos deixados por Pedro Alfarde, outro cónego regente, mas ligado ao mosteiro de Sta. Cruz, fundação onde chegou a ser prior. Foi o redator das vidas de S. Telo e de S. Teotónio, dois dos históricos fundadores do mosteiro crúzio, cuja vida foi beatificada⁹⁹³. Um e outro, mestre Estêvão e mestre Pedro Alfarde, mostram bem a importância dada à conservação da memória por parte dos agostinianos portugueses e o seu empenho em preservar a história das próprias instituições a que pertenceram.

A parenética, ou redação de sermões, foi outras das práticas consagradas entre os letrados. Vejam-se, nesse sentido, as obras do franciscano Fernando Martins, ou Sto. António, como ficou conhecido, e de Álvaro Pais, que também deixou alguns sermões,

causas eficiente e final do poder espiritual na visão de D. Frei Álvaro Pais. *Revista de História e Teoria das Ideias*. 25 (2008) 77-111. Ainda sobre Álvaro Pais vid. Anexos, quadro 33.

⁹⁹¹ Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 409.

⁹⁹² Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 77. Sobre a produção escrita de mestre Estêvão vid. «*Indiculum foundationis monasterii beati Vicentii Vlixbone*». In *A conquista de Lisboa aos mouros*. Ed. A. A. Nascimento. Lisboa, Vega, 2001, p. 177-201. Ainda sobre mestre Estêvão vid. Anexos, quadro 33.

⁹⁹³ Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 322. Sobre a produção escrita de Pedro Alfarde vid. NASCIMENTO, Aires Augusto - Vida de S. Teotónio. In *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Dir. G. Lanciani e G. Tavani. Lisboa: Caminho, 1993, p. 669-671; *Vida de S. Teotónio*. Ed. M. H. da Rocha Pereira. Coimbra: Igreja de Santa Cruz, 1987; *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra...*; *Livro santo de santa cruz: cartulário do séc. XII*. Ed. L. Ventura e A. S. Faria. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990. Ainda sobre Pedro Alfarde vid. Anexos, quadro 33.

a quem se deve juntar o nome de João Gil de Zamora⁹⁹⁴. Merece uma atenção mais demorada a obra de Sto. António, cuja *ars praedicandi* se centrou nas *Sagradas Escrituras*, que ocuparam o núcleo central da sua pregação, sendo que as suas homilias incorporaram outras fontes literárias e conhecimentos vastos, porventura jurídicos⁹⁹⁵. Os seus sermões, a par do inevitável cariz ético-moral que caracteriza o género, tiveram uma indiscutível dimensão pedagógica, pois constituíam uma síntese doutrinal, tendo servido como guia para a pregação franciscana⁹⁹⁶.

Exemplo único de uma obra com características espirituais na produção de letrados associados ao reino foi o tratado místico *De viduitate*, cuja autoria coube a Bartolomeu, bispo da sé de Silves⁹⁹⁷. Para essa redação não foi certamente inocente o passado de mestre Bartolomeu como monge da ordem de Cister, uma comunidade que muito valorizou a espiritualidade e a contemplação⁹⁹⁸.

Cabe, a encerrar o lote de mestres que foi possível referenciar como autores, uma alusão a Domingos Domingues, que compôs uma *Summa dictaminis*, de grande divulgação em territórios além-fronteiriços, destinada a servir de manual para a prática notarial⁹⁹⁹.

⁹⁹⁴ Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 190. Sobre a produção escrita de João Gil de Zamora vid. CASTRO Y CASTRO, Manuel de - *Fray Juan Gil de Zamora, O. F. M.: De preconiis Hispaniae*. Madrid: Universidad de Madrid, 1955; LOPES, Fernando Félix - Franciscanos de Portugal antes de formarem província independente..., p. 1-92. Ainda sobre João Gil de Zamora vid. Anexos, quadro 33.

⁹⁹⁵ Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 92. Sobre a produção de Fernando Martins, ou Santo António, vid. ALBUQUERQUE, Martim - Santo António, o direito e o poder. *Itinerarium*. 27 (1981) 298-320; CAEIRO, Francisco da Gama - Hermenêutica e conhecimento em Santo António de Lisboa. *Cultura Portuguesa*. 1 (1981) 11-15. IDEM - Fontes portuguesas na formação cultural do santo. *Itinerarium*. 27 (1981) 136-164. IDEM - Lembranças de Portugal na obra de Santo António. *Brotéria*. 80 (1965) 726-732; IDEM - Natureza e símbolo em Santo António de Lisboa. *Revista da Faculdade de Letras*. 8 (1964) 75-82; IDEM - Santo António de Lisboa e o Cântico dos Cânticos. *Revista da Faculdade de Letras*. 8 (1964) 207-239; IDEM - *Santo António de Lisboa*. 2 vols. Lisboa: Instituto Nacional - Casa da Moeda, 1995; MEIRINHOS, José Francisco - Santo António de Lisboa, escritor. A tradição dos «sermões»: manuscritos, edições e textos espúrios. *Mediaevalia*. 11-12 (1997) 139-182; PEREIRA, Isaías da Rosa - Santo António na escola capitular de Lisboa... Ainda sobre Sto. António vid. Anexos, quadro 33.

⁹⁹⁶ CAEIRO, Francisco da Gama - *Santo António de Lisboa*. Vol. 1..., p. 183-185.

⁹⁹⁷ Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 19. Sobre Bartolomeu de Silves vid. Anexos, quadro 33.

⁹⁹⁸ MATTOSO, José - Cluny, crúzios e cistercienses na formação de Portugal. Guimarães, [s.n.], 1982. In *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985, p. 119.

⁹⁹⁹ Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 58. Sobre a produção escrita de Domingos Domingues vid. GARCÍA y GARCÍA, Antonio - *Estudios sobre la canonística portuguesa medieval...* Ainda sobre Domingos Domingues vid. Anexos, quadro 33.

Como noutras matérias, as informações sobre a produção bibliográfica relevam a grande atenção posta no direito por parte dos letrados ambientados no reino. Dão também nota de uma significativa insistência na teologia, algo para que a homilética e a literatura apologética concorrem de certa maneira. Só mais marginalmente vem a medicina, marcada pela gestação de várias obras de qualidade e grande reputação, mas devidas a um único autor, sendo em todo o caso as mais marcantes, do ponto de vista do impacto provocado. O interesse pela literatura histórica e pela hagiografia, sendo pouco avultado, não deixa de ser relevante como fator identitário, ainda que completamente dependente, ao que parece, do contributo dos agostinianos portugueses. A espiritualidade, aparentemente muito residual, bebeu no ambiente cisterciense. Também o interesse pelo *dictamen* parece ser acidental, mas não deixa de ser uma tentativa de sistematização louvável a que fez Domingos Domingues.

PRODUÇÃO DIPLOMÁTICA

Ao mesmo tempo que aqueles letrados redigiam algumas obras de pendor intelectual, outros indivíduos do grupo estiveram imersos na produção diplomática, isto é, envolvidos na lavra, verificação e autenticação de documentos, escrituras e registo, tipicamente chanceleres, notários, tabeliães, escrivães e escribas. Na maior parte, lideraram ou integraram serviços notariais no interior das cúrias régias e eclesiásticas, mas também foram visíveis a representar o poder público.

A atividade que desenvolveram implicava muitas vezes deslocações frequentes, de modo a atender à escrituração e confirmação de documentos¹⁰⁰⁰. Com efeito, e, em especial, para o princípio da cronologia definida, o analfabetismo apresentado por grande parte da população, mesmo da esfera eclesiástica, sobretudo se ligada a pequenos mosteiros e igrejas, pelo facto de não dispor de serviços de chancelaria próprios, impunha uma itinerância mais ou menos constante a alguns desses elementos, pois a sua presença era reclamada para redigir e oficializar diplomas.

¹⁰⁰⁰ GUERRA, António Joaquim Ribeiro - *Os diplomas privados em Portugal dos séculos IX a XII: gestos e atitudes de rotina dos seus autores materiais*. Lisboa: Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003, p. 64-65.

Aproximadamente um décimo do universo prosopográfico pode ser rastreado a exercer tarefas conexas com o notariado, o que representa um efetivo já de si numeroso, mas que pode ter sido potencialmente maior¹⁰⁰¹. Nesse sentido, o contingente apurado alerta para a existência de uma relação relativamente estreita entre a recolha de preparação intelectual e a requisição para a lavra diplomática dos indivíduos melhor equipados intelectual e culturalmente.

No âmbito específico da produção documental, o grande destaque vai para os chanceleres régios, oficiais que tinham à sua guarda o selo real, e possuíam a incumbência de dirigir e organizar os serviços notariais da Coroa¹⁰⁰². Faziam, portanto, parte do desembargo régio, na qualidade de altos funcionários administrativos encarregados de selar documentos e de lhes conferir valor oficial¹⁰⁰³. A sua importância no interior da administração régia pode ser avaliada, sem dificuldade, pelos grandes cuidados postos pelos reis no provimento da função, registados desde a implantação da monarquia portuguesa.

O perfil definido para o lugar de chanceler régio apontou quase sempre para a posse de competências técnicas, valorizando-se, acima de tudo, os conhecimentos técnico-jurídicos; e para um alto nível intelectual, associado a uma preparação académica, razão porque se encontram vários mestres que evoluíram no território português a desempenhar a função. Veja-se que os mestres Alberto Eite, Pedro Gonçalves e Julião Pais serviram como chanceleres de D. Afonso Henriques¹⁰⁰⁴, configurando este último um caso invulgar de longevidade institucional, ao permanecer na função durante todo o reinado de D. Sancho I e parte do seguinte, protagonizado por D. Afonso II. Com Sancho II, mestre Vicente Hispano ocupou o lugar de responsável máximo da chancelaria¹⁰⁰⁵. Por sua vez, o bispo Durão Pais é descrito como chanceler da rainha Beatriz e como notário régio de D. Afonso III¹⁰⁰⁶. E, finalmente, ainda dentro

¹⁰⁰¹ Vid. Anexos, quadro 11, fichas prosopográficas 5, 10, 32, 51, 61, 73, 76, 98, 135, 139, 143, 144, 150, 165, 172, 199, 203, 208, 218, 222, 230, 251, 253, 292, 305, 322, 332, 336, 337, 339, 340, 344, 369, 372, 380, 391, 409.

¹⁰⁰² COSTA, Avelino Jesus da - *La chancellerie royale portugaise...*, p. 483-501.

¹⁰⁰³ AZEVEDO, Rui de - *A chancelaria régia portuguesa nos séculos XII e XIII...*, p. 1-54.

¹⁰⁰⁴ Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 10.

¹⁰⁰⁵ Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 409.

¹⁰⁰⁶ Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 73.

do período considerado, durante a governação de D. Dinis, surgem ligados à posição outros dois *magistri*, a saber: Domingos Eanes Jardo e Pedro Martins¹⁰⁰⁷.

Importa notar que muitos destes indivíduos beneficiaram largamente da ocupação desse posto cimeiro do funcionalismo régio como rampa de lançamento para o desenvolvimento de carreiras bem-sucedidas ao nível da estrutura eclesiástica. Tal é bem demonstrativo da grande permeabilidade entre o serviço da Coroa e o serviço eclesiástico, como da capacidade de influência revelada pela monarquia portuguesa sobre as estruturas da Igreja portuguesa, ao ponto de conseguir projetar para altos cargos da hierarquia religiosa homens da sua estrita confiança. A título de exemplo, vejam-se os casos de mestre Domingos Eanes Jardo, Durão Pais, Pedro Martins e mestre Vicente, todos nomeados para prelaturas em dioceses do reino, após as respetivas passagens pelos serviços da chancelaria do rei¹⁰⁰⁸.

Designados também como chanceleres, mas exercendo o cargo em instâncias diferentes da régia, prestando diretamente serviço aos bispos, encontraram-se pelo menos dois letrados: mestre Garcia, que serviu o referido Domingos Eanes Jardo; e mestre João, que foi possível encontrar ao serviço do bispo homónimo da sé de Lamego¹⁰⁰⁹. Estes indivíduos, assim como os seus congéneres em outras catedrais, estavam encarregues da lavra documental produzida nos *scriptoria* diocesanos. À imagem do que se passava com os chanceleres régios, que eram fiéis depositários da chancela do rei, cuidavam naturalmente do selo episcopal e geriam as respetivas chancelarias¹⁰¹⁰.

Todavia, é na qualidade de notários que se identifica a maior porção de mestres associados à produção diplomática, consoante se extrai das subscrições documentais apostas aos documentos, em que vários surgem a ditar (*dictavit*) ou a anotar (*notuit*) diplomas. Foram notários de carreira ou, pelo menos, apareceram pontualmente a exercer a função, mais de duas dezenas de indivíduos possuidores de formação avançada, ainda que previsivelmente possam ter sido bem mais, em função das exigências literárias do *dictamen*¹⁰¹¹.

¹⁰⁰⁷ Vid. Anexos, quadro 11, fichas prosopográficas 61, 344.

¹⁰⁰⁸ Vid. Anexos, quadro 11, fichas prosopográficas 61, 73, 344, 409

¹⁰⁰⁹ Vid. Anexos, quadro 11, fichas prosopográficas 98, 172.

¹⁰¹⁰ SILVA, Maria João Oliveira e - *Scriptores et notatores...*, p. 68-69.

¹⁰¹¹ SANTOS, Maria José Azevedo - Os «clérigos-notários» em Portugal..., p. 75-91.

No plano institucional, esses mestres distribuíram-se tanto pelo clero regular quanto pelo clero secular. De facto, notários dotados de alta preparação intelectual podem ser rastreados entre os principais mosteiros portugueses – Sta. Cruz de Coimbra¹⁰¹², Sta. Maria de Alcobaça¹⁰¹³, Sta. Maria do Lorvão¹⁰¹⁴ e Pendorada¹⁰¹⁵ – e, ao mesmo tempo, em várias dioceses do território, nomeadamente nas sés de Braga¹⁰¹⁶, Viseu¹⁰¹⁷, Coimbra¹⁰¹⁸ e Lamego¹⁰¹⁹. Tais presenças certificam a existência de chancelarias monásticas e catedralícias a funcionarem no interior dos grandes centros religiosos¹⁰²⁰. Ao mesmo tempo o facto denota a atenção concedida por essas casas à formação dos elementos encarregues do notariado. Aliás, não poderia deixar de ser assim quando se percebem as múltiplas necessidades a que o corpo de notários eclesiásticos tinha de responder, relacionadas com a redação de documentos. Atividades que podiam ir desde a celebração de contratos comerciais, à redação de atos de sucessão e doação, passando pela oficialização de questões processuais ou pela passagem a escrito de acordos e convénios, para citar apenas as diligências mais comuns¹⁰²¹.

Designados formalmente por tabeliães, entre o escol intelectual do período, contaram-se apenas dois indivíduos: mestre Martinho, descrito como tabelião da sé de Braga¹⁰²², e mestre Paio, referido simplesmente como tabelião eborense¹⁰²³. Fica por apurar se o tabelionato exercido por este último teve jurisdição eclesiástica ou municipal, isto é, se fez parte dos quadros da chancelaria da principal igreja eborense ou se foi um oficial público ligado aos serviços da municipalidade. Convém esclarecer que a figura do tabelião municipal se apresentava, então, como uma extensão oficial do

¹⁰¹² Vid. Anexos, quadro 11, fichas prosopográficas 76, 165, 199, 203, 222, 322, 336, 339, 380.

¹⁰¹³ Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 340.

¹⁰¹⁴ Vid. Anexos, quadro 11, fichas prosopográficas 32, 143, 253.

¹⁰¹⁵ Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 218.

¹⁰¹⁶ Vid. Anexos, quadro 11, fichas prosopográficas 150, 332.

¹⁰¹⁷ Vid. Anexos, quadro 11, fichas prosopográficas 139, 144, 391.

¹⁰¹⁸ Vid. Anexos, quadro 11, fichas prosopográficas 135, 251.

¹⁰¹⁹ Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 369.

¹⁰²⁰ Sobre o tema das chancelarias monásticas e catedralícias vid. CUNHA, Maria Cristina Almeida - *A chancelaria arquiépiscopal de Braga...*; IDEM - *A organização da chancelaria arquiépiscopal de Braga: dos primórdios a 1244. Lusitânia Sacra*. 13-14 (2001-2002) 453-466; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa - *A sé de Coimbra...*; SILVA, Maria João Oliveira e - *Scriptores et notatores...*; GOMES, Saul António - *A chancelaria do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa...*, p. 163-213; IDEM - *In limine conscriptionis...*

¹⁰²¹ POISSON, Jean-Paul - *Notaires et société. Travaux d'histoire et de sociologie notariales*. Paris: Economica, 1985.

¹⁰²² Vid. Anexos, quadro 11, ficha prosopográfica 230.

¹⁰²³ Vid. Anexos, ficha prosopográfica 292.

poder régio, com o encargo de fazer e conservar localmente as notas ou traslados de escrituras e de outros documentos autênticos¹⁰²⁴.

SERVIÇO ECLESIAÍSTICO

Concluída a apreciação das informações relativas à educação e à produção bibliográfica dos letrados, é chegado o momento de entrar na questão central das carreiras e dos trajetos, já abordada de forma exploratória a propósito das redes de clientelas e de parentesco. Passando, em concreto, ao exame do serviço eclesiástico prestado por mestres e doutores, sai amplamente provada a estreita relação existente no período entre letrados e clérigos, para o que a forte relação entre universitários e clero também já apontava.

Do universo total de indivíduos que foi possível estabelecer, um impressionante número de elementos, aproximando os 90%, denotou algum tipo de ligação eclesiástica, fosse ela apostólica, diocesana, paroquial ou monástica. Esse quantitativo poderá ser ainda mais impressionante, pois a circunstância de não se apurarem vínculos eclesiásticos em relação aos demais indivíduos não significa, como é óbvio, uma inexistência do laço, podendo traduzir simplesmente falta de informação a esse respeito. Seja como for, são muito poucos os mestres acerca dos quais se sabe, de fonte segura, terem sido laicos.

Num pequeno apontamento necessário para enquadrar a questão, deve-se referir que para a periodização observada, à semelhança do que ainda hoje ocorre, vigorava uma clara distinção entre a ordem leiga, constituída pela congregação dos fiéis batizados e crismados, e a ordem clerical, formada por aqueles que somavam a esses dois sacramentos um sacerdócio hierárquico, também dito ministerial, que reconhecia os seus titulares como ministros da Igreja¹⁰²⁵. Simbolicamente identificados pela tonsura, cerimónia ritual que marcava a investidura no sacerdócio, os ministros eclesiásticos distribuía-se por diferentes graus, divididos por duas hierarquias de sacerdócio – as

¹⁰²⁴ NOGUEIRA, Bernardo de Sá - Exercício do ofício tabeliônico por clérigos no Portugal ducentista: acumulação e incompatibilidade. *Lusitania Sacra*. 13-14 (2001-2002) 467-476; PEREIRA, Isaías da Rosa - O tabelionato em Portugal..., p. 615-690.

¹⁰²⁵ MENDES, Francisco Azevedo - Ordens Sacras. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 3: J-P. Coord.: A. M. Jorge et al. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2001, p. 345-348.

ordens menores e as ordens maiores¹⁰²⁶. As primeiras eram constituídas por ostiários, leitores, exorcistas e acólitos; e as segundas por subdiáconos, diáconos, presbíteros e bispos, por ordem ascendente de importância¹⁰²⁷. Ao contrário do que acontecia com o ingresso nas ordens menores, nas ordens maiores a consagração a Deus era um dado definitivo, irreversível e irrenunciável. O reconhecimento eclesiástico de indivíduos como membros do clero – secular e regular – nascia, portanto, da investidura em ordens sacras, qualquer que fosse o seu grau, estabelecendo, desse modo, as condições ministeriais desses indivíduos.

De um ponto de vista material, a atribuição de benefícios eclesiásticos estava dependente de uma ordenação prévia dos beneficiados, sem a qual os indivíduos nunca seriam elegíveis para receberem prebendas¹⁰²⁸. Visto que a receção de benefícios não era apanágio exclusivo das ordens maiores, bastando para o efeito a admissão às ordens menores como forma de legitimar a sua posse, muitas vezes a entrada em ordens sacerdotais menores revelou-se um veículo fácil para favorecer determinados indivíduos¹⁰²⁹. Seguramente em período mais tardio, talvez com raízes já nesta época, a entrada em ordens chegou a ocorrer durante a infância, desse modo tornando automaticamente elegíveis os ordenados à receção de benefícios.

Do que ficou dito, é possível atribuir vínculos religiosos a muitos dos homens de letras do reino justamente a partir da condição de prebendados de grande parte deles, mesmo quando a documentação se absteve de mencionar a natureza do seu sacerdócio, o que foi frequente. Isto porque, de uma forma geral, as referências a cargos e funções tenderam a prevalecer sobre as menções a ordens sacerdotais como forma de identificação documental dos indivíduos. *A contrario*, quando os indivíduos surgiram nos documentos apenas mencionados pelas suas ordens sacerdotais, desacompanhadas de outros títulos e funções, é de presumir que seriam, sobretudo, clérigos não prebendados, ou então titulares de ordens menores.

¹⁰²⁶ IDEM, *ibidem*, p. 345-348.

¹⁰²⁷ IDEM, *ibidem*, p. 345-348.

¹⁰²⁸ IDEM, *ibidem*, p. 345-348.

¹⁰²⁹ COSTA, Manuel Gonçalves - *História do bispado e cidade de Lamego. Vol. 1*. Lamego: [s.n.], 1977, p. 424-428.

Considerando as opções expostas de identificação individual, não causa surpresa que apenas um quinto dos letrados tenha sido nomeado pelo seu grau sacerdotal¹⁰³⁰. Quando se verificaram referências aos ministérios nos diplomas, foram na sua maioria alusivas a bispos, com as restantes ordens maiores a serem invocadas apenas de modo incidental, e as menções a ordens menores a quedarem-se praticamente como inexistentes. Na verdade, como titular de ordens menores, há apenas um único mestre entre os escrutinados, e nem esse é absolutamente seguro, pois há dúvidas sobre se o acólito da sé de Coimbra Domingos Moniz não coincidirá com o mestre e diácono da sé de Coimbra de mesmo nome próprio¹⁰³¹.

No que se refere aos bispos rotulados como mestres ou doutores, ou a propósito dos quais há indícios válidos de terem frequentado estudos de tipo superior, o seu tratamento guardar-se-á para a análise do clero catedralício, cuja direção lhes cabia. De qualquer forma, merece relevo neste contexto observar que cerca de metade do conjunto das referências a ordens sacerdotais se relacionaram, precisamente, com o episcopado. Como se disse é, de longe, o ministério religioso com maior número de citações entre os letrados¹⁰³².

Em segundo lugar, pontificam os presbíteros¹⁰³³. Proliferam os presbíteros com ligações a Coimbra, seja à diocese, seja ao mosteiro de Sta. Cruz da cidade, com uma maior preponderância dos diocesanos no lote. Para a catedral de Coimbra os nomes acumulam-se: o núncio apostólico mestre Bartolomeu; os cónegos Estêvão *in Organo*, Gonçalo Lever, João Domingues, Lourenço, Martinho e Miguel; o tesoureiro capitular Gil Juliães; o físico régio Gonçalo Lever: o homónimo do anterior que foi cónego da sé; os mestres-escola João e Pedro; o capelão João André; e o capelão cardinalício Paio Pais¹⁰³⁴. Por sua vez, no mosteiro crúzio, foram ordenados como presbíteros os mestres e cónegos regrantos Pagano, Pedro Gonçalves e Salvado; e ainda Pedro Alfarde, que

¹⁰³⁰ Vid. Anexos, quadro 18, fichas prosopográficas 11, 12, 18, 19, 24, 41, 61, 66, 68, 73, 74, 75, 80, 81, 82, 84, 89, 105, 107, 113, 129, 130, 131, 132, 138, 144, 145, 148, 162, 175, 178, 182, 188, 193, 197, 198, 200, 203, 207, 212, 214, 221, 236, 239, 242, 246, 256, 259, 271, 273, 277, 278, 281, 284, 285, 295, 306, 317, 322, 325, 336, 337, 338, 339, 344, 354, 355, 364, 369, 380, 383, 386, 393, 399, 400, 409, 416.

¹⁰³¹ Vid. Anexos, quadro 18, ficha prosopográfica 66.

¹⁰³² Vid. Anexos, quadro 18, fichas prosopográficas 11, 12, 19, 24, 61, 73, 74, 75, 80, 81, 132, 138, 162, 188, 193, 197, 200, 236, 239, 246, 259, 277, 281, 285, 344, 354, 355, 364, 383, 386, 393, 399, 409, 416.

¹⁰³³ Vid. Anexos, quadro 18, fichas prosopográficas 18, 82, 107, 129, 130, 145, 175, 178, 182, 198, 212, 214, 221, 273, 278, 295, 306, 317, 337.

¹⁰³⁴ Vid. Anexos, quadro 18, fichas prosopográficas 18, 82, 107, 129, 130, 145, 175, 182, 212, 221, 273, 295, 306.

também aí foi prior, mais Pedro Gilberto, um dos ocupantes do lugar de prepósito¹⁰³⁵. Depois, mas não passando de casos raros, há notícia de presbíteros com vínculos à sé de Braga – os mestres João Peres, Nicolau e Pedro Gonçalves¹⁰³⁶ –; e à sé de Lisboa – o famoso João de Deus que foi comissário apostólico¹⁰³⁷. Restam dois elementos também indicados como presbíteros, mas para os quais não existem testemunhos que esclareçam com a conveniência necessária os seus laços institucionais – os mestres Lourenço e Pedro¹⁰³⁸.

Sobre os letrados ordenados como diáconos, o quadro não muda de feição, a não ser no quantitativo registado. Caiem para perto de metade o número de referências, em comparação com os presbíteros¹⁰³⁹. Entre os diáconos, continuam a sobressair as presenças nas dioceses de Coimbra e de Braga. Na catedral de Coimbra é possível surpreender os nomes de Domingos Moniz, Estêvão Moniz, Gil de Leiria, Gonçalo Mendes e Julião Juliães¹⁰⁴⁰. Ao passo que na arquidiocese de Braga se podem listar Domingos Peres Vinagre, Godinho Soares e mestre Miguel¹⁰⁴¹. As informações sobre esse sacerdócio completam-se com notícias pontuais referentes a um diácono da sé de Viseu, de nome João¹⁰⁴²; a um mestre Roberto, com grande probabilidade vinculado a Lamego¹⁰⁴³; e a um outro mestre João, cujo enquadramento institucional é ininteligível¹⁰⁴⁴.

A terminar, vem o subdiaconato, ordem em que entraram alguns clérigos das dioceses de Coimbra¹⁰⁴⁵, Braga¹⁰⁴⁶ e Lamego¹⁰⁴⁷, com isso se mantendo inalterável o padrão esboçado no que respeita às filiações eclesiásticas de letrados. Há ainda um par de mestres funcionalmente ligados ao mosteiro crúzio de Coimbra¹⁰⁴⁸, um dos quais foi admitido depois a presbítero. Junta-se ao grupo um certo Pedro de Cadima, cuja filiação

¹⁰³⁵ Vid. Anexos, quadro 18, fichas prosopográficas 284, 322, 336, 339, 380.

¹⁰³⁶ Vid. Anexos, quadro 18, fichas prosopográficas 198, 278, 337.

¹⁰³⁷ Vid. Anexos, quadro 18, ficha prosopográfica 178.

¹⁰³⁸ Vid. Anexos, quadro 18, fichas prosopográficas 214, 317.

¹⁰³⁹ Vid. Anexos, quadro 18, fichas prosopográficas 66, 68, 84, 105, 113, 131, 144, 148, 207, 271, 369.

¹⁰⁴⁰ Vid. Anexos, quadro 18, fichas prosopográficas 66, 84, 105, 131, 207.

¹⁰⁴¹ Vid. Anexos, quadro 18, fichas prosopográficas 68, 113, 271.

¹⁰⁴² Vid. Anexos, quadro 18, ficha prosopográfica 144.

¹⁰⁴³ Vid. Anexos, quadro 18, ficha prosopográfica 369.

¹⁰⁴⁴ Vid. Anexos, quadro 18, ficha prosopográfica 148.

¹⁰⁴⁵ Vid. Anexos, quadro 18, ficha prosopográfica 242.

¹⁰⁴⁶ Vid. Anexos, quadro 18, ficha prosopográfica 338.

¹⁰⁴⁷ Vid. Anexos, quadro 18, ficha prosopográfica 41.

¹⁰⁴⁸ Vid. Anexos, quadro 18, fichas prosopográficas 203, 380.

persiste oculta, mas que tudo leva a crer estar também relacionado com o mosteiro crúzio¹⁰⁴⁹.

Como se percebe sem dificuldade, o protagonismo concedido na documentação às ordens sacras reproduz, sem quebras ou desvios, a importância institucional dos ministérios, e é nessa medida que se pode tentar perceber a sua expressão documental. Ou seja: o número de referências aos graus de sacerdócio mostra-se diretamente proporcional à relevância ocupada pelas ordens na hierarquia sacerdotal; e indiretamente proporcional à sua vulgarização entre os clérigos. Só assim se explica a insistência nas menções a bispos entre os mestres, e a importância posta nas referências a presbíteros, diáconos e subdiáconos, num perfeito contraponto à quase invisibilidade que rodeia as ordens menores, que deviam estar relativamente vulgarizadas entre os letrados, mas que parecem ter sido desprezadas na documentação, em favor de elementos identificadores mais distintivos. No respeitante ao enquadramento institucional dos sacerdotes, interessa sublinhar a recorrência de menções a mestres com ordens sacras ligados às sés de Braga e de Coimbra.

SERVIÇO APOSTÓLICO E CARDINALÍCIO

Dentro do serviço eclesiástico, a apreciação do serviço apostólico e cardinalício reveste-se de grande interesse, dado o protagonismo associado ao exercício de funções curiais. A esse propósito, verifica-se que muitos mestres foram requisitados para servir apostolicamente: aproximadamente um oitavo dos letrados¹⁰⁵⁰. O seu saber e conhecimentos faziam deles elementos privilegiados para ocupar os cargos de delegados, árbitros ou representantes pontificais, sempre que as circunstâncias o justificavam. Em certos casos, de indivíduos com maior brilhantismo intelectual e de elementos particularmente bem posicionados nos círculos pontificais, chegaram a assumir posições destacadas no interior da câmara apostólica. Algumas das carreiras de letrados projetaram-se mesmo a grande altitude, chegando a existir situações de

¹⁰⁴⁹ Vid. Anexos, quadro 18, ficha prosopográfica 325.

¹⁰⁵⁰ Vid. Anexos, quadro 14, fichas prosopográficas 12, 18, 28, 44, 56, 73, 84, 91, 109, 125, 132, 138, 140, 142, 178, 179, 181, 184, 188, 194, 200, 207, 232, 237, 239, 242, 244, 257, 261, 267, 271, 275, 281, 285, 293, 295, 297, 306, 327, 342, 353, 355, 364, 365, 387, 392, 393, 395, 400, 405, 409.

elementos nomeados como cardeais e, até, numa circunstância particular, um deles alcançou a posição de sumo pontífice.

Olhando à cronologia, foi debaixo dos pontificados do século XIII que o recrutamento de letrados para a prestação de serviço apostólico parece ter sido mais ativo. A intensificação de questões que requeriam a intervenção ou arbitragem apostólica ajuda, em parte, a explicar essa maior incidência, mas deve também refletir a porção de documentos sobreviventes de cada centúria, dadas as crescentes preocupações com o registo e o arquivamento que se verificaram nas cúrias eclesiásticas e régias ao longo do tempo. É vasta a lista de pontífices que recorreram ao serviço de mestres com ligações ao reino nesse período, numa sequência que acompanha, praticamente sem interrupções, a sucessão de pontificados, começando no século XII e adentrando o século XIV: de Inocêncio III¹⁰⁵¹ a João XXII¹⁰⁵², passando por Honório II¹⁰⁵³, Gregório IX¹⁰⁵⁴, Inocêncio IV¹⁰⁵⁵, Alexandre IV¹⁰⁵⁶, Urbano IV¹⁰⁵⁷, Inocêncio V¹⁰⁵⁸, João XXI¹⁰⁵⁹, Nicolau III¹⁰⁶⁰, Nicolau IV¹⁰⁶¹, Celestino V¹⁰⁶², Bonifácio VIII¹⁰⁶³ e Clemente V¹⁰⁶⁴.

O maior protagonismo alcançado entre os homens de letras que se conseguiram infiltrar na cúria romana deve-se, naturalmente, a Pedro Julião, também conhecido por Pedro Hispano, que, sob o nome de João XXI, assumiu a cátedra de S. Pedro por um breve período, correspondente aos anos de 1276 e 1277¹⁰⁶⁵. A investidura como papa foi o corolário de um longo percurso ascensional, que incluiu, entre outros cargos e funções, a titularidade de um arcediagado na sé de Braga, onde também foi cónego, vigário e bispo eleito, o deado e o mestre-escolado na diocese de Lisboa, e o priorado da

¹⁰⁵¹ Vid. Anexos, quadro 14, fichas prosopográficas 125, 181, 184, 194, 207, 242, 257, 285, 293, 306, 327, 392, 409. Sobre Inocêncio III vid Anexos, quadro 33.

¹⁰⁵² Vid. Anexos, quadro 14, fichas prosopográficas 12, 132, 140, 364.

¹⁰⁵³ Vid. Anexos, quadro 14, fichas prosopográficas 142, 261, 267, 271, 293, 295, 297, 353, 387, 393, 400.

¹⁰⁵⁴ Vid. Anexos, quadro 14, fichas prosopográficas 18, 188, 200, 342.

¹⁰⁵⁵ Vid. Anexos, quadro 14, fichas prosopográficas 28, 44, 91, 109, 239, 275, 355, 395, 400, 405. Sobre Inocêncio IV vid. Anexos, quadro 33.

¹⁰⁵⁶ Vid. Anexos, quadro 14, fichas prosopográficas 178, 207, 232, 239.

¹⁰⁵⁷ Vid. Anexos, quadro 14, fichas prosopográficas 28, 179.

¹⁰⁵⁸ Vid. Anexos, quadro 14, fichas prosopográficas 281, 342.

¹⁰⁵⁹ Vid. Anexos, quadro 14, fichas prosopográficas 12, 84, 132, 140, 364, 405.

¹⁰⁶⁰ Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 56.

¹⁰⁶¹ Vid. Anexos, quadro 14, fichas prosopográficas 138, 237.

¹⁰⁶² Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 56.

¹⁰⁶³ Vid. Anexos, quadro 14, fichas prosopográficas 56 244. Sobre Bonifácio VIII vid. Anexos, quadro 33.

¹⁰⁶⁴ Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 244.

¹⁰⁶⁵ Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 342.

colegiada de Sta. Maria de Guimarães. Foi ainda conselheiro régio e, já em contexto apostólico, parece ter tido ao seu cuidado a saúde de Gregório IX, pois segundo consta recebeu a nomeação como seu físico. Além disso desempenhou legacias a mando de Inocêncio V, na condição de comissário do papa, até alcançar, finalmente, a posição de cardeal-bispo de Túsculo, lugar que só abandonou para assumir o Papado. É, sem dúvida, um trajeto muito variado, e com marcos importantes, que, como se viu, incluíram passagens por duas das mais importantes dioceses em território português, a arquidiocese de Braga e a sé de Lisboa, e a nomeação para o governo da igreja vimaranense, um benefício eclesiástico sempre muito disputado ao nível do reino, reservado a figuras de grande projeção política e eclesiástica. Bastante decisiva para essa caminhada foi a desenvoltura com que sempre se moveu nos círculos de poder, designadamente junto da corte régia portuguesa e, em particular, da Santa Sé, conseguindo insinuar a sua presença, com sucesso, junto de D. Afonso III e de mais do que um pontífice.

Sem conseguirem alcançar a mesma distinção, mas ainda assim dignos de grande destaque foram os trajetos desenvolvidos por Gil Torres, João Fróis, Ordonho Álvares e Paio Galvão, todos mestres com ligação ao reino, todos nomeados como cardeais¹⁰⁶⁶. O cônego regente do mosteiro de Sta. Marinha da Costa, Paio Galvão, foi mestre-escola da igreja de Sta. Maria de Guimarães antes de receber sucessivas nomeações, entre os anos de 1209 e 1215, para cardeal-diácono de Sta. Lúcia in Septisolio, presbítero-cardeal de Sta. Cecília e cardeal-arcebispo de Albano¹⁰⁶⁷. Por sua vez, Gil Torres, arcediogo da sé de Burgos, alguém que foi próximo do arcebispo Silvestre Godinho e digno da confiança de D. Afonso II, recebeu a indigitação como cardeal dos Santos Cosme e Damião, cargo que ocupou durante várias décadas¹⁰⁶⁸. Quanto a mestre João Fróis, cônego regente como Paio Galvão, só que ligado à congregação de Sta. Cruz de Coimbra, desenvolveu um interessante percurso culminado com a nomeação a cardeal-bispo sabinense, depois de uma passagem pelo arcebispado da sé de Bizâncio¹⁰⁶⁹. Finalmente, Ordonho Álvares chegou a cardeal-bispo de Túsculo, a mesma posição ocupada pouco antes por Pedro Julião, após ser sagrado bispo na sé de

¹⁰⁶⁶ Vid. Anexos, quadro 14, fichas prosopográficas 109, 188, 281, 293.

¹⁰⁶⁷ Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 293.

¹⁰⁶⁸ Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 109.

¹⁰⁶⁹ Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 188.

Salamanca e arcebispo em Braga, tendo também servido como comissário apostólico, às ordens de Inocêncio V¹⁰⁷⁰.

Carreiras na cúria pontifícia menos excepcionais, mas de qualquer forma bastante invulgaes no período, tiveram outros mestres. Para conseguirem ser integrados nas funções exercidas, beneficiaram por certo da confiança pessoal dos pontífices e cardeais a quem prestaram serviço. Estiveram nesta circunstância os elementos da *intelligentia* portuguesa nomeados como penitenciários do papa¹⁰⁷¹, capelães apostólicos¹⁰⁷² e cardinalícios¹⁰⁷³, além dos que foram indigitados como subdiáconos¹⁰⁷⁴ e físicos apostólicos¹⁰⁷⁵, tudo cargos que remetem para relações de estreita dependência pessoal. Outros terão beneficiado de uma proximidade semelhante ou, então, de recomendações de terceiros bem posicionados para serem investidos em cargos de representação pontifical, compondo um grupo bem mais inclusivo, formado por núncios¹⁰⁷⁶, legados¹⁰⁷⁷, comissários¹⁰⁷⁸ e ouvidores apostólicos¹⁰⁷⁹; por um arcepreste¹⁰⁸⁰; e, ainda por procuradores¹⁰⁸¹, coletores¹⁰⁸² e executores da cúria¹⁰⁸³.

Entre os letrados que receberam nomeações para esses cargos privados junto de papas e cardeais merecem maior destaque o dominicano Domingos do Porto, que foi penitenciário de três pontífices, Nicolau III, Celestino V e Bonifácio VIII¹⁰⁸⁴, e o menorita Álvaro Pais, bispo de Silves, penitenciário de João XXII¹⁰⁸⁵. Na condição de capelães apostólicos contam-se com segurança oito indivíduos, o que não deixa de constituir um contingente apreciável: Bernardo Eanes, deão da sé de Lisboa¹⁰⁸⁶; Fernando Eanes de Portocarreiro, deão bracarense¹⁰⁸⁷; Gonçalo de Lisboa, frade da

¹⁰⁷⁰ Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 281.

¹⁰⁷¹ Vid. Anexos, quadro 14, fichas prosopográficas 12, 56.

¹⁰⁷² Vid. Anexos, quadro 14, fichas prosopográficas 28, 91, 125, 138, 179, 200, 395, 405.

¹⁰⁷³ Vid. Anexos, quadro 14, fichas prosopográficas 295, 365.

¹⁰⁷⁴ Vid. Anexos, quadro 14, fichas prosopográficas 44, 232, 405.

¹⁰⁷⁵ Vid. Anexos, quadro 14, fichas prosopográficas 200, 342.

¹⁰⁷⁶ Vid. Anexos, quadro 14, fichas prosopográficas 18, 125, 132, 364.

¹⁰⁷⁷ Vid. Anexos, quadro 14, fichas prosopográficas 125, 188, 293.

¹⁰⁷⁸ Vid. Anexos, quadro 14, fichas prosopográficas 178, 179, 194, 239, 281, 342, 393.

¹⁰⁷⁹ Vid. Anexos, quadro 14, fichas prosopográficas 28, 239.

¹⁰⁸⁰ Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 239.

¹⁰⁸¹ Vid. Anexos, quadro 14, fichas prosopográficas 73, 364.

¹⁰⁸² Vid. Anexos, quadro 14, fichas prosopográficas 140, 364.

¹⁰⁸³ Vid. Anexos, quadro 14, fichas prosopográficas 142, 207, 244, 261, 267, 400.

¹⁰⁸⁴ Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 56.

¹⁰⁸⁵ Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 12.

¹⁰⁸⁶ Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 28.

¹⁰⁸⁷ Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 91.

ordem da SS. Trindade de Santarém¹⁰⁸⁸; Guilherme de Goudou de Roquefort, chantre da sé de Coimbra e depois arcebispo de Salerno¹⁰⁸⁹; João de Galliano, arcediogo da mesma igreja¹⁰⁹⁰; João Rol, deão e, mais tarde, bispo da sé de Lisboa¹⁰⁹¹; mestre Soeiro, deão das sés de Évora e de Lisboa¹⁰⁹²; e Tomé Gonçalves, tesoureiro da catedral de Braga¹⁰⁹³. Em matéria específica do recrutamento de capelães apostólicos interessa relevar o que parece ter sido uma tendência na época, senão uma obrigatoriedade: a requisição de indivíduos com formação superior para o seu exercício, ou seja, de *magistri* e *doctores*, um fenómeno bastante revelador da forma como a função era valorizada do ponto de vista intelectual pelo Papado¹⁰⁹⁴.

Capelães também, mas de cardeais, há registo de pelo menos dois, entre os letrados associados ao reino: Paio Pais, chantre da sé do Porto, que esteve ao serviço de Paio Gaietán, cardeal-arcebispo de Albano¹⁰⁹⁵; e Raimundo Lourenço, cónego e deão da sé de Lisboa, empregue por Pedro Collona, cardeal-diácono de Sto. Eustáquio¹⁰⁹⁶. Eventualmente, Fernando Eanes de Portocarreiro, antes de ser capelão apostólico, terá sido também capelão cardinalício¹⁰⁹⁷.

Já como subdiáconos apostólicos, há notícias da indigitação dos mestres Domingos¹⁰⁹⁸ e Martinho¹⁰⁹⁹, ambos cónegos da sé de Coimbra, e do tesoureiro bracarense Tomé Gonçalves, que desempenhou outras funções na cúria romana, nomeadamente a mencionada capelanía apostólica¹¹⁰⁰. Quanto ao lugar de grande responsabilidade pessoal de médico privado de papas, é provável que o cargo tenha sido confiado a pelo menos dois homens bastante esclarecidos pertencentes à nomenclatura mais culta do reino: mestre João Rol¹¹⁰¹ e o futuro pontífice, Pedro Julião¹¹⁰². Qualquer

¹⁰⁸⁸ Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 125.

¹⁰⁸⁹ Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 138.

¹⁰⁹⁰ Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 179.

¹⁰⁹¹ Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 200.

¹⁰⁹² Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 395.

¹⁰⁹³ Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 405.

¹⁰⁹⁴ MARQUES, Maria Alegria Fernandes - *O papado e Portugal no tempo de D. Afonso III*. Vol. I. Coimbra: [s.n.], 1990, p. 149.

¹⁰⁹⁵ Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 295.

¹⁰⁹⁶ Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 365.

¹⁰⁹⁷ MARQUES, Maria Alegria Fernandes - *O papado e Portugal no tempo de D. Afonso III...*, p. 156-158.

¹⁰⁹⁸ Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 44.

¹⁰⁹⁹ Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 232.

¹¹⁰⁰ Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 405.

¹¹⁰¹ Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 200.

¹¹⁰² Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 342.

deles parece ter atendido à saúde de Gregório IX, embora com mais segurança no caso de João Rol do que no de Pedro Julião. Interessante perceber que o primeiro acumulou a função de físico apostólico com a de físico régio, atendendo às datas das referências documentais.

No que se refere a cargos de responsabilidade delegada, o grupo torna-se demasiado extenso para se conformar com uma enumeração casuística. Nesse sentido, mais importante do que estabelecer um elenco de indivíduos será fazer um enquadramento do *modus operandi* concebido pela Santa Sé para atuar localmente. À margem da hierarquia eclesiástica secular – organizada de acordo com uma esfera de jurisdições sobrepostas, em círculos concêntricos cada vez menores – arquidioceses, dioceses, paróquias – e das instituições regulares, que dependiam do papa de forma direta¹¹⁰³, o pontificado servia-se de um corpo de indivíduos mandatados pessoalmente, incumbidos de prosseguir diversos fins: representar a cúria romana; apurar e julgar questões em relação às quais esta funcionava como instância de apelo; fazer cumprir disposições previamente exaradas; arrecadar tributos e impostos devidos à Igreja de Roma¹¹⁰⁴. São sobretudo juízes delegados apostólicos os que aparecem com maior insistência nas notícias, ultrapassando as duas dezenas de mestres, numa série que integrou cónegos, dignitários e vários bispos, com ligação a quase todas as dioceses do território, compreensivelmente recrutados entre juristas e peritos de direito, ou, pelo menos, entre indivíduos com sensibilidade para o manejo de questões legais¹¹⁰⁵.

Há também nota de vários núncios e legados apostólicos. Anotados como núncios encontraram-se: mestre Bartolomeu, cónego das sés de Coimbra e de Lisboa¹¹⁰⁶; o referido Gonçalo de Lisboa, frade da ordem da SS. Trindade do convento de Santarém¹¹⁰⁷; Gonçalo Pereira, que foi deão do Porto e bispo em mais de uma diocese portuguesa¹¹⁰⁸; e Raimundo de Ebrardo, autor de um longo percurso na catedral de Coimbra, onde acabou por assumir o bispado¹¹⁰⁹. O primeiro esteve às ordens de

¹¹⁰³ MATTOSO, José - Clero. In *Dicionário de História de Portugal. Vol. 1: A-D*. Dir. J. Serrão. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, p. 590-594.

¹¹⁰⁴ SOHN, A. - Les procureurs à la Curie romaine: Pour une enquête internationale. *Mélanges de l'École française de Rome*. 114 - 1 (2002) 371-389.

¹¹⁰⁵ Vid. Anexos, quadro 14, fichas prosopográficas 84, 109, 178, 181, 184, 194, 207, 237, 242, 244, 257, 271, 275, 285, 295, 297, 306, 327, 353, 355, 392, 400, 409

¹¹⁰⁶ Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 18.

¹¹⁰⁷ Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 125.

¹¹⁰⁸ Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 132.

¹¹⁰⁹ Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 364.

Gregório IX; e os dois últimos sob a alçada de João XXII. Por sua vez, distinguidos como legados do papa conhecem-se três elementos, todos eles do clero regular: o trinitário Gonçalo de Lisboa¹¹¹⁰ e os monges agostinianos João Fróis¹¹¹¹ e Paio Galvão¹¹¹².

SERVIÇO DIOCESANO

No âmbito eclesiástico, o serviço diocesano foi o que mais prevaleceu entre os mestres, superiorizando-se em muito às restantes formas de serviço. Com efeito, para cerca de dois terços da população mais escolarizada, rondando as duas centenas e meio de indivíduos¹¹¹³, foi possível referenciar a existência de vínculos efetivos com uma, ou várias, das nove dioceses restauradas com implantação no reino durante o período; e que eram, de norte para sul: Braga, Porto, Lamego, Viseu, Guarda, Coimbra, Lisboa, Évora e Silves¹¹¹⁴. Excluíram-se as sés sobre as quais a arquidiocese bracarense exerceu autoridade metropolitana em parte da época, mas que nunca se conformaram dentro da espacialidade portuguesa, nomeadamente Astorga, Tui, Lugo, Orense e Mondonhedo¹¹¹⁵.

O número significa uma longa preponderância do elemento secular face ao regular entre os letrados, embora seja prudente considerar algum desvio nesses valores em função da procedência e quantidade das fontes mobilizadas para a análise, de que se deu nota nas considerações metodológicas. Além de numerosos, os mestres pertencentes às dioceses deixam perceber uma grande diversidade funcional na sua distribuição. São visíveis simples clérigos ao lado de porcionários, cónegos e dignitários capitulares, mas também uma grande quantidade de bispos. Alguns desses homens, a grande maioria,

¹¹¹⁰ Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 125.

¹¹¹¹ Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 188.

¹¹¹² Vid. Anexos, quadro 14, ficha prosopográfica 293.

¹¹¹³ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 3, 5, 8-12, 14, 17-20, 23-24, 26-28, 33-34, 37-38, 40-47, 49-50, 57-59, 61-63, 66-68, 70-75, 77-78, 80-82, 84-85, 87-91, 96-98, 100, 104-110, 112-113, 115, 121, 126, 128-130, 132, 135, 138-140, 145-146, 149-151, 153, 156-159, 161-162, 166, 169-172, 174-175, 178-179, 181-186, 188, 191, 193-198, 200-202, 204, 207, 209, 215-217, 219-221, 224, 227-229, 231-234, 236-239, 242-246, 249, 251, 254-261, 263, 265, 267-268, 270-272, 274-275, 277-282, 285-291, 294-295, 297, 299-303, 306, 309, 313-316, 318-321, 329-330, 332-335, 337-338, 342-344, 347-350, 353-357, 359-361, 364-366, 368, 377, 382-383, 385-389, 391-395, 397, 399-401, 405, 407, 409-411, 413, 416.

¹¹¹⁴ NOGUEIRA, Bernardo de Sá - O espaço eclesiástico em território português..., p. 142-201.

¹¹¹⁵ IDEM, *ibidem*, p. 142-201.

preencheram mais de uma posição, em acumulação ou sucessivamente. Por outro lado, são ainda visíveis serviços prestados a dioceses por parte de alguns elementos alheio ao *cursus honorum* capitular, do que são bons exemplos os procuradores e advogados nomeados pelas sés como seus representantes legais, nem sempre recrutados em ambiente catedralício.

Face aos números em presença, não podem restar dúvidas de que a relação entre letrados e dioceses foi muito intensa. É até provável que o arrolamento de elementos pertencentes às sés possa ter ficado aquém da realidade, pois houve vários homens de letras com percursos bastante omissos, alguns dos quais poderiam ser perfeitamente prebendários em dioceses. Contudo, se é fácil comprovar a grande proximidade de mestres a dioceses, pode merecer algum questionamento o seu peso relativo no universo delimitado em comparação com indivíduos ligados a outros quadrantes eclesiásticos. Mas, mesmo matizando a presença diocesana no conjunto, dificilmente ficaria comprometido o predomínio dos clérigos das catedrais no contingente de letrados, tal o diferencial encontrado entre os homens de letras vinculados a sés e os demais, ligados a congregações monásticas e a igrejas paroquiais. Uma precedência numérica de mestres e doutores que se explica em parte pelo número e pela presença duradoura das dioceses no reino¹¹¹⁶, somada às preocupações manifestadas internamente ao apoio da instrução dos seus membros, em resposta às insistentes pressões recebidas do topo da hierarquia eclesiástica para uma melhoria do seu nível cultural¹¹¹⁷, por sua vez aliadas ao vasto conjunto de atividades assumidas pelas estruturas catedrais junto das comunidades religiosas e leigas, requerendo conhecimentos avançados nas mais variadas matérias: pastorais, assistenciais, legais, administrativas, docentes, etc.¹¹¹⁸ Outra parte da explicação, quiçá mais relevante, que não exclui a anterior mas a reforça, relaciona-se com o modelo predominantemente urbano da cultura do tempo que se vem esquiçando, fazendo convergir em torno das cidades os elementos mais cultos.

Diga-se que as soluções de carreira encontradas por esta elite cultural ligada às catedrais foram múltiplas e variadas. Compreenderam percursos exclusivos desenhados no interior de uma única instituição assim como a circulação entre várias dessas igrejas; passaram por trajetos seculares mas também se registaram mudanças de jurisdição

¹¹¹⁶ Sobre as datas da restauração das dioceses no reino vid. MARQUES, Maria Alegria Fernandes - O clero..., p. 225-231.

¹¹¹⁷ GOMES, Saul António - La formation intellectuelle du clergé séculier..., p. 114.

¹¹¹⁸ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa - *A sé de Coimbra...*, p. 253-254.

eclesiástica, com casos de adoção anterior ou posterior de regras monásticas; incluíram a posse de prebendas únicas como a acumulação de benefícios; foram desde o desempenho prolongado de uma única função à polivalente ocupação de vários cargos e posições.

Há, todavia, grande dificuldade em avaliar muitas das situações em presença, dado que as radiografias feitas às carreiras quase nunca são completas, por vezes limitando-se à deteção de pequenos episódios biográficos ou ao enquadramento de poucos anos de serviço eclesiástico. Em todo o caso, bons exemplos de constância e fidelidade clerical parecem ser os prestados por Silvestre Godinho, Pedro Eanes, João Pais e mestre Miguel, na arquidiocese bracarense¹¹¹⁹; Julião Juliães, Martinho Pais, Raimundo de Ebrardo e Pedro Rodrigues, junto da sé de Coimbra¹¹²⁰; mestre Mateus, em Lisboa¹¹²¹; mestre Soeiro, na sé de Évora¹¹²²; ou Vicente Mendes e mestre Domingos, na igreja portuense¹¹²³. Todos, à primeira vista, parecem ter desenvolvido projetos de carreira que passaram pela manutenção de relações consistentes com as dioceses de origem, na maior parte dos casos conseguindo projetar-se ao longo das hierarquias eclesiásticas dessas instituições, evoluindo entre cargos e dignidades.

A solução oposta, também nada incomum na época, passou pelo desenvolvimento de percursos diversificados com trânsito entre catedrais. Mudanças que ocorreram em fases muito diferentes das carreiras individuais e motivadas por razões muito variadas. Em geral, as mudanças de direção terão sido ditadas pelo aparecimento de oportunidades de carreira, dada a escassez de oferta de prebendas e de cargos de relevo, nomeadamente dignidades capitulares e prelaturas. Como nem sempre as posições mais ambicionadas estavam disponíveis nas catedrais a que pertenciam os indivíduos, era forçoso procurarem alternativas de carreira em outros quadros diocesanos onde vagassem funções de relevo.

Como se observou atrás, a pertença a redes familiares e clientelares muito beneficiou as transições entre dioceses e o acesso a cargos disputados, para o que contribuiu igualmente o esquema de acumulação de benefícios, ao posicionar os detentores de prebendas em mais de uma plataforma eclesiástica, a partir de onde

¹¹¹⁹ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 194, 271, 330, 386.

¹¹²⁰ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 207, 242, 353, 364.

¹¹²¹ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 246.

¹¹²² Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 393.

¹¹²³ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 416, 47.

puderam visar posições promissoras. Os exemplos da circulação entre dioceses por parte de letrados são abundantes, valendo como paradigmas bem ilustrativos dessa realidade as diversas nomeações episcopais e arquiepiscopais, as quais implicavam, com frequência, mudanças de direção nas carreiras dos indigitados, levando a transferências entre as dioceses.

A mobilidade diocesana esteve, no entanto, longe de esgotar as modalidades de circulação eclesiástica à disposição dos homens do clero, letrados ou não. Efetivamente, a mudança não só de casas religiosas mas de regras e observâncias foi também um fenómeno que adquiriu alguma expressão na época. Muitos cónegos regrantes foram, por exemplo, chamados a desempenhar funções em dioceses, com vários a serem elevados à condição de bispos, dentro ou fora do território, dessa forma se desligando *ipso facto* das regras originais¹¹²⁴. Abundam os exemplos entre os mestres: Álvaro de Freitas, monge regrante no mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra foi chamado à mitra de Lisboa¹¹²⁵; João Fróis, também membro da instituição crúzia, depois de um longo percurso junto da câmara apostólica, assumiu o arcebispado de Bizâncio num período em que a igreja bizantina ainda estava sob o império latino¹¹²⁶; João Peculiar, outro agostiniano de Coimbra, foi nomeado como bispo da sé do Porto e, mais tarde, elevado a arcebispo bracarense¹¹²⁷; mestre Nicolau, monge em S. Vicente de Fora, recebeu o pálio na sé de Viseu¹¹²⁸; mestre Paio, tal como o anterior, cónego do mosteiro vicentino, foi investido como bispo da sé de Évora¹¹²⁹; Pedro Salomão, outro dos membros da congregação crúzia, ingressou como arcebispo na arquidiocese de Santiago de Compostela¹¹³⁰; Pedro Salvadores, que observou a regra agostiniana no mosteiro de S. Salvador de Grijó, recebeu o bispado portuense¹¹³¹; um outro filiado na regra de Sto. Agostinho, Soeiro Viegas foi apresentado como prelado na catedral de Lisboa¹¹³²; e mestre Vicente, que parece ter servido inicialmente na casa regrante de Coimbra, atingiu o bispado da Guarda, depois de ter desenvolvido um trajeto de relevo ligado à sé de

¹¹²⁴ GOMES, Saul António - La formation intellectuelle du clergé séculier..., p. 118-120

¹¹²⁵ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 11.

¹¹²⁶ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 188.

¹¹²⁷ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 197.

¹¹²⁸ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 277.

¹¹²⁹ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 285.

¹¹³⁰ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 354.

¹¹³¹ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 355.

¹¹³² Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 399.

Lisboa, onde começou por ser arcediogo de Santarém, e, depois, deão da catedral¹¹³³. A situação deste último revestiu-se, todavia, de algumas particularidades. É, em certo sentido, exemplar de como por vezes o percurso ascendente no *cursus honorum* pode ser enganoso, pois a nomeação para o bispado da Guarda não teria uma importância superlativa no âmbito das funções eclesiásticas, motivo porque o próprio durante bastante tempo se mostrou reticente em acatar a nomeação.

A ligação às dioceses por parte dos cónegos regantes identificados como mestres não se esgotou, contudo, nas chamadas à ocupação de cátedras, pois vários apareceram a protagonizar dignidades capitulares, o que sublinha a porosidade institucional em meio eclesiástico. Detetam-se viagens nos dois sentidos, com alguns a servirem primeiro como monges nas casas da ordem, daí visando as dioceses, e outros abandonando as sés para se recolherem a canónicas regantes em fases mais adiantadas das suas vidas. Atente-se nos casos: na sé de Lisboa o prepósito no mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra Álvaro de Freitas parece ter servido como mestre-escola, antes de ascender à prelatura¹¹³⁴; mestre Estêvão, um dos cónegos regantes do mosteiro de S. Vicente de Fora, foi, com toda a segurança, chantre na diocese lisboeta¹¹³⁵, enquanto o crúzio Gil Rodrigues foi apresentado como arcediogo de Santarém¹¹³⁶, num trajeto que reuniu grandes afinidades com o de Mendo Gonçalves, outro membro da canónica de Sta. Cruz de Coimbra igualmente empossado no arcediogo lisboeta¹¹³⁷. Outros agostinianos com passagens atestadas pela sé de Lisboa foram o bispo Soeiro Viegas¹¹³⁸ e mestre Vicente Hispano, tendo ambos ocupado o deão da catedral em certo momento das respetivas trajetórias eclesiásticas¹¹³⁹.

Na arquidiocese de Braga, Alberto Eite, o chanceler de D. Afonso Henriques que se crê ter servido no mosteiro regante de Coimbra, dispôs de um arcediogo¹¹⁴⁰. Quanto ao clero catedralício de Coimbra, está assinalado o caso de mestre Guilherme, que depois de ter assumido a dignidade de mestre-escola na catedral, ingressou no mosteiro de Sta. Cruz de Cortes, de que foi um dos fundadores¹¹⁴¹. Um outro

¹¹³³ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 409.

¹¹³⁴ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 11.

¹¹³⁵ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 77.

¹¹³⁶ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 108.

¹¹³⁷ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 268.

¹¹³⁸ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 399.

¹¹³⁹ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 409.

¹¹⁴⁰ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 10.

¹¹⁴¹ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 135.

agostiniano filiado em Coimbra, que parece ter assumido o mestre-escolado na sé vizinha foi o futuro arcebispo João Peculiar¹¹⁴². Algo de análogo se passou com o prior João Pais, a quem se estima o exercício do cargo de mestre-escola na sé, apesar de reinar alguma incerteza quanto ao facto¹¹⁴³. Ainda na catedral mondeguinta, não como mestre-escola, mas muito provavelmente como tesoureiro, deve ter residido mestre Nicolau, antes de ser elevado à cátedra viseense¹¹⁴⁴. Na sé da Guarda, por sua vez, foi possível encontrar o deão mestre João, embora seja difícil de perceber se a nomeação como dignitário precedeu ou sucedeu o serviço monástico em Sta. Cruz de Coimbra¹¹⁴⁵. Sabe-se ainda que Paio Tomé se dirigiu ao mosteiro de S. Vicente de Fora para receber o hábito regente, depois de um extenso período à frente do mestre-escolado portuense¹¹⁴⁶.

Fora do contexto regente, outros letrados podem exemplificar situações de mudanças de observância, com as que se vêm descrevendo. Na esfera mendicante, alguns dos mestres e doutores cumpriram parte dos seus percursos eclesiásticos no interior de dioceses: Álvaro Pais, da ordem dos Frades Menores, foi bispo das sés de Corona e de Silves¹¹⁴⁷; Frei Gil de Santarém dispôs de canonicatos nas sés de Braga, da Guarda e, talvez, de Coimbra, antes de professar como dominicano, acabando filiado na casa de S. Domingos de Santarém¹¹⁴⁸; Gil Juliães, filho do chanceler Julião Pais, por vezes identificado com Frei Gil de Santarém, dispôs de conezias e dignidades em várias dioceses, recolhendo no final da sua vida ao instituto escalabitano dos pregadores¹¹⁴⁹; e Gonçalo Lever, sinalizado como cônego e presbítero da sé de Coimbra, optou por um percurso com desfecho semelhante, ingressando também ele no convento de S. Domingos de Santarém¹¹⁵⁰.

Por outro lado, pelo menos um mestre cisterciense acabou o seu percurso eclesiástico como bispo de uma catedral: mestre Bartolomeu, monge de Sta. Maria de Alcobaça, que foi eleito e consagrado bispo na igreja de Silves¹¹⁵¹. A chamada de

¹¹⁴² Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 197.

¹¹⁴³ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 195.

¹¹⁴⁴ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 277.

¹¹⁴⁵ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 149.

¹¹⁴⁶ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 297.

¹¹⁴⁷ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 12.

¹¹⁴⁸ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 106.

¹¹⁴⁹ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 107.

¹¹⁵⁰ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 129.

¹¹⁵¹ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 19.

cistercienses a governar bispados, sobretudo provenientes do mosteiro alcobacense, esteve longe de ser inédita por esse tempo, mas entre os indivíduos dados como letrados parece ser caso único. Trata-se de um número manifestamente curto, mas em perfeita sintonia com o baixo número de monges brancos anotados como mestres e doutores. Um dado que, em si mesmo, não deixa de levantar razoáveis problemas relativos à qualidade e representatividade da informação atinente aos filiados de Cister e sobre o efetivo afluxo universitário de membros portugueses da ordem.

Um breve parêntesis, aqui, para esclarecer que a passagem de monges a bispos, como aconteceu com o alcobacense mestre Bartolomeu, a que se podem acrescentar várias situações referenciadas atrás de cónegos regantes e de mendicantes, não configurava uma mudança de observância, *tout court*, mas um desligamento de vínculo, uma anulação de nexos preexistentes. Não havia, portanto, tecnicamente, um ingresso no clero secular, mas uma entrada em ordens maiores por parte dos indivíduos investidos como bispos, ainda que o serviço prestado acabe por ser diocesano, já que era no âmbito das catedrais que o múnus episcopal se exercia.

A acumulação de prebendas foi outro dos fenómenos a conhecer larga difusão na época ao nível do clero das catedrais, também experimentado por muitos mestres. Supunha benefícios em múltiplas dioceses, que podiam revestir a forma de porções canónicas, canonicatos inteiros, rendas de dignidades capitulares e de mesas episcopais¹¹⁵²; por sua vez, conjugáveis com refeições em igrejas paroquiais e colegiadas, com destaque para priorados e reitorados, os mais rentáveis no interior da rede paroquial¹¹⁵³. A beneficiação com prebendas era um recurso usado muitas vezes para recompensar serviços prestados e desempenhos excepcionais, ou, então, para contrabalançar expectativas defraudadas de clérigos no respeitante a nomeações. Estava muito dependente para a sua concretização do sistema relacional do beneficiário, isto é, das redes de solidariedade familiar e clientelar onde estava inscrito, que potenciavam ou diminuía as possibilidades do ingresso em determinados benefícios¹¹⁵⁴.

A acumulação de benefícios tinha, no entanto, um reverso considerável: a vacância eclesiástica, que, num cenário de concentração de prebendas, podia suscitar

¹¹⁵² RODRIGUES, Ana Maria - Patrimónios, direitos e rendimentos eclesiásticos..., p. 261-302.

¹¹⁵³ IDEM, *ibidem*, p. 261-302.

¹¹⁵⁴ FARELO, Mário - A quem são teúdos os barões e sages cónegos?..., p. 141-182.

dificuldades ao cumprimento integral ou satisfatório do serviço catedralício¹¹⁵⁵. Estas dificuldades tentaram-se contrariar por duas vias. Por um lado, através do recurso à divisão de canonicatos em porções, consistindo essa estratégia num fracionamento do valor de prebendas inteiras, permitindo às igrejas acolherem mais indivíduos no seu interior, por esse motivo designados como raçoeiros ou porcionários, tipicamente semi-prebendários, tercenários e quaternários¹¹⁵⁶. Estes, por regra, não tinham presença nas reuniões capitulares¹¹⁵⁷, mas era-lhes exigido, ao que parece, a entrada em ordens maiores, nomeadamente o presbiterado¹¹⁵⁸. Compensavam-se, desse modo, as ausências dos vacantes, sem um acréscimo dos encargos.

Por outro lado, o absentismo era contrariado através da imposição de tetos e de limites à acumulação de benefícios dos religiosos, de cuja ultrapassagem só dispensas papais poderiam eximir, como aconteceu, por exemplo, com mestre Tomé Gonçalves, tesoureiro da arquidiocese de Braga, que prefigurou uma das situações mais flagrantes de concentração de benefícios no interior da classe mais instruída¹¹⁵⁹.

O tesoureiro bracarense foi, em simultâneo, cônego em várias sés e prior de numerosas paróquias, para o que muito terá beneficiado das ligações estabelecidas na cúria romana¹¹⁶⁰. Bernardo Eanes, deão da sé de Lisboa, que também se distinguiu por uma presença continuada junto da câmara apostólica, é outro caso bem representativo da acumulação de prebendas ao nível diocesano, pois na altura em que deteve o deado lisboeta era, ao mesmo tempo, beneficiário em outras sés hispânicas, assim como num par de igrejas dentro e fora do reino¹¹⁶¹. Franca similitude com os exemplos escolhidos apresentou Guilherme de Saint-Géry, simultaneamente referenciado como cônego nas catedrais de Coimbra, Évora e Rodes, além de prior da igreja de S. Tiago de Coimbra. De novo, e não por acaso, alguém muito bem relacionado nas altas esferas pontificais, como se percebe da nomeação recebida para a posição de coletor apostólico¹¹⁶². Ligações privilegiadas com um círculo de poder diferente, mas igualmente efetivo e

¹¹⁵⁵ FARELO, Mário - *O cabido da sé de Lisboa e os seus cônegos. Vol. I...*, p. 13.

¹¹⁵⁶ VILAR, Hermínia Vasconcelos - *As dimensões de um poder...*, p. 183.

¹¹⁵⁷ MARQUES, José - *A arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988, p. 342.

¹¹⁵⁸ CARDOSO, António de Brito - *O cabido da catedral de Coimbra...*, p. 34.

¹¹⁵⁹ MARQUES, Maria Alegria Fernandes - *O papado e Portugal no tempo de D. Afonso III*, p. 159-160.

¹¹⁶⁰ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 405.

¹¹⁶¹ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 28.

¹¹⁶² Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 140.

atuante, podem ser comprovadas para mestre Martinho, o cónego de Lisboa e Braga e reitor das igrejas de Sta. Maria de Abade e de S. Leonardo de Atouguia, elemento do círculo mais chegado de D. Dinis, de quem foi físico¹¹⁶³.

Além dos citados, muitos outros exemplos de acumuladores de benefícios eclesiásticos poderiam ser colhidos entre os clérigos catedralícios pertencente à elite intelectual, porventura menos flagrantes do que os anteriores, mas ainda assim suficientemente esclarecedores. O que estas situações atestam, com inegável mérito, é a forma como as redes de relações individuais e grupais e as movimentações em certos círculos privilegiados de poder, nomeadamente régios e pontificais, podiam influenciar positivamente a acumulação de benefícios, com enormes vantagens para os beneficiados em termos de aquisição de influência, poder e capacidade patrimonial.

A acumulação de prebendas, sem constituir uma prerrogativa exclusiva de letrados, acabou por ser um fenómeno com grande visibilidade no interior do grupo, porventura até de forma mais regular do que transpira dos dados coligidos, necessariamente omissos em relação a muitos factos da vida dos biografados. Essa constatação deixa perceber que, de forma direta ou indireta, a formação e o nível cultural potenciavam a concentração de funções, a multiplicação de responsabilidades e, por conseguinte, os proventos dos beneficiários. Se a preparação intelectual dispunha, por si só, de eficácia instrumental para a obtenção de tais privilégios é algo difícil de esclarecer, mas é inegável que a posse de uma formação sólida, ancorada em redes de suporte bem estruturadas e com forte capacidade de pressão, aumentaria as hipóteses de multiplicação de benefícios.

As prebendas eram, portanto, decisivas do ponto de vista financeiro para a manutenção ou aumento do nível de vida dos letrados, ao mesmo tempo que permitem situá-los no interior de redes de solidariedade organizadas em torno de parentescos e clientelas. Mas, na medida em que desligavam os prebendados das dioceses e paróquias para as quais tinham sido nomeados isso significa que o seu valor como indício de produção cultural é nulo para esses locais, pois o facto de permanecerem sem cura não permitia às instituições fazerem uso da capacidade dos multiprebendados.

Diferente na sua natureza da acumulação de benefícios, que remete para uma posse simultânea de prebendas foi a ocupação sucessiva no tempo de cargos e funções,

¹¹⁶³ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 236.

que talvez seja a melhor forma de caracterizar a evolução de carreiras. Nesse particular, há entre os percursos reelaborados de mestres presentes em cabidos alguns elementos a quem se pode atribuir uma certa imobilidade funcional, por oposição à extrema mobilidade de outros. É certo que, em algumas circunstâncias, o imobilismo pode ter sido apenas aparente, pelos motivos recorrentes, que se prendem com o carácter lacunar da informação reunida. Descontando esses eventuais casos, há letrados que seguramente persistiram durante muitos anos na posse de determinados cargos: fosse por lhes estarem vedadas certas funções, em resultado do seu preenchimento por outros capitulares, fosse por incapacidade de se promoverem no interior das instituições diocesanas; fosse por terem atingido cedo posições de topo no clero catedralício, perpetuadas no tempo.

Na maior parte das circunstâncias, a ascensão no *cursus honorum* catedralício passava pela entrada em canonicatos, visto serem os cónegos a base do corpo capitular¹¹⁶⁴. A sua composição numérica estava regulada pelas constituições diocesanas que serviam para reger a orgânica dessas instituições e enquadrar o seu funcionamento, sendo que o número de cónegos era relativamente restrito no interior das catedrais, embora ultrapassando largamente o número de dignitários dos cabidos¹¹⁶⁵. Não é, por isso, de estranhar o contingente largo de mestres reportados como cónegos, formando o grupo mais numeroso entre os homens de letras identificados junto das sés, para o que também contribuiu o facto de os canonicatos poderem ser acumulados com as dignidades eclesiásticas¹¹⁶⁶. A posse de uma conezia em dióceses significava à partida um estatuto de relevo no seio do clero e, por extensão, na sociedade do tempo, estando associado a determinadas responsabilidades eclesiásticas e à posse de uma prebenda fixa, de valor relevante para os padrões da época¹¹⁶⁷.

Distribuídos pelas diversas dióceses do reino, o número de letrados que serviram como cónegos em catedrais conjuga-se, na perfeição, com o que a historiografia vem preconizando sobre o quadro cultural catedralício, confirmando também alguns padrões já aqui provados, a propósito de outros tópicos: uma grande incidência de elementos

¹¹⁶⁴ FARELO, Mário - *O cabido da sé de Lisboa e os seus cónegos. Vol. 1...*, p. 12-13.

¹¹⁶⁵ CARDOSO, António de Brito - *O cabido da catedral de Coimbra...*, p. 7-8. 17-18.

¹¹⁶⁶ VILAR, Hermínia Vasconcelos - *As dimensões de um poder...*, p. 176-177.

¹¹⁶⁷ RODRIGUES, Ana Maria - *Patrimónios, direitos e rendimentos eclesiásticos...*, p. 261-302.

com formação avançada filiados nas dioceses de Braga¹¹⁶⁸ e de Coimbra¹¹⁶⁹; uma presença também significativa de intelectuais junto da sé de Lisboa¹¹⁷⁰; com as dioceses do Porto¹¹⁷¹, Viseu¹¹⁷², Évora¹¹⁷³ e Lamego a rivalizarem, entre si, no número de letrados, mas a grande distância das primeiras. Na Guarda apenas há menções residuais a letrados como cónegos da sé¹¹⁷⁴; sem que se conseguia associar, por seu lado, qualquer mestre como cónego da sé de Silves. As principais razões que explicam estas tendências têm, naturalmente, várias origens combinadas, imputáveis ao ritmo de refundação das catedrais no território, aos hábitos e tradições culturais mantidos internamente, às preocupações com a manutenção e ampliação de livrarias, à antiguidade das escolas capitulares nelas alojadas, aos apoios escolares concedidos aos clérigos na sua órbita; e, em grande medida, ao papel atribuído a cada uma das dioceses, ao longo da diacronia, pelas instituições eclesiásticas e régias, do ponto de vista cultural, político e social.

Também possuidores de vínculos às dioceses, mas sem disporem de prebendas canónicas inteiras, foi possível identificar outros letrados, embora poucos. Aparecem descritos como porcionários, ou raçoeiros, pois, como se esclareceu atempadamente, só gozavam de uma parcela das rendas atribuídas aos cónegos, a quem substituíam, no caso de lugares vacantes, ou a quem procuravam auxiliar no exercício normal das suas incumbências. Os letrados com a posição de raçoeiros que se conhecem residiram em exclusivo nas catedrais de Braga, Coimbra e Lisboa, pelo que a geografia dos mestres qualificados como raçoeiros concorda absolutamente com a dos cónegos assinalados como *magistri*. Ao serviço da primeira sé reconhecem-se os mestres Pedro, Pedro Silvestre e Domingos¹¹⁷⁵; para a segunda concorrem os nomes de Estêvão *in Organo* e

¹¹⁶⁸ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 3, 26, 37, 46, 57, 62, 68, 73, 75, 80, 88, 91, 106, 113, 153, 170, 183, 186, 191, 194, 198, 216, 236, 243, 260, 271, 278, 288, 313, 318, 319, 332, 334, 335, 337, 342, 357, 383, 386, 387, 405, 410, 413.

¹¹⁶⁹ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 8, 18, 44, 59, 66, 82, 84, 87, 104, 105, 106, 115, 126, 129, 130, 140, 175, 182, 193, 197, 207, 220, 221, 229, 232, 242, 245, 251, 254, 265, 272, 280, 299, 309, 344, 353, 364, 383, 394, 405.

¹¹⁷⁰ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 18, 40, 63, 68, 78, 84, 89, 156, 178, 181, 184, 193, 236, 244, 249, 279, 287, 295, 300, 319, 329, 360, 365, 377, 405.

¹¹⁷¹ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 47, 132, 171, 196, 217, 263, 289, 290, 315, 321, 350, 405.

¹¹⁷² Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 72, 74, 97, 107, 128, 166, 174, 200, 204, 237, 274, 295, 388.

¹¹⁷³ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 34, 61, 140, 238, 291, 344, 382, 395, 411.

¹¹⁷⁴ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 106, 183, 321.

¹¹⁷⁵ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 316, 356, 50.

de Estêvão Moniz¹¹⁷⁶; enquanto na última, há notícias referentes a um mestre Bartolomeu e a um outro, de nome Pedro¹¹⁷⁷.

Contrastando com a relativa extensão do grupo de cónegos, o restante corpo capitular das catedrais era bastante mais curto, em regra comportando apenas um mestre-escola, um chantre, um tesoureiro, um deão, e um reduzido grupo de arcediagos, em número variável para cada diocese¹¹⁷⁸. Cada dignidade cumpria no interior do cabido tarefas muito específicas e que requeriam competências necessariamente diferentes. De uma forma genérica, ao mestre-escola, que começou por ser uma função antes de adquirir o estatuto de dignidade, cabia o governo da escola capitular e assegurar a docência aos oblatos e leigos que a frequentavam¹¹⁷⁹; ao chantre cabia a direção do coro, e, por vezes, supletivamente, o apoio ao mestre-escola nas atividades pedagógicas¹¹⁸⁰; o tesoureiro tinha à sua guarda o tesouro do cabido, compreendendo, entre outros objetos, as alaias litúrgicas e, por vezes, os manuscritos pertencentes às livrarias diocesanas¹¹⁸¹; enquanto aos arcediagos cabia a superintendência dos párocos que caíam sob as respetivas jurisdições¹¹⁸²; e, finalmente, o deão tinha à sua responsabilidade a gestão global do cabido e o controlo da mesa capitular¹¹⁸³.

A hierarquia das funções terá variado com as geografias e as cronologias, mas o deão era indiscutivelmente a dignidade de maior relevo no cabido, cabendo-lhe, por inerência, a presidência do corpo capitular¹¹⁸⁴. Seguiam-se-lhe, em importância, quase sempre, os arcediagos, e, na base da pirâmide de dignidades, acima dos cónegos, figuravam o tesoureiro, o chantre e o mestre-escola, com uma prevalência difícil de precisar¹¹⁸⁵.

A diferença entre o número de cónegos e de dignitários admitidos nas sés não poderia deixar de se refletir, de algum modo, na representatividade do grupo de letrados. Assim, aceita-se, com toda a naturalidade, a prevalência de cónegos entre os elementos mais cultos, em virtude do seu número absoluto. Entre as dignidades, foi no grupo

¹¹⁷⁶ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 82, 84.

¹¹⁷⁷ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 20, 320.

¹¹⁷⁸ RODRIGUES, Ana Maria - Dignidades capitulares..., p. 67-68.

¹¹⁷⁹ IDEM, *ibidem*, p. 67-68.

¹¹⁸⁰ IDEM, *ibidem*, p. 67-68.

¹¹⁸¹ IDEM, *ibidem*, p. 67-68.

¹¹⁸² IDEM, *ibidem*, p. 67-68.

¹¹⁸³ IDEM, *ibidem*, p. 67-68.

¹¹⁸⁴ IDEM, *ibidem*, p. 67-68.

¹¹⁸⁵ IDEM, *ibidem*, p. 67-68.

formado pelos arcediagos que se contou o maior número de mestres, dado absolutamente coerente com o retrato capitular projetado, na medida em que podiam existir vários arcediagos por diocese, ao passo que as restantes dignidades se constituíam como cargos unipessoais. Pode-se intuir ainda do peso dos arcediagos no conjunto de mestres o eventual propósito de colocar os letrados em contato com os párocos, elevando desse modo as exigências sobre o clero das paróquias, dentro dos princípios enunciados pela reforma gregoriana.

Sem nenhuma surpresa, o grupo de arcediagos achados entre a classe mais erudita foi liderado por elementos afetos às sés de Braga¹¹⁸⁶ e Lisboa¹¹⁸⁷, mas com um ligeiro ascendente dos lisboetas, divididos pelos arcediagos de Lisboa e de Santarém, sobre os bracarenses, distribuídos pelas jurisdições do Couto, Barroso e Vermoim. Os arcediagos das duas sés rondaram em ambos os casos a dezena e meia de indivíduos, distanciando-se bastante dos homólogos da igreja de Coimbra, que se resumem a quatro indivíduos: mestre Bernardo, mestre Domingos, João de Galliano e Gonçalo de Porzelhe¹¹⁸⁸. Só de forma residual aparecem letrados como arcediagos nas sés da Guarda e de Évora, situação em que se acharam respetivamente um mestre Mendo¹¹⁸⁹ e um mestre Lourenço¹¹⁹⁰. De resto, não se detetam vestígios de mais letrados a exercerem a função em outras catedrais do reino. Acresce, todavia, a curiosidade de haver situações em que o desempenho da posição decorreu em espaço exterior ao território português. Passou-se assim com mestre Tibúrcio, na sé de Palência¹¹⁹¹; com Gil Torres, na diocese de Burgos¹¹⁹²; e com Bernardo Eanes nas catedrais de Leão e de Santiago de Compostela¹¹⁹³.

Com a exceção dos arcediagos, foi bastante paritária a distribuição numérica dos homens de letras pelas diferentes dignidades. Situam-se na casa das duas dezenas de indivíduos por função, muito embora com ligeiro ascendente dos deães e uma menor expressão dos tesoureiros. Figurando o deado como a posição de maior preponderância

¹¹⁸⁶ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 10, 24, 37, 43, 62, 75, 80, 112, 113, 239, 332, 338, 342, 386.

¹¹⁸⁷ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 14, 17, 45, 108, 161, 178, 181, 184, 256, 268, 302, 314, 395, 407, 409.

¹¹⁸⁸ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 27, 33, 179, 126.

¹¹⁸⁹ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 258.

¹¹⁹⁰ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 215.

¹¹⁹¹ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 400.

¹¹⁹² Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 109.

¹¹⁹³ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 28.

na orgânica do cabido, merece especial sublinhado a infiltração de mestres na função. Parece ter sido o deado de Lisboa a acolher o maior número de mestres e doutores¹¹⁹⁴, seguido muito de perto pelo de Braga¹¹⁹⁵, e depois, pelos de Coimbra¹¹⁹⁶ e Porto¹¹⁹⁷. Mais uma vez, nada de muito surpreendente, em relação à geografia dos letrados que vai emergindo. O deado da catedral de Lisboa devia ser uma posição bastante interessante, quer como lugar de passagem, servindo de trampolim para lugares de ainda maior protagonismo; quer como meio de premiar percursos eclesiásticos, pois desempenharam a dignidade vários indivíduos com fortes ligações apostólicas e régias. Efetivamente, serviram na dignidade mestres que foram – antes, durante ou depois do exercício da função – procuradores, conselheiros, advogados e chanceleres régios. Um rol onde também constam capelães apostólicos e cardinalícios, físicos do papa e juízes da cúria, alguns acumulando vários desses papéis ou sucedendo-se neles no tempo. Por outro lado, vários dos mestres achados a desempenhar o deado lisboeta acabaram investidos em bispados, sinalizando a capacidade propulsora da função. Sem esquecer que o único papa português foi também um ocupante do lugar. Resulta daqui que a ocupação do deado de Lisboa se constituiu como um marco decisivo no percurso ascensional do clero diocesano, quer como ponto de chegada relevante, quer como ponto de partida para a ocupação de prelaturas.

Do ponto de vista das expectativas de carreira, seria também bastante importante alcançar uma nomeação como deão na catedral de Braga. Considerando que se tratava da primeira igreja do reino, foi, naturalmente, uma das dignidades mais visadas e ambicionadas por mestres. Talvez por isso, pela importância da igreja metropolitana no conjunto das dioceses, o deado bracarense parece ter funcionado sobretudo como um prestigioso coroar de carreiras, mais do que como um elevador para o acesso a prelaturas ou a outras posições de prestígio. Aliás, enquanto em outras dioceses a elevação a cátedras passava, muitas vezes, pela promoção dos próprios deães das catedrais a bispos, dando sequência a um percurso evolutivo natural, no caso da arquidiocese a sagração episcopal parece antes ter sido marcada pelo destacamento de bispos provenientes de outras sés, portanto, já devidamente industriados no exercício de

¹¹⁹⁴ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 28, 200, 342, 365, 395, 399, 409.

¹¹⁹⁵ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 57, 91, 228, 330, 338, 386.

¹¹⁹⁶ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 84, 140, 207, 364.

¹¹⁹⁷ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 132, 201, 383, 416.

um bispado, e, portanto, equipados com o capital de experiência necessário para fazer face às exigências colocadas pela liderança de uma arquidiocese.

Em relação às restantes sés que contaram com mestres como deães, contabilizou-se na sé do Porto o mesmo número de recenseados na sé de Coimbra. Ocuparam a dignidade portuense João Soares, Gonçalo Pereira, Sancho Peres e Vicente Mendes, sendo que os três últimos foram eleitos e sagrados bispos depois de presidirem à mesa capitular¹¹⁹⁸. Gonçalo Pereira foi, sucessivamente, eleito em Évora, bispo em Lisboa e arcebispo em Braga; enquanto Sancho Peres e Vicente Mendes mantiveram enquanto bispos a ligação à diocese onde atuaram como deães.

Quanto aos letrados que serviram como deães no cabido de Coimbra – Estêvão Moniz, Guilherme de Saint-Géry, Julião Juliães e Raimundo de Ebrardo¹¹⁹⁹ –, o perfil dos seus ocupantes incluiu ligações consistentes à sé de origem, passando pelo desempenho de várias posições no seu interior e a ocupação do deado por períodos de tempo substanciais. Apenas o terceiro, no entanto, veio a ser investido como bispo. À semelhança do pronunciado para Lisboa, na catedral de Coimbra também as redes de contatos estabelecidas em círculos régios e apostólicos pelos indivíduos em questão terão atuado no sentido de beneficiar as respetivas nomeações.

Na sé eborense, são escassas as notícias a respeito de deães com formação superior, reduzidas a Durão Pais, que se notabilizou como clérigo do rei e notário régio, e a dois mestres chamados Soeiro: o que foi comissário apostólico e bispo da sé de Évora, e o que aparece indicado como deão tanto na igreja de Évora como na de Lisboa, alguém que foi, por sua vez, indigitado como capelão do papa e, ao que parece, apresentado ao arcediagado de Santarém¹²⁰⁰.

Finalmente, nas igrejas de Lamego, da Guarda e de Viseu, constaram dois deães detentores de títulos magistras em cada uma das sés: os mestres João e Pedro Garino, na primeira¹²⁰¹; dois letrados homónimos, João e João Domingues, na segunda¹²⁰²; Egas de Viseu e mais um mestre de nome Soeiro, na terceira¹²⁰³. Do grupo, ascenderam a bispos três: Egas de Viseu, João Domingues e o mestre João que foi deão em Lamego,

¹¹⁹⁸ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 201, 132, 383, 416.

¹¹⁹⁹ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 84, 140, 207, 364.

¹²⁰⁰ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 73, 393, 395.

¹²⁰¹ Vid. Anexos, fichas prosopográficas 162, 335.

¹²⁰² Vid. Anexos, fichas prosopográficas 149, 183.

¹²⁰³ Vid. Anexos, fichas prosopográficas 74, 392.

sendo que este último esteve também ao serviço régio, como físico do rei. Por seu lado, o mestre Soeiro que foi deão de Viseu prestou serviço apostólico na qualidade de juiz delegado do papa.

O que as informações recolhidas esclarecem sobre o preenchimento dos deados é, desde logo, a permeabilidade à sua ocupação por homens de saber, para o que deveriam contribuir tanto os méritos pessoais e os conhecimentos detidos pelos seus ocupantes, como a familiaridade com a corte e com a câmara apostólica, bastante evidente em muitas situações, como se procurou sublinhar pelas alusões aos vários cargos ocupados. Sendo o lugar cimeiro entre as dignidades capitulares, o deado parece ter funcionado em algumas circunstâncias como corolário de trajetos eclesiásticos, sobretudo no que se refere às catedrais de Braga e Coimbra, que eram instituições de enorme prestígio e, portanto, o seu preenchimento representava para os titulares da dignidade uma consagração das respetivas carreiras. Uma asserção, em qualquer caso, mais válida quando aplicada à arquidiocese, na medida em que era a primeira igreja do reino, constituindo as chamadas ao deado um dos pontos de chegada mais altos à disposição dos letrados. No panorama catedralício, esse lugar só era ultrapassado formalmente em importância pelos lugares episcopais; e na prática, nem por todos.

Por sua vez, nas dioceses de média e menor dimensão a posição de deão parece ter constituído, para os mestres assim investidos, menos um ponto de chegada do que um fator propulsor no meio eclesiástico, já que a sua titularidade viabilizou o ingresso posterior de vários em prelazias, quase sempre nas próprias dioceses onde tinham oficiado como deães, mesmo que nem sempre. As nomeações para os bispados dependeriam, provavelmente, mais dos momentos de vacância das prelaturas do que da vontade dos indivíduos nomeados, ou seja, mais de *timings* favoráveis do que da ambição em atingir uma determinada cátedra.

Independentemente das trajetórias posteriores alcançar um deado não era tarefa fácil, dada a exiguidade da posição no reino, as numerosas aspirações individuais ao seu preenchimento e a persistência temporal associada ao exercício da função. Sendo a posição mais relevante no cabido, poucas possibilidades restariam de progressão nas carreiras aos seus titulares, o que significava estadias prolongadas no cargo, a que, normalmente, só doença, a morte ou a eleição para uma mitra punham termo. É de presumir que a chamada ao lugar envolvesse uma avaliação das capacidades intelectuais

dos interessados, como o demonstra a escolha de mestres para o lugar; envolveria seguramente, como se procurou demonstrar, pressões das redes de influência, assim como a análise de percursos anteriores, desenhados a partir de canonicatos e construídos com passagens por dignidades inferiores ou intermédias, desempenhadas em igrejas pertencentes à rede diocesana.

O mestre-escolado parece ter sido, a seguir ao arcediagado e ao deado, o cargo mais permeado por indivíduos com preparação de tipo superior. Atendendo às competências exigidas pela função eclesiástica e aos propósitos do ensino universitário – certificar os seus frequentadores com uma licença universal para o exercício da docência – seria, no entanto, expectavelmente a função mais visada pela intelectualidade da época, algo que os dados disponíveis insistem em não confirmar. Com efeito, o público universitário, ou com preparação escolar acima da média, forneceria o campo de recrutamento ideal para o desempenho da função de mestre-escola pelo tipo de conhecimentos angariados e pela especificidade da preparação pedagógica recebida nos estudos gerais. Acontece que constituindo uma opção de carreira efetiva para os outorgados com títulos magistrais que integravam as dioceses, esteve longe de constituir a única, já que estes se repartiram, com assiduidade, por outras dignidades, por trazer mais vantagens o seu exercício, ou, simplesmente, por serem aquelas que estariam disponíveis para preenchimento na altura em que sucedeu a entrada na esfera capitular.

No entanto, há que dar algum crédito à possibilidade do número de *magistri* a exercer o mestre-escolado ser maior do que o estimado, até pelas razões expostas que recomendavam que fossem licenciados a ocupar o lugar. Na verdade, apesar de, como se vem chamando a atenção, mestre e mestre-escola serem atributos funcionalmente distintos, e reconhecidos como tal pelos homens do tempo – o primeiro, traduzindo um título; o segundo, uma função ou uma dignidade eclesiástica – é possível que a documentação pudesse prescindir da dupla menção em alguns casos onde se verificava a convergência, ora iludindo o grau para destacar a dignidade, ora, inversamente, embora menos provável, valorizando a graduação em detrimento da função.

Centrando o debate na informação coligida, confere-se que houve uma grande concentração diocesana dos mestres-escolas licenciados por estudos gerais, ou munidos de formação aproximada. Enquanto certas sés, como Viseu, Guarda, Évora ou Silves,

não evidenciam sinais de terem mestres ou doutores a desempenharem a dignidade, as restantes mostram ter merecido a atenção de letrados, com a sé de Lisboa a ocupar o topo da lista, seguida pelas catedrais de Coimbra, Braga, Lamego e Porto, por esta ordem.

Na sé de Lisboa, estiveram à frente da escola capitular, assegurando a sua organização e docência, os mestres Estêvão Gomes, João Rol, Mateus, Pedro Julião, João e Estêvão Rodrigues¹²⁰⁴; e, quiçá, Álvaro de Freitas¹²⁰⁵. No respeitante à sé de Coimbra, entre os *magistri* apresentados como mestres-escolas, é possível listar os nomes de João Peculiar, Guilherme, João, Pedro, João Pais e, talvez, um certo mestre Gonçalo, alguns dos quais detiveram ligações à canónica crúzia, em certas fases da sua vida¹²⁰⁶. Mais uma vez convém reforçar a ideia de que a circulação entre regras não era uma prática inédita, mas configurava uma mudança de jurisdição eclesiástica, com inegável interesse para os indivíduos que transitavam dos conventos para as sés, pois as prebendas atribuídas nestas tendiam a ser mais elevadas do que nas casas regulares¹²⁰⁷. O facto abona, como é natural, a formação de que eram beneficiários os agostinianos do mosteiro de Sta. Cruz e, ao mesmo tempo, torna evidente a existência de uma via aberta entre a sé e o mosteiro por onde transitavam religiosos, sem prejuízo de pontuais desavenças institucionais¹²⁰⁸.

Por seu turno, à frente do mestre-escolado na arquidiocese do reino foi possível rastrear os seguintes indivíduos com formação superior: Domingos Domingues, Domingos Peres Vinagre, Martinho Geraldês, Miguel e Pedro Moniz, todos beneficiários de preparação jurídica, e com passagens, confirmadas ou conjeturáveis, pelo estudo geral de Bolonha¹²⁰⁹. Não seria alheio ao estabelecimento desse perfil a importância reunida pelas questões legais na vida arquidiocesana. De forma talvez um pouco mais difusa, mas à semelhança dos bracarenses, também os titulares do mestre-escolado da sé de Coimbra manifestaram interesse pelo direito, visto que os letrados que o ocuparam correspondem maioritariamente a jus peritos ou eram, na pior das hipóteses, indivíduos que dispunham das competências legais suficientes para aparecerem como

¹²⁰⁴ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 81, 200, 246, 342, 159, 85.

¹²⁰⁵ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 11.

¹²⁰⁶ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 197, 135, 145, 306, 195, 121.

¹²⁰⁷ RODRIGUES, Ana Maria - Dignidades capitulares..., p. 67-68.

¹²⁰⁸ MARTINS, Armando Alberto - *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média...*, p. 328-331.

¹²⁰⁹ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 57, 68, 239, 271, 347.

procuradores em contenciosos mantidos pela diocese ou para manusearem os manuscritos jurídicos achados entre os seus bens.

Em relação à sé lamecense, desde o princípio do século XIII que se podem vislumbrar mestres-escola escolhidos entre os elementos mais instruídos. Pelo menos, é de crer que seriam letrados os mestres Aires, Domingos, Luís e Ramiro, a crer na informação produzida pela bibliografia, que tende a creditá-los como tal, apesar da escassez das informações que os rodeia¹²¹⁰. Por sua vez, associados à sé do Porto figuram os nomes de João Pais, Paio Tomé e Pedro Salvadores, outros antigos frequentadores de estudos gerais que oficiaram igualmente como mestres-escola¹²¹¹.

Tal como ocorreu com os deães inseridos no grupo mais culto, mas aqui em número manifestamente inferior, alguns dos mestres-escola que reuniram formação avançada foram sagrados bispos. Álvaro de Freitas, Mateus, João Rol e Estêvão Gomes foram investidos na mitra de Lisboa, com o último a transitar depois para a sé de Ávila; João Peculiar recebeu o pálio no Porto e, depois, em Braga; Martinho Geraldês, à semelhança deste último, foi nomeado arcebispo bracarense; lugar para onde foi eleito também Pedro Julião; enquanto Pedro Salvadores foi empossado na cátedra portuense. Sobressai, nesta matéria, por um lado, uma grande correlação entre o exercício do mestre-escolado em Lisboa e o ingresso no bispado da cidade, e, por outro lado, a capacidade revelada pelos mestres-escola, em geral, de se guindarem a prelaturas, sem para o efeito terem de percorrer outras etapas da hierarquia eclesiástica.

Ainda dentro do quadro catedralício, os chantres parecem ter rivalizado com os mestres-escola na quantidade de letrados que foram chamados a assumir o lugar. O facto dos primeiros, em algumas ocasiões, somarem à direção do coro o apoio docente talvez ajude a explicar o número de homens letras que acabaram por se envolver no chantrado. Todavia, a posição parece ter sido menos potenciadora de percursos notáveis do que outras dignidades, como o deado ou o mestre-escolado, aparecendo como frequência como uma posição de chegada e não tanto como um lugar de passagem para os elementos do clero diocesano mais ilustrado.

Sendo uma das dignidades menores no cabido, só com dificuldade se pode conceber a permanência no lugar de chanter como um projeto muito ambicioso de

¹²¹⁰ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 5, 42, 219, 366.

¹²¹¹ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 196, 297, 355.

carreira, mas o facto é que os dados coligidos apontam para uma relativa estabilidade na função, embora isso possa dever-se, eventualmente, a lacunas nas notícias apuradas, escondendo trajetórias com escalas em pontos mais altos da hierarquia eclesiástica. De qualquer modo, na falta de mais elementos, o padrão para o ingresso na posição de chantre parece ter sido a posse de um canonicato, seguida da entrada na dignidade e de uma permanência à sua frente durante períodos longos. Raramente a entrada de mestres no chantrado parece ter sido antecedida pela ocupação de outras dignidades capitulares, o que só é constatável para João Pais, na sé de Braga, e Pedro Rodrigues, na de Coimbra, ambos tesoureiros nos respetivos corpos capitulares, antes de receberem a indigitação como chantres¹²¹². Essa informação permite ordenar, de certa forma, a hierarquia diocesana nas duas catedrais para a época, que deveriam funcionar como o modelo para as restantes, figurando o governo da tesouraria abaixo da direção do coro, pois dificilmente ocorreria uma mudança de funções se essa não representasse uma vantagem acrescida para os prebendados.

Apesar do quadro geral dar nota de uma certa inércia, alguns chantres revelaram capacidade para progredir na estrutura eclesiástica: Guilherme Goudou de Roqueforte conseguiu o arcebispado de Salerno, depois de protagonizar o chantrado em Coimbra¹²¹³; mestre Mendo, chantre do Porto, foi mais tarde elevado a bispo de Osma¹²¹⁴; Paio Pais, *cantor* na mesma igreja, um homem muito bem relacionado na corte, foi eleito para a sé de Lisboa¹²¹⁵; Sancho Peres desenvolveu também um percurso ascensional sé portuense, onde ocupou o chantrado, o deado e o bispado¹²¹⁶; por sua vez, Ricardo Guilherme foi postulado na diocese de Lisboa, depois de ter aí oficiado como *cantor*¹²¹⁷; e Pedro Eanes passou da direção do coro bracarense a deão da arquidiocese¹²¹⁸. Outra vez Braga¹²¹⁹, outra vez Lisboa¹²²⁰, outra vez Coimbra¹²²¹ aparecem como sés privilegiadas pela elite letrada diocesana para o desenvolvimento de

¹²¹² Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 194, 353.

¹²¹³ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 138.

¹²¹⁴ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 259.

¹²¹⁵ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 295.

¹²¹⁶ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 383.

¹²¹⁷ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 368.

¹²¹⁸ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 330.

¹²¹⁹ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 153, 194, 255, 330, 387.

¹²²⁰ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 23, 77, 294, 348, 368.

¹²²¹ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 138, 242, 353.

carreiras, com a sé do Porto a assumir também alguma relevância dentro desse esquema¹²²².

No respeitante aos interesses intelectuais, os chantres com instrução superior inclinaram-se, tanto quanto se consegue reconstituir, para recolher preparação jurídica. Necessariamente um eco dos tempos, das prioridades catedralícias na gestão das matérias eclesiásticas e dos próprios interesses pessoais em termos da projeção de carreiras, quando, em princípio, seria mais aconselhável o domínio das artes liberais, em particular da música, uma das disciplinas em que se subdividia o quadrívio, perante as atribuições específicas da dignidade, ligadas com a condução do coro. Em todo o caso, por razões já suficientemente esclarecidas, o domínio das artes liberais tendia a ser velado por outras formações, não se devendo por isso excluir uma familiaridade dos chantres com os estudos artísticos, reivindicada pela própria natureza da função. Mesmo considerando que nem sempre o preenchimento das dignidades capitulares atendeu às competências e méritos pessoais dos elegíveis para os lugares, valorizando-se mais o peso do nepotismo e as agendas grupais, não deixa de ser verdade que a necessidade de especialização funcional era uma circunstância muito evidente no chantrado, o que pode contribuir, em parte, para explicar a persistência dos ocupantes na função de que acima se deu conta.

A terminar a exposição da relação entre letrados e dignitários capitulares, há que considerar os mestres que desempenharam a posição de tesoureiros. Recensearam-se duas dezenas do grupo mais escolarizado a exercer a dignidade, quase metade dos quais gozaram de relações privilegiadas com os soberanos. Por exemplo, é descrito como conselheiro régio João Soares, tesoureiro da sé de Viseu¹²²³, ao passo que estão indicados como físicos régios Estêvão Moniz, Frei Gil de Santarém e mestre Martinho, sendo que os dois primeiros estiveram à frente dos tesouros das igrejas de Coimbra, com o último a assumir igual responsabilidade na sé de Lisboa¹²²⁴. Exerceu funções homólogas em Braga o abade da rainha João Pais¹²²⁵, e sabe-se que serviram como clérigos do rei Tomé Gonçalves e Raimundo de Ebrardo, respetivamente ocupantes da dignidade em Braga e em Coimbra¹²²⁶. Outros tesoureiros que exibiram o título

¹²²² Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 259, 295, 359, 383.

¹²²³ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 202.

¹²²⁴ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 84, 106, 224.

¹²²⁵ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 194.

¹²²⁶ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 405, 364.

magistral apareceram em representação da Coroa como procuradores. Se a rede de relações com o rei e a casa real terá pesado nos trajetos desenvolvidos por esses indivíduos, a especial concentração de ligações ao rei dos letrados ocupantes da dignidade talvez encontre justificação nas necessidades de aconselhamento régio em matéria de finanças e fazenda pública.

Foram ainda em número relevante os mestres tesoureiros que desempenharam funções de representação apostólica. Fizeram-no sobretudo na condição de juízes delegados e comissários apostólicos¹²²⁷, e não tanto através do serviço pessoal a papas, com a exceção do citado Tomé Gonçalves, tesoureiro na sé de Braga, que foi capelão pontifício¹²²⁸. Notícias que reforçam, em relação ao círculo diocesano, o que vem sendo postulado sobre a inserção individual em redes clientelares, como decisivas para o posicionamento no acesso a prebendas e a cargos de prestígio e visibilidade.

Os tesouros de sés do reino mais visados pelos letrados foram os de Braga¹²²⁹ e Coimbra¹²³⁰, e, depois, o de Lisboa¹²³¹, o que não oferece nenhuma espécie de surpresa, tal a insistência com que se vêm repetindo essas dioceses nas escolhas dos homens de letras que acederam a dignidades, apesar das ligeiras mudanças na ordem. Só residualmente aparecem investidos letrados à frente dos tesouros dos cabidos de Viseu¹²³², Porto¹²³³ e Guarda¹²³⁴. Quanto aos de Lamego, Évora e Silves, sobra o silêncio. Há, por outro lado, dois homens de saber que aparecem como tesoureiros em duas sés hispânicas situadas fora do reino: Pedro Salvadores, que exerceu o cargo em Calahorra¹²³⁵, e mestre Tibúrcio, na sé de Palência¹²³⁶. Ambos acabaram à frente de episcopados portugueses no final das suas carreiras, respetivamente como bispos do Porto e de Coimbra.

Desligando a atenção das dignidades mas mantendo o foco nas dioceses, importa considerar com atenção os bispos, tal o impacto do grupo episcopal no núcleo de letrados. Antes de considerar os resultados, há no entanto, que contextualizar a função e

¹²²⁷ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 84, 181, 194, 355, 400.

¹²²⁸ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 405.

¹²²⁹ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 38, 70, 194, 198, 227, 405.

¹²³⁰ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 84, 106, 107, 277, 353, 364.

¹²³¹ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 104, 181, 224.

¹²³² Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 107, 202.

¹²³³ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 47.

¹²³⁴ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 157.

¹²³⁵ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 355.

¹²³⁶ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 400.

as condições do seu exercício no período, na perspetiva do reino. De um ponto de vista hierárquico, os prelados elevavam-se acima dos cabidos e dispunham de rendimentos separados destes, cabendo, por norma, um terço das rendas da diocese às mesas episcopais e os restantes dois terços aos corpos capitulares, uma iniciativa adotada em primeiro lugar na arquidiocese de Braga, seguida posteriormente pelas restantes sés¹²³⁷. O conjunto de bispos obedecia a um metropolitano, de quem eram considerados sufragâneos, com isso significando dependentes¹²³⁸. Para o período considerado, as dependências eclesiásticas das sés implantadas no território dividiram-se entre arcebispados, com várias delas a caírem na dependência formal da arquidiocese de Santiago de Compostela, e não da bracarense¹²³⁹. Essa organização eclesiástica foi sempre alvo de disputa junto da Cúria romana e motivo de intensas pressões diplomáticas por parte do clero do reino, com muitas das reivindicações a serem suportadas, quando não impulsionadas, pela própria monarquia, numa ação que começou por ser conduzida pelo arcebispo bracarense João Peculiar¹²⁴⁰.

Apesar dos problemas suscitados pela obediência institucional de algumas catedrais face ao arcebispado compostelano, quase sempre o clero cardinalício do reino alinhou as suas posições ideológicas com os interesses religiosos da arquidiocese bracarense, à qual reconhecia a liderança legítima, em gesto muito revelador da precoce identificação entre as jurisdições eclesiásticas e o espaço político do território, mas que o pontificado demorou a sancionar, muito por força das pressões mantidas por Santiago de Compostela e pelos reinos peninsulares, interessados em manter o *status quo*¹²⁴¹. Algo que aponta para uma evolução orgânica da ideia do reino, embora sem retirar necessariamente o cunho estatal ao projeto fundacional¹²⁴².

Exposta, então, de forma sucinta, a questão metropolítica, necessária para o enquadramento das nomeações às prelaturas e para a compreensão dos apoios reunidos nessas eleições, verifica-se que a quantidade de mestres que ascenderam a bispos –

¹²³⁷ COSTA, Avelino Jesus da - *O bispo D. Pedro. Vol. I...*, p. 282.

¹²³⁸ ABREU, José Paulo Leite de - Diocese. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 2: C-I. Coord. A. M. Jorge et al. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 69-72.

¹²³⁹ MATTOSO, José - *Identificação de um país...*, p. 183-184.

¹²⁴⁰ COSTA, Avelino Jesus da - D. João Peculiar: co-fundador do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, bispo do Porto e arcebispo de Braga. In *Santa Cruz de Coimbra do século XI ao século XX*. Coimbra: Paróquia de Santa Cruz de Coimbra, 1984, p. 59-83.

¹²⁴¹ ERDMANN, Carl - O papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa. Coimbra: Coimbra Editora, 1935. Separata do *Boletim do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra*, 5 (1935).

¹²⁴² MATTOSO, José - *Identificação de um país...*, p. 183-184.

como postulados, bispos eleitos ou bispos consagrados – foi bastante considerável. Perto de quatro dezenas de membros do grupo conseguiram-no, o que significa um décimo do universo de letrados, número de grande relevância, e muito enfático quanto à relação entre a posse de formação e o desenho de carreiras eclesiásticas bem-sucedidas, mostrando a escolaridade como motor para o desenvolvimento de percursos ascensionais¹²⁴³. De facto, os números disponíveis relativos a bispos com acesso a formação de tipo superior, ou equivalente, demonstram como a educação e a alta cultura terão funcionado na época, pelo menos parcialmente, como uma alavanca social em contexto religioso. A posse de conhecimentos servia para amplificar os efeitos de outros fatores bem mais tradicionais ao nível dos processos de mobilidade social, nomeadamente o patrocínio de clientelas e parentelas e as capacidades relacionais dos indivíduos, mesmo que não se tenha substituído inteiramente a eles.

Como é óbvio, as prelaturas constituíam as posições mais apetecidas e disputadas no quadro das dioceses, pois estavam-lhes associadas inúmeros privilégios e um património assinalável, ao que acrescia enorme protagonismo social, religioso e político aos que nela eram investidos¹²⁴⁴. Os letrados que se puderam associar a bispados distribuíram-se pelas várias dioceses implantadas no reino. Sem exceções, mas manifestando preferências. Sintetizando, as nomeações de mestres como prelados incidiram maioritariamente nas sés de Lisboa¹²⁴⁵ e de Braga¹²⁴⁶, num paralelo com o sucedido com dignitários e com os simples cônegos; e, num segundo plano, sobre as catedrais de Coimbra¹²⁴⁷, Évora¹²⁴⁸ e Porto¹²⁴⁹. Só depois aparecem mestres nos bispados de Viseu¹²⁵⁰, Guarda¹²⁵¹, Silves¹²⁵² e Lamego¹²⁵³.

Como também ficou sublinhado aquando do tratamento das dignidades catedralícias, a escassez de prelaturas existentes e a sua ocupação tendencialmente prolongada, a que na maior parte das ocasiões só a morte punha fim, motivava uma

¹²⁴³ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 11, 24, 61, 73, 74, 75, 80, 81, 132, 162, 193, 197, 200, 236, 239, 246, 277, 281, 285, 295, 342, 344, 355, 364, 368, 383, 386, 393, 399, 400, 409, 416.

¹²⁴⁴ *O bispo D. Pedro e a organização*. Vol. I..., p. 282.

¹²⁴⁵ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 11, 61, 80, 81, 132, 193, 200, 246, 295, 368, 399, 409.

¹²⁴⁶ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 75, 132, 193, 197, 239, 281, 342, 386.

¹²⁴⁷ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 24, 75, 344, 364, 400.

¹²⁴⁸ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 61, 73, 132, 285, 344, 393.

¹²⁴⁹ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 197, 355, 383, 416.

¹²⁵⁰ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 74, 277.

¹²⁵¹ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 236, 409.

¹²⁵² Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 12, 19.

¹²⁵³ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 162.

frequente indisponibilidade das cátedras. Desse modo, a sorte e a paciência, e não apenas a capacidade de pressão e o mérito pessoal, insinuavam-se nos processos eletivos, prejudicando ou beneficiando as aspirações individuais de carreira. Em consequência, ficavam por cumprir bastantes desígnios pessoais, restando a muitos dos religiosos mais capazes, ou mais sedentos de protagonismo, o ingresso em cátedras de segunda linha ou, em alternativa, o prolongamento do exercício de dignidades, que se poderiam mesmo volver em ocupações vitalícias, caso não vagassem os lugares pretendidos ou outros lograssem atingi-los.

A obtenção de nomeações para exercer bispados fora do reino foi, neste cenário, uma opção considerada. É, em parte, por esse motivo – o sentido de oportunidade – que alguns dos *magistri* indigitados como bispos devem ter apontado a dioceses diferentes daquelas a que estavam ligados originariamente como dignitários, pois as vacâncias não se sucediam com frequência, e havia que tirar partido das circunstâncias quando elas se proporcionavam. Essas oportunidades de promoção e de carreira foram particularmente vantajosas no caso das sés italianas associadas a barretes cardinalícios, como as dioceses suburbicárias de Albano, Túsculo e Sabina, em que serviram respetivamente Paio Galvão; Ordonho Álvares e Pedro Julião; e João Fróis.

Entre os letrados elevados a bispos, a maior fatia esteve apenas à frente de um bispado. Um grupo restrito, no entanto, recebeu mais de uma prelazia, na sequência de percursos com outro grau de complexidade. No tocante à única arquidiocese do território, Braga, a prática corrente parece ter passado precisamente pelo ingresso prévio dos futuros arcebispos em cátedras de outras sés, onde faziam o tirocínio para o arcebispado. Trajetos com esses contornos são observáveis desde a época mais remota da cronologia, prolongando-se por todo o período. Por exemplo, João Peculiar foi bispo da sé do Porto antes de ingressar na primeira catedral do reino; Ordonho Álvares assumiu a cátedra em Salamanca e só depois rumou à sé de Braga; e João Martins de Soalhães teve passagens pelos bispados de Évora, como eleito, e de Lisboa, como bispo consagrado, antes de ser chamado a assumir a mitra da cidade bracarense¹²⁵⁴. Escaparam, contudo, a essa lógica os mestres Silvestre Godinho e Martinho Geraldês, ambos com percursos consistentes e evolutivos no interior da própria arquidiocese, onde ocuparam várias posições no cabido, o que lhes terá permitido posicionarem-se

¹²⁵⁴ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 197, 281, 193.

convenientemente quando ocorreram as vacaturas na prelazia, capitalizando dessa forma a influência acumulada na catedral durante os anos de serviço e as relações nela estabelecida¹²⁵⁵. A essas razões há que somar as ligações privilegiadas mantidas por ambos com pontífices, tão ou mais importantes nas chamadas ao arquipiscopado do que as trajetórias diocesanas, pois era aos papas que cabia fazer, em última instância, a consagração dos bispos eleitos, mesmo que nem sempre tenham sido ouvidos nos processos eleitorais¹²⁵⁶.

Além dos casos citados, houve outros religiosos certificados com o grau magistral que atuaram como prelados em mais de uma diocese. Integram o contingente: Álvaro Pais, que foi bispo nas sés de Corona e de Silves¹²⁵⁷; Estêvão Gomes, que começou por ser eleito em Lisboa e foi, entretanto, conduzido a bispo de Ávila¹²⁵⁸; Egas Fafes, primeiro sagrado bispo em Coimbra e, mais tarde, elevado a arcebispo de Santiago de Compostela¹²⁵⁹; e Pedro Martins, que foi nomeado bispo de Évora antes de ser indigitado como primeira figura da catedral de Coimbra¹²⁶⁰.

Como se pode perceber a partir de alguns dos exemplos avocados, a casuística mostra como vários mestres assumiram a liderança de dioceses *in terra aliena*. Um arrolamento detalhado deve incluir os referidos Álvaro Pais, Estêvão Gomes, Ordonho Álvares e Egas Fafes, além de Guilherme de Goudou de Roquefort, João Fróis, mestre Mendo e Pedro Salomão, que estiveram respetivamente à frente das sés de Corona, Ávila, Salamanca, Santiago de Compostela, Salerno, Bizâncio, Osma e, de novo, Santiago de Compostela¹²⁶¹. O facto sanciona a capacidade de penetração dos letrados portugueses em sés além-fronteiriças, incluindo arquidioceses, concomitante com a previsível predominância pelas instituições hispânicas. Um dado que é também, em certo sentido, uma prova eloquente acerca dos constrangimentos provocados por uma organização eclesiástica de tipo hierárquico e piramidal, levando a que vários homens de letras ligados ao reino tenham optado por fazer carreiras no exterior. Obviamente, o

¹²⁵⁵ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 386, 239.

¹²⁵⁶ GARCÍA y GARCÍA, Antonio - *Estudios sobre la canonística portuguesa medieval...*, p. 106-108.

¹²⁵⁷ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 12.

¹²⁵⁸ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 81.

¹²⁵⁹ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 75.

¹²⁶⁰ Vid. Anexos, quadro 15, ficha prosopográfica 344.

¹²⁶¹ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 12, 81, 281, 75, 138, 188, 259, 354.

prestígio de algumas das catedrais deve também ser considerado na avaliação desses percursos.

Apontando agora à proveniência religiosa, é possível estabelecer que cerca de um terço dos prelados a quem se reconhecem trajetos escolares relevantes apresentaram ligações ao mundo monástico¹²⁶². As situações são de espécie muito diferente, remetendo para fórmulas distintas de circulação eclesiástica e para percursos traçados em vários sentidos: alguns mestres foram recrutados às ordens religiosas para serem diretamente colocados nos bispados; outros transitaram dos conventos para os cabidos, aí desempenhando funções específicas, e só depois disso ascenderam a prelaturas; e outros ainda fizeram percursos de sentido inverso, recolhendo a casas regulares no final das suas vidas, já após terem prestado serviço episcopal.

Como já foi avançado, do ponto de vista institucional, a requisição de monges para o serviço dos capítulos como cónegos ou dignitários, não foi uma modalidade inédita: implicava, na prática, a substituição de uma prebenda por outra. De forma diferente, a investidura de elementos do clero regular como bispos significava disciplinarmente o relaxamento absoluto da regra e o abandono do dever de obediência à ordem religiosa de proveniência. Foram, sobretudo, cónegos regantes e, de forma residual, mendicantes e cistercienses, que apareceram como bispos, entre os homens de letras que se puderam ligar ao serviço monástico. O acesso de agostinianos letrados a cátedras não surpreende, considerando as tradições vigentes desde muito cedo nas principais congregações da ordem, que funcionaram amiúde como abastecedoras de prelados. Ao contrário, há um escasso número de mestres mendicantes e beneditinos, em especial, cistercienses, que foram ordenados bispos entre as situações documentadas. Não deixa de ser verdade que mendicantes e cistercienses forneceram, no período, vários elementos ao episcopado português, mas em relação a esses prelados não foi possível identificar qualquer tipo de formação envolvendo estudos avançados, ainda que se admita essa possibilidade face à parcimónia e invisibilidade de dados que define o período e que, em concreto, rodeia vários dos indivíduos em questão.

Por seu turno, entre os bispos reconhecidos como mestres cujos percursos se desenvolveram no interior das estruturas diocesanas, a passagem por uma ou várias

¹²⁶² Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 11, 12, 19, 188, 197, 277, 285, 354, 355, 399, 409.

dignidades capitulares funcionou sempre como um degrau indispensável na subida às cátedras, ainda que aparentemente algumas dessas funções capitulares funcionassem melhor do que outras na alavancagem aos bispados.

Sobre o assunto já algo foi dito, mas importa sublinhá-lo neste contexto. Os mestres que oficiaram como deães, por razões óbvias, dada a primazia capitular da dignidade, foram os alvos preferenciais para assumir a liderança das dioceses, fruto da sua experiência à frente dos cabidos, das competências organizativas que a função lhes impunha – e cuja experiência muito aproveitaria a um bispo –, assim como da influência que detinham sobre a estrutura capitular, que formava o colégio eleitoral dos bispos, não obstante a necessidade de ratificação apostólica à eleição. Com impacto mais reduzido do que o deado, a posse de arcediagados e de mestres-escolados também parece ter funcionado como uma boa rampa de lançamento para o acesso à mitra no tocante a vários mestres.

Tal preferência por deães, arcediagos e mestres-escola nas investiduras em cátedras em detrimento de chantres e tesoureiros, exprime, num certo sentido, e muito a contento, a hierarquia dominante na maior parte das dioceses portuguesas, respeitando *grosso modo* a habitual distinção entre dignidades maiores e dignidades menores¹²⁶³. Ao mesmo tempo, sinaliza o peso crescente do mestre-escolado no seio capitular. Um lugar, de resto, que evoluiu de uma mera função acolhida nas sés, no início da cronologia, para uma dignidade plena, que, a partir de certo momento, começou a dispor de uma efetiva capacidade para projetar os seus titulares em carreiras de topo na estrutura eclesiástica. Este aumento de peso relativo do mestre-escolado no cabido não deve, ou aliás, não pode, ser desligado do incremento de atenção votado aos estudos, à cultura e à formação, que repassou toda a época, e que se estendeu a vários setores da vida social, política e religiosa.

Para concluir o tema do serviço diocesano de mestres, uma breve nota a propósito de um conjunto reduzido de clérigos portadores do título magistral que serviram nas sés debaixo do corpo capitular e do bispo. Descritos como coreiros e capelães; quase todos acolitaram liturgias¹²⁶⁴. É bem possível que algumas das referências documentais visando mestres, em que aparecem designados simplesmente

¹²⁶³ RODRIGUES, Ana Maria - Dignidades capitulares..., p. 67-68.

¹²⁶⁴ Vid. Anexos, quadro 15, fichas prosopográficas 87, 175, 194.

por clérigos de uma determinada diocese, sem especificações adicionais sobre a função desempenhada, remetam para este clericato menor¹²⁶⁵.

SERVIÇO PAROQUIAL E COLEGIAL

No serviço eclesiástico de mestres há ainda a considerar o serviço paroquial e colegial. Ora, as paróquias, segundo uma visão estritamente religiosa, de acordo com a orgânica eclesiástica, consistiam em subdivisões menores das dioceses, numa definição que ainda hoje tem plena aplicabilidade¹²⁶⁶. O serviço paroquial distinguia-se, acima de tudo, pela atividade pastoral e assistencial, oferecendo às populações a proximidade, a orientação espiritual e o conforto que as dioceses não conseguiam proporcionar com tanta proximidade. Simultaneamente estruturavam o espaço, criando malhas de solidariedade entre os paroquianos¹²⁶⁷. Organizavam-se em torno de igrejas-matriz, encabeçadas por um reitor, ou prior, situado à frente de um corpo bastante variável de clérigos, detentores de benefícios, geralmente de pouca monta¹²⁶⁸. Para serem consideradas como paróquias *de facto*, essas igrejas tinham de conter um batisptério associado, ou pelo menos uma pia batismal, assim como um cemitério anexo¹²⁶⁹. No período em apreço, os limites paroquiais foram frequentemente imprecisos¹²⁷⁰. O desenvolvimento económico e demográfico experimentado implicou a ereção de um número crescente de paróquias no território, sublinhando uma cada vez mais evidente divisão entre pequenas paróquias rurais e grandes paróquias urbanas, que já vinha de épocas anteriores¹²⁷¹.

É pouco relevante para a questão dos letrados achados a servir em paróquias, o debate que acompanha frequentemente a organização paroquial em relação ao desenho da rede, ora apresentada como resultado de uma herança anterior, assente em jurisdições

¹²⁶⁵ CARDOSO, António de Brito - *O cabido da catedral de Coimbra...*, p. 34.

¹²⁶⁶ NOGUEIRA, Bernardo de Sá - O espaço eclesiástico em território português..., p. 142-201.

¹²⁶⁷ RODRIGUES, Ana Maria - A formação da rede paroquial no Portugal medievo. In *Estudos em Homenagem ao Professor José Amadeu Coelho Dias. Vol. 1*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 74.

¹²⁶⁸ IDEM, *ibidem*, p. 74.

¹²⁶⁹ MATTOSO, José - Paróquia. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 3: J-P. Coord. A. M. Jorge et al. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 372-376.

¹²⁷⁰ IDEM, *ibidem*, p. 372-376.

¹²⁷¹ MATTOSO, José - A história das paróquias em Portugal. In *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992, p. 37-56.

tardo-romanas preexistentes¹²⁷², ora como fruto de novas realidades, forjadas a partir da desagregação territorial motivada pela presença árabe, resultando no posterior rearranjo da malha eclesiástica, que o processo de Reconquista cristã terá viabilizado¹²⁷³.

Importante é perceber que nem todas as igrejas existentes ou fundadas no território – e foram numerosas as que foram fundadas durante os séculos XII e XIII pela iniciativa de entidades muito diferentes: reis, bispos, nobres, grandes proprietários, populações locais – detinham estatuto paroquial¹²⁷⁴. Por outro lado, essas diferentes tutelas que incidiam sobre as paróquias, leigas ou eclesiásticas, não mudavam nada do essencial: as relações de dependência formal das igrejas paroquiais face às dioceses, o tipo de jurisdição sobre o território ou o múnus prestado às populações, envolvendo principalmente a pregação, a distribuição de sacramentos e a solvência de tributos eclesiásticos¹²⁷⁵.

Os direitos de padroado constituídos sobre essas igrejas, que podem ser definidos como o conjunto de graças, privilégios e rendimentos associados à fundação dos edifícios religiosos, por serem muito apetecidos e objeto de transmissão frequente, resultavam, como se vê, em tutelas muito diversificadas e mutáveis¹²⁷⁶. Com efeito, verificou-se, circunstancialmente, a posse ou transferência de direitos de padroado e dos deveres de apresentação para instituições religiosas alheias às estruturas diocesanas que, em princípio, as deveriam conter. O que se deveu com muita frequência a razões históricas, ligadas com as lógicas fundacionais. Por esse motivo é possível encontrar como reitores ou beneficiários dos estipêndios paroquiais tanto letrados pertencentes ao clero secular, como ao clero regular, distribuídos por diferentes congregações.

Como se expôs, a transferência de direitos e deveres de padroado, não afetava em nada a obediência eclesiástica das paróquias, que nunca deixava de ser diocesana, nem a natureza do serviço prestado às comunidades. Mas tinha óbvias consequências no plano da dispersão patrimonial, pois os rendimentos refluíam para as instâncias

¹²⁷² SAMPAIO, Alberto - *As vilas do norte de Portugal: estudo sobre as origens e estabelecimento da propriedade*. Porto: Imprensa Moderna, 1903.

¹²⁷³ DAVID, Pierre - L'organisation ecclésiastique du royaume suève au temps de St. Martin de Braga. In *Études historiques sur la Galicie et le Portugal*. Lisboa: Livraria de Portugal, 1947, p. 1-82.

¹²⁷⁴ RODRIGUES, Ana Maria - A formação da rede paroquial no Portugal medievo..., p. 83.

¹²⁷⁵ IDEM, *ibidem*, p. 71-83.

¹²⁷⁶ MARQUES, Maria Alegria Fernandes - Alguns aspectos do padroado nas igrejas e mosteiros da diocese de Braga (meados do século XIII). In *Congresso internacional do IX centenário da dedicação da sé de Braga. Actas. Vol. I*. Braga: 1990, p. 359-389.

padroeiras e não para as sés, no caso das congregações empossadas com os direitos optarem pela nomeação dos respetivos priores.

Parece ter sido essa a situação vivida por um tal mestre André, recetor de um priorado em Sta. Maria de Óbidos, e por Pedro Eanes, prior da igreja de Sta. Maria de Ourém, ambos cónegos regentes, colocados à frente de igrejas cujos direitos de padroado residiram, durante bastante tempo, na posse agostiniana¹²⁷⁷. Algo de muito idêntico viveu mestre Tomé, reitor da igreja de Sta. Maria de Golegã e monge da ordem de Cister do mosteiro de Sta. Maria de Alcobaça, instituição que durante algum tempo beneficiou dos frutos e rendas anexos a esta paróquia¹²⁷⁸.

Se para muitas das igrejas é possível atribuir-lhes um estatuto paroquial indiscutível, em relação a outras esse estatuto é apenas provável, e difícil de avaliar. De facto, a verdadeira extensão e composição da rede no período não é ainda hoje conhecida em pormenor, além de que há que considerar as subtrações e adições sofridas por essa malha de igrejas ao longo do período, com reflexos na composição e recomposição do tecido paroquial¹²⁷⁹. Seja com for, no total, contabilizam-se perto de uma centena de igrejas a que foram apresentados homens de letras, muitas das quais foram indubitavelmente estruturas de tipo paroquial.

Na esmagadora maioria das situações, os mestres foram apresentados às paróquias na qualidade de reitores, ou de priores, designações afins sob um prisma formal¹²⁸⁰. Mas, por vezes, eram descritos apenas como beneficiários, uma formulação genérica que prejudica a leitura sobre a sua verdadeira posição no interior dessas igrejas¹²⁸¹. Em outras ocasiões ainda foram ainda referidos como clérigos¹²⁸² e cónegos¹²⁸³.

Alguns desses homens de saber destacaram-se pela grande quantidade de paróquias que detiveram, em acumulação ou sucessão. Os benefícios conferidos a tais

¹²⁷⁷ Vid. Anexos, quadro 16, fichas prosopográficas 15, 331.

¹²⁷⁸ Vid. Anexos, quadro 16, ficha prosopográfica 402.

¹²⁷⁹ MATTOSO, José - A história das paróquias em Portugal..., p. 37-56.

¹²⁸⁰ Vid. Anexos, quadro 16, fichas prosopográficas 2, 15, 40, 43, 61, 62, 67, 71, 73, 78, 80, 84, 86, 91, 106, 108, 117, 130, 132, 138, 140, 163, 167, 193, 200, 201, 207, 213, 225, 226, 236, 237, 238, 239, 250, 280, 281, 295, 312, 316, 318, 319, 321, 327, 331, 337, 342, 344, 347, 350, 353, 355, 370, 373, 402, 403, 405, 407.

¹²⁸¹ Vid. Anexos, quadro 16, fichas prosopográficas 12, 28, 154, 193, 259.

¹²⁸² Vid. Anexos, quadro 16, fichas prosopográficas 64, 68, 83, 296.

¹²⁸³ Vid. Anexos, quadro 16, fichas prosopográficas 48, 68, 69, 111, 137, 138, 167, 189, 226, 269, 295, 404.

mestres traduzem, quase sempre, um reconhecimento da sua importância, representando muitas vezes uma forma acessória de os dotar de fontes suplementares de privilégios e rendimentos. Por norma, os lugares paroquiais ter-lhes-ão sido outorgados em jeito de reconhecimento por serviços prestados; e, talvez, como compensação por expetativas de carreira frustradas ou adiadas. As pressões familiares e clientelares também se terão feito sentir sobre as indigitações, à luz dos esquemas usuais de proteção e solidariedade já suficientemente descritos. Significa isto que parece ser supérflua a relação entre estes letrados de elite e o funcionamento real das escolas paroquiais, visto que os benefícios parecem ter servido tipicamente como forma de acumulação patrimonial e não como prova da sua presença efetiva nesses ambientes.

Por sua vez, as colegiadas eram igrejas que cumpriam no quadro eclesiástico uma função solene, dedicada ao culto divino, decalcado do culto prestado nas catedrais, de quem dependiam na hierarquia religiosa, à semelhança do que acontecia com as igrejas paroquiais¹²⁸⁴. A sua composição compreendia um conjunto de clérigos, descritos como cónegos, raçoeiros ou beneficiados, e um ou mais dignitários¹²⁸⁵. Um olhar atento aos letrados serve para testemunhar esse modelo organizativo, pois contam-se entre eles mestres-escola¹²⁸⁶, chantres¹²⁸⁷, vigários¹²⁸⁸ e raçoeiros¹²⁸⁹, associados, na sua maioria, a colegiadas importantes como Sta. Maria de Guimarães e Sta. Maria de Alcáçova de Santarém, que toleravam uma complexidade e especialização funcional indisponível para grande parte da rede colegial e paroquial.

O tamanho e a importância das igrejas paroquiais e colegiais eram muito diferenciados, daí que as nomeações dos letrados se revestissem de dignidade e significado diferentes, consoante as igrejas visadas. A mais importante entre elas, durante todo o período, foi, sem dúvida, a colegiada de Sta. Maria de Guimarães¹²⁹⁰, uma igreja com enorme importância cultural, em cujas instalações funcionou uma

¹²⁸⁴ RODRIGUES, Ana Maria - Colegiadas. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 2: C-I. Coord. A. M. Jorge et al. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2001, p. 399-402.

¹²⁸⁵ IDEM, *ibidem*, p. 399-402.

¹²⁸⁶ Vid. Anexos, quadro 16, fichas prosopográficas 111, 293.

¹²⁸⁷ Vid. Anexos, quadro 16, ficha prosopográfica 68.

¹²⁸⁸ Vid. Anexos, quadro 16, ficha prosopográfica 353.

¹²⁸⁹ Vid. Anexos, quadro 16, ficha prosopográfica 99.

¹²⁹⁰ Sobre a colegiada de Sta. Maria de Guimarães vid. ANDRADE, António Alberto Banha de - Colegiadas: sua função, em especial a do ensino..., p. 9-15; COSTA, Avelino Jesus da - *Documentos da colegiada de Guimarães...*; OLIVEIRA, Manuel Alves de - *História da real colegiada de Guimarães...*; IDEM - História da real colegiada de Guimarães. *Boletim de Trabalhos Históricos*. 28 (1975-77) 109-232; RAMOS, Cláudia Maria Novais Toriz da Silva - *O mosteiro e a colegiada de Guimarães...*

escola largamente creditada¹²⁹¹. O estabelecimento de ensino mantido na casa vimaranense estava dotado de mestre-escola próprio, e dispôs de vários mestres gramáticos ao longo do tempo, numa presença que deve ter sido assídua, em linha com o que estava preconizado em diretivas conciliares, emanadas pela quarta sessão do concílio de Latrão, realizado em 1215¹²⁹².

A comprovar a importância de Sta. Maria de Guimarães neste quadro fica claro que algumas das mais destacadas figuras da Igreja portuguesa do tempo conheceram o seu interior, fosse como simples cónegos, mestres-escola ou reitores. Não é abusivo afirmar que a nomeação para prestar serviço nesse estabelecimento religioso constituía, então, uma etapa importante do desenvolvimento de carreiras clericais, augurando trajetos auspiciosos aos beneficiados¹²⁹³. A atração da colegiada sobre a massa de religiosos explica, em parte, algumas querelas que rodearam apresentações ao seu priorado, como a que envolveu Pedro Julião, o futuro papa¹²⁹⁴. Aliás, do conjunto de igrejas frequentadas por mestres, Sta. Maria de Guimarães foi, sem dúvida, a mais concorrida por mestres. Atuaram como priores na casa vimaranense nomes bastante distintos, alguns com carreiras relevantes, designadamente: Domingos Eanes Jardo, Fernando Eanes de Portocarreiro, mestre Martinho, Martinho Geraldês, Paio Pais, mestre Pedro, Pedro Gonçalves e Pedro Julião¹²⁹⁵. Todos homens de grande cultura, a maioria personagens com amplo destaque no reino, muito próximos de reis e de pontífices.

Além deles, sabe-se que entraram ao serviço da colegiada outros *magistri*, como por exemplo, Domingos Fernandes, citado como clérigo¹²⁹⁶, condição que deve ter sido partilhada por Estêvão Mendes¹²⁹⁷. Por sua vez, mestre Domingos e João Gil aparecem referidos simplesmente como cónegos da igreja¹²⁹⁸. Quanto a Domingos Peres Vinagre

¹²⁹¹ ANDRADE, António Alberto Banha de - Colegiadas: sua função, em especial a do ensino..., p. 9-15.

¹²⁹² SÁ, Artur Moreira de - Primórdios da cultura portuguesa..., p. 5-6.

¹²⁹³ ANTUNES, José - O testamento de Fernando Joanes de Portocarreiro, deão da sé de Braga e prior de Guimarães (de 1272). *Theologica*. 28 (1993) 407-431.

¹²⁹⁴ Vid. Anexos, quadro 16, ficha prosopográfica 342.

¹²⁹⁵ Vid. Anexos, quadro 16, fichas prosopográficas 61, 91, 226, 239, 295, 319, 337, 342.

¹²⁹⁶ Vid. Anexos, quadro 16, ficha prosopográfica 64.

¹²⁹⁷ Vid. Anexos, quadro 16, ficha prosopográfica 83.

¹²⁹⁸ Vid. Anexos, quadro 16, fichas prosopográficas 48, 189.

é mencionado na dupla qualidade de cônego e chantre¹²⁹⁹, enquanto Paio Galvão é apresentado como seu mestre-escola¹³⁰⁰.

Uma outra colegiada que sobressaiu pela quantidade de letrados empregados ao seu serviço foi a de Sta. Maria da Alcáçova de Santarém, uma casa que também abrigou uma escola de certa relevância regida por mestres-escola, tal como prescrito conciliarmente¹³⁰¹. Entre os congregados nela que se conhece terem sido portadores de títulos magistrais, há notícia de pelo menos três priores, um mestre-escola e um cônego: Gil Rodrigues, Julião Juliães, Pedro Martins, mestre Godinho e mestre Tomé, pela ordem invocada¹³⁰².

Fora estas duas igrejas de maior dimensão, a incidência de letrados em igrejas menores reduziu-se a notícias circunstanciais, com a particularidade de consistirem, quase sem exceções, em apresentações a reitorados. Ainda assim, os letrados que seguramente detiveram benefícios nas igrejas paroquiais ou colegiadas do território perfazem um número relativamente alto, correspondente a cerca de um quinto da população de elevada escolaridade¹³⁰³. A maioria das igrejas com as características descritas situou-se em solo português, mas nem todas. Veja-se que alguns indivíduos disfrutaram de benefícios em igrejas hispânicas, casos de Álvaro Pais, Bernardo Eanes, Ordonho Álvares e mestre Pedro¹³⁰⁴, ou até gaulesas, como Guilherme de Goudou de Roquefort¹³⁰⁵.

Entre os mestres mais agraciados com benefícios desse teor contam-se Álvaro Pais, bispo de Silves e penitenciário pontifício¹³⁰⁶; Fernando Eanes de Portocarreiro,

¹²⁹⁹ Vid. Anexos, quadro 16, ficha prosopográfica 68.

¹³⁰⁰ Vid. Anexos, quadro 16, ficha prosopográfica 293.

¹³⁰¹ Sobre Sta. Maria da Alcáçova de Santarém vid. BOTÃO, Maria de Fátima - *Poder e influência de uma igreja medieval. A colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Santarém*. Cascais: Patrimonia Historica, 1998; COSTA, Avelino Jesus da - Inventário dos bens e obituário de Santa Maria de Alcáçova de Santarém. Coimbra: [s.n.], 1981. Separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 36 (1981); MARQUES, Maria Alegria Fernandes - Aspectos da vida de Santa Maria de Alcáçova de Santarém na Idade Média. *Revista Portuguesa de História*. 36 (2004) 115-140; PEREIRA, Isaías da Rosa - Livros de aniversários de Santa Maria da Alcáçova de Santarém e de Santiago de Coimbra. Coimbra: Coimbra Editora, 1978. Separata de *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 34 (1978).

¹³⁰² Vid. Anexos, quadro 16, fichas prosopográficas 108, 111, 207, 344, 404.

¹³⁰³ Vid. Anexos, quadro 16, fichas prosopográficas 2, 12, 15, 28, 40, 43, 48, 61, 62, 64, 67, 68, 69, 71, 73, 78, 80, 83, 84, 86, 91, 99, 106, 108, 111, 117, 130, 132, 137, 138, 140, 154, 163, 167, 189, 193, 200, 201, 207, 213, 225, 226, 236, 237, 238, 239, 250, 259, 269, 280, 281, 293, 295, 296, 312, 316, 318, 319, 321, 327, 331, 337, 342, 344, 347, 350, 353, 355, 370, 373, 402, 403, 404, 405, 407.

¹³⁰⁴ Vid. Anexos, quadro 16, fichas prosopográficas 12, 28, 281, 319

¹³⁰⁵ Vid. Anexos, quadro 16, ficha prosopográfica 138.

¹³⁰⁶ Vid. Anexos, quadro 16, ficha prosopográfica 12.

deão da sé de Braga e capelão apostólico¹³⁰⁷; Gonçalo Pereira, deão na catedral portuense, núncio apostólico e clérigo do rei¹³⁰⁸; Guilherme de Goudou de Roquefort, chantre em Coimbra e também capelão apostólico¹³⁰⁹; João Martins de Soalhães, capelão régio e primaz de Braga¹³¹⁰; mestre Pedro, físico régio¹³¹¹; Pedro Martins, prelado de Évora e de Coimbra, ainda conselheiro e físico régio¹³¹²; e Tomé Gonçalves, outro capelão pontifício, ele próprio um dos indivíduos que se movimentavam com grande à-vontade em círculos régios¹³¹³.

Do anterior, destacam-se duas ideias que se vão sedimentando cada vez mais: em primeiro lugar, o carácter cumulativo dos benefícios, formando sinecuras com papel importante ao nível do suporte financeiro do grupo; e, em segundo lugar, a ideia, aqui mais uma vez mais corroborada, sobre as ligações de mestres a núcleos de poder, mostrando-as como decisivas para a integração em cargos eclesiásticos e para a acumulação de benefícios.

SERVIÇO MONÁSTICO

O levantamento conduzido sobre os indivíduos frequentadores de altos estudos mostra que pelo menos um quarto do universo protagonizou algum tipo de serviço monástico ao longo dos seus percursos¹³¹⁴. A composição deste grupo de eruditos remete para a presença de monges, prepósitos e priores, como para a de procuradores e visitantes de mosteiros, envolvendo mesmo figuras de grande proeminência hierárquica, como ministros provinciais de algumas ordens religiosas. Há razões para suspeitar que o número pudesse ser mais extenso, pois subsiste um conjunto largo de

¹³⁰⁷ Vid. Anexos, quadro 16, ficha prosopográfica 91.

¹³⁰⁸ Vid. Anexos, quadro 16, ficha prosopográfica 132.

¹³⁰⁹ Vid. Anexos, quadro 16, ficha prosopográfica 138.

¹³¹⁰ Vid. Anexos, quadro 16, ficha prosopográfica 193.

¹³¹¹ Vid. Anexos, quadro 16, ficha prosopográfica 319.

¹³¹² Vid. Anexos, quadro 16, ficha prosopográfica 344.

¹³¹³ Vid. Anexos, quadro 16, ficha prosopográfica 405.

¹³¹⁴ Vid. Anexos, quadro 17, fichas prosopográficas 6, 7, 10, 11, 12, 15, 16, 19, 21, 22, 25, 32, 52, 54, 55, 56, 60, 62, 71, 76, 77, 92, 93, 95, 100, 101, 102, 106, 107, 108, 116, 120, 124, 125, 127, 129, 133, 135, 141, 142, 143, 149, 165, 168, 173, 176, 187, 188, 190, 192, 195, 197, 199, 203, 210, 211, 218, 222, 223, 240, 241, 247, 252, 253, 262, 266, 268, 276, 277, 283, 284, 285, 293, 297, 298, 307, 308, 310, 311, 322, 324, 325, 326, 331, 336, 339, 340, 345, 346, 351, 352, 354, 355, 358, 362, 367, 374, 375, 376, 379, 398, 399, 402, 408, 409, 414.

indivíduos acerca de quem pouco ou nada se sabe, a não ser que eram titulares dos graus doutorais e magistrais.

Para o início do período em causa, a rede formada pela comunidade monástica instaurada no território distinguia-se pela presença predominante de três tipos de ordens religiosas: as congregações beneditinas tradicionais que, no século XI, tinham imposto a regra de S. Bento nos mosteiros hispânicos, desse modo substituindo a velha *regula mixta*¹³¹⁵; as canónicas de cónegos regrantes, obedientes à regra de Sto. Agostinho, muito em voga no tempo¹³¹⁶; e as comunidades cistercienses, inspiradas na *regula* de S. Bento, mas animadas por um espírito reformista novo¹³¹⁷. A meio do século XII, coincidindo com o momento de fundação do reino, o panorama religioso regular era indubitavelmente dominado por agostinianos e cistercienses, já que uns e outros angariaram uma importância bastante significativa à escala do território, chegando ao ponto de rivalizarem, senão mesmo ultrapassarem, o peso das sés na balança de poderes do reino, concorrendo com elas e entre si por poder e prestígio¹³¹⁸. Um dado não despreciando, pois as dioceses constituíram desde sempre o braço hierárquico e disciplinar do clero romano, o que lhes dava tradicionalmente uma grande preponderância e significativo peso político-religioso¹³¹⁹.

Desde a presença inicial em solo português que cistercienses e agostinianos receberam significativos apoios da monarquia afonsina, tendo sido favorecidos com largos privilégios e distinguidos com múltiplas doações, destinados a fixar as congregações e a assegurar delas contrapartidas futuras¹³²⁰. Os apoios dever-se-iam à devoção religiosa dos monarcas, mas não se esgotavam nela; havia também uma agenda ideológica na base das políticas de favorecimentos concedidos a esses regulares, em

¹³¹⁵ MATTOSO, José - O monaquismo beneditino português no princípio do século XIII. In *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992, p. 389-408; IDEM - O monaquismo tradicional em Portugal no século XII. In *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Estampa, 1987, p. 167-182.

¹³¹⁶ IDEM, José - Cluny, cruzios e cistercienses na formação de Portugal..., p. 101-121.

¹³¹⁷ IDEM, *ibidem*, p. 101-121.

¹³¹⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça: um caso de rivalidade cultural? Figuras e Caminhos do Renascimento em Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional - Casa da Moeda, 1994, p. 285-299.

¹³¹⁹ ABREU, José Paulo Leite de - *Diocese...*, p. 69-72.

¹³²⁰ NORTE, Armando - As elites intelectuais e a guerra: manifestações ideológicas e modelos proselitistas na génese do reino português. Actas das *VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais: a Guerra e a sociedade na Idade Média*. Vol. 2. [s.l.]: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, pp. 377-392

resultado da avaliação régia sobre os contributos que as duas ordens podiam oferecer ao reino e à Coroa portuguesa¹³²¹. Duas atitudes nada incompatíveis, de resto.

As expetativas de retribuição dos apoios concedidos assentariam no potencial reconhecido às duas congregações em termos do municiamento da burocracia régia e de criação de uma efetiva massa crítica intelectual no reino¹³²², às quais há que juntar as possibilidades de incremento do nível cultural médio das comunidades laicas e religiosas, dado o empenho posto na formação escolar¹³²³, o apoio assistencial providenciado às populações¹³²⁴, a criação de um argumentário legitimador da Guerra Santa, então a viver um período de paroxismo¹³²⁵, e a virtual instrumentalização e controle do braço secular do clero, por intermédio do patrocínio régio à eleição de clérigos regulares fiéis aos monarcas para a frente de bispados¹³²⁶.

A chegada do século XIII trouxe, no entanto, uma mudança significativa no perfil do clero regular instalado no reino. A presença das ordens manteve-se enérgica, à exceção dos beneditinos tradicionais que começaram a perder protagonismo, associada a uma ligeira perda de fulgurância dos cónegos regrantes de Sto. Agostinho, compensado por um acréscimo de relevância da ordem cisterciense¹³²⁷. No entanto, o que o período trouxe, de verdadeiramente revolucionário, foi a irrupção do movimento mendicante, um surto que atingiu Portugal aproximadamente ao mesmo tempo e com a mesma magnitude com que se abateu sobre a generalidade da Cristandade¹³²⁸.

Como em toda a parte, de forma muito dinâmica, franciscanos e dominicanos, pouco depois da fundação das respetivas ordens às mãos de S. Francisco de Assis e de S. Domingos de Gusmão, internaram-se no território português, rumo às principais cidades do território¹³²⁹. Aí instalaram casas, depois de muito breves experiências

¹³²¹ MATTOSO, José - Cluny, crúzios e cistercienses na formação de Portugal..., p. 101-121.

¹³²² VENTURA, Leontina - *A nobreza de corte de Afonso III. Vol. I...*, p. 499.

¹³²³ OLIVEIRA, António Resende de - As instituições de ensino..., p. 635-659.

¹³²⁴ CAEIRO, Francisco da Gama - A assistência em Portugal no século XIII e os cónegos regrantes de Santo Agostinho. *I Jornadas luso-espanholas de história medieval. A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas*. Lisboa: 1973. Vol. 1, p. 219-229.

¹³²⁵ CONTAMINE, Philippe - *La guerra en la Edad Media...*, p. 350-355.

¹³²⁶ VILAR, Hermínia Vasconcelos - *As dimensões de um poder...*, p. 101-109.

¹³²⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça: um caso de rivalidade cultural?* ..., p. 285-299.

¹³²⁸ GOMES, Saul António - As ordens mendicantes na Coimbra medieval: tópicos e documentos. *Lusitania Sacra*. 10 (1998) 149-215.

¹³²⁹ CAEIRO, Francisco da Gama - Os primórdios dos frades pregadores em Portugal: enquadramento histórico-cultural. *II Encontro sobre História Dominicana. Actas*. Porto: Dominicanos,

eremíticas iniciais, pois só em ambientes urbanos se podia exprimir verdadeiramente a vocação proselitista, conversora e salvífica das comunidades mendicantes, que levou ao seu grande envolvimento com a palavra, dita e escrita¹³³⁰. A palavra era o principal recurso dos frades devido à apetência das ordens pela prédica, com o que procuravam dar cumprimento à mensagem cristã original, baseando-se para o efeito na fórmula da *imitatio Christi* e na conduta dos apóstolos originais, carrilando para a sua sermonística inúmeras parábolas e *exempla* extraídos da literatura testamentária, sobretudo da neotestamentária¹³³¹.

Face ao exposto, o quadro de movimentações de regulares no território ao longo dos séculos XII e XIII, no essencial, é assim resumível: uma frágil presença beneditina, na sua forma mais conservadora e tradicionalista, em progressivo esbatimento desde épocas pré-fundacionais; uma forte implantação agostiniana e cisterciense durante todo o período, bem visível pelo número de mosteiros erigidos e na influência adquirida nos domínios social, político, cultural e religioso, favorecida pela proteção régia; e um forte ímpeto mendicante a alastrar sobre a malha urbana do território, em marcha na centúria de duzentos. Deste retrato genérico do mundo monástico não se devem excluir outras congregações eclesíásticas que operavam no reino, como a ordem da Santíssima Trindade ou as ordens religioso-militares. Mas a primeira tinha um impacto manifestamente marginal em relação às restantes, atendendo à escassa implantação e peso institucional¹³³², enquanto as segundas estavam demasiado afastadas das lógicas que orientavam a vida dos cenóbios, produto das suas características eminentemente militares¹³³³.

Foi, portanto, sobre os eixos agostiniano, cisterciense, franciscano e dominicano que se estruturou a maior parte da vida regular no reino, numa perspetiva social, política e, no que é mais relevante para esta abordagem, cultural. Como não podia deixar de se verificar, a preponderância dessas congregações no território sobre as demais comunidades cenobíticas repercutiu-se na filiação dos letrados encontrados a prestar serviço regular, ao que escaparam muito poucas exceções. Não só o peso relativo das

1984. Vol. 1, p. 161-173; LOPES, Fernando Félix - Franciscanos de Portugal antes de formarem província independente..., p. 1-92

¹³³⁰ VILAR, Hermínia Vasconcelos - Os frades mendicantes..., p. 228-233.

¹³³¹ MATTOSO, José - Estratégias de pregação no século XIII..., p. 191-203.

¹³³² S. JOSÉ, Jerónimo de - *Historia chronologica da esclarecida ordem da SS. Trindade*. Vol. 1. Liv. 2. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789-1794.

¹³³³ FONSECA, Luis Adão da - Ordens militares..., p. 334-345.

ordens obrigava a que assim fosse, mas crescem ainda razões de ordem eminentemente cultural, que explicam a primazia dessas comunidades sobre as restantes no plano intelectual.

Em primeiro lugar, vem a atenção posta na formação, comum a todas, com vários dos mosteiros erigidos por mendicantes, regantes agostinianos e monges brancos a abrigarem estudos e escolas conventuais nos seus interiores¹³³⁴, a que se somam as provas de encorajamento dadas por algumas dessas comunidades à frequência de estudos superiores pelos seus membros, com a introdução de políticas de concessão de bolsas, devidamente provadas para Santa Cruz de Coimbra, beneficiando do patrocínio régio, apoios de que já se falou¹³³⁵.

Depois, há o entusiasmo posto na recolha bibliográfica, na reprodução manuscrita e na constituição de livrarias, que teve o seu apogeu precisamente nas fundações regulares de Sta. Cruz de Coimbra, de observância regante, e de Sta. Maria de Alcobaça, a mais importante das filiais da ordem de Cister presente em Portugal¹³³⁶. Acresce ainda a estas razões, o relevo dado à cultura no seio do clero mendicante, desde o início muito acarinhada pela ordem dominicana como instrumento de pregação, convicção em que os frades pregadores foram seguidos, com ligeiro atraso, por menoritas, que desprezavam inicialmente o saber como uma virtude, pois iam nesse sentido os ensinamentos do seu fundador, muito mais vinculado ao misticismo e à espiritualidade do que ao saber livresco¹³³⁷. Uma tendência para o afastamento cultural, decorrente de uma interpretação do conhecimento como uma via negativa, mas que não passou de um episódio efémero, superado com grande rapidez pelos frades menores¹³³⁸.

¹³³⁴ MATTOSO, José - Orientações da cultura portuguesa no princípio do século XIII. In *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992, p. 225-241.

¹³³⁵ CAEIRO, Francisco da Gama - *Santo António de Lisboa. Vol. 1...*, p. 65-67.

¹³³⁶ Sobre a livraria crúzia vid. CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de - *A livraria do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921; *Catálogo dos códices da livraria de mão do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*; CRUZ, António - *Santa Cruz de Coimbra na cultura portuguesa da Idade Média...*; DIAZ Y DIAZ, Manuel - Biblioteca de Santa Cruz de Coimbra. In *Dicionário de literatura medieval galega e portuguesa*. Dir. Giulia Lanciani, Giuseppe Tavani. Lisboa: Caminho, 1993, p. 97; MARTINS, Armando Alberto - *Santa Cruz de Coimbra nos séculos XII e XIII*. Aspectos de cultura e formas de mentalidade a partir dos seus manuscritos. Trabalho de síntese para prova de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 1989; RODRIGUES, Manuel Augusto - *O mosteiro de Santa Cruz e a sua projecção na vida religiosa e cultural de Coimbra...*

¹³³⁷ ROSÁRIO, António do - *Dominicanos e o livro...*, p. 175-186

¹³³⁸ LOPES, Fernando Félix - *Escolas públicas dos franciscanos...*, p. 354-355.

A importância conferida à cultura em contexto mendicante assumiu uma tal proporção que as duas ordens se apropriaram rapidamente do ensino da teologia nos estudos gerais europeus¹³³⁹, à semelhança do que veio a acontecer na universidade portuguesa, provavelmente desde que a cátedra entrou em funcionamento, em data difícil de precisar¹³⁴⁰. O apreço pela cultura de menoritas e pregadores é visível, de outro modo, na forma como os próprios estudos claustrais previam a presença de lentes especializados em teologia, por norma recrutados entre frequentadores de estudos gerais do período¹³⁴¹.

Com este pano de fundo, e perante os interesses culturais expressos, resulta pacífica a conclusão que dentro dos limites do mundo regular português tenham sido cónegos regantes, bernardos, frades pregadores e frades menores a reunirem o concurso da maior parte dos intelectuais, com as ordens de beneditinos e trinitários a situarem-se nas franjas desses eixos culturais. A liderança de mestres agostinianos no lote é muito evidente, o que converge francamente com as informações historiográficas que atestam o grande nível cultural dos cónegos regulares¹³⁴², algo que as livrarias associadas aos mosteiros crúzio e vicentino também avalizam¹³⁴³, assim como o fazem as citadas subvenções ao estudo de membros da casa de Coimbra¹³⁴⁴, ou as ligações privilegiadas mantidas por canónicas da regra com polos culturais de referência, como a abadia parisiense de S. Vítor ou o mosteiro de S. Rufo de Avinhão¹³⁴⁵. Não há que iludir, no entanto, a possibilidade de alguma sobrevalorização do peso regante no total de mestres regulares, fruto da Cronística muito engajada deixada por membros da ordem.

Olhando aos números, são aproximadamente seis dezenas de mestres que se conseguem ligar aos cónegos regulares. A prevalência no contingente vai para o mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra¹³⁴⁶, inquestionavelmente o grande centro da vida agostiniana no território, na confluência dos mundos cristão e moçárabe, seguido a larga

¹³³⁹ AZTALOS, Monika - A faculdade de teologia..., p. 411-441.

¹³⁴⁰ NORTE, Armando - Lentes, escolares e letrados..., p. 104-105.

¹³⁴¹ LOPES, Fernando Félix - Escolas públicas dos franciscanos..., p. 365.

¹³⁴² SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça: um caso de rivalidade cultural?*..., p. 285-299.

¹³⁴³ *Catálogo dos códices da livraria de mão do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*; NASCIMENTO, Aires Augusto - Livros e claustro no século XIII em Portugal..., p. 229-242.

¹³⁴⁴ CAEIRO, Francisco da Gama - *Santo António de Lisboa. Vol. 1*..., p. 65-67.

¹³⁴⁵ GOMES, Saul António - *In limine conscriptionis...* Vol. 1, p. 997-110.

¹³⁴⁶ Vid. Anexos, quadro 17, fichas prosopográficas 10, 11, 15, 25, 76, 92, 100, 101, 108, 141, 142, 149, 165, 168, 173, 176, 187, 188, 195, 197, 199, 203, 210, 222, 223, 241, 252, 266, 268, 284, 285, 298, 322, 325, 336, 339, 345, 354, 362, 374, 409.

distância por S. Vicente de Fora¹³⁴⁷, não por acaso situado em outro cadinho cultural e urbano, com presença moçarábica assinalável, como era, na mesma época, a cidade de Lisboa¹³⁴⁸. O perfil da ordem de Sto. Agostinho levou a uma preferência pela implantação das casas filiadas em meios mais cosmopolitas, consequência da sua predisposição para as práticas comunitárias e assistenciais¹³⁴⁹. Um apelo urbano menos sentido pelos monges de Cister, marcados pelo desejo de reclusão¹³⁵⁰, mas, em certo sentido, ultrapassado pelos mendicantes, em resultado de mundivisões distintas e de diferentes dispositivos ideológicos¹³⁵¹.

Encontraram-se letrados agostinianos vinculados a outras casas da ordem, além de Sta. Cruz de Coimbra e de S. Vicente de Fora. Assim, estão sinalizados mestres agostinianos nos mosteiros de Sta. Marinha da Costa de Guimarães¹³⁵², Sta. Maria de Nandim¹³⁵³, S. Jorge de Coimbra¹³⁵⁴, Sta. Maria de Vila Boa do Bispo¹³⁵⁵ e S. Salvador de Grijó¹³⁵⁶, aos quais se devem juntar um reduzido número de indivíduos que cumpriram serviço monástico em conventos situados além-fronteiras, nomeadamente em Sta. Cruz de Cortes¹³⁵⁷ e Sto. Isidoro de Leão¹³⁵⁸. Sublinhe-se que algumas das congregações apenas estiveram temporariamente debaixo da *regula* de Sto. Agostinho, fruto de mudanças posteriores ou anteriores de observância¹³⁵⁹.

Vários desses homens mais instruídos conseguiram atingir posições de destaque no interior da ordem, nomeadamente assumindo a condição de priores-mores nos principais mosteiros, ou, então, de priores crasteiros, ou ainda de prepósitos, funcionando estes dois últimos cargos como coadjuvantes do superior conventual. Em

¹³⁴⁷ Vid. Anexos, quadro 17, fichas prosopográficas 77, 133, 277, 285, 297, 308, 310, 352, 367, 414.

¹³⁴⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira - Lisboa medieval: uma visão de conjunto. In *Novos ensaios de história medieval portuguesa*. Lisboa: Presença, 1988, p. 80-91.

¹³⁴⁹ CAEIRO, Francisco da Gama - A assistência em Portugal no século XIII e os cónegos regrantes de Santo Agostinho. *I Jornadas luso-espanholas de história medieval. A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*. Actas. Lisboa: 1973. Vol. 1, p. 219-229.

¹³⁵⁰ COCHERIL, Maur de - Abadias cistercienses portuguesas. *Lusitania Sacra*. 4 (1959) 61-92.

¹³⁵¹ LAVAJO, Joaquim Chorão - A ordem dos pregadores como resposta às exigências da renovação eclesial e intelectual da hispânia medieval..., p. 225-242.

¹³⁵² Vid. Anexos, quadro 17, fichas prosopográficas 262, 293.

¹³⁵³ Vid. Anexos, quadro 17, fichas prosopográficas 93, 346.

¹³⁵⁴ Vid. Anexos, quadro 17, fichas prosopográficas 116, 408.

¹³⁵⁵ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 276.

¹³⁵⁶ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 355.

¹³⁵⁷ Vid. Anexos, quadro 17, fichas prosopográficas 135, 210.

¹³⁵⁸ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 252.

¹³⁵⁹ SANTA MARIA, Nicolau de - *Chronica da ordem dos conegos regrantes do patriarcha S. Agostinho*. 2 vols. Lisboa: Officina de Ioam da Costa, 1668.

Sta. Cruz de Coimbra detiveram o priorado Pedro Alfarde, que se destacou ainda como uma espécie de cronista régio *avant la lettre*¹³⁶⁰; João Fróis, tio do mestre homónimo que foi nomeado cardeal-bispo sabinense e arcebispo da sé de Bizâncio¹³⁶¹; e João Pais, que antes da nomeação ocupou o lugar de *praepositus*, num trajeto que não parece ter sido invulgar entre mestres agostinianos¹³⁶². Fernando Peres, no final do século XII, foi, por sua vez, prior no mosteiro de Sta. Maria de Nandim¹³⁶³. As duas casas regantes localizadas fora do reino a que se aludiu tiveram também letrados como priores, ambos com passado na casa crúzia de Coimbra: mestre Mendo atingiu o priorado no mosteiro de Sto. Isidoro de Leão¹³⁶⁴, enquanto mestre Lopo foi escolhido para a função em Sta. Cruz de Cortes¹³⁶⁵. Merece sublinhado especial o caso do primeiro, devido a Sto. Isidoro de Leão ser um mosteiro muito emblemático na órbita peninsular, daí que a sua nomeação apareça revestida de uma importância significativa.

Por seu turno, mestres agostinianos chamados a exercer como priores crasteiros, ou claustrais, houve pelo menos quatro: Martinho Pais¹³⁶⁶, o referido Pedro Alfarde, que desempenhou o cargo antes de subir a prior¹³⁶⁷, e mestre Geraldo, todos dentro do instituto crúzio¹³⁶⁸, juntando-se-lhes mestre Paio, que recebeu o pálio da sé de Évora após ter exercido o lugar no mosteiro lisboeta de S. Vicente de Fora¹³⁶⁹.

Quanto a prepósitos da irmandade de Sto. Agostinho identificados entre os homens de maior saber, encontraram-se João Pais e Martinho Pais, já mencionados antes como prior e prior crasteiro, a par de Pedro Gilberto, Rodrigo Eanes e o futuro bispo de Lisboa, Álvaro de Freitas; todos sem exceção ligados a Sta. Cruz de Coimbra¹³⁷⁰.

A maior parte dos letrados regantes surgiu, no entanto, na condição de cónegos de várias canónicas. O seu quantitativo é volumoso ao ponto de tornar impropriedade e morosa a sua enumeração. Em vez disso, parece mais vantajoso, assinalar a

¹³⁶⁰ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 322.

¹³⁶¹ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 187.

¹³⁶² Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 195.

¹³⁶³ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 93.

¹³⁶⁴ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 252.

¹³⁶⁵ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 210.

¹³⁶⁶ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 241.

¹³⁶⁷ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 322.

¹³⁶⁸ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 101.

¹³⁶⁹ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 285.

¹³⁷⁰ Vid. Anexos, quadro 17, fichas prosopográficas 195, 241, 336, 374, 11.

singularidade de alguns trajetos mais paradigmáticos, ou, por antinomia, mais invulgares. Nessa conformidade, merece sublinhado, por exemplo, a parcela de letrados que chegaram a bispos ou arcebispos de diversas catedrais: Álvaro de Freitas e Soeiro Viegas, em Lisboa¹³⁷¹; João Peculiar, no Porto e em Braga¹³⁷²; mestre Nicolau, em Viseu¹³⁷³; mestre Paio, em Évora¹³⁷⁴; Pedro Salvadores, no Porto¹³⁷⁵; e mestre Vicente, de quem se suspeita ter sido também regente, na Guarda¹³⁷⁶. Fora do reino, por sua vez, dispuseram de cátedras os agostinianos João Fróis, em Bizâncio¹³⁷⁷, e Pedro Salomão, em Santiago de Compostela¹³⁷⁸. Nomes e trajetos que revelam a capacidade da ordem em projetar os seus membros em prelaturas localizadas no interior ou no exterior do perímetro do reino, do que se podem respigar mais exemplos, protagonizados por canónicos não atestados como *magistri*. Como o estudo foi circunscrito a mestres é, no entanto, impossível medir com exatidão qual o impacto da proliferação académica na promoção interna ou externa dos cónegos regulares.

Entre os monges regentes letrados com percursos mais notáveis sobressai Paio Galvão¹³⁷⁹. Nas origens ligado ao mosteiro de Sta. Marinha da Costa, abriu caminho ascendente até à cúria apostólica, onde recebeu diversas honras, tendo sido escolhido sucessivamente como cardeal-diácono de Sta. Lúcia in Septisolio, presbítero-cardeal de Sta. Cecília e cardeal-arcebispo de Albano. Também recebeu nomeações como legado apostólico e como embaixador régio de D. Sancho I. Um outro regente a gozar de grande protagonismo na câmara pontifícia foi o crúzio João Fróis, chamado a cardeal bispo sabinense e também indigitado como legado apostólico¹³⁸⁰. Chegou a ser pregador régio de um monarca estrangeiro, no caso Filipe II, além de ter recebido o arcebispado da longínqua sé de Bizâncio.

Descontando algumas comissões atribuídas pontualmente a agostinianos como juízes e executores apostólicos¹³⁸¹, resume-se a estes dois casos a presença certificada de letrados regentes no interior do círculo mais alto e mais restrito da Igreja romana, o

¹³⁷¹ Vid. Anexos, quadro 17, fichas prosopográficas 11, 399.

¹³⁷² Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 197.

¹³⁷³ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 277.

¹³⁷⁴ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 285.

¹³⁷⁵ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 355.

¹³⁷⁶ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 409.

¹³⁷⁷ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 188.

¹³⁷⁸ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 354.

¹³⁷⁹ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 293.

¹³⁸⁰ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 188.

¹³⁸¹ Vid. Anexos, quadro 17, fichas prosopográficas 142, 285, 297, 355, 409.

que aponta, sobretudo, para uma dimensão local e regional dos trajetos, no essencial, muito adossados à monarquia reinante. Embora num registo bem diferente dos anteriores, é ainda de sinalizar a relativa excecionalidade do percurso de Fernando Peres, prior de Nandim, que foi indigitado como visitador geral dos cónegos regrantes de Sto. Agostinho¹³⁸².

No campo das preferências escolares, partindo do pressuposto de que as referências coligidas, tidas como certas ou muito prováveis, em todo o caso não muito abundantes, são representativas dos interesses intelectuais dos congregados, a teologia e o direito parecem ter concitado grande parte da atenção dos cónegos observantes da regra de Sto. Agostinho, caindo as artes liberais e a medicina para um segundo plano de escolhas¹³⁸³. O investimento em estudos teológicos parece, de resto, ser típico dos interesses intelectuais dos elementos do clero regular em geral, numa tendência oposta à feita em matérias jurídico-legais por parte dos religiosos seculares.

A maior parte dos monges agostinianos para os quais foi possível reconstituir a frequência de estudos gerais apareceu em trânsito para Paris, um eixo de circulação que aparece bem delineado por vários motivos: desde logo, as relações privilegiadas dos crúzios com o mosteiro de S. Vítor localizado na cidade, para que já várias vezes se chamou a atenção; em segundo lugar, pela precocidade com que os regrantes começaram a frequentar estudos superiores, pelo que existiriam poucas alternativas disponíveis em termos dos estudos avançados; e, enfim, o relevo dado ao estudo da doutrina cristã nas casas da ordem, que os núcleos bibliográficos de Sta. Cruz e S. Vicente certificam¹³⁸⁴. Contudo, só muito dificilmente seria um troço de circulação exclusivo, como às vezes parece desprender-se da documentação e dos estudos especializados, talvez demasiado influenciados pela pista parisina. Neste contexto, parecem figurar como alternativas plausíveis os *studia generalia* de Montpellier e Toulouse, pelo menos a partir do final da centúria uncentista.

São igualmente dignos de nota alguns processos de circulação inter religiosa protagonizados por regrantes, que aderiram em algum momento das suas vidas ao serviço diocesano ou que adotaram outras formas de serviço monástico. Com efeito, no que se refere à primeira modalidade, houve vários monges a transitar do serviço

¹³⁸² Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 93.

¹³⁸³ Vid. Anexos, quadro 7.

¹³⁸⁴ Vid Anexos, quadros 8, 9.

monástico para o das sés, de que são ótimos exemplos as investidas de agostinianos em bispados, situações em que os cónegos abdicavam dos deveres de obediência que os ligavam aos seus priores; ou, então, o recrutamento de mestres-escola levado a cabo por algumas catedrais junto das comunidades obedientes a Sto. Agostinho. A ilustrar a prática relacionada com mudanças da regra, o caso mais emblemático será o de Fernando Martins, o célebre Sto. António, que se desligou da observância da regra de Sto. Agostinho para aderir à de S. Francisco¹³⁸⁵. Um outro exemplo, embora mais incerto, é constituído por Soeiro Viegas, um regante de origem que se presume ter recolhido ao mosteiro dominicano de Santarém, depois duma passagem pelo bispado da sé de Lisboa¹³⁸⁶.

Se a forte presença de agostinianos entre o grupo dos monges mais eruditos colhe fácil aceitação, torna-se bem mais desconcertante atender à baixa representatividade conseguida por mestres ligados ao monaquismo cisterciense¹³⁸⁷. O número de *magistri* obtido entre os bernardos é muito penalizador para a ordem, quando se toma em consideração a sua presença continuada no território durante o período, contemporânea da implantação regante, ao que se soma, a atenção dedicada à alta cultura por esse ramo monástico, que, tal como aconteceu com os agostinianos, ficou espelhada numa rica e eclética livraria, no caso organizada pelos monges de Alcobaça, em cujo *scriptorium* laboraram seguramente vários escribas e copistas, ou seja, elementos alfabetizados e equipados com competências escritas assinaláveis. A isso somam-se as várias menções em fontes relativas a mestres de noviços e a mestres de frades da mesma abadia, remetendo para o estabelecimento escolar que funcionou no seu interior. Tudo junto, faria supor um número bem mais impactante de mestres filiados na congregação, que as notícias não permitem vislumbrar, mas que os estudos historiográficos, de uma maneira geral, insistem em dar como certos.

Poderá haver várias explicações para tão discreto número de cistercienses entre os homens titulados como mestres, num somatório que apenas marginalmente ultrapassa a dezena de casos – um cômputo que pode até ser inferior, porque não se pode dar como indiscutível a ligação cisterciense desses indivíduos, tal o carácter contingente das notícias. A justificação habitual sobre o possível desvanecimento documental neste caso

¹³⁸⁵ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 92

¹³⁸⁶ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 399.

¹³⁸⁷ Vid. Anexos, quadro 17, fichas prosopográficas 7, 19, 22, 55, 60, 311, 324, 326, 340, 358, 398, 402.

deve ser temperada em atenção ao fundo alcobacense, bastante numeroso, pelo que a explicação, por si só, não colhe como totalmente convincente. Será, porventura, mais legítimo e mais credível explicar tão baixo número de mestres, por intermédio de outras propostas. Desde logo, atribuí-lo a uma natural relutância dos monges brancos em envidarem *peregrinationes* académicas, atendendo ao que se conhece sobre as fortes idiossincrasias da ordem relativamente a uma filosofia de vida mais vocacionada para o recolhimento interior e refratária à vida no século, por sinal muito conforme às orientações da vida cenobítica mais tradicionalista, de raiz conservadora, e que encontra apoio no carácter ruralizante da vida cisterciense¹³⁸⁸.

Por outro lado, na principal casa cisterciense do reino, a citada abadia de Alcobaça, a existência de um estabelecimento de ensino de qualidade, anexo ao convento, e o acesso privilegiado a um grande manancial bibliográfico, talvez pudessem, se não dispensar, pelo menos esbater os impulsos da comunidade aí residente em rumar a estudos gerais. Também é razoável equacionar uma certa desvalorização do grau no interior da congregação, reduzindo ao mínimo a necessidade da sua exibição nos documentos, fruto de uma valorização de outros cargos e funções. Outra explicação complementar, ou alternativa às anteriores, pode assentar na justaposição do título de mestre com a função de mestre dos noviços referenciada em Sta. Maria de Alcobaça, num paralelo com o fenómeno anotado entre doutores e lentes no mundo mendicante, e que também pode ter ocorrido entre mestres e mestres-escola no âmbito capitular, disso resultando uma certa ocultação do grau. Seja como for, considerando todas essas tentativas de justificação, em parte ou no todo, ou até outras não contempladas, há que tentar conciliar a baixa quantidade de licenciados em estudos gerais encontrados nos polos cistercienses portugueses com o que se conhece sobre o nível de literacia e de saber reconhecidos à ordem bernarda, em particular à abadia alcobacense.

Explicando-se com melhor ou pior conveniência a escassa presença de mestres cistercienses no universo dos homens de letras, regista-se o peso no conjunto do contingente ligado à abadia de Alcobaça, o que carece explicação por razões já aduzidas¹³⁸⁹. As exceções provirão de um certo mestre Pedro, de quem se podem inferir

¹³⁸⁸ VARANDAS, José - A valorização do domínio de Alcobaça: as granjas (séculos XII e XIII). Ourense: [s.n.], 1992. Separata *Congreso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*, p. 553-561.

¹³⁸⁹ Vid. Anexos, quadro 17, fichas prosopográficas 7, 19, 22, 55, 60, 324, 340, 402.

laços ao mosteiro de S. Paulo de Almaziva¹³⁹⁰ e de Soeiro Teodoniz, ligado ao mosteiro de Maceira-Dão¹³⁹¹. Para dois outros, Pedro de Espanha e mestre Peregrino, não foi possível caracterizar a respetiva filiação conventual, mas apenas estimar o vínculo cisterciense, em todo o caso inseguro para o segundo¹³⁹².

Do pequeno leque de *magistri* obedientes a Cister que foi possível apurar, destacam-se dois indivíduos, que sobressaem dos restantes pelas trajetórias que descreveram, marcadas por ligações à corte: mestre Bartolomeu de Silves e Domingos do Ferragial, ambos reportados como físicos régios de D. Afonso III¹³⁹³. Do último pouco se sabe que ultrapasse as notícias sobre o seu serviço monástico e régio. Quanto ao primeiro, além de médico do monarca, destacou-se como seu capelão e conselheiro, sendo ainda referido como clérigo do rei. Possivelmente, a ligação tão próxima à monarquia terá ajudado a impulsioná-lo para a direção do bispado de sé de Silves, diocese em que figurou primeiro como eleito e, mais tarde, como bispo consagrado.

A teologia faria certamente parte do programa de estudos monásticos, como a estadia de Pedro de Espanha no estudo geral de Paris indica, e como era típico das preocupações espirituais sentidas pelas ordens regulares¹³⁹⁴. Mas a medicina parece também ter tido um grande cabimento na preparação recolhida pelos membros da fraternidade cisterciense. Só assim é possível atribuir sentido à existência de dois físicos régios em tão pequeno lote de letrados associados aos monges da ordem, uma função de grande responsabilidade pessoal e institucional e que exigiria competências sólidas e preparação condizente aos seus ocupantes.

Comparência mais visível no grupo de eruditos do que a manifestada pelos cistercienses, mas ainda assim bem menor do que a dos cónegos regantes, foi a dos letrados mendicantes. A tardia entrada das ordens franciscana e dominicana no território, no que diz respeito à cronologia observada, apesar da maneira bastante célere como se disseminaram pela Cristandade e, bem assim, no território peninsular, ajuda a explicar a diferença para os agostinianos em termos do número de letrados, pois as ordens mendicantes apenas se apresentaram no reino quando o século XIII já estava em

¹³⁹⁰ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 311.

¹³⁹¹ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 398.

¹³⁹² Vid. Anexos, quadro 17, fichas prosopográficas 326, 358.

¹³⁹³ Vid. Anexos, quadro 17, fichas prosopográficas 19, 55.

¹³⁹⁴ Vid. Anexos, quadro 7.

curso, ao passo que a presença das comunidades agostiniana e cisterciense é bem anterior, reportando ao século XII, como se viu.

Dando crédito aos números apurados, na presunção de que traduzem uma proporcionalidade extrapolável para a realidade histórica, em território português e para o período de referência, afigura-se que o número de mestres e doutores dominicanos¹³⁹⁵ prevaleceu sobre os franciscanos¹³⁹⁶. O que não oferece questionamento foi a atenção posta pelas duas ordens nas questões culturais e na formação dos seus congregados. Desde muito cedo ambas integraram a cultura no arsenal de recursos usado nos projetos que advogaram em termos da reforma dos costumes, de salvação espiritual e da conversão de hereges e gentios¹³⁹⁷.

Como já se esclareceu atrás, mas importa reavivar neste ponto, o conhecimento das letras assegurava aos frades evidentes facilidades retóricas, tornava a sua sermonística mais persuasiva e assegurava-lhes um domínio da doutrina, essencial para a elevação espiritual da sociedade, que pretendiam moralizar pelo exemplo de vida, mas também pelo recurso a exemplos evangélicos e a parábolas testamentárias¹³⁹⁸. A formação e a preparação culturais, para os mendicantes eram, portanto, indissociáveis do argumentário católico a usar no combate espiritual e faziam parte intrínseca do seu modo de atuação, e, é seguro dizê-lo, do seu *modus vivendi*¹³⁹⁹. Também por essa via se explica a rapidez com que se infiltraram no meio universitário, chamando a si o ensino teológico mobilizado nos estudos gerais, nomeadamente nas universidades de Paris e de Oxford, os pilares da doutrina católica e os dínamos através dos quais se disseminavam os métodos de interpretação das *Escrituras*, sendo simultaneamente os lugares de conciliação das novas evidências do conhecimento com as antigas tradições¹⁴⁰⁰.

Assim se explica ainda a habitual criação de estudos anexos aos conventos de menoritas e pregadores, mesmo quando as casas da ordem não estavam integradas em ambientes universitários, e que eram consagrados, sobretudo, à leitura da doutrina, feita por lentes especializados, com conhecimentos idealmente angariados em

¹³⁹⁵ Vid. Anexos, quadro 17, fichas prosopográficas 16, 21, 52, 54, 56, 102, 106, 107, 120, 124, 129, 211, 283, 351, 375, 376, 399.

¹³⁹⁶ Vid. Anexos, quadro 17, fichas prosopográficas 6, 12, 62, 92, 95, 190, 192, 240, 247.

¹³⁹⁷ MARQUES, José - A pregação em Portugal na Idade Média: alguns aspectos. *Via Spiritus*. 9 (2002) 317-347.

¹³⁹⁸ MATTOSO, José - Estratégias de pregação no século XIII..., p. 191-203.

¹³⁹⁹ CAEIRO, Francisco da Gama - Ensino e pregação teológica..., p. 113-135.

¹⁴⁰⁰ AZTALOS, Monika - A faculdade de teologia..., p. 411-441.

estabelecimentos de ensino superior, como os que funcionavam nas cidades referidas, e ocorreu em Portugal¹⁴⁰¹.

Ambos os procedimentos, quer a docência da *Sacra Pagina* em contexto universitário, quer a acomodação de estudos e escolas em casas da ordem se refletiram, a seu tempo, no reino. A primeira terá sido concomitante com a fundação do estudo geral português ou sucedeu pouco depois desse início, dependendo do momento que se considere para o arranque da cátedra de teologia, num debate que tem sido vasto mas pouco conclusivo¹⁴⁰². Independentemente do cenário considerado, é inequívoco que o ensino da teologia no estudo geral dionisino a partir de certa altura foi assegurado por mendicantes, em consonância com o que aconteceu na generalidade dos estudos gerais preexistentes¹⁴⁰³. O segundo processo desenrolou-se, previsivelmente, ao ritmo da implantação de fundações mendicantes no reino, com os estudos a entrarem em funções ao mesmo tempo que se processou a fundação das casas de pregadores e de menorigas, ou seguidos por um ligeiro desfasamento temporal¹⁴⁰⁴.

Concentrando a observação sobre os mestres e doutores dominicanos é fácil de constatar a preponderância do convento de S. Domingos de Santarém face às restantes casas da ordem, o que tem indiscutível relevo em termos da sua significância cultural. Foi nela, efetivamente, que convergiram a maior parte dos homens de letras federados na congregação de pregadores: Gonçalo Lever, que além de dominicano, foi cónego e presbítero da sé de Coimbra¹⁴⁰⁵; o famoso Frei Gil de Santarém, aureolado lendariamente como santo, taumaturgo e fazedor de milagres¹⁴⁰⁶; o provincial Arnaldo Segarra¹⁴⁰⁷; o vigário-geral Rodrigo Peres de Elvas¹⁴⁰⁸; mestre Domingos de Santarém¹⁴⁰⁹; e Frei Pedro Pais¹⁴¹⁰. Também pertenceriam eventualmente à casa escalabitana da ordem, Gil Juliães, o filho de mestre Julião Pais, caso se concorde que uma certa entrada de óbito constante do calendário da sé de Coimbra, de atribuição

¹⁴⁰¹ LECLERCQ, Jean - Le magistère du prédicateur au XIII^e siècle. *Archives d'Histoire Doctrinale et Littéraire du Moyen-Âge*. 15 (1946) 105-147.

¹⁴⁰² ANTUNES, José - A teologia..., p. 237-271.

¹⁴⁰³ NORTE, Armando - Lentes, escolares e letrados..., p. 104-105.

¹⁴⁰⁴ Sobre a cronologia de fundação dos conventos mendicantes vid. CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte - Conventos..., p. 19-25.

¹⁴⁰⁵ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 129.

¹⁴⁰⁶ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 106.

¹⁴⁰⁷ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 16.

¹⁴⁰⁸ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 376.

¹⁴⁰⁹ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 54.

¹⁴¹⁰ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 351.

duvidosa, tenha sido redigida em sua intenção¹⁴¹¹, e o bispo Soeiro Viegas, sobre quem há legítimas dúvidas relativas ao seu trajeto após o abandono do bispado de Lisboa, que pode ou não ter passado pelo recolhimento ao convento escalabitano¹⁴¹².

Em relação aos demais dominicanos expostos a preparação intelectual avançada, três indivíduos do grupo tiveram, aparentemente, ligações à casa do Porto. Foram eles: o penitenciário pontifical Domingos do Porto, e os doutores Domingos Bom e Rodrigo Esteves¹⁴¹³. Quanto aos conventos dominicanos de Guimarães, Coimbra e Lisboa podem-se associar, a cada um deles, dois indivíduos: Bartolomeu Eanes e Gonçalo de Guimarães, no primeiro¹⁴¹⁴; os mestres Gonçalo e Lopo, no segundo¹⁴¹⁵; e os frades Geraldo Domingues e P. de Alquerio, no último¹⁴¹⁶.

Dos indivíduos arrolados, os percursos que merecem uma atenção mais demorada são os de Arnaldo Segarra, Geraldo Domingues, Gil de Santarém e Rodrigo Peres de Elvas¹⁴¹⁷. Também são algo notáveis os trajetos de Gil Juliães e de Soeiro Viegas, mas a névoa em que estão envolvidos, e que torna difícil prognosticar o seu ingresso nos filiados de S. Domingos no final das respectivas vidas, exime-os de algum detalhe nesta matéria¹⁴¹⁸. O catalão de origem, Arnaldo Segarra, conseguiu grande reconhecimento ao ponto de alcançar a distinção de provincial da ordem dos Pregadores. No respeitante a Geraldo Domingues, desenvolveu seguramente contatos relevantes no plano da cúria régia portuguesa, e terá mesmo pertencido ao círculo íntimo de D. Afonso III, o que lhe valeu a designação para conselheiro régio e a incumbência como testamenteiro do rei, o que é sintomático do tratamento e consideração que lhe terão sido dispensados pelo monarca.

Frei Gil de Santarém é, de todos, a personagem mais estudada, mas também mais romanceada, rodeado por uma aura de homem santo que persistiu no tempo. Há quem o identifique com mestre Gil Juliães, mas essa identificação continua a merecer reservas. Aparentemente o seu percurso envolveu mais de uma passagem por Paris, onde adquiriu uma formação heterogénea, incluindo o estudo das artes liberais e da

¹⁴¹¹ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 107.

¹⁴¹² Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 399.

¹⁴¹³ Vid. Anexos, quadro 17, fichas prosopográficas 52, 56, 375.

¹⁴¹⁴ Vid. Anexos, quadro 17, fichas prosopográficas 21, 124.

¹⁴¹⁵ Vid. Anexos, quadro 17, fichas prosopográficas 120, 211.

¹⁴¹⁶ Vid. Anexos, quadro 17, fichas prosopográficas 102, 283.

¹⁴¹⁷ Vid. Anexos, quadro 17, fichas prosopográficas 16, 102, 106, 376

¹⁴¹⁸ Vid. Anexos, quadro 17, fichas prosopográficas 107, 399.

medicina, durante a primeira estância na cidade, a que se somou o aprendizado da teologia, no decurso da segunda visita. Os conhecimentos de medicina ter-lhe-ão valido a posição de médico do rei que lhe costuma ser reconhecida. Após um trajeto inicial desenvolvido ao nível do ramo secular da Igreja, esteve associado a duas fundações dominicanas: S. Domingos de Palência, onde recebeu o hábito, e S. Domingos de Santarém, casa em que se veio a estabelecer definitivamente e onde permaneceu até ao final da vida. Tal como Arnaldo de Segarra, desempenhou a prestigiosa função de provincial da ordem dos Pregadores da Hispânia, o que diz bem da reputação que conheceu no seio da comunidade dos pregadores. Finalmente, no respeitante a Rodrigo Peres de Elvas sabe-se que foi investido nas funções de vigário-geral da ordem dos Pregadores de Portugal, um cargo que ocupou na transição do século XIII para o seguinte.

Por tudo o que ficou dito sobre os interesses intelectuais dos mendicantes, em geral, e dos frades pregadores, em particular, quanto à sua relação privilegiada com a teologia – de resto, um atributo partilhado com a maior parte das comunidades regulares de outras observâncias –, era expectável, como parece ficar provado pela informação disponível, que a maior parte dos estudos dos mestres dominicanos incidissem sobre as questões doutrinárias. Assim parece ter sido, de facto. No entanto, há que considerar um certo preconceito em relação a esses pressupostos de base, pois nem todos os indivíduos classificados como teólogos são descritos taxativamente desse modo na documentação, mas apenas presumidos como tal a partir das funções que apareceram a desempenhar como lentes dos estudos, que, por norma, eram atribuídas aos licenciados na matéria¹⁴¹⁹, e em função dos títulos doutorais que ostentavam, e que serviam geralmente para qualificar os graduados em teologia¹⁴²⁰. Seja com for, nem só estudos bíblicos foram seguidos pelos mestres e doutores pregadores. Em menor dimensão, é certo, vêm ainda referenciados o direito, que, a par da incontornável teologia, terá sido cursado por Geraldo Domingues; bem como as artes liberais e a medicina, como se percebe da trajetória escolar de Gil de Santarém¹⁴²¹.

A componente das artes liberais, em particular, deverá ter recebido uma atenção maior do que é perceptível da consulta da documentação e das conferências

¹⁴¹⁹ LOPES, Fernando Félix - Escolas públicas dos franciscanos..., p. 365-366.

¹⁴²⁰ VERGER, Jacques - Os professores..., p. 145.

¹⁴²¹ Vid. Anexos, quadro 17, fichas prosopográficas 102, 106.

bibliográficas. Apesar da natural insistência na teologia feita pelos estudos dominicanos, na mesma linha do que acontecia nas escolas de franciscanos, a escolaridade ministrada nos conventos não poderia ladear as questões do trívio e do quadrívio, fosse porque o nível dos escolares em muitas situações seria baixo, fosse porque, em particular, a gramática, mas sobretudo a retórica, se afiguravam essenciais para a leitura dos textos sagrados e para a prédica, logo teriam de ser bastante valorizadas pelas comunidades de pregadores, considerando-se o seu envolvimento com a conversão e a natureza do trabalho efetuado junto das populações. Acresce ainda que as artes, enquanto matérias introdutórias de estudos mais avançados, tendiam a ser omissas em detrimento das disciplinas mais nobres do direito, da medicina e da teologia, acabando por ficar camuflada a sua real importância nos planos de estudo dos letrados. Uma asserção válida tanto para regulares como para seculares, como se viu na secção dedicada às áreas de estudo, afetando, por conseguinte a generalidade dos escolares, pois as artes estavam omnipresentes na formação do tempo, independentemente do nível de ensino frequentado. Variavam apenas a profundidade e a amplitude postas no tratamento das setes disciplinas que as constituíam¹⁴²².

Num balanço rápido, o quadro escolar traçado para a elite dominicana portuguesa não escamoteia a aposta feita na teologia, mas acomoda a existência de projetos de estudo ao nível das ciências médicas e jurídicas¹⁴²³. Menos claro é perceber onde decorreria essa aprendizagem, pois a informação disponível pouco adianta sobre o assunto. Tirando o caso, em tudo excecional, de Frei Gil de Santarém, que tem sido objeto de grande atenção biográfica, e que se sabe ter estagiado na universidade de Paris, para mais nenhum dos letrados da *ordo praedicatorum* foi possível discernir o cenário dos seus estudos superiores.

Na verdade, nem todas as universidades da época dispunham da licença para o ensino da teologia, uma prerrogativa ciosamente guardada pelo pontificado, tendo em conta a sensibilidade das matérias e o controlo eclesiástico pretendido sobre elas. Ou seja, nem todos os estudos gerais em funcionamento no período em causa estiveram aptos a licenciar teólogos ou puderam incluir a teologia entre os planos de estudos oferecidos, reservando-se o Papado, no uso das suas prerrogativas outorgantes, a

¹⁴²² LEFF, Gordon - O «trivium» e as três filosofias..., p. 307-308.

¹⁴²³ Vid. Anexos, quadro 7.

selecionar apenas os estudos mais proficientes para ministrar esse ensino, desse modo reconhecendo-lhes uma competência excepcional¹⁴²⁴.

A universidade de Paris constituía, como é óbvio, a opção mais evidente para os interessados: desde logo pelo seu prestígio e pela sua antiguidade, mas também pelo estatuto dos mestres que dirigiam esses estudos, pela reputação construída em matéria teológica, e, não menos importante, pela existência de um canal de circulação de letrados aberto entre o reino e a universidade de Paris, constituído desde há muito, e longamente percorrido por escolares do reino¹⁴²⁵. Em alternativa à via parisiense, outra opção a considerar com seriedade enquanto destino dos escolares dominicanos seriam os estudos britânicos de Oxford e Cambridge, com provável precedência do primeiro sobre o segundo, até porque este era um corpo dissidente daquele e bem menos influente na época¹⁴²⁶.

A universidade oxoniana desde a sua constituição projetou-se como um importante centro de estudos teológicos, emparelhando rapidamente com Paris ao nível do ensino praticado e do valor dos mestres que aí ensinaram, usando de um estilo polemista muitas vezes em rutura aberta com a direção das pesquisas parisienses, o que esteve na base de aguerridas querelas teológicas¹⁴²⁷. A mais importante das quais foi constituída em redor da questão aristotélica, ou seja, em torno da receção feita das obras redescobertas de Aristóteles, em franco questionamento do modelo platónico-agostiniano vigente, cuja apologia era feita na universidade de Paris e contendido por Oxford, exigindo uma revisão ou reconciliação da fórmula platónica, a que só o tomismo finalmente veio dar uma resposta prática¹⁴²⁸.

Na verdade, existem comprovativos da presença de mendicantes em Oxford ligados a instituições portuguesas a partir do século XIV, mas é no mínimo razoável admitir a hipótese do circuito estar já ativo antes disso¹⁴²⁹. Tal como em Paris, o ensino da cátedra de teologia no estabelecimento britânico estava cometido a mendicantes, o que em teoria facilitaria o acolhimento e o ingresso de membros da ordem a esses

¹⁴²⁴ LEFF, Gordon - O «trivium» e as três filosofias..., p. 308.

¹⁴²⁵ Vid. Anexos, quadros 8, 9.

¹⁴²⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História das Universidades*..., p. 31-33.

¹⁴²⁷ LIBERA, Alain de - The Oxford and Paris tradition in logic..., p. 174-187.

¹⁴²⁸ RUSSEL, Peter E. - *Medieval Portuguese students at Oxford University*..., p. 183-191.

¹⁴²⁹ IDEM, *ibidem*, p. 183-191.

estudos¹⁴³⁰. Além disso, não é admissível que a reputação angariada por Oxford no domínio teológico, muito prematura, como se viu, fosse insensível para os pregadores do reino; e também é difícil considerar um afastamento completo dos frades portugueses das questões teológicas mais candentes na época, que suscitariam, com toda a certeza, algum interesse intelectual.

Constituindo segundas linhas nas escolhas para os frades pregadores, mas figurando, de qualquer modo, como hipóteses de estudos, haveria ainda outras casas da ordem onde os frades poderiam fazer o seu aprendizado, estivessem ou não inseridas nas estruturas universitárias. Os estudos dominicanos do sul francês, como Toulouse e Montpellier, terão sido porventura opções exploradas nessa *peregrinatio*, do mesmo modo que algumas das casas das congregações estabelecidas em território transalpino, tal como Bolonha, uma das primeiras fundações a ser erigida pela ordem, ou Roma, que era o centro geográfico e religioso da Cristandade, cidade onde também os frades pregadores se fixaram desde muito cedo¹⁴³¹.

Muito do que ficou dito para os dominicanos, *mutatis mutandis*, aplica-se em relação à ordem dos Frades Menores: quer em relação às raízes históricas e ao fenómeno da sua implantação territorial; quer no que se refere às motivações ideológicas da *ordo* – o seu impulso reformista, em nome de uma Igreja mais fiel aos ensinamentos cristãos primitivos –; quer na forma de missão escolhida, quer no respeito aos campos de estudos privilegiados; quer nas pistas avançadas sobre a frequência de estabelecimentos de ensino. Não por acaso, os estudos e investigações sobre franciscanos e dominicanos são por vezes desenvolvidos em conjunto, ou, pelo menos, nunca são verdadeiramente autonomizados, tais e tantas são as afinidades que contêm as duas ordens e as comparações sugeridas pela evolução análoga que conheceram.

As semelhanças devem-se, sem dúvida, às condições conjunturais do aparecimento de ambas, praticamente coevas, que condicionaram a forma mental das duas *ordines*¹⁴³²; o seu revestimento ideológico¹⁴³³; e a própria orgânica adotada, na

¹⁴³⁰ LOPES, Fernando Félix - Escolas públicas dos franciscanos..., p. 358-359.

¹⁴³¹ VAUCHEZ, André - Les ordres mendiants et la reconquête religieuse de la société urbaine. In *Histoire du Christianisme*. Dir. J.-M. Mayeur, Ch. E. L. Pietri, A. Vauchez e M. Venard. Vol. 5: *Apogée de la paupaté et expansion de la Chrétienté*. (1050-1274), p. 775-782.

¹⁴³² IDEM, *ibidem*, p. 737-766.

¹⁴³³ IDEM, *ibidem*, p. 737-766.

dependência formal da cúria, e não do braço secular eclesiástico¹⁴³⁴. Nessa medida, as observações a fazer relativamente aos letrados menoritas encontrados no reino são mais de número do que de género, e tendem a convergir, quando cotejadas com as observações expendidas em relação à congregação dos pregadores.

A primeira nota sobre os mestres e doutores franciscanos vai, como é natural, para o número apurado, que se revela algo reduzido. O seu cômputo, inferior à dezena, constitui uma cifra demasiado modesta e bastante aquém das expectativas, face a todo o envolvimento com a cultura, nomeadamente com a alta cultura, que parece servir de caução aos frades mendicantes, sejam eles de genealogia dominicana ou franciscana, de dentro ou de fora do reino. É possível que o diferencial entre uns e outros possa exprimir uma real diferença na proporção de letrados, em favor dos primeiros, harmonizável, de certa forma, com os códigos genéticos dominicano franciscano, no que respeita ao modo desigual como cada uma das ordens valorizou as letras nas fases primitivas das suas vidas.

Ainda assim, mesmo considerando as reservas iniciais dos frades menores face ao conhecimento, de resto rapidamente ultrapassadas, é pouco verosímil reduzir o contingente de franciscanos com estudos presentes em território nacional aos poucos casos anotados, baseando-os simplesmente nessa justificação. E mesmo creditando grande parte do baixo número à chegada tardia de franciscanos ao reino durante a cronologia estabelecida, há razões para acreditar que disporiam de uma maior preponderância no universo de letrados. As perplexidades aumentam, quando se sabe do envolvimento de menoritas com a prédica e com a missão, dificilmente compatíveis com fracos conhecimentos doutrinários, com preparações inconsistentes ou com formações desalinhas de estudos avançados, de que pelo menos os responsáveis pela docência nas casas não deveriam estar arredados.

De facto, o tipo de missões em que a comunidade franciscana se envolvia reclamava um nível de atenção à formação e à preparação dos seus membros em tudo semelhante à exigida aos pregadores, e como no caso destes, escorava-se numa rede de casas distribuídas pelo território, desejavelmente motivadas para o ensino e formação dos seus congregados. As orientações no sentido do aprofundamento dos estudos dos frades implicavam, portanto, capacidade docente instalada nas respetivas fundações

¹⁴³⁴ IDEM, *ibidem*, p. 737-766.

monásticas, pressupondo um ensino administrado por indivíduos dotados com forte preparação intelectual – formando um espelho, sem grandes distorções, da via dominicana.

Entre os menoritas, apenas se podem destringir ligações a casas monásticas para três indivíduos caracterizáveis como letrados: os doutores Aires e Martinho Mendes, que aparecem associados à fundação franciscana de Lisboa¹⁴³⁵; e mestre Francisco de Coimbra, com vínculo provado à casa conimbricense¹⁴³⁶. Para os restantes, ficam por divisar as fundações onde terão desempenhado os respetivos serviços religiosos, pois são referidos simplesmente como frades da ordem, sem que as notícias que os mencionam tenham revelado preocupações em proceder ao seu enquadramento institucional. Por outro lado, é possível que a rotação entre casas fosse muito elevada e nesse caso o apuramento das filiações seria menos relevante.

Do reduzido rol de franciscanos assinalados, os percursos mais notáveis pertenceram a João Gil de Zamora, Martinho Mendes, Álvaro Pais e Fernando Martins, o último mais vulgarmente conhecido por Sto. António. Os dois primeiros foram eleitos como ministros provinciais da ordem dos menoritas, com jurisdição sobre a província de Portugal, por vezes também designada, de forma alternativa, como província de Santiago¹⁴³⁷. João Gil conheceu ainda a posição de custódio de Zamora. Quanto a Álvaro Pais, o essencial da sua carreira já foi descrito antes¹⁴³⁸. O seu trajeto foi composto por numerosas etapas, tendo por pontos culminantes as sagrações recebidas como bispo das sés de Corona e de Silves, a par da designação para a posição de penitenciário pontifício de João XXII. Sobre o percurso de Sto. António, à revelia dos contornos mais lendários, há informações abundantes e credíveis que o apontam a lecionar teologia nos estudos franciscanos de Montpellier, Toulouse, Bolonha e Pádua, depois de ter recebido educação na escola capitular de Lisboa e nos mosteiros regrantos de S. Vicente de Fora e de Sta. Cruz de Coimbra, estabelecimentos de ensino pelos quais passou antes de ingressar nos menoritas¹⁴³⁹.

O que esta casuística em concreto ilustra, de algum modo, é a mobilidade de letrados no interior da ordem franciscana. Uma mobilidade territorial, certamente:

¹⁴³⁵ Vid. Anexos, quadro 17, fichas propográficas 6, 240.

¹⁴³⁶ Vid. Anexos, quadro 17, ficha propográfica 95.

¹⁴³⁷ Vid. Anexos, quadro 17, fichas prosopográficas 190, 240.

¹⁴³⁸ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 12.

¹⁴³⁹ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 92.

visível no ingresso de frades menores oriundos do estrangeiro em instituições ligadas ao reino, provenientes sobretudo de reinos peninsulares. Mas uma mobilidade também institucional: perceptível na capacidade revelada por esses homens de se autopromoverem, algo que não deve ser inteiramente desligado das suas condições intelectuais e do nível de estudos alcançados, de que falam os seus graus. O percurso de Álvaro Pais é emblemático de outro dos paradigmas da época, igualmente já sublinhado – a chamada de regulares ao exercício de prelaturas –, demonstrando, com toda a propriedade, que também os franciscanos não escapavam a essa prática, sendo alguns deles colocados à cabeça dos bispados. A trajetória de Sto. António vale, por seu lado, como testemunha de duas outras práticas. Em primeiro lugar, revela a capacidade de sedução das ordens mendicantes sobre as populações, que se insinuava até em meios religiosos concorrentes, culminando em mudanças de observância. De outra forma, o percurso antoniano é também muito eficaz na maneira como reflete a pretendida *peregrinatio* académica da época, devido às passagens que lhe são atribuídas por vários *studia* franciscanos, alguns dos quais foram absorvidos pelas universidades do tempo.

Ainda na esfera menorita, mas remetendo para um assunto de tonalidades muito diferentes dos anteriores, há a considerar o caso singular de Domingos Esteves de Vermoim, dignitário do cabido da arquidiocese de Braga¹⁴⁴⁰. A documentação descreve-o como administrador, ecónomo e síndico da província de Santiago da ordem dos Frades Menores, funções que se encontrava a desempenhar algures durante o ano de 1285, numa altura em que aparece, em simultâneo, a exercer como arcediogo bracarense e vigário-geral da arquidiocese¹⁴⁴¹.

Em matéria dos campos de estudos preferenciais, as escolhas observadas e prognosticadas para os franciscanos mais cultos, não se desviaram, no fundamental, dos interesses dos letrados da ordem de S. Domingos, tal como têm vindo a ser estabelecidos e hierarquizados. Ambos comungaram de uma preferência declarada pela teologia, secundada por um interesse mais accidental pelo direito. Essas matérias jurídicas ora apareceram a ser estudadas de forma autónoma, ora surgiram como complementos para a aprendizagem da doutrina, como foi a opção de Álvaro Pais, e

¹⁴⁴⁰ Vid. Anexos, quadro 17, ficha prosopográfica 62.

¹⁴⁴¹ A dupla observância do clérigo bracarense de que faria suspeitar a sobreposição cronológica das notícias afigura-se pouco explicável do ponto de vista religioso, mas talvez se possa especular com a possibilidade de se tratar de uma transferência de atributos de fiscalização para entidades idóneas, ou mais competentes, para justificar a indigitação do arcediogo como síndico e ecónomos menoritas.

tudo leva a crer que tenha sido a de Sto. António, atendendo aos conteúdos da sermonística que deixou, onde transparecem conhecimentos legais bastante relevantes¹⁴⁴².

Em conformidade com estas duas áreas de estudo, apesar das raras circunstâncias em que se puderam divisar, ou estimar com relativa segurança, os lugares em que estudaram os letrados franciscanos, aceitam-se, sem demasiadas hesitações, as menções à frequência das escolas de Paris e de Bolonha para que as notícias remetem. Parecem denunciar um certo padrão comportamental dos membros da comunidade que procuravam adquirir instrução superior, num paradigma que esteve longe de ser um exclusivo mendicante e que já vinha do século anterior. A partir de certa altura, esses velhos trajetos percorridos por dominicanos e menoritas terão sido combinados com deslocações no sentido dos estudos gerais britânicos, indubitáveis para o princípio da centúria trecentista. A inscrição nesses percursos trata-se, talvez, da versão letrada de uma relação corrente do reino com a Inglaterra que se intensificou ao longo do século XIV.

Noutro registo, ao contrário do que se sobressai da análise do clero secular e de parte substantiva do clero regular, os elementos das ordens mendicantes com maior nível de erudição parecem revelar alguma independência ou distanciamento do poder régio, com destaque para os franciscanos dentro do grupo. Efetivamente, os poucos casos referenciados não apontam para uma excessiva proximidade à Coroa dos menoritas mais instruídos. Nesse sentido, o perfil de letrados franciscanos parece apresentar contornos bem diferentes do restante clero regular, não passando aparentemente pelo serviço régio ou apostólico, sendo difícil exprimir razões factuais para esse afastamento, e mais ainda perceber de onde viria a incomodidade face a essa proximidade.

Com todos estes pressupostos em mente, passando à margem da relativa desigualdade numérica entre letrados franciscanos e dominicanos, é legítimo questionar o baixo número de mendicantes filiados nas duas comunidades aos quais foi possível atribuir os benefícios de uma educação avançada. À partida, as facilidades de acesso a comunidades congéneres, atuantes em contexto universitário, combinadas com as rotinas instauradas de circulação eclesiástica na Cristandade, são fatores que fariam

¹⁴⁴² Vid, Anexos, quadro 7.

admitir uma presença mais consistente no reino de graduados pertencentes a ambas as *ordines*, mas que carece de provas mais amplas. Não obstante essa falta de evidências físicas, os indícios e os contextos da atuação de menoritas e de pregadores fazem crer numa subvalorização da amostra, sugerindo uma baixa representatividade dos dois grupos no conjunto de letrados. Por isso não é descabido admitir que a contabilidade final esteja algo deslocada da realidade da época, e talvez uma exploração mais circunstanciada dos fundos monásticos, que ainda está por fazer com esse crivo, possa permitir rever em alta os números de letrados apurados das duas ordens.

SERVIÇO RÉGIO

Em termos das possibilidades de carreira, se algo caracterizou uma parte significativa da elite intelectual do período, a par do serviço eclesiástico, esse algo foi o serviço régio. Com efeito, no período em questão, o serviço da Igreja e do reino constituíam os percursos mais aliciantes à disposição dos letrados como forma de viabilizar as suas expetativas de promoção profissional, estatutária, social e económica¹⁴⁴³. Não eram as únicas opções de carreira disponíveis, pois os senhores da nobreza e os municípios podiam reclamar também o serviço destes indivíduos, mas essas saídas parecem ter tido pouca ou nenhuma expressão na época entre os mestres e doutores¹⁴⁴⁴. De resto, os planos eclesiásticos e régio aparecem, com frequência, intimamente ligados, se não mesmo fundidos, em várias estratégias individuais de carreira. Na prática, significou que a via clerical e a via régia se combinaram com insistência nos traçados individuais desenvolvidos, sem que essa dupla filiação fosse considerada incompatível. Isto apesar das necessidades políticas, ideológicas e económicas obrigarem frequentemente à conciliação de posições adversas, a realinhamentos de interesses e a desobediências hierárquicas, pois os interesses eclesiásticos tendiam, em muitos aspetos, a ser concorrentes com os régios, além de que a Igreja estava longe de se comportar como um bloco¹⁴⁴⁵.

Em rigor, o serviço eclesiástico seria suficientemente atrativo, por si só, para sustentar e cimentar projetos de carreira, mesmo se muito ambiciosos. Mas o serviço

¹⁴⁴³ GOMES, Saul António - A religião dos clérigos..., p. 410.

¹⁴⁴⁴ MORAW, Peter - Carreiras profissionais dos diplomados pelas universidades..., p. 253-254.

¹⁴⁴⁵ BRANCO, Maria João Violante - *Poder real e eclesiásticos...*, Vol. I, p. 373.

régio não deixava de apresentar amplas vantagens numa perspetiva carreirista, tendo em conta a prodigalidade régia ou, pelo menos, o potencial da monarquia para a dispensa de benefícios e doações, face às amplas possessões de que era titular, e nada irrelevante neste aspeto, em função do capital de poder e influência política à sua disposição.

Do ponto de vista da aptidão funcional, as tarefas cometidas a grande parte do oficialato régio e à burocracia do rei, nomeadamente escritas, exigiam um lote alargado de competências que só com muita dificuldade estariam à disposição de leigos na época, levando a esse frequente entrelaçamento dos serviços eclesiásticos e régios¹⁴⁴⁶. Em primeiro lugar, isso deveu-se a razões óbvias, que neste momento já não carecem de invocação mas de sublinhado, e que se podem resumir ao estreito campo de recrutamento do funcionalismo da Coroa. Com efeito, a monarquia dependeu durante muito tempo quase integralmente dos elementos mais ativos, cultos e destacados da Igreja para o abastecimento das posições cimeiras da administração e do desembargo régio, assim como para obter aconselhamento jurídico, e para se fazer representar no plano diplomático, como para receber cuidados de saúde, formando um conjunto alargado de serviços de enorme importância que não poderia dispensar; e que só de forma muito gradual poderia substituir por elementos laicos¹⁴⁴⁷. A chamada de clérigos para altas posições da administração resultou, assim, menos de uma opção estratégica dos soberanos e mais de um imperativo incontornável, atendendo à extração clerical da maior parte dos homens de letras no período, o que deixou a monarquia muito dependente da Igreja.

A massa crítica necessária para fazer face as exigências da burocracia régia dos primeiros dinastas – uma máquina em pleno processo de afinação na época, submetida a um grande desenvolvimento e a um intenso processo de organização, desde o reinado de D. Afonso II e intensificado pela ação de D. Afonso III, o que lhe confere uma modernidade assinalável no período¹⁴⁴⁸ –, dependeu de indivíduos com sólida preparação cultural que manifestamente só podiam provir do grupo clerical. Os soberanos portugueses, e não só eles, debatiam-se com dois factos insofismáveis: a rede escolar durante os séculos XII e XIII constituía um monopólio quase integral da

¹⁴⁴⁶ IDEM, *ibidem*, p. 608-612.

¹⁴⁴⁷ SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio - *La curia regia portuguesa: siglos XII y XIII*. Madrid: Centro de Estudios Históricos, 1920, p. 39 e ss.

¹⁴⁴⁸ BRANCO, Maria João Violante - *Poder real e eclesiásticos...*, p. 569-571.

Igreja¹⁴⁴⁹; e o grupo de frequentadores dos estudos mais avançados era composto na sua esmagadora maioria por indivíduos precedentes do clero, ao ponto dos universitários serem concomitantemente designados por clérigos, tal foi a osmose existente entre os corpos escolares e os homens do clero¹⁴⁵⁰. Na verdade, só a partir do século XIV é que se assistiu em regiões periféricas a um gradual processo de laicização do ensino.

Perante tal nível de dependência eclesiástica, a captação de servidores régios implicou um conjunto de ações e estratégias destinadas a assegurar a lealdade do clero empregue pelos soberanos. Entre os mecanismos encontrados figurou a angariação de clérigos escolarizados pertencentes a famílias próximas da monarquia, ou inscritas no círculo mais íntimo da cúria, como se pode apreciar no caso de mestre Vicente Hispano, proveniente de uma família de Coimbra com grande tradição de serviço régio¹⁴⁵¹. Também a constituição progressiva de clientelas e redes com influência nos meios clericais foi uma estratégia prosseguida pelos soberanos na tentativa de conseguir a desejável fidelização institucional, promovendo a infiltração em altos lugares da Igreja de homens de sua confiança política e institucional¹⁴⁵². Mas a concessão de sólidos benefícios materiais, sob a forma de salários e doações de tenências, em recompensa pelos serviços prestados terá configurado a modalidade mais óbvia de aliciar letrados a servir a cúria portuguesa¹⁴⁵³. Os salários auferidos pelos funcionários da casa real tomavam, na época, a forma de remunerações mensais ou anuais, correspondendo a rendas em dinheiro, e incluindo, com frequência, a entrega de tecidos e cereais¹⁴⁵⁴. Por último, mas de enorme peso neste enquadramento, teve importância a procura de pontos de convergência entre a Igreja e a Coroa do reino, num processo demorado e que não foi isento de problemas, ao ponto de as solidariedades eclesiásticas perante o reino apenas ficarem completamente solucionadas no século XIV¹⁴⁵⁵.

Essa convergência de posições fez-se gradualmente no pressuposto de uma ligação territorial comum, materializada numa ideia de identidade partilhada, muito

¹⁴⁴⁹ GOMES, Saul António - La formation intellectuelle du clergé séculier..., p. 106-107.

¹⁴⁵⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História das Universidades...*, p. 12.

¹⁴⁵¹ BRANCO, Maria João Violante - *Poder real e eclesiásticos...*, p. 530.

¹⁴⁵² VENTURA, Leontina - *A nobreza de corte de Afonso III. Vol. 1...*, p. 499.

¹⁴⁵³ HOMEM, Armando de Carvalho - A dinâmica dionisina. In *Nova história de Portugal*. Dir. J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 3: *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): do condado portucalense à crise do século XIV*. Coord. M. H. da Cruz Coelho e A. L. de Carvalho Homem. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 151.

¹⁴⁵⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa...*, p. 149.

¹⁴⁵⁵ MATTOSO, José - *Identificação de um país. Vol. 2: Composição...*, p. 183-184.

assente na comunhão do ideário da fé cristã e do passado visigótico, e por uma matriz identitária unificadora que foi sendo consubstanciada num substrato político-ideológico singular, remetendo para uma espécie de consciência nacional, *avant la lettre*, de que a ordem clerical estabelecida no território constituiu uma face, de que a nobreza e o povo constituíram outras; e de que o rei foi o grande estruturador e motor¹⁴⁵⁶.

Os pontos de contato entre a Coroa e a Igreja não se basearam, todavia, no abastecimento da primeira com mão-de-obra qualificada proveniente da segunda. Em sentido inverso, o serviço régio serviu para potenciar as próprias trajetórias eclesiásticas dos seus servidores, como em grande medida se pode inferir dos percursos de mestres e doutores depois de entrarem ao serviço da monarquia. O apoio régio refletiu-se no apadrinhamento de funcionários da Coroa a lugares destacados em mosteiros, cabidos e cátedras episcopais, apesar de, na maior parte das ocasiões, a entrada nas posições não depender oficialmente da monarquia e necessitar de confirmação apostólica¹⁴⁵⁷. Mas graças à pressão exercida pelo poder régio sobre as instâncias clericais esses funcionários puderam aumentar os seus réditos e subir degraus na hierarquia eclesiástica – mais alto e com maior celeridade do que seria de esperar em condições normais¹⁴⁵⁸. Agindo assim, os monarcas premiavam a diligência e a lealdade de subordinados, ao mesmo tempo que garantiam, em contrapartida, a penetração de elementos da sua confiança em esferas de poder relevantes, desse modo capitalizando, a prazo, óbvios dividendos políticos¹⁴⁵⁹.

O número de letrados agenciados pelos reis portugueses que foi possível observar durante o período constitui um contingente significativo que se aproximou das sete dezenas de indivíduos, ou, dito de outro modo, aproximadamente um sexto do universo recenseado¹⁴⁶⁰. Deste lote, apenas um núcleo reduzido, inferior a dez indivíduos, carece de indícios claros de ligações eclesiásticas. Foram, na sua maioria,

¹⁴⁵⁶ IDEM, *ibidem*, p. 196.

¹⁴⁵⁷ JORGE, Ana Maria; SÁ-NOGUEIRA, Bernardo; ROLDÃO, Filipa; FARELO, Mário - La dimension européenne du clergé de Lisbonne..., p. 23-28.

¹⁴⁵⁸ IDEM, *ibidem*, p. 23-28.

¹⁴⁵⁹ HOMEM, Armando de Carvalho - A corte e o governo central. In *Nova história de Portugal*. Dir. J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 3: *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): do condado portugalense à crise do século XIV*. Coord. M. H. da Cruz Coelho e A. L. de Carvalho Homem. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 533.

¹⁴⁶⁰ Vid. Anexos, quadro 19, fichas prosopográficas 1, 10, 13, 19, 29, 39, 53, 55, 61, 62, 73, 80, 84, 89, 91, 102, 105, 106, 109, 130, 132, 155, 160, 162, 163, 188, 190, 193, 194, 200, 201, 202, 208, 209, 224, 236, 243, 246, 248, 256, 261, 262, 267, 293, 295, 304, 306, 319, 322, 337, 342, 344, 357, 364, 371, 381, 386, 399, 404, 405, 409, 415, 416.

físicos régios os achados nessa situação: os mestres Amberto, Domingos, Domingos das Antas, João, Roberto (ou Rodrigo), Salvador e Tomé¹⁴⁶¹. A esses médicos privados de reis, aos quais não foi possível atestar ligações religiosas, acrescem um chanceler régio e um porteiro, de quem pouco se sabe, respetivamente mestre Julião Pais e mestre Pedro¹⁴⁶².

Do grupo, apenas um, Julião Pais, responsável pela direção da chancelaria dos três primeiros reis portugueses, pode ser excluído de forma concludente do serviço eclesiástico, pois aparece identificado, sem margem para equívocos, como laico. Os restantes persistem como incógnitas difíceis de desvendar. Se o porteiro régio, mestre Pedro, merece algumas reservas em relação à possibilidade de se tratar de um clérigo, até por configurar um caso único entre os letrados que ocuparam o posto, parece mais fácil aproximar os médicos do rei de meios clericais, quando se consideram as biografias de outros físicos e, em cima disso, os atributos necessários ao desempenho da tarefa, obrigando a uma preparação sólida e um tipo de educação superior a que sobretudo os clérigos, mais do que os laicos, poderiam aspirar¹⁴⁶³.

Por comodidade de arrumação, os eruditos encontrados a ocupar posições na burocracia régia ou a servir a Coroa podem ser distribuídos por três categorias mais ou menos factícias: desembargo régio, representação político-diplomática e outras funções na sua órbita. As últimas não cabem organicamente na esfera administrativa do rei mas enquadram-se, sem reservas, dentro de uma definição mais ampla do serviço régio, ou seja, dentro da moldura maior da administração central, que não estava limitada ao despacho régio, mas se estendia a áreas tão distintas como o conselho régio, a casa real ou a fazenda pública¹⁴⁶⁴.

Apesar de algumas dessas funções prefigurarem cargos de confiança pessoal e não tanto institucional, tal não as coloca à margem do serviço régio, pois na monarquia portuguesa da época era evidente a coincidência entre a pessoa do monarca e a

¹⁴⁶¹ Vid. Anexos, quadro 19, fichas prosopográficas 13, 39, 53, 160, 371, 381, 415.

¹⁴⁶² Vid. Anexos, quadro 19, fichas prosopográficas 208, 304.

¹⁴⁶³ McCLEERY, Iona - Opportunities for teaching and studying medicine in medieval Portugal before the foundation of the University of Lisbon: 1290. *Dynamis*. 20 (2000) 305-329.

¹⁴⁶⁴ HOMEM, Armando de Carvalho - *O desembargo régio: 1320-1433*. Porto: Instituto Nacional de Investigação - Centro de História da Universidade do Porto, 1990, p. 19-28.

instituição monárquica, e, por conseguinte, muito ténue, ou inexistente, a linha que separava o serviço institucional do serviço doméstico¹⁴⁶⁵.

DESEMBARGO RÉGIO

Entre os mestres encontrados a officiar no desembargo régio¹⁴⁶⁶, os chanceleres e os notários da cúria foram aqueles que assumiram a maior preponderância, seguidos de perto pelos corretores do rei. A essa lógica apenas escapou o já mencionado porteiro de D. Sancho I, mestre Pedro, que em 1189 desempenhava o cargo¹⁴⁶⁷.

É insofismável a tendência dos soberanos portugueses para chamarem frequentadores de estudos gerais a dirigir os serviços da chancelaria¹⁴⁶⁸. Se não foi uma prática universal, foi, no mínimo, muito insistente. É certo que nem todos os ocupantes do cargo exibiram graus académicos na documentação, mas não se deve descartar liminarmente a possibilidade de também esses elementos serem muito escolarizados, considerando as orientações de recrutamento prevalentes ao longo do tempo que foi exequível determinar. Com efeito, de forma continuada, o lugar de chanceler régio foi ocupado por homens de letras. Senão, veja-se: D. Afonso Henriques contou com mestre Alberto Eite, primeiro; Pedro Gonçalves, a seguir; e com Julião Pais, mais tarde¹⁴⁶⁹. Este último, por seu turno, continuou à frente da chancelaria durante todo o reinado de

¹⁴⁶⁵ BRANCO, Maria João Violante - *Poder real e eclesiásticos...*, p. 511-512.

¹⁴⁶⁶ Vid. Anexos, quadro 19, fichas prosopográficas 10, 29, 61, 73, 80, 91, 208, 304, 337, 344, 405, 409.

¹⁴⁶⁷ Vid. Anexos, quadro 19, ficha prosopográfica 304.

¹⁴⁶⁸ Sobre o tema das chancelarias régias vid. ALMEIDA, Balbina Rodrigues de - *D. Dinis. Breve estudo da sua chancelaria. Liv. I, folhas 25-86*. Tese de licenciatura em história apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: [s.n.] 1969; AZEVEDO, Rui de - *A chancelaria régia portuguesa nos séculos XII e XIII...*; IDEM - *O livro de chancelaria de Afonso II de Portugal...*, p. 35-74. BEIRANTE, Maria Ângela - *Estudo de alguns documentos da chancelaria de D. Dinis. Livro II, fólhos 7-57v: 1291-1293*. Tese de licenciatura em história apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: [s.n.], 1969; BERNARDINO, Sandra - *Sancius secundus rex portugalis. A chancelaria de D. Sancho II: 1223-1248*. Tese de mestrado em história da Idade Média apresentada à Universidade de Coimbra. Coimbra: [s.n.], 2003; CARMONA, Joaquim da Silva - *Documentos da chancelaria de D. Dinis (1287-1289): subsidios para o estudo da época dionisina*. Tese de licenciatura em ciências históricas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: [s.n.], 1968; GODINHO, Alice Correia - *D. Dinis: subsidios para o estudo da sua chancelaria: fls. 87v-167*. Coimbra: [s.n.], 1969; PEREIRA, Marcelino Rodrigues - *O latim da chancelaria de D. Sancho. Revista Portuguesa de História*. 14 (1974) 399-414; REUTHER, Abiah Elisabeth - *Chancelarias Medievais Portuguesas. Vol. 1: Documentos da chancelaria de Afonso Henriques*. Coimbra: Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1938; SOUSA, Luis Alberto de Silva - *Subsidios para o estudo da Chancelaria de D. Dinis*. Dissertação de licenciatura. Coimbra: [s.n.], 1968.

¹⁴⁶⁹ Vid. Anexos, quadro 19, fichas prosopográficas 10, 337, 208.

D. Sancho I, e persistiu no lugar durante os anos iniciais da governação de D. Afonso II, atravessando, portanto, três reinados, num mandato que foi dos mais duradouros entre os ocupantes do cargo. O sucessor de D. Afonso II no trono, D. Sancho II, chamou para atender à posição mestre Vicente, o advogado régio que interveio na famosa questão do soberano com as infantas, suas tias, o mesmo indivíduo que foi eleito e consagrado como bispo na cátedra da Guarda¹⁴⁷⁰. Com D. Afonso III, por sua vez, foi mestre Durão Pais, licenciado em artes pelo estudo geral de Paris, que apareceu nomeado na dupla condição de notário régio e de chanceler da rainha Beatriz¹⁴⁷¹. Finalmente, no governo de D. Dinis, há nota de dois chanceleres com passagens comprovadas por altos estudos: Domingos Eanes Jardo e Pedro Martins, ambos instalados em prelaturas numa fase adiantada das suas vidas. O primeiro foi consagrado como bispo de Évora e de Lisboa; ao passo que o segundo recebeu, em sucessão, os bispados de Lisboa e de Coimbra¹⁴⁷².

Dois sublinhados importantes merecem estas notícias. O primeiro dos quais, serve para validar, sem margem para disputas, a tal importância concedida pela monarquia ao preenchimento do posto de chanceler por letrados, algo que aconteceu desde a fase mais embrionária do reino, recuando a D. Afonso Henriques. O emprego de letrados como chanceleres da cúria era, na verdade, recomendável devido às obrigações cometidas aos responsáveis pelo serviço da chancelaria, que passavam pela supervisão da prática notarial, pelo enquadramento das normas de elaboração e de conservação de registos diplomáticos e pela observância de formalidades diplomáticas na produção documental¹⁴⁷³.

Neste particular, as lógicas de recrutamento observadas pela monarquia portuguesa dos primeiros tempos parecem ter privilegiado, sobretudo, a preparação cultural sólida, e não tanto o conhecimento de determinadas matérias específicas, visto que os mestres indicados para a frente de chancelarias apresentaram, no seu conjunto, uma formação eclética, distribuída pelos vários ramos do saber: as artes liberais, personificadas por Durão Pais; a medicina, de que foi conhecedor Pedro Martins; a teologia, exemplificada por Domingos Eanes Jardo; e o direito, área em que foram versados Alberto Eite, Julião Pais, mestre Vicente e, de novo, Domingos Eanes Jardo. Ou seja, toda a árvore do conhecimento medieval encontrou representação nos estudos

¹⁴⁷⁰ Vid. Anexos, quadro 19, ficha prosopográfica 409.

¹⁴⁷¹ Vid. Anexos, quadro 19, ficha prosopográfica 73.

¹⁴⁷² Vid. Anexos, quadro 19, fichas prosopográficas 61, 344.

¹⁴⁷³ AZEVEDO, Rui de - A chancelaria régia portuguesa nos séculos XII e XIII..., p. 1-54.

frequentados pelo grupo de chanceleres régios. Não obstante, prevaleceram os juristas sobre os demais chanceleres, o que seguramente pode ser lido como uma resposta face ao quadro de competências exigidas pelo lugar. Em tese, com efeito, o direito serviria melhor do que qualquer outra habilitação os fins prosseguidos por um serviço com as características da chancelaria. Nesse sentido, tem absoluto cabimento a preferência manifestada por peritos em direito para o provimento da posição, porque contribuiriam com o seu saber para o aumento da autoridade régia, em especial se fossem conhecedores do direito imperial romano, ou justinianeu, como também ficou conhecido. Por outro lado, a boa condução dos negócios públicos, habitualmente muito penetrados pelas questões jurídicas, também muito beneficiaria com eventuais conhecimentos jurídicos por parte dos chanceleres. Mas, sobretudo, importa relevar o alto nível cultural dos ocupantes da chancelaria, independentemente de serem homens de letras ou de leis¹⁴⁷⁴.

O segundo sublinhado vai para a relação muito direta – evidente a partir do reinado de D. Sancho II –, entre a passagem de letrados pela direção da chancelaria e a sua elevação a bispos. Como se viu, foi esse o destino de mestre Vicente, de Durão Pais, de Domingos Eanes Jardo, como de Pedro Martins, isto é, mais de metade dos responsáveis pela chancelaria anotados com formação superior¹⁴⁷⁵. O facto deixa poucos equívocos sobre a visibilidade da função de *cancellarius regis* no contexto do mundo português medieval, e, de caminho, mostra como os soberanos portugueses foram capazes de recompensar os labores prestados, propulsionando os seus servidores para lugares de grande prestígio. Do que resulta que a instituição régia foi indubitavelmente um nó górdio das redes clientelares, rivalizando ou mesmo ultrapassando em influência as proteções paternas, o peso familiar e outros grupos de interesses¹⁴⁷⁶.

Ainda no domínio do desembargo régio, os corretores do rei parecem ter secundado os chanceleres da cúria ao nível dos cargos públicos exercidos por indivíduos de cultura superior. A exercer a função acharam-se os nomes de mestres Bolonil, do futuro bispo Estêvão Eanes de Vasconcelos, do tesoureiro bracarense Tomé Gonçalves, além de Pedro Martins, o mesmo que foi chanceler e médico régio; todos ao

¹⁴⁷⁴ SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio - *La curia regia portuguesa...*, p. 47-48.

¹⁴⁷⁵ Vid. Anexos, quaro 19, fichas prosopográficas 61, 73, 344, 409.

¹⁴⁷⁶ VENTURA, Leontina - *A nobreza de corte de Afonso III. Vol. I...*, p. 485-488.

serviço de D. Afonso III¹⁴⁷⁷. A primazia entre estes funcionários parece, uma vez mais, ter sido concedida aos instruídos em leis, com a única nota dissonante a pertencer a Pedro Martins, cuja formação de base terá sido a medicina, como se infere da nomeação que recebeu para físico privado dos reis D. Afonso III e D. Dinis. Nessa medida, e de modo muito análogo ao que se perspetivou para a chancelaria, também o lugar de corretor denuncia as vantagens do exercício de magistraturas no âmbito da administração central. Noutra direção, o cargo parece também ter funcionado como trampolim para carreiras eclesiásticas dignas de menção, seja no plano da hierarquia clerical, como sucedeu com Estêvão Eanes de Vasconcelos e Pedro Martins, ambos nomeados para o governo de cátedras; seja no serviço apostólico, como aconteceu com o tesoureiro bracarense Tomé Gonçalves.

Num conjunto alargado de oficiais régios do desembargo, é bastante interessante notar a concentração dos letrados em dois ofícios, com particular ênfase na chancelaria régia. Isso deriva certamente da especificidade das funções cometidas a corretores e a chanceleres, de importância fundamental do ponto de vista da administração do reino: a gestão do erário régio e a produção escrita, com tudo que isso significava, sobretudo, em termos de produção legislativa e de controlo patrimonial.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICO-DIPLOMÁTICA

Como representantes político-diplomáticos do rei há que considerar os indivíduos mandatados oficialmente pela monarquia portuguesa com procurações ou encargos de conduzir ações em seu nome, assim como os homens nomeados para advogar causas de interesse institucional para o reino. Vários mestres receberam mandatos com esses contornos¹⁴⁷⁸. Figuraram em lugar dos soberanos nas mais diferentes sedes e instâncias, e nas circunstâncias mais diversas: ora intercedendo junto do Papado em defesa do interesse da Coroa, como fez o bispo da sé de Lisboa Gonçalo Pereira, numa altura em que ainda era deão na diocese portuense, em nome de D. Dinis, junto do papa João XXII, em matéria de concessão de dízimos para auxílio da

¹⁴⁷⁷ Vid. Anexos, quadro 19, fichas prosopográficas 29, 80, 405, 344

¹⁴⁷⁸ Vid. Anexos, quadro 19, fichas prosopográficas 62, 132, 193, 209, 246, 293, 306, 357, 386, 399, 405, 409, 416.

Cruzada¹⁴⁷⁹; ora promovendo e defendendo causas que opunham os reis a outros grupos e ordens sociais, inclusivamente a igreja local, situação em que apareceu mestre Mateus, bispo da sé de Lisboa, por ocasião da causa que opôs D. Afonso III aos bispos portugueses¹⁴⁸⁰; ora sustentando posições régias em diferendos mantidos entre elementos da casa real, de que o melhor e mais conhecido exemplo foi seguramente a contenda entre D. Afonso II e suas irmãs, em que se distinguiram Lanfranco de Milão, o arcebispo Silvestre Godinho e mestre Vicente¹⁴⁸¹; ora ainda assumindo a representação do órgão de soberania em apresentações a padroados régios, como o fez, por exemplo, Domingos Esteves de Vermoim, em 1285, num pleito sobre o padroado da igreja de Penalva, onde figurou como procurador de D. Dinis¹⁴⁸².

Especificamente referidos como advogados régios foram mestre Lanfranco de Milão, mestre Silvestre Godinho e mestre Vicente Hispano, que, como referido, defenderam o caso de D. Afonso II no âmbito do conflito com as suas irmãs, relativo à transmissão de direitos patrimoniais endossados por D. Sancho I em testamento¹⁴⁸³. Contudo, a maior parcela de letrados encontrados a cumprir missões políticas e diplomáticas puderam ser identificados pela designação de procuradores régios, cujo desempenho não se parece afastar demasiado da função de advogados régios, se é que não se equivaleram ambas do ponto de vista formal.

Entre o lote de letrados chamados a dar cumprimento a essas tarefas de representação em nome do rei há que considerar os bispos Gonçalo Pereira, João Martins de Soalhães, mestre Mateus, Silvestre Godinho, Soeiro Viegas e Vicente Mendes¹⁴⁸⁴; além de Lanfranco de Milão¹⁴⁸⁵, do capelão pontifício Tomé Gonçalves¹⁴⁸⁶, do cónego bracarense Pedro Vicente¹⁴⁸⁷ e do arcediogo arquidiocesano Domingos Esteves de Vermoim¹⁴⁸⁸. A liderar ou integrando missões à Cúria romana, por mando do rei, empenharam-se quase todos, no que se podem considerar representações protocolares ao mais alto nível. Soeiro Viegas foi procurador do rei, em Roma, por

¹⁴⁷⁹ Vid. Anexos, quadro 19, ficha prosopográfica 132.

¹⁴⁸⁰ Vid. Anexos, quadro 19, ficha prosopográfica 246.

¹⁴⁸¹ Vid. Anexos, quadro 19, fichas prosopográficas 209, 386, 409.

¹⁴⁸² Vid. Anexos, quadro 19, ficha prosopográfica 62.

¹⁴⁸³ Vid. Anexos, quadro 19, fichas prosopográficas 209, 386, 409.

¹⁴⁸⁴ Vid. Anexos, quadro 19, fichas prosopográficas 132, 193, 246, 386, 399, 416.

¹⁴⁸⁵ Vid. Anexos, quadro 19, ficha prosopográfica 209.

¹⁴⁸⁶ Vid. Anexos, quadro 19, ficha prosopográfica 405.

¹⁴⁸⁷ Vid. Anexos, quadro 19, ficha prosopográfica 357.

¹⁴⁸⁸ Vid. Anexos, quadro 19, ficha prosopográfica 62.

alguns anos¹⁴⁸⁹; Silvestre Godinho, para além da questão entre Afonso II e suas irmãs, envolveu-se ainda na defesa de uma questão que opôs o monarca à ordem do Hospital, cuja resolução foi cometida à instância papal¹⁴⁹⁰; João Martins de Soalhães foi incumbido de defender as posições régias junto da Santa Sé face às queixas eclesiásticas, que culminaram na redação de uma concordata subscrita pelo rei e pelo clero¹⁴⁹¹; mestre Mateus e mestre Tomé Gonçalves foram investidos de uma missão análoga, pretendendo harmonizar os interesses entre o episcopado do reino e a instituição régia¹⁴⁹²; e Gonçalo Pereira, como se viu, levou ao conhecimento do pontífice um pedido de D. Dinis para que fossem concedidos dízimos para o esforço de Cruzada¹⁴⁹³.

Vários desses homens de letras foram reincidentes no serviço da Coroa, pois podem ser vistos a exercer outros cargos públicos sob a autoridade régia, ao nível da administração central, ou então servindo em matérias do foro pessoal dos monarcas. É forçoso reparar, mais uma vez, na quantidade de dignitários capitulares e de bispos que o lote de servidores régios congregou, sufragando as teses que vêm sendo postuladas ao nível da promiscuidade entre o serviço do rei e o serviço da Igreja e das vantagens associadas ao primeiro em termos da projeção de carreiras clericais, contribuindo para trajetórias longas e muito bem-sucedidas, e vice-versa. Já ficou claro que pelo menos seis dos mestres que atingiram mitras foram chamados a representar a Coroa como procuradores¹⁴⁹⁴. Naturalmente beneficiaram de intercessões régias em seu favor no acesso a esses bispados, ou seja, são casos que documentam a presença de lógicas de interesse e de reciprocidade muito bem oleadas e recompensadas.

Vale a pena ainda notar que a representação institucional da monarquia em muito transcendeu os mecanismos de nomeação oficial. Quer isto dizer que os esquemas de representação política e diplomática não se esgotavam no corpo de advogados, procuradores ou embaixadores régios nomeados pelos soberanos. Por vezes, a representação régia adquiriu tonalidades muito mais subtis, ou inesperadas. Em particular, em certos assuntos conduzidos junto da Cúria romana em relação aos quais existia sintonia e cumplicidade de interesses entre os reis de Portugal e o clero

¹⁴⁸⁹ Vid. Anexos, quadro 19, ficha prosopográfica 399.

¹⁴⁹⁰ Vid. Anexos, quadro 19, ficha prosopográfica 386.

¹⁴⁹¹ Vid. Anexos, quadro 19, ficha prosopográfica 193.

¹⁴⁹² Vid. Anexos, quadro 19, fichas prosopográficas 246, 405.

¹⁴⁹³ Vid. Anexos, quadro 19, ficha prosopográfica 132.

¹⁴⁹⁴ Vid. Anexos, quadro 19, fichas prosopográficas 132, 193, 246, 386, 399, 416.

português, levando a que os clérigos com ligações ao reino apoiassem posições régias, sem receberem para o efeito procurações ou agenciamentos nesse sentido. Nesses casos, a representação foi mais oficiosa do que oficial, o que não significou tomadas de posições menos firmes. Um exemplo dessa comunhão de interesses entre as duas partes, que culminou no envio de embaixadas à cúria e na defesa das posições régias por eclesiásticos do reino, foi a demanda relativa aos direitos metropolitanos da arquidiocese de Braga relativamente às sés implantadas no território, algumas das quais caíam debaixo da jurisdição compostelana por disposição papal.¹⁴⁹⁵ Uma polémica em que se distinguiu mestre João Peculiar, levando o prelado bracarense várias vezes a Roma, onde subscreveu posições alinhadas com as pretensões e interesses régios¹⁴⁹⁶.

Por outro lado, considerando as características das missões envolvendo representações institucionais do reino, genericamente respeitantes a disputas e litígios, importa assinalar o valor dos conhecimentos jurídicos para os indivíduos comissariados pelos soberanos, o que acrescentaria, como é natural, eficiência e eficácia à defesa das causas. Por essa razão, é de admitir, em tese, uma preparação jurídica para a maior parte dos procuradores régios, mesmo quando não foi expressamente identificado o tipo de formação de que eram titulares. O grau de intimidade desses indivíduos com as questões jurídicas pode ter sido muito variável, mas só com muita dificuldade seria inexistente ou dispensável. Não significa isso que todos os procuradores régios ou congéneres fossem jurisperitos com formação legal superior, mas pelo menos teriam de ser dotados de certa sensibilidade ou familiaridade em relação ao manejo de questões técnico-legais, sem as quais as nomeações para defender posições régias dificilmente teriam cabimento.

OUTRAS FUNÇÕES JUNTO DO REI

O serviço régio prestado por *homines sapientes* do reino incluiu um conjunto vasto de funções e cargos que ultrapassaram largamente o despacho administrativo ou as diligências associadas com missões de representação oficial. Com efeito, no tempo da monarquia afonsina, a esfera da administração central incluiu um grupo de conselheiros do rei, uma espécie de assembleia consultiva destinada a apoiar as decisões régias no

¹⁴⁹⁵ CUNHA, Maria Cristina Almeida - *A chancelaria arquiépiscopal de Braga...*, p. 65 e ss.

¹⁴⁹⁶ Vid. Anexos, quadro 19, ficha prosopográfica 197.

âmbito das múltiplas dimensões e atribuições que estavam cometidas à Coroa – burocráticas, militares, diplomáticas, legislativas, judiciais, entre outras¹⁴⁹⁷. Ora, esse núcleo muito reservado, de estrita confiança dos monarcas, foi preenchido, também ele, em grande parte, por elementos de elevados méritos intelectuais¹⁴⁹⁸.

De facto, foi visível a preocupação dos monarcas portugueses em se rodearem de uma plêiade de homens notáveis, dotados de critério, cultura e conhecimento, com capacidade para emitir pareceres que beneficiassem a condução dos assuntos do reino. Por exemplo, o cardeal dos Santos Cosme e Damião, Gil Torres, prestou *consilium* a D. Afonso II¹⁴⁹⁹, ao passo que os mestres Vicente Hispano e Paio Pais foram chamados a aconselhar D. Sancho II¹⁵⁰⁰. Mas foi no tempo de D. Afonso III que a presença de *magistri* entre os conselheiros régios se tornou exponencial, acompanhando um eventual crescimento do próprio corpo consultivo, como o provam mestre Bartolomeu, bispo da sé de Silves; mestre Mateus, o bispo da sé de Lisboa que antes fora mestre-escola da mesma diocese; Pedro Martins, bispo nas dioceses de Évora e Coimbra; Domingos Eanes Jardo, prelado das igrejas de Évora e de Lisboa; Estêvão Moniz, deão da sé de Coimbra; Fernando Eanes de Portocarreiro, deão na sé de Braga; o frade dominicano Geraldo Domingues, pertencente à casa lisboeta da ordem; João Soares, tesoureiro da catedral de Viseu; e o próprio Pedro Julião, deão da sé de Lisboa, que mais tarde veio a ser sagrado pontífice¹⁵⁰¹. Idêntica posição de conselheiro régio ocupou o arcebispo João Martins de Soalhães, em relação a D. Dinis, monarca que também beneficiou do aconselhamento do bispo Pedro Martins, tal como o seu pai beneficiara¹⁵⁰².

É fácil determinar um nexa causal entre a chamada ao conselho régio de intelectuais e a maior diversidade de papéis colocados à ação régia, produto da complexificação da vida social em curso nesses séculos. Nesse sentido, justifica-se amplamente a invocação da *intelligentsia* disponível no reino para o aconselhamento do rei, atendendo à capacidade de que dispunha para apoiar com sageza e máxima propriedade as decisões dos soberanos, algo que outros grupos, menos escolarizados, não poderiam fazer com igual aptidão – descontando, claro, a aristocracia, no tocante a

¹⁴⁹⁷ VENTURA, Leontina - *A nobreza de corte de Afonso III. Vol. I*..., p. 138-140.

¹⁴⁹⁸ IDEM, *ibidem*, p. 498.

¹⁴⁹⁹ Vid. Anexos, quadro 19, ficha prosopográfica 109.

¹⁵⁰⁰ Vid. Anexos, quadro 19, fichas prosopográficas 409, 295.

¹⁵⁰¹ Vid. Anexos, quadro 19, fichas prosopográficas 19, 246, 344, 61, 84, 91, 102, 202, 342

¹⁵⁰² Vid. Anexos, quadro 19, ficha prosopográfica 344.

assuntos militares. Como se vê pela recolha de exemplos anteriores, materializou-se, sobretudo, num apelo à cultura jurídica por parte do rei.

Neste âmbito do serviço régio, bem mais do que difícil do que clarificar a função de conselheiro régio é caracterizar a de clérigo do rei, um qualificativo que surge repetido em muitos documentos, e foi aplicado a uma quantidade generosa de letrados¹⁵⁰³. Trata-se de uma expressão muito genérica, bastante difusa nos seus contornos, e que parece ter sido usada de modo indistinto para referir um conjunto de indivíduos que se encontravam dispersos por atividades muito ecléticas e por várias formas de serviço régio. De seguro, em relação aos indivíduos assim qualificados, só resulta a sua condição eclesiástica – donde o uso da expressão clérigos –, e o serviço pessoal do rei que eram chamados a desempenhar – para o que alerta o uso do genitivo *regis* na expressão. Possuíam, portanto, na sua definição conceptual um duplo vínculo: ligados à Igreja e à monarquia, embora por laços de fidelidade diferenciados. A expressão, por outro lado, parece ter contido intrinsecamente uma noção de saber, por sua vez concatenada com conhecimentos de direito canónico e, ou, romano¹⁵⁰⁴.

A apreciável quantidade de intelectuais nomeados como clérigos do rei faz supor que desempenhariam funções ao nível do despacho e do expediente dos negócios régios, tanto na corte como no seu exterior, pois era nessas áreas que o concurso de letrados seria mais vantajoso. Mas não é líquido que pertencessem todos ao aparelho burocrático do reino, uma vez que a interpretação mais extensiva da expressão parece expandir a sua utilização a outras áreas. A expressão *clericus regis* só é vislumbrável a partir do reinado de D. Afonso III, quando parece ter sido cunhada, mas manteve um uso continuado daí em diante, como foi visível durante o governo de D. Dinis. Tendo em consideração a breve cronologia do uso da nomenclatura dentro do intervalo temporal estabelecido, não deixa de ser muito significativa a quantidade de letrados assim nomeados.

Num cálculo rápido, o número de mestres assim designados aproxima-se bastante das duas dezenas, sendo que a maior parte dos elementos do grupo foi

¹⁵⁰³ Vid. Anexos, quadro 19, fichas prosopográficas 1, 19, 29, 61, 73, 80, 89, 132, 155, 193, 201, 236, 243, 246, 248, 344, 357, 364, 405.

¹⁵⁰⁴ VENTURA, Leontina - Afonso III e o desenvolvimento da autoridade régia. In *Nova história de Portugal*. Dir. J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 3: *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): do condado portucalense à crise do século XIV*. Coord. M. H. da Cruz Coelho e A. L. de Carvalho Homem. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 139-140.

precisamente identificada pelo uso da expressão, mas sem pistas adicionais que concretizem imediatamente a natureza da sua utilidade para os monarcas e para a Coroa. Descritos apenas por esse qualificativo vêm os mestres Afonso, João e Mateus de Estela¹⁵⁰⁵. Já mestre Bolonil é designado da mesma forma, mas com a particularidade de lhe estar atribuído um outro tipo de serviço régio, na circunstância corretor do rei¹⁵⁰⁶. É mais um dos casos que evidencia a reincidência de mestres no serviço régio, o que esclarece a existência de vínculos muito fortes e de confiança vigentes entre o rei e certos indivíduos. As reincidências chamam, por outro lado, a atenção para a concentração da confiança régia num grupo relativamente estrito de pessoas.

Mudando de registo, mas como outras posições do serviço régio já deixaram entrever, os elementos do grupo mais escolarizado revelaram ligações a posições bastante altas da hierarquia da Igreja portuguesa, mostrando que a sua chamada ao aconselhamento dos monarcas portugueses pode, e deve, ser interpretada à luz de lógicas clientelares. Esclarecem convenientemente esse jogo de intercâmbios, favorecimentos, proteções e tutelas, a nomeação como bispos de vários mestres indicados como *clericus regis*, entre os quais se contam Bartolomeu, Domingos Eanes Jardo, Durão Pais, Estêvão Eanes de Vasconcelos, Gonçalo Pereira, João Martins de Soalhães, Martinho, Mateus, Pedro Martins e Raimundo de Ebrardo¹⁵⁰⁷. A instrução e o poder destes elementos podem apontar, talvez, para que o grupo de clérigos do rei constituísse uma espécie de conselho do reino.

Até agora, vêm sendo descritas funções eminentemente de carácter institucional, mas, na verdade, uma grande parcela das funções régias ocupadas por homens da elite cultural do reino tinham uma inequívoca dimensão pessoal, configurando um tipo de serviço que se pode designar por doméstico ou privado, mas que é forçoso assimilar ao serviço da Coroa, dada a absoluta identificação entre a função régia e os seus ocupantes em cada momento, pelo menos para uma etapa inicial da fundação reino. A personalização da monarquia foi um dado evidente do período, pelo que cabem por direito próprio dentro das atribuições do serviço régio, ao lado do oficialato e dos cargos burocráticos e consultivos, um conjunto amplo e diversificado de outras funções, entre as quais se contam os lugares de físicos e capelães régios, testamenteiros e secretários

¹⁵⁰⁵ Vid. Anexos, quadro 19, fichas prosopográficas 1, 155, 248.

¹⁵⁰⁶ Vid. Anexos, quadro 19, ficha prosopográfica 29.

¹⁵⁰⁷ Vid. Anexos, quadro 19, fichas prosopográficas 19, 61, 73, 80, 132, 193, 236, 246, 344, 364.

privados, capelães e tutores, num contingente que pode incluir mesmo cronistas, caso se pretenda esticar suficientemente os limites do serviço régio e o uso do conceito não se mostre demasiado impertinente para a época.

Neste quadro descrito do serviço privado dos reis, o número de mestres mais significativo foi constituído pelos médicos régios, lote composto por mais de uma vintena de físicos¹⁵⁰⁸. Recuando a D. Sancho I, são manifestas as atenções postas pelos soberanos nos cuidados com a sua saúde pessoal. A lista é, por conseguinte, extensa: mestre Mendo esteve ao serviço de D. Sancho I¹⁵⁰⁹; os mestres Amberto, João Rol, Martinho, Mendo, Mendo Fernandes e Salvador cuidaram de D. Afonso II, um rei cuja saúde muito débil requereu grande atenção¹⁵¹⁰; e, por sua vez, Gil de Leiria, Vicente de Santarém e um mestre de nome equívoco – talvez Roberto, talvez Rodrigo – prestaram cuidados a D. Sancho II, uma incumbência também cometida a mestre Domingos, que continuou, depois, a atender junto de D. Afonso III¹⁵¹¹. Ainda a servir o *Bolonhês* estiveram os físicos Bartolomeu, Domingos do Ferragial, Pedro Martins, Estêvão Moniz, João e Domingos das Antas¹⁵¹². Por último, sabe-se que foram chamados a assegurar o bem-estar de D. Dinis, os referidos Pedro Martins e mestre João que já tinham funcionado como médicos junto de D. Afonso III, e a quem se podem associar os nomes de quatro outros *magistri*: Gonçalo Lever, Martinho, Pedro e Tomé¹⁵¹³. Indicados ainda como físicos régios, mas sem que seja possível determinar com segurança quais os reis beneficiados pelos cuidados médicos prestados, foram Frei Gil de Santarém e o mestre João que chegou a bispo da sé de Viseu¹⁵¹⁴. Não deixa de ser possível, levando em conta as semelhanças entre alguns dos nomes e a proximidade cronológica de algumas atuações, que certos físicos se possam identificar entre si – veja-se a repetição dos nomes Domingos, Gil, João, Martinho ou Mendo no arrolamento.

É razoável supor que todos os físicos régios anotados dispusessem de uma sólida formação médica, no que era certamente uma condição prévia e necessária à sua

¹⁵⁰⁸ Vid. Anexos, quadro 19, fichas prosopográficas 13, 19, 39, 53, 55, 84, 105, 106, 130, 160, 162, 163, 200, 224, 236, 256, 261, 267, 319, 344, 371, 381, 404, 415.

¹⁵⁰⁹ Vid. Anexos, quadro 19, ficha prosopográfica 256.

¹⁵¹⁰ Vid. Anexos, quadro 19, fichas prosopográficas 13, 200, 224, 261, 267, 381.

¹⁵¹¹ Vid. Anexos, quadro 19, fichas prosopográficas 105, 415, 39.

¹⁵¹² Vid. Anexos, quadro 19, fichas prosopográficas 19, 55, 344, 160, 53.

¹⁵¹³ Vid. Anexos, quadro 19, fichas prosopográficas 130, 236, 319, 404.

¹⁵¹⁴ Vid. Anexos, quadro 19, fichas prosopográficas 106, 162.

convocação para o lugar. Seria, com grande probabilidade, uma preparação assente na escolarização e não apenas no conhecimento empírico, ainda que não dispensasse este. De resto, os títulos magistrais exibidos suportam, com grande propriedade, a asserção de que os físicos régios terão cursado estudos gerais, o que se compagina na perfeição com o perfil e as atribuições exigidas pela função e com a proeminência do cargo. Alguns dos médicos régios parecem, por outro lado, ter somado aos conhecimentos de medicina outros saberes, e, nesses casos, predominou a atenção dada ao direito, entre aqueles a quem se pode creditar, ou estimar, uma preparação dupla¹⁵¹⁵.

Para cerca de um terço dos letrados que atuaram junto de monarcas portugueses com o objetivo de velar pela sua saúde não foi possível acrescentar conhecimentos relevantes sobre os respetivos trajetos muito para lá dessa determinação da condição de médicos pessoais dos reis, embora seja pouco provável que se estivesse perante cargos desempenhados de modo exclusivo, pois não era esse o padrão dominante na época, onde a acumulação de benefícios e funções prevaleceu¹⁵¹⁶. De facto, para a maioria dos médicos envolvidos no serviço monárquico – os restantes dois terços – conhecem-se certas facetas e etapas das suas biografias que podem auxiliar a uma melhor caracterização do segmento. Um conjunto que foi, na verdade, bastante diversificado nos sinais exteriores que apresentou, registando-se poucos denominadores comuns, com exclusão da quase inevitável relação com a Igreja. Efetivamente, entre os especialistas de medicina que ingressaram no serviço régio, contam-se monges cistercienses, cónegos catedralícios, dignitários capitulares, priores de igrejas colegiadas, servidores apostólicos e bispos de dioceses, alguns acumulando funções. À luz dos esquemas e lógicas de carreiras enunciados, não será de excluir, como se propôs em outras circunstâncias, um eventual impulso dado pelo serviço régio na promoção de alguns desses mestres para lugares destacados.

Cuidados de diferente natureza, já não físicos, mas metafísicos, orientados para a conservação e salvação da alma, e não para o tratamento do corpo, levaram à requisição de capelães privados por parte dos monarcas. Uma área onde a presença de letrados também se fez sentir, embora de forma pouco significativa e muito concentrada no tempo. Indicados para a capelania régia estiveram os mestres e bispos Bartolomeu, Domingos Eanes Jardo e Mateus, por escolha de D. Afonso III; e João Martins de

¹⁵¹⁵ Vid. Anexos, quadro 7.

¹⁵¹⁶ VILAR, Hermínia Vasconcelos - *As dimensões de um poder...*, p. 177.

Soalhães, por decisão de D. Dinis¹⁵¹⁷. Essas nomeações como capelães régios parecem ter antecipado as respetivas eleições e consagrações como bispos, talvez com a exceção de Domingos Eanes Jardo, cuja condição de capelão de D. Dinis só é divisável depois da sua indigitação para a diocese de Évora, embora nada obste a que já pudesse desenvolver a função desde data anterior. Fora do reino, Fernando Eanes de Portocarreiro, foi chamado a servir como capelão de Afonso X, de Castela¹⁵¹⁸.

Uma vez mais, a proximidade à Coroa parece ter funcionado como catapulta para os funcionários régios mais proeminentes, com a força suficiente para os colocar em altas e muito prestigiadas posições da hierarquia eclesiástica. O nível de intimidade entre os soberanos e alguns destes religiosos foi evidente. Muitos deles serviram a monarquia em mais do que uma função – fosse como físicos régios, fosse como conselheiros do rei, fosse como chanceleres da cúria, fosse como procuradores da Coroa, fosse como clérigos do rei –, sendo portanto homens da esfera de confiança mais íntima dos monarcas que os escolheram. Sobressaem daqui duas injunções: por um lado, a existência de um circuito relativamente fechado de elementos da corte, já vislumbrado antes; e, por outro lado, a grande polivalência demonstrada por esses elementos.

De modo diferente, a requisição de letrados para o desempenho da função de capelão régio, cuja criação é aparentemente indetetável antes de D. Afonso III, embora possa ter ocorrido debaixo de governos anteriores, sinaliza bem o substancial influxo de letrados ao serviço da Coroa que acompanhou a subida deste monarca ao trono¹⁵¹⁹. Confere com a política de elevação do nível cultural dos servidores régios que subscreveu, entretanto adotada e desenvolvida por D. Dinis. Não é irrelevante nesta matéria o facto de ambos os reis serem providos de grande sensibilidade para os temas e assuntos culturais: o primeiro criado em terras gaulesas, num ambiente muito dinâmico e intelectualmente enriquecido¹⁵²⁰; o segundo, tendo crescido sob a influência do predecessor, tornou-se ele próprio um defensor das artes, da literatura e da cultura,

¹⁵¹⁷ Vid. Anexos, fichas prosopográficas 19, 61, 246, 193.

¹⁵¹⁸ Vid. Anexos, quadro 19, ficha prosopográfica 91.

¹⁵¹⁹ VENTURA, Leontina - *A nobreza de corte de Afonso III. Vol. I...*, p. 499.

¹⁵²⁰ VENTURA, Leontina - *A nobreza de corte de Afonso III. Vol. I...*, p. 471.

sendo a expressão máxima do patrocínio que concedeu à alta cultura e ao saber o papel decisivo desempenhado na fundação do estudo geral do reino¹⁵²¹.

Para o desempenho de outros cargos na esfera do rei, a nomeação em caso algum poderia deixar de prever uma sólida cultura dos nomeados, como se terá verificado com Domingos Eanes Jardo, designado para tutor de D. Dinis¹⁵²²; ou com o ministro da província portuguesa da ordem franciscana, João Gil de Zamora, que foi secretário pessoal de D. Afonso X, de Castela¹⁵²³. Por sua vez, João Fróis, o cónego regente do mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra que chegou a arcebispo da sé de Bizâncio e foi pregador régio de Filipe II, de França, terá extraído grande vantagem da sua elevada formação, de base teológica¹⁵²⁴. De modo diferente, as nomeações do mestre dominicano Geraldo Domingues e do deão da sé do Porto, Gonçalo Pereira, para testamenteiros dos reis D. Afonso III e D. Dinis, parecem estar menos relacionadas com os recursos intelectuais que inegavelmente possuíam, para se alicerçarem num sentimento de confiança pessoal e de escrúpulo privado, apesar da morte de um rei não deixar de ser, em certo sentido, um assunto de natureza pública¹⁵²⁵.

Dentro desta categoria, muito genérica, de funções desempenhadas junto do rei, talvez possa ser contemplada a posição oficiosa de “cronista régio” que, de algum modo, o cónego regente Pedro Alfarde protagonizou face ao primeiro rei português, D. Afonso Henriques¹⁵²⁶. Em todo o caso, esta situação parece estar longe de corresponder a uma nomeação para um cargo de carácter oficial, como veio a acontecer a partir do século XV, quando os cronistas régios passaram a configurar um verdadeiro ofício no âmbito do oficialato régio.

Por outro lado, não na estrita alçada do serviço régio, mas ligados ao serviço mais amplo da casa real, figuraram homens de letras nos cargos de capelão da rainha, abade da rainha, capelão de infante e preceptor de infante. Assim, Pedro Gonçalves, o cónego da sé de Braga e prior da igreja de Sta. Maria de Guimarães, que também desempenhou o lugar de chanceler régio, apareceu documentado como capelão e notário

¹⁵²¹ NORTE, Armando - Processos de institucionalização do Estudo Geral português..., p. 154-164.

¹⁵²² Vid. Anexos, quadro 19, ficha prosopográfica 61.

¹⁵²³ Vid. Anexos, quadro 19, ficha prosopográfica 190.

¹⁵²⁴ Vid. Anexos, quadro 19, ficha prosopográfica 188.

¹⁵²⁵ Vid. Anexos, quadro 19, fichas prosopográficas 102, 132.

¹⁵²⁶ Vid. Anexos, quadro 19, ficha prosopográfica 322.

do infante Sancho, futuro D. Sancho I¹⁵²⁷. Mestre Gonçalo de Lever, cónego da sé de Coimbra, já antes indicado como físico régio de D. Dinis, foi descrito ainda como capelão da rainha D. Leonor¹⁵²⁸. Quanto ao chantre da sé de Braga, João Pais, foi apontado como abade da rainha D. Urraca¹⁵²⁹. E, finalmente, João Gil de Zamora, acima referido como privado do rei castelhano D. Afonso X, acumulou o secretariado do rei com o precetorado do seu filho, o futuro D. Sancho IV¹⁵³⁰.

A concluir o tópico do serviço régio, convém sublinhar algo que a exposição foi deixando claro, e que é sugerido por este último nome, no que se liga com o serviço prestado a monarcas estrangeiros por alguns letrados com vínculos ao reino. Aconteceu assim com João Fróis, às ordens de Felipe II, de França, com este João Gil de Zamora e com Fernando Eanes de Portocarreiro, ao serviço de Afonso X, de Castela.

¹⁵²⁷ Vid. Anexos, quadro 19, ficha prosopográfica 337.

¹⁵²⁸ Vid. Anexos, quadro 19, ficha prosopográfica 130.

¹⁵²⁹ Vid. Anexos, quadro 19, ficha prosopográfica 194.

¹⁵³⁰ Vid. Anexos, quadro 19, ficha prosopográfica 190.

CULTURA LETRADA

“Tal como todos os homens da Biblioteca, viajei na minha juventude; peregrinei em busca de um livro, talvez o catálogo dos catálogos; agora que os meus olhos quase não podem decifrar o que escrevo, preparo-me para morrer a poucas léguas do hexágono em que nasci. Morto, não faltarão mãos piedosas que me atirem pela balaustrada; a minha sepultura será o ar insondável; o meu corpo precipitar-se-á longamente até se corromper e dissolver no vento engendrado pela queda, que é infinita. Eu afirmo que a Biblioteca é interminável.”

Jorge Luís Borges
A biblioteca de Babel

Traçar o quadro da intelectualidade portuguesa dos séculos XII e XIII exigia, para além da caracterização sociológica e demográfica dos indivíduos mais cultos da sociedade e da identificação das redes clientelares e familiares em que se articulavam, a auscultação das preferências literárias desse grupo dominante culturalmente. Pois é o livro que documenta, de um ponto de vista material, a influência de autores em cada época, permitindo entrever o clima cultural vigente, e é nele, objeto de múltiplas valências – repositório de informação, agente divulgador, guardião da memória, manual de ensino, peça de prestígio –, que se expressam os factos, as preocupações, as sensibilidades e os pensamentos dos que com ele se relacionam. De facto, é a informação sobre o conteúdo dos textos arrecadados pelas elites da baixa medievallidade, assim como o estabelecimento do elenco dos autores por si conhecidos e, de entre estes, a hierarquia dos escritores preferidos ou dos mais contactados, que permite conceber um padrão, senão determinístico, pelo menos aproximativo, dos interesses literários, do sistema de crenças e do quadro de conhecimentos dos grandes atores culturais da época: os letrados.

A análise de obras do período revelou-se, por isso, um instrumento essencial de pesquisa. Por exemplo, pelo que iluminou sobre as reflexões teológicas e filosóficas produzidas ou aceites pela elite da época, no que esclareceu sobre as flutuações nos modos de experienciar a espiritualidade ou no tanto que disse relativamente aos constrangimentos e prescrições morais vigentes. Em simultâneo, serviu para conferir informações, nada negligenciáveis, face à capacidade de se produzirem pensamentos originais, sobre a natureza e qualidade da formação administrada, fazendo ainda sobressair filiações em correntes culturais e religiosas. Mais, permitiu reconstituir, em

parte, a circulação de pessoas e de códices, com a respetiva identificação de circuitos mais influentes e dos canais de comunicação mais percorridos; ilustrou ainda quanto ao grau de desenvolvimento científico alcançado e deixou entender a importância relativa concedida aos ramos do saber. Tornou também possível a revelação de certos factos coevos, historicamente relevantes, ao mesmo tempo que deu nota das concepções historiográficas predominantes, das visões religiosas e políticas e dos comprometimentos ideológicos dos seus proprietários.

No essencial, a análise de núcleos de códices tendeu a revelar uma determinada concepção do mundo, uma mundividência, correspondente à visão particular evidenciada por um escol de indivíduos, expressa nos escritos que conseguiu elaborar e entendeu adquirir e conservar. Grupo minoritário é certo, mas com larga influência na condução da sociedade do seu tempo e, portanto, capaz de impor os seus valores aos outros agrupamentos sociais, cuja adesão se fazia por ação espontânea ou por via de condicionamentos sociais ou religiosos.

LIVRARIAS MONÁSTICAS

Mais do que a meritória análise das pequenas livrarias é a sondagem dos grandes fundos de livros manuscritos que torna possível projetar um quadro referencial da cultura de cada época, desde logo pela magnitude da escala envolvida, mas especialmente porque a construção dos seus núcleos bibliográficos, apesar de se tratar de um processo orgânico, obedece sempre a um esforço de sistematização, ancorado numa visão coerente do mundo. No caso português, para o período considerado, os dois maiores núcleos bibliográficos conhecidos foram constituídos em ambiente monástico, nomeadamente no mosteiro de Sta. Maria de Alcobaça e no mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra.

LIVRARIA DO MOSTEIRO DE STA. MARIA DE ALCobaça

A biblioteca alcobacense, tendo em conta o elevado número de códices reunidos no seu interior, para uma época em que o livro era um objeto exíguo e as coleções de

códices em geral pouco substantivas, tanto à escala europeia, como à escala hispânica, representou uma exceção no panorama cultural português, que só encontrou rival nas bibliotecas da canónica dos regrantes de Sto. Agostinho, em particular na fundação agostiniana de Sta. Cruz de Coimbra e, talvez, na casa de S. Vicente de Fora da mesma regra, cuja amplitude não está estabelecida.

O grande empenho de concentração bibliográfico prosseguido pelos monges da *ordo cisterciensis*, sedeados em Alcobaça, refletiu, antes de mais, o espírito da regra beneditina que exigia, dentro dos parâmetros estritos das obrigações monásticas, o cumprimento de três mandamentos, condensados numa divisa bipolar – o *ora et labora* –, prescrita por S. Bento de Núrsia, segundo o qual se estruturava todo o seu quotidiano¹⁵³¹. Impunha-se aos monges, no âmbito das suas atribuições: o serviço de Deus, prosseguido através das orações e da liturgia; a observância da *lectio divina*, por via da consagração de uma parcela diária de tempo ao estudo e à interpretação das *Sagradas Escrituras*; e a laboração manual¹⁵³².

Em todas essas atividades, o livro projetou-se sempre como objeto fundamental, suporte das primeiras e um dos fins usuais da última, dado que a cópia depressa se impôs como um dos mais importantes trabalhos manuais desenvolvidos pelos cenobitas alcobacenses¹⁵³³. A presença constante do livro em todas essas tarefas demonstra a sua inequívoca relevância nas rotinas diárias assumidas pelos monges e o espaço ocupado na vida institucional, com repercussões ao nível da vivência da espiritualidade e da formação intelectual, na organização claustral e no regramento da vida cenobítica.

A centralidade concedida ao livro pelos monges de Cister e o apego revelado à cultura pela generalidade dos membros da ordem, aliadas às especificidades da instituição alcobacense, convergiram num impulso forte para a acumulação de códices, envolvendo a cópia de manuscritos, a aquisição textual e a recolha de doações e de legados testamentários, atividades que no seu todo beneficiaram, no início, a constituição do armário claustral e que, a prazo, viabilizaram a sua consolidação.

¹⁵³¹ LENCART, Joana - O quotidiano monástico beneditino nos séculos XII e XIII. [Guimarães: s.n., 1997.] Separata do 2º Congresso Histórico de Guimarães, p. 1-24. Sobre Bento de Núrsia vid. Anexos, quadro 33.

¹⁵³² NASCIMENTO, Aires Augusto - Os códices alcobacenses da Biblioteca Nacional de Lisboa e o seu significado cultural. *Exposição evocativa dos Códices Alcobacenses no VIII centenário da Fundação do Mosteiro de Alcobaça*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1979, p. 2.

¹⁵³³ NASCIMENTO, Aires Augusto - Le scriptorium d'Alcobaça..., p. 149-162.

O núcleo bibliográfico

De toda a intensa atividade colecionadora desenvolvida pelos alcobacenses sobreviveu um núcleo significativo, na maior parte colocado à guarda da Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), entretanto inventariado, em edição fasciculada: os cinco tomos do *Catálogo dos Códices Alcobacenses*, publicados por Ataíde e Melo, entre 1930 e 1932¹⁵³⁴. Referem-se a 456 volumes do espólio original contido pelo armário de Alcobaça, o remanescente de um número total de 484 itens bibliográficos contabilizados à data de 1775, conforme se colhe do *Index codicum bibliothecae Alcobatiae*¹⁵³⁵, dos quais alguns códices entretanto quedaram desaparecidos¹⁵³⁶, outros, em número residual, foram incorporados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo¹⁵³⁷, e a que acresceu, entretanto, o aparecimento de três códices referenciados nos catálogos da *British Library*¹⁵³⁸, convergindo nas referidas pouco mais de quatro centenas e meia de unidades codicológicas conservadas nos depósitos da BNL.

Os cinco volumes iniciais do catálogo foram aumentados, em 1978, graças à diligência de uma equipa de especialistas, por um sexto tomo de *Índices*¹⁵³⁹, continuador do espírito da obra inicial – intento bem visível na opção pela manutenção da sequência de paginação –, dando continuidade a uma encomenda feita pela própria instituição de acolhimento dos códices, com o propósito manifesto de “constituir um instrumento funcional de informação e pesquisa que ordenasse com clareza os dados dispersos pelo inventário, e possibilitasse uma perspetiva global e vária do fundo de Alcobaça da BNL.”¹⁵⁴⁰. É com base no conjunto formado pelos seis volumes, constituído pelos catálogos e pelos referidos índices que os sistematizam, que foi feito o tratamento dos dados e apoiadas as interpretações, tomando por genericamente boas as

¹⁵³⁴ *Inventário dos códices alcobacenses da Biblioteca Nacional de Lisboa. 5 vols.* Coord. A. F. de Ataíde e Melo. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1930-32.

¹⁵³⁵ ANSELMO, António - *Os códices alcobacenses da Biblioteca Nacional: I. Códices portugueses*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1926, p. 11.

¹⁵³⁶ *Inventário dos códices alcobacenses da Biblioteca Nacional de Lisboa. 5 vols.* Coord. A. F. de Ataíde e Melo. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1930-32. Vol. 1, p. 7. Vid. NASCIMENTO, Aires Augusto - Em busca dos códices perdidos. *Didaskalia*. 9 (1979) 279-298.

¹⁵³⁷ Os exemplares à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) são em número de oito, arquivados debaixo das cotas: casa forte, nº 113; casa forte, nº 114, casa forte, nº 119; casa forte, nº 120; livraria, nº 2274; livraria, nº 771; N. A., nº 2; casa forte, nº 92.

¹⁵³⁸ NASCIMENTO, Aires Augusto - Em busca dos códices perdidos..., p. 282-283.

¹⁵³⁹ *Índices dos códices alcobacenses da Biblioteca Nacional de Lisboa...*

¹⁵⁴⁰ *Ibidem*, p. 434.

indicações anotadas, e aceitando, sem discussão, as categorias e classificações observadas¹⁵⁴¹.

Antes da exposição dos resultados do inquérito ao inventário, a título preliminar, cabe dispensar uma nota breve, mas de grande relevância, sobre o carácter tendencial e indicativo, logo não absoluto, das leituras autorizadas pelos catálogos. Assim, deve ser sublinhado que as observações alinhadas contêm uma inevitável margem de especulação e interpretação, no que são uma decorrência inevitável de dois fatores: por um lado, a dificuldade de se precisarem nos inventários, com rigor, datações, autorias e textos, contrariedades reconhecidas pelos próprios autores dos índices, ao alertarem para as dificuldades codicológicas usuais oferecidas por este tipo de projetos¹⁵⁴²; e, por outro lado, em razão do desconhecimento que subsiste sobre o efetivo número dos códices abrigados na biblioteca de Alcobaça para o período medieval, época de que data a fundação do mosteiro alcobacense, quando se assistiu ao início da coleção codicológica e à expansão do núcleo bibliográfico inicial. A este respeito, é bastante plausível, do que se conhece de casos homólogos, que se tenha verificado na livraria de Alcobaça a ocorrência de fenómenos de dispersão bibliográfica, realidade a que estiveram sujeitas, de modo geral, as bibliotecas da época, delapidadas pela ação do tempo e dos homens, ambas potencialmente danosas para a boa conservação dos códices e, nalguns casos, contributivas para a sua eliminação física¹⁵⁴³.

Surgem, desde logo, como prováveis causas de degradação dos itens bibliográficos, as deficitárias práticas de fabricação e conservação codicológicas; a sujeição de certos livros – tendencialmente os mais requisitados – a um uso intensivo; o manuseio descuidado e inapropriado dos textos pelos monges; a incúria na sua preservação levando, a prazo, à mutilação; por vezes, o reaproveitamento de obras para a confeção de outras (empregues, por exemplo, na feitura de membranceos e de capas); ou até, a própria modificação do tipo de vida claustral e espiritual, viabilizando a perdurabilidade de determinados livros, em detrimento de outros. Para além desses justificativos, também são atos eventualmente conducentes ao desaparecimento de manuscritos os que resultam da introdução de políticas de doação de livros no seio das

¹⁵⁴¹ O índice sistematiza a informação dos catálogos em 13 categorias distintas: autores-títulos, obras anónimas, datas, escribas, tipos de escrita, ilustrações, material de suporte, origem, línguas, assuntos, proveniência, concordância de cotas e obras impressas incluídas nos códices.

¹⁵⁴² *Catálogo dos códices da livraria de mão do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, p. XXV-XXVI.

¹⁵⁴³ GOMES, Saul António - *In limine conscriptionis... Vol. I*, p. 251.

casas religiosas e o uso de fazer empréstimos a particulares e instituições, para além da possibilidade, não descurável, da ocorrência de assaltos e razias, aliáveis à destruição pura e simples de obras por má-fé. Para além de todas essas causas prováveis, assacáveis à ação humana, deverão considerar-se adicionalmente no processo de desaparecimento físico de livros, as mais que prováveis ocorrências de pragas, acidentes, inundações, fogos e outras calamidades naturais¹⁵⁴⁴.

Esta conjugação de circunstâncias adversas pode, por um lado, enviesar algumas das conclusões, e, por outro, colocar problemas inevitáveis relativos à forma de valorizar o elenco bibliográfico alcobacense, condicionando sobremaneira a análise do espólio da época baixo-medieval, aconselhando as reservas aqui deixadas, quanto à forma como devem ser recebidas as observações. Assim, em consequência do verosímil quadro fragmentário dos dados e das hesitações de atribuição, o cruzamento com informações provenientes de outros núcleos bibliográficos surge como decisivo para confirmar a bondade de certas conclusões. De facto, só dados complementares, provenientes de outros catálogos, podem amenizar dúvidas, corroborando ou infirmando as tendências e interpretações suscitadas pela avaliação dos códices da abadia. Mas, na verdade, ao permanecer na sombra a dimensão da dispersão codicológica, e enquanto persistirem dúvidas sobre a distribuição autoral e temática das obras, fica adiada, talvez até comprometida, uma visão definitiva nessa matéria.

Feita a advertência metodológica, suscitada por um trabalho que lida com tantos constrangimentos, é, então, possível tecer reflexões várias ao núcleo bibliográfico dos monges cistercienses de Alcobaça, tendo como escopo uma tentativa de reconstituição de posicionamentos culturais e posturas filosóficas, essenciais para a caracterização das elites culturais portuguesas dos séculos XII e XIII. No total, a datação dos códices compreendidos no acervo estende-se por um longo período temporal, com início no século XII e final no século XVIII, correspondendo a sete séculos ininterruptos de atividade bibliómana desenvolvida pelos monges alcobacenses. Os 456 volumes, abrigados na BNL, tem correspondência em 1281 títulos, entre obras de autoria comprovada, ou provável, pseudoautorias e textos anónimos¹⁵⁴⁵.

¹⁵⁴⁴ HOLZ, Louis - Autore, copista, anonimo..., p. 343.

¹⁵⁴⁵ Cada códice contém no seu interior vários títulos/unidades textuais, referentes a obras completas ou fragmentárias (*excerpta*), em número muito variável. Muitas das vezes não é detectável qualquer tipo de coerência interna observada na arrumação dos textos por assuntos, o que revela alguma

Procedida a uma escrupulosa triagem dos códices, em função da datação que lhes foi atribuída no índice do catálogo, com o intuito de isolar os pertencentes aos séculos XII e XIII, torna-se claro que o somatório de códices correspondentes ao período adquire uma expressão muito evidente face ao total de códices catalogados¹⁵⁴⁶. A crítica externa e interna dos documentos certifica 165 códices como indubitavelmente originários dos séculos XII e XIII, aos quais se pode considerar, para efeitos de uma análise mais exaustiva, um lote de treze volumes, de cronologia hesitante entre o final da centúria ducentista e o início da seguinte, totalizando um universo de 178 códices, abrigoando 459 títulos (vid. gráfico 1).

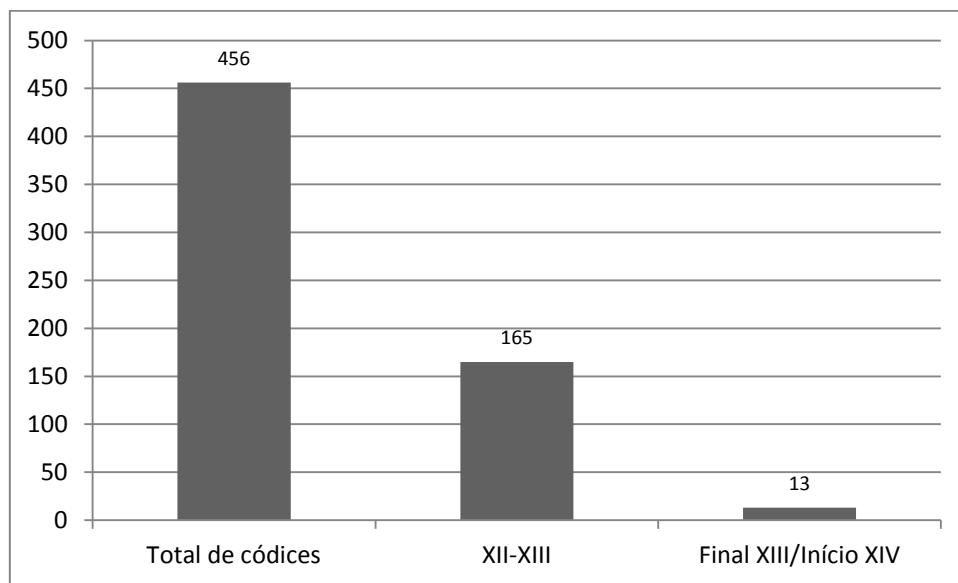


GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO CRONOLÓGICA DOS CÓDICES – PROD. MATERIAL I (ALC)

Fonte: *Índice do Inventário dos Códices Alcobacenses*

Do que ficou dito, extrai-se que mais de um terço (39%) da totalidade dos volumes a que alude o *Inventário dos Códices Alcobacenses* é indexável aos dois séculos iniciais da vida do mosteiro, o que traduz uma relação algo desequilibrada na distribuição dos códices ao longo dos séculos em que se estruturou a coleção alcobacense.

arbitriedade por parte dos monges no agrupamento temático das obras. Refira-se que os *Índices do Inventário dos Códices Alcobacenses...*, no tratamento concedido ao recheio bibliográfico claustral, lidaram indistintamente com um e outro critério. Consoante as circunstâncias, a opção recaiu na apresentação de resultados ora em função dos códices, ora em função dos títulos neles inclusos. Como método, seguiu-se aqui, por norma, o critério perfilhado em cada situação pelos autores dos índices, face à escassez do tempo disponível para harmonizar o tratamento e na ausência dos conhecimentos codicológicos necessários para interpelar as tipologias apresentadas.

¹⁵⁴⁶ Como critério metodológico para a triagem dos códices consideraram-se os que estavam compreendidos no intervalo cronológico dos séculos XII e XIII, e também aqueles cuja datação oferecia dúvidas, situáveis no século XIII ou no princípio do século XIV.

Duas conclusões imediatas resultam dessa constatação preliminar: por um lado, denota a grande importância atribuída aos escritos do período em apreço pelos responsáveis claustrais; e, por outro, faz projetar os primeiros séculos de vida conventual como momentos de grande acumulação bibliográfica. Isto partindo da premissa, provável, de que a entrada da maior parte das obras no *armarium* claustral não divergiu demasiado do momento da sua redação, ou seja, que a incorporação dos textos se fez nos próprios séculos da sua produção material, portanto, sem grande desfase temporal entre o momento da feitura dos exemplares e a sua apropriação efetiva pelos monges de Alcobaça. Para os casos em que os códices resultaram de produção interna, com a cópia a ter lugar no *scriptorium* monástico, a questão não oferece qualquer discussão, pois a simultaneidade era naturalmente absoluta entre o momento da produção dos manuscritos e a sua colocação à guarda institucional.

Particularizando a análise, centrando-a apenas no comparativo entre os textos referenciados para os séculos XII e XIII, a distribuição cronológica faz emergir, desde logo, uma nova evidência: a desproporção entre o número de códices contendo textos redigidos no século XIII, face à quantidade de peças bibliográficas atribuíveis ao século anterior (vid. gráfico 2).

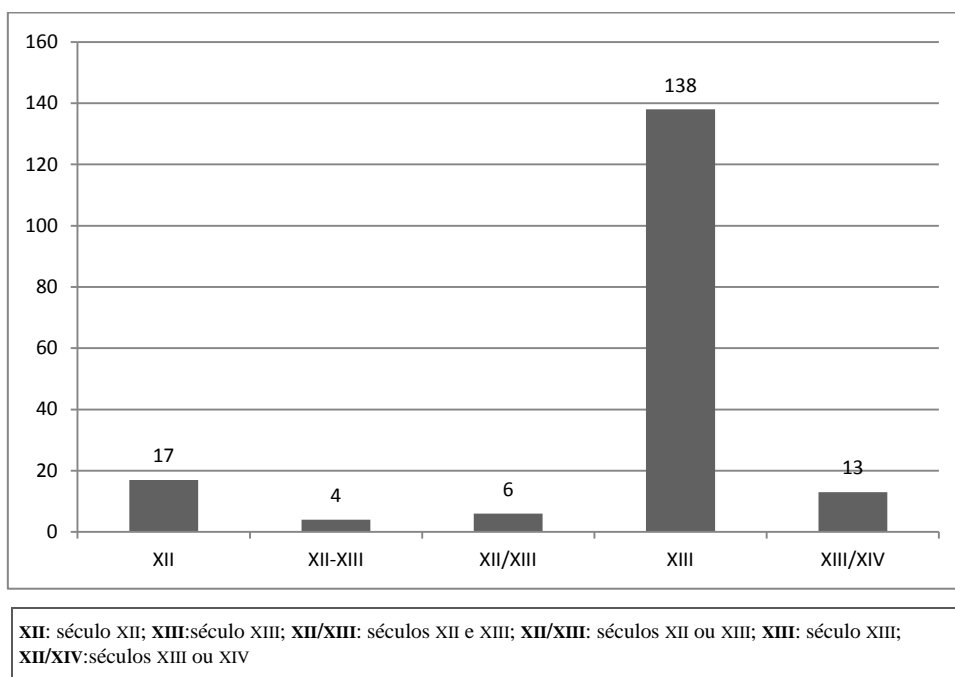


GRÁFICO 2: DISTRIBUIÇÃO CRONOLÓGICA DOS CÓDICES – PROD. MATERIAL II (ALC)

Fonte: *Índice do Inventário dos Códices Alcobacenses*

Assim, estão referenciados 138 volumes contendo textos exclusivamente datáveis do século XIII, um número que necessariamente sobe, no caso de se considerar

a existência de códices incorporando escritos das duas centúrias, situação em que se apresentaram quatro códices, e a presença de um número de volumes cuja datação é disputada, flutuando alguns entre o século XII e o século XIII, somando seis códices, mais um conjunto formado por treze códices com textos localizáveis algures entre o século XIII e o XIV, o que faz elevar o quantitativo de volumes com escritos ducentistas para um valor provavelmente não demasiado distante dos 150 volumes, mas, com certeza, nunca inferior a 142.

Quanto ao cômputo de volumes respeitantes ao século XII não ultrapassa seguramente as três dezenas, resultado a que se chega considerando os dezassete códices com datação indisputada, os quatro que reúnem textos dos séculos XII e XIII e seis de cronologia duvidosa, para um mínimo de 21 itens e um máximo de 27 volumes reportáveis ao período.

A disparidade na quantidade de escritos que sobressai do comparativo entre os dois séculos, apesar de muito expressiva, não é completamente surpreendente. É explicável, em termos genéricos, à luz do grande incremento na produção bibliográfica a que se assistiu no seio da Cristandade, depois de dobrado o ano de 1200, no que convergiram várias justificações, a saber: melhoria das condições técnicas que rodearam a produção do livro, nomeadamente ao nível da utensilagem utilizada e do tratamento da matéria-prima envolvida, facilitando o método da sua confeção¹⁵⁴⁷; a redução da ornamentação dos manuscritos, embaratecendo o produto final¹⁵⁴⁸; a multiplicação de abreviaturas, incrementando o processo de escrita, por sua vez mais acelerado pelo uso insistente da letra cursiva na redação das obras¹⁵⁴⁹; o aumento das taxas de literacia e dos índices de alfabetização das populações, criando simultaneamente um contingente de indivíduos mais habilitados a colaborar nos processos de escrita e um público mais vasto para o livro¹⁵⁵⁰; o impulso à especialização funcional na manufatura das obras, semiprofissionalizando, ou profissionalizando, copistas e escribas¹⁵⁵¹; a emergência de monarquias nacionais, procurando melhorar a organização e a produção das chancelarias régias e dos seus serviços administrativos, como aconteceu no caso

¹⁵⁴⁷ LE GOFF, Jacques - *Os intelectuais na Idade Média...*, p. 95.

¹⁵⁴⁸ IDEM, *ibidem*, p. 95.

¹⁵⁴⁹ IDEM, *ibidem*, p. 95.

¹⁵⁵⁰ BATAILLON, Louis-Jacques - *L'université...*, p. 419.

¹⁵⁵¹ GOMES, Saul António - *In limine conscriptionis...* Vol. I, p. 243-244.

português¹⁵⁵²; a multiplicação dos escritos pessoais, dos atos privados e públicos¹⁵⁵³; as maiores exigências culturais e intelectuais no período, que vão culminar num florescimento do pensamento, levando ao aumento da procura de manuscritos e à sua maior oferta¹⁵⁵⁴; o crescimento da rede universitária, reclamando uma maior disponibilidade de textos de tipo didático e pedagógico para apoiar os estudos em artes, teologia, direito e medicina nelas oferecidos, de caminho originando toda uma indústria de réplica textual, que se organizou em torno da *pecia*¹⁵⁵⁵; o aparecimento de obras inéditas, por sua vez alvo de ampla tradução, edição e reprodução a partir de centros cosmopolitas como Toledo ou a Sicília, de onde se disseminaram a toda a Cristandade¹⁵⁵⁶; a melhoria das condições económicas em geral, possibilitando maior disponibilidade de verbas para a aquisição de manuscritos, convergindo com o fenómeno de embaratecimento do livro, por via da sua maior vulgarização, ainda que os manuscritos continuassem a ser, por norma, onerosos, em especial os usados em contexto solene e ritual¹⁵⁵⁷. Todas estas razões genéricas conjugadas levaram a que a Europa experimentasse, no século XIII, um período de enorme abundância bibliográfica, o que proporcionou um considerável afluxo de itens a fundos conventuais, como parece ter sucedido no caso do claustro alcobacense.

Há ainda que aduzir a estas considerações transversais e generalistas, um lote de razões específicas, que melhor ajudam a entender a forte acumulação de livros protagonizada em Alcobaça na centúria ducentista. Em primeiro lugar, a consolidação do seu *scriptorium* claustral, depois de uma fase inicial de implantação, o que terá tido reflexos, a prazo, no favorecimento da atividade de policópia, motivando um aumento da produção própria de textos, muito embora apenas seja possível vislumbrar um pequeno lote de copistas em Alcobaça para os séculos XII e XIII, o que coloca questões

¹⁵⁵² VENTURA, Leontina - Afonso III e o desenvolvimento da autoridade régia..., p. 138-139.

¹⁵⁵³ LUSCOMBE, David - *O pensamento medieval*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2000, p. 273-274.

¹⁵⁵⁴ VAN STEENBERGHEN, Fernand - *História da filosofia: período cristão*. Lisboa, Gradiva, 1984, p. 72-73.

¹⁵⁵⁵ LUSCOMBE, David - *O pensamento medieval...*, p. 91. Sobre a técnica da *pecia*, em particular, vid. PEREIRA, Isaías da Rosa - A «pecia» em manuscritos universitários: estudo de três códices alcobacenses dos séculos XIII e XIV. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1973. Separata dos *Anais da Academia Portuguesa de História*, 22 (1973) 248-278; e BATAILLON, Louis-Jacques - Exemplar, pecia, quaternus. In *Vocabulaire du livre et de l'écriture au moyen âge*. Ed. O. Weijers. Paris: Turnhout, 1989, p. 206-219.

¹⁵⁵⁶ MANSINI, Marco - La cultura araba. In *Lo spazio letterario del medioevo*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi, E. Menestó. Vol. 1, Tom. 1. La produzione del testo. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 200-205.

¹⁵⁵⁷ GOMES, Saul António - *In limine conscriptionis...* Vol. 1, p. 244.

sobre a real capacidade de reprodução manuscrita, mas testemunha, em qualquer caso, a atividade do *scriptorium* alcobacense¹⁵⁵⁸.

Em simultâneo, ocorreu a abertura ou desanuviamento dos até então relativamente curtos e estreitos circuitos codicológicos hispânicos, o que facilitou a progressão de obras no ocidente peninsular¹⁵⁵⁹. Por outro lado, as preocupações reveladas por alcobacenses com a formação dos próprios clérigos culminaram na adoção de duas atitudes diferenciadas, ainda que com consequências semelhantes no que à acumulação de códices diz respeito: por um lado, a criação de um *studium* intramuros, instituído em 1264, com o que terão crescido as solicitações de manuais escolares e as necessidades culturais dos formandos¹⁵⁶⁰; e, por outro lado, a deslocação, por tempo provisório, dos monges intelectualmente mais promissores da instituição para os grandes polos universitários, na perspetiva de melhorar as aptidões e competências dessa elite, expondo-a ao contacto com textos fundamentais, depois transportados para o armário abacial, uma vez concluídos os estudos superiores¹⁵⁶¹. A realização de cabidos gerais da ordem cisterciense, onde o mosteiro alcobacense também se faria representar, oferecia outras possibilidades para se fazer o reforço da coleção abacial¹⁵⁶².

A presença de numerosos escritos datados do século XIII, em Alcobaça, contrasta, portanto, com a muito menor quantidade de textos do século anterior. Mas à semelhança do que se pretende para os textos da centúria de duzentos, também nas obras do século XII se afigura provável a existência de uma proximidade cronológica entre o momento da redação textual e o ingresso dos códices na livraria que os acomodou.

Pode-se afirmar, nessa medida, sem correr demasiados riscos, que os textos dos códices produzidos no século XII estariam já presentes na abadia no próprio século da sua produção, e apenas um número restrito terá chegado mais tardiamente às estantes da abadia. A prática das doações fundacionais, típica das instituições claustrais, com que as casas-mãe dotavam as suas filiadas com os livros necessários para a instalação da nova

¹⁵⁵⁸ NASCIMENTO, Aires Augusto - Concentração, dispersão e dependências na circulação de manuscritos ..., p. 80-81.

¹⁵⁵⁹ MATTOSO, José - Condições económicas e sociais na circulação dos códices da Península Ibérica. In *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional -Cas da Moeda, 1985, p. 360-362.

¹⁵⁶⁰ GOMES, Saul António - A religião dos clérigos..., p. 404.

¹⁵⁶¹ NASCIMENTO, Aires Augusto - Concentração, dispersão e dependências na circulação de manuscritos..., p. 83-84.

¹⁵⁶² IDEM, *ibidem*, p. 83.

fundação, avaliza essa conjectura. Com efeito, a entrada em funções da casa religiosa terá exigido, logo nos primeiros momentos da sua implantação, uma literatura de base, de cariz espiritual e disciplinar, capacitada para dar o devido suporte às necessidades de organização da vida monástica. Por ser assim, é bastante crível que várias das obras fixadas para o século XII tenham sido enviadas, com grande celeridade, para a recém-criada congregação, transportadas pelos próprios fundadores desde o mosteiro de Claraval¹⁵⁶³. Não é difícil admitir que uma quota-parte delas tenha sido mesmo elaborada com esse desígnio em mente, parecendo confirmar essas suspeitas a admissão à livraria alcobacense de algumas obras uncentistas, entre as quais se contam um coletário, segundo o antigo rito cisterciense¹⁵⁶⁴, um saltério¹⁵⁶⁵, duas normas sobre a indumentária para a prática de atos litúrgicos¹⁵⁶⁶, assim como um conjunto de sermões, homilias e epístolas, da autoria de S. Bernardo de Claraval, o líder espiritual da ordem¹⁵⁶⁷.

Em resumo, a angariação bibliográfica inicial, motivada pelas circunstâncias da implantação da casa alcobacense no século XII, e a explosão livresca do século XIII, fruto de circunstâncias conjunturais, somadas à vocação cultural dos cistercienses, promoveram uma intensa acumulação codicológica de obras desse período, num ritmo superior ao observado para periodizações subsequentes. Fenómeno tanto mais surpreendente perante a probabilidade, estatística, da dispersão bibliográfica aumentar na proporção inversa à distância temporal, ou seja, considerando-se que são mais reduzidas as hipóteses de sobrevivência das obras mais antigas face às mais recentes.

As dificuldades de natureza codicológica que impedem uma mais precisa determinação da cronologia dos códices estendem-se às autorias dos títulos, dada a incapacidade, não rara, dos especialistas resolverem corretamente a relação entre uma obra e o seu autor. A confusão de nomes¹⁵⁶⁸, a degradação dos manuscritos¹⁵⁶⁹, as dificuldades gráficas (envolvendo caligrafias, rasuras, abreviaturas vocabulares, borrões

¹⁵⁶³ IDEM, *ibidem*, p. 83.

¹⁵⁶⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 166.

¹⁵⁶⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 11.

¹⁵⁶⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 248, fl. 92-106, 170 v.

¹⁵⁶⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 152, fl. XCVI-CIV, CIV-CIII, CXXV-CXXXVIIIv, CLv-CIII, CLXXVIII-CXCIXv; BNL 357; BNL 358.

¹⁵⁶⁸ HOLZ, Louis - Autore, copista, anonimo..., p. 345-348.

¹⁵⁶⁹ NASCIMENTO, Aires Augusto - Em busca dos códices perdidos..., p. 279-298.

e apagamentos)¹⁵⁷⁰, as condições de conservação dos exemplares¹⁵⁷¹, o desmembramento de textos para posterior reconversão e reutilização¹⁵⁷², a banalização do excerto textual como peça autónoma¹⁵⁷³, a arrumação observada dos escritos por códices¹⁵⁷⁴, o anonimato e as pseudoautorias¹⁵⁷⁵, a forja deliberada¹⁵⁷⁶, o mau copista¹⁵⁷⁷, as transliterações¹⁵⁷⁸, a ausência ou desconhecimento de textos arquetipos que sirvam de comparativo¹⁵⁷⁹, contam-se entre os problemas mais habituais, conduzindo a indesejáveis, mas não infrequentes, atribuições erróneas.

Autorias, anonimato e pseudoautorias

De uma forma geral, três situações genéricas são possíveis de isolar nos inventários das bibliotecas medievais, no que respeita a essa estreita relação entre as obras e os seus autores: o anonimato, as pseudoautorias e as autorias estabelecidas. Pensar estas variáveis, em termos do seu valor absoluto e do seu entrelaçamento na livraria, confere uma ideia sobre os hábitos bibliográficos da época, na medida em que cristalizam atitudes, tanto das elites intelectuais produtoras dos livros, como dos letrados que se envolveram na sua recolha.

Separadas ou analisadas em conjunto, esclarecem, por exemplo, quanto às reivindicações de autoria, sobre a importância concedida a determinados autores em prejuízo de outros, ou sobre a valorização dos textos em termos da sua forma, do seu conteúdo ou da respetiva procedência. As três modalidades coexistiram na livraria alcobacense, mesmo que variando substantivamente nas proporções apresentadas (vid. gráfico 3).

¹⁵⁷⁰ SANTOS, Maria José Azevedo - Remarques sur les conditions de conservation des actes et des livres au Portugal: XIIe-XVe siècles. *Scriptorium*. 50 (1996) 397-406.

¹⁵⁷¹ STIENNON, Jacques - Considérations générales sur la bibliothéconomie et l'archiviste médiévaux. *Scriptorium*. 50 (1996) 229-238.

¹⁵⁷² MEIRINHOS, José - Critérios de catalogação e descrição dos códices. In *Catálogo dos códices da livraria de mão do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*

¹⁵⁷³ BATAILLON, Louis-Jacques - Exemplar, pecia, quaternus..., p. 206-219.

¹⁵⁷⁴ ALESSIO, Gian Carlo - Edizioni medievali. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi, E. Menestó. Vol. 3. *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 29-58.

¹⁵⁷⁵ HOLZ, Louis - Autore, copista, anonimo... p. 345-348.

¹⁵⁷⁶ TRONCARELLI, Fabio - L'attribuzione, il plagio, il falso. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi, E. Menestó. Vol. 1, Tom. 1. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 373-390.

¹⁵⁷⁷ DAIN, Alphonse - *Les manuscrits*. Paris: Les Belles Lettres, 1975, p. 108-124.

¹⁵⁷⁸ IDEM, *ibidem*, p. 124-135.

¹⁵⁷⁹ IDEM, *ibidem*, p. 18-19.

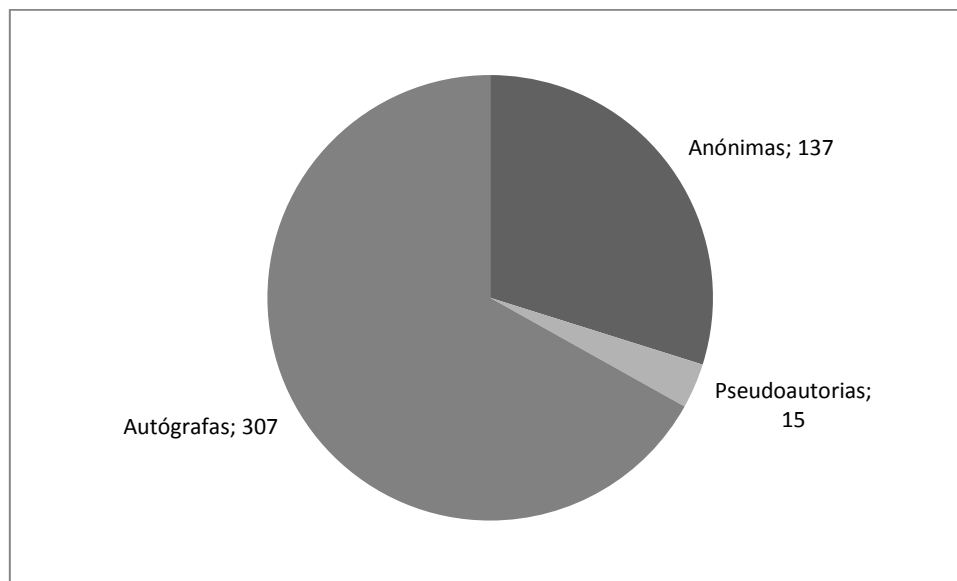


GRÁFICO 3: DISTRIBUIÇÃO DE OBRAS POR TIPO DE AUTORIA (ALC)

Fonte: *Índice do Inventário dos Códices Alcobacenses*

Em relação ao anonimato, não sendo a regra, foi pelo menos uma realidade muito habitual no tocante à produção escrita do período. Razões de fundo e de forma colaboraram no reforço do carácter anónimo dos escritos durante a medievalidade. Em primeiro lugar, o trabalho desenvolvido pelos agentes da escrita, monges na sua maioria, vocacionado para o serviço de Deus, com frequência consistindo na reprodução de textos sagrados ou de peças litúrgicas (*Bíblias*, cânticos, breviários, orações, etc.), desse modo não carecendo naturalmente de assinatura os trabalhos elaborados¹⁵⁸⁰.

Por seu turno, o carácter fragmentário dos textos, levando à frequente separação de excertos da obra original, tornava, por razões óbvias, difícil o rastreio dos autores, sempre que ocorria o desaparecimento da parcela autografada, contribuindo para uma proliferação do anonimato entre os escritos medievais¹⁵⁸¹. Estes e outros condicionalismos produziram efeitos sobre as obras mantidas na biblioteca monástica de Alcobaça e, como consequência, os títulos anónimos representam 30% do total dos textos identificados para o período, o equivalente a 137 títulos, distribuídos por 81 códices¹⁵⁸². Perfazem, no seu conjunto, quase um terço dos 459 textos atribuídos aos séculos XII e XIII, cômputo assaz relevante.

¹⁵⁸⁰ HOLZ, Louis - *Autore, copista, anonimo...*, p. 325-351.

¹⁵⁸¹ IDEM, *ibidem*, p. 325-351.

¹⁵⁸² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 10; BNL 11; BNL 30; BNL 34, fl. 1-3, 3-6, 6v, 6v B, 7-7v, 7v-17v, 18-22v, 23-69v, 69v-76; BNL 37, fl. 1-3v, 4-6v; BNL 38, fl. 1-4v, 5-14, 14-62v; BNL 40, fl. 1-2 suplem.; BNL 45; BNL 65; BNL 138; BNL 140; BNL 141; BNL 144; BNL 149, fl. 4-10v, 11-12, 19v-20v, 112-139, 150v, 150v-152, 152v-161v, 7-10 suplem.; BNL 151, fl. 70-70v, 128-151v; BNL 153, fl. CXC VIII v-CC; BNL 162; BNL 163; BNL 165; BNL 166; BNL 167; BNL 168, fl. 10-12; BNL 170, fl.

As pseudoautorias, diferentes na sua natureza das obras anónimas, consistem em escritos cuja autoria foi deliberadamente atribuída a terceiros pelos próprios autores, com a intenção premeditada de credibilizar os textos saídos dos seus punhos, procurando aureolá-los com o prestígio e a infalibilidade das autoridades consagradas¹⁵⁸³. Esta atitude, movida menos por uma busca de reconhecimento pessoal e mais por uma intenção de valorização dos conteúdos textuais, privilegiava a sublimação do discurso ideológico em detrimento da procura de um reconhecimento público ou da consagração individual, visto que se optava deliberadamente pela fraude, subordinando-a à veiculação de ideias. Esse primado do conteúdo do escrito sobre a notoriedade individual é também um dos argumentos que justifica o anonimato, aproximando, senão na sua natureza, pelo menos no plano da intencionalidade, as obras anónimas das pseudoautorias, ambas pensadas como veículos de mensagens. A análise das pseudoautorias confirma, por outro lado, o ascendente das grandes autoridades sobre o espírito dos homens medievais, bem patente na atitude de camuflar as obras concebidas, atribuindo-as a figuras relevantes e prestigiadas, com óbvia preferência pelas personalidades mais antigas, numa clara valorização da antiguidade face à novidade, ou seja, buscava-se a *gravitas* do autor da obra que subjaz ao primado das *auctoritates*¹⁵⁸⁴.

No que aos números respeita, são quinze os trabalhos pseudoautógrafos que se podem encontrar no catálogo alcobacense para a cronologia considerada, presença ainda assim relativamente discreta, traduzindo-se o seu peso relativo em meros três pontos percentuais do total. Não obstante o seu carácter residual, as pseudoautografias aludem a vários autores de grande prestígio no seio da Igreja. Contam-se, entre elas, dois

147-149v; BNL 173, fl. 1-9, 116-126, 126-127; BNL 176, fl. 1, 124v-129; BNL 185; BNL 187, fl. 1-83, 96-113v; BNL 188; BNL 194, fl. 1-6v, 162-168, 168v-169; BNL 201, fl. 1-9, prelim.; BNL 231, fl. 1-1v, 2v-3v, 4-4v, 5-89, 135v-136v; BNL 232, fl. 215v-216v; BNL 233, fl. 218v; BNL 234, fl. 131v, 131-132v, 133-212v; BNL 239, fl. 121, 188-188v; BNL 244, fl. 191v-198; BNL 248, fl. 72-86, 90v-92, 92-106, 106-125, 125-170v, 170v; BNL 249; BNL 251; BNL 252; BNL 253; BNL 255; BNL 256; BNL 257; BNL 258; BNL 259; BNL 260; BNL 263, fl. 8-8v; BNL 281, fl. 15-42; BNL 332, fl. 299; BNL 334, fl. 1 suplem., 1 suplem. B, 47v-48, 98v-100, 182-185, 185-186v, 211v-215v; BNL 348, fl. 203v; BNL 360, fl. 1; BNL 361; BNL 364, fl. 1-3, finais; BNL 367, fl. CLXII-CLXIII v; BNL 372, fl. 86-89, 89-92v, 92v-93v, 179v-180, 180, 180v-181v, 181v-185, 185-187; BNL 375, fl. 163-163v, 164; BNL 380, fl. 31v-41; BNL 396; BNL 397; BNL 398; BNL 399; BNL 400, fl. 171v; BNL 411; BNL 412; BNL 413; BNL 414; BNL 415, fl. 147-148v; BNL 426, fl. 252v-258, 258, 258v, 259; BNL 427; BNL 428; BNL 429; BNL 430; BNL 431; BNL 432; BNL 433; BNL 434; BNL 454, fl. XVII v-XX v, XXX v-XXXVII, XLI v-XLIX, LIII v-LIX v, LXIII-LXVI v, LXXIII v-LXXV, LXXVIII-LXXXXIII v; BNL 455

¹⁵⁸³ IDEM, *ibidem*, p. 325-351.

¹⁵⁸⁴ IDEM - Glosse e commenti. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi, E. Menestó. Vol. 3. *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 59-112.

pretensos papas: o Pseudo Clemente¹⁵⁸⁵ e o Pseudo Calisto¹⁵⁸⁶; e sete falsos Santos: o Pseudo Agostinho¹⁵⁸⁷, o Pseudo Jerónimo¹⁵⁸⁸, o Pseudo Sulpício Severo¹⁵⁸⁹, o Pseudo Hilário¹⁵⁹⁰, o Pseudo Bernardo de Claraval¹⁵⁹¹, o Pseudo Cipriano¹⁵⁹² e o Pseudo Turpino¹⁵⁹³, dos quais os cinco primeiros remetem para figuras que foram simultaneamente Doutores da Igreja.

O peso do anonimato e das pseudoautorias não invalida que o grosso das peças da livraria em causa seja composto por escritos com autorias estabelecidas. A atribuição codicológica procede, então, de uma de duas formas possíveis: diretamente, em resultado de estar expresso nos próprios textos o nome dos seus autores, desde que não haja suspeitas de fraude; ou indiretamente, por intermédio de um processo de comparação textual que viabiliza a determinação do compositor original de um texto, a partir de um exemplar semelhante, cuja autoria não oferece dúvidas¹⁵⁹⁴.

O grupo mais expressivo dos trabalhos mantidos sob cuidado alcobacense é, portanto, o que diz respeito a obras autógrafas ou com autoria reconhecida: 307 itens atribuídos, com correspondência em 67% do total de volumes analisados, mais de dois terços do conjunto observado¹⁵⁹⁵. Dessas peças bibliográficas, 277 gozam do privilégio

¹⁵⁸⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 342, fl. 2v-132v.

¹⁵⁸⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 344, fl. 103v-215v.

¹⁵⁸⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 359, fl. 43v-46v; BNL 416, fl. 112v-124.

¹⁵⁸⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 149, fl. 12v-19v; BNL 157; BNL 194, fl. 161v-162; BNL 367,

fl. 1-10

¹⁵⁸⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 334, 14v-19. Sobre Sulpício Severo vid. Anexos, quadro 33.

¹⁵⁹⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 342, fl. 132v-163v.

¹⁵⁹¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 149, fl. 1-7v. Suplem.

¹⁵⁹² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 153, fl. CLXXXIV-CXCv.

¹⁵⁹³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 334, 116v-211v.

¹⁵⁹⁴ DAIN, Alphonse - *Les manuscrits...*, p. 103-107.

¹⁵⁹⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 5, fl. 1-3, 10, Finais; I-CLXXIX.; BNL 12, fl. IX-CCLXII; BNL 16; BNL 34, fl. 76v-81; BNL 37, fl. 6v-8, I-LXXXVII, LXXXVIIv-CXII; BNL 40, fl. 1-370v; BNL 42; BNL 43, fl. 1-206v; BNL 48; BNL 68; BNL 70; BNL 136, fl. 1-69v; BNL 143, BNL 145, fl. 1v-32v, 33-146; BNL 146; BNL 147, fl. 263v-265v, 266v-268; BNL 148, fl. 1-123, 123-147; BNL 149, fl. 1-4, 12v-19v, 21-112, 139-150, 1-7v, Suplem.; BNL 151, fl. 1v-70, 71-128; BNL 152, fl. I-XLVIIv, XLVIIv-LXVI, LXVIv-XCVI, XCVI-CIv, CLv-CIII, CIII-CXXV, CXXV-CXXXVIIIv, CXXXVIIIv-CLVI, CLVI-CLXXVIII, CLXXVIII-CXCIXv; BNL 153, fl. I-LIV, LIVv-LXXX, LXXX-CIv, CIVv-CLXXXIV, CLXXXIV-CXCv, CXCI-CXCVIII, CC-CCVIIv; BNL 154, fl. 1v-70v, 71-78v, 79-81; BNL 155, fl. 1-53v, 54-74v, 75-82, 82v-85v, 86-100v, 100v-104v, 104v-114, 114v-128, 128v-132v, 133-134v, 135-142, 142v-143; BNL 156; BNL 157; BNL 159; BNL 168, fl. I-XXV, XXVv-XXX, XXXv-XXXIV, XXXIV-XXXVIII, XXXVIIIv-XLIv, XLIII-XLIIIv, XLIX-LIIv, LIII-LXXXv, XLIII-XLIIIv, CII-CXVII, CXVIIv-CXXI, CXXIV-CXXXVIIv, CXXXVIIv-CXXXIX, 1-9; BNL 169, fl. 1-100, I-LIv; BNL 170, fl. 1-42v, 43-55v, 56-92v, 93-100, 105-110, 110v-146v; BNL 171, fl. 1-7v, 8-72; BNL 172; BNL 173, fl. 10-116; BNL 176, fl. 2-124v; BNL 177, fl. 1v-98, 4, f. Prelim., BNL 187, fl. 83v-95, 114-117; BNL 194, fl. 7-161v, 161v-162, 169-172v; BNL 195, fl. 1-1v, 1v-109v, 109v-110v; BNL 196; BNL 201; BNL 231, fl. 89-135, 138-170; BNL 232, fl. 1-18, 19-85v, 85v-102v, 103-214v, 215-215v; BNL 233; BNL 234, fl. 1-131v; BNL 235; BNL 237; BNL 239, fl. 1-120, 121v-188; BNL 241; BNL 242, fl. 1v-

de uma autoria indisputada, subsistindo hesitações relativamente aos remanescentes 31 escritos.

A maior parte dos autores que se podem divisar no espólio correspondem a nomes prestigiosos da Igreja, com impacto no pensamento católico, muitos deles canonizados ou beatificados. Num breve resumo, o lote mais vasto de autores compreende numerosos Santos, os mais importantes Doutores da Igreja, vários escritores eclesiásticos e um grande número de teólogos e exegetas. Em si mesmo, este facto dá uma relevante ideia sobre as preferências monásticas dos religiosos alcobacenses, na medida em que a escolha dos autores e das obras parece ter dependido do patrocínio eclesiástico e da ortodoxia religiosa, o que sugere um grande alinhamento ideológico e uma funda sujeição ao pensamento oficial por parte da fundação cisterciense.

Cronologia dos autores e das autoridades

Descontando as obras anónimas e as produzidas por falsos autores, considerando, portanto, apenas os autores devidamente identificados que encontraram resguardo na livreria do claustro, sobressai o largo espectro temporal compreendido

60v, 61-161; BNL 243, fl. 1-15, 11v-25v, 26-28, 28v-37, 37-56, 56-72, 72v-86, 86-156v, 156-167v; BNL 244, fl. 1-191v; BNL 246, fl. 1-200v, 201-203, 203v, 204; BNL 247, fl. 1-12, 13-183; BNL 248, fl. 1-72, 86-90v, 171v-189v, 189v-208, 208-210, 210v-214; BNL 261; BNL 263, fl. 1-8, 9-244v; BNL 265; BNL 266; BNL 269; BNL 277; BNL 281, fl. 1-14v; BNL 331, fl. 1v-34, 34-35v, 35v-160v, guarda; BNL 332; BNL 333; BNL 334, fl. 1-3, 3-3v, 3v-14v, 14v-19, 19-21, 21v-47v, 48-95v, 100-103v, 103v-182, 116v-211v; BNL 335, fl. 1v-2, 24-30, 1-229v; BNL 336; BNL 337; BNL 338; BNL 339; BNL 340; BNL 341; BNL 342, fl. 1v-2v, 2v-132v, 132v-163v; BNL 343; BNL 344; BNL 345; BNL 346; BNL 347; BNL 348, fl. 1v-55, 55v-203v, 203v-205v; BNL 349, fl. 1v-2, 2v-182v; BNL 350; BNL 351; BNL 353; BNL 354; BNL 355; BNL 355, fl. 1-37, 37-64, 64-67v, 67v-71v, 71v-74, 74-93, 93-96v, 96v-98, 98v-112, 112-137, 137v-169v; BNL 357; BNL 358; BNL 359, fl. 1-30, 30-37v, 37v-42v, 42v-43v, 43v-46v, 47-51v, 51v-52v, 52v-53v, 54-62; BNL 360, fl. 1v-77v, 77v-175, 175, 175v-224v, 224v-242v; BNL 362, fl. 1-3, 3-275v; BNL 363; BNL 364; BNL 365; BNL 367, fl. 1-10, 6, fl. suplem., I-XXXIX, XXXIX-XLII, XLVI-LXXII, LXXXIIIv-XCVII, XCVII-CVIII, CVIII-CXXXVI, CXXXVIv-CXXXIIv, CXXXIIv-CXXXV, CXXXV-CLVIIv, CLVIIv-CLXv, CLXv-CLXII; BNL 368, BNL 369; BNL 370, fl. 1-199, 200-201v; BNL 371, fl. 1-14, 14-21, I-XXX, XXX-XXXVI; BNL 372, fl. 1-32, 33-86, 94-179v; BNL 375, fl. 1v-139v, 139v-162v, 164-167; BNL 380, fl. I-L, 1-13v, 14-31, 41-44, 44-45; BNL 400, fl. 1-171v, 172-173; BNL 401; BNL 402; BNL 403; BNL 404; BNL 405; BNL 406; BNL 407; BNL 408; BNL 409; BNL 410, fl. 1-244, 245v-255; BNL 415, fl. 1-51v, 52v-146v, 148v-150; BNL 416, fl. 1-69, 69v-88v, 88v-97, 97v-112, 112v-124, 131v-229, 229-247; BNL 418; BNL 419; BNL 420; BNL 421; BNL 422; BNL 423; BNL 424; BNL 425; BNL 426, fl. 1v-155, 155v-219, 219-249, 249-250v, 249-250v; BNL 435, fl. 1-7v, 7v-71v, 71v-142v; BNL 440; BNL 441; BNL 442; BNL 443; BNL 444; BNL 445; BNL 445, fl. 1-3, 3v-204v, 205-220; BNL 450, fl. I-LXVIIv, LXVIIv-CXXXV; BNL 454, fl. I-XV, XV-XVIIv, XXv-XXXv, XXXVII-XXXVIII, XXXVIII-XLIv, LIX-LXIII, LXVII-LXXXIIIv, LXXXv-LXXXVI, LXXXVI-LXXXVIII, XLIX-LIIIv, LXXXIIIv-LXXXIII, LXXXIII-LXXXVIIIv, LXXXVIIIv-CIII, CIII-CLXXXVIv, CLXXXVIv-CLXXXVIIIv, CLXXXVIIIv-CLXXXVI, [I]

pelos redatores originais dos textos, com presenças assinaladas de autores situados cronologicamente entre os séculos II a XIII, apenas se verificando um único hiato por colmatar, relativamente ao século III¹⁵⁹⁶. A extensão da cronologia e o rol de autores identificados no catálogo fazem sobressair a ideia que os monges alcobacenses estavam familiarizados, no essencial, pesem embora algumas lacunas, com os grandes movimentos filosóficos e teológicos, com as principais correntes de pensamento e com as mais substantivas tendências espirituais da Cristandade, desde os momentos iniciais da discussão doutrinária, cruzando o final da época romana, a Antiguidade Tardia, toda a alta medievalidade, até ao século XIII.

Uma constatação imediata é que a grande tradição Patrística foi bem conhecida e acarinhada pelo monaquismo cisterciense de Alcobaça. A obra conjunta dos Padres da Igreja revelou-se decisiva para a estruturação do pensamento católico, ao lançar as bases da teologia cristã, entretanto aperfeiçoadas e atualizadas por alguns pensadores medievais. Assim sendo, é com naturalidade que se percebe a comparência de obras da lavra dos grandes Padres no armário monástico. Consistiria essa presença, mais do que numa prioridade, numa verdadeira exigência por parte dos seus monges.

O contacto com o pensamento das maiores autoridades religiosas ocorria por duas vias: pela posse de exemplares das obras produzidas pelos próprios Padres da Igreja, ou pela mediação de comentadores posteriores, cujas reflexões tinham por base os escritos patrísticos, denunciando, nos trabalhos elaborados e nas alusões feitas às suas obras, os pensamentos dos Padres. De ambas as tradições se fez grande provisão no fundo de manuscritos alcobacense, sobrando exemplos esclarecedores de cada uma das modalidades – quer da oferecida pelo contacto com transcrições dos textos originais; quer da interposta, viabilizada pela fórmula do comentário.

Sem prejuízo de algumas faltas, as obras redigidas pelos grandes Padres, tanto orientais, como ocidentais, estão bem documentadas, mas só a partir do século IV. Obras anteriores a essa data, tanto quanto é possível reconstituir, não compareceram às estantes da livraria, com a exceção de alguns escritos de Orígenes, um dos nomes

¹⁵⁹⁶ Nos casos, muito frequentes, de autores cuja vida se desenrolou entre dois séculos, optou-se, enquanto critério fundamental, e sempre que foi possível fazer essa apreciação, por associá-los à centúria em que desenvolveram maior produção escrita, isto é, a fase correspondente à sua maturidade intelectual.

maiores da Patrística grega¹⁵⁹⁷. Orígenes viveu entre o século II e o século III, e a sua presença representa na biblioteca de Alcobaça a escola de Alexandria, um grande centro helenístico, ponto de encontro entre o pensamento cristão e a filosofia pagã, palco de debate entre judaísmo, paganismo e cristianismo. Significa isso que dos tempos da Igreja primitiva parecem ter ficado fora do armário claustral os textos de Padres apologistas, aqueles que nos dois primeiros séculos da era cristã reivindicaram, junto do Império romano, a existência legal do Cristianismo, conseguindo a admissão do seu culto num sistema religioso que era, então, exclusivamente pagão.

Seja como for, para além de Orígenes acederam seguramente ao fundo de manuscritos autores muito prestigiados do setor da Igreja oriental, como Gregório de Nazianzo¹⁵⁹⁸, Eusébio de Cesareia¹⁵⁹⁹, João Crisóstomo¹⁶⁰⁰, Atanásio¹⁶⁰¹ e Efraim¹⁶⁰², todos autores do século IV, representantes de várias sensibilidades eclesiais. Os dois primeiros integraram a escola de Cesareia, na Capadócia, firme defensora da via ascética. A proposta desta escola conduziu, a prazo, depois de retiradas as consequências da sua reflexão, à vida eremítica e monástica, uma longa tradição cristã, em que se inscreveu a própria congregação alcobacense. Adivinha-se, por esse motivo, que a obra de ambos terá granjeado particular simpatia junto dos cistercienses portugueses. Quanto a João Crisóstomo, as óbvias qualidades exegéticas que possuía, visíveis na sua parenética e nos comentários apostos às *Sagradas Escrituras*, seguiam o modelo exegético da escola de Antioquia, figurada no armário claustral, por seu intermédio. Por sua vez, Atanásio teve um destacado papel na fixação do cânone, tal como foi definido nas sessões dos concílios de Niceia-Constantinopla, onde se estabeleceram as grandes fundações do pensamento cristão e muito da ortodoxia católica, nomeadamente a configuração do Credo. Contudo, de toda a Patrística oriental, Efraim terá sido a autoridade melhor conhecida pela comunidade de monges alcobacenses, atendendo ao número de obras suas identificáveis no espólio. As homilias

¹⁵⁹⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 159; BNL 360, fl. 1v-77v, 77v-175, 175v-224v, 224v-242v. Sobre Orígenes vid. Anexos, quadro 33.

¹⁵⁹⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 356, fl. 137v-169v. Sobre Gregório de Nazianzo vid. Anexos, quadro 33.

¹⁵⁹⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 375, fl. 1v-139v. Sobre Eusébio de Cesareia vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁰⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 168, fl. LIII-LXXXv; BNL 263, fl. 1-8; BNL 348, fl. 55v-203v; BNL 367, fl. CXXXV-CLVIIv, CLVIIv-CLXv. Sobre João Crisóstomo vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁰¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 367, fl. XLVI-LXXII; BNL 454, fl. LIX-LXIII. Sobre Atanásio vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁰² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 168, fl. I-XXV, XXVv-XXX, XXXv-XXXIV, XXXIV-XXXVIII, XXXVIIIv-XLIIv, XLIII-XLIIIv, XLIX-LIIv. Sobre Efraim vid. Anexos, quadro 33.

que compôs expressam muitos dos seus pontos de vista morais e concepções ideológicas, contribuindo fortemente para a definição de algumas das posições dogmáticas que vingaram no seio da Igreja.

Sem surpresa, a Patrística latina esteve testemunhada na biblioteca com maior abundância do que a grega. Dimensão extra que é visível no número de autores, mas particularmente vincada pela quantidade de textos. Afluíram ao armário claustral numerosos trabalhos das grandes figuras do pensamento cristão ocidental: Ambrósio de Milão¹⁶⁰³, Agostinho¹⁶⁰⁴, Jerónimo¹⁶⁰⁵ e Hilário de Poitiers¹⁶⁰⁶, do século IV; Leão Magno¹⁶⁰⁷, João Cassiano¹⁶⁰⁸ e Sulpício Severo¹⁶⁰⁹, da centúria seguinte; Gregório Magno¹⁶¹⁰ e Isidoro de Sevilha¹⁶¹¹, em representação dos séculos VI e VII; e os mais tardios Beda¹⁶¹² e João Damasceno¹⁶¹³.

Um denominador comum a esta Patrística ocidental foi a sua adesão ao platonismo, por via indireta do neoplatonismo professado por Plotino¹⁶¹⁴ e por Porfírio¹⁶¹⁵. Convém ter em mente que a doutrina neoplatónica durou sem disputa até ao século XII, altura em que se redescobriu Aristóteles no ocidente, antes conhecido apenas pelos contributos para a lógica e para a teoria da ciência¹⁶¹⁶. O grande responsável pela afirmação da corrente neoplatónica na mentalidade medieval, muito presente nos

¹⁶⁰³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 170, fl. 105-110. Sobre Ambrósio de Milão vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁰⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 168, fl. CXXXVII v-CXXXIX, 1-9; BNL 237; BNL 331, fl. 1v-34, 34-35v, 35v-160v; BNL 332; BNL 335, fl. 24-30; BNL 343; BNL 344-346; BNL 348, fl. 1v-55; BNL 359, fl. 54-62; BNL 402; BNL 416, fl. 97v-112; BNL 440; BNL 454, fl. CLXXXVIv-CLXXXVIIIv.

¹⁶⁰⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 145, fl. 33-146; BNL 335, fl. 1-229v; BNL 336-338; BNL 356, fl. 37-64; BNL 367, fl. XXXIX-XLII, CLXv-CLXII; BNL 400, fl. 1-171v; BNL 426, fl. 219-249. Sobre Jerónimo de Estridão vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁰⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 168, fl. CII-CXVII, CXVIIv-CXXI; BNL 359, fl. 52v-53v; BNL 362, fl. 1-3. Sobre Hilário de Poitiers vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁰⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 372, fl. 94-179v. Sobre Leão Magno vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁰⁸ Sobre João Cassiano vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁰⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 334, fl. 3v-14v, 21v-47v.

¹⁶¹⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 34, fl. 76v-81; BNL 176, fl. 2-124v; BNL 239, fl. 121v-188; BNL 246, fl. 203v; BNL 248; fl. 171v-189v, 189v-208, 208-210; BNL 349-351; BNL 369; BNL 372, fl. 1-32. Sobre Gregório I, ou Gregório Magno vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶¹¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 194, fl. 7-161v; BNL 195, fl. 1v-109v; BNL 248, fl. 210v-214; BNL 349, fl. 1v-2; BNL 375, fl. 139v-162v, 164-167; BNL 416, fl. 1-69, 69v-88v, 88v-97; BNL 446, fl. 1-204v, 205-220. Sobre Isidoro de Sevilha vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶¹² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 151, fl. 1v-70; BNL 177; BNL 356, fl. 1-37; BNL 423; BNL 426; BNL 435, fl. 1-7v, 7v-71v. Sobre Beda vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶¹³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 169, fl. 1-100. Sobre João Damasceno vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶¹⁴ Sobre Plotino vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶¹⁵ Sobre Porfírio vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶¹⁶ GILSON, Étienne - *La philosophie au Moyen Âge...*, p. 108 e ss.

escritos inventariados aos bernardos, foi indiscutivelmente Agostinho, ainda que tenha sido antecedido por Macróbio¹⁶¹⁷, Calcídio¹⁶¹⁸ e Mário Vitorino¹⁶¹⁹ na tentativa de fazer a síntese do platonismo com a religião cristã¹⁶²⁰.

Para os Padres latinos, na transição entre o mundo clássico e o medieval, situados na charneira entre o espírito ordenado e racional pagão e a radical proposta cristã que subscreveram, o diálogo entre razão e fé, não desligável da educação clássica de que muitos foram portadores, foi sempre um tema recorrente de controvérsia, suscitando um amplo questionamento teológico e a adoção de posicionamentos diferentes por parte dos vários teóricos que pensaram o *topos*. Algumas das atitudes assumidas pelos autores patrísticos no âmbito dessa polémica – a favorável ao racionalismo, a revelantista e a conciliatória –, perpassam, em grande medida, nos escritos arrolados em Alcobaça.

Outros trabalhos afetos ao fundo alcobacense, muito embora não reportando diretamente à tradição Patrística, lidaram de forma próxima com ela. Nesse caso estão os autores do século IV Possídio, biógrafo e amigo de Agostinho¹⁶²¹, Rufino de Aquileia, apologista de Orígenes e continuador de Eusébio de Cesareia¹⁶²² e um Papa, Dâmaso I, um grande impulsionador da chancelaria papal, combatente feroz de cismas e desvios heréticos, o mesmo que chamou Jerónimo para secretário na Cúria, e a quem encomendou a revisão latina da *Bíblia*, conhecida pela *Vulgata*¹⁶²³.

Para além dos citados, outros autores da Antiguidade Tardia surgem representados no fundo bibliográfico. A sua presença na coleção testemunha o conhecimento, por parte do monacato alcobacense, das experiências e realidades do período, época em que se consolidaram os avanços dogmáticos, momento de sedimentação do platonismo na sua reinterpretação cristã e da estabilização da doutrina católica. Muitos desses indivíduos preocuparam-se com o combate anti-herético, dada a proliferação de heterodoxias religiosas que se desenvolveram nesses tempos, com propostas desviantes face à dogmática cristã e concorrentes com ela. São exemplos

¹⁶¹⁷ Sobre Macróbio vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶¹⁸ Sobre Calcídio vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶¹⁹ Sobre Mário Vitorino vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶²⁰ GILSON, Étienne - *La philosophie au Moyen Âge...*, p. 115 e ss.

¹⁶²¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 367, fl. CXXVIV-CXXXIIV. Sobre Possídio vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶²² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 360, fl. 175; BNL 367, fl. I-XXXIX. Sobre Rufino de Aquileia vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶²³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 335, fl. 1v-2. Sobre Dâmaso I vid. Anexos, quadro 33.

dessa postura, tão típica do espírito do tempo, Próspero da Aquitânia¹⁶²⁴ e Paulo Orósio¹⁶²⁵, com trabalhos na coleção onde atacam precisamente essas divergências doutrinárias, manifestando a sua oposição frontal às cisões do arianismo, do pelagianismo e do nestorianismo. Outros, como Paulino de Milão¹⁶²⁶, Orânio¹⁶²⁷, Constâncio de Lião¹⁶²⁸ e António, discípulo de S. Simeão, o Estilita¹⁶²⁹, abraçaram a hagiografia, confirmando a importância ascendente do género hagiográfico nessa época, modalidade literária depois propagada a todo o medievo. Quase todos se ocuparam dos comentários às *Sagradas Escrituras*, tipo de escritos que esteve em voga ao longo de toda a medievalidade. O ideal da vida ascética, por sua vez, é exemplificado por Juliano Pomério, autor de uma *De vita contemplativa et activa*, atestada no armário¹⁶³⁰.

O século VI e o seguinte estão bem relativamente bem representados no fundo claustral, com a notória exceção de Boécio entre os grandes nomes do período, um dos principais articuladores da tradição clássica e cristã¹⁶³¹. Quanto aos outros grandes mediadores literários da cultura latina dispuseram de textos no mosteiro: Cassiodoro¹⁶³², Gregório Magno¹⁶³³, Gregório de Tours¹⁶³⁴ e Isidoro de Sevilha¹⁶³⁵. Propiciaram, em conjunto, muito do conhecimento sobre os autores clássicos em Alcobaça, pelo que sem a sua presença seria bem mais pobre a informação dos monges sobre a cultura greco-latina, pois, até ao século XIII, aparentemente nenhum exemplar de trabalhos de autores do mundo clássico foi admitido no edifício religioso.

¹⁶²⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 153, fl. LXXX-Civ; BNL 356, fl. 51v-52v, 64-67v, 67v-71v, 71v-74, 74-93, 93-96v, 96v-98. Sobre Próspero da Aquitânia vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶²⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 400, fl. 172-173; BNL 415, fl. 52v-146v. Sobre Paulo Orósio vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶²⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 367, fl. XCVII-CVIII. Sobre Paulino de Milão vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶²⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 367, fl. CXXXIIv-CXXXV. Sobre Orânio vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶²⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 367, fl. LXXXIIIv-XCVII. Sobre Constâncio de Lião vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶²⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 454, fl. XV-XVIIv. Sobre António vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶³⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 356, fl. 112-137. Sobre Juliano Pomério vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶³¹ Sobre Boécio vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶³² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 37, fl. LXXXVIIv-CXII. Sobre Cassiodoro vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶³³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 34; BNL 176, fl. 2-124v; BNL 239, fl. 121v-188; BNL 246, fl. 203v; BNL 248, fl. 171v-189v, 189v-208, 208-210; BNL 349, fl. 2v-182v; BNL 350; BNL 351; BNL 369; BNL 372, fl. 1-32.

¹⁶³⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 334, fl. 48-95v, 100-103v; BNL 454, fl. XXXVII-XXXVIII. Sobre Gregório de Tours vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶³⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 194, fl. 7-161v; BNL 195, fl. 1v-109v; BNL 248, fl. 210v-214; BNL 349, fl. 1v-2; BNL 375, fl. 139v-162v, 164-167; BNL 416, fl. 1-69, 69v-88v, 88v-97; BNL 446, fl. 3v-204v, 205-220.

Remonta também ao sexto século da era cristã a existência de Bento de Núrsia, o autor da *regula benedicti*, de que se puderam encontrar três cópias no inventário bibliográfico alcobacense¹⁶³⁶. Refira-se que a regra teve extrema importância para a organização da vida monástica e disciplinar de várias famílias cenobíticas, em especial para o monaquismo cisterciense, precisamente de matriz beneditina, pelo que não seria provável a ausência de cópias do regulamento na fundação alcobacense. A regra de S. Bento consistiu, na prática, num desenvolvimento e aprimoramento da *regula magister*, conhecendo um uso generalizado e gradual nas observâncias monásticas. As prescrições beneditinas, compostas por um prólogo e 73 capítulos, ordenavam a vida monástica e estabeleciam, em função de uma divisão do dia por horas canónicas, as atividades quotidianas da comunidade, orientando-as para a espiritualidade, numa lógica de serviço divino não isenta de exigências culturais. Sendo uma regra cuja conceção remonta ao século VI, teve grande viabilidade e acolhimento nas fundações monásticas nas centúrias seguintes, especialmente a partir do século IX, quando os carolíngios a elevaram a regra única, ainda que só no século XI se tenha praticamente concretizado a uniformidade na sua observância, por impulso da reforma gregoriana¹⁶³⁷.

Além dos anteriores, reconhecem-se no armário alcobacense mais alguns nomes do século VI, embora de uma segunda de linha de importância, designadamente os hispânicos Apríngio de Beja¹⁶³⁸, Martinho de Dume¹⁶³⁹ e Paulo de Mérida¹⁶⁴⁰, a quem se devem juntar Fausto de Glanfeuil¹⁶⁴¹, Fulgêncio de Ruspe¹⁶⁴², Agostinho de Cantuária¹⁶⁴³ e João Alexandrino, também conhecido por João Gramático, mais um teólogo do campo oriental da Cristandade¹⁶⁴⁴.

¹⁶³⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 231, fl. 89-135, 138-170; BNL 281, fl. 1-14v.

¹⁶³⁷ I MATTOSO, José - Liturgia monástica e religiosidade popular na Idade Média..., p. 183-190.

¹⁶³⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 247, fl. 1-12. Sobre Apríngio de Beja vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶³⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 248, fl. 86-90v. Sobre Martinho de Dume, vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁴⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 454, fl. I-XV. Sobre Fausto de Glanfeuil, vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁴¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 454, fl. XXv-XXXv. Sobre Paulo de Mérida, vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁴² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 415, fl. 1-51v. Sobre Fulgêncio de Ruspe vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁴³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 232, fl. 215-215v. Sobre Agostinho de Cantuária vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁴⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 454, fl. CLXXXVIIIv-CLXXXVI. Sobre João Alexandrino vid. Anexos, quadro 33.

Quanto aos textos produzidos no século VII não resultaram da atividade de um grande número de autores, embora alguns deles estivessem consagrados na livraria monástica com bastantes escritos. A apreciação do perfil de autores da centúria deve ter possibilitado aos monges brancos a perceção da preponderância hispânica na época. De facto, a literatura peninsular, viveu então um período de inabitual fulgor e visibilidade, revelando a capacidade de se impor em esferas exteriores ao mundo ibérico. A essa época remontam as obras dos bispos Isidoro¹⁶⁴⁵, Bráulio¹⁶⁴⁶ e Ildefonso¹⁶⁴⁷, como do abade Valério de Bierzo, um visigótico possuidor de uma produção escrita com algum significado no recheio bibliográfico¹⁶⁴⁸. A figura mais destacada foi, sem dúvida, o bispo sevillhano, importância que lhe foi sobejamente reconhecida pelos monges brancos, tal a quantidade de títulos de sua autoria que foram assimilados pelo armário claustral, ultrapassando a dezena de unidades. De uma órbita diferente, mas do mesmo período, há o monge Jacob Diácono, que cumpriu apostolado nas ilhas britânicas, onde redigiu uma célebre hagiografia dedicada a Sta. Pelágia, também recebida em ambiente cisterciense¹⁶⁴⁹.

O século VIII, no que à produção textual se refere, surge aparentemente em Alcobça com pouca expressão, tanto no que respeita ao número de autores, como ao quantitativo de obras apresentadas assacáveis ao período. A escassez de produtores textuais e de peças bibliográficas é assaz sintomática da conjuntura literária da centúria, funcionando por essa razão como um ótimo barómetro da época, marcada pela rarefação da produção literária, resultante do analfabetismo e da iliteracia, e caracterizado pela deslocação dos centros da cultura latina tradicionais, situados na península itálica e nas regiões gaulesas, para regiões habitualmente periféricas: as paisagens das ilhas britânicas¹⁶⁵⁰. Espaços insulares que foram, neste contexto, de extraordinária importância no processo de renovação do saber e de melhoria dos níveis de

¹⁶⁴⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 194, fl. 7-161v; BNL 195, fl. 1v-109v; BNL 248, fl. 210v-214; BNL 349, fl. 1v-2; BNL 375, fl. 139v-162v, 164-167; BNL 416, fl. 1-69, 69v-88v, 88v-97; BNL 446, fl. 3v-204v, 205-220.

¹⁶⁴⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 446, fl. 1v-3. Sobre Bráulio de Saragoça vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁴⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 149, fl. 1-4. Sobre Ildefonso de Toledo vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁴⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 454, fl. LXXV-LXXVI, LXXVI-LXXVIII, LXXXIIIv-LXXXIIIv, LXXXIIIv-LXXXVIIIv, LXXXVIIIv-CIII. Sobre Valério de Bierzo vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁴⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 454, fl. XXXVIII-XLI v. Sobre Jacob Diácono vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁵⁰ BANNIARD, Michel - *A génese cultural da Europa...*, p. 125-131.

escolaridade. Os mosteiros do território, criados na sua maior parte na sequência do ambicioso projeto de evangelização de Gregório Magno, assumiram a função de verdadeiras salvaguardas culturais durante esse período de menoridade intelectual¹⁶⁵¹. Aí foi possível conservar incólume a cultura clássica latina e o saber antigo escorado nas artes liberais, de onde foram irradiados para o continente europeu, para regiões gaulesas e germânicas, graças à diligência dos autores carolíngios, como Alcuíno de York, o conselheiro de Carlos Magno e grande responsável pelo renascimento carolíngio, com o seu ambicioso programa de revisitação da cultura clássica e de lançamento de uma rede de escolas claustrais.

Neste contexto de translação cultural, a Península Ibérica subsistiu ainda como ativo polo intelectual, embora em perda de influência, depois de ocorrer a conquista árabe. A marca deixada pelos hispânicos do séc. VIII na coleção conventual teve a particularidade de provir do norte ocidental, destacando-se os trabalhos aí encontrados do monge asturiano Beato de Liébana¹⁶⁵². Quanto a britânicos da oitava centúria representados na biblioteca da congregação cisterciense estiveram o *Venerável* Beda, aliás, um dos autores com mais trabalhos admitidos em Alcobaça, e o seu discípulo, o citado Alcuíno de York¹⁶⁵³. Da mesma época, mas do lado oriental do mundo cristão, não pode passar sem referência o conhecimento da comunidade monástica do Padre da Igreja João Damasceno, por via de uma história edificante, de contornos lendários, conhecida por *Liber gestorum Barlaam et Josaphaat*¹⁶⁵⁴.

O século IX foi profundamente marcado pela projeção cultural carolíngia, que assentou em dois travejamentos: a componente linguística, que previa a melhoria das competências gramáticas no emprego do latim, e a restauração do programa das artes liberais, matriz do saber desde a época clássica¹⁶⁵⁵. A marca dessa agenda cultural é perceptível da análise das cópias de textos carolíngios conservados pelos monges de Alcobaça, confirmando que a comunidade monástica estaria a par do núcleo duro da

¹⁶⁵¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 34, fl. 76v-81; BNL 176, 2-124v; BNL 239, fl. 121v-188; BNL 246, fl. 203v; BNL 248, fl. 171v-189v, 189v-208, 208-210; BNL 349, fl. 2v-182v; BNL 350; BNL 351, BNL 369; BNL 372, fl. 1-32. Sobre Gregório Magno, ou Gregório I, vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁵² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 247, fl. 13-183. Sobre Beato de Liébana vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁵³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 334, fl. 1-3. Sobre Alcuíno de York vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁵⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 169, fl. 1-100.

¹⁶⁵⁵ GODMAN, Peter - Il período carolíngio. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi, E. Menestó. Vol. 3. *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 339-374.

reflexão carolíngia: Rábano Mauro¹⁶⁵⁶, Remígio de Auxerre¹⁶⁵⁷, Pascásio Radberto¹⁶⁵⁸, Esmaragdo¹⁶⁵⁹, Floro de Lião¹⁶⁶⁰ e Berengaud de Ferrière¹⁶⁶¹. Todos produziram escritos que mereceram acolhimento na abadia portuguesa. Expressaram, cada um a seu modo, a essência da tradição carolíngia. Do representativo elenco de autores emerge apenas uma ausência, todavia uma falha notável, a de Escoto Erígena, um dos grandes e mais originais pensadores da época¹⁶⁶². Excêntrica a este universo carolíngio é a figura de Anastásio, o bibliotecário da cúria romana que se destacou como hagiógrafo, de quem as estantes monásticas receberam pelo menos um trabalho¹⁶⁶³.

Quanto aos autores do século X estiveram quase omissos do recheio bibliográfico, período em que a vida intelectual teimou em não descolar, malgrado o surto cultural carolíngio na centúria antecedente, mas cujos rápidos avanços quedaron enfraquecidos pela desagregação imperial, sobretudo depois da assinatura do tratado de Verdun e do saque viquingue de várias abadias. São escassos os autores da décima centúria que se conseguem divisar: apenas os cluniacenses Odo, segundo abade de Cluny¹⁶⁶⁴, e Adso, abade de Dewes¹⁶⁶⁵. Relativas ao século X, mais do que as obras autógrafas, foram as obras anónimas a dispor de cópias na livraria claustral, em particular as peças litúrgicas e rituais, espécie de textos muito apreciada pelo movimento gregoriano, mobilizados com enorme eficácia pela ordem cluniacense com o objetivo de substituição do rito hispano-moçárabe pelo rito romano¹⁶⁶⁶.

Também não abundam as cópias em Alcobaça de textos originais do século XI, embora esteja representado nas estantes abaciais o mais importante dos pensadores do

¹⁶⁵⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 333; BNL 426, fl. 250v-252; BNL 435, fl. 71v-142v. Sobre Rábano Mauro vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁵⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 246, fl. 204. Sobre Remígio de Auxerre vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁵⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 416, fl. 131v-229. Sobre Pascásio Radberto vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁵⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 169, fl. I-LIv; BNL 263, fl. 9-244v. Sobre Esmaragdo vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁶⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 368. Sobre Floro de Lião vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁶¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 232, fl. 103-214v. Sobre Berengaud de Ferrière vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁶² Sobre Escoto Erígena vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁶³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 342, fl. 1v-2v. Sobre Anastásio Bibliotecário vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁶⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 70. Sobre Odo de Cluny vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁶⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 194, fl. 169-172v. Sobre Adso de Dewes vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁶⁶ MATTOSO, José - *Le monachisme ibérique et Cluny: les monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200*. Louvain: Université de Louvain, 1968.

tempo: Anselmo, arcebispo da Cantuária, em quem se divisa o grande ascendente exercido por Sto. Agostinho¹⁶⁶⁷. Por seu turno Anselmo foi um grande influenciador de Gilberto Crispino, abade de Westminster, que lhe pretendeu complementar o pensamento. Todavia, foi o lado polemista e ortodoxo de Gilberto a garantir presença no repertório bibliográfico monástico, com o seu libelo antijudaico conhecido como *Disputatio christiani et judei*¹⁶⁶⁸. Um hispânico converso, Pedro Afonso, antes da conversão conhecido por Moisés Sefaradi, redigiu na mesma época uma obra com grandes afinidades temáticas, animada por propósitos semelhantes, também ela constante da biblioteca abacial, intitulada *Dialogus contra judaeos*¹⁶⁶⁹. Os dois panfletos anti hebraicos cristalizam um momento específico em que se agudizaram a animosidade e as tensões entre cristãos e judeus, em grande parte só possível graças ao clima de relativa pacificação interna vivido dentro do catolicismo em torno do ano mil, sem grandes movimentos secessionistas a singrar, permitindo a renovação das interpelações face aos tradicionais inimigos de fé, algo que se transformará bastante no século XII com a explosão dos movimentos heréticos¹⁶⁷⁰. Esse clima de hostilidade latente também se prende com um renascimento da reflexão no interior do Judaísmo levada a cabo nos séculos XI e XII. Seja como for, a presença de conteúdos dessa natureza no mosteiro cisterciense sugere, em grande medida, uma visão rigorista dos monges alcobacenses em termos da ortodoxia religiosa.

Um outro foco de interesse proporcionado pela literatura relativa ao século XI que foi reunida em Sta. Maria de Alcobaça relacionou-se com o direito. A existência de uma obra com essas características no fundo, devida a Burcardo de Worms¹⁶⁷¹, associada a outros tratados legais produzidos nas centúrias seguintes, demonstra uma certa atenção dedicada aos assuntos jurídicos por parte dos monges alcobacenses, numa tendência genérica da sociedade coeva a que não permaneceu alheio nenhum sector da vida religiosa, regular ou secular¹⁶⁷². A origem dessa literatura legal inseriu-se numa forte

¹⁶⁶⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 37, fl. I-LXXXVII; BNL 153, fl. CC-CCVIIv; BNL 170, fl. 43-55v, 56-92v, 110v-146v.

¹⁶⁶⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 148, fl. 123-147. Sobre Gilberto Crispino vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁶⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 148, fl. 1-123. Sobre Pedro Afonso, ou Moisés Sefaradi, vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁷⁰ VAUCHEZ, André - En occident: la repression de l'hérésie et les nouvelles formes de dissidence. In *Histoire du Christianisme*. Dir. J.-M. Mayeur, Ch. E. L. Pietri, A. Vauchez e M. Venard. Vol. 5: *Apogée de la paupaté et expansion de la Chretienté*. (1050-1274), p. 819-844.

¹⁶⁷¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 365. Sobre Burcardo de Worms vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁷² NOGUEIRA José Artur Anes Duarte - *Sociedade e direito em Portugal na Idade Média...*

tentativa de proceder à renovação dos estudos jurídicos, que passou pela recuperação do direito latino, e que iria redundar, pouco depois, na criação da universidade de Bolonha, especializada em matérias legais¹⁶⁷³.

Outra tendência revelada pela consulta do inventário das obras monásticas relaciona os membros do cenóbio com os estudos gramaticais. Consentiram, pelo menos, a entrada na livraria a duas obras do lexicógrafo itálico Papias, que viveu no século XI: uma gramática latina, conhecida sob a designação de *Ars grammatica* e um glossário alfabético, designado vulgarmente por *Vocabularium*, do qual sobreviveram três exemplares no *armarium*¹⁶⁷⁴. A atração sentida, por parte dos monges alcobacenses, pelos conteúdos gramaticais em grande medida se terá devido à importância concedida pela congregação ao ensino e aos méritos possuídos pelas obras de gramática para a escolarização do corpo de formandos. Finalmente dessa periodização ainda são rastreáveis no mosteiro alcobacense sermões do bispo de Tours, Hildeberto Lavardin¹⁶⁷⁵, e um relato de carácter maravilhoso produzido por um monge hispânico da região da Galiza de pseudónimo Trezenzónio¹⁶⁷⁶.

Por sua vez, os séculos XII e XIII, ao contrário dos antecedentes, foram momentos de grande explosão literária, caracterizados por uma insistente atividade de replicação textual, potenciada por novas conquistas técnicas e pela produção de pensamentos originais¹⁶⁷⁷. As novas linhas de reflexão e pesquisa, por vezes devidas a impulsos contraditórios e conflituantes, foram suscitadas principalmente por quatro ordens de razões: a consagração do direito¹⁶⁷⁸, a renovação da espiritualidade¹⁶⁷⁹, o aparecimento da escolástica como método de aproximação ao conhecimento¹⁶⁸⁰ e a descoberta de textos de conteúdo inédito, da época clássica, que ao questionarem o modelo vigente, levaram, a termo, à rutura do paradigma intelectual alto medieval¹⁶⁸¹. A convocação ao depósito bibliográfico de muitos textos produzidos por autores desses dois séculos

¹⁶⁷³ GARCÍA y GARCÍA, Antonio - As faculdades de direito..., p. 389-407.

¹⁶⁷⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 424-425, BNL 426, fl. 1v-155, 155v-219. Sobre Papias vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁷⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 171. Sobre Hildeberto Lavardin, ou Hildeberto de Tours vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁷⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 37, fl. 6v-8. Sobre Trezenzónio vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁷⁷ HASKINS, Charles Homer - *The renaissance in the twelfth century*..., p. 70-92.

¹⁶⁷⁸ NARDI, Paolo - *Diritto civile e diritto canonico*..., p. 511-540.

¹⁶⁷⁹ VAUCHEZ, André - *A espiritualidade da Idade Média ocidental*....

¹⁶⁸⁰ VAUCHEZ, André; BAGLIANI, Agostino Paravicini - L'essor des universités et de la thologie scolastique. In *Histoire du Christianisme*. Dir. J.-M Mayeur, Ch. E L. Pietri, A. Vauchez e M. Venard. Vol. 5: *Apogée de la paupaté et expansion de la Chretienté*. (1050-1274), p. 795-818.

¹⁶⁸¹ CHIESA, Paolo - *Le traduzione*..., p. 165-196.

fornece a prova de que a comunidade de monges de Alcobaça estava em relação, não só, com as grandes correntes do pensamento do passado, mas também em estreita comunicação com as sensibilidades literárias coevas e, portanto, bem consciente e atenta às questões que atravessavam o seu tempo.

Dos vários autores do século XII que contribuíram com textos para a livraria da casa cisterciense, os decretalistas, como Bernardo de Pavia¹⁶⁸² e Hugúcio de Pisa, contam-se entre os mais acolhidos¹⁶⁸³. A aquisição de tratados jurídicos e de compilações de decretos pelo mosteiro dá uma ideia do recrudescimento da importância das matérias legais no período, bem como do relativo interesse reservado ao direito pelos monges portugueses.

Para além do direito, também a reflexão teológica e espiritual levada a cabo nos grandes polos culturais do século XII mereceu a atenção da comunidade cenobítica de Alcobaça. Foram incluídos, entre os códices à guarda monástica, textos procedentes das grandes correntes intelectuais do tempo: a escola de Chartres¹⁶⁸⁴, os monges de S. Vítor de Paris¹⁶⁸⁵ e a própria ordem cisterciense, muito influenciada pelo pensamento de S. Bernardo¹⁶⁸⁶. O bispo e Santo Ivo de Chartres, indivíduo de forte predisposição humanista, é um dos que representa, no núcleo alcobacense, a escola catedral de Chartres, centro ímpar de estudos clássicos, adepto do platonismo e atento às matérias da gramática e da retórica¹⁶⁸⁷. Afeto à mesma tradição chartrense esteve Bernardo de

¹⁶⁸² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 173, fl. 10-116. Sobre Bernardo de Pavia vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁸³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 277. Sobre Hugúcio de Pisa vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁸⁴ CLERVAL, Alexandre - *Les écoles de Chartres au Moyen Âge: du V au XVI siècle*. Frankfurt: Minerva, 1965.

¹⁶⁸⁵ CHENU, M.-D. - *Civilization urbaine et théologie...*, p. 1253-1263. São Vitor foi uma abadia parisiense de cônegos regulares agostinhos. É, no século XII, um foco intenso de ensino e de estudo, sobretudo teológicos, e um centro fervoroso de vida contemplativa. Os estudos de teologia, especialmente de teologia mística, propiciam ocasião para abordar certos problemas de interesse filosófico. Os vitorinos inspiram-se, evidentemente, no pensamento do seu «fundador», Sto. Agostinho, mas com uma grande largueza de espírito, que os torna acolhedores de outras influências. Assinalemos três domínios de interesse filosófico, nos quais os vitorinos se distinguiram: a classificação das ciências; as provas da existência de Deus; a psicologia do conhecimento e do querer nova marca da influência agustiniana e resultado do interesse votado à teologia mística.

¹⁶⁸⁶ GILSON, Étienne - *La théologie mystique de Saint Bernard*. Paris: J. Vrin, 1947.

¹⁶⁸⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 146; BNL 171, fl. 1-7v, 8-72. Sobre Ivo de Chartres vid. Anexos, quadro 33.

Tours¹⁶⁸⁸, numa curta lista de autores que integra ainda o bispo Pedro de Celles, exegeta alegórico e pensador cristológico¹⁶⁸⁹.

Particularmente requisitados pelos alcobacenses foram os textos produzidos pela intelectualidade formada em torno da abadia parisiense de S. Vítor, composta pelos cónegos regulares de Sto. Agostinho, talvez a mais renomada e respeitada das escolas do século XII, altura em que esteve particularmente ativa. A sua tradição intelectual denotou grande influência do pensamento agostiniano, figura tutelar para a canónica vitorina, em cuja regra se inspiraram os cónegos regulares para fundarem a congregação. Os estudos desenvolvidos pelos monges de S. Vítor centraram-se nas questões teológicas, adotando uma atitude filosófica que os correlaciona com a corrente mística e especulativa típica do período, a qual muito contribuíram para fortalecer com os seus postulados. Os mestres mais celebrados da abadia de Paris foram Hugo e Ricardo de S. Vítor, ambos bem conhecidos dos monges cistercienses; melhor, no entanto, o primeiro do que o segundo. O conhecimento dos cistercienses de Alcobaça foi particularmente aprofundado no caso de Hugo de S. Vítor, sendo a personalidade que encima a lista dos mais requisitados pela comunidade monástica portuguesa¹⁶⁹⁰. O destaque concedido pelos monges de Sta. Maria de Alcobaça ao vitorino tem consubstancia uma preferência dos alcobacenses pela produção escrita de um cónego regente. Um facto que sai reforçado em razão de se lhe seguir Agostinho na lista dos escritores mais requeridos na casa cisterciense. Só depois, em terceiro lugar no rol dos mais apreciados, aparece o nome de Bernardo de Claraval, enfim, uma figura da ordem.

É fundamentalmente em função de uma grande afinidade espiritual, simbolizada na corrente mística especulativa a que se ligaram tanto bernardos como regentes, que se compreende o elevado número de textos de vitorinos na abadia, superando as três dezenas no conjunto, na esmagadora maioria subscritos por Hugo de S. Vítor, como referido. Ricardo de S. Vítor aparece no núcleo bibliográfico apenas com duas obras: o *De statu interioris hominis post lapsum*, reflexão sobre a condição humana, depois da

¹⁶⁸⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 380, fl. 44-45. Sobre Bernardo de Tours vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁸⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 154, fl. 79-81. Sobre Pedro de Celles vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁹⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 153, fl. I-LIV, LIVv-LXXX; BNL 154, fl. 1v-70v; BNL 155, fl. 1-53v, 54-74v, 75-82, 82v-85v, 86-100v, 100v-104v, 104v-114v, 114v-128, 128v-132v, 133-134v, 135-142, 142v-143; BNL 156; BNL 170, fl. 93-100; BNL 242, fl. 1v-60v, 61-161; BNL 243, fl. 1-15, 11v-25v, 26-28, 28v-37, 37-56, 56-72, 72v-86, 86-156v; BNL 244, fl. 1-191v. Sobre Hugo de S. Vítor vid. Anexos, quadro 33.

queda, e um livro dedicado aos patriarcas¹⁶⁹¹. Ao que parece, as grandes obras teóricas do sucessor de Hugo na direção da casa parisiense, os dois Benjamins – o *Benjamin maior* e o *Benjamin menor* – foram ignoradas no claustro. Para além de Hugo e Ricardo de S. Vítor, outros elementos visíveis em Alcobaça ligados à canónica regrante foram Guarnério de S. Vítor e Pedro Comestor. O primeiro escreveu uma obra de reflexão sobre os *Moralia in Job*, de Gregório Magno, de que um excerto chegou à livraria claustral¹⁶⁹². Quanto ao segundo, muito interessado na exploração de questões litúrgicas e teológicas, deve-se-lhe uma *Historia scholastica*, narrativa da história sagrada produzida a partir de fontes ecléticas, seguramente apreciada pelos monges de Cister, considerando-se a presença de duas cópias identificadas na fundação claustral¹⁶⁹³. Não pertencentes à abadia de S. Vítor, mas seguidores da mesma regra agostiniana observada pelos vitorinos, foram os cónegos regulares premonstratenses Hugo Farsito da abadia de Soissons, e Zacarias Crisopolitano, respetivamente autores de uma peça hagiográfica dedicada à Virgem¹⁶⁹⁴ e de uma interpretação sobre os nomes dos *Evangelhos*, ambas figurando na livraria constituída pela comunidade monástica¹⁶⁹⁵.

No essencial, a via mística partilhada por cistercienses e cónegos regulares, especialmente por vitorinos entre estes últimos, muito embora divergindo no número de etapas e na configuração proposta, consistia invariavelmente numa espécie de itinerário espiritual composto por várias jornadas, cada uma delas propiciatória da posterior, avalizando o ingresso num novo estágio, superior, de aprofundamento ascético, até chegar o momento decisivo e extático da reunião do homem com Deus. Mesmo não sendo consensual a forma como foi interpretada a experiência da vida contemplativa por essas ordens e apesar de divergirem radicalmente no modo como encaravam o contributo do saber clássico no acesso ao conhecimento divino, cistercienses e vitorinos estavam intimamente unidos por essa proposta de desenvolvimento interior que faziam,

¹⁶⁹¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 170, fl. 1-42v; BNL 370, fl. 200-201v. Sobre Ricardo de S. Vítor vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁹² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 370, fl. 1-199. Sobre Guarnério de S. Vítor, vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁹³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 339; BNL 340. Sobre Pedro Comestor vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁹⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 149, fl. 21-112. Sobre Hugo Farsito vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁹⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 246, fl. 1-200v, 201-203; BNL 407. Sobre Zacarias Crisopolitano vid. Anexos, quadro 33.

baseada na purificação espiritual, método para a ascensão mística e via para a comunhão de vontades entre homem e divindade¹⁶⁹⁶.

A visão cisterciense da espiritualidade foi definida por Bernardo de Claraval, o grande provedor desse tipo de literatura à fundação portuguesa¹⁶⁹⁷. Mas outros monges brancos ilustres dispuseram de textos em Alcobaça. Um desses teóricos, Guilherme de St. Thierry foi, de resto, um amigo e biógrafo de Bernardo¹⁶⁹⁸. As propostas espirituais suportadas por ambos continham um estreito parentesco entre si, como seria previsível, embora não se confundissem exatamente. A literatura produzida por cistercienses do século XII armazenada na livraria abacial incluiu ainda os trabalhos de Guerrico de Igny, que foi convidado pessoalmente por Claraval para se juntar à ordem, alguém dotado de forte sentido espiritual e caritativo, temas subjacentes às suas *Quaestiones*¹⁶⁹⁹. Outro cisterciense, Pedro Chantre acabou os seus dias numa casa da ordem, tendo antes do seu recolhimento desempenhado as funções de teólogo na escola catedral de Paris. Assinou muitas obras teológicas, das quais a mais célebre foi a suma de teologia pastoral *Verbum abbreviatum*, conhecida dos monges de Alcobaça, além de que fez comentários extensos aos dois testamentos e refletiu, por escrito, sobre a vida monástica e as suas condições, mas desses escritos não há memória no mosteiro¹⁷⁰⁰.

Para além das várias escolas e tradições mencionadas – a de Chartres, a de S. Vítor e a de Cister –, alguns espaços beneditinos afirmaram-se como ativos núcleos de reflexão na centúria uncentista, apesar da sua origem bem anterior: a abadia de Fulda, cuja escola esteve origem da multiplicação das escolas capitulares e monásticas que estiveram no centro da atividade cultural na Europa cristã até à emergência das universidades¹⁷⁰¹, e a abadia de Déols¹⁷⁰². Na casa-mãe dos cistercienses portugueses, a representar o polo germânico esteve o monge Rogério de Fulda, com várias réplicas de

¹⁶⁹⁶ VAUCHEZ, André - *A espiritualidade da Idade Média ocidental...*, p. 94-103.

¹⁶⁹⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 152, fl. I-XLVIIv, XLVIIv-LXVI, LXVIv-XCVI, XCVI-CIv, CIII-CXXV, CXXV-CXXXVIIIv, CXXXVIIIv-CLVI, CLVI-CLXXVIII, CLXXVIII-CXCIXv; BNL 168 LXXXI-CIv, CXXIv-CXXXVIIv; BNL 187, fl. 83v-95; BNL 357-358.

¹⁶⁹⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 372, fl. 33-86. Sobre Guilherme de St. Thierry vid. Anexos, quadro 33.

¹⁶⁹⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 147, fl. 266v-268. Sobre Guerrico de Igny vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷⁰⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 68. Sobre Pedro Chantre vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷⁰¹ GILSON, Étienne - *La philosophie au Moyen Âge...*, p. 191.

¹⁷⁰² HUBERT, Jean - L'abbaye exempte de Déols et la Papauté (X^e-XII^e siècles). *Bibliothèque de l'école des Chartes*. 145 (1987) 5-44.

um *Legendarium per annum*¹⁷⁰³, enquanto Herveu de Déols assegurou o conhecimento alcobacense do segundo desses centros através das diversas exposições que fez ao *Antigo Testamento* e de textos de cariz eucarístico¹⁷⁰⁴. Beneditino, tal como os anteriores, mas ligado à abadia de Saint Germer de Flaix, foi Radulfo, um exegeta e comentador que escreveu uma célebre exposição ao livro do *Levítico* do *Antigo Testamento*, a cuja popularidade não foi imune a congregação de Alcobaça¹⁷⁰⁵.

Também a tradição anglo-saxónica da mesma época não foi ignorada pelos monges alcobacenses. Há vários exemplos de textos litúrgicos, hagiográficos e epistolares de autores da época ducentista com atividade nas ilhas britânicas. Balduíno de Cantuária, um firme adepto e pregador da Guerra Santa, deixou um tratado litúrgico sob a designação *De sacramentis altaris*, que se encontrou no fundo bibliográfico do mosteiro¹⁷⁰⁶. Como ele, o bispo de Londres Gilberto Foliot¹⁷⁰⁷ e o abade Bento de Petersburgo, seus contemporâneos, tiveram textos no armário abacial. O primeiro foi um grande opositor de Tomás Beckett, ao contrário do segundo, conhecido defensor e apologista do chanceler britânico, a quem dedicou um relato dividido em duas partes: um martirológio, sob o título de *Passio Thomae Cantuariensis archiepiscopi*, e uma descrição dos seus feitos e milagres, chamada *Passio et miracula sancti Thomae Cantuarensis*, ambos admitidos na livraria¹⁷⁰⁸. Por sua vez, Pedro de Blois, que foi arcediogo das sés de Bath e de Londres e também chanceler e secretário na diocese de Cantuária, subscreveu um conjunto de epístolas encontradas no núcleo dos cistercienses portugueses¹⁷⁰⁹.

Uma outra tradição característica do século XII, a goliarda, muito relacionada com a vida estudantil e boémia que se começou a desenvolver com a criação das universidades medievais, teve aparentemente um único representante no contexto da

¹⁷⁰³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 418-422. Sobre Rogério de Fulda vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷⁰⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 359, fl. 1-30, 30-37v, 37v-42v; BNL 406. Sobre Herveu de Déols vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷⁰⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 405. Sobre Radulfo de Flaix vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷⁰⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 450, fl. LXVIIv-CXXXV. Sobre Balduíno de Cantuária vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷⁰⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 404. Sobre Gilberto Foliot vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷⁰⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 143; BNL 172. Sobre Bento de Petersburgo vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷⁰⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 12, fl. IX-CCLXII. Sobre Pedro de Blois vid. Anexos, quadro 33.

biblioteca de Alcobaça, por intermédio de Hugo Primas de Orleães, o compositor de uma *Carmen* acomodada no núcleo bibliográfico¹⁷¹⁰.

Mas o século XII deve a maior parte do seu prestígio ao facto de ser considerado, muito justamente, o século da primeira fase da escolástica. De facto, a escolástica foi o principal método de investigação na pesquisa intelectual, com uma utilização continuada durante toda a baixa Idade Média¹⁷¹¹. O seu impacto foi tão fundo na tradição do pensamento medieval que não seria razoável esperar o alheamento dos monges de Alcobaça dos principais textos que contribuíram para a sua sedimentação e estruturação. Com efeito, olhando para a bibliografia dos bernardos portugueses confirma-se o seu conhecimento sobre a literatura de vanguarda do período. Decisivo na etapa inaugural de afirmação da escolástica, e grande influenciador do seu curso futuro, foi Pedro Lombardo, que muito bebeu das concepções augustinianas. O teólogo e mestre foi bastante apreciado no núcleo alcobacense, como se depreende da recolha aí efetuada de vários textos seus, dos quais que se destaca inevitavelmente a sua obra maior, o *Liber sententiarum*¹⁷¹², do qual existem dois exemplares inventariados, ao lado dos comentários deixados às *Epístolas Paulinas* e aos *Salmos* de David¹⁷¹³. As *Sentenças*, como também ficou conhecido o trabalho do bispo parisiense, correspondem a um enorme compêndio de quatro volumes, onde foram registados, de forma lógica e harmónica, os ditos e pensamentos das maiores autoridades religiosas, desde a antiga Patrística aos autores coevos, enriquecidos pelas glosas e comentários da própria produção de Pedro Lombardo. A importância da obra pode ser aferida a partir do seu uso como manual escolar nas faculdades de teologia das universidades medievais, permanecendo como texto de estudo de forma ininterrupta até ao século XVI, emparelhando com a própria *Bíblia* no campo dos estudos teológicos. Outra razão para a projeção alcançada pelo escrito radicou nos abundantes comentários que lhe foram apostos pelos grandes mestres uncentistas e ducentistas, uns abonatórios, outros mais críticos, mas que no conjunto concorreram para a sua enorme popularidade.

Igualmente relacionado com o nascente movimento escolástico, João Beleteo, o reitor da cátedra de teologia em Paris, compôs um importante tratado litúrgico, bastante

¹⁷¹⁰ Vid. BNL 195, fl. 109v-110v. Sobre Hugo Primas de Orleães vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷¹¹ ANDRADE, António Alberto Banha de - Escolástica. Lisboa: [s.n.], 1955. Separata de *Filosofia*, 6 (1955) 1-8.

¹⁷¹² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 235; BNL 362, fl. 3-275v. Sobre Pedro Lombardo vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷¹³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 233; BNL 234, fl. 1-131v; BNL 354-355; BNL 401.

difundido mais tarde, no século XIII, a *Summa de ecclesiasticis officiis*, outro dos textos arquivados na livraria¹⁷¹⁴. A relação dos dois escolásticos com a cidade parisiense esclarece plenamente sobre a primazia da universidade de Paris no debate intelectual, o grande centro teológico por excelência e a cena das polémicas doutrinárias dessa primeira fase da escolástica¹⁷¹⁵.

No âmbito precisamente da escolástica desenvolveram-se várias técnicas e ferramentas, entre as quais ganhou preponderância a utilização inovadora da gramática. Na verdade, a partir da centúria uncentista esta disciplina começou a adquirir uma componente científica e um uso especulativo que até aí lhe eram estranhos, inaugurando um tipo de investigação e pesquisa a que os séculos XII e XIII iriam dedicar extrema atenção¹⁷¹⁶. A gramática deixava de ter como função única garantir a correção linguística para lhe serem cometidas competências e valias científicas muito devedoras da lógica. Nesse quadro axial cabia à gramática o objetivo de identificar as regras universais de estruturação linguística, a fim de determinar as relações entre linguagem e pensamento, entre sintaxe e significância¹⁷¹⁷. O precursor deste movimento foi Ebrardo de Béthune, com a sua obra fundadora: o *Graecismus*, um manual que aspirou à sistematização da matéria lógica e especulativa, procedendo para isso a uma análise sintática das línguas latina e grega¹⁷¹⁸. O achado desta obra em Alcobaça mostra, para além do reconhecimento feito pela comunidade monástica ao potencial formativo e pedagógico da gramática, a exposição dos membros do cenóbio à investigação mais avançada conduzida ao nível do cruzamento da lógica com a linguística. Um outro uso da gramática remetia para uma linha de ação mais conservadora e tradicionalista, conexas com as necessidades de uniformização etimológica. É neste campo que se enquadra a receção alcobacense da obra do referido Zacarias Crisopolitano: um tratado com a intenção de harmonizar gramatical e etimologicamente os vocábulos gregos, latinos e hebraicos dos *Evangelhos*, o *De concordia evangeliarum*, obra acessível aos

¹⁷¹⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 450, fl. I-LXVIIv. Sobre João Beleteo vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷¹⁵ VAUCHEZ, André; BAGLIANI, Agostino Paravicini - L'essor des universités et de la thologie scolastique..., p. 795-818.

¹⁷¹⁶ BURSILL-HALL, G. L. - *Speculative grammars of the middle ages. The doctrine of «partes orationis» of the modistae*. Paris: Mouton, 1971.

¹⁷¹⁷ IDEM, *ibidem*.

¹⁷¹⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 48. Sobre Ebrardo de Béthune vid. Anexos, quadro 33.

cenobitas em mais do que uma réplica, a que acresce uma interpretação dos nomes contidos nos *Evangelhos*¹⁷¹⁹.

O século XIII consagrou decisivamente a escolástica: manteve-se o uso do método, com as suas virtudes analíticas e dialéticas, mas foi redireccionado o enfoque das pesquisas, entrando desse modo o movimento na sua segunda fase. Continuou a subsistir a polaridade parisiense como núcleo do escolasticismo, mas foi adicionada uma nova centralidade, fornecida pela universidade de Oxford, espaço intelectual em que o aristotelismo nascente encontrou terreno fértil para se exprimir, aí se disseminando a partir da segunda década da centúria¹⁷²⁰. Nesses anos ducentistas, a gramática continuou a ocupar um enorme espaço no domínio das questões especulativas, e um livro do franciscano Alexandre de Villedieu conhecido por *Doctrinale* surgiu nesse enquadramento dando sequência ao *Graecismus* betuniano. Mas foi outra obra de Villedieu a requisitada pelos alcobacenses, quase tão difundida como a sua famosa gramática versificada: as *Derivationes*¹⁷²¹. A observância religiosa do mestre gramático parisiense remete para uma das maiores novidades experimentadas pelo século XIII: a irrupção das novas ordens mendicantes, facto capital no período com múltiplas consequências e ramificações na vida da sociedade coeva, a não menor das quais foi a diversificação dos agentes culturais do período¹⁷²². Franciscanos e dominicanos, mais os segundos que os primeiros, desde o início da fundação das ordens relacionaram-se de forma muito íntima com a cultura do seu tempo e assumiram funções destacadas, nomeadamente ao nível do magistério universitário, como já se sublinhou em mais de uma ocasião¹⁷²³.

Nesse particular, uma vez mais, os alcobacenses denunciaram a sua propensão para o ecletismo cultural ao privilegiarem a chegada ao armário institucional de alguma da principal literatura produzida por membros das congregações dos frades menores e dos pregadores, apesar das óbvias diferenças entre as duas propostas religiosas, beneditina e mendicante. Outros exemplos de franciscanos, como Villedieu, presentes

¹⁷¹⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 246, fl. 1-200v, 201-203; BNL 407. Sobre Zacarias Crisopolitano vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷²⁰ LOHR, C. H. - The medieval interpretation of Aristotle..., p. 80-98.

¹⁷²¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 151, fl. 71-128. Sobre Alexandre de Villedieu vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷²² VERGER, Jacques - Studia et universités. In *Le scuole degli ordini mendicanti: secoli XIII-XIV*. Todt: Presso l'Accademia Tudertina, 1978, p. 173-203.

¹⁷²³ IDEM, *ibidem*, p. 173-203.

nos escaparates da casa cisterciense, foram João de Rupella, um mestre teólogo, e Gerardo Odão, que chegou a ocupar o cargo de ministro geral da ordem. Os testemunhos de cada um, achados em Alcobaça, reduzem-se a duas peças: um tratado prático de fazer sermões, no caso do primeiro¹⁷²⁴, e um sentenciário, no do segundo¹⁷²⁵, mas nos trabalhos de ambos os seguidores de Francisco de Assis é possível conferir o rasto deixado pelo *corpus* aristotélico descoberto e pela literatura árabe que o acompanhou. Isto porque o primeiro juntou à influência de Aristóteles a de Avicena, enquanto o segundo foi um comentador exaustivo das categorias aristotélicas, em especial produzindo reflexões sobre a ética.

Por sua vez, entre os dominicanos com títulos avalizados na coleção codicológica de Alcobaça contam-se Bernardo Guido¹⁷²⁶, Guilherme Pérault¹⁷²⁷, Hugo de Saint-Cher¹⁷²⁸, Jacob de Voragine¹⁷²⁹ e Martinho de Polónia¹⁷³⁰, a que se juntam os hispânicos Paio de Coimbra¹⁷³¹ e Raimundo de Penhaforte¹⁷³². A figura maior da intelectualidade da centúria ducentista, outro frade pregador, o transalpino S. Tomás de Aquino constou também na biblioteca de Alcobaça, por intermédio da sua incontornável *Suma de teologia* e graças a uma importante coleção de comentários vertidos aos quatro livros das *Sentenças* de Pedro Lombardo¹⁷³³.

Nenhum escolástico do século XIII foi capaz de iludir a questão aristotélica ou os comentários às obras de Aristóteles vertidos pelos pensadores árabes, eixo basilar em que incidiu a reflexão tomista. Mas o comentário árabe pautou-se por uma total discrição na biblioteca alcobacense, ao mesmo tempo que se constata a ausência de quaisquer obras originais vertidas pelos grandes pensadores muçulmanos,

¹⁷²⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 5, fl. 10; finais. Sobre João de Rupella vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷²⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 153, fl. CIVv-CLXXXIV. Sobre Gerardo Odão vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷²⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 367, fl. 6, fl. suplem. Sobre Bernardo Guido vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷²⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 196. Sobre Guilherme Pérault vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷²⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 147, fl. 263v-265v. Sobre Hugo de Saint-Cher vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷²⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 40, fl. 1-370v. Sobre Jacob de Voragine vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷³⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 16. Sobre Martinho de Polónia vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷³¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 5, fl. 1-3; I-CLXXIX. Sobre Paio de Coimbra vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷³² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 201. Sobre Raimundo de Penhaforte vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷³³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 261; BNL 265-266; BNL 269. Sobre Tomás de Aquino, vid. Anexos, quadro 33.

contemporâneos ou anteriores. A inexistência claustral de textos árabes suscita alguma dose de confusão quando se repara no ecletismo literário posto na aquisição bibliográfica e a pluralidade de sensibilidades admitidas na bibliografia alcobacense. A surpresa aumenta perante a presença dos cistercienses em pleno território hispânico, principal palco das grandes traduções das obras de Aristóteles do período, e a maior porta de entrada da literatura muçulmana na Cristandade, e sobe de tom quando se olha à particular situação geográfica de Alcobaça nesse momento concreto da história ibérica, na charneira entre os mundos árabe e cristão, ocupando uma zona de povoamento misto e de contactos intensos, logo mais facilmente permeável às trocas culturais entre contingentes de populações árabes e moçárabes¹⁷³⁴. Há, no entanto, que dar algumas tonalidades a esta observação, considerando-se a posição periférica do Gharb al-andalus, do ponto de vista cultural.

Para obter uma explicação para o fenómeno é necessário esgrimir a hipótese da ortodoxia cisterciense, transparente, por exemplo, no apelo de Bernardo de Claraval às Cruzadas¹⁷³⁵. Com esse pressuposto em mente, torna-se possível supor uma renúncia voluntária à apropriação de textos árabes, por parte dos monges da ordem de Cister. A mesma rigidez doutrinária cisterciense poderá explicar, ato contínuo, a presença muito tardia de obras de Aristóteles nas estantes claustrais, remetendo para um período em que a síntese do platonismo com o aristotelismo já se consumara. Nesse sentido, a inexistência de escritos aristotélicos, antes do século XIV, pode ter configurado uma tentativa deliberada, por parte dos responsáveis cistercienses, de evitarem a exposição dos seus monges aos perigos do racionalismo aristotélico, na sua forma pura¹⁷³⁶. Pelo menos na aparência, os escritos originais do grego só foram disponibilizados ao claustro depois de se ter verificado a sua receção em território hispânico, para uma época em que o seu conhecimento já não oferecia riscos para a teologia, quando a sua obra já estava conciliada com o pensamento oficial da Igreja na síntese proposta por Tomás de Aquino, que expurgou o pensamento de Aristóteles das interpretações menos conformes às disposições eclesiásticas¹⁷³⁷.

¹⁷³⁴ LAVAJO, Joaquim Chorão - Islão e Cristianismo..., p. 91-133.

¹⁷³⁵ RUNCIMAN, Steven - *História das cruzadas*. Vol. 2. ..., p. 205-208.

¹⁷³⁶ De acordo com o *Inventário dos Códices Alcobacenses*..., tomado como base para estas conclusões, só se conhecem textos de Aristóteles em códices com redacção posterior ao período, datados do século XIV.

¹⁷³⁷ CHENU, M.-D. - *Introduccion a l'étude de Saint Thomas d'Aquin*. Paris: J. Vrin, 1974.

Se em relação ao século XII e aos que o precedem são poucas as tendências e sensibilidades que não estão representadas na literatura conservada pela elite religiosa alcobacense, já se vê que relativamente ao século XIII se podem detetar várias ausências significativas, a começar nas falhas anotadas quanto à literatura clássica recuperada e à produção árabe, lacunas a que há que juntar as ausências de certos movimentos relacionados com a segunda escolástica, marcada por um despertar evangélico e pela emergência da ciência teológica¹⁷³⁸.

Se a corrente tomista está representada, o fundo ressent-se inevitavelmente de algumas falhas autorais importantes. Nesse caso, ocorreram duas situações típicas: autores que pecaram por ausência, a par de outros que ingressaram em momento mais tardio no espólio, revelando um hiato entre a génese do seu pensamento e a materialização das obras que o expressam na coleção da *congregatio*. Em qualquer das situações, tratando-se de faltas efetivas ou apenas de atrasos revelados na apropriação bibliográfica, o resultado de tal cenário é terem permanecido fora do convento algumas tradições intelectuais do século XIII. Fica por esclarecer se decorreram de opções deliberadas por parte da comunidade monástica ou antes se deveram a meras razões circunstanciais; sendo que no caso dos autores arabófonos, as ausências parecem ter radicado em orientações bem precisas.

Entre os definitivamente ausentes do fundo estão grandes pensadores baixo-medievais, como o mestre dominicano Alberto Magno¹⁷³⁹, ou Siger de Brabante, o principal rosto do aristotelismo heterodoxo¹⁷⁴⁰, assim como figuras incontornáveis da reflexão aristotélica ou anti-herética, casos de João Duns Escoto¹⁷⁴¹ ou Raimundo Lúlio¹⁷⁴². À semelhança do acontecido no caso de literatura árabe, tão pouco há referência de literatura hebraica do período no armário. Como exemplo de autores importantes que acederam tardiamente ao espólio literário, serve o caso de S. Boaventura, o mestre franciscano que lançou as bases do neoagustinianismo, surgido na biblioteca apenas depois da viragem do século, já em plena centúria trecentista¹⁷⁴³.

¹⁷³⁸ IDEM - *La théologie au douzième siècle...*, p. 221 e ss.

¹⁷³⁹ Sobre Alberto Magno vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷⁴⁰ Sobre Siger de Brabante vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷⁴¹ Sobre Duns Escoto vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷⁴² Sobre Raimundo Lúlio vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷⁴³ Sobre S. Boaventura vid. Anexos, quadro 33.

Mas não só a escolástica cunhou culturalmente o século XIII; também o direito conheceu protagonismo. No capítulo das matérias jurídicas, a abadia de Alcobaça foi capaz de incorporar no seu espólio algumas das obras dos principais decretalistas desse período, mas esteve longe aparentemente de conseguir reunir o conjunto do *Corpus iuris civilis* e do *Corpus iuris canonici*, consagrados na época. Em todo o caso, Egídio de Fuscaris¹⁷⁴⁴, Bartolomeu de Brescia¹⁷⁴⁵, Godofredo de Trano¹⁷⁴⁶, João de Deus¹⁷⁴⁷, Raimundo de Penhaforte¹⁷⁴⁸ e Tancredo de Bolonha¹⁷⁴⁹ foram todos prestigiados tratadistas e peritos em direito com obras presentes no claustro.

Por outro lado, o momento do apogeu da teocracia papal, também está, de alguma forma, assinalado em Alcobaça, mas não com o impacto que se esperaria, limitada uma obra do máximo representante da hierarquia eclesiástica, o papa Inocêncio III¹⁷⁵⁰. Por seu turno, a espiritualidade da época está personificada no mosteiro por um hispânico, o bispo Bartolomeu de Silves, um antigo monge alcobacense, que contribuiu para fundo com o tratado *De viduitate*, onde refletiu sobre a viuvez como o título latino do texto esclarece¹⁷⁵¹.

Importa agora, mudando o enfoque da pesquisa, sair da análise cronológica para a análise individual, com a intenção de procurar as razões para a admissão dos principais autores e autoridades na biblioteca monástica, relevando com mais pormenor a sua importância histórica, destacando os escritos mais relevantes produzidos por cada um, e procurando perceber o valor relativo dessas obras no âmbito das suas produções individuais (vid. gráfico 4).

¹⁷⁴⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 371, fl. I-XXX. Sobre Egídio de Fuscaris vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷⁴⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 371, fl. XXX-XXXVI. Sobre Bartolomeu de Brescia vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷⁴⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 43, fl. 1-206v. Sobre Godofredo de Trano vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷⁴⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 371, fl. 14-21. Sobre João de Deus vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷⁴⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 201. Sobre Raimundo de Penhaforte vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷⁴⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 371, fl. 1-14. Sobre Tancredo de Bolonha vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷⁵⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 380, fl. 14-31. Sobre Inocêncio III vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷⁵¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 239, fl. 1-120. Sobre Bartolomeu de Silves vid. Anexos, quadro 33.

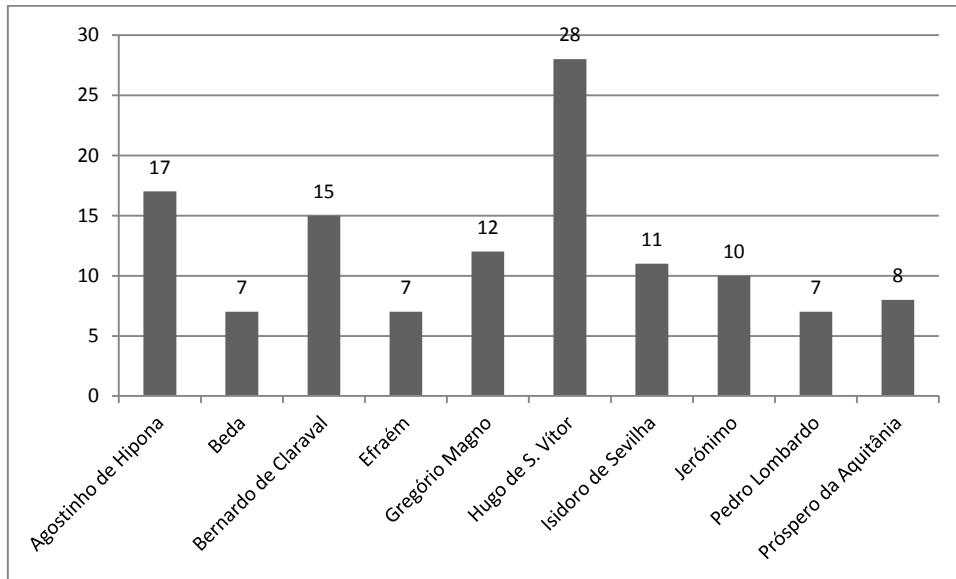


GRÁFICO 4: DISTRIBUIÇÃO DE OBRAS POR AUTORES MAIS REPRESENTADOS (ALC)

Fonte: *Índice do Inventário dos Códices Alcobacenses*

Assim, hierarquizando as personalidades mais requisitadas pela comunidade monástica, em função do número de exemplares conservados, surge no topo do rol Hugo de S. Vítor, a quem estão afetos 28 textos¹⁷⁵². A obra que mais reputação concedeu a Hugo de S. Vítor foi o *Didaskalion*, à disposição dos monges da fundação portuguesa, uma espécie de manual para uso claustral, aparentado com as enciclopédias¹⁷⁵³. São ainda de destacar, no âmbito de livros da sua autoria que caíram sob tutela alcobacense: o *De sacramentis*¹⁷⁵⁴, o *De arca Noe*¹⁷⁵⁵ e o *Liber de ecclesiasticis sacramentis*¹⁷⁵⁶, a par de uma variada homilética, alguns opúsculos e comentários escriturísticos.

O vitorino foi um dos representantes da via mística e da espiritualidade do século XII, juntamente com Bernardo de Claraval, o terceiro a recolher maior aceitação no escrínio alcobacense, a quem estão creditados quinze títulos¹⁷⁵⁷. A espiritualidade foi, como se viu, um valor muito sublimado pela congregação cisterciense, opção em clara sintonia com a via de recolhimento e ascese radical professada pela ordem de

¹⁷⁵² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 153, fl. I-LIV, LIVv-LXXX; BNL 154, fl. 1v-70v; BNL 155, fl. 1-53v, 54-74v, 75-82, 82v-85v, 86-100v, 100v-104v, 104v-114v, 114v-128, 128v-132v, 133-134v, 135-142, 142v-143; BNL 156; BNL 170, fl. 93-100; BNL 242, fl. 1v-60v, 61-161; BNL 243, fl. 1-15, 11v-25v, 26-28, 28v-37, 37-56, 56-72, 72v-86, 86-156v; BNL 244, fl. 1-191v.

¹⁷⁵³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 155, fl. 1-53v.

¹⁷⁵⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 156.

¹⁷⁵⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 154, fl. 1v-70v.

¹⁷⁵⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 153, fl. LIVv-LXXX.

¹⁷⁵⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 152, fl. I-XLVIIv, XLVIIv-LXVI, LXVIv-XCVI, XCVI-CIV, CIII-CXXV, CXXV-CXXXVIIIv, CXXXVIIIv-CLVI, CLVI-CLXXXVIII, CLXXXVIII-CXCIXv; BNL 168 LXXXI-CIV, CXXIV-CXXXVIIv; BNL 187, fl. 83v-95; BNL 357-358.

Cister. O místico Bernardo de Claraval ingressou na abadia essencialmente por via de numerosos sermões e algumas narrativas das vidas de santos, ele que se destacou como emérito hagiógrafo. Duas obras do lote merecem particular destaque: o *De consideratione ad Eugenium papam*, onde afirmou a supremacia do poder espiritual sobre o temporal¹⁷⁵⁸, e o *De diligendo Deo*, um tratado que ilumina sobre a dimensão ascética do seu pensamento¹⁷⁵⁹.

O bispo Agostinho antecedeu o cisterciense, entre os autores mais consagrados em Alcobaça, com dezassete títulos arrogados¹⁷⁶⁰. Para além da relevante quantidade de escritos que integraram as escolhas monásticas alcobacenses é de sublinhar, em primeiro lugar, a qualidade intrínseca desses textos. No lote reunido estão presentes os elementos nucleares da reflexão augustiniana sobre as questões teológicas e assuntos de fé: a graça, a predestinação, o pecado, o livre arbítrio, a consubstancialidade das pessoas divinas, as escolhas morais do homem, bem como a sua visão filosófica da história e o fôlego polemista que exibiu nas lutas contra as heterodoxias. A angariação desses textos pelos monges traduz a incontestada influência do hiponense exibida por toda a Idade Média e, em concreto, o eco que encontrou a sua reflexão junto dos cistercienses. Destacam-se do inventário da biblioteca claustral as obras teológicas *De civitate Dei*¹⁷⁶¹, as *Retractationes*¹⁷⁶² e o *De Trinitate*¹⁷⁶³, ao lado das *Confessiones*, uma espécie de biografia pessoal, onde relatou os factos relacionados com a sua conversão¹⁷⁶⁴. Dos textos do bispo de Hipona considerados como fundamentais só um deles aparenta ter estado ausente do inventário: o *De doctrina Christiana*, relativo à interpretação das *Esrituras*, onde discorreu sobre as bases em que devia assentar uma sólida formação cristã.

Entre os restantes autores com dois dígitos de obras catalogadas nas estantes de Alcobaça, equivalendo-se em número de textos documentados, estiveram Gregório

¹⁷⁵⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 152, fl. I-XLVIIv.

¹⁷⁵⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 152, fl. CXXXVIIIv-CLVI.

¹⁷⁶⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 168, fl. CXXXVII v-CXXXIX, 1-9; BNL 237; BNL 331, fl. 1v-34, 34-35v, 35v-160v; BNL 332; BNL 335, fl. 24-30; BNL 343; BNL 344-346; BNL 348, fl. 1v-55; BNL 359, fl. 54-62; BNL 402; BNL 416, fl. 97v-112; BNL 440; BNL 454, fl. CLXXXVIv-CLXXXVIIIv.

¹⁷⁶¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 332.

¹⁷⁶² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 331, fl. 1v-34.

¹⁷⁶³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 331, fl. 35v-160v.

¹⁷⁶⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 237.

Magno¹⁷⁶⁵, Isidoro de Sevilha e Jerónimo, dispondo respetivamente de doze, onze e dez títulos cada. As obras fundamentais compostas por Gregório I foram os *Diálogos*¹⁷⁶⁶, o *In pastoralibus*, ou *Liber regulae pastoralis*, como também foi designado¹⁷⁶⁷, e os *Moralia in Job*¹⁷⁶⁸. Por ordem, correspondem a uma coleção hagiográfica de quatro volumes, com grande acolhimento popular, um opúsculo sobre o apostolado eclesiástico, normalizando o exercício do ministério pastoral e dois livros de comentários alegóricos às *Escrituras*, dominados por preocupações éticas, didáticas e morais, amplamente difundidos na medievalidade. As homilias identificadas no fundo, compostas pelo pontífice, têm raiz na mesma pretensão edificante dos *Moralia*¹⁷⁶⁹. A acrescentar aos trabalhos de sua responsabilidade patentes na biblioteca abacial, vêm alguns comentários a passagens bíblicas¹⁷⁷⁰, um tratado exemplar sobre os vícios e as virtudes cristãs¹⁷⁷¹ e um manuscrito com recomendações disciplinares sobre a vida religiosa¹⁷⁷².

À semelhança do Papa Gregório I e de Agostinho, o bispo de Sevilha, Isidoro, teve muito do *corpus* essencial da sua obra reunido pelos monges brancos¹⁷⁷³. Disponíveis para consulta no claustro estiveram várias obras de referência do hispânico, com as famosas *Etimologias* em primeiro plano de evidência¹⁷⁷⁴. Para além das questões gramaticais, o interesse manifesto por Isidoro pelas ciências naturais, em particular pela geografia física, sobressai dos textos tributados a Sisebuto, conhecidos como *De naturis rerum*, dos quais o inventário mostra igualmente dois exemplares, um dos quais não conservado na íntegra¹⁷⁷⁵. Somam-se, a estes, duas cópias das *Sententiae*, tratado em três tomos, onde o hispânico se ocupou da tentativa de modelação do comportamento dos fiéis¹⁷⁷⁶. No plano da imposição da ortodoxia, também à guarda da abadia esteve a

¹⁷⁶⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 34, fl. 76v-81; BNL 176, fl. 2-124v; BNL 239, fl. 121v-188; BNL 246, fl. 203v; BNL 248; fl. 171v-189v, 189v-208, 208-210; BNL 349-351; BNL 369; BNL 372, fl. 1-32. Sobre Gregório I, ou Gregório Magno vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷⁶⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 176, fl. 2-124v.

¹⁷⁶⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 34, fl. 76v-81.

¹⁷⁶⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 349-351.

¹⁷⁶⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 369.

¹⁷⁷⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 372, fl. 1-32.

¹⁷⁷¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 248, fl. 189v-208, 171v-189v.

¹⁷⁷² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 248, fl. 208-210.

¹⁷⁷³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 194, fl. 7-161v; BNL 195, fl. 1v-109v; BNL 248, fl. 210v-214; BNL 349, fl. 1v-2; BNL 375, fl. 139v-162v, 164-167; BNL 416, fl. 1-69, 69v-88v, 88v-97; BNL 446, fl. 1-204v, 205-220. Sobre Isidoro de Sevilha vid. Anexos, quadro 33.

¹⁷⁷⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 446, fl. 1-204v.

¹⁷⁷⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 375, fl. 164-167; BNL 446, fl. 205-220.

¹⁷⁷⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 195, 1v-109v; BNL 416, fl. 1-69.

obra de carácter apologético *Adversus hebraeos*, libelo que serviu ao hispânico para atacar a fé judaica¹⁷⁷⁷. É de assinalar, todavia, apesar do importante interesse do núcleo de Isidoro em Alcobaça, a ausência aparente de dois trabalhos importantes da sua vasta produção: a primeira história da Hispânia, conhecida por *História dos Godos*, em que pronunciou os visigóticos como herdeiros da latinidade, conferindo o cimento ideológico para justificar a fusão das culturas romana e gótica, além do texto teológico designado por *De fide Catholica*, um tratado doutrinal em que elucubrou sobre as questões centrais da fé.

Por sua vez, a contribuição direta de Jerónimo de Estridão para os escaparates alcobacenses foi muito diversificada, atestando a sua enorme versatilidade¹⁷⁷⁸. As obras mantidas em ambiente monástico alcobacense revelam as suas capacidades como comentador escriturístico, epistológrafo, gramático e hagiógrafo, vislumbradas a partir de um conjunto de exposições relativas a livros veterotestamentários¹⁷⁷⁹, epístolas avulsas sobre tópicos diversos¹⁷⁸⁰, um livro com preocupações gramaticais, dedicado à interpretação dos nomes hebraicos¹⁷⁸¹, e uma *vita* de S. Malco¹⁷⁸². Indiretamente, o bispo milanês é indissociável dos vários exemplares da *Bíblia* abrigados pela abadia, na tradução que fez para latim do *Antigo e Novo Testamento*, conhecida como a *Vulgata*.

Em número de oito são os trabalhos que valeram a Próspero da Aquitânia o sétimo lugar no *ranking* dos autores inventariados¹⁷⁸³. Das obras do secretário pontifício de Leão I residentes em Alcobaça constou um texto declaradamente de carácter teológico, o *De vocatione gentium*, em que abordou a doutrina da Salvação, afirmando a concessão da Graça a todos os homens, alvitando em favor da possibilidade de salvação geral da humanidade, numa perspetiva ontologicamente positiva¹⁷⁸⁴. Os contactos que Próspero manteve com Agostinho de Hipona, de quem foi fervoroso apologista, traduziram-se na chegada ao armário de duas cópias de uma carta dirigida

¹⁷⁷⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 375, fl. 139v-162v.

¹⁷⁷⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 145, fl. 33-146; BNL 335, fl. 1-229v; BNL 336-338; BNL 356, fl. 37-64; BNL 367, fl. XXXIX-XLII, CLXv-CLXII; BNL 400, fl. 1-171v; BNL 426, fl. 219-249.

¹⁷⁷⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 336-338; BNL 356, fl. 37-64; BNL 400, fl. 1-171v.

¹⁷⁸⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 145, fl. 33-146; BNL 335, fl. 1-229v; BNL 367, fl. CLXv-CLXII.

¹⁷⁸¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 426, fl. 219-249.

¹⁷⁸² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 367, fl. XXXIX-XLII.

¹⁷⁸³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 153, fl. LXXX-Civ; BNL 356, fl. 51v-52v, 64-67v, 67v-71v, 71v-74, 74-93, 93-96v, 96v-98.

¹⁷⁸⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 356, fl. 74-93.

pelo primeiro ao segundo¹⁷⁸⁵. A correspondência epistolar mantida por Próspero incluiu ainda uma carta dirigida a Rufino, encontrada nos códices da abadia¹⁷⁸⁶. Redigidos já depois da morte do bispo africano, destacam-se três opúsculos, de que houve também cópias em poder alcobacense, onde o aquitano fez a defesa das posições de Agostinho contra os seus detratores: o *Liber responsionum ad excerpta quae de Genuensi civitate sunt missa*, o *Liber responsionum contra capitula Gallorum* e o *Liber responsionum contra objectionum Vicentianarum*¹⁷⁸⁷. As marcas da presença de Próspero da Aquitânia no fundo bibliográfico cessam com um sentenciário¹⁷⁸⁸.

No final da lista de preferências, em plano de igualdade, surgem Beda, Efraim e Pedro Lombardo. Apresentam absoluta paridade entre si, com sete obras cada. O insular, grande recetor e transmissor da cultura latina, foi conhecido na fundação de Cister exclusivamente como comentador escriturístico, pois são dessa tipologia as explanações, interpretações e exposições bíblicas por si compostas, distribuídas por vários códices¹⁷⁸⁹. Sem dúvida importantes e muito características da sua produção escrita, não resumem a solidez, versatilidade e profundidade do pensamento do Padre da Igreja britânico. As competências do *Venerável* como cronista e enciclopedista, testemunháveis em escritos como a *História Eclesiástica da Bretanha* e o *De rerum natura*, enciclopédia de ciências naturais, análoga às *Etimologias* de Sto. Isidoro, e tal como ela muito difundida na Idade Média, terão sido, ao que parece, desconhecidas pela comunidade cenobítica. Quanto ao sírio Efraim, compositor celebrado de hinos, deixou escritos importantes para a espiritualidade e para a história do dogma e da doutrina cristã, alguns dos quais estão catalogados no fundo¹⁷⁹⁰. Abordam substancialmente matérias espirituais. A finalizar o rol, Pedro Lombardo, com vários trabalhos no armário. Para além de dois exemplares das *Sententiarium*¹⁷⁹¹, outras composições atribuídas ao mestre-escola parisiense foram conhecidas pela comunidade monástica de

¹⁷⁸⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 356, fl. 96v-98; BNL 359, fl. 51v-52v.

¹⁷⁸⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 356, fl. 93-96v.

¹⁷⁸⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 356, fl. 71v-74, 67v-71v, 64-67v.

¹⁷⁸⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 153, fl. LXXX-Civ.

¹⁷⁸⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 151, fl. 1v-70; BNL 177; BNL 356, fl. 1-37; BNL 423; BNL 426; BNL 435, fl. 1-7v, 7v-71v.

¹⁷⁹⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 168, fl. I-XXV, XXVv-XXX, XXXv-XXXIV, XXXIV-XXXVIII, XXXVIIIv-XLIIv, XLIII-XLIII v, XLIX-LIIv.

¹⁷⁹¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 235; BNL 362, fl 3-275v.

Alcobaça, no caso duas cópias de comentários aos salmos davídicos¹⁷⁹² e três transcrições de glosas feitas às *Epístolas paulinas*¹⁷⁹³.

Atendendo aos autores mais representados no armário alcobacense verifica-se que são uma boa ilustração do quadro que se vem traçando, ao nível das grandes tendências do pensamento medieval, sintetizando-as com alguma propriedade. Esse lote de autores consiste num conjunto algo heterogéneo de personalidades que se estende por uma longa diacronia. Colocam em evidência certos espaços e épocas, facultando uma reconstituição do percurso da cultura latina e cristã durante a medievalidade, sinalizando as suas etapas mais significativas e permitindo acompanhar as condições da sua evolução e sobrevivência

Cronologicamente, a distribuição autoral apresenta três individualidades do séc. IV: Efraim, Agostinho e Jerónimo; e um igual número do século XII: Pedro Lombardo, Hugo de S. Vítor e Bernardo de Claraval. O largo espectro do intervalo temporal põe em relevo, desde logo, a transversalidade das leituras alcobacenses, ao mesmo tempo que dá mostras do sentido histórico dos monges, que os levou, no âmbito do projeto de estruturação bibliográfica, a projetar a sua atenção quer para épocas mais afastadas, recuando a um passado longínquo mas historicamente relevante no percurso eclesiástico, quer na direção da sua contemporaneidade. Denuncia um inequívoco interesse pelas autoridades que fixaram o cânone e a doutrina, isto é, pelos principais responsáveis pelo estabelecimento das fundações teóricas da Igreja católica, e mostra a atenção com que olharam a própria época do nascimento da fundação cisterciense portuguesa, período de grande vivacidade intelectual na história do ocidente medieval, atravessado por várias propostas estimulantes, entre as quais a da renovação da experiência espiritual¹⁷⁹⁴, a afirmação do método escolástico¹⁷⁹⁵ e o recrudescimento do interesse pelas disciplinas da gramática, da medicina e do direito¹⁷⁹⁶.

O contraste com a incidência de autores dessas duas centúrias é oferecido pelo largo período compreendido entre os séculos V e VIII, para o qual apenas se regista a ocorrência nos escaparates de um autor por século: Próspero da Aquitânia, no século V,

¹⁷⁹² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 354 -355.

¹⁷⁹³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 233: BNL 234, fl. 1-131v; BNL 401.

¹⁷⁹⁴ VAUCHEZ, André - *A espiritualidade da Idade Média ocidental...*

¹⁷⁹⁵ CHENU, M.-D. - *La théologie au douzième siècle...*

¹⁷⁹⁶ BURSILL-HALL, G. L. - *Speculative grammars of the middle ages. The doctrine of partes orationis of the modistae*. Paris: Mouton, 1971; SIRAISSI, Nancy - *A faculdade de Medicina...*, p. 361-385; NARDI, Paolo - *Diritto civile e diritto canonico...*, p. 511-540.

Gregório Magno, no século VI, Isidoro de Sevilha, no século VII, e Beda, no século VIII. Uma presença espúria que espelha o quadro cultural descrito para a época da sua existência, marcado por um recuo da produção escrita, pelo abaixamento dos níveis de erudição, por um emagrecimento demográfico das elites letradas, e que se pode resumir como um clima generalizado de desmembramento intelectual, a que escaparam apenas setores isolados da Cristandade¹⁷⁹⁷. A intensa recolha de exemplares bibliográficos deste núcleo de autoridades levada a cabo pela comunidade monástica diz bem do protagonismo alcançado por elas num contexto de atrofamento cultural, enquanto salvaguardas de um saber antigo, pois contribuíram, cada uma a seu modo, para a manutenção e perenidade da cultura latina e cristã nos períodos em que viveram.

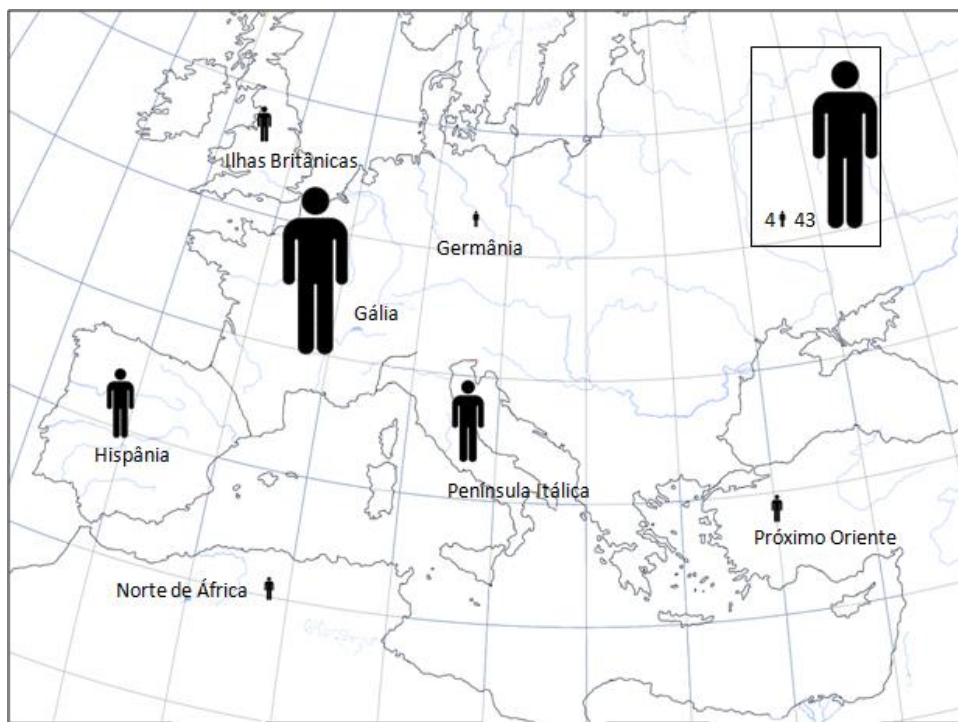
Outro dado a reter, nenhum dos autores mais requisitados pela comunidade cisterciense portuguesa viveu entre os anos oitocentos e mil, em pleno período alto medieval, marcado pela baixa produção escrita, com a exceção do episódio carolíngio, relativamente fugaz, apesar do fulgor cultural atingido¹⁷⁹⁸. Fruto de circunstâncias paradoxais, a explosão bibliográfica que se reconhece para a centúria ducentista e a valia qualitativa atribuída às obras produzidas no período, em média muito elevada, originou a ausência de autores do século XIII entre o grupo dos mais apetecidos, na medida em que a maior oferta de autores e de textos implicou uma diversificação nas preferências autorais, ingressando na livraria numerosos textos, mas com autoria repartida por muitos autores, sem que algum deles se tenha destacado particularmente do conjunto para os monges.

Geografia dos autores e autoridades

Do ponto de vista da ocupação do espaço, e atendendo aos núcleos onde os autores mais comuns no armário claustral desenvolveram a sua principal atividade e produção escrita, muitas vezes em áreas bastante diferente das suas origens, extrai-se um retrato bastante coerente daquilo que foi a dinâmica da literatura medieval e da sucessão de ciclos de vida dos centros literários mais importantes, com as suas emergências, apogeus e ocasos (Vid. mapa 6).

¹⁷⁹⁷ BANNIARD, Michel - *A génese cultural da Europa...*, p. 102.

¹⁷⁹⁸ GODMAN, Peter - *Il período carolíngio...*, p. 339-374.



MAPA 6: GEOGRAFIA DE AUTORES E AUTORIDADES (ALC)

Fonte: *Índice do Inventário dos Códices Alcobacenses*

A cronologia mais antiga destaca a primazia inicial da parte oriental da bacia mediterrânica, constituída pelo Próximo Oriente, pela costa magrebina e pelas regiões transalpinas, ou seja, os principais núcleos da tradição Patrística oriental e ocidental¹⁷⁹⁹. O primeiro desse polos está personificado na lista de autores mais requisitados por Orígenes, Efraim, Eusébio de Cesareia, Gregório de Nazianzo, João Crisóstomo e João Damasceno; enquanto com atuação em terras norte africanas se conseguem referenciar os nomes de Atanásio, Agostinho, Possídio, António, Fulgêncio de Ruspe e João Alexandrino. Por sua vez, à região transalpina nesse período mais remoto ligaram-se Ambrósio de Milão, Jerónimo de Estridão, Rufino de Aquileia e o Papa Dâmaso, todos do século IV.

A Gália, testemunhada pela presença na livraria de Constâncio, Juliano Pomério, Sulpício Severo e Próspero da Aquitânia, assumiu no século V uma primazia cultural, como corolário de um processo de longa duração iniciado bem antes, respeitante ao fenómeno de aculturação bárbara à presença romana, em que, a prazo, as áreas francófonas beneficiaram dos contactos culturais mantidos com a *Vrbs*. A ascendência gaulesa nesse período, foi mais evidente nas terras meridionais do que nas setentrionais, dado o confinamento territorial daquelas áreas geográficas com o centro nevrálgico da

¹⁷⁹⁹ MORESCHINI, Claudio - I padri..., p. 563-604.

romanidade, de onde continuava a irradiar a cultura latina, por mão de homens como João Cassiano, Leão Magno, Orânio e Paulino de Milão, de cujas obras houve conhecimento no mosteiro. Neste quadro mais genérico, o eremita António apresenta-se como um dos últimos vestígios da influência de regiões norte africanas dentro do contexto cultural cristão, ao contrário de Paulo Orósio cuja presença no armário abacial aponta para uma nova via cultural que começava a despontar em contexto hispânico e que iria ter uma expressão crescente nos séculos imediatos.

Os territórios francos cederam o seu ascendente, por seu turno, no século VI, à Península Itálica, para onde foi sendo progressivamente acantonada a cultura latina, em resultado de um refluxo cultural. Apesar de não se tratar de um recuo absoluto, como se vê por intermédio de Gregório de Tours e de Fausto de Glanfeuil, essa cultura de feição latina viu-se remetida em grande parte ao seu berço, por força de um apagamento intelectual generalizado e de uma incapacidade da elite europeia em se regenerar, num momento em que a dissolução imperial se confirmava¹⁸⁰⁰. Ninguém melhor que o pontífice Gregório Magno para espelhar essa época, na fronteira entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média, personalidade ligada aos valores romanos por origem familiar, e um espectador atento do estertor do império romano, acontecimento que interpretou de forma escatológica, como anúncio simbólico do fim dos tempos. Do mesmo modo, sinaliza essa transição Cassiodoro, um patrício romano que serviu o império ostrogodo, antes de abraçar a vida monástica. Um estilo de vida perfilhado por Bento de Núrsia, o fundador da abadia de Montecassino, simultaneamente o criador da regra beneditina. Por seu turno, Apríngio de Beja, Martinho de Dume e Paulo de Mérida confirmam a gradual importância do mundo hispânico no quadro da intelectualidade do período; Fulgêncio de Ruspe e João Alexandrino são como que os últimos focos de luz cristã em paragens africanas; enquanto Agostinho de Cantuária mostra o início do caminho seguido pela Igreja em relação à evangelização das ilhas britânicas.

Neste quadro geral de recuo da latinidade, ganhou peso como polo cultural a Península Ibérica, no século VII, fazendo emergir uma cultura de matriz hispano-romana permeada pelo pensamento cristão, de que Isidoro de Sevilha foi o mais lídimo representante, bem acompanhado por Ildefonso de Toledo e Bráulio de Saragoça. A Hispânia beneficiou neste caso, por uma vez, da sua situação geográfica, já que em

¹⁸⁰⁰ BANNIARD, Michel - *A génese cultural da Europa...*, p. 116-124.

espaços peninsulares se mantinha uma via aberta com as regiões próximo-orientais onde persistia, viva e atuante, a matriz da cultura cristã e clássica¹⁸⁰¹. A comunicação dava-se, então, através de um circuito disposto sobre as regiões magrebina, tangendo o sul europeu, ou seja, ao longo da orla mediterrânica inferior.

A presença de Beda nos autores mais recorrentes em Alcobaça serve exemplarmente para ilustrar o deslizamento para regiões insulares e setentrionais da cultura cristã, num momento em que quedava o vigor e a influência ibérica, cujo início de declínio, em grande medida, foi motivado pelo avanço árabe-berbere no território¹⁸⁰². Com efeito, a cultura latina, enquanto perdia terreno na Hispânia, encontrou espaço para se expressar nas ilhas britânicas, onde, ao longo de mais de um século, na sequência do programa de evangelização religiosa iniciado por Gregório Magno, havia sido acomodada nas dioceses, mosteiros e abadias insulares, como o mostra Jacob Diácono, até conseguir gerar, no século VIII, vultos da dimensão do *Venerável* e do seu seguidor Alcuíno¹⁸⁰³.

Daí em diante, e muito graças a Alcuíno, que orientou o movimento carolíngio, readquiriram notoriedade cultural as regiões gaulesas, voltando a recair a preponderância cultural no centro-sul europeu¹⁸⁰⁴. Uma outra etapa fundamental desse processo foi o florescimento da ordem cluniacense, a partir do século X, cujo impacto se estendeu pelas centúrias seguintes, e que em Alcobaça encontrou expressão nas obras de Odo de Cluny e Adso de Dewes¹⁸⁰⁵. A grande domiciliação de textos do bispo parisiense Pedro Lombardo, do vitorino Hugo e do cisterciense Bernardo, levada a cabo pela congregação de Cister, retrata com toda a conveniência essa imposição do eixo cultural gaulês no século XII, estruturado sobre as regiões de Champagne, Provença, Aquitânia e Narbonense, num movimento muito amplo, formado por muitos autores, dos quais se podem recolher numerosos exemplos nas estantes alcobacenses.

Por seu turno, a fundação das duas grandes universidades medievais, Bolonha e Paris, motivou a manutenção da centralidade gaulesa no século XIII, somando-se-lhe um

¹⁸⁰¹ MANSINI, Marco - La cultura araba..., p. 199-217.

¹⁸⁰² BANNIARD, Michel - *A génese cultural da Europa...*, p. 115-116.

¹⁸⁰³ PAUL, Jacques - *Histoire intellectuelle de l'Occident medieval...*, p. 106-107.

¹⁸⁰⁴ IDEM, *ibidem*, p. 115 e ss.

¹⁸⁰⁵ PARISSE Michel - Les religieux entre l'action et la contemplation. In *Histoire du Christianisme*. Dir. J.-M. Mayeur, Ch. E. L. Pietri, A. Vauchez e M. Venard. Vol. 5: *Apogée de la paupaté et expansion de la Chretienté*. (1050-1274), p. 382-385.

novo eixo transalpino, organizado em torno do direito, como atesta a presença de várias obras conhecidas em Sta. Maria de Alcobaça redigidas por professores bolonheses.

Em resumo, do ponto de vista da geografia cultural, o lote de personalidades com obras reunidas pelos alcobacenses, evidenciou a preferência dos monges portugueses pela ligação a eminentes teóricos eclesiásticos e a figuras incontornáveis na história da Igreja. Os autores mais apreciados pela congregação encaixam nesse perfil genérico: detentores de sólidos conhecimentos clássicos; uma boa parte dos quais Santos; Doutores da Igreja vários deles; insignes representantes da ortodoxia católica quase todos. Por vários motivos, e com referência a diferentes momentos, foram sobretudo em autores e autoridades com atividade desenvolvida em áreas gaulesas que recaiu o interesse dos monges de Alcobaça. A presença de autores de zonas transalpinas também foi bastante reclamada no armário e, tal como os anteriores, de forma muito transversal à cronologia. Muito mais fugidios foram os autores norte africanos, próximo-orientais e germânicos, ainda que vários deles, sobretudo dos dois primeiros grupos, tenham sido centrais para a composição do armário. Resta sublinhar a atenção dada pela comunidade alcobacense aos escritores hispânicos, o que não se pode deixar de ligar com dois factos: o relevante papel desempenhado pela Península Ibérica durante um período específico da cronologia para que remete a acumulação de obras; e a inscrição ibérica da casa cisterciense.

Assim, e na condição de fundação claustral estabelecida na Península Ibérica, interessa inquirir de que forma se relacionaram os cistercienses de Sta. Maria de Alcobaça com a sua área de implantação. Questão que ramifica numa pluralidade de outras perguntas convergente: Quais as preferências reveladas pelos responsáveis da coleção alcobacense por autores autóctones? Qual o peso proporcional ocupado pelos textos destes no armário claustral? De que séculos procede o maior contributo hispânico?

Em primeiro lugar, importa relevar que no inventário se acha assinalada a presença, pouco menos que inequívoca, de dezasseis autores hispânicos (Vid. tabela 1).

Autores Hispânicos		
Autor	Século de produção	Nº de Títulos
Paulo Orósio	V	2

Autores Hispânicos		
Autor	Século de produção	Nº de Títulos
Martinho de Dume	VI	1
Apríngio de Beja	VI	1
Paulo de Mérida	VI	1
Bráulio de Saragoça	VII	1
Ildefonso de Toledo	VII	1
Isidoro de Sevilha	VII	11
Valério de Bierzo	VII	5
Beato de Liébana	VIII	1
Trezenzónio	XI	1
Pedro Afonso	XI	1
Gosuíno	XII	1
Paio de Coimbra	XIII	1
Raimundo de Penhaforte	XIII	1
Bartolomeu de Silves	XIII	1
João de Deus	XIII	1

TABELA 1: AUTORES HISPÂNICOS (ALC)

Fonte: *Índice do Inventário dos Códices Alcobacenses*

No total, os autores hispânicos são responsáveis pela produção de três dezenas de títulos, isto é, o equivalente a pouco mais de 6% dos textos situados materialmente no século XII e XIII. Valor, em termos absolutos, pouco significativo, especialmente se comparado com a produção de autores assentes em Alcobaça que operaram especialmente a partir de regiões gaulesas ou itálicas.

Refira-se que Isidoro de Sevilha, por si só, contribuiu com mais de um terço das obras para o resultado final apurado, com onze unidades textuais saídas do seu punho¹⁸⁰⁶. Esse quantitativo, se demonstra a notável importância literária do Santo e a dimensão da sua influência sobre os cistercienses portugueses, explana a natureza da

¹⁸⁰⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 194, fl. 7-161v; BNL 195, fl. 1v-109v; BNL 248, fl. 210v-214; BNL 349, fl. 1v-2; BNL 375, fl. 139v-162v, 164-167; BNL 416, fl. 1-69, 69v-88v, 88v-97; BNL 446, fl. 1-204v, 205-220. Sobre Isidoro de Sevilha vid. Anexos, quadro 33.

relação cultural dos monges de Alcobaça com os autores hispânicos, a qual seria muito pouco expressiva sem o contributo de Sto. Isidoro. Essa presença marginal dos autores hispânicos não será alheia à relativa mediocridade cultural vivida durante a maior parte da Idade Média pelos letrados peninsulares com capacidade para produzir obras originais, fenómeno crónico apenas quebrado em momentos episódicos. Verifica-se que para além do metropolitano de Sevilha, apenas Valério de Bierzo, com cinco peças manuscritas¹⁸⁰⁷, e o presbítero bracarense Paulo Orósio¹⁸⁰⁸, com duas, tiveram mais de um trabalho da sua lavra conhecidos pela corporação de Alcobaça. Em relação aos restantes treze elementos identificados no catálogo, comparecem apenas com uma obra cada.

Considerando os letrados peninsulares em apreço, e relacionando-os com as funções e cargos de que foram titulares, torna-se possível elaborar um pouco mais nas conclusões. Em primeiro lugar, confere-se que a maioria dos elementos hispânicos pertenceu à alta hierarquia da Igreja e não ao baixo clero ou ao monacato. Integram o grupo bispos de importantes dioceses peninsulares, como Saragoça, Toledo, Sevilha, Braga, Beja e Silves. Essa informação concorre para a tese de que a cultura ibérica peninsular durante a época medieval não esteve exclusivamente dependente da ação e produção dos mosteiros, com as dioceses a desempenharem um papel fundamental nesse particular.

O bispo da arquidiocese bracarense, Martinho de Dume, teve um único exemplar seu conservado pelos alcobacenses: a *Formula vitae honestae*, para a qual terá encontrado inspiração em Séneca, num tratado em que se ocupou da descrição das quatro virtudes fundamentais¹⁸⁰⁹. Por seu turno, Apríngio, a quem foi entregue a igreja de Beja durante o século VI, destacou-se como comentador do *Apocalipse* joanino¹⁸¹⁰. À sé de Silves, situada em território hoje português, como as duas anteriores, liga-se o bispo Bartolomeu, um homem do século XII que começou por ser monge da ordem de Cister, precisamente da casa de Alcobaça. A ele se deve a redação do tratado místico conhecido como *De viduitate*¹⁸¹¹. O bispo de Saragoça, S. Bráulio, discípulo de Isidoro de Sevilha e o responsável pela divisão das *Etimologias* isidorianas em vinte partes, foi

¹⁸⁰⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 454, fl. LXXV-LXXVI, LXXVI-LXXVIII, LXXXIIIv-LXXXIIIv, LXXXIIIv-LXXXVIIIv, LXXXVIIIv-CIII.

¹⁸⁰⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 400, fl. 172-173; BNL 415, fl. 52v-146v.

¹⁸⁰⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 248, fl. 86-90v.

¹⁸¹⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 247, fl. 1-12.

¹⁸¹¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 239, fl. 1-120.

outro dos nomes ligados ao episcopado hispânico a ser integrado na coleção abacial. Deixou uma abundante correspondência epistolar, a partir da qual são conferíveis alguns elementos sobre a organização dos reinos ibéricos e se torna possível restituir parte dos costumes eclesiásticos visigóticos¹⁸¹². É possível, mas não seguro, que se lhe deva a vida de S. Emiliano existente no armário monástico¹⁸¹³.

Ildefonso, bispo de Toledo, e tal como Bráulio muito devedor do pensamento de Isidoro de Sevilha, em cuja intenção projetou uma resenha antológica dos seus textos mais importantes, produziu, por sua vez, uma síntese das reflexões teológicas de algumas das maiores autoridades eclesiásticas: o *De virginitate Beatae Mariae Virginis*, único escrito de sua autoria conservado nos escaparates cistercienses¹⁸¹⁴. Foi ainda autor de trabalhos originais como o *De viris illustribus* e o *De cognitione baptismi*, mas não há notícia deles na livraria do mosteiro.

João de Deus fecha o grupo dos autores peninsulares com trabalhos conhecidos em Alcobaça que desempenharam funções episcopais, mas, ao contrário dos restantes, exerceu a sua prelatura fora da Hispânia, apesar de ser natural da Península Ibérica. Nascido em Silves, exerceu os cargos de arquidiácono de Santarém, de bispo de Avinhão e de arcebispo de Bolonha, cidade onde estudou e ensinou matérias jurídicas¹⁸¹⁵. Revelou-se um compendiador empenhado de coleções de decretos, como o comprova o *Liber iudicii* achado sob tutela dos monges de Cister¹⁸¹⁶.

Entre os ibéricos que sobram, o diácono Paulo de Mérida viveu no século VII. A ligação estabelecida com a comunidade onde oficiou terá sido bastante íntima, ao ponto de o motivar para a redação das vidas dos Padres emeritenses, obra recebida na casa de Alcobaça¹⁸¹⁷. Dispondo de um diferente enquadramento religioso, dadas as ligações ao clero regular, estiveram o monge asturiano Beato de Liébana, do século seguinte, autor de um dos mais famosos tratados da medievalidade sobre o *Apocalipse de S. João*¹⁸¹⁸ e o galego Trezenzónio, do século XI, responsável por uma narrativa maravilhosa sobre

¹⁸¹² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 446, fl. 1v-3.

¹⁸¹³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 454, LXVII-LXXIIIv.

¹⁸¹⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 149, fl. 1-4.

¹⁸¹⁵ Vid. Anexos, ficha prosopográfica 178.

¹⁸¹⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 371, fl. 14-21.

¹⁸¹⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 454, fl. I-XV

¹⁸¹⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 247, fl. 13-183.

uma viagem rumo a uma ilha atlântica desconhecida, a obra designada por *De solistionis insula magna*¹⁸¹⁹

No elenco de autores ibéricos visíveis em Alcobaça figura ainda o nome de Pedro Afonso, também do século XI, homem de múltiplas valências, entre as quais se destacam as capacidades reveladas como físico, tradutor e astrónomo. O médico de D. Afonso I de Aragão introduz uma situação inédita na coleção bibliográfica de Sta. Maria de Alcobaça entre os autores anteriores ao século XIV, ao ser o único escritor hebraico. Pedro Afonso foi o nome cristão adotado pelo judeu converso Moisés Sefaradi, ao tomar o sacramento católico do batismo. Parece provável que a admissão da obra de Pedro Afonso à abadia só tenha sido tolerada em função da sua condição determinante de cristão-novo e do conteúdo antijudaico do texto conhecido por *Dialogus contra Judaeos*¹⁸²⁰. Terá sido, portanto, o estatuto de cristão, e sobretudo o de cristão prosélito, não o de judeu, a entreabrir-lhe as portas da livraria.

As manifestas reservas colocadas na aquisição de literatura hebraica pelos religiosos de Cister, excecionalmente abandonadas no caso da obra de Pedro Afonso e apenas em função das condições extraordinárias do caso, só encontram um paralelo próximo na absoluta ausência de textos árabes no armário. Do que se conclui que as lacunas de literatura judaica e muçulmana detetáveis no espólio bibliográfico parecem ser menos fruto de desconhecimento ou ignorância, mas antes o resultado de uma recusa por escritos com essa origem, ou seja, o resultado prático de uma atitude ideológica deliberada assumida pelos cistercienses portugueses face às confissões religiosas concorrentes.

Por sua vez, textos dos peninsulares Frei Paio de Coimbra e Frei Raimundo de Penhaforte também foram recebidos em Alcobaça, qualquer deles da centúria ducentista. Ambos observaram na ordem mendicante dos frades pregadores: o primeiro, que se pensa ser natural de Coimbra, tecnicamente virtuoso na redação de sermões, revelou na composição das homilias à disposição alcobacense um reduzido sentido prático que desaconselhava o seu uso público, dadas as dificuldades de compreensão que encerrariam para a audiência menos esclarecida¹⁸²¹. A sua parenética foi, nesse sentido, mais um exercício formalista e teórico do que uma efetiva pastoral, como se

¹⁸¹⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 37, fl. 6v-8.

¹⁸²⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 148, fl. 1-123.

¹⁸²¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 5, fl. 1-3; I-CLXXIX.

pode entrever da estrutura algo rígida dos sermões, oscilando entre a pregação e a exegese bíblica¹⁸²².

O segundo foi uma figura com muito maior projeção e visibilidade dentro da confraria dos pregadores, pois ascendeu a mestre-geral da ordem. Deve-se-lhe a passagem a escrito das constituições dominicanas, para o que muito lhe valeu a sua experiência como canonista, qualidade que o fez ingressar no armário alcobacense. É de sua autoria a famosa suma de direito canónico conhecida por *Decretales Gregorii IX*, edição de que foi incumbido pessoalmente pelo chefe da Igreja, e que consistiu numa coleção de decretos papais, completada pelos seus próprios comentários¹⁸²³.

Uma outra conclusão possibilitada pela análise do quadro de letrados hispânicos, aponta para o maior peso do contingente situado no ocidente peninsular, de longe maioritário, e no interior deste, destaca-se o impacto no grupo de figuras com origem em geografias atualmente portuguesas, casos de Paulo Orósio, Martinho de Dume, Apríngio de Beja, Paio de Coimbra e Bartolomeu de Silves. Esse dado não parece ser inocente, mas antes fruto de uma atitude deliberada, aliás, compaginável em larga medida com a grande proximidade dos alcobacenses à monarquia portuguesa.

Do quadro geral traçado, e de um ponto de vista estritamente cronológico, resulta evidente a atenção posta pelos organizadores da livraria na recolha de autores peninsulares da Antiguidade Tardia, em especial dos séculos VI e VII; e de autores posteriores ao século XI, com preferência pelos da centúria ducentista. Por oposição, não parecem ter sido recebidos no armário autores hispânicos dos séculos IX e X, correspondentes *grosso modo* à periodização alto-medieval, o que coincide efetivamente com um grande recuo cultural sofrido pela Hispânia (vid. gráfico 5).

¹⁸²² NASCIMENTO, Aires Augusto - Paio de Coimbra, Frei. In *Dicionário de literatura medieval galega e portuguesa*. Coord. Giulia Lanciani, Giuseppe Tavani. Lisboa: Caminho, 1993, p. 504-506; DIAS, Geraldo Amadeu Coelho - Os sermões de Frei Paio de Coimbra e o Antigo Testamento. *II Encontro sobre história dominicana. Actas*. Porto: Dominicanos, 1984. Vol. 1, p. 381-389; PACHECO, Maria Cândida Monteiro - Exegese e pregação em St. António de Lisboa e Frei Paio de Coimbra. *II Jornadas luso-espanholas de história medieval. Actas*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989. Vol. 4, p. 1297-1307.

¹⁸²³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 201.

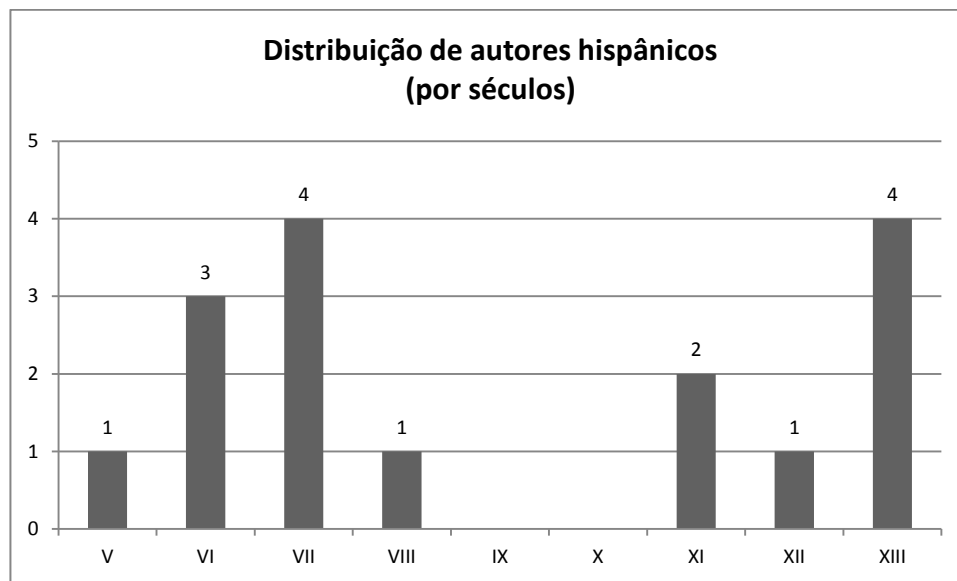


GRÁFICO 5: DISTRIBUIÇÃO CRONOLÓGICA DE AUTORES HISPÂNICOS (ALC)

Fonte: *Índice do Inventário dos Códices Alcobacenses*

Assuntos

Variando, uma vez mais, o enfoque da pesquisa, desviando a atenção da análise autoral, para adotar uma abordagem por assuntos da bibliografia reunida pelos monges brancos, é possível observar o interesse alargado dos cistercienses por um vasto leque de tópicos, que tem vindo a ser desvelado.

De forma genérica, numa literatura que foi, no essencial e sem surpresa, predominantemente religiosa, os escritos angariados repartiram-se entre textos bíblicos, tratados teológicos e comentários escriturísticos; hagiografias e obras de espiritualidade; peças litúrgicas; literatura Patrística e homilética não Patrística.

Com menor incidência, mas ocupando, de igual forma, espaços na livraria, constaram obras de direito, nas suas duas variantes, canónica e civil, ao lado de anais historiográficos e de opúsculos filosóficos, assim como de tratados gramaticais e etimológicos. De difícil categorização ou agrupamento sistemático, subsiste ainda uma miscelânea de textos versando assuntos diversos (vid. gráfico 6).

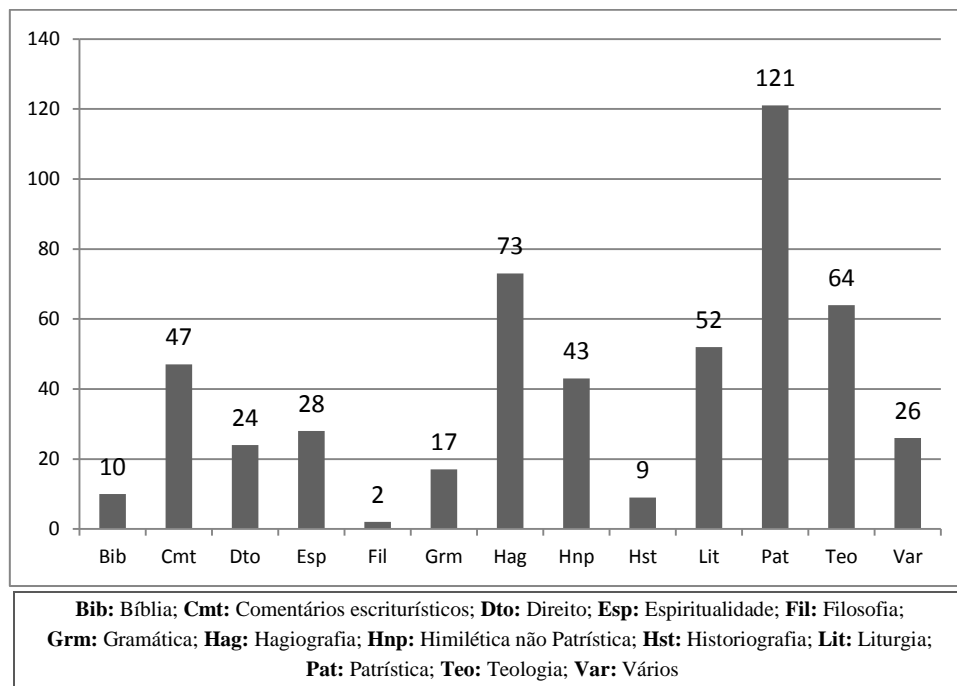


GRÁFICO 6: DISTRIBUIÇÃO DE OBRAS POR ASSUNTOS (ALC)

Fonte: *Índice do Inventário dos Códices Alcobacenses*

No topo da lista, indiciando as preferências bibliográficas dos monges surgem, destacadas, as obras redigidas pelos Padres da Igreja¹⁸²⁴. A literatura Patrística está presente em mais de um terço dos 171 códices associados aos séculos XII e XIII guardados na biblioteca alcobacense. São no total 121 itens bibliográficos, distribuídos por 62 dos volumes, representando cerca de 26% do conjunto de obras¹⁸²⁵.

Tal proporção evidencia o peso na literatura medieval das grandes autoridades religiosas, devidamente explicitado aquando da análise dos autores mais requisitados pela livraria. O elenco de Padres é algo extenso e o seu arrolamento sistemático

¹⁸²⁴ GILSON, Étienne - *La philosophie au Moyen Âge*..., p. 13-14.

¹⁸²⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 34, fl. 76v-81; BNL 37, fl. I-LXXXVII; BNL 136, fl. 1-69v; BNL 145, fl. 33-146; BNL 149, fl. 1-4; BNL 151, fl. 1v-70; BNL 153, fl. CC-CCVIIv; BNL 159; BNL 168, fl. I-XXV, XXVv-XXX, XXXv-XXXIV, XXXIV-XXXVIII, XXXVIIIv-XLIIv, XLIII-XLIIIv, XLIX-LIIv, LIII-LXXXv, CII-CXVII, CXVIIv-CXXI, CXXXVIIv-CXXXIX; BNL 169, fl. 1-100; BNL 170, fl. 43-55v, 56-92v, 105-110, 110v-146v; BNL 176, fl. 2-124v; BNL 177, fl. 4, fl. Prelim., 1v-98; BNL 194, fl. 7-161v; BNL 195, fl. 1v-109v; BNL 231, fl. 89-135, 138-170; BNL 232, fl. 215-215v; BNL 237; BNL 239, fl. 121v-188, BNL 246, fl. 203v; BNL 247, fl. 13-183; BNL 248, fl. 171v-189v, 189v-208, 208-210, 210v-214; BNL 263, fl. 1-8; BNL 281, fl. 1-14v; BNL 331, fl. 1v-34, 34-35v, 35v-160v, guarda; BNL 332; BNL 334, fl. 3v-14v, 21v-47v; BNL 335, fl. 1v-2, 24-30, 1-229v; BNL 336-338; BNL 342, 1v-2v; BNL 343-346; BNL 348, fl. 1v-55, 55v-203v; BNL 349, fl. 1v-2; BNL 350-351; BNL 356, fl. 1-37, 37-64, 64-67v, 67v-71v, 71v-74, 74-93, 93-96v, 96v-98, 98v-112, 137v-169v; BNL 360, fl. 1v-77v, 77v-175, 175, 175v-224v; BNL 362, fl. 1-3; BNL 363-364; BNL 367, fl. XXXIX-XLII, XLVI-LXXII, CXXVIv-CXXXIIv, CXXXV-CLVIIv, CLVIIv-CLXv; BNL 369; BNL 372, fl. 1-32, 94-179v; BNL 375, fl. 1v-139v, 139v-162v, 164-167; BNL 380, fl. 1-13v; BNL 400, fl. 1-171v; BNL 402-403; BNL 415, fl. 1-51v; BNL 416, fl. 1-69, 69v-88v, 88v-97, 97v-112, 112v-124, 229-247; BNL 423; BNL 426, fl. 219-249, 249-250v; BNL 435, fl. 1-7v, 7v-71v; BNL 440; BNL 446, fl. 1-3, 3v-204v, 205-220; BNL 454, fl. LIX-LXIII, CLXXXVIv-CLXXXVIIIv.

compreende os seguintes nomes: Agostinho de Hipona, Ambrósio de Milão, Anastásio Bibliotecário¹⁸²⁶, Anselmo de Cantuária, Atanásio, Beato de Liébana, Beda, Bento, Bráulio de Saragoça, Dâmaso I, Efraim, Eusébio de Cesareia, Fulgêncio de Ruspe, Gregório Magno, Gregório de Nazianzo, Jerónimo de Estridão, Hilário de Poitiers, Ildefonso de Toledo, Isidoro de Sevilha, João Cassiano¹⁸²⁷, João Crisóstomo, João Damasceno, Leão Magno, Orígenes, Possídio, Próspero da Aquitânia, Rufino de Aquileia e Sulpício Severo.

A seguir à Patrística, uma outra categoria literária com forte comparência nos códices de Alcobaça foi formada pelas peças hagiográficas, um tipo de escritos dedicado às vidas de santos¹⁸²⁸. Dispersam-se por mais de uma vintena de códices, alguns dos quais contiveram textos dedicados ao assunto de forma quase exclusiva¹⁸²⁹. Em rigor são 73 escritos que recaem no âmbito hagiográfico, uma incidência que se mede percentualmente em quase 16% do total de obras consideradas¹⁸³⁰.

A hagiografia foi um dos tópicos mais recorrentes nos armários medievais, em geral. Para a popularidade do género, um dos raros casos de literatura originária da medievalidade, contribuíram muitas razões: antropológicas, espirituais, sociológicas, históricas¹⁸³¹. O papel desempenhado pelos santos na intercessão das populações com o sagrado, não será uma das menores motivações para a justificação do entusiasmo por essa literatura. Por outro lado, os cultos de santos locais complementavam, quando não substituíam, por vezes com vantagens, a relação dos fiéis com a instituição eclesiástica,

¹⁸²⁶ Sobre Anastásio Bibliotecário vid. Anexos, quadro 33.

¹⁸²⁷ Sobre João Cassiano vid. Anexos, quadro 33.

¹⁸²⁸ Contam como obras hagiográficas, as *vitae sanctorum*, propriamente ditas, os martirólogos e os santorais, assim como as *passiones*, os *legendaria* e os *miracula*, designações diversas, mas que remetem para conteúdos afins.

¹⁸²⁹ Nota-se aqui uma pouco frequente sistematização temática no agrupamento dos códices, facilitada pela especificidade do género. Apenas nas obras litúrgicas se pressente uma igual preocupação dos monges na junção de peças de uma mesma família literária.

¹⁸³⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 38, fl. 14-62v; BNL 40, fl. 1-2 (suplem.), 1-370v; BNL 143; BNL 149, fl. 1-4, 12v-19v, 19v-20v, 21-112, 112-139, 1-7v (suplem.); BNL 151, fl. 70-70v; BNL 152, fl. LXVIv-XCVI, CLVI-CLXXVIII; BNL 172; BNL 176, fl. 124v-129; BNL 231, fl. 2v-3v, 5-89; BNL 232, fl. 85v-102v; BNL 248, fl. 90v-92; BNL 334, fl. 1 (suplem.), 1-3, 3-3v, 3v-14v, 14v-19, 19-21, 21v-47v, 48-95v, 98v-100, 103v-182, 182-185, 185-186v, 211v-215v; BNL 348, fl. 203v-205v BNL 359, fl. 42v-43v, 51v-52v, 52v-53v; BNL 367, fl. 1-10, 6 (suplem.), I-XXXIX, XXXIX-XLII, XLVI-LXXXII, LXXXIIIv-XCVII, XCVII-CVIII, CVIII-CXXXVI, CXXXIIv-CXXXV, CLXII-CLXIIIv; BNL 372, fl. 33-86, 89-92v; BNL 380, fl. 31v-41; BNL 400, fl. 171v; BNL 418-422; BNL 454, fl. I-XV, XV-XVIIv, XVIIv-XXv, XXv-XXXv, XXXv-XXXVII, XXXVII-XXXVIII, XXXVIII-XLIv, XLIv-XLIX, XLIX-LIIIv, LIIIv-LIXv, LXIII-LXVIv, LXXV-LXXVI, LXXVII-LXXXIIIv, LXXVI-LXXXVIII, LXXXVIII-LXXXIIIv, LXXXIII-LXXXVIIIv, CIII-CLXXXIVv.

¹⁸³¹ LEONARDI, Claudio - Agiografia. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 2. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 421-462.

tornando-a mais palpável e concreta, favorecendo a adesão ao ideário religioso de populações menos esclarecidas doutrinariamente, para quem a Igreja por vezes não passava de uma realidade abstrata e distante. Por via da santificação das suas figuras, a Igreja conseguiu muitas vezes assumir uma expressão local e afetiva, capaz de forjar ou cimentar os laços com as comunidades. Os fortes laços empáticos e de cumplicidade criados entre as populações e os santos e oragos da sua devoção agiam, por isso, de molde a impulsionar a redação de biografias, na promessa de manter viva essa memória, o que ia ao encontro do interesse da Igreja em registar para a posteridade as suas principais referências históricas, exaltando a sua importância. Por outro lado, o caráter exemplar das vidas e dos atos dos indivíduos santificados, em muito contribuiu para a produção e divulgação de escritos de teor hagiográfico, pois os santos eram apontados como modelos a imitar, proporcionando um meio eficaz para a modelação de condutas e comportamentos. Os martirológios convidavam ainda, dada a sua dimensão sacrificial, ao reforço da fé e da abnegação da comunidade dos crentes¹⁸³². Textos com essas características projetaram-se por vários períodos e espaços, cabendo a sua execução a diversos tipos de escritores, desde os mais consagrados aos mais obscuros. Não faltaram sequer anónimos a cultivar o figurino, como bem sinalizam as numerosas biografias de santos com lugar no catálogo alcobacense desprovidas de assinatura. É anónimo, por exemplo um legendário do século XIII, onde se narram as vidas e martírios de vários santos, entre os quais Sto. António de Lisboa e S. Frutuoso de Braga¹⁸³³; como anónimos são um martirológio cisterciense¹⁸³⁴ e várias composições existentes versando a Virgem, que surgem emparelhadas num dos volumes à guarda monástica¹⁸³⁵. Também por assinar permaneceu um lote de vidas de santos, contidas num álbum hagiográfico do século XIII¹⁸³⁶, à semelhança do que sucedeu com as *vitae* de S. Lourenço, Sto. Aleixo, S. Brício, Sto. Eutrópio, Sto. Hilário e S. Brandão, dispersas pela coleção bibliográfica, que também não apresentam indicações visíveis de autoria¹⁸³⁷. Merece ainda uma alusão, entre as diversas obras do género não autografadas, uma dedicada ao primeiro

¹⁸³² PALAZZO, Éric - *Histoire des livres liturgiques: le Moyen Âge, des origines au XIII^e siècle*. Paris: Beuchesne, 1993.

¹⁸³³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 38, fl. 14-62v.

¹⁸³⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 231, fl. 2v-3v, 5-89.

¹⁸³⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 149, fl. 1-4, 1-7v (suplem.), 12v-19v, 19v-20v, 21-112, 112-139.

¹⁸³⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 454, fl. LIIIv-LIXv.

¹⁸³⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 151, fl. 70-70v; BNL 176, fl. 124v-129; BNL 334, fl. 98v-100; 182-185; BNL 372, fl. 89-92v; BNL 380, fl. 31v-41.

monarca português, assimilado a santo pelo compositor anónimo da *Commemoratio Beati Regis Alfonsi primi Portugalliae*¹⁸³⁸.

Contrastando com o despretensiosismo posto em algumas obras anónimas, há casos no armário de Alcobaça de literatos medievais que deveram a sua fama e respeitabilidade precisamente aos trabalhos hagiográficos que foram capazes de produzir, ao ponto de alguns se constituírem como verdadeiros especialistas no género. Outros, ao escreverem narrativas hagiográficas, não fizeram mais do que dar provas de uma enorme versatilidade. À cabeça de todos os hagiógrafos, vem Atanásio, autor da famosa hagiografia dedicada à *Vida de Santo Antão*¹⁸³⁹. Para alguns, Atanásio foi o verdadeiro precursor oficial do género, tendo lançado as bases da hagiografia enquanto modelo, na forma em que vingou no futuro. A inspiração das hagiografias buscou-a nas biografias romanas, reconvertidas para fins religiosos¹⁸⁴⁰. A propósito dos tormentos do histórico eremita do deserto, Atanásio estabeleceu paralelos negativos das visões salvadoras, usando como recurso estilístico uma linguagem de contornos oníricos, perpetuada depois pelos sucessivos cultores de martirológios e de *passiones*. S. Jerónimo, autor de grande polivalência e proficiência, não deixou de experimentar o género, tendo composto uma vida de Malco, conhecida em Alcobaça¹⁸⁴¹. Outra figura prestigiada que explorou a literatura hagiográfica foi o conselheiro de Carlos Magno, Alcuíno de York, que redigiu uma *Epistola de vita Sancti Martini*¹⁸⁴².

É de assinalar essa preferência colhida por S. Martinho nos trabalhos hagiográficos e martirológios conservados no núcleo bibliográfico alcobacense, o que pode ser um dos vários subprodutos da forte influência gálica da congregação. Antes de Alcuíno, o Padre da Igreja Sulpício Severo, deixou também um relato feito sobre a vida de S. Martinho de Tours, onde fez a apologia do bispo contra os seus detratores, complementada por diálogos e relatos de milagres cometidos pelo Santo¹⁸⁴³. A estes autores se junta ainda Gregório de Tours, com dois trabalhos sobre a figura do mesmo Martinho, apesar de estar por confirmar a veracidade da sua autoria no *De transitu*

¹⁸³⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 334, fl. 1 (suplem.).

¹⁸³⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 367, fl. XLVI-LXXII.

¹⁸⁴⁰ LEONARDI, Claudio - Agiografia. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi, E. Menestó. Vol. 1, Tom. 2. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 421-462.

¹⁸⁴¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 367, fl. XXXIX-XLII.

¹⁸⁴² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 334, fl. 1-3.

¹⁸⁴³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 334, fl. 3v-14v, 21v-47v.

Sancti Martini et de translatione corporis, a cujos trabalhos se deve agregar uma vida de S. Brício, também por si composta¹⁸⁴⁴.

Rivalizando com S. Martinho no número de textos abrigados em Alcobaça surge apenas a Virgem Maria, retratada na biblioteca em vários escritos. Dedicaram-se ao relato da sua vida tanto anónimos como personagens menos conhecidas, caso de um Pseudo Jerónimo, a quem também se atribui uma *Inventio corporis gloriosi confessoris Antonii heremitae*¹⁸⁴⁵, ao lado de autores renomados. Entres estes distinguiram-se, no século XII, Bernardo de Claraval e Hugo Farsito, e no século XIII, o bispo de Tui, Bernardo Guido, qualquer deles tendo privilegiado a vida da mãe de Cristo na sua produção textual, do que faz prova o armário conventual¹⁸⁴⁶. A esse facto não será estranha a grande devoção mariana conhecida na centúria uncentista e que se prolongou na seguinte, época em que Maria foi encarada como a grande dispensadora de graças, e quando o seu culto cresceu excecionalmente. Não por acaso, a própria abadia alcobacense foi dedicada à Virgem, à semelhança do que sucedeu com muitas sés e mosteiros da mesma época. Em relação a Bernardo de Claraval, hagiógrafo notável e fecundo, há a anotar a curiosidade de o inventário da livraria abacial o mostrar numa dupla função, enquanto hagiógrafo e como objeto de hagiografias. O relato da sua vida é feito na *Vita Sancti Bernardi Claravallensis abbatis*, escrita por Guilherme de St. Thierry¹⁸⁴⁷.

Para além da Virgem, outra Santa, Pelágia, surge biografada nos códices alcobacenses, mas oferecendo um contraponto negativo da visão positiva da mulher dada pela mãe de Deus, remetendo para o arquétipo de mulher imoral fornecido pela pecadora Maria Madalena, muito corrente na Idade Média¹⁸⁴⁸. A sua presença ilustra com toda a conveniência a vocação exemplar das *vitae*, no encorajamento feito ao arrependimento e à virtude como forma de remissão dos pecados e, até, no limite, como caminho para a santidade¹⁸⁴⁹. Empreendeu a sua biografia Jacob Diácono, monge itálico

¹⁸⁴⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 334, fl. 19-21, 48-95v; BNL 454, fl. XXXVII-XXXVIII.

¹⁸⁴⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 149, 12v-19v; BNL 367, fl.

¹⁸⁴⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 152, fl. CLVI-CLXXVIII; BNL 149, fl. 21-112; BNL 367, fl. 6 (suplem.).

¹⁸⁴⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 372, fl. 33-86.

¹⁸⁴⁸ VAUCHEZ, André - *A espiritualidade da Idade Média ocidental...*, p. 168.

¹⁸⁴⁹ VAUCHEZ, André - O santo. In *O homem medieval*. Dir. J. Le Goff. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 211-223.

que cumpriu apostolado em Inglaterra, em prosseguimento dos propósitos evangelização enunciados por Gregório Magno¹⁸⁵⁰.

De outro modo, visando os Padres e Santos da Igreja Ambrósio e Agostinho houve também narrativas hagiográficas em Alcobaça. Foram compostas, respetivamente, por Paulino de Milão e por Possídio, indivíduos que privaram pessoalmente com os dois Santos, razão porque os seus relatos concedem preciosas indicações históricas sobre as vidas de ambos, produzidas em primeira mão¹⁸⁵¹. Um facto que sublinha, nesse sentido, a importância não apenas literária e lendária, mas também documental, deste género de obras. Ainda neste particular da literatura hagiográfica cabe dizer que os exemplares alcobacenses relacionados com as biografias de santos respeitaram aos dois hemisférios da Cristandade. Podem ser enumerados, em representação dos ocidentais, S. Tomás de Cantuária¹⁸⁵², S. Germano¹⁸⁵³ e S. Paulino¹⁸⁵⁴; enquanto Antão¹⁸⁵⁵, Simeão, o *Estilita*¹⁸⁵⁶ e os Padres do deserto¹⁸⁵⁷ são enumeráveis entre os orientais.

Entre os vários autores que fizeram incursões literárias pelas vidas de santos, há ainda destaque para alguns hispânicos, com especial proeminência para autores do século VII: o abade Valério de Bierzo¹⁸⁵⁸; o diácono Paulo de Mérida¹⁸⁵⁹; e os bispos de Toledo e Saragoça, Ildefonso¹⁸⁶⁰ e Bráulio, ainda que em relação a este último sobrevenha alguma insegurança sobre a atribuição que lhe é feita da vida de S. Emiliano¹⁸⁶¹.

Três notas, a rematar as considerações relativas às obras de cariz hagiográfico alojadas nos escaparates alcobacenses. A primeira endereçada a um santoral, disposto por ordem das festas do ano, coligido pelo germânico Frei Rogério, monge de Fulda, sobre quem se justifica a referência pela quantidade inusitada de exemplares de sua

¹⁸⁵⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 454, fl. XXXVIII-XLIv.

¹⁸⁵¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 367, fl. XCVII-CVIII, CVIII-CXXVI.

¹⁸⁵² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 143; BNL 172.

¹⁸⁵³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 367, fl. LXXXIII v-XCVII.

¹⁸⁵⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 367, fl. CXXXII v-CXXXV.

¹⁸⁵⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 367, fl. XLVI-LXXII.

¹⁸⁵⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 454, fl. XV-XVIIv.

¹⁸⁵⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 367, fl. I-XXXIX.

¹⁸⁵⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 454, fl. LXXV-LXXVI, LXXVI-LXXVIII, LXXXIII-LXXXVIIIv.

¹⁸⁵⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 454, fl. I-XV.

¹⁸⁶⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 149, fl 1-4.

¹⁸⁶¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 454, fl. LXVII-LXXXIIIv.

autoria encontrados na livraria, nada menos que cinco, número de réplicas pouco habitual em Alcobaça, mas que se justifica indubitavelmente por uma frequente utilização da obra como calendário litúrgico¹⁸⁶². A segunda referência merece a obra cunhada por Jacob de Voragine, as *Flores seu legendae Sanctorum*¹⁸⁶³, dada a enorme popularidade atingida por essa coleção de vida de santos durante a Idade Média, uma edição que foi vulgarizada sob a designação de *Legenda aurea*, com fortes pretensões edificantes. O terceiro destaque vai para uma *Vita Caroli Magni et Rolandi*, elaborada por um Pseudo Turpino, na medida em que figura nela como protagonista o imperador Carlos Magno¹⁸⁶⁴. O paralelo com a hagiografia dedicada a Afonso Henriques na obra *Commemoratio Beati Regis Alfonsi primi Portugalliae* é imediato neste contexto, e é possível, senão muito provável, que a inspiração dos crúzios para a composição hagiográfica do primeiro rei português tenha sido aí bebida¹⁸⁶⁵.

Depois dos escritos patrísticos e das hagiografias, foram as obras teológicas que mais consistentemente adentraram os escaparates alcobacenses nos séculos XII e XIII. Na prática, textos com essas características dispersaram-se por 29 códices, contabilizando-se, por junto, 64 textos doutrinários, o que vale perto de 14% das obras recenseadas para o período¹⁸⁶⁶. A existência de tal quantidade de escritos demonstra a familiaridade dos monges brancos com as principais correntes doutrinárias que atravessaram a época medieval, pelo menos as vigentes até ao século XII. Merece mais cuidado, contudo, a pronúncia relativamente ao século seguinte, dado que certos posicionamentos doutrinários não tiveram o devido enquadramento na coleção bibliográfica, nalguns dos casos nem sequer expressão visível, ainda que lá figurem os trabalhos incontornáveis de Tomás de

¹⁸⁶² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 418-422.

¹⁸⁶³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 40, fl. 1-370v.

¹⁸⁶⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 334, fl. 116v-211v.

¹⁸⁶⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 334, fl. 1 suplem.

¹⁸⁶⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 37, fl. LXXXVII v-CXII; BNL 68; BNL 147, fl. 263v-265v; BNL 148, fl. 1-123, 123-147; BNL 152, fl. I-XLVIIv, XLVIIv-LXVI, CXXXVIII v-CLVI, BNL 153, fl. LIVv-LXXX, LXXX-CIV, CIVv-CLXXXIV, CLXXXIV-CXCv, CXCI-CXCVIII, CXCVIIIv-CC, CC-CCVIIv; BNL 154, fl. 1v-70v; BNL 155, fl. 1-53v, 54-74v, 75-82, 82v-85v, 86-100v, 100v-104v, 133-134v; BNL 156; BNL 170, fl. 1-42v, 43-55v, 56-92v, 147-149v; BNL 187, fl. 83v-95; BNL 194, fl. 1-6v, 7-161v, 161v-162, 169-172v; BNL 196; BNL 232, fl. 85v-102v; BNL 235; BNL 243, fl. 1-15, 26-28, 37-56, 72v-86, 86-156v; BNL 244, fl. 1-191v; BNL 246, fl. 1-200v; BNL 261; BNL 265-266; BNL 269; BNL 359, fl. 43v-46v; BNL 362, fl. 1-3; 3-275v; BNL 370, fl. 200-201v; BNL 375, fl. 1v-139v, 139v-162v, 163-163v, BNL 380; fl. I-L, 1-13v; 14-31; BNL 426, fl. 219-249, 249-250v; BNL 450, fl. LXVIIv-CXXXV.

Aquino¹⁸⁶⁷. Mas o dominicano, por si só, não representa as diversas correntes teológicas que grassaram no século XIII, para o que já se fez alerta.

Seja como for, são em número considerável as obras teológicas de referência detetáveis em Alcobaça, onde constam contributos bibliográficos fornecidos por autores muito respeitados, entre as maiores autoridades reconhecidas pelo período. Num breve comentário ao tópico, é perceptível que Sto. Anselmo, considerado comumente como um dos criadores da escolástica, esteve representado com pelo menos três trabalhos de teologia, o mais conhecido dos quais o *Cur Deus homo*, onde aduziu argumentos para justificar o milagre da Encarnação¹⁸⁶⁸. O britânico Beda escreveu um trabalho dedicado às interpretações de nomes bíblicos, pretextando considerações teológicas, obra conceptualmente muito próxima do escrito do bispo de Milão, Jerónimo, dedicada à análise dos nomes hebraicos, também constante no mosteiro português¹⁸⁶⁹. A figura maior da fundação cisterciense, Bernardo de Claraval, forneceu, por sua vez, várias obras de teor doutrinário à abadia, das quais se destaca pela sua importância o *De consideratione ad Eugenium papam*, em que reafirmou a primazia do poder espiritual sobre o temporal¹⁸⁷⁰, e, em especial, o *De diligendo Deo*, tratado relacionado com a sua doutrina ascética¹⁸⁷¹. Devem-se-lhe também dois exemplares de uma mesma obra: o *Liber de precepto et dispensatione*¹⁸⁷².

De grande relevância no campo da discussão doutrinal foi outra das cópias mantida em ambiente alcobacence, a *Collationes Patrum*, de João Cassiano¹⁸⁷³. A obra na sua orgânica obedeceu a um seccionamento em três partes, iniciando-se com uma abordagem à problemática da vida espiritual, passando ao elenco de alguns argumentos teológicos, antes de concluir com um conjunto de questões relativas ao ascetismo. O patrício romano Magno Aurélio Cassiodoro esteve também representado em Alcobaça com o *De anima*, um tratado amplamente citado e divulgado na Idade Média, muito devedor do pensamento agostiniano, onde afirmou a espiritualidade da alma, na convicção de que era formada por uma substância finita, mas imortal e imaterial¹⁸⁷⁴. A

¹⁸⁶⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 261; BNL 265-266; BNL 269.

¹⁸⁶⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 153, fl. CC-CCVIIv; BNL 170, fl. 43-55v, 56-92v.

¹⁸⁶⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 426, fl. 249-250v.

¹⁸⁷⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 152, fl. I-XLVIIv.

¹⁸⁷¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 152, fl. CXXXVIIIv-CLVI.

¹⁸⁷² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 152, fl. XLVII v-LXVI; BNL 187, fl. 83v-95.

¹⁸⁷³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 380, fl. I-L, 1-13v.

¹⁸⁷⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 37, fl. LXXXVIIv-CXII.

obra *De synodis*, uma tentativa de iluminar sobre a consubstancialidade de Deus, deveu-se, por sua vez, a Hilário de Poitiers, teólogo consagrado, guiado nesse empreendimento pelo objetivo de dar a conhecer o dogma estabelecido em Niceia¹⁸⁷⁵.

Merece grande destaque, neste ponto dedicado à teologia, a variedade e interesse dos escritos de Hugo de S. Vítor de que há notícia em Alcobaça: o *De arca Noe*, o *De substantia dilectionis*, o *De virginitate Beatae Mariae* e a *Expositio in libri Ihesu filii Sirach*, entre outros¹⁸⁷⁶. Mas, de todos os títulos que lhe estão outorgados no mosteiro, dois apresentam grande relevância para a história teológica, já alvo de apreciação: o *De sacramentis*, composto por dois livros, tido como a primeira suma teológica, cujo relato se inicia com a Criação e fecha com o Juízo final, abordando entretanto as instituições eclesiásticas¹⁸⁷⁷; e o *Didascalicon*, ou *Liber de tribus Diebus*, um outro texto de Hugo, adotado como um guia para estudantes da escola claustral, cujas afinidades literárias se devem procurar nas enciclopédias¹⁸⁷⁸. Neste último trabalho venceu o seu apoio à visão agostiniana sobre a aprendizagem de matérias seculares como via para o conhecimento de Deus e aperfeiçoamento da alma, não deixando, todavia, de censurar o seu uso para fins profanos. Traçou uma divisão da filosofia reelaborando o esquema aristotélico, na primeira parte da obra, e abordou as *Sagradas Escrituras*, na segunda. Quanto ao discípulo de Hugo, Ricardo de S. Vítor, dissertou sobre o problema teológico do pecado original numa obra de que há cópia alcobacense, descrevendo as consequências para o homem do episódio da queda¹⁸⁷⁹. Outra obra do mesmo autor arquivada no mosteiro cisterciense foi um livro sobre os patriarcas bíblicos¹⁸⁸⁰. Um contributo para a tratadística teológica alcobacense, não muito diferente do dado por Ricardo de S. Vítor no *De statu interioris hominis post lapsum*, proveio do âmbito pontifical, nomeadamente pela mão de Inocêncio III, redator de um tratado sobre a vileza da condição humana¹⁸⁸¹.

O hispânico Isidoro de Sevilha foi outro dos nomes insígnies da tradição cristã que se pôde encontrar no recheio codicológico com obras de conteúdo doutrinário, com

¹⁸⁷⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 362, fl. 1-3.

¹⁸⁷⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 154, fl. 1v-70v; BNL 155, fl. 133-134v; 86-100v; BNL 244, fl. 1-191v.

¹⁸⁷⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 156.

¹⁸⁷⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 155, fl. 1-53v, 54-74v.

¹⁸⁷⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 370, fl. 200-201v.

¹⁸⁸⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 170, fl. 1-42v.

¹⁸⁸¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 380, fl. 14-31.

relevo para o *Adversus hebraeos*, tipo de literatura apologética onde também se enquadra a obra antijudaica de Pedro Afonso, antes citada¹⁸⁸². Uma reputada suma de teologia pastoral e institucional encontrada na instituição de Cister, com a denominação corrente de *Verbum abbreviatum* foi, por sua vez, composta por Pedro Chantre, teólogo e professor da escola catedral de Paris do século XII¹⁸⁸³.

Todavia, as mais significativas obras teológicas presentes em Alcobaça, largamente destacadas do conjunto, em função do protagonismo alcançado, foram as subscritas por Agostinho, Eusébio de Cesareia, Pedro Lombardo e Tomás de Aquino. Do bispo africano já se referenciaram as *Confessiones*, as *Retractationes*, o *De Trinitate* e o *De civitate Dei*, quando se mencionou o peso imenso dos seus contributos para a história eclesiástica, mas também se deve considerar como obra de pleno direito entre os seus escritos teológicos o *De praedestinatione*¹⁸⁸⁴. Quanto ao pensamento ideológico do bispo de Cesareia transparece da obra *Historia Ecclesiastica*, crónica em dez tomos, colada ao pensamento platónico, onde expôs as suas convicções sobre a íntima relação entre fé cristã, filosofia e vida ascética¹⁸⁸⁵.

Fundamental no âmbito dos tratados doutrinários foi o *Liber Sententiarum*, de Pedro Lombardo, de que houve pelo menos duas cópias no mosteiro¹⁸⁸⁶, e que serviu de arquétipo para as grandes sumas que se lhe seguiram¹⁸⁸⁷. O plano da obra introduz a distinção de Agostinho entre coisas e símbolos, evolui para a conceção trinitária de Deus, após o que se debruça sobre o relato da criação do mundo, dos anjos e dos homens, ocupando-se finalmente do aparecimento de Jesus, dos sacramentos e da ressurreição. O principal mérito do bispo parisiense, para além de fazer a compilação dos escritos sagrados, a que reuniu as glosas dos maiores exegetas, foi a de conciliar, num todo harmónico e sistemático, os textos com as sentenças dos Padres da Igreja e de autores mais recentes, de acordo com uma ordem lógica. Nesse projeto ambicioso compilou fontes heterogéneas, antigas e novas, e aí radicou muito do seu interesse, mais do que propriamente nas glosas a que as submeteu.

¹⁸⁸² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 375, fl. 139v-162v.

¹⁸⁸³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 68.

¹⁸⁸⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 237; BNL 331, fl. 1v-34, 35v-160v; BNL 332; BNL 359, fl. 54-62.

¹⁸⁸⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 375, fl. 1v-139v.

¹⁸⁸⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 235; BNL 362, fl. 3-275v.

¹⁸⁸⁷ GHELLINK, Joseph de - *Le mouvement théologique du XIIe siècle. Sa preparation lointaine. Avant et autour de Pierre Lombard. Ses rapports avec les initiatives des canonistes. Etudes, recherches et documents*. Bruges: De Tempel, 1948.

Sujeita a projeção similar, em termos do impacto produzido, mas superando em génio o sentenciário de Pedro Lombardo, esteve a obra cimeira de Tomás de Aquino: a *Summa de theologia*¹⁸⁸⁸. Surpreendem-se nesse trabalho as linhas diretrizes do seu pensamento, em particular, a visão pessoal do aristotelismo veiculada pelo doutor da Igreja, relativa à natureza da relação entre razão e fé, o mesmo é dizer, entre filosofia e teologia, entre raciocínio e revelação. Produziu, a esse respeito, considerações sobre as duas teologias, revelada e natural, hierarquizando-as, e sobre a necessidade da demonstração divina, entidade que percebia como a causa eficiente do universo e inteligência primeira da criação, numa leitura claramente aristotélica do momento seminal da Criação. Menos importante do que a suma por si composta, mas ainda assim figurando como um dos máximos expoentes da teologia testemunháveis na coleção conventual, foram os comentários que deixou relativamente às referidas sentenças de Pedro Lombardo, a pretexto das quais fez uma profunda reflexão teológica¹⁸⁸⁹. Esses comentários formaram um compêndio incontornável para o estudo e ensino da teologia desde a sua edição, e é na revisão e atualização a que submeteu a obra do bispo parisiense que se deve procurar o interesse do texto de Aquino para a comunidade cisterciense. Quanto à *Suma teológica* terá por certo servido em ambiente claustral para mediar o inovador discurso aristotélico, que interpelou fortemente a tradição eclesiástica de matriz platónica, assente em grande medida no pensamento de Agostinho e na restante Patrística, de quem os monges alcobacenses foram grandes adeptos.

Depois da teologia, as peças litúrgicas surgiram em quarto lugar na hierarquia de obras contabilizadas, constando textos dessa rubrica em mais de 40 códices, desdobrados em 52 escritos, rondando 11% dos textos rastreáveis na livraria que se podem ligar às centúrias uncentista e ducentista¹⁸⁹⁰. Uma das principais características do género é o quase integral anonimato das obras, só residualmente grafadas, de que previsivelmente uma quota-parte terá sido produzida pelos próprios copistas da casa religiosa alcobacense. A grande presença dos textos litúrgicos na biblioteca explica-se em função da sua exigência para a celebração dos ofícios religiosos. A designação

¹⁸⁸⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 266; BNL 269.

¹⁸⁸⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 261; BNL 265.

¹⁸⁹⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 10; BNL 11; BNL 30; BNL 34, fl. 6v, 6v (B), 69v-76; BNL 65; BNL 138, BNL 140; BNL 141; BNL 149, fl. 11-12, 150v, 152v-161v; BNL 155, fl. 104v-114v, 114-128, 128v-132v, 142v-143; BNL 162-163; BNL 165-167; BNL 176, fl. 1; BNL 188; BNL 195, fl. 109v-110v; BNL 231, fl. 1-1v, 4-4v; 135v-136v; BNL 232, fl. 215v-216v; BNL 248, fl. 92-106, 170v; BNL 249; BNL 251-253; BNL 255-260; BNL 334, fl. 185-186v; BNL 342, fl. 132v-163v; BNL 359, fl. 30-37v, 37v-42v; BNL 361; BNL 411-414; BNL 432-434.

genérica, uniformizadora e algo informe, de obras litúrgicas abriga uma larga variedade de escritos usados nas mais variadas ocasiões rituais, como a celebração das missas dominicais e das festividades religiosas¹⁸⁹¹. São, em rigor, peças litúrgicas os saltérios, os breviários e os missais, mas também as litanias, os cânticos, os antifonários e os hinos. Como o são os diurnais, os pontificais e os coletários, aos quais se devem juntar, também com toda a propriedade, os lecionários e as orações. Tudo subgéneros presentes na literatura litúrgica detetada no mosteiro de Alcobaça.

Os comentários escriturísticos aparecem, por seu lado, na quinta posição entre os tópicos mais recorrentes entre os escritos mantidos na biblioteca monástica. Por vezes, coincidem com certas obras contempladas na categoria de teologia. O grupo é composto por 47 unidades textuais, distribuídas por 33 volumes, ou seja, cerca de 10% do conjunto de obras da época¹⁸⁹². A literatura exegética dispôs de grande importância e popularidade durante toda a Idade Média¹⁸⁹³. O emprego do comentário como técnica de inspeção de textos remonta a um período inicial do Cristianismo, sendo já observável na produção escrita dos Padres gregos dos primeiros séculos da era cristã, ainda antes de se estender aos grandes Padres latinos, como Agostinho, Jerónimo, Gregório Magno ou Ambrósio, por sua vez imitados e renovados pelos grandes autores medievais, como Hugo de S. Vítor ou o escolástico Pedro Lombardo. O comentário, enquanto género literário, prevaleceu, portanto, durante um vasto período temporal, com impacto no sistema de ensino das universidades medievais, que o admitiram como fundamento para os exercícios da *lectio* e da *disputatio*, em que se apoiou a escolástica¹⁸⁹⁴. A sua prática consistia na aposição de glosas, escólios, exposições, apostilhas e anotações sobre textos bíblicos, com o que se procurava refletir sobre os diversos sentidos contidos nos escritos testamentários e perceber a intencionalidade da mensagem implícita nas

¹⁸⁹¹ PALAZZO, Éric - *Histoire des livres liturgiques: le Moyen Âge, des origines au XIIIe siècle*. Paris: Beuchesne, 1993.

¹⁸⁹² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 145, fl. 1v-32v; BNL 157; BNL 194, fl. 7-161v, 162-168, 168v-169; BNL 232, fl. 1-18, 19-85v, 103-214v; BNL 233; BNL 234, fl. 1-131v; BNL 241; BNL 242, fl. 1v-60v, 61-161; BNL 243, fl. 56-72, 156-167v; BNL 244, fl. 1-191v, 191v-198; BNL 246, fl. 201-203, 204; BNL 247, fl. 1-12, 13-183; BNL 248, fl. 1-72, 106-125, 125-170v; BNL 333; BNL 339-41; BNL 347; BNL 353-355; BNL 359, fl. 1-30, 30-37v; BNL 368; BNL 370, fl. 1-199; BNL 401; BNL 404-409; BNL 416, fl. 131v-229; BNL 435, fl. 1-7v, 7v-71v, 71v-142v.

¹⁸⁹³ LUBAC, Henri de - *Exégèse médiévale: les quatre sens de l'Écriture*. 4 vols. Paris: Éditions du Cerf, 1993.

¹⁸⁹⁴ REINHARD, Klaus; SANTIAGO OTERO, Horacio - Comentaristas bíblicos de los siglos XII e XIII. In *Coloquio sobre Circulación de códices y escritos entre Europa y la Península en los siglos VIII-XIII*. Actas. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 1988, p. 193-208.

*Sagradas Escrituras*¹⁸⁹⁵. As glosas teológicas sendo muito frequentes no período versaram, na maioria, passagens muito específicas do cânone. Por norma, os comentários tinham como alvo textos canônicos isolados: um certo livro bíblico, uma epístola em particular, algum dos *Evangelhos*¹⁸⁹⁶. Só muito raramente visavam por inteiro um dos testamentos; e, mais rara ainda era a existência de comentários integrais à *Bíblia* integral, tal o fôlego da empresa. Uma alternativa menos habitual, mas ainda assim frequente, eram as anotações que versavam grupos de textos unidos por algum tipo de relação formal, prefigurando uma unidade temática, passível de tratamento conjunto.

Em grande conformidade com essas práticas seguidas pelos comentadores medievais está o quadro oferecido pelas obras reunidas sob vigilância alcobacense. Por um lado, a maioria das glosas identificadas reportam-se a peças canônicas bem individualizadas, de que se colhem, como exemplos, um comentário de Beda ao *Livro de Esdras*, ou um outro, feito pelo mesmo autor, a partir do *Livro de Tobias*¹⁸⁹⁷. Corroboram a mesma prática a *Expositio super Ysaia prophetam*, do beneditino Herveu de Déols¹⁸⁹⁸, o comentário ao *Evangelho de Mateus*, redigido pelo teólogo carolíngio Remígio de Auxerre¹⁸⁹⁹, ou a *Explanatio libri Levitici*, de Radulfo de Flaix¹⁹⁰⁰, apenas para citar alguns casos, dos numerosos que se podem encontrar de glosas subordinadas a textos bíblicos específicos. Surge, depois, um segundo grupo, menos numeroso, mas ainda assim com relativa expressão, formado por exposições a conjuntos de textos das *Escrituras* apresentando relações de estreita proximidade entre si. Exemplificam-no as várias glosas dedicadas às *Epístolas Paulinas* depositadas no fundo, deixadas por Pedro Lombardo, Floro de Lião e Aimó de Halberstadt, ou talvez Remígio de Auxerre¹⁹⁰¹, e o comentário único produzido aos *Livros dos Reis*, pelo enciclopedista Rábano Mauro, abade de Fulda¹⁹⁰². Enfim, bem mais residuais foram os trabalhos de grande dimensão abarcando um dos testamentos na íntegra. Nesta condição foi possível identificar duas catenas expondo os livros que formam o *Antigo*

¹⁸⁹⁵ IDEM, *ibidem*.

¹⁸⁹⁶ HOLZ, Louis - *Glosse e commenti*. ..., p. 59-112.

¹⁸⁹⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 435, fl. 1-7v 7v-71v.

¹⁸⁹⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 406.

¹⁸⁹⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 246, fl. 204.

¹⁹⁰⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 405. Sobre Radulfo de Flaix vid Anexos, quadro 33.

¹⁹⁰¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 233; BNL 234, fl. 1-131v; BNL 368; BNL 401; BNL 408-409. Sobre Aimó de Halberstadt vid. Anexos, quadro 33.

¹⁹⁰² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 333.

Testamento. Uma elaborada, com toda a segurança, por Gilberto Foliot, e outra, de autoria mais incerta, mas que porventura também se lhe deverá¹⁹⁰³. É ainda o caso da obra atribuída, sob reservas, a Sto. Agostinho, com considerações destinadas aos *Evangelhos*, aos *Atos dos Apóstolos* e às *Epístolas*, textos canônicos que, no seu conjunto, perfazem o cânone do *Novo Testamento*¹⁹⁰⁴. De exposições abarcando a *Bíblia* em toda a sua extensão, há apenas um claro testemunho na livraria alcobacense, colhido dos exemplares da famosa obra da *Historia scholastica*, de Pedro Comestor, uma história sagrada iniciada com o *Livro do Génesis* e que finda com os *Atos dos Apóstolos*, cujas fontes, ecléticas, integraram a Patrística e a literatura profana¹⁹⁰⁵.

Noutra perspetiva, mantendo a atenção nos textos canônicos glosados, verifica-se que o interesse alcobacense incidiu maioritariamente no comentário ao *Antigo Testamento*, preferindo-o ao *Novo Testamento*. Ainda assim, não há sinal no inventário de terem sido comentados todos os 46 textos que compõem o livro veterotestamentário, o que estaria longe de ser uma particularidade da livraria claustral, antes um dado genérico nada distintivo da prática da época. Entre os que foram objeto de glosas contam-se os Livros do *Génesis*¹⁹⁰⁶ e do *Êxodo*¹⁹⁰⁷, o *Levítico*¹⁹⁰⁸, os *Números*¹⁹⁰⁹ e o *Deuteronomio*¹⁹¹⁰, que, no seu conjunto, compõem o *Pentateuco*. Deve-se o cometimento da empresa à ação de autores como Gilberto Foliot e Radulfo de Flaix, no que também se envolveu um indivíduo que se suspeita ser o arqui-diácono da época carolíngia Pacífico de Verona¹⁹¹¹. Deste lote faz ainda parte um anónimo, responsável pela anotação ao *Êxodo*¹⁹¹².

Comentadores afamados, como Beda e Rábano Mauro, abraçaram, por seu lado, a ideia de comentar os *Livros Históricos*. Linha de comentários seguida pelo britânico Gilberto Foliot e pelo seu conterrâneo Estêvão de Langton, se a conjectura sobre a autoria destes último se revelar correta¹⁹¹³. No seu conjunto, estes autores visaram os

¹⁹⁰³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 353; BNL 404.

¹⁹⁰⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 347.

¹⁹⁰⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 339-340.

¹⁹⁰⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 248, fl. 1-72; BNL 404.

¹⁹⁰⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 248, fl. 106-125; BNL 404.

¹⁹⁰⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 353; BNL 405.

¹⁹⁰⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 353.

¹⁹¹⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 353.

¹⁹¹¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 248, fl. 1-72. Sobre Pacífico de Verona vid. Anexos, quadro

¹⁹¹² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 248, fl. 106-125

¹⁹¹³ Sobre Estêvão de Langton vid. Anexos, quadro 33.

textos bíblicos conhecidos por *Josué*¹⁹¹⁴, *Juízes*¹⁹¹⁵, *Rute*¹⁹¹⁶, *Reis*¹⁹¹⁷, *Esdras*¹⁹¹⁸, *Tobias*¹⁹¹⁹ e *Macabeus*¹⁹²⁰. Alguns dos *Livros Sapienciais* foram, por seu lado, alvo de glosas por Hugo de S. Vítor¹⁹²¹ e Pedro Lombardo¹⁹²², no que também diligenciaram Herveu de Déols¹⁹²³, o pouco conhecido Lucas da Pederneira, membro da ordem cisterciense¹⁹²⁴, e, provavelmente, Odo de Sherrington, um outro monge da ordem de Cister¹⁹²⁵. Dessa literatura sapiencial, o *Livro dos Salmos*¹⁹²⁶ foi o que mereceu maior atenção, mas também os *Livros dos Provérbios*¹⁹²⁷, o *Eclesiástico*¹⁹²⁸ e os *Cânticos*¹⁹²⁹ receberam glosas. As exposições a livros veterotestamentários incluíram ainda comentários individuais a alguns dos *Livros Proféticos*, nomeadamente os dedicados a *Isaías*¹⁹³⁰ e a *Jeremias*¹⁹³¹, e um outro, ao conjunto formado pelos *Doze profetas menores*¹⁹³². Figuram, entre os seus comentadores: Herveu de Déols e Hugo de S. Vítor, exegetas prolixos, Pascásio Radberto, monge beneditino, mais tarde canonizado, e um Pseudo Jerónimo.

No âmbito dos livros do *Novo Testamento*, os *Evangelhos* assumiram-se, naturalmente, como as passagens bíblicas merecedoras de maior atenção por parte dos comentadores medievais. Apesar desse foco de atenção, a verdade é que não abundam os comentários a tais textos entre os códices dos séculos XII e XIII albergados em Alcobaça. Ainda assim, Zacarias Crisopolitano foi um autor que elaborou notas sobre o conjunto dos evangeliários¹⁹³³. Das quatro narrativas que descrevem a vida e os trabalhos de Cristo a única que apareceu comentada individualmente foi o *Evangelho de Mateus*, numa diligência feita por dois autores, Remígio de Auxerre e Godofredo Babio,

¹⁹¹⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 353.

¹⁹¹⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 353.

¹⁹¹⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 232, fl. 19-85v.

¹⁹¹⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 333.

¹⁹¹⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 435, fl. 7v-71v.

¹⁹¹⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 435, fl. 1-7v.

¹⁹²⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 435, fl. 71v-142v.

¹⁹²¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 242, fl. 61-161

¹⁹²² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 354, 355.

¹⁹²³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 359, fl. 30-37v.

¹⁹²⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 241. Sobre Lucas da Pederneira vid. Anexos, quadro 33.

¹⁹²⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 243, fl. 156-167v. Sobre Odo de Sherrington vid. Anexos, quadro 33.

¹⁹²⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 241; BNL 243, fl. 56-72.

¹⁹²⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 243, fl. 156-167v.

¹⁹²⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 242, fl. 61-161

¹⁹²⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 359, fl. 30-37v.

¹⁹³⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 194, fl. 168v-169.

¹⁹³¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 242, fl. 1v-60v; BNL 416, fl. 131v-229.

¹⁹³² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 157.

¹⁹³³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 246, fl. 201-203; BNL 407.

a confirmar-se, para este último escolástico de Angers, a atribuição efetiva do texto¹⁹³⁴. Comentários tratando de modo autónomo os *Evangelhos de Lucas, João e Marcos* não tiveram aparentemente receção na abadia dos monges bernardos. Contudo, neste, como em muitos outros aspetos, é admissível a hipótese de um eventual desaparecimento, como explicação válida e largamente plausível, para justificar ausências que suscitam algumas dúvidas. Mas eventuais lacunas sobre os *Evangelhos* que possam ser perceptíveis nas glosas reunidas em Alcobaça foram largamente compensadas pela homilética encontrada na abadia, que foi buscar a maior parte da inspiração e exemplos nas passagens dos quatro *Evangelhos*.

De todos os textos canónicos neotestamentários, as *Epístolas Paulinas* foram as mais expostas e glosadas, cabendo a iniciativa a personalidades como Pedro Lombardo e Floro de Lião, e a um autor, sobre o qual não se dispõe de absoluta certeza quanto à redação, pendendo a dúvida na atribuição entre Remígio de Auxerre e Aimo de Halberstadt, condiscípulo de Rábano Mauro. Entre as restantes epístolas que compõem o *Novo Testamento* só a primeira das joaninas mereceu escólios¹⁹³⁵.

Deveras interessante é o número de comentários rubricados ao Apocalipse de João à guarda de Alcobaça, três ao todo: o *Expositio super Apocalypsim*, redigido pelo monge carolíngio Berengauda de Ferrière, o já referenciado *Explanatio apocalypsis*, de Apríngio de Beja e o famoso *Tractatus de apocalypsi Johannis Apostoli*, em doze fascículos, composto por Beato de Liébana¹⁹³⁶. Os dois primeiros apresentam a particularidade de serem obra de autores hispânicos. A reunião desses títulos na instituição, podendo tratar-se de mera coincidência ou ao facto de se procurar uma unidade temática, não deixa de sugerir algo mais relevante: a ideia de que os cistercienses portugueses poderiam alimentar especiais preocupações escatológicas, ou seja, inquietações conexas com a salvação, com o fim dos tempos e com o Juízo Final. Mas, de novo, essa parece não ser uma realidade exclusiva do mosteiro de Alcobaça, como deixa perceber o Apocalipse do mosteiro lorbanense e a vulgarização dos beatos nas livrarias hispânicas, não apenas institucionais, mas também de particulares¹⁹³⁷. A

¹⁹³⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 246, fl. 204; BNL 145, fl. 1v-32v; BNL 341. Sobre Godofredo Babio vid. Anexos, quadro 33.

¹⁹³⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 244, fl. 191v-198.

¹⁹³⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 232, fl. 103-214v; BNL 247, fl. 1-12, 13-183.

¹⁹³⁷ DIAS, Ana de Oliveira - *Commentarium in Apocalypsin: o número e a forma geométrica na tradição simbólica das ilustrações do «Beato» de S. Mamede de Lorvão*. Tese de mestrado em história

lista de textos do *Novo Testamento* comentados pertencentes à casa religiosa termina com as observações expendidas aos *Atos dos Apóstolos*, numa presumível realização de Agostinho¹⁹³⁸.

A homilética não Patrística é a categoria que se segue aos comentários escriturísticos em termos da incidência temática de obras no mosteiro. São 21 os códices em que aparecem sermões e homilias reunidos, não atribuíveis a Padres da Igreja. Essas mais de duas dezenas de códices são desdobráveis em 43 textos, valor que em percentagem muito se aproxima dos 10% do conteúdo de obras redigidas¹⁹³⁹. Esse peso, não irrelevante, da literatura parenética nos códices alcobacenses é explicável pela importância que a Igreja reservava à pregação. Com efeito, a literatura parenética era utilizada em diversos contextos, sempre que se impunha a transmissão da experiência religiosa, graças à sua capacidade persuasora. Os sermões eram usados em atividades tão diferentes como a ação pastoral, a catequização, ou a celebração litúrgica¹⁹⁴⁰.

Do ponto de vista dos assuntos expostos, a matéria mais explorada pelos sermões medievais foi, quase sempre, o resultado de reflexões sobre o exemplo fornecido por Cristo e seus apóstolos¹⁹⁴¹, esquema, em geral, reproduzido nas cópias conservadas na sede dos alcobacenses portugueses. Conceptualmente, o material homilético gerado resultava de um processo inventivo, onde se isolavam as ideias principais a expor, em função dos resultados que se pretendiam obter. Essas ideias eram depois ordenadas, por forma a provocar um determinado efeito na audiência. A escolha das palavras, ou seja, o estilo da prédica, tinha uma importância decisiva no impacto sobre o público, devendo haver a preocupação de se fazer o ajustamento à plateia. Idealmente, as homilias implicavam a respetiva memorização, por parte do pregador, proporcionando o seu conhecimento integral, antes da entrega do sermão¹⁹⁴². Um dos

medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. [s.n.]: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.

¹⁹³⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 347.

¹⁹³⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 5, fl. 10 (finais); 1-3; I-CLXXIX; BNL 34, fl. 1-3, 3-6, 7v-17v 18-22v, 23-69v; BNL 38, fl. 5-14; BNL 149, fl. 4-10v, 139-150; BNL 152, fl. XCVI-CIV; BNL 153, fl. I-LIV; BNL 155, fl. 104v-114, 114v-128, 128v-132v, 135-142, 142v-143; BNL 170, fl. 93-100; BNL 171, fl. 8-72; BNL 187, fl. 114-117; BNL 239, fl. 1-120, 121, 188-188v; BNL 243, fl. 11v-25v, 28v-37; BNL 357-358; BNL 372, fl. 86-89, 89-92v, 92v-93v, 94-179v, 179v-180, 180, 180v-181v, 181v-185, 185-187; BNL 441-445; BNL 454, fl. CLXXXVIIIv-CLXXXVI [I].

¹⁹⁴⁰ MARQUES, José - A pregação em Portugal na Idade Média..., p. 317-347.

¹⁹⁴¹ MATTOSO, José - Estratégias de pregação no século XIII..., p. 191-203.

¹⁹⁴² RUSCONI, Roberto - La predicazione: parole in chiesa, parole in piazza. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi, E. Menestó. Vol. 2. *La circolazione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 571-604.

textos presentes no inventário tratou precisamente de algumas das questões técnicas sobre a arte da construção de sermões: o *Processus*, um tratado prático elaborado por João de Rupella, teólogo franciscano do século XIII¹⁹⁴³. O facto não deixa de conter grande interesse dado que à partida a ordem de Cister não estava especialmente vocacionada para a sermonística, em função do gosto pela reclusão e afastamento do mundo por parte dos seus membros.

Constata-se que uma quantidade significativa de sermões não foi autografada¹⁹⁴⁴; enquanto outros, provieram de pseudoautorias, situação para que reporta o sermão *De duodecim abusionis saeculi* de um Pseudo Cipriano¹⁹⁴⁵; além de que em relação a outros ainda se hesita na atribuição – veja-se o caso dos exemplares das *Lectiones epistolarum vel evangeliorum*, afetas, sob reserva, a Esmaragdo¹⁹⁴⁶. Entre os que possuem assinatura ou para quem não subsistem dúvidas relativamente à autoria, refiram-se os devidos aos grandes místicos do século XII: Bernardo de Claraval e Hugo de S. Vítor. São particularmente férteis os sermões do último na casa cisterciense, no total ultrapassando a dezena de textos¹⁹⁴⁷, enquanto do cisterciense estão assinalados apenas três¹⁹⁴⁸. Estão ainda assinalados na condição de homiliastas Ivo de Chartres, Hildeberto de Tours¹⁹⁴⁹, um certo cónego de Prémontré, de nome desconhecido, o bispo Bartolomeu de Silves, o papa Leão Magno, o abade Valério de Bierzo e o filósofo e gramático João Alexandrino¹⁹⁵⁰.

Sendo apreciável a quantidade de indivíduos com textos documentados em Alcobaça com ligações às ordens dos frades pregadores e dos frades menores, escasseiam no convento cisterciense os sermões de mendicantes, os grandes especialistas da prédica, desde que se deu o seu aparecimento¹⁹⁵¹. Não se vislumbram franciscanos convocados pelos alcobacenses em razão da sua produção sermonística.

¹⁹⁴³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 5, fl. 10 (finais).

¹⁹⁴⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 34, fl. 1-3, 3-6, 7v-17v, 18-22v, 23-69v; BNL 38, fl. 5-14; BNL 149, fl. 4-10v; BNL 239, fl. 121, 188-188v; BNL 372, fl. 86-89, 89-92v, 92v-93v, 180, 180v-181v, 181v-185, 185-187.

¹⁹⁴⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 149, fl. 139-150.

¹⁹⁴⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 441-444.

¹⁹⁴⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 153, fl. I-LIV; BNL 155, fl. 104v-114, 114v-128, 128v-132v, 135-142, 142v-143; BNL 170, fl. 93-100; BNL 243, fl. 11v-25v, 28v-37.

¹⁹⁴⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 152, fl. XCVI-CIV; BNL 357-358.

¹⁹⁴⁹ Sobre Hildeberto de Tours vid. Anexos, quadro 33.

¹⁹⁵⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 171, fl. 8-72; BNL 171; BNL 187, fl. 114-117; BNL 239, fl. 1-120; BNL 372, fl. 94-179v; BNL 454, fl. LXXXXVIIIv-CIII; CLXXXVIIIv-CLXXXVI (I). Sobre João Alexandrino vid. Anexos, quadro 33.

¹⁹⁵¹ VAUCHEZ, André - Les ordres mendiants et la reconquête religieuse de la société urbaine..., p. 737-766.

Isso deve-se seguramente ao estilo dos sermões dos mendicantes não agradar aos alcobacenses. Está apenas referenciado o interessante caso do dominicano português Frei Paio de Coimbra que muito se notabilizou no género, tendo adquirido pelo menos uma importante dimensão local e uma relativa auréola de prestígio, fruto da sua técnica elaborada¹⁹⁵².

Quanto aos tópicos explorados na homilética foram muito diversificados, ajustados às mais diversas ocasiões e efemérides, como festividades, dias santos ou celebrações de aniversários de figuras eclesiásticas. Os sermões coligidos em Alcobaça construíram-se em torno de temas tão diversificados como os sacramentos, o amor divino, a conversão, a substância da alma, a vida dos Santos, o dogma da Encarnação ou os aspetos da vida conjugal, numa pequena resenha que serve bem para elucidar sobre a amplitude e abrangência de assuntos concitados.

Depois dos sermões produzidos por autores não ligáveis à Patrística, continuando a considerar-se o critério anotado de distribuição de assuntos por códices, seguem-se as obras de espiritualidade. A espiritualidade adentrou o armário claustral em apenas dez códices, mas somando 28 textos, ou seja, traduzindo-se em cerca de 6% dos escritos abrigados no armário dos monges alcobacenses¹⁹⁵³. Uma proporção talvez menor do que seria de esperar tendo em conta o comprometimento dos monges, em geral, e dos cistercienses, em particular, com a vida contemplativa. Ainda assim, não é de todo irrelevante ou desprezável o número de textos dessa matriz que se encontraram distribuídos pela bibliografia de Alcobaça. Bernardo de Claraval, nome incontornável quando se invoca a literatura subordinada a temáticas espirituais e místicas, tal como seria previsível, reincide no armário com textos seus. De uma forma geral, o conjunto das suas obras ressumam de convicções espirituais, mas exemplificam-nas soberbamente o *De duodecim gradibus humilitatis*, um tratado do cisterciense que se relaciona com a sua doutrina ascética¹⁹⁵⁴.

Para além do grande místico da ordem de Cister do século XII, outros indivíduos forneceram à biblioteca monástica vários trabalhos dedicados à espiritualidade. Por

¹⁹⁵² Vid. Anexos, quadro 20, fl. 1-3; I-CLXXIX.

¹⁹⁵³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 12, fl. IX-CCLXII; BNL 37, fl. 4-6v, I-LXXXVII; BNL 70; BNL 149, fl. 150v, 152v-161v; BNL 152, fl. CIII-CXXV, CXXV-CXXXVIIIv, CLv-CIII, CLXXVIII-CXCIXv; BNL 154, fl. 71-78v, 79-81; BNL 168, fl. I-XXV, XXVv-XXX, XXXv-XXXIV, XXXIV-XXXVIII, XXXVIIIv-XLIIv, XLIII-XLIIIv, XLIX-LIIv, LIII-LXXXv, CXVIIv-CXXI, CXXIv-CXXXVIIv, CXXXVIIv-CXXXIX, 1-9

¹⁹⁵⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 152, fl. CIII-CXXV.

exemplo, fizeram parte deste grupo, Efraim, Pedro de Blois, Anselmo de Cantuária e Odo de Cluny. O primeiro, fundador da escola de Edessa, nos seus escritos abordou tópicos como a alma, o juízo de Deus, o amor divino, a Ressurreição, o reino dos céus, os vícios e as virtudes dos homens¹⁹⁵⁵. No caso do arqui-diácono de Bath e de Londres deixou um conjunto de epístolas eivadas de conteúdos espirituais¹⁹⁵⁶, tipo de preocupações similares às que percorrem a coleção de meditações, orações e epístolas legadas pelo arcebispo Anselmo de Cantuária¹⁹⁵⁷. Em relação às *Collationes*, produto da atividade literária do cluniacense, correspondem a uma coletânea de textos e conferências, e foi, sem dúvida, o trabalho de sua autoria em que melhor se cristalizou a visão que perfilhava sobre as qualidades do espírito¹⁹⁵⁸.

Pedro de Celles, Hilário de Poitiers, Agostinho de Hipona, João Crisóstomo, Esmaragdo, Juliano Pomério e Atanásio fecham o elenco dos autores indisputados com obras desse teor, cada um com um único escrito atribuído. Naturalmente, a obra mais famosa pertence a Sto. Agostinho: o *De conflictu viciorum et machina virtutum*¹⁹⁵⁹. Mas não deixam de ser dignos de interesse o comentário à regra de S. Bento deixado por Esmaragdo¹⁹⁶⁰, a carta dedicada à eucaristia por Pedro de Celles¹⁹⁶¹, o ataque às ideias arianas feito por Hilário¹⁹⁶², o tratado sobre o primeiro salmo escrito pelo patriarca de Constantinopla¹⁹⁶³, a reflexão sobre a vida ativa e contemplativa devida a Juliano Pomério¹⁹⁶⁴, bem como a missiva endereçada à comunidade de Antioquia pelo Padre da Igreja oriental¹⁹⁶⁵. Como acontece no caso dos restantes temas, regra a que não escaparam os tratados e textos atinentes a matérias espirituais, restam os trabalhos devidos a autores desconhecidos, testemunhados por uma *Exaltatione (De) Sanctae Crucis*, uma *Epistola et carmen de lapsu virginis*, umas *Orações e cânticos em louvor*

¹⁹⁵⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 168, fl. I-XXV, XXVv-XXX, XXXv-XXXIV, XXXIV-XXXVIII, XXXVIIIv-XLIIv, XLIII-XLIIIv, XLIX-LII v.

¹⁹⁵⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 12, fl. IX-CCLXII. Sobre Pedro de Blois vid. Anexos, quadro 33.

¹⁹⁵⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 37, fl. I-LXXXVII.

¹⁹⁵⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 70.

¹⁹⁵⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 168, fl. CXXXVII v-CXXXIX, 1-9.

¹⁹⁶⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 263, fl. 9-244v.

¹⁹⁶¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 154, fl. 79-81.

¹⁹⁶² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 168, fl. CXVIIv-CXXI.

¹⁹⁶³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 168, fl. LIII-LXXXv.

¹⁹⁶⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 356, fl. 112-137. Sobre Juliano Pomério vid. Anexos, quadro 33.

¹⁹⁶⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 454, fl. LIX-LXIII.

da *Virgem Maria* e uma *Exultatione (De) diaboli in ruina monachorum vel perseverantia ac labore perfectorum*¹⁹⁶⁶.

Esta sequência de obras é, em qualquer caso, muito útil para definir o tipo de espiritualidade cisterciense: uma espiritualidade assente na exaltação do ideal da vida ascética, por esse motivo atenta às questões do noviciado e dos votos monásticos, ao escrúpulo pela regra beneditina, e apostada em celebrar as virtudes da vida dos monges como contraponto aos males que enfermavam o mundo secular, os quais se impunha combater. De acordo com essa visão, fazia-se o convite à penitência como forma de erradicação dos pecados, celebrando-se a humildade e a beatitude da alma como meios para alcançar o amor divino, tomando como referências nessa aspiração a Paixão de Cristo e a figura da sua mãe, numa demonstração evidente da conceção profundamente Cristocêntrica da ordem.

Seguiu-se à espiritualidade, o direito, em número de obras guardadas pelos cistercienses de Alcobaça. Os textos jurídicos estão distribuídos por quinze volumes, totalizando 24 trabalhos, o mesmo é dizer pouco mais de 5% dos títulos¹⁹⁶⁷. Uma taxa de incidência que os posiciona em oitavo lugar na hierarquia da repartição de assuntos, descontando a presença de uma categoria genérica, criada para enquadrar obras avulsas. Avultam entre as obras de direito associadas à coleção algumas peças importantes para a história do direito. Em várias encontra-se a chancela de destacados juristas e canonistas, o que, em parte, terá resultado previsivelmente de um processo de apropriação conduzido por monges da fundação monástica junto das universidades europeias, para onde alguns elementos se deslocavam para dar continuidade aos seus estudos, como se pode conferir na secção dedicada à formação dos letrados.

Avaliando o perfil dos autores das obras legais, verificou-se uma convergência nas biografias dos decretalistas e civilistas com obras identificadas em Alcobaça, reveladora de duas tendências: a passagem desses autores na condição de discípulos e/ou de mestres, por Bolonha, o maior centro de estudos em leis do período; e a sua

¹⁹⁶⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 37, fl. 4-6v; BNL 149, fl. 150v, 152v-161v; BNL 454, fl. LXXIIIv-LXXV.

¹⁹⁶⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 42; BNL 43, fl. 1-206v; BNL 45; BNL 144; BNL 169, fl. I-LIv; BNL 173, fl. 1-9, 10-116, 116-126, 126-127; BNL 185; BNL 187, fl. 1-83, 96-113v; BNL 201, fl. 1-9 (prelim.), BNL 201; BNL 234, fl. 131-132v; BNL 281, fl. 1-14v, 15-42; BNL 365; BNL 371, fl. 1-14, 14-21; I-XXX, XXX-XXXVI; BNL 450, fl. I-LXVIIv.

existência ter decorrido nos séculos XII ou XIII, momento fortemente marcado pela revitalização dos estudos jurídicos.

Um exemplo paradigmático dessas duas tendências é o percurso realizado por Bartolomeu de Brescia, aluno e professor em Bolonha durante o século XII. Melhor divulgador do que teórico virtuoso, Bartolomeu de Brescia compôs as *Quaestiones dominicales*, uma simples recolha de decretos de conhecimento relativamente generalizado, noticiada em outras compilações¹⁹⁶⁸. Tal como ele, Godofredo de Trano, foi estudante e, mais tarde, professor nos altos estudos bolonheses. Mas, ao contrário do anterior, deixou uma obra bem mais valiosa para história das compilações jurídicas, a *Summa super rubricis Decretalium*, em que procedeu à exposição dos principais decretos do seu tempo¹⁹⁶⁹. Hugúcio de Pisa, como os anteriores, também estudou e ensinou direito canónico em Bolonha, mas foi ainda versado na teologia. O *Liber derivationum*, provavelmente a obra conhecida no catálogo alcobacense por *Vocabularium*, foi a que lhe concedeu maior projeção, consistindo num aturado trabalho de fixação terminológica, com o propósito de estabelecer um vocabulário técnico-profissional apropriado para uso jurídico¹⁹⁷⁰. Outro indivíduo com passagem certificada por Bolonha foi Egídio de Fuscariis, o redator de uma obra bem difundida, reconhecível precisamente pelo nome do seu autor: a *Summa magistri Egidii de Fuscariis*¹⁹⁷¹. Mais um exemplo na mesma esteira vem de Tancredo de Bolonha, que elaborou uma *Ordo judicarius*, onde se debruçou sobre os procedimentos a observar nas jurisdições eclesiásticas, começando por se referir ao papel dos oficiais judiciais e às partes em litígio, depois abordando a instrução preliminar dos processos, passando em seguida à confrontação formal, finalizando com as instâncias de apelação e de recurso¹⁹⁷².

O dominicano Raimundo de Penhaforte fez também parte do seu aprendizado em leis na mesma cidade transalpina. Deve-se-lhe a gestação da obra de direito canónico que dá pelo nome de *Decretales Gregorii IX*, elaborada por encomenda expressa do Papa Gregório, uma incontornável compilação dos decretos papais

¹⁹⁶⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 371, fl. XXX-XXXVI. Sobre Bartolomeu de Brescia vid. Anexos, quadro 33.

¹⁹⁶⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 43, fl. 1-206v. Sobre Godofredo de Trano vid. Anexos, quadro 33.

¹⁹⁷⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 277. Sobre Hugúcio de Pisa vid. Anexos, quadro 33.

¹⁹⁷¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 371, fl. I-XXX. Sobre Egídio de Fuscariis vid. Anexos, quadro 33.

¹⁹⁷² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 371, fl. 1-14. Sobre Tancredo de Bolonha vid. Anexos, quadro 33.

organizada em edição única, por si comentada¹⁹⁷³. Intimamente relacionados com a universidade transalpina estiveram ainda os bispos João de Deus e Bernardo de Pavia. O primeiro cursou estudos na cidade bolonhesa, aí publicando vários compêndios sobre juristas e textos legais, entre os quais se conta o *Liber iudicii* guardado nas estantes do mosteiro alcobacense¹⁹⁷⁴. Quanto ao canonista de Pavia viu uma obra sua adotada como manual de ensino na instituição universitária, a bem sucedida coletânea de textos jurídicos conhecido por *Breviarum extravagantium* que também deu entrada na maior casa dos cistercienses portugueses¹⁹⁷⁵. Esta compilação, formada por um conjunto de cinco volumes, seguiu um plano preciso: o primeiro volume foi dedicado aos indivíduos com jurisdição eclesiástica; no segundo agruparam-se os processos judiciais civis; no terceiro foram abordadas as disposições legais relativas ao clero; no quarto reuniram-se as matérias atinentes ao casamento; e no quinto fez-se o elenco dos crimes eclesiásticos e das sanções aplicáveis.

Com formação bem diferente dos anteriores, vinculado não ao polo bolonhês mas aos estudos parisienses, local onde assumiu as funções de reitor de teologia no decurso do século XII, João Belete foi responsável pela elaboração de uma suma de ofícios eclesiásticos que colheu aceitação considerável no campo do direito canónico, com a curiosidade acrescida de nela dar conta do carácter apócrifo de alguns dos livros testamentários¹⁹⁷⁶.

Por sua vez, um decretalista de épocas mais recuadas, o germânico Burcardo, que foi bispo de Worms e um grande reformador da Igreja germânica do século XI, está creditado no fundo bibliográfico com a autoria de uma das mais fundamentais coletâneas de direito medieval, uma obra monumental, escalonada em 20 tomos, que recebeu a designação de *Decretum colectarium*, alternativamente nomeada por *Decretum Burchardi Wormatiensis*, em sua intenção¹⁹⁷⁷.

Os textos legais que estiveram na posse dos alcobacenses incluíram ainda um número significativo de bulas canónicas e decretos pontifícios, alguns vinculando

¹⁹⁷³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 201.

¹⁹⁷⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 371, fl. 14-21.

¹⁹⁷⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 173, fl. 10-116. Sobre Bernardo de Pavia vid. Anexos, quadro

¹⁹⁷⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 450, fl. I-LXVIIv.

¹⁹⁷⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 365. Sobre Burcardo de Worms vid. Anexos, quadro 33.

diretamente a *ordo cisterciensis*¹⁹⁷⁸. Também se encontram alguns exemplares referentes a regras, disposições capitulares e prescrições normativas em matéria de usos religiosos, entre as quais se conta a regra beneditina, devida a S. Bento de Núrsia¹⁹⁷⁹. É neste contexto que se deve incluir a obra conhecida por *Diadema monachorum*, do beneditino Esmaragdo, sobre a moral monástica¹⁹⁸⁰. Referências especiais, a finalizar, para dois trabalhos específicos, algo curiosos: uma cópia dos decretos da quarta sessão do concílio de Latrão, uma assembleia realizada em 1215, com grande impacto na Cristandade, e um tratado de excomunhão, proporcionado por autor anónimo¹⁹⁸¹. Em particular, a presença dos decretos conciliares de 1215 na livraria sugere alguns comentários: por um lado, dada a sua importância para o clima de segregação entre judeus e mouros e os cristãos, o que vai de encontro do carácter rigorista da ordem cisterciense, que se vem sublinhando de forma reiterada; e, por outro lado, devido ao impulso que deram para a melhoria da formação do clero, aspeto também já referenciado, a propósito da rede escolar à disposição dos letrados.

Com menor frequência no mosteiro cisterciense do que os tópicos precedentes, em termos da distribuição dos escritos, figurou uma das sete artes liberais: a gramática. O seu número não atinge os 4% do total de obras inventariadas para a época: são apenas dezassete textos enquadrados em onze códices¹⁹⁸². No entanto, concorrem para o relativamente magro pecúlio obras de personalidades com trabalhos de grande relevo nesse domínio, muitos das quais tiveram grande aceitação e repercussão no período: Ebrardo de Béthune, Alexandre de Villedieu, possivelmente Pacífico de Verona, Hugúcio de Pisa, Papias, Beda e Jerónimo. Em conjunto, e por ordem de enumeração, respondem pelo *Graecismus*¹⁹⁸³; pelas *Derivationes*¹⁹⁸⁴; por uma *Regulae in Genesim*¹⁹⁸⁵; por um dicionário, ou vocabulário, latino¹⁹⁸⁶; por um tratado sobre a arte da gramática e um vocabulário, de que terão havido três exemplares na casa

¹⁹⁷⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 144; BNL 173, fl. 116-126, 126-127; BNL 187, fl. 96-113v.

¹⁹⁷⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 185; BNL 187, fl. 1-83; BNL 281, fl. 1-14v, 15-42; BNL 371, fl. XXX-XXXVI.

¹⁹⁸⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 169, fl. I-LIv

¹⁹⁸¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 173, fl. 1-9; BNL 234, fl. 131-132v.

¹⁹⁸² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 37, fl. 1-3v; BNL 48; BNL 149, fl. 7-10 (suplem.); BNL 151, fl. 71-128, 128-151v; BNL 234, fl. 133-212v; BNL 239, fl. 121, 188-188v; BNL 248, fl. 1-72; BNL 277; BNL 424-425; BNL 426, fl. 1v-155, 155v-219, 219-249, 249-250v, 258, 258v.

¹⁹⁸³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 48.

¹⁹⁸⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 151, fl. 71-128.

¹⁹⁸⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 248, fl. 1-72.

¹⁹⁸⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 277.

alcobacense¹⁹⁸⁷; por um tratado sobre as interpretações dos nomes hebraicos¹⁹⁸⁸; e por um outro, afim, sobre as interpretações dos nomes sagrados¹⁹⁸⁹.

A estes escritos acrescem várias obras, para as quais se ignora a respetiva autoria. Consistem num breve tratado sobre a acentuação de algumas palavras latinas, de acordo com o uso dos cistercienses¹⁹⁹⁰; numa *Ars accentualis*¹⁹⁹¹; num glossário breve¹⁹⁹²; num dicionário alegórico e místico, ou silva de alegorias¹⁹⁹³; num tratado de interpretações gramaticais ao *Liber pastoralis curae*, de Gregório Magno¹⁹⁹⁴; num texto dedicado à pronúncia e à prosódia¹⁹⁹⁵; a que se junta uma outra obra respeitante à forma de acentuação das palavras¹⁹⁹⁶.

Prosseguindo a análise por temas, figurando em décimo primeiro lugar entre os assuntos mais acomodados nos códices, mas, por certo, em primeiro lugar na importância que lhe era atribuída, e no uso quotidiano que lhe era consagrado pelos cenobitas, surge a *Bíblia* propriamente dita¹⁹⁹⁷. São visíveis dez exemplares das *Sagradas Escrituras*, metade das quais correspondem a edições integrais e a restante metade a edições incompletas. A esse respeito, refira-se que todos os volumes bíblicos conservados correspondem à versão da *Vulgata*.

O elenco de assuntos atestados na livraria monástica fica completo com as obras historiográficas e filosóficas. Umas e outras constam de poucos códices, com correspondência num reduzido número de escritos. Ajustam-se ao critério de obras de timbre historiográfico apenas nove textos, ou seja, menos de 2% do universo bibliográfico apurado, o que contrasta com a importância dada na congregação a este tipo de obras mais tarde, nomeadamente a partir do século XVII. Ainda assim, há lugar para uma história apócrifa dos feitos de Carlos Magno na Espanha, feita por um Pseudo Turpino, sob a designação de *Vita Caroli Magni et Rolandi*¹⁹⁹⁸, e a uma *Historiae*

¹⁹⁸⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 424-425; BNL 426, fl. 1v-155, 155v-219.

¹⁹⁸⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 426, fl. 249-250v.

¹⁹⁸⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 426, fl. 219-249.

¹⁹⁹⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 37, fl. 1-3v.

¹⁹⁹¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 149, fl. 7-10 (suplem.)

¹⁹⁹² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 151, fl. 128-151v.

¹⁹⁹³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 234, fl. 133-212v.

¹⁹⁹⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 239, fl. 121, 188-188v.

¹⁹⁹⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 426, fl. 258v.

¹⁹⁹⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 426, fl. 258.

¹⁹⁹⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 396-399; BNL 427-431; BNL 455.

¹⁹⁹⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 334, fl. 116v-211v.

Francorum, produzida por Gregório de Tours¹⁹⁹⁹. A estes escritos os cenobitas juntaram uma memória sobre a aparição de D. Afonso Henriques aos cónegos de Sta. Cruz de Coimbra e a *Commemoratio Beati Regis Alfonsi primi Portugalliae*, consagradas ao primeiro monarca português²⁰⁰⁰. Ambos anónimos, os dois textos ao fazerem a exaltação do primeiro rei português apontam para a eclosão de uma vontade de afirmação identitária emergente no período. São vestígios literários de um processo concreto de construção da memória, firmado num dispositivo verdadeiramente ideológico, dir-se-á mesmo programático. A relevância de ambos os escritos é sublinhada pelo facto de serem exemplares incluídos num códice cuja datação provável o inscreve na fronteira entre os séculos XII e XIII, portanto num momento em que a sedimentação do reino de Portugal ainda estava em curso, remetendo para uma fase embrionária da sua gestação, o que mais releva a importância historiográfica dos textos.

O comprometimento ideológico destas obras sobressai de outras escolhas textuais mantidas em Alcobaça: uma relação da conquista de Santarém, *Quomodo sit capt Sanctarem civitas (seu De expugnatione Scalabis)*²⁰⁰¹ e uma *Carmen*, atribuída a um certo Gosuino, sobre a conquista de Alcácer do Sal²⁰⁰², em que se faz a descrição da tomada de duas fortificações árabes situadas em território português. Reunidas no mesmo códice, ambas as obras, revelam para além do compromisso com a memória historiográfica portuguesa, um compromisso, tão ou mais relevante, com a memória historiográfica cristã, e com as ideologias de Cruzada e de Reconquista. Para além destes relatos bélicos, constaram ainda no armário claustral os sete livros das *Histórias*, de Paulo Orósio²⁰⁰³, escritos como complemento histórico à *De civitate Dei* agostiniana, onde Deus e Homem, pecado e castigo, são enquadrados no processo histórico, graças a um esquema tetra imperial, não cíclico, de sucessão linear dos impérios na ótica de uma economia de Salvação²⁰⁰⁴. Muito espaçados no tempo, os textos das conquistas e a história orosiana aparecem unidos pela sua condição apologética: os dois primeiros retratando a superioridade católica sobre os muçulmanos e o do presbítero bracarense, muito anterior, animado pela intenção de contribuir para a conversão dos pagãos. Foi

¹⁹⁹⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 334, fl. 100-103v.

²⁰⁰⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 334, fl. 1 (suplem.), 1B (suplem.)

²⁰⁰¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 415, fl. 147-148v.

²⁰⁰² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 415, fl. 148v-150.

²⁰⁰³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 415, fl. 52v-146v.

²⁰⁰⁴ ALBERTO, Paulo Farmhouse; FURTADO, Rodrigo - Introdução. In *História apologética: O livro 7 das Histórias contra os pagãos e outros excertos*. Lisboa: Colibri, 2000.

também da autoria de Paulo Orósio uma narrativa da Babilónia recolhida pelos cistercienses²⁰⁰⁵.

Num outro volume dos códices alcobacenses encontra-se a *Chronica Imperatorum et Pontificum*, narrativa muito efabulada da história do mundo, incidindo sobre a vida e atos dos imperadores e papas, desde Augusto a S. Lino, com várias notícias sobre acontecimentos ocorridos nas centúrias uncentista e ducentista em terras de Espanha, França e Itália²⁰⁰⁶. O compositor da crónica foi Martinho de Polónia, um dominicano, arcebispo e capelão papal, que viveu no século XIII. Sobressai da estrutura da obra uma grande rigidez, mas também uma enorme originalidade, por fazer a narração, em páginas alternadas, das vidas dos pontífices e dos imperadores.

Ainda mais residuais do que os textos historiográficos foram as obras filosóficas, em sentido estrito, vislumbráveis no fundo de Alcobaça. Textos com essa configuração figuram apenas dois, guardados em dois códices distintos. Um desses escritos é anónimo, consistindo num tratado sobre o silogismo, isto é, sobre a forma de raciocínio dedutiva e as suas proposições²⁰⁰⁷; o segundo tem o título genérico de *Quaestiones*, e está atribuído a Guerrico de Igny²⁰⁰⁸. Naturalmente que o cômputo de obras filosóficas seria bastante mais numeroso, caso se elegesse como critério válido, em vez dos trabalhos de interesse fenomenológico ou epistemológico, os textos guardados em cujo discurso se aludiu a tópicos da discussão filosófica, mas não foi esse o critério de indexação atendido pelos organizadores do *Índice*. Na verdade, de acordo com um entendimento mais amplo da filosofia muitas das obras inventariadas seriam incluídas nesse lote, com especial destaque para as de teologia, e nesse grupo para os trabalhos de Agostinho e Tomás de Aquino; ou não tivessem sido eles mestres inigualáveis que refletiram sobre as matérias da existência, do conhecimento, da verdade, da justiça, da linguagem, do raciocínio e da beleza, tópicos filosóficos por excelência.

Sobra um conjunto ainda apreciável de textos muito específicos ou para os quais não foi possível encontrar parentescos. Foram, de acordo como o agrupamento feito pelos responsáveis do índice do inventário alcobacense, reunidos sob uma mesma rubrica genérica, designada por “Vários”. A opção por juntar trabalhos esparsos, pouco

²⁰⁰⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 400, fl. 172-173.

²⁰⁰⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 16, fl.

²⁰⁰⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 375, fl. 164.

²⁰⁰⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 147, fl. 266v-268.

homogêneos, na sua maioria de muito pequena extensão, debaixo de uma rubrica única, resultou na criação artificial de uma categoria, que congrega um conjunto, ainda assim apreciável, de textos: 26 obras indexadas, distribuídas por 21 volumes²⁰⁰⁹. A soma desses textos, unidos em razão precisamente da sua falta de unidade de tema, confere-lhes uma relativamente elevada incidência no total de rubricas. Devem-se a vários anónimos e a vários autores, alguns de créditos firmados. Entre os textos arrumados dessa forma contam-se duas epístolas, atribuídas a Ivo de Chartres²⁰¹⁰; um livro de cálculo, composto por Rábano Mauro²⁰¹¹; um relato de viagens ao Oriente, cuja mítica autoria se deve ao Prestes João das Índias, intitulado *De India et de eius mirabilibus*²⁰¹²; além de um outro livro de espécie similar, redigido por Trezenzónio, conhecido pela designação *De Solistionis insula magna*²⁰¹³. Também há nota de um tratado moralista sobre o mérito da observância de uma vida honesta, de Martinho de Dume²⁰¹⁴; mais duas coleções alegóricas, de origem dubitativa²⁰¹⁵; acrescidos por uma *Epitamera* do abade Valério²⁰¹⁶; e umas antífonas sobre santos, devidas a Tolardo²⁰¹⁷. Entre os textos assinados, ainda há lugar no lote para o *De regimine domus*, um original de Bernardo de Tours, conhecido também por Bernardo Silvestre²⁰¹⁸; e para um Pseudo Clemente autor de umas *Recognitiones*²⁰¹⁹.

Da lavra de autores anónimos, há outros textos tresmalhados enquadrados no grupo genérico: uma miscelânea de exposições sobre matérias de doutrina, orientada por vários propósitos²⁰²⁰; um livro de ditos proverbiais²⁰²¹; um par de sentenciários²⁰²²; uma obra de cariz edificante, alertando para os perigos da estultícia - *Quadam (de) quae*

²⁰⁰⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 34, fl. 7-7v; BNL 37, fl. 6v-8; BNL 38, fl. 1-4v; BNL 146; BNL 149, fl. 150v-152; BNL 168, fl. 10-12; BNL 171, fl. 1-7v; BNL 195, fl. 1-1v; BNL 233, fl. 218v; BNL 234, fl. 131v; BNL 248, fl. 72-86, 86-90v; BNL 263, fl. 8-8v; BNL 332, fl. 299; BNL 342, fl. 2v-132v; BNL 348, fl. 203v; BNL 360, fl. 1; BNL 364, fl. 1-3 (finais); BNL 380, fl. 41-44, 44-45; BNL 410, fl. 1-244, 245v-255; BNL 426, fl. 250v-252, 252v-258, 259; BNL 454, fl. LXXXXIIIv-LXXXXIII.

²⁰¹⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 146; BNL 171, fl. 1-7v.

²⁰¹¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 426, fl. 250v-252.

²⁰¹² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 380, 41-44. Sobre o Prestes João vid. Anexos, quadro 33.

²⁰¹³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 37, fl. 6v-8.

²⁰¹⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 248, fl. 86-90v.

²⁰¹⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 410, fl. 1-244, 245v-255.

²⁰¹⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 454, fl. LXXXXIIIv-LXXXXIII.

²⁰¹⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 195, fl. 1-1v. Sobre Tolardo vid. Anexos, quadro 33.

²⁰¹⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 380, fl. 44-45. Sobre Bernardo de Tours, ou Bernardo Silvestre, vid. Anexos, quadro 33.

²⁰¹⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 342, fl. 2v-132v.

²⁰²⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 38, fl. 1-4v.

²⁰²¹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 168, fl. 10-12.

²⁰²² Vid. Anexos, quadro 20, BNL 248, fl. 72-86; BNL 332, fl. 299.

*stulta dicebatur*²⁰²³; um escrito dedicado aos pais de Cristo²⁰²⁴; uma composição relativa aos seis graus da castidade²⁰²⁵; uma fórmula para a divisão em partes das orações²⁰²⁶; uma outra sobre a divisão dos salmos, esta segundo o método sugerido por Sto. Agostinho²⁰²⁷; aos quais se junta um *Vasilographus liber*²⁰²⁸. Destaque ainda para dois registos neste lote, igualmente não autografados, cujo relevo decorre de se relacionarem intimamente com a vida da abadia: uma nota sobre as doações feitas por D. Dinis e por D. Pedro I aos monges de Alcobaça²⁰²⁹ e um averbamento sobre a construção do mosteiro alcobacense²⁰³⁰.

A análise dos tomos que constituem o *Inventário dos Códices Alcobacenses* e o tratamento estatístico a que foram submetidos os seus *Índices*, redigidos em fase mais tardia, fornecem uma ideia aproximada sobre a estatura intelectual dos monges portugueses da ordem de Cister, demonstrando o seu papel basilar como uma das instituições liderantes no panorama cultural do reino português para o período alvejado. A bibliografia reunida dá conta, em primeira mão, dos interesses literários dessa elite religiosa, e é elucidativa da extensão dos conhecimentos à disposição dos cenobitas, representando, por conseguinte, uma informação de manifesto valor para a caracterização dos letrados do reino no período.

A primeira conclusão suscitada pela análise é imediata, a partir da simples avaliação da dimensão da coleção codicológica. O elevado quantitativo de obras em inventário aponta para uma estreita ligação entre os alcobacenses e o livro, na sua dimensão plural de objeto multifacetado e muito valorizado nas suas diversas valências pelos monges brancos.

A filtragem a que se submeteu o catálogo, com o fim de isolar a informação relativa às centúrias uncentista e ducentista, avaliza uma segunda inferência, ligada com a dimensão do núcleo de textos produzidos materialmente ou acumulados nesses tempos iniciais da fundação claustral: subsistem, dessa época, perto de duas centenas de volumes, aos quais correspondem quase meio milhar de títulos, números pouco

²⁰²³ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 149, fl. 150v-152.

²⁰²⁴ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 263, fl. 8-8v.

²⁰²⁵ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 348, fl. 203v.

²⁰²⁶ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 426, fl. 252v-258.

²⁰²⁷ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 426, fl. 259.

²⁰²⁸ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 34, fl. 7-7v.

²⁰²⁹ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 360, fl. 1.

²⁰³⁰ Vid. Anexos, quadro 20, BNL 364, fl. 1-3 (finais).

frequentes para a época. A mobilização para a acumulação codicológica em muito deve ter assentado na vontade dos primeiros habitantes da casa cisterciense de se dotarem dos meios instrumentais necessários para a organização da vida monástica. Nesse particular, o contacto com o livro apresentava-se, não como uma excentricidade, mas como uma exigência, porque a sua posse não era desligável do cumprimento das prescrições litúrgicas, espirituais e manuais da congregação beneditina. Aliadas a essas primitivas necessidades institucionais, as circunstâncias conjunturais foram decisivas para acelerar a requisição bibliográfica, pois a centúria ducentista multiplicou a oferta de livros, devido à eclosão de numerosos fatores, repartidos entre conquistas técnicas e avanços intelectuais.

Terceira conclusão substantiva, os códices adquiridos pelos alcobacenses congregaram manuscritos muito diversificados, cuja produção original se dispersou por uma grande latitude espacial e cronológica. Há, entre os títulos coligidos, exemplares de textos gerados entre os séculos II e XIII, pese embora um hiato afetando o século III, e as naturais oscilações cronológicas no que se refere à incidência textual. Geograficamente, a produção dos escritos abarcou toda a Cristandade – a Europa latina e anglo-saxónica, o norte de África e o Próximo Oriente –, com o maior destaque a recair nas regiões da orla da bacia mediterrânica. Combinados, a frequência de títulos por século e o enquadramento espacial das obras de que os bernardos dispuseram de cópias, espelham com grande nitidez reeditar os progressos da cultura de matriz latina e cristã na medievalidade, ao mesmo tempo que permitem identificar os momentos de maior avanço e recuo na produção escrita e, por arrasto, inspecionar as áreas onde a polaridade cultural foi mais intensa.

As principais etapas culturais da Idade Média sobressaem, então, das lógicas de seleção de textos e autores: é possível acompanhar a disseminação da doutrina católica pelos dois hemisférios da *Christianitas* nos primeiros tempos, quando ainda se confundia com a *Romanitas*; assistir à precedência cultural itálica e à posterior emergência da influência gaulesa durante a Antiguidade Tardia; testemunhar os ganhos graduais de importância da Península Ibérica e da insularidade britânica no decurso da alta medievalidade; monitorizar o recrudescimento do centro europeu na época carolíngia, e dar conta da sua subsequente contração para regiões que coincidem com a atual França nos séculos X e XI, acompanhada por uma escassez de obras e por um quase apagamento hispânico; e comprovar o ressurgimento, a partir de certo momento,

dos territórios itálicos, disputando a primazia cultural com as regiões da Narbonense e da Champagne, no período formado pelos séculos XII e XIII. O cruzamento da informação decorrente da pesquisa com o retrato comumente traçado pela historiografia, quanto ao quadro da cultura medieval, aponta para uma grande conformidade de resultados, o que faz da coleção bibliográfica um acervo muito representativo dos interesses e fluxos culturais da área cristã.

Uma quarta constatação, em direção aos conteúdos dos textos colecionados, serve para referir a sua grande sintonia com a linha oficial produzida pelo pensamento da Igreja católica ao longo dos séculos medievos, o que é sintomático de um grande alinhamento ideológico dos cistercienses com a hierarquia religiosa. O espólio alcobacense não admitiu, em nenhuma circunstância, ou pelo menos disso não há vestígios no projeto de acumulação bibliográfica levado a cabo ao longo dos séculos XII e XIII, qualquer cópia de literatura heterodoxa, pagã ou proveniente de confissões religiosas rivais. Pelo contrário, há, sim, vários escritos de teor apologético, animados pelo propósito de atacar os inimigos religiosos, tanto os nascidos do interior da Igreja, ou seja, movimentos cismáticos e heréticos, como os exteriores a ela. Realidade que se liga com uma nova conclusão: a ausência absoluta de literatura árabe ou hebraica da livraria, o que viabiliza interpretações causais, quanto à forma como os cistercienses portugueses se posicionavam em relação a matérias como o proselitismo religioso e a tolerância sociocultural, apontando à sua conotação como extremamente rigoristas. A exceção neste âmbito, foi para a admissão à biblioteca de uma única obra, atribuída a um autor judaico, mas que por se tratar de um judeu converso e de dizer respeito a um texto com ressonâncias anti hebraicas, não afasta, mas apenas reforça, as considerações sobre a grande rigidez religiosa da congregação. O que quer dizer que a convivência próxima entre populações de diferentes etnias e religiosidades pode levar, de forma alternada, à adoção de duas atitudes bem diferenciadas: a uma maior tolerância e compreensão mútuas, como parece ter sido o caso dos regantes de Coimbra e de Lisboa, ou ao extremar de posições, no sentido da radicalização ideológica, como parecem ter sido as circunstâncias alcobacenses.

A conformidade do pensamento dos monges brancos com a linha oficial está, por outro lado, bem suportada no lote de autores que foram autorizados no armário alcobacense. Nesse grupo sobressaem os grandes Padres da Igreja latina, dos quais há muitos e variados exemplos: Ambrósio, Jerónimo, Agostinho, Atanásio, Eusébio de

Cesareia, Sulpício Severo, Gregório Magno, Isidoro de Sevilha, Beda, Leão Magno e Hilário de Poitiers; os mais importantes dogmáticos da Igreja oriental, como Orígenes, Gregório de Nazianzo, Efraim, João Crisóstomo e João Damasceno; os principais teóricos doutrinários baixo-medievais, entre os quais Pedro Lombardo e Tomás de Aquino; a par dos grandes vultos da espiritualidade uncentista e ducentista, com destaque inevitável para Hugo e Ricardo de S. Vítor, Bernardo de Claraval e os mendicantes em geral.

Não obstante esse alinhamento, ou por causa dele, os autores citados, conjugados com o restante elenco, forneceram um retrato muito consistente da oferta bibliográfica medieval, contribuindo com obras fundamentais para o fundo, com o que se sinaliza o efetivo conhecimento alcobacense no que se refere às grandes tendências que atravessaram o período. Apesar disso, os textos mantidos não esgotaram toda a oferta disponível, nem recobriram integralmente a totalidade das sensibilidades atestadas no seu tempo. Há algumas lacunas a assinalar, das quais as mais significativas serão a ausência dos escaparates de escritos relativos à Antiguidade Clássica, sem guarnição no armário até ao século XIV; ou as faltas ao nível dos trabalhos de letrados de outras confissões religiosas, rechaçados ostensivamente, e de que o exemplo mais flagrante foi o caso dos comentários árabes a Aristóteles; ou ainda a privação em relação a textos procedentes de certas tendências da segunda escolástica, algumas nas franjas da heterodoxia, com as quais a Igreja teve dificuldade de lidar.

Por outro lado, a investigação do relacionamento dos bernardos alcobacenses com a nata da intelectualidade hispânica, ou seja, com os indivíduos naturais da península em que se implantou a casa de Alcobça da ordem de Cister, suscita uma outra anotação: poucas personalidades ibéricas conseguiram intrometer textos de sua lavra na coleção da abadia, mas isso parece ter resultado mais de uma crónica escassez de massa crítica peninsular, só a espaços interrompida, do que de uma opção deliberada dos responsáveis claustrais. O grupo de hispânicos, de facto não adquiriu grande expressividade, somando pouco mais de uma dezena de indivíduos, na sua maioria situáveis entre os séculos VII e IX, coincidindo com os tempos de maior fulgurância intelectual da Hispânia durante a Antiguidade Tardia. Mas uma parte significativa desses poucos textos foi escrita por indivíduos com responsabilidades na hierarquia da Igreja: bispos, na sua maior parte, entre os quais se destaca Isidoro de Sevilha, que

esteve muito bem representado no escrínio, figurando em lugar relevante na lista de autores preferidos.

Outro dado digno de realce que se pode extrair da pesquisa, ainda relacionável com a questão das autorias, diz respeito a duas outras realidades: por um lado, o avultado número de títulos anónimos e, por outro lado, a presença documentada de algumas pseudoautorias. Traduzem, cada uma delas, situações típicas da literatura medieval, bem explícitas em contexto alcobacense. Aludem, na sua essência, a quatro fenómenos: a valorização do discurso em detrimento da vanglória autoral; a especialização dos monges como copistas, agindo no quadro desse trabalho ao serviço de Deus; a fragmentação textual; e a importância indisputada das autoridades no ideário medieval.

Uma última conclusão visando os escritos depositados no mosteiro de Alcobaça, vai no sentido de estabelecer que as preferências cistercienses se dividiram por uma grande variedade de tipologias. O interesse temático conformou-se com a seguinte hierarquia: no topo, a Patrística, a que se seguiram a hagiografia, a teologia, a liturgia, os comentários escriturísticos e a homilética não Patrística, por ordem descendente de trabalhos. A larga distância das anteriores situou-se a requisição de textos de espiritualidade, de direito, de gramática e de livros das *Sagradas Escrituras*. Só residualmente houve espaço para a historiografia e para a filosofia, no seu sentido mais restrito.

Impõem-se notas breves, resumizando o que foi apurado sobre cada um dos tópicos, com o propósito de dar conta das razões da sua requisição. A literatura Patrística foi o género mais acarinhado por cistercienses e a sua visibilidade no mosteiro tudo deve à contribuição dada pelos Padres da Igreja para a definição do pensamento religioso. A também numerosa presença da liturgia explica-se, por sua vez, em resultado das necessidades impostas pelos ofícios, pelos atos devocionais e pelos deveres de meditação a que estavam vinculados os cistercienses, resultado, em primeiro lugar, da sua condição de monges, e em segundo, da sua qualidade de beneditinos. Quanto à teologia, consistiu na mais importante matéria objeto de reflexões e estudos da Idade Média, só encontrando rival no direito, o que terá tornado incontornável a aquisição de escritos de cariz doutrinário, por parte da comunidade monástica.

O comentário escriturístico e a hagiografia, por sua vez, configuraram géneros tipicamente cristãos, muito habituais em fundos bibliográficos: o primeiro, versando a *Sacra Pagina*, na busca do entendimento do conteúdo da mensagem dos textos do cânone bíblico, revelou-se um extraordinário instrumento de pesquisa intelectual, muito perene na sua utilização; a segunda, dedicada às vidas de santos, dada a sua forte componente pedagógica e moral, foi usada como forma de transmitir códigos de conduta e de glorificar os grandes nomes da Igreja. Dispunha da vantagem adicional de fornecer uma alternativa ao modelo religioso politeísta, substituindo no ideário popular a religiosidade pagã. A homilética não Patrística tinha afinidades óbvias com o género hagiográfico, necessariamente conexas com a componente tropológica que está implícita nas homilias. Esses sermões, baseados na sua maioria nos textos neotestamentários relativos à vida de Cristo e dos Apóstolos, procuravam, do mesmo modo que as *vitae* de santos, modelar comportamentos.

Já o direito afluiu em Alcobaça em resultado da grande renovação feita ao estudo das matérias legais, iniciada no século XI, e que conheceu um extraordinário impulso nos dois seguintes. As necessidades de observar as disposições canónicas e de intervir em assuntos variados no domínio da ordenação civil motivaram, como é natural, os alcobacenses a investir na aquisição de livros jurídicos. Mas o volume de obras legais disponível parece ficar um pouco aquém das exigências e tendências do tempo.

Quanto à *Bíblia*, o livro fundamental da religião católica, teria sempre lugar cativo em Alcobaça, como em qualquer outra instituição religiosa. Os vários exemplares mantidos na casa fundacional, manifestam essa obrigação imperativa, a que nenhuma casa eclesiástica se podia furtar.

Os textos de gramática, por seu turno, deveriam servir aos alcobacenses, fundamentalmente para o propósito de acudir ao esforço de formação dos membros da ordem, suportando a escolaridade básica, responsável pelos primeiros hábitos de leitura e escrita, mas também estudos mais avançados, como esclarece a existência de obras do corpo da gramática especulativa na abadia. No que se refere ao tópico da espiritualidade, o tipo de vida contemplativa dos monges não poderia dispensar a comparência claustral desse tipo específico de literatura, mas não foi de maneira nenhuma o aspeto mais valorizado no conjunto das aquisições bibliográficas. Relativamente à historiografia, apesar dos alcobacenses disporem de poucos exemplares

do género, a escolha dos escritos revela um valor programático muito evidente que não deve ser ignorado. Continha uma clara intenção instrumental, no sentido da afirmação do reino português numa fase muito incipiente da sua vida. Em último lugar, a filosofia compareceu na biblioteca cisterciense em sentido estrito, embora estivesse, numa perspetiva mais ampla, muito presente nos textos de teor teológico, doutrinário e espiritual.

Dessas linhas gerais de organização do fundo alcobacense perpassa o fundo conhecimento dos monges sobre os dogmas eclesiásticos, transparente das obras de que se fizeram rodear de Padres da Igreja, tratados teológicos e comentários anotados às *Escrituras*. Ao mesmo tempo, o armário dá nota da grande atenção colocada pela comunidade na prática cerimonial em torno da qual se organizava uma parcela substantiva da vida monástica, ao nível da própria vivência quotidiana, desse modo se justificando todo o aparato litúrgico acumulado, e que servia para regular os ritmos do dia, a sucessão de tarefas, até para organizar o próprio ano religioso, com o seu calendário de festas e dias santos. Noutro sentido, os monges de Alcobaça valorizaram, sobremaneira, os *exempla* positivos fornecidos pelas vidas de beatos, mostrando uma particular devoção pela figura mariana, numa espiritualidade bebida em ambos os livros testamentários, mas particularmente apoiada nos episódios da vida de Cristo expostos no *Novo Testamento*. Apesar da via de recolhimento empreendida, os alcobacenses não eram totalmente alheios aos aspetos mundanos, como se depreende da posse de tratados jurídicos e da relativa importância concedida às matérias históricas.

LIVRARIA DO MOSTEIRO DE STA. CRUZ DE COIMBRA

A comunidade regente de Sta. Cruz de Coimbra implantou-se no ocidente peninsular quando se cumpria o primeiro terço do século XII, em 1131, no interior de um espaço condal muito marcado pela experiência da guerra religiosa e onde se manifestavam com intensidade aspirações autonómicas, conjuntura que marcou decisivamente a sua adaptação ao território²⁰³¹. O impulso à instalação da canónica partiu do entusiasmo do arqui-diácono Telo, a que se associaram na qualidade de

²⁰³¹ MARTINS, Armando Alberto - *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média...*, p. 164 e ss.

cofundadores, entre outros, João Peculiar, o futuro arcebispo de Braga, e o primeiro prior da instituição, Teotónio, factos noticiados na hagiografia crúzia, nomeadamente na *Vita Tellonis* e na *Vita Teothonii*²⁰³².

Para a instalação inicial da canónica, como para o rápido crescimento que se lhe seguiu, colaboraram ativamente não só entidades religiosas, como a sé conimbricense, mas também forças seculares, com óbvio destaque para o governante do território e para os nobres que constituíam o seu círculo mais chegado²⁰³³. Ao primeiro rei português, D. Afonso Henriques, com quem os agostinianos se relacionaram desde o momento da chegada de forma estreita e permanente²⁰³⁴, os cónegos regulares devem, desde logo, o espaço físico onde foi erigido o mosteiro, mas também proteção política e um conjunto significativo de doações que proporcionaram o crescimento patrimonial da ordem e um gradual aumento da sua influência²⁰³⁵.

O *quid pro quo* estabelecido entre o rei e os monges assentou numa política mutualista muito eficiente, entretanto estendida aos cistercienses de Sta. Maria de Alcobça e prolongada no tempo pelos seus sucessores, o que diz bem sobre a sua eficácia. Baseava-se na capacidade de conciliar os interesses políticos régios com os espirituais e materiais dos monges sedeados em solo lusitano. Por um lado, a política de doações monárquica exponenciava, de modo célere, o prestígio, os bens, o nível cultural e a influência da ordem, nomeadamente por intermédio de subvenções e concessões de coutos e jurisdições eclesiásticas; e, por outro, o monarca retirava dividendos da atividade povoadora dos regulares, dispunha da sua proteção religiosa, usava-os na atividade diplomática, beneficiava do seu aconselhamento político, administrativo e financeiro, recrutava-os para serviços na chancelaria e no tesouro régios, nomeava-os, com frequência, para ocupar os principais cargos nas sedes episcopais vacantes²⁰³⁶.

De um ponto de vista ideológico, os observantes da regra agostiniana compuseram um movimento eclesiástico de feição renovadora que aspirava a regenerar as formas contemporâneas de vida claustral pela via evangélica e espiritual, com base

²⁰³² *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra...*

²⁰³³ *Livro santo de santa cruz...*, p. 22, nº 53.

²⁰³⁴ MARTINS, Armando Alberto - *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média...*, p. 317.

²⁰³⁵ RODRIGUES, Manuel Augusto - O mosteiro de Santa Cruz e a sua projecção na vida religiosa e cultural de Coimbra. *Santa Cruz de Coimbra do Século XI ao Século XX - Estudos no IX Centenário do Nascimento de S. Teotónio - 1082-1982*. Coimbra: Comissão Executiva do IX Centenário do Nascimento de S. Teotónio, 1984, p. 222-223.

²⁰³⁶ MARTINS, Armando Alberto - *Santa Cruz de Coimbra nos séculos XII e XIII...*, p. 48

numa pastoral muito ativa e numa dinâmica atividade assistencial, em grande medida prenunciadoras do esquema de apostolado preconizado pelos mendicantes²⁰³⁷. Tal como a ordem de Cister comungavam de uma atitude reformista e de um insuspeito desejo de conhecimento, apesar das divergências nas propostas e das diferentes agendas religiosas²⁰³⁸.

Nessa medida, a fundação dos mosteiros de Sta. Cruz de Coimbra e de Sta. Maria de Alcobaça no ocidente peninsular rompeu decisivamente com as estruturas mais anquilosadas do monaquismo tradicional hispânico, acelerando tendências que a reforma gregoriana já exprimira. Por intermédio das suas casas foi possível fazer progredir a cultura eclesiástica, até então estruturada sobre uma rede frágil, espartilhada, com dimensão meramente local, onde o livro era uma realidade rara, usado apenas na *lectio divina* e na liturgia²⁰³⁹, para um novo modelo em que as letras eram apreciadas e encaradas como instrumento de pesquisa intelectual, e postas ao serviço da vida religiosa, gerando hábitos de acumulação bibliográfica e induzindo lógicas formativas²⁰⁴⁰. Neste novo quadro foi estimulada a aquisição de códices, franqueando o conhecimento dos monges a autores, temas e disciplinas, de outro modo inalcançáveis, pelos quais entravam em contacto com o saber mais erudito de então. A formação em ambiente claustral foi encorajada, por vezes continuada através de altos estudos nas grandes universidades medievais, contando para o efeito com subvenções do clero²⁰⁴¹ e da monarquia²⁰⁴², na firme convicção de que o saber, assim adquirido, ajudava tanto à pastoral, como à atividade diplomática.

O modelo espiritual e cultural adotado pelos cónegos regulares estabelecidos em Coimbra foi bebido na abadia de S. Rufo de Avinhão, e irradiado a partir de S. Vítor de Paris, núcleo muito influente no tempo, com quem os crúzios partilhavam a regra²⁰⁴³. Já o modelo disciplinar foi buscado em regiões gaulesas mais meridionais, nomeadamente Avinhão, onde estava localizado o estabelecimento de S. Rufo, outra comunidade de

²⁰³⁷ MATTOSO, José - Cluny, crúzios e cistercienses na formação de Portugal..., p. 101-121.

²⁰³⁸ IDEM, *ibidem*, p. 112.

²⁰³⁹ MATTOSO, José - O monaquismo tradicional em Portugal no século XII. Fragmentos de uma composição medieval. Lisboa: Editorial Estampa, 1990, p. 167-181.

²⁰⁴⁰ MATTOSO, José - Condições económicas e sociais na circulação dos códices da Península Ibérica..., p. 360-361.

²⁰⁴¹ CAEIRO, Francisco da Gama - *Santo António de Lisboa. Vol. 1...*, p. 67.

²⁰⁴² SÁ, Artur Moreira de - *Primórdios da cultura portuguesa...*, p. 21.

²⁰⁴³ *Santa Cruz de Coimbra na cultura portuguesa da Idade Média. Vol. 1...*, p. 166.

monges agostinianos²⁰⁴⁴. Neste espaço monástico, visitado em várias ocasiões pelos primeiros regentes de Sta. Cruz, foi angariada a literatura fundadora da importante livraria claustral formada pela comunidade, designadamente as peças litúrgicas e os livros de costumes, necessários à regência dos ofícios e à organização da vivência intramuros da comunidade²⁰⁴⁵. As valências culturais dos monges de Sta. Cruz e a amplitude dos conhecimentos reunidos surgem certificados pela relação próxima que a ordem mantinha com o livro e com a escrita, testemunhada pela dimensão da sua biblioteca e pela produção do seu *scriptorium*. O quantitativo de códices acumulados na instituição e a qualidade dos seus conteúdos constituem os indicadores mais eficazes para estabelecer o nível cultural da congregação, assente no pressuposto de um uso efetivo e continuado das obras alojadas na instituição por parte dos seus monges. A esse respeito, parece pacífico afirmar que a escassez geral de itens bibliográficos na época, as dificuldades observadas na sua manufatura e os custos elevados associados à respetiva aquisição, não podiam deixar de se traduzir numa utilização regular dos manuscritos pelos agostinianos.

O núcleo bibliográfico

Antes de se estabelecer o *corpus* de códices sob observação e de expor com detalhe o seu conteúdo, importa fazer algumas considerações prévias sobre a natureza dos dados disponíveis, em parte resgatados do capítulo dedicado à análise da biblioteca de Alcobaça, o mais relevante dos quais relativo ao carácter fragmentário da informação preservada. A esse propósito é importante sublinhar o facto das leituras baseadas na livraria conimbricense, por se suportarem em dados fracionários, valerem mais pelas tendências que expressam do que pelo seu valor absoluto; sendo, como tal, mais indiciárias do que determinísticas. A prudência em relação às conclusões é exigida, no essencial, por três ordens de razões: em primeiro lugar, em função do desconhecimento da verdadeira extensão do núcleo bibliográfico, parcela de um número que se presume maior, entretanto desvanecida pelo tempo e hoje impossível de determinar na

²⁰⁴⁴ *Catálogo dos códices da livraria de mão do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, p. LV-LVI.

²⁰⁴⁵ MARTINS, Armando Alberto - *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média...*, p. 217-222.

íntegra²⁰⁴⁶; depois, por causa das dificuldades técnicas implícitas na análise codicológica que encerram um grau apreciável de dificuldade, constituindo um tema sempre em aberto e alvo de frequente reapreciação²⁰⁴⁷; finalmente, pela incapacidade de se determinar, com exatidão, o momento em que se verificou a entrada de cada unidade textual nas estantes claustrais. Em relação a este último ponto, a premissa de que todo o elenco de livros manuscritos anteriores ao final da centúria ducentista já estaria à disposição dos membros na época em causa, comporta uma inevitável dose de falibilidade, visto que o processo de aquisição textual está tipicamente sujeito a desfasamentos entre os momentos da produção material das obras e a sua receção. A assunção de tais riscos é, no entanto, a única forma de sustentar uma análise sistemática ao conteúdo da livraria.

Alguns elementos, todavia, indiciam uma relativa proximidade temporal entre a produção das obras e a sua aclimação na casa monástica: em primeiro lugar, a larga extensão do período observado, concedendo uma margem de tempo significativa para a realização das viagens codicológicas até se verificar o momento da receção definitiva das obras; em segundo lugar, as menções explícitas, em documentos datados, a certas obras inventariadas que permitem conferir o acolhimento dos manuscritos na cronologia aferida; depois, certas práticas claustrais que obrigavam à constituição de uma biblioteca de base nos mosteiros agostinianos, destinadas a assegurarem a salvação das almas dos monges e o regramento das rotinas claustrais; e, por fim, a existência de uma atividade policopiadora intramuros, já em funcionamento no período em apreço, com capacidade para produzir e reproduzir obras.

À revelia destas advertências, o lote de obras crúzias catalogado convoca uma imagem do que foi o empenho posto pelos cónegos de Coimbra na recolha bibliográfica, da sede que revelaram pelo conhecimento, da natureza dos seus interesses culturais e dos autores e matérias mais apreciadas pela congregação no período em questão, como foi enunciado a propósito da apreciação do fundo de Sta. Maria de Alcobaça. A parte mais significativa dos manuscritos sobreviventes, recobrando quase todo o elenco bibliográfico conhecido para Sta. Cruz de Coimbra, encontra-se depositada nos fundos da Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), formando um

²⁰⁴⁶ *Catálogo dos códices da livraria de mão do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, p. XVIII-XXIX.

²⁰⁴⁷ RUIZ GARCÍA, Elisa - *Manual de codicología*. Madrid: Fundacion Germán Sanchez Ruipérez, 1988, p. 307-310.

núcleo de relevante dimensão, submetido a um processo de inventariação e análise crítica diligenciado por Aires Augusto Nascimento e José Meirinhos, na esteira de esforços anteriores da historiografia portuguesa no mesmo sentido²⁰⁴⁸. O elenco de obras que daí resultou fornece elementos de indiscutível valor para a reconstituição do espólio alojado no mosteiro de Sta. Cruz, mas também, por arrastamento, do quadro da alta cultura monástica portuguesa dos séculos XII e XIII²⁰⁴⁹.

No projeto, os editores procederam a um arrolamento dos códices do mosteiro, das obras neles arquivadas e dos autores que foi possível identificar ou conjecturar. Além disso, propuseram uma classificação dos títulos por assuntos, introduziram notas históricas de grande interesse e oportunidade e produziram descrições codicológicas detalhadas. O resultado final alcançado autoriza a que se possa ensaiar uma leitura crítica do fundo bibliográfico crúzio, paralela à empreendida para a biblioteca alcobacense.

Enfim, o catálogo dos manuscritos de Sta. Cruz de Coimbra menciona um total de 99 códices, de que resultaram tratados pelos organizadores do inventário 97²⁰⁵⁰. À margem do catálogo conhecem-se, supletivamente, pelo recurso a fontes externas, sobretudo atos de doações e narrativas de vidas de santos, alguns outros itens bibliográficos que em dado momento incorporaram o núcleo crúzio, aumentando o número de códices identificados em mais de três dezenas de unidades²⁰⁵¹. Estas fontes

²⁰⁴⁸ Vários historiadores ao longo do tempo dedicaram a sua atenção especificamente à livraria crúzia, dos quais merecem destaque MADAHIL, António Gomes da Rocha - Os códices de Santa Cruz de Coimbra. *Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. 3 (1926-27) 379-420; 9 (1928) 192-229; 10 (1932) 55-105; 11 (1933) 50-96; CRUZ, António - *Santa Cruz de Coimbra na cultura portuguesa da Idade Média*. Vol. 1...; MARTINS, Armando Alberto - *Santa Cruz de Coimbra nos séculos XII e XIII*....

²⁰⁴⁹ *Catálogo dos códices da livraria de mão do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*...

²⁰⁵⁰ Do conjunto total de 99 códices, dois não foram contemplados pelo catálogo. Um deles, identificado pelo nº 22, conhecido vulgarmente como *Livro Santo de Santa Cruz de Coimbra*, foi excluído da análise codicológica por não pertencer ao fundo reunido pela Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP) a que alude o inventário, estando actualmente incorporado nos fundos dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (ANTT)²⁰⁵⁰; o outro códice não tratado, a que corresponde o nº 19 da coleção, também não consta do núcleo à guarda da BPMP, desconhecendo-se o seu paradeiro, mas suspeitando-se de uma catalogação indevida, motivada por uma duplicação no registo, por parte do inventariador original.

²⁰⁵¹ São conhecidas várias doações ao mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra e deste a terceiros que deixam ver escritos ligados à biblioteca claustral a transitar entre armários. Está neste caso a doação, em 1198, de dezassete volumes, na sua maioria sermonários e peças litúrgicas, realizada pelo mosteiro crúzio ao seu filiado de Sta. Cruz de Cortes, situado em Cidade Rodrigo. O documento foi publicado por COSTA, Avelino Jesus da - Coimbra: centro de atracção e de irradiação de códices e de documentos, dentro da Península, nos séculos XI e XII. In *II Jornadas luso-espanholas de história medieval*. Actas. Vol. 4. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, p. 1297-1308. É também a situação de várias cedências feitas pelo mosteiro a particulares, de que foram beneficiários Pedro Vicente, da

adicionais fornecem informação valiosa para uma caracterização mais efetiva do fundo conimbricense. Recorreu-se a elas apenas de forma subsidiária para a análise, na medida em que iluminam sobre alguns hábitos bibliográficos, mas não foram consideradas no âmbito do tratamento estatístico, esse centrado no catálogo. Nessa medida, as doações em causa tiveram um valor sobretudo qualitativo, servindo para afinar algumas das conclusões do arrolamento bibliográfico.

Recentrando a análise no lote inventariado, no tocante às datas de redação material dos textos, os escritos presentes nos códices distribuíram-se, de forma não equitativa, entre os séculos IX e XVI. Há apenas anotado um hiato para o qual não se conhecem títulos, relativo ao período compreendido pelo século XI. Do universo total de códices, um número muito significativo, 76 volumes, apresentou peças bibliográficas anteriores ao século XIV, representando quase quatro quintos do conjunto, o que se traduz num percentual de 78,4%, fatia substancial que define o universo bibliográfico crúzio sob inspeção (vid. gráfico 7).

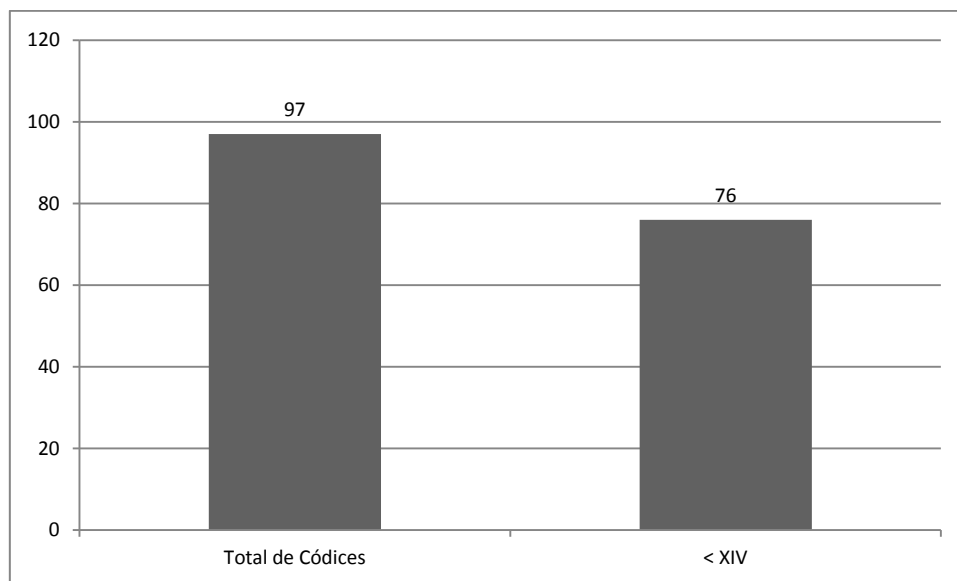


GRÁFICO 7: DISTRIBUIÇÃO CRONOLÓGICA DOS CÓDICES – PROD. MATERIAL I (SCC)

Fonte: *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do M^o de Sta. Cruz de Coimbra*

Nalguns casos as obras relativas ao período alojadas nos códices foram puramente residuais, razão porque a historiografia habitualmente só considera elegíveis

canónica de olissiponense de S. Vicente de Fora, em 1207, com três manuscritos; mestre Gil, em 1218, com doze manuscritos; e Pedro Peres, chantre de S. Pedro, em 1226, com dois manuscritos. As três doações estão relatadas e publicadas por CRUZ, António - *Santa Cruz de Coimbra na cultura portuguesa da Idade Média...Vol. 1*, p. 198 e ss. Um olhar às obras em trânsito, face ao seu volume, mostra que a livraria crúzia conteria bastante mais do que os 99 códices a que alude o catálogo.

para o tratamento um número inferior de códices, situado nas 60 unidades²⁰⁵². O número mais amplo a que se chegou, de 76 códices, resulta de uma análise mais fina ao catálogo, incluindo os volumes contendo essas peças residuais e outros com manuscritos de datação imprecisa, balançando entre os séculos XIII e XIV.

Olhando com uma maior atenção a distribuição textual por códices, e depois de expurgados os volumes que contêm textos materialmente produzidos após os anos de mil e trezentos, conclui-se que o número de unidades textuais situável no interior da periodização se aproxima das oito centenas, o que dá uma média aproximada de dez escritos por códice. A regularidade no arquivamento sugerida pela média é, todavia, ilusória, uma vez que alguns códices contiveram escassas peças da época, por vezes uma única, enquanto outros acumularam várias dezenas de textos.

Observando uma divisão por séculos, encontraram-se 41 códices com textos fabricados na centúria ducentista e 28 volumes contendo textos produzidos na centúria anterior. No extremo do espectro, existe um único códice com peças do século IX. Quanto aos escritos do século X, foram concentrados em apenas quatro volumes. Algumas obras apresentam dificuldades de datação, motivo porque estão assinalados cinco códices que abrigam obras sobre as quais persistem dúvidas em termos da sua atribuição ao século XII ou ao XIII, e um igual número de volumes para os quais subsiste um dilema semelhante, mas relativamente aos séculos XIII e XIV (vid. gráfico 8).

²⁰⁵² Foi seguida para investigar a biblioteca crúzia a mesma metodologia usada na análise da livraria alcobacense, que consistiu em isolar no inquérito os códices contendo escritos anteriores ao final do século XIII. Perante dúvidas de carácter codicológico relativas à fixação cronológica de alguns textos, manifestadas pelos organizadores do *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz...*, optou-se por um critério inclusivo, tal como se fez para o núcleo cisterciense, contemplando desse modo na análise as obras de atribuição duvidosa, oscilante entre os séculos XIII e XIV. O uso do método descrito resultou num universo de 76 códices, quantitativo mais amplo do que os 60 códices propostos por MADAHIL, António Gomes da Rocha - Os códices de Santa Cruz de Coimbra. *Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. 3 (1926-27) 379-420; 9 (1928) 192-229; 10 (1932) 55-105; 11 (1933) 50-96. Este, por sua vez, aceitou um número baseado nas propostas feitas por D. José d'Ávé Maria no princípio do século XIX, esquema que foi seguido por autores posteriores, como MARTINS, Armando Alberto - *Santa Cruz de Coimbra nos séculos XII e XIII...*, e por GOMES, Saul António - *In limine conscriptionis...* Nestas abordagens não foi dispensada atenção aos textos mutilados do período presentes em volumes de épocas posteriores. Na medida em que esses fragmentos persistem como testemunhas materiais de uma época, e estão devidamente identificados e datados, encerram inquestionável utilidade para a qualificação do armário, pelo que foram aqui valorizados.

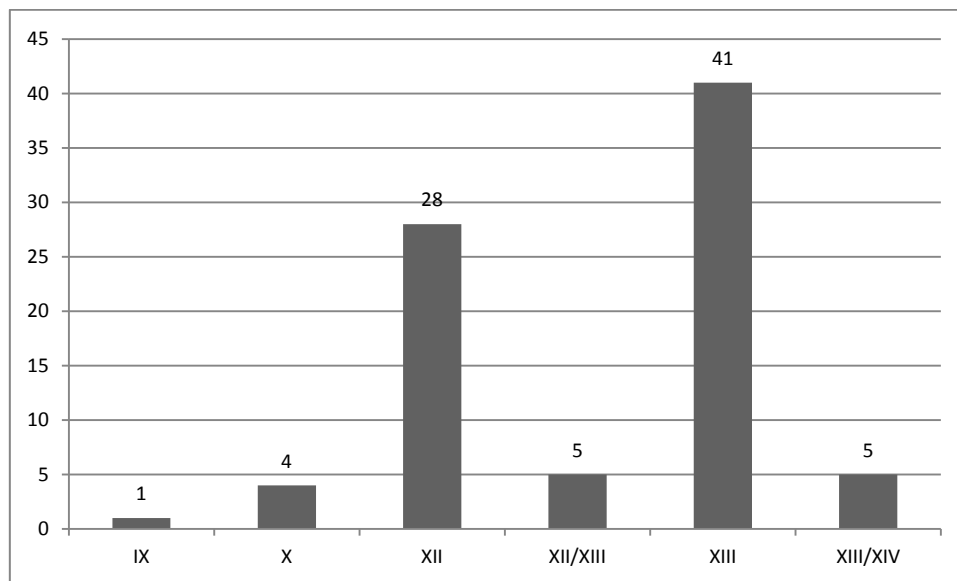


GRÁFICO 8: DISTRIBUIÇÃO CRONOLÓGICA DOS CÓDICES – PROD. MATERIAL II (SCC)

Fonte: *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do M^o de Sta. Cruz de Coimbra*

Deslocando o olhar e passando a usar como indicador o número de textos, em lugar dos códices que os abrigaram, sobressai o grande interesse aquisitivo do mosteiro em relação às obras produzidas materialmente no século XII face às demais (vid. gráfico 9).

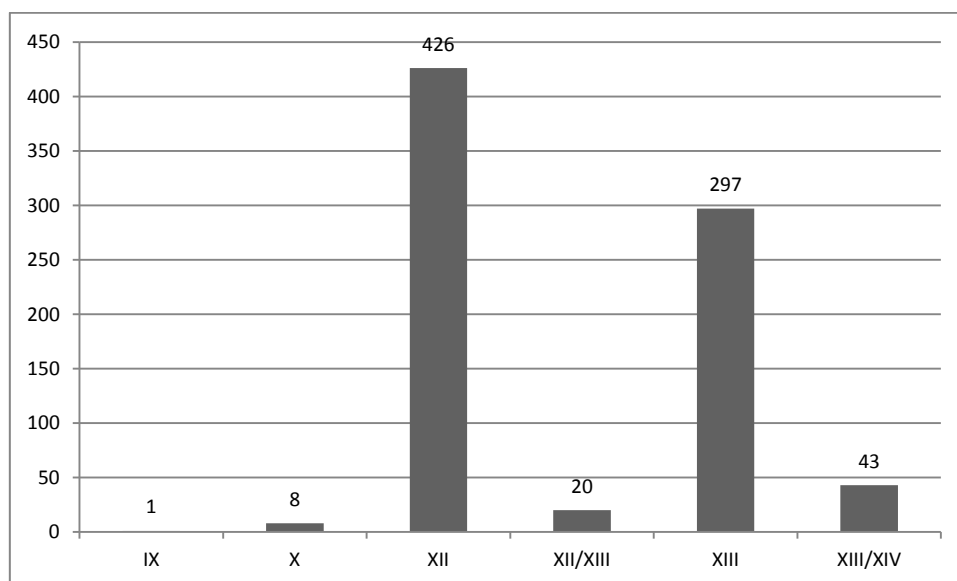


GRÁFICO 9: DISTRIBUIÇÃO CRONOLÓGICA DE OBRAS – PROD. MATERIAL (SCC)

Fonte: *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do M^o de Sta. Cruz de Coimbra*

Para o universo de quase oito centenas de títulos identificados, as obras datadas do século XII superam as quatro centenas, valor que pode aproximar-se das quatro centenas e meia de obras, no caso de se confirmar a indexação a esse período dos 20 títulos para os quais persistem dúvidas sobre a datação proposta, com atribuição hesitante entre os séculos XII ou XIII.

De outro modo, as espécies bibliográficas consignadas ao século XIII, para as quais há firmeza na atribuição cronológica, são aproximadamente 300 unidades, ainda que esse valor possa na realidade ser superior, no pressuposto de que muitos dos 63 títulos de fixação incerta – 20 oscilando entre os séculos XII e XIII; 43 hesitando entre os séculos XIII e XIV – possam ter sido fabricados nos anos de mil e duzentos. Ainda assim, mesmo que se comprovasse para todos os casos dubitativos a sua produção ducentista, o total apurado não seria suficiente para implicar uma inversão no peso relativo entre os textos objeto de fabrico nessas duas centúrias, pelo que persistiria sempre o domínio dos escritos de redação uncentista no armário claustral de Sta. Cruz. Esse predomínio de trabalhos datados do século XII sobre os do seguinte parece ter-se devido, em grande parte, a uma grande atenção posta pelos crúzios na composição do núcleo bibliográfico inicial, para o que contribuiu o lote de livros trazido do mosteiro de S. Rufo de Avinhão.

No polo oposto, oferecendo um impacto residual no universo dos textos à guarda monástica, estão peças bibliográficas cuja cronologia foi fixada nos séculos IX e X. No primeiro caso constata-se apenas a presença de um exemplar único, por sinal fragmentário, inserto num códice do final do século XIV. Em relação aos escritos produzidos materialmente nos anos de novecientos são oito os arrolados, valor pouco expressivo traduzível em pouco mais de 1% do total das obras à guarda conventual. Quanto ao século XI, como se fez notar antes, caracteriza-se por uma absoluta omissão de textos, o que pode, de alguma maneira, estar ligado com a tomada da região de Coimbra por al-Mansur e com o arrasamento que lhe sucedeu, suscitando nesse caso questões sobre a forma como obras achada na posse crúzia no século XII, produzidas materialmente em tempos pré-fundacionais, como a *Lex Visigothorum*, terão sido transmitidas à livraria de Sta. Cruz de Coimbra, admitindo-se a hipótese de procederem da mesma área geográfica, e não de outras origens hispânicas.

À margem dessa questão para a qual parece difícil encontrar resposta fácil, os números obtidos, dado o predomínio das obras do século XII em detrimento das elaboradas no seguinte, suscitam alguma perplexidade, considerando-se que o século XIII foi aquele em que a explosão bibliográfica teve lugar, afetando, de modo transversal, o conjunto do espaço europeu cristão, mesmo atendendo a variações regionais. Ou seja, o que os números sugerem é que a escalada na produção manuscrita europeia conhecida nos anos ducentistas parece não ter encontrado o devido eco ou

sanção em Sta. Cruz de Coimbra²⁰⁵³. Nesse sentido, importa inquirir as razões na base do desajuste da coleção conimbricense face às tendências bibliográficas dominantes no espaço europeu, que parecem expressar-se melhor na livraria de Alcobaça do que na casa crúzia, sugerindo uma diferença comportamental na recolha de livros entre os dois principais mosteiros sedeados no ocidente hispânico.

Nesta matéria, não é inócuo determinar se o fenómeno verificado no estabelecimento crúzio se deveu a questões circunstanciais, estruturais ou se resultou de uma atitude deliberada por parte dos religiosos de Coimbra, com reflexos na formação da sua biblioteca. As causas para esse comportamento na acumulação bibliográfica podem radicar em vários fatores, que devem ser cotejados com as diferentes realidades que emolduraram a implantação do projeto religioso crúzio e a sua posterior evolução. Cabe, nesse âmbito, pesquisar entre as diversas variáveis: os momentos de ascensão, apogeu e ocaso do núcleo conimbricense; o tipo de relações e contactos celebrados entre as casas religiosas no interior do mundo regnante; a particular posição geográfica do mosteiro de Sta. Cruz, à escala europeia, peninsular e do reino; a tipologia de escritos privilegiados na instituição; os constrangimentos materiais, o mesmo é dizer económicos, dos regnantes conimbricenses em cada período; a mobilidade revelada ao longo do tempo pelos seus religiosos em direção aos principais centros da intelectualidade; a aptidão e dimensão dos sistemas de redação e policópia internos; a inserção em redes estruturadas de empréstimos bibliográficos; e as sensibilidades culturais predominantes no interior do mosteiro. A esses aspetos se procurará atender de seguida, a pretexto da análise do inventário crúzio.

Autorias, anonimato e pseudoautorias

Atendendo aos autores originais dos escritos conservados, e não aos artífices envolvidos na tarefa mecânica da sua reprodução textual, a distinção entre autorias reconhecidas, anonimato e pseudoautorias oferece, uma vez mais, como aconteceu para a livraria mantida pela abadia de Alcobaça, garantias de operacionalidade. As três categorias facultam leituras deveras interessantes sobre o fundo claustral, em parte confirmando os dados extraídos do exercício realizado sobre os textos à guarda cisterciense (vid. gráfico 10).

²⁰⁵³ PAUL, Jacques - *Histoire intellectuelle de l'Occident medieval*... p. 273-274.

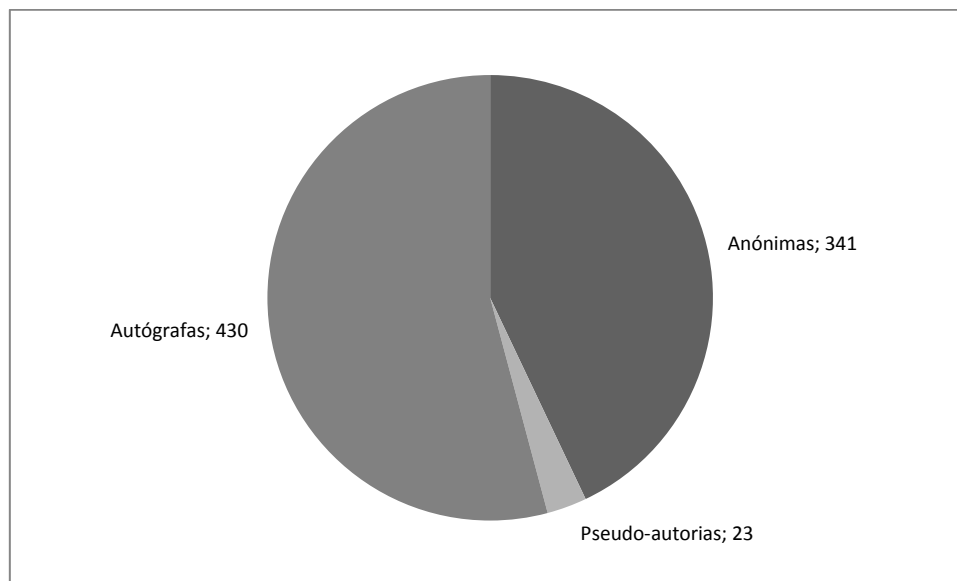


GRÁFICO 10: DISTRIBUIÇÃO DAS OBRAS POR TIPO DE AUTORIA (SCC)

Fonte: *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do M° de Sta. Cruz de Coimbra*

A conclusão mais imediata é a de que a identificação autoral foi a moda. Ocorreu com maior frequência do que os outros dois fenómenos, contribuindo para o total com um parcial de mais de quatro centenas de obras, anotadas em 46 dos códices, equivalente a mais de metade das peças textuais contidas pelo fundo²⁰⁵⁴. As marcas de

²⁰⁵⁴ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 1, fl. Iv-Iva, 77ra-rc, 97rb-vc, 143rc-vb, 160rb, 183va-b, 216vb-217rb, 226rb-c, 226rc-va, 247vc-248ra, 260va-261ra, 268vb-269ra, 292ra-va; SCC 2, fl. 1ra-1va, 42va-43ra, 100vb-101ra, 147va-165vb, 166ra-166ra, 166ra-166va, 172va-172vb, 175rb-175va, 180rb-180vv, 181va-181vb, 183va-183vb, 187rb-187vb, 189va-190vb, 192va-193rb, 195ra-195rb, 197ra-197va, 204vb-205ra, 207va-208ra, 207vb-208va; SCC 3, fl. 1r-2va, 185ra-207; SCC 4, fl. 1ra-1vb, 1vb-4ra, 4ra-5rb, 5rb-8ra, 8ra-9rb, 9rb-11rb, 11rb-13rb, 13rb-14va, 14va-17vb, 17vb-19ra, 19ra-21rb, 21rb-22va, 22va-25va, 25va-26va, 26va-28va, 28va-30vb, 30vb-34ra, 34ra-36ra, 36rb-39rb, 39vb-40va, 40va-41vb, 41vb-43rb, 43rb-45ra, 45ra-45vb, 45vb-47rb, 47rb-51rb, 51rb-52va, 52va-56ra, 56ra-57rb, 57rb-58vb, 58vb-62va, 62vb-63va, 63va-66rb, 66va-71ra, 71ra-72va, 72va-73rb, 73rb-75va, 75va-78ra, 78ra-80ra, 80ra-83rb, 83rb-84rb, 84rb-85rb, 85rb-86vb, 86vb-90rb, 90rb-91va, 91va-91vb, 91vb-92vb, 92vb-94ra, 94ra-94vb, 96ra-99ra, 99ra-100vb, 100vb-103va, 103va-113rb, 113rb-115rb, 122rb-123ra, 123ra-125va, 125va-129va, 129va-130ra, 130ra-133ra, 133ra-135ra, 135ra-137va, 137va-139ra, 139ra-141rb, 141rb-144va, 144va-146ra, 146ra-147rb, 147rb-147vb, 147vb-148vb, 148vb-151vb, 151vb-153ra, 153ra-154ra, 154ra-157ra, 157ra-160vb, 160vb-162va, 162va-164ra, 164ra-164va, 164va-166vb, 166vb-168rb, 168rb-169ra, 169ra-171rb, 171rb-173rb, 173rb-174va, 174va-176ra, 176ra-178ra, 178ra-178vb, 178vb-180va, 180va-182ra, 182ra-184ra, 184ra-184vb, 184ra-184vb, 184vb-186vb, 186vb-188va, 188va-190vb, 188va-190vb, 191vb-194rb, 194rb-197va, 197va-198rb, 198rb-199va, 199va-202va, 202va-203va, 203va-206rb, 206rb-207va, 207va-210ra, 210ra-214ra, 214ra-216ra, 216ra-219va, 219va-222vb, 222vb-225vb, 225vb-226vb, 226vb-231rb, 231rb-232va, 232va-234va, 234va-235va, 235va-237vb, 237vb-239ra, 239ra-240vb, 240vb-241va, 241va-243rb, 243va-244va, 244va-246vb, 248vb-249rb, 249rb-251rb, 251rb-252va, 252va-253rb, 253rb-255vb, 255vb-258va, 258vb-261va, 261va-262vb, 262vb-263rb, 263rb-264vb, 264vb-266rb, 266rb-266vb, 266vb-268vb, 268vb-269vb, 269vb-272ra, 272ra-273ra, 273ra-274rb, 274rb-275rb, 275rb-277rb, 277rb-278rb, 278rb-278vb, 278vb-280va, 280va-281rb, 281rb-282vb, 282vb-283vb, 283vb-285va, 285vb-286ra, 286rb-286vb, 286vb-287rb, 287rb-289ra, 289ra-290va, 289ra-290va, 290va-291rb, 291rb-295ra, 296va-297ra, 297ra-298ra, 298ra-298vb, 298vb-301rb, 301rb-302ra, 302ra-306rb, 306rb-307va, 307va-310va, 310va-311va, 311va-312ra, 312ra-312vb, 312vb-313rb, 312vb-313ra, 313rb-314vb, 314vb-316ra, 316ra-316va, 316va-317va, 317va-318rb, 318rb-319vb, 319vb-321vb, 325ra-325rb, 325rb-327ra, 327ra-328rb; SCC 6, Guarda ant., Iiv, Guarda ant.; SCC 7, fl. 1r-220ra, Dis. Memb. SCC 8, fl. 1ra-105va, 105va-155rb, 155rb-177rb, 177rb-178va, 178va-180rb; SCC 9, fl. 13ra-67ra, 67ra-60rb, 68ra-

autoria tornaram possível identificar a presença de 78 indivíduos distintos com assento na biblioteca do mosteiro de observância agostiniana. Desses apenas dois ofereceram uma autoria insegura, havendo no que toca aos restantes uma grande segurança nas atribuições.

Por seu turno, o anonimato registou-se em 341 dos títulos indexados no inventário, evidenciando-se como uma realidade muito recorrente no armário crúzio²⁰⁵⁵.

90vb, 91ra-91va, 98va-99vb, 99vb-100ra, 100ra-100va, 100va-vb, 100vb-101rb, 101rb, 102ra, 104va-vb, 104vb-107ra, 107ra-107rb, 107rb-109ra, 109vb, 109vb-110ra, 110ra-110rb, 110rb-114vb, 114vb-115rb, 115rb-116va, 117ra-120vb, 131ra-137vb, 137vb-144ra, 144rb-147va, 147va-169ra, 169ra-177vb; SCC 11, fl. 1, 1ra-188rb; SCC 12, fl. 1ra-46va, 46va-81rb, 81rb-113va, 140rb-158rb, 158rb-168rb, 168rb-173vb, 173vb-204ra, 204ra-219rb, 219rb-223ra, 223ra-223rb; SCC 13, fl. 1ra-201ra, IIva-c; SCC 14, fl. 1r-54ra, 54ra-100ra, 100ra-108va, 109ra-153ra; SCC 15, fl. 1va-63ra, 63ra-219va, 219va-221vb; SCC 16, fl. 1ra-158rb; SCC 17, fl. 1ra-185rb, SCC 18, fl. 1ra-283vb, 284ra-284rb; SCC 20, fl. 3ra-47va, 122rb-122vb, 161va-166ra, 166ra-167rb, Dis. Memb.; SCC 21, fl. 6va-9vb, 9vb-11va, 19ra-33va, 33va-62ra, 107va-130ra, 148vb-153rb, 153rb-168va, 168va-173ra, 173ra-184ra, 195va-196ra, 233va-239ra; SCC 26, fl. 179r-183r; SCC 30, fl. 1va-2ra, 1va-113vb, 113vb-138va, 139ra-140ra, 141rb-141va; SCC 31, fl. 1rb-2ra, 2ra-3ra, 3ra-5rb, 7ra-26ra, 26ra-27va, 27va-30va, 31rb-31va, 37ra-66va, 67va-68vb, 68vb-90va, 90vb-91va, 91va-92rb, 92rb-93ra, 93vb-94vb, 94vb-95vb, 95vb-96rb, 96rb-97va, 98vb-99ra; SCC 32, fl. 1ra-32rb, 55vb-67vb; SCC 33, fl. 1r-12ra, 12ra-27va, 27va-35ra, 35ra-36ra, 36ra-41ra, 41ra-46vb, 46vb-47va, 47va-51rb, 51rb-53vb, 53vb-56rb, 56ra-59ra, 59ra-65va, 65va-99vb, 99vb-102va, 102va-104v, 109ra-118vb, 118vb-121vb, 121vb-122rb, 122rb-134rb, 134rb-139va, 139va-142rb, 142rb-142vb, 142vb-147ra, 147ra-148rb, 148rb-150vb, 150vb-151vb, 151vb-155ra, 155ra-166rb, 166rb-170vb, 170vb-175va, 175va-177ra, 177rb-180ra, 180ra-194ra, 194ra-196va, 196va-197rb, 197rb-205ra, 205rb-210ra, 210ra-211va, 211va-212vb, 212vb-217ra, 217ra-219va, 219va-227vb; SCC 34, fl. 1r-73r, 73v-88v, 89r-110v; SCC 35, fl. 1r-58r, 58v-159v; SCC 36, fl. 1ra-12va, 13ra-13vb; SCC 42, fl. 1ra-163vb; SCC 43, fl. 1ra-141rb, 141rb-235va; SCC 44, fl. 1ra-145vb, 145vb-146va; SCC 45, fl. 129r-197v, 198r-198v, 198v; SCC 46, fl. 1ra-2ra, 2rb-149va; SCC 47, fl. 1r-59ra, 59ra-69rb, 69rb-89vb, 89vb-92vb, 92vb-103ra, 103ra-128rb, 128rb-132va, 132va-137va, 137va-157ra, 157ra-157va, 160ra-165vb; SCC 48, fl. 1ra-113rb, 113rb-139rb, 139rb-185vb, 185vb-221vb; SCC 50, fl. 1ra-172rb; SCC 51, fl. 1r-136v, 137r-137v; SCC 54, fl. 79r-80v, 81r-111v, 112r-137r; SCC 56, fl. 1-49r; SCC 58, fl. 1r-69ra, 69rb-80vb, 81ra-121vb, 122ra-133rb, 133va, 133va-135vb, 136r-272v; SCC 60, fl. 1r-6v; SCC 61, fl. 1ra-224rb, 224rb-233ra; SCC 63, 160v-161r; SCC 69, fl. 1ra-209vb, 212r-218r, 218v-219v, 220r-243v, 250r-250v, 252rv, 252v-253r, 253r-254r, 258v-263r, 263v-266r, 266v-267r, 267r-267v, 268r-268v; SCC G1, fl. 1ra-425vb.

²⁰⁵⁵ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 1, fl. Iv-21ra, 21rb-36vc, 36vc-47vc, 47vc-63ra, lac. 48-55, 63ra-77ra, 77ra-86rb, 86rb-95vb, 95vb-97ra, 97ra-110vb, 110vb-120vb, 120vb-132va, 132va-143rc, 143rc-160ra, 160rb-181vb, 181vb-183va, 183va-202ra, 202ra-204va, 204va-205va, 205va-207va, 207va-c, 207vc-208va, 208va-209va, 209vc-210va, 210va-211rc, 211rc-212ra, 212rb-212vb, 212vb-215va, 215va-216rc, 216rc-226rb, 226rb-247vb, 247vb, 247vc-255vc, 256ra-258vb, 258vc-250rb, 260rb-268vb, 268vb-292va, 291vb-310ra, 301ra-305vb, 305vb-311va, 311va-328rc, 328rc-334ra, 334ra-338rb, 338rb-361va, 362r-365r; SCC 2, fl. 1ra-42va, 42va-96va, 96vb-100vb, 100vb-145vb, 145vb-165vb, 166ra-172rb, 172vb-175ra, 175rb-180rb, 180rb-181va, 181va-183va, 183va-187rb, 187rb-189va, 189va-192va, 192va-195ra, 195ra-197ra, 197ra-204vb, 204vb-207ra, Dis. Memb. I; SCC 3, fl. 2va-49ra, 49rb-87va, 87va-113vb, 114ra-150vb, 150vb-185va, 185ra-207va, 207va-229va, 229va-232vb; SCC 4, fl. 330va, 331ra; SCC 5, fl. 1ra-257rb [actual 246rb], 257va [actual 246va], 257va [actual 246va], Iiva [actual 259va], Iv-Iir [actual 247v-248r], Dis. Memb.; SCC 6, fl. 1ra-278vb; SCC 7, fl. I Guarda ant.; SCC 8, fl. Dis. Memb.; SCC 9, fl. II r, 91va-92va, 93ra-98va, 101rb-vb, 101vb-102ra, 102ra-104va, 109rb-109va, 116va-116vb, 128ra-131ra, Dis. Memb.; SCC 10, fl. 1ra-2rb, 2rb-2ra, 3rb-291rb, 292ra-292rb, 292rb; SCC 11, fl. Dis. Memb. A, Dis. Memb. B; SCC 13, fl. IIra-va, Dis. Memb., Dis. Memb. 2, Dis. Memb. r, Dis. Memb. rb; SCC 14, fl. Dis. Memb., guardas; SCC 17, fl. Iv, 48va-57ra, 59va-63va, 63va-71ra, 71ra-73va, 73va-75ra, 75ra-78ra, 78ra-86rb, 86rb-92ra, 91vb, 185rb-185vb; SCC 20, fl. 123ra-128va, 128va-130vb, 130vb-131ra, 131ra-139ra, 139ra-144rb, 144rb-150vb, 150vb-151rb, 151rb-156va, 156va-161va, 167rb-173vb, 180rb-187rb, 187va-191ra, 191ra-199vb, 197va-199vb, 199vb-207rb, 207rb-211rb, 211rb-222ra, 222ra-229ra, 229ra-229vb, 230ra-233rb, 233rb-238rb; SCC 21, fl. 2ra-5rb, 5rb-6va, 10rb-10va,

O número não deixa de ser impressionante, apesar de todas as ressalvas sobre a alta incidência do anonimato nos depósitos de manuscritos medievais, tal como foi caracterizada a questão no capítulo dedicado à biblioteca dos cistercienses. Para essa realidade contribuíram quer a ausência de assinatura nas obras, quer a condição fragmentária de numerosos trabalhos, com frequência amputados das respetivas assinaturas.

Os escritos para os quais não foram identificados os seus autores, ou sequer possível tentar uma atribuição satisfatória, traduziram-se num percentual bastante alto, numa cifra situada acima dos 40 pontos, ou seja, valeram pouco menos de metade dos títulos em presença, tornando claro que o núcleo monástico conimbricense lidou de modo muito próximo com as circunstâncias específicas da obra anónima²⁰⁵⁶. Os escritos nessa condição distribuíram-se por 64 volumes, afetando a quase totalidade dos códices privilegiados no estudo.

Exercendo um forte contraste com os valores contabilizados, quer pelas obras de autoria reconhecida quer pelas peças anónimas, numa proporção bastante inferior, surge o lote constituído pelas pseudoautorias. Contribuem para o fundo regante com apenas

11va-13va, 13va-14vb, 14vb-19ra, 62ra-69rb, 69va-73ra, 73ra-80vb, 80vb-83rb, 83rb-88va, 88va-101rb, 102va-107vb, 130ra-136vb, 136vb-141va, 141va-142ra, 143ra-148vb, 184ra-195va, 196rb-199va, 199va-201va, 201va-203ra, 203ra-207va, 207va-214ra, 214ra-220va, 220va-225ra, 225ra-233va, 239ra-245vb, 245vb-257va, 246ra-249va, 249va-254vb, 257va-260rb, 260rb-262va, 262va-266vb, 266vb-247vb, Dis. Memb.; SCC 24, fl. Ir-VIv, 1r-157r, 157r-191r, Dis. Memb.; SCC 26, fl. 1r-6v, 7r, 7v-146r, 146r-174v; SCC 27, fl. 1r-6v, 7r, 7v, 8r-14r, 14r, 14v, 16r-205v, 205v-240v; SCC 29, fl. 1ra-19vb; SCC 30, fl. 138va-139ra, 140ra, 141ra, Dis. Memb.; SCC 31, fl. 5rb-7ra, 30vb-31rb, 31va-33vb, 33vb-36vb, 60vb-63ra, 93ra-93vb, 99v, 100ra-100vb; SCC 32, fl. 68ra-120va, 120va-125rb, 125rb-126va; SCC 34, fl. 111r-117ra, 117rb, 117v; SCC 35, fl. Dis. Memb., Ir-IIv, ant., Dis. Memb., Ir-IIv, post.; SCC 36, fl. 13vb-14ra, Dis. Memb. A, Ir-IIv, Dis. Memb. B, Ira-IIvb; SCC 40, fl. 1r-101v; SCC 42, fl. 1ra-8rb; SCC 47, fl. 167r; SCC 50, fl. 172rb-172vb; SCC 51, fl. 137v; SCC 52, fl. Dis. Memb. B, Guarda, II r-IIIv; SCC 54, fl. I-V, 2r-62r, 62r-62v, 62v, 63r-78v, 111v, Guardas, Iiva; SCC 55, fl. 1r-7r, 7v-9r, 9v-63r, 63r-100r, 100r-104v, 104v-131v, Dis. Memb. A; SCC 56, fl. 7r-49r; SCC 58, fl. Dis. Memb. A, I-IV; SCC 59, fl. 1r-145v; SCC 61, fl. Iv; SCC 62, fl. 1r-36v, 37r-189r, 150v-151v, 181v-187r, 347v; SCC 66, fl. 1v-192v; SCC 67, fl. 1r-111r, Guarda ant., I-II, Guarda post., 112r-113v, SCC 68, fl. 1r-149v, 22r-v, 149v, 150r, 150v, 151r, 151r-152v, 152r, 152v, Dis. Memb., Guarda, I-II; SCC 69, fl. 210ra-211va, 211vb, 243v, 245v-246v, 246v-247r, 248r-248v, 248v-249v, 249v, 249v-250r, 251v-252r, 252v, 253r-258v, 255r-245v, 268v-273v; SCC G1, fl. Dis. Memb.; SCC G2, fl. 1r-62r; SCC G3, fl. 1r-290.

²⁰⁵⁶ No que diz respeito ao tratamento do anonimato, em nome da harmonização dos dados e de forma a promover um efectivo confronto entre as realidades similares das livrarias crúzia e cisterciense, foram consideradas obras anónimas não apenas as registadas como tal nos índices, por parte dos organizadores do *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, mas também todas aquelas para que não foram indicadas autorias ou pseudo-autorias. Por esse motivo, muitas hagiografias, textos bíblicos e sermões, para dar o exemplo dos casos mais recorrentes, foram colocados na categoria das obras anónimas, em consonância com o modelo proposto no volume dos *Índices do Inventário dos Códices Alcobacenses...*

3% do apuramento global, sendo o resultado objetivo da soma de 23 trabalhos, disseminados por treze códices²⁰⁵⁷.

A conferência das pseudoautografias mostra que no catálogo pontuam maioritariamente vários supostos doutores da Igreja, de várias épocas e dos dois hemisférios da Cristandade – os putativos Ambrósio²⁰⁵⁸, Agostinho²⁰⁵⁹ e Jerónimo²⁰⁶⁰, ligados ao ocidente cristão; e os pretensos João Damasceno²⁰⁶¹, João Crisóstomo²⁰⁶² e Orígenes²⁰⁶³, associados à Igreja oriental –, o que combina com o padrão habitual nestes casos, em que se procurava associar os textos a autoridades indiscutíveis, dotando-os, de modo artificioso e engenhoso, de uma *gravitas* que, de outro modo, não lhes seria reconhecida. O número de manuscritos pseudoautógrafos resulta da produção de pelo menos catorze indivíduos. Cinco repetem a presença nas estantes conimbricenses: os fictícios Galeno²⁰⁶⁴, Jerónimo²⁰⁶⁵, Sebastião de Montecassino²⁰⁶⁶ e Turpino²⁰⁶⁷, todos com duas obras; e o Pseudo Oribásio, com meia dezena de exemplares relativamente a uma mesma obra: os *Commentaria in aphorismos Hippocratis*²⁰⁶⁸.

Uma rápida comparação dos resultados apurados no estudo das autorias do espólio de Sta. Cruz com o determinado para a biblioteca abacial dos monges de Alcobaça torna claro que as posições relativas entre as três variáveis não sofrem qualquer inversão. Em ambos os estabelecimentos surgiram no primeiro lugar da hierarquia os autores reconhecidos, seguidos pelo grupo dos anónimos, encerrando com as pseudoautorias. Assinale-se, contudo, o maior impacto do anonimato no caso dos cónegos agostinianos, praticamente metade do universo delimitado contra um terço dos

²⁰⁵⁷ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 115rb-122rb, 246vb-248vb, 295ra-296va; SCC 9, fl. 1ra-13ra, lac 1r-5v, 120vb-128ra; SCC 20, fl. 57ra-59va, 92ra-100vb, 100vb-122rb; SCC 21, fl. 266v-269rb; SCC 32, fl. 33ra-55va; SCC 45, fl. 1r-128v; SCC 50, Dis. Memb. A, bif.1, Ir-IIv, Dis. Memb. B, bif.2, IIIr-IVv; SCC 54, fl. 1r-1v; SCC 55, Dis. Memb. B.1, I-II guarda ant., Dis. Memb. B.2, III-IV guarda post.; SCC 59, Dis. Memb. B, I-II, guarda post.; SCC 69, fl. 247r-247v, 247v-248v, 250v-251v; SCC 70, fl. 7r; SCC 73, Dis. Memb. A.1, bif. guarda ant.; Dis. Memb. A.2, bif. Guarda posterior

²⁰⁵⁸ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 20, fl. 57ra-59va

²⁰⁵⁹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 115rb-122rb.

²⁰⁶⁰ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 9, fl. 1ra-13ra, lac 1r-5v, 120vb-128ra; SCC 70, fl. 7r.

²⁰⁶¹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 45, fl. 1r-128v.

²⁰⁶² Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 295ra-296va.

²⁰⁶³ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 246vb-248vb.

²⁰⁶⁴ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 55, Dis. Memb. B. 2, III-IV guarda post.; SCC 73, Dis. Memb. A. 2, bif. guarda post.

²⁰⁶⁵ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 9, fl. 120vb-128ra; 1ra-13ra, lac 1r-5v.

²⁰⁶⁶ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 21, fl. 266v-269rb; SCC 69, fl. 250v-251v.

²⁰⁶⁷ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 69, fl. 247r-247v, 247v-248v.

²⁰⁶⁸ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 50, Dis. Memb. A, bif.1, Ir-IIv; Dis. Memb. B, bif. 2, IIIr-IVv; SCC 55, Dis. Memb. B. 1, I-II guarda ant.; SCC 59, Dis. Memb. B, I-II, guarda post.; SCC 73, Dis. Memb. A. 1, bif. guarda ant.

textos alcobacenses na mesma condição, subida que aconteceu em prejuízo das autorias reconhecidas.

Por sua vez, registou-se ainda uma absoluta paridade, em termos percentuais, do peso das pseudoautorias nas coleções das duas instituições monásticas. Além disso, há a curiosidade de qualquer delas ter acolhido no seu interior textos de indivíduos ocultos sob a identidade de nomes consagrados como Turpino, Agostinho e Jerónimo. Um facto de extrema relevância, que também resulta do contraponto entre os dois núcleos bibliotecários, prende-se com o conjunto de autores com obras atribuídas em cada uma das casas.

Aparentemente estariam à disposição dos monges alcobacenses um lote muito amplo de 132 nomes, quantidade que quase duplica o número de autores recenseados para o escrínio da canónica de Coimbra, constituído por 74 indivíduos, número ainda assim com grande significado.

O grande diferencial de autores contabilizados coloca questões pertinentes sobre os limites do saber em cada um dos polos culturais, indicador que deve ser posto em articulação com o valor intelectual dos autores admitidos, com os assuntos tratados e com o número e natureza das obras reunidas por cada uma das casas monásticas.

Cronologia de autores e autoridades

Significativamente, os cerca de 80 autores que foi possível identificar na produção textual acumulada pelos cónegos regulares sedeados em Coimbra, apesar da irregularidade da distribuição registada, recobrem todos os séculos da era cristã, do primeiro ao décimo terceiro, sem interrupções (vid. gráfico 11).

Nesse sentido, dão conta de um indisfarçável interesse crúzio pelos vários momentos da história eclesiástica e pelas figuras mais celebradas pela tradição cristã, em particular pelas mais representativas da ortodoxia religiosa, num paralelo genérico com o estabelecido em relação aos cistercienses.

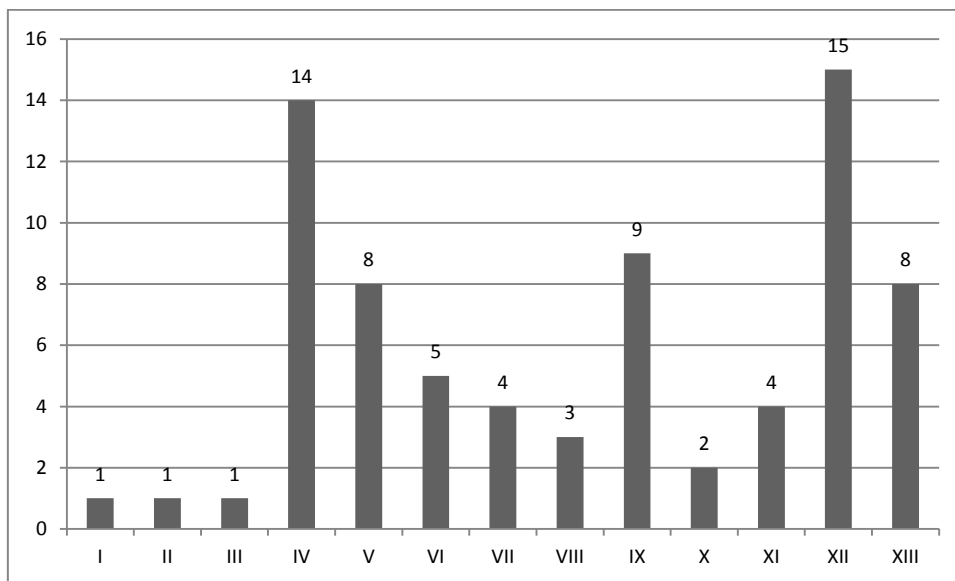


GRÁFICO 11: DISTRIBUIÇÃO CRONOLÓGICA DOS AUTORES E AUTORIDADES (SCC)

Fonte: *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do M^o de Sta. Cruz de Coimbra*

Para o período anterior ao nascimento de Cristo, não existe qualquer autor referenciado no núcleo reunido pela BPMP, o que poderia sugerir, na ausência de outros dados, um potencial desconhecimento, ou até uma recusa liminar, da filosofia antiga e do saber clássico por parte da comunidade crúzia, análogo ao que se apurou em relação aos monges alcobacenses.

Mas essa inferência é desmentida pela documentação extra catálogo que aponta para uma realidade de contornos diferentes. Isto porque num documento de doação, datado de 1218, feito pelo mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra, em prol de um mestre de nome Gil, encontra-se referência explícita a uma obra, presumivelmente de retórica, do latino Cícero²⁰⁶⁹. Um facto que deixa adivinhar a abertura da canónica à tradição clássica de que terá havido, por certo, outras e mais variadas expressões. Convergente com essa ideia é a presença anotada do poeta latino Ovídio no inventário dos livros da canónica de S. Vicente de Fora de Lisboa, em rol disponível precisamente num dos códices conimbricenses²⁰⁷⁰, com uma obra que tudo indica serem as famosas *Metamorfoses*²⁰⁷¹. Conhecidos os estreitos laços entre as duas casas regnantes, envolvendo permutas bibliográficas e contactos culturais presumivelmente intensos, tanto quanto é possível reconstituir, é bastante elevada a probabilidade de exemplares desse escrito terem estado à disposição dos membros dos agostinianos de Coimbra. A

²⁰⁶⁹ Vid. Anexos, quadro 25, DMG 8.

²⁰⁷⁰ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 84, fl. 92r. Sobre Ovídio vid. Anexos, quadro 33.

²⁰⁷¹ Vid. Anexos, quadro 22, SVF 33.

presunção ganha maior acuidade considerando as preocupações com a qualidade do ensino observadas pelos crúzios, que não desdenhariam as valências pedagógicas e didáticas que a medievalidade reconheceu ao *Ovidius maior*, o outro nome pelo qual foram conhecidas as *Metamorfoses* ovidianas.

Com base nesses indícios, apesar de não serem visíveis no catálogo do armário conimbricense obras em primeira mão de figuras incontornáveis para a definição do pensamento ocidental, como Platão²⁰⁷² ou Aristóteles²⁰⁷³, tão-pouco escritores pagãos intérpretes de movimentos intelectuais como o sofismo, o epicurismo e o ceticismo, fica claro que o contacto direto dos regentes com os autores clássicos greco-latinos foi proporcionado no mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra. O facto não significa uma recolha consistente de textos da cultura pré-cristã pelos responsáveis da livraria, muito menos sinaliza uma tendência excessivamente classicista da canónica, muito longe de se provar ou supor, com base nas provas bibliográficas existentes. A regra, em qualquer circunstância, seria, portanto, como em outras paragens, um contacto com a cultura pagã e com os autores antigos induzido por via indireta, mediado pelos pensadores cristãos, ou seja, dispensando, na maioria das ocasiões, o recurso à matriz.

Ainda assim, mesmo que pontual e mitigado, o conhecimento dos autores clássicos pelos monges crúzios parece marcar uma diferença face ao conhecido para a abadia de Alcobaça. Tudo indica uma maior abertura dos membros da canónica ao mundo pagão, que permanece por provar no caso dos cistercienses, pelo menos para um período anterior ao século XIV, quando, enfim, terão começado a afluir textos greco-árabes ao polo alcobacense, depois de feita a sua assimilação e reinterpretação em favor do Cristianismo, de acordo com o cânone escolástico tardio.

Dentro da periodização cristã, verifica-se que o historiador judaico, de formação farisaica e palestiniana, Flávio Josefo, foi o nome mais antigo albergado no fundo, o único conferido para a centúria cristã inicial. De Josefo foram conhecidas em Coimbra as *Antiquitates Iudaicae*, ao mesmo tempo uma obra historiográfica, uma apologia judaica e, paradoxalmente, uma apologia cristã²⁰⁷⁴. Trata-se de uma narrativa histórica iniciada com a criação do mundo, contada de um ponto de vista hebraico, para o efeito valorizando enquanto fontes o *Antigo Testamento*, alguns historiadores helenísticos e a

²⁰⁷² Sobre Platão vid. Anexos, quadro 33.

²⁰⁷³ Sobre Aristóteles vid. Anexos, quadro 33.

²⁰⁷⁴ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 18, fl. 1ra-283vb. Sobre Flávio Josefo vid. Anexos, quadro 33.

Septuaginta grega, ou *Bíblia dos Setenta* como também ficou conhecida²⁰⁷⁵. O manuscrito deixado pelo historiador, como aconteceu com outros da sua lavra, apesar da manifesta fidelidade ao judaísmo que nele transparece, foi assimilado pela tradição apologética cristã, entendido como auxiliar precioso para fornecer peso histórico ao messianismo cristão, aspeto decisivo na época inicial da imposição do movimento. É à luz desse papel histórico que se deve entender a sua presença no convento. Na verdade, as *Antiguidades Judaicas* foram especialmente invocadas pela primeira Patrística para servirem como prova em relação à antiguidade da religião cristã. Ao enxertarem, por seu intermédio, a nova seita na primitiva raiz judaica, prolongando-a, os Padres primitivos da Igreja respondiam com eficácia às críticas pagãs que questionavam a juventude do movimento religioso cristão e, por extensão, a sua respeitabilidade e honorabilidade²⁰⁷⁶.

Em relação ao século II está apenas reportado um indivíduo no catálogo, à semelhança do que sucedeu para o anterior e se tornou a verificar no seguinte: Sisto I, um dos primitivos papas da Igreja, autor de uma hagiografia dedicada aos santos Vital e Agrícola²⁰⁷⁷. Do século III consta o polémico teólogo Orígenes, figura incontornável da primeira Igreja oriental, e um nome reincidente nos fundos das bibliotecas religiosas do ocidente hispânico, como se viu para Alcobaça, onde recebeu grande acolhimento, aliás mais caloroso do que o verificado em Coimbra²⁰⁷⁸. O pontífice e o prolífico exegeta oriental são, cada um a seu modo, bons testemunhos do entusiasmo regente por dois dos géneros mais prestigiados da literatura medieval, respetivamente as biografias de santos e a tradição homilética, de que se podem retirar abundantes exemplos do rol de livros colecionados pelos crúzios.

O mosteiro de Sta. Cruz polarizou, por seu turno, uma elevada quantidade de autores do século IV, sendo um dos séculos melhor representados na congregação em número de autores, a par dos anos uncentistas, igualmente férteis no número de nomes referenciados. São reconhecíveis da quarta centúria catorze autores, a maior parte personalidades incontornáveis da história eclesiástica, muitas das quais canonizadas pela Igreja em reconhecimento dos contributos para a causa cristã, nisso não havendo

²⁰⁷⁵ CAZELLES, Henri - *Introducción crítica al Antiguo Testamento*. Barcelona: Herder, 1989, p. 100-101.

²⁰⁷⁶ HADAS-LEBEL, Mireille - *Flavius Joséphe: le juif de Rome*. Paris: Fayard, 1989, p. 261 e ss.

²⁰⁷⁷ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 21, fl. 9vb-11va. Sobre Sisto I vid. Anexos, quadro 33.

²⁰⁷⁸ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 14, fl. 1r-54ra, 54ra-100ra, 100ra-108va.

grande novidade. Visto que os fundamentos doutrinários do Cristianismo conheceram um enorme desenvolvimento teórico nesta época, muito em função da definição que foi necessário operar face às controvérsias teológicas, das heresias e dos cismas, como o arianismo, o origenismo ou o donatismo, nomeadamente ao nível de temas centrais do dogma, entre os quais o mistério trinitário e a questão cristológica²⁰⁷⁹, faz sentido o desejo dos monges da canónica de contarem nos seus escaparates com os teólogos mais eminentes e respeitados, e que eram os grandes Padres. Foram eles que, a partir dos trabalhos realizados pelos primeiros apologistas, se empenharam na criação e estruturação do cânone, modelando-o num corpo teórico único e coerente, suportado numa forte base lógica²⁰⁸⁰.

Ligados à tradição Patrística desse século foram conhecidos no mosteiro nomes provenientes de ambos os hemisférios da Cristandade. Em representação do sector oriental figuraram João Crisóstomo²⁰⁸¹, e Eusébio de Cesareia²⁰⁸² e Teodoro de Mopsuéstia²⁰⁸³; enquanto ligados ao mundo latino se perfilaram Ambrósio²⁰⁸⁴, Jerónimo²⁰⁸⁵ e Agostinho²⁰⁸⁶, todos grandes expoentes intelectuais, com destaque para os ocidentais. A adesão da comunidade crúzia à literatura produzida pelos Padres eclesiásticos do quarto século cristão permite estabelecer os crúzios como atentos seguidores da lição Patrística. Ao mesmo tempo dá nota do inconfundível respeito e

²⁰⁷⁹ *História da Igreja*. Dir. C. Billheyer e H. Tuchle. Vol. I. S. Paulo: Edições Paulinas, 1964, p. 247-305.

²⁰⁸⁰ ABBAGNANO, Nicolas - *Historia de la Filosofia*. Vol. I..., p. 211.

²⁰⁸¹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 100vb-103va; SCC 15, fl. 63ra-219va.

²⁰⁸² Vid. Anexos, quadro 21, SCC 9, fl. 99vb-100ra; SCC 30, fl. 1va-113vb.

²⁰⁸³ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 9, fl. 91ra-91va. Sobre Teodoro de Mopsuéstia vid. Anexos, quadro 33.

²⁰⁸⁴ Vid. Anexos, quadro 21, fl. 13rb-14va; SCC 51, fl. 1r-136v; SCC 56, fl. 1r-49r; SCC 58, fl. 81ra-121vb, 122ra-133rb, 133va, 133va-135vb.

²⁰⁸⁵ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 1, fl. Iv-Iva, 77ra-rc, 97rb-vc, 143rc-vb, 160rb, 183va-b, 216vb-217rb, 226rb-c, 226rc-va, 247vc-248ra, 260va-261ra, 268vb-269ra, 292ra-va; SCC 2, fl. 1ra-1va, 42va-43ra, 100vb-101ra, 147va-165vb, 166ra-166ra, 166ra-166va, 172va-172vb, 180rb-180vv, 181va-181vb, 183va-183vb, 187rb-187vb, 189va-190vb, 192va-193rb, 195ra-195rb, 197ra-197va, 204vb-205ra, 207va-208ra, 207vb-208va; SCC 3, fl. 1r-2va, 185ra-207; SCC 4, fl. 34ra-36ra, 72va-73rb, 103va-113rb, 122rb-123ra, 251rb-252va, 289ra-290va, 296va-297ra, 312vb-313rb, 316ra-316va, 317va-318rb; SCC 8, fl. 155rb-177rb; SCC 9, fl. 13ra-67ra, 67ra-60rb, 68ra-90vb, 98va-99vb, 100ra-100va, 100va-b, 100vb-101rb, 101rb, 102ra, 104vb-107ra, 110ra-b, 117ra-120vb, 131ra-137vb, 137vb-144ra, 169ra-177vb; SCC 14, fl. 109ra-153ra; SCC 18, fl. 284ra-b; SCC 31, fl. 31rb-31va, 67va-68vb, 93vb-94vb; SCC 47, fl. 1r-59ra, 59ra-69rb; SCC 69, fl. 250r-250v, 263v-266r.

²⁰⁸⁶ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 43rb-45ra, 45ra-45vb, 75va-78ra, 91va-91vb, 91vb-92vb, 186vb-188va, 273ra-274rb, 278rb-278vb, 289ra-290va; SCC 9, fl. 144rb-147va; SCC 13, fl. 1ra-201ra; SCC 15, fl. 1va-63ra; SCC 21, fl. 6va-9vb; SCC 26, fl. 179r-183r; SCC 31, fl. 37ra-66va, 67va-68vb, 68vb-90va, 94vb-95vb, 98vb-99ra; SCC 51, fl. 137r-137v; SCC 54, fl. 79r-80v; SCC 58, fl. 1r-69ra, 69rb-80vb.

veneração reservado pelos monges de Coimbra às autoridades, tão característicos dos séculos medievais.

Para além dos grandes Padres da Igreja citados, entre os restantes autores que viveram no período, contam-se alguns que não pertencendo por pleno direito à corrente Patrística, não distavam dela demasiado. Estão nessa circunstância o bispo de Calama, Possídio, biógrafo do bispo de Hipona²⁰⁸⁷; Cromácio de Aquileia, frequentador do círculo de relações de Ambrósio e de Jerónimo²⁰⁸⁸; e Rufino de Aquileia, monge que manteve uma acesa polémica com o autor da *Vulgata*, a partir das acusações que este lhe moveu de origenismo²⁰⁸⁹. Está também documentado no catálogo de manuscritos conimbricenses um Papa, Anastásio I, outro dos elementos íntimos de Jerónimo, envolvido tal como ele na pugna contra os desvios heréticos²⁰⁹⁰. Do setor oriental da Cristandade, chegaram, por sua vez, ao armário crúzio algumas epístolas de Teófilo, o patriarca da igreja de Alexandria²⁰⁹¹.

O lote de autores desses anos não fica completo sem uma referência a um bispo hispânico: Potâmio de Lisboa, figura algo obscura que andou nas franjas do arianismo, vacilante entre a heterodoxia e ortodoxia, até se engajar de forma definitiva na via oficial preconizada pela estrutura da Igreja²⁰⁹². Fecha o elenco um certo Macário, muito provavelmente o eremita conhecido como Macário do Egito, famoso Padre do deserto, fazedor de milagres e conselheiro espiritual, muito assediado pelo gnosticismo e pelo origenismo, movimentos que, apesar da sua exposição a eles, nunca secundou²⁰⁹³.

Um papa, quatro bispos, um monge, um aristocrata romano e uma personagem relativamente obscura são, por sua vez, os rostos do século V visíveis na canónica. Ao todo, valem mais de uma dezena de textos; onze, em concreto. De todos, o cenobita João Cassiano foi o mais requisitado, com três exemplares contabilizados, mas que, na prática, equivalem a dois títulos, pois a sua obra maior, as *Conlationes*, surge duplicada

²⁰⁸⁷ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 21, fl. 107va-130ra.

²⁰⁸⁸ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 31, fl. 2ra-3ra, 95vb-96rb; SCC 47, fl. 157ra-157va. Sobre Cromácio de Aquileia vid. Anexos, quadro 33.

²⁰⁸⁹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 9, fl. 147va-169ra; SCC 30, fl. 1va-2ra; SCC 69, fl. 258v-263r.

²⁰⁹⁰ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 9, fl. 107ra-107rb. Sobre Anastásio I vid. Anexos, quadro 33.

²⁰⁹¹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 9, fl. 104va-b, 107rb-109ra, 109vb-110ra, 110rb-114vb. Sobre Teófilo Alexandrino vid. Anexos, quadro 33.

²⁰⁹² Vid. Anexos, quadro 21, SCC 9, fl. 115rb-116va. Sobre Potâmio de Lisboa vid. Anexos, quadro 33.

²⁰⁹³ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 31, fl. 27va-30va. Sobre Macário do Egito vid. Anexos, quadro 33.

no armário²⁰⁹⁴, sendo a outra um documento relativo à instituição monástica e aos seus oito principais vícios²⁰⁹⁵. O alto clero do período com obras alojadas no claustro – o papa Leão Magno²⁰⁹⁶, o bispo Máximo de Turim²⁰⁹⁷, o bispo de Ravena Pedro Crisólogo²⁰⁹⁸ – cedeu maioritariamente sermões às estantes religiosas. Algo diferente aconteceu com o bispo Euquério, dirigente da diocese lionesa, indivíduo muito apreciado por João Cassiano, e que foi recebido no edifício religioso na qualidade de compositor de hagiografias²⁰⁹⁹. Acha-se ainda registo no inventário monástico do patrício romano Volusiano, de quem se guardou em Sta. Cruz uma epístola extraída da correspondência mantida com Agostinho, em que se pronunciava sobre o dogma da Imaculada Conceção²¹⁰⁰. Por último, há referências ao compilador de sermões contemporâneo Eusébio Galicano²¹⁰¹. O entusiasmo pela espiritualidade, pela hagiografia, pela prédica e pela teologia foi, portanto, o móbil para as escolhas de obras referentes ao quinto século cristão.

A soma de individualidades para a centúria subsequente, o século VI, é inferior em número de autores, com apenas cinco nomes apurados; mas a aritmética dos textos é muito superior, aproximando-se da meia centena de textos. O grande responsável por esse número de peças bibliográficas foi o papa Gregório Magno, de quem abundaram os comentários evangélicos no mosteiro agostiniano²¹⁰². Salvo raras exceções, a esmagadora maioria dos trabalhos da época recolhidos pela comunidade foram de teor homilético e pastoral. Contribuem com textos dessa natureza, para além de Gregório, os

²⁰⁹⁴ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 30, fl. 139ra-140ra; SCC 43, fl. 1ra-141rb.

²⁰⁹⁵ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 43, fl. 141rb-235va.

²⁰⁹⁶ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 286rb-286vb.

²⁰⁹⁷ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 31, fl. 1rb-2ra, 91va-92rb. Sobre Máximo de Turim vid. Anexos, quadro 33.

²⁰⁹⁸ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 297ra-298ra. Sobre Pedro Crisólogo vid. Anexos, quadro 33.

²⁰⁹⁹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 21, fl. 233va-239ra. Sobre Euquério de Lião vid. Anexos, quadro 33.

²¹⁰⁰ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 9, fl. 114vb-115rb. Sobre Volusiano vid. Anexos, quadro 33.

²¹⁰¹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 325rb-327ra. Sobre Eusébio Galicano vid. Anexos, quadro 33.

²¹⁰² Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 4ra-5rb, 8ra-9rb, 14va-17vb, 17vb-19ra, 45vb-47rb, 51rb-52va, 57rb-58vb, 62vb-63va, 63va-66rb, 92vb-94ra, 94ra-94vb, 123ra-125va, 129va-130ra, 137va-139ra, 141rb-144va, 148vb-151vb, 154ra-157ra, 162va-164ra, 188va-190vb, 203va-206rb, 210ra-214ra, 219va-222vb, 226vb-231rb, 255vb-258va, 261va-262vb, 287rb-289ra, 302ra-306rb, 306rb-307va, 310va-311va; SCC 44, fl. 1ra-145vb, 145vb-146va; SCC 69, fl. 252v-253r, 253r-254r, 268r-268v; SCC 73, fl. 1r-165v.

bispos Cesário de Arles²¹⁰³, Justo de Urgel²¹⁰⁴ e Fulgêncio de Ruspe²¹⁰⁵, bem como o latino Cassiodoro²¹⁰⁶.

Por sua vez, oriundas do século VII apenas estão anotadas quatro personalidades na biblioteca monástica: Isidoro²¹⁰⁷, Ildefonso²¹⁰⁸, Taio²¹⁰⁹ e o abade Valério de Bierzo²¹¹⁰. Comum a todos é o facto de terem vínculos com a Igreja hispânica. Os três primeiros fizeram carreira no interior da Igreja secular, tendo percorrido o *cursus honorum* eclesiástico até atingir a cátedra episcopal das dioceses que serviram, respetivamente, Sevilha, Toledo e Saragoça; enquanto o último esteve ligado aos movimentos ascéticos da época. No conjunto são responsáveis por doze dos títulos que se sabe terem estado na posse crúzia. O seu arrolamento na coleção mostra a atenção dos regranters para com os eclesiásticos ibéricos que é o resultado algébrico dum somatório de circunstâncias: por um lado, uma predominância hispânica no ambiente cultural da Antiguidade Tardia, projetada na alta medievalidade²¹¹¹; por outro lado, atesta o interesse dos regranters fixados em Coimbra pelo passado histórico do território onde se deu a sua fixação, como transparece da sua redação e posse dos *Annales Portugalenses veteres*²¹¹²; em terceiro lugar, há que considerar a capacidade do núcleo crúzio em atrair bibliografia depositada nas pequenas casas religiosas do ocidente peninsular extintas ou reformadas, onde a memória de alguns dos textos primitivos se conservava²¹¹³; e finalmente remete para o reconhecimento dos crúzios sobre a originalidade do pensamento de alguns dos autores ibéricos. Esta última observação vale essencialmente para o Santo e Padre da Igreja, Isidoro de Sevilha, figura unânime e muito prestigiosa no meio eclesiástico e, em certo sentido, embora numa dimensão bem menor, para o toledano Ildefonso.

²¹⁰³ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 31, fl. 3ra-5rb, 7ra-26ra, 90vb--91va, 92rb-93ra, 96rb-97va. Sobre Cesário de Arles vid. Anexos, quadro 33.

²¹⁰⁴ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 47, fl. 137va-157ra. Sobre Justo de Urgel vid. Anexos, quadro 33.

²¹⁰⁵ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 31, fl. 26ra-27va; SCC 47, fl. 160ra-165vb.

²¹⁰⁶ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 113rb-115rb.

²¹⁰⁷ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 17, fl. 1ra-185rb; SCC 30, fl. 113vb-138va; SCC 48, fl. 1ra-113rb, 113rb-139rb.

²¹⁰⁸ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 21, fl. 33va-62ra.

²¹⁰⁹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 47, fl. 69rb-89vb, 89vb-92vb, 92vb-103ra, 128rb-132va, 132va-137va. Sobre Taio de Saragoça vid. Anexos, quadro 33.

²¹¹⁰ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 69, fl. 266v-267r, 267r-267v.

²¹¹¹ BANNIARD, Michel - *A génese cultural da Europa...*, p. 108-115.

²¹¹² Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 330va.

²¹¹³ GOMES, Saul António - *In limine conscriptionis.... Vol. 1*, p. 158-159.

Dos cem anos seguintes procedeu um outro restrito conjunto de nomes no fundo, apenas três, mas de quem se armazenaram muitos títulos. O máximo responsável por esse volume de textos arquivados pelos monges foi Beda, figura cimeira da religiosidade cristã alto-medieval, outro dos reputados grandes Padres que adentrou o armário. O monge britânico surgiu como um dos autores favoritos dos regentes de Sta. Cruz de Coimbra. Sozinho, providenciou 47 unidades textuais ao *stock* monástico, a maior parte constituída por comentários e homilias a livros evangélicos, frequentemente impregnados de considerações teológicas e dedicados a aclarar interpretações doutrinárias, género de escritos que cabem dentro da literatura exegética²¹¹⁴. Além do *Venerável*, existiram outros dois monges com trabalhos originais identificados no claustro, o Defensor de Ligugé²¹¹⁵ e Ambrósio Autperto²¹¹⁶, ambos relacionados com áreas gaulesas, mas qualquer deles apenas com um único item bibliográfico referenciado no catálogo.

O século IX posiciona-se no terceiro lugar entre os que mais escritores cederam ao armário dos conimbricenses, sendo, de forma concomitante, um dos que lhe forneceu mais escritos. Situam-se na casa da centena as redações reportadas ao fundo provenientes de autores dessa diacronia. Colaboraram nesse afluxo importante as obras de nove letrados, quase todos monges beneditinos, personalidades intimamente relacionadas com o movimento carolíngio. A forte presença carolíngia no recheio bibliográfico, como aconteceu para a livraria do mosteiro Alcobaça, satisfaz inteiramente a tese que postula o interesse do clero crúzio pelas artes liberais, já que foram os religiosos do período imperial os que durante a alta medievalidade mais se bateram por um reencontro com os valores e a tradição clássicos. Fizeram-no em nome da introdução de uma maior racionalidade na doutrina de Igreja, e dentro de um espírito animado pela vontade de revitalizar os sete tradicionais ramos do saber.

²¹¹⁴ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 11rb-13rb, 21rb-22va, 25va-26va, 28va-30vb, 39vb-40va, 56ra-57rb, 78ra-80ra, 85rb-86vb, 90rb-91va, 96ra-99ra, 99ra-100vb, 166vb-168rb, 171rb-173rb, 176ra-178ra, 180va-182ra, 184ra-184vb, 184ra-184vb, 194rb-197va, 199va-202va, 214ra-216ra, 225vb-226vb, 231rb-232va, 234va-235va-237vb-239ra, 243va-244va, 252va-253rb, 262vb-263rb, 264vb-266rb, 268vb-269vb, 274rb-275rb, 277rb-278rb, 280va-281rb, 282vb-283vb, 285vb-286ra, 289ra-290va, 290va-291rb, 298ra-298vb, 298ra-298vb, 301rb-302ra, 311va-312ra, 312vb-325ra, 314vb-316ra, 319vb-321vb, 325ra-325rb, 327ra-328rb; SCC 8, fl. 177rb-178va; SCC 58, fl. 136r-272v.

²¹¹⁵ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 80, fl. 1r-98v. Sobre Defensor de Ligugé vid. Anexos, quadro 33.

²¹¹⁶ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 80, fl. 99r-115r. Sobre Ambrósio Autperto vid. Anexos, quadro 33.

Desse leque de autores os destaques vão para Aimo de Halberstadt²¹¹⁷, Floro de Lião²¹¹⁸ e Rábano Mauro²¹¹⁹, que figuraram como os mais recrutados do tempo, respetivamente com 62, 19 e 12 escritos, sublinhando-se a larga primazia do primeiro sobre os outros. Curiosamente, Aimo, bispo de Halbertstadt, o segundo escritor mais consagrado no mosteiro de Sta. Cruz em termos de peças tituladas, não surgiu, a não ser enquanto hipótese, entre os nomes alinhados no censo conduzido para o núcleo bibliográfico alcobacense. Os restantes autores de filiação carolíngia anotados no catálogo agostiniano incluem um trio constituído por Remígio de Auxerre²¹²⁰, Esmaragdo²¹²¹ e Pascásio Radberto²¹²², recebidos tanto em Alcobaça como em Coimbra; e uma dupla de escritores desconhecidos no fundo cisterciense: Cristiano Drutmário, também conhecido por Cristiano de Stavelot²¹²³ e Aimo de Auxerre²¹²⁴. O raio de ação espacial deste grupo de indivíduos remete, como seria expectável, para um bloco definido pelas regiões gaulesa e germânica, locais que formaram o eixo do mapa imperial concebido por Carlos Magno e que, em simultâneo, delimitam o perímetro do saber mais avançado da época²¹²⁵.

A exceção à hegemonia carolíngia do período foi proporcionada pelo papa João VIII, responsável por duas epístolas conservadas no espólio documental, cujo zelo posto na sua conservação pode ser facilmente interpretável como mais um sintoma do interesse regrante pela memória histórica e do seu gosto pela constituição de cartórios

²¹¹⁷ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 1vb-4ra, 5rb-8ra, 9rb-11rb, 19ra-21rb, 22va-25va, 26va-28va, 30vb-34ra, 40va-41vb, 47rb-51rb, 52va-56ra, 58vb-62va, 66va-71ra, 71ra-72va, 73rb-75va, 80ra-83rb, 83rb-84rb, 84rb-85rb, 86vb-90rb, 125va-129va, 130ra-133ra, 135ra-137va, 139ra-141rb, 144va-146ra, 147vb-148vb, 151vb-153ra, 157ra-160vb, 164va-166vb, 169ra-171rb, 174va-176ra, 178vb-180va, 182ra-184ra, 184vb-186vb, 191vb-194rb, 198rb-199va, 207va-210ra, 216ra-219va, 222vb-225vb, 232va-234va, 235va-237vb, 239ra-240vb, 241va-243rb, 244va-246vb, 249rb-251rb, 253rb-255vb, 258vb-261va, 263rb-264vb, 266vb-268vb, 269vb-272ra, 275rb-277rb, 278vb-280va, 281rb-282vb, 283vb-285va, 286vb-287rb, 291rb-295ra, 298vb-301rb, 307va-310va, 312ra-312vb, 313rb-314vb, 316va-317va, 318rb-319vb; SCC 69, fl. 1ra-209vb.

²¹¹⁸ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 12, fl. 1ra-46va, 46va-81rb, 81rb-113va, 140rb-158rb, 140rb-158rb, 158rb-168rb, 168rb-173vb, 173vb-204ra, 204ra-219rb, 219rb-223ra, 219rb-223ra, 223ra-223rb.

²¹¹⁹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 133ra-135ra, 146ra-147rb, 147rb-147vb, 153ra-154ra, 160vb-162va, 164ra-164va, 168rb-169ra, 173rb-174va, 178ra-178vb, 190vb-191vb, 197va-198rb, 202va-203va, 206rb-207va, 240vb-241va, 248vb-249rb, 266rb-266vb, 272ra-273ra; SCC 8, fl. 178va-180rb; SCC 11, fl. 1ra-188rb.

²¹²⁰ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 32, fl. 55vb-67vb.

²¹²¹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 45, fl. 129r-197v.

²¹²² Vid. Anexos, quadro 21, SCC 21, fl. 19ra-33va.

²¹²³ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 1ra-1vb. Sobre Cristiano Drutmário, ou Cristiano de Stavelot vid. Anexos, quadro 33.

²¹²⁴ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 41vb-43rb. Sobre Aimo de Auxerre vid Anexos, quadro 33.

²¹²⁵ GILSON, Étienne - *La philosophie au Moyen Âge*..., p. 197.

arquivísticos e documentais ²¹²⁶. Uma prática visível em outros exemplos, particularmente bem ilustrada pela criação do cartulário conhecido como *Livro Santo* de Sta. Cruz, o primeiro do mosteiro, cujo calígrafo foi mestre Pedro Alfarde ²¹²⁷.

Avançando para o século X cristão, parecem ter sido raros os autores desse tempo recolhidos na casa dos cónegos regulares, algo que deve ser encarado com grande naturalidade, pois coincide com o esgotamento do fulgor imperial e com o esvaziamento do movimento de renovação cultural que lhe estava associado. A implosão do império carolíngio, provocada por várias levas de invasões – húngaras, árabes e viquingues – levou a um decréscimo geral da cultura e a um recuo no nível médio da erudição, o que implicou desde logo um menor número de letrados em atividade, além de que menos qualificados ²¹²⁸.

O paradigma intelectual pós-carolíngio acentuou a dependência da tradição e das autoridades eclesiásticas para o conhecimento e desvalorizou o saber das artes liberais, em resultado da adoção de posturas mais conservadoras e reacionárias no plano cultural ²¹²⁹. A regressão intelectual dos eruditos e a sua escassez, somadas a um ambiente pouco propício a manifestações originais, ajudam a explicar a falta de entusiasmo dos membros da canónica pela requisição de autores e exemplares dessa altura. Há, por isso, unicamente dois nomes no inventário: Odo de Cluny ²¹³⁰ e Milo de Minden ²¹³¹, um abade cluniacense e um bispo, no seu conjunto responsáveis por poucas obras: um sermão e duas hagiografias. As estantes crúzias conseguem refletir, apesar de tudo, nessas duas figuras, a resistência ao apagamento intelectual das bolsas germânica e gaulesa, que figuraram como bastiões culturais durante a centúria de novecentos. Noutra perspetiva muito diferente, a rarefação no número de autores explica-se, em certa medida, pelo facto de muita da produção textual da época ter uma importante componente litúrgica e espiritual, uma realidade que Cluny acentuou bastante, por sinal muito marcada pelo anonimato ²¹³².

²¹²⁶ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 83, fl. 143r, 143r-143v. Sobre João VIII vid. Anexos, quadro 33.

²¹²⁷ *Livro santo de Santa Cruz...*, p. 36-40.

²¹²⁸ PAUL, Jacques - *Histoire intellectuelle de l'Occident medieval...*, p. 128.

²¹²⁹ IDEM, *ibidem*, p. 140.

²¹³⁰ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 20, fl. 161va-166ra, 166ra-167rb. Sobre Odo de Cluny vid. Anexos, quadro 33.

²¹³¹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 21, fl. 195va-196ra. Sobre Milo de Minden vid. Anexos, quadro 33.

²¹³² VAUCHEZ, André - *A espiritualidade da Idade Média ocidental...*, p. 42-46.

Verifica-se, não sem interesse, mas com alguma dose de previsibilidade, que um tão fraco número de personalidades do século X em Coimbra encontra eco na composição do depósito de Alcobaça, igualmente parco na quantidade de indivíduos calculados para a época. O comparativo faz sobressair uma curiosidade, ligada com o número de autores, absolutamente coincidente; e um sublinhado, resultante da repetição em ambos os catálogos de dois dos nomes identificados: o abade do mosteiro gaulês e o monge beneditino de Flaix, no caso do último não só havendo reincidência na autoria, mas também no que toca à obra arquivada: um célebre comentário ao *Levítico*²¹³³.

Adiantando um pouco mais a diacronia, os cónegos crúzios revelaram face ao século XI opções em política de aquisição autoral não muito diferentes das exibidas na centena de anos anterior: baixo investimento, tanto em autores como em títulos. Mas, a seleção de nomes, apesar de limitada, revelou-se criteriosa. Os monges da canónica conseguiram captar para o seu espólio dois dos mais decisivos nomes da época, com grande quota-parte de responsabilidade na preparação do desenvolvimento cultural empreendido no século seguinte. Na charneira da mudança, Papias²¹³⁴ e Fulberto de Chartres²¹³⁵ foram precursores de uma alteração de mentalidades que já então se desenhava: o primeiro ao fornecer os fundamentos da gramática especulativa, eleita pela escolástica como ferramenta de pesquisa científica e intelectual²¹³⁶; o segundo, insinuando na cultura uma veia humanista, até então pouco evidente, matriz que a escola de Chartres, de que foi precursor, perpetuou²¹³⁷. Dos principais agentes da mudança do período faltou notavelmente Sto. Anselmo em Sta. Cruz, tido como o pai do monumental edifício da escolástica medieval²¹³⁸, por sinal autoridade bem conhecida em Alcobaça, onde se abrigaram vários textos de sua autoria. Gilberto Crispino²¹³⁹ e Pedro Afonso²¹⁴⁰, as restantes duas individualidades do período com escritos recebidos no convento, possuíam uma estatura intelectual muito diferente dos anteriores.

²¹³³ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 7, fl. 1r-220ra.

²¹³⁴ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 8, fl. 1ra-105va, 105va-155rb-

²¹³⁵ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 21, fl. 148vb-153rb. Sobre Fulberto de Chartres vid. Anexos, quadro 33.

²¹³⁶ BURSILL-HALL, G. L. - *Speculative grammars of the middle ages*..., p. 22-23.

²¹³⁷ GILSON, Étienne - *La philosophie au Moyen Âge*..., p. 230.

²¹³⁸ KOYRÉ, Alexandre - *L'idée de Dieu dans la philosophie de St. Anselme*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1984, p. 13.

²¹³⁹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 34, fl. 73v-88v.

²¹⁴⁰ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 34, fl. 1r-73r.

Os quatro elementos valeram, conjugados, o número pouco impressionante de cinco títulos, o que traduz uma apatia generalizada dos agostinianos em relação à aquisição de manuscritos de autores do século XI, contrabalançada, como se viu, por uma opção por dois nomes de grande solidez intelectual. O único a duplicar o número de trabalhos foi o lexicógrafo italiano. A receção feita às obras gramaticais de Papias, para além do especto inovador do seu trabalho, conforma-se com a predileção crúzia pelas artes liberais, entretanto sublinhada a propósito da intensa acumulação operada de textos carolíngios, e deve ser ainda explicada pela vocação pedagógica da canónica, cujo modelo de ensino tornava desejável a presença de obras com tais características na instituição²¹⁴¹.

Por sua vez, os escritos de Pedro Afonso e Gilberto Crispino alocados em Sta. Cruz inscrevem-se na família de obras carácter apologético, neste caso de cariz antijudaico, de que há versões também conhecidas em Alcobaça. A função de escritos apologéticos no claustro regente encerra uma contradição, difícil de resolver, em relação à presença de textos de procedência pagã, hebraica e árabe que ao longo do tempo foram sendo carrilados para a livraria dos monges de Sto. Agostinho, indiciando uma relativa tolerância cultural da canónica. A questão não é menor, sendo lícito inquirir se os processos de acumulação bibliográfica atuantes em Coimbra eram guiados por critérios de seriação bem definidos, sustentados em posições ideológicas, tal como aparenta ter sucedido com a comunidade alcobacense nos primeiros dois séculos; ou, pelo contrário, se em Sta. Cruz, o desvelo colecionador e as circunstâncias políticas, sociais, geográficas e demográficas da sua implantação tornavam a canónica mais permeável a contactos com o mundo não católico, porventura mais atenta à qualidade intrínseca dos textos e à natureza dos temas abordados, e só depois os responsáveis pela livraria do mosteiro se mostrariam preocupados com a procedência religiosa, cultural e geográfica das obras.

A propósito desse debate veja-se, por exemplo, que estão referenciados para a primeira metade do século XIII, entre os anos de 1207 e 1226, três documentos em que há menção a manuscritos de autores com ligações ao mundo muçulmano e clássico, sinalizando o interesse crúzio pela literatura árabe e pagã²¹⁴². São visíveis, entre os

²¹⁴¹ CRUZ, António - *Santa Cruz de Coimbra na cultura portuguesa da Idade Média...*, Vol. 1, p. 209.

²¹⁴² Vid. Anexos, quadros 24, 25, 26.

escritos cedidos pela canónica a Pedro Vicente, mestre Egídio e a Pedro Peres, trabalhos de Ibn Al-Ġazzār, o redator original do *Viaticus peregrinantis*, na edição de Constantino Africano²¹⁴³; duas versões do *Libri ad Almansorem*²¹⁴⁴; e uma obra do latino Cícero, aparentemente o *De inventione*²¹⁴⁵.

Por seu turno, em notável contraste com o século XI, a livreria dos crúzios denunciou uma grande inclinação pelos intelectuais do século XII, apetência autoral nem sempre acompanhada por idêntico empenho posto na requisição de manuscritos, sendo frequentes os casos em que os monges dispuseram de poucas obras desses indivíduos, por vezes peças únicas, a acreditar nas indicações dadas pelo catálogo dos livros. Os eruditos desses anos reunidos na biblioteca formam um grupo bem composto. Permitem formar um retrato vivo e muito aproximado, mesmo que não acabado, da cultura europeia contemporânea da fundação da canónica regente. Vejam-se as suas principais características: do ponto de vista espacial, produziram trabalhos em locais tão diferentes como as ilhas britânicas, as regiões gaulesas, os espaços germânicos e as penínsulas itálica e hispânica; segundo uma perspetiva temática, projetaram hagiografias, comentários bíblicos, opúsculos de espiritualidade, regras para condução da atividade pastoral, repertórios litúrgicos, opúsculos teológicos, obras de historiografia e prédicas; e na observância eclesiástica, abraçaram tanto o clero secular como o regular; e dentro deste último, professaram quer a ordem beneditina tradicional, quer a cisterciense, quer a própria observância agostiniana.

De longe, o autor do período mais favorecido em Sta. Cruz foi um monge de Cister, Bernardo de Claraval, e não um nome agostiniano, como fariam supor os vínculos do mosteiro e a reputação auferida pela escola de S. Vítor durante essa cronologia. Os numerosos escritos do reformador religioso cisterciense no fundo bibliográfico documentam a influência quase universal que logrou alcançar junto das congregações monásticas, em grande medida como resultado das reflexões místicas e teológicas elaboradas²¹⁴⁶. Para além de Bernardo de Claraval, é possível divisar um

²¹⁴³ Vid. Anexos, quadro 24, DPV 1. Sobre Ibn Al-Ġazzār vid. Anexos, quadro 33.

²¹⁴⁴ Vid. Anexos, quadro 25, DMG 1; quadro 26, DPP 1.

²¹⁴⁵ Vid. Anexos, quadro 25, DMG 8.

²¹⁴⁶ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 33, fl. 1r-12ra, 12ra-27va, 27va-35ra, 35ra-36ra, 36ra-41ra, 41ra-46vb, 46vb-47va, 47va-51rb, 51rb-53vb, 53vb-56rb, 56ra-59ra, 59ra-65va, 65va-99vb, 99vb-102va, 102va-104v, 109ra-118vb, 118vb-121vb, 121vb-122rb, 122rb-134rb, 134rb-139va, 139va-142rb, 142rb-vb, 142vb-147ra, 147ra-148rb, 148rb-150vb, 150vb-151vb, 151vb-155ra, 155ra-166rb, 166rb-170vb, 170vb-175va, 175va-177ra, 177rb-180ra, 180ra-194ra, 194ra-196va, 196va-197rb, 197rb-205ra, 205rb-210ra, 210ra-211va, 211va-212vb, 212vb-217ra, 217ra-219va, 219va-227vb,

outro monge branco da centúria uncentista no rol de figuras do armário, Galando de Regni, colaborando no recheio codicológico com um livro de provérbios e apotegmas²¹⁴⁷.

A previsível comparência na livraria de escritores relacionados com a abadia de S. Vítor de Paris, da mesma regra que os crúzios, surgiu confirmada com a presença no acervo dos trabalhos dos teólogos mais eminentes do núcleo parisiense: Hugo de S. Vítor, com várias obras anotadas²¹⁴⁸; Ricardo de S. Vítor, com o seu *Beniamin minor*²¹⁴⁹ e Pedro Comestor, com a célebre *Historia scholastica*²¹⁵⁰. Na sensibilidade vitorina, além das propostas filosóficas e espirituais, os regnantes encontraram sobretudo inspiração ideológica e o arquétipo para a sua escola claustral. Retiraram do seu principal ideólogo, Hugo, a convicção de que há duas vias para aceder a Deus: a exterior, a partir da aprendizagem e do raciocínio; e a interior, a que se chega pelo caminho único e difícil da meditação. À luz dessa perspetiva, a aprendizagem de matérias seculares funcionava como uma via fundamental para o conhecimento de Deus e para o aperfeiçoamento da alma. Segundo a proposta intelectual de Hugo de S. Vítor convergiam no conhecimento duas fontes: as artes liberais e o entendimento da *Sacra Pagina*; ambas articuláveis, sem prejuízo da inevitável desigualdade hierárquica que levava à valorização da palavra das *Escrituras* face ao conhecimento temporal, no caso de ocorrer uma tensão entre os dois saberes. As artes liberais, em todo o caso, apesar dessa menoridade perante a teologia, surgiam revalorizadas de acordo com esta aproximação ao saber. Nesse sentido, foram reorganizadas segundo um esquema inovador de classificação, uma evolução obrigatória face aos novos conhecimentos técnicos que então despontavam e à introdução do *Organon* aristotélico, com as suas novas categorias analíticas. No respeitante à interpretação bíblica, o mestre da abadia parisiense estatuiu a sua dependência de quatro categorias exegéticas, necessárias e concomitantes, para fazer a hermenêutica testamentária: a histórica; a alegórica; a tropológica, também dita moral; e a anagógica²¹⁵¹.

²¹⁴⁷ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 48, fl. 185vb-221vb. Sobre Galando de Regni vid. Anexos, quadro 33.

²¹⁴⁸ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 16, fl. 1ra-158rb; SCC 20, Dis. Memb; SCC 21, fl. 153rb-168va, 168va-173ra, 173ra-184ra; SCC 35, fl. 1r-58r, 58v-159v SCC 54, fl. 112r-137r.

²¹⁴⁹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 32, fl. 1ra-32rb.

²¹⁵⁰ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 42, fl. 1ra-163vb.

²¹⁵¹ CHENU, M.-D. - *La théologie au douzième siècle...*, p. 202.

À luz de todas estas novidades e doutrinas sobre o acesso ao saber, o modelo escolar vaticinado por Hugo de S. Vítor implicava uma organização tripartida: o caminho para o conhecimento iniciava-se com a leitura, prosseguia pela meditação, e ficava concluído com a contemplação²¹⁵². Terá sido esse o método de aprendizagem, e simultaneamente de ascese, a enraizar-se junto dos agostinianos portugueses no século XII, permanecendo até com inesperada resiliência no seguinte, quando já novas fórmulas de acesso ao conhecimento eram postuladas a partir das universidades e esse esquema se tornava obsoleto²¹⁵³. Com efeito, na centúria ducentista, o esquema tripartido de aprendizagem modelado na tradição vitorina e emulado por Sta. Cruz de Coimbra tendeu a ser substituído por outro, elaborado e propagado a partir da universidade de Paris. O novo método baseava-se numa abordagem que mantinha a *lectio*, conduzida pelos mestres, como ponto de partida para o estudo, mas que substituíra a *meditatio* pela *disputatio*, ou seja a reflexão passiva pela discussão ativa, cada vez mais agilizada pela dialética, e opunha a *contemplatio* à *predicatio*, preferindo a via da pregação à da ascese – ou seja o método quodlibético²¹⁵⁴. Apesar de alguns dos membros da congregação se dirigirem a Paris, e não só, para prosseguir estudos superiores²¹⁵⁵, circunstâncias que lhes permitiram entrar em contacto com o programa da escolástica e com o ensino mais vanguardista praticado na Europa do tempo, não é seguro afirmar que o ensino crúzio no princípio tenha refletido na sua escola essa corrente progressista. Pelo menos, nada na biblioteca crúzia aponta nessa direção.

Por outro lado, o cruzamento no espaço monástico de Sta. Cruz de autores cistercienses e regnantes deixa perceber a adesão dos seus cónegos à corrente da mística especulativa, tão dominante no século XII, criada, alimentada e reproduzida pelas próprias formações religiosas ligadas a Cister e às confrarias agostinianas. Mas, também se acusa a receção na livraria do mosteiro de nomes ligados a um monaquismo de feição tradicionalista, como Hugo de Fleury²¹⁵⁶, Roberto de Deutz²¹⁵⁷, Hugo de Folieto²¹⁵⁸ e

²¹⁵² GILSON, Étienne - *La philosophie au Moyen Âge...*, p. 303.

²¹⁵³ MATTOSO, José - *Orientações da cultura portuguesa no princípio do século XIII...*, p. 237.

²¹⁵⁴ ABBAGNANO, Nicolas - *Historia de la Filosofía. Vol. I...*, p. 259.

²¹⁵⁵ Vid. Anexos, quadro 8.

²¹⁵⁶ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 48, fl. 139rb-185vb. Sobre Hugo de Fleury vid. Anexos, quadro 33.

²¹⁵⁷ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 69, fl. 220r-243v. Sobre Roberto de Deutz vid. Anexos, quadro 33.

²¹⁵⁸ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 34, fl. 89r-110v. Sobre Hugo de Folieto vid Anexos, quadro 33.

Radulfo de Flaix²¹⁵⁹, todos elementos de vocação beneditina. A eles se devem, por essa ordem, os quatro tomos do *De claustru animae*²¹⁶⁰, as duas partes do *Liber de diuinis officiis*²¹⁶¹, um bestário que deu pelo nome de *Aviarium (de bestiis et aliis rebus)*²¹⁶² e uma *Expositio in Leuiticum*²¹⁶³. Ainda beneditinos, mas com a particularidade de serem naturais da Hispânia, há que incluir os monges Ordonho²¹⁶⁴ e Estêvão²¹⁶⁵, do mosteiro galego de Celanova. Redigiram ambos versões da vida do fundador do cenóbio onde fizeram a sua obediência, S. Rosendo²¹⁶⁶. Um facto que deve ter pesado na decisão da agregação das peças hagiográficas ao fundo pelos crúzios²¹⁶⁷. Com mais quatro indivíduos fica concluída a representação uncentista no fundo, cada um deles merecedor de atenção por diferentes motivos. O britânico Bento de Petersburgo, igualmente noticiado em Alcobaça, ingressou no catálogo graças a uma crónica da vida de Tomás Beckett²¹⁶⁸. Quanto à personagem algo esquiva de mestre Hugo, compositor de homilias e comentarista, tem um valor que lhe advém principalmente do seu contexto geográfico, dado que se acredita se estar em presença de um autor português²¹⁶⁹. Bem mais relevantes, pelos significados implícitos decorrentes do seu achado entre os manuscritos do convento, são as presenças de Abraão Ibn Ezra e do monge Graciano. O primeiro, para além de ter uma origem ibérica, era judeu, como o seu nome deixa adivinhar²¹⁷⁰. Dono de um amplo saber elaborou glosas ao *Antigo Testamento*, onde é clara a sua visão neoplatónica do universo e uma ambiguidade interpretativa que marginou as

²¹⁵⁹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 7, fl. 1r-220ra. Sobre Radulfo de Flaix vid. Anexos, quadro 33.

²¹⁶⁰ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 48, fl. 139rb-185vb. Sobre Hugo de Fleury vid. Anexos, quadro 33.

²¹⁶¹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 69, fl. 220r-243v. Sobre Roberto de Deutz vid. Anexos, quadro 33.

²¹⁶² Vid. Anexos, quadro 21, SCC 34, fl. 89r-110v. Sobre Hugo de Folieto vid. Anexos, quadro 33.

²¹⁶³ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 7, fl. 1r-220ra. Sobre Radulfo de Flaix vid. Anexos, quadro 33.

²¹⁶⁴ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 69, fl. 212r-218r. Sobre Ordonho de Celanova vid. Anexos, quadro 33.

²¹⁶⁵ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 69, fl. 218v-219v. Sobre Estêvão de Celanova vid. Anexos, quadro 33.

²¹⁶⁶ *Vida e Milagres de São Rosendo*. Ed. M. H. da Rocha Pereira. Porto: Junta Distrital do Porto, 1970, p. 9-12.

²¹⁶⁷ IDEM, *ibidem*, p. 9-12.

²¹⁶⁸ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 60, fl. 1r-6v.

²¹⁶⁹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 61, fl. 1ra-224rb, 224rb-233ra. Sobre mestre Hugo vid. Anexos, quadro 33.

²¹⁷⁰ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 63, fl. 160v-1r. Sobre Abraão Ibn Ezra vid. Anexos, quadro 33.

regras da ortodoxia²¹⁷¹. A presença nas estantes da canónica destes autores em concreto recoloca a questão, já por várias vezes levantada, da flexibilidade cultural dos crúzios e os limites da sua tolerância em face dos opositores religiosos. A redação que fez em hebraico do *Comentário ao Pentateuco*, possuído na canónica regular, permite deduzir, pelo menos, a vigência de articulações quotidianas e culturais dos monges com as comunidades judaicas instaladas na área de Coimbra, e um conhecimento da língua hebraica no interior da instituição, necessário para a leitura da citada peça exegética²¹⁷². Também plena de significações é a ocorrência do nome de Graciano no mosteiro crúzio²¹⁷³. Dá conta de um interesse dos cónegos pelo estudo de direito, ciência que conheceu enorme desenvolvimento a partir do século XII. O *Decreto*, de Graciano, nome simplificado por que ficaram conhecidas as *Concordia discordantium canonum*, foi uma obra incontornável na Idade Média²¹⁷⁴. A sua aparição entre os itens bibliográficos colecionados pelos regrantes transmite a ideia de uma grande modernidade no que diz respeito aos hábitos de leitura em matérias jurídicas, muito provavelmente assente nos contactos dos clérigos com o mundo universitário de além-fronteiras.

A existência deste contingente de nomes do século XII na livraria de Sta. Cruz de Coimbra indica uma sintonia em muitos domínios com a elite cultural da época e o conhecimento das mais importantes correntes de pensamento, algo que a ausência de certas personalidades e de escolas não deve servir para diminuir demasiado, tanto mais que se está perante um catálogo necessariamente incompleto, o que deixa uma ampla margem de manobra para admitir outras presenças, aliás prováveis face ao conhecido. Há, por exemplo, à revelia do inventário, as referidas doações feitas pelo mosteiro ao cónego de S. Vicente de Fora Pedro Vicente, a mestre Gil e ao chantre Pedro Peres, que indicam conhecimentos médicos avançados à disposição dos conimbricenses, nomeadamente através da posse de manuscritos de autores da escola de Salerno, como Pedro Musandino e Gariponto²¹⁷⁵, e que, de outro modo permaneceriam desconhecidos²¹⁷⁶. De qualquer forma, entre as fraturas mais evidentes em relação ao conhecimento da época e para as quais não há quaisquer pistas, infra ou extra catálogo,

²¹⁷¹ SIRAT, Colette - *La philosophie juive au Moyen Âge selon les textes manuscrits et imprimés*. Paris: Centre National de Recherche Scientifique, 1983, p. 119-120.

²¹⁷² Vid. Anexos, quadro 21, SCC 63, fl. 160v-1r.

²¹⁷³ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 7, Dis. Memb.; SCC 11, fl. 1.

²¹⁷⁴ PEREIRA, Isaias da Rosa - *Livros de direito na Idade Média I...*, p. 10.

²¹⁷⁵ Sobre Gariponto de Salerno vid. Anexos, quadro 33.

²¹⁷⁶ Vid. Anexos, quadro 24, DPV 2; quadro 26, DPP 2.

conta-se a ausência significativa de autores relacionados com a escola chartrense, uma das mais dinâmicas e inovadoras do século, lapso que está, de certo modo, minimizado pela presença no fundo de Fulberto de Chartres do século anterior. Uma falha mais notória prende-se com a ausência das grandes sumas de teologia que então se começavam a popularizar, das quais se sente a falta com especial agudeza do *Liber sententiarum*, de Pedro Lombardo, volume sistematicamente acolhido nos grandes polos de religiosidade, até pela sua condição de manual de ensino.

Finalmente, o séc. XIII aparece representado na instituição com um número algo parco de autores, realidade difícil de conciliar com a provada aceleração do ritmo de produção manuscrita verificada ao longo dos anos de mil e duzentos no espaço europeu, como já se fez notar, e com o fervor cultural que se experimentava então na Europa contemporânea²¹⁷⁷. São relativamente poucos os intelectuais do período reunidos: oito; como são poucas as obras de sua responsabilidade que lhes são assacadas: não atingindo sequer a quinzena, acalentando a suspeita de que existiriam algumas sérias lacunas no conhecimento literário da época no mosteiro de Sta. Cruz ou de um apagamento cultural progressivo da canónica. Daqueles, três foram papas: Inocência III, Honório III e Gregório IX, que se sucederam, de acordo com essa ordem, à frente da Cúria Romana, todos com pontificados longos, entre os dez e os dezoito anos, durante os quais se empenharam na consumação da teocracia papal. O papa Inocência III foi, do trio, o melhor aceite pelos cruzados, de resto, o único dos pontífices a reincidir com textos no recheio bibliográfico. Pertencem-lhe duas bulas, um sermão e um prólogo epistolar²¹⁷⁸. Por sua vez, de Honório III conhece-se igualmente uma bula²¹⁷⁹, e de Gregório IX existiram pelo menos dois escritos: uma epístola, destinada ao arcebispo de Braga, e uma carta de canonização, por intermédio da qual se fez a beatificação de Sto. António, um antigo cônego regular²¹⁸⁰. Os textos papais reunidos parecem ter resultado menos de uma procura de escritos da Cúria pelos cruzados do que da intensificação da ação pontifical na época, tendo os três pontífices insistido durante o respetivos consulados na emissão regular de diplomas como meio de estabelecer a sua supremacia e poder, no que revelaram enorme proficiência. Não sendo obras literárias ou especulativas, as bulas

²¹⁷⁷ LUSCOMBE, David - *O pensamento medieval...*, p. 91.

²¹⁷⁸ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 6, fl. Iir, Guarda ant.; SCC 45, fl. 198r-v; SCC 46, fl. 1ra-2ra, 2ra-149va. Sobre Inocência III vid. Anexos, quadro 33.

²¹⁷⁹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 45, fl. 198v. Sobre Honório III vid. Anexos, quadro 33.

²¹⁸⁰ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 6, Iiv, Guarda ant.; SCC 30, fl. 141rb-141va. Sobre Gregório IX vid. Anexos, quadro 33.

não pertencem, na verdade, à mesma tipologia das restantes, e seria mais expetável a sua presença no cartório do mosteiro do que na sua livraria.

Outro grupo de protagonistas da centúria identificado nos códices adquiriu o seu prestígio na área do direito, prova da relativa atenção com que os cónegos regulares, no século XIII, olharam para as matérias jurídicas, necessárias para dirimir conflitos e justificar ou reivindicar património. Dois eram hispânicos, João de Deus e Raimundo de Penhaforte, ambos assinalados nos fundos acolhidos por regrantos e alcobacenses. O primeiro está anotado em Coimbra por via de um trabalho em direito canónico, relativo à eleição de arcebispos²¹⁸¹; e o segundo graças a uma suma sobre o sacramento do casamento e a um ordenamento jurídico dos frades mendicantes²¹⁸². O terceiro dos canonistas recenseado foi Henrique de Susa, bispo de Óstia, que recebeu formação em Bolonha e foi o compilador da *Summa super titulis decretalium* replicada em Sta. Cruz, manuscrito onde expressou as suas principais convicções sobre o direito e a autoridade política, propondo a subordinação do direito civil ao direito canónico²¹⁸³.

Outro hispânico da centúria presente nos escaparates crúzios foi Ramério Antine, cónego do mosteiro de Grijó e responsável pela elaboração de um índice para os *Moralia in Job* de Gregório Magno²¹⁸⁴. Da mesma época, falta referir, Tiago de Vitry, outro bispo, posição que ocupou na diocese de Acre, na Palestina. Contribuiu para o fundo manuscrito com material hagiográfico, nomeadamente com duas biografias, nas quais relatou as vidas de S. Marcial e da Sta. Maria de Oignie²¹⁸⁵. É provável mas inseguro que um certo Pôncio de Belioco, de origem incerta, responsável pela autoria de um *Miraculum de corpore domini* acomodada na livraria monástica, tenha vivido pela mesma época²¹⁸⁶.

Vistos os nomes, avaliados os trabalhos angariados, emerge um certo desfasamento cultural da comunidade face ao saber do século XIII, bem diferente do apurado para os cem anos precedentes quando a cultura do mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra rimava, em grande medida, com a cultura centro-europeia. A escassez de obras

²¹⁸¹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 36, fl. 13ra-13vb.

²¹⁸² Vid. Anexos, quadro 21, SCC 36, fl. 1ra-12va; SCC 54, fl. 81r-111v.

²¹⁸³ Vid. Anexos, quadro 21, SCC G24, fl. 1ra-425vb. Sobre Henrique de Susa vid. Anexos, quadro 33.

²¹⁸⁴ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 13, fl. IIva-vc. Sobre Ramério de Antine vid. Anexos, quadro 33.

²¹⁸⁵ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 20, fl. 3ra-47va, 122rb-122vb. Sobre Tiago de Vitry vid. Anexos, quadro 33.

²¹⁸⁶ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 15, fl. 219va-221vb.

assinadas tem um equivalente indisfarçável nas inúmeras faltas de comparência de letrados ao fundo. O aristotelismo eclético, da faculdade de Paris e de Oxford e a segunda fase da escolástica que nele se escorou, parecem ter sido ignorados em Coimbra, pois são imperscrutáveis no catálogo intelectuais como Boaventura, Alberto Magno, Tomás de Aquino, Siger de Brabante ou João Duns Escoto, para citar os mais incontornáveis pensadores do tempo. As ausências fazem suspeitar de que a filosofia e a nova teologia ducentista estiveram algo distantes dos interesses crúzios.

Desses anos, apenas canonistas com trabalhos sob a forma de tratados jurídicos e textos de direito aplicado ou hagiógrafos colheram algum interesse na casa agostiniana, tanto quanto se pode reconstituir. Resta por explicar se esse facto pode ter tido impacto no gradual apagamento da cultura regnante no século XIII ou se, invertendo a premissa, terá sido uma consequência da perda de fulgor da instituição; dito de outro modo, se foi causa ou efeito do progressivo ocaso que Sta. Cruz de Coimbra conheceu no século XIII em comparação com o século anterior. Circunscrevendo a análise do fundo aos autores mais requisitados, há como que uma confirmação quase total das tendências gerais desenhadas acima (vid. gráfico 12).

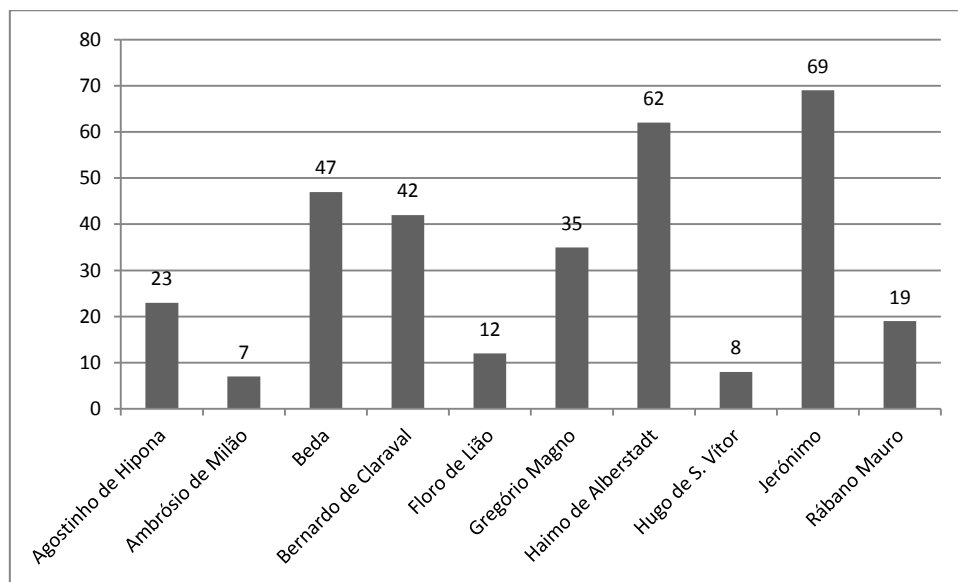


GRÁFICO 12: DISTRIBUIÇÃO DE OBRAS POR AUTORES MAIS REPRESENTADOS (SCC)

Fonte: *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do M^o de Sta. Cruz de Coimbra*

Vigora a presença dos autores do século IV, por intermédio dos Padres da Igreja latina Jerónimo, Agostinho e Ambrósio, perfilados nas primeira, sexta e décima posições da hierarquia, e dos carolíngios de oitocentos, com os nomes de Aimo de Halberstadt, Rábano Mauro e Floro de Lião, posicionados no segundo, sétimo e oitavo

lugares. Quanto ao século XII está também bem representado pelos inevitáveis Bernardo de Claraval e Hugo de S. Vítor, figuras maiores de então, posicionados no quarto e no nono lugar. Desacompanhadas estão as individualidades ligadas aos séculos VI e VIII, respetivamente Beda, terceiro autor mais requisitado, e Gregório Magno, na quinta posição, outros dois elementos ligados à tradição Patrística ocidental, e que são, na verdade, os únicos representantes desses séculos. Nesta lista restrita não aparece ninguém dos três primeiros séculos cristãos, tão pouco da quinta e da sétima centúria, o mesmo se verificando para o período compreendido entre os anos de novecentos e mil e cem, como para o posterior a mil e duzentos.

Ensaando um paralelo entre a lista dos dez autores favoritos em Sta. Cruz com a equivalente de Alcobaça, sobressai uma coincidência em mais de metade dos autores, bastante digna de nota. Apesar de se registarem alterações nas posições relativas ocupadas, repetem-se os nomes de Jerónimo, Beda, Bernardo de Claraval, Gregório Magno, Agostinho e de Hugo de S. Vítor. A convergência destas individualidades nas duas coleções, ao mesmo tempo que põe em relevo o brilhantismo dos seus intelectos, clarifica sobre a influência que exerceram ao nível do pensamento da Igreja medieval. Os seus nomes parecem constituir como que uma bibliografia mínima de referência para as instituições monásticas dos séculos XII e XIII, universal ao ponto de atravessar as observâncias, mas talvez também se possa justificar, de outra forma, pela partilha do mesmo ambiente espiritual por ambas as congregações.

Fundamental é, no caso crúzio, a referência a Agostinho, patrono da ordem, a quem os cónegos regulares tomaram a regra e várias obras, maioritariamente sermonários, tratados evangélicos e orações, mas também peças hagiográficas e livros de teologia. Apesar disso, é com estranheza que se percebe a ausência de alguns títulos do bispo norte-africano na biblioteca da canónica, que naturalmente deveriam ser caros aos monges atendendo à relação com o seu padroeiro. O rol das omissões integra as *Confessiones* e o *De Trinitate*, achados no núcleo alcobacense, e tidas como as páginas maiores do bispo, a par do *De doctrina Christiana* e do *De civitate Dei*, figurando estes últimos como os únicos grandes tratados de Sto. Agostinho avistados em Sta. Cruz: o primeiro de que existiram pelo menos dois exemplares²¹⁸⁷; o segundo apenas presente sob a forma de um excerto, relativo a um milagre prodigalizado por Sto. Estêvão em

²¹⁸⁷ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 9, fl. 144rb-147va; SCC 51, fl. 137r-137v.

África²¹⁸⁸. Outra vez entrando no campo das suposições, há que dar o aval à possibilidade da sua posse ter tido lugar no mosteiro, tal a projeção medieval alcançada pelos escritos, seguida de uma perda mais tardia, na linha do que aconteceu a algumas obras noticiadas em documentos da época, hoje sem paradeiro conhecido²¹⁸⁹.

Geografia dos autores e autoridades

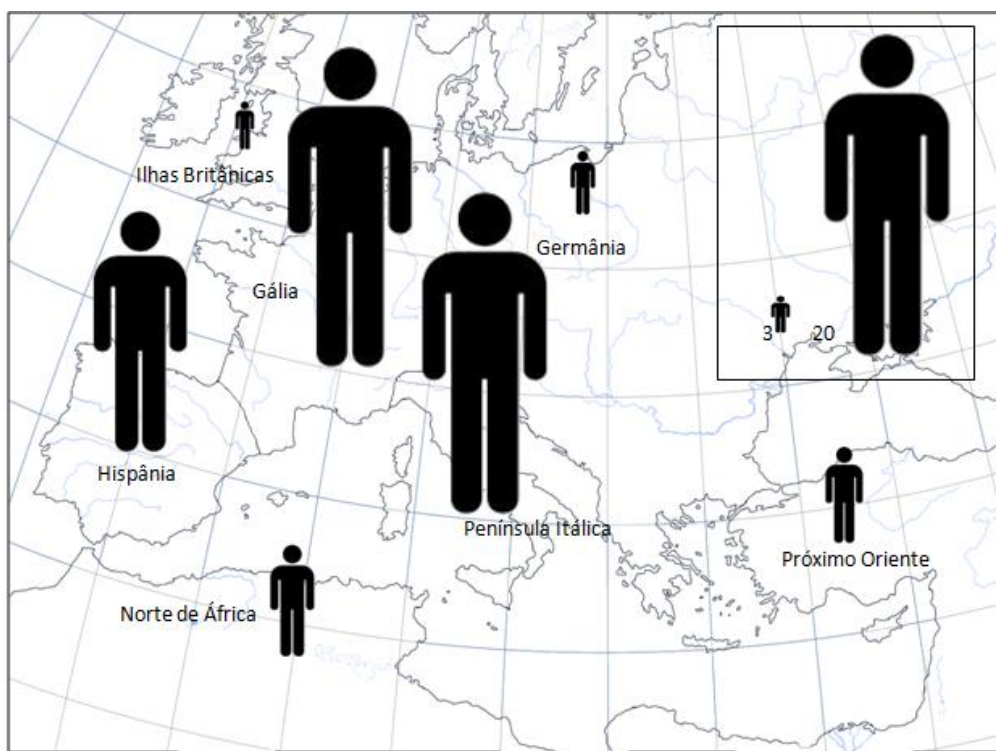
Do ponto de vista da distribuição espacial, a dezena de autores mais populares no seio dos monges crúzios ilustra, com grande exatidão, o roteiro percorrido pela cultura latina durante a Idade Média na sua luta pela sobrevivência. É, nesse sentido, um lote bem representativo das grandes tendências culturais da Cristandade latina até ao século XII, confirmando a oportunidade e o acerto das escolhas bibliográficas realizadas pelos regantes de Coimbra, reveladoras da grande sensibilidade histórica da comunidade.

Os autores do século IV mostram a cultura latina do fim do período imperial vigorando em latitudes baixas como a italiana, a norte africana e a próximo oriental, portanto, fora do alcance *bárbaro*, assegurada e reinterpretada em benefício da Igreja. No século VI encontramos-a devidamente cristianizada e conservada no seu núcleo original, itálico, depois de sofrer um grande recuo por efeito da pressão dos povos do norte e centro europeus, espaço de onde Gregório Magno a procurou fazer refluir para o espaço europeu, no que alcançou grande sucesso, apoiado na missão e na mensagem apostólica. No século VIII a cultura da Cristandade latina espalhou-se pelas ilhas britânicas, velada por Beda e outros monges britânicos, que impediram o seu decaimento. Daí derramou-se sobre as zonas centrais do império carolíngio no século IX, nomeadamente sobre os territórios gaulês e germânico, como o certificam o *lione* Floro e o *teutónico* Aimo. Uma vez chegada ao interior europeu adquiriu um enorme fulgor sobretudo em áreas gaulesas, designadamente a partir da centúria uncentista, cimentada em grande parte nas novas correntes monásticas emergentes, a cisterciense e

²¹⁸⁸ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 21, fl. 6va-9vb.

²¹⁸⁹ É referido um livro de sermões de Agostinho em trânsito para os *cónegos* regantes castelhanos de Sta. Cruz de Cortes por CRUZ, António - *Santa Cruz de Coimbra na cultura portuguesa da Idade Média. Vol. I...*, p. 80-81. Também há notícia de um comentário dedicado pelo bispo de Hipona ao evangelho segundo João, surpreendido na hagiografia crúzia, no caso na vida de D. Telo, publicado em *Portugaliae monumenta histórica...*, Vol. I, fasc. 1: *Scriptores*, p. 68.

regrante, matrizes que geraram os grandes místicos do período Bernardo de Claraval e Hugo de S. Vítor (Vid. mapa 7).



MAPA 7: GEOGRAFIA DOS AUTORES E AUTORIDADES (SCC)

Fonte: *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do M^o de Sta. Cruz de Coimbra*

Persistindo em olhar de forma tópica os autores angariados pelo clero do mosteiro conimbricense, considerando todos os autores para os quais foi possível rastrear os principais locais da sua produção intelectual, é possível retirar outros dados dignos de apontamento²¹⁹⁰. No conjunto da livraria, encimaram as preferências dos cónegos regulares os autores ambientados em áreas gauleses e itálicas. Duas dezenas de indivíduos, tanto no caso gaulês²¹⁹¹, como no transalpino²¹⁹². Traduzem uma realidade nada surpreendente atendendo ao facto de estarem associados aos grandes centros da

²¹⁹⁰ O esforço de estabelecer os principais locais de produção intelectual para cada um dos autores, tantas vezes diferentes dos locais da sua naturalidade, ligando-os a uma única unidade geográfica, não está imune a constrangimentos de ordem prática. Era frequente a itinerância de tais indivíduos, de que Jerónimo, viajante experimentado, constitui um excelente exemplo, mas muito longe de ser o único. Em todo o caso a medida oferece utilidade porque permite expressar algumas tendências.

²¹⁹¹ Ligados a regiões gaulesas é possível referenciar na livraria crúzia Euquério de Lião, Cesário de Arles, Eusébio Galicano, Defensor de Ligugé, Cristiano Drutmário, Floro de Lião, Aimo de Auxerre, Remígio de Auxerre, Esmaragdo, Pascásio Radberto, Odo de Cluny, Radulfo de Flaix, Fulberto de Chartres, Galando de Regni, Hugo de Fleury, Bernardo de Claraval, Hugo de Folieto, Hugo de S. Vítor, Ricardo de S. Vítor e Pedro Comestor.

²¹⁹² Com atividade predominante em território transalpino foram conhecidos no armário monástico Sisto I, Jerónimo de Estridão, Rufino de Aquileia, Anastácio I, Ambrósio de Milão, Cromácio de Aquileia, João Cassiano, Leão Magno, Pedro Crisólogo, Máximo de Turim, Gregório Magno, Cassiodoro, Ambrósio Autperto, Papias, João VIII, Graciano, Honório III, Henrique de Susa, Inocêncio III e Gregório IX.

Latinidade, aqueles em que se revelou o maior dinamismo na produção cultural durante os tempos medievais, que são ainda os locais onde se estabeleceram as primeiras universidades, além de serem as regiões que apresentam em relação à Península Ibérica a maior proximidade geográfica. Precisamente à área peninsular ligam-se quinze autores²¹⁹³. Os menos recorrentes no espólio foram os presentes em espaço germânico, com quatro autores assinalados²¹⁹⁴, seguidos de perto pelos atuantes nas ilhas britânicas, a que se reportam três nomes apenas²¹⁹⁵. Da orla sul e oriental do mediterrâneo provieram vários manuscritos atribuídos a treze autores diferentes, distribuídos de forma desigual pelo norte de África, espaço por onde evoluíram sete das personalidades anotadas no catálogo²¹⁹⁶, e pelo Próximo Oriente, representado por seis individualidades, uns e outros na sua maioria ligados à fase primitiva da Igreja²¹⁹⁷.

O gosto por autores de latitudes gaulesas que a análise espacial sugere encontra uma confirmação nas principais relações culturais sustentadas pelos crúzios com a Europa do seu tempo. De facto, reforçam o alinhamento com a cultura gaulesa as ligações sustentadas por Sta. Cruz com Avinhão, onde se situava a abadia de S. Rufo, local, como se viu, onde os cónegos regantes de Coimbra encontraram o seu primeiro apoio, e com Paris, onde se localizaram quer a universidade mais importante da Cristandade, em que comprovadamente vários crúzios estudaram, quer o mosteiro de S. Vítor, responsável pela sua tutela espiritual e intelectual da comunidade instalada em Coimbra.

Para além das relações culturais, existiam ainda uma teia de relações mentais cimentadas pelos cónegos de Coimbra, as mais relevantes com Jerusalém e com Roma, indiscutivelmente os dois grandes centros da Cristandade, que se podem exprimir simbolicamente como o local onde Cristo morreu e renasceu, e como o ponto focal da Igreja católica, onde a tradição insiste em entronizar como primeiro bispo, Pedro, um

²¹⁹³ Com atuação em regiões peninsulares existiram em ambiente claustral obras de Gregório de Elvira, Potâmio de Lisboa, Justo de Urgel, Ildefonso de Toledo, Valério de Bierzo, Isidoro de Sevilha, Taio de Saragoça, Pedro Afonso, Abraão Ibn Ezra, mestre Hugo, Estêvão de Celanova, Ordonho de Celanova, João de Deus, Raimundo de Penhaforte e Ramério Antine.

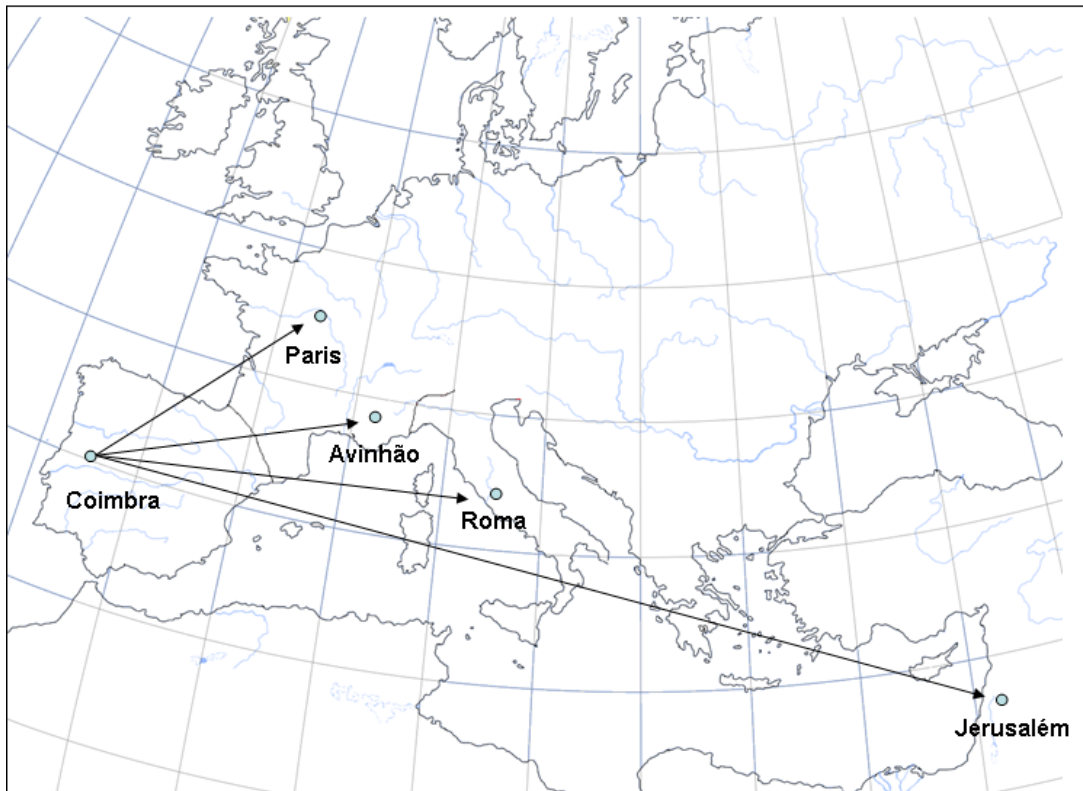
²¹⁹⁴ Em paragens teutónicas evoluíram Aimo de Halberstadt, Rábano Mauro, Milo de Minden e Roberto de Deutz.

²¹⁹⁵ Entre os autores conhecidos em Sta. Cruz de Coimbra relacionam-se sobretudo com áreas germânicas Beda, Gilberto Crispino e Bento de Petersburgo.

²¹⁹⁶ O norte de África foi o palco de atuação para Orígenes, Agostinho de Hipona, Teófilo Alexandrino, Macário, Possídio, Volusiano e Fulgêncio de Ruspe.

²¹⁹⁷ Reportam a zonas orientais da Cristandade Flávio Josefo, Dionísio de Lida, Teodoro de Mopsuéstia, Eusébio de Cesareia, João Crisóstomo e Tiago de Vitry.

dos apóstolos (Vid. mapa 8). Ligações axiais testemunhadas pela própria hagiografia crúzia, nomeadamente por intermédio das vidas dos fundadores Teotónio, Telo e João Peculiar²¹⁹⁸.



MAPA 8: REDE DE RELAÇÕES DO MOSTEIRO DE STA. CRUZ DE COIMBRA

Fonte: *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do M^o de Sta. Cruz de Coimbra*

De uma forma geral, as estantes da livraria revelam uma cultura essencialmente de importação abrigada em Sta. Cruz. A influência cultural do além-Pirenéus na Península Ibérica, de resto, precedeu a implantação da canónica²¹⁹⁹, mas saiu acentuada com a implantação crúzia, dadas as ligações além-fronteiras que a caracterizaram desde o início; por seu turno, uma dinâmica mais acelerada pela entrada cisterciense no território²²⁰⁰.

As manifestações primitivas da cultura centro-europeia no espaço peninsular remontam a época anterior, para um momento cujo início se pode situar com alguma largura no século IX²²⁰¹. A influência cultural acentuou-se com a entrada da aristocracia

²¹⁹⁸ *Vida de S. Teotónio*. Ed. A. A. Nascimento. Lisboa: Colibri, [2013], p. 42, 49-50.

²¹⁹⁹ MATTOSO, José - Cluny, crúzios e cistercienses na formação de Portugal..., p. 107.

²²⁰⁰ IDEM, *ibidem*, p. 119-120.

²²⁰¹ MATTOSO, José - Condições económicas e sociais na circulação dos códices da Península Ibérica..., p. 353-355.

franca envolvida no movimento cruzadístico²²⁰², ganhando uma vitalidade imparável com a reforma gregoriana, no decurso de um processo inicialmente vigiado por Cluny, até ocorrer a assimilação do clero secular hispânico²²⁰³. Aos cluniacenses e à sua ordem, por exemplo, muito se deve a penetração de parte importante da literatura carolíngia introduzida na Hispânia, para além do enorme afluxo de itens litúrgicos e pastorais, gerado pelos próprios, achado nos mosteiros e dioceses do território, provavelmente irradiados, numa primeira fase, via mosteiro de Sahagún, em Toledo²²⁰⁴. A influência exógena cresceu de intensidade nas centúrias uncentista e ducentista, veiculada por novos agentes de ensino, espelhando a deslocação e a mudança de órbita dos centros irradiadores de cultura, acompanhando, de alguma forma, a evolução da importância dos grandes centros de estudos universitários²²⁰⁵. Nesses núcleos de saber, que foram frequentados por membros do estabelecimento crúzio, ocorria naturalmente a recolha de códices, que engrossaram a biblioteca da instituição²²⁰⁶.

Dentro de tal contexto, a ação do mosteiro de Coimbra obedeceu a uma dupla dinâmica: recetora, numa primeira fase, e propulsora, numa segunda. No microcosmos ibérico, Sta. Cruz comunicava com outras canónicas da ordem fornecendo-lhes através do seu *scriptorium*, de modo solidário, a literatura necessária para as respetivas instalações. Assim aconteceu, por exemplo, com Sta. Cruz de Cortes e com S. Vicente de Fora, situações que ilustram convenientemente o papel de correia de transmissão da cultura europeia desempenhado pelo mosteiro, apoiado em lógicas de estímulo e proteção às novas casas agostinianas colocadas debaixo do seu raio de ação²²⁰⁷.

Suavizando um pouco o impacto da pressão cultural externa sobre a casa crúzia, observa-se que partes das escolhas bibliográficas registadas pelos monges tiveram uma dimensão inequivocamente hispânica. Contam-se no fundo bibliográfico catorze personalidades conexas ao espaço peninsular, eventualmente quinze a confirmar-se a

²²⁰² MARQUES, A. H. de Oliveira - A constituição de um condado. In *Nova história de Portugal*. Dir. J. Serrão, A. H. de Oliveira Marques. Vol. 5: *Portugal do renascimento à crise dinástica*. Coord. J. A. Dias. Lisboa: Presença, 1998, p. 15-20.

²²⁰³ DIAS, Geraldo Coelho - Cluniacenses. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. Azevedo. A. M. Jorge et al. [Lisboa]: Centro de Estudos de História Religiosa - Círculo de Leitores, 2000-2001, p. 381.

²²⁰⁴ MATTOSO, José - *Le monachisme ibérique et Cluny...*, p. 274.

²²⁰⁵ GOMES, Saul António - *La formation intellectuelle du clergé séculier...*, p. 103-104.

²²⁰⁶ NASCIMENTO, Aires Augusto - Concentração, dispersão e dependências na circulação de manuscritos..., p. 83-84.

²²⁰⁷ Vid. Anexos, quadros 22, 23.

suposição do indivíduo designado por mestre Hugo como ibérico, uma quantidade não desprezível face ao universo autoral (Vid. tabela 2).

Em consequência desse afluxo bibliográfico, as áreas hispânicas constituíram a terceira área geográfica mais representada na canónica, correspondendo a 18% do total de indivíduos escrutinados. O cômputo, convertido em trabalhos, resume-se a 23 textos, possivelmente 25, uma vez mais dependendo do crédito dado à presunção de hispanidade do *magister* referido²²⁰⁸.

<i>Autores Hispânicos</i>		
<i>Autor</i>	<i>Século de produção</i>	<i>Nº de Títulos</i>
Potâmio de Lisboa	IV	1
Gregório de Elvira	IV	1
Justo de Urgel	VI	1
Taio de Saragoça	VII	5
Ildefonso de Toledo	VII	1
Valério de Bierzo	VII	2
Isidoro de Sevilha	VII	4
Pedro Afonso	XI	1
Ordonho de Celanova	XII	1
Estêvão de Celanova	XII	1
Abraão Ibn Ezra	XII	1
Mestre Hugo	XII	2
Raimundo de Penhaforte	XIII	2
João de Deus	XIII	1
Ramério Antine	XIII	1

TABELA 2: AUTORES HISPÂNICOS (SCC)

Fonte: *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do Mº de Sta. Cruz de Coimbra*

²²⁰⁸ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 9, fl. 115rb-116va; SCC 17, fl. 1ra-185rb; SCC 30, fl. 113vb-138va; SCC 48, fl. 1ra-113rb, 113rb-139rb; SCC 21, fl. 33va-62ra; SCC 34, fl. 1r-73r; SCC 36, fl. 1ra-12va, 13ra-13vb; SCC 47, fl. 69rb-89vb, 89vb-92vb, 92vb-103ra, 103ra-128rb, 128rb-132va, 132va-137va, 137va-157ra; SCC 54, fl. 81r-111v; SCC 61, fl. 1ra-224rb, 224rb-233ra; SCC 63, fl. 160v-1r; SCC 69, fl. 212r-218r, 218v-219v, 266v-267r, 267r-267v.

Entre os autores ibéricos, o bispo Taio de Saragoça foi o mais contributivo para o conjunto, com cinco obras de carácter exegético, todas dedicadas a glosar livros veterotestamentários²²⁰⁹. Seguiu-se Isidoro de Sevilha, com menos um trabalho, mas com obras de outra estatura intelectual, sobressaindo os celebrados *Etymologiarum sive Originum libri XX* e o *Sententiarum libri III*, manuscritos de características enciclopédicas que atingiram grande impacto e divulgação na Idade Média²²¹⁰. Três autores foram, por sua vez, consagrados com dois títulos na casa crúzia: Valério de Bierzo²²¹¹, Raimundo de Penhaforte²²¹² e mestre Hugo²²¹³. Os restantes nove apenas constaram com uma obra cada.

No respeitante à repartição cronológica dos autores hispânicos ela estende-se por uma larga diacronia. As primeiras presenças reportam-se ao século IV enquanto as últimas ao século XIII, mas a série não é ininterrupta: há uma omissão para o século V e um longo lapso entre os anos de setecentos e mil para os quais nenhum escritor ibérico surge referenciado. Os séculos VII e XII foram os mais representados, cada um com quatro figuras da intelectualidade peninsular (vid. gráfico 13).

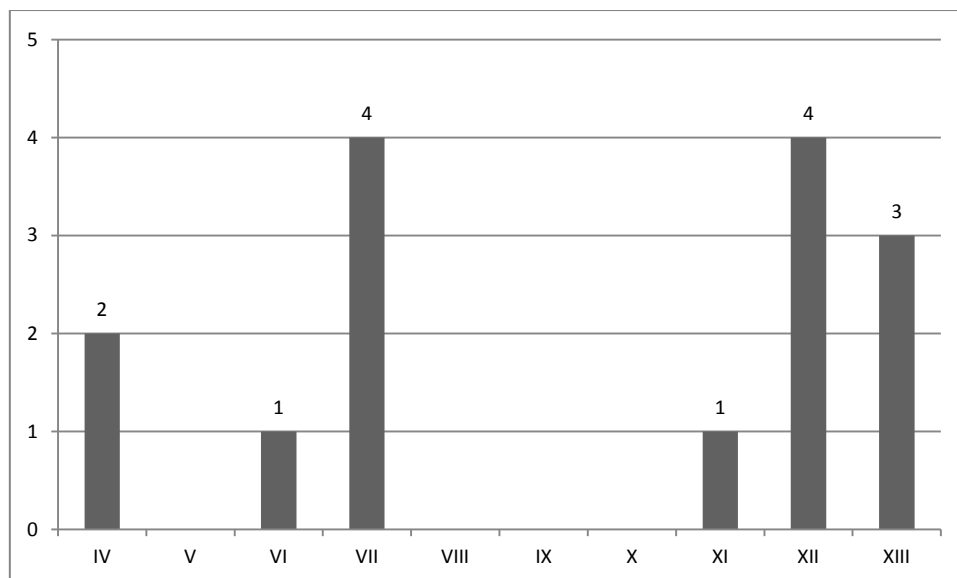


GRÁFICO 13: DISTRIBUIÇÃO CRONOLÓGICA DE AUTORES HISPÂNICOS (SCC)

Fonte: *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do M^o de Sta. Cruz de Coimbra*

²²⁰⁹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 47, fl. 69rb-89vb, 89vb-92vb, 92vb-103ra, 128rb-132va, 132va-137va.

²²¹⁰ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 17, fl. 1ra-185rb; SCC 30, fl. 113vb-138va; SCC 48, fl. 1ra-113rb, 113rb-139rb.

²²¹¹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 69, fl. 266v-267r, 267r-267v.

²²¹² Vid. Anexos, quadro 21, SCC 36, fl. 1ra-12va; SCC 54, fl. 81r-111v.

²²¹³ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 61, fl. 1ra-224rb, 224rb-233ra.

Outra vez, o espólio crúzio parece refletir, em consequência das presenças e ausências anotadas, a fidelidade a uma realidade cultural bem determinada, neste caso hispânica. De forma um pouco grosseira, e correndo o risco de algum esquematismo, a distribuição temporal dos nomes apurados recorda o papel de salvaguarda cultural da península no final da Antiguidade Tardia²²¹⁴, o poente cultural que conheceu em torno do ano mil²²¹⁵ e a recuperação encetada a partir do século XI, em que foram fatores decisivos o estabelecimento de escolas de tradução nos reinos peninsulares, com destaque óbvio para a escola de Toledo²²¹⁶, e a multiplicação de contactos culturais regulares com o centro europeu, designadamente com os polos universitários aí situados²²¹⁷.

É ainda possível, agindo com alguma liberdade, relacionar os autores ibéricos com os principais espaços peninsulares da sua produção. Sabe-se que ao ocidente hispânico estiveram ligados Ordonho e Estêvão, os dois monges do mosteiro de Celanova, mas também Valério de Bierzo e Isidoro de Sevilha, aos quais se podem juntar ainda Potâmio de Lisboa, João de Deus, mestre Hugo e Ramério Antine, operando estes últimos em paragens que hoje coincidem com os limites do território português. Uma relação estreita com o centro ibérico, designadamente com a região da meseta, em particular com Toledo, caracteriza o âmbito das ações do bispo Ildefonso, de Pedro Afonso e de Abraão Ibn Ezra, enquanto o centro-sul, granadino, tem um representante em Gregório de Elvira. Finalmente, relacionados, de alguma maneira, com o oriente da península estiveram Raimundo de Penhaforte, Taio de Saragoça e Justo de Urgel²²¹⁸. Neste quadro de distribuição territorial, é notória a predominância por autores ocidentais, o que se pode explicar, pelo menos de forma parcial, com um certo zonamento cultural, ou seja, por um interesse dos alcobacenses por autores da sua zona de implantação, ou seja, radicando numa ligação afetiva ao seu território.

Em valores absolutos, o quantitativo de escritores da Península Ibérica encontrado em Sta. Cruz é similar ao conferido para o núcleo de Alcobaça, quinze

²²¹⁴ BANNIARD, Michel - *A génese cultural da Europa...*, 1995, p. 108-116.

²²¹⁵ IDEM, *ibidem*, p. 116.

²²¹⁶ PAUL, Jacques - *Histoire intellectuelle de l'Occident medieval...* p. 154-158.

²²¹⁷ GOMES, Saul António - *La formation intellectuelle du clergé séculier...*, p. 119.

²²¹⁸ Justo, bispo de Urgel. Participou em dois concílios hispânicos, o segundo de Toledo e o de Lérida. A sua produção intelectual incluiu uma leitura alegórica do Cântico dos Cânticos, a *Explicatio mystica in Cantica canticorum*, antecedida por duas epístolas e um prólogo, onde denuncia a perseguição dos arianos à Igreja cristã, e um sermão, dedicado às festividades de S. Vicente de Saragoça, empregue na liturgia moçárabe.

indivíduos, mas em termos relativos assume um maior peso o número apurado junto dos crúzios, quando se atenta ao total de autores recenseados em cada casa religiosa. Seis desses nomes aparecem nos dois conjuntos bibliográficos. São eles: os bispos de Sevilha e de Saragoça, o abade de Bierzo, o judeu convertido Pedro Afonso, o dominicano Raimundo de Penhaforte e o decretalista de Silves, João de Deus, único entre os portugueses a acumular menções.

Assuntos

Expondo os códices conimbricenses a um diferente filtro, o das temáticas abordadas, sobressai a pluralidade dos assuntos capazes de suscitar interesse à comunidade regante residente em Sta. Cruz.

Os códices afetos ao mosteiro anteriores ao século XIV incluíram textos sobre um vasto leque de tópicos: desde as artes liberais aos escritos bíblicos, dos documentos pontificais aos comentários escriturísticos, das matérias jurídicas à eclesiologia, da filosofia à hagiografia, da historiografia à homilética, da liturgia à medicina, da disciplina monástica à poesia e à teologia²²¹⁹. Muitos dos textos reunidos correspondem

²²¹⁹ No que se refere à análise temática dos manuscritos é fundamental referir que foram usados no *Catálogo dos códices da livreria de mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra* critérios de classificação de assuntos relativamente afins aos utilizados nos *Índices do Inventário dos códices alcobacenses*, facto a que talvez não seja alheio o envolvimento de Aires de Nascimento em ambos os projectos. Mas essa coincidência não é total, o que pode prejudicar as comparações directas entre os fundos, perturbadas pelo grau de subjectividade presente em classificações codicológicas. Note-se que o primeiro dos catálogos apresenta um maior nível de detalhe do que o segundo, bastante menos fértil em subdivisões. Com a intenção de harmonizar os critérios, sempre que possível, razoável e não lesivo do espírito classificativo adoptado em cada índice, foram tomadas algumas opções tendentes a uma uniformização. Aconteceu assim no caso das obras de “liturgia” dos cónegos regantes, grupo em que se contabilizaram os antifonários, os breviários, os cânticos, os hinos, as litanias, os saltérios e as orações, de acordo com o modelo seguido para a livreria de Alcobaça. Aconteceu o mesmo nas obras de direito canónico e civil, que foram agregadas num único lote temático, mais amplo, o de escritos de “direito”, também em conformidade com o modelo de arrumação proposto para os códices alcobacenses. Algo de semelhante ocorreu no caso dos assuntos atinentes a “ordens monásticas”, série em que se consideraram os costumeiros. Alinhando com outra decisão estabelecida na tipificação dos manuscritos alcobacenses, foi incluído, por opção própria e à revelia dos autores do catálogo de Sta. Cruz de Coimbra, um item designado por “vários”, de forma a incluir algumas das obras crúzias não integráveis nas categorias maiores, evitando assim uma explosão classificativa desnecessária e pouco operativa. Note-se que alguns dos critérios, apesar de não delimitarem realidades exactamente similares, permitem comparações viáveis e oportunas, como acontece com os conceitos aparentados de “espiritualidade” (usado nos escritos de Alcobaça) e “homilética” (observado nos códices conimbricenses). Outras uniformizações desejáveis, tendentes a obter uma maior coerência das categorias temáticas, ficaram por fazer. Impediram-no a subjectividade inerente à tarefa. Por essa razão não existe, por exemplo, para os códices de Coimbra a distinção de “homilética não patrística” prevista em Alcobaça; ou, em sentido inverso, não existe uma entrada de “eclesiologia” no núcleo dos cistercienses igual à que se admitiu para classificar obras em Sta. Cruz de Coimbra.

a obras de pequena dimensão, dos mais variados formatos: cartas, introduções, prefácios, prólogos escriturísticos, sermões, cantigas, opúsculos diversos. Outros escritos, pelo contrário, apresentam uma volumetria muito superior, como as enciclopédias, as sumas e a maioria dos tratados teológicos. Algumas das obras do segundo grupo, dada a sua extensão, ocuparam códices inteiros. De uma forma global, os volumes exprimiram alguma heterogeneidade temática na sua arrumação interna, embora se possa perceber uma tentativa de reunir textos versando assuntos afins, ou seja, houve genericamente uma vontade de sistematização.

Quando se consideram os textos arrumados nos volumes fica-se com um retrato dos assuntos mais relevantes para os cruzios (vid. gráfico 14).

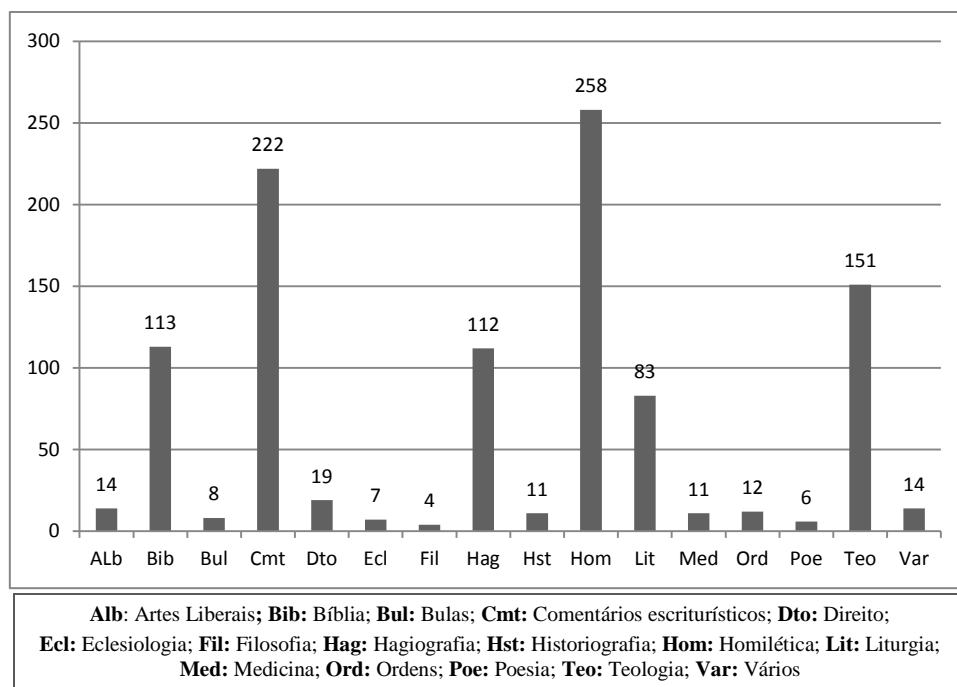


GRÁFICO 14: DISTRIBUIÇÃO DE OBRAS POR ASSUNTOS (SCC)

Fonte: *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do M^o de Sta. Cruz de Coimbra*

Os textos homiléticos foram os mais requisitados pelos monges de Sta. Cruz: totalizam mais de duas centenas e meia de escritos, disseminados por catorze volumes dos 76 sob mira²²²⁰. Colaboraram muitos autores nessa tarefa, a maior parte

²²²⁰ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 1ra-1vb, 1vb-4ra, 4ra-5rb, 5rb-8ra, 8ra-9rb, 9rb-11rb, 11rb-13rb, 14va-17vb, 19ra-21rb, 21rb-22va, 22va-25va, 25va-26va, 26va-28va, 28va-30vb, 30vb-34ra, 34ra-36ra, 36rb-39rb, 40va-41vb, 41vb-43rb, 43rb-45ra, 45ra-45vb, 45vb-47rb, 47rb-51rb, 51rb-52va, 52va-56ra, 56ra-57rb, 57rb-58vb, 58vb-62va, 62vb-63va, 63va-66rb, 66va-71ra, 71ra-72va, 72va-73rb, 73rb-75va, 75va-78ra, 78ra-80ra, 80ra-83rb, 83rb-84rb, 84rb-85rb, 85rb-86vb, 86vb-90rb, 90rb-91va, 91va-91vb, 91vb-92vb, 92vb-94ra, 94ra-94vb, 96ra-99ra, 99ra-100vb, 100vb-103va, 103va-113rb, 113rb-115rb, 115rb-122rb, 122rb-123ra, 123ra-125va, 125va-129va, 129va-130ra, 130ra-133ra, 133ra-135ra, 135ra-137va, 137va-139ra, 139ra-141rb, 141rb-144va, 144va-146ra, 146ra-147rb, 147rb-147vb, 147vb-148vb, 148vb-151vb, 151vb-153ra, 153ra-154ra, 154ra-157ra, 157ra-160vb, 160vb-162va, 162va-164ra,

acumulando-a com o comentário escriturístico, género que a literatura homilética, dada a sua componente interpretativa, também tange. Entre os subscritores de sermões, os contributos mais qualificados e abundantes para a livraria procedem de Aimó de Halberstadt²²²¹, de Bernardo de Claraval²²²² e do venerável Beda²²²³. Os multifacetados Padres Agostinho²²²⁴, Ambrósio de Milão²²²⁵, João Crisóstomo²²²⁶, Orígenes²²²⁷ e

164ra-164va, 164va-166vb, 166vb-168rb, 168rb-169ra, 169ra-171rb, 171rb-173rb, 173rb-174va, 174va-176ra, 176ra-178ra, 178ra-178vb, 178vb-180va, 180va-182ra, 182ra-184ra, 184ra-184vb, 184vb-186vb, 186vb-188va, 188va-190vb, 190vb-191vb, 191vb-194rb, 194rb-197va, 197va-198rb, 198rb-199va, 199va-202va, 202va-203va, 203va-206rb, 206rb-207va, 207va-210ra, 210ra-214ra, 214ra-216ra, 216ra-219va, 219va-222vb, 222vb-225vb, 225vb-226vb, 226vb-231rb, 231rb-232va, 232va-234va, 234va-235va, 235va-237vb, 237vb-239ra, 239ra-240vb, 240vb-241va, 241va-243rb, 243va-244va, 244va-246vb, 246vb-248vb, 248vb-249rb, 249rb-251rb, 251rb-252va, 252va-253rb, 253rb-255vb, 255vb-258va, 258vb-261va, 261va-262vb, 262vb-263rb, 263rb-264vb, 264vb-266rb, 266rb-266vb, 266vb-268vb, 268vb-269vb, 269vb-272ra, 272ra-273ra, 273ra-274rb, 274rb-275rb, 275rb-277rb, 277rb-278rb, 278rb-278vb, 278vb-280va, 280va-281rb, 281rb-282vb, 282vb-283vb, 283vb-285va, 285vb-286ra, 286rb-286vb, 286vb-287rb, 287rb-289ra, 289ra-290va, 290va-291rb, 291rb-295ra, 295ra-296va, 296va-297ra, 297ra-298ra, 298ra-298vb, 298vb-301rb, 301rb-302ra, 307va-310va, 310va-311va, 311va-312ra, 312ra-312vb, 312vb-313rb, 312vb-325ra, 313rb-314vb, 314vb-316ra, 316ra-316va, 316va-317va, 317va-318rb, 318rb-319vb, 319vb-321vb, 325ra-325rb, 325rb-327ra, 327ra-328rb; SCC 5, fl. 1ra-257rb [actual 246rb]; SCC 14, fl. 1r-54ra, 54ra-100ra, 100ra-108va; SCC 15, fl. 63ra-219va; SCC 20, fl. 166ra-167rb; SCC 21, fl. 148vb-153rb; SCC 31, fl. 1rb-2ra, 2ra-3ra, 3ra-5rb, 5rb-7ra, 7ra-26ra, 26ra-27va, 27va-30va, 30vb-31rb, 37ra-66va, 60vb-63ra, 67va-68vb, 68vb-90va, 90vb-91va, 91va-92rb, 92rb-93ra, 93ra-93vb, 93vb-94vb, 94vb-95vb, 95vb-96rb, 96rb-97va, 98vb-99ra, 99v; SCC 33, fl. 1r-12ra, 12ra-27va, 27va-35ra, 35ra-36ra, 36ra-41ra, 41ra-46vb, 46vb-47va, 47va-51rb, 51rb-53vb, 53vb-56rb, 56ra-59ra, 59ra-65va, 65va-99vb, 99vb-102va, 102va-104v, 109ra-118vb, 118vb-121vb, 121vb-122rb, 122rb-134rb, 134rb-139va, 139va-142rb, 142rb-vb, 142vb-147ra, 147ra-148rb, 148rb-150vb, 150vb-151vb, 151vb-155ra, 155ra-166rb, 166rb-170vb, 170vb-175va, 175va-177ra, 177rb-180ra, 180ra-194ra, 194ra-196va, 197rb-205ra, 205rb-210ra, 210ra-211va, 211va-212vb, 212vb-217ra, 217ra-219va, 219va-227vb; SCC 35, fl. 58v-159v; SCC 44, fl. 1ra-145vb; SCC 46, fl. 1r-149va; SCC 54, fl. 63r-78v; SCC 61, fl. 224rb-233ra; SCC 69, fl. 252v-253r, 253r-254r, 268r-268v.

²²²¹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 1vb-4ra, 5rb-8ra, 9rb-11rb, 22va-25va, 26va-28va, 30vb-34ra, 36rb-39rb, 40va-41vb, 41vb-43rb, 47rb-51rb, 52va-56ra, 58vb-62va, 66va-71ra, 71ra-72va, 73rb-75va, 80ra-83rb, 83rb-84rb, 84rb-85rb, 86vb-90rb, 125va-129va, 130ra-133ra, 135ra-137va, 139ra-141rb, 144va-146ra, 147vb-148vb, 151vb-153ra, 157ra-160vb, 164va-166vb, 169ra-171rb, 174va-176ra, 178vb-180va, 182ra-184ra, 184vb-186vb, 191vb-194rb, 198rb-199va, 207va-210ra, 216ra-219va, 222vb-225vb, 232va-234va, 235va-237vb, 239ra-240vb, 241va-243rb, 244va-246vb, 249rb-251rb, 253rb-255vb, 258vb-261va, 263rb-264vb, 266vb-268vb, 269vb-272ra, 275rb-277rb, 278vb-280va, 281rb-282vb, 283vb-285va, 286vb-287rb, 291rb-295ra, 298vb-301rb, 307va-310va, 312ra-312vb, 313rb-314vb, 316va-317va, 318rb-319vb.

²²²² Vid. Anexos, quadro 21, SCC 33, fl. 1r-12ra, 12ra-27va, 27va-35ra, 35ra-36ra, 36ra-41ra, 41ra-46vb, 46vb-47va, 47va-51rb, 51rb-53vb, 53vb-56rb, 56ra-59ra, 59ra-65va, 65va-99vb, 99vb-102va, 102va-104v, 109ra-118vb, 118vb-121vb, 121vb-122rb, 122rb-134rb, 134rb-139va, 139va-142rb, 142rb-142vb, 142vb-147ra, 147ra-148rb, 148rb-150vb, 150vb-151vb, 151vb-155ra, 155ra-166rb, 166rb-170vb, 170vb-175va, 175va-177ra, 177rb-180ra, 180ra-194ra, 194ra-196va, 197rb-205ra, 205rb-210ra, 210ra-211va, 211va-212vb, 212vb-217ra, 217ra-219va, 219va-227vb.

²²²³ Vid. Anexos, quadro 21, fl. 11rb-13rb, 21rb-22va, 25va-26va, 28va-30vb, 39vb-40va, 56ra-57rb, 78ra-80ra, 85rb-86vb, 90rb-91va, 96ra-99ra, 99ra-100vb, 166vb-168rb, 171rb-173rb, 176ra-178ra, 180va-182ra, 184ra-184vb, 194rb-197va, 199va-202va, 214ra-216ra, 225vb-226vb, 231rb-232va, 234va-235va, 237vb-239ra, 243va-244va, 252va-253rb, 262vb-263rb, 264vb-266rb, 268vb-269vb, 274rb-275rb, 277rb-278rb, 280va-281rb, 282vb-283vb, 285vb-286ra, 289ra-290va, 290va-291rb, 298ra-298vb, 301rb-302ra, 311va-312ra, 312vb-325ra, 314vb-316ra, 319vb-321vb, 325ra-325rb, 327ra-328rb.

²²²⁴ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 43rb-45ra, 45ra-45vb, 75va-78ra, 91va-91vb, 91vb-92vb, 186vb-188va, 273ra-274rb, 278rb-278vb, 289ra-290va; SCC 31, fl. 37ra-66va, 67va-68vb, 68vb-90va, 94vb-95vb 98vb-99ra.

Jerónimo²²²⁸ também surgem com prédicas de sua autoria, à semelhança do que acontece com os papas Gregório Magno²²²⁹, Leão Magno²²³⁰ e Inocêncio III²²³¹. Além deles, várias outras individualidades se ligaram com o género, ora compondo sermões individuais; ora elaborando homiliários, ou seja compilações de homilias, como a realizada por Eusébio Galicano, uma coleção de 76 sermões, de variada autoria, que dispôs de grande popularidade durante a alta Idade Média, usada no contexto de grandes festividades religiosas, recobrando um leque alargado de situações, e pensada de forma a reforçar a ligação entre a Igreja e a comunidade de fiéis²²³².

Alguns dos homiliastas com obras em Sta. Cruz de Coimbra foram verdadeiros especialistas na arte predicatória, rótulo que se lhes aplica em razão da qualidade dos sermões deixados ou da dedicação exclusiva votada a esse tipo de textos. Numa ou noutra aceção, em qualquer caso especializados no tema, notabilizaram-se os carolíngios Rábano Mauro²²³³ e Aimo de Halberstadt²²³⁴, assim como os santos Cromácio de Aquileia²²³⁵, Máximo de Turim²²³⁶ e Cesário de Arles²²³⁷. Uma presença menos significativa no armário, em termos da produção de textos do género, teve o eremita Macário do Egito²²³⁸, o patrício romano Magno Aurélio Cassiodoro²²³⁹, Hugo

²²²⁵ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 13rb-14va.

²²²⁶ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 100vb-103va; SCC 15, fl. 63ra-219va.

²²²⁷ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 14, fl. 1r-54ra, 54ra-100ra, 100ra-108va.

²²²⁸ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 34ra-36ra, 72va-73rb, 103va-113rb, 122rb-123ra, 251rb-252va, 289ra-290va, 296va-297ra, 312vb-313rb, 316ra-316va, 317va-318rb; SCC 31, fl. 93vb-94vb.

²²²⁹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 4ra-5rb, 8ra-9rb, 14va-17vb, 17vb-19ra, 45vb-47rb, 51rb-52va, 57rb-58vb, 62vb-63va, 63va-66rb, 92vb-94ra, 94ra-94vb, 123ra-125va, 129va-130ra, 137va-139ra, 141rb-144va, 148vb-151vb, 154ra-157ra, 162va-164ra, 188va-190vb, 203va-206rb, 210ra-214ra, 219va-222vb, 226vb-231rb, 255vb-258va, 261va-262vb, 287rb-289ra, 310va-311va; SCC 44, fl. 1ra-145vb; SCC 69, fl. 252v-253r, 253r-254r, 268r-268v.

²²³⁰ Vid. Anexos, quadro 21, fl. 286rb-286vb.

²²³¹ Vid. Anexos, quadro 21, fl. 1r-149va.

²²³² Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 325rb-327ra.

²²³³ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 133ra-135ra, 146ra-147rb, 147rb-147vb, 153ra-154ra, 160vb-162va, 164ra-164va, 168rb-169ra, 173rb-174va, 178ra-178vb, 190vb-191vb, 197va-198rb, 202va-203va, 206rb-207va, 240vb-241va, 248vb-249rb, 266rb-266vb, 272ra-273ra.

²²³⁴ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 1vb-4ra, 5rb-8ra, 9rb-11rb, 19ra-21rb, 22va-25va, 26va-28va, 30vb-34ra, 36rb-39rb, 40va-41vb, 47rb-51rb, 52va-56ra, 58vb-62va, 66va-71ra, 71ra-72va, 73rb-75va, 80ra-83rb, 83rb-84rb, 84rb-85rb, 86vb-90rb, 125va-129va, 130ra-133ra, 135ra-137va, 139ra-141rb, 144va-146ra, 147vb-148vb, 151vb-153ra, 157ra-160vb, 164va-166vb, 169ra-171rb, 174va-176ra, 178vb-180va, 182ra-184ra, 184vb-186vb, 191vb-194rb, 198rb-199va, 207va-210ra, 216ra-219va, 222vb-225vb, 232va-234va, 235va-237vb, 239ra-240vb, 241va-243rb, 244va-246vb, 249rb-251rb, 253rb-255vb, 258vb-261va, 263rb-264vb, 266vb-268vb, 269vb-272ra, 275rb-277rb, 278vb-280va, 281rb-282vb, 283vb-285va, 286vb-287rb, 291rb-295ra, 298vb-301rb, 307va-310va, 312ra-312vb, 313rb-314vb, 316va-317va, 318rb-319vb.

²²³⁵ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 31, fl. 2ra-3ra, 95vb-96rb.

²²³⁶ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 31, fl. 1rb-2ra, 91va-92rb.

²²³⁷ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 31, fl. 3ra-5rb, 7ra-26ra, 90vb-91va, 92rb-93ra, 96rb-97va.

²²³⁸ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 31, fl. 27va-30va.

de S. Vitor²²⁴⁰, Odo de Cluny²²⁴¹, Cristiano de Stavelot²²⁴², Fulgêncio de Ruspe²²⁴³, Pedro Crisólogo²²⁴⁴, Aimo de Auxerre²²⁴⁵, Fulberto de Chartres²²⁴⁶ e mestre Hugo²²⁴⁷. Enfim, há ainda notícias de alguns sermões anônimos, mas com pouca expressão no conjunto, às quais se podem juntar os casos, também eles muito residuais, de pseudoautorias, associadas a nomes grandes da Igreja como Agostinho, João Crisóstomo e Orígenes²²⁴⁸.

Os sermões, para além da sua primeira e fundamental valência como forma de exortação e comunicação pastoral às massas, eram intrinsecamente um meio, um método pedagógico, assim como uma técnica escolar, pelo que a sua valorização no contexto do espólio bibliográfico dos regulares deve também ser feita também a partir da dimensão formativa de que dispunham²²⁴⁹. Torna-se fácil de compreender, nesse pressuposto, a apetência dos cônegos regulares por sermonários e homiliários, na medida em que foram ativos pregadores e grandes estudiosos.

Seguem-se na lista dos temas mais incidentes nas obras mantidas pelo mosteiro os comentários às *Escrituras*. A literatura exegética marcou presença em dezoito dos volumes referenciados, para um total de 228 textos²²⁵⁰. Foi o produto de 27

²²³⁹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 113rb-115rb.

²²⁴⁰ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 35, fl. 58v-159v.

²²⁴¹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 20, fl. 166ra-167rb.

²²⁴² Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 1ra-1vb.

²²⁴³ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 31, fl. 26ra-27va.

²²⁴⁴ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 297ra-298ra.

²²⁴⁵ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 41vb-43rb.

²²⁴⁶ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 21, fl. 148vb-153rb.

²²⁴⁷ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 61, fl. 224rb-233ra.

²²⁴⁸ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 115rb-122rb, 246vb-248vb, 295ra-296va,

²²⁴⁹ CAEIRO, Francisco da Gama - *Santo António de Lisboa. Vol. I...*, p. 184-185.

²²⁵⁰ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 1ra-1vb, 1vb-4ra, 4ra-5rb, 5rb-8ra, 8ra-9rb, 9rb-11rb, 11rb-13rb, 14va-17vb, 21rb-22va, 22va-25va, 25va-26va, 26va-28va, 34ra-36ra, 36rb-39rb, 39vb-40va, 40va-41vb, 45vb-47rb, 47rb-51rb, 51rb-52va, 52va-56ra, 56ra-57rb, 57rb-58vb, 58vb-62va, 62vb-63va, 63va-66rb, 66va-71ra, 71ra-72va, 72va-73rb, 73rb-75va, 78ra-80ra, 80ra-83rb, 83rb-84rb, 84rb-85rb, 85rb-86vb, 86vb-90rb, 90rb-91va, 91va-91vb, 91vb-92vb, 92vb-94ra, 94ra-94vb, 96ra-99ra, 99ra-100vb, 100vb-103va, 103va-113rb, 113rb-115rb, 115rb-122rb, 122rb-123ra, 123ra-125va, 125va-129va, 129va-130ra, 130ra-133ra, 133ra-135ra, 135ra-137va, 137va-139ra, 139ra-141rb, 141rb-144va, 144va-146ra, 146ra-147rb, 147rb-147vb, 147vb-148vb, 148vb-151vb, 151vb-153ra, 153ra-154ra, 154ra-157ra, 157ra-160vb, 160vb-162va, 162va-164ra, 164ra-164va, 164va-166vb, 166vb-168rb, 168rb-169ra, 169ra-171rb, 171rb-173rb, 173rb-174va, 174va-176ra, 176ra-178ra, 178ra-178vb, 178vb-180va, 180va-182ra, 182ra-184ra, 184ra-184vb, 184ra-184vb, 184vb-186vb, 186vb-188va, 188va-190vb, 190vb-191vb, 191vb-194rb, 194rb-197va, 197va-198rb, 198rb-199va, 199va-202va, 202va-203va, 203va-206rb, 206rb-207va, 207va-210ra, 210ra-214ra, 214ra-216ra, 216ra-219va, 219va-222vb, 222vb-225vb, 225vb-226vb, 226vb-231rb, 231rb-232va, 232va-234va, 234va-235va, 235va-237vb, 237vb-239ra, 239ra-240vb, 240vb-241va, 241va-243rb, 243va-244va, 244va-246vb, 246vb-248vb, 248vb-249rb, 249rb-251rb, 251rb-252va, 252va-253rb, 253rb-255vb, 255vb-258va, 258vb-261va, 261va-262vb, 262vb-263rb, 262vb-263rb, 263rb-264vb, 264vb-266rb, 266rb-266vb, 266vb-268vb, 268vb-269vb, 269vb-272ra, 272ra-273ra, 274rb-275rb, 275rb-

hermeneutas, nos quais se incluem três pseudoautógrafos: Pseudo Orígenes²²⁵¹, Pseudo Agostinho²²⁵² e Pseudo Crisóstomo²²⁵³. Há ainda um pequeno leque de textos de redação anónima²²⁵⁴. A maioria dos comentadores procedeu de cronologias cujas balizas se podem fixar nos séculos IV e IX, repartidos essencialmente pelo movimento ocidental da Patrística e pelo renascimento carolíngio. No seu conjunto ocuparam-se de ambos os testamentos, dedicando atenção em particular à glosa dos livros históricos, didáticos e proféticos, assim como aos *Evangelhos* e às *Epístolas Paulinas*. A aptidão exegética foi reconhecida pelos monges conimbricenses sobretudo a Jerónimo²²⁵⁵, a Gregório Magno²²⁵⁶, a Beda²²⁵⁷, a Aimó de Halberstadt²²⁵⁸ e a Rábano Mauro²²⁵⁹, visto

277rb, 277rb-278rb, 278vb-280va, 280va-281rb, 281rb-282vb, 282vb-283vb, 283vb-285va, 285vb-286ra, 287rb-289ra, 289ra-290va, 290va-291rb, 291rb-295ra, 295ra-296va, 296va-297ra, 298ra-298vb, 298ra-298vb, 298vb-301rb, 301rb-302ra, 307va-310va, 310va-311va, 311va-312ra, 312ra-312vb, 312vb-313rb, 312vb-325, 313rb-314vb, 314vb-316ra, 316ra-316va, 316va-317va, 317va-318rb, 318rb-319vb, 319vb-321vb, 325ra-325rb, 325rb-327ra, 327ra-328rb; SCC 7, fl. 1r-220ra; SCC 8, fl. 155rb-177rb; SCC 11, fl. 1ra-188rb; SCC 12, fl. 1ra-46va, 46va-81rb, 81rb-113va, 140rb-158rb, 158rb-168rb, 168rb-173vb, 173vb-204ra, 204ra-219rb, 219rb-223ra, 223ra-223rb; SCC 13, fl. 1ra-201ra; SCC 14, fl. 1r-54ra, 54ra-100ra, 100ra-108va, 109ra-153ra, Dis. Memb., guardas; SCC 15, fl. 1va-63ra, 63ra-219va, 219va-221vb; SCC 31, fl. 5rb-7ra; SCC 35, fl. 1r-58r, 58v-159v; SCC 44, fl. 1ra-145vb; SCC 47, fl. 1r-59ra, 59ra-69rb, 69rb-89vb, 89vb-92vb, 92vb-103ra, 103ra-128rb, 128rb-132va, 132va-137va, 137va-157ra, 157ra-157va, 160ra-165vb, 167r; SCC 50, fl. 1ra-172rb; SCC 51, fl. 1r-136v; SCC 58, fl. 69rb-80vb, 81ra-121vb, 133va-135vb, Dis. Memb. A, I-IV; SCC 61, fl. 1ra-224rb, 224rb-233ra; SCC 63, fl. 1ra-209vb, 160v-1r, 252v-253r, 253r-254r, 268r-268v.

²²⁵¹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 246vb-248vb.

²²⁵² Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 115rb-122rb.

²²⁵³ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 295ra-296va.

²²⁵⁴ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 14, Dis. Memb., guardas; SCC 31, fl. 5rb-7ra; SCC 47, fl. 167r; SCC 58, Dis. Memb. A, I-IV

²²⁵⁵ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 34ra-36ra, 72va-73rb, 103va-113rb, 122rb-123ra, 251rb-252va, 289ra-290va, 296va-297ra, 312vb-313rb, 316ra-316va, 317va-318rb; SCC 8, fl. 155rb-177rb; SCC 14, fl. 109ra-153ra; SCC 47, fl. 1r-59ra, 59ra-69rb.

²²⁵⁶ Vid. Anexos, quadro 21, 4ra-5rb, 8ra-9rb, 14va-17vb, 17vb-19ra, 45vb-47rb, 51rb-52va, 57rb-58vb, 62vb-63va, 63va-66rb, 92vb-94ra, 94ra-94vb, 123ra-125va, 129va-130ra, 137va-139ra, 141rb-144va, 148vb-151vb, 154ra-157ra, 162va-164ra, 188va-190vb, 203va-206rb, 210ra-214ra, 219va-222vb, 226vb-231rb, 255vb-258va, 261va-262vb, 287rb-289ra, 310va-311va; SCC 44, fl. 1ra-145vb; SCC 69, fl. 252v-253r, 253r-254r, 268r-268v.

²²⁵⁷ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 11rb-13rb, 21rb-22va, 25va-26va, 28va-30vb, 39vb-40va, 56ra-57rb, 78ra-80ra, 85rb-86vb, 90rb-91va, 96ra-99ra, 99ra-100vb, 166vb-168rb, 171rb-173rb, 176ra-178ra, 180va-182ra, 184ra-184vb, 194rb-197va, 199va-202va, 214ra-216ra, 225vb-226vb, 231rb-232va, 234va-235va, 237vb-239ra, 237vb-239ra, 252va-253rb, 262vb-263rb, 264vb-266rb, 268vb-269vb, 274rb-275rb, 277rb-278rb, 280va-281rb, 282vb-283vb, 285vb-286ra, 289ra-290va, 290va-291rb, 298ra-298vb, 301rb-302ra, 311va-312ra, 312vb-325ra, 314vb-316ra, 319vb-321vb, 325ra-325rb, 327ra-328rb.

²²⁵⁸ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 1vb-4ra, 5rb-8ra, 9rb-11rb, 19ra-21rb, 22va-25va, 26va-28va, 30vb-34ra, 36rb-39rb, 40va-41vb, 47rb-51rb, 52va-56ra, 58vb-62va, 66va-71ra, 71ra-72va, 73rb-75va, 80ra-83rb, 83rb-84rb, 84rb-85rb, 86vb-90rb, 125va-129va, 130ra-133ra, 135ra-137va, 139ra-141rb, 144va-146ra, 147vb-148vb, 151vb-153ra, 157ra-160vb, 164va-166vb, 169ra-171rb, 174va-176ra, 178vb-180va, 182ra-184ra, 184vb-186vb, 191vb-194rb, 198rb-199va, 207va-210ra, 216ra-219va, 222vb-225vb, 232va-234va, 235va-237vb, 239ra-240vb, 241va-243rb, 244va-246vb, 249rb-251rb, 253rb-255vb, 258vb-261va, 263rb-264vb, 266vb-268vb, 269vb-272ra, 275rb-277rb, 278vb-280va, 281rb-282vb, 283vb-285va, 291rb-295ra, 298vb-301rb, 307va-310va, 312ra-312vb, 313rb-314vb, 316va-317va, 318rb-319vb; SCC 69, fl. 1ra-209vb.

que foram aqueles que mais visitaram as estantes crúzias na qualidade específica de glosadores bíblicos. Há a curiosidade de um comentário ao *Pentateuco*, redigido em hebraico e atribuído a Abraão Ibn Ezra, um rabi nascido em Toledo, e um dos líderes do movimento exegético que vingou no século XII²²⁶⁰. Em geral, os nomes envolvidos na produção de comentários escriturísticos mostraram grandes pontos de contato com os que se evidenciaram na literatura homilética, o que não causa surpresas, pois os sermões serviam-se precisamente das *Escrituras* como fontes.

As obras de teologia compareceram em terceiro lugar entre as mais solicitadas no fundo na época considerada. São 151 textos, visíveis em 24 códices²²⁶¹. Em número de autores, os teólogos superaram as três dezenas, sendo que a eles se devem juntar ainda alguns escritores anônimos. Dos nomes maiores reunidos em Sta. Cruz, muito poucos faltaram à reflexão teológica. Exploraram tópicos muito diversos: o pecado e as virtudes, a Predestinação, a natureza de Deus, do homem e dos anjos; os princípios da fé, a natureza de certos mistérios dogmáticos, como a Trindade e a Imaculada Conceção, a prática sacramental e os atos penitenciais; mas também as heresias.

Pelo valor das teses afirmadas, pela importância da mão que cunhou as obras ou pela divulgação alcançada, alguns dos escritos teológicos conservados merecem alusões especiais. Vale a pena destacar, entre os textos redigidos por homens da Patrística: o *De*

²²⁵⁹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 133ra-135ra, 146ra-147rb, 153ra-154ra, 160vb-162va, 164ra-164va, 168rb-169ra, 173rb-174va, 178ra-178vb, 190vb-191vb, 197va-198rb, 202va-203va, 206rb-207va, 240vb-241va, 248vb-249rb, 266rb-266vb, 272ra-273ra; SCC 11, fl. 1ra-188rb.

²²⁶⁰ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 63, fl. 160v-1r.

²²⁶¹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 9, fl. 1ra-13ra, lac 1r-5v, 13ra-67ra, 67ra-60rb, 68ra-90vb, 91ra-91va, 91va-92va, 93ra-98va, 93ra-98va, 98va-99vb, 99vb-100ra, 100ra-100va, 100va-b, 100vb-101rb, 101rb, 101rb-vb, 101vb-102ra, 102ra, 102ra-104va, 104va-b, 104vb-107ra, 107ra-107rb, 107rb-109ra, 109rb-va, 109vb, 109vb-110ra, 110ra-b, 110rb-114vb, 114vb-115rb, 115rb-116va, 116va-b, 117ra-120vb, 120vb-128ra, 128ra-131ra, 131ra-137vb, 137vb-144ra, 144rb-147va, 147va-169ra, 169ra-177vb, Dis. Memb., II r; SCC 13, fl. IIva-vc; SCC 16, fl. 1ra-158rb; SCC 17, fl. 1ra-185rb; SCC 20, fl. Dis. Memb.; SCC 21, fl. 19ra-33va, 33va-62ra, 148vb-153rb, 153rb-168va, 168va-173ra, 173ra-184ra; SCC 30, fl. 1va-2ra, 1va-113vb, 113vb-138va, 139ra-140ra, Dis. Memb.; SCC 31, fl. 1rb-2ra, 2ra-3ra, 3ra-5rb, 5rb-7ra, 7ra-26ra, 26ra-27va, 27va-30va, 30vb-31rb, 31rb-31va, 37ra-66va, 67va-68vb, 67va-68vb, 68vb-90va, 90vb-91va, 91va-92rb, 92rb-93ra, 93ra-93vb, 93vb-94vb, 94vb-95vb, 95vb-96rb, 96rb-97va, 98vb-99ra; SCC 32, fl. 1ra-32rb, 33ra-55va, 68ra-120va, 125rb-126va; SCC 33, fl. 1r-12ra, 12ra-27va, 27va-35ra, 35ra-36ra, 36ra-41ra, 41ra-46vb, 46vb-47va, 47va-51rb, 51rb-53vb, 53vb-56rb, 56ra-59ra, 59ra-65va, 65va-99vb, 99vb-102va, 102va-104v, 109ra-118vb, 121vb-122rb, 122rb-134rb, 134rb-139va, 139va-142rb, 142vb-147ra, 148rb-150vb, 150vb-151vb, 151vb-155ra, 155ra-166rb, 166rb-170vb, 170vb-175va, 175va-177ra, 177rb-180ra, 177rb-180ra, 180ra-194ra, 194ra-196va, 196va-197rb, 197rb-205ra, 205rb-210ra, 210ra-211va, 211va-212vb, 212vb-217ra, 217ra-219va, 219va-227vb; SCC 34, 1r-73r, 73v-88v, 89r-110v; SCC 43, fl. 1ra-141rb, 141rb-235va; SCC 47, fl. 1r-59ra, 59ra-69rb, 137va-157ra, 157ra-157va, 160ra-165vb; SCC 48, fl. 1ra-113rb, 113rb-139rb; SCC 50, fl. 172rb-172vb; SCC 51, fl. 137r-137v; SCC 54, fl. 62r-62v; SCC 56, fl. 1r-49r; SCC 58, fl. 81ra-121vb, 122ra-133rb, 133va; SCC 68, fl. 149v, 152r, 152v; SCC 69, fl. 250r-250v, 267r-267v; SCC 73, fl. 1r-165v; SCC 79, fl. 87, 88r-89r; SCC 80, fl. 1r-98v, 99r-115r, 115r-127v.

paenitentia, de Ambrósio de Milão, versando os pecados e as suas formas de remissão²²⁶²; o *De doctrina Christiana*, de Agostinho, dedicado à interpretação dos testamentos e à formação moral dos cristãos²²⁶³; o *Dialogi contra Pelagianos libri III*, de Jerónimo de Estridão, em prol da ortodoxia cristã²²⁶⁴; a obra magna de Eusébio de Cesareia, intitulada *Historia ecclesiastica*, um decálogo em que narrou os principais acontecimentos ocorridos desde o princípio dos tempos, numa perspetiva sagrada, o que a mostra em simultâneo como obra teológica e como obra historiográfica²²⁶⁵; e os *Dialogorum libri IV*, de Gregório Magno, uma compilação de hagiografias, com ressonâncias teológicas²²⁶⁶. Também merecedores de nota são três dos trabalhos realizados pelo bispo Isidoro de Sevilha: o *Etymologiarum sive Originum libri XX*, um tratado enciclopédico, usado como manual de ensino; o *De fide catholica contra Iudaeos*, trabalho em que fez a apologia do catolicismo contra o judaísmo; e o *Sententiarum libri III siue De summo bono*, uma espécie de guia espiritual para orientar a vida dos crentes²²⁶⁷.

Aos trabalhos dos teólogos e pensadores anteriores devem juntar-se, pela sua relevância doutrinal, alguns manuscritos produzidos pelos grandes místicos do século XII, Bernardo de Claraval e os vitorinos Hugo e Ricardo. Do cisterciense são particularmente interessantes, entre os muitos sermões da sua autoria alojados no claustro de Coimbra, aqueles em que se ocupou da Virgem para expor o dogma da Imaculada Conceção²²⁶⁸. Da lavra de Hugo de S. Vítor, o destaque vai para dois escritos em particular: o *De arrha animae*, um tratado filosófico sobre a alma, e o *De sacramentis christianae fidei*. Também ele se interessou pela figura da Virgem e pelo seu significado teológico²²⁶⁹. Quanto ao *De patriarchis seu Benjamin minor*, escrito por Ricardo de S. Vítor, consistiu, por sua vez, num exercício sistemático de interpretação alegórica, guiado pelo objetivo de extrair leituras morais das passagens contidas nos livros sagrados²²⁷⁰.

²²⁶² Vid. Anexos, quadro 21, SCC 58, fl. 122ra-133rb.

²²⁶³ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 9, fl. 144rb-147va.

²²⁶⁴ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 9, fl. 100vb-101rb.

²²⁶⁵ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 9, fl. 99vb-100ra; SCC 30, fl. 1va-113vb.

²²⁶⁶ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 73, fl. 1r-165v.

²²⁶⁷ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 17, fl. 1ra-185rb; SCC 30, fl. 113vb-138va; SCC 48, fl. 1ra-113rb

²²⁶⁸ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 33, fl. 53vb-56rb, 155ra-166rb, 166rb-170vb, 170vb-175va.

²²⁶⁹ Vid. Anexos, quadro 21, fl. SCC 16, 1ra-158rb; SCC 20, Dis. Memb.

²²⁷⁰ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 32, fl. 1ra-32rb.

Não devem, em todo o caso, passar sem uma palavra neste elenco necessariamente lacônico, o *De uirginitate perpetua Beatae Mariae*, de Ildefonso de Toledo, uma exposição das posições defendidas pelos teólogos dos tempos iniciais da Igreja, ainda sobre o tema da mãe de Cristo²²⁷¹, e o *Liber scintillarum*, um sentenciário deixado por um relativamente obscuro Defensor de Ligugé contendo paráfrases dos dois Testamentos e de textos patrísticos²²⁷². Do mesmo modo se justifica uma menção às *Conlationes*, elaboradas por João Cassiano, consagradas à vida espiritual, à ascese e à argumentação teológica, de que houve no mínimo duas cópias entre os crúzios²²⁷³.

Ainda de um ponto de vista doutrinário, foi grande a quantidade de livros noticiada no inventário que visaram a controvérsia religiosa, polemizando em favor da ortodoxia católica contra o judaísmo, contra a semi-heresia do origenismo e contra os desvios do pelagianismo, do maniqueísmo, do priscilianismo e do donatismo. Tal foi feito, sobretudo pela mão de Jerónimo, mas também se evidenciam os contributos dados por homens como o monge beneditino Gilberto Crispino, da abadia de Bec, autor de uma *Disputatio Judaei cum Christiano*²²⁷⁴, ou o judeu hispânico converso Pedro Afonso, a quem se deve um *Dialogum contra Iudeos*²²⁷⁵.

Intimamente ligados aos escritos teológicos estiveram os livros bíblicos em que se apoiavam aqueles. Perfizeram 113 textos, ao todo, mas convergiram em apenas onze volumes²²⁷⁶. Neste particular, o inventário mostra uma versão completa do *Antigo Testamento*, na edição *Vulgata* de Jerónimo, com a característica de todos os livros

²²⁷¹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 21, fl. 33va-62ra.

²²⁷² Vid. Anexos, quadro 21, SCC 80, fl. 1r-98v.

²²⁷³ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 30, fl. 139ra-140ra; SCC 43, fl. 1ra-141rb.

²²⁷⁴ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 34, fl. 73v-88v.

²²⁷⁵ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 34, fl. 1r-73r.

²²⁷⁶ Vid. Anexos, quadro 21, 21rb-36vc, 36vc-47vc, 47vc-63ra, lac. 48-55, 63ra-77ra, 77ra-rc, 77ra-86rb, 95vb-97ra, 97rb-vc, 97ra-110vb, 110vb-120vb, 120vb-132va, 132va-143rc, 143rc-vb, 143rc-160ra, 160rb, 160rb-181vb, 181vb-183va, 183va-b, 183va-202ra, 202ra-204va, 204va-205va, 205va-207va, 207va-c, 207vc-208va, 208va-209va, 209vc-210va, 210va-211rc, 211rc-212ra, 212rb-212vb, 212vb-215va, 215va-216rc, 216rc-226rb, 216vb-217rb, 226rc-va, 226rb-247vb, 247vb, 247vc-248ra, 247vc-255vc, 256ra-258vb, 258vc-250rb, 260va-261ra, 260rb-268vb, 268vb-269ra, 268vb-292va, 292ra-va, 291vb-310ra, 301ra-305vb, 305vb-311va, 311va-328rc, 328rc-334ra, 334ra-338rb, 338rb-361va, 362r-365r, Iv-Iva, Iv-21ra; SCC 2, fl. 1ra-1va, 1ra-42va, 42va-43ra, 42va-96va, 96vb-100vb, 100vb-101ra, 100vb-145vb, 145vb-165vb, 147va-165vb, 166ra-166ra, 166ra-166va, 166ra-172rb, 172va-172vb, 172vb-175ra, 175rb-175va, 175rb-180rb, 180rb-180vv, 180rb-181va, 181va-181vb, 181va-183va, 183va-183vb, 183va-187rb, 187rb-187vb, 187rb-189va, 189va-190vb, 189va-192va, 192va-193rb, 192va-195ra, 195ra-195rb, 195ra-197ra, 197ra-197va, 197ra-204vb, 204vb-205ra, 204vb-207ra, 207va-208ra, 207vb-208va, Dis. Memb., I; SCC 3, fl. 1r-2va, 2va-49ra, 49rb-87va, 87va-113vb, 114ra-150vb, 150vb-185va, 185ra-207, 185ra-207va, 207va-229va, 229va-232vb; SCC 10, fl. 1ra-291rb; SCC 24, fl. 1r-157r; SCC 26, fl. 7v-146r; SCC 27, fl. 16r-205v; SCC 62, fl. 1r-36v, 150v-151v; SCC 68, fl. 150v; SCC 70, fl. 8r-231v; SCC 78, fl. 1-154v, 171r.

bíblicos estarem interpolados por prólogos, elaborados pelo próprio autor da tradução latina²²⁷⁷.

No grupo dos escritos bíblicos figurariam nas estantes da livraria em lugar de destaque os salmos, em número relativamente apreciável e que tanto aparecem no armário isoladamente, como acompanhados por peças litúrgicas, como ainda emparelhados com a *Septuaginta*, a tradução para grego do Antigo Testamento. De forma ainda mais recorrente do que os sermões, os livros de salmos, genericamente designados por saltérios, foram usados no ensino medieval. Como se esclareceu oportunamente, o seu emprego fazia-se ao nível da escolaridade mais básica, para possibilitar a aprendizagem das primeiras letras²²⁷⁸. Tal parece ter sido o protótipo seguido no mosteiro crúzio, com os mestres-escola a recorrerem às virtudes pedagógicas oferecidas pelos salmos para conseguirem que os alunos aos seus cuidados se iniciassem na leitura, permitindo a estes, ao mesmo tempo, entrar em contacto com os textos sagrados, e ainda proceder à respetiva memorização, o que se revestia de grande interesse, pois dessa maneira eram adestrados para celebrar os ofícios religiosos.

Para além do exemplar veterotestamentário latino, do conjunto de salmos e das versões da *Septuaginta* adossadas a alguns deles, o lote de livros bíblicos incluiu ainda duas cópias incompletas do primeiro dos testamentos: uma contendo os *Livros Proféticos*²²⁷⁹; a outra contemplando uma larga secção, desde o livro do *Génese* até ao de *Rute*²²⁸⁰. Não está anotada nenhuma versão integral do *Novo Testamento* entre os textos albergados no fundo, apesar de serem identificáveis comentários, homilias e sermões avulsos dedicados aos vários *Evangelhos* e a algumas das suas *Epístolas*. De todos os livros que constituem o cânone medieval do *Novo Testamento* somente sobreviveu em Sta. Cruz uma cópia do *Evangelho segundo S. João*, e mesmo essa chegou incompleta²²⁸¹. As omissões ficam-se a dever, sem dúvida, a fenómenos de erosão bibliográfica, por ser de todo inadmissível supor a inexistência de versões do *Novo Testamento* no armário conventual. A lacuna seria tanto mais incompreensível quando se sabe que o ideal perfilhado pelos monges agostinianos assentava na proposta apostólica, baseado no companheirismo e nos valores éticos dos discípulos de Cristo,

²²⁷⁷ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 1.

²²⁷⁸ CAEIRO, Francisco da Gama - As escolas capitulares..., p. 43-44.

²²⁷⁹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 2, fl. 1ra-1va – 204vb-207ra;

²²⁸⁰ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 3, fl. 1r-2va, 2va-49ra, 49rb-87va, 87va-113vb, 114ra-150vb, 150vb-185va, 185ra-207, 185ra-207va.

²²⁸¹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 68, fl. 150v- 150v...

precisamente o estilo de vida que no interior da canónica se procurava imitar e revivificar²²⁸².

Para fechar a questão relacionada com as peças bíblicas, recorrendo ao catálogo bibliográfico conhecido para S. Vicente de Fora com o fim de tipificar padrões, sobressaem comportamentos bibliográficos afins para os dois mosteiros nessa matéria: o interesse pela *Bíblia*²²⁸³, conjugado com a posse de numerosos saltérios²²⁸⁴. Para além dessas peças indispensáveis em qualquer armário religioso medieval, pouco importando a sua dimensão ou projeção, há ainda a notícia de certas passagens bíblicas em concreto conhecidas pela comunidade vicentina, nomeadamente um excerto do *Livro de Isaías*, do primeiro dos testamentos²²⁸⁵, e uma versão integral das *Epístolas Paulinas*, do segundo, acompanhada por duas glosas²²⁸⁶.

Retomando a contabilização de obras por assuntos, o tema da hagiografia transpareceu em quinze códices do catálogo, para um acumulado de textos na ordem das 112 unidades, número muito próximo do alcançado pelas peças bíblicas²²⁸⁷. Na arrumação seguida pelos organizadores dos códices, as vidas de santos e seus milagres apresentam-se, ora de forma isolada, ora organizadas em corpos sistemáticos. A situação mais frequente foi, no entanto, a segunda, consequência do próprio processo aquisitivo que previa a entrada de martirólogos e santorais nas estantes conventuais, que não são mais do que coletâneas de vidas de beatos.

²²⁸² GOMES, Saul António - Cónegos regnantes de Santo Agostinho. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. I: A-C. Coord.: A. M. Jorge et al. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2001, p. 429.

²²⁸³ Vid. Anexos, quadro 22, SVF 2, SVF 18, SVF 26, SVF 29.

²²⁸⁴ Vid. Anexos, quadro 22, SVF 6, SVF 16, SVF 36, SVF 50, SVF 55. SVF 61.

²²⁸⁵ Vid. Anexos, quadro 22, SVF 26

²²⁸⁶ Vid. Anexos, quadro 22, SVF 17, SVF 18, SVF 27.

²²⁸⁷ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 15, fl. 219va-221vb; SCC 20, fl. 3ra-47va, 48va-57ra, 57ra-59va, 59va-63va, 63va-71ra, 71ra-73va, 73va-75ra, 75ra-78ra, 78ra-86rb, 86rb-92ra, 92ra-100vb, 100vb-122rb, 123ra-128va, 128va-130vb, 130vb-131ra, 131ra-139ra, 139ra-144rb, 144rb-150vb, 150vb-151rb, 151rb-156va, 156va-161va, 161va-166ra, 167rb-173vb, 180rb-187rb, 187va-191ra, 191ra-199vb, 197va-199vb, 199vb-207rb, 207rb-211rb, 211rb-222ra, 222ra-229ra, 229ra-229vb, 230ra-233rb, 233rb-238rb; SCC 21, fl. 2ra-5rb, 5rb-6va, 6va-9vb, 9vb-11va, 11va-13va, 13va-14vb, 14vb-19ra, 62ra-69rb, 69va-73ra, 73ra-80vb, 80vb-83rb, 83rb-88va, 88va-101rb, 102va-107vb, 107va-130ra, 130ra-136vb, 136vb-141va, 141va-142ra, 143ra-148vb, 184ra-195va, 195va-196ra, 196rb-199va, 199va-201va, 201va-203ra, 203ra-207va, 207va-214ra, 214ra-220va, 220va-225ra, 225ra-233va, 233va-239ra, 239ra-245vb, 245vb-257va, 246ra-249va 249va-254vb, 257va-260rb, 260rb-262va, 262va-266vb, 266v-269rb, 266vb-247vb; SCC 29, fl. 1ra-19vb; SCC 30, fl. 138va-139ra; SCC 31, fl. 31va-33vb, 33vb-36vb, 100ra-100vb; SCC 34, fl. 111r-117ra; SCC 45, fl. 1r-128v; SCC 54, fl. 2r-62r; SCC 55, fl. 63r-100r, 100r-104v; SCC 60, fl. 1r-6v; SCC 68, fl. 22r-v; SCC 69, fl. 212r-218r, 218v-219v, 245v-246v, 246v-247r, 247r-247v, 247v-248v, 248r-248v, 248v-249v, 249v, 249v-250r, 250v-251v, 251v-252r, 252rv, 252v, 253r-258v, 255r-255v, 258v-263r, 263v-266r, 266v-267r, 268v-273v; SCC 73, fl. 166r-172v, 172v-181v; SCC 81, fl. 41r-182v.

Foram, portanto, muito numerosas as vidas de santos que chegaram a Sta. Cruz de Coimbra, como foram vários os autores medievais identificados no fundo do mosteiro que praticaram o género, o que denota o sucesso da literatura hagiográfica na medievalidade. Coexistiram na livraria 21 indivíduos na condição de autores de peças hagiográficas, entre si apresentando percursos muito diversificados, e tendo ocupado as mais diferentes dignidades e funções no interior da orgânica eclesiástica, em épocas muito diferentes. É possível enumerar entre os hagiógrafos vários papas, bispos, monges e eremitas. Alguns dos hagiógrafos foram nomes recorrentes no catálogo, dada a sua enorme versatilidade e interesses que lhes permitiram subscrever vários géneros literários, como aconteceu com Sto. Agostinho e S. Jerónimo. Ao bispo de Hipona deveu-se um relato miraculoso da vida de Sto. Estêvão, em África, extraído da sua *Cidade de Deus*²²⁸⁸; enquanto ao segundo conseguiu associar-se uma vida dedicada a S. Paulo²²⁸⁹.

Outros autores, com presença mais discreta na livraria claustral, destacaram-se precisamente pela sua condição de compositores hagiográficos. Entre estes, contam-se Bento de Petersburgo, Euquério de Lião, Tiago de Vitry, Milo de Minden, Odo de Cluny, Ordonho de Celanova e Estêvão de Celanova. O primeiro foi hagiógrafo de Tomás Becket²²⁹⁰, ao passo que o bispo lionês redigiu uma *Passio Mauritii et sociorum eius*²²⁹¹. Por sua vez, o bispo de Acre e de Túsculo interessou-se pelo movimento feminino gerado em torno de Maria de Oignies na diocese de Liège, que veio a culminar na redação da *Vita Sanctae Mariae Oigniacensis*, a que somou uma narração da história de S. Marcial, tendo sido ambas as peças acomodadas na livraria da congregação²²⁹². Quanto ao bispo Milo, da área germânica da Cristandade, um indivíduo com fortes ligações ao imperador Otão II, compôs uma hagiografia de um dos mártires de Roma mais populares: S. Gorgónio²²⁹³. Já o abade cluniacense ocupou-se da redação da vida da pecadora Maria Madalena²²⁹⁴. E no que respeita aos monges do mosteiro galego de

²²⁸⁸ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 21, fl. 6va-9vb.

²²⁸⁹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 21, SCC 69, fl. 263v-266r.

²²⁹⁰ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 60, fl. 1r-6v.

²²⁹¹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 21, fl. 233va-239ra.

²²⁹² Vid. Anexos, quadro 21, SCC 20, fl. 3ra-47va, 122rb-122vb

²²⁹³ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 21, fl. 195va-196ra.

²²⁹⁴ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 20, fl. 161va-166ra.

Cela Nova, Ordonho e Estêvão, dedicaram-se a biografar a vida do bispo S. Rosendo, oriundo da região do Entre Douro e Minho²²⁹⁵.

No grupo de hagiógrafos devem-se incluir ainda o norte-africano Possídio, a quem se deve uma vida de Sto. Agostinho, que fornece importantes elementos biográficos do Doutor da Igreja²²⁹⁶; o monge Rufino de Aquileia, que produziu um relato sobre S. João²²⁹⁷; Pôncio de Belioco, que se debruçou sobre o milagre do corpo de Deus²²⁹⁸; o papa Sisto I, autor de uma paixão dedicada a dois santos, a *Passio Sanctorum Vitalis et Agricola*²²⁹⁹; e o abade Valério de Bierzo, que tomou nas mãos a tarefa de contar a história de S. Donato²³⁰⁰. Há ainda uma obra hipoteticamente atribuída ao carolíngio Amalário, arcebispo de Trier e administrador da arquidiocese de Lião, na qual se descrevem os episódios relativos à morte do primeiro Herodes²³⁰¹.

O pseudoanonimato teve algum impacto no conjunto dos hagiógrafos, não tanto pela quantidade de textos rubricados, deveras vestigial face ao universo de escritos, mas pela presença algo substancial de autores com essas características. Podem-se elencar um Pseudo Ambrósio, um Pseudo Aureliano, um Pseudo João Damasceno e um Pseudo Marcelo, respetivamente autores de uma *Inventio et passio Sanctorum Gervasii et Protasii*²³⁰², uma *Vita Sancti Marcialis*²³⁰³, um *Liber de gestiis Barlaam et Iosaphat seruorum Dei*²³⁰⁴ e uma *Passio Beatorum Petri et Pauli*²³⁰⁵. A estes juntam-se ainda um Pseudo Sebastião de Montecassino, responsável por dois exemplares de um *Miraculo de leone*²³⁰⁶; e um Pseudo Turpino, que terá escrito uma *Historia Caroli Magni et Rotholandi*, de que estão noticiadas duas cópias em Sta. Cruz de Coimbra²³⁰⁷. Ao lado

²²⁹⁵ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 69, fl. 212r-218r, 218v-219v.

²²⁹⁶ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 21, fl. 107va-130ra.

²²⁹⁷ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 69, fl. 258v-263r.

²²⁹⁸ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 15, fl. 219va-221vb. Sobre Pôncio de Belioco vid. Anexos, quadro 33.

²²⁹⁹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 21, fl. 9vb-11va.

²³⁰⁰ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 69, fl. 266v-267r.

²³⁰¹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 69, fl. 252rv.

²³⁰² Vid. Anexos, quadro 21, SCC 20, fl. 57ra-59va.

²³⁰³ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 20, fl. 100vb-122rb.

²³⁰⁴ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 45, fl. 1r-128v.

²³⁰⁵ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 20, fl. 92ra-100vb.

²³⁰⁶ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 21, fl. 266v-269rb; SCC 69, fl. 250v-251v

²³⁰⁷ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 69, fl. 247r-247v, 247v-248v.

deste contingente, uma grande massa de anónimos foi responsável por algumas dezenas de títulos do género presentes no fundo bibliográfico²³⁰⁸.

Por serem tão numerosos os *miraculi*, as *passiones* e as *vitae* tornar-se-ia monótono e de produtividade discutível indicar todos os textos do género anotados nas estantes claustrais. Em vez disso, é preferível esquisar algumas tendências gerais da hagiografia crúzia, a fim de fornecer os grandes traços orientadores das escolhas feitas. Assim, uma primeira característica da coleção foi a atenção concedida às vidas de alguns dos apóstolos, com S. Paulo no topo das preferências²³⁰⁹, o que alinha a hagiologia crúzia com o programa apostólico perseguido pelas comunidades agostinianas em geral²³¹⁰.

Ressalta, por outro lado, a presença de um importante número de santas no núcleo. Embora não em quantidade suficiente para conseguir abalar a habitual preponderância do género masculino neste tipo de escritos, simboliza, pelo menos, uma predisposição da canónica para o acolhimento de figuras femininas. A atenção concedida às santas foi uma atitude particularmente em voga no século XII, época em que a devoção mariana alcançou maior expressão, não só na literatura como em outras representações artísticas e estéticas, como por exemplo na arquitetura, com muitíssimas igrejas e catedrais construídas por esse tempo a serem dedicadas à mãe de Cristo²³¹¹. Contam-se entre as santas biografadas no mosteiro crúzio a Virgem Maria²³¹², Maria Madalena²³¹³, Sta. Margarida²³¹⁴, Sta. Maria de Oignies²³¹⁵, Sta. Cristina²³¹⁶, Sta. Justa e

²³⁰⁸ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 20, fl. 48va-57ra, 59va-63va, 63va-71ra, 71ra-73va, 73va-75ra, 75ra-78ra, 78ra-86rb, 86rb-92ra, 123ra-128va, 128va-130vb, 130vb-131ra, 131ra-139ra, 139ra-144rb, 144rb-150vb, 150vb-151rb, 151rb-156va, 156va-161va, 167rb-173vb, 180rb-187rb, 187va-191ra, 191ra-199vb, 197va-199vb, 199vb-207rb, 207rb-211rb, 211rb-222ra, 222ra-229ra, 229ra-229vb, 230ra-233rb, 233rb-238rb; SCC 21, fl. 2ra-5rb, 5rb-6va, 62ra-69rb, 69va-73ra, 73ra-80vb, 80vb-83rb, 83rb-88va, 88va-101rb, 10rb-102va, 11va-13va, 13va-14vb, 14vb-19ra, 102va-107vb, 130ra-136vb, 136vb-141va, 141va-142ra, 143ra-148vb, 184ra-195va, 196rb-199va, 199va-201va, 201va-203ra, 203ra-207va, 207va-214ra, 214ra-220va, 220va-225ra, 225ra-233va, 239ra-245vb, 245vb-257va, 246ra-249va, 249va-254vb, 257va-260rb, 260rb-262va, 262va-266vb, 266vb-247vb; SCC 29, fl. 1ra-19vb; SCC 30, fl. 138va-139ra; SCC 31, fl. 31va-33vb, 33vb-36vb, 100ra-100vb; SCC 34, fl. 111r-117ra; SCC 54, fl. 2r-62r; SCC 55, fl. 63r-100r, 100r-104v; SCC 68, fl. 22r-v; SCC 69, fl. 245v-246v, 246v-247r, 248r-248v, 248v-249v, 249v, 249v-250r, 251v-252r, 252v, 253r-258v, 255r-245v, 268v-273v; SCC 73, fl. 166r-172v, 172v-181v; SCC 81, fl. 41r-182v.

²³⁰⁹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 20, fl. 86rb-92ra, 92ra-100vb; SCC 69, fl. 245v-246v; 263v-266r.

²³¹⁰ *Catálogo dos códices da livreria de mão do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, p. XXXV-XXXIX.

²³¹¹ LE GOFF, Jacques - *Em busca da Idade Média...*, p. 168.

²³¹² Vid. Anexos, quadro 21, SCC 31, fl. 100ra-100vb.

²³¹³ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 20, fl. 161va-166ra.

²³¹⁴ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 20, fl. 144rb-150vb, 156va-161va.

Sta. Rufina²³¹⁷, Sta. Beatriz²³¹⁸, Sta. Eufémia²³¹⁹, Sta. Tecla²³²⁰ e Sta. Elimosina²³²¹. Algumas figuraram na coleção como modelos de virtudes; outras como modelos de arrependimento, de acordo com os arquétipos em voga²³²². As santas Justa e Rufina apresentam a particularidade de serem hispânicas, por isso não é estranho terem sido objeto de funda devoção na península. Do mesmo modo, a Virgem e Sta. Margarida foram objeto de culto no ocidente peninsular. A primeira, como seria de esperar, recebeu uma considerável atenção, nas suas diversas manifestações; sendo bem menos exuberante a devoção dedicada à segunda, mas ainda assim atingiu alguma expressão.

Uma terceira tendência perceptível na organização hagiológica foi a inclusão de vidas de monges hispânicos no armário conventual. Disso são exemplos as narrativas do primeiro prior dos regrantes de Coimbra, D. Teotónio²³²³ e de S. Rosendo, o fundador do mosteiro galego de Celanova²³²⁴. Apesar da falta de escritos que o certifiquem expressamente, é de crer que existiria no mosteiro uma inclinação para a devoção de santos de predileção moçárabe, num paralelo com o divisível para o mosteiro de S. Vicente de Fora²³²⁵. Na casa regrante de Lisboa o mártir S. Vicente foi mesmo elevado a padroeiro do estabelecimento monástico, acumulando a proteção do mosteiro com a tutela da própria cidade.

A atitude de coligir vidas e milagres de santos ibéricos está, em parte, relacionada com o entusiasmo dos cónegos regulares em disporem de uma produção hagiográfica própria, de que o citado Teotónio foi um dos paradigmas. De resto, os responsáveis pela organização bibliográfica reservaram à descrição da vida dos santos da instituição um papel de primeiro plano na promoção da imagem do mosteiro, dos seus dirigentes e da monarquia portuguesa. Com esse expediente fortaleceram, no século XII, o poder e influência quer da ordem quer do novo monarca²³²⁶.

²³¹⁵ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 20, fl. 3ra-47va.

²³¹⁶ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 20, fl. 180rb-187rb.

²³¹⁷ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 20, fl. 150vb-151rb.

²³¹⁸ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 20, fl. 229ra-229vb.

²³¹⁹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 21, fl. 207va-214ra.

²³²⁰ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 21, fl. 239ra-245vb.

²³²¹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 69, fl. 246v-247r.

²³²² VAUCHEZ, André - *A espiritualidade da Idade Média ocidental...*, p. 167-169

²³²³ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 29, fl. 1ra-19vb.

²³²⁴ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 69, fl. 212r-218r, 218v-219v.

²³²⁵ «Indiculum foundationis monasterii beati Vicentii Vlixbone». In *A conquista de Lisboa aos mouros...*, p. 177-201.

²³²⁶ MATTOSO, José - Cluny, crúzios e cistercienses na formação de Portugal..., p. 114-115.

A alguma distância dos anteriores tópicos em termos da quantidade de obras reunidas, mas ainda assim manifestando um apreciável interesse da parte dos monges da canónica, figurou a liturgia. As peças litúrgicas encontraram-se dispersas por 36 volumes distintos, o que quer dizer praticamente metade dos 76 códices observados. Em número de títulos superaram as 80 unidades textuais²³²⁷. A recolha litúrgica distribuiu-se por vários subgéneros: antifonários, breviários, cânticos, hinos, litanias, saltérios e orações. Foram, na sua maioria, composições de carácter anónimo. A forte tendência para o anonimato do género foi temperada pela intromissão, um pouco fortuita, de orações atribuídas a Agostinho²³²⁸ e a um Pseudo Jerónimo²³²⁹. Por seu lado, Ambrósio, Remígio de Auxerre e Roberto de Deutz contribuíram com lições sobre a preparação da missa, no caso do primeiro²³³⁰, e com exposições sobre o ofício da missa, em relação ao carolíngio e ao monge beneditino²³³¹.

A literatura litúrgica não só se contou entre as mais apreciadas no interior do mosteiro, como esteve entre as pioneiras na instituição, como o provam as referências encontradas no *Livro Santo* que aludem às obras recolhidas em S. Rufo de Avinhão e que fizeram parte do lote bibliográfico inicial reunido pela comunidade. A livraria original integrou um capitulário completo e um antifonário, além de uns comentários deixados por Agostinho ao *Evangelho de S. João*, ao *Génese* e a certas questões dos *Evangelhos de Mateus e Lucas*, mais um comentário de Beda ao *Evangelho de Lucas*, o *Exameron* de Ambrósio e dois tratados: um sobre a penitência e outro sobre a pastoral²³³².

²³²⁷ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 2, Dis. Memb., I; SCC 5, fl. 1ra-257rb [actual 246rb]; SCC 10, fl. 1ra-291rb; SCC 24, fl. 1r-157r, 157r-191r, Dis. Memb., Ir-VIv; SCC 26, fl. 1r-6v, 7r, 7v-146r, 146r-174v, 179r-183r; SCC 27, fl. 1r-6v, 7r, 8r-14r, 14r, 14v, 16r-205v, 205v-240v; SCC 32, fl. 55vb-67vb; SCC 34, fl. 117v; SCC 40, fl. 1r-101v; SCC 51, fl. 137v, SCC 54, fl. I-V, 62v; SCC 55, fl. 1r-7r, 7v-9r, 9v-63r, 104v-131v; SCC 56, fl. 1r-49r, 7r-49r; SCC 59, fl. 1r-145v; SCC 62, fl. 1r-36v, 37r-189r, 150v-151v, 181v-187r, 347v; SCC 66, fl. 1v-192v; SCC 67, fl. 1r-111r, Guarda ant., I-II, Guarda post., 112r-113v; SCC 68, 1r-149v, 150r, 150v, 151r, 151r-152v, 152v, Dis. Memb., Guarda, I-II; SCC 69, fl. 211vb, 220r-243v; SCC 70, fl. 1v-6v, 7r, 8r-231v, 232r-237v; SCC 72, fl. 1v-85v; SCC 74, fl. 1v-7r; SCC 76, fl. 1r-225r, SCC 77, fl. 1v-9v, 10r-94v; SCC 78, fl. 154v-170v; SCC 79, fl. 1r-80v, 87v, 90r-97v; SCC 81, fl. 1r-8v; SCC 83, fl. 1r-141v; SCC 85, 85r-490v, 490v, 491r-496v, 497r, 498v-501v, 502r-503v; SCC 89, fl. 1r, 1v-65r; SCC 90, fl. 1r-11v; SCC 91, fl. 1r-148r; SCC 92, fl. 1r-98r, Dis. Memb. B, III-V, guarda post.; SCC G2, fl. 1r-62r; SCC G3, fl. 1r-290,

²³²⁸ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 26, fl. 179r-183r.

²³²⁹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 70, fl. 7r.

²³³⁰ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 56, fl. 1r-49r

²³³¹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 32, fl. 55vb-67vb; SCC 69, fl. 220r-243v.

²³³² *Livro santo de Santa Cruz...*, p. 84.

É pertinente assinalar que foram exclusivamente textos de carácter litúrgico os entregues pelos crúzios para a instalação da sua filial de Sta. Cruz de Cortes, o que mostra a importância do género para a ordem agostiniana, aliado ao valor dessa literatura na perspectiva das novas instalações monásticas, que necessitavam de uma literatura de base para prosseguir da forma mais conveniente as suas missões, nomeadamente a condução de ofícios²³³³. Esta sequência fundacional esclarece, de resto, com grande nitidez, o próprio mecanismo de fundação monástica dos cónegos regulares, assente num processo de divisão celular, ao mesmo tempo que põe em evidência o papel jogado pelos textos transmitidos na criação de uma matriz identitária, à luz de um processo especular, autorreferencial. Outro exemplo elucidativo da importância da liturgia no meio regente é dado pelas referências a 46 espécies litúrgicas constantes do inventário da livraria de S. Vicente de Fora, para um total de 116 peças catalogadas, ou seja, mais de um terço do núcleo bibliográfico vicentino²³³⁴.

Muito distantes do peso ocupado pelas peças usadas em ofícios, estiveram os escritos de direito na posse dos cónegos de Coimbra. Os dezanove trabalhos em que foram abordadas matérias jurídicas não constituem um quantitativo muito elevado de títulos²³³⁵. Distribuíram-se por dez códigos, o que denota uma assinalável dispersão codicológica. O anonimato dominou nesta matéria, pois é desconhecida a autoria de treze dos textos jurídicos recolhidos, ou seja, bem mais de metade dos itens bibliográficos²³³⁶. Estiveram nesta condição duas glosas ao *Decreto* de Graciano²³³⁷, e outras tantas observações a umas *Decretais*, que se presumem ser as gregorianas²³³⁸. Quatro dos restantes títulos anónimos trataram especificamente do direito canónico²³³⁹ e um quinto tratado das ligações deste com o direito civil²³⁴⁰. Das relações do direito com a filosofia e do direito com a teologia ocuparam-se dois outros escritos, o primeiro dos

²³³³ Vid. Anexos, quadro 23.

²³³⁴ Vid. Anexos, quadro 22.

²³³⁵ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 5, Dis. Memb.; SCC 7, fl. I Guarda ant, Dis. Memb.; SCC 8, Dis. Memb.; SCC 9, Dis. Memb.; SCC 11, fl. 1, Dis. Memb. A, Dis. Memb. B; SCC 21, Dis. Memb.; SCC 36, fl. 1ra-12va, 13ra-13vb, 13vb-14ra, Dis. Memb. A, Ir-IIv, Dis. Memb. B, Ira-IIvb; SCC 52, Dis. Memb. B, Guarda, II r-IIIv; SCC 54, fl. 81r-111v, 111v; SCC G1, fl. 1ra-425vb, Dis. Memb.

²³³⁶ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 5, Dis. Memb.; SCC 7, fl. I Guarda ant.; SCC 8, Dis. Memb.; SCC 9, Dis. Memb.; SCC 11, Dis. Memb. A, Dis. Memb. B; SCC 21, Dis. Memb.; SCC 36, fl. 13vb-14ra, Dis. Memb. A, Ir-IIv, Dis. Memb. B, Ira-IIvb; SCC 52, Dis. Memb. B, Guarda, II r-IIIv; SCC 54, fl. 111v; SCC G1, Dis. Memb.

²³³⁷ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 11, Dis. Memb. A, Dis. Memb. B.

²³³⁸ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 36, fl. 13vb-14ra, Dis. Memb. B, Ira-IIvb.

²³³⁹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 7, I Guarda ant.; SCC 21, Dis. Memb.; SCC 36, Dis. Memb. A, Ir-IIv; SCC G1, Dis. Memb.

²³⁴⁰ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 8, Dis. Memb.

quais sob a forma de um comentário²³⁴¹. Neste apartado, há que conferir uma certa relevância histórica e jurídica aos fragmentos da *Lex Visigothorum*, do século IX, a que já se aludiu, achados numa *dissecta membranae* dum códice do século XIV, por sinal o texto mais antigo observado para Sta. Cruz²³⁴². Um texto que coloca o tal problema sobre os circuitos percorridos pelos manuscritos anteriores à fundação do reino produzidos em contexto ibérico em termos da sua receção nas livrarias monásticas do período fundacional, para o que a resposta mais óbvia parece apontar no sentido da sua conservação em mosteiros ambientados em localizações mais setentrionais, de onde terão sido transmitidos para os principais mosteiros do reino no decurso da sua existência. Sobre, do leque de obras jurídicas anónimas, um outro texto, fragmentário, relativo às constituições dos frades pregadores, algo curiosas, dado serem obras ligadas com uma observância diferente da dos cônegos regulares²³⁴³.

Obras de direito em relação às quais foi possível chegar à identificação dos responsáveis pela sua autoria há apenas seis, distribuídas pelo eminente e muito apreciado compilador Graciano, pelo hispânico João de Deus, pelo canonista Henrique de Susa e pelo dominicano Raimundo de Penhafort. Correspondem a dois fragmentos de glosas aos *Decretos*²³⁴⁴, um tratado sobre a eleição arquiépiscopal²³⁴⁵, duas sumas sobre direito canónico²³⁴⁶ e uma versão integral da constituição dominicana²³⁴⁷. O inventário conhecido para S. Vicente de Fora, nesse particular, mais uma vez certifica as tendências bibliográficas expressas em Sta. Cruz de Coimbra, denotando o relativo interesse dos agostinianos no tocante às matérias legais. No mosteiro de Lisboa, o tópico esteve também presente, constituindo um lote com uma certa expressão²³⁴⁸.

Quanto aos textos agrupados debaixo da designação lata de artes liberais, foram conhecidos catorze manuscritos no fundo da canónica de Coimbra, repartidos por oito códices²³⁴⁹. De recorte mais generalista, abrangendo todo o esquema das artes liberais, foi visível um escrito versando a origem de todas as ciências, a par de um tratado

²³⁴¹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 5, Dis. Memb.; SCC 9, Dis. Memb.

²³⁴² Vid. Anexos, quadro 21, SCC 52, Dis. Memb. B, Guarda, II r-IIIv.

²³⁴³ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 54, fl. 111v.

²³⁴⁴ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 7, Dis. Memb., SCC 11, fl. 1.

²³⁴⁵ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 36, fl. 13ra-13vb.

²³⁴⁶ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 36, fl. 1ra-12va; SCC G1, fl. 1ra-425vb.

²³⁴⁷ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 54, fl. 81r-111v.

²³⁴⁸ Vid. Anexos, quadro 22, SVF 13, SVF 30, SVF 31, SVF 56, SVF 57, SVF 58, SVF 59.

²³⁴⁹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 8, fl. 1ra-105va, 105va-155rb, 155rb-177rb, 177rb-178va, 178va-180rb; SCC 9, fl. II r; SCC 10, fl. 292rb; SCC 17, fl. Iv, 1ra-185rb; SCC 54, Guardas, Iiva; SCC 69, 211vb, 243v; SCC 74, fl. 7v-8r; SCC 81, fl. 182v-183v.

versificado intitulado *Versus septem de Septem artes liberales*, que parece ter incidido antes de mais sobre as matérias gramaticais, atendendo ao título alternativo *Carmen «Haec est grammatica»* que recebeu. Tanto uma como outra obra foram lavradas por escritores anónimos²³⁵⁰.

Com caráter muito mais específico do que os anteriores destaca-se a presença em ambiente claustral de textos dedicados especificamente à aritmética, à música, à retórica e, de forma mais substancial, à gramática. A aritmética, disciplina do quadrívio, está representada no catálogo por dois escritos: o *De computo*, de Rábano Mauro, e o *De computo dierum*, de autor anónimo²³⁵¹. A música, pertencente à mesma classe do quadrívio, foi assegurada pelos livros de salmos e pelos cânticos, litanias e hinos, senão como formulações teóricas, ao menos enquanto experiências práticas. Sobre a geometria e a astronomia não subsistiram no fundo quaisquer traços acerca da existência de tais espécimes literários. O trívio foi, por sua vez, representado por um glossário de retórica e oratória, de fonte desconhecida²³⁵², e por várias obras gramaticais e lexicais. Deste último campo, compareceram no mosteiro obras de grandes especialistas, entre os mais consagrados de cada época no domínio da *ars scribendi*: o lexicógrafo Papias, com uma gramática e um vocabulário de latim²³⁵³; Beda, com um tratado onomástico sobre os locais de passagem dos apóstolos²³⁵⁴; Jerónimo de Estridão, com uma interpretação dos nomes hebraicos²³⁵⁵; e Isidoro de Sevilha, com as suas famosas *Etimologias*²³⁵⁶. Obras orientadas pelo mesmo tipo de preocupações gramaticais, o inventário dá ainda notícias de uma exposição, um dicionário e um vocabulário, de produção anónima²³⁵⁷.

Quanto à lógica não parece ter conhecido qualquer espécie de protagonismo nas estantes da canónica, o que não deixa de ser estranho. Só com dificuldade se pode aceitar tal ausência, face à qualidade da canónica e ao tipo de ensino que nela era oferecido, que não dispensaria uma iniciação completa ao trívio, tomado no seu conjunto. Uma tal lacuna de obras de lógica talvez possa ser interpretada sobretudo como um sintoma de perda ou de destruição de manuscritos e não tanto como uma

²³⁵⁰ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 9, fl. II r; SCC 17, fl. Iv.

²³⁵¹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 8, fl. 178va-180rb; SCC 81, fl. 182v-183v.

²³⁵² Vid. Anexos, quadro 21, SCC 10, fl. 292rb.

²³⁵³ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 8, fl. 1ra-105va, 105va-155rb.

²³⁵⁴ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 8, fl. 177rb-178va.

²³⁵⁵ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 8, fl. 155rb-177rb.

²³⁵⁶ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 17, fl. 1ra-185rb.

²³⁵⁷ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 54, fl. Guardas, liva; SCC 69, fl. 211vb, 243v.

efetiva alienação dos interesses crúzios de tão importante disciplina, noutro cenário pouco compreensível.

Na verdade, a imagem oferecida pela consulta do inventário crúzio ao nível dos conhecimentos em artes parece ser muito parcelar. O recurso a fontes complementares mostra que o catálogo não é inteiramente satisfatório no que diz respeito à sinalização das obras de artes liberais que estariam à disposição dos cónegos regrentes. Veja-se que cabem tematicamente no âmbito da grelha das artes liberais, uma parte substancial das espécies bibliográficas transferidas por Sta. Cruz, no primeiro quartel do século XIII, para as mãos do cónego Pedro Vicente, de mestre Gil e do chantre Pedro Peres. Essas notícias reforçam, de maneira muito apreciável, o conjunto em alguns sectores, contribuindo para suprir certas lacunas do catálogo. Senão, veja-se: no que respeita ao trívio, a gramática teria um excelente manual na importante obra de Prisciano *Institutiones grammaticae*²³⁵⁸; e a retórica apareceu sinalizada por um dos maiores expoentes do género, o mestre latino Marco Túlio Cícero²³⁵⁹. Em termos do quadrívio, a astronomia teve representação no *De naturis ad Regem Sisebutum*, de Isidoro²³⁶⁰, a que se deve juntar um escrito anónimo designado por *De forma celi et quomodo decurrit inclinatum*²³⁶¹, além de um tratado descrito precisamente como livro de astronomia, da autoria de Alcábicio, disponível na tradução de João de Sevilha²³⁶².

No campo da matemática e do cálculo, as mesmas doações feitas pelos crúzios deixam ver um exemplar do *Liber computi*, escrito no século X, por Helperico de Auxerre, preocupado com a datação das épocas históricas, por sinal na origem de uma febre computacional que se propagou no meio monástico aproximadamente durante duas centúrias²³⁶³; e a geometria, entendida de forma ampla como teoria do espaço – nesse sentido incluindo a geografia, enquanto aplicação prática desse modelo teórico – esteve espelhada no lote com um *mapa mundi*, extraído dos trabalhos de Sto. Isidoro²³⁶⁴.

O contingente de trabalhos em artes liberais, achados no catálogo e fora dele, comporia provavelmente o que se pode designar como uma parte fundamental da

²³⁵⁸ Vid. Anexos, quadro 25, DMG 10.

²³⁵⁹ Vid. Anexos, quadro 25, DMG 8.

²³⁶⁰ Vid. Anexos, quadro 25, DMG 2.

²³⁶¹ Vid. Anexos, quadro 25, DMG 7.

²³⁶² Vid. Anexos, quadro 25, DMG 3. Sobre João de Sevilha, vid. Anexos, quadro 33.

²³⁶³ Vid. Anexos, quadro 25, DMG 9.

²³⁶⁴ Vid. Anexos, quadro 25, DMG 11.

literatura do grupo escolar presente em Coimbra, em conjugação com os saltérios, sermonários, alguns tomos enciclopédicos, a coleção de direito canónico produzida por Graciano e alguns tratados médicos que se podem reconstituir para o núcleo claustral. Sai, assim, fortalecida a convicção quanto à existência de um ensino de qualidade a funcionar em Sta. Cruz, bem superior ao grau elementar, conclusão que no universo dos cónegos regulares é extensível a S. Vicente de Fora²³⁶⁵. A aprendizagem conduzida no seio das duas comunidades era seguramente um bom propedêutico para o ensino universitário, capaz de dotar os monges de uma importante formação em artes liberais, em direito, em medicina e em teologia, como este curto arrolamento demonstrou. O nome de Sto. António, que beneficiou da formação crúzia e vicentina, é um caso exemplar da boa preparação intelectual ministrada aos escolares pela congregação²³⁶⁶, no que foi secundado por outros mestres culturalmente bem apetrechados que se podem associar às duas casas agostinianas²³⁶⁷.

Retomando a contabilização das peças bibliográficas catalogadas, sucederam-se às obras de artes liberais, em quantidade de textos recolhidos pela biblioteca claustral, os escritos classificáveis sob o rótulo de ordens religiosas e regras monásticas. Foram doze os recenseados, divididos por cinco volumes²³⁶⁸. O lote integra corpos de regras, costumeiros, ordinários, lecionários, sanções disciplinares, diretivas de conduta e normas sobre votos e guias de espiritualidade. Neste contexto, o principal destaque no núcleo vai para a regra agostiniana, de que existiu pelo menos uma versão textual na canónica²³⁶⁹. A referência está plenamente justificada em razão da observância seguida pela comunidade de monges. A *regula* de Sto. Agostinho punha um particular enfoque nas virtudes da obediência, da humildade e da caridade, a partir do modelo fornecido pelo apostolado, valorizando a preparação intelectual dos monges como forma de melhorar a *cura animarum*, tendo por base um estudo compreensivo das *Escrituras* e das doutrinas perfilhadas pela Patrística²³⁷⁰. A cópia da regra encontrada na livraria teve

²³⁶⁵ NASCIMENTO, Aires Augusto - Livros e claustro no século XIII em Portugal..., p. 238.

²³⁶⁶ Vid. Anexos, ficha prosopográfica 92.

²³⁶⁷ Vid. Anexos, quadro 8.

²³⁶⁸ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 43, fl. 141rb-235va; SCC 45, fl. 129r-197v; SCC 54, fl. 79r-80v, 81r-111v, 111v, 112r-137r; SCC 71, fl. 1r-62v; SCC 74, fl. 7v-8r, 8v-94r, 94v, 95r-147r, 148r-156v.

²³⁶⁹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 54, fl. 79r-80v.

²³⁷⁰ MARTINS, Armando Alberto - *Santa Cruz de Coimbra nos séculos XII e XIII...*, p. 35-36.

um feliz complemento na exposição vertida por Hugo de S. Vítor em sua intenção, de que também dá conta o catálogo dos livros manuscritos²³⁷¹.

Agrupáveis sob o mesmo manto comum da literatura conventual, emparelhados num único códice, constaram três costumeiros adquiridos junto da comunidade monástica de S. Rufo, parcela dos textos fundadores acolhidos no armário, fundamentais para a instalação da canónica nos primeiros tempos da sua existência²³⁷². Inspirados em parte nesses costumeiros originais, bem elucidativos do zelo e escrúpulo religioso dos monges crúzios no que se refere ao regramento dos hábitos e deveres a observar, foram redigidos, entretanto, no *scriptorium* crúzio duas peças: o *Liber ordinis monasterii Sanctae Crucis Colimbriensis*²³⁷³ e as *Decisões do mosteiro de Santa Cruz, sobre a observação do silêncio*, constituindo o último um dos raros textos do período escrito em língua vernácula²³⁷⁴.

Os escritos disciplinares tinham a função de materializar, na prática, o conteúdo e as formas da espiritualidade dos cónegos, ou seja, pretendiam dar à regra uma realidade concreta e vivida²³⁷⁵. As versões conimbricenses do costumeiro de S. Rufo de Avinhão e as disposições produzidas intramuros foram, por isso, importantes na modelação da vida dos monges, sintonizando-a com a nova mentalidade monástica que germinava na Cristandade. Terão contribuído para colocar os regantes na linha da frente do movimento espiritual que então grassava, muito disposto à assistência aos desvalidos, aos pobres e aos peregrinos, linhas de atuação que parecem ter sido muito caras aos monges de Sta. Cruz de Coimbra. Neles se materializou uma atitude em rutura com o modelo mais tradicionalista e conservador da vida recolhida, propondo formas de ação que se expressavam não só no interior do espaço conventual mas também no século²³⁷⁶.

Todavia, e em contraponto, se os costumeiros, ordinários e os guias espirituais apontavam caminhos de atuação, eram tão ou mais importantes nas restrições que impunham ao trilhar desses percursos e na forma como alertavam para os perigos de uma excessiva mundanização. Afiguravam-se decisivos como meio de limitar as

²³⁷¹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 54, fl. 112r-137r.

²³⁷² Vid. Anexos, quadro 21, SCC 74, 8v-94r, 95r-147r, 148r-156v.

²³⁷³ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 71, fl. 1r-62v.

²³⁷⁴ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 74, fl. 94v.

²³⁷⁵ MARTINS, Armando Alberto - *Santa Cruz de Coimbra nos séculos XII e XIII...*, p. 36.

²³⁷⁶ IDEM - *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média...*, p. 229-230.

tentações por uma excessiva secularização, por vezes sentidas na história da comunidade crúzia²³⁷⁷.

Um meio adicional de garantir o desejado aperfeiçoamento espiritual, de reprimir alguns comportamentos excessivos ou faltosos e de assegurar uma constância na observância dos votos dos membros do cenóbio, passaria eventualmente pela consulta de duas obras de referência no âmbito da espiritualidade monástica, talvez com essa intenção recolhidas: o *Diadema monachorum*, do beneditino Esmaragdo, apoiado nos ensinamentos dos Padres da Igreja²³⁷⁸, e o *De institutis coenobiorum et de octo principalibus uitiorum*, pertencente a João Cassiano, uma abordagem reflexiva sobre os aspetos exteriores e quotidianos da vida monástica, pondo a tónica nos vícios, considerados como a ameaça mais forte ao recolhimento espiritual do clero regular²³⁷⁹.

Em outro sentido, esse tipo de literatura claustral dá pistas sobre opções quotidianas adotadas pelos cónegos, com significado cultural. No livro de ordens do mosteiro crúzio podem-se, por exemplo, achar disposições sobre o tempo destinado às leituras sacras, a par de prescrições e recomendações variadas sobre a admissão e formação dos noviços, princípios relativos à constituição e organização da livraria ou até instruções específicas sobre o ofício do copista²³⁸⁰. O *Liber ordinis monasterii Sanctae Crucis Colimbriensis*²³⁸¹, lido em conjunto com a regra de Sto. Agostinho²³⁸², mais o *Liber ecclesiastici et canonici ordinis in claustro sancti Rufe Lethberti abbatis institutus*²³⁸³, trazido de Avinhão, proporcionam matéria factual para a construção de uma imagem concreta da vida cultural e educacional da instituição, assim como para a reconstituição de muitos outros aspetos da sua vivência diária.

Para o fim, no contexto do tema das ordens religiosas, fica a referência a duas constituições dominicanas, devidas a Raimundo de Penhaforte e a um anónimo²³⁸⁴. Transportam a particularidade de serem espécies geneticamente estranhas à ordem regnante, por estarem ligadas à experiência mendicante. A assimilação desses escritos talvez tenha beneficiado de uma identificação dos agostinianos com a vocação urbana

²³⁷⁷ IDEM, *ibidem*, p. 230-233.

²³⁷⁸ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 45, fl. 129r-197v.

²³⁷⁹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 43, fl. 141rb-235va.

²³⁸⁰ MARTINS, Armando Alberto - *Santa Cruz de Coimbra nos séculos XII e XIII...*, p. 36-39.

²³⁸¹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 71, fl. 1r-62v.

²³⁸² Vid. Anexos, quadro 21, SCC 54, fl. 8v-94r.

²³⁸³ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 74, fl. 8v-94r.

²³⁸⁴ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 54, fl. 81r-111v; SCC 71, fl. 1r-62v.

dos frades pregadores que não lhes era estranha, dada a presença dos cônegos em locais urbanos ou periurbanos, no que muito divergiam do usual recolhimento e isolamento das ordens religiosas tradicionais, nisso se aproximando os crúzios sobremaneira da experiência mendicante²³⁸⁵. Deve também ter sido facilitadora da angariação dessas obras a instalação de uma casa dominicana em Coimbra, estabelecida provavelmente em 1227²³⁸⁶.

Em incidência numérica, depois da literatura eminentemente claustral, seguiram-se em quantidade os textos historiográficos acolhidos na livraria da congregação conimbricense. Rivalizaram em quantidade com as obras de medicina. Os trabalhos de historiografia disponíveis foram, na prática, onze itens, vislumbráveis em oito dos volumes arrecadados²³⁸⁷. Servem para medir, mais pela sua qualidade intrínseca do que pelo número calculado, a importância concedida pelos regrantes crúzios ao campo da história. Dessas, as referências maiores merecem-nas as *Antiquitates Iudicae*, de Flávio Josefo²³⁸⁸, a *Historia ecclesiastica*, de Eusébio de Cesareia²³⁸⁹, o *De viris inlustribus*, de Jerónimo²³⁹⁰ e a *Historia scholastica*, de Pedro Comestor²³⁹¹. Esta última foi acompanhada no armário crúzio por um índice de autoria anónima²³⁹². Talvez se deva procurar nestas obras à disposição dos cônegos regrantes de Coimbra o modelo para a sua própria produção bibliográfica.

De inigualável valor para a historiografia portuguesa são os *Annales Portugalenses veteres*, elaborados por um autor não identificado, com grande probabilidade observante no mosteiro²³⁹³. Confirmam o gosto dos monges da casa crúzia pelas matérias histórica e a ligação ao território da sua implantação. Nesse sentido, e de modo análogo, os trabalhos historiográficos gerados pelo *scriptorium* de S. Vicente de Fora devem ser enquadrados no mesmo tipo de entusiasmo pelo passado creditado aos crúzios.

²³⁸⁵ VILAR, Hermínia Vasconcelos - Os frades mendicantes..., p. 228-233.

²³⁸⁶ ROLO, Raul A. - Os dominicanos. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 2: C-I. Coord. A. M. Jorge et al. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 82-88.

²³⁸⁷ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 330va; SCC 17, fl. 185rb-185vb; SCC 18, fl. 1ra-283vb, 284ra-b; SCC 30, fl. 1va-2ra, 1va-113vb; SCC 31, fl. 91va-92rb; SCC 33, fl. 196va-197rb; SCC 42, fl. 1ra-8rb, 1ra-163vb; SCC 69, fl. 258v-263r.

²³⁸⁸ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 18, fl. 1ra-283vb.

²³⁸⁹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 30, fl. 1va-113vb.

²³⁹⁰ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 18, fl. 284ra-b.

²³⁹¹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 42, fl. 1ra-163vb.

²³⁹² Vid. Anexos, quadro 21, SCC 42, fl. 1ra-8rb.

²³⁹³ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 4, fl. 330va.

Fecham o lote historiográfico, uma descrição dos hábitos ao tempo de Carlos Magno, de pena anónima²³⁹⁴; uma epístola deixada por Bernardo de Claraval²³⁹⁵; uma coleção de sermões antigos, cujo autor foi o bispo Máximo de Turim²³⁹⁶; e duas obras de Rufino de Aquileia, designadamente um prólogo, que deveria funcionar como complemento aos referidos livros de *Historia ecclesiastica*, rubricados pelo bispo de Cesareia, mais uma história monástica, concebida a pretexto da vida de S. João²³⁹⁷.

As obras de medicina associadas ao fundo à guarda do mosteiro crúzio equivaleram-se em número aos textos de carácter historiográfico. Os mesmos onze itens, suportados em cinco códices²³⁹⁸. De novo, o reduzido número de tratados de medicina recenseado se afigura pouco consistente com o vulgarmente presumido quanto à atividade assistencial desenvolvida pelos seus monges e em função do que se sabe sobre os percursos académicos reconhecidos a alguns dos mestres que foram membros da canónica, alguns dos quais foram físicos de alguma importância, com passagens assinaladas pelos estudos gerais do tempo. Tudo somado, os itens catalogados reduzem-se a quatro fragmentos anónimos, presentes num mesmo códice, sob o título corrente e genérico de *Medicina*²³⁹⁹; a cinco peças mutiladas de comentários aos aforismos do grego Hipócrates, atribuídas a um Pseudo Oribásio²⁴⁰⁰; e a dois excertos do *Alphabetum ad Paternum*, de um Pseudo Galeno: os tais onze títulos, todos fragmentários²⁴⁰¹.

Nenhum desses escritos aparece sequer integrado no corpo dos códices, ocupando sempre espaços de pouca dignidade no seu interior: as *dissecta membranae* de volumes constantes do armário, ou seja, num emprego que os mostra como objeto de reutilização. O facto, a par da escassez dos estudos médicos na livraria, parece fazer sobressair a ideia de um certo menosprezo dos cónegos por esse tipo de matérias, que é, em absoluto, pouco crível, ao ponto de contrariar muito do que se tem apurado sobre os hábitos e interesses da comunidade de Coimbra. Mas a desmentir os indícios do

²³⁹⁴ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 17, fl. 185rb-185vb.

²³⁹⁵ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 33, fl. 196va-197rb.

²³⁹⁶ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 31, fl. 91va-92rb.

²³⁹⁷ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 30, fl. 1va-2ra; SCC 69, fl. 258v-263r.

²³⁹⁸ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 13, Dis. Memb., Dis. Memb. 2, Dis. Memb. R, Dis. Memb. rb; SCC 50, Dis. Memb. A, bif. 1, Ir-IIv, Dis. Memb. B, bif. 2, IIIr-IVv; SCC 55, Dis. Memb. B. 1, I-II, guarda ant., Dis. Memb. B. 2, III-IV, guarda post.; SCC 59, Dis. Memb. B, I-II, guarda post.; SCC 73, Dis. Memb. A. 1, bif. guarda ant., Dis. Memb. A. 2, bif. Guarda post.

²³⁹⁹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 13, Dis. Memb., Dis. Memb. 2, Dis. Memb. R, Dis. Memb. rb.

²⁴⁰⁰ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 50, Dis. Memb. A, bif. 1, Ir-IIv, Dis. Memb. B, bif. 2, IIIr-IVv; SCC 55, Dis. Memb. B. 1, I-II guarda ant.; SCC 59, Dis. Memb. B, I-II, guarda post.; SCC 73, Dis. Memb. A. 1, bif. guarda ant.

²⁴⁰¹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 55, Dis. Memb. B. 2, III-IV, guarda post.

inventário, há, uma vez mais, as doações bibliográficas do mosteiro de Sta. Cruz a particulares, feitas no princípio do século XIII. Por elas se fica a saber, com segurança, que os conhecimentos médicos da comunidade conimbricense não se limitavam aos parcos fragmentos mencionados no catálogo. Essa documentação torna claro que tanto a tradição médica árabe, como a judaica e a clássica, assim como os ensinamentos professados na escola médica de Salerno, integravam o amplo saber médico à disposição da comunidade regnante.

Repare-se que a escola salernitana foi a mais prestigiada das escolas de medicina durante muito tempo, um estabelecimento de ensino especializado onde se operava a síntese de várias tradições médicas²⁴⁰². Aí pontificaram físicos como Constantino Africano, Gariponto e Pedro Musandino, autores com trabalhos conhecidos no mosteiro, como se confere das tais cedências bibliográficas feitas pelos monges de Sta. Cruz a particulares. Dos títulos cedidos, o *Viaticus peregrinantis*, de Al-Gazzar, e os dois exemplares do *Liber ad Almansorem*, devido a Razis, sintetizam parte da lição médica árabe²⁴⁰³; o *Galenus Pergamini passionarius*, de Gariponto, integra uma porção importante da lição médica grega, pré-cristã²⁴⁰⁴; e o *De gradibus simplicium* dá a conhecer uma parte da tradição médica judaica²⁴⁰⁵. Um outro trabalho entre as obras cedidas, a meio caminho entre a medicina e a botânica, foi o tratado *de Virtibus herbarum*, de Macer Florido, que cabe também, por direito próprio, no lote de tratados médicos, dadas as suas aplicações medicinais²⁴⁰⁶. Por razões análogas, o mesmo se aplica ao *Librum cauem*, de Pedro Musandino de Salerno²⁴⁰⁷.

Finalmente, emerge uma tetralogia de assuntos que aparentemente despertou pouco entusiasmo na canónica, formada pelos bulários²⁴⁰⁸, pela eclesiologia, pela poesia e pela filosofia. As oito bulas apostólicas encontradas apresentaram-se distribuídas por cinco códices²⁴⁰⁹. Resultaram do contributo de quatro pontífices, nomeadamente

²⁴⁰² SIRAISI, Nancy - A faculdade de Medicina..., p. 366-367.

²⁴⁰³ Vid. Anexos, quadro 24, DPV 1; quadro 25, DMG1; quadro 26, DPP1.

²⁴⁰⁴ Vid. Anexos, quadro 24, DPV 2.

²⁴⁰⁵ Vid. Anexos, quadro 24, DPV 3.

²⁴⁰⁶ Vid. Anexos, quadro 25, DMG 4. Sobre Macer Florido vid. Anexos, quadro 33.

²⁴⁰⁷ Vid. Anexos, quadro 26, DPP 2.

²⁴⁰⁸ Certos autores sustentam que os bulários deveriam figurar entre os escritos de direito, não por serem tratatados jurídicos *de facto*, mas por configurarem a forma de direito aplicado. Não foi essa a opção dos organizadores do *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz...*, aqui respeitada.

²⁴⁰⁹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 6, fl. Iir, Guarda ant., Iiv, Guarda ant; SCC 30, fl. 141rb-141va; SCC 45, fl. 198r-v, 198v; SCC 46, fl. 1ra-2ra; SCC 83, fl. 143r, 143r-143v.

Gregório IX, Honório III, Inocêncio III e João VIII. Os temas versados foram variados, bem como os seus destinatários. O rei português D. Afonso III, o arcebispo de Braga e o bispo de Salamanca estiveram entre os visados pela documentação pontifícia. Merecem relevo, pelo seu valor intrínseco, a *Bula si diligenti uoluissetis*, de Honório III, e a *Bula inter cetera*, que apresenta os sinais de validação de Inocêncio III²⁴¹⁰. Uma outra letra pontifícia, mas com a chancela de Gregório IX, abordou a canonização de Sto. António, aquisição que encontra sentido no passado crúzio de Fernando Martins²⁴¹¹. Merece nota o facto de as bulas terem sido mobilizadas para a livraria e não para o cartulário, onde seria mais evidente que ocorresse o seu registo e tratamento.

Por seu turno, os textos de eclesiologia reunidos no mosteiro de Coimbra, em número de sete, distribuídos por cinco volumes, deixam ver o empenho posto no tema por autores reputados²⁴¹². Contam-se no grupo: Eusébio de Cesareia²⁴¹³, Rufino de Aquileia²⁴¹⁴, Ambrósio de Milão²⁴¹⁵, Remígio de Auxerre²⁴¹⁶ e Roberto de Deutz²⁴¹⁷, matéria em que foram seguidos por um par de anónimos²⁴¹⁸. A história eclesiástica eusebiana foi o mais emblemático dos escritos medievais do género, que encontrou um bom complemento nos prólogos a ela deixados por Rufino de Aquileia, ambos rececionados na biblioteca; tudo textos já referidos a propósito das matérias históricas, critério em que também podem ser arrumados. Um certo número de considerações diversas, reservadas à indumentária litúrgica e aos ofícios divinos esgotam os trabalhos do tema preservados em Sta. Cruz.

A poesia aparece na casa regnante apenas sob a forma de seis peças, distribuídas por cinco volumes²⁴¹⁹. O género poético caracteriza-se no mosteiro regnante pelo absoluto anonimato que o envolve. Esteve consagrado no espólio sob a forma de algumas *carmina* e de um manuscrito versificado. Algo inusitado é o facto de uma das

²⁴¹⁰ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 45, fl. 198r-v, 198v.

²⁴¹¹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 30, fl. 141rb-141va.

²⁴¹² Vid. Anexos, quadro 21, SCC 30, fl. 1va-2ra, 1va-113vb; SCC 32, fl. 55vb-67vb, 120va-125rb; SCC 54, fl. 62r-62v; SCC 58, fl. 133va; SCC 69, fl. 220r-243v.

²⁴¹³ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 30, fl. 1va-113vb.

²⁴¹⁴ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 30, fl. 1va-2ra.

²⁴¹⁵ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 58, fl. 133va.

²⁴¹⁶ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 32, fl. 55vb-67vb.

²⁴¹⁷ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 69, fl. 220r-243v.

²⁴¹⁸ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 32, fl. 120va-125rb; SCC 54, fl. 62r-62v.

²⁴¹⁹ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 5, fl. 257va [actual 246va]; SCC 9, fl. II r; SCC 30, fl. 140ra; SCC 34, fl. 117rb, 117v; SCC 61, fl. Iv.

cantigas estar redigida em português, e não na língua latina²⁴²⁰, sinalizando o crescente protagonismo ganho pela língua romance face ao latim, iniciado no século XIII, de resto, afirmado com grande solidez no decurso do seguinte²⁴²¹.

O elenco de assuntos versados nos textos recebidos no mosteiro de Sta. Cruz conclui-se com a filosofia, tomada numa aceção restrita. Foram conferíveis apenas quatro textos de carácter filosófico, presentes em outros tantos códices, numa presença muito ténue²⁴²². Resumem-se a um *Commentarium philosophiae vel iuris*²⁴²³, a um *De natura anime*²⁴²⁴, ambos de produção anónima; às *Etymologiarum sive Originum libri XX*, de Isidoro de Sevilha²⁴²⁵, e ao *De arrha animae*, composto por Hugo de S. Vítor²⁴²⁶. Mas vale para a livraria crúzia a mesma observação feita em relação à livraria alcobacense sobre a componente profundamente filosófica das obras teológicas, de acordo com uma conceção mais dilatada da filosofia.

LIVRARIAS CATEDRALÍCIAS

Ao contrário do que foi possível observar para os principais mosteiros portugueses dos séculos XII e XIII, no que diz respeito à sobrevivência de obras do período ou à presença de índices de manuscritos, parecem ser inexistentes, ou permanecem desconhecidos, arrolamentos homólogos para as dioceses do reino, apesar dos indicadores disponíveis apontarem para um aumento da componente literária da formação clerical²⁴²⁷. Tais listas ou obras, a existirem, e vindo a lume, serviriam para

²⁴²⁰ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 34, fl. 117v.

²⁴²¹ MARQUES, A. H. de Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa...*, p. 175.

²⁴²² Vid. Anexos, quadro 21, SCC 5, Dis. Memb.; SCC 9, fl. 128ra-131ra; SCC 17, fl. 1ra-185rb; SCC 20, Dis. Memb.

²⁴²³ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 5, Dis. Memb.

²⁴²⁴ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 9, fl. 128ra-131ra.

²⁴²⁵ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 17, fl. 1ra-185rb.

²⁴²⁶ Vid. Anexos, quadro 21, SCC 20, Dis. Memb.

²⁴²⁷ No que respeita a livrarias diocesanas e de membros do clero catedralício do período, apesar de escassearem monografias sobre o assunto, vale a pena consultar alguns artigos e entradas de obras de referência, que focam, ou pelo menos afloram, o tema. Assim, vid. GOMES, Saul António - Livros e alfaias litúrgicas do tesouro da sé de Viseu em 1188. *Humanitas*. 54 (2002) 269-281; MARQUES, António Henrique de Oliveira - Meios e agentes de cultura - O livro manuscrito. In *Nova história de Portugal*. Dir. J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 5: *Portugal do renascimento à crise dinástica*. Coord. J. A. Dias. Lisboa: Presença, 1998, p. 461-463; PEREIRA, Isaiás da Rosa - Escolas e livros na Idade Média em Portugal...; IDEM - Livros de direito na Idade Média I e II..., p. 7-60, 81-96; COSTA, Avelino Jesus da - A biblioteca e o tesouro da sé de Coimbra nos séculos XI a XVI. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1983. Separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 38

reconstituir os respetivos recheios bibliográficos, ou, no limite, tornariam possível uma aproximação mais certa a questões sobre o tipo de manuscritos que equipavam as estantes das sés, a dimensão média dos seus armários, os autores mais requisitados pelas catedrais e o saber mais procurado pelos respetivos clérigos. Porém, parece verificar-se um vazio significativo em relação ao património bibliográfico das dioceses sedeadas no território português²⁴²⁸. Um silêncio apenas desfeito, de forma episódica, por documentos avulsos, onde as referências que se podem vislumbrar a obras à guarda das sés são, elas próprias, muito esparsas e isoladas, em geral, aludindo a manuscritos de teor pastoral ou litúrgico²⁴²⁹. A exceção a esta regra é fornecida por um ou outro cartulário²⁴³⁰, e por alguns testamentos clericais²⁴³¹, onde se pode perceber a entrada de vários manuscritos em catedrais, mas nem num nem noutro caso se tratam de arrolamentos consequentes com a intenção de descrever o património bibliográfico das sés. O único inventário conhecido capaz de permitir a reconstituição de uma biblioteca catedralícia portuguesa relaciona-se com a sé de Viseu, e é relativo ao ano de 1188²⁴³². Em suma, nada de muito sistemático ou substancial existe, capaz de favorecer uma inspeção fiel e apertada dos interesses intelectuais das instituições catedralícias.

Seja como for, o tipo de atividades em que as sés se envolviam e as próprias razões da sua existência fornecem indícios sobre a tipologia das obras que em princípio melhor lhes serviriam, autorizando várias suposições nessa matéria. No entanto, muitas vezes, não passam de suspeitas ou convicções muito diáfanas, padecendo de confirmações mais efetivas. As conclusões a esse respeito são, por isso, quase sempre frágeis, ressentindo-se da ausência de mais documentos que deem crédito às intuições ou sustentabilidade a raciocínios teóricos, como a pretensão de que os recheios das bibliotecas capitulares portuguesas reiterariam os hábitos e padrões de igrejas com o

(1983); NASCIMENTO, Aires Augusto - Circulação do livro manuscrito. In *Dicionário de Literatura medieval galega e portuguesa*. Dir. G. Lancian e G. Tavani. Lisboa: Caminho, 1993, p. 155-159; MATTOSO, José - Condições económicas e sociais na circulação dos códices da Península Ibérica...; IDEM - Orientações da cultura portuguesa no princípio do século XIII..., p. 225-241.

²⁴²⁸ GOMES, Saul António - Livros e alfaías litúrgicas do tesouro da sé de Viseu em 1188..., p. 269.

²⁴²⁹ Por exemplo, no *Liber Fidei* da sé de Braga, em 12 de Julho de 1161, há registo de uma doação de Pedro Ourives a doar à arquidiocese um missal perfeito e um breviário. Vid. *Liber fidei...* Vol. 2, fl. 131v-132, nº 486.

²⁴³⁰ Sobre cartulários onde se podem vislumbrar alguns manuscritos em trânsito para as sés vid. *Liber Fidei...*, *Livro Preto da sé de Coimbra...*, *Livro das Kalendas da sé de Coimbra...*

²⁴³¹ Vid. Anexos, quadro 28.

²⁴³² 1188 Out. 3, Viseu. ANTT, Sé de Viseu, m. 5, nº 7. Documento publicado por GOMES, Saul António - Livros e alfaías litúrgicas do tesouro da sé de Viseu em 1188..., p. 269-281.

mesmo perfil, situadas em espaços além-fronteiras, nomeadamente hispânicos. Um exercício que, não obstante o seu carácter especulativo, tem muitos méritos, porque a extrapolação para a realidade portuguesa da composição bibliográfica de catedrais peninsulares, em especial as castelhanas e leonesas, com as quais as afinidades geográficas e culturais ao reino eram maiores²⁴³³, pode oferecer pistas relevantes sobre a eventual composição dos armários das sés sedeadas em território português.

A SÉ DE VISEU

A existência da relação de livros da sé de Viseu deveu-se ao esforço do responsável pelo tesouro, Soeiro Mendes, investido na função pelo bispo João Peres. A inspeção do documento, que contempla outros bens para além dos manuscritos, permite elencar um conjunto de quinze volumes, correspondente a doze obras, a que se somam as aquisições patrocinadas pelo mesmo prelado, responsável pela angariação de mais dezoito volumes, traduzíveis em onze títulos. Tudo somado qualifica 33 volumes, resultando em 23 títulos.

No inventário de 1188 predominam as espécies litúrgicas, compreendendo um *comicum*, um antifonário, quatro oficiais, três sacramentários, três evangeliários, três epistolários, dois missais, dois processionários, um breviário e um saltério²⁴³⁴. Juntas perfazem 21 dos títulos que constam da relação, ou seja dois terços do conjunto. Como seria de esperar, havia espaço no tesouro para *Bíblías*, no caso duas, cuja presença seria imprescindível em qualquer estabelecimento religioso, diocese ou outro²⁴³⁵. A espiritualidade também foi contemplada por intermédio de uns *Moralium*, presumivelmente a obra de Gregório Magno *Moralia in Job*²⁴³⁶, e por uns *Flores Martyrum*²⁴³⁷, de autoria desconhecida. Está ainda assinalado um livro de costumes, que serviria seguramente para regular e organizar a vida dos capitulares²⁴³⁸.

²⁴³³ MATTOSO, José - A formação de Portugal e a Península Ibérica nos séculos XII e XIII. In *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Estampa, 1990, p. 68-69.

²⁴³⁴ Vid. Anexos, quadro 27, SVS 2, SVS 4, SVS 5, SVS 7, SVS 8, SVS 9, SVS 10, SVS 12, SVS 13, SVS 14, SVS 15, SVS 16, SVS 17, SVS 18, SVS 22.

²⁴³⁵ Vid. Anexos, quadro 27, SVS 1, SVS 23.

²⁴³⁶ Vid. Anexos, quadro 27, SVS 3.

²⁴³⁷ Vid. Anexos, quadro 27, SVS 6.

²⁴³⁸ Vid. Anexos, quadro 27, SVS 11.

Outras peças avulsas que se podem rastrear no lote arrolado são um *Decreto*, naturalmente o de Graciano²⁴³⁹; um passionário anónimo²⁴⁴⁰; e umas *Sentenças*, que com grande probabilidade seriam as redigidas por Pedro Lombardo, tal a popularidade conhecida pela obras na época²⁴⁴¹. A seu modo, cada uma delas testemunha o interesse da sé viseense pelo direito, pela hagiografia e pela teologia, e nesse sentido, são bastante significativas. Tratando-se de uma relação bibliográfica para a qual não se encontra paralelo em outras dioceses é arriscado prognosticar que a coleção de manuscritos reunidos na sé de Viseu seria um paradigma dos armários diocesanos da época, tanto mais que a dimensão das catedrais, a sua riqueza, a importância atribuída à cultura e à escolarização, assim como os hábitos intelectuais dos elementos de cada cabido parecem ter sido muito variáveis.

DOAÇÕES A LIVRARIAS CATEDRALÍCIAS

A recente publicação de um considerável *corpus* documental, formado pelos testamentos do clero catedralício português, sob o título *Testamenti ecclesiae Portugaliae* – um copioso acervo de documentos, reunindo cerca de centena e meia de fontes, provenientes de clérigos ligados às nove dioceses implantadas no reino, para período concordante com o do estudo²⁴⁴² –, vem permitir, de alguma forma, atenuar parte do largo desconhecimento que recobre o tópico.

É evidente que o uso exclusivo deste conjunto específico de documentos no sentido proposto enferma de vários problemas, considerando as suas características. Dois são mais decisivos que os restantes: por um lado, a utilidade dos documentos é só parcelar, pois o seu uso, por si só, nunca permitiria a recomposição cabal dos núcleos bibliográficos das livrarias catedralícias, porquanto só atestam as parcelas dos espólios correspondentes às doações, e que seguramente só seriam responsáveis por uma fração dos fundos mantidos; e, depois, porque os manuscritos entregues espelham os interesses bibliográficos dos proprietários, não se podendo assegurar que fossem inteiramente convergentes com as agendas intelectuais e prioridades culturais das catedrais.

²⁴³⁹ Vid. Anexos, quadro 27, SVS 21.

²⁴⁴⁰ Vid. Anexos, quadro 27, SVS 19.

²⁴⁴¹ Vid. Anexos, quadro 27, SVS 20.

²⁴⁴² Vid. *Testamenti Ecclesiae Portugaliae*...

Enfim, apesar de tudo, é razoável supor que os doadores, na altura em que prescreviam o destino das obras, ao exprimirem notarialmente as suas vontades, teriam em consideração a respetiva utilidade para as sés, à luz do quadro das necessidades sentidas por essas instituições religiosas, de que teriam suficiente conhecimento enquanto seus cónegos, dignitários ou bispos. Esse argumento, apesar de muito aceitável, não deve velar nunca a consciência de que as cedências feitas pelos religiosos às catedrais, independentemente dos objetos doados – livros ou outros bens – valiam, sobretudo, e antes de mais, como atos de manifestação pia e devocional; e só num segundo plano de interesses seriam consideradas outras valências para os destinatários²⁴⁴³.

Sem escamotear os problemas inerentes à interpretação dos resultados decorrentes da leitura dos atos sucessórios, que devem ser rodeados de especiais cuidados pelas razões expostas, o empreendimento parece aportar vantagens para atender à questão, pois é inegável que os endossos de livros de que dão nota os testamentos tinham materialização efetiva nas livrarias das igrejas diocesanas. Com efeito, as entregas contribuía para abastecer os *stocks* bibliográficos dos estabelecimentos religiosos visados, reforçando-os; e esses livros, uma vez incorporados nos armários das sés, constituíam-se como efetivas fontes de saber à disposição dos corpos capitulares. Nesta problemática das ofertas bibliográficas feitas pelo clero às dioceses, seria relevante perceber o nível de dependência das sés das doações privadas para a constituição e manutenção dos seus depósitos bibliográficos, mas essa questão não pode ser resolvida com os elementos em presença, ficando a sua resposta pendente, apesar da pertinência do problema.

Estabelecidos, portanto, alguns dos méritos e dos objetivos do uso instrumental dos testamentos para o fim proposto, bem como parte dos óbices envolvidos na tarefa, houve necessidade de circunscrever as obras em questão referentes às catedrais, de forma a tornar o procedimento consequente. Nessa matéria, as sés foram consideradas como instituições beneficiadas sempre que as doações bibliográficas as visaram explicitamente, ou, então, aos seus tesouros. Consideraram-se ainda todas as situações em que os legados foram endereçados a altares e capelas situados nos seus interiores; quando as ofertas foram dirigidas aos respetivos cabidos ou o conjunto de oficiantes; ou

²⁴⁴³ CARVALHO, Elisa - A fortuna ao serviço da salvação da alma, da família e da memória..., p. 39.

ainda nas ocasiões em que os manuscritos foram endereçados a bispados desde que na sua condição de responsáveis pela mitra, e não como particulares. Na análise ainda se incluíram outras obras não doadas, mas mencionadas no rol documental como fazendo parte dos fundos bibliográficos das catedrais. Por fim, desprezaram-se todas aquelas que sendo endossadas às catedrais tinham cláusulas anexas prevendo a sua alienação, por não contribuírem para a composição das livrarias.

Em absoluto, os manuscritos – avulsos ou em lote – que foi possível associar indubitavelmente a tesouros e livrarias das sés do reino foram visíveis em apenas 28 testamentos clericais, para um conjunto de 58 atos sucessórios que contiveram referências a livros, num universo global de 151 testamentos recolhidos pelos organizadores do cartulário²⁴⁴⁴ (vid. gráfico 15).

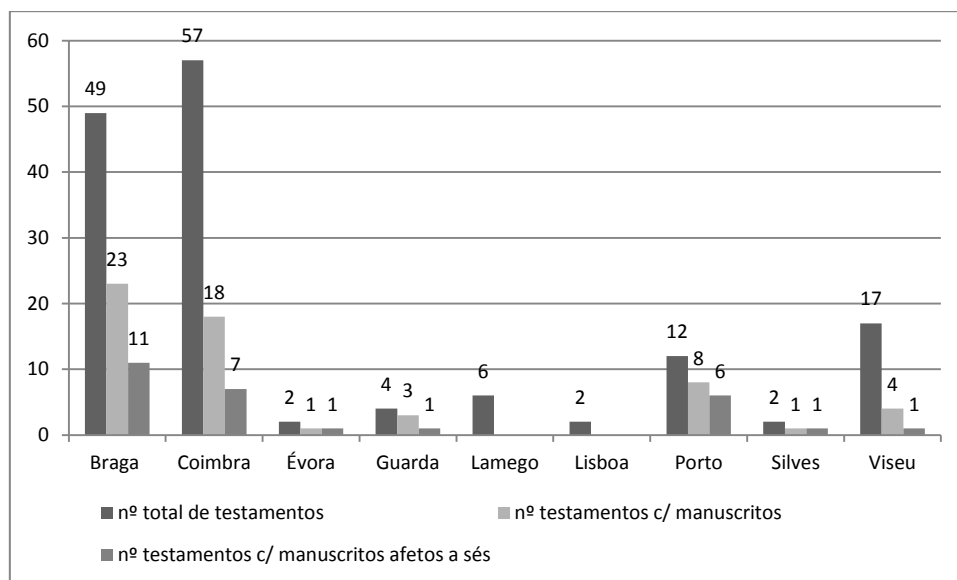


GRÁFICO 15: DISTRIBUIÇÃO DE TESTAMENTOS C/ REFERÊNCIAS A OBRAS POR SÉS (SÉS)

Fonte: *Testamenti ecclesiae Portugaliae*.

Sistematizando a informação, e procedendo à ordenação dos legados clericais em que existem referências a livros endossados a bibliotecas diocesanas, atendendo ao vínculo institucional dos beneficiantes, resulta que onze dos 28 testamentos foram mandados lavrar por clérigos bracarense²⁴⁴⁵, sete por capitulares de Coimbra²⁴⁴⁶ e seis por diocesanos do Porto²⁴⁴⁷. Os restantes quatro testamentos onde ocorreram referências similares resultaram da vontade de clérigos das sés de Évora, Guarda, Silves e

²⁴⁴⁴ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 1.3, 1.4, 1.9, 1.10, 1.12, 1.23, 1.28, 1.33, 1.39, 1.40, 1.42, 2.18, 2.22, 2.28, 2.32, 2.40, 2.41, 2.54, 3.2, 4.3, 7.1, 7.3, 7.6, 7.8, 7.9, 7.11, 8.2, 9.17.

²⁴⁴⁵ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 1.3, 1.4, 1.9, 1.10, 1.12, 1.23, 1.28, 1.33, 1.39, 1.40, 1.42.

²⁴⁴⁶ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 2.18, 2.22, 2.28, 2.32, 2.40, 2.41, 2.54.

²⁴⁴⁷ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 7.1, 7.3, 7.6, 7.8, 7.9, 7.11.

Viseu²⁴⁴⁸. Em contraste, nenhum clérigo das sés de Lamego e de Lisboa foi visto a remeter obras para livrarias catedralícias. No caso da sé lisboeta, a informação reveste-se de particular estranheza, face à importância que a catedral foi acumulando ao longo do período, introduzindo a única nota verdadeiramente dissonante no quadro de incidências face ao que seria expectável, a partir dos dados sobre o nível cultural de cada um desses polos de religiosidade. A explicação para tal radica na existência de apenas dois testamentos de clérigos filiados na sé de Lisboa, entre os recenseados em todo o lote documental.

Ressalta, deste cenário, um desequilíbrio significativo nas doações de livros feitas pelos clérigos a dioceses, sendo que essas diferenças de grandeza traduzem, em grande parte e com poucas distorções, a importância relativa das catedrais a que estavam vinculados, de que a exceção mais evidente foi Lisboa. Uma importância que era política, económica e social, mas também cultural, facto bastante sublinhado pela historiografia especializada, e que está suficientemente abonado pelo retrato esboçado dos letrados, algo também corroborado pela sua posse de livros, como se teve oportunidade de sublinhar antes. Assim, a grande quantidade de clérigos das sés de Braga e de Coimbra que apareceram a ceder manuscritos a sés explica-se com facilidade pela sua inscrição em ambientes culturalmente estimulantes, no interior de cidades que eram centros religiosos e políticos. A pouca ou nenhuma expressão dos clérigos beneficiantes das livrarias diocesanas às igrejas de Lamego, Viseu e Silves resulta, inversamente, de estarem inseridos em zonas pouco nevrálgicas desse ponto de vista, excêntricas aos principais eixos de poder e prestígio. Um pouco menos previsível é a posição subalterna de Évora no conjunto, acompanhando nesse particular a sé de Lisboa, mas a explicação terá previsivelmente a mesma origem: a exiguidade de testamentos dos capitulares de ambas as catedrais que foi possível rastrear, impedindo o avistamento de doações bibliográficas a catedrais por parte dos seus capitulares, que previsivelmente terá acontecido.

Olhando para os autores dos testamentos responsáveis pelas entregas de obras às catedrais, identificam-se na arquidiocese bracarense os cónegos Nicolau, Pedro Gonçalves de Barbudo e Estêvão Pais; o mestres-escola Nuno Forjaz; o deão Fernando Eanes de Portocarreiro; os arcediagos Domingos e Geraldo Peres; e os arcebispos Pedro

²⁴⁴⁸ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 3.2, 4.3, 8.2, 9.17.

Mendes, Estêvão Soares da Silva e Martinho Pires de Oliveira²⁴⁴⁹. Por sua vez, obras avistadas na sé de Coimbra detetam-se nos atos mandados rubricar pelos cônegos João Domingues, João Gonçalves Chancinho, Vasco Domingues e João Gomes, pelo tesoureiro João Domingues, que talvez se possa identificar com o cônego do mesmo nome, e pelos bispos Egas Fafes e Pedro Martins²⁴⁵⁰. Já os manuscritos achados em poder da sé portuense foram visíveis nos testamentos produzidos por dois dos chantres da instituição, Gonçalo Gonçalves e Vicente Domingues, e por quatro dos seus prelados, Fernando Martins, Pedro Salvadores, Vicente Mendes e Sancho Peres²⁴⁵¹. Em relação às restantes dioceses, encontram-se referências a obras integradas em livrarias catedralícias nos legados deixados pelo bispo eborense Fernando Martins, homónimo do prelado portuense, no tocante a Évora²⁴⁵²; de mestre João, que acumulava o deado da Guarda com um canonicato em Braga, em relação à sé egitanense²⁴⁵³; do deão Geraldo Pais, no que se refere a Silves²⁴⁵⁴; e de João Esteves de Arouca, clérigo de missa e coreiro, para a catedral de Viseu²⁴⁵⁵.

Não sendo surpreendente, mas assinalável pelo significado de que se reveste, é a relação quase direta entre as sés destinatárias por obras e a filiação dos clérigos na origem dessas entregas. Ou seja, a regra foi quase sempre o benefício das instituições que os clérigos serviam no momento da redação documental, evidenciando a força dos laços eclesiais e da fidelidade institucional quando os objetos transmitidos eram livros, o que nem sempre aconteceu com outros bens, designadamente com património imobiliário e remessas em dinheiro, muito mais dispersas, com frequência repartidas entre outras instituições e particulares.

As exceções a essa tendência foram poucas: mestre Domingos, de Braga, que, a par da sua própria catedral, presenteou também a diocese eborense com umas *Decretais*²⁴⁵⁶; o arcebispo Pedro Mendes, que beneficiou com um *Decreto*, de Graciano, a sé lamecense, com a peculiaridade de ter ignorado neste domínio a instituição que dirigia²⁴⁵⁷; o bispo Egas Fafes, que, apesar de estar ligado à sé de Coimbra e de ter a

²⁴⁴⁹ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 1.3, 1.4, 1.9, 1.10, 1.12, 1.23, 1.28, 1.33, 1.39, 1.40, 1.42.

²⁴⁵⁰ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 2.18, 2.22, 2.28, 2.32, 2.40, 2.41, 2.54.

²⁴⁵¹ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 7.1, 7.3, 7.6, 7.8, 7.9, 7.11.

²⁴⁵² Vid. Anexos, quadro 28, ts. 3.2.

²⁴⁵³ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 4.3.

²⁴⁵⁴ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 8.2.

²⁴⁵⁵ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 9.17.

²⁴⁵⁶ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 1.9, ms. 8.

²⁴⁵⁷ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 1.4, ms. 3.

visado com códices, distribuiu também alguns livros jurídicos pela sé de Braga²⁴⁵⁸; e um outro prelado, Fernando Martins, bispo do Porto, que, além de ter cedido manuscritos à sua própria sé, apontou outros à arquidiocese do reino, sobretudo peças legais, acrescidas de um saltério com glosas²⁴⁵⁹. Não conta como exceção mestre João, deão da Guarda, na medida em que este acumulava o deado egitaniense com uma conezia em Braga, instituição a quem votou a *Suma*, de Hugúcio de Pisa, que constava dos seus pertences²⁴⁶⁰.

Nesta questão não parece irrelevante olhar para os cargos ocupados pelos indivíduos que nas suas doações revelam livros reportáveis às sés, do que resulta o seguinte quadro genérico: proporcionalmente poucos cónegos, apenas oito²⁴⁶¹; nove dignitários, repartidos por mestres-escola, arcediagos, chantres e deães²⁴⁶²; uma maioria de bispos²⁴⁶³; e só, excecionalmente, um clérigo de missa²⁴⁶⁴ (vid. gráfico 16).

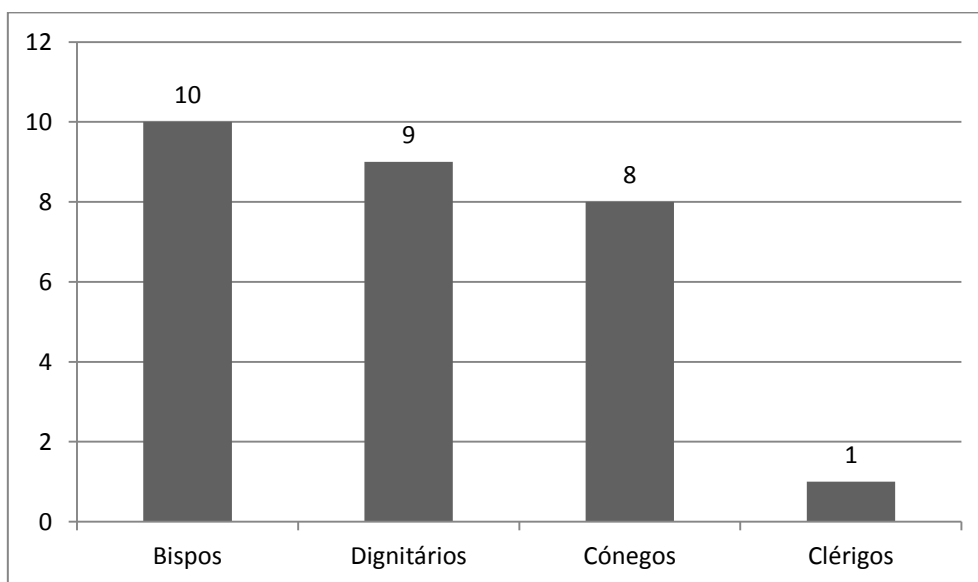


GRÁFICO 16: DISTRIBUIÇÃO DE TESTADORES DE OBRAS POR FUNÇÕES (SÉS)

Fonte: *Testamenti ecclesiae Portugaliae*.

O peso dos bispos no conjunto é muito significativo, quer em termos absolutos, por liderarem as doações codicológicas; quer sobretudo em termos relativos, quando contrastado o seu número com a quantidade de dignitários previstos nos quadros orgânicos das sés e os seus ainda mais abundantes cónegos. Entre os ocupantes de

²⁴⁵⁸ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 2.28, ms. 107-110.

²⁴⁵⁹ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 7.1, ms. 205-209.

²⁴⁶⁰ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 4.3, ms. 193.

²⁴⁶¹ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 1.4, 1.10, 1.42, 2.28, 2.41, 3.2, 7.1, 7.3, 7.8, 7.9.

²⁴⁶² Vid. Anexos, quadro 28, ts. 1.12, 1.23, 1.28, 1.40, 2.18, 2.32, 2.40, 2.54.

²⁴⁶³ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 1.3, 1.9, 1.33, 1.39, 2.22, 4.3, 7.6, 7.11, 8.2.

²⁴⁶⁴ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 9.17.

dignidades, a presença do mestre-escola é a mais fácil de justificar, considerando os deveres que lhe assistiam no meio capitular indelével de uma cultura predominantemente escrita.

A primazia do episcopado neste rol releva de vários fatores, alguns fáceis de nomear: as suas disponibilidades financeiras e patrimoniais, que ultrapassavam, por norma, as dos demais religiosos, tornando mais fácil a aquisição de bens caros, como os manuscritos tendiam a ser²⁴⁶⁵; a especificidade das funções ocupadas, que exigiam o domínio de uma gama vasta de assuntos, em razão dos compromissos relacionados com a direção das catedrais, questões onde o saber livresco se poderia revelar de grande utilidade, nomeadamente em assuntos de foro jurídico²⁴⁶⁶; o nível cultural possuído, bastante acima da média, algo que a posição também aconselhava, se não exigia, e que se reflete no facto de vários deles terem frequentado estudos gerais como escolares²⁴⁶⁷; a quantidade de doações que recebiam de féis e correligionários, como líderes religiosos, que poderiam estender-se à entrega de livros, mesmo que pontual²⁴⁶⁸; e, eventualmente, uma predisposição para a personalização do património, que deveria suceder com grande assiduidade, devido à frequente confusão entre indivíduo e função²⁴⁶⁹.

Face ao exposto, nenhuma surpresa resulta da constatação de ser na posse dos bispos que se avista a maior parte dos livros que é possível projetar nas dioceses, mesmo considerando que nem sempre é possível contabilizar o número de peças bibliográficas em trânsito, porque a falta de detalhes relativa ao envio de certos lotes ensombra o tratamento quantitativo de parte das doações. À cabeça, entre os maiores doadores de manuscritos figuram Estêvão Soares da Silva, Egas Fafes e os dois homónimos de nome Fernando Martins, por sinal, todos titulares de cátedras episcopais,

²⁴⁶⁵ PEREIRA, Isáfas da Rosa - Livros de direito na Idade Média I..., p. 8.

²⁴⁶⁶ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa - *A sé de Coimbra...*, p. 253-254.

²⁴⁶⁷ ALMEIDA, Fortunato de - *História da igreja em Portugal...*, p. 214-215.

²⁴⁶⁸ São vários os legados em que é possível divisar doações destinadas a bispos, algumas envolvendo a entrega de manuscritos. A título de exemplo, vejam-se as mandas de Estêvão Soares, cônego de Braga, e de João Vicente, arcediogo de Barroso na Sé de Braga e cônego de Évora, que legam aos seus prelados, respetivamente, um *Decreto* e umas *Decretais*. Vid. *Testamenti ecclesiae Portugaliae...*, ts. 1.28, 1.48.

²⁴⁶⁹ FEIO, Alberto - Os bens dum bispo de meia idade: inventário do século XIII. *Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga*. 1 (1920) 118-126.

o que sinaliza bem a maior predisposição episcopal para o controlo de manuscritos de que se vem dando nota²⁴⁷⁰.

Não é irrelevante para a questão da posse e transmissão de manuscritos o facto de alguns desses indivíduos surgirem referidos como mestres²⁴⁷¹, e de outros manifestamente o serem, apesar de não aparecerem designados pelo grau nos testamentos, tal como sucedeu com o cônego Domingos, o deão Fernando Eanes de Portocarreiro e os bispos Pedro Martins, Pedro Salvadores, Sancho Peres e Vicente Mendes²⁴⁷². Nessa medida, é seguro afirmar que vários dos elementos com doações de manuscritos a dioceses eram letrados que frequentaram instituições de ensino avançado, logo, indivíduos habituados a privar com livros e a usá-los na sua prática quotidiana.

Deslocando o olhar do número de testamentos com obras doadas a dioceses e das funções dos doadores, para o centrar concretamente no número de textos transmitidos, interessa proceder à sua contabilidade e tipificação por assuntos. Consideraram-se para esse efeito, como foi descrito: os manuscritos cedidos a dioceses libertos de condições anexas prevendo a sua alienação; as obras achadas na posse dos particulares acompanhados por instruções sobre a sua devolução, nos casos em que as sés se apresentaram como instituições mutantes²⁴⁷³; e os livros entregues a catedrais obtidos com a receita da venda de outros manuscritos – fosse por estes serem considerados pouco indicados para o apetrechamento das estantes diocesanas; fosse por serem cópias de escritos já possuídos nas livrarias; fosse por haver a intencionalidade de colmatar com as aquisições recomendadas as falhas identificadas nas composições dos armários das catedrais; fosse por outros motivos, não inteligíveis²⁴⁷⁴; e, por último, as obras dos cabidos mencionadas nas mandas, mas sem relação explícita com os doadores²⁴⁷⁵.

Na sequência da aplicação desses critérios de seriação apuraram-se 49 itens individuais e por 16 lotes plurais associados a dioceses (vid. gráfico 17).

²⁴⁷⁰ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 1.10, 2.28, 3.2, 7.1.

²⁴⁷¹ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 1.12, 4.3.

²⁴⁷² Vid. Anexos, fichas prosopográficas 37, 91, 182, 344, 355, 383, 416.

²⁴⁷³ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 1.28, 1.42.

²⁴⁷⁴ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 7.11, 9.17.

²⁴⁷⁵ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 1.33, 2.18, 2.22, 2.40, 3.2, 7.9.

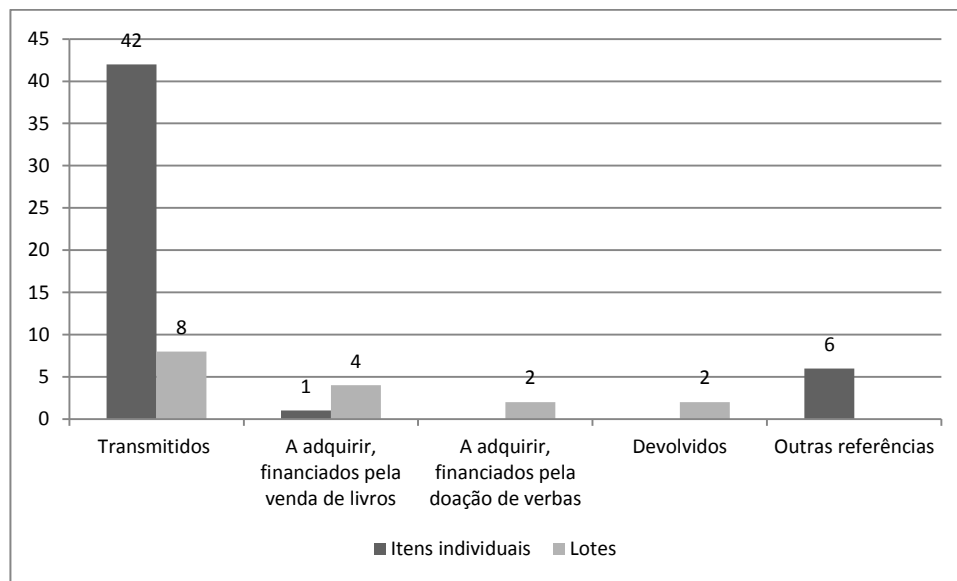


GRÁFICO 17: DISTRIBUIÇÃO DE OBRAS POR TESTAMENTOS CLERICAIS I (SÉS)

Fonte: *Testamenti ecclesiae Portugaliae*.

Desmembrando a informação, por dioceses, e cruzando-a, sempre que possível, com as tipologias literárias a que se puderam associar os escritos, sobressaem algumas tendências genéricas (vid. gráfico 18).

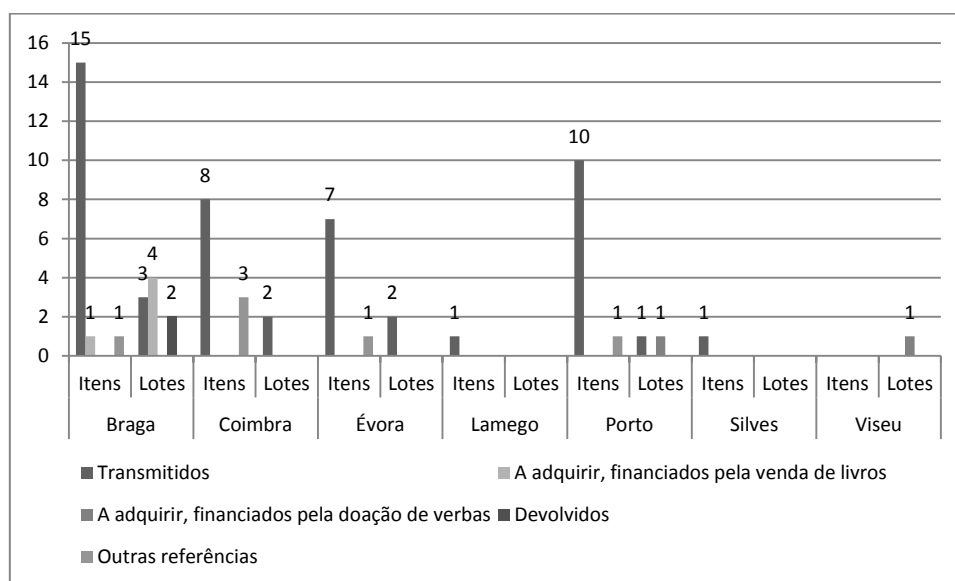


GRÁFICO 18: DISTRIBUIÇÃO DE OBRAS POR TESTAMENTOS CLERICAIS II (SÉS)

Fonte: *Testamenti ecclesiae Portugaliae*.

Em primeiro lugar, é possível ligar à igreja metropolitana a soma de dezassete obras individuais e nove lotes bibliográficos, repartidos por treze testamentos²⁴⁷⁶. Acerca das obras individuais, para a esmagadora maioria conseguiu-se estabelecer os assuntos a que reportavam. Referem-se, sobretudo, a títulos legais, com os tratados de

²⁴⁷⁶ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 1.3, 1.9, 1.10, 1.12, 1.23, 1.28, 1.33, 1.39, 1.40, 1.42, 2.28, 4.3, 7.1.

direito civil a superiorizarem-se aos relacionados com a tradição jurídica canónica, mas não a grande distância. Entre os primeiros, há registo de três cópias do *Códice*, de Justiniano²⁴⁷⁷; dois exemplares do *Digesto Novo* e outros tantos do *Digesto Velho*²⁴⁷⁸; um *Autêntico*, descrito como destituído de aparato²⁴⁷⁹; um *Esforçado*²⁴⁸⁰; e, a finalizar, umas *Instituições*, com aparato de Acúrsio²⁴⁸¹, o mestre de Bolonha autor de umas glosas ordinárias ao *Corpus iuris civilis*²⁴⁸². No campo do direito canónico, as referências sucedem-se a umas *Decretais*, previsivelmente as compiladas por Gregório IX²⁴⁸³; a três pares de *Decretos*, de Graciano²⁴⁸⁴; e a uma *Suma*, da autoria de Hugúcio de Pisa²⁴⁸⁵. Outras obras visíveis na arquidiocese são de teor litúrgico: dois missais²⁴⁸⁶ e três saltérios, pelo menos um dos quais continha glosas, com a particularidade dos livros de salmos poderem ser utilizados em contexto pedagógico, e não servirem apenas para a condução de ofícios²⁴⁸⁷. Para além das obras doadas, a arquidiocese foi ainda contemplada com a entrega de outras espécies jurídicas, mas sob a condição expressa da sua venda futura com o propósito de custear a compra de peças litúrgicas em seu lugar. Foi essa, de resto, a intenção manifestada pelo arcebispo Estêvão Soares da Silva, na doação feita à catedral de um *Códice*, de umas *Decretais*, de umas *Instituições* e das primeira e terceira compilações da *Coleção Antiga das Decretais*²⁴⁸⁸. Idêntico desígnio teve mestre Nicolau ao entregar à sé bracarense, onde era cónego, um outro exemplar das *Decretais*²⁴⁸⁹. No conjunto, as duas doações traduzem-se em indicações expressas para a aquisição de quatro conjuntos de obras litúrgicas e de uma outra peça com as mesmas características. As condições impostas nas transmissões, por parte dos dois religiosos, sugerem uma presença superavitária dos escritos jurídicos no interior da arquidiocese ou, invertendo a premissa, um estado deficitário da coleção litúrgica, situação que tanto poderia ser crónica como puramente ocasional. Ou, mais

²⁴⁷⁷ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 1.9, 2.28, 7.1.

²⁴⁷⁸ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 2.28, 7.1.

²⁴⁷⁹ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 2.28.

²⁴⁸⁰ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 7.1.

²⁴⁸¹ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 2.28. Sobre Acúrsio vid. Anexos, quadro 33.

²⁴⁸² Sobre Acúrsio vid. Anexos, quadro 33.

²⁴⁸³ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 1.23.

²⁴⁸⁴ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 1.10.

²⁴⁸⁵ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 4.3.

²⁴⁸⁶ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 1.3, 1.39.

²⁴⁸⁷ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 1.39, 7.1.

²⁴⁸⁸ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 1.10.

²⁴⁸⁹ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 1.12.

simplesmente podem ser sintoma de um maior interesse da catedral de Braga pela liturgia do que pelo direito.

O que os testamentos deixam perceber sobre a composição da biblioteca bracarense estende-se a duas indicações respeitantes a livros encontrados na posse de elementos do clero catedralício mas que pertenciam originalmente à diocese, havendo a necessidade de os restituir à sua procedência, conforme disso dão conta os autores dos testamentos que as mencionam: Estêvão Soares, cônego na sé, e Martinho Pires de Oliveira, arcebispo²⁴⁹⁰. Lamentavelmente, ambas as referências são omissas na nomeação dos manuscritos em causa, deixando por especificar a sua natureza ou quantidade. Remetem, no entanto, para a existência de uma política de empréstimos entre a sé e os seus clérigos, que é bastante esclarecedora, por um lado, sobre as dificuldades na aquisição de livros, e, por outro lado, deixa ver a ativação de sistemas ambulatorios entre as catedrais e os seus afiliados, por onde circulavam livros. O fundo bibliográfico bracarense passível de reconstituição com base nas disposições sucessórias dos religiosos diocesanos completa-se, enfim, com a referência a um livro capitular, talvez um calendário ou um aniversário, mencionado no testamento de deão Fernando Eanes de Portocarreiro²⁴⁹¹.

Em relação à sé do Porto, a segunda das dioceses com maior afluência de escritos com proveniência testamentária, conseguem-se recensar onze livros e dois conjuntos indistintos. Mais uma vez, as remessas em lotes não foram acompanhadas pela desejável explicitação sobre as obras que os compunham ou aos números envolvidos. Entre os livros devidamente referenciados, persiste, à semelhança do estabelecido para a sé de Braga, uma prevalência do direito entre as ofertas bibliográficas, e, também aqui, como verificado para a arquidiocese, se verifica uma maior insistência nos tratados de ramo romano face aos do ramo canónico. Este núcleo de obras jurídicas encontrou-se na posse do bispo da sé portuense Fernando Martins, com duas *Instituições*, um *Códice*, um *Autêntico* e umas *Novelas*, obras de foro civil, e dois *Decretos*, que pela sua natureza integram as coleções de cânones²⁴⁹². Por seu turno, um missal, detido pelo chantre Vicente Domingues, e dois saltérios, um deles com glosas, mostram a existência de itens litúrgicos nas estantes da diocese portuense, com a

²⁴⁹⁰ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 1.28, 1.42.

²⁴⁹¹ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 1.33.

²⁴⁹² Vid. Anexos, quadro 28, ts. 7.1.

habitual ressalva do livro de salmos apresentar um uso polivalente, dada a possibilidade do seu uso em contexto docente; algo para que as glosas feitas a um dos saltérios parecem remeter sem grandes dúvidas²⁴⁹³. Nas obras assacadas à biblioteca da sé do Porto ainda cabe a contabilização de uma *Bíblia*, enviada ao cabido pelo bispo Vicente Mendes, com o que terá sido reforçado o contingente de livros sagrados mantidos pela sé, não obstante o prelado ter imposto uma condição de usufruto antes do seu ingresso na diocese se tornar definitivo²⁴⁹⁴. Tratava-se, em todo o caso, de um exemplar necessariamente pequeno, destinado a consulta privada, e não tanto ao serviço religioso, como se deduz da portabilidade que lhe é atribuída. Por seu turno, o referido Vicente Domingues estipulou ainda uma verba de 50 morabitinos para ser empregue na compra de livros e de outros ornamentos²⁴⁹⁵.

À sé de Coimbra foram cedidos oito manuscritos pelo clero catedralício²⁴⁹⁶, assinalados em seis testamentos, acompanhados por dois conjuntos indistintos de obras, carentes de identificação concreta, entregues por João Gonçalves Chancinho²⁴⁹⁷. Nenhuma novidade sobressai, por esta altura, do facto dos exemplares identificáveis se dividirem, na maioria, entre espécies jurídicas e peças usadas em cerimónias rituais, apenas com a variante do relativo equilíbrio entre os dois tópicos face ao quadro das obras assimiláveis às sés de Braga e do Porto. O grupo legal é exclusivamente relacionável com o direito canónico, e integra umas *Decretais* com aparato de um Bernardo, que, parece quase certo, seria o canonista e professor de Bolonha conhecido por Bernardo de Parma²⁴⁹⁸; um *Decreto*, com aparato de João Teutónico²⁴⁹⁹; uma *Suma* de Hugúcio de Pisa versando o mesmo *Decreto*; e, a acabar, umas *Raciones*. O conjunto pertencia inteiramente ao antigo bispo da catedral Egas Fafes²⁵⁰⁰. Os manuscritos litúrgicos, por seu lado, consistiram em dois missais, um breviário e um epistolário, visíveis em três dos atos jurídicos²⁵⁰¹. Restam, depois, três alusões a livros capitulares,

²⁴⁹³ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 7.11, 7.3, 7.9.

²⁴⁹⁴ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 7.8.

²⁴⁹⁵ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 7.11.

²⁴⁹⁶ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 2.28, 2.40, 2.41, 2.50, 2.53, 2.54.

²⁴⁹⁷ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 2.32.

²⁴⁹⁸ Sobre Bernardo de Parma vid. Anexos, quadro 33.

²⁴⁹⁹ Sobre João Teutónico vid. Anexos, quadro 33.

²⁵⁰⁰ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 2.28.

²⁵⁰¹ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 2.40, 2.41, 2.54.

que, em bom rigor, talvez possam remeter para o mesmo livro de aniversários, mencionado em diferentes momentos, usado para registrar de sufrágios²⁵⁰².

Para a sé de Évora, por seu turno, foram direcionadas, graças à generosidade clerical de apenas dois indivíduos – o arcediogo de Braga Domingos e principalmente o bispo eborense Fernando Martins –, oito manuscritos e dois núcleos bibliográficos²⁵⁰³. Com restrição de um dos núcleos, do qual nada se sabe sobre a sua composição, e de uma peça litúrgica, todos esses livros apresentam a particularidade de serem obras de direito, repartidas pelos dois campos em que a ciência legal se ramificava, então: decretalista e romano. Assim, é seguro que na livraria do cabido eborense adentraram as seguintes obras: um aparato em cinco livros, atribuído a Inocêncio IV; uma *Suma áurea*, de Henrique de Susa; um *Decreto*, de Graciano, com glosas; umas *Instituições*, também elas glosadas; um volume de casos com apostilhas, versando o *Decreto*, talvez devidos a Benencasa de Arezzo²⁵⁰⁴; uma *Suma* sobre as rubricas das Decretais, deixada por Godofredo de Trano, um conjunto de sumas, formadas por casos, com adendas²⁵⁰⁵ e, a finalizar, umas *Decretais*, de Gregório IX²⁵⁰⁶. O livro litúrgico, responsável por moderar a sugestão de uma certa hegemonia do direito na livraria eborense, foi um saltério, por onde se faziam leituras, segundo é afirmado no testamento deixado pelo bispo Fernando Martins, que o menciona²⁵⁰⁷.

As dioceses de Lamego e Silves contam-se entre as três que menos livros receberam das mãos do clero catedralício. À catedral lamecense sabe-se apenas que lhe chegou um *Decreto*, de Graciano, através do arcebispo bracarense Pedro Mendes²⁵⁰⁸; enquanto a biblioteca capitular de Silves recebeu, pelo menos, umas *Decretais*, de Gregório IX, que lhe foram entregues por Geraldo Pais, deão da instituição²⁵⁰⁹. Uma vez mais, em ambos os casos, tratou-se de literatura eminentemente legal. Já no que se reporta à sé de Viseu, a outra das menos visadas pelos testamentos dos religiosos seculares com escritos, deve-se a um dos coreiros da instituição, João Esteves de Arouca, a entrada no respetivo armário diocesano de vários saltérios, graças a uma

²⁵⁰² Vid. Anexos, quadro 28, ts. 2.18, 2.22, 2.40.

²⁵⁰³ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 1.9, 3.2.

²⁵⁰⁴ Sobre Benencasa de Arezzo vid. Anexos, quadro 33.

²⁵⁰⁵ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 3.2.

²⁵⁰⁶ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 1.9.

²⁵⁰⁷ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 3.2.

²⁵⁰⁸ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 1.4.

²⁵⁰⁹ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 8.2.

doação monetária feita com essa intenção específica²⁵¹⁰. Para tal oferta muito terá contribuído, decerto, a sua sensibilidade como clérigo de missa da referida catedral, num ato que tanto pode ser percebido como a deteção de uma falha que importava colmatar ou, então, em alternativa, como o reconhecimento quanto ao interesse da presença desse género de escritos numa instituição catedralícia, naturalmente implicada na observação quotidiana de ritos, sacramentos e ofícios.

Feita a escalpelização de obras pelas livrarias das sés, conforme as iluminam os testamentos dos capitulares do reino, é tempo de olhar para o conjunto, na perspetiva dos assuntos versados pelos escritos reportados. Assim, e considerando o universo em toda a sua completude – 49 exemplares individuais e 16 conjuntos de manuscritos –, resulta evidente uma enorme concentração dos escritos recenseados por géneros, algo que já transparecera da análise setorial. Na sua imensa maioria, encontram-se divididos entre livros legais e litúrgicos, com uma enorme precedência dos primeiros sobre os segundos. Essa franca bipolarização só muito incidentalmente foi perturbada, e quando tal aconteceu deveu-se à presença casual de uma *Bíblia* e a escassos livros de carácter administrativo mencionados em muito poucos testamentos, designadamente registos de aniversários. Por sinal, citados a propósito das transcrições de que deveriam ser objeto as próprias mandas, em conformidade com o estipulado pelos respetivos doadores.

As ausências são tão sintomáticas, neste caso, como as presenças, reforçando a convicção de que a análise das doações dos cónegos das catedrais apenas permite entrever parte dos conteúdos das livrarias diocesanas; e segundo um olhar que é necessariamente enviesado. A insistência em manuscritos de direito e em obras de carácter litúrgico de que as doações dão conta parecem quadrar melhor a um retrato dos interesses dos membros do clero capitular – em função da preparação de que dispunham e da natureza do exercício das suas funções – do que permitem convocar uma fotografia nítida das estantes catedralícias. Não obstante esse convencimento, parece ser ao mesmo tempo indiscutível que o direito e a liturgia ocupavam grande parte da atividade desenvolvida pelas sés do reino. As frequentes disputas litigiosas em que as catedrais se envolviam – entre si, com outras instituições religiosas, com o poder temporal, e com particulares²⁵¹¹ – e a prática continuada de ofícios rituais e de concessão de sacramentos, de que não se poderiam alhear no domínio das suas atribuições, mostram-

²⁵¹⁰ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 9.17.

²⁵¹¹ GOMES, Saul António - A religião dos clérigos..., p. 392

no bem²⁵¹². E, como tal, a materialização de códices com esse perfil nas bibliotecas das catedrais não seria vã, pois a sua utilidade era inequívoca e não ficariam sem uso; como não seria inocente, pois vai ficando evidente que a seletividade das ofertas visava o preenchimento capaz de certas necessidades específicas das estantes das dioceses, para as quais os clérigos das dioceses estariam devidamente alerta. Só desse modo se podem compreender as preocupações reveladas por alguns deles, nomeadamente bispos, sobre a melhor forma de recheiar as referidas livrarias. Ao preverem determinadas aquisições bibliográficas, ou impondo a substituição de obras de uma determinado tema por outras de diferente recorte temático, esses indivíduos mostram uma sensibilidade para o apetrechamento das livrarias providas que só é entendível como uma tentativa de ajustar as possibilidades da oferta bibliográfica à procura sentida. Trata-se, no fundo, de um modelo global de cultura, que, no grupo clerical, era essencialmente jurídica.

Importa ainda perceber que apesar da incorporação em bibliotecas diocesanas ser um traço comum a todas as obras buscadas nos atos notariais, o momento efetivo em que essas entradas sucederiam poderia variar bastante no tempo: desde ingressos imediatos nas livrarias de destino após a morte do beneficiante, assim que os testamenteiros executavam as vontades do autor dos legados, até a incorporações nos fundos com deferimentos de uma ou várias gerações. Com efeito, diversas obras foram acompanhadas por disposições testamentárias prevendo o seu usufruto por familiares ou clientes dos doadores, e apenas findo esse período de usufruto, a que, por vezes, só a morte punha termo, é que as espécies eram, finalmente, integradas nas estantes respetivas²⁵¹³. Com muita frequência, ainda que nem sempre, a formação e os estudos foram apresentados como razões para tais cedências temporárias²⁵¹⁴. Os arcebispos Pedro Mendes e Estêvão Soares da Silva, os bispos Egas Fafes e Fernando Martins, assim como o cônego bracarense Estêvão Pais, ilustram com as suas dotações políticas de suporte à formação, tendo rodeado vários dos manuscritos legados com cláusulas prevendo o emprego de várias obras para efeitos de estudo. Em comum, todas apresentaram a particularidade de serem obras de direito²⁵¹⁵.

²⁵¹² VILAR, Hermínia Vasconcelos - *As dimensões de um poder...*, p. 111.

²⁵¹³ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 1.4, 1.10, 1.40, 2.28, 2.32, 3.2, 7.6, 7.8.

²⁵¹⁴ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 1.4, 1.10, 1.40, 2.28, 3.2.

²⁵¹⁵ Vid. Anexos, quadro 28, ts. 1.4, 1.10, 1.40, 2.28, 3.2.

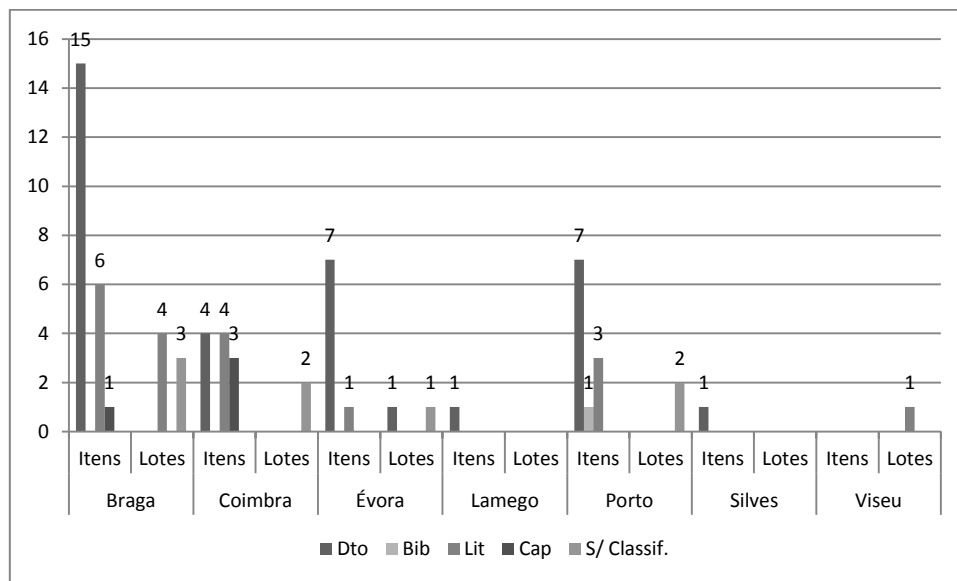


GRÁFICO 19: DISTRIBUIÇÃO DE OBRAS POR ASSUNTOS (SÉS)

Fonte: *Testamenti ecclesiae Portugaliae*.

Enfim, olhando para os vazios nas estantes, não se avistam entre as doações clericais a comparência de tratados doutrinários, de comentários escriturísticos ou de hagiografias, como também não se divisam quaisquer obras de eclesiologia ou de cariz médico. Tão-pouco há sinais de literatura homilética – tudo matérias que seria razoável supor constarem dos armários diocesanos, atendendo ao perfil das instituições e ao tipo de serviços que providenciavam à comunidade dos fiéis. Ora, parece provável, senão mesmo seguro, supor que esses tipos específicos de literatura deveriam estar acomodados nas livrarias de todas as sés instaladas no reino, independentemente das dimensões dos fundos, mesmo que as dádivas não os reflitam. Também é notória a ausência de escritos ligados com as artes liberais, essenciais em função do tipo de ensino que se acredita ter vigorado nas escolas diocesanas, apesar dos saltérios identificados poderem ter aplicabilidade docente, como se vem reafirmando.

AS SÉS HISPÂNICAS DE CASTELA E LEÃO

Neste contexto, a análise do recheio dos armários de algumas das sés castelhano-leonesas, nomeadamente Burgos-Osma, Salamanca, Zamora, Leão e Segóvia, parece ser um exercício bastante virtuoso. Olhar para a composição dessas livrarias permite especular, raciocinando por analogia e extrapolando os resultados, sobre a presença de eventuais textos e autores admitidos nas sés portuguesas. A proximidade geográfica, o

contexto religioso comum, as questões conjunturais, a natural troca de contatos entre dioceses vizinhas, levam a admitir a hipótese de que nas catedrais espalhadas pelo reino português o padrão da posse de manuscritos pudesse ter contornos mais ou menos afins aos divisados nas sés de Castela e Leão.

Em especial, as bibliotecas de Burgos-Osma, Salamanca e Zamora apresentam particular interesse por serem conhecidos inventários de manuscritos para o período em questão, os quais mostram uma heterogeneidade de tópicos, que está longe de se resumir às obras de direito e de liturgia que se observam a entrar nas dioceses do reino, graças às ofertas dos seus clérigos.

O método parece ser tanto mais proveitoso, quando são evidentes as semelhanças entre essas três catedrais, em termos dos assuntos mais abordados, não obstante as óbvias diferenças de dimensão, e isto sem prejuízo de se observarem diferenças pontuais nas orientações bibliográficas de cada uma das sés (vid. gráfico 20).

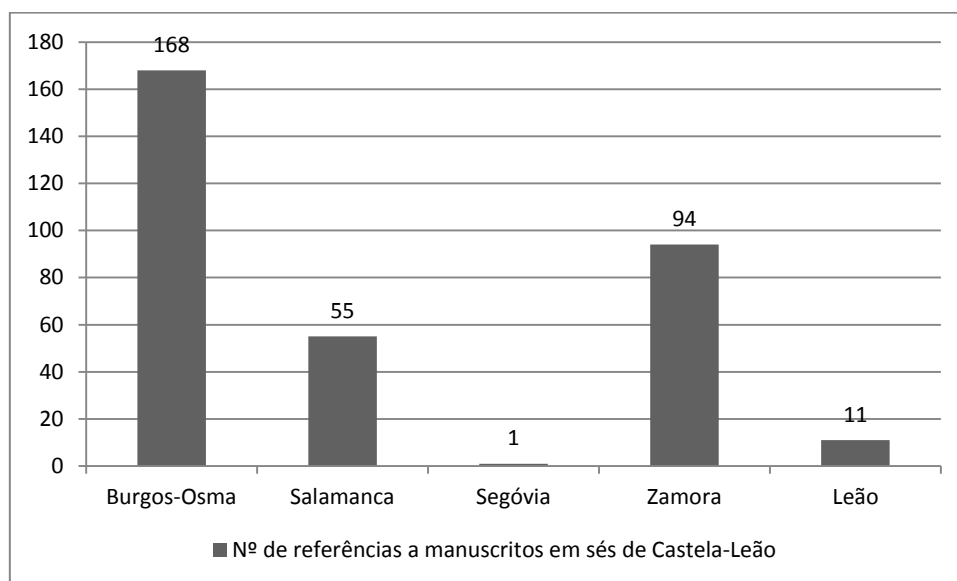


GRÁFICO 20: DISTRIBUIÇÃO DE OBRAS POR DIOCESES (SÉS CASTELHANO-LEONESAS)

Fonte: GUIJARRO GONZÁLEZ, Susana - *Maestros, escuelas y libros. El Universo cultural de las catedrales en la Castilla medieval*.

Abordando individualmente cada uma das sés hispânicas, a começar pela de Segóvia o que se conhece é puramente accidental, e resume-se a um conjunto de livros, por classificar, oferecidos pelo tesoureiro ao próprio cabido, quando corria o ano de 1296, pelo que essa notícia não tem expressão significativa, a não ser revelar que a

prática de doações a dioceses por parte de capitulares era um hábito regular no espaço peninsular²⁵¹⁶.

O mesmo se percebe quando se visa a diocese leonesa, em relação à qual apenas se conhecem dez obras e um lote de manuscritos²⁵¹⁷. Apesar de também não haver conhecimento de qualquer inventário da época, apresenta a vantagem de possibilitar uma comparação entre o perfil das doações dos seus clérigos com as feitas pelos seus congêneres portugueses, a partir de três testamentos, lavrados em 1073, 1181, 1283²⁵¹⁸. Nesse sentido, conclui-se que os hábitos dos capitulares leoneses não diferiam, em substância, dos caracterizados para o clero catedralício português, pois os endossos feitos pelo clero de Leão à sua catedral resumem-se a textos litúrgicos (um *comicum*, um saltério, um responsório e um manual)²⁵¹⁹ e jurídicos (*Decretais*)²⁵²⁰, embora com precedência dos primeiros sobre os segundos. Para além dessas pequenas doações, sabe-se ainda que o cabido leonês era possuidor de outras obras litúrgicas (dois oficiários, um saltério e um responsório) e de um prosário, texto que se inscreve pelas suas características no campo das artes liberais²⁵²¹.

O inventário datado de 1275 para a sé de Salamanca, a que se somam três doações feitas em testamento por clérigos ao cabido, em 1267, 1298 e 1300, deixa perceber a existência de um total de 55 manuscritos contidos nas estantes catedralícias²⁵²². Nesta diocese, as prioridades literárias centraram-se na teologia²⁵²³, na liturgia²⁵²⁴, na homilética²⁵²⁵, nas *Sagradas Escrituras*²⁵²⁶, no direito²⁵²⁷, no conhecimento de algumas obras clássicas²⁵²⁸ e no setor das artes liberais²⁵²⁹, por ordem decrescente de importância. Aparentemente a diocese salmantina terá ignorado, ou pelo menos minimizado, a relevância da filosofia, da hagiografia e da medicina, dentro dos

²⁵¹⁶ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 235.

²⁵¹⁷ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 169-179.

²⁵¹⁸ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 169-173.

²⁵¹⁹ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 169-172.

²⁵²⁰ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 178.

²⁵²¹ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 173-177.

²⁵²² Vid. Anexos, quadro 29, ms. 180-234.

²⁵²³ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 180-183, 187-190, 193-194, 198, 208, 210, 216, 218, 220, 222, 224, 227, 230-231.

²⁵²⁴ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 185, 200, 202, 204-207, 209, 211-212, 214-215, 217, 219, 221, 225.

²⁵²⁵ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 184, 201, 223, 228-229.

²⁵²⁶ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 186, 191, 213, 226.

²⁵²⁷ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 195, 234.

²⁵²⁸ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 196, 203.

²⁵²⁹ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 197.

grandes tópicos valorizados na época. No capítulo das obras teológicas, as referências achadas vão para um livro de S. Jerónimo; para três escritos saídos da mão de S. Gregório Magno, com natural destaque para o *Pastoralis cura* que redigiu²⁵³⁰; para o incontornável *Livro das sentenças*, de Pedro Lombardo²⁵³¹; para dois exemplares de um elucidário, devido a Honório de Auto²⁵³²; para um texto de Gregório de Nazianzo²⁵³³ e para outro de Estêvão de Langton²⁵³⁴; assim como para uma obra atribuída a Orígenes²⁵³⁵. Na sua grande maioria, as obras doutrinárias revestiram a forma de glosas e exposições a passagens bíblicas.

No campo da liturgia as peças dominantes na sé de Salamanca foram os saltérios, fazendo parilha com as típicas espécies do género: coletários, oficiários, missais, evangeliários, dominicais, entre outros²⁵³⁶. De recorte homilético existiram vários livros de sermões, mas sem atribuição autoral, com a exceção de um conjunto devido a Inocêncio III²⁵³⁷. No respeitante às escrituras vislumbram-se uma *Bíblia* completa²⁵³⁸, a que se juntam três peças avulsas extraídas dos testamentos: um Evangelho segundo a narrativa de S. João, um *Livro dos Profetas* e uma coleção dos cinco livros de Moisés²⁵³⁹.

O direito teve nos armários salmantinos uma presença pouco imponente, limitada ao direito canónico, e resumida a dois exemplares das *Decretais*, um das quais devia ser de tamanho especialmente reduzido, atendendo à forma como foi designado, o que remete para uma certa portabilidade do manuscrito²⁵⁴⁰.

É interessante, no entanto, perceber que foram acolhidos autores pagãos na catedral, nomeadamente Salústio e o poeta Virgílio, representado pelas *Bucólicas*²⁵⁴¹. Corroborando essa sensibilidade para com o mundo clássico, note-se a presença de uma

²⁵³⁰ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 198, 220, 222.

²⁵³¹ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 188.

²⁵³² Vid. Anexos, quadro 29, ms. 187, 189. Sobre Honório de Auto vid. Anexos, quadro 33.

²⁵³³ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 216.

²⁵³⁴ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 218.

²⁵³⁵ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 208.

²⁵³⁶ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 185, 200, 202, 204-207, 209, 211-212, 214-215, 217, 219, 221, 225.

²⁵³⁷ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 184, 201, 223, 228, 229.

²⁵³⁸ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 213.

²⁵³⁹ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 186, 191, 226.

²⁵⁴⁰ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 195, 234.

²⁵⁴¹ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 196, 203. Sobre Virgílio vid. Anexos, quadro 33.

carmine, atribuída a Boécio²⁵⁴². Sobram depois alguns títulos de difícil classificação: um lote de livros eclesiásticos e três textos, para os quais apenas se conhece o respetivo *incipit*, e nada mais²⁵⁴³.

Na sé de Zamora, o inventário feito entre 1286 e 1290²⁵⁴⁴, uma compra realizada em 1294²⁵⁴⁵, mais uma doação institucional e duas particulares, ocorridas nos anos de 1128, 1181 e 1285²⁵⁴⁶, a que se soma um outro documento também datado de 1181²⁵⁴⁷, mostram a superior atenção cometida à teologia e à liturgia. A teologia está representada por autores como Pedro Lombardo, Anselmo de Lião²⁵⁴⁸, Ricardo de S. Vítor, Estêvão de Langton, Pedro Comestor, Gilberto de la Porrée²⁵⁴⁹, Pedro de Poitiers²⁵⁵⁰, Godofredo de Bath²⁵⁵¹, Gregório Magno, Alberto Magno, Alexandre de Alexandria²⁵⁵², Gregório de Elvira, Beda, Esmaragdo e João Escoto Erígena²⁵⁵³. As obras mais relevantes deste campo são necessariamente os sentenciários de Pedro Lombardo, de que se contam pelo menos dois exemplares²⁵⁵⁴, e o reputado e amplamente divulgado *Moralia Iob*, de Gregório Magno²⁵⁵⁵. Na linha do habitual, a maioria das obras doutrinárias consistiram em comentários acerca de livros do cânone eclesiástico consagrado. Na liturgia, sem nenhuma novidade, encontravam-se no armário catedralício as habituais peças da família dos oficiários, com predomínio dos missais, breviários, saltérios e dominicais²⁵⁵⁶. Menos entusiasmo do que a doutrina e a liturgia terão recebido na sé zamorana o direito e as escrituras. As obras legais acumuladas foram sobretudo de direito canónico, estando o direito civil aparentemente limitado a um *Códice* e a um *Digesto*²⁵⁵⁷. No ramo canónico, os inevitáveis *Decreto* e *Decretais* constavam das

²⁵⁴² Vid. Anexos, quadro 29, ms. 197.

²⁵⁴³ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 192, 199, 232-233.

²⁵⁴⁴ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 242- 324.

²⁵⁴⁵ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 328.

²⁵⁴⁶ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 236-237, 238, 240-241.

²⁵⁴⁷ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 239.

²⁵⁴⁸ Sobre Anselmo de Lião vid. Anexos, quadro 33.

²⁵⁴⁹ Sobre Gilberto de la Porrée vid. Anexos, quadro 33.

²⁵⁵⁰ Sobre Pedro de Poitiers vid. Anexos, quadro 33.

²⁵⁵¹ Sobre Godofredo de Bath vid. Anexos, quadro 33.

²⁵⁵² Sobre Alexandre de Alexandria vid. Anexos, quadro 33.

²⁵⁵³ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 250, 256, 257, 258, 260, 262, 266, 267, 270, 288, 291, 294, 309, 310, 313.

²⁵⁵⁴ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 250, 311.

²⁵⁵⁵ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 270.

²⁵⁵⁶ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 236- 238, 242, 244- 245, 247, 249, 253, 259, 289- 290, 292- 293, 297- 298, 300, 303- 306, 312, 314, 317- 318, 321- 322.

²⁵⁵⁷ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 327-328.

estantes da canónica²⁵⁵⁸, e percebe-se o interesse pelos comentários de peritos em leis como Bernardo de Pavia e João de Faenza²⁵⁵⁹. O nome de Ivo de Chartres conheceu também relevo nesta matéria entre o clero de Saragoça, como atesta a existência de duas obras suas no arrolamento: um livro com *incipit* e umas *Ecclesiasticarum*²⁵⁶⁰. Por seu lado, no campo das escrituras, há várias cópias de versões completas da *Bíblia*²⁵⁶¹, ao mesmo tempo que sobressai um grande apreço pelo *Novo Testamento*, nomeadamente pelas epístolas de Paulo, de que há dois exemplares²⁵⁶², e pelo corpo dos *Evangelhos*, tomado no seu conjunto²⁵⁶³. O espaço consagrado à hagiografia foi estreito, embora mereça destaque um livro do *Codex Calistinus*, acerca dos milagres de S. Tiago²⁵⁶⁴, que ganha evidência no meio de dois santorais²⁵⁶⁵, uma vida dos padres da igreja²⁵⁶⁶ e um passionário²⁵⁶⁷. Os sermões também tiveram lugar entre os manuscritos detidos, mas com pouca preponderância: registam-se apenas um homiliário e dois sermonários, um dos quais da autoria do papa Inocêncio III²⁵⁶⁸.

Também não foram estranhos nesta livraria capitular textos do domínio das sete artes liberais, mas que se resumem a prosários, em número de três²⁵⁶⁹. Digno de relevo, vislumbra-se uma obra de medicina entre os livros detidos: um tratado de Hipócrates, segundo a tradução feita por Constantino²⁵⁷⁰. Apesar do pouco significado numérico de que se reveste no conjunto, esse manuscrito em particular é significativo por sinalizar um interesse, mesmo que remoto, pelo tema da medicina por parte do clero zamorano. A haver desinteresse na catedral de Zamora, esse terá sido, ao que parece, pela história e pela filosofia, pois não se deparam nenhuns livros acerca de nenhum desses temas.

Por sua vez, o inventário da catedral de Burgos-Osma dá a conhecer um longo rol de manuscritos, todos refletidos num único inventário, compreendendo os anos de 1200 a 1299²⁵⁷¹. É, de longe, a livraria com mais livros angariados, ultrapassando em

²⁵⁵⁸ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 286, 302, 325-326, 329.

²⁵⁵⁹ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 286- 287, 302. Sobre João de Faenza vid. Anexos, quadro 33.

²⁵⁶⁰ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 278, 280.

²⁵⁶¹ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 240, 255, 273, 277, 315.

²⁵⁶² Vid. Anexos, quadro 29, ms. 269, 284.

²⁵⁶³ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 316.

²⁵⁶⁴ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 307.

²⁵⁶⁵ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 323-324.

²⁵⁶⁶ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 319.

²⁵⁶⁷ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 272.

²⁵⁶⁸ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 241, 261, 320.

²⁵⁶⁹ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 243, 246, 299.

²⁵⁷⁰ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 263.

²⁵⁷¹ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 1-168.

muito a centena e meia de livros. É, em simultâneo, aquela que reuniu uma maior variedade de tópicos no seu interior. Nesta diocese, a aposta foi muito clara na literatura de tipo religioso, pois a teologia, a liturgia, os sermões e as escrituras tiveram uma fortíssima presença no conjunto. As obras de teor doutrinário ultrapassam as seis dezenas de itens, dando nota de uma grande riqueza cultural²⁵⁷².

Vale a pena enunciar alguns dos autores do género visíveis na biblioteca, pelo que a sua presença significa. Do campo dos grandes Padres ou com relações firmes com a Patrística, desde o primeiro século cristão até ao século VII, reuniram-se textos de Ireneu de Lião²⁵⁷³, Orígenes²⁵⁷⁴, Hilário de Poitiers²⁵⁷⁵, Gregório de Nazianzo²⁵⁷⁶, Atanásio²⁵⁷⁷, Agostinho de Hipona²⁵⁷⁸, Ambrósio de Milão²⁵⁷⁹, Jerónimo²⁵⁸⁰, Próspero da Aquitânia²⁵⁸¹, Gregório Magno²⁵⁸², Patério²⁵⁸³ e Isidoro de Sevilha²⁵⁸⁴. Referem-se ao século XII, altura de grande fermento intelectual no plano cultural, os nomes de Odo de Luca²⁵⁸⁵, Pedro Lombardo²⁵⁸⁶, Honório de Auto²⁵⁸⁷, Pedro de Riga²⁵⁸⁸, Pedro de Poitiers²⁵⁸⁹, Pedro Comestor²⁵⁹⁰, João Belete²⁵⁹¹, Gilberto de la Porrée²⁵⁹², Estêvão de Langton²⁵⁹³ e Zacarias Crisopolitano²⁵⁹⁴. E são do século XIII, época em que a teologia era o centro geométrico do debate intelectual, as obras de Roberto de Grosseteste²⁵⁹⁵,

²⁵⁷² Vid. Anexos, quadro 29, ms. 4, 8, 15- 16, 21, 24, 26, 28- 29, 31- 33, 35, 37- 41, 47, 50, 52, 54, 63, 68- 69, 72, 75- 76, 78, 80, 83, 89, 91- 93, 97, 101-102, 104- 105, 108, 110, 112- 113, 116-118, 120- 123, 128, 132, 134-137, 139, 141, 143- 144, 147- 150, 157.

²⁵⁷³ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 97. Sobre Ireneu de Lião vid. Anexos, quadro 33.

²⁵⁷⁴ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 112.

²⁵⁷⁵ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 31.

²⁵⁷⁶ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 101.

²⁵⁷⁷ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 8.

²⁵⁷⁸ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 92.

²⁵⁷⁹ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 105.

²⁵⁸⁰ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 150.

²⁵⁸¹ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 63, 141.

²⁵⁸² Vid. Anexos, quadro 29, ms. 37, 50, 117, 118.

²⁵⁸³ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 143.

²⁵⁸⁴ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 38, 76.

²⁵⁸⁵ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 83. Sobre Odo de Luca vid. Anexos, quadro 33.

²⁵⁸⁶ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 80, 123, 157.

²⁵⁸⁷ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 29.

²⁵⁸⁸ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 89, 135. Sobre Pedro de Riga vid. Anexos, quadro 33.

²⁵⁸⁹ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 128, 148.

²⁵⁹⁰ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 102, 104.

²⁵⁹¹ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 93.

²⁵⁹² Vid. Anexos, quadro 29, ms. 41.

²⁵⁹³ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 39, 110.

²⁵⁹⁴ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 54.

²⁵⁹⁵ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 149. Sobre Roberto de Grosseteste vid. Anexos, quadro 33.

João de Abbeville²⁵⁹⁶, S. Boaventura²⁵⁹⁷ e Hugo de Saint-Cher, este último com uma ou, talvez, duas obras²⁵⁹⁸.

Mais uma vez o comentário às obras das autoridades ou aos livros testamentários foi a forma preferida dos teólogos apresentarem os seus escritos. Quanto à liturgia não divergiu em nada do tipo de manuscritos que a caracterizam por regra, apresentando apenas uma escala diferente do que a acolhida nas sés de Salamanca e Zamora²⁵⁹⁹. As peças bíblicas adquiridas, não muito numerosas, incidiram nas passagens dos Atos dos apóstolos e no tópico do apocalipse²⁶⁰⁰, a que são exceções uns cadernos da *Bíblia*²⁶⁰¹ e o *Livro de Daniel do Antigo Testamento*²⁶⁰².

De sermões houve algumas coleções reunidas, mas foram os deixados por Inocêncio III e as homilias de Gregório Magno que concitaram maior atenção²⁶⁰³. Também o direito conseguiu bastante relevo nas estantes capitulares, mais uma vez com supremacia do ramo canónico sobre o ramo imperial, num paralelo evidente com as sés de Zamora e Salamanca. Do corpo de direito civil apenas são visíveis no catálogo referências a um *Códice*²⁶⁰⁴, ao *Digesto Velho*²⁶⁰⁵ e ao *Digesto Novo*²⁶⁰⁶, enquanto no direito canónico se privilegiaram o *Decreto* e as *Decretais*, com e sem aparatos, com vários exemplares de ambos os textos²⁶⁰⁷.

De novo, são escolhas muito semelhantes às divisadas na sé zamorana, embora com diferenças acentuadas no número de cópias acolhidas em cada uma das instituições religiosas. Entre os nomes de canonistas consagrados, ou de autores interessados pelo tema, que se puderam achar na biblioteca de Burgos-Osma, constam os de Ambrósio²⁶⁰⁸, Alexandre III²⁶⁰⁹, Ivo de Chartres²⁶¹⁰, Tancredo de Bolonha²⁶¹¹, Raimundo de Penhaforte²⁶¹², João Belete²⁶¹³ e Godofredo de Trano²⁶¹⁴.

²⁵⁹⁶ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 137. Sobre João de Abbeville vid. Anexos, quadro 33.

²⁵⁹⁷ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 26.

²⁵⁹⁸ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 108, 251.

²⁵⁹⁹ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 36, 42, 70, 71, 74, 77, 88, 95, 109, 129, 164, 166-168.

²⁶⁰⁰ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 1- 2, 53, 73, 100, 107.

²⁶⁰¹ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 94.

²⁶⁰² Vid. Anexos, quadro 29, ms. 119.

²⁶⁰³ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 7, 14, 81, 84, 98, 111, 126- 127, 133, 153, 162- 163.

²⁶⁰⁴ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 85.

²⁶⁰⁵ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 86.

²⁶⁰⁶ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 87.

²⁶⁰⁷ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 9, 19, 34, 51, 56-57, 59, 61-62, 67, 79, 103, 106, 131, 138, 145-146, 156, 159-161, 165.

²⁶⁰⁸ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 138.

²⁶⁰⁹ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 67. Sobre Alexandre III, vid. Anexos, quadro 33.

Sem dúvida, bastante interessante é o número de textos de *artes liberales* detidos e de obras atribuídas a autores clássicos encontrados no armário desta catedral, o que converge com a atenção que também mereceu a filosofia, cuja presença não foi detetável nas outras duas sés. Boécio²⁶¹⁵, Donato²⁶¹⁶, Prisciano²⁶¹⁷, Cícero²⁶¹⁸, Terêncio²⁶¹⁹ e Sócrates, via Platão,²⁶²⁰ foram recebidos e lidos na diocese de Burgos-Osma, como também aconteceu com Guilherme de Moerbeke²⁶²¹, Roberto Kilwardby²⁶²² e Transmundo²⁶²³.

Do mesmo modo, livros de história apenas são visíveis nesta sé, e em nenhuma outra das castelhano-leonesas. Anotam-se, dentro deste registo, as *Crónicas* isidorianas, guardadas na livreria em mais de uma versão²⁶²⁴; a *Cronica Yspanorum Regum*, de Jimenez de Rada²⁶²⁵; uma história evangélica, atribuída a Juvenco²⁶²⁶; as muito celebrizadas *Historias eclesiásticas*, de Eusébio de Cesareia²⁶²⁷; e uma narrativa da *Ystoria troiana*, redigida por Dares da Frígia²⁶²⁸. Em particular, a obra de Jimenez de Rada significa que se estava perante uma biblioteca muito atualizada, dada a cronologia de atuação deste.

Quanto à medicina, sem ocupar grande proporção no total de livros inventariados, não deixa de ter uma posição significativa, considerando-se os dez tratados médicos arrolados. Figuram no catálogo o nome incontornável de Galeno²⁶²⁹ e alguns autores árabes, como Razis²⁶³⁰, Isaac Israel²⁶³¹ e Haly Abbas²⁶³². Mas houve

²⁶¹⁰ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 131.

²⁶¹¹ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 161.

²⁶¹² Vid. Anexos, quadro 29, ms. 160.

²⁶¹³ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 79, 103.

²⁶¹⁴ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 19.

²⁶¹⁵ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 10, 44, 82.

²⁶¹⁶ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 17. Sobre Donato vid. Anexos, quadro 33.

²⁶¹⁷ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 30.

²⁶¹⁸ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 125.

²⁶¹⁹ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 27, 43. Sobre Terêncio vid. Anexos, quadro 33.

²⁶²⁰ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 6. Sobre Sócrates vid. Anexos, quadro 33.

²⁶²¹ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 18. Sobre Guilherme de Moerbeke vid. Anexos, quadro 33.

²⁶²² Vid. Anexos, quadro 29, ms. 114. Sobre Roberto Kilwardby vid. Anexos, quadro 33.

²⁶²³ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 55. Sobre Transmundo

²⁶²⁴ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 13, 99.

²⁶²⁵ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 20. Sobre Jimenez de Rada vid. Anexos, quadro 33.

²⁶²⁶ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 96. Sobre Juvenco vid. Anexos, quadro 33.

²⁶²⁷ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 90.

²⁶²⁸ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 130. Sobre Dares da Frígia vid. Anexos, quadro 33.

²⁶²⁹ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 25.

²⁶³⁰ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 151.

²⁶³¹ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 155. Sobre Isaac Israel vid. Anexos, quadro 33.

²⁶³² Vid. Anexos, quadro 29, ms. 11, 140.

lugar nas estantes catedralícias para outros títulos de medicina: um escrito cometido a um certo João²⁶³³, mas que talvez seja Joanício e duas obras de atribuição provável, mas não inquestionável – a *Phisica Antidotrio liber iste* e uma outra conhecida pelo seu *incipit: Sepe et multum* –, respetivamente atribuídas a Mateus Plateário²⁶³⁴ e a Nicolau de Mira²⁶³⁵.

Em relação aos restantes itens da coleção bibliográfica, a hagiografia teve um significado residual, circunscrito a três obras: uma sobre homens ilustres, outra sobre a vida dos grandes Padres e a terceira respeitante à vida dos padres de Toledo²⁶³⁶. Assoma ainda a curiosidade de ter constado na livraria um livro de *fuero*²⁶³⁷.

Claro que as sés de Castela e Leão, comungando no essencial das suas orientações intelectuais, apresentavam ligeiras variâncias nas suas preferências (vid. gráfico 21).

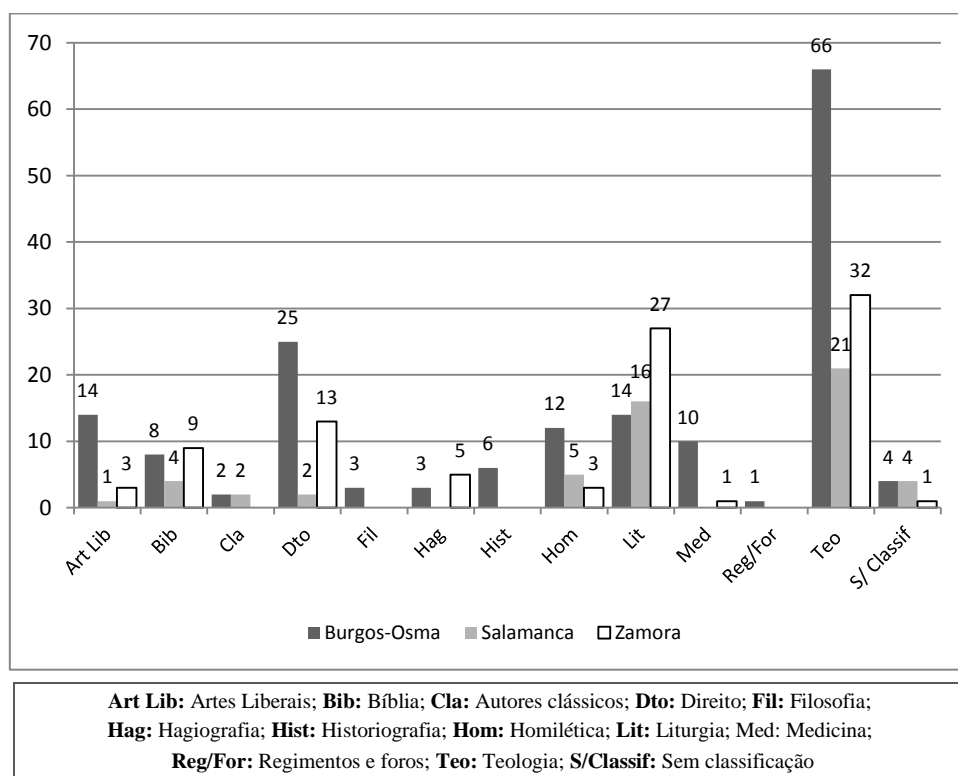


GRÁFICO 21: DISTRIBUIÇÃO DE OBRAS POR ASSUNTOS I (SÉS CASTELHANO-LEONESAS)

Fonte: GUIJARRO GONZÁLEZ, Susana - *Maestros, escuelas y libros. El Universo cultural de las catedrales en la Castilla medieval*.

²⁶³³ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 60.

²⁶³⁴ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 5. Sobre Mateus Plateário vid. Anexos, quadro 33.

²⁶³⁵ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 23. Sobre Nicolau de Mira vid. Anexos, quadro 33.

²⁶³⁶ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 49, 154, 158.

²⁶³⁷ Vid. Anexos, quadro 29, ms. 58.

Olhando para cada uma das livrarias, à procura do peso específico de cada assunto nos seus interiores, sai evidenciada a situação muito favorável da teologia, pois em cada uma das dioceses os textos doutrinários constituíram cerca de um terço do total de obras possuídas (vid. gráfico 22).

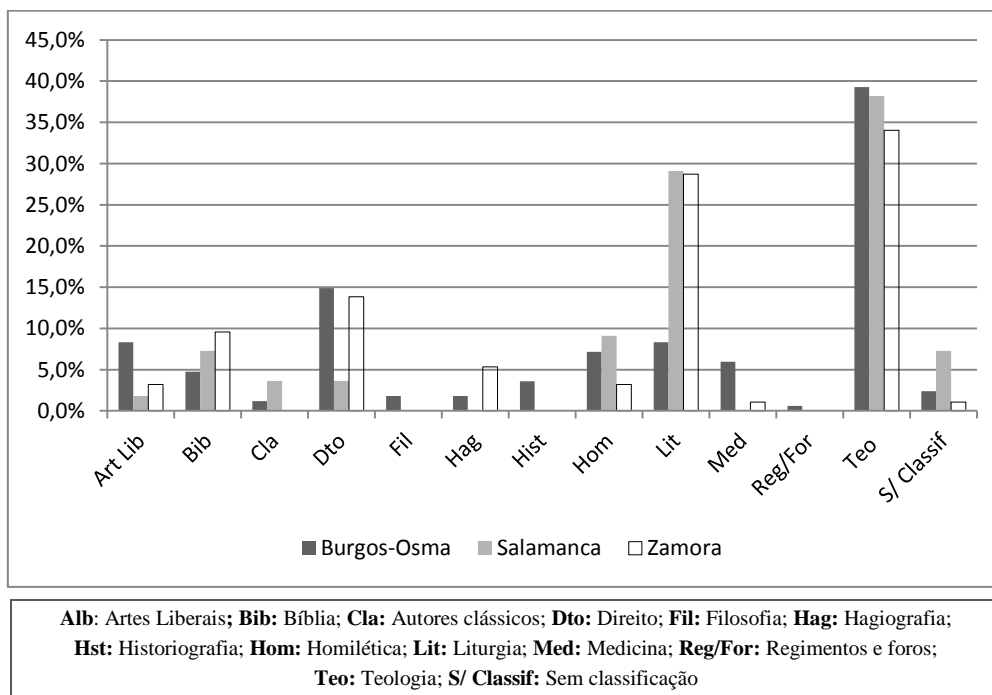


GRÁFICO 22: DISTRIBUIÇÃO DE OBRAS POR ASSUNTOS II (SÉS CASTELHANO-LEONESAS)

Fonte: GUIJARRO GONZÁLEZ, Susana - *Maestros, escuelas y libros. El Universo cultural de las catedrales en la Castilla medieval*.

Já a liturgia, muito presente, em números absolutos na sé de Burgos-Osma, do ponto de vista da sua representatividade no interior de cada livraria, teve maior relevância em Salamanca e em Zamora do que naquela. Algo estranho é o caso do direito, favorecido nas bibliotecas das catedrais de Burgos-Osma e de Zamora, mas pouco representado no armário mantido pela sé de Salamanca. Uma estranheza que cresce mais quando confrontada com a existência da universidade salmantina, reputada precisamente pelo nível da sua formação jurídica, o que revela, porventura, uma estanquicidade entre a universidade e o universo capitular, apontando para interesses diametralmente opostos; ou, talvez possa sinalizar precisamente a situação contrária, e nesse caso a explicação para a ausência de textos legais deve ser procurada no seu uso em contexto universitário, resultando a desertificação das estantes do uso continuado das obras por parte de escolares ligados à sé na condição de clérigos ou capitulares.

Seja como for, imprescindível nos escaparates das três catedrais foi a *Bíblia* – quer na sua versão integral, quer espartilhada em livros canónicos –, mas sai evidente do comparativo que as escrituras na sé de Zamora apresentaram internamente maior relevância do que para as duas outras instituições eclesiásticas. Por seu turno, a sé de Burgos, foi a mais bem apetrechada com livros relacionados com o trívio e com o quadrívio, sinalizando uma preocupação com o tema que não foi acompanhada pelas dioceses zamorana e salmantina. A catedral de Burgos-Osma foi ainda, de resto, como antes ficou dito, a única a apresentar obras de pendor historiográfico e filosófico, ao mesmo tempo que, por comparação, foi a que dispôs de mais tratados de medicina no seu armário, confrontando a importância concedida ao tema pelas duas outras sés.

À margem das considerações sobre as especificidades regionais das livrarias das sés hispânicas, e na falta de outros elementos disponíveis, olhar para o acumulado de obras identificadas nas dioceses castelhano-leonesas, em função dos assuntos mais valorizados (vid. gráfico 23), e conjugar esses dados com as informações colhidas nos testamentos do clero catedralício português e com as informações obtidas no inventário conhecido para a sé de Viseu, parece ser a melhor forma de estabelecer uma imagem potencial da composição-tipo dos armários das sés do reino português para a época considerada.

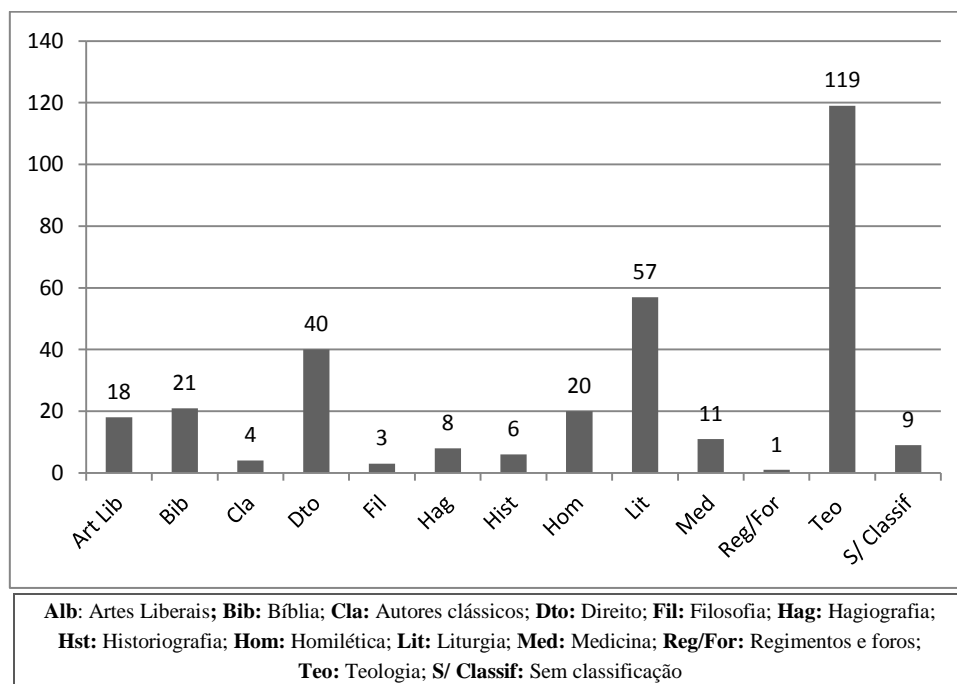


GRÁFICO 23: DISTRIBUIÇÃO DE OBRAS POR ASSUNTOS III (SÉS CASTELHANO-LEONESAS)

Fonte: GUIJARRO GONZÁLEZ, Susana - *Maestros, escuelas y libros. El Universo cultural de las catedrales en la Castilla medieval*.

A grande importância dedicada à liturgia e ao direito nas dioceses portuguesas, para que apontam os testamentos do clero catedralício, parece ser um dado indiscutível, em tudo condicente com o significativo peso ocupado por textos dessa natureza nas sés de Castela e Leão. Mas a relevância da literatura litúrgica e legal, provavelmente terá sido acompanhada pela teologia nas sés portuguesas, que dominou largamente o interesse do clero hispânico, e que seria, muito provavelmente extensível às dioceses do reino, para o que parece apontar a presença singular do *Livro das sentenças*, de Pedro Lombardo, na sé de Viseu. O estudo da doutrina não poderia deixar de integrar os hábitos do clero secular português, quando se pensa na vocação doutrinal e pastoral das dioceses, apesar das muitas competências que estas assumiam no seio da coletividade, algumas das quais extrapolavam bastante o foro religioso. A confirmar-se essa presença, não deixa de ser interessante perceber que seria sobretudo na esfera institucional, e não no património particular do clero, que as obras de teologia se concentravam, pois os textos doutrinários estão praticamente arredados dos testamentos conhecidos do clero português. Um conjunto de informações que aponta para uma variação entre os interesses privados dos capitulares em Portugal e a conceção coletiva do que devia ser uma biblioteca capitular encontrada em Castela e Leão.

Na esfera do direito, nas catedrais hispânicas, o ramo canónico reclamou um lugar de proeminência nas arcas e nas livrarias diocesanas, bem maior do que o ocupado pelo ramo romano-imperial, uma tendência tão marcada que é de supor que vigoraria em território português. Nesse particular, quando se olha para as doações feitas pelo clero das catedrais portuguesas às respectivas dioceses, emerge um equilíbrio relativo entre os textos cedidos de direito civil e canónico. Quando se considera o caso da catedral de Viseu, aparece sinalizada apenas uma atenção vestigial pelo direito, mas, face ao que se sabe dos interesses intelectuais do clero catedralício e da importância unanimemente reconhecida às matérias legais na época junto das instâncias eclesiásticas, talvez se trata de uma distorção face ao que seria a média de títulos jurídicos recebidos pelas livrarias das sés. Nesse caso, pecando a viseense, por algum defeito, o que pode encontrar justificação na menoridade da instituição face a outras sés e à posição ocupada ao nível da geografia política, religiosa e cultural do reino, relativamente centrífuga.

As peças litúrgicas foram uma presença constante nas dioceses de Castela e Leão para as quais subsistem inventários disponíveis, e sempre em grande volume. Não

há nenhuma dúvida que a liturgia se contaria entre as principais prioridades das sés hispânicas, pois eram textos essenciais para o quotidiano religioso das comunidades eclesiais, com particular aplicabilidade nos atos solenes, na distribuição de sacramentos, na condução das festas e dos dias santos e, claro, na realização de ofícios. Parte dessas necessidades seriam asseguradas pelo próprio corpo capitular, como se percebe do grande influxo de peças litúrgicas endossadas às sés que se observa nos testamentos mandados redigir pelo clero regular português. De resto, juntando-se às doações clericais, o arrolamento bibliográfico conhecido para a sé de Viseu converge nesse entendimento, pelo que seguramente a liturgia teria um espaço muito significativo nas preferências literárias das dioceses.

Ao lado da teologia, do direito e da liturgia, seria inconcebível que a literatura básica de qualquer diocese portuguesa não integrasse as Sagradas Escrituras – fosse a *Bíblia*, na sua versão completa, ou truncada, sob a forma de peças isoladas do Antigo e do *Novo Testamento*, como frequentemente aconteceu nas outras sés hispânicas. E, tal como as Sagradas Escrituras, as catedrais do reino deveriam compreender nas suas arcas sermonários e textos de artes liberais. Com efeito, são esses seis tópicos que se repetem por sistema, e sem faltas, apesar da variação numérica, nas sés hispânicas para as quais se conhecem inventários de manuscritos no período: Burgos-Osma, Salamanca e Leão. Não custa crer que o mesmo se verificasse no reino, posto que a *Bíblia* é o livro fundamental da igreja católica, os sermões eram essenciais como modelos de referência para a edificação moral do corpo de fiéis, e as artes liberais correspondiam a uma grelha de saberes de utilidade indiscutível para o ensino, ao mesmo tempo que configuravam o denominador comum do saber da época. Uma nota especial merece um autor de sermões, pois qualquer das dioceses hispânicas se empenhou na aquisição da coleção deixada por Inocêncio III, o que mostra a sua ampla divulgação no ocidente peninsular, pelo que também nesta matéria é de admitir que exemplares idênticos pudessem ter integrado as livrarias de algumas, ou mesmo todas, as dioceses ligadas ao reino. O cotejo destes dados com a relação de manuscritos encontrada para a diocese de Viseu confirma a presença da Bíblia, mas falha quando se trata de certificar a existência de sermões e ou de tratados relacionados como as artes liberais, ambos omissos do elenco. Se a falta de sermões na sé viseense é bastante surpreendente, já surpreende menos a lacuna patente nas artes liberais, pois parece ser um atributo apenas das sés maiores e culturalmente mais comprometidas. Ainda assim, esperar-se-ia encontrar, pontualmente,

alguma obra de gramática e de aritmética, fundamentais para os processos de aprendizagem.

É muito possível que a medicina também fosse admitida, senão em todas, pelo menos na maior parte das catedrais do território, embora devesse estar longe de encimar as preocupações das sés portuguesas, à semelhança do que parece ter sucedido com a rede diocesana castelhano-leonesa, onde nem sempre as obras médicas parecem ter aflorado, e, quando tal aconteceu, sempre em números relativamente curtos. Na sé de Viseu também não se materializaram livros de medicina, atendendo à relação de manuscritos mantida na catedral.

À semelhança dos livros de medicina, as peças hagiográficas deveriam acorrer também a grande parte das bibliotecas catedralícias, embora com muita parcimónia, se os exemplos hispânicos mais uma vez se podem presumir como reflexos prováveis de uma determinada realidade bibliográfica peninsular em meio eclesiástico secular. O exemplo viseense conforma-se com esta leitura, pois mostra uma presença apenas residual da hagiografia entre os manuscritos identificados na sua livraria. De resto, as cedências bibliográficas dos diocesanos portugueses também não contribuiriam grandemente para mudar um quadro de pouca abundância deste género literário, pois não se vislumbra qualquer entrega de vidas de santos a sés entre as doações observadas.

Por ventura, tópicos bem mais raros ainda do que a medicina e as biografias de santos nas catedrais medievais portuguesas seriam a história e a filosofia, tendo em atenção uma vez mais a pouca expressão ocupada por obras com essas características nas dioceses dos reinos vizinhos, com exceção da igreja de Burgos-Osma. De novo, talvez só as grandes sés portuguesas, mais apetrechadas do ponto de vista bibliográfico, deveriam acomodar esse tipo de escritos, não sendo crível presumir a sua presença em dioceses de pequena, ou até mesmo de média, dimensão, como parece atestar a coleção bibliográfica da sé de Viseu. Mesmo no caso das maiores dioceses do reino, atendendo à condição residual da história e da filosofia nas livrarias leonesas, é legítimo questionar sobre a existência de obras congêneres. Contribuindo para esse entendimento, são nulas as obras historiográficas que o clero português forneceu às suas sés.

Do ponto de vista dos autores arrecadados nas livrarias catedralícias castelhano-leonesas, descontando obviamente o enorme lote de textos anónimos e de autorias dubitativas, apenas quatro indivíduos se repetem nos três armários hispânicos: Gregório

Magno, Pedro Lombardo, o papa Inocêncio III e Estêvão de Langton. Junto destes, um conjunto um pouco mais amplo de autores compareceu em pelo menos duas sés: Boécio, Orígenes, Jerónimo, Honório de Auto e Gregório de Nazianzo, foram alojados nas dioceses de Salamanca e Burgos-Osma; enquanto aconteceu algo de semelhante com Pedro Comestor, Gilberto de la Porrée, Ivo de Chartres e Pedro de Poitiers, para as catedrais de Zamora e Burgos-Osma. A insistência nesses autores faz supor que facilmente as sés portuguesas poderiam guardar nas suas bibliotecas testemunhos seus, até porque quase todos eles eram conhecidos nas grandes bibliotecas monásticas do reino português.

Numa perspetiva diferente, a questão da escala das livrarias catedralícias é que parece constituir um problema de resposta difícil, senão mesmo impossível, mesmo considerando os exemplos peninsulares, tal a disparidade encontrada. Os inventários disponíveis em Burgos-Osma, Salamanca e Leão, que apenas conseguem dar um instantâneo de um momento preciso das existências bibliográficas das respetivas dioceses, mostram grande variância entre si. As 168 obras acolhidas na sé de Burgos, concorrem com os 52 manuscritos identificados para a homóloga de Salamanca e com os 83 títulos visíveis na diocese de Zamora, pelo que se torna extremamente difícil extrair daí conclusões firmes, sobre dimensões máximas, médias ou mínimas das bibliotecas catedralícias, ainda menos extrapoláveis para o território português. Só é legítimo usar esses dados para fazer presunções muito genéricas, ainda assim falíveis. Por exemplo, para estabelecer que, em princípio, as dioceses peninsulares – as castelhana-leonesas, e, como elas, as portuguesas – disporiam de armários relativamente extensos em número de obras, pelo menos na ordem das várias dezenas de unidades, e que, em alguns casos, correspondendo a sés mais ricas e culturalmente mais avançadas, esse número pudesse ultrapassar, por vezes, a centena de exemplares.

O confronto e conjugação dos diferentes elementos reunidos – o exemplo avulso fornecido pela livraria de Viseu, os livros endereçados pelo clero catedralício às sés implantadas no reino e a apreciação dos núcleos bibliográficos constituídos pelas dioceses castelhana-leonesas – permitem formular algumas interpretações cautelosas sobre o modelo cultural vigente nas dioceses do território português. Nesse sentido, e em primeiro plano, impõe-se a evidência da liturgia como expressão da vivência quotidiana e intelectual das catedrais, que o arrolamento viseense exprime de forma

muito enfática; algo que as doações clericais, de uma maneira geral, reforçam; e que as notícias conhecidas das sés vizinhas corroboram.

O peso do direito também seria seguramente considerável nas livrarias formadas pelas catedrais, pelo menos nas de maior dimensão, em função das exigências colocadas pela época do ponto de vista administrativo e político; é para aí, pelo menos, que aponta o envio da vasta literatura jurídica na posse dos capitulares ligados ao reino, elementos muito familiarizados com a *praxis* legal, no que constitui um traço muito idiossincrático do clero catedralício português. É fácil de supor que as sés a que estava sujeito esse clero refletiriam, com maior ou menor expressão, o interesse dos seus membros pelo direito, desde logo porque eram municiadas por eles com muita tratadística desse foro. Além de que há que acomodar a hipótese de serem as próprias sés, em primeira instância, responsáveis por imprimir o cunho fortemente jurídico reconhecido aos seus capitulares, dadas as necessidades sentidas pelas catedrais ao nível do controle do aparelho jurídico-legal.

Atendendo ao conteúdo das bibliotecas hispânicas, a teologia também deve ter um acolhimento significativo nos armários das catedrais portuguesas, mas marginando os interesses particulares dos seus cónegos e dignitários, respondendo sobretudo a uma conceção institucional alicerçada nas funções eclesiásticas que davam sentido à existência das sés. De outro modo, o que se conhece da sé de Viseu mostra que a teologia, aliás como a liturgia, não estavam dissociadas de preocupações pedagógicas, visíveis na natureza das obras reunidas.

Qualquer que fosse a dimensão das sés, a presença de costumeiros e da Bíblia seriam inevitáveis: os primeiros como forma de regar a vida comunitária; a segunda como modelo de ordenação do mundo catedralício na sua relação com o microcosmos diocesano, mas também com o macrocosmos formado pelo mundo exterior, terreno e extraterreno. Mais uma vez a sé viseense dá nota do acolhimento a essas prioridades bibliográficas, paralelas às registadas nas dioceses de Burgos-Osma, Zamora e Salamanca, apesar das variações numéricas.

Onde a analogia com as sés hispânicas também mostra ser útil é, sobretudo, na maneira como permitem percecionar algumas falhas dos escaparates viseenses em termos de literatura homilética, médica, filosófica e histórica, assim como ao nível do conhecimento do cânone tradicional das artes liberais. Podendo significar efetivamente

uma desatenção a essas matérias, parece contudo que a apreciação dessas lacunas não deve ser desligável, em grande parte, da menor escala da sé de Viseu no contexto geopolítico e religioso do reino, como também não é desprezível para uma melhor compreensão do assunto a relativa precocidade do inventário no âmbito da cronologia estabelecida. Assim, é bastante aceitável que essas faltas não fossem notadas, ou pelo menos de forma tão vincada, em sés com outra expressão, como as de Braga, Coimbra, Lisboa ou Porto, muito embora o contributo do clero do reino não ajudasse por certo a potenciar a presença de obras com essas características nos tesouros diocesanos, pois só raramente as privilegiaram na constituição das respetivas livrarias particulares.

LIVRARIAS PRIVADAS

O NÚCLEO BIBLIOGRÁFICO

O núcleo de documentos constituído pelos atos sucessórios do clero secular, convocado para a tentativa de reconstituição parcial dos conteúdos dos armários diocesanos – os *Testamenti ecclesiae Portugaliae* –, revela uma ainda maior acuidade se mobilizado para o exame das prioridades intelectuais dos religiosos seculares. De facto, extraem-se do corpo de testamentos deixados pelos capitulares portugueses, ou ligados ao reino, muitas notícias sobre as suas rotinas de consumo cultural e sobre o nível da sua formação, assim como sobre as atitudes e hábitos bibliográficos vigentes na época por parte desse grupo específico. Notícias que se revelam preciosas, de acordo com a tese, aqui suportada, de que os livros oferecem uma expressão concreta, e só muito dificilmente superável, acerca da cultura material de um determinado grupo, e de que o conhecimento acerca dos espólios bibliográficos é decisivo na aferição do nível de maturidade intelectual dos respetivos proprietários. Aliás, uma posição que constitui um dos elementos basilares da investigação e que suporta grande parte das opções tomadas e dos critérios utilizados na sua organização.

É certo que a própria orientação do empreendimento editorial que guiou a publicação dos testamentos, ao ter a intenção declarada de objetivar apenas as doações dos clérigos das catedrais, torna impraticável uma apreciação global e acabada dos interesses culturais do clero do reino, considerado na sua totalidade. Como é evidente,

dependendo em absoluto desse factício para a análise do recheio das bibliotecas particulares de eclesiásticos ficam necessariamente fora de mira as livrarias privadas de monges e frades ligados às ordens religiosas presentes no reino no período, ou seja, todo o clero regular, embora a própria natureza da entrada em ordens faça duvidar sobre a existência de livrarias privadas nesse universo. Em todo o caso, um óbice algo difícil de compensar quando se ambiciona a uma visão extensiva do fenómeno, e, que de novo, recoloca as questões da fragmentação e da lacunaridade documental para a cronologia em causa.

A dificuldade em inspecionar globalmente a posse de manuscritos desses religiosos decorre, em certa medida, do facto de serem indistintos, ou inexistentes, documentos análogos tendo por objeto o clero regular, circunstância prejudicada ainda pela escassez e irregularidade dos estudos apontados aos letrados e à cultura letrada das diferentes congregações. Tal pode, talvez, derivar de uma genérica desatenção historiográfica a estas matérias; mas, na verdade, parece dever-se, em grande parte, a uma propensão para a coletivização patrimonial que afetou o monacato em geral²⁶³⁸.

A chamada de bens ao controlo comunitário promovida pelas irmandades de regulares, anulava ou, pelo menos, atenuava os impulsos dos membros do clero sob regras para a constituição de património individual e para a privatização de bens, afetando, por conseguinte, a sua apropriação de livros, que apesar das suas numerosas especificidades não deixavam de ser, em última análise, objetos – de resto, de grande valia no período em apreço, o que dificultava, por um lado, a sua aquisição; e reforçava, ao mesmo tempo, os cuidados postos na sua manutenção por parte das instituições que se dedicavam a abibliotecar. De forma muito paradigmática, exemplificam a realidade descrita os votos de pobreza formulados pelos frades das ordens mendicantes, que se refletiriam desejavelmente num desprendimento face aos bens materiais, apenas admitidos enquanto propriedade coletiva das instituições de que dependiam²⁶³⁹. Ou seja, num cenário com estas características, não são admissíveis, senão como exceções, a existência de testamentos ou documentos afins por parte de cenobitas, pelo que, talvez, a sua ausência apenas reflita, ao fim ao cabo, uma efetiva escassez, um tendencial vazio, e não aponte tanto para uma falta de representatividade.

²⁶³⁸ MICCOLI, Giovanni - Os monges. In *O homem medieval*. Dir. J. Le Goff. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 37.

²⁶³⁹ *Histoire de l'Église*. Dir. C. Billmeyer e H. Tüchle. Vol. 2: *l'Église de Chrétienté*. Paris: Salvator-Mulhouse, 1963, p. 282.

Importa acrescentar que, na linha do que vem sendo feito em outras matérias, e de forma deliberada, excluiu-se da análise o mundo laico, por se considerar, *a priori*, que seriam espúrias as bibliotecas com essa origem para a cronologia em causa e porque se entendeu que a sua inclusão afetaria a coerência do estudo, muito focado no elemento religioso, em virtude da posição dominante ocupada pelos eclesiásticos no universo cultural da época: hegemónica no princípio do período e ainda largamente maioritária para o final da cronologia.

Feitas essas necessárias ressalvas, quanto à nitidez a que é possível aspirar na abordagem ao panorama das bibliotecas privadas de religiosos, dentro do quadro existente de limitações documentais, bibliográficas e circunstanciais, não deixam de ser muitas e variadas as conclusões que se podem extrair da observação e tratamento do acervo documental reunido na edição crítica dos testamentos do clero catedralício – ora confirmando muito do que se conhece sobre a matéria, ora permitindo rever e renovar vários dos dados referentes às bibliotecas particulares do período. Assim, heterogêneos na forma ou dimensão, variando no grau, no número e no género das doações produzidas, muito díspares no que se refere às riquezas que testemunham, e escapando, relativamente ilesos, ao uso de convenções e de formulários demasiado rígidos, os testamentos de religiosos seculares começam por iluminar, em maior ou menor escala, sobre os contextos culturais em que foram produzidos, as características da *intelligentsia* outorgante e a qualidade das elites envolvidas no ato da sua produção material – chanceleres, notários eclesiásticos, tabeliães. Do que decorre a conveniência de implicar este tipo específico de documentos na interpretação e resgate de quadros culturais, valorizando as características que os tornam particularmente aptos para esse fim, e a sua, por regra, abundância informativa, em comparação com outras fontes.

Formalmente, na sua qualidade de documentos escritos e atendendo às suas características externas, os testamentos revelam-se de enorme interesse para aferir o nível de escrita evidenciado pelos indivíduos implicados na sua redação, ao mesmo tempo que validam variáveis tão diversas como o maior ou menor domínio da língua de expressão, a utilização feita de formulários e protocolos na lavra diplomática ou a permeabilidade a fórmulas e expressões usadas em outros tipos de documentação. Servem ainda, e sobretudo, para certificar os recursos e limites expressivos – gramaticais, vocabulares, caligráficos ou estilísticos – apresentados pelos produtores da escrita na tarefa da sua execução. No limite, a própria escolha da língua em que eram

vertidos os atos sucessórios – latina ou romance –, a par do uso de um determinado sistema de abreviaturas, e, em especial, a preferência por um determinado tipo de escrita, constituem indícios significativos sobre a qualidade da produção intelectual, ao mesmo tempo que servem para sinalizar tendências e ambientes culturais, desse modo refletindo os paradigmas linguísticos e literários vigentes, ou em transformação, assim como as influências culturais a que estavam sujeitos os produtores da palavra escrita.

Numa outra perspetiva, a par dessas características documentais externas, os testamentos eclesiásticos oferecem enorme utilidade para a reconstituição dos trajetos biográficos dos letrados, e até para a sua identificação enquanto tal, ainda que variando imenso, em substância, as informações prestadas. Em muitos desses atos jurídicos foram produzidas informações com apreciável grau de detalhe sobre os percursos de membros da elite cultural, sobretudo nas ocasiões em que os letrados coincidiam com os indivíduos outorgantes dos documentos. Nestes casos, com a vantagem, nada irrelevante, de se tratar de informação produzida na primeira pessoa, em contraste com o que acontece na maior parte das outras espécies documentais, onde são terceiros a prestar informações, por vezes muito diferidas no tempo e no espaço, o que com frequência afeta a sua fiabilidade e o seu valor probatório, como ocorre, por exemplo, com a Cronística. Atendendo ao objetivo perseguido, há que valorizar, entre as notícias veiculadas pelos testamentos de clérigos, as relativas à formação: tanto em termos do desenho de percursos formativos, como no plano da reconstituição do nível de literacia de alguns dos testadores ou de certos indivíduos que com eles se relacionaram. De facto, e como referido, convergem em vários testamentos dados sobre aspetos culturalmente tão relevantes e diversificados como graus académicos, frequência de níveis de ensino, vocações científicas, estâncias em lugares de estudos, desempenho de funções docentes e discentes, posse de obras e de manuais de ensino, formas de financiamento e subvenção a estudos, entre outros. São sintomáticas as alusões que neles afloram a títulos académicos, magistrais e doutorais; as indicações sobre a frequência de escolas; as alusões, diretas ou indiretas, a conhecimentos no campo do direito, da teologia, da medicina, da gramática, da lógica, da música; as passagens assentes, ou adivinháveis, por estabelecimentos de ensino de tipo superior, como Bolonha, Paris, Montpellier ou Salamanca; as informações sobre os estatutos escolares de vários desses indivíduos; as práticas de concessão de bolsas e de dispensa de manuais didáticos, enquanto formas de incentivo e de apoio à escolaridade em benefício de familiares, protegidos ou clientes

dos doadores; e as transmissões de manuscritos, envolvendo volumes jurídicos, litúrgicos, eclesiásticos ou tratadística diversa. Com base na presença destas marcas nos testamentos, e de outras análogas, é possível, enfim, reconhecer os indivíduos que as exibem como membros da elite cultural do tempo, a partir do mais insuspeito dos critérios: o seu nível de exposição ao saber.

Entre os diversos vestígios culturais identificáveis nos testamentos ordenados por clérigos das catedrais do reino, para os quais se pretendeu chamar a atenção, assumem particular interesse e protagonismo os factos conexos com a posse e transmissão de espécies manuscritas, por serem reveladores dos perfis dos doadores, dos seus interesses intelectuais, da fecundidade do seu pensamento e da sua adesão, ou refração, às tendências culturais dominantes. O exame das livrarias privadas do clero secular – que o conteúdos das mandas permite reconstituir –, é ainda vantajoso ao possibilitar um outro diagnóstico concomitante: firmar um quadro esclarecedor e compreensivo, mesmo que aproximativo e lacunar, de alguns dos processos que colaboraram na seleção, composição, acumulação e transmissão dos núcleos bibliográficos constituídos individualmente pelos religiosos das catedrais – fossem eles simples clérigos, cónegos, dignitários capitulares ou bispos. Com efeito, pareceu útil acompanhar o esforço de reelaboração dos armários clericais por uma tentativa de perceber e contextualizar os referidos processos à luz do clima de renovação intelectual experimentado pela Cristandade na centúria uncentista, que teve reflexos assinaláveis no desenvolvimento dos ramos do saber no século seguinte²⁶⁴⁰. Fazê-lo, ajuda a melhor compreender os fenómenos de aquisição de manuscritos a partir do horizonte da sua conjuntura, pontuada pela emergência de novas realidades socioculturais que à época se cristalizavam, nomeadamente a fundação das primeiras universidades²⁶⁴¹ e a construção de carreiras eclesiásticas, estruturadas sobre percursos académicos²⁶⁴².

Com esse objetivo em vista, metodologicamente, procedeu-se a um levantamento exaustivo das entradas referentes a manuscritos constantes nos testamentos editados e publicados nos *Testamenti ecclesiae Portugaliae*²⁶⁴³, e à elaboração de um questionário, constituído por vários pontos, cuja agenda e objetivos se resumem em seguida. Assim, em primeiro lugar, relacionaram-se os proprietários de

²⁶⁴⁰ GILSON, Étienne - *La philosophie au Moyen Âge*..., p. 337-343.

²⁶⁴¹ VERGER, Jacques - *Modelos*..., p. 33.

²⁶⁴² MORAW, Peter - *Carreiras profissionais dos diplomados pelas universidades*..., p. 253-254.

²⁶⁴³ Vid. Anexos, quadro 31.

códices com a sua observância religiosa²⁶⁴⁴, na expectativa de estabelecer precedências por sé, e desse modo indagar em que medida os impulsos relativos à angariação de livros por parte dos clérigos refletiram o ambiente cultural das diferentes dioceses do reino, ou seja, perceber de que modo a predisposição cultural de cada uma das sés favorecia ou penalizava as práticas individuais de apropriação bibliográfica dos respetivos membros.

Num segundo momento procedeu-se a uma sondagem dos cargos eclesiásticos exercidos pelos titulares dos manuscritos, com a intenção de determinar eventuais nexos entre o exercício de funções capitulares e os hábitos de aquisição de manuscritos²⁶⁴⁵, sobretudo nos ofícios que implicavam uma maior proximidade com o livro, ou seja, as dignidades de mestre-escola, chantre e tesoureiro, que eram respetivamente responsáveis pela docência nas escolas diocesanas, pelo ofício litúrgico e pela aquisição e conservação patrimonial²⁶⁴⁶. Não se descurou, neste particular, o que se apresentava, à partida, como uma óbvia e consistente ligação entre bispos e obras. Depois, procedeu-se a uma análise da distribuição cronológica das referências aos manuscritos, no sentido de tentar fazer sobressair a sua incidência ao longo do período e traçar, mesmo que grosseiramente, os ritmos de receção de manuscritos no território português, embora não sem alguma dose de especulação envolvida, tendo em conta as extrapolações a que o exercício obrigou²⁶⁴⁷.

Noutra direção, examinaram-se os volumes transmitidos nos testamentos com o intuito de determinar títulos e autorias, e por extensão, tipificá-los por assuntos e tipologias literárias, nas circunstâncias em que se revelaram viáveis tais atribuições, com o que se visou obter um quadro coerente dos hábitos culturais do clero das catedrais e estabelecer os interesses intelectuais dos seus membros²⁶⁴⁸. Uma medida que, ao mesmo tempo, permitiu estabelecer conjecturas e fazer propostas sobre o nível da educação dos proprietários e acerca dos seus percursos formativos.

Foram ainda objeto de escrutínio as atitudes exibidas nas doações de manuscritos ao nível da transmissão, alienação, aquisição, devolução, empréstimo e usufruto de livros, no sentido de verificar as regularidades desses comportamentos e, mais significativamente, as suas motivações, que aparecem, por vezes, esclarecidas em

²⁶⁴⁴ Vid. Anexos, quadro 30.

²⁶⁴⁵ Vid. Anexos, quadro 30.

²⁶⁴⁶ RODRIGUES, Ana Maria - Dignidades capitulares..., p. 67-68.

²⁶⁴⁷ Vid. Anexos, quadro 30.

²⁶⁴⁸ Vid. Anexos, quadro 31.

cláusulas impostas pelos doadores²⁶⁴⁹. Finalmente, também foi considerado o valor dos volumes, sempre que estes foram sinalizados ou apareceram estimados, na medida em que o seu custo e desvalorização se repercutiam, como é óbvio, nos processos aquisitivos e de dispensa de livros, determinando o ritmo das compras e das cedências bibliográficas²⁶⁵⁰. Atos que tinham impactos económicos apreciáveis, e que podem ser mensuráveis a partir dos custos das obras, das cauções estabelecidas, e da sua convertibilidade em moeda, ou, então, pela consideração de mecanismos alternativos, como a penhora, a que aludem alguns dos testamentos.

No entanto, antes de responder a esse questionário, há primeiro que esclarecer a natureza desta operação face à conduzida sobre o mesmo corpo de fontes quando se procurou reconstituir parcialmente o conteúdo dos armários capitulares. Enquanto a análise das livrarias dos cabidos ficou confinada aos manuscritos endossados às sés por parte do clero catedralício, a análise das livrarias particulares remete para um núcleo bibliográfico mais amplo, contendo aquele, mas ultrapassando-o largamente, na medida em que se considerou o total de obras encontradas na posse dos elementos do grupo clerical.

Feito o esclarecimento, importa sublinhar, desde logo, a dificuldade em determinar a extensão exata de muitas das livrarias eclesiásticas, projeto por vezes irrealizável, tendo em atenção o uso reiterado de fórmulas genéricas e abstratas para a nomeação dos livros e a frequente ausência de quantificação em muitas das doações que envolveram lotes de manuscritos²⁶⁵¹. Tal circunstância cancelou, à partida, qualquer tentativa sustentável de proceder a tratamentos mais exaustivos, de tipo quantitativo, sobre os volumes, no sentido de determinar rigorosamente o universo de exemplares angariados, ou de estimar, com total fidelidade, o número médio de espécies bibliográficas admitidas nas livrarias particulares. Na sequência dessas dificuldades, e em função das circunstâncias, optou-se, em alternativa, por usar muitas vezes como critério de contabilização o número de testamentos com manuscritos identificados ou, então, o número de transmissões bibliográficas, independentemente de serem compostas por entregas únicas ou plurais de livros. Por essa razão, os resultados apresentados são sobretudo indiciários, e devem ser amenizados pela consulta dos anexos, onde constam

²⁶⁴⁹ Vid. Anexos, quadro 32.

²⁶⁵⁰ ALTISENT, Agustín - *Libros y economía en los monasterios de la Edad Media...*, p. 1-12.

²⁶⁵¹ Nos testamentos repetem-se expressões como “*libri*”, “*libro*”, “*libris*”, “*librum*”, “*libros*”, “*livros*”, “*alios libellos*”, “*summas*”, “*summam*”, impedindo o esclarecimento de autorias, títulos e natureza das obras, e, com frequência, a determinação da sua quantidade exata.

todas as entradas de livros referenciadas, acompanhadas pela indicação sobre o número de exemplares envolvidos em cada uma das doações ou outras referências a livros – sempre que possível, expressa em números; ou, nas situações inconclusivas, sistematizada na expressão “vários”²⁶⁵². Em todo o caso, onde a contabilização efetiva de manuscritos foi viável, apuraram-se lotes bibliográficos de dimensão muito variável, oscilando entre a posse, aparente, de exemplares únicos²⁶⁵³, e coleções particulares que ultrapassaram a dezena de obras, quantitativo bastante apreciável para o período²⁶⁵⁴.

Delimitando o universo em exame, o corpo de fontes reunido, que serve de base às conclusões adiante apresentadas, integrou no total um conjunto de 151 testamentos, um núcleo que se encontra distribuído de forma irregular pelos séculos XII, XIII e pelo primeiro quartel do século XIV, como já houve oportunidade de estabelecer aquando do tratamento das livrarias diocesanas, e que se repartiu, também de forma muito irregular, pelas nove dioceses medievais de Portugal: Braga, Coimbra, Évora, Guarda, Lamego, Lisboa, Porto, Silves e Viseu. O emprego da mesma fonte documental na aproximação feita ao conteúdo dos armários diocesanos pode implicar alguma duplicação na informação a seguir mobilizada, mas o seu interesse para cada uma das análises não pareceu ser redundante. Deste conjunto documental, cerca de um terço, mais concretamente 58 dos testamentos, apresentaram referências, diretas ou indiretas, a manuscritos (vid. gráfico 24).

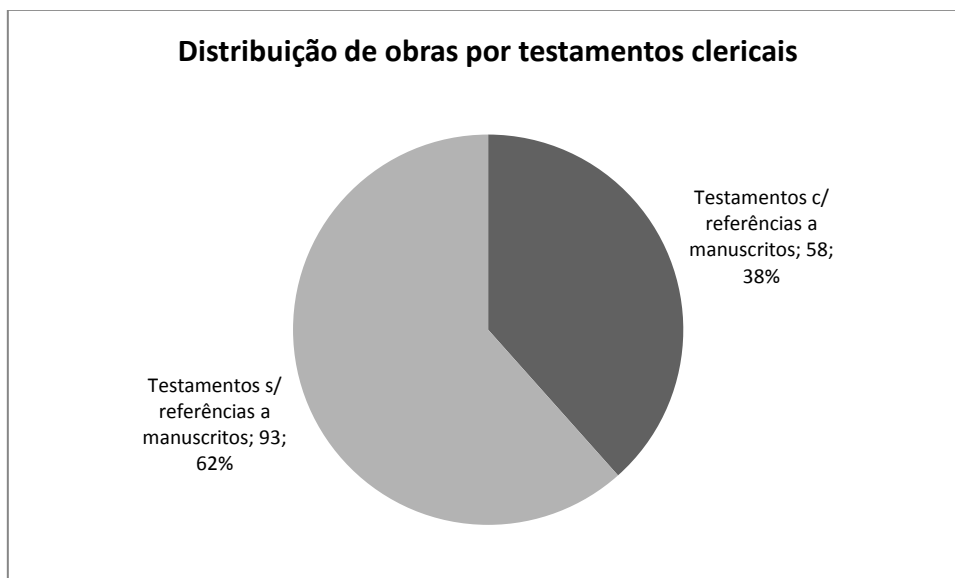


GRÁFICO 24: DISTRIBUIÇÃO DE OBRAS POR TESTAMENTOS (PART.)

Fonte: *Testamenti ecclesiae Portugaliae*.

²⁶⁵² Vid. Anexos, quadro 31.

²⁶⁵³ Vid. Anexos, quadro 31, ts. 1.3, 1.12, 1.21, 1.23, 1.30, 1.49, 2.7, 2.38, 7.7, 9.14.

²⁶⁵⁴ Vid. Anexos, quadro 31, ts. 1.28, 1.29, 2.28, 2.35, 2.54, 3.2, 7.1, 7.8.

A primeira dessas citações a obras constou de um testamento não datado mas que parece ter sido redigido por indicação de Cipriano Clemente, presbítero da sé de Coimbra, pouco antes de 1176, para o que aponta a sua datação crítica²⁶⁵⁵, sendo que a última menção a livros reporta indubitavelmente ao ano de 1325, e deve-se a um testamento mandado redigir por Martinho Eanes Barrosas, cónego da sé de Braga²⁶⁵⁶.

A esmagadora maioria das espécies bibliográficas inventariadas nesse conjunto de 58 testamentos relacionou-se com doações de obras, tendo por objetivo a sua transmissão ou alienação, perfazendo, por junto, um somatório de mais de duas centenas de entradas (208, em rigor), encontradas em 53 atos sucessórios, na maior parte correspondentes a doações singulares, mas, ainda assim, incluindo um contingente significativo de doações plurais, nem sempre quantificadas ou qualificadas do ponto de vista dos assuntos tratados²⁶⁵⁷.

Também é possível encontrar alusões à devolução de manuscritos, sendo, no entanto, pouco expressivas no universo das obras referidas, mas com o interesse inegável de alertarem para a prática de empréstimos bibliográficos. Resumem-se a três testamentos, nos quais se podem escrutinar duas devoluções de vários livros, que pertenceriam às sés; a par de uma outra restituição, envolvendo um único manuscrito, cujo proprietário foi um particular²⁶⁵⁸. Igualmente modestas são as referências a livros fora do âmbito das doações ou das devoluções, justificadas por razões diversas, com ocorrência em nove testamentos, para um somatório total de onze referências, todas envolvendo exemplares únicos²⁶⁵⁹.

Finalmente há ainda a considerar as doações de bens – financeiros, móveis ou imóveis – com a intenção de serem investidas na futura aquisição de obras, embora sob condições em alguns casos. Um tipo de doações que é conferível em catorze dos testamentos considerados, significando 23 referências²⁶⁶⁰ (vid. gráfico 25).

²⁶⁵⁵ Vid. Anexos, quadro 30, ts. 2.7.

²⁶⁵⁶ Vid. Anexos, quadro 30, ts. 1.49.

²⁶⁵⁷ Vid. Anexos, quadro 32.

²⁶⁵⁸ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 1.28, 1.42, 7.8.

²⁶⁵⁹ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 1.33, 2.18, 2.22, 2.40, 2.41, 2.54, 3.2, 4.4, 7.9

²⁶⁶⁰ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 1.6, 1.18, 1.25, 1.29, 1.31, 1.40, 2.18, 2.22, 2.35, 2.53, 7.4, 7.11, 9.15, 9.17.

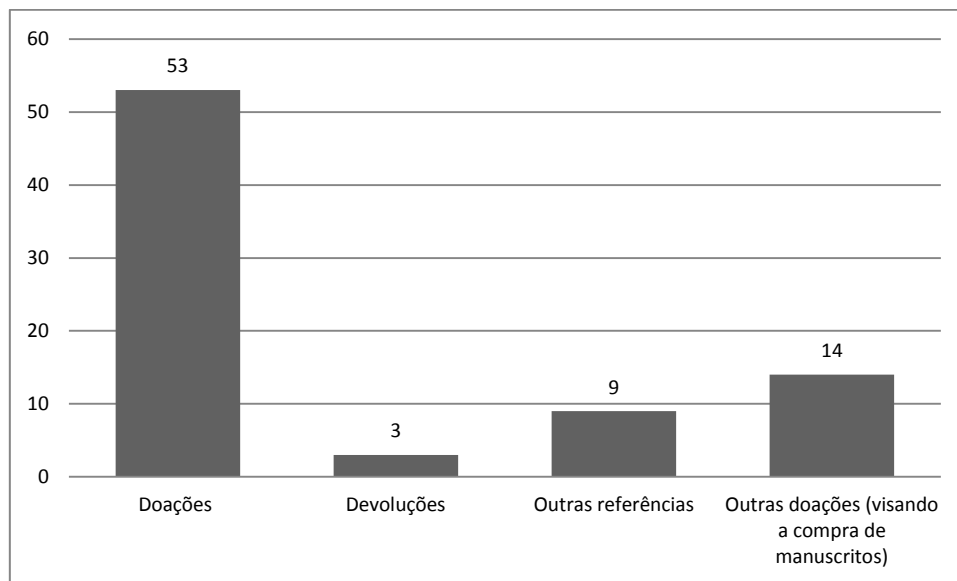


GRÁFICO 25: DISTRIBUIÇÃO DE OBRAS POR FINS DE DOAÇÃO (PART.)

Fonte: *Testamenti ecclesiae Portugaliae*.

PROPRIETÁRIOS DE MANUSCRITOS

Desagregando a informação pela filiação eclesiástica dos doadores regista-se que a maior parte das referências a espécies bibliográficas se ligou a capitulares de Braga e de Coimbra (vid. gráfico 26).

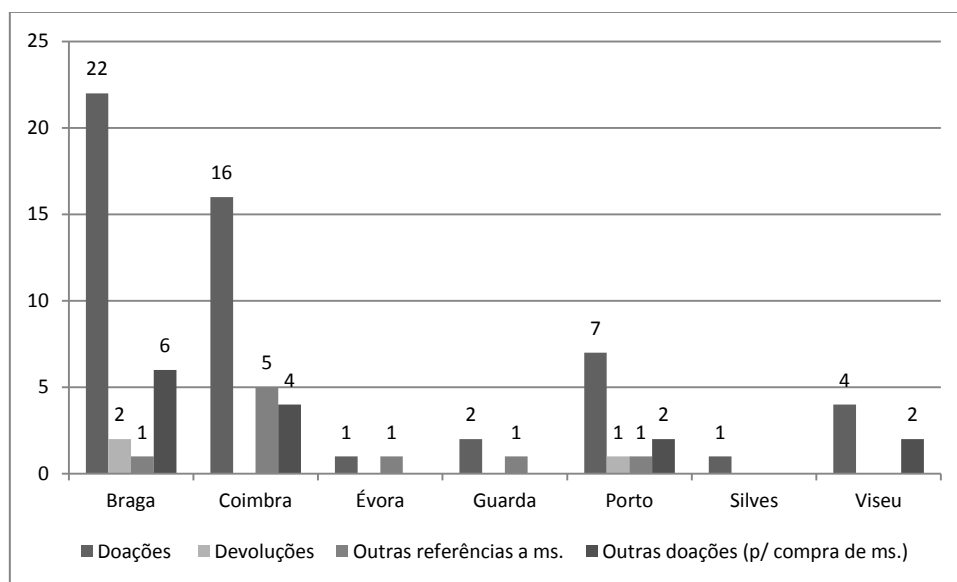


GRÁFICO 26: DISTRIBUIÇÃO DE OBRAS POR FILIAÇÃO RELIGIOSA DOS DOADORES (PART.)

Fonte: *Testamenti ecclesiae Portugaliae*.

Aos primeiros, podem-se assacar 22 testamentos contendo menções a doações²⁶⁶¹, dois onde se sinalizam devoluções de obras que não lhes pertenciam²⁶⁶², seis em que foi prevista a compra futura de manuscritos²⁶⁶³ e um outro testamento onde se mencionou um livro detido pelo cabido²⁶⁶⁴.

Por sua vez, nos testamentos deixados pelo clero de Coimbra, as referências a obras escrutinadas contemplaram entregas de manuscritos em dezasseis documentos²⁶⁶⁵, em quatro verificaram-se ofertas com a intenção de reforçar núcleos bibliográficos das instituições destinatárias²⁶⁶⁶, e ainda foram visíveis em cinco dos atos notariais referências bibliográficas de tipo diverso, distribuídas por alusões a livros capitulares, pela penhora de uma obra e pela compra de um volume, financiado em parte com o valor de uma dívida²⁶⁶⁷.

Os religiosos da sé portuense foram, por seu turno, responsáveis por sete legados envolvendo livros²⁶⁶⁸, mas também por uma devolução de obras²⁶⁶⁹ e por duas ofertas visando a aquisição de códices²⁶⁷⁰, a que se junta uma referência final a um saltério que era património dessa diocese²⁶⁷¹. Nos testamentos ordenados por clérigos viseenses, há informações relacionadas com quatro entregas de obras²⁶⁷² e com duas doações feitas com o propósito de financiar a compra de peças literárias²⁶⁷³.

Quanto ao clero egitanense é possível ligar-lhe duas mandas onde se podem identificar volumes em trânsito²⁶⁷⁴, mais uma informação sobre um lote de livros penhorados²⁶⁷⁵. Nos testamentos mandados lavrar por diocesanos de Évora refletiram apenas uma oferta de códices²⁶⁷⁶, bem como a posse de um único livro litúrgico

²⁶⁶¹ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 1.3, 1.4, 1.6, 1.9, 1.10, 1.12, 1.21, 1.23, 1.25, 1.26, 1.27, 1.28, 1.29, 1.30, 1.31, 1.33, 1.38, 1.39, 1.40, 1.42, 1.48, 1.49.

²⁶⁶² Vid. Anexos, quadro 32, ts. 1.28, 1.42.

²⁶⁶³ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 1.6, 1.18, 1.25, 1.29, 1.31, 1.40.

²⁶⁶⁴ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 1.33.

²⁶⁶⁵ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 2.7, 2.11, 2.16, 2.28, 2.32, 2.35, 2.38, 2.40, 2.41, 2.42, 2.46, 2.47, 2.50, 2.52, 2.53, 2.54.

²⁶⁶⁶ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 2.18, 2.22, 2.35, 2.53.

²⁶⁶⁷ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 2.18, 2.22, 2.40, 2.41, 2.54.

²⁶⁶⁸ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 7.1, 7.3, 7.6, 7.7, 7.8, 7.9, 7.11.

²⁶⁶⁹ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 7.8.

²⁶⁷⁰ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 7.4, 7.11.

²⁶⁷¹ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 7.9.

²⁶⁷² Vid. Anexos, quadro 32, ts. 9.13, 9.14, 9.15, 9.17.

²⁶⁷³ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 9.15, 9.17.

²⁶⁷⁴ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 4.1, 4.3.

²⁶⁷⁵ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 4.4.

²⁶⁷⁶ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 3.2.

pertencente à própria sé eborense, ambos rastreáveis no mesmo ato jurídico²⁶⁷⁷. A terminar, num documento deixado por um clérigo da sé de Silves encontrou-se um outro donativo abrangendo manuscritos²⁶⁷⁸. Ao contrário dos anteriores, em nenhum testamento produzido por clérigos de Lisboa ou de Lamego se divisaram atitudes semelhantes tendo livros por alvo.

Do total de 58 testamentos com manuscritos arrolados, o interesse principal converge nos 53 testamentos onde se podem identificar especificamente doações de obras²⁶⁷⁹. São estas cedências codicológicas – e não as referências a devoluções de livros alheios, ou as episódicas menções a livros capitulares achadas nos testamentos, tão-pouco as doações feitas a instituições ordenando a compra futura de obras –, que, em bom rigor, e dentro dos condicionamentos existentes, permitem reconstituir os fundos bibliográficos reunidos por particulares e identificar os seus titulares. Do mesmo modo, é o exame desse núcleo formado pelas doações bibliográficas que mais luz lança sobre os processos de transmissão codicológica que colaboravam na constituição dos armários, privados ou institucionais, para onde eram direccionados, em última instância, os vários textos.

Olhando, de novo, para a distribuição espacial dos doadores de livros, com esse entendimento em mente, e abstraindo dos fenómenos frequentes de acumulação de prebendas canónicas, nem sempre fáceis de captar ou reconstituir²⁶⁸⁰, percebe-se que a maioria dos titulares de obras doadas estavam vinculados às catedrais de Braga e de Coimbra, mas sobretudo à arquidiocese bracarense.

Uns e outros foram seguidos, a larga distância, por ocupantes da sé do Porto. São, no conjunto, muito residuais os casos de capitulares de Viseu, da Guarda, de Évora e de Silves, a quem se pode reconstituir a existência de livrarias particulares; com a curiosidade, já sublinhada, de não ser visível nenhum membro do cabido de Lamego e de Lisboa na posse de livros (vid. gráfico 27).

²⁶⁷⁷ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 3.2.

²⁶⁷⁸ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 8.2.

²⁶⁷⁹ Vid. Anexos, quadro 30.

²⁶⁸⁰ Como é óbvio, o momento da redacção dos testamentos cristaliza um determinado instante da vida dos doadores, razão porque, sem recurso a documentação adicional, não é possível detectar fenómenos como o da acumulação de prebendas, nem fazer uma reconstituição plena das trajectórias, passadas ou futuras, dos proprietários de manuscritos.

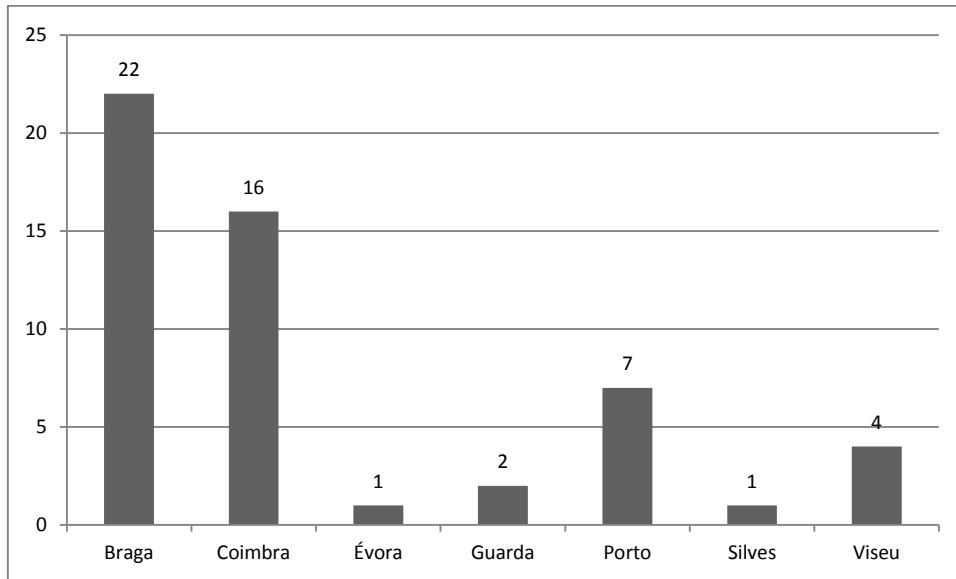


GRÁFICO 27: DISTRIBUIÇÃO DOS DOADORES DE OBRAS POR FILIAÇÃO RELIGIOSA (PART.)

Fonte: *Testamenti ecclesiae Portugaliae*.

Refira-se ainda que quatro dos clérigos com obras anotadas entre os seus bens se apresentaram nos respetivos testamentos com ligações a mais do que uma diocese, o que era, em abono da verdade, uma prática corrente, como os processos de acumulação de benefícios da época confirmam. O fenómeno é, contudo, pouco divisável nos casos apreciados, sendo que não se deve afastar a possibilidade de vários deles estarem nessa circunstância.

Seguramente beneficiaram de mais de uma prebenda João Martins de Soalhães, referido como cónego das dioceses de Coimbra e de Lisboa, alguém que chegou mesmo a ser futuro bispo de Lisboa e arcebispo de Braga; mestre João, que aparece descrito como deão da sé da Guarda e cónego da arquidiocese de Braga; Gonçalo Gonçalves, apresentado como chantre das catedrais do Porto e de Coimbra; e Lourenço Esteves, referenciado como chantre da sé de Viseu e cónego de Coimbra²⁶⁸¹.

Esta informação, refletindo, sem dúvida, a desigual recolha documentação existente para cada diocese no corpo documental, não deixa de conferir, enquanto tendência, com o nível de riqueza e protagonismo de cada uma das catedrais no período, e, por conseguinte, dos seus eclesiásticos, fator nada irrelevante atendendo ao alto valor dos manuscritos. Ainda mais importante, há uma convergência com o que vai ficando assente no plano historiográfico sobre a atenção concedida, no interior da rede

²⁶⁸¹ Vid. Anexos, quadro 30, ts. 2.35, 4.3, 7.6, 9.15.

diocesana, aos aspetos culturais e intelectuais²⁶⁸², e com o que se vem conhecendo sobre a importância dada ao treino escolar em cada uma das catedrais do reino²⁶⁸³. Do que se infere, sem surpresas, uma relação direta entre a exposição a instituições com preocupações culturais e uma predisposição para compra de manuscritos dos elementos expostos a esses ambientes, no que se pode definir como um círculo alimentado reciprocamente, onde o nível cultural diocesano influenciou o nível cultural dos correligionários no seu interior, os quais, por sua vez, exercendo os seus conhecimentos, contribuíam para uma melhoria dos índices culturais da instituição a que estavam vinculados.

Por outro lado, observando a apropriação de manuscritos em termos do *cursus honorum* eclesiástico, sobressai a importância de arcebispos e bispos no conjunto dos proprietários de livros, quando comparados com outros cargos e funções da hierarquia religiosa, algo similar ao que já se havia detetado por ocasião da análise das livrarias capitulares (vid. gráfico 28).

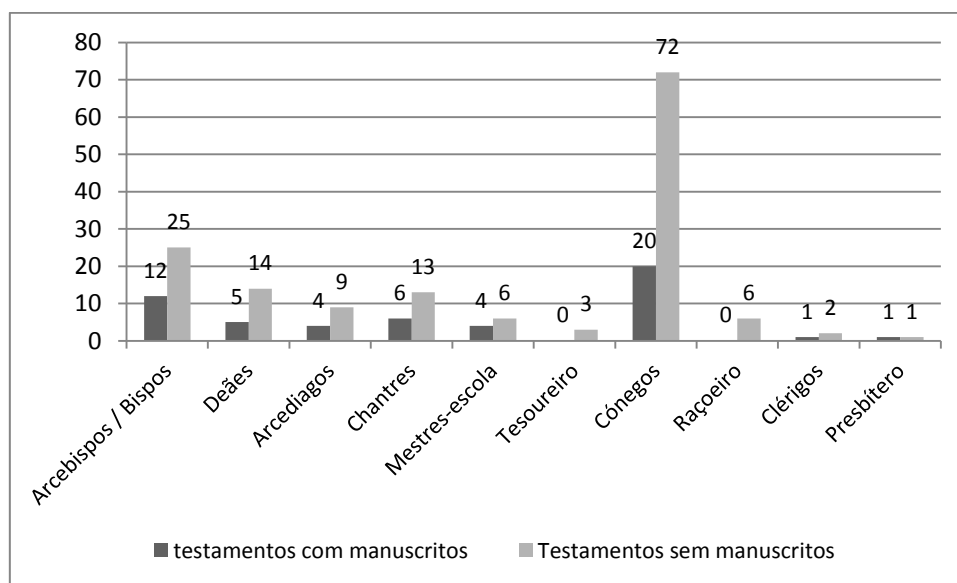


GRÁFICO 28: DISTRIBUIÇÃO DOS DOADORES DE OBRAS POR CURSUS HONORUM (PART.)

Fonte: *Testamenti ecclesiae Portugaliae*.

De facto, cerca de metade dos bispos encontrados entre os testadores apareceram como proprietários de livros. A ligação entre prelados e manuscritos parece ser, nessa medida, estreita e incontornável. Um predomínio que se reflete quer no número de

²⁶⁸² GOMES, Saul António - La formation intellectuelle du clergé séculier..., p. 103-120.

²⁶⁸³ Sobre as escolas portuguesas do período constituem obras de referência os trabalhos de CAEIRO, Francisco da Gama - As escolas capitulares, p. 5-47; COSTA, António Domingues de Sousa - Escolas episcopais e paroquiais..., p. 75; PEREIRA, Isaías da Rosa - Escolas e livros na Idade Média em Portugal...

proprietários de livros, quer, sobretudo, ao nível do quantitativo de obras cedidas ou recebidas. Dito de outra forma, no interior das dioceses do reino, de uma forma geral, eram os prelados, mais do que os dignitários capitulares, os principais proprietários de livros, reunindo, quase sempre nesse zelo colecionador, os lotes de obras mais significativos. O que encontra justificação, em parte, numa maior disponibilidade financeira do episcopado, mas que deve ser explicado, no essencial, pela oportunidade que tiveram de acumular obras ao longo do seu percurso eclesiástico, pelas exigências atribuíveis às funções ocupadas e pela maior erudição dos bispos face aos restantes diocesanos. Estes últimos argumentos de recorte intelectual, de resto, eram invocados, por norma, para a sua elevação às cátedras pelo Papado nos momentos consecratórios, como o testemunham as bulas de confirmação episcopal emitidas pelos pontífices²⁶⁸⁴.

Alguma da frequente confusão entre o património particular dos bispos e o património da mesa episcopal também pode, eventualmente, ter contribuído para melhorar essa capacidade acumuladora da prelatura, pois não seriam raros os fenómenos de apropriação patrimonial por parte dos prelados, naturalmente muito longe de se limitarem a livros, mas que também os deveriam incluir²⁶⁸⁵. De forma sumária, entre os bispos proprietários de manuscritos, e face ao que transparece dos testamentos, predominaram no núcleo documental os ocupantes das sés de Braga²⁶⁸⁶ e do Porto²⁶⁸⁷ sobre os de Coimbra²⁶⁸⁸, Évora²⁶⁸⁹ e Guarda²⁶⁹⁰, num alinhamento com grandes paralelos ao observado acerca da distribuição genérica dos manuscritos por catedrais.

Por seu turno, no que se refere às dignidades capitulares, encontraram-se deães, arcediagos, chantres e mestres-escola a doarem livros. Fizeram-no, ao que parece, em número muito paritário entre si. Entre o mestre-escolado foram maioritariamente os mestres-escolas de Braga que apareceram envolvidos com manuscritos, exceção feita a um homólogo conimbricense, João Peres, que se intrometeu no grupo arquidiocesano composto por Nuno Forjaz, Pedro Moniz e Domingos Peres Vinagre²⁶⁹¹. Foram apenas quatro os mestres-escola referenciados com livros, mas o grupo de ocupantes da função que foram identificados no conjunto dos testamentos limitou-se a seis. Daí que seja uma

²⁶⁸⁴ VILAR, Hermínia Vasconcelos - *As dimensões de um poder...*, p. 174.

²⁶⁸⁵ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa - *A sé de Coimbra...*, p. 178-180.

²⁶⁸⁶ Vid. Anexos, quadro 30, ts. 1.4, 1.10, 1.26, 1.42.

²⁶⁸⁷ Vid. Anexos, quadro 30, ts. 7.1, 7.3, 7.8, 7.9.

²⁶⁸⁸ Vid. Anexos, quadro 30, ts. 2.28, 2.41.

²⁶⁸⁹ Vid. Anexos, quadro 30, ts. 3.2.

²⁶⁹⁰ Vid. Anexos, quadro 30, ts. 4.1

²⁶⁹¹ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 1.3, 1.27, 1.38, 2.42.

proporção alta, o que se justifica perante a dimensão pedagógica das funções que estavam cometidas aos mestres-escola no interior do cabido, ainda que se admita que recorressem preferencialmente aos livros existentes nas arcas capitulares para o ofício docente.

No grupo de deães puderam-se identificar cinco indivíduos como proprietários de livrarias, o que representa cerca de um terço desses dignitários que apareceram na condição de testadores. Há, entre eles, representantes das dioceses de Braga (Fernando Eanes de Portocarreiro), Guarda (mestre João), Silves (Geraldo Pais) e Coimbra (Guilherme de Saint-Géry e Aimerico de Crégol), com destaque para esta última catedral, a única que repetiu deães entre os proprietários de livros²⁶⁹². Quanto aos arcediagos titulares de manuscritos, em número de quatro para um conjunto total de nove doadores que exerceram a dignidade, procederam todos da arquidiocese bracarense: mestre Domingos, Estêvão Eanes, Geraldo Peres e João Vicente²⁶⁹³.

Já os chantres na posse de obras distribuíram-se por quatro dioceses diferentes: Coimbra, Porto, Braga e Viseu. Dos treze chantres achados como testadores, seis tiveram certamente livros no seu poder. Foram eles: Pedro Peres, observante em Braga; João Eanes e Pedro Martins, ambos associados a Coimbra; Vicente Domingues e Gonçalo Gonçalves, ligados ao Porto, com a curiosidade do último ser referido simultaneamente como chantre de Coimbra; e ainda Lourenço Esteves, beneficiário em Viseu²⁶⁹⁴.

Por outro lado, nenhum dos três tesoureiros que aparecem a outorgar testamentos se pode estabelecer como doador de peças literárias, apesar de aparecerem, episodicamente, na condição de beneficiários de obras, como sucedeu com um dos responsáveis do tesouro da sé de Coimbra, brindado com um breviário pelo antigo bispo da catedral Egas Fafes²⁶⁹⁵.

Na base da carreira eclesiástica, uma quantidade bastante apreciável de cónegos exibiu códices entre os bens transmitidos, da mesma forma que vários foram beneficiados com eles. Com a significativa diferença, em relação aos bispos e altos dignitários, de, na maioria das ocasiões, terem sido mobilizados poucos exemplares nessas entregas. Uma regra que admitiu, todavia, exceções, como aconteceu, por

²⁶⁹² Vid. Anexos, quadro 32, ts. 1.33, 2.50, 2.52, 4.3, 8.2

²⁶⁹³ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 1.9, 1.29, 1.39, 1.48.

²⁶⁹⁴ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 1.6, 2.16, 2.53, 7.6, 7.11, 9.15.

²⁶⁹⁵ *Testamenti ecclesiae Portugaliae...*, ts. 2.28.

exemplo, com o bracarense Estêvão Soares ou com o canónico da sé de Coimbra João Gomes, titulares de núcleos bibliográficos apreciáveis, que distribuíram por várias entidades²⁶⁹⁶. De novo, como estes dois casos também servem para ilustrar, e sem causar nenhuma surpresa, foram os cónegos ligados às dioceses de Braga e de Coimbra a prevalecer face aos demais proprietários de manuscritos. O rol, relativamente vasto, e, por isso, de enumeração um pouco extensa, compreende os seguintes nomes: Nicolau, Martinho Gonçalves, Pedro Gonçalves de Barbudo, Pedro Pais Eixegas, Estêvão Soares, João Fernandes, João Paris, Estêvão Pais e Martinho Eanes Barrosas, todos filiados na instituição bracarense²⁶⁹⁷; Martim Martins, João Gonçalves Chancinho, João Martins de Soalhães, Pedro Martins, Vasco Domingues, mestre Gonçalo, Francisco Peres, João Gomes, por sua vez ligados formalmente à sé de Coimbra²⁶⁹⁸; Abril Peres, um cónego da catedral portuense²⁶⁹⁹; e Martim Peres e mestre Martinho, ambos prebendados da diocese de Viseu²⁷⁰⁰. Constatase que a quantidade de cónegos detentores de obras, em números absolutos, foi larga, mas quando se confronta o número de cónegos autores de testamentos com e sem manuscritos, o resultado impressiona bastante menos, pois são menos de um terço os cónegos com livros assinalados em mandas. Talvez à margem dos corpos capitulares, e de forma que se pode adivinhar um pouco accidental, aparecem ainda como titulares de livros um coreiro e clérigo da missa, com ligações firmadas à sé de Viseu, e um presbítero, oriundo de Coimbra, respetivamente João Esteves de Arouca e Cipriano Clemente²⁷⁰¹.

Em termos da sondagem do nível de erudição do grupo possuidor de obras, não é irrelevante que uma porção significativa dos doadores tenha surgido, com frequência, a exhibir o grau de mestre nos testamentos, ou em outra documentação do período, e apontando para um contacto com estudos avançados, previsivelmente de tipo universitário. Segundo se apurou, pelo menos 13 dos 53 indivíduos recenseados como doadores de manuscritos, ou seja, pelo menos, cerca de ¼ dos doadores de obras, encontravam-se nestas circunstâncias. A sua distribuição estendeu-se às catedrais de Braga, Coimbra, Porto, Guarda e Viseu, e apareceram dispersos por vários cargos e funções, indo desde a ocupação de bispados à titularidade de prebendas canónicas,

²⁶⁹⁶ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 1.28, 2.54.

²⁶⁹⁷ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 1.12, 1.21, 1.23, 1.25, 1.28, 1.30, 1.31, 1.40, 1.49.

²⁶⁹⁸ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 2.11, 2.32, 2.35, 2.38, 2.40, 2.46, 2.47, 2.54.

²⁶⁹⁹ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 7.7.

²⁷⁰⁰ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 9.13, 9.14.

²⁷⁰¹ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 2.7, 9.17.

passando pelo exercício de dignidades capitulares. O grupo de *magistri*, já identificado por ocasião do estudo sobre os letrados, incluiu, com toda a segurança Egas Fafes, Pedro Martins, Sancho Peres e Vicente Mendes, entre os bispos, aos quais se deve acrescentar João Martins de Soalhães, apesar da sua nomeação como prelado só ter ocorrido após a data de redação do seu testamento e ainda não aparecer nele nessa condição²⁷⁰². Entre os arcediagos foi possível contabilizar Domingos e Estêvão Eanes²⁷⁰³, enquanto Fernando Eanes de Portocarreiro e mestre João emergiram da categoria dos deães²⁷⁰⁴. De todos, Domingos Peres Vinagre foi o único mestre que acumulou o grau magistral com o título de mestre-escola²⁷⁰⁵, ao passo que os mestres Gonçalo, Martinho e Nicolau se contaram entre os cónegos prebendados²⁷⁰⁶. A este número de beneficiantes é possível somar um conjunto de outros indivíduos, também detentores do título magistral, entre os recetores das obras.

As constatações têm a virtude de sublinhar o impulso para a organização de livrarias particulares por parte de escolares com passagens por altos estudos. Aliás, é bastante verosímil supor que a origem, reforço ou constituição de vários dos núcleos bibliográficos, em grande parte possa ter beneficiado da passagem dos proprietários dos códices por estudos conceituados, parauniversitários ou universitários, até porque alguns dos manuscritos devem ter sido usados como livros de texto em contexto formativo. A ser assim, é de admitir que alguns volumes possam ter acompanhado o regresso de escolares nos seus regressos às regiões de origem ou às posições onde prestaram serviço eclesiástico²⁷⁰⁷.

RITMOS DE AQUISIÇÃO DE MANUSCRITOS

Considerando a incidência cronológica dos testamentos, verificou-se uma intensificação da presença de obras ao longo do tempo. Ou seja, a frequência de manuscritos em testamentos eclesiásticos que denunciam a existência de livrarias particulares é bastante baixa no final do século XI e em inícios do século XII, sofrendo um incremento no século seguinte. Uma tendência para a subida que se manteve com a

²⁷⁰² Vid. Anexos, fichas prosopográficas 75, 193, 344, 383, 416

²⁷⁰³ Vid. Anexos, fichas prosopográficas 37, 80.

²⁷⁰⁴ Vid. Anexos, fichas prosopográficas 91, 183.

²⁷⁰⁵ Vid. Anexos, ficha prosopográfica 68.

²⁷⁰⁶ Vid. Anexos, fichas prosopográficas 130, 237, 278.

²⁷⁰⁷ RIDDER-SYMOENS, Hilde de - A mobilidade..., p. 302.

aproximação ao final da centúria ducentista, e que teve um acréscimo de vigor no princípio do século XIV (vid. gráfico 29).

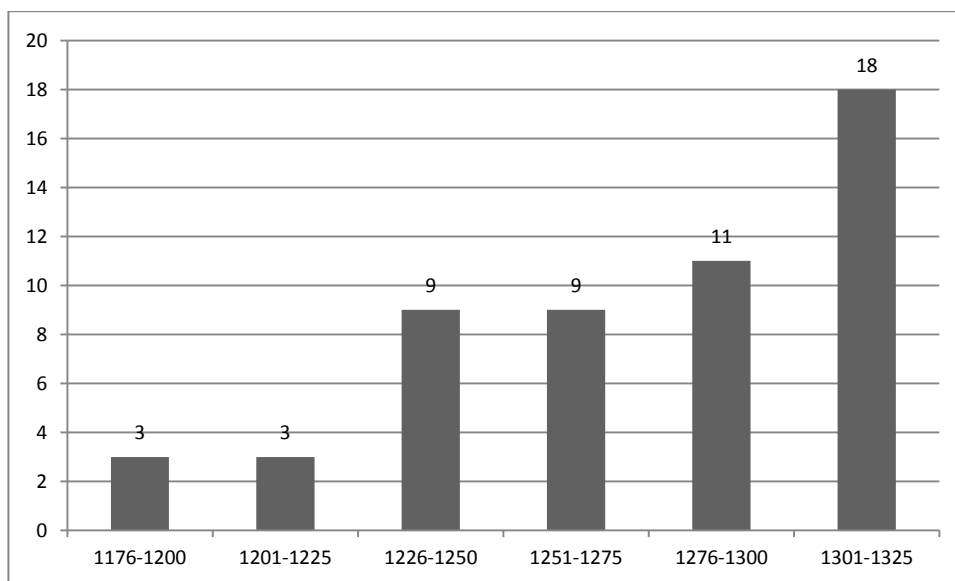


GRÁFICO 29: DISTRIBUIÇÃO CRONOLÓGICA DOS TESTAMENTOS COM OBRAS (PART)

Fonte: *Testamenti ecclesiae Portugaliae*.

Apesar do mero valor indicativo destes números, dada a impossibilidade, por um lado, de se determinar com rigor a data de receção dos manuscritos, que pode ter antecipado muito ou pouco a cronologia das referências testamentárias, e, por outro lado, tendo em conta as dificuldades na contabilização de muitos dos lotes de bibliográficos transmitidos, o ritmo desta progressão não deixa, todavia, de ser significativo. Isto porque a distribuição cronológica dos testamentos com manuscritos cedidos encontra absoluta sintonia com a marcha dos fenómenos de produção, cópia e circulação codicológica atestados para a Europa do tempo, que apresentam um padrão semelhante, caracterizado precisamente por um crescimento marcado a partir do século XII, progressivamente intensificado nos seguintes, pontuados por momentos de rápida explosão bibliográfica²⁷⁰⁸.

Com efeito, a subida das taxas de alfabetização e de literacia das populações²⁷⁰⁹, a crescente importância cometida ao livro na baixa medievalidade²⁷¹⁰, a abertura de novas vias para a circulação de pessoas e bens²⁷¹¹, a relativa difusão da cultura

²⁷⁰⁸ GOMES, Saul António - *In limine conscriptionis...* Vol. 1, p. 133.

²⁷⁰⁹ LE GOFF, Jacques - *Em busca da Idade Média...*, p. 89.

²⁷¹⁰ IDEM - *Os intelectuais na Idade Média...*, p. 93-96.

²⁷¹¹ IDEM - *Mercadores e banqueiros da Idade Média...*, p. 12-16.

conhecida no período²⁷¹², a diversificação dos processos de cópia manual²⁷¹³ e a multiplicação da rede escolar, com o aparecimento, em especial, das instituições universitárias e de escolas urbanas, como os *studia* de mendicantes²⁷¹⁴ – tudo fatores essencialmente com tonalidade urbana –, na base da expansão bibliográfica europeia nesses séculos, parecem, de algum modo, terem-se repercutido no reino, atendendo à distribuição temporal das referências a livros achadas nos testamentos de religiosos seculares. Uma indisfarçável simetria no padrão, mas que encontra naturais diferenças de escala ao nível da produção e da aquisição de códices, para o que remete a posição periférica do território, distante dos principais núcleos universitários.

ASSUNTOS

Quanto ao recenseamento de títulos e de autorias das obras doadas, temas que se articulam com os tópicos bibliográficos, fatores decisivos para estabelecer as preferências e os interesses intelectuais dos diocesanos portugueses, importa reiterar a complexidade do processo, que já foi sinalizada por ocasião da análise das livrarias diocesanas. Com efeito, as referências genéricas a livros que prejudicam a determinação do número exato de manuscritos constantes nos testamentos embaraçam, do mesmo modo, o estabelecimento das preferências literárias, pois impedem ou dificultam a atribuição autoral e a contabilização de títulos, que muitas vezes se quedam pouco pacíficas ou seguras. Mesmo nos casos em que as obras aparecem individualizadas ou contabilizadas com exatidão, é comum a sua invocação de forma não discriminada, através de referências avulsas ao autor ou de indicações minimalistas sobre os seus conteúdos; ou, então, mediante pequenos descritivos, usados para proporcionar identificações positivas; ou, por vezes, recorrendo ao *incipit* dos códices, como forma de fazer o seu reconhecimento. Tudo procedimentos que, conjugados, em muito penalizam as atribuições indisputadas, dificultando-as ou tornando-as inconclusivas.

Feitas estas ressalvas, mas procurando, apesar dos evidentes constrangimentos, efetuar uma taxonomia de assuntos, com base nos títulos, autores e designações usados para a nomeação dos livros, e considerando apenas a fatia de manuscritos transmitidos

²⁷¹² VAUCHEZ, André - *Les Laïcs au Moyen Age: Pratiques et expériences religieuses*. Paris: CERF, 1987, p. 139.

²⁷¹³ SAENGER, Paul - Book Production. In *A History of Reading in the West*. Ed. G. Cavallo e R. Chartier. Cambridge: Polity, 1999, p. 128-129.

²⁷¹⁴ RÜEGG, Walter - *Temas...*, p. 8-13.

ou seja, aqueles efetivamente encontrados na propriedade de membros do clero catedralício – por conseguinte, e como se vem fazendo, descontando as devoluções, obras com compra prevista e outras referências casuais a títulos –, cedo emerge uma muito larga prevalência dos volumes jurídicos em relação às restantes espécies identificadas, que, por seu turno, se podem arrumar, por comodidade, em textos bíblicos, litúrgicos, hagiográficos, teológicos, médicos, tratados de filosofia natural e de história natural, obras de artes liberais e regimentos/foros urbanos (vid. gráfico 30).

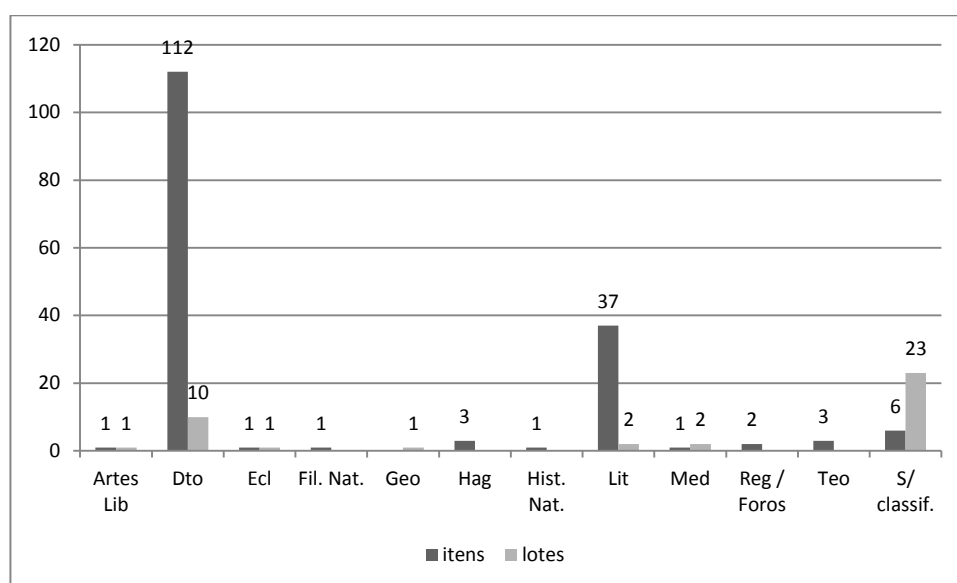


GRÁFICO 30: DISTRIBUIÇÃO DE OBRAS POR ASSUNTOS (PART.)

Fonte: *Testamenti ecclesiae Portugaliae*.

No que se refere aos manuscritos de direito referidos, que ultrapassam a centena de cedências, entre lotes singulares e plurais, parece ter havido, genericamente, uma maior propensão para a aquisição de escritos do ramo canónico do que do ramo civil. De facto, há um grande número de referências nos testamentos a vários dos livros fundamentais do catálogo do *Corpus iuris canonici*²⁷¹⁵, a saber: o *Decreto*, de Graciano, de que há vários exemplares mencionados²⁷¹⁶; a coleção formada pelas 5 *Decretais Antigas*, citada no seu conjunto, mas também nas suas várias partes constituintes²⁷¹⁷; as *Decretais*, de Gregório IX, alvo de alusões frequentes nos legados²⁷¹⁸; e o *Livro Sexto*

²⁷¹⁵ Sobre a composição do corpo de direito canónico, vid. PEREIRA, Isaías da Rosa - Livros de direito na Idade Média I..., p. 10-11.

²⁷¹⁶ Vid. Anexos, quadro 31, ts. 1.4, 1.9, 1.10, 1.25, 1.28, 1.33, 2.16, 2.35, 2.47, 2.54, 3.2, 4.1, 7.1, 7.9, 8.2.

²⁷¹⁷ Vid. Anexos, quadro 31, ts. 1.10, 1.25, 1.48, 1.49, 2.35, 2.52.

²⁷¹⁸ Vid. Anexos, quadro 31, ts. 1.09, 1.12, 1.21, 1.23, 1.25, 1.27, 1.28, 1.30, 1.48, 2.16, 2.35, 2.41, 2.50, 2.53, 3.2, 4.1, 4.4, 7.4, 7.8, 7.9, 8.2, 9.15.

das *Decretais*, ordenado por Bonifácio VIII, que aparece apenas noticiado de forma esporádica²⁷¹⁹.

Ao longo do tempo, todas estas compilações canónicas foram sujeitas a numerosas glosas e comentários, alguns dos quais também constam nas doações, com destaque para o aparato feito por Inocêncio IV às *Decretais*²⁷²⁰. Obra a que se devem juntar as várias glosas feitas às *Decretais*, da autoria de João Teutónico, Bernardo de Pavia, Bernardo de Parma, Godofredo de Trano, Henrique de Susa, Hugúcio de Pisa e João de Gales²⁷²¹, eméritos canonistas, na sua maioria ligados aos estudos jurídicos bolonheses²⁷²². Um contingente integrado ainda pelos mestres portugueses João de Deus e Vicente Hispano, cujas obras também estão abonadas nos testamentos²⁷²³. No campo do direito romano, é seguro creditar aos eclesiásticos das catedrais portuguesas considerados em conjunto um conhecimento completo do *Corpus iuris civilis* consagrado pela tradição²⁷²⁴. A par de algumas referências testamentárias ao núcleo integral de direito civil, surgem apenas enunciados, embora em números muito desiguais, os textos autónomos que o compunham: o *Digesto*, formado pelo *Digesto Velho*, pelo *Digesto Novo* e pelo *Esforçado*²⁷²⁵; as *Instituições*²⁷²⁶; as *Novelas*²⁷²⁷; e o *Código*, de Justiniano²⁷²⁸. Este último terá sido, de longe, o mais requerido dos títulos de direito civil pelo clero catedralício português, num reconhecimento evidente da sua importância, em tudo compaginável com a *praxis* europeia da época, por sua vez relacionada com a vaga de recuperação do direito imperial que, então, se manifestou²⁷²⁹. Como aconteceu com as obras de direito canónico, também os textos de direito romano foram objeto de comentários, alguns dos quais se tornaram bastante influentes e difundidos. Veja-se, por exemplo, o sucedido com as glosas elaboradas pelos peritos em direito Acúrsio e Azo²⁷³⁰, da escola dos glosadores de Bolonha, de quem os clérigos portugueses também adquiriram trabalhos, como se observa da leitura das últimas

²⁷¹⁹ Vid. Anexos, quadro 31, ts. 2.50.

²⁷²⁰ Vid. Anexos, quadro 31, ts. 3.2.

²⁷²¹ Sobre João de Gales vid. Anexos, quadro 33.

²⁷²² Vid. Anexos, quadro 31, ts. 1.10, 2.28, 2.35, 2.54, 4.3, 7.8.

²⁷²³ Vid. Anexos, quadro 31, ts. 2.35, 3.2.

²⁷²⁴ Sobre a composição do corpo de direito civil, vid. PEREIRA, Isaiás da Rosa - Livros de direito na Idade Média I..., p. 10-11.

²⁷²⁵ Vid. Anexos, quadro 31, ts. 1.9, 1.27, 2.28, 2.35, 2.54, 7.1, 7.8, 7.9.

²⁷²⁶ Vid. Anexos, quadro 31, ts. 1.9, 1.10, 1.25, 2.28, 3.2, 7.1.

²⁷²⁷ Vid. Anexos, quadro 31, ts. 7.1.

²⁷²⁸ Vid. Anexos, quadro 31, ts. 1.9, 1.10, 1.27, 2.28, 2.35, 2.54, 7.1, 7.4, 7.8.

²⁷²⁹ VITÓRIA, André - *Legal culture in Portugal from the twelfth to the fourteenth centuries...*, p. 406-410.

²⁷³⁰ Sobre Azo vid. Anexos, quadro 33.

vontades deixadas por alguns²⁷³¹. A aparente prioridade concedida nos armários privados aos livros de direito canónico em comparação com os de direito romano é bastante plausível, considerando a maior flexibilidade e contemporaneidade oferecidas pelas coleções de *Decretais* face à legislação civil, cujos textos remontavam, na sua origem, ao final do império romano. Com efeito, quase todo o corpo de direito civil foi coligido no tempo do imperador Justiniano, ou seja, algures durante o primeiro terço do século VI²⁷³². Ao mesmo tempo, e acentuando essa preferência, o espectro de aplicação do direito canónico foi muito mais amplo do que o civil, não se limitando à averiguação de matérias de foro eclesiástico, mas servindo também como fonte de direito para a emissão de juízos em questões seculares, numa demonstração inequívoca da sua polivalência e aplicabilidade²⁷³³.

Independentemente do peso relativo ocupado por cada um dos troncos jurídicos no conjunto das obras elencadas é irrefutável a funda inclinação dos religiosos seculares portugueses pelo campo do direito, em profundo contraste com o interesse manifestado por outras disciplinas e áreas de estudo, o que aponta para uma questão de formação cultural mais alargada. O diagnóstico para essa preferência já foi enunciado, mas importa retomá-lo: decorria, sobretudo, das exigências da época, pautada por constantes querelas entre as dioceses e poderes concorrentes, derramadas em todas as direções – opondo-as aos soberanos, em razão das numerosas disputas patrimoniais e usurpações de direitos que se verificavam²⁷³⁴; entre as próprias catedrais, no interior da rede diocesana, afetada por frequentes litigâncias jurisdicionais²⁷³⁵; em enfrentamentos face a instituições eclesiásticas regulares, sobre matérias de direitos eclesiásticos, um palco de ressurgentes e gravosos conflitos²⁷³⁶; ou tendo por outros opositores as municipalidades, num antagonismo crescente, que acompanhou a expansão do movimento concelhio²⁷³⁷.

O clero das catedrais apareceu também envolvido em vários confrontos entre a monarquia portuguesa e a Santa Sé, durante longo tempo separadas por interesses conflitantes, que requeriam arbitragem, defesa e testemunho²⁷³⁸. Por outro lado, uma

²⁷³¹ Vid. Anexos, quadro 31, ts. 2.28, 2.35.

²⁷³² GARCÍA y GARCÍA, Antonio - As faculdades de direito..., p. 394-395.

²⁷³³ BRANCO, Maria João Violante - *Poder real e eclesiásticos*..., p. 559.

²⁷³⁴ MATTOSO, José - *Identificação de um país. Vol. 2: Composição*..., p. 149.

²⁷³⁵ BRANCO, Maria João Violante - *Poder real e eclesiásticos*..., p. 90-92.

²⁷³⁶ MATTOSO, José; SOUSA, Armindo - A centralização. In *História de Portugal. Dir José Mattoso. Vol. 2: A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Coord. José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 434-437.

²⁷³⁷ MATTOSO, José - *Identificação de um país. Vol. 1: Oposição*..., p. 425-427.

²⁷³⁸ ERDMANN, Carl - O papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa..., p. 3-78.

parte significativa dos conflitos mais acesos em que o clero diocesano se implicou resultou das tentativas de reorganização do reino e do seu aparelho burocrático e de justiça, conduzidas por parte dos monarcas portugueses do período, indesligáveis do fenómeno de afirmação do poder régio, então emergente²⁷³⁹.

Em cima de todo estas frentes abertas baseadas em razoados políticos, administrativos e religiosos que recomendavam o domínio das matérias legais, devem-se somar ainda argumentos de cariz intelectual e societário para justificar o impulso para a aquisição de conhecimentos jurídicos, transversais ao mundo medieval cristão, de que não estava alheada, por certo, a elite do reino estacionada nas catedrais. Os primeiros relacionavam-se, em grande parte, com o vigor testemunhado ao ensino e estudo do direito, irradiado desde o século XII a partir da citada universidade de Bolonha, que foi frequentada desde muito cedo e durante muito tempo pelo clero catedralício português²⁷⁴⁰. Já os segundos podem-se resumir a uma progressiva complexificação da sociedade contemporânea, que exigia cada vez mais a intervenção do direito como forma de estruturar uma crescente e cada vez mais intrincada plêiade de relações individuais, grupais e institucionais²⁷⁴¹.

É sintomático que a forte receção de obras jurídicas no mundo catedralício português, depreendida da leitura dos testamentos, concorde em absoluto com os dados biográficos estabelecidos para grande parte dos letrados portugueses dos séculos XII e XIII, no sentido da sua ligação ao mundo das leis. Informações que conferem, por sua vez, com os dados extraídos do *Chartularium Universitatis Portugalensium* relativos a escolares e lentes do final do século XIII e de todo o XIV, onde se materializa o mesmo tipo de preferências dos letrados portugueses por matérias jurídicas²⁷⁴². Desse ponto de vista, o interesse pelo direito foi indubitavelmente um fenómeno de longa duração entre os letrados do reino, e não tanto uma manifestação conjuntural ou episódica.

Em profundo contraste com a profusão de menções a obras jurídicas, rareiam nos testamentos as referências a livros de medicina, de teologia e de artes liberais, conjunto de disciplinas que, a par do direito, formavam os campos do saber reconhecidos tradicionalmente na medievalidade, e que eram, no todo ou em parte,

²⁷³⁹ MATTOSO, José; SOUSA, Armindo - A consolidação da monarquia e a unidade política..., p. 280-296.

²⁷⁴⁰ Vid. Anexos, quadro 8.

²⁷⁴¹ NOGUEIRA José Artur Anes Duarte - *Sociedade e direito em Portugal na Idade Média*..., p. 199.

²⁷⁴² NORTE, Armando - Lentes, escolares e letrados..., p. 99-108.

objeto de ensino nos estudos gerais do período²⁷⁴³. Mesmo admitindo a hipótese de vários dos numerosos livros indiscriminados ou por quantificar se enquadrarem neste conjunto de saberes, dificilmente afetariam o peso específico e a representatividade dos manuscritos jurídicos no universo das doações. A surpresa, neste caso, é, portanto, menos de espécie do que de grau. Ou seja, a admiração não resulta tanto da predominância de volumes de direito em detrimento das obras médicas, teológicas ou artísticas, pelas razões que se vêm expondo; mas do baixo número de manuscritos referenciados relativos a estas categorias do conhecimento.

Descontando a *Bíblia*, o livro sagrado por definição, estão anotados apenas três exemplares que podem ser enquadrados sem discussão no campo teológico: um manuscrito que se deve identificar com o *Livro das sentenças* de Pedro Lombardo, cujo possuidor foi Francisco Peres, um cônego da sé de Coimbra; a *Cidade de Deus*, a obra maior de Sto. Agostinho, versando a exposição da doutrina católica e a conceção escatológica do pensamento cristão, guiada pela noção de um processo histórico linear, de todo central para o pensamento teológico, na posse do bispo do Porto Vicente Mendes; e um exemplar do que parece ser, com grande probabilidade, a suma teológica rubricada pelo doutor da Igreja Alberto Magno, que se encontrava nas mãos de Domingos Peres Vinagre, mestre-escola da sé de Braga, pelo próprio designado como “*meum Albertrandum*”²⁷⁴⁴. É de supor que este aparente défice de obras de teologia, para que apontam as livrarias dos eclesiásticos, fosse parcialmente compensado por obras e coleções mantidas nos tesouros das sés, pelo menos nas mais destacadas, mas tal não passa de uma mera conjectura, por comprovar.

Na verdade, o número reduzidíssimo de escritos doutrinários concorda, pelo menos enquanto tendência geral, com as preferências apontadas para os clérigos das catedrais portuguesas da época, que parecem ter sido pouco entusiastas de estudos teológicos, apesar da importância teórica atribuída à teologia na hierarquia dos saberes, em função da natureza sagrada do seu objeto de estudo.

O pouco apelo da teologia sobre o clero das catedrais encontra eco no diminuto número de capitulares para os quais foi possível observar estudos superiores em teologia, na aparência muito reduzido face aos que terão optado pela aprendizagem do direito. Uma atitude bastante divergente das práticas e dos hábitos manifestados pelo

²⁷⁴³ VERGER, Jacques - Modelos... p. 37-38.

²⁷⁴⁴ Vid. Anexos, quadro 31, ts. 2.47, 7.8, 1.38.

clero regular do reino, sobretudo de inspiração mendicante, como os dominicanos e franciscanos, congregações que asseguraram, a partir de certo momento, o ensino teológico no território, e às quais estavam ligados vários monges que se sabe terem frequentado e lecionado cátedras de teologia além-fronteiras, para o que já se chamou a atenção²⁷⁴⁵.

O interesse dos mendicantes pela ciência teológica foi antecedido, e mais tarde acompanhado, por cistercienses e regnantes, como se infere do recheio das grandes bibliotecas das casas alcobacense e de Sta. Cruz de Coimbra, onde penetraram, como se teve oportunidade de observar, muitas obras de cariz teológico²⁷⁴⁶. No mesmo sentido vão as peregrinações escolares conhecidas, ou presumidas, a vários membros dessas comunidades religiosas, que apontaram a *studia* onde se ministrava teologia, figurando Paris como destino primordial dessas romagens académicas, para onde se parecem ter mobilizado, em especial, cónegos regulares de Sto. Agostinho²⁷⁴⁷.

Apesar do manifesto desinteresse do clero secular pelas matérias doutrinárias, as obras teológicas achadas nos armários privados, embora muitíssimo escassas, não deixam de revelar mérito qualitativo: pela importância intrínseca dos títulos identificados, mas também porque refletem hábitos europeus do tempo, mostrando alguns diocesanos portugueses, de algum modo, como uma câmara de ressonância dos grandes movimentos e correntes culturais irradiados pelos principais polos europeus, que tinham nos escolares universitários os agentes dessa transmissão²⁷⁴⁸. Um postulado que vai ao encontro da leitura que advoga a existência de um cânone literário pan-europeu, comum, centrifugado a partir dos principais núcleos académicos a toda a Cristandade, assente na mobilidade de escolares e mestres e favorecido pela ortodoxia eclesiástica, interessada em veicular nesses circuitos as obras mais conformes aos seus interesses. Uma circulação codicológica que, todavia, não deixaria de se ressentir das especificidades e condicionalismos regionais, limitando, necessariamente, a quantidade das chegadas, e, por essa via, também a sua qualidade.

Passando ao domínio da medicina, é virtualmente impossível identificar os títulos das obras presentes nos testamentos ou os seus autores; como é impossível estimar o número exato de volumes mobilizados nas remessas de manuscritos, pois duas

²⁷⁴⁵ GOMES, Saul António - A religião dos clérigos..., p. 339-421.

²⁷⁴⁶ Vid. Anexos, quadros 20, 21 e capítulos sobre livrarias de Sta. Maria de Alcobaça e de Sta. Cruz de Coimbra.

²⁷⁴⁷ Vid. Anexos, quadro 8 e capítulo sobre locais de estudo de letrados.

²⁷⁴⁸ RIDDER-SYMOENS, Hilde de - A mobilidade..., p. 302

das únicas três referências achadas nesses documentos referem-se a vários volumes, não elencados ou contabilizados²⁷⁴⁹. Não obstante o anonimato que recai sobre tais obras, pode-se especular com a possibilidade de reportarem a livros mergulhados na tradição clássica ou árabe, provavelmente de autores como Galeno, Hipócrates ou Avicena, pois eram eles que constituíam, *grosso modo*, o cânone consensual das obras médicas do período, ao ponto de figurarem como manuais de estudo nas instâncias universitárias, e não só, conhecendo ampla divulgação por toda a Cristandade, durante uma larga diacronia²⁷⁵⁰. Algumas dessas universidades, reconhecidas pela qualidade do ensino médico, como Montpellier e Paris, foram frequentadas, com aparente regularidade, pelo clero secular português²⁷⁵¹, o que asseguraria teoricamente o acesso a tais manuais de medicina, desse modo imitando o que acontecia em relação a Bolonha com os livros de leis, no caso dos juristas licenciados pelo estudo transalpino²⁷⁵².

Por seu turno, fontes extra testamentárias parecem desmentir a sobriedade de obras médicas para que apontam os testamentos, que, nesse sentido, deverão ter sido uma prioridade bem mais comum para o clero secular do que emerge duma leitura exclusiva dos testamentos²⁷⁵³.

Do mesmo modo, os títulos ligados com as artes liberais parecem estar sub-representados nas doações, devoluções e referências a manuscritos. As referências em atos jurídicos a títulos versando as disciplinas liberais afigurou-se bastante espúria, reduzida a um lote de livros de gramática e de lógica, por sinal sem qualquer discriminação de títulos ou autores; e, porventura, a um livro de Aristóteles, também sem designação²⁷⁵⁴.

O conjunto resulta amplamente insatisfatório face às expectativas existentes sobre os conhecimentos do clero catedralício ao nível das artes liberais, mesmo que se lhes somem dois outros tratados, versando a história natural e a filosofia natural, dedicados, por esta ordem, à natureza dos animais e à origem dos ventos – o primeiro,

²⁷⁴⁹ Vid. Anexos, quadro 31, ts. 2.35, 2.41, 2.46.

²⁷⁵⁰ SIRAISI, Nancy - A faculdade de Medicina..., p. 377-379.

²⁷⁵¹ Vid. Anexos, quadro 8 e capítulo sobre locais de estudo dos letrados. Especificamente, sobre os estudos gerais de Paris e Montpellier vid. FARELO, Mário - *La peregrinatio académica portugaise...* e SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Les portugais à l'Université de Montpellier...*

²⁷⁵² PEREIRA, Isaías da Rosa - Livros de direito na Idade Média I..., p. 13.

²⁷⁵³ É útil convocar o exemplo do averbamento de óbito de mestre Martinho, que foi cónego de Coimbra no século XII e apontado como antigo estudante na universidade de Paris, considerado proprietário de uma biblioteca de grande modernidade para a sua época, contendo várias obras sobre a prática médica. Vid. *Livro das kalendas...*, p. 79.

²⁷⁵⁴ Vid. Anexos, quadro 31, ts. 1.38.

talvez, da autoria de Cláudio Eliano, na posse do bispo de Coimbra Pedro Martins²⁷⁵⁵; o segundo de provável proveniência aristotélica, adquirido por João Gomes, cónego da mesma catedral e reitor da igreja de S. Julião de Portunhos²⁷⁵⁶.

Em qualquer caso, à semelhança do feito para a medicina, também nas artes liberais é possível trabalhar de modo especulativo e presumir que os armários particulares de eclesiásticos não ignorariam algumas obras fundamentais do género, como as produzidas por Donato, Prisciano, Cícero ou Boécio, autores que constituíram, durante grande parte da Idade Média, as principais escoras do saber em disciplinas não mecânicas, dentro e fora dos círculos universitários²⁷⁵⁷. Em reforço desta tese, sabe-se que textos desses mesmos autores eram recebidos, pela mesma época, em bibliotecas monásticas, como as de S. Vicente de Fora, em Lisboa, Sta. Cruz de Coimbra e Sta. Maria de Alcobaça, e que, portanto, circulavam e eram conhecidos no território português²⁷⁵⁸.

A aparente baixa quantidade de obras gramaticais visível no património dos membros dos cabidos portugueses talvez possa, no entanto, ser matizada, considerando o grande número de saltérios presentes instrumentos de doação, referidos em várias ocasiões²⁷⁵⁹. Na origem e na essência obras litúrgicas, os livros de salmos eram considerados como sucedâneos eficazes aos manuais de gramática, pelo menos em instâncias de estudos mais rudimentares²⁷⁶⁰. Uma aptidão para o ensino que foi sublinhada, de resto, em vários dos testamentos, nos quais se dispôs sobre o uso específico dos saltérios em contexto docente, e em que se celebraram, em algumas ocasiões, as suas virtudes pedagógicas²⁷⁶¹. Seja como for, o reconhecimento da utilidade gramatical dos saltérios não chega para escamotear a escassez de obras em artes liberais refletida pelas bibliotecas particulares dos eclesiásticos, ainda que a possa camuflar.

A estranheza provocada pela insuficiência de manuscritos desse teor reside, em grande parte, no facto do trívio e do quadrívio, categorias em que se decompunha a tradicional divisão programática das artes liberais, terem inegável importância nos

²⁷⁵⁵ Sobre Cláudio Eliano vid. Anexos, quadro 33.

²⁷⁵⁶ Vid. Anexos, quadro 31, ts. 2.41, 2.54.

²⁷⁵⁷ LEFF, Gordon - O «trivium» e as três filosofias..., p. 311-316.

²⁷⁵⁸ Vid. Anexos, quadros 20, 21, 22. Cf. capítulos sobre livrarias de Sta. Maria de Alcobaça e Sta. Cruz de Coimbra.

²⁷⁵⁹ Vid. Anexos, quadro 31, ts. 1.25, 1.28, 1.29, 1.39, 1.40, 2.28, 2.42, 2.54, 3.2, 7.1, 7.3, 7.9, 9.13, 9.14, 9.17.

²⁷⁶⁰ CAEIRO, Francisco da Gama - As escolas capitulares..., p. 43-44.

²⁷⁶¹ Vid. Anexos, quadro 31, ts. 1.20.

níveis básicos e avançados de aprendizagem do período medieval, justificando uma presença mais pujante e regular de obras dessa natureza nas livrarias privadas dos religiosos, mesmo admitindo que as estantes das dioceses proveriam a essas necessidades, no âmbito das competências escolares por elas assumidas.

A importância do trívio, formado pela gramática, lógica e retórica, então, era superlativa: constituía a base estruturante do saber da época, em conjunto com a aritmética, esta última necessária ao simples cômputo, mas também aos bem mais complexos cálculos exigidos pela geometria e pela astronomia.

A gramática tinha proveito a vários níveis: numa perspectiva mais elementar, permitiu o domínio das regras da linguagem, e, numa ótica mais avançada, serviu de instrumento de pesquisa intelectual, como sucedeu num período específico e mais tardio da vida da escolástica, onde foram sublimadas as suas qualidades especulativas e se valorizaram os seus aspetos filosóficos²⁷⁶².

Por sua vez, a lógica, também chamada dialética, enquanto arte por excelência do raciocínio, assente na análise das proposições e dos seus membros componentes, foi o vértice angular das disputas que sustentaram o método escolástico, que escorou todo o sistema educativo europeu – e, por arrastamento, o português –, fornecendo-lhe as técnicas argumentativas²⁷⁶³. O interesse da retórica por seu turno, radicou no domínio de um conjunto de regras que apontaram à eloquência, sendo a sua prática exercitada quer no plano da oralidade, onde aspirou à perfeição discursiva, de acordo com o uso preceituado de fórmulas; quer no plano da expressão escrita, implicada nos mais variados géneros literários²⁷⁶⁴. A sua natureza persuasiva tornou-a particularmente aplicável na redação de textos doutrinários, sermonísticos, normativos, cronísticos e hagiográficos, mas também em escritos didáticos e pedagógicos e, até, em manifestações de índole mais poética²⁷⁶⁵.

À margem dos livros relacionados com os tradicionais campos de conhecimento e estudo medievais, é merecedor de realce o enorme afluxo de literatura litúrgica às bibliotecas particulares do clero catedralício, apenas suplantada pela bibliografia jurídica, no que é uma demonstração inequívoca da importância concedida pelos homens do clero aos atos devocionais e sacerdotais.

²⁷⁶² LEFF, Gordon - O «trivium» e as três filosofias..., p. 312-313.

²⁷⁶³ IDEM, *ibidem*, p. 313-314.

²⁷⁶⁴ IDEM, *ibidem*, p. 314-315.

²⁷⁶⁵ CURTIUS, Ernst Robert - Literatura Europeia e Idade Média Latina. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957, p. 80-81.

Os manuscritos litúrgicos configuram uma extensa e heterogênea família, onde se enquadram os vários saltérios e breviários encontrados nos testamentos, assim como os menos abundantes dominicais e santorais, além de todos os epistolários, evangeliários, lecionários, missais e antifonários neles mencionados, ou adivinhados, a partir de várias referências a orações²⁷⁶⁶.

A conveniência deste tipo de obras para os clérigos era evidente, e prendia-se com o ofício divino, ou seja, com as leituras das missas, com a salmodia, com a celebração das horas canônicas, com o canto coral, com a comemoração de festas e de dias santos, e outras atividades afins, ligadas com observâncias ao ritual²⁷⁶⁷. Eram usadas também por ocasião da administração de sacramentos: batizados, crismas, eucaristias, casamentos, penitências, extremas-unções e na ordenação de novos religiosos²⁷⁶⁸.

Muito menos abundantes do que os textos litúrgicos nos testamentos foram os escritos hagiográficos, invocados apenas em casos muito raros. O destaque neste capítulo vai para o que parece ser uma alusão ao *Livro dos diálogos*, de Gregório Magno, papa e doutor da Igreja, coleção hagiográfica alvo de grande acolhimento popular, de que foi proprietário o cônego bracarense Estêvão Soares²⁷⁶⁹. Ao lado desta obra, há remissões em testamentos para outras duas hagiografias, nomeadamente um relato dos milagres de S. Rosendo, bem conhecido no mundo monástico hispânico²⁷⁷⁰, e um livro dedicado às vidas dos santos, de autoria incerta²⁷⁷¹. O elenco de manuscritos do género talvez se possa estender a dois santorais, sendo que nestes casos provavelmente terão pesado mais na sua aquisição os atributos litúrgicos e a função como calendários de festas do que o seu interesse para o conhecimento das vidas lendárias dos santos ou dos seus episódios miraculosos²⁷⁷². Tudo isto parece apontar para uma menorização dos conteúdos devocionais, por parte dos capitulares.

São igualmente pouco numerosas as obras eclesiásticas, em sentido estrito do termo, que se observam a transitar de mãos. Nestas condições está recenseado um único

²⁷⁶⁶ Vid. Anexos, quadro 31, ts. 1.3, 1.18, 1.25, 1.28, 1.29 1.31, 1.38, 1.39, 1.40, 2.7, 2.18, 2.22, 2.28, 2.35, 2.38, 2.40, 2.41, 2.42, 2.46, 2.54, 3.2, 7.1, 7.3, 7.7, 7.8, 7.9, 7.11, 9.13, 9.14, 9.17.

²⁷⁶⁷ PEIXOTO, João da Silva - Liturgia..., p. 138-144.

²⁷⁶⁸ IDEM, *ibidem*, p. 138-144.

²⁷⁶⁹ Vid. Anexos, quadro 31, ts. 1.28.

²⁷⁷⁰ MATTOSO, José - S. Rosendo e as correntes monásticas da sua época. *Do tempo e da história*. 5 (1972) 5-27.

²⁷⁷¹ Vid. Anexos, quadro 31, ts. 7.8.

²⁷⁷² Vid. Anexos, quadro 31, ts. 7.8, 9.13.

lote, a par de uma *Bíblia*, possuída pelo bispo portuense Vicente Mendes, descrita como portátil, deixando esse seu pequeno porte adivinhar um uso mais de caráter privado do que oficial. De modo surpreendente, é a única referência a uma *Bíblia* achada nos testamentos. Uma possível explicação para tal singularidade passa por admitir que a maioria dos exemplares bíblicos disponíveis estaria confiada à guarda das sés, e não na posse individual de clérigos, conforme parecem atestar os inventários das dioceses peninsulares vizinhas para idêntico período²⁷⁷³. Quanto ao outro lote referido de peças eclesiásticas, pertencente ao arcebispo Estêvão Soares da Silva, a sua descrição é apenas genérica, pelo que sobre o seu conteúdo pouco ou nada é possível conjetar²⁷⁷⁴.

De forma muito diferente, aparecem como presenças bem mais inusitadas nas livrarias eclesiásticas dois textos regulando aspetos da vida urbana das populações, designadamente uma carta do foro de Leão e um costumeiro antigo da cidade de Coimbra, na posse do mesmo indivíduo: João Gomes, cónego da sé de Coimbra e reitor da igreja de S. Julião de Portunhos²⁷⁷⁵. Sobre essa presença, sobram, acima de tudo, interrogações. Mas, ainda que incidental, parece pertinente atender a essa presença do ponto de vista do grupo clerical enquanto guardião da memória urbana.

Resta, por fim, aludir a um conjunto de manuscritos referidos genericamente por *itinerarios*, na posse do arcebispo Estêvão Soares da Silva, e que se apresentam como peças de difícil catalogação, embora tudo leve a crer tratarem-se de mapas ou roteiros de viagem, cabendo, portanto, assimilá-los ao campo da geografia. Seriam seguramente vários, como se deduz da expressão *omnes*, utilizada para os descrever. Não é impossível, no entanto, configurarem itinerários de caráter muito diferente, porventura espirituais²⁷⁷⁶. Impossíveis de incorporar em qualquer das temáticas, regista-se um grosso pecúlio das obras mencionadas que não revelam informação sobre os respetivos conteúdos. Genericamente descritos como livros e sumas, as designações que os sinalizam não deixam adivinhar os assuntos neles contidos. Formam um grupo vultoso composto por obras individuais, achadas em seis testamentos²⁷⁷⁷, e por referências plurais, encontradas em 21 testamentos, sem que daí se possa inferir algum dado

²⁷⁷³ Vid. Anexos, quadro 29. Vid. capítulo sobre livrarias catedralícias.

²⁷⁷⁴ Vid. Anexos, quadro 31, ts. 1.10,

²⁷⁷⁵ Vid. Anexos, quadro 31, ts. 2.54.

²⁷⁷⁶ Vid. Anexos, quadro 31, ts. 1.10.

²⁷⁷⁷ Vid. Anexos, quadro 31, ts. 1.28, 1.38, 1.40, 2.35, 7.6, 9.15.

concreto sobre as suas dimensões²⁷⁷⁸. Parte destas obras foram endossadas a sés eclesiásticas, como se observou por ocasião da análise das livrarias diocesanas, daí a repetição neste apartado de vários nomes, títulos e autores, mas que está longe de ser pleonástica. Não poderiam ser ignorados, porque a isso obriga a mudança do ponto de vista sobre o objeto; além de que servem ainda para perceber a convergência de interesses entre os beneficiantes de manuscritos a dioceses com a globalidade do corpo clerical que apareceu como proprietário de livros.

TRANSMISSÃO DOS MANUSCRITOS

Desviando a atenção do programa intelectual do clero catedralício para as formas de doação das obras, devem-se sinalizar duas atitudes típicas por parte de testadores: a transmissão direta de livros e a transmissão de livros prevendo a sua alienação, motivada por propósitos muito diversificados. Se a transmissão direta de obras pode ser considerada a norma, não foram, em todo o caso, incomuns as dádivas de lotes bibliográficos com indicações explícitas para a sua venda, que aconteceram em cerca de um terço dos legados, afetando 46 dos donativos de livros realizados (vid. gráfico 31).

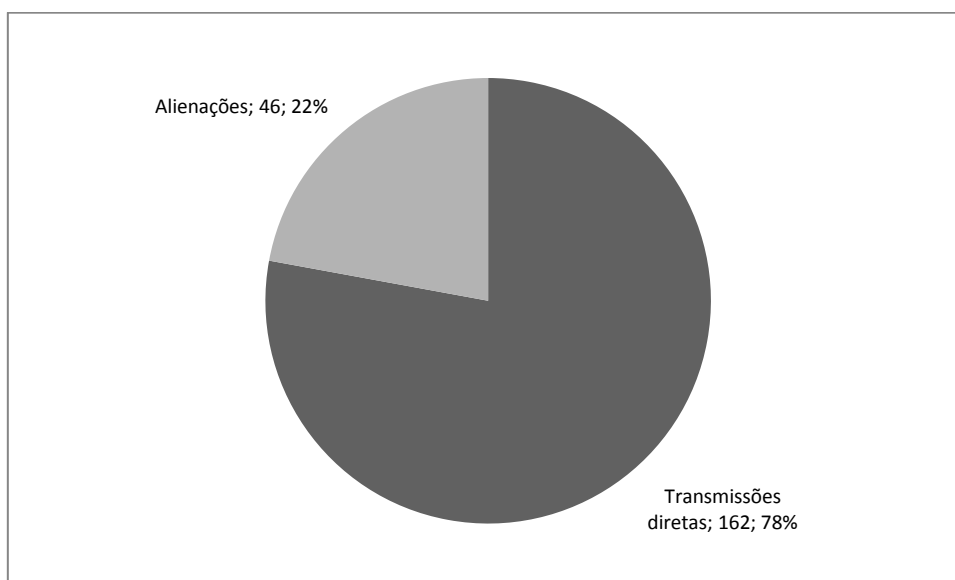


GRÁFICO 31: DISTRIBUIÇÃO DE OBRAS DOADAS POR FORMAS DE TRANSMISSÃO (PART.)

Fonte: *Testamenti ecclesiae Portugaliae*.

²⁷⁷⁸ Vid. Anexos, quadro 31, ts. 1.4, 1.6, 1.10, 1.25, 1.28, 1.38, 1.40, 1.42, 1.48, 2.11, 2.32, 2.35, 2.41, 2.42, 2.46, 2.47, 2.52, 3.2, 4.3, 7.6, 9.17.

Os elevados valores atingidos pelos manuscritos, em função da sua raridade, dos altos custos de produção incorporados e do labor intelectual posto na sua confecção, somados à capacidade de que dispunham para se transformarem em liquidez, tornavam-nos objetos bastante preciosos, facilmente valorizáveis, e convertíveis em moeda sem dificuldade²⁷⁷⁹.

Por isso, permitiam garantir, sem demasiadas complicações, as disponibilidades financeiras necessárias para responder a vários dos encargos previstos nos testamentos clericais, onde figuravam como mais comuns os gastos com execuções testamentárias, o pagamento de exéquias e a comemoração de aniversários, o financiamento de outros sufrágios, a quitação de dívidas, as aquisições de propriedades e a compra de alfaia litúrgicas (vid. gráfico 32).

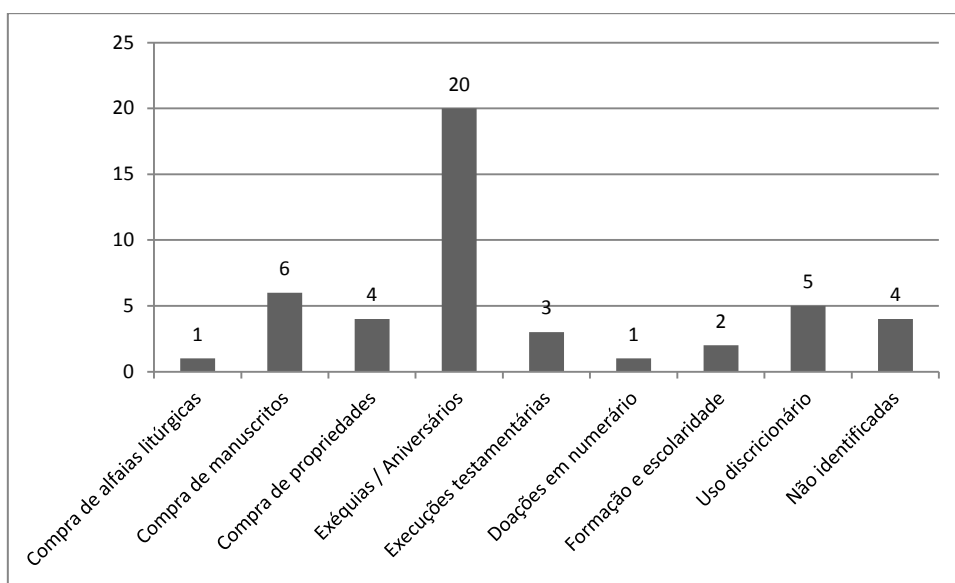


GRÁFICO 32: MOTIVOS PARA A ALIENAÇÃO DE OBRAS DOADAS (PART.)

Fonte: *Testamenti ecclesiae Portugaliae*.

A este conjunto diversificado de gastos, há que juntar as preocupações, reveladas por alguns dos testadores, em patrocinar os estudos de clientes, familiares ou favoritos, que, por regra, significavam elevados custos, os quais se pretendiam ver cobertos, em todo ou em parte, pelos rendimentos provenientes das vendas de códices, como o fez João Peres, mestre-escola de Coimbra, em relação a dois dos seus clientes²⁷⁸⁰. Custos com a formação que podiam ser extremamente altos, quando se tratava do acesso a níveis de ensino mais avançados, como os praticados em estudos gerais, em cujas despesas concorriam o preço de manuais, as deslocações e os alojamentos, além do

²⁷⁷⁹ GOMES, Saul António - A religião dos clérigos..., p. 413.

²⁷⁸⁰ *Testamenti ecclesiae Portugaliae*..., ts. 2.42

pagamento de propinas e taxas, que se arrastavam por períodos necessariamente longos²⁷⁸¹.

A todas essas motivações para a venda de manuscritos, acrescem ainda as alienações com o objetivo da compra de outros livros, para o que foram destinadas pelo menos seis obras, traduzindo a vontade de três doadores – mestre Domingos, Estêvão Soares da Silva e mestre Nicolau –, todos pertencentes à arquidiocese de Braga, sempre no sentido da substituição de livros jurídicos por livros litúrgicos²⁷⁸². Podendo exprimir tão-somente situações pontuais e vontades individuais, não pode deixar de se colocar a hipótese de se tratar de um indicador mais preciso, traduzindo um eventual déficit de obras de teor religioso nas bibliotecas das catedrais ou das igrejas paroquiais, que os doadores procuravam compensar com as suas disposições testamentárias.

Por seu lado, na perspectiva das obras transmitidas diretamente, representando 162 dos 208 lotes de livros doados, relativamente às quais não se encontraram quaisquer cláusulas prevendo a futura dispensa ou venda, parece útil classificá-las do ponto de vista da natureza dos destinatários, na medida em que permitem distinguir entre cedências institucionais e cedências individuais (vid. gráfico 33).

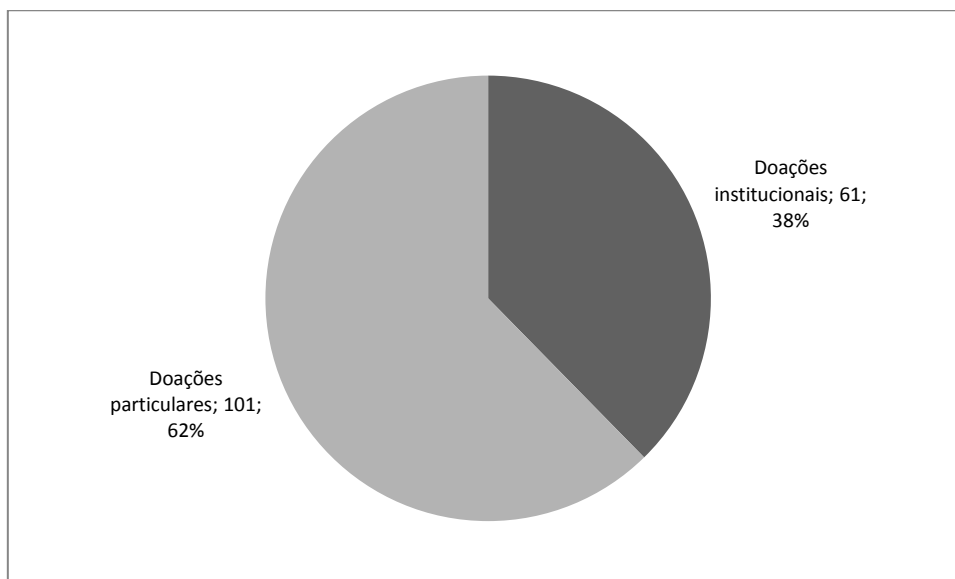


GRÁFICO 33: TRANSMISSÕES DE OBRAS DOADAS POR TIPO DE BENEFICIÁRIOS (PART.)

Fonte: *Testamenti ecclesiae Portugaliae*.

As transmissões institucionais, dominantes em relação às particulares, visaram, na sua maioria, as sés a que pertenciam os testadores. Apontaram, quase sempre, aos tesouros das catedrais, mas também a mesas episcopais e capitulares, chegando a ser

²⁷⁸¹ SCHWINGES, Rainer Christoph - Formação dos estudantes e vida estudantil..., p. 234-238.

²⁷⁸² Vid. Anexos, quadro 32, ts. 1.6, 1.9, 1.10, 1.12.

direcionadas para sítios tão específicos como altares, capelas e coros abrigados no interior das sés. As grandes beneficiárias destas transmissões foram as catedrais de Braga, Porto, Coimbra e Évora, por ordem decrescente de envio de livros. De modo residual, as igrejas de Silves e Lamego também foram presenteadas com peças bibliográficas²⁷⁸³.

Só de forma mais ocasional este tipo de doações teve por destinatários pequenas igrejas paroquiais ou casas monásticas. Entre as primeiras conseguem-se identificar as igrejas de Vila Nova, S. Salvador de Belsar, Tenões, Gualtar, S. Tiago de Areias e Burgães, todas beneficiadas com espécies litúrgicas – saltérios, santorais, missais e dominicais –, conjunto de doações que parece ir ao encontro de uma clara intenção de esforço da prática litúrgica²⁷⁸⁴. Por sua vez, as igrejas de Sacavém e de S. Nicolau da Feira apareceram na condição de legatárias de obras de direito, tendo sido empossadas, respetivamente, com um *Decreto*, de Graciano, e um *Digesto velho*²⁷⁸⁵.

Entre os mosteiros agraciados sabe-se que receberam manuscritos os frades de Arouca e os dominicanos do Porto e de Coimbra²⁷⁸⁶. Ao contrário do verificado para as paróquias, as comunidades monásticas foram visadas sobretudo com escritos jurídicos e só marginalmente com peças para a prática ritual, visto tratar-se dum saltério a única obra litúrgica transmitida a comunidades monásticas.

O que estes números mostram é que as ofertas de manuscritos realizadas pelos capitulares, como acontecia, por norma, com o restante património, atenderam sobretudo aos vínculos eclesiais, razão porque as dioceses lideraram as preferências do clero catedralício nas entregas de manuscritos e só, depois, a muito longa distância, vieram os endossos a paróquias e a mosteiros.

Quanto às transmissões individuais foram bem mais diversificadas do que as institucionais. De uma forma quase universal, mas sem surpresas, foram homens a serem beneficiados com livros; na sua maioria, clérigos. A única exceção feminina entre os particulares favorecidos com manuscritos foi Maria Freire, a quem foi doado um saltério por Estêvão Soares, cónego da sé de Braga, por razões desconhecidas²⁷⁸⁷.

É de supor, todavia, que o número de religiosos favorecidos fosse mais expressivo, pois nem sempre os donatários seriam referidos nas identificações

²⁷⁸³ Vid. Anexos, quadro 28. Cf. capítulo sobre livrarias catedralícias.

²⁷⁸⁴ *Testamenti ecclesiae Portugaliae...*, ts. 1.29, 1.40, 7.6, 9.13.

²⁷⁸⁵ *Testamenti ecclesiae Portugaliae...*, ts. 1.9, 1.27.

²⁷⁸⁶ *Testamenti ecclesiae Portugaliae...*, ts. 2.28, 7.8.

²⁷⁸⁷ *Testamenti ecclesiae Portugaliae...*, ts. 1.28.

individuais pela sua condição eclesiástica. Com frequência eram designados simplesmente pelos nomes próprios, ou por nomes próprios e patronímicos, podendo, ou não, ser acompanhados por indicações relativas ao parentesco ou clientelas, mas que não permitem perceber, naturalmente, possíveis ligações eclesiásticas.

De uma maneira geral, destacam-se as doações particulares feitas em intenção de familiares, com um favorecimento massivo dos sobrinhos dos doadores, algo que se pode explicar pela interdição ao matrimónio dos clérigos e pelos votos de celibato que professavam, impedindo ou dificultando a transmissão patrimonial por linha reta. Com efeito, um mínimo de dezassete testamenteiros puderam ser encontrados a doar obras a sobrinhos²⁷⁸⁸.

Algumas dessas doações previram a tramitação das obras ao longo da linha sucessória familiar durante várias gerações, a partir de ligações colaterais, denunciando a importância concedida à consanguinidade pelos proprietários das obras²⁷⁸⁹. Ou seja, a cedência de livros atesta, também ela, com a necessária conveniência e propriedade, uma das práticas mais correntes no meio clerical, por pessoas altamente colocadas: o nepotismo.

Para além dos laços familiares, outras relações e tipos de redes justificaram as doações de livros, como aconteceu com clientes e protegidos de autores dos testamentos, casualmente eleitos como recetores desses bens²⁷⁹⁰. De forma semelhante, embora em número muito menor, criados e serviçais também foram avistados a ser contemplados com peças bibliográficas, grupo onde se podem incluir um camareiro e um capelão, por corresponderem a formas de serviço doméstico, apesar de muito específicas, e a quem foram respetivamente transmitidos um missal e dois livros jurídicos²⁷⁹¹.

Todavia, a maioria dos manuscritos transmitidos foram canalizados para membros do cabido ou para bispos, revelando um sistema endogâmico em perfeito funcionamento, capaz de assegurar a retenção do património bibliográfico no interior da esfera eclesiástica, à imagem do que se observava para outros tipos de património. É, portanto, de assinalar o valor reprodutivo assumido por essas transmissões.

²⁷⁸⁸ *Testamenti eccllesiae Portugaliae...*, ts. 1.9, 1.21, 1.25, 1.30, 1.33, 1.38, 1.49, 2.11, 2.28, 2.35, 2.38, 2.41, 2.50, 2.52, 4.3, 7.9, 9.17.

²⁷⁸⁹ *Testamenti eccllesiae Portugaliae...*, ts. 1.33, 2.50, 2.52.

²⁷⁹⁰ *Testamenti eccllesiae Portugaliae...*, ts. 1.26, 2.35, 2.42, 2.53, 9.15.

²⁷⁹¹ *Testamenti eccllesiae Portugaliae...*, ts. 7.8, 1.39.

Ao lado das doações de manuscritos, destinadas à simples transmissão direta ou a vendas posteriores, ocorreu um outro tipo de ofertas, com carácter financeiro, manifestadas por catorze dos eclesiásticos, compondo um total de 23 doações²⁷⁹². Tratava-se de verbas destinadas a serem aplicadas na aquisição futura de obras, umas vezes apontada como obrigatória²⁷⁹³, outras como opcional²⁷⁹⁴ (vid. gráfico 34).

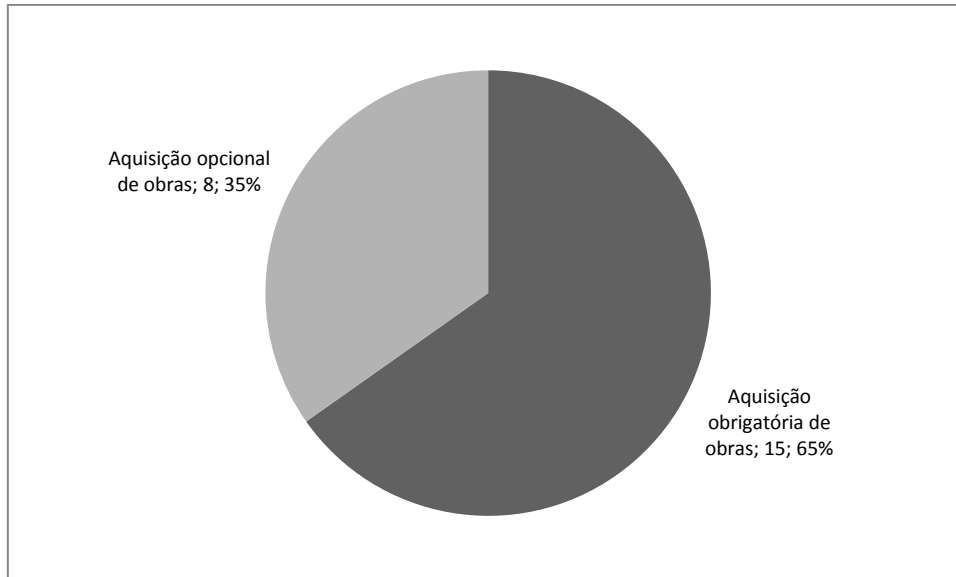


GRÁFICO 34: OUTRAS DOAÇÕES DESTINADAS À COMPRA DE OBRAS (PART.)

Fonte: *Testamenti ecclesiae Portugalie*.

As quantias disponibilizadas variaram entre os dois e os quarenta morabitinos, ou configuraram importâncias na ordem das vinte e cinco libras ou dos vinte soldos, o que parecem ser indicadores sobre o preço de livros, particularmente de espécies litúrgicas. Com efeito, a maioria dos donativos feitos nestas circunstâncias mostrou atenção às necessidades das pequenas igrejas paroquiais, procurando assegurar a entrada nelas de literatura litúrgica; a mais ambicionada, por certo, dadas as predominantes competências pastorais reservadas à rede paroquial.

Nesta situação, estiveram as igrejas S. Martinho de Valbom, S. Mamede, S. Tiago de Guimarães, Sta. Maria de Sobreposta, S. Clemente de Sande, S. João de Concieiro, S. Tiago de Caldelas, Laias, Sta. Eulália de Regalados, S. Martinho de Carrazedo, S. João de Brito, Sta. Maria da Pousada e Sta. Maria de Tentúgal. Algumas

²⁷⁹² Vid. Anexos, quadro 32, ts. 1.6, 1.18, 1.25, 1.29, 1.31, 1.40, 2.18, 2.22, 2.35, 2.53, 7.4, 7.11, 9.15, 9.17.

²⁷⁹³ *Testamenti ecclesiae Portugalie*..., ts. 1.6, 1.18, 1.25, 1.29, 1.40, 2.18, 2.22, 2.35, 7.4, 7.11, 9.15, 9.17.

²⁷⁹⁴ *Testamenti ecclesiae Portugalie*..., ts. 1.29, 1.31, 2.53.

foram compelidas à compra de manuscritos, enquanto outras puderam escolher entre executar ou não essas aquisições²⁷⁹⁵.

Apenas duas sés, Porto e Viseu, receberam tratamento semelhante, e com propósitos muito afins: saciar o desejo por peças litúrgicas²⁷⁹⁶. De forma diferente destas, os poucos particulares que receberam legados do mesmo tipo ficaram obrigados à compra de livros jurídicos, ou puderam usar do seu próprio critério para decidir sobre a compra de obras²⁷⁹⁷. Explícita ou implicitamente, os estudos parecem ter justificado a maior parte das preocupações reveladas pelos diocesanos que estatuíram a obrigatoriedade de tais compras em benefício de particulares.

Ainda no que se refere a essas doações destinadas à compra de obras, resta reforçar que a aquisição de manuscritos foi na maioria das ocasiões prescritiva e vinculativa. Nas ocasiões em que as cedências contemplaram a aquisição de objetos litúrgicos, em alternativa à compra de livros, a decisão foi transferida do doador para os executores testamentários, assim incumbidos de avaliar sobre a bondade e oportunidade das compras, ou para os destinatários finais, que depois decidiriam de acordo com o seu livre arbítrio, em função dos interesses momentâneos.

No caso de se terem concretizado, a maior parte das doações destinadas à aquisição de livros terão influído na constituição e recomposição de um grupo razoável de armários particulares e institucionais, com relevo para os últimos. Por intermédio dessas cedências, os doadores procuravam garantir, em caso de necessidade, o apetrechamento capaz de pequenas igrejas com obras litúrgicas, bem como atender à supressão de lacunas bibliográficas identificadas nos armários das sés.

Enfim, para finalizar o elenco de manuscritos referidos nos testamentos, além dos doados e dos livros previstos em aquisições futuras, há ainda a registar um pequeno conjunto de obras encontradas na posse de instituições ou de terceiros não identificados, e que, por esse motivo, não podem ser consideradas como parte integrante do património bibliográfico dos doadores, ou seja, não faziam parte das suas livrarias, apesar de virem mencionadas nos testamentos (vid. gráfico 35).

²⁷⁹⁵ *Testamenti ecclesiae Portugalie...*, ts. 1.6, 1.18, 1.25, 1.29, 2.18, 2.22.

²⁷⁹⁶ *Testamenti ecclesiae Portugalie...*, ts. 7.11, 9.17.

²⁷⁹⁷ *Testamenti ecclesiae Portugalie...*, ts. 1.31, 1.40, 2.35, 2.53, 7. 4, 9.15.

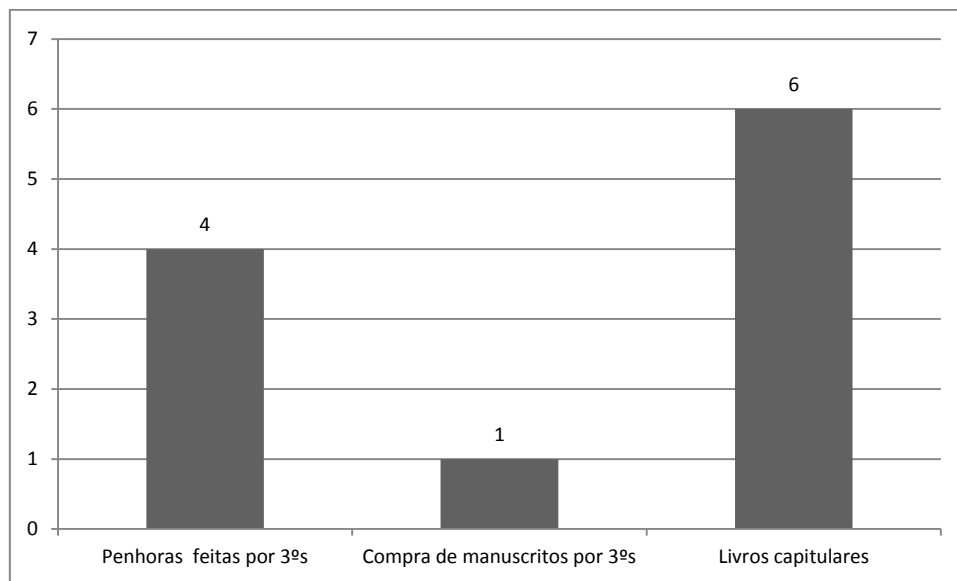


GRÁFICO 35: OUTRAS REFERÊNCIAS A OBRAS EM TESTAMENTOS (PART.)

Fonte: *Testamenti ecclesiae Portugaliae*.

Constam de onze referências a livros, presentes em nove dos testamentos, citadas a propósito de diversos pretextos²⁷⁹⁸. A maioria dessas alusões respeitou a obras à guarda de dioceses: livros de aniversários ou outros de espécie análoga, como calendários ou obituários; e saltérios, referidos a propósito da obrigatoriedade do seu uso em ofícios²⁷⁹⁹. O grupo de menções a manuscritos fica completo com um livro e um pequeno lote de obras jurídicas, encontrados sob penhor²⁸⁰⁰.

A finalizar o tópico das livrarias particulares, por entre as variadas alusões a manuscritos encontradas nos testamentos, perpassam indicações relativas ao empréstimo de livros, notórias em mais de uma dezena de atos²⁸⁰¹. Em dois deles o empréstimo fica claro a partir dos pedidos expressos por parte dos testadores relativamente à devolução de livros na sua posse aos legítimos proprietários²⁸⁰².

Nos restantes casos, tratou-se da situação oposta: livros pertencentes aos próprios doadores, que tinham sido entretanto emprestados, e em relação aos quais foram estabelecidas condições prevendo a sua canalização para os beneficiários²⁸⁰³. As cedências temporárias de manuscritos envolveram em especial livros de direito, sempre

²⁷⁹⁸ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 1.33, 2.18, 2.22, 2.40, 2.41, 2.54, 3.2, 4.4, 7.9.

²⁷⁹⁹ *Testamenti ecclesiae Portugalie...*, ts. 1.33, 2.18, 2.22, 2.40, 3.2, 7.9.

²⁸⁰⁰ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 2.54, 4.4.

²⁸⁰¹ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 1.4, 1.28, 1.38, 1.40, 1.42, 1.48, 2.46, 2.53, 7.7, 7.8, 7.9.

²⁸⁰² *Testamenti ecclesiae Portugalie...*, ts. 1.28, 1.42.

²⁸⁰³ *Testamenti ecclesiae Portugalie...*, ts. 1.4, 1.38, 1.40, 1.48, 2.46, 2.53, 7.7, 7.8, 7.9.

que foi possível certificar a natureza ou autoria das obras emprestadas²⁸⁰⁴ (vid. gráfico 36).

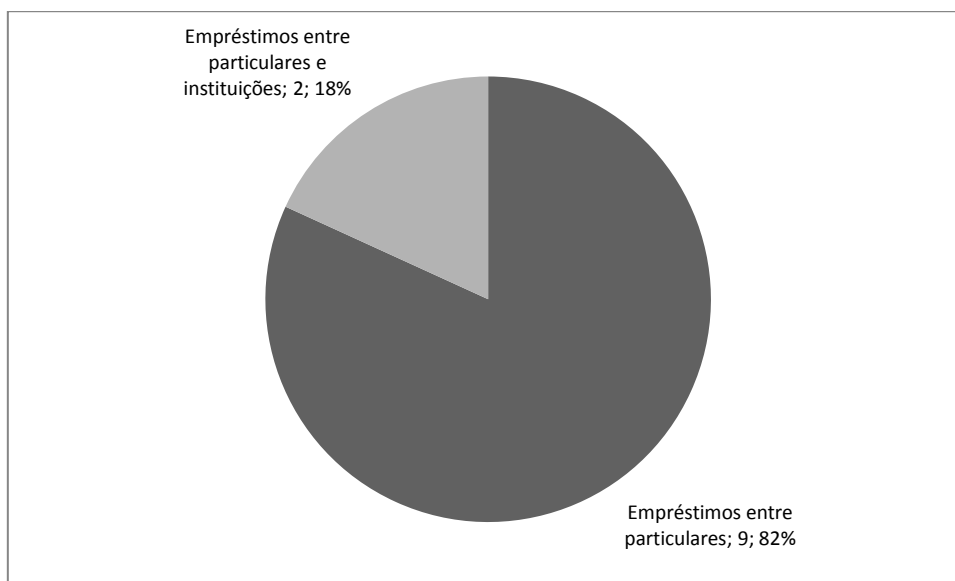


GRÁFICO 36: EMPRÉSTIMOS DE OBRAS POR ENTIDADES MUTUANTES (PART.)

Fonte: *Testamenti ecclesiae Portugaliae*.

Como se vê da relativa insistência das notícias, os empréstimos não seriam raros. Processavam-se tanto a nível particular, entre indivíduos; como entre particulares e instituições. Neste último caso com destaque para as sés, naturalmente mais bem apetrechadas com manuscritos do que as pequenas igrejas, e, por conseguinte, com maior capacidade dispensadora. É aceitável presumir também a existência de empréstimos entre instituições, apesar de não estar certificada pelo corpo documental.

Sendo uma prática relativamente aceite e consensual, deveria existir, no entanto, um enorme cuidado a rodear os empréstimos, em consequência do alto valor dos livros e da sua escassez. Por outro lado, as cedências temporárias de obras volveram-se, por vezes, em definitivas, como aconteceu por desejo de vários doadores, ainda que o costume mais usual devesse passar pela reintegração dos livros no património original do mutuante e não pela sua conservação junto do mutuário. Nem sempre são explicitadas nos testamentos as razões que motivaram os empréstimos, mas quando tal sucedeu, por vezes, obedeceram a estratégias de apoio ao ensino, em analogia com o que se verificava nas práticas de usufruto. Assim sucedeu, por exemplo, com o arcebispo Pedro Mendes, que emprestou a um seu sobrinho umas *Decretais* para efeitos de estudo, temporariamente na posse do bispo da sé de Lamego; ou com João Vicente,

²⁸⁰⁴ *Testamenti ecclesiae Portugaliae...*, ts. 1.4, 1.38, 1.48, 2.53, 7.8, 7.9.

arcediogo de Barroso na sé de Braga e cónego de Évora, agiu de forma idêntica em relação a um tal Afonso Fernandes²⁸⁰⁵.

O usufruto de livros também estava convencionado, aparecendo prescrito em oito testamentos, compreendendo várias obras individuais e não poucos lotes de manuscritos, num total de 23 referências contabilizadas²⁸⁰⁶. As políticas de usufruto salvaguardavam o direito de determinados indivíduos, indicados expressamente pelos mandantes, disporem do acesso a certos títulos, segundo circunstâncias bem identificadas, muitas vezes com cláusulas severas a rodearem os procedimentos. Na generalidade, os usufrutos estabelecidos apresentaram as seguintes características: visaram a formação escolar²⁸⁰⁷; tiveram por objeto obras jurídicas²⁸⁰⁸ e foram constituídos por prelados e altos dignitários do cabido²⁸⁰⁹. Do outro lado do compromisso, os usufrutuários, na sua larga maioria, eram constituídos por familiares dos doadores²⁸¹⁰; alguns foram clérigos, condição que previsivelmente abrangueu a maior parte²⁸¹¹. Invariavelmente, uma vez cumpridos os termos do usufruto, os livros acabavam depositados nas grandes instituições religiosas, nomeadamente nas sés²⁸¹².

Debaixo desses traços mais comuns, houve, no entanto, espaço para algumas disparidades e discrepâncias. Em particular quanto à extensão dos privilégios de usufruto, alternando entre períodos fixos, preestabelecidos e de curta duração, e situações em que o exercício desse direito era prolongado por várias gerações, nalguns casos estendendo-se tão longe quanto a décima, como entendeu dispor o bispo Egas Fafes²⁸¹³. Os cuidados com eventuais danos infligidos a obras cedidas nesse regime e receios sobre uma sua possível alienação ou penhora, resultavam, por vezes, em tentativas de blindar a sua dispensa para domínio alheio, motivando o estabelecimento de elevadas cauções. O exemplo chega pelas mãos do mesmo Egas Fafes que caucionou por cem libras um *Decreto* e por valor igual umas *Decretais*, atribuindo ainda as fianças de vinte libras a umas *Raciones* e de quarenta libras a uma *Suma*. Um outro caso similar foi protagonizado pelo deão de Braga de Fernando Eanes de Portocarreiro, que

²⁸⁰⁵ *Testamenti ecclesiae Portugalie...*, ts. 1.4, 1.48.

²⁸⁰⁶ Vid. Anexos, quadro 32, ts. 1.4, 1.10, 1.40, 2.28, 2.32, 3.2, 7.6, 7.8.

²⁸⁰⁷ *Testamenti ecclesiae Portugalie...*, ts. 1.4, 1.10, 1.40, 2.28, 3.2.

²⁸⁰⁸ *Testamenti ecclesiae Portugalie...*, ts. 1.4, 1.10, 2.28, 3.2.

²⁸⁰⁹ *Testamenti ecclesiae Portugalie...*, ts. 1.4, 1.10, 2.28, 3.2, 7.8.

²⁸¹⁰ *Testamenti ecclesiae Portugalie...*, ts. 1.4, 2.28, 7.6.

²⁸¹¹ *Testamenti ecclesiae Portugalie...*, ts. 2.28, 3.2, 7.6.

²⁸¹² *Testamenti ecclesiae Portugalie...*, ts. 1.4, 1.10, 1.40, 2.28, 2.32, 3.2, 7.6, 7.8.

²⁸¹³ *Testamenti ecclesiae Portugalie...*, ts. 2.28.

estabeleceu uma caução de cento e cinquenta morabitinos velhos no caso da venda, penhora ou alienação de um *Decreto*, e de cem morabitinos velhos, para circunstância idêntica, em relação a cada uma das obras de direito canónico e civil de que era proprietário²⁸¹⁴.

²⁸¹⁴ *Testamenti ecclesiae Portugaliae...*, ts. 1.33, 2.28.

CONCLUSÕES

“Um poente é um fenómeno intelectual.”

Bernardo Soares
Livro do Desassossego

SUMA DE CONCLUSÕES

Impõe-se, uma vez concluído o esforço de pesquisa, a apresentação dos principais resultados, na sua versão mais seca e abreviada, debaixo da sempre esquiva designação de conclusões, como se o trabalho histórico não fosse sempre, em potência, uma *obra aberta*, para utilizar a feliz expressão de Umberto Eco. Como é sabido, as regras do jogo histórico são firmes e intransigentes quanto à efemeridade das conclusões obtidas, como acontece em outras ciências sociais, assim como nas próprias ciências ditas puras. É essa a matriz cartesiana do pensamento científico que hoje vigora, atualizada por Karl Popper, que funda o avanço da ciência na dúvida, na hipótese, na teoria e na sua refutação. E é esse princípio popperiano da refutabilidade, segundo o qual um axioma só vale enquanto demonstração plausível, até sobrevir a sua inevitável deposição, que torna a prática da investigação paradoxal: ingrata, porque nenhum postulado, nenhuma tese, nenhuma verdade será alguma vez definitiva, muito menos quando se trata do passado e de memória histórica; mas simultaneamente, fascinante, porque permite sempre a frescura do novo olhar, da nova perspetiva, da nova descoberta, da revisita – na busca do inédito, do nunca dito, do nunca antes pensado.

REVISÃO DO PROBLEMA

Feita esta observação genérica, de forma preambular, cabe revisitar as condições de arranque da investigação e os objetos da pesquisa, de forma tão breve quanto possível, de modo a cotejar os pontos de chegada e os pontos de partida do projeto, na verdade, o único procedimento intelectualmente honesto para aferir os méritos e deméritos da

investigação, as suas insuficiências, e, até, as suas possibilidades futuras – quer como fonte confiável para outras investigações, quer como instrumento de trabalho gerador de novas questões, de novas pistas e de novos problemas.

A abrir, diga-se que a investigação se desenvolveu no quadro de grandes restrições, de resto, não ignoradas pelos especialistas do período. A começar pelas condições de inexistência ou sobrevivência documental de informação conexa com os objetos da pesquisa e pelas exigências quanto ao domínio de importantes recursos hermenêuticos, heurísticos, paleográficos e linguísticos, imprescindíveis ao seu tratamento. Condicionalismos que se combinaram com problemas metodológicos de base: a amplitude espaço-temporal da investigação, a operacionalidade dos critérios usados para a identificação dos letrados ligados ao reino e o uso das fontes mobilizadas para retratar as livrarias do período, de modo a viabilizar uma reconstituição da cultura letrada do reino português para séculos XII e XIII e dos seus agentes.

Muitos dos desafios foram mitigados pela existência de estudos anteriores visando diretamente as matérias da investigação, ou tangenciais a elas, alguns de assinalável qualidade, enquanto outros trabalhos estavam a ser produzidos em simultâneo, afigurando-se como facilitadores do esforço, e concedendo-lhe o indispensável suporte teórico e historiográfico, sem os quais a iniciativa nunca seria procedente. Entre esses contributos, de valor variável, figuram um conjunto relativamente alargado de monografias especializadas, apontando, de forma mais direta ou indireta, às temáticas dos letrados e da cultura letrada; a publicação de edições documentais críticas; e, sobretudo, a constituição de um vasto repositório de informação sobre o clero catedralício, construído por uma equipa alargada de especialistas da época medieval, enquadrada pelo projeto *Fasti ecclesiae Portugaliae*.

Traçar um panorama da cultura portuguesa para o primeiro século e meio da existência do reino de Portugal era uma empresa permeada, à partida, por uma dose considerável de ambição, atendendo ao longo período sob estudo, que, por comodidade, se tende a designar por época fundacional, cuja complexidade se adensava por se desenrolar sobre um território muito volátil, marcado por constantes flutuações fronteiriças. Conscientemente, a periodização escolhida privilegiou um travejamento algo grosseiro. Com efeito, adotaram-se limites flexíveis na definição dos intervalos temporais, uma decorrência da natureza dos próprios objetos de estudo.

O limite inicial proposto para a tese coincidiu genericamente com a fundação do reino – de resto, um ponto de discussão recorrente da historiografia nacional, nunca fechado e que constitui, em si mesmo, uma polémica inconclusiva, tendo em conta que não é razoável circunscrever fenómenos dessa categoria a momentos exatos, pois estão dependentes de processos mentais que se manifestam antes e perduram muito depois dos marcos artificialmente fixados. Ou seja, mais do que a data firme de independência e autonomia do reino português, estabelecida em geral pelo recurso a factos políticos, procurou-se apreender no estudo um momento mais dilatado, e logo mais difuso, quando se esboçam os primeiros indícios da tomada de consciência identitária por parte de populações que estavam ambientadas no substrato condal portugalense preexistente ao reino, e que se podem entrever, por exemplo, em fenómenos como a ligação de Afonso Henriques a Coimbra, ou na sedimentação das solidariedades entre a aristocracia nortenha. Comunidades que estavam muito segmentadas do ponto de vista da sua organização social, como era típico das sociedades de ordens medievais, mas vinculadas, entre si, por forte redes de solidariedades e de interesses – por vezes sobrepostos, por vezes antagónicos –, fossem eles familiares, clientelares, religiosos, políticos, ou de outro teor. Da mesma forma, para o fecho da cronologia optou-se por balizar, não um momento singular isolado, mas também um período volátil, correspondente a uma etapa avançada de consolidação e centralização do reino, coincidente com a sua fixação territorial, quando as suas estruturas burocráticas e administrativas conheciam já um estágio de grande maturidade, complexidade e aprofundamento, e no momento em que se começavam a disseminar no seio das comunidades autóctones práticas linguísticas comuns. Em resumo, na definição da janela temporal adotada, optou-se por estabelecer limites temporais relativamente porosos, situados entre a primeira metade do século XII e o final do século XIII, por vezes marginados ou mesmo ultrapassados. A redação do tratado de Zamora de 1143 e a introdução de um estudo geral no reino, no fecho do século XIII, por sinal, também ele, fundado em data por determinar, talvez pudessem funcionar como marcos mais convencionais para fazer a delimitação do estudo. Aliás, numa perspetiva bastante estrita, até podem ser entendidos dessa forma; mas esse entendimento não faz a devida justiça ao objetivo do estudo, ao método utilizado, tão-pouco à perspetiva histórica veiculada, que pretende que a História não se faz de pontos isolados, mas de pontos em sucessão, numa lógica marcada por ruturas e continuidades, onde o impacto do acontecimento perde terreno no confronto com a influência da conjuntura.

A opção de olhar para a época fundacional e para o constructo político que daí emergiu, a partir de uma perspetiva cultural, sem ignorar, no entanto, as restantes dimensões societárias, partiu da convicção de que os sedimentos culturais presentes no condado portugalense durante o século XII constituíram parte significativa da argamassa ideológica que esteve na base da *construção de um país*, para recorrer ao título de uma das obras fundamentais de José Mattoso. Um pressuposto alinhado com a convicção de que essa elite cultural associada ao reino – a sua massa crítica, ou *intelligentsia*, como se lhe queira chamar – contribuiu ativamente para a afirmação do projeto político-ideológico da dinastia afonsina, ao envolver-se com total determinação na causa da autonomia, malgrado algumas dissensões internas que pontualmente explodiram entre as forças em presença, suscitando pontuais realinhamentos políticos e ideológicos.

Em concreto, no estudo combinaram-se dois objetos, complementares, formando, no seu conjunto, um díptico bastante coerente. Por um lado, procurou-se produzir uma análise sociológica da elite cultural ligada ao território português, sustentado por um estudo de natureza prosopográfica, cujos elementos foram recenseados na documentação com base na exibição de um marcador preciso – o título de *magister*, ou do equiparável *doctor* –, sinalizadores de contatos com altos estudos ou da posse de uma formação avançada. Por outro lado, houve a tentativa de inquirir o saber livresco à disposição dessa elite mais escolarizada, assinalando os manuscritos presentes nos armários dos tesouros e nas livrarias das principais casas monásticas e diocesanas, bem como os achados nas arcas de particulares. O motor neste caso foi a inspeção da natureza dos interesses intelectuais, tendo por base a reconstituição da lista de autores mais reconhecidos no período considerado e o elenco das obras de maior circulação e divulgação no reino.

Ambos os objetos de pesquisa enfermam de certos condicionalismos, mas, do ponto de vista hermenêutico, constituem riscos inevitáveis. Em relação ao critério de seriação dos letrados, é inquestionável que os títulos magistrais e doutorais, em contexto universitário, continham um significado concreto e bem delimitado, pelo que se afiguraram de extraordinária operacionalidade, face ao fim em vista. No entanto, a sua utilização foi, por vezes, perturbada pela ampla polissemia dos vocábulos, em especial a que afetou o título de mestre, cujo uso se ligava a vários campos semânticos, muito distintos à época, embora relativamente fáceis de destringir quando se conhece o contexto do seu emprego. No que se refere às coleções de manuscritos, e tendo em atenção que a catalogação de parte das obras à guarda institucional remontou a épocas posteriores ao

período inquirido, é difícil apurar sobre a ocorrência de incorporações posteriores nos recheios eclesiásticos. Na prática, isso significa que há o risco efetivo de alguns dos manuscritos datados dos séculos XII e XIII, ou até de séculos anteriores, não terem constado das bibliotecas nos períodos em causa, mas apenas sido acomodados nas respetivas livrarias em momentos mais tardios. Contudo, também aqui se verificam circunstâncias que ajudam a desvalorizar essa questão em relação a muitos dos volumes, abonando a presunção sobre a sua efetiva presença nas estantes durante a época considerada. De resto, a historiografia que se vem dedicando ao tema dos livros e das livrarias, assumiu sempre uma atitude bastante pragmática nessa matéria, admitindo, em tese, a presença das espécies bibliográficas na época a que se reportam os códices. O problema das eventuais incorporações tardias afeta, em concreto, as bibliotecas dos mosteiros de Sta. Maria de Alcobaça e de Sta. Cruz de Coimbra, os principais núcleos monásticos de saber instalados no território, qualquer deles um poderoso colecionador bibliográfico, conforme atesta a dimensão dos respetivos fundos.

De forma bem diferente, estão imunes a esses riscos os livros identificados em testamentos de clérigos catedralícios do tempo. O trânsito das obras serviu para a reconstituição das livrarias particulares de eclesiásticos, e, supletivamente, como forma de olhar para os fundos bibliográficos das dioceses, a partir dos legados que nelas foram projetados pelos seus proprietários. Refira-se que olhar para os fundos diocesanos a partir das doações feitas por capitulares foi um dos recursos encontrados para enfrentar o quase desconhecimento reinante sobre a composição das livrarias das sés implantadas em solo português na cronologia considerada, na falta de outro tipo de arrolamentos sistemáticos, mais satisfatórios, que só foi quebrado por uma lista de obras da sé de Viseu. De forma subsidiária, procedeu-se à análise das livrarias de sés peninsulares vizinhas, castelhano-leonesas, em relação a algumas das quais são conhecidos inventários de extensão significativa, usando-se o método da extrapolação, por analogia, como forma de interpretar vazios.

A PERSPETIVA SOCIOLÓGICA

Considerando o primeiro painel do díptico – o retrato dos letrados –, cuja abordagem se inscreve no domínio da sociologia da cultura, é possível, neste momento,

atendendo aos dados emergentes da prosopografia, esboçar com alguma nitidez e rigor os principais traços dos homens de letras ligados ao território português da época fundacional, a partir das imagens convocadas de 416 indivíduos conformados ao critério estabelecido, depois de devidamente submetidos a despistes e aferidas as suas circunstâncias documentais. É da maior conveniência reiterar que se trata de um número instável, dadas as citadas contingências associadas ao dúbio significado dos títulos de mestre e de doutor, a que se somam as dificuldades óbvias de desambiguação dos indivíduos na documentação, muito dependentes, por sua vez, da intromissão persistente da homonímia e da presença documental de menções a indivíduos, desacompanhadas de patronímicos ou de outras referências adicionais, capazes de permitirem identificações com maior grau de firmeza. Além do mais, o trabalho de delimitação do universo saiu, em parte, prejudicado pela facilidade de circulação das pessoas no espaço, pela amplitude de percursos à disposição dos letrados no interior de sistemas complexos de carreiras e pelas diferentes formas de serviço à disposição dos homens de saber, associadas a diferentes tipos de mobilidade.

Em função destes pressupostos e apesar da atitude conservadora usada no estabelecimento de identidades, que evitou saltos de fé nas identificações para se ater a evidências factuais, é ainda assim aceitável considerar uma sobrevalorização do universo. Mas também há que pesar, em sinal contrário, as faltas documentais, os lapsos de informação e leituras equívocas, obstando a que alguns letrados não tenham marcado presença no grupo final, como seria justo. Daí que seja razoável creditar uma margem de erro ao quantitativo de mestres estabelecidos, mas que não deverá ser demasiado larga, porque se alguns argumentos retiram elementos ao contingente de letrados, outros alertam para a mais do que provável existência de falhas, numa tensão que pende para o equilíbrio. Parece pacífico, e esse é o ponto decisivo, atribuir representatividade ao universo estabelecido, assim saindo legitimados a maioria dos resultados sinalizados.

O indivíduo

Na busca de convocar o tipo ideal de letrado dos séculos XII e XIII para o território português, à luz da conceção sociológica weberiana discutida por ocasião da introdução, atendeu-se a um conjunto de varáveis, a começar pela identificação e caracterização dos mestres e doutores, aspeto em que sobressaiu, em primeiro lugar, a impossibilidade de

apurar datas de nascimento, em resultado da desatenção conferida no período a esse tipo de registos. Se é possível estimar, mesmo assim com bastantes reservas, algumas datas natais, nunca é possível certificar datas absolutas. E, sem esses dados, ficam por clarificar informações demográficas importantes, como as esperanças médias de vida de letrados, as idades de ingresso em estabelecimentos escolares, os momentos de acesso a carreiras eclesiásticas ou régias, e até a sua própria longevidade.

A pouca atenção colocada no registo de nascimentos teve correspondência próxima na quantidade relativamente baixa de indivíduos acerca dos quais se conhece a respetiva procedência. Ainda assim, alguns documentos, sobretudo testamentos e obituários, ajudam a estabelecer proveniências, por vezes, com grande exatidão. De modo mais indiciário, contribuíram para estimar origens certos topónimos convertidos em antropónimos, a averiguação de ligações familiares e a posse de propriedades recebidas por herança. No geral, a maior parte dos letrados naturais do reino apresentou ligações aos principais núcleos urbanos, com Braga, Coimbra e Lisboa, no topo da lista. Só depois aparecem, a larga distância, referências a mestres originários de zonas mais interiores ou meridionais do território. Tendências que convergem com os hábitos de distribuição demográfica da época, tal como estão monitorizados. Por outro lado, está certificada a passagem pelo reino de alguns mestres oriundos de regiões além-fronteiriças. Na maioria, como seria expectável, procederam de áreas peninsulares, preferencialmente do reino de Castela. A estes letrados peninsulares acrescem alguns outros, naturais de regiões além-pirenaicas, designadamente de áreas gaulesas e transalpinas, mas em número bem mais residual.

Em extremo contraste com as informações relativas a datas de nascimento de mestres, há notícias bastante abundantes sobre datas de falecimento. Na sua maioria, encontradas em livros de óbitos, ou espécies afins, como livros de aniversários, calendários ou martirólogos. A importância dos obituários era não só espiritual, mas também patrimonial, pois os anúncios das mortes eram acompanhados por indicações sobre a realização de atos pios, prescrevendo doações visando os estabelecimentos religiosos encarregues dos sufrágios. Os dados sobre a frequência das datas de óbitos servem como indicadores, mesmo que grosseiros, sobre a presença de mestres ao longo do período. O número de óbitos registados destes homens de letras foi mais reduzido no século XII do que no seguinte, e, por sua vez, foi menor no início do século XIII do que no

seu final, ritmo de incidências que se explica racionalmente por uma presença crescente de mestres ao longo da periodização.

A forte circulação de indivíduos que marcou os séculos XII e XIII europeus, afirmada e reafirmada pela historiografia especializada, ao ponto de se poder qualificar o homem medieval como um *homo viator*, exemplifica-se pela análise dos locais de falecimento de mestres e doutores. Apesar de não serem muito significativas as notícias que informam sobre o assunto, sobressaem na documentação os óbitos ocorridos *in terra aliena*, ultrapassando as alusões a falecimentos no território, os quais, apesar da escassez de notícias a esse respeito, deveriam ser os mais comuns. Só o caráter excecional das mortes ocorridas no estrangeiro pode justificar a desproporção entre as notícias de falecimentos ocorridos dentro e fora de fronteiras. Mais uma vez, surgem muito claras as ligações de mestres com atividade desenvolvida no reino a territórios peninsulares, gauleses e transalpinos. O que mostra essas áreas como canais bastante ativos percorridos pela elite intelectual da época, formado ao longo do corredor mediterrânico, em grande medida coincidindo com as principais rotas da *peregrinatio academica* seguidas pelos escolares portugueses. Rotas polarizadas de início sobre o eixo Paris-Bolonha, e a que foram sendo somados, de forma gradual, novos nós: os estudos gerais de Montpellier, Toulouse, Pádua e Salamanca, inscritos ao longo do mesmo canal. Em relação aos indivíduos do grupo mais culto falecidos no estrangeiro, a maior parte desempenhava à hora da morte lugares de grande protagonismo, sobretudo ao nível da cúria pontifical, onde se dirigiam para fazer representações institucionais, apresentar causas em nome próprio ou de terceiros, defender reclamações e desenvolver carreiras de alto nível. Entre os restantes indivíduos falecidos fora do reino, a morte encontrou-os quando davam continuidade a percursos eclesiásticos iniciados em casas religiosas do território português, por vezes ocupando prelaturas ou outros cargos religiosos de relevo. Digna de nota, mesmo que documentada de forma incidental, é a constatação da prática de traslados para território português de homens de letras mortos no estrangeiro, por ser bem ilustrativa de fortes relações afetivas com o reino.

Num nexos muito íntimo com os locais de falecimento terão estado os locais de sepultura, apesar de nem sempre concordarem, para o que alertam as referidas práticas de traslados, conduzidas dentro e fora do reino. No entanto, a norma terá sido a coincidência entre os locais de falecimento e de enterramento, até considerando os custos envolvidos nas trasladações. Entre os letrados, a escolha dos lugares das sepulturas esteve quase

sempre dependente do derradeiro serviço eclesiástico prestado. Uma regra, todavia, não isenta de exceções. No que se refere aos locais exatos de enterramento, as escolhas variaram, na sua maioria, entre a deposição em capelas, naves e claustros. Por vezes, optou-se pela deposição em campas isoladas, outras pela acomodação em espaços contíguos aos ocupados por familiares, amigos ou clientes. A escolha desses espaços terá dependido muitas vezes da posição social e religiosa dos indivíduos e da manifestação expressa das suas vontades. Do ponto de vista institucional, a maior parte dos locais de sepultura reportados situaram-se nas sés, depois em conventos e mosteiros, e, finalmente, em igrejas paroquiais, ou outras de pequena dimensão, segundo uma lógica muito esquemática, mas que confere, em absoluto, com a distribuição global de mestres e doutores por tipos de serviço eclesiástico, tal como foi determinada.

Ainda indelével da questão da morte há a questão dos sufrágios, uma vez que a época em questão foi muito marcada pelas preocupações com a vida extraterrena e com todos os perigos a ela associados. Não sendo preocupações exclusivas dos letrados, eram sentidas muito vivamente por estes, dada a forte componente religiosa da esmagadora maioria do grupo. De facto, grande parte dos elementos da elite intelectual ligada ao reino evidenciou enormes preocupações com a proteção da sua própria alma. Com frequência, alargaram as manifestações de salvaguarda a familiares, protetores, clientes e correligionários. Mesmo entre os indivíduos com maior preparação intelectual aos quais não foi possível associar práticas salvíficas, elas são facilmente adivinháveis a um nível mais subterrâneo. Os sufrágios mais correntes na época foram os aniversários por alma e as missas. Outros sufrágios muito usuais foram a instauração de capelanias e de altares; a respetiva ornamentação, por vezes, feita com lâmpadas, mas sobretudo com alfaia litúrgica; as doações por exéquias; as visitas a sepulturas; a observação de horas canónicas; e a celebração de festividades dos santos e as procissões. Com igual objetivo, o de resgatar e proteger as almas dos falecidos, também se ordenavam obras e faziam legados pios, destinados a igrejas, mosteiros, pontes e hospitais; cediam-se esmolas a pobres, enfermos, órfãos, oblatos e viúvas; resgatavam-se cativos; mandavam-se organizar pitaças. Estes, como outros mecanismos redentores do mesmo tipo, podiam ser acumulados, o que dependia, quase sempre, da capacidade financeira dos mandantes de sufrágios. A assimetria na riqueza dos mestres é o que explica, em parte, o diferente investimento feito em atos pios, já que parece ter sido unânime o interesse em somar sufrágios, pelo que isso representava em termos da ampliação do conforto espiritual dos

falecidos. A outra parte da explicação radica, como é óbvio, nos limites de prodigalidade de cada indivíduo e nas suas prioridades testamentárias.

O grupo

De uma forma geral, o sistema de parentesco prevalecente nos séculos XII e XIII, transversal à Cristandade, era o da família extensa: um reflexo da altíssima natalidade, que nem os elevados padrões de mortalidade, mortalidade infantil e esperança média de vida serviram para contrariar. Na essência, as famílias de mestres e doutores ligados ao reino exibiram padrões em tudo similares com esse figurino, sendo bastante marcadas por agregados familiares numericamente extensos. As notícias angariadas em relação aos avoengos dos *magistri*, apesar da sua escassez, não deixam de remeter, de um ponto de vista sociológico, para a inscrição em parentelas de médio ou grande prestígio, dispondo de contatos assinaláveis em altas esferas eclesiásticas e régias, muitas vezes ligadas à posse de latifúndios e detentoras de fortunas significativas. Em vários casos, parece distinguir-se mesmo um nexo entre a pertença linhagística a famílias antigas e a entrada em dignidades eclesiásticas e o acesso a prelazias. Todavia, a lacunaridade desses dados em particular deve acautelar a hipótese de existirem mestres originários de famílias de menor condição social.

As filiações aferidas corroboram, no entanto, a tese dos letrados enquanto indivíduos maioritariamente ligados a famílias de algum poder e prestígio. Com efeito, entre os homens de letras é significativo o número daqueles que são filhos da nobreza portuguesa e estrangeira, mas com predomínio da primeira. Também se acham, entre os mestres, filhos de tenentes de terras, que podem, em alguns casos, coincidir com os estratos médios da nobreza, mas sem que seja pacífico estabelecer tal relação como inequívoca ou universal, antes deve ser dada como provável. De enorme interesse para esta questão, algumas filiações – apenas de forma vestigial, é certo – apontam para a existência de letrados de média ou baixa extração familiar, desligados do meio aristocrático: pertencentes a oligarquias mercantis, com aspirações a uma rápida promoção social; inscritos em vizinhanças urbanas; ou pertencentes a meios sociais modestos. A confirmarem-se essas origens sobressai uma certa permeabilidade do tecido socioeconómico do reino às virtudes da formação e do mérito individual enquanto

mecanismos propulsores de mobilidade social, e que talvez possam ser extensíveis a alguns dos outros mestres para os quais se carece de informação familiar.

Sobre os irmãos dos letrados são insistentes as notícias, embora notoriamente lacunares atendendo ao conhecido sobre as composições familiares típicas do período. Em todo o caso, um olhar sobre as relações fraternas permite o reconhecimento da existência de estratégias de parentesco visando a inclusão de irmãos, e já agora de outros parentes colaterais, em certos círculos religiosos, sobre os quais as estruturas familiares possuíam algum ascendente. Configuram, nessa medida, práticas claras de favorecimento, mostrando certas parentelas a agir como crónicas fornecedoras de mão-de-obra relativamente a determinadas casas religiosas. Todavia, nem sempre os irmãos de mestres foram acolhidos nas mesmas instituições dos letrados; outros optaram por cumprir serviços religiosos de características muito distintivas; e outros ainda parecem ter-se furtado, por completo, à esfera eclesiástica, optando por vias de carreira alternativas. Por outro lado, os conjuntos formados por alguns irmãos servem para salientar a grande importância conferida por certos núcleos familiares à formação, nomeadamente quando dois, ou mais, desses indivíduos exibiram títulos magistrais. Para um número ainda assim amplo, sobram as interrogações, dado o escasso conhecimento que há sobre eles e as suas atividades.

O matrimónio e a mancebia de letrados, por seu lado, são realidades pouco visíveis entre os homens de letras, por razões substancialmente diferentes. Em relação ao primeiro a escassez de referências é compreensível, quando se percebe a falta de densidade dos laicos no âmbito da elite intelectual ligada ao reino para o período considerado. Quanto à segunda está associada com práticas não sancionadas pela estrutura religiosa, a que pertencia o lote mais substancial de intelectuais, o que pode ter levado a um silêncio das fontes, sendo que para a época o problema da perfilhação e da bastardia seria mais formal do que factual, como sugerem as várias cartas clericais dirigidas ao pontificado por clérigos a reclamar a concessão de legitimidade para os seus descendentes.

As poucas notícias achadas relativas a progenituras encontram-se também muito dependentes dos votos de celibato a que estavam vinculados a maior parte dos mestres. A conformidade ao juramento impedia a formação de descendência, enquanto a sua desobediência, por configurar uma quebra do interdito, aparece rodeada, sem surpresa, por uma significativa opacidade, mas que não chega, todavia, a ser impenetrável. De

forma algo paradoxal, os pedidos de dispensa de ilegitimidade, dirigidos a pontífices, é que servem para identificar várias situações conhecidas sobre a descendência ilegítima de letrados.

Ainda no interior das redes familiares dos mestres, as menções a parentes colaterais e afins contam-se entre as mais frequentes, apesar de resultar claro que muitas permanecem na sombra, por nem sempre estarem explicitados nos documentos os laços de consanguinidade e de afinidade. Neste particular, prevalecem, de longe, as alusões a tios, primos e sobrinhos dos letrados. Muitos desses parentes dos mestres moveram-se na esfera clerical e também se avistaram alguns comprometidos com o serviço do rei ou da casa real, embora em número mais reduzido. Para a ocupação dessas posições as ligações familiares eram, portanto, fundamentais, configurando, na prática, verdadeiros fenómenos de nepotismo. As estruturas familiares dos letrados inscreveram-se tipicamente em sistemas de proteção e dependência.

As clientelas, olhadas a esta luz, consistiram em esquemas de apoio mútuo, elaborados no âmbito de grupos relativamente herméticos, unidos por laços de solidariedade e de partilha de interesses, residindo a eficácia do sistema na posição dos protetores, na capacidade de influenciar destinos e na sua proatividade, de forma a operar a projeção de dependentes e protegidos.

No quadro das dependências constituídas, é possível tipificar várias situações de serviço unipessoal desempenhadas por mestres. Assim, encontraram-se vários letrados envolvidos no serviço pessoal de reis e da casa real, outros a prestar cuidados a pontífices e a cardeais, e outros ainda a servir o episcopado. Os laços de dependência adquiriram uma transparência ainda superior nos casos em que letrados apareceram referidos expressamente como adotados, nutridos, criados, discípulos ou protegidos de alguém, como por vezes a documentação expressa.

As relações de dependência dos homens do saber estabeleceram-se, como é natural, nos dois sentidos. Ou seja, assim como se observaram alguns na qualidade de dependentes, também foi possível observar outros, ou os mesmos, na condição de patronos e de protetores. De resto, uma constatação natural quando se considera o alcance dos trajetos de carreira de muitos deles. São relativamente reincidentes as menções a clérigos e clientes de mestres, a provedores e procuradores achados ao seu serviço, bem como a seus serviçais. Considerando as exigências de confiança pessoal a que obrigavam alguns desses cargos, as nomeações seriam, com grande probabilidade, resultado de

escolhas dos próprios letrados, com os recrutamentos a ocorrerem no interior dos círculos íntimos de protetores, sobretudo angariados na esfera familiar.

Com frequência, a proteção concedida pelos mestres aos seus protegidos traduziu-se em políticas de favorecimento tendentes ao provimento eclesiástico e à acumulação de benefícios, que ultrapassaram as nomeações para lugares de confiança pessoal. A posição relativa dos letrados na hierarquia social e a sua capacidade de persuasão jogaram, então, um papel decisivo na dispensa de favores e amparo. A presença estratégica no tabuleiro da cúria romana, o posicionamento na hierarquia religiosa, a proximidade à esfera régia, o enxerto em famílias aureoladas de poder, dinheiro e prestígio, constituíam, por junto, fatores que terão beneficiado ou lesado as aspirações de proteção, por seu turno dependentes da inclusão dos patronos em certas fações ideológicas e das políticas de alianças que celebravam. Como é óbvio, a eficiência da proteção aferiu-se pela quantidade e qualidade das mercês obtidas por protetores em benefício de parentes, simpatizantes e amigos. Ao abrigo das lógicas clientelares, pretendia-se, portanto, a manutenção e o crescimento da capacidade de influência do grupo, com o objetivo de estender e sedimentar as solidariedades grupais, que se desdobravam a partir de pontos focais, idealmente multiplicáveis. Assim, clientelas geravam clientelas, com a engrenagem a ser sucessivamente alimentada por gerações sucessivas. A lógica de dominância era, pois, progressiva; e agia-se por via do reforço dos vínculos, desse modo evitando o desmantelamento do grupo protegido, liderado pelo patrono.

Se este modelo clientelar transversal à medievalidade parece ter desprezado, ou pelo menos minimizado, de início, a avaliação do mérito e das valências pessoais, tal era a importância concedida aos grupos na sociedade, a partir de certo momento, o sistema passou seguramente a incorporar o nível intelectual como elemento a considerar na projeção de carreiras, demonstrando uma maior atenção ao papel do indivíduo. O conhecimento passou a ser uma variável cada vez mais preponderante no desenho de percursos, aumentando as probabilidades de sucesso individual, ainda que continuando os indivíduos muito reféns das conexões clientelares. A combinação, numa mesma pessoa, de um alto treino escolar e de sólidas ligações grupais, seria, nesse contexto, o cenário ideal para estruturar carreiras bem-sucedidas. E esse parece ser um perfil reconhecível para vários dos letrados atuantes no território português. Só não fica suficientemente claro, se a preparação escolar teria, por si própria, e sem outros apoios, capacidade para viabilizar carreiras de alto nível. Mas alguns indícios, relativos a subsídios ao estudo de

pobres, parecem apontar para a existência de vias alternativas para o acesso a funções de relevo, à margem do tradicional modelo clientelar, embora só pareçam ser concebíveis enquanto exceções. Ou seja, o sistema clientelar era, à época, um mecanismo bem oleado, apresentando importantes obstáculos à entrada e uma gestão aturada das precedências no acesso a lugares. Gradualmente parece ter-se tornado mais poroso a novas variáveis, nomeadamente de foro cultural, sem que o processo se possa definir como meritocrata, muito longe disso. Privilegiaram-se sobretudo no provimento de lugares os indivíduos, conectados em nós importantes das redes grupais, ancorados, por princípio, em estruturas familiares, mas não exclusivamente.

É de admitir, sem prejuízo da atuação de redes de proteção e clientela em ambientes régios e eclesiásticos, que a formação possa ter sido mais considerada nos primeiros do que nos segundos, a partir da presença frequente do título de mestre nos ambientes da burocracia régia, embora a designação em especial de dignitários e prelados pareça ter atendido com bastante atenção a questão da formação cultural dos nomeados. Só que em contexto régio, num momento de centralização de práticas e de concentração de poderes como o que marcou a época, os imperativos políticos, administrativos, fiscais, diplomáticos e legais exigidos pela administração do reino, acrescentados à convicção sobre a necessidade de aconselhamento pessoal e institucional dos monarcas, parecem ter subvertido um pouco mais as lógicas clientelares do que sucedeu na esfera religiosa. Sem hipotecar o sistema, em círculos régios parecem ter-se passado em revista alguns dos mecanismos das clientelas, mitigando a pressão dos grupos de interesse instalados para prestar mais atenção às variáveis de ordem intelectual. De qualquer modo, no seu conjunto, o modelo patrono-cliente vigente no período não foi vítima de abandono ou sequer de desagregação; apenas de ligeira revisão. Terá integrado novos dados, sofrido ajustes nos respetivos mecanismos internos, mas mantendo, no essencial, as suas características decisivas, e o seu propósito de sempre: a garantia e a defesa dos interesses das redes solidárias.

Ao nível dos beneficiantes e beneficiários de mestres, uma forma mais indireta de olhar para o esquema de clientelas, as doações feitas e recebidas por homens de letras não se afastam demasiado das tendências genéricas do tempo. Demonstram a mesma vontade do favorecimento de familiares, correligionários e clientes, realidades por vezes cruzadas, quando não sobrepostas. O benefício de parentes e de clientes tinha sempre uma função positiva – segundo o princípio fundamental do amor e piedade familiar –, acompanhada

por uma carga legitimadora – manter parte substancial do património no interior das redes de solidariedade do doador.

O património

No que se refere ao nível patrimonial de mestres e doutores, obtiveram-se informações muito variadas, relativas a bens imóveis e móveis, disponibilidades financeiras, posse de animais e de escravos, dívidas e créditos titulados. O exame do património tende a ser muito difícil de perceber, pois a ausência de notícias pode ser confundível, com grande facilidade, com indícios de pobreza, que se podem revelar muito ilusórios; além de que, na mesma linha, é difícil reconhecer o património reconstituído para cada letrado como a totalidade dos seus bens ou apenas como parcela de uma unidade maior. Por seu turno, muita da informação tende a ser de natureza quantitativa e não qualitativa, mascarando assim o verdadeiro valor dos bens. Em todo o caso, o problema mais premente sobre a eventual pobreza de vários dos letrados, perante a impossibilidade documental de se lhes apontar património, ficou bastante amenizado quando se lhes reconheceu a titularidade de prebendas, o que aconteceu para a generalidade dos mestres. Do mesmo modo, não seriam desvalidos os mestres achados ao serviço da monarquia, pois caber-lhes-iam tenças e rendas fixas pelos seus préstimos, ou outro tipo de recompensas materiais. Por outro lado, a questão do património tem leituras diferentes, quando se trata de analisar laicos e o clero secular, do que quando se avalia o clero regular, em especial o de filiação mendicante, pois, regra geral, no tocante às congregações cenobíticas o património tinha uma natureza coletiva, e não individual.

A predominância de bens imóveis na posse de homens do saber relativamente às restantes espécies patrimoniais, em particular aos bens financeiros, explica-se pelo alto valor atribuído à terra numa sociedade de características senhoriais, assente na atividade fundiária, tida por cerne da riqueza e como fonte quase exclusiva da sua reprodução. Há menções insistentes a diversos tipos de propriedade detidas por letrados, remetendo para diferentes dimensões, a par de fórmulas mais genéricas, que pouco ou nada adiantam sobre áreas ou tipos de cultivo. Do que se sabe sobre as últimas, destacam-se as vinhas, os bancelos, os olivais, as searas, as hortas, as almuinhas e os pomares. Correspondem às culturas mediterrânicas típicas, com os seus produtos a formarem a dieta básica das populações, apresentando alguns deles propriedades simbólicas, quando usados em

contexto cultural. Tipicamente as espécies cultivadas e a escala fundiária remetem para culturas intensivas, mas algumas das propriedades devem ter disposto de capacidade efetiva para produzir excedentes, e talvez pudessem alimentar circuitos de trocas, mesmo que pouco expressivos. De resto, a exploração direta da terra não era a única opção para explorar o património, pois há notícias de estratégias de emprazamento e arrendamento por parte de letrados, duas formas comuns no tempo de rentabilizar as propriedades. Por seu lado, nem sempre os mestres aparecem como proprietários indivisos das unidades agrícolas, havendo lugar à partilha e ao fracionamento de terrenos, que se devem principalmente a divisões de heranças.

A par das estruturas agropecuárias e respetivos anexos, os outros imóveis mais comuns visíveis nas mãos de mestres foram as casas de habitação. Estavam situadas quase sempre em centros urbanos, o que mostra a inscrição cidadina da maior parte desses homens mais escolarizados. O uso dado a essas casas foi muito diferenciado: benefício próprio, por certo, mas também empréstimo a terceiros ou sublocações em regime de aluguer.

Quanto aos bens móveis arrolados no espólio de letrados, sobressai uma reduzida gama de objetos, para um número por vezes substancial de peças. Dizem respeito, no fundamental, a mobiliário e roupas de quarto, pedras preciosas, alfaia litúrgicas, vestes e tapeçarias. Sobram certos objetos desirmanados, nem sempre identificados e lotes bibliográficos de diferentes dimensões, por vezes valiosos. O relevo posto na escolha do mobiliário de quarto e do respetivo enxoval ligou-se, sem dúvida, aos valores que incarnavam tais peças – riqueza, luxo, conforto. Nesse sentido, funcionavam como afirmações de estatuto, de prestígio e de poder. Têm a virtude de mostrarem os seus titulares com estilos de vida bem diferenciados dos padrões médios da época. Por sua vez, a propriedade de pedras preciosas e de gemas apontou igualmente no sentido de uma alta capacidade aquisitiva. Mas as motivações para o seu uso, ou compra, ultrapassam a mera exteriorização de estatuto e riqueza, para atender a funções de carácter simbólico, de que algumas joias se afiguraram portadoras. O mesmo tipo de lógicas simbólicas e funcionais transparece da posse de objetos culturais, reportados para muitos dos homens de letras. Assim, entre as alfaia litúrgicas, há presença anotada de numerosos cálices e suas variantes; uma certa profusão de escudelas, pratos e outros objetos similares; alguns castiçais e candelabros; um número reduzido de arcas e baús; assim como cutelaria e utensilagem diversa. Genericamente valiosas, muitas dessas peças apresentavam confeção

em prata, ou tinham aplicações nesse metal, algumas adornadas com joias. A sua extrema sumptuosidade relaciona-as, sobretudo, com obrigações rituais e procedimentos sacramentais, e, só depois, com a utilização doméstica, muito menos óbvia. A posse individual das peças litúrgicas e o investimento financeiro que sugerem pareceu timbrá-las como manifestações externas da devoção e piedade por parte dos seus titulares. No que se refere ao vestuário, deve-se considerar sobretudo o uso de paramentos, embora outras peças de roupa tenham remetido para usos mais quotidianos. O material empregue na confecção de várias peças que constituíam os guarda-roupas de mestres, especialmente as usadas em contexto consecratório, apresentou em regra grande qualidade e seria por certo importado na sua maior parte, como por sugerem os próprios descritivos utilizados para classificar as vestes, o que se explica em grande parte pela debilidade da indústria de panos do reino. O uso de vestuário configurou, como é natural, uma das formas mais eficazes de manifestação pública de estatuto e riqueza, contribuindo para a instauração de uma certa imagem exterior dos homens de letras. Não se tratando especificamente de trajos, existem ainda referências pontuais a tecidos e a panos, supostamente a aplicar na produção de roupa ou para armar, com a particularidade de serem materiais finos e, portanto, onerosos. Outros objetos com carácter luxuoso no período, e que marcaram presença algo discreta entre as propriedades dos mestres, foram os tapetes e tapeçarias, cuja posse se justifica não só pela ostentação mas também por uma busca de comodidade, o que não pode deixar de se relacionar com o ambiente de progressiva orientalização dos séculos XII e XIII, no que foi uma mudança de paradigma dos hábitos domésticos. Em resumo, os bens móveis recenseados para os homens de letras parecem organizar-se de acordo com três eixos de consumo, frequentemente intercetáveis: grau de conforto, estatuto socioeconómico, utilização em contexto religioso.

Numa economia onde a cunhagem e emissão de moeda foi prática corrente, embora os expedientes da troca direta e do pagamento em géneros tenham persistido duradouramente, resulta algo estranho o fraco amoedamento que parece ter marcado as práticas patrimoniais do grupo mais erudito, mesmo perante os riscos de instabilidade da moeda, com frequência alvo de depreciação, o que parece traduzir uma certa tendência conservadora dos mestres, ligando-os aos valores da terra. Resultou também evidente a flexibilidade do sistema à entrada de moeda estrangeira, o que se ligou com fenómenos de circulação do capital, ativados principalmente por mercadores, mas onde interferiram indivíduos com diferentes características, e que poderiam ser viajantes mais ou menos

experimentados, mas entre os quais se contaram, por certo, escolares e mestres. É, aliás, natural que a presença de alguma moeda estrangeira achada na posse dos homens de letras se tenha devido, em parte, a deslocações académicas e não a operações em circuitos comerciais. Em todo o caso, a acumulação de moeda apresentava menos conveniências do que a compra de unidades agrárias ou de objetos preciosos, ou do que o entesouramento ou o empratamento. A regra fundamental parece, portanto, ter sido a rápida convertibilidade de moedas em bens, móveis ou imóveis, o que significa que a utilidade do dinheiro tinha primeiro função instrumental, e só depois acumulativa.

No quadro de uma economia fundiária, a posse de animais era outra das possibilidades disponíveis como forma de acumulação patrimonial. O valor que revestiam para os seus proprietários era múltiplo, pelo que representavam em termos de alimento, mobilidade, força de trabalho, meio de transporte, objeto de troca e fonte direta de rendimentos, por via da venda. O pastoreio e a criação animal não parecem, contudo, ter sido prioridades para os letrados, mas não deve ser desvalorizada a quantidade de campos incultos pertencentes a mestres, potencialmente empregues na criação de gado. Também não se deve ignorar a possibilidade de existirem animais ocultos sob a designação muito genérica de direitos e pertences agrários. De equídeos na posse de letrados houve vários exemplos: sobressaem os associados a mestres que ascenderam a prelaturas, possuidores de vários cavalos e asnos, o que teria reverberações bíblicas, considerando-se o modo de entrada de Cristo em Jerusalém. A utilidade das montadas para o transporte justifica a sua posse por vários letrados, pois dependeriam delas para as suas viagens: assentassem no prosseguimento de estudos, na representação diplomática, no acompanhamento de cortes, em atividades religiosas e pastorais. Há ainda a curiosidade da posse de aves de rapina, ainda que espúria, por parte de alguns mestres que chegaram a bispos. Aves que eram usadas em atividades recreativas, por elementos da elite social, meio em que claramente alguns dos mestres se movimentavam com grande à-vontade, ou a que pertenceriam por direito próprio.

Dada a ausência de personalidade jurídica que os afetava, os escravos contabilizaram-se também entre as propriedades dos *magistri*, mas estiveram longe de figurar entre as mais citadas. O que pode sugerir um escravagismo débil, mas diz mais, porventura, sobre a irrelevância social dos indivíduos escravizados. Frequentemente referidos pela sua etnia ou religiosidade, os escravos na posse dos letrados parecem confundir-se, de forma quase exclusiva, com os cativos de guerra. Nada que constitua

particular estranheza, considerando os constantes confrontos religiosos da época em espaço peninsular. Finalmente, com referências muito residuais, os créditos e os débitos não podem deixar de ser considerados como património da elite intelectual. Correspondem a situações atípicas, nunca envolvendo valores significativos, e não parecendo haver lugar a pagamento de juros, ou o recurso à usura, por parte dos titulares da dívida.

É evidente que uma parte significativa do património associado a esse escol mais culto proveio de legados familiares, mesmo que nem todas as situações de herança tenham ficado clarificadas nos documentos. Como se referiu a propósito das parentelas, um segmento importante dos letrados provinha de meios abastados, com profundas ligações à terra, o que aponta para uma mentalidade tendencialmente conservadora. Por outro lado, o grande número de transmissões patrimoniais entre familiares e clientes, assim como as doações recebidas de algumas instâncias em compensação por préstimos, exprimiram uma relação eficaz entre a posse de bens e a posição relativa ocupada por indivíduos no interior de grupos de interesse. Também sobressai, muito claramente, que a acumulação de benefícios e a progressão nas carreiras melhoraram consideravelmente as hipóteses dos letrados arrecadarem património. Muitos deles puderam, por conseguinte, constituir um poderio económico sólido – fosse ele estruturado de raiz, apoiado em heranças anteriores, ou conjugando ambas as modalidades. Aliás, mais do que qualquer outra fórmula económica, a transação de benefícios foi certamente determinante nos processos de consolidação patrimonial dos letrados, atendendo às possibilidades oferecidas pelo recebimento e acumulação de prebendas, no que consistiu a verdadeira base económica do grupo.

Se parece seguro afirmar que os letrados, em regra, deveriam dispor de interessantes recursos económicos, permanece difícil, em qualquer caso, determinar o seu nível de riqueza médio, perante informações omissas ou parcelares para muitos deles, por razões já expostas. Seguro é afirmar que alguns conseguiram alcançar imensas fortunas, em especial atendendo aos padrões de riqueza da época. O conhecimento desses casos paradigmáticos, em conjunto, com os indícios de riqueza assinalados para tantos outros membros do grupo, associados à procura de prestígio e de reconhecimento, à exibição de sinais exteriores de luxo e ao impulso para a aquisição de objetos preciosos, parecem colocar, de uma forma geral, os letrados num patamar económico-financeiro bem acima

dos valores médios do período, fazendo dessa *intelligentsia* um estrato privilegiado da população, do ponto de vista económico.

A formação

Passando à formação dos letrados, houve lugar à aferição do nível de escolaridade dos indivíduos, entendido como o processo mais indicado para operar uma distinção eficaz entre população culta, por um lado, e população apenas alfabetizada, por outro. Ou seja, considerou-se o grau de escolaridade como o parâmetro diferenciador entre uma simples comunidade de escritores ou leitores funcionais de uma efetiva elite cultural. Visou-se, portanto, identificar uma minoria muito escolarizada, que, na sua forma ideal, se pode definir como bem pensante, qualificada culturalmente e exposta a um saber científico avançado; capaz de liderar com base no conhecimento; interventiva na sua ação; dispondo de crédito e autoridade intelectual em círculos influentes; e formada por indivíduos, no essencial, dotados de visão e potencialmente capazes de produzir pensamentos e obras originais.

Como sinónimo dessa elite cultural procuraram-se identificar os indivíduos graduados como mestres ou doutores por estudos gerais – a formação mais alta na época – aceitando-se, pelo menos no plano teórico, a possibilidade do grupo acomodar alguns elementos com passagens por escolas prestigiosas, embora sem chancela universitária, mas que eventualmente exibissem os mesmos títulos, num uso por analogia. A primeira situação remete para uma formação universitária *tout court*; enquanto a segunda remete para o que se pode descrever, por comodidade e da forma mais operativa possível, como uma formação parauniversitária – uma rede não organizada e não necessariamente deficitária do ponto de vista da oferta de ensino face à dispensada em meios universitários, composta por estudos conceituados, alguns das quais terão recebido, entretanto, estatuto universitário, por decisão pontifical.

Em termos das áreas de estudo, os mestres do período que se puderam observar a atuar no reino distribuíram-se, de forma desigual, pelos quatro ramos em que se dividia a árvore do saber do período: a medicina; a teologia; o direito, por sua vez repartido em direito canónico e direito civil; e as artes liberais, fusão de sete disciplinas, organizadas segundo o esquema do trívio – formado pela gramática, pela retórica e pela lógica, ou dialética – e do quadrívio – composto pela música, pela geometria, pela aritmética e pela astronomia.

A atenção dos mestres do período recaiu sobretudo nos conhecimentos em matérias jurídico-legais, nessa medida em nada diferindo do que se passava em igual período à escala da Europa cristã. De facto, o direito concitou a preocupação da grande maioria dos indivíduos escolarizados no período, dentro e fora do reino. No que se refere aos mestres associados ao espaço português, a formação jurídica foi especialmente buscada pelos homens ligados ao clero secular, sendo esse ímpeto bastante mais refreado no que se refere aos elementos enquadrados em meios monásticos. Foi também evidente o grande interesse posto no assunto por parte dos letrados que apresentaram relações privilegiadas com círculos régios, o que é explicável pelo aumento da burocracia régia, indelével da grande atenção prestada à organização e administração do reino por parte da dinastia afonsina. Por outro lado, tornou-se muito difícil apurar a proporção do interesse conferido aos ramos canónico e civil pelos homens de letras, por nem sempre virem clarificados com exatidão nas fontes os seus conhecimentos jurídicos, mas parece desprender-se, em geral, uma tendência pela valorização do estudo dos cânones, sem que tenha sido invulgar o conhecimento de ambos os ramos do direito, ou seja, a posse de uma preparação em *utriusque iuris*.

A polarização do interesse nas questões jurídicas e a quantidade substancial de legisladores, juízes, juristas, causídicos e procuradores em atuação na época explicou-se, no essencial, pela crescente densidade e complexidade que o tecido social então adquiriu. Questões de sempre ligaram-se a questões emergentes, exigindo pronta resposta e sistematização legal. Daí a ampliação do corpo de normas e regulamentos. No caso do reino, a premência em adquirir saber legal foi agudizada, como em outras localizações, pela agenda interna dos poderes em presença, com o rei, a igreja local e os municípios a envolverem-se em disputas constantes por privilégios; devido à concorrência entre os próprios agentes do setor eclesiástico, na busca por prerrogativas, por espaços, por competências; em função da aposta da monarquia na centralização do poder, no que enfrentou a persistente resistência pontifical; como resultado dos assomos de impaciência de parcelas da igreja implantada no território e da rejeição das restantes igrejas e reinos hispânicos à afirmação política portuguesa; pela necessidade de fixar povoações em zonas de fronteira, levando à lavra de forais, desse modo enquadrando com direitos e deveres a populações; pela multiplicação de querelas em torno do controlo de terras, fruto da gradual expansão territorial, que requeria arbitragem; e pelo crescimento de focos de

tensão urbana, decorrentes do crescimento populacional e do afluxo de indivíduos às cidades.

A grande distância do entusiasmo revelado pelo direito surgiram, depois, as preferências dos mestres pela teologia e pela medicina, em plano aparentemente muito equivalente. Num alto contraste com o averiguado no campo jurídico-legal, o estudo da doutrina proliferou sobretudo em contextos monásticos, sendo menos valorizado no interior da hierarquia secular, descontando os casos de alguns indivíduos chamados a dirigir dioceses. Em abono da verdade, nem todos esses prelados provinham originariamente do clero secular, sendo vários deles recrutados nas comunidades cenobíticas. Não é irrelevante no quadro dos teólogos encartados, o peso no conjunto dos frades mendicantes e dos cónegos regrantes de Sto. Agostinho, ordens que contribuíram para avolumar o número apurado de conhecedores da doutrina. Entre as comunidades monásticas mais importantes do período, apenas causa alguma estranheza o fraco contributo cisterciense em matéria de teólogos, numa surpresa que se ajusta com o baixo número de letrados que foi possível recensar na órbita da ordem de Cister. Quanto aos mestres que se puderam observar como praticantes de medicina, em quantidade ainda assim apreciável e comparável com a classe dos teólogos, a sua força está intimamente ligada com a presença de físicos régios.

Bem mais incidental foi a quantidade de indivíduos pertencentes à elite intelectual que aparecem na posição de titulares de graus em artes liberais; o que não prenuncia necessariamente um desconhecimento na matéria por parte dos mestres. Desde logo, porque, em parte, ou no seu todo, as artes liberais integravam os *curricula* dos estudos mais básicos; e depois porque o trívio e o quadrívio também compunham o programa de estudos superiores em artes liberais, quer como campo de estudos autónomo, quer a um nível introdutório para os domínios mais especializados do direito, da medicina e da teologia.

Vários mestres e doutores exibiram marcas firmes, ou pelo menos indícios não ignoráveis, de preparação dupla, ou mesmo tripla, numa combinatória de interesses que foi bastante variada. O facto demonstra alguma versatilidade na angariação de formação, o que se pode justificar de várias formas, com ênfase em três vias: o trânsito de letrados entre estabelecimentos de estudo, fenómeno vulgarizado sob a designação de *peregrinatio academica*; por via da acumulação sucessiva de graus; ou, mais simplesmente, por um

apelo ao autodidatismo, facilitado quando os letrados dispunham de livrarias bem equipadas nas casas da sua filiação religiosa.

Ao nível dos locais de estudo frequentados pelos elementos mais cultos, o quadro de incertezas é grande, sendo mais razoável inventariar tendências gerais do que tentar estabelecer sofismas inquestionáveis, alguns deles, porventura, viciados por tradições historiográficas. Seja como for, apesar das raras notícias sobre locais de estudo frequentados em idades mais precoces, as notícias sobre letrados tornam possível distinguir a presença de uma rede escolar ao nível do território português pontuada por escolas claustrais, diocesanas e paroquiais, apresentando grandes diferenças de qualidade entre si, onde ocorriam os primeiros contatos dos futuros mestres com a formação, antes de se consumar o seu ingresso em estudos de tipo superior, necessariamente situados fora do território. A fórmula mais prosaica de aceder à formação passava pelo ingresso de oblatos e pobres nos estabelecimentos de ensino anexos das casas religiosas, seguindo-se a entrada dos estudantes no serviço eclesiástico das próprias instituições que abrigavam as escolas. Este modelo mais canónico admitiu, todavia, tergiversações, como atestam as situações de alguns letrados que transitaram entre estabelecimentos de ensino de congregações diferentes.

O nível de ensino não estava dependente da natureza institucional das escolas, ou seja, em termos da qualidade do saber oferecido pouco relevava a circunstância do ensino frequentado ser monástico, capitular ou paroquial. As assimetrias eram grandes: quer no interior de cada tipo de estudos; quer ao nível das próprias instituições entre si. A apreciação dos méritos de cada escola afigura-se, assim, um exercício absolutamente *ad-hoc*, conduzido caso a caso. No entanto, os dados produzidos convergem no consenso acerca da qualidade do ensino ministrado no reino nas sés de Braga, Coimbra e Lisboa; nos mosteiros de Sta. Cruz de Coimbra, S. Vicente de Fora, Sta. Maria do Lorvão e Sta. Maria de Alcobaça; na generalidade dos estudos mantidos em conventos mendicantes, com destaque para os situados em Santarém e Lisboa; e nas colegiadas de Sta. Maria de Guimarães e de Sta. Maria da Alcáçova de Santarém.

Em termos da frequência universitária, prevaleceram como destinos preferidos dos letrados os estudos gerais de Paris, Bolonha, Montpellier e Salamanca, num fluxo que nem sempre foi constante. As irregularidades foram um produto direto, embora variável, da cronologia de fundação das universidades, das observâncias eclesiásticas dos homens de letras, das disposições individuais e institucionais, das preferências por áreas de

estudo, das condições financeiras disponíveis, das políticas de subvenção e apoios a estudos existentes, numa combinatória variada que, ainda assim, permitiu isolar certas tendências.

Em linhas muito gerais, a afluência de letrados do reino à universidade parisiense terá sido alta e relativamente constante ao longo do período, ainda que com maior volume para o início da cronologia, polarizada sobretudo em torno dos estudos teológicos e artísticos, não obstante o programa de estudos parisiense ser bastante completo e incluir a medicina e o direito. A vaga de escolares que apontou a Paris parece ter sido encabeçada por monges; agostinianos muitos deles. Isto sem prejuízo de um fluxo interessante de capitulares que também afluíram ao ensino parisiense, com particular ênfase para o que aparenta ser um epifenómeno: o dos clérigos ligados à catedral de Coimbra.

Ao estudo geral de Bolonha também rumou uma parte significativa da *intelligentsia* associada ao território, desde uma fase relativamente incipiente da vida universitária. Sem desprezo pelo fluxo destinado ao estudo transalpino durante a centúria uncentista, foi no século XIII que o canal mais cresceu em amplitude. Neste caso, o mote das escolhas de estudo recaiu quase sempre na angariação de conhecimentos jurídico-legais, como é fácil de suspeitar. A escolha de Bolonha predominou entre os religiosos seculares e, a um outro nível, entre os elementos envolvidos com o serviço régio, eclesiásticos ou não, constituindo os estudos aí adquiridos uma peça essencial para a montagem dos mecanismos da burocracia régia.

Por sua vez, quanto aos homens de letras que foi possível ligar ao estudo de Montpellier, também é visível a filiação diocesana da maior porção, em detrimento do grupo monástico. Cronologicamente, a atração do estudo gaulês sobre o reino foi mais evidente no século XIII. A grande motivação residiu, sem dúvida, no estudo da medicina, especialidade em que o polo universitário gaulês dispôs de créditos bastante firmados, logo desde a entrada em funcionamento.

Quanto à universidade de Salamanca, apresentou características muito semelhantes às detetadas para o estudo geral de Bolonha, da qual clonou o modelo, a orgânica e a hierarquia dos saberes. Sem gozar do prestígio da escola bolonhesa, o estudo de Salamanca apresentou para os escolares a vantagem da grande proximidade ao reino, para uma época em que os custos com a educação eram muito onerosos – envolvendo despesas diversas relacionadas com deslocações, estadias, alimentação, aquisição de textos de ensino, pagamentos de taxas, entre outros encargos. Despesas que se poderiam prolongar

por períodos extensos, de vários anos. A afinidade entre os dois estudos gerais justifica o concurso no estudo salmantino de vários indivíduos do reino e, em particular, o perfil comum com os letrados que visaram o estudo bolonhês, caracterizados por um vínculo preferencial ao clero secular, e pela aposta na formação em direito.

Em resumo, o cenário evidencia uma certa propensão para a especialização funcional das universidades, na base das orientações escolares de mestres e doutores com protagonismo no reino: Paris como centro de teologia e artes liberais; Bolonha como ponto focal do direito, área em que Salamanca também exibiu qualidades; Montpellier destacando-se no domínio da Medicina. Se essas relações são relativamente consistentes e recursivas, há o risco de as considerar unívocas, o que pode promover uma visão muito determinista entre as escolhas das escolas e as filiações universitárias dos mestres, que se pode revelar redutora e algo falaciosa.

Por outro lado, bem mais difícil do que certificar a existência de canais é estimar a largura da sua banda. Num quadro reduzido de universidades em funcionamento, Paris e Bolonha dominaram seguramente as escolhas por serem, ao mesmo tempo, as universidades mais antigas e as mais prestigiadas. Só depois viriam Montpellier e Salamanca, de fundação bem mais recente, e com uma capacidade de atração eminentemente tópica. Mas continua a ser muito difícil aferir, com rigor, quer as procedências, quer os ritmos de acolhimento dos escolares em cada um dos estabelecimentos universitários. Mais do que isso, confundem, sobretudo, silêncios e ausências relativos a universidades como Palência, Toulouse, Parma, Oxford e Cambridge, nenhuma das quais está reportada enquanto destino de estudos da população mais letrada pelo menos deste período.

Sobre os locais de docência dos homens de saber do tempo que foi possível ligar ao espaço português, é possível acompanhar o serviço docente de vários deles, para um número que deve distar, ainda assim, da prática efetiva. Isto em razão da preparação específica para a docência que caracterizou o ensino universitário do tempo e que se destinava, em particular, à formação de mestres-escola. Seja como for, o ensino daqueles que foi possível recensear dispersou-se pelos vários tipos de estabelecimento de ensino presentes na época: paroquial, claustral, diocesano e universitário; exercido tanto em escolas do reino como em outras situadas no seu exterior.

Apesar das estratégias de carreira individuais de muitos dos mestres, na prática, passaram à margem dos objetivos do ensino universitário – a creditação para a docência –

alguns observaram estritamente esse propósito, pelo menos durante parte das suas trajetórias. Por exemplo, estão referenciados letrados na condição de mestres-escola das maiores e mais importantes dioceses do território, nomeadamente Braga, Porto, Coimbra, Lamego e Lisboa. O exercício do mestre-escolado por *magistri* estendeu-se também a colegiadas, como as igrejas de Sta. Maria de Guimarães e de Sta. Maria de Alcáçova de Santarém. No mundo regular, na órbita mendicante, há que valorizar o número de lentes averiguados nos estudos conventuais, a quem é possível estimar, com alguma certeza, passagens por ensino superior. Neste particular, prevaleceram os dominicanos sobre os franciscanos. Também em contexto claustral, mas apenas com caráter vestigial, vislumbra-se um único docente da escola alcobacense, afeto à ordem de Cister, uma excecionalidade que novamente contende com o vigor cultural reconhecido à abadia.

Fora do reino, vários elementos do grupo mais esclarecido asseguraram a docência em estudos universitários, no que pode ter sido uma exigência de pelo menos alguns estabelecimentos de ensino, obrigando a um período de atividade letiva aos seus graduados como parte dos seus planos curriculares, ou o resultado de uma escolha para a função. Seja como for, detetam-se homens de letras a lecionar nas escolas superiores mantidas em Bolonha, Paris e Salamanca, nisso apresentando uma grande coerência entre os locais de ensino e os locais de estudo de mestres e doutores. Mas esses eixos convencionais são desafiados por presenças menos prováveis em estudos gerais como os de Siena e Calahorra. Ainda ao nível universitário, encontram-se certos membros do grupo a assegurarem lições na recém-fundada universidade portuguesa, mostrando que nos primeiros tempos do estudo português a requisição interna de mestres foi uma solução implementada para o recrutamento docente.

Apurou-se ainda que um lote muito residual de mestres exerceu funções universitárias ao nível da representação apostólica, da arbitragem de atos eleitorais e da presença em instâncias de justiça. São exemplos raros, mas servem para recolocar a atenção no fenómeno das clientelas como forma de alavancagem de carreiras, já que as nomeações conhecidas resultaram de intervenções apostólicas e régias ou de processos de cooptação. Ao mesmo tempo, essa casuística serve para retomar o tema axial das ligações privilegiadas dos letrados às universidades de Paris, Bolonha e Salamanca, onde esses casos vingaram.

Conjugados, a apreciação dos lugares de estudo e de ensino frequentados por letrados dão origem a um modelo interpretativo relativamente consolidado, traduzindo

uma circulação à escala europeia, de configuração radial, ligando periferias a centros intelectuais, com os estudos de Paris, Bolonha e Salamanca a afirmarem-se como destinos preferenciais para a massa crítica do reino. Terão correspondido a fluxos migratórios de duplo sentido na maior parte dos casos, ou seja, pressupondo percursos de ida e volta relativamente simples e estáveis entre origens e destinos. Mas se os trajetos, na sua maioria, parecem ter-se estabelecido entre dois pontos, por vezes tiveram uma geografia mais variável, assente em três razões principais: a vontade de aquisição de conhecimentos, levando a que escolares frequentassem mais de uma instância de ensino de forma a completar a sua formação; a intenção de prestarem serviço docente em mais de um estabelecimento escolar; e o desenvolvimento de percursos de carreira fora do reino. Desse modo, o retorno de vários deles aos locais de origem tardou algum tempo; e, em algumas circunstâncias, pode nunca ter chegado a ocorrer.

O sistema escolar admitiu, portanto, válvulas de escape a este circuito de saída com retorno, com letrados a furtarem-se a regressar aos seus locais de origem, atraídos por outras possibilidades de carreira, tornadas viáveis pelas próprias graduações recém-adquiridas. Longe de serem situações inéditas, só com dificuldade terão sido assíduas, até porque as passagens por ciclos de estudos avançados, mais do que se constituírem como projetos individuais, parecem quadrar melhor com projetos patrocinados por instituições – eclesiásticas ou régias –, relacionados com a melhoria das qualificações genéricas dos seus membros, passando, muitas vezes, pela atribuição de subvenções e outros apoios. Em consequência, esperar-se-ia o regresso dos escolares, uma vez graduados, como compensação do investimento feito.

De uma forma geral, e simplificando, a ampliação da rede de universidades, muito dinamizada no século XIII, introduziu reconfigurações sucessivas na malha universitária, através da criação de novos pontos de confluência de escolares e de mestres. As recém-criadas centralidades ofereceram, portanto, mais alternativas de circulação, forcejando novas articulações entre espaços geográficos, a abertura de novos canais de progressão aos letrados e uma diversificação dos itinerários escolares tradicionais, mesmo que o impacto e a duração de algumas dessas experiências não tenham tido força suficiente para desmontar tendências culturais de longa duração.

Na formação dos letrados, o tema do saber livresco foi, naturalmente, decisivo. A quantidade de mestres titulados como proprietários de manuscritos mostra-se relativamente ampla, sem ser, no entanto, impressionante. No entanto, as lacunas, neste

particular, explicam-se melhor pela falta de informação, por omissões e por falhas documentais do que por via de um desapego bibliográfico por parte dos eruditos, ainda que se tenha de considerar com muita atenção nesta matéria o problema dos custos associados à aquisição de livros, responsável, por exemplo, pela manutenção de sistemas de empréstimos de manuscritos e pela prática de doações de obras destinadas a fins escolares.

As livrarias que se conseguiram reconstituir para alguns dos mestres oscilaram bastante em dimensão: compreendendo desde exemplares aparentemente singulares a coleções bem recheadas, que, por vezes, sobrepujaram a dezena de peças bibliográficas, o que as terá nivelado, em tamanho, com algumas livrarias institucionais de menor expressão. Escapa, todavia, com frequência, a sua contabilização exata, pois são comuns as nomeações genéricas a livros obstando a uma inventariação mais precisa, e prejudicando, em simultâneo, um conhecimento mais fundo das obras e autores lidos por esses homens de letras.

Também as lógicas de requisição bibliográfica flutuaram muito: alternando entre tópicos específicos e manifestações mais ecléticas. Atendendo aos assuntos versados pelos manuscritos achados à guarda de mestres, foram as obras legais que mais atenções concitaram no interior do grupo de letrados, o que se refletiu, por conseguinte, no número de textos inventariados, que ultrapassou, em muito, os demais. De facto, quer o direito romano quer o direito canónico tiveram forte representatividade no conjunto, com presença de vários exemplares do *Corpus iuris civilis* e do *Corpus iuris canonici* no interior das livrarias compostas pela elite cultural. Em relação à literatura médica, bem menos requisitada do que a legal, apresentou uma tendência para a concentração em poucos indivíduos. Desse teor são certos manuscritos atribuídos a Galeno e a Hipócrates, as máximas autoridades no campo da medicina durante toda a medievallidade, e os textos de outros autores menos consagrados, como Teófilo Alexandrino, Filareto, Isaac Israel ou Mauro de Salerno. São também em número reduzidas as livrarias de letrados com títulos explicitamente relacionados com as artes liberais, com o pormenor deste tipo de manuscritos raramente, ou mesmo nunca, constituírem núcleos autónomos, em regra, emparceirando com obras versando outros tópicos. O grupo de textos de artes liberais integrou um conjunto de obras referidas, de forma genérica, como sendo de gramática, lógica ou retórica; e de astronomia, música, aritmética e geometria – o esquema habitual em que se dividiam as artes não mecânicas. Em determinadas situações, acham-se

indicações mais concretas, relativas a nomes incontornáveis no assunto, nomeadamente Prisciano, Cícero e Aristóteles, mas também respeitando a autores de segunda linha, como Alcabício ou Helperico. No quadro da teologia, o recenseamento bibliográfico das livrarias particulares formadas por mestres revelou um interesse inevitável pelos livros do Novo e do *Antigo Testamento*, assim como por comentários escriturísticos. Em paralelo, assomaram na inventariação alguns livros fundamentais para a interpretação da doutrina cristã: a *Cidade de Deus*, de Sto. Agostinho; o *Livro das Sentenças*, de Pedro Lombardo; o comentário a esta última obra feito por S. Tomás de Aquino; e a *Suma Teológica*, de Alberto Magno, apesar de a teologia não ser dos tópicos mais vistos nos armários dos homens de letras. Quanto à liturgia, despertou grande entusiasmo aquisitivo junto da população mais escolarizada, dada a sua relevância para o uso homilético, ritual e consecratório. O elenco de oficiários reunidos incluiu missais, epistolários, sacramentários, evangeliários, sermonários, santorais, dominicais, breviários e saltérios. Destacam-se os breviários e os livros de salmos sobre os demais. De resto, os saltérios eram muitas vezes usados como textos pedagógicos para o ensino mais rudimentar. Por fim, a literatura hagiográfica, sem dispor de grande visibilidade nos armários particulares de mestres e doutores, também encontrou neles algum espaço, mesmo que reduzido.

Uma avaliação sumária sobre as observâncias religiosas dos proprietários de manuscritos sublinha a centralidade dos núcleos urbanos de Braga e Coimbra, aos quais se pode juntar Lisboa, a alguma distância, e só depois as cidades de Évora e Porto. Nesse sentido, a geografia das bibliotecas é absolutamente coincidente com a geografia dos principais centros eclesiásticos, que é por sua vez coincidente com a das principais cidades do reino. Num enfoque diferente, tomando em consideração o serviço régio não deve passar sem sublinhado o peso conferido à posse de manuscritos por vários dos indivíduos que desempenharam funções junto dos reis, que se envolveram sobretudo na acumulação de manuscritos de teor médico ou jurídico, o que dá nota da manifesta vontade do poder central em contar com a colaboração de indivíduos com acentuada cultura livresca.

Em termos do apoio escolar providenciado, alguns letrados, em número provavelmente bem superior ao divisável, terão beneficiado da cobertura de despesas escolares nas suas peregrinações académicas, suportadas por instituições, por redes familiares ou por patronos. A estrutura de custos de um projeto escolar era muito onerosa por incluir deslocações extensas, estâncias demoradas, que podiam atingir vários anos, a

aquisição de manuscritos e o pagamento de um conjunto de taxas, propinas e emolumentos. O empenho posto na subvenção a estudos foi comum a estabelecimentos eclesiásticos, à própria Coroa e a vários indivíduos, a título particular, alguns dos quais tinham sido, eles próprios, antigos estudantes de estudos gerais. O apoio concedido não era necessariamente financeiro, embora pudesse configurar essa modalidade, através de doações monetárias ou pela afetação de rendas patrimoniais a esse fim, mas também tomou outras formas, como a entrega ou empréstimo de livros didáticos, ou a hospedagem de estudantes.

Noutra perspetiva, é notório que uma parte significativa do grupo de letrados esteve envolvida na produção escrita – tenha sido por intermédio da redação de obras originais; através da atividade de tradução; por via da cópia manual de originais; ou pelo exercício de funções notariais. De forma geral, no reino português, como terá sucedido tendencialmente em zonas situadas nas periferias dos centros de saber, o conhecimento parece ter tendido para uma mera retransmissão, em vez de tender para a criação autónoma. A maior parte do debate intelectual decorria nos grandes polos do conhecimento, e não é crível que a massa crítica reunida localmente, apresentasse capacidade suficiente para produzir discussões qualificadas que permitissem, por sua vez, gerar pensamentos originais. Testemunham-no as poucas obras de cunho autoral que se puderam associar a letrados do reino para a época em questão. A inovação nascente, em contextos como o português, foi, regra geral, fruto de pensamentos excecionais, de rasgos individuais, e quase nunca o resultado de um clima cultural predisposto à originalidade ou à mudança. Não é menos verdade que o discurso intelectual inovador tendia a ser coartado, em certa medida, pela forma como se entendia o saber e o papel das *auctoritates*, pretendidas como fonte de um conhecimento quase inquestionável, apenas passível de interpretação e desenvolvimento, o que encorajava mais a cópia do que a verdadeira autoria, com o escólio a fornecer um dos poucos expedientes para a formação de conhecimento. Mas também esse paradigma sofreu mudanças na época, mas sem que o impulso para a criação original dos letrados do reino pareça acompanhar o padrão seguido em alguns espaços peninsulares no século XII, ou nos grandes centros da cultura europeia, durante esse século ou no seguinte.

Em todo o caso, as poucas obras originais rubricadas pelos homens de letras associados ao território português permitem reforçar afirmações anteriores sobre o entusiasmo pelo direito, transversal à época e atribuível a muitos dos mestres. De facto,

são de teor jurídico a maioria das obras originais produzidas, e que tiveram por autores Domingos Domingues, Bernardo Eanes, Egas de Viseu, João de Deus, João Domingues, Julião Juliães, Pedro Hispano Portugalense, Silvestre Godinho e mestre Vicente. Por outro lado, alguns dos escritos deixam transparecer um certo gosto pela teologia, sob a capa de literatura apologética, como exemplificam as obras do bispo Álvaro Pais e alguma da produção de João Gil de Zamora, como pela espiritualidade, campo onde se deve inscrever o tratado sobre a viuvez atribuído ao bispo de Silves mestre Bartolomeu. A construção de alguma homilética é, por sua vez, visível nos sermões antonianos e nas homilias deixadas pelo mesmo João Gil de Zamora. Residual, mas sem deixar de ser por isso significativa, foi a atenção posta na literatura histórica, com a particularidade desta ter uma função laudatória das próprias instituições que a produziam, como o fez o vicentino mestre João, a propósito da fundação do mosteiro de S. Vicente de Fora. Constata-se também a existência de alguma produção hagiográfica, embora curta, nomeadamente dois relatos acerca das vidas de S. Teotónio e de S. Telo, redigidos pelo crúzio Pedro Alfarde. Em relação a tratados médicos rubricados por mestres ligados ao reino foram também poucos os gerados, embora populares, com a particularidade de serem todos atribuíveis a um único indivíduo: Pedro Julião, que ficou mais conhecido pelo nome apostólico de João XXI. Por outro lado, Durão Pais e Frei Gil de Santarém envolveram-se na atividade de tradução, com destaque para o primeiro que forneceu uma tradução latina ao tratado *De economia* de Aristóteles, acompanhada por um comentário à obra.

A maior porção de letrados envolvidos na produção escrita situou-se, no entanto, no campo da atividade notarial, ou seja, associada à lavra e validação de documentos. Com efeito, foi divisável um contingente alargado de chanceleres, notários, tabeliães, escrivães e escribas à frente de serviços notariais, ou integrando as suas fileiras, tanto ao nível das cúrias régias, quanto das chancelarias eclesiásticas, neste caso tanto monásticas como diocesanas. Só de forma muito casual se vislumbram ligações ao tabelionato municipal, e nesse caso para o século XIII. A ausência de centros institucionais de produção escrita antes disso obrigava, por vezes, a que parte desse notariado se deslocasse amiúde para rubricar e selar documentos, pois muitas instituições careciam de indivíduos capazes de assumir tais tarefas. Os serviços prestados, de resto, não estiveram confinados à lavra de documentos eclesiásticos, mas também incluíram diligências relativas a atos particulares. A requisição de letrados para a prática notarial parece ter sido

muito sistemática. É particularmente evidente no caso dos chanceleres régios, grupo restrito e muito diferenciado. Tal diz bem, por um lado, da importância atribuída à alta escolaridade no exercício da função; e, por outro lado, sobre a importância do lugar à luz da hierarquia do oficialato régio. Efetivamente, o perfil do chanceler régio, ao longo do tempo, convergiu, quase sempre, com a posse de competências técnico-jurídicas, e com um alto nível cultural, veiculado por uma formação de tipo superior. Todavia, é na condição mais simples de notários que aparecem descritos grande parte dos mestres achados na produção diplomática.

As carreiras

Do ponto de vista das lógicas de carreira, uma esmagadora proporção dos letrados rastreados enveredou pelo serviço eclesiástico, nas diferentes modalidades de serviço apostólico, diocesano, paroquial e monástico, com frequência acumulando várias formas de serviço.

Os préstimos de uma fatia significativa desses mestres foram requisitados pela cúria romana, mandatados por ela ou exercendo cargos na própria câmara apostólica. A delegação de poderes foi relativamente constante, em especial no contexto da arbitragem de conflitos, da aplicação de sentenças papais e da coleta de tributos, pelo que a familiaridade de muitos desses indivíduos com o direito não constitui surpresa. Nessa, como em outras atividades, colaboraram vários letrados, apresentando, na maior parte dos casos, vínculos a dioceses, sob as diversas designações de nuncios, legados, comissários, ouvidores, arciprestes, procuradores, coletores e executores apostólicos. O maior protagonismo vai necessariamente para aqueles que exerceram funções na principal sede da igreja católica, um dos quais – Pedro Julião, ou Pedro Hispano – atingiu o pontificado, havendo ainda notícias de quatro cardeais entre os letrados do reino. Outras funções prestigiosas exercidas por mestres e doutores na cúria romana foram as de penitenciários de papas, capelães pontificais e cardinalícios, subdiáconos e físicos apostólicos. Tudo posições que revelam fortes de laço de confiança e dependência pessoal, algumas das quais foram desempenhadas durante mais de um pontificado. A ocupação desses lugares sanciona o valor individual dos indigitados, mas também a sua capacidade de inscrição em redes clientelares ativas junto de círculos de poder muito restritos.

Foi ao serviço de dioceses, contudo, que se encontrou a quota mais substancial de indivíduos ligados ao mundo eclesiástico: cerca de dois terços do universo de letrados, repartidos pelas nove sés implantadas no território durante o período considerado, embora com distribuição muito desigual. Do ponto de vista das funções exercidas, as informações dão nota de *magistri* em várias posições da hierarquia secular, que vão desde simples clérigos a bispos, passando por porcionários, cónegos e dignitários capitulares. À margem desse *cursus honorum*, há sinais de procuradores e advogados a trabalharem em favor das sés, embora nem todos relacionáveis com as estruturas catedralícias.

Entre os letrados com ligações a sés predominaram os cónegos, o que tem perfeito cabimento atendendo à proporção ocupada por estes no seio das catedrais, em comparação com o peso dos restantes capitulares. A posse de conezias serviu, de resto, como ponto de partida para a estruturação de carreiras mais ambiciosas, mas também foi determinante para a consolidação patrimonial, em função da referida economia de benefícios vigente, de que os letrados estavam em grande parte dependentes para a sua viabilidade económica. Num contraste com esse alto número de cónegos, houve relativamente poucos letrados indicados como porcionários, ou raçoeiros, ao contrário do que sucedeu com aqueles que receberam nomeações como dignitários dos cabidos, que atingiram um número muito considerável. Entre estes últimos sobressaiu o grupo de *magistri* empossados como arcediagos, o que também se afigurou natural em função da nomenclatura tradicional dos cabidos, pois os arcediagos superaram em número as restantes dignidades, que tinham um cunho unipessoal. Emergiu, depois, uma certa equivalência no número de letrados contabilizados como deães, tesoureiros, mestres-escola e chantres. O caso dos mestres-escola foi causador de maiores surpresas por ser a função que, em teoria, melhor se ajustava à preparação recolhida em estudos gerais, mas a ocupação prévia dos lugares disponíveis ou a adoção de estratégias de carreira orientadas noutras direções ajudam a explicar o facto. Por outro lado, apontados ao topo da hierarquia do clero secular, na condição de bispos, foi possível identificar um forte núcleo de letrados. A informação é muito reveladora de um nexos firme, se bem que não absolutamente causal, entre a angariação de saber e o desenvolvimento de percursos eclesiásticos de sucesso; uma outra forma de dizer que a cultura funcionou como um elevador social em contexto religioso, apesar de não ser o único motor para a promoção de carreiras, e nem sequer o mais relevante, não obstante a gradual importância que o mérito individual foi recolhendo no decurso da periodização.

Numa perspetiva geográfica, foram as sés de Braga, Coimbra e Lisboa que se repetiram com maior insistência nas escolhas dos homens de letras entrados em conezias, dignidades e bispados, apontando para uma distribuição espacial dos letrados muito clara, que converge em grande medida com a geografia das suas origens, dos seus locais de residência, de falecimento e de sepulcro. Um padrão que não exclui obviamente fenómenos pontuais de deslocações para dioceses localizadas *in terra aliena*, como as noticiadas em relação a certos mestres, fosse por estarem vedados os lugares ambicionados nas catedrais portuguesas ou porque as posições disponíveis fora do reino se apresentavam como percursos mais aliciantes.

Quanto às soluções de carreira desenhadas pelos letrados recenseados no serviço diocesano foram muitas e variadas. Assim, vínculos duradouros a uma única catedral tiveram contraponto na circulação entre duas ou mais sés; percursos exclusivamente desenvolvidos no universo religioso secular conviveram com mudanças de jurisdição eclesiástica para o campo do clero regular, e vice-versa; o exercício continuado de uma função coexistiu com o desempenho polivalente de cargos, por via da acumulação de prebendas ou da sucessão em cargos.

As razões para a permanência em certas funções podem procurar-se na escassez de posições eclesiásticas disponíveis; no tamponamento de certos cargos, ocupados de forma demorada; numa eventual inabilidade dos indivíduos em se projetarem na estrutura capitular; na falta de apoios particulares ou institucionais, capazes de suportarem as ambições pessoais; ou, numa perspetiva, mais otimista devido a uma chegada rápida a posições cimeiras da hierarquia, que interessava conservar. Já a circulação de mestres entre catedrais foi maioritariamente ditada pela abertura de oportunidades de carreira, visando sobretudo o ingresso em dignidades ou em prelaturas, face aos condicionamentos impostos à progressão individual nas casas religiosas de origem.

Sobre as mudanças ou relaxamento de observâncias que afetaram um conjunto de mestres com serviço prestado em sés tratou-se de um fenómeno com certo impacto no período. A situação mais característica, neste particular, foi a elevação de elementos de comunidades monásticas a bispos, o que significou o desligamento dos religiosos das regras originalmente observadas. A título de exemplo, vários letrados que foram cónegos regantes em Sta. Cruz de Coimbra e em S. Vicente de Fora ascenderam a bispos, como o fizeram alguns frades mendicantes. Importa dizer que a circulação entre dioceses e casas monásticas não se esgotou nas chamadas a prelaturas, mas também se verificou no plano

das dignidades capitulares, registando-se o recrutamento de vários monges para atuar como dignitários nas sés, nomeadamente para prover o lugar de mestre-escola.

Noutra direção, a acumulação de prebendas, caracterizada pela posse de vários benefícios eclesiásticos, foi uma ocorrência bastante comum entre capitulares graduados como mestres ou doutores. Essa acumulação não se circunscreveu unicamente a colações em dioceses, sendo muito mais comum a beneficiação em sés ser complementada por benefícios em priorados e reitorados de pequenas igrejas ou colegiadas. Tipicamente, as razões para a concentração de prebendas num mesmo indivíduo ligavam-se a formas de compensar serviços prestados ou como reparação de expetativas goradas face a posições vacantes. Como em tantos outros casos, o sistema relacional dos indivíduos foi decisivo em matéria de angariação de colações.

Como se percebe da referida entrega de benefícios em igrejas a elementos do grupo mais culto, duas outras modalidades de serviço eclesiástico vulgarizadas entre letrados foram o serviço paroquial e o serviço colegial. Divisaram-se vínculos a igrejas, mesmo que nem todas essas casas religiosas tenham tido estatuto paroquial ou colegial, algo muito difícil de apurar porque o sistema de paróquias ainda hoje levanta problemas de reconstituição, sendo certo que ao longo do tempo certas igrejas terão perdido o estatuto paroquial, enquanto outras o adquiriram, e outras ainda nasceram com ele, ao serem fundadas. Na maioria dos casos de mestres que foram apresentados a paróquias pelos padroeiros, os nomeados foram empossados com reitorados, ou priorados. Mas também há notícias de outros letrados, em número menos substancial, descritos simplesmente como párocos, clérigos e cónegos dessas igrejas.

O exercício das funções paroquiais aparenta ter sido exclusivo nalgumas circunstâncias, sendo certo que a acumulação de benefícios paroquiais por parte de *magistri* parece ter sido a fórmula mais corrente entre os elementos do grupo. A entrega de múltiplas prebendas a um indivíduo espelha a sua relevância, pois era uma forma de lhe facultar privilégios e rendas acrescidas. Mais uma vez, os esquemas de solidariedade vigentes terão facilitado o ingresso nos lugares vagos, assim como a sua reunião numa mesma pessoa, ao ponto de persistir uma prática de abusos. Também era muito revelador do estatuto pessoal a dimensão da igreja atribuída, pois a malha paroquial comportava grandes assimetrias.

No que se refere às colegiadas, o panorama é algo diferente, já que os letrados que se conseguiram observar nos seus interiores apareceram frequentemente a coberto das

designações de priores, mestres-escola, chantres, vigários e raçoeiros, o que releva as diferenças de complexidade e dimensão entre as igrejas paroquiais e as colegiadas. A nomeação para lugares em colegiadas como Sta. Maria de Guimarães e Sta. Maria da Alcáçova de Santarém, em especial a primeira, foram, por exemplo, sinónimo de grande prestígio para os visados.

Continuando no âmbito do serviço eclesiástico desempenhado por mestres, a observância monástica foi uma característica marcante para um contingente largo de letrados, mas que é fácil adivinhar ter sido algo superior. Entre as posições avocadas por mestres ligados ao mundo regular destacaram-se os monges, prepósitos e priores; de forma bem mais parcimoniosa, os procuradores e visitantes de mosteiros; e só excepcionalmente os ministros provinciais de algumas ordens religiosas.

A maior parte da vida regular no reino durante os séculos XII e XIII organizou-se em torno das comunidades agostiniana, cisterciense, franciscana e dominicana. Isto sem prejuízo da existência de outras ordens no território, como os beneditinos tradicionais, os trinitários ou as congregações religioso-militares, mas que pouco significam na ótica do recenseamento de letrados. Nesse panorama, e como seria expectável, foi nas instituições monásticas mais poderosas e prestigiadas que se registou o concurso de mais mestres. Mas as presenças de eruditos no interior claustral de casas como Sta. Cruz de Coimbra, S. Vicente de Fora, Sta. Maria de Alcobaça e algumas congregações mendicantes não são explicáveis apenas por razões de escala no interior de cada ordem. As suas causas também radicaram no papel que essas instituições reservaram aos estudos, no apoio prestado aos escolares, nos hábitos de aquisição bibliográfica que possuíram, na produção dos seus *scriptoria*.

Em meio monástico, no que se refere aos homens de letras, os cônegos regantes distinguiram-se dos demais monges. Dentro da congregação agostiniana, os crúzios superiorizaram-se numericamente aos vicentinos, aparecendo numa terceira linha os graduados em mosteiros menores da ordem, como Sta. Marinha da Costa de Guimarães, Sta. Maria de Nandim, S. Jorge de Coimbra, Sta. Maria de Vila Boa do Bispo e S. Salvador de Grijó. Fora do reino, há notícias de *homines sapientes* ligados às comunidades hispânicas de Sta. Cruz de Cortes e de Sto. Isidoro de Leão. Muitos desses indivíduos projetaram-se para o topo das respectivas estruturas monásticas, como o demonstram os vários casos confirmados de priores, priores crasteiros e prepósitos, e a parcela apreciável que foi confirmada à frente de bispados, dentro e fora do reino. Raras,

mas notáveis, foram as situações de mestres saídos do meio agostiniano português que se introduziram na câmara apostólica, ocupando posições de relevo no colégio cardinalício ou recebendo legacias apostólicas. No entanto, o mais comum foi a referenciação de mestres na condição de cónegos regrantes, sem mais. Na perspetiva das áreas do saber, os estudos teológicos e as matérias legais dominaram aparentemente as escolhas dos mestres regrantes, que na sua maioria, segundo se percebe, eram apontados ao estudo geral de Paris para receberem treino escolar.

A presença cisterciense no grupo de eruditos teve uma expressão muito débil, ficando de novo aquém das expectativas. Ainda assim, a precedência foi para a casa de Sta. Maria de Alcobaça, não por acaso aquela a que se puderam ligar praticamente todos os indivíduos recenseados pertencentes a Cister. Em termos de interesses intelectuais, a teologia e a medicina parecem ter dominado as escolhas dos monges brancos a quem foi possível reconhecer estudos superiores, se é que o baixo contingente apurado admite extrapolações firmes neste domínio.

Por sua vez, um lote importante de letrados, alguns deles referidos como doutores, envergou hábitos mendicantes. Em quantidade, tanto franciscanos como dominicanos ultrapassaram os cistercienses, embora se tenham quedado a distância apreciável dos cónegos regrantes. Confrontando as duas comunidades, a ordem dos Pregadores ultrapassou, em proporção de letrados, a ordem dos Frades Menores, uma notícia que pode ser vista, em parte, como coerente com o forte investimento intelectual da ordem criada por Domingos de Gusmão desde a sua fundação. O destaque, em contexto dominicano, vai para o convento de Santarém, pela quantidade de letrados que aí pontificaram, alguns dos quais se contaram entre os elementos mais prestigiosos da ordem. Realce, na perspetiva das funções desempenhadas, para dois provinciais da ordem e para um testamenteiro régio. Entre os seguidores de S. Francisco, o convento de Lisboa foi o que revelou protagonismo maior. Cargos relevantes exercidos por menoritas incluíram igualmente provinciais da ordem e um bispo. Cada uma das congregações teve uma figura icónica entre os seus frades: Frei Gil de Santarém, no caso dominicano, e Sto. António, no caso franciscano.

Do ponto de vista da preparação intelectual, em ambas as ordens os interesses estiveram direcionados para a teologia, que era o vértice do ensino praticado nos *studia* da ordem, anexos aos mosteiros. De resto, a cultura e o saber faziam parte das estratégias mobilizadas pelos frades mendicantes nas suas missões de pregação e nos seus projetos

salvíficos. Um saber que deve ter sido recolhido sobretudo em Paris, mas que, embora não pareça estar certificado documentalmente para a época, pode ter tido outras ramificações, nomeadamente Oxford, ou estudos do sul gaulês, como Toulouse, e mesmo algumas universidades transalpinas, como por exemplo Pádua.

Em certas ocasiões, alguns elementos da classe mais erudita ligada ao reino foram referidos pela sua condição sacerdotal, uma característica de todos os eclesiásticos. Prevaleceram as alusões a mestres com ordens maiores: em primeiro lugar a bispos, e muito afastadas em número, a presbíteros, diáconos e subdiáconos. As indicações sobre mestres titulares de ordens menores são quase nulas, o que está longe de significar que não teriam sido ordenados, mas apenas uma desvalorização do seu uso na documentação em detrimento de outras características.

Do ponto de vista das carreiras à disposição de mestres no período, o serviço régio foi a opção mais comum depois do serviço eclesiástico, sendo que as duas realidades se intercetaram, quase sempre. As competências escritas e os conhecimentos específicos requeridos pela burocracia régia tenderam a entrelaçar ambas as práticas, pois era no meio clerical e não no mundo laico que se encontravam disponíveis elementos com as aptidões pretendidas. Face a tal dependência religiosa, e em função dos interesses tantas vezes divergentes, o recrutamento régio foi feito de modo a assegurar a lealdade dos eclesiásticos ao seu serviço: ora reunindo mestres ligados a famílias próximas da monarquia; ora compensando generosamente os serviços prestados; ora exercendo a sua capacidade de influência para projetar servidores em lugares cimeiros da hierarquia religiosa, nisso capitalizando, a prazo, vantagens políticas. Cabe dizer que no lote de letrados com ligações ao reino achados no serviço régio nem todos o fizeram junto de reis portugueses. De forma residual, é certo, mas encontraram-se situações em que os beneficiados com a prestação de serviços foram monarcas de outras partes da Cristandade.

Na ótica da sua prática, os *homines sapientes* envolvidos no serviço da Coroa repartiram-se pelo desembargo régio, pela representação político-diplomática e pelo desempenho de diversas outras funções, exercidas no âmbito mais lato de administração central, não circunscritas ao despacho régio. O grupo empregue na chancelaria, formado por chanceleres e notários régios foi o mais numeroso; vieram, depois, a larga distância destes, os corretores régios; e há, ainda, o caso invulgar de um porteiro do rei. Com insistência, a posição de chanceler régio foi conferida a letrados, numa prática iniciada

desde a fundação da monarquia e continuada por todos os reis do período considerado. A chamada de elementos altamente escolarizados para dirigir a chancelaria era mais do que aconselhável, muito recomendável, considerando as funções imputadas aos chanceleres: supervisão da atividade notarial, produção diplomática, manutenção de arquivos e de registos documentais, também a elaboração de protocolos notariais. Bem mais importante do que o domínio de uma área específica de conhecimentos parece ter sido relevante para a chamada à função o nível de conhecimentos, pois a formação dos chanceleres graduados como mestres foi muito eclética, distribuída pelos vários ramos do saber, ainda que os juristas tenham recolhido a preferência nas escolhas. Por outro lado, foi muito evidente a relação entre a chefia da chancelaria régia e a consagração como bispos dos mestres nomeados para o lugar, o que é sintomático do prestígio do cargo e da capacidade da monarquia em projetar os seus servidores para altas posições clericais.

No campo da representação político-diplomático, uma quantidade significativa de letrados foram mandatados pelos reis para os representarem em diferentes sedes e instâncias e nas causas mais diversas, na qualidade de advogados, embaixadores e procuradores, com preponderância dos últimos. Podem ser vistos rogando ao papa, suportando posições régias face a outros atores e poderes, advogando em defesa do rei em questões conexas com a casa real, fazendo apresentações a padroados régios. Dada a natureza dos encargos, há que admitir a preparação jurídica da grande maioria, mesmo quando essa preparação não encontrou explicitação visível nos documentos. No grupo de representantes da diplomacia régia couberam vários dignitários do clero e futuros bispos, reeditando as lógicas de interesse e reciprocidade entre o serviço régio e eclesiástico.

Outras funções exercidas por letrados junto do rei foram as de conselheiro régio, clérigo do rei, físico régio e capelão régio. A existência de vários homens de letras entre os conselheiros régios é significativa das preocupações da monarquia portuguesa em se rodear de uma *intelligentsia* esclarecida, capaz de auxiliar com propriedade na condução dos assuntos do reino, o que, de resto, as nomeações para a chancelaria já denotavam. Quanto à fatia considerável de mestres que recebeu a designação vaga e pouco precisa de clérigos do rei, cujo emprego apenas foi visível a partir da governação de D. Afonso III, é difícil determinar exatamente quais as seriam suas atribuições, mas deveriam ser algo genéricas e variadas. A nomenclatura usada alerta apenas para a dupla condição de eclesiásticos e servidores régios dos indivíduos em questão, mas pouco mais certifica. No âmbito do serviço privado dos reis, o maior relevo foi, contudo, para o contingente de

físicos régios. A proveniência institucional do significativo número de médicos dos monarcas foi muito variada, ao ponto de incluir cónegos, dignitários capitulares, bispos, reitores de colegiadas e servidores apostólicos. O cargo não parece ter sido desempenhado de forma exclusiva, e é interessante anotar que alguns desses físicos do rei angariaram uma preparação dupla, somando-se aos inevitáveis conhecimentos de medicina, em especial, as noções de direito. Sobre o número de mestres sinalizados como capelães régios, sendo reduzido, não foi irrelevante do ponto de vista das vantagens extraídas, já que acabaram por ser nomeados bispos, no que devem ter gozado da proteção monárquica. Houve ainda posições exercidas no âmbito do serviço régio desempenhadas por indivíduos muito escolarizados, mas sem grande expressão no conjunto, como as de tutor, testamenteiro, “cronista”, secretário pessoal e pregador régio. No que respeita ao serviço, mais amplo, da casa real, encontraram-se, por sua vez, notícias de letrados a ocuparem os cargos de capelães e abades de rainhas, e outros ainda referidos como capelães e preceptores de infantes.

De uma forma geral, o número de letrados no serviço régio subiu bastante a partir do reinado de D. Afonso III, o que foi necessariamente resultante da política consistente de aumento do nível cultural dos funcionários e servidores régios que desenvolveu, provavelmente inspirada na corte dos Capetos que lhe era familiar, a qual foi secundada por D. Dinis, que, por seu turno, teve um exemplo próximo de uma máquina administrativa bem oleada na corte de Afonso X de Leão e Castela: ambos reis cultos, detentores de sólida formação intelectual, e, por conseguinte, com a sensibilidade necessária para reconhecer a importância de um funcionalismo bem adestrado intelectualmente.

A PERSPETIVA CULTURAL

Em relação à segunda parte da pesquisa, orientada ao saber vigente e ao ambiente cultural experimentado no reino, recorreu-se, sobretudo, ao exame dos fundos bibliográficos acessíveis ao grupo mais esclarecido. Valorizou-se, neste quadro, o papel do livro, entendido como objeto polivalente: como base do saber e como condição fundamental para o acesso à cultura, mas também como o reflexo cristalizado de uma sociedade, de um grupo e dos seus valores. A esse propósito, avaliaram-se as condições

difíceis da produção e conservação dos manuscritos na época, considerando-se os fenómenos técnicos, económicos e intelectuais envolvidos; reconstituíram-se os principais circuitos codicológicos, por serem reveladores de influências culturais, na tentativa de auscultar os isolamentos, as reciprocidades e os sentidos únicos à circulação de livros; e averiguaram-se os principais núcleos bibliográficos, onde estavam manifestados os interesses intelectuais dos letrados da época. O conhecimento das preferências autorais, das obras mais consentidas nos armários e dos tópicos mais recorrentes nas grandes bibliotecas monásticas e diocesanas, como nos pequenos espólios privados, iluminou, em muito, sobre o nível cultural das elites desse tempo e sobre as suas filiações intelectuais.

Fundos bibliográficos monásticos

Os estudos de caso fizeram-se em torno de polos culturais sobejamente conhecidos, como a livraria cisterciense de Sta. Maria de Alcobaça e a homóloga regente de Sta. Cruz de Coimbra, para os quais existiam catálogos e inventários disponíveis, e que foram objeto de tratamento consistente, de natureza estatística. A investigação da cultura letrada do período foi completada pela análise de testamentos e doações, constantes dos livros de óbitos e de cartulários eclesiásticos, a partir da qual se tentou aferir a composição das livrarias particulares do período. Um corpo documental que serviu ainda para produzir uma aproximação aos conteúdos dos armários diocesanos, a partir das doações de obras feitas por clérigos, capitulares e bispos em sua intenção, perante a escassez de inventários de livrarias diocesanas, de que a única exceção é uma notícia do final do século XII relativa à sé de Viseu. Uma quase vazia que se procurou preencher com a análise de inventários bibliográficos de catedrais hispânicas vizinhas.

Em concreto, no que se refere ao conhecimento detido pelos principais núcleos monásticos, o confronto dos manuscritos mantidos nas casas regente e alcobacense permitiu evidenciar as semelhanças e as diferenças entre ambos os armários. No que os separa revelam a especificidade de cada um; lidos em conjunto, testemunham as prioridades bibliográficas monásticas, assinalam o nível intelectual das principais fundações cenobíticas do território, apontam para o tipo de ensino praticado nas escolas conventuais mais avançadas e fornecem pistas sobre a sua sintonia com as sensibilidades europeias da época.

Apesar das originalidades no modelo de difusão institucional, no modo de atuar de cada congregação e nos estilos de vida claustral adotados – um maior recolhimento dos alcobacenses de Cister, uma maior abertura ao século dos regrantes de Coimbra –, há numerosas parecenças entre as casas de Alcobaça e de Coimbra, resultando num perfil análogo, numa determinada perspectiva: ambas foram fundações monásticas, de carácter inovador, nascidas na centúria uncentista, com ligações a espaços além-pirenaicos; as duas se plantaram no ocidente peninsular, em localizações fronteiriças, perto de teatros de guerras e expostas a zonas de contactos culturais intensos; uma e outra beneficiaram de um apoio constante concedido pelos dinastas portugueses, materializável em doações, cedências, escambos e prebendas; e qualquer delas respondeu aos benefícios régios com a prestação de inúmeros serviços, políticos, administrativos, diplomáticos.

Além de tudo isso, as duas exibiram uma enorme vocação cultural. As ligações do estabelecimento crúzio e do cisterciense à cultura expressaram-se exemplarmente nas preocupações reveladas em cada estabelecimento com a manutenção e transmissão do saber, pela abertura de escolas internas, na existência de *scriptoria* próprios ativos, na frequência universitária dos seus membros e, em especial, nas bibliotecas altamente apetrechadas que foram capazes de reunir.

De forma sinóptica, comparando as livrarias dos cistercienses de Alcobaça e dos regrantes de Coimbra sobressaem algumas realidades, entretanto a floradas, e que podem ser enunciadas de forma telegráfica: um maior número de autores noticiados no armário cisterciense do que no regrante; o maior espectro temporal recoberto pelos crúzios, abrangendo toda a periodização cristã e excedendo-a, do ponto de vista da produção autoral dos manuscritos; a supremacia das obras autógrafas em relação aos escritos anónimos e às pseudoautografias, anotada nas duas fundações religiosas, porém com maior peso do anonimato no caso agostiniano; uma predominância na livraria dos monges brancos relativamente ao número de escritores contabilizados por século, apesar de alguns desvios a essa norma, registados pontualmente; o grande entusiasmo despertado pela Patrística e pelo renascimento carolíngio nas duas casas; a preferência por textos de autores do século XII em Coimbra, com contraponto no favorecimento de escritos nascidos no século seguinte em Alcobaça; a inflexibilidade cultural cisterciense, em relação às literaturas greco-latina, judaica e árabe, desafiada pelos cónegos agostinianos, aparentemente menos avessos a contactos culturais do que os bernardos.

Concentrando a atenção nos aspetos comuns, o confronto entre as livrarias monásticas enfatiza a presença mútua de vários autores nos dois escaparates. Um elenco longo, mas de grande interesse: Ambrósio de Milão, Agostinho de Hipona, Beda, Bento de Petersburgo, Bernardo de Claraval, Cassiodoro, Eusébio de Cesareia, Floro de Lião, Fulgêncio de Ruspe, Gilberto Crispino, Gregório Magno, Jerónimo, Ildefonso de Toledo, Rábano Mauro, Hugo de S. Vítor, Inocêncio III, Isidoro de Sevilha, João Cassiano, João Crisóstomo, João de Deus, Odo de Cluny, Orígenes, Papias, Pascásio Radberto, Pedro Afonso, Pedro Comestor, Pôncio de Belioco, Possídio, Radulfo de Flaix, Raimundo de Penhaforte, Remígio de Auxerre, Ricardo de S. Vítor, Rufino de Aquileia e Esmaragdo. Os elementos comuns às duas estantes perfazem um conjunto de alguma extensão, formado por 35 autores. A sua reunião comprova o esforço envidado nos dois estabelecimentos para a preservação da lição Patrística e do comentário exegético, bem como o apoio endereçado à via mística especulativa, com tonalidades moralistas, que vigorou, com particular força, no século XII. Tirando raras exceções, são todos indivíduos incontornáveis para o pensamento eclesiástico medieval. Representam um mínimo múltiplo comum da cultura cristã europeia, atravessando o tempo e o espaço da Cristandade.

A sua presença conjunta recobre uma cronologia bem longa, com início no século III e conclusão no século XIII, sem quebras de continuidade, mas com grande variabilidade ao longo das centúrias. As épocas mais bem representadas são, sem surpresa, os séculos IV, IX e XII. As centúrias de quinhentos, mil, e mil e duzentos oferecem um elenco menos numeroso de nomes, mas ainda com algum relevo. Nas restantes a comparência de indivíduos fez-se de forma muito mais discreta.

Como a cronologia, a geografia da produção dos autores partilhados é muito ampla. Recobre um espaço que vai da Península Itálica ao Próximo-Oriente, do Norte de África às ilhas britânicas. Nesta enorme superfície, tendo o mar Mediterrâneo como linha central, as áreas mais frequentadas pelos nomes invocados nas duas instituições monásticas foram a Gália, a Península Itálica, a Hispânia e a costa setentrional de África, que em linhas gerais coincide com o espaço da Cristandade latina, ou seja a zona de influência da Igreja romana. Ao contrário, as zonas mais periféricas, como a Britânia, a Germânia e a Ásia Menor, só marginalmente tiveram embaixadores creditados nas duas bibliotecas.

Verifica-se, noutro sentido, que a correspondência observada nas identidades teve uma parcial transposição nas espécies arquivadas em cada livraria rubricadas por esses autores. Dos escritos espelhados nos dois claustros merecem protagonismo pela sua qualidade intrínseca, pela fama que conheceram posteriormente ou por serem obras fundadores de paradigmas: a *História eclesiastica*, de Eusébio de Cesareia; o *De civitate Dei* de Sto. Agostinho; o *Liber dialogorum*, da autoria de Gregório Magno; os *Libri ethimologiarum* e o *Liber sententiarum*, redigidos por Isidoro de Sevilha; a *Historia scholastica*, de Pedro Comestor; o *Diadema monachorum*, de Esmaragdo; o *Eulogium sponsi et sponsae*, os *De sacramentis libri duo* e o *De virginitate Beatae Mariae*, atribuídos a Hugo de S. Vítor; o *Vocabularium* e a *Ars grammatica*, compostos por Papias, e o *Liber interpretationis hebraicorum nominum*, produzido por Jerónimo. O conjunto bibliográfico formado por estas peças dispõe de um tremendo interesse cultural e funciona como um barómetro muito afinado relativamente à literatura de referência da medievalidade, consubstanciando o verdadeiro substrato em que assentou a cultura latina medieval, e onde ressaltam os grandes traços orientadores da cultura livresca do período: o respeito pelas *auctoritates*, o recurso a fontes de doutrina e do dogma, a via do enciclopedismo como abordagem ao conhecimento, a importância cometida à espiritualidade no acesso a Deus, a ideia de uma história linear subordinada a uma economia de Salvação, a produção textual em língua latina e a importância da gramática como elemento estruturante da sintaxe, mas também do pensamento, da reflexão e do debate intelectual. De resto, a divulgação alcançada por qualquer desses textos foi enorme, devido ao mérito dos seus conteúdos e às valências pedagógicas, presentes na maioria.

Outras obras para as quais foi encontrado parentesco nas duas livrarias foram a biografia de Agostinho de Hipona, na voz de Possídio; as vidas dos Padres do deserto, tal como foram contadas por Rufino de Aquileia; e uma vida e milagre de S. Tomás de Cantuária, devido a Bento de Petersburgo, tudo escritos com ressonâncias hagiográficas. Há ainda paridade em relação ao *Dialogum contra Iudeos*, rubricado por Pedro Afonso, e à *Disputatio christiani et judei*, de Gilberto Crispino, assegurando a polémica religiosa. Igualmente com versões nos dois armários há duas exposições, uma sobre o *Levítico* e a outra sobre as *Epístolas paulinas*, saídas, por sua vez, das mãos de Radulfo de Flaix e Floro de Lião; e de um par de obras teológicas, a *De virginitate Beatae Mariae Virginis*,

de Ildefonso de Toledo, e o *Miraculum de corpore Domini*, atribuído ao mais nebuloso Pôncio de Belioco, de quem pouco se sabe.

Abandonando os traços semelhantes, para focar as diferenças nos autores e obras alojados em cada instituição, assomam algumas linhas distintivas de cada biblioteca. Sem que isso represente uma desqualificação do núcleo bibliográfico crúzio e do valor intrínseco da sua biblioteca, parece que a livraria de Alcobaça, não obstante concentrar-se num intervalo temporal um pouco mais apertado, apresenta, em relação aos escritores cristãos angariados, mais nomes, mais escritos e, de modo geral, uma maior qualidade de uns e de outros, em comparação com o armário crúzio. O fundo alcobacense é ainda mais equilibrado e consistente na forma como exprime as grandes tendências do conhecimento tardo-medieval. Com efeito, os nomes e manuscritos existentes na casa cisterciense, mesmo com faltas, supressões e omissões, cartografam com um detalhe superior ao que acontece em Sta. Cruz a cultura da baixa medievalidade, nomeadamente no quadro da tradição ducentista.

Fora da circunferência cristã, o quadro muda. Aí o polo situado à beira Mondego supera o de Alcobaça, onde o grau de refração à influência cultural muçulmana, hebraica e pagã, parece ter sido muito elevado, ou mesmo absoluto, antes do século XIV. A literatura não cristã conimbricense sugere uma porosidade dos regrantos de Sta. Cruz a culturas estranhas à matriz cristã, facilitada pela sua marcada presença urbana, numa zona de contactos civilizacionais intensos, placa giratória muito marcada pelo moçarabismo e pela presença hebraica e islâmica.

Na sua diversidade, os textos acumulados pelos membros da casa crúzia ligam-se a várias espacialidades e cronologias, exemplificam diferentes correntes culturais, exprimem preocupações literárias muito variadas e incorporam um lote valioso de autores. A geografia da produção dos textos alude a um espaço dilatado, estruturado sobre dois eixos principais: um longitudinal, formado sobre a orla mediterrânica, estendido do Próximo Oriente à Península Ibérica, incluindo o norte africano e o sul europeu; e um vertical, assente na expansão do ocidente latino, definido sobre as regiões gaulesas e itálicas, tendo o norte como ponto de fuga, compreendendo localizações germânicas e britânicas. De forma genérica, não isenta de exceções, o eixo horizontal relaciona-se com o fornecimento de obras ligadas aos anos iniciais do Cristianismo, à Antiguidade Tardia e à alta medievalidade, enquanto o perpendicular, se liga a um estágio mais adiantado da

diacronia, com raízes na alta Idade média e dominante na época baixo-medieval, responsável por obras mais tardias.

Cronologicamente, os autores mais acarinhados pelos membros do cenóbio, à semelhança do que aconteceu para Alcobaça, são os afetos à quarta, nona e décima segunda centúrias, afirmando o apego dos cónegos à tradição Patrística responsável pela clarificação teológica, em especial pela ligada ao império latino, mas também a sua sedução pelo mundo carolíngio, com o ênfase posto por este nas artes liberais, a que acresce um interesse pelas propostas de renovação espiritual e pastoral que rodearam o nascimento da ordem agostiniana.

Menos prioritárias nas estantes regrentes de Coimbra foram as obras dos primeiros séculos após o advento de Cristo, em que foi mais importante a *praxis* apostólica e a apologética do que a formulação teórico dos dogmas e dos mistérios teológicos. Situação também de pouca visibilidade foi a experimentada pelos autores situados entre os anos de 600 até 1100, exceção feita ao hiato proporcionado pelo renascimento carolíngio, agentes envolvidos no combate aos movimentos heréticos, muitos deles missionários. A baixa incidência autoral deve-se, naturalmente, em parte à pouca relevância dos pensamentos que a maioria dos indivíduos dessas épocas deixou para a história da Igreja, e, em outra parte, à parcimónia de textos legados, situações que não deixam de estar relacionadas entre si.

A ocorrência desses padrões no fundo conventual deixa perceber um respeito implícito pela tradição e pelo conhecimento da história eclesiástica que não foi impeditivo da articulação da canónica com o pensamento de vanguarda centro-europeu, particularmente com as formas por ele tomadas no século XII. A frequência universitária e a ligação aos monges de S. Vítor de Paris e a S. Rufo de Avinhão aparecem como os canais decisivos por onde foi carrilada a cultura dominante da centúria uncentista, injetando na esfera monástica dos crúzios, muito marcada pela *Bíblia*, a novidade da escolástica da primeira fase. Por seu intermédio se veiculava a cumplicidade com as sensibilidades agostiniana e platónica, se fazia o reconhecimento da Patrística como fonte de doutrina, se desenvolvia a tendência místico-especulativa, se renovavam as preocupação com o sistema das artes liberais e se pugnava por uma visão não dogmática do conhecimento, que admitia o ingresso, quase sempre mediado por eclesiásticos, de autores e conhecimentos pagãos na bibliografia das casas religiosas.

A grande proatividade dos regentes na aquisição de escritos do escolasticismo inicial contrasta com o carácter conservador da coleção em relação a textos da segunda fase do movimento. Reação ao grau elevado de racionalismo introduzido pelo novo Aristóteles ou reflexo de uma progressiva menoridade cultural da canónica, seja como for, a teologia e a filosofia do século XIII não dispõem de visibilidade aparente nos códices conimbricenses.

Quanto aos temas mais familiares aos monges de Sta. Cruz foram, sem dúvida, os relacionados com o conhecimento da *Sacra Pagina*, o que se pode medir pela elevada quantidade de textos bíblicos e de comentários escriturísticos reunidos. De modo aproximado, as hagiografias, a homilética, a teologia e a liturgia ocuparam um lugar destacado na hierarquia de interesses dos agostinianos reunidos em Sta. Cruz. Com menos títulos do que os anteriores, o direito, a medicina, a história, as artes liberais, a eclesiologia e a filosofia foram assuntos requisitados pelos monges, alguns dos quais muito prezados na congregação. No caso das ciências jurídicas e médicas, notícias alheias ao catálogo apontam para uma densidade muito superior de volumes à sugerida por ele. Por sua vez, a história configura um caso de estudo no universo crúzio, dado o entusiasmo envolvido na produção própria de textos desse teor pelos regentes conimbricenses. E, sobre as artes liberais, é iniludível o interesse da comunidade, de tal forma que não hesitaram em transplantar para o seu sistema de ensino os saberes do trívio e do quadrívio, de acordo com a visão vitorina.

Uma idiossincrasia de Sta. Cruz de Coimbra, talvez uma das suas principais marcas, é a multiculturalidade que a distingue. É lícito afirmar, face às evidências proporcionadas pelo inventário e por alguma documentação a ele alheia, que a cultura árabe, assim como a judaica e a pagã, eram conhecidas na instituição, a despeito de subsistirem dúvidas quanto à efetiva preponderância de cada um desses legados no núcleo codicológico.

Mesmo espúria, a presença de literatura pagã, sem chegar a sugerir um pendor classicista do convento, certifica o reconhecimento por parte dos membros da canónica do valor instrumental possuído pela sabedoria pré-cristã, com base na premissa de que o saber clássico conluiado com as escrituras permitia chegar à verdade divina e ao sentido sagrado da revelação, na linha do postulado pela escola de S. Vítor e admitido pela via escolástica. Parece também muito claro que os membros do núcleo conimbricense admitiam a validade da experiência científica, acima de tudo médica, detida pelos árabes

e pelos moçárabes. E a conservação de trabalhos redigidos em hebraico no fundo, por seu turno, mostra alguma abertura ao mundo do judaísmo.

A presença de autores e obras dessas confissões na livraria não foi de modo a comprometer a ortodoxia crúzia em matéria religiosa, estabelecida com suficiência de múltiplas formas, nem sinaliza aproximações ecuménicas, difíceis de conceber à luz da época. É antes um sinal de flexibilidade em matéria cultural e o resultado de um grande pragmatismo na vontade de aceder ao conhecimento, indissociável da exposição dos regantes a lógicas de sociabilidade e convivência que se plasmavam, então, no espaço escolhido para a sua fixação. Mas, a rede de contactos culturais não dispôs da força suficiente para gerar na Coimbra moçárabe da época um movimento de preservação alargado das tradições culturais que na cidade se manifestavam, ou para criar verdadeiras escolas de tradução, como as encontradas em outros espaços peninsulares, designadamente Toledo e Aragão. É interessante notar que nestes espaços as traduções ocorreram em ambientes não monásticos e não catedralícios, encomendadas por elementos seculares ligados a casas régias e a paços nobiliárquicos, ainda que alguns dos agentes incumbidos das tarefas de tradução pudessem ser clérigos.

Fundos bibliográficos diocesanos

A par das grandes livrarias monásticas, as catedrais também mantiveram livrarias nos seus tesouros, essenciais para o estudo da doutrina, para a condução dos ofícios e dos sacerdócios, para registo das normas de disciplina interna, para assegurar a formação dos frequentadores das escolas anexas, etc. A falta de arrolamentos sistemáticos de manuscritos das sés implantadas no território português para o período em apreço, a que só escapou a sé de Viseu, impediu o apuramento sobre a quantidade e qualidade do recheio de cada uma das livrarias. A forma encontrada para preencher parte desse vazio foi observar as remessas de manuscritos enviados pelo clero catedralício para as dioceses, a partir do olhar lançado aos seus testamentos, com todas as fragilidades daí decorrentes: por um lado, a imagem obtida das bibliotecas do clero secular constituir-se apenas como parcelar, já que não permitiu perceber as iniciativas das próprias sés em termos da compra de manuscritos; e, por outro lado, porque as obras enviadas, se é certo que refletiram o interesse dos doadores, não é seguro terem refletido o interesse das instituições

favorecidas, embora seja aceitável presumir que, na maior parte das ocasiões, esse interesse seria levado em linha de conta.

No caso da sé de Viseu, a única do reino para a qual se obteve um inventário completo de textos, fixado em 1188, a imagem projetada, do ponto de vista da dimensão do armário capitular, mostrou um elenco constituído por pouco mais de duas dezenas de manuscritos, distribuídos por cerca de três dezenas de códices. Na convicção de que a sé viseense não se contaria entre as dioceses do reino mais atuantes na perspetiva cultural, e atendendo a que se estava apenas no final do século XII, é de supor que dioceses muito mais comprometidas intelectualmente e com mais letrados no corpo capitular, como Braga, Coimbra e Lisboa, ou mesmo o Porto, teriam para igual período e para o século seguinte estantes melhor apetrechadas, porventura aproximando-se em quantidade do números de manuscritos contabilizados nas dioceses hispânicas vizinhas e nas principais livrarias monásticas do território.

Na perspetiva dos temas arrolados sobressai a grande incidência das obras litúrgicas, que dominaram claramente o conjunto dos livros de mão da sé de Viseu. Seguiram-se, todas residuais, peças de direito, de hagiografia e de teologia, às quais há que juntar um costumeiro e dois exemplares da *Bíblia*. Os poucos nomes de autores que se puderam apurar no inventário foram os de Gregório Magno, Pedro Lombardo e Graciano. Por sinal, nomes resultantes de conjecturas pouco seguras, visto que a atribuição autoral decorreu dos títulos dos textos e não de explicitações de autoria. Mas esses nomes adquirem sentido quando cotejados com os visíveis nos armários das sés peninsulares de Leão e Castela, onde obras daqueles autores surgiram como presenças recorrentes.

O que mais surpreendeu foi a pouca vocação da igreja viseense para o direito indiciada pelas obras, algo que o interesse suscitado pelas matérias jurídicas no período, as doações do clero catedralício português e as listas de manuscritos das sés de Burgos-Osma, Zamora e Salamanca parecem contradizer. A teologia pareceu também estar bastante subdimensionada face ao que seria o quadro das exigências de formação de um clero catedralício. Assim como resulta estranha a absoluta ausência de literatura homilética nessa sé portuguesa. A pouca atenção cometida à hagiografia é mais compreensível num panorama bibliográfico com essas características.

O desconhecimento que grassa sobre as restantes livrarias diocesanas portuguesas, impedindo uma reconstituição mais efetiva da literatura capitular, fez com que o

apuramento de doações clericais às sés por particulares se mostrasse um expediente interessante para colmatar essas sérias lacunas.

Esses envios de manuscritos para os armários catedralícios tomaram, numas vezes, a forma de entregas individuais, e em outras circunstâncias, a forma de lotes, tanto se distinguindo peças claramente identificadas, como outras descritas apenas genericamente. Neste contexto, cabe referir que a receção das obras legadas pelos clérigos catedralícios às sés nem sempre foi imediata. Com efeito, em algumas ocasiões, as cláusulas dos beneficiantes previram entregas diferidas, por períodos que podiam ser muito duradouros, por vezes arrastando-se por uma ou mais gerações. Tais demoras foram motivadas, em geral, por cedências de livros, em regime de usufruto, a familiares ou clientes, quase sempre determinadas por motivos de estudo. Noutra perspetiva, os testamentos tornam identificável a prática de empréstimos bibliográficos entre as sés e respetivos religiosos. Um facto que sinaliza as dificuldades da compra de manuscritos por particulares, dados os preços alcançados, em algumas ocasiões pouco menos que proibitivos.

Verifica-se que a maior parte dos testamentos em que se endossaram livros a catedrais foram ditados por clérigos pertencentes às dioceses de Coimbra, Braga e Porto, só depois aparecendo a fazer doações religiosos vinculados a Évora, Guarda, Silves e Viseu. Quanto aos clérigos de Lamego e de Lisboa não foram vistos a fazer cedências bibliográficas a dioceses.

Considerando as funções exercidas, a maior parte das obras atribuídas às sés foram pertença de bispos, dignitários capitulares e cónegos, por ordem decrescente de cedências, com prevalência dos prelados sobre os restantes religiosos. Dado assinalável, pelo seu grande interesse, foi a relação praticamente linear entre as origens clericais dos religiosos e o destino institucional das obras. Ou seja, por norma, os doadores tenderam a favorecer as casas em que prestaram serviço ou em que professaram obediência, o que é sintomático de laços institucionais bem forjados. Mudando o ângulo de visão, na perspetiva da receção das obras, as sés mais visadas com livros foram Braga, Porto, Coimbra, Évora, Lamego, Silves e Viseu.

Por outro lado, ainda segundo os testamentos, nem a sé de Lisboa nem a homóloga egitaniense rececionaram manuscritos. Nesta hierarquia, é particularmente desconcertante o esquecimento votado à diocese de Lisboa, mas que acaba por ser explicável pelo reduzido número de testamentos associáveis a clérigos dessa sé. De resto,

tudo bastante consistente com o panorama geográfico-cultural dos letrados que se vem traçando, observando-se as posições cimeiras ocupadas pelas sés de Braga e de Coimbra.

Atendendo aos tipos de obras, os livros direcionados pelo clero das catedrais para as sés foram maioritariamente de conteúdo jurídico, com contingentes importantes relacionados com o direito romano e canónico. Ainda que a grande distância dos anteriores, foram mobilizadas para as dioceses muitas peças litúrgicas, com particular destaque para os saltérios. As raras exceções a tais regras limitaram-se a uma *Bíblia* e a alguns livros mantidos pelos cabidos para controlo administrativo e patrimonial, nomeadamente obituários, ou espécies análogas. Desse modo, ficaram de fora muitos tópicos e assuntos, que seria razoável, ou mesmo obrigatório, constarem dos armários catedralícios, designadamente: livros sobre doutrina católica, comentários às escrituras, sermonários, hagiografias, tratados de medicina, obras de eclesiologia, etc.

Nesta matéria, a observação das estantes das catedrais castelhano-leonesas do mesmo período revelou dados importantes, que podem contribuir para preencher lacunas reconhecidas, aceitando-se o pressuposto de alguma simetria nos comportamentos e nas rotinas de aquisição de manuscritos, com base na vizinhança geográfica e no modelo eclesiástico vigente. Ou seja, usando fazendo uso de metodologias comparativas pode-se tentar deduzir o perfil das livrarias catedralícias do reino, com base em dados que se presumem ser análogos.

Assim, as livrarias mantidas nas sés de Burgos-Osma, Segóvia, Leão, Salamanca e Zamora, usadas enquanto espelho refletor de um dado paradigma bibliográfico vigente no ocidente peninsular, sugerem que na composição dos armários das catedrais portuguesas deveriam caber, numa primeira linha de interesses, obras teológicas, litúrgicas e jurídicas – por serem as que diziam respeito às principais funções diocesanas: conhecer e difundir a doutrina, officiar os ritos e administrar as paróquias sob sua jurisdição; e, numa segunda linha de prioridades, peças das *Sagradas Escrituras*, sermões e textos ligados com as disciplinas das artes liberais – devido ao reduzido número dos primeiros, ao carácter propedêutico das últimas, sendo menos explicável o relativo apagamento dos sermões, por serem necessários à edificação dos fiéis. Uma sequência que poderá ter variado de diocese para diocese, mas que teoricamente admitiria poucas oscilações a esta hierarquia. Esses assuntos correspondem, nesta perspetiva, ao que se poderá designar como a literatura de base das dioceses.

A esse cânone é de crer que seriam acrescentadas, com frequência, obras de medicina e de teor hagiográfico. Mais raros, ligados sobretudo a catedrais de maior dimensão, seriam os escritos historiográficos e os tratados de filosofia. Continuando a fazer fé nos exemplos hispânicos, e na falta de informações reinante sobre os livros de mão das dioceses portuguesas, os contingentes bibliográficos das livrarias catedralícias poderão ter variado bastante, sendo de considerar como aceitáveis números que poderão ter variado entre as escassas dezenas de exemplares, para as pequenas dioceses, e as largas dezenas, porventura ultrapassando a centenas de livros, nos casos das dioceses de maior relevância na política cultural do reino.

Fundos bibliográficos particulares

Considerando a posse particular de livros, é pouco verosímil para o período em causa a existência de bibliotecas privadas por parte de laicos, a não ser como fenómeno accidental e pouco expressivo, pelo menos até ao dealbar do século XIV, numa época já marginal à cronologia. Por outro lado, pouco ou nada se sabe sobre as rotinas de aquisição de manuscritos por parte de membros do clero regular, em grande medida porque nas congregações monásticas, eventualmente com a exceção dos cónegos regulares de Sto. Agostinho, a prática genérica parece ter apontado para tornar a propriedade coletiva, do que resulta pouco admissível a elaboração de livrarias privadas por membros do clero regular, pois a norma seria no sentido de favorecer o uso comunitário das obras. Neste cenário, de onde se excluem a quase totalidade dos laicos e parte substantiva dos elementos das comunidades monásticas, a posse de obras parece reduzir-se, na prática, aos elementos pertencentes ao clero catedralício, e, porventura, às comunidades agostinianas, e, dentro destes dois segmentos, a um núcleo relativamente restrito, de que os letrados seriam uma parcela importante.

De novo, aqui, os testamentos apareceram como documentos de interesse indiscutível para extrair ilações sobre os hábitos de aquisição e transmissão de manuscritos e para a deteção dos interesses intelectuais dominantes, não obstante os óbices em relação à quantificação exata dos volumes, nem sempre possível de fazer, e relativamente à identificação dos textos e autores, nem sempre nomeados ou passíveis de certificação. Por se usar na reconstituição das livrarias particulares a mesma base documental utilizada para recompor parcialmente as livrarias diocesanas, ainda que

mudando o ponto de vista adotado, houve alguma convergência nas conclusões, com as orientações bibliográficas dos mestres doadores de manuscritos a dioceses a não se afastarem demasiado das orientações bibliográficas do clero catedralício, tomado no seu todo. Um dado que não é redundante, mas sobretudo revelador, ao exprimir uma tendência clara ao nível do reino por parte do clérigo diocesano, no que se refere a lógicas de aquisição e transmissão de manuscritos.

Atendendo às características da documentação, não causou surpresa que a maior parte das obras recenseadas tenham sido doadas, grupo a que se juntam raras devoluções e algumas referências avulsas. Conferiram-se, por outro lado, doações patrimoniais destinadas expressamente à compra futura de obras, acompanhadas, por vezes, por cláusulas explicitando a natureza das compras e o destino final dos manuscritos.

Do ponto de vista dos vínculos eclesiásticos, os maiores proprietários de obras foram os clérigos da arquidiocese de Braga, seguidos à distância pelos da sé de Coimbra, sucedendo-se ao clero portuense, por sua vez a alguma distância dos anteriores. Cava-se, depois, um largo fosso, para os capitulares de Viseu, Guarda, Évora e Silves, que apareceram como titulares de poucas obras, sendo que nenhum membro dos cabidos de Lamego e de Lisboa foi identificado na posse de livros – uma incógnita mais difícil de levantar no caso dos religiosos lisboetas, cuja exposição cultural parece ter sido evidente, mas que é compreensível atendendo à exiguidade de testamentos recolhidos de clérigos vinculados à catedral.

Numa perspetiva puramente funcional, uma grande parte dos religiosos que apareceram como proprietários de manuscritos foram cónegos, o que se explica, de certa forma, em função do número de canonicatos no interior das estruturas capitulares quando comparados com as dignidades capitulares. A posse de livros na mão de cónegos é, no entanto, um facto esclarecedor acerca do nível da formação dos cabidos a que pertenciam, mesmo que, por vezes, a extensão das suas livrarias fosse muito reduzida, ou não ultrapassasse um único volume. Alguns desses cónegos acabaram por atingir, mais tarde, posições de maior destaque no corpo capitular, um facto que não se deve desligar das preocupações culturais de que os seus livros dão nota. Na prática, em números absolutos, os grandes proprietários de manuscritos foram bispos, por serem vários os contabilizados, e por reunirem coleções, por regra, bastante generosas. Abaixo dos prelados, e entre os dignitários, notou-se um ligeiro ascendente dos chantres como titulares de manuscritos, por certo devido à necessidade de se rodearem de livros litúrgicos, seguidos pelos deães,

e, logo depois, por arcediagos e mestres-escola. Acerca destes últimos, mesmo admitindo que os textos didáticos utilizados para a formação dos alunos das escolas diocesanas pudessem pertencer ao cabido, não deixou de provocar estranheza a pouca disponibilidade observada para a acumulação bibliográfica.

Constatou-se que uma parte significativa dos proprietários de códices teve contatos com formação avançada, como se depreende dos títulos magistrais exibidos por alguns indivíduos outorgantes dos testamentos, ou em outra documentação, e como o sugeriram vários outros indícios.

Na perspectiva cronológica, a incidência de textos e códices rastreados nos testamentos particulares de eclesiásticos foi baixa para o início da cronologia, crescendo gradualmente até ao século seguinte. Sendo impossível estabelecer com exatidão as datas de aquisição dos livros, para o que não há registos, não deixa de ser uma tendência reveladora de um crescente interesse pela aquisição bibliográfica, absolutamente compaginável com os sinais do tempo.

Do ponto de vista dos assuntos que mais cativaram a atenção dos capitulares, distinguiu-se a enorme preferência conferida à literatura jurídica, que superou largamente a restante, por razões que estão longe de serem inéditas e se podem resumir a uma profunda mutação e complexificação do tecido social. De resto, observaram-se nos armários e arcas privadas numerosos exemplares dos dois corpos do direito – canónico e romano –, com destaque para o *Decreto*, de Graciano, para as *Decretais*, de Gregório IX e para o *Código*, de Justiniano. Muito longe de rivalizarem na atenção dos religiosos com os livros jurídicos, mas ainda assim, bastante presentes nas estantes particulares, estiveram várias peças litúrgicas, usadas em ofícios e sacramentos, nomeadamente saltérios, breviários, dominicais, santorais, epistolários, evangeliários, lecionários, missais e antifonários, peças que, por seu lado, abundaram também nas livrarias monásticas.

Ao contrário, escassearam as alusões a textos de medicina, de teologia e de artes liberais, os principais eixos do saber do tempo, a par do direito. As espécies de teologia sendo pouco numerosas foram, no entanto, de grande qualidade, ao mesmo tempo que ecoaram os hábitos europeus do tempo. Com efeito, o *Livro das Sentenças*, de Pedro Lombardo, a *Cidade de Deus*, de Sto. Agostinho, e a *Suma Teológica*, de Alberto Magno, que se podem divisar, mostraram contatos clericais com obras fundamentais do pensamento cristão, a primeira das quais foi usada como manual universitário de teologia durante um largo período. O enorme afluxo de obras de direito e a parcimónia dos livros

de doutrina achados nas livrarias privadas dos clérigos concordam, enquanto tendência, com as preferências anotadas em relação aos campos de estudo mais frequentados pelo clero catedralício.

Por seu turno, a rarefação de obras de medicina para que remeteu a leitura de testamentos talvez tenha sido mais aparente do que efetiva, pois não foi fácil descortinar a quantidade ou qualidade dos livros transmitidos nos testamentos, uma vez que a maior parte foram referidos por lote e não estavam identificados. Nesse particular, apenas se pode dar como segura a concentração desse tipo de obras em poucas mãos. Em todo o caso, doações de outra espécie sugeriram um peso maior da medicina no âmbito das livrarias privadas dos clérigos das sés do que a inferida da simples leitura dos testamentos. Como sucedeu com a medicina, também é grande a tentação para falar numa eventual sub-representação das artes liberais, não obstante o número bastante espúrio de obras assim classificáveis encontradas nos armários particulares dos religiosos. Conhecendo-se a importância das artes liberais, até em função do seu uso contextual na docência, talvez se deva reconhecer uma subvalorização da quantidade de obras do género, mesmo que a insistência nos saltérios, dadas as propriedades pedagógicas que lhes são reconhecidas, possa ter contribuído para sanar necessidades docentes mais básicas.

A hagiografia foi outro assunto considerado pelo clero catedralício do tempo, mas com pouco procura, tendo em atenção a sua representatividade nos atos de doação. Constituiu, no entanto, singularidade digna de nota a atenção concedida ao hispânico S. Rosendo, que parece ter tido um culto muito implantado no período em terras portuguesas. Há ainda a constatação sobre o número muito reduzido de obras eclesiásticas propriamente ditas que afloraram às bibliotecas privadas do clero, ou seja, de livros do cânone bíblico, formado pelo *Antigo Testamento* e pelo *Novo Testamento*. É de assumir que o seu uso teria sobretudo uma dimensão institucional e que tais peças, pela sua importância simbólica, estariam preferencialmente à guarda dos tesouros das sés. De facto, antes do humanismo renascentista, não parece evidente que a leitura da *Bíblia* ocorresse em ambientes privados, com a óbvia exceção dos teólogos e dos especialistas em direito canónico, reservando-se essa atividade para momentos solenes e de culto. Por outro lado, causou admiração a presença nesse contexto de dois regimentos urbanos: uma carta de foro e um regimento propriamente dito. Tudo o resto, são obras indiscerníveis,

pois as designações genéricas que as assistem não permitem qualquer inferência sobre os respetivos conteúdos e autores.

Mudando o foco, verificou-se que os proprietários particulares de livros optaram genericamente pela transmissão simples de obras, embora se tenham registado doações acompanhadas por cláusulas envolvendo a sua alienação. Uma alienação fundada em várias razões, das quais a mais importante neste contexto terá passado pela venda de livros destinada à compra de outros livros, de tipologia diferente, na sequência de uma avaliação prévia por parte do doador dos interesses específicos das instituições beneficiadas. Neste particular, sobressaiu a tendência de venda de peças de direito para financiar a aquisição de textos litúrgicos, fosse ela motivada por excesso de obras jurídicas nos armários de destino ou, inversamente, pela escassez neles de literatura de cariz ritual.

O alto valor dos livros, decorrente da sua raridade, das matérias-primas envolvidas na sua confeção, dos custos de produção associados, da árdua e demorada tarefa que representava a sua redação por um corpo de indivíduos com alto grau de especialização, mais o valor intelectual que incorporavam, a que se juntava uma relativa facilidade para a sua conversão em liquidez, concorreram para que, em várias situações, fossem prescritas vendas como meios de financiar despesas correntes ou extraordinárias, aparecendo como mais significativas entre estas as execuções testamentárias, o pagamento de exéquias, a comemoração de aniversários, o financiamento de sufrágios, a quitação de dívidas, a aquisições de propriedades, a compra de alfaías litúrgicas e o patrocínio à formação de clientes, familiares ou favoritos.

Ainda no tocante aos manuscritos detidos por capitulares, os alvos das doações distribuíram-se entre particulares e instituições, com um amplo favorecimento das segundas sobre as primeiras. Nas doações institucionais beneficiaram-se em especial as dioceses, regra geral, aquelas a que estavam ligados os doadores, com preponderância para as sés de Braga, Porto, Coimbra e Évora. De forma recorrente, também igrejas e mosteiros foram visados com livros. No que tocou a ofertas de manuscritos a particulares, o costume foi quase universalmente no sentido de presentear indivíduos do sexo masculino, religiosos na sua esmagadora maioria, muitos dos quais familiares dos benfeitores. Mas também as suas clientelas foram, com frequência, abonadas com manuscritos. Seja como for, os vínculos eclesiásticos subordinavam todos os outros critérios de doação, pondo em evidência a endogamia do sistema, ou seja, a capacidade

eclesiástica de reter bens para seu controlo e benefício, no caso manuscritos, dentro de um fenómeno bem mais lato, e que admite muitas outras extrapolações.

Em alguns dos atos de últimas vontades foram ainda assinaladas verbas destinadas ao financiamento de livros, curiosamente nem sempre legadas por proprietários de manuscritos. Variando em valor, essas disposições oscilaram entre desejos imperativos, com discriminação dos beneficiários e das obras em causa, e indicações facultativas, de carácter bem mais discricionário. Mas, no geral, os doadores tenderam a ser firmes na manifestação das opções de compra dos manuscritos, declarando-as expressamente. Sob outra perspetiva, e em espelho com o observado acerca da doação de manuscritos, o financiamento à compra também refletiu uma preferência pelo favorecimento de instituições em detrimento de particulares, com a curiosidade deste custeio de livros atender mais às necessidades de pequenas casas religiosas do que às das grandes sés. No respeitante aos particulares, o cenário não sofreu grandes alterações: os legatários foram homens, clérigos, consanguíneos, e com interesse em prosseguir estudos.

Sem se poderem considerar parte das livrarias constituídas pelo clero catedralício, por não constituírem propriedade sua, os testamentos aludiram, ocasionalmente, a algumas obras, que, pertenceram às livrarias das sés, e que caem genericamente dentro do que se costuma designar por livros capitulares da família dos obituários e aniversários, acrescidos por alguma literatura litúrgica.

Na ótica dos empréstimos e do usufruto de manuscritos, ambas as práticas foram sancionadas pela documentação. Tanto uns como o outro foram, por vezes, acompanhados por cauções, algumas das quais pesadas, pretendendo-se evitar a alienação patrimonial. A cedência definitiva de obras emprestadas parece ter ocorrido, mas a norma deve ter favorecido a sua restituição ao mutuador. O usufruto de manuscritos, por vezes estendido por várias gerações, foi uma solução mais corrente do que o empréstimo, atendendo à proporção de casos sinalizados. Genericamente, as obras cedidas sob este regime destinaram-se ao ensino dos usufrutuários, consistiram em tratados jurídicos e eram pertença do alto clero. No outro lado do contrato, estiveram sobretudo consanguíneos dos beneficiários, certamente clérigos na sua maioria. Uma vez findas as condições do usufruto, os manuscritos eram incorporados em estabelecimentos eclesiásticos, com precedência das sés sobre os demais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É chegado, portanto, o momento inevitável de balanço; e, nessa medida, é a altura ideal para recuperar a agenda da investigação, tal como foi enunciada nas linhas de abertura da introdução: “esboçar um quadro da cultura letrada portuguesa dos séculos XII e XIII”. Um plano de intenções orientado segundo dois vetores, também eles muito claros, quase autoexplicativos na sua simplicidade enunciativa, ainda que as fórmulas encontradas não escamoteiem a grande complexidade envolvida na sua execução: por um lado, fazer “a caracterização do saber disponível”, desse modo contribuindo para a história da cultura e das mentalidades; e, por outro lado, fazer a “identificação dos seus principais agentes”, numa abordagem subsidiária da sociologia da cultura.

Parece evidente que o esforço se revelou produtivo, e que foram alcançados resultados interessantes num como noutro apartado. No que se refere aos agentes culturais, graças ao estudo prosopográfico desenvolvido, que se evidencia como um dos contributos mais significativos do trabalho empreendido, foi possível consolidar um largo corpo de indivíduos com ligações ao reino português que, na sua matriz, eram possuidores de uma formação avançada, isso significando contatos com estudos superiores, exposição a um saber de contornos eminentemente livrescos e familiarizados com metodologias inovadoras e avançadas ao nível da reflexão e das operações intelectuais, em especial com a escolástica e com o método quodlibético. Indivíduos que com segurança, ou pelo menos, com grande probabilidade, cumpriram esses requisitos – letrados como se convencionou chamar-lhes ao longo da investigação, devido à intimidade que revelaram com a palavra lida e escrita –, reuniram-se 416, número muito apreciável para a época, o que mostra, desde logo, a existência de circuitos muito ativos entre o reino e os principais polos culturais situados no seu exterior, onde se localizavam então os emergentes *studia generalia*.

Pela exibição na documentação do grau de mestre ou de doutor, que servia para certificar a capacidade docente dos titulares, aferida pela posse da *licentia ubique docendi* outorgada nos poucos estudos capacitados para o efeito, foi possível proceder ao recenseamento desses indivíduos, e passar daí à sua caracterização, com base num conjunto de variáveis ligadas com identificações individuais, elementos patrimoniais, articulações de redes de solidariedade, natureza dos saberes adquiridos e trajetórias de

carreira. Graças a esse método, alavancado pela consulta de fundos documentais, fontes publicadas, estudos monográficos e bases de dados aclimatadas em projetos, reuniram-se numerosas informações – permitindo precisar aspetos biográficos, acrescentar novos dados, eliminar certas ambiguidades, estabelecer com maior rigor algumas identidades. Dados que, no entanto, se revelaram de quantidade e valor muito desequilibrados: abundantes, para alguns indivíduos, muito esparsos para outros.

Em resultado do uso do método, mas sobretudo da própria natureza dos letrados, o retrato ideal procurado do homem de letras saiu não uno, mas compósito e fragmentário. Ou seja: o letrado atuante no reino português ao longo dos séculos XII e XIII não foi um tipo bacteriologicamente puro; e essa é uma conclusão absolutamente decisiva para a compreensão da intelectualidade do período. Partindo de um denominador comum, a entrada em ordens sacerdotais, a que apenas parecem escapar raríssimos casos, que nesse sentido valem mais como paradoxos do que como paradigmas, de imediato começam a emergir subtis cambiantes, diferenciações pontuais, *fácies* diversos, os quais, deslocando o olhar e radiografando de longe, rapidamente evoluem para perfis diferenciados, unidos por vezes apenas por pouco mais do que argamassa eclesiástica, pois, sublinhe-se uma vez mais, quase todos eram clérigos: monges, nalguns casos; capitulares, em outros; beneficiários em paróquias, ainda em outros.

Mas a natureza clerical desses indivíduos – não por acaso, o termo clérigo na época equivaleu a indivíduo com estudos; e o termo leigo evoluiu a partir da expressão *laicus*, usada para designar inicialmente os analfabetos – não foi o único ponto em que o grupo coincidiu. Desprezando de novo alguns casos marginais, exatamente por serem espúrios, há que sublinhar a concordância espacial do grupo. De facto, há uma geografia dos letrados que se desprende do conjunto, e que é indubitavelmente a geografia das grandes cidades do reino do período: Braga, o centro da religiosidade, onde estava instalado o arcebispo primaz, e em torno do qual se estruturou a Igreja local; Coimbra, durante muito tempo o grande centro político, escolhido pelo primeiro rei como polo aglutinador de interesses muitas vezes discordantes, e que também sempre desempenhou um papel importante em termos culturais, muito por causa da sua localização geopolítica, na encruzilhada entre os mundos árabe e cristão; e Lisboa, a grande cidade do reino, a mais povoada, o centro por excelência das trocas e do comércio, em torno da qual de forma paulatina se começou a arquitetar um projeto político de construção de uma capitalidade. Mais tardiamente, e com menor expressão, Évora e Porto começaram a

ganhar preponderância nessa malha urbana, e, mais uma vez, os letrados responderam ao despontar dessas novas centralidades com a sua presença.

Foi, portanto, sobre as cidades, e não sobre as áreas rurais, que esses homens operaram: muitas vezes nasceram nelas, ligados a famílias poderosas da nobreza alta ou intermédia, que aí estabeleceram paços, ou a oligarquias urbanas, que despontavam, ou ainda, embora muito mais incidentalmente, a famílias humildes que aí acorreram em busca de oportunidades; foi também nessas cidades que mestres e doutores escolheram habitar, como se percebe da localização de muitos dos prédios urbanos encontrados na sua posse, mesmo que uma parcela dos seus rendimentos fosse proveniente de unidades agrárias situadas em franjas periurbanas ou fora dos perímetros urbanos, em cuja posse entraram frequentemente por herança, ou através de operações de aquisição, fruto do seu poder económico; foi ainda nessa constelação urbana que os homens de letras exerceram as suas funções eclesiásticas, já que eram esses os espaços por excelência das dioceses, como foram os lugares escolhidos pelas principais comunidades de cónegos regulares portugueses para se fixarem, por sua vez, coincidentes com os pontos para onde rapidamente convergiram as comunidades mendicantes de franciscanos e dominicanos, depois de algumas breves experiências iniciais de vida eremítica; foi, por outro lado, nessas mesmas cidades que esses homens exerceram o seu múnus, conduziram as liturgias, administraram sacramentos, desenvolveram estratégias de pregação orientadas à conversão de fiéis e à direção espiritual dos seus rebanhos; foi ainda nessas principais cidades que muitos letrados encontraram a morte e foram sepultados; e foi, finalmente, em torno desses núcleos que os primeiros reis portugueses organizaram os seus périclos, e se estabeleceram, em pausas mais ou menos demoradas, acompanhados pelas respetivas cortes, onde pontificaram vários letrados chamados ao serviço régio, pois eram essenciais para a lavra dos documentos, para a organização da chancelaria, para aconselhar o rei, para produzir legislação, para gerir a fazenda; tudo isso antes das itinerâncias abrandarem, e os reis se estabelecerem definitivamente. De novo, numa grande cidade: Lisboa, no caso.

De resto, só na cidade e em espaços densamente povoados o grupo de letrados podia gozar plenamente do seu estatuto socioeconómico: ver e ser visto, mostrar a sua sumptuosidade, exercer influências, hiperbolizar comportamentos; e, desse modo, marcar uma distinção de prestígio e de estatuto, no que terá sido um cunho distintivo do grupo, e de que poucos terão abdicado, pelo menos entre o contingente de mestres com ligações ao

clero secular. Era nesses espaços urbanos que os letrados podiam adquirir produtos essenciais, mas também os bens de luxo reclamados por muitos deles, nomeadamente joias, peças de mobiliário, paramentos e outros panos, para responder às cada vez maiores exigências de conforto e comodidade que marcaram a época. Era também aí que se fabricava e comerciava o livro, objeto multifuncional, indispensável para sustentar as cada vez mais numerosas funções a que os letrados eram chamados a responder: servir a igreja, refletir sobre a doutrina, officiar ritos, aprender e ensinar, arbitrar conflitos, pugnar em litígios legais, zelar pela aplicação da justiça apostólica, e, como se viu, servir o rei, concedendo o seu *auxilium* e *consilium*, o que incluía cuidar da sua saúde e de membros da sua casa, organizar registos, exarar e validar diplomas, servir como burocratas na administração pública, opinar em matérias de soberania.

A capacidade económica do grupo foi um dos traços comuns aos seus elementos, ainda que tenha variado bastante o nível de riqueza individual, fortemente dependente das origens familiares e dos lugares e funções ocupados na estrutura eclesiástica. Excluem-se naturalmente os mendicantes, cuja fórmula organizativa prescrevia a posse comunitária dos bens. Mas genericamente é possível estabelecer como sólida, e em variadas circunstâncias até como muito vantajosa, a situação financeira da maior parte do grupo. Na prática, a riqueza constituída era o somatório de prédios urbanos e rústicos, herdados ou adquiridos, e da exploração que deles era feita; da quantidade de objetos preciosos detidos; e menos da acumulação monetária, para o que parecem ter tido pouca predisposição; mas, sobretudo um produto direto das suas prebendas, o que permite falar numa verdadeira economia de benefícios para a época, no que respeita aos homens de letras, mas que não era um exclusivo seu, antes uma realidade clerical. Com efeito, os benefícios eclesiásticos configuravam um bem tão raro quanto precioso: eram perseguidos, adquiridos, transacionados, acumulados, e neles assentou grande parte da riqueza dos letrados, e a sua influência.

As redes de solidariedade montadas, essencialmente na forma de parentelas e clientelas, eram ativadas na perseguição desses múltiplos benefícios com o fim de melhorar a condição dos elementos protegidos, e dessa forma, por extensão, melhorar as condições do grupo e sedimentar as suas posições estratégicas à luz dos alinhamentos de poder estabelecidos e em perseguição das suas próprias agendas. A procura por prebendas canónicas, dignidades capitulares, reitorados e priorados era, pois fundamental, tanto na perspetiva dos grupos como dos indivíduos, afigurando-se a sua posse decisiva para a

constituição de fortunas pessoais; ao mesmo tempo que era essencial do ponto de vista da gestão individual das carreiras, realidades quase sempre entrelaçadas, senão absolutamente inextrincáveis. Só assim se compreende a grande mobilização dos letrados em torno de posições em canônicas, dioceses, paróquias e colegiadas. Nesse contexto, a formação de que dispunham foi necessariamente um argumento muito importante para facilitar o acesso a lugares eclesiásticos de destaque e a progressão nas carreiras, em especial se combinada com o apoio de redes bem estruturadas e consolidadas, o que colocava os homens de letras em situação privilegiada face a eventuais concorrentes, em virtude de somarem às proteções e solidariedades grupais as mais-valias pessoais. Uma combinação virtuosa que explica, em grande parte, a entrada em múltiplos benefícios dos homens de letras e o desenvolvimento bem-sucedido de percursos ao longo do *cursus honorum* eclesiástico, sendo vários os casos de mestres e doutores que alcançaram cátedras episcopais e priorados nas mais importantes casas religiosas.

A formação, de resto, aparece como um fator grandemente diferenciador no interior do grupo, talvez o mais significativo ao lado das observâncias eclesiásticas, e em certa medida, não desligável destas, contribuindo para a tal fragmentaridade e polimorfismo do retrato dos letrados. A escolha das matérias de estudo parece ter sido uma função onde a variável mais importante terá sido as condições de partida dos escolares, em termos da sua observância eclesiástica. O mesmo é dizer que os interesses das instituições se impunham aos interesses individuais, desde logo por serem frequentemente essas instituições a providenciarem os primeiros estudos e, depois, por serem elas próprias a subsidiarem os custos com a frequência dos estudos gerais, o que correspondia a importantes encargos, dadas as contingências relacionadas com as distâncias a percorrer, as estâncias prolongadas, as despesas com manuais e outros custos associados. As necessidades das casas religiosas ditavam, assim, na maior parte das situações, a formação recolhida pelos escolares, em função de um plano pré-determinado e de uma avaliação prévia dos seus interesses específicos. Só assim é possível compreender determinadas tendências que, de forma mais ou menos grosseira e esquemática, se podem dividir em dois eixos fundamentais, ambos sem grandes variações ao longo do tempo: a preferência pelo estudo do direito entre os membros do clero catedralício, na sequência das muitas exigências administrativas a que estavam obrigadas as sés dentro do esquema de organização eclesiástico; muito contrastante com a opção pela teologia e pela medicina visível entre os membros do clero regular, cujas principais

preocupações revertiam para a prestação de assistência às populações, fosse de cuidados primários de saúde, ou de outro tipo de cuidados, como os de nível espiritual, isto é, cuidados da alma. No que se refere ao estudo das artes liberais, encaradas mais como matérias introdutórias a estudos com outro grau de especialização do que como um plano de estudos por direito próprio, é fácil perceber que se diluíssem tais tendências.

Em todo o caso, mais uma vez, não se está perante regras rígidas, e há que acomodar situações excêntricas a estas lógicas demasiado simplistas, seja porque o interesse dos próprios escolares pudesse ser levado pontualmente em consideração, seja porque se alterassem conjunturalmente os interesses das instituições onde estavam filiados, seja por outra série de razões, onde podem ter colaborado a atração exercida por certos estabelecimentos de ensino, a proximidade face aos centros do saber, a valorização momentânea da importância de cada um dos ramos em que se segmentou o conhecimento, ou até razões tão prosaicas como as orientações e influência dos mestres-escola sobre os discípulos enviados para prosseguir estudos mais avançados. De certa forma, alguns estudantes terão podido contornar essas diretivas muito específicas e encontrar válvulas de escape para preencher as suas próprias necessidades culturais, acumulando saberes, fruto das vantagens oferecidas pela *peregrinatio* académica, circuito que ligava em rede as diferentes escolas, fruto da sintonia dos programas de ensino, da aprendizagem estruturada sobre uma língua franca – o latim –, e com base num cânone de obras universitárias que admitiu poucas variantes, e que assentou sobretudo no conhecimento das autoridades e dos principais teóricos contemporâneos, muitos dos quais asseguraram cátedras nas principais universidades do tempo, de onde lhes vinha a reputação e de cuja experiência docente extraíam as suas linhas de pensamento.

Por outro lado, a escolha das matérias de estudo parece ter funcionado, por sua vez, como uma condicionante na escolha dos locais de estudo dos letrados ligados ao reino, como se percebe da relação quase direta entre o envio sistemático de estudantes de teologia para Paris; de direito para Bolonha, primeiro, e para Salamanca, mais tarde; e de medicina para Paris, numa fase inicial, e para Montpellier, em fase mais tardia. Essa mobilidade dos escolares encaixa na perfeição com os circuitos percorridos pelos homens de letras que lecionaram em estabelecimentos universitários, e também se enquadra, sem nenhum obstáculo, nos itinerários anotados para os poucos indivíduos que se conhece terem desempenhado funções oficiais em estudos gerais fora do reino.

Nesses estudos gerais, os *litterati* arrecadaram certamente numerosas obras que entraram nas livrarias privadas por vários deles mantidas e nas bibliotecas institucionais das casas a que pertenceram, revelando um paralelo entre a circulação de homens e a circulação de manuscritos. No que se refere aos armários das instituições, o tratamento sistemático a que foram submetidos catálogos e inventários de núcleos bibliográficos precisos da alta cultura monástica e secular do reino, assim como testamentos onde se transmitiram manuscritos, possui interesse para aferir as tendências em relação aos campos de estudos perfilhados pelos letrados, ao mesmo tempo que permite estabelecer grande parte do substrato literário em que assentou o conhecimento à disposição de tais agentes no período em território português. Em particular, o trabalho exaustivo realizado sobre as livrarias monásticas de Sta. Cruz de Coimbra e Sta. Maria de Alcobaça, nunca feito de forma tão cerrada do ponto de vista do tratamento estatístico, serviu para evidenciar as prioridades bibliográficas das principais casas do monaquismo português desses dois séculos, e com a indiscutível vantagem face a estudos autónomos conduzidos sobre cada uma das livrarias de permitir o cotejo entre os dois armários, permitindo evidenciar as semelhanças e as diferenças nos conteúdos das respetivas estantes. Sobressai em ambas as casas a atenção posta na espiritualidade, na homilética e nos comentários às *Escrituras*, o que é absolutamente compaginável com o interesse pela teologia revelado quer pelos mestres agostinianos quer pelos mestres cistercienses que prosseguiram estudos no exterior do reino.

O quase absoluto silêncio documental que impende sobre a composição das livrarias das dioceses implantadas no reino foi compensado, dentro do quadro de limitações existentes, com a observação das doações cometidas a essas instituições pelo clero catedralício, e pelo confronto com realidades que se presumem análogas: as bibliotecas das sé vizinhas dos reinos de Castela e Leão. Os resultados desse esforço acabam por ser bastante coerentes com o tipo de interesses anotado para os clérigos capitulares em termos de opções de estudo, pois revela uma valorização das obras jurídicas, que o único inventário conhecido para uma sé do reino, no caso a viseense, corrobora em parte, apesar do peso aí conferido à liturgia. A hipervalorização do direito em ambiente catedralício português, para que apontam as próprias livrarias particulares mantidas por membros desse clero secular, talvez se deva no entanto temperar, face aos dados provenientes das dioceses hispânicas, que mostram espaço para o acolhimento de obras de outras temáticas, embora sem nunca comprometer essa predominância dos

códices legais. Em certo sentido, essa informação obtida sobre as livrarias das dioceses de Castela e Leão, se ajustável ao caso português, permite aproximar os interesses literários das sés do reino das preferências reveladas pelas grandes casas monásticas de Sta. Cruz de Coimbra, S. Vicente de Fora e Sta. Maria de Alcobaça, que, à partida e sem acesso a outras informações, parecem ter sido muito mais omnívoras do que as dioceses, com interesses dispersos por géneros tão diferentes como o comentário escriturístico, a homilética e a espiritualidade, como já ficou dito, mas ainda extensíveis aos domínios da historiografia, da hagiografia, da liturgia e das artes liberais.

É difícil estimar algo de concreto em relação à dimensão dos espólios de manuscritos, pois a sé de Viseu, sendo relativamente excêntrica aos principais núcleos diocesanos do território, dificilmente permite compor um retrato muito seguro sobre o que seria a dimensão média das bibliotecas diocesanas. Nesse particular, o paralelo com as livrarias hispânicas dá conta de contextos muito diferentes para uma mesma época, oscilando os núcleos bibliográficos entre pequenos, médios e grandes, em função da importância relativa de cada uma das sés, algo que provavelmente aconteceria de modo similar para as catedrais aquém-fronteiras, figurando nessa perspetiva a sé de Viseu como uma das mais pequenas no virar do século XII, com as suas cerca de duas dezenas de obras.

O que as notícias apuradas sobre as bibliotecas monásticas de Sta. Cruz de Coimbra e de Sta. Maria de Alcobaça, o tesouro viseense e as levarias particulares do clero secular português permitem aferir, quando tomadas em conjunto, é que existia em solo português um conhecimento sólido à disposição dos letrados face aos conhecimentos literários privilegiados no período, pelo menos dentro duma perspetiva de matriz conservadora. Isto é, eram conhecidas as obras dos principais teóricos do Cristianismo e da doutrina católica dos dois ramos da Cristandade, por intermédio de alguns dos nomes maiores entre os Padres da Igreja, como Agostinho, Ambrósio, Atanásio, Efraim, Eusébio de Cesareia, Gregório de Nazianzo, Hilário de Poitiers, Jerónimo, João Cassiano, João Crisóstomo, Orígenes, Sulpício Severo, representados por algumas das suas obras fundamentais. As grandes correntes espirituais contemporâneas figuraram, também elas, nas estantes portuguesas, por via das obras de cistercienses e vitorinos, com destaque para os escritos de Bernardo de Claraval e Guilherme de St. Thierry, entre os primeiros, e para os de Hugo de S. Vítor e Ricardo de S. Vítor, entre os segundos. Também o essencial do pensamento dominicano e franciscano foi recebido nessas livrarias, vejam-se no caso dos

pregadores os textos de Bernardo Guido, Guilherme Pérault, Hugo de Saint-Cher, Jacob de Voragine, Martinho de Polónia, Raimundo de Penhaforte ou Tomás de Aquino; e para os meniritas de trabalhos de Alexandre de Villedieu, Gerardo Odão ou João de Rupella. O movimento da primeira escolástica foi de igual modo conhecido no território, via escola de Chartres, como atestam a presença de obras atribuídas a Bernardo de Tours, Fulberto de Chartres e Gilberto de la Porrée, e os contributos essenciais de Anselmo de Cantuária. O mundo carolíngio, então, foi densamente conhecido e muito popular, pelo menos em ambiente monástico; provam-no os trabalhos reunidos de Aimo de Halberstadt, Alcuino, Ambrósio Autperto, Berengaud de Ferrière, Cristiano Drutmário, Floro de Lião, Rábano Mauro ou Remígio de Auxerre. O direito, tanto romano, como canónico, foi muito privilegiado, sendo conhecido na íntegra quer o *Corpus iuris civilis*, ou seja, o filão das compilações organizadas pelo imperador Justiniano; quer o *Corpus iuris canonicus*, composto pelas coleções de decretais apostólicas e normas conciliares, por vezes acompanhadas por comentários de civilistas e decretalistas. Do campo da cultura clássica, conhecia-se, por exemplo, algum do primeiro Aristóteles, Boécio, Donato, Prisciano, Ovídio; mas, aparentemente, nenhum trabalho de Platão, pelo menos de forma direta, ainda que o pensamento do filósofo grego estivesse muito presente nas mediações feitas pelos grandes teólogos católicos, sobretudo por Agostinho, cujo pensamento foi muito penetrado pelo platonismo. Na medicina, Galeno, claro, assim como Hipócrates, as autoridades incontornáveis para a prática e o conhecimento da medicina, mas também algum do saber árabe e da escola salernitana. No tocante à geografia, vários autores hispânicos, por seu turno, foram acomodados nos armários abaciais e nos escrínios privados, sendo de sublinhar a presença de trabalhos de Isidoro de Sevilha, Bráulio de Saragoça, Ildefonso de Toledo, Justo de Urgel, Paulo de Mérida, Sto. António e Pedro Afonso, este apresentando a particularidade de ser um judeu converso. Noutra direção, a escola da gramática especulativa também interessou aos proprietários de manuscritos, assim como certas tendências intelectuais minoritárias que se expressaram no tempo.

Este breve elenco, que poderia ser facilmente estendido, dá nota da amplitude de saberes, autores e textos que mestres e doutores tiveram à sua disposição na época, em contexto português, e mostra que muito pouco ficariam a dever em termos do conhecimento a outros espaços e geografias muito mais centrais face aos eixos de produção e divulgação do conhecimento literário e científico. O que não é de todo surpreendente, já que foi precisamente às universidades mais antigas e prestigiadas, onde

esse saber era produzido e dimanado, que a maior parte dos letrados rumou para adquirir formação, núcleos onde certamente seriam apresentados aos escritos e autoridades de referência na época, e onde poderiam adquirir muita dessa bibliografia. O que significa, e esse é também um dado significativo e uma conclusão importante da pesquisa, que havia um vasto campo de conhecimentos disponível no reino a que a elite letrada tinha acesso, e que se estendia aos quatro ramos canónicos do conhecimento: o direito, a teologia, a medicina e as artes liberais.

Só na aparência essa observação colide com uma outra, não menos importante, sobre a ténue capacidade revelada pela maior parte dos homens de letras com vínculos ao reino de conseguirem ser, eles próprios, geradores de conhecimento, em vez de se limitarem a fazer a sua aquisição, e em alguns casos a agir no sentido da sua transmissão a terceiros, por via do ensino. Ou seja, a massa crítica reunida no reino não foi capaz de gerar conhecimento, com raras exceções; e mesmo esses casos excepcionais muitas vezes desenvolveram a sua produção intelectual em outras especialidades. Espelhando o principal foco de atenção observado nas aquisições de códices, foi sobretudo no direito que esses raros exemplos de produção autónoma frutificaram.

O dinamismo geral deveu-se a várias razões, das quais seguramente uma das mais importantes foi a inexistência de um estudo geral em Portugal antes do final do século XIII, onde o debate intelectual pudesse fermentar, mas que não seria, por si só, capaz de estimular o avanço intelectual, como ficou demonstrado com a fundação lisboeta da universidade dionisina, que não redundou numa substancial produção de obras.

Uma razão adicional para explicar tal inércia radicou, necessariamente, na escala dessa massa crítica. Considerando o número recenseado de letrados, e estimando-se a sua distribuição pela cronologia e pelos vários núcleos culturais presentes no reino: as sés, as colegiadas mais importantes, uma ou outra paróquia de maior dimensão, os grandes mosteiros de cónegos regulares e cistercienses, e as várias casas mendicantes com estudos a funcionarem, percebe-se que o número de letrados com formação de tipo superior, sendo em termos absolutos interessante, não foi de tal modo significativo que permitisse estabelecer redes culturais e fazer debates intelectuais com potência suficiente para estimular e dinamizar o saber. Por seu turno, terão dificultado essa produção interna de conhecimento os fenómenos de absentismo frequentes e de circulação de tais indivíduos, muitas vezes chamados a cumprir funções em outras paragens, nomeadamente ao serviço

da cúria romana, que atraiu a si muitos dos quadros do reino mais destacados intelectualmente para o serviço apostólico, na qualidade de capelães de papas, legados apostólicos, cardeais e, até, um pontífice. A drenagem de cérebros, nesse sentido, foi uma realidade evidente, com a atração de letrados para o serviço na Cúria romana a encontrar um paralelo na retenção de alguns desses indivíduos melhor preparados nas universidades em que estudaram, para aí ensinarem, e onde acabaram, estimulados pelo ambiente intelectual aí vigente, por produzir alguns trabalhos.

A extrema perifericidade do reino também é um fator importante para explicar tão pouco produção autóctone, o que se liga com a pouca capacidade atrativa dos principais núcleos culturais nele implantado sobre o exterior. Marginal no espaço da Cristandade, o reino português, sem um estudo geral em funcionamento, dificilmente poderia aspirar a desempenhar um papel de charneira no contexto da produção e reprodução do saber na época, a não ser inscrevendo-se no movimento de escolas de tradução hispânicas, lideradas por Toledo e Barcelona, onde muitas obras árabes e gregas foram traduzidas para o latim e para o hebraico, beneficiando das plataformas de contato civilizacional. Mas, de novo, com a exceção de um ou dois casos, também essa oportunidade parece ter sido desperdiçada.

Essa eventual ortodoxia ao nível da religiosidade e dos costumes, para que também algumas obras anti-heréticas e apologéticas guardadas em livrarias remetem, colhe bem com aquilo que se pode caraterizar como um certo conservadorismo dentro do grupo de letrados. Um conservadorismo que se pode encontrar em vários quadrantes ideológicos e sociais, por exemplo na importância concedida aos sufrágios para proteção e encomenda das almas, nas opções de consolidação patrimonial assentes na apropriação fundiária, nos favorecimentos de relações de parentesco ou no peso concedido à Patrística e à ortodoxia nas recolhas bibliográficas.

Em síntese, à margem dos contributos dados para o estabelecimento de um *corpus* sólido de letrados e para a construção das biografias pessoais que constituem essa verdadeira biografia coletiva a que se convencionou chamar prosopografia, e das várias conclusões sectoriais que se podem obter da leitura dos segmentos que formam a tese – confirmando, infirmando ou aclarando pressupostos relativamente aos letrados e à cultura letrada dos séculos XII e XIII, de resto expostos na suma de conclusões com algum detalhe

–, há que sublinhar três aspetos verdadeiramente centrais na investigação: um transversal ao estudo; os outros atinentes a cada um dos seus eixos.

O primeiro prende-se com a tomada de perspetiva sobre o meio intelectual português que a pesquisa consente, proporcionando uma visão panorâmica, à escala de todo o território, sobre os agentes culturais e o saber disponível, até aqui realidades observadas apenas de forma circunscrita a micro ou médias espacialidades. Nesse sentido, a aproximação ao tema apresenta-se como verdadeiramente inédita, permitindo conjugar uma visão do todo que ultrapassa a mera soma aritmética das partes, como até agora se vinha fazendo. Esse era, de resto, um dos principais objetivos do estudo, que parece ter sido conseguido.

Sobre a cultura livresca do período, também parece confirmar-se como um contributo inovador a conjugação na mesma investigação da análise das várias bibliotecas das diferentes observâncias religiosas e de particulares cujos núcleos bibliográficos foi viável reeditar. Pela primeira vez essas livrarias foram tratadas em conjunto, de forma muito circunstanciada e sistemática, permitindo apurar o horizonte de interesses intelectuais e preferências autorais do período para o reino, desse modo autorizando, por um lado, a comparação com os paradigmas culturais vigente no tempo, logo a aferição de avanços ou atrasos endémicos face às centralidades culturais; e, por outro lado, observar a capacidade de produção bibliográfica própria por parte dos agentes culturais ligados ao reino, o que permitiu fazer uma pronúncia segura, mesmo que não definitiva, nessa matéria. Ainda no tema particular das livrarias, o uso do método comparativo foi um modelo interpretativo ensaiado como meio de colmatar lacunas, de outro modo difíceis de reparar perante a ausência de documentação complementar, porventura inexistente. Em relação às bibliotecas das dioceses portuguesas configurou certamente uma aproximação original ao tema, permitindo algumas propostas interpretativas pioneiras. Por seu turno, também não foi isenta de originalidade a pesquisa desenvolvida sobre as livrarias particulares do clero catedralício, até agora apenas conduzida de forma seletiva por assuntos, nomeadamente com ênfase no direito, ou por indivíduos considerados isoladamente, e nunca com a mesma latitude.

Finalmente, em relação ao retrato sociológico do letrado que se pretendeu fixar, resultou evidente a dificuldade de estabelecer um arquétipo indiviso, um tipo ideal, face à diversidade de circunstâncias experimentadas por mestres e doutores, sendo preferível

falar antes num corpo polifacetado, ou num perfil com desdobramentos ou, mais metaforicamente, num jogo heteronímico, onde sobre um mesmo tema múltiplas variações puderam ocorrer; de algo que, em rigor, sendo composto por uma mesma substância, não deixou, ao mesmo tempo, de ser dela coisa diversa.

Alcântara, 2013.

BIBLIOGRAFIA

BASE DE DADOS

FASTI ECCLESIAE PORTUGALIAE - Prosopografia do clero catedralício português.

FONTES MANUSCRITAS

Lisboa, Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (ANTT)

Bulas

ANTT, Bulas, m. 35, n.º 11.

Casa Real

ANTT, Bens Próprios dos Reis e Rainhas, L. 1, fl. 3-20.

Chancelarias Régias

ANTT, Chancelaria de D. Afonso III, L. 1, fl. 7, 7v, 16, 36, 54v-55, 93v, 106, 116, 118v, 130-130v.

ANTT, Chancelaria de D. Afonso III, L. 2, fl. 52v-53.

ANTT, Chancelaria de D. Dinis, L. 1, fl. 26v-27, 38v-39v, 149v.

ANTT, Chancelaria de D. Dinis, L. 3, fl. 16v-17, 122.

ANTT, Chancelaria de D. Dinis, L. 5 fl. 25v-27.

Coleção Especial

ANTT, Coleção Especial, Bulas, cx. 3, n.º 32.

Forais Antigos

ANTT, Forais Antigos, m. 1, n.º 11; m. 3, n.º 4; m. 8, n.º 9; m. 12, n.º 3.

Gavetas

ANTT, Gaveta 1, m. 1, n.º 1.

ANTT, Gaveta 3, m. 1, n.º 10.

ANTT, Gaveta 5, m. 1, n.º 17.

ANTT, Gaveta 6, m. 1, n.º 29.

ANTT, Gaveta 10, m. 3, n.º 15.

ANTT, Gaveta 11, m. 1, n.º 28.

ANTT, Gaveta 12, m. 12, n.º 19.

ANTT, Gaveta 18, m. 3, n.º 27, 47.

ANTT, Gaveta 19, m. 5, n.º 36; m. 13, n.º 71; m. 14, n.º 3, 14.

ANTT, Gaveta 20, m. 15, n.º 23.

Inquirições

ANTT, Inquirições de D. Afonso III, L. 1, fl. 11-185v.

ANTT, Inquirições de D. Afonso III, L. 3, fl. 1-163.

ANTT, Inquirições de D. Afonso III, L. 5, fl. 2-123.

ANTT, Inquirições de D. Afonso III, L. 9, fl. 1v-120.

Mesa da Consciência e Ordens

ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Cristo / Convento de Tomar, Partic., m. 1, nº 33A.

ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago / Convento de Palmela, Partic., m. 1, nº 7, 8.

ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago, L. 272 (Livro dos Copos), fl. 10-11v.

Corporações Religiosas; Mosteiros e Conventos

ANTT, Mitra de Braga, m. 2, nº 63, 64; m. 3, nº 97; m. 4, nº 128.

ANTT, S. Bartolomeu Coimbra, m. 1, nº 2, 4; m. 18, nº 7.

ANTT, S. Cristóvão de Coimbra, m. 1, nº 13.

ANTT, S. Dinis de Odivelas, L. 2, fl. 93.

ANTT, S. Domingos de Santarém, m. 1, nº 2, 11, 13, 16, 18; m. 2, nº 3, 8, 11, 12; m. 3, nº 30.

ANTT, S. João de Almedina de Coimbra, m. 1, nº 4, 15, 19; m. 6, nº 11, 13.

ANTT, S. Jorge de Coimbra, m. 4, nº 36; m. 6, nº 15; m. 7, nº 18.

ANTT, S. Martinho de Sintra, L. 5, fl. 1v-2.

ANTT, S. Silvestre de Unhos, m. 1, nº 6, 8.

ANTT, S. Simão da Junqueira, cx. 48, m. 5, nº 40.

ANTT, S. Vicente de Fora, 1ª incorporação, m. 1, 2, 3, 4, 5, 6.

ANTT, S. Vicente de Fora, 2ª incorporação, cx. 30, nº 226; cx. 10, nº 70.

ANTT, S. João Baptista da Pendorada, m. 12, nº 25, 39.

ANTT, S. Paulo de Almaziva, m. 1, nº 7, 22.

ANTT, Santiago e S. Martinho de Lisboa, m. 1, nº 5.

ANTT, Santos-o-Novo, nº 71, 96, 1420, 1536, 1605.

ANTT, Sé de Coimbra, 1ª incorporação, mº 6, nº 30; m. 9, nº 11; m. 10, nº 14; m. 11, nº 38; m. 12, nº 29; m. 13, nº 6; m. 15, nº 18; m. 16, nº 30, 45; m. 18, nº 37.

ANTT, Sé de Coimbra, 2ª incorporação, m. 2, nº 79; m. 6, nº 301; m. 7, nº 353; m. 8, nº 422; m. 13, nº 628; m. 17, nº 781; m. 31, nº 1308; m. 54, nº 2095; m. 65, nº 2377; m. 71, nº 2725; m. 74, nº 2897; m. 77, nº 3186; m. 79, nº 3354; m. 81, nº 3571; m. 84, nº 3811, 3844, 3866; m. 85, nº 3890, nº 3942; m. 86, nº 3980; m. 87, nº 4057; m. 88, nº 4166; m. 89, nº 4248; m. 90, nº 4322; m. 91, nº 4391; m. 92, nº 4438; m. 100, nº 4798; m. 104, rolo 3.

ANTT, Sé de Lamego, Compras, vendas, escambos, partilhas e contratos, m. 5, nº 1.

ANTT, Sé de Lamego, Doações, cartas e mercês régias, m. 1, nº 20.

ANTT, Sé de Lamego, Prazos, m. 1, nº 7, 9, 27.

ANTT, Sé de Lamego, Sentenças, m. 6, nº 4.

ANTT, Sé de Lamego, Testamentos, m. 1, nº 6.

- ANTT, Sé de Viseu, m. 2, nº 3; m. 3, nº 17, 21; m. 10, nº 3
- ANTT, Sé de Viseu, Régios, m. 1, nº 19, 20, 21.
- ANTT, Sta. Clara de Santarém, m. 22, nº 40.
- ANTT, Sta. Cruz de Coimbra, Particulares, m. 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21.
- ANTT, Sta. Cruz de Coimbra, Régios, m. 1, 2, 3.
- ANTT, Sta. Maria da Alcáçova de Santarém, m. 6, nº 110.
- ANTT, Sta. Maria de Alcobaça, Particulares, 2ª incorp., m. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67.
- ANTT, Sta. Maria de Alcobaça, Régios, 1ª incorp., cx. 1, 2, 3.
- ANTT, Sta. Maria de Arouca, m. 2, nº 36; m. 3, nº 19, 25; m. 4, nº 21; m. 8, nº 1; m. 9, nº 10.
- ANTT, Sta. Maria de Celas, m. 1, nº 5; m. 2, nº 2.
- ANTT, Sta. Maria de Chelas, m. 2, nº 37; m. 3, nº 56; m. 11, nº 205; m. 10, nº 192; m. 12, nº 222; m. 23, nº 459.
- ANTT, Sta. Maria de Lorvão, m. 2, nº 3; m. 4, nº 4; m. 5, nº 27; m. 7, nº 35; m. 8, nº 27; m. 9, nº 3.
- ANTT, Sta. Maria de Guimarães, m. 1, nº 1, 3, 4, 7, 8; m. 5, nº 50.
- ANTT, Sta. Maria de Óbidos, m. 4, nº 63.
- ANTT, Sta. Maria de Seíça, m. 1, nº 1.

Leitura Nova

- ANTT, Leitura Nova, Inquirições de Entre Douro e Ave, fl. 1-231.
- ANTT, Leitura Nova, Livro 1ª dos Direitos Reais, fl. 278v-280.
- ANTT, Leitura Nova, Livro 2º dos Direitos Reais, fl. 97-98, 101-101v.

[À exceção dos fundos de Sta. Maria de Alcobaça, Sta. Cruz de Coimbra e S. Vicente de Fora, que foram percorridos na íntegra para a cronologia estabelecida, os documentos recolhidos em todos os outros fundos resultam de uma sondagem, realizada segundo método descrito no volume de Anexos, na secção *Introdução ao estudo prosopográfico*.]

FONTES EDITADAS

- A universidade medieval em Lisboa: séculos XIII-XVI*. Coord. H. Fernandes. Lisboa: Tinta-da-China, 2013.
- A vida do bem-aventurado Fr. Gil de Santarém, por Fr. Baltazar de S. João. Introd. A. A. Nascimento. *Didaskalia*. 11 (1981) 113-127, 128-219.
- ABRANCHES, Joaquim dos Santos - *Fontes do direito ecclesiástico português. Vol. 1: Summa do bullario português*. Coimbra: França Amado, 1895.
- Annales portugalenses veteres*. Ed. P. David. Revista Portuguesa de História. 3 (1947) 81-128.
- As gavetas da Torre do Tombo*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977.
- AZEVEDO, Rui de - *Documentos falsos de Santa Cruz de Coimbra: séculos XII e XIII*. Lisboa: José Fernandes Júnior, 1932.

- BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. 4 vols. [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- BRANDÃO, António - *Crónicas de D. Sancho II e D. Afonso III*. Porto: Civilização, 1946.
- BRITO, Bernardo de - *Chronica de Cister onde se contam as cousas principaes desta ordem e muytas antiguidades do reyno de Portugal*. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1720.
- Bulário bracarense. Sumários de diplomas pontifícios dos séculos XI a XIX*. Ed. M. A. Jácome de Vasconcelos e A. Araújo. Braga: Arquivo Distrital de Braga, 1986.
- Bulário português: Inocêncio III (1198-1216)*. Org. A. Jesus da Costa e M. Alegria Fernandes Marques. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989.
- Bullarium franciscanum romanorum pontificum*. Org. G. G. Sbaraglia. 4 vols. Roma: Ed. Porziuncola, 1768.
- Bullarium monasterii Sanctae Crucis Conimbrigensis*. Org. M. A. Rodrigues. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1991.
- Bullarum diplomatum et privilegiorum sanctorum romanum pontificum taurinensis*. Ed. L. Tomassetti, C. Cocquelines e F. Gaude. Augustae Taurinorum: Seb. Franco et Henrico Dalmazzo editoribus, 1857-72.
- Cancioneiro da biblioteca nacional: antigo Colocci-Brancuti*. 8 vols. Leitura, comentários e glossário E. P. Machado, J. P. Machado. Lisboa: Revista de Portugal, 1949-1964.
- CARDELLA, Lorenzo - *Memorie storiche de cardinali della santa romana chiesa*. Pagliarini: [s.n.], 1792.
- CARDOSO, Jorge - *Agiolégio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do reino de Portugal, e suas conquistas*. 4 vols. Lisboa: na Officina Craesbeekiana, 1652-1744.
- Cartulaire de l'université de Montpellier: 1181-1400*. Dir. A. Germain. Vol. 1. Montpellier: 1890.
- Cartulaire général de l'ordre des hospitaliers de S. Jean de Jérusalem: 1100-1310*. Ed. J. Le Roulx. 4 vols. Paris: Ernest Leroux, 1894-1906.
- Cartulario de la universidad de Salamanca*. Ed. V. Beltrán de Heredia. Vol. 1: 1218-1600. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1970.
- Cartulário do mosteiro de S. Paulo de Almaziva*. Ed. M. J. Azevedo Santos. Coimbra: [s.n.], 1981.
- Catálogo dos códices da livreria de mão do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Municipal do Porto*. Coord. A. A. Nascimento e J. F. Meirinhos. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1997.
- Censual do cabido da sé do Porto: códice membranáceo existente na biblioteca do Porto*. Ed. J. Grave. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1924.
- Chancelaria de D. Afonso III*. Ed. L. Ventura e A. R. de Oliveira. 2 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- Chancelaria de D. Pedro I: 1357-1367*. Ed. A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984.
- Chartularium studii bononiensis: documenti per la storia dell'università di Bologna delle origini fino al secolo XV*. Bologna: Commissione per la storia dell'Università di Bologna, 1909-1936.
- Chartularium universitatis parisiensis*. Ed. H. Dennifle, A. Chatelain. Vol. 1. Paris: [s.n.], 1889.
- Chartularium universitatis portugalensis*. Ed. A. M. de Sá. Vol. 1. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1996.
- Chronologia dos bispos da Guarda*. [s.l.: s.n., s.d.].
- COL, João - *Catálogo dos prelados da igreja de Viseo*. Lisboa, [s.n.], 1722.
- Collectio maxima conciliorum omnium hispaniae et novi orbis, epistularum que decretalium celebrarum*. Ed. J. S. Aguirre. 6 vols. Roma: Tipografia António Fuigoni, 1753-1755.
- COSTA, Avelino Jesus da - *Documentos da colegiada de Guimarães*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1947.

- COSTA, Bernardo da - *História da militar ordem de Nosso Senhor Jesus Christo*. Coimbra: Officina Pedro Ginioux, 1771.
- Coutumier du XI^e siècle de l'ordre de Saint-Ruf en usage à la cathédrale de Maguelone*. Éd. C. Belleuse. Sherbrooke: 1950.
- CRAESBECK, Francisco Xavier de Serra - *Catálogo dos priores de Guimarães*. Vol. 6. Coleção dos Documentos e memórias da Academia Real de História. 1725.
- CRUZ, António - *Anais, crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1968.
- CUNHA, Rodrigo da - *Catalogo dos bispos do Porto*. Porto: Officina Prototypa, 1742.
- *Historia ecclesiastica da igreja de Lisboa: vida e acçoens de seus prelados, e varões eminentes em santidade, que nella florecerão*. 2 vols. Lisboa: Oficina Manoel da Sylva, 1642.
- *História eclesiástica dos arcebispos de Braga, e dos santos, e varoens illustres, que florecerão neste arcebispado*. 2 vols. Braga: Manoel Cardozo, 1634-1635.
- *Tractatus a bracharensis ecclesiae in universa hispania*. Braga: Oficina de João Rodrigues, 1632.
- Documentos de D. Sancho I: 1174-1211*. Ed. R. de Azevedo, A. J. da Costa e M. R. Pereira - Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979.
- Documentos medievais portugueses*. Ed. R. de Azevedo. Vol. 1, tomos 1, 2 (documentos régios); vols. 3-4 (documentos particulares). Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1958.
- Documentos para a história da cidade de Lisboa: cabido da sé, sumários de Lousada, apontamentos dos Brandões, livro dos bens próprios dos reis e rainhas*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1954.
- Documentos para a história da cidade de Lisboa (II): livro I de místicos de reis; livro II dos reis D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1947.
- Epistolarum Innocentii III, Romani pontificis libri undecim*. 2 vols. Ed. E. Baluze. Paris: 1682.
- ESPERANÇA, Manuel da - *Historia serafica da ordem dos frades menores de S. Francisco na provincia de Portugal*. Vols. 1-2. Lisboa: Officina Craesbeeckian, 1656-1721.
- FABRICUS, Johann Albert; MANSI, Giovanni Domenico - *Rogerus, sive Ruggerus, Fuldensis Monachus*. In *Bibliotheca latina mediae et infimae aetatis, cum supplemento Christiani*. Tom. 5: MA-POG. Florença: Typographia Tomae Baracci e F., 1858.
- FERREIRA, Francisco Leitão - *Catalogo chronologico-critico dos bispos de Coimbra*. Lisboa: [s.n.], 1722.
- FRACHETO, Gerardo de - *Vitae fratrum ordinis praedicatorum: necnon Cronica ordinis ab anno MCCIII usque ad MCCLIV*. Lovanii: Typis E. Charpentier & J. Schoonjans, 1896.
- Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra: vida de D. Telo, vida de D. Teotónio, vida de Martinho de Soure*. Ed. A. A. Nascimento. Lisboa: Colibri, 1998.
- HEREDIA, Vicente Beltrán de - *Bulario de la Universidad de Salamanca: 1219-1549*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1954.
- Histoire des conciles d'après les documents originaux*. 12 vols. Ed. Karl Joseph von Hefélé. Paris: Adrien Le Clere, 1869-1878.
- História apologética: O livro 7 das Histórias contra os pagãos e outros excertos*. Introd. e trad. P. F. Alberto e R. Furtado. Lisboa: Colibri, 2000.
- Index scriptorum latinorum Medii Aevi hispanorum*. Dir. M. Díaz Y Díaz. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1959.
- Index codicum bibliothecae Alcobatiae*. Lisboa: Typographia Regia, 1775.
- Índices dos códices alcobacenses da Biblioteca Nacional de Lisboa*. Org. A. A. Nascimento. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1978.
- «Indiculum foundationis monasterii beati Vicentii Vlixbone». In *A conquista de Lisboa aos mouros*. Ed. A. A. Nascimento. Lisboa, Vega, 2001, p. 177-201.

- Innocenti tertii*. Ed. F. Bosquet. Tolosae Tectosagum: Societatem tolosanam, 1635.
- Inventário de compras do real mosteiro de São Vicente de Fora: cartulário do século XIII. Ed. M. T. Acabado. *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. 14 (1969) 36-108.
- Inventário dos códices alcobacenses da Biblioteca Nacional de Lisboa*. 5 vols. Coord. A. F. de Ataíde e Melo. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1930-32.
- La documentación pontificia de Honorio III (1216-1227)*. Ed. D. Mansilla. Roma: Instituto Español de Estudios Eclesiásticos, 1965.
- La documentación pontificia hasta Innocencio III: 965-1216*. Ed. D. Mansilla. Roma: Instituto Español de Estudios Eclesiásticos, 1955.
- La documentación pontificia de Innocencio IV: 1243-1254*. 2 vols. Ed. A. Quintana Prieto. Roma: Instituto Español de Historia Eclesiástica, 1987.
- La documentación pontificia de Urbano IV: 1261-1264*. Ed. I. Rodríguez de Lama. Roma: Instituto Español de Historia Eclesiástica, 1981.
- Le cartulaire Baio-Ferrado du monastère de Grijó: XI^e-XIII^e siècles*. Ed. R. Durand. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian - Centro Cultural Português, 1971.
- LEAL, Manuel Pereira da Silva - *Catalogo dos bispos da Idanha e Guarda*. Lisboa: [s.n.], 1722.
- Les registres d'Alexandre IV*. Ed. C. Bourel de la Roncière, J. de Loye, P. de Cenival e A. Coulon. 3 vols. Paris: 1902-1953.
- Les Registres de Boniface VIII*. Ed. G. Digard, M. Faucon, A. Thomas e R. Fawtier. Paris: E. Thorin, 1884.
- Les registres de Clément IV: 1265-1268*. 6 vols. Ed. E. Jordan. Paris: Bibliothèque des Écoles d'Athènes et Rome, 1893-1945.
- Les registres de Grégoire IX: 1272-1276*. Ed. L. Auvray. Paris: Bibliothèque des Écoles Françaises d'Athènes et Rome, 1892-1898.
- Les registres de Grégoire X et de Jean XXI*. Ed. J. Guiraud, L. Cadier. 4 vols. Paris: 1892-1906.
- Les registres de Martin IV*. Ed. F. Olivier-Martin et al. 3 vols. Paris: 1901-1935.
- Les registres de Nicolas III: 1277-1280*. Ed. J. Gay e S. Witte. Paris: A. Fontemoing, 1898-1938.
- Les registres de Nicolas IV*. Ed. E. Langlois. 9 vols. Paris: 1886-1893.
- Les registres d'Honorius IV*. Ed. M. Prou. Paris: 1886-1888.
- Les registres d'Innocent IV*. 4 vols. Ed. E. Berger. Paris: Bibliothèque des Écoles Françaises d'Athènes et de Rome, 1884-1897.
- Les registres d'Urbain IV*. Ed. Jean Guiraud. 4 vols. Paris: 1899-1929.
- Liber anniversariorum ecclesiae cathedralis colimabriensis: livro das kalendas*. Ed. P. David e T. Sousa Soares. 2 vols. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1949-1953.
- Liber fidei sanctae bracarensis ecclesiae*. Ed. A. Jesus da Costa. 3 vols. Braga: Junta Distrital de Braga, 1965.
- «*Liber miraculorum*» e altri testi medieval. Ed. V. Gamboso. Padova: Messagero, 1997.
- LISBOA, Marcos de - *Crónica da ordem dos frades menores (1209-1285)*. 2 vols. Ed. J. J. Nunes. Coimbra: Impressora da Universidade, 1918.
- Livro das leis e posturas*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1971.
- Livro das vidas dos bispos da sé de Coimbra, escrito no século XVI pelo cónego Pedro Álvares Nogueira*. Ed. A. G. de Rocha Madahíl. Coimbra: Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra, 1942.
- Livro dos óbitos do mosteiro de S. Vicente de Fora*. [s.l.: s.n., s.d.].
- Livro preto da sé de Coimbra*. Ed. A. Jesus da Costa. 3 vols. Coimbra: 1977-1979.

- Livro preto: cartulário da sé de Coimbra.* Ed. M. A. Rodrigues. Dir. Científico A. J. da Costa. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999.
- Livro santo de santa cruz: cartulário do séc. XII.* Ed. L. Ventura e A. S. Faria. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.
- MACEDO, António de - *Lusitania infulata et purpurata seu pontificibus et cardinalibus.* Parisiis: S. Cramoisy, 1663.
- MADAHIL, António Gomes da Rocha - Documentos para o estudo da cidade de Coimbra na Idade Média. *Biblos.* 9 (1933) 263- 282, 522-535; 10 (1934) 141-172, 358-380, 635-653; 11 (1935) 255-288.
- Os códices de Santa Cruz de Coimbra. *Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra.* 3 (1926-27) 379-420; 9 (1928) 192-229; 10 (1932) 55-105; 11 (1933) 50-96.
- MÁRTIRES, Timóteo dos - *Breve exemplar das vidas de alguns santos conegos regulares do grande patriarcha santo agostinho, de quem reza a ordem canonica per concessão da sé apostolica.* Coimbra: Imprensa de Manoel Carvalho, 1648.
- *Crónica de Santa Cruz.* Coimbra: Biblioteca Municipal, 1955.
- Monarquia lusitana.* 8 vols. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973-1988.
- Monumenta henricina.* Dir. A. D. Dinis. Vol. 1. Coimbra: Comissão executiva das comemorações do V centenário da morte do infante D. Henrique. 1960.
- Monumenta portugaliae vaticana.* Ed. A. D. de Sousa Costa. 4 vols. Braga: Franciscana, 1968-1982.
- NATIVIDADE, António da - *Montes de coroas de S. Agostinho: nelle e na sva eremitica familia recebidas.* Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliueyra, 1663.
- O cancionero da Ajuda.* 2 vols. Ed. C. Michaelis Vasconcelos. [Lisboa]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990.
- O livro das lezírias d'el rei D. Dinis.* Ed. B. de Sá-Nogueira. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.
- Obras médicas de Pedro Hispano.* Ed. M. H. da Rocha Pereira. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1973.
- Ordenações afonsinas.* Ed. M. J. de Almeida Costa e E. Borges Nunes. 5 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998-1999.
- Ordenações del-rei D. Duarte.* Ed. M. Albuquerque e E. Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- Ordoño de Celanova: vida y milagros de San Rosendo.* Ed. M. Díaz y Díaz, M. Pardo Gómez e D. Vilariño Pintos. La Coruña: Fundación Barrié de La Maza, 1990.
- Patrologiae cursus completus. Series latina.* 221 vols. Ed. J-P Migne. Turnhout: Brepols, 1970-1985.
- PEREIRA, Isaías da Rosa - «Lectura arborum consanguinitatis et affinitatis magistri Ioannis Egitanensis». *Studia oratiana.* 14 (1967) 155-182.
- PIMENTA, Afredo - Cartulário do mosteiro do Crasto. Guimarães: Arquivo Municipal, 1938. Separata de *Boletim de trabalhos históricos*, nº especial (1938).
- PINA, Ruy de - *Chronica de el-rei D. Sancho I.* Lisboa: Escritorio, 1906.
- Portugaliae monumenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum.* Ed. A. Herculano. Vol. 1, fasc. 1-3: *Scriptores*; Vols. 1-2, fasc. 1-6: *Leges et consuetudines*; Vol. 1: *Legum et consuetudinum - Index generalis*; Vol. 1, fasc. 1: *Diplomata et chartae*; Vol. 1, fasc. 1-8: *Inquisitiones.* Olisipone: Typis Academicis, 1861-1917.
- Portugaliae tabellionum instrumenta: documentação notarial portuguesa.* Ed. B. Sá Nogueira. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005.
- PURIFICAÇÃO, António da - *Chronica da antiqvissima provincia de Portugal, da ordem dos eremitas de S. Agostinho.* Lisboa: Manoel da Sylva, 1642-1656.
- Recueil des chartes de l'abbaye de Cluny.* Ed. A. Bruel. Paris: Imprimerie nationale, 1880.

- Santo António de Lisboa. Obras Completas. 2 vols.* Porto: Lello, 1987.
- Regestum Clementis papae V (annus primus-annus nonus).* Romae: ex Typographia Vaticana, 1885-88.
- REUTHER, Abiah Elisabeth - *Chancelarias Medievais Portuguesas. Vol. 1: Documentos da chancelaria de Afonso Henriques.* Coimbra: Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1938.
- RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo - *História da ordem do Hospital, hoje de Malta, e dos senhores grão-priores della em Portugal [...].* Lisboa: Officina de Simão de Thaddeo Ferreira, 1793.
- Rotuli litterarum clausarum in turri Londinensi asservati.* Ed. T. D. Hardy. London: Public Office Records, 1833-1844.
- S. BOAVENTURA, Fortunato de - *Commentariorum de alcobacensi mancriptorum. Bibliotheca libri tres in quibus haud pauca ad rem litterariam illustrandam, ac fortassis augendam facientia, hucusque abdita, reserantur.* Conimbriacae: Typographia Academico-Regia, 1827.
- *Historia chronologica e critica da real abbadia de Alcobaca da congregação cisterciense em Portugal, para servir de continuação à Alcobaca illustrada do chronista mor Fr. Manoel dos Sanctos.* Lisboa: Imprensa Regia, 1827.
- S. JOÃO, Baltazar de - A vida do bem-aventurado Fr. Gil de Santarém. Ed. A. A. Nascimento. *Didaskalia.* 11 (1981) 113-127, 128-219.
- S. JOSÉ, Jerónimo de - *Historia chronologica da esclarecida ordem da SS. Trindade. 2 vols.* Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789-1794.
- S. TOMÁS, Leão de - *Beneditina lusitana. 2 vols.* Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1974.
- SANDOVAL, Prudêncio - *Antiguedad dela ciudad, y iglesia de Tuy y delos obispos que se save aya avido en ella.* Braga: Frutuoso Lourenço de Basto, 1610.
- SANTA CATARINA, Lucas de - *Catalogo dos mestres da ordem do Templo, portuguezes, que tiverão, e exercitarão este título, e cargo nesta coroa portugueza e em outras de Espanha.* [s.l.: s.n., s.d.].
- SANTA MARIA, Nicolau de - *Chronica da ordem dos conegos regrantes do patriarcha S. Agostinho. 2 vols.* Lisboa: Officina de Ioam da Costa, 1668.
- Santo António de Lisboa.* Introd. F. da Gama Caeiro. Lisboa: Verbo, 1990.
- SANTOS, Manoel dos - *Alcobaca illustrada. Noticias e historia dos mosteyros e monges insignes cistercienses da congregação de Santa Maria de Alcobaca da ordem de S. Bernardo nestes reynos de Portugal e do Algarve.* Coimbra: Off. De Bento Seco Ferreyra, 1710.
- SANTOS, Maria José Azevedo - *O cartulário do mosteiro de S. Paulo de Almaziva: edição crítica.* Coimbra: Coimbra Editora, 1981.
- O cartulário do mosteiro de S. Paulo de Almaziva. In *Vida e morte de um mosteiro cisterciense: S. Paulo de Almaziva (hoje S. Paulo de Frades, c. Coimbra): séculos XIII-XVI.* Lisboa: Colibri, 1998, p. 119-286.
- *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora: a comemoração dos que passaram deste mundo.* Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2008.
- SOLEDADE, Fernando da - *Historia serafica chronologica de S. Francisco da provincia de Portugal. 3 vols.* Lisboa: Officina de Manoel & Joseph Lopes Ferreyra, 1705-1721.
- SOUSA, Antonio Caetano de - *Provas da historia genealogica da casa real portuguesa. Vol. 1.* Lisboa: Officina Sylviana, 1739-1748.
- SOUSA, Frei Luís de - *História de S. Domingos.* Introd. M. L. de Almeida. 2 vols. Porto: Lello, 1977.
- SOUSA, Manoel Caetano de - *Catalogo historico dos summos pontifices, cardeaes, arcebispos e bispos portuguezes que tiverão dioceses ou titulos de igrejas fora de Portugal e suas conquistas com a noticia topografica das cidades de que forão preladados.* [Lisboa Occidental: Officina de Pascoal da Silva, 1725].
- Synodicon Hispanum.* Dir. A. García y García. Vol. 2: Portugal. Coord. A. J. da Costa, I. R. Pereira e A. Gutierrez. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982.

- Testamenti ecclesiae Portugaliae*. Coord. M. Rosário Morujão. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa. Universidade Católica Portuguesa, 2010.
- The Summulae Logicales of Peter of Spain. Tractatus called afterwards Summulae Logicales*. Ed. L.-M. de Rijk. Assen: Van Gorcum, 1972.
- Vida de S. Teotónio*. Ed. A. A. Nascimento. Lisboa: Colibri, [2013].
- Vida de S. Teotónio*. Ed. M. H. da Rocha Pereira. Coimbra: Igreja de Santa Cruz, 1987.
- Vida e Milagres de São Rosendo*. Ed. M. H. da Rocha Pereira. Porto: Junta Distrital do Porto, 1970.
- Vimaranis monumenta historica: a saeculo nono post Christum usque ad vicesimum iussu Vimaranensis senatus*. Ed. J. G. de Oliveira Guimarães. Guimarães: Typis Antonii Ludovicii da Silva Dantas, 1931.
- Vita del "Dialogus" e "Benignitas"*. Ed. V. Gamboso. Padova: Messagero, 1986.
- Vita Prima di S. Antonio o "Assidua": (c. 1232)*. Ed. V. Gamboso. Padova: Messagero, 1981.
- Vita "Raymundina" e "Rigaldina"*. Ed. Vergilio Gamboso. Padova: Messagero, 1992.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de - *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Ed. M. Fiuza. 2 vols. Porto: Civilização, 1962.

ESTUDOS

- A Companion to Philosophy in the Middle Ages*. Ed. J. J. E. Gracia e T. B. Noone. [Oxford]: Blackwell Publishing, 2003.
- ABBAGNANO, Nicolas - *Historia de la Filosofia. Vol. 1*. Barcelona: Montaner y Simon, 1964.
- ABRANCHES, Joaquim dos Santos - *Algumas leis e capítulos de cortes relativos à universidade na Idade Média*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1937.
- ABREU, José Paulo Leite de - Diocese. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 2: C-I. Coord. A. M. Jorge et al. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 69-72.
- AHERNE, C. M. - Valerio of Bierzo. In *New Catholic Encyclopedia. Vol. 14*. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 520.
- ALBERTO, Paulo Farmhouse; FURTADO, Rodrigo - Introdução. In *História apologética: O livro 7 das Histórias contra os pagãos e outros excertos*. Lisboa: Colibri, 2000.
- ALBUQUERQUE, Luís de - Os antecedentes históricos das técnicas de navegação e cartografia na época dos descobrimentos. Lisboa: [Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses], 1988.
- ALBUQUERQUE, Martim - Santo António, o direito e o poder. *Itinerarium*. 27 (1981) 298-320.
- ALBUQUERQUE, Rui; ALBUQUERQUE, Martim - *História do direito português. Vol. 1*. Lisboa: 1993.
- ALESSIO, Gian Carlo - Edizioni medievali. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 3. *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 29-58.
- ALMEIDA, Balbina Rodrigues de - *D. Dinis. Breve estudo da sua chancelaria. Liv. 1, folhas 25-86*. Tese de licenciatura em história apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: [s.n.] 1969.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - Urbanismo da alta Idade Média em Portugal. Alguns aspectos e os seus muitos problemas. *Cidades e História. Ciclo de conferências*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Serviço de Belas-Artes, 1992, p. 129-136.
- ALMEIDA, Fortunato de - *História da igreja em Portugal*. Ed. D. Peres. Vol. 1. Porto: Portucalense, 1967.

- ALTISENT, Agustin - Libros y economia en los monasterios de la Edad Media. *Yermo*. 5 (1967) 1-12.
- ALVES, Alexandre - *O real mosteiro de São Cristóvão de Lafões*. Viseu: [s.n.] 1995.
- AMARAL, Luís Carlos; MARQUES, André - Pouvoir épiscopal et patrimoine seigneurial au XIII^e siècle. In *A igreja e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 65-74.
- AMASUNO, Marcelino V. - El arcipreste como homo astrologicus. Consideraciones en torno al «Libro de buen amor» a la luz de la ciencia de su tiempo. *eHumanista* 17 (2011) 561-584.
- AMZALAK, Moses Bensabat - *D. Durão Peres e o seu comentário ao tratado «Da economia» atribuído a Aristóteles*. Lisboa: Academia das Ciências, 1955.
- *O tratado do económico atribuído a Aristóteles*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1945.
- ANDORLINI, Isabella; MARCONE, Arnaldo - *Medicina, medico e società nel Mondo Antico*. Firenze: Le Monnier Università, 2004, p. 29-64.
- ANDRADE, Amélia; KRUS, Luís; MATTOSO, José - *A terra de Santa Maria no século XIII: problemas e documentos*. Lisboa: Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, 1993.
- *O castelo e a feira: a terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*. Lisboa: Estampa, 1989.
- ANDRADE, António Alberto Banha de - Colegiadas: sua função, em especial a do ensino. In *Congresso histórico de Guimarães e sua colegiada: 850^o aniversário da batalha de S. Mamede (1128-1978)*. Actas. Guimarães: [s.n.], 1982. Vol. 5, p. 9-15.
- Escolástica. Lisboa: [s.n.], 1955. Separata de *Filosofia*, 6 (1955) 1-8.
- ANSELMO, António - *Os códices alcobacenses da Biblioteca Nacional: I. Códices portugueses*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1926.
- ANTL, L. - Stephen Langton. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 13. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 699-700.
- ANTUNES, José - *A cultura erudita portuguesa nos séculos XII e XIV: juristas e teólogos*. Tese de doutoramento em história apresentada à Universidade de Coimbra. Coimbra: [s.n.], 1995.
- A teologia. In *História da universidade em Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1997, p. 237-271.
- As comunicações como suporte das instituições universitárias. In *As comunicações na Idade Média*. Coord. M. H. da C. Coelho. [Lisboa]: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2002, p. 146-170.
- Conflitos políticos do reino de Portugal entre a reconquista e a expansão. *Revista de História das Ideias*. 7 (1985) 25-111.
- Ensino. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 2: C-I. Coord. A. M. Jorge et al. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 110-117.
- O percurso e o pensamento político de Pedro Hispano. In *Congresso internacional do IX Centenário da dedicação da sé de Braga*. Actas. Vol. 2. Braga: Universidade Católica Portuguesa - Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 125-184.
- O testamento de Fernando Joanes de Portocarreiro, deão da sé de Braga e prior de Guimarães (de 1272). *Theologica*. 28 (1993) 407-431.
- Portugueses no processo histórico da fundação da Universidade de Salamanca. *Revista de História das Ideias*. 12 (1990) 19-53.
- Posição de alguns mestres antes e depois da fundação da universidade face aos direitos dos povos. In *Congresso História da universidade no 7^o centenário da sua fundação*. Actas. Vol. 4. Coimbra: C. O. C. H. U., 1991, p. 11-37.
- Testemunhos dos historiadores contemporâneos de Pedro Hispano, o papa João XXI. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 1 (2001) 213-222.

- ANTUNES, José; OLIVEIRA, António Resende de; MONTEIRO, João Gouveia - Conflitos políticos no reino de Portugal entre a reconquista e a expansão: estado da questão. *Revista de História das Ideias*. 6 (1984) 29-111.
- Apríngio de Beja. In *História do pensamento filosófico português*. Dir. P. Calafate. Vol. 1: *Idade Média*. Lisboa: Editorial Caminho, 1999-2004, p. 107-116.
- ARIÉS, Philippe - *Sobre a história da morte no ocidente desde a Idade Média*. [Lisboa]: Teorema, 1988.
- ARIZALETA, Amaia - Gil de Santarem, o la escritura de la vida de un santo nigromante. In *Proceedings of the ninth colloquium*. Ed. M. Beresford, A. Deyermund. London: Department of Hispanic Studies, Queen Mary and Westfield College, 2000, p. 95-106.
- ARNALDI, Girolamo - Annali, cronache, storie. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 2. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 463-514.
- ARTOLA, Juan Plazaola - El arte sagrado. In *Historia de la acción educadora de la iglesia en España*. Dir. B. B. Martínez. Vol. 1: *edades antigua, media y moderna*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995, p. 382-392.
- ASCHERI, Mario - Leggi e statuti. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 3. *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 541-574.
- ASPELL, P. J. - Plato. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 11. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 430-433.
- AVALLE, D'Arco Silvio - Dalle métrica alla rítmica. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 1. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 391-478.
- AZEVEDO, Carlos Moreira de - Porto, diocese do. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 4: *P-V*. Coord. A. M. Jorge et al. [Lisboa]: Centro de Estudos de História Religiosa 2000-2001, p. 5-56.
- AZEVEDO, Joaquim - *Historia ecclesiastica da cidade e bispado de Lamego*. Porto: Typografia do Jornal do Porto, 1877.
- AZEVEDO, Luís Gonzaga de - *História de Portugal*. 6 vols. Lisboa: Bêblion, 1939-1944.
- AZEVEDO, Rui de - A chancelaria régia portuguesa nos séculos XII e XIII: linhas gerais da sua evolução. Parte I: documentos de Afonso Henriques. Coimbra: Imprensa Académica, 1938. Separata da *Revista da Universidade de Coimbra* 14 (1940) 1-54.
- ___ O livro de chancelaria de Afonso II de Portugal: 1217-1221. *Anuario de Estudios Medievales*. 4 (1967) 35-74.
- ___ *O mosteiro de Lorvão na reconquista cristã*. Lisboa: Arquivo Histórico de Portugal, 1933.
- AZTALOS, Monika - A faculdade de teologia. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 411-441.
- BABO, Maria Augusta - *A escrita do livro*. Lisboa: Veja, 1993.
- BAGLIANI, Agostino Paravicini - *Cardinali di curia e «familiae» cardinalizie. Dal 1227 al 1254*. Vol. 1. Padova: Antenore, 1972, p. 21-31.
- ___ Chierici e intellettuali nei testi dell'immaginario sociale. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 3. *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 11-28.
- ___ La suprématie pontificale (1198-1274). L'église romaine de Latran I à la fin du XII^e siècle. In *Histoire du Christianisme*. Dir. J.-M. Mayeur, Ch. E. L. Pietri, A. Vauchez e M. Venard. Vol. 5: *Apogée de la paupaté et expansion de la Chretienté*. (1050-1274), p. 575-616.

- L'égglise romaine de Latran I à la fin du XII^e siècle. In *Histoire du Christianisme*. Dir. J.-M. Mayeur, Ch. E. L. Pietri, A. Vauchez e M. Venard. Vol. 5: *Apogée de la paupaté et expansion de la Chretienité*. (1050-1274), p. 179-240.
- L'égglise romaine d'Innocent III à Grégoire IX. In *Histoire du Christianisme*. Dir. J.-M. Mayeur, Ch. E. L. Pietri, A. Vauchez e M. Venard. Vol. 5: *Apogée de la paupaté et expansion de la Chretienité*. (1050-1274), p. 519-574.
- *Medicina e scienze della natura alla corte dei papi nel Duecento*. Spoleto: Centro italiano di Studi sull'Alto Medio Evo, 1991.
- BALDINGER, Kurt - *La formación de los dominios linguisticos en la Península Ibérica*. Madrid: Gredos, 1972.
- BALDWIN, M. W. - Alexander III, Pope. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 1. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 288-290.
- BALIĆ, C. - Duns Scotus, John. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 4. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 1102-1106.
- BALLESTEROS BERETA, Antonio - *Alfonso X, el Sabio*. Barcelona: Salvat, [1963].
- BANDEIRA, Ana Maria Leitão - A história do património da universidade através de fontes primárias do seu arquivo. In *Congresso História da universidade no 7º centenário da sua fundação. Actas*. Vol. 2. Coimbra: C. O. C. H. U., 1991, p. 11-38.
- BANNIARD, Michel - *A génese cultural da Europa*. Lisboa: Terramar, 1995.
- *Le Haut Moyen Age Occidental*. Paris: PUF, 1986.
- BAPTISTA, Júlio César - Limites da diocese de Évora. *A Cidade de Évora*. 55 (1972) 239-275.
- BARBOSA, João Morais - A teoria política de Álvaro Pais no "speculum regum": esboço duma fundamentação filosófico-jurídica. Lisboa: [s.n.], 1972. Separata do *Boletim do Ministério de Justiça*, 211-213 (1971-1972).
- *O «De statu et planctu Ecclesiae»: estudo crítico*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, [1982].
- BARBOSA, Pedro Gomes - Cistercienses. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 1: A-C. Coord.: A. M. Jorge et al. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2001, p. 346-351.
- *Documentos, lugares e homens: estudos de história Medieval*. Lisboa: Edições, Cosmos, 1991, p. 128-131.
- O domínio e o senhorio no couto de Alcobaça. In: *Estudos em homenagem a Jorge Borges de Macedo*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992, p. 99-115.
- BARLOW, H. M. - Old english herbals: 1525-1640. *Royal Society of Medicine*. 6 (1913) 108-149.
- BARTOLAMÉ MARTÍNEZ, Barnabé - El libro y las bibliotecas medievales como instrumento de educación. In *Historia de la acción educadora de la iglesia en España*. Dir. B. B. Martínez. Vol. 1. *Edades antigua, media y moderna*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995, p. 403-418.
- El libro y las bibliotecas medievales como instrumento de educación. In *Historia de la Acción Educadora de la Iglesia en España*. Dir. B. B. Martínez. Vol. 1: *edades antigua, media y moderna*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995, p. 403-418.
- Las universidades medievales, los primeros colegios universitarios. In *Historia de la acción educadora de la iglesia en España*. Dir. B. B. Martínez. Vol. 1: *edades antigua, media y moderna*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995, p. 326-373.
- BARRACLOUGH, Geoffrey - *Os papas na Idade Média*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.
- BARRY, M. J. - Autpert, Ambrose. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 1. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 1120.
- BARROS, Henrique da Gama - *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Ed. T. S. Soares. 11 vols. Lisboa: Sá da Costa, 1945-1954.

- BATAILLON, Louis-Jacques - Exemplar, pecia, quaternus. In *Vocabulaire du livre et de l'écriture au moyen âge*. Ed. O. Weijers. Paris: Turnhout, 1989, p. 206-219.
- L'activité intellectuelle des dominicains de la première génération. In *Vincent de Beauvais, frère prêcheur: un intellectuel et son milieu au XIII^e siècle. Lector et compillator*. Ed. S. Lusignan e M. Paulmier-Foucart. Grâne: Editions Créaphis, 1997, p. 9-19.
- Les textes théologiques et philologiques diffusées à Paris par exemplar et pecia. In *Symposium La production du livre universitaires au Moyen Âge. Exemplar et pecia. Actes*. Ed. L. J. Bataillon, B. G. Guyot e R. H. Rouse. Paris: CNRS, 1991, p. 155-164.
- L' università. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 3. *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 415-428.
- BAYLEY, Lisa - Monks and lay communities in late antique Gaul: the evidence of Eusebius Gallicanus sermons. *Journal of Medieval History*. 32 (2006) 315-332.
- BECK, H. G. J. - Caesarius of Arles, St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 2. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 1046-1047.
- Gregory of Tours, St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 6. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 798-799.
- BECQUET, Jean - Les bibliothèques de chanoine réguliers (prémontrés, victorin, etc.). In *Histoire des bibliothèques françaises*. Ed. A. Vernet. Vol. 1. Paris: Promodis, Éditions du Cercle de la Librairie, 1989, p. 83-85, 90-91.
- BEHREND, Frederick - Fulbert of Chartres. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 6. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 216-217.
- Review of «Adso Dervensis: De ortu et tempore antichristi necnon et tractatus qui ab eo dependunt». *Speculum*. 53 (1978) 558-559.
- BEIRANTE, Maria Ângela - As mancebias nas cidades medievais portuguesas. In *Actas do colóquio «A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais»*. Vol. 1. Coimbra: Faculdade de Letras, 1986, p. 221-242.
- *Estudo de alguns documentos da chancelaria de D. Dinis. Livro II, fólhos 7-57v: 1291-1293*. Tese de licenciatura em história apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: [s.n.], 1969.
- Os diferentes tipos de solidariedade na cidade medieval. O exemplo de Évora. In *Actas das 1^{as} Jornadas sobre as formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul (séculos XIII a XVIII)*. Vol. 1. Lisboa: [s.l.], 1988.
- Para a história da morte em Portugal: sécs. XII-XIV. In *Estudos de história de Portugal: Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*. Vol. I. Lisboa: Estampa, 1982, p. 357-383.
- Santarém à chegada dos dominicanos. In *II Encontro sobre história dominicana. Actas*. Vol. 1. Porto: Dominicanos, 1984, p. 197-200.
- *Santarém medieval*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1980.
- BELLET, P. - Florus of Lyons. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 5. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 980-981.
- BERMEJO CASTRILLO, Manuel Ángel - Rogerio (Rogerius). In *Juristas universales*. Vol. 1: *Juristas antiguos*. Madrid - Barcelona: Marcial Pons, 2004, p. 331-333.
- BERNARD, Jacques - Comercio y finanzas en la Edad Media, 900-1500. In *Historia económica de Europa*. Dir. C. M. Cippola. Barcelona - Caracas - Mexico: Editorial Ariel, 1979, p. 295-361.
- BERNARDINO, Sandra - *Sancius secundus rex portugalensis. A chancelaria de D. Sancho II: 1223-1248*. Tese de mestrado em história da Idade Média apresentada à Universidade de Coimbra. Coimbra: [s.n.], 2003.
- BERSCHIN, Walter - La cultura greca. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 1. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 183-198.

- BETTETINI, Andrea - Juan Basiano (Giovanni Bassiano; Johannes Bassianus; Cremonense). In *Juristas universales. Vol. 1: Juristas antiguos*. Madrid - Barcelona: Marcial Pons, 2004, p. 358-359.
- BLACK, Jeremy; MACCRAILD, Donald M. - *Studying history*. London: Macmillan Press, 2000.
- BLÄNSDORF, Jürgen - Terentius [III 1] T. after, P. In *Brill's New Pauly Encyclopedia of the Ancient World*. Ed. H. Cancik e H. Schneider. Vol. 14: *Sym-Tub*. Leiden - Boston: Brill, 2007, col. 283-288.
- BLOCH, Marc - *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- ___ *Apologie pour l'Histoire ou métier d'historien*. Paris: Armand Colin, 1964.
- ___ *Introdução à história*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1963.
- BLUM, O. J. - Constantine, The African. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 4. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 230.
- ___ Papias The Lombard. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 10. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 980.
- BOESPFLUG, Thérèse - Les chanoines de la curie de Boniface au service de l'état. In *I canonici al servizio dello stato in Europa: secoli XIII-XVI*. Dir. H. Millet. Modena: [s.n.], 1992, p. 231-251.
- BONDÉELLE-SOUCHIER, Anne - *Bibliothèques cisterciennes dans la France médiévale: répertoire des abbayes d'hommes*. Paris: [s.n.], 1991.
- BONFIL, Robert - La lectura en las comunidades hebreas de Europa occidental en la época medieval. In *Historia de la lectura en el mundo occidental*. Ed. R. Chartier e G. Cavallo. [Madrid]: Taurus, 2004, p. 261-316.
- BORRERO FERNÁNDEZ, María de las Mercedes - La educación de las mujeres. In *Historia de la acción educadora de la iglesia en España*. Dir. B. B. Martínez. Vol. 1: *edades antigua, media y moderna*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995, p. 445-458.
- BOTÃO, Maria de Fátima - *Poder e influência de uma igreja medieval. A colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Santarém*. Cascais: Patrimonia Historica, 1998.
- BOURDIEU, Pierre - *Homo Academicus*. Paris: Minuit, 1984.
- BOYLE, L. E. - Computus. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 4. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 99-100.
- ___ John of Wales. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 1077.
- ___ Tancred. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 13. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 931.
- BRADY, I. C. - Bonaventure, St. - In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 2. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 658-664.
- ___ John of la Rochelle (de Ruppela). In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 1057-1058.
- ___ Peter Lombard. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 11. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 221-222.
- BRAGA, Teófilo - *História da Universidade*. Lisboa: [s.n.], 1892.
- BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I: o filho do fundador*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2005.
- ___ Estados, pátrias e nações nos juristas hispânicos dos séculos XII e XIII. In *Cultura: Revista de história das ideias*. 15 (2002) 21-46.
- ___ Introdução. In *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*. Lisboa: Vega, 2001, p. 9-51.
- ___ *Poder real e eclesiásticos: a evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II*. Tese de doutoramento em história medieval apresentada à Universidade Aberta. 2 vols. Lisboa: [s.n.], 1999.

- ___ Portuguese ecclesiastics and portuguese affairs near the spanish cardinal in the roman curia. In *Carreiras eclesiásticas no Ocidente cristão*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2007, p. 77-101.
- ___ Reis, bispos e cabidos: a diocese de Lisboa no primeiro século da sua restauração. *Lusitania Sacra*. 10 (1998), 55-94.
- BRANDÃO, Domingos de Pinho - Teologia, filosofia e direito na diocese do Porto nos séculos XIV e XV: alguns subsídios para a sua história. Porto: C. E. H., 1960. Separata de *Studium Generale*, 7 (1960).
- BRANDÃO, Mário; ALMEIDA, Manuel Lopes de - *A Universidade de Coimbra. Esboço da sua história*. Coimbra: [s.n.], 1937.
- BRANTL, Ruth - *Medieval culture: the image and the city*. New-York: George Braziller, 1966.
- BRAUDEL, Fernand - *Écrits sur l'histoire*. Paris: Flammarion, 1969.
- ___ *História e ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1986.
- BROCCHIERI, Maria Teresa Fumagalli Beonio - Le enciclopedie. In *Lo spazio letterario del Medioevo. II Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 2. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 635-660.
- ___ O intelectual. In *O homem medieval*. Dir. J. Le Goff. Lisboa: Editorial Presença, 1990.
- BROWN, P. R. L. - Aspects of the christianization of the roman aristocracy. *The Journal of Roman Studies*. 51/1-2 (1961) 1-11.
- BROWN, Peter - *Genèse de l'Antiquité Tardive*. Paris: Gallimard, 1983.
- ___ *La vie de Saint Augustin*. Paris: Éditions du Seuil, 1971.
- ___ *Le culte des saints, son essor et sa fonction dans la Chrétienté Latine*. Paris: Éditions du CERF, 1984.
- BRUNDAGE, James A. - Alexander IV, Pope. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 1. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 290.
- ___ *Medieval canon law and the crusader*. London: The University of Winsconsin Press, 1969.
- BRUNOT, A. - Ibn Ezra, Abraham Ben Meïr. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 313-314.
- BUCLEY, F. J. - Gregory of Elvira, St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 6. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 790.
- BUCKLEY, J. M. - Bernard of Parma, St. - In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 2. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 342.
- ___ Burchard of Worms. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 2. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 886-887.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão - *Aspectos da herança cultural portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.
- BURKE, Peter - *Sociologia e história*. Porto: Edições Afrontamento, 1980.
- BURNETT, Charles - *What is the experimentarius of Bernardus Silvestris? A preliminary survey of the material*. Paris: J. Vrin, 1978.
- BURSILL-HALL, G. L. - *Speculative grammars of the middle ages. The doctrine of «partes orationis» of the modistae*. Paris: Mouton, 1971.
- BUTLER, L. - Zacharias Chrysopolitanus. In *The Catholic Encyclopedia*. New-York: Robert Appleton Company, 2008.
- CABANELAS, D. - John of Seville (Hispalensis). In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 1075.

- CAEIRO, Francisco da Gama - A assistência em Portugal no século XIII e os cônegos regrantes de Santo Agostinho. In *I Jornadas luso-espanholas de história medieval. A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas. Vol. 1.* Lisboa: 1973, p. 219-229.
- ___ A ordenação sacerdotal de Santo António. Braga: [s.n.], 1965. Separata de *Itinerarium*, 46 (1964).
- ___ A organização do ensino em Portugal no período anterior à formação da Universidade. Lisboa: [s.n.], 1968. Separata de *Arquivos de História de Cultura Portuguesa*, 2/3 (1968).
- ___ As escolas capitulares no primeiro século da nacionalidade portuguesa. Lisboa: [s.n.], 1966. Separata de *Arquivos de História de Cultura Portuguesa*, 1/2 (1966) 1-48.
- ___ Ensino e pregação teológica em Portugal na Idade Média: algumas observações. *Revista Española de Teologia*. 44 (1984) 113-135.
- ___ Fontes portuguesas na formação cultural do santo. *Itinerarium*. 27 (1981) 136-164.
- ___ Hermenêutica e conhecimento em Santo António de Lisboa. *Cultura Portuguesa*. 1 (1981) 11-15.
- ___ Lembranças de Portugal na obra de Santo António. *Brotéria*. 80 (1965) 726-732.
- ___ Natureza e símbolo em Santo António de Lisboa. *Revista da Faculdade de Letras*. 8 (1964) 75-82.
- ___ Novos elementos sobre Pedro Hispano: contribuição para o estudo da sua biografia. *Revista Portuguesa de História*. 22 (1966) 158-174.
- ___ Os primórdios dos frades pregadores em Portugal: enquadramento histórico-cultural. In *II Encontro sobre História Dominicana. Actas. Vol. 1.* Porto: Dominicanos, 1984, p. 161-173.
- ___ Para uma história das instituições universitárias: uma contribuição portuguesa fundamental. Separata da *Revista História*, 111 (1977).
- ___ Santa Cruz de Coimbra. In *Logos: Enciclopédia luso-brasileira de filosofia*. Dir. R. Cabral et al. Vol. 4. Lisboa: Verbo, 1992, p. 894-895.
- ___ Santo António de Lisboa e o Cântico dos Cânticos. *Revista da Faculdade de Letras*. 8 (1964) 207-239.
- ___ *Santo António de Lisboa. 2 vols.* Lisboa: Instituto Nacional - Casa da Moeda, 1995.
- ___ Tomás More e António. In *Miscelânea de estudos dedicados a Fernando de Mello Moser*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1985, p. 181-185.
- CAETANO, Marcelo - *A história da organização dos mesteres na cidade de Lisboa*. Braga: Associação Jurídica de Braga, 1958.
- ___ *As cortes de Leiria de 1254: memória comemorativa do 7º centenário*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1954.
- ___ *História do Direito Português. Fontes, Direito Público: 1140-1495*. Lisboa: Verbo, 1985.
- CAMACHO, A. H. - Giles of Santarem, Bl. In *New Catholic Encyclopedia. Vol. 6.* New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 485.
- Cambridge history of medieval political thought: c. 350 - c. 1450*. Ed. J. H. Burns. Cambridge, New-York, Melbourne, Sidney: University of London, 1991.
- CAMELOT, P. T. - Anastasius I, Pope, St. - In *New Catholic Encyclopedia. Vol. 1.* New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 478.
- CAPITANI, Ovidio - L'Impero e la Chiesa. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 2. *La circolazione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 221-272.
- CARDÓ-GUINALDO, Maria Teresa; SANTIAGO-OTERO, Horacio - *Las instituciones jurídicas en algunas escuelas medievales de la Peninsula Iberica*. Madrid: Instituto Francisco Suarez, 1984.
- CARDOSO, António de Brito - *O cabido da catedral de Coimbra: notas históricas*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2002.

- CARMONA, Joaquim da Silva - *Documentos da chancelaria de D. Dinis (1287-1289): subsídios para o estudo da época dionisina*. Tese de licenciatura em ciências históricas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: [s.n.], 1968.
- CAROCCHI, Sandro - *Il nepotismo nel medioevo: papi, cardinali e famiglie nobile*. Roma: Viella, 1999.
- Carreiras eclesiásticas no ocidente cristão: sécs. XII-XIV*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2007.
- CARVALHO, Elisa - A fortuna ao serviço da salvação da alma, da família e da memória, através dos testamentos dos arcebispos e dignatários de Braga na Idade Média (séculos XII-XV). *Lusitania Sacra*. 13-14 (2001-2002) 15-40.
- *A morte do alto clero bracarense: séculos XII a XV*. Tese de mestrado em história e cultura medievais apresentada à Universidade do Minho. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 1999.
- CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de - *A livreria do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921.
- CARVALHO, José Afonso Sanches de - *A cátedra egitaniense na Guarda*. Guarda: Oficinas S. Miguel, 1999.
- CARVALHO, Mário Santiago de - *Estudos sobre Álvaro Pais e outros franciscanos*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2001.
- *Juridificação e relação: o «Collyrium fidei aduersus haereses» de Frei Álvaro de Pais*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Porto. Porto: [s.n.], 1989.
- CARVALHO, Rómulo de - *História do ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- CASTRO, Armando de - Morgado. In *Dicionário de História de Portugal*. Vol. 3: ME-SIN. Dir. J. Serrão. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, p. 109-112.
- Pecuária. In *Dicionário de História de Portugal*. Vol. 3: ME-SIN. Dir. J. Serrão. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, p. 322-328.
- CASTRO, José Osório da Gama e - *Diocese e districto da Guarda: série de apontamentos históricos*. Porto: Typographia Universal, 1902.
- CASTRO, Júlia Alves de - A diocese de Viseu nos alvares da nacionalidade. In *2º Congresso histórico de Guimarães. Actas*. Vol. 5. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães - Universidade do Minho, [1997], p. 351-359.
- CASTRO Y CASTRO, Manuel de - *Fray Juan Gil de Zamora, O. F. M.: De preconii Hispaniae*. Madrid: Universidad de Madrid, 1955.
- *Catálogo dos bispos da diocese de Coimbra*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1985.
- CAVALLO, Guglielmo - Entre el volumen y el códex. La lectura en el mundo romano. In *Historia de la lectura en el mundo occidental*. Ed. R. Chartier e G. Cavallo. [Madrid]: Taurus, 2004, p. 109-152.
- CAZELLES, Henri - *Introducción crítica al Antiguo Testamento*. Barcelona: Herder, 1989.
- CEPEDA, Isabel Vilares - *Bibliografia da prosa medieval em língua portuguesa: subsídios*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995.
- Dois manuscritos litúrgicos medievais do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa (Lisboa, B. N. ms. il. 218 e Il. 143). *Didaskalia*. 15 (1985) 161-228.
- O manuscrito medieval. In *Tesouros da Biblioteca Nacional*. Coord. M. V. Mendes. Lisboa: Inapa, 1992, p. 28-73.
- CHARTIER, Roger - A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.
- CHATILLON, Jean - *D'Isidore de Séville à saint Thomas d'Aquin: études historiques et de théologie*. London: Variorum, 1985.
- CHENU, M.-D. - Civilization urbaine et théologie. L'école de Saint-Victor au XII^e siècle. *Annales*. 5 (1974) 1253-1263.

- ___ *Introduccion a l'étude de Saint Thomas d'Aquin*. Paris: J. Vrin, 1974.
- ___ *L' éveil de la conscience dans la civilisation médiévale*. Paris: J. Vrin, 1969.
- ___ *La théologie au douzième siècle*. Paris: J. Vrin, 1976.
- ___ *La théologie comme science au XIII^e siècle*. Paris: J. Vrin, 1957.
- CHERUBINI, Giovanni - O camponês e o trabalho no campo. In *O homem medieval*. Dir. J. Le Goff. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 81-98.
- CHIESA, Paolo - Le traduzione. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 3. *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 165-196.
- CHIFFOLEAU, Jacques - *La comptabilité de l'au-delà: Les hommes, la mort et la religion dans la région d'Avignon à la fin du moyen-âge (vers1320 - vers1480)*. Roma: École Française de Rome, 1980.
- CHIOVARO, F. - Cassian, John (Johanes Cassianus). In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 3. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 181-183.
- CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte - Conventos. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. Azevedo. Vol. 2: *C-I*. Coord. A. M. Jorge et al. [Lisboa]: Centro de Estudos de História Religiosa, 2000-2001, p. 19-25.
- CLARK, Willene B. - The illustrated medieval Aviary and the lay-brotherhood. *Gesta*. 21/1 (1982) 63-74.
- CLASEN, S. - Anthony of Padua, St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 1. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 595-596.
- CLEMENTE, Manuel - Lisboa, diocese e patriarcado de. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. Azevedo. Vol. 3: *J-P*. Coord. A. M. Jorge et al. [Lisboa]: Centro de Estudos de História Religiosa, 2000-2001, p. 93-112.
- CLERK, V. C. de - Alexander, Patriarch of Alexandria, St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 1. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 294.
- CLERVAL, Alexandre - *Les écoles de Chartres au Moyen Âge: du v au xvi siècle*. Frankfurt: Minerva, 1965.
- CRISHOLM, Hugh - Bassianus, Joannes. In *Encyclopædia Britannica*. (ed. 11). Cambridge: University Press, 1910-1911.
- COCHERIL, Maur de - Abadias cistercienses portuguesas. *Lusitania Sacra*. 4 (1959) 61-92.
- ___ *Alcobaça: abadia cisterciense de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.
- ___ *D. Afonso Henriques et les premiers cisterciens portugais*. Guimarães: [s.n.], 1982.
- ___ *Les monastères cisterciens du nord de Portugal*. [S.l.: s.n. 19--].
- ___ *Études sur le monachisme en Espagne et au Portugal*. Paris: Les Belles Lettres, 1966.
- COELHO, Maria Helena da Cruz - Análise diplomática da produção documental do «scriptorium» de Lorvão: séculos X-XII. In *Estudos de homenagem ao Prof. Doutor José Marques*. Vol. 3. Porto: Faculdade de Letras da Universidade, 2006, p. 387-405.
- ___ Concelhos. In *Nova história de Portugal*. Dir. J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 3: *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): do condado portucalense à crise do século XIV*. Coord. M. H. da Cruz Coelho e A. L. de Carvalho Homem. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 554-584.
- ___ O arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir. In *IX Centenário da dedicação da sé de Braga. Actas*. Vol. II/1. Braga: Universidade Católica Portuguesa - Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990. p. 389-463.
- ___ *O mosteiro de Arouca: do século X ao século XIII*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1977.
- ___ Os tabeliães em Portugal, perfil profissional e sócio-económico. Estudos de diplomática portuguesa. Sevilla: Publicaciones de la Universidad de Sevilla. Separata de *Historia Instituciones Documentos*, 23 (1996).

- COELHO, Maria Helena da Cruz; MATOS, João José da Cunha - O convento velho de S. Domingos de Coimbra. *II Encontro sobre História Dominicana. Actas. Vol. II/2*. Porto: Dominicanos, 1986, p. 41-53.
- COELHO, Maria Helena da Cruz; MORUJÃO, Maria do Rosário - Les testaments du clergé de Coimbra: des individus aux réseaux sociaux. In *Carreiras eclesásticas no Ocidente cristão: séc. XII-XIV*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2007, p. 121-138.
- COELHO, Maria Helena da Cruz; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa - D. Vasco Martins, vescovo di Oporto e di Lisbona: una carriera tra Portogallo ed Avignone durante la prima metà del trecento. In *A igreja e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 117-136.
- COELHO, Maria Helena da Cruz; VENTURA, Leontina - A mulher como um bem e os bens da mulher. Coimbra: [s.n.], 1986. In *Actas do colóquio «A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais»*. Vol. 1. Coimbra: Faculdade de Letras, 1986, p. 51-90.
- COFFEY, L. M. - Volusianus of Tours. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 14. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 750.
- COLBERT, E. P. - Alvaro Pelayo. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 1. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 360
- ___ Justus of Urgel. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 8. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 102.
- ___ Juvenius, Gaius Vettius Aquilinus. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 11. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 102.
- COLLINS, Roger - *Visigothic Spain: 409-711*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.
- Colóquio sobre o livro antigo. V Centenário do livro impresso em Portugal: 1487-1987. Actas*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1992.
- CONDE, Antonio Linage - *Los orígenes del monacato benedictino en la Península Ibérica*. 3 vols. Léon: Centro de Estudios e Investigaciones San Isidoro, 1973.
- CONDE, Antonio Linage; FÉRNANDEZ CONDE, Javier; RIVERA RECIO, Juan Francisco - La renovación religiosa y cultural. In *Historia de la iglesia en España*. Dir. R. Garcia-Villoslada. Vol. 2/1: *La Iglesia en España de los siglos VIII-XIV*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982, p. 403-462.
- CONTAMINE, Philippe - *La guerra en la Edad Media*. Barcelona: Editorial Labor, 1984.
- CORBETT, J. A. - Stephen of Tournay. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 13. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 701.
- CORBIN, Solange - *Essai sur la musique religieuse: 1100-1385*. Paris: Les Belles Lettres, 1952.
- CORTESÃO, Jaime - S. Frei Gil: a história e a lenda. *A Águia: Órgão da Renascença Portuguesa*. 51 (1916) 73-76.
- CORTESI, Mariarosa - Umanesimo greco. In *Lo spazio letterario del Medioevo. II Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 3. *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 457-510.
- COSTA, António Domingues de Sousa - «Animadversiones criticae in vitam et opera canonistae Ioannis de Deo». *Antonianum*. 33 (1958) 76-124.
- ___ Colegiadas. In *Dicionário de história de Portugal*. Vol. 1. Dir. J. Serrão. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, p. 613-614.
- ___ Concílio provincial de Compostela realizado em 1292, com a participação de bispos portugueses, e a data do efectuado no tempo do arcebispo D. João Arias (no ambiente das concordatas de El-Rei D. Dinis). *Itinerarium*. 29 (1987) 394-470.
- ___ Considerações à volta da fundação da universidade portuguesa no dia 1 de Março de 1290. In *Congresso de história da Universidade de Coimbra. Actas. Vol. 1*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1991, p. 71-82.

- ___ Cultura medieval portuguesa: notas sobre um mestre português em Bolonha. *Itinerarium*. 1 (1955) 29-37.
- ___ Cultura medieval portuguesa: português, o Cardeal Gil? *Itinerarium*. 1 (1955) 296-306.
- ___ Dominicanos. In *Dicionário de história de Portugal*. Vol. 2. Dir. J. Serrão. Porto: Figueirinhas, 1989, p. 334-335.
- ___ *Doutrina penitencial do canonista João de Deus*. Braga: Franciscana, 1956.
- ___ Escolas episcopais e paroquiais. In *Dicionário de história de Portugal*. Dir. J. Serrão. Vol. 2. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, p. 75.
- ___ Estudantes portugueses na reitoria do colégio de S. Clemente em Bolonha. *Arquivos históricos de cultura portuguesa*. 3 (1970) 1-157.
- ___ *Estudos sobre Álvaro Pais*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1966.
- ___ Joannes de Deo. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 996.
- ___ *Mestre Silvestre e mestre Vicente, juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs*. Braga: Franciscana, 1963.
- ___ Mestre Silvestre e mestre Vicente, juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs. *Itinerarium*. 8 (1962) 87-136; 9 (1963) 249-311; 10 (1964) 314-364; 11 (1965) 54-97.
- ___ *Portugueses no colégio de S. Clemente e na universidade de Bolonha durante o século xv*. 2 vols. Bolonia: Real colégio de España, 1990.
- ___ Presenza di Alessandro di Hales e maestro Vincenzo Hispano nel concilio di Lione. *Antonianum*. 59 (1984) 71-218.
- ___ Redacções do «liber dispensationum» e da «summula super decimis ecclesiastis» do canonista João de Deus. *Revista Portuguesa de História*. 13 (1971) 269-297.
- ___ Theologia et ius canonicum iuxta canonistam Alvarum Pelagii. In *Conventus internationalis canonistarum diebus 20-25 maii 1968. Actae*. Roma: Typis Polygottis Vaticanis, 1970, p. 39-50.
- ___ *Um mestre português em Bolonha no século XIII. João de Deus: vida e obras*. Braga: Franciscana, 1957.
- COSTA, Avelino Jesus da - A biblioteca do cabido da sé de Braga nos fins do século XV. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1984. Separata dos *Anais da Academia Portuguesa de História*, 29 (1984).
- ___ A biblioteca e o tesouro da sé de Braga nos séculos XV a XVIII. Braga: [s.n.], 1984. Separata *Theologica*, 18 (1983).
- ___ A biblioteca e o tesouro da sé de Coimbra nos séculos XI a XVI. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1983. Separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 38 (1983).
- ___ A ordem de Cluny em Portugal. [s.l.]: Cenáculo, 1948.
- ___ *Álbum de paleografia e diplomática portuguesa*. Coimbra: Faculdade de Letras, Instituto de Paleografia e Diplomática, 1997.
- ___ Arquivos eclesiásticos portugueses: origem e evolução. Lisboa: [s.n.], 1980. Separata de *Dicionário de história da igreja em Portugal*, 1 (1980).
- ___ Bulário português do século XIII (1198-1303): homenagem ao Dr. Alberto Feio. Braga: [s.n.], 1986. Separata de *Bracara Augusta*, 39 (1985).
- ___ Cabido. In *Dicionário de História de Portugal*. Dir. J. Serrão. Vol. 1. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971.
- ___ Coimbra: centro de atracção e de irradiação de códices e de documentos, dentro da Península, nos séculos XI e XII. In *II Jornadas luso-espanholas de história medieval. Actas*. Vol. 4. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, p. 1297-1308.
- ___ D. João Peculiar: co-fundador do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, bispo do Porto e arcebispo de Braga. In *Santa Cruz de Coimbra do século XI ao século XX*. Coimbra: Paróquia de Santa Cruz de Coimbra, 1984, p. 59-83.

-
- *Estudos de cronologia, diplomática, paleografia e histórico-linguísticos*. Porto: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 1992.
- Fafes (Egas). In *Dictionnaire d'histoire et de géographie ecclésiastiques*. Dir. R. Aubert. Vol. 16. Paris: Letouzey et Ané, 1967, p. 386-387.
- Fragmentos preciosos de códices medievais. Braga: [s.n.], 1949. Separata do *Boletim do Arquivo Municipal de Braga*, 1 (1949).
- Inventário dos bens e obituário de Santa Maria de Alcáçova de Santarém. Coimbra: [s.n.], 1981. Separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 36 (1981).
- La chancellerie royale portugaise jusqu'au milieu du XIII^e siècle. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1975. Separata da *Revista Portuguesa da História*, 15 (1975) 143-168.
- *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos medievais e modernos*. Coimbra: Instituto de Paleografia e Diplomática, 1993.
- *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*. 2 vols. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997-2000.
- O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga. In *Congresso internacional IX centenário da dedicação da sé de Braga*. Actas. Vol. 1. Braga: Universidade Católica Portuguesa - Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 379-432.
- Os mais antigos documentos escritos em português: revisão de um problema histórico-linguístico. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, 1979. Separata da *Revista Portuguesa de História*, 17 (1979).
- COSTA, Manuel Gonçalves - *História do Bispado e Cidade de Lamego*. Vols. 1-2. Lamego: [s.n.], 1977.
- COSTA, Maria Antonieta Moreira da - Nepotismo e poder na arquidiocese de Braga: 1245-1374. *Lusitania Sacra*. 17 (2005) 117-140.
- *O cabido de Braga na segunda metade da centúria de duzentos: 1245-1278*. Tese de mestrado em história e cultura medievais apresentada à Universidade do Minho. Braga: [s.n.] 2000.
- Os cônegos da sé de Braga e a sociedade local: 1245-1278. *Lusitania Sacra*. 13-14 (2001-2002) 41-58.
- COSTA, Mário Alberto Nunes - *Reflexão acerca dos locais ducentistas atribuídos ao estudo geral*. Coimbra: Universidade, 1991.
- COSTA, Mário Júlio de Almeida - *Origem da enfiteuse no direito português*. Coimbra: Coimbra Editora, 1957.
- Para a história da cultura jurídica medieva em Portugal. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*. 35 (1959) 253-276.
- *Raízes do censo consignativo para a história do crédito medieval português*. Coimbra: Atlântida, 1961.
- COSTA, Marisa - Ensino em Portugal na Idade Média. Bibliografia. *La enseñanza en la Edad Media: 10 semanas de estudios medievales*. Actas. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, p. 507-520.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto - *A ordem militar do Hospital em Portugal: sécs. XII-XV*. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto Porto: [s.n.], 1993.
- CREMASCOLI, Giuseppe - Il sacro nella poesia mediolatina. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 2. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 111-156.
- CRESPI, Franco - *Manual de sociologia da cultura*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- CRIADO, Buenaventura Delgado - Pedagogos cristianos y sus escritos sobre educación. In *Historia de la acción educadora de la iglesia en España*. Dir. B. B. Martínez. Vol. 1: *edades antigua, media y moderna*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995, p. 158-174.
- CROUZEL, H. Origen and origenism. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 10. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 767-774.

- CRUZ, António - A assistência na cidade do Porto e seu termo durante a Idade Média. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Lisboa: 1973. Separata das *Actas das 1ª Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, p. 329-344.
- A cultura (1100-1245). In *História de Portugal*. Dir. José Hermano Saraiva. Vol. 2. Lisboa: Publicações Alfa, 1983, p. 323-356.
- *Algumas observações sobre a vida económica e social da cidade do Porto nas vésperas de Alcácer Quibir*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1967.
- D. Teotónio, prior de Santa Cruz: o primeiro cruzado e primeiro santo de Portugal. In *Santa Cruz de Coimbra do século XI ao século XX: estudos no IX Centenário do Nascimento de S. Teotónio, 1082-1982*. Coimbra: Paróquia de Santa Cruz de Coimbra, 1984, p. 21-58.
- Os mestres do Porto: subsidios para a história das antigas corporações dos ofícios mecânicos. [s.l.]: Sub-Secretariado de Estado das Cooperações e Previdência Social, 1943.
- *Paleografia portuguesa*. Porto: [Universidade Portucalense], 1987.
- *Santa Cruz de Coimbra na cultura portuguesa da Idade Média*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 vols. Porto: [s.n.], 1964.
- Textos medievais das leituras de «Filosofia» de Santa Cruz de Coimbra. *Revista Portuguesa de Filosofia*. 11 (1955) 394-402.
- CUCHE, Denys - *A noção de cultura nas ciências sociais*. Lisboa: Fim de Século, 2003.
- CUESTA, Ismael Fernández de la - La música sagrada. In *Historia de la acción educadora de la iglesia en España*. Dir. B. B. Martínez. Vol. 1: *edades antigua, media y moderna*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995, p. 375-382.
- CUMMINGS, J. T. - Gregory of Nazianzus, St. - In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 6. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 791-794.
- CUNHA, Maria Cristina Almeida - *A chancelaria arquiépiscopal de Braga: 1071-1244*. Tese de doutoramento em história apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: [s.n.], 1998.
- *A ordem militar de Avis: das origens até 1329*. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: [s.n.], 1989.
- A organização da chancelaria arquiépiscopal de Braga: dos primórdios a 1244. *Lusitânia Sacra*. 13-14 (2001-2002) 453-466.
- Alguns tabeliães do Algarve durante a Idade Média. Porto: Centro de História da Universidade, 1987. Separata da *Revista de História*, 7 (1987).
- Tabeliães bracarenses no século XIII. In *Colóquio internacional IX Centenário da dedicação da sé de Braga. Actas*. Vol. II/1. Braga: Universidade Católica Portuguesa - Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 249-265.
- CUNHA, Maria Cristina Almeida; SILVA, Maria João Oliveira - Il clero della diocesi di Porto nell'Europa del medioevo. In *A igreja e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 47-62.
- The king's service and god's service: attitudes of the prelate from Porto, D. Vicente Mendes: 1260-1296. In *Carreiras eclesiásticas no Ocidente cristão*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2007, p. 257-267.
- CUNHA, Mário Raul de Sousa - *A ordem militar de Santiago: das origens a 1327*. Tese de mestrado em história medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: [s.n.], 1991.
- CUNNINGHAM, M. P. - Ovid in christian culture. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 10. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 838-839.
- CURTIUS, Ernst Robert - *Literatura Europeia e Idade Média Latina*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957.
- DAIN, Alphonse - *Les manuscrits*. Paris: Les Belles Lettres, 1975.

- DALY, M. J. - Beatus of Liébana. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 2. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 198.
- DANTAS, Júlio - Os livros em Portugal na Idade Média. A livraria de Mumadona. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. 2 (1921) 2-7.
- Dares Phrygius. In *The Oxford Companion to English literature*. Ed. M. Drabble. Oxford -New York - Tokyo - Melbourne: Oxford University Press, 1985, p. 254.
- DAVID, Pierre - *A sé velha de Coimbra: das origens ao século xv*. Porto: Portucalense Editora, 1947.
- ___ Coimbra. In *Dictionnaire d'histoire et géographie ecclésiastique*. Vol. 13. Paris: 1956, cols. 204-221.
- ___ *Études historiques sur la Galicie et le Portugal*. Lisboa: Livraria de Portugal, 1947.
- ___ Français du midi dans les évêchés portugais: 1279-1390. Lisbonne: Coimbra Editora, 1944. Separata do *Bulletin des études portugaises*, 9 (1943) 1-55.
- ___ L'organisation ecclésiastique du royaume suève au temps de St. Martin de Braga. In *Études historiques sur la Galicie et le Portugal*. Lisboa: Livraria de Portugal, 1947, p. 1-82.
- ___ Regula sancti Augustini. A propos d'une fausse charte de fondation du chapitre de Coimbra. *Revista Portuguesa de História*. 3 (1947) 27-39.
- DAVIS, C. - Adso of Montier-en-der. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 1. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 148.
- DE BRUYNE, É. - *Études d'Esthétique Médiévale. Tom. 1. De Boèce à Jean Scott Érigène*. Bruges: De Tempel, 1946.
- DE CLERCQ, Vitor C. - Athanasius, St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 1. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 996-999.
- ___ Review in «Potamius» de Lisbonne et la controverse arienne. *Vigiliae Christianae*. 26/2 (Jun. 1972) 154-157.
- DE LEÓN, Enrique. Graciano (Graziano, Gratianus). In *Juristas universales. Vol. 1: Juristas antiguos*. Madrid - Barcelona: Marcial Pons, 2004, p. 314-319.
- DE VOGÜE, Adalbert de - Le regole monastiche antiche. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 3. *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 607-632.
- DEL PUNTA, Francesco; LUNA, Concetta - La teologia scolastica. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 2. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 323-354.
- DELHAYE, Philippe - L'organisation scolaire au XII^e siècle. *Traditio*. 5 (1947) 211-267.
- ___ William of Conches. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 14. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 923-924.
- DENNIS, G. T. - John Damascene, St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 1047-1049.
- DEREINE, Charles - Chanoines: des origines au XIII^e siècle. In *Dictionnaire de géographie et histoire ecclésiastiques*. Dir. A. Baudrillart, A. de Meyer, É. van Cauwenbergh e R. Aubert. Vol. 13. Paris: Letouzey et Ané, 1953, cols. 353-404.
- ___ Vie commune, règle de saint Augustin et chanoines réguliers au XI^e siècle. *Revue d'Histoire Ecclésiastique*. 41 (1946) 365-406.
- DEROLEZ, Albert - *Les catalogues de bibliothèques*. Turnhout: Brepols, 1979.
- DES PLACES, É. - Ephrem The Syrian. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 5. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 463-464.
- DESMOND, Marilynn - Bernardus Silvestris and the Corpus of the Aeneid. In *The classics in the Middle Ages*. Ed. A. S. Bernardo e S. Levin. Binghamton: Centre for Medieval and Early Renaissance Studies, 1990.

- DESTREZ, Jean - *La «pecia» dans les manuscrits universitaires du XIII^e et XIV^e siècle*. Paris: [s.n.], 1935.
- DEUG-SU, I - Gli “specula”. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 2. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 515-534.
- DEVOS, P. - Anastasius the Librarian. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 1. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 480-481.
- D’HAENENS, Albert - Écrire, utiliser et conserver des textes pendant 1500 ans: la relation occidentale à l’écriture. Louvain-la-Neuve: Centre Interuniversitaire d’Histoire de l’Écriture, 1983. Separata de *Scrittura e Civiltà*, 7 (1983).
- D’HAUCOURT, Geneviève - *A vida na Idade Média*. Lisboa: Livros do Brasil, 1982.
- D’IRSAY, Stephen - *Histoire des universités françaises et étrangères des origines à nos jours*. Vol. 1: *Moyen Âge et Renaissance*. Paris: A. Picard, 1933.
- The life and works of Gilles de Corbeil. *Annals of Medical History*. 8 (1925) 362-378.
- DIAS, Ana de Oliveira - *Commentarium in Apocalypsin: o número e a forma geométrica na tradição simbólica das ilustrações do «Beato» de S. Mamede de Lorvão*. Tese de mestrado em história medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2012.
- DIAS, Geraldo Coelho - Cluniacenses. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. Azevedo. A. M. Jorge et al. [Lisboa]: Centro de Estudos de História Religiosa - Círculo de Leitores, 2000-2001, p. 381-385.
- Os sermões de Frei Paio de Coimbra e o Antigo Testamento. In *II Encontro sobre história dominicana. Actas*. Vol. 1. Porto: Dominicanos, 1984, p. 381-389.
- DIAS, Nuno José Pizarro - *Cortes portuguesas: 1211 a 1383*. Trabalho para prestação de provas de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentado à Universidade do Minho. Braga: [s.n.], 1987.
- DIAZ Y DIAZ, Manuel - Biblioteca de Santa Cruz de Coimbra. In *Dicionário de literatura medieval galega e portuguesa*. Dir. G. Lanciani e G. Tavani. Lisboa: Caminho, 1993, p. 97.
- *Codices visigóticos en la monarquía leonesa*. Léon: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, 1983.
- *Index scriptorum latinorum Medii Aevi hispanorum*. 2 Vols. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1958-1959.
- *Introducción general a San Isidoro de Sevilla: Etimologías*. Madrid: 1982, p. 1-257.
- La vie littéraire chez les mozarabes de Tolède, du VIII^e au IX^e siècle. In *Actes du Premier Congrès International d’Études Mozarabes*. Tom. 3. *Arte y Cultura Mozarabe*. Toledo: 1979, p. 71-101.
- Sobre la vida y milagros de San Rosendo. In *1^o Ciclo de conferências: S. Rosendo e o séc. X*. Actas. Câmara Municipal de Sto. Tirso 1992, p. 35-44.
- Trezenzónio. In *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Coord. G. Lanciani e G. Tavani. Lisboa: Caminho, 1993.
- Dicionário da história da Igreja em Portugal*. Dir. A. A. Banha de Andrade. 3 vols. Lisboa: Resistência, 1980-1984.
- Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Coord. G. Lanciani e G. Tavani. Lisboa: Caminho, 1993.
- Dicionário de história de Portugal*. Dir. J. Serrão. 6 vols. Porto: Figueirinhas, 1985.
- Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. Azevedo. A. M. Jorge et al. 4 vols. [Lisboa]: Centro de Estudos de História Religiosa - Círculo de Leitores, 2000-2001.
- Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Dir. A. Houaiss, M. de Salles Vilar e F. M. de Mello Franco. 6 vols. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003.
- Dicionário ilustrado da história de Portugal*. 2 vols. [Lisboa]: Alfa, 1985.
- Dictionnaire de droit canonique*. Dir. R. Naz. 7 vols. Paris: Letouzey et Ane, 1937-1965.

- Dictionaire historique de la papauté.* Dir. P. Levillain. Paris: Fayard, 1994.
- Dictionnaire de théologie catholique contenant l'exposé des doctrines de la théologie catholique leurs preuves et leur histor.* 30 vols. Dir. A. Vacant, E. Mangenot e É. Amman. Paris: Libraire Letouzey et Ané, 1930-1950.
- DIDIER, J. C. - Garnerius of Rochefort. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 6. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 291.
- DINZELBACHER, Peter - Visioni e profezie. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 2. *La circolazione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 649-688.
- DIOS, Ángel Marcos de - A transferência de escolares entre Salamanca e Coimbra. In *Congresso História da universidade no 7º centenário da sua fundação, 5 a 9 de Março de 1990. Actas*. Vol. 3. Coimbra: C. O. C. H. U., 1991, p. 155-164.
- Dizionario di erudizione storico-ecclesiastico*. Ed. G. Moroni. 103 vols. Venezia: Tipografia Emiliana, 1840 - 1861.
- DOD, Bernard G. - Aristotle latinus. In *The Cambridge history of later medieval philosophy*. Ed. N. Kretzman, A. Kenny e J. Pinborg. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 45-79.
- DONAGAN, Alan - Thomas Aquinas on human action. In *The Cambridge history of later medieval philosophy*. Ed. N. Kretzman, A. Kenny e J. Pinborg. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 642-654.
- DONAHUE, C. J. - Bede, St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 2. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 217.
- DONNINI, Mauro - Versificazione: I testi. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 3. *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 221-251.
- ___ Versificazione: le tecniche. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 3. *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 251-270.
- DRESSLER, H. - Haimo of Auxerre. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 6. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 898-899.
- ___ Irenaeus, St. - In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 631-632.
- DRONKE, Peter. Bernard Silvestris: nature and personification. In *Intellectuals and poets in Medieval Europe*. Rome: Edizioni di storia e letteratura, 1992.
- DU ROY, O. J.-B. - Augustine, St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 1. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 1041-1058.
- DUBY, Georges - *A civilização latina: dos tempos antigos ao mundo moderno*. Dir. G. Duby. Lisboa: Dom Quixote, 1989.
- ___ *A Europa na Idade Média*. Lisboa: Teorema, 1989.
- ___ *A sociedade cavaleiresca*. [Lisboa]: Teorema, 1990.
- ___ *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1982.
- ___ *Damas do século XII. 2 Vols*. Lisboa: Teorema, 1996.
- ___ *Economia rural e vida no campo no Ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1987-1988.
- ___ Famille et parenté dans l'Occident medieval. In *Actes du Colloque de Paris: communications et débats*. Rome: École Française de Rome, 1977.
- ___ *Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento económico europeu do século VII ao século XII*. Lisboa: Estampa, 1980.
- ___ *Hommes et structures du Moyen Âge: recueil d'articles*. Paris: Éditions de École des Hautes en Sciences Sociales, 1984.

- La Renaissance du XII^e siècle. Audience et patronage. In *Mâle Moyen Âge. De l'amour et autres essais*. Paris: [s.n.], 1988, p. 180-202.
- *O ano mil*. Lisboa: Edições 70, imp. 1980.
- *O cavaleiro, a mulher e o padre: o casamento na França feudal*. Lisboa: Dom Quixote, 1988.
- *O tempo das catedrais*. Lisboa: Estampa, 1979.
- *Para uma história das mentalidades*. Lisboa: Terramar, 1999.
- DUGAN, C. - Baldwin of Canterbury. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 2. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 28-29.
- DURAND, Robert - La vigne et le vin dans le bassin du Mondego au Moyen Age (II^e-XIII^e siècles). *Arquivos do centro cultural português*. 5 (1972) 13-37.
- *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XII^e et XIII^e siècles*. Paris: Fundação Calouste Gulbekian - Centro Cultural Português, 1982.
- DURLING, Richard J. - *A dictionary of medical terms in Galen*. Leiden: E. J. Brill, 1993.
- ECO, Umberto - *Como se faz uma tese em ciências humanas*. Barcarena: Editorial Presença, 2008.
- EDWARDS, P. - Peter of Celle. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 11. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 214.
- ELIAS, Norbert - *O processo civilizacional: investigações sociogenéticas e psicogenéticas*. 2 vols. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1989.
- Enciclopedia dei Papi*. 2 vols. Roma: Instituto dell'Enciclopedia Italiana, 2000.
- ERDMANN, Carl - *A ideia de cruzada em Portugal*. Coimbra: Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1940.
- *De como Afonso Henriques assumiu o título de rei*. Coimbra: [s.n.], 1940.
- O Papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa. Coimbra: Coimbra Editora, 1935. Separata do *Boletim do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra*, 5 (1935).
- *Papstskunden in Portugal*. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung, 1927.
- ESCOLAR, Hipólito - El libro y su función en los tiempos medievales. *Archivos, Bibliotecas y Museos*. 72 (1979) 467-472.
- ESPANCA, Túlio - *Inventário artístico de Portugal: distrito de Évora; concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1975.
- ESPOSITO, Mario - *A ninth-century astronomical treatise*. The University of Chicago Press. 18/4 (1920) 177-188.
- FABIAN, C. - Personennamen des Mittelalters (PMA). *Nomina Scriptorum Medii Aevi*. Bayerische Staatsbibliothek. 2. Auflage. München: 2000.
- FALCONIERI, Tommaso di Carpegna - La curia romana tra XI e XIII secolo: a propósito di libri già scritti e di libri che mancano ancora. In *A igreja e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 195-203.
- FARELO, Mário - A quem são teúdos os barões e sages cónegos? Perspectivas sobre as redes de solidariedade no cabido da sé de Lisboa (1277-1377). *Lusitania Sacra*. 17 (2005) 141-182.
- *La peregrinatio académica portugaise vers l'alma mater parisienne, XII^e-XV^e siècles*. Tese de mestrado em história apresentada à Universidade de Montréal. Montréal: [s.n.], 1999.
- *O cabido da sé de Lisboa e os seus cónegos*. Tese de mestrado em história apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 vols. Lisboa: [s.n.], 2003.
- FARELO, Mário; ROLDÃO, Filipa; MARQUES, André - Os clérigos na administração dionisina (1297-1325). In *Carreiras eclesiais no ocidente cristão: séc. XII-XIV*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2007, p. 269-313.

- FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça - *Dicionário do livro: terminologia relativa ao suporte, ao texto, à edição e encadernação, ao tratamento técnico, etc.* Lisboa: Guimarães Editora, 1988.
- FARMER, H. - Augustine of Canterbury, St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 1. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 1058.
- Fastos episcopais da igreja primacial de Braga: séc. III - séc. XX.* Org. J. A. Ferreira. 4 vols. Braga: Edição da Mitra Bracarense, 1928-1935.
- FEIO, Alberto - Os bens dum bispo de meia idade: inventário do século XIII. *Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga*. 1 (1920) 118-126.
- FERNANDES, Aires Gomes - As relações entre a coroa e o mosteiro de S. Jorge de Coimbra em tempos medievos. *Lusitania Sacra*. 17 (2005) 331-376.
- FERNANDES, Armando de Almeida - Acção dos cistercienses de Tarouca: as granjas nos séculos XII e XIII. Guimarães: [s.n.], 1974. Separata da *Revista de Guimarães*, 83 (1976).
- ___ *Paróquias suevas e dioceses visigóticas*. Viana do Castelo: [s.n.], 1968.
- FERNANDES, Fátima Regina - A recepção do direito romano no ocidente europeu medieval: Portugal, um caso de afirmação Régia. *História: Questões e Debates*. 41 (2004) 73-83.
- FERNANDES, Hermenegildo - *D. Sancho II: tragédia*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2006.
- ___ *Entre mouros e cristãos: a sociedade de fronteira no sudoeste peninsular interior (séculos XII-XIII)*. Tese de doutoramento em história medieval Letras apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa Coimbra. Lisboa: [s.n.], 2000.
- FERNANDES, Raul Miguel Rosado - Breve introdução aos estudos retóricos em Portugal. In *Elementos de retórica literária*. Lisboa: [s.n.], 1982, p. 14-20.
- FERNANDEZ VALVERDE, Juan - Estudo. In *Roderici Ximenii de Rada Breviarium, Historie catholice*. Turnholt: Brepols, 1992-1993, p. IX-XXXVIII.
- FERRÃO, Bernardo - *Mobiliário português. Vol. 1*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1990.
- FERRARI, Mirela - Il relancio dei classici e dei Padri. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 3. *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 429-456.
- FERRAÚ, Giacomo - In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 3. *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 661-696.
- FERREIRA, Celestino Correia Rodrigues - Viseu, diocese de. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. Azevedo. Vol. 4: P-V. A. M. Jorge et al. [Lisboa]: Centro de Estudos de História Religiosa 2000-2001, p. 352-362.
- FERREIRA, J. - John XXI (Peter of Spain). In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 1013-1014.
- FERREIRA, José Augusto - *História abreviada do seminário conciliar de Braga e das escolas eclesiásticas precedentes: séc. VI-XX*. Braga: Mitra Bracarense, 1937.
- ___ *Memórias archeologico-historicas da cidade do Porto: fastos episcopaes e políticos: séc. VI-XX*. Braga: Cruz & Cª, 1923-1924.
- FERREIRA, José de Azevedo - *A transmissão do texto medieval*. In *V Centenário do Livro Impresso em Portugal. Colóquio sobre o livro antigo. V Centenário do livro impresso em Portugal: 1487-1987. Actas*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1992, p. 243-252.
- FERREIRA, Manuel M. R - *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra no século XII*. Tese de licenciatura em história apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: [s. n], 1962.
- FERRO ORTIZ, Javier - Enrique de Susa (el Ostiense) (Enrico de Susa, cardinale ostiense; Henricus de Segusio [o Segusia], Hostiensis). In *Juristas universales. Vol. 1: Juristas antiguos*. Madrid - Barcelona: Marcial Pons, 2004, p. 444-448.
- FIGANIÉR Frederico Francisco de la - *Memórias das rainhas de Portugal: D Teresa - Santa Isabel*. Lisboa: Typografia Universal, 1859.

- FIGUEIREDO, António Pedro de - *Portugueses nos concílios geraes: relação dos embaixadores, prelados e doutores portugueses, que tem assistido nos concílios geraes do occidente desdos primeiros lateranenses até o novissimo tridentino*. Lisboa: Officina de Antonio Gomes, 1787.
- FIGUEIREDO, José Anastácio de - *Memória sobre a qual foi a época certa da introdução do direito de Justiniano em Portugal e o modo da sua introdução, e os graos de auctoridade que entre nós adquirio*. In *Memórias da língua portuguesa. Vol. 1*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1792.
- FINK-ERRERA, Guy - La produzione dei libri di testo nelle università medievali. In *Libri e lettori nel Medioevo, guida storica e critica*. Dir. G. Cavallo. Roma: Biblioteca Universale Laterza, 1993, p. 131-166.
- FISCHER, B. - Amalarius. In *New Catholic Encyclopedia. Vol. 1*. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 363-364.
- FLAMANT, Jaques - Macrobius [1] M, Theodosius. In *Brill's New Pauly Encyclopedia of the Ancient World*. Ed. H. Cancik e H. Schneider. Vol. 8: *Lyd-Mine*. Leiden - Boston: Brill, 2007, col. 101-103.
- FLEISCH, Ingo - *Kirche, königtum und gelehrtes recht im hochmittelalterlichen Portugal*. Tese de mestrado apresentada à Universidade Otto Friedrich de Bamberg. Bamberg: [s.n.], 1998.
- *Sacerdotium, regnum, studium: der westiberische raum und die europäische universitätskultur im hochmittelalter. Prosopographische und rechtsgeschichtliche studien*. Munster: [s.n.], 2006.
- The portuguese clergy and the european universities in the 12th and 13th centuries. In *Carreiras eclesiásticas no ocidente cristão: sécs. XII-XIV*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2007, p. 63-75.
- FLOOD JR., Bruce P. - The Medieval Herbal Tradition of Macer Floridus. In *Pharmacy in History. Vol. 18*, nº 2. [s.l.]: American Institute of the History of Pharmacy, 1976, pp. 62-66.
- FONTES, Juan Torres - «Maestre Nicolas, medico Alfonsi». *Mvrgetana*. 6 (1954) 9-16.
- FOSSIER, Robert - *Le Moyen Âge. Vol. 2: l'éveil de l'Europe, 950-1250*. Paris: Armand Colin, 1983.
- *Le Moyen Âge. Vol. 3: Les temps de crises: 1250-1520*. Paris: Armand Colin, 1983.
- FRANCISQUE-MICHEL, Rolland - *Les portugais en France. Les français au Portugal*. Paris: Guillard, Aillaud & C. Éditeurs, 1882.
- FRANÇOIS, M - Gregory X. In *New Catholic Encyclopedia. Vol. 6*. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 777.
- FRIAS, Agostinho Figueiredo - O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Perspectivação histórica. In *Catálogo dos códices da livraria de mão do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Municipal do Porto*. Coord. A. A. Nascimento e J. F. Meirinhos. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1997, p. XXXI-LXVIII.
- FRIAS, Agostinho Figueiredo, MEIRINHOS, José - Bibliografia do *scriptorium* e do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. In *Catálogo dos códices da livraria de mão do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Municipal do Porto*. Coord. A. A. Nascimento e J. F. Meirinhos. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1997, p. CVII-CXII.
- FRIOLI, Donattella - Gli strumenti dello scriba. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 1. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 293-324.
- I documenti. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 3. *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 575-606.
- FONSECA, Luis Adão da - Ordens militares. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 2: *J-P*. Ana Maria Jorge et al. [Lisboa]: Centro de Estudos de História Religiosa 2000-2001, p. 334-345.
- FORTE, S. L. - Bernard Gui. In *New Catholic Encyclopedia. Vol. 2*. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 340.

- FOSSIER, Robert - Le Moyen Âge. Paris: Vol. 2: *L'éveil de l'Europe: 950-1250*. Paris: Armand Colin, 1982-1983.
- FOUCAULT - *Histoire de la sexualité. Vol. 1. Cap. 1: La volonté de savoir*. [Paris]: Gallimard, 2002-2003.
- FROVA, Carla - Scuole e università. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 2. *La circolazione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 331-360.
- FURTADO, João Rodrigo Narciso - *Contribuição para o estudo do pensamento político de Álvaro Pais*. Lisboa: [s.n.], 1952. Tese de licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1952.
- GAMBOSO, Vergilio - La «Sancti Antonii confessoris de Padua vita di Sicco Ricci Polentone». *Il Santo*. 11 (1971), 199-283.
- GARCÍA DE CORTAZAR, José Angel; AGUIRRE, Ruiz de - Viajeros, peregrinos, mercaderes en la Europa Medieval. In *Viajeros, peregrinos, mercaderes en el Occidente medieval*. Pamplona: 1999, p. 15-52.
- GARCÍA GALLO, Alfonso - El concilio de Coyanza: contribución al estudio del derecho canónico español en la Alta Edad Media. Madrid: [Instituto Nacional de Estudios Jurídicos], 1951. Separata del *Anuario de Historia del Derecho Español*, 20 (1950).
- GARCÍA-PEÑUELA, José María Vázquez - Roffredo de Benevento (Roffredo Epifanio da Benevento, Roffredus Beneventanus). In *Juristas universales. Vol. 1: Juristas antiguos*. Madrid - Barcelona: Marcial Pons, 2004, p. 397-400.
- GARCÍA TEJEDOR, Carlos Miranda - Beato de Liébana: el himno o Dei Verbum y la peregrinación a Santiago de Compostela: consideraciones en torno al beato de Girona. In: *XXIII Ruta cicloturística del románico internacional*. Pontevedra: 2005, p. 97-110.
- GARCÍA y GARCÍA, Antonio - As faculdades de direito. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 389-407.
- As universidades ibéricas do século XIII: considerações metodológicas. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*. 38 (1997) 7-23.
- Aspectos de la universidad portuguesa medieval. In *The universities in the Middle Ages*. Ed. J. Ljsewijn e J. Paquet. Lovaina: Leuven University Press, 1978, p. 133-147.
- Damasus. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 4. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 624-626.
- El studium bononiense y la Península Iberica. In *Iglesia, sociedad y derecho. Vol. 1*. Universidad Pontificia de Salamanca. Salamanca: Biblioteca de la Caja de Ahorros y M. de P. de Salamanca, 1985, p. 45-64.
- En torno a la canonística portuguesa medieval. In *Iglesia, sociedad y derecho. Vol. 1*. Universidad Pontificia de Salamanca. Salamanca: Biblioteca de la Caja de Ahorros y M. de P. de Salamanca, 1985, p. 13-27.
- En torno al derecho romano en la España medieval. In *Iglesia, sociedad y derecho. Vol. 1*. Universidad Pontificia de Salamanca. Salamanca: Biblioteca de la Caja de Ahorros y M. de P. de Salamanca, 1985, p. 65-76.
- Escolares da la diocese de Guarda e Lamego em Salamanca durante la baja Edad Media. In *Congresso histórico luso-espanhol sobre o tratado de Alcanices. Actas*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1998, p. 303-313.
- *Estudios sobre la canonística portuguesa medieval*. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1976.
- Fastos e nefastos de la «summa de libertate ecclesiastica» de Don Egas de Viseu. *Revista de História das Ideias*. 22 (2001) 71-96.
- *La canonística ibérica (1150-1250) en la investigación reciente*. In *Derecho comum en España. Los juristas y sus obras*. Murcia: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Murcia, 1991, 47-77.

- *Laurentius Hispanus: datos biográficos y estudio crítico de sus obras*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1956.
- Proyección de la canonística portuguesa medieval en España. In *Iglesia, sociedad y derecho*. Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca, 1985, p. 99-115.
- Vincent of Spain. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 14. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 683-684.
- GARDET, L. - Avicenna (Ibn Sīnā, Abū ‘Alī Al- Husayn). In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 1. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 1131-1132.
- GARFAGNINI, Gian Carlo - La scienza. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 2. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 601-634.
- GARVIN, J. N. - Peter Comestor. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 11. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 214.
- GASPAR, Jorge - A cidade portuguesa na Idade Média. Aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional. In *La ciudad hispánica durante los siglos XIII al XVI*. Vol. 1. Madrid: Universidad Complutense, 1985, p. 133-147.
- GATTI, Paolo - Donatus, Aelius. In *Brill's New Pauly Encyclopedia of the Ancient World*. Ed. H. Cancik e H. Schneider. Vol. 4: *Cyr-Epi*. Leiden - Boston: Brill, 2007, col. 664.
- GAUDEMET, Jean - *La doctrine canonique médiévale*. Londres: Variorum, 1994.
- *La formation du droit canonique medieval*. London: Variorum, 1980.
- L' élection épiscopale d'après les canonistes de la deuxième moitié du XII^e siècle. In *Église et société en occident au Moyen Âge*. London: Variorum, 1984, p. 476-489.
- GÉNICOT, Léopold - *Le XIII^e siècle européen*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.
- *Linhas de rumo da Idade Média*. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1963.
- GERWING, M. - Gottfried Babion. In *Lexicon des Mittelalters*. Vol. 4. München-Zürich: Brepols, 1989, Sp. 1119.
- GHASARIAN, Christian - *Introdução ao estudo do parentesco*. Lisboa: Terramar, 1999.
- GHELLINK, Joseph de - *Le mouvement théologique du XI^e siècle. Sa préparation lointaine. Avant et autour de Pierre Lombard. Ses rapports avec les initiatives des canonistes. Etudes, recherches et documents*. Bruges: De Tempel, 1948.
- GIBSON, A. G. - Nicholas of Myra, St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 10. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 454.
- GIDDENS, Anthony - *La constitution de la société*. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.
- GIEYSZTOR, Aleksander - Gestão e recursos. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 107-141.
- GIGANTE, José António Martins - *Instituições de direito canónico*. 2 vols. Braga: [s.n.], 1951.
- GIL FERNÁNDEZ, Juan - La escuela visigoda y mozárabe. In *Historia de la acción educadora de la iglesia en España*. Dir. B. B. Martínez. Vol. 1: *edades antigua, media y moderna*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995, p. 175-194.
- GILSON, Étienne - Avicenne en Occident au Moyen Age. *AHDLMA*. 36 (1969) 89-121.
- *Histoire de la philosophie aux Moyen Âge*. Paris: [s.n.], 1946.
- *Jean Duns Scot: introduction a ses positions fondamentales*. Paris: J. Vrin, 1952.
- La cosmogonie de Bernard Silvestre. In *Archives d'histoire doctrinale et littéraire du Moyen Âge*. 3 (1928) 5-24.
- *La filosofía en la Edad Media: desde los orígenes hasta el fin del siglo XIV*. Madrid: Gredos, 1976.

- *La théologie mystique de Saint Bernard*. Paris: J. Vrin, 1947.
- *La philosophie au Moyen Âge: des origines patristiques à la fin du XIV^e siècle*. Paris: Payot, 1986.
- Le moyen âge et le naturalisme antique. *AHDLMA*. 7 (1932) 5-37.
- Les recherches histórico-critiques et l'avenir de scolastique. *Antonianum*. 26 (1951) 40-48.
- Pierre Lombard et les théologies de l'essence. *Revue du Moyen Age Latin*. 1 (1945) 61-64.
- Sens et nature de l'argument de saint Anselme. *AHDLMA*. 9 (1934) 5-51.
- GIMENO BLAY, Francisco - Aprender a escribir en la Peninsula Ibérica: de la Edad Media al Renacimiento. In *Escribir y Leer en Occidente*. Ed. A. Petrucci e F. M. Gimeno Blay. Valencia: Universidad de Valencia, 1995, p. 125-144.
- GLAZE, Florence Eliza - Gariopontus and the Salernitans: Textual traditions in the eleventh and twelfth Centuries. In *La «Collectio Salernitana» di Salvatore De Renzi*. Ed. D. Jacquart e A. P. Bagliani. Firenze: SISMEL Galluzzo, 2009, pp. 149-90.
- Prolegomena: Scholastic openings to Gariopontus of Salerno's «Passionarius». In *Between Text and Patient: the Medical Enterprise in Medieval & Early Modern Europe*. Ed. F. E. G. e B. K. Nance. Firenze: SISMEL Galluzzo, 2011, pp. 57-86.
- GODINHO, Alice Correia - *D. Dinis: subsidios para o estudo da sua chancelaria: fls. 87v-167*. Coimbra: [s.n.], 1969.
- GODMAN, Peter - Il período carolíngio. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 3. *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 339-374.
- GOMES, Josué Pinharanda - Guarda, diocese de. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 2: *C-I*. Ana Maria Jorge et al. [Lisboa]: Centro de Estudos de História Religiosa 2000-2001, p. 309-318.
- *História da diocese da Guarda*. Braga: Pax, 1981.
- GOMES, Saul António - A chancelaria do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa nos séculos XII e XIII. In *Colecção de estudos em homenagem ao académico de mérito, Professor Dr. José Pedro Machado no seu 90º aniversário*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2004, p. 163-213. Lisboa: [s.n.], 2004.
- A memória dos fiéis defuntos no obituário da sé de Lamego. *Biblos*. 72 (1996) 149-174.
- A religião dos clérigos: vivências espirituais, elaboração doutrinal e transmissão cultural. In *Historia religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 1: *Formação e limites da cristandade*. Coord. A. M. Jorge e A. M. Rodrigues. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 339-422.
- A solidariedade eclesial na promoção de escolares pobres a estudos universitários: o exemplo coimbrão nos séculos XIV e XV. In *Congresso de História da universidade. Actas*. Vol. 4. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1991, p. 195-234.
- As ordens mendicantes na Coimbra medieval: tópicos e documentos. *Lusitania Sacra*. 10 (1998) 149-215.
- Coimbre. In *Dictionnaire encyclopédique du Moyen Âge*. Dir. A. Vauchez. Vol. 1. Paris: Cerf, 1997, p. 352-353.
- Cónegos regantes de Santo Agostinho. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 1: *A-C*. Coord.: A. M. Jorge et al. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2001, p. 429-434.
- Documentos medievais de Santa Cruz de Coimbra. Vol. 1: Arquivo nacional da Torre do Tombo. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1988. Separata de *Estudos Medievais do Centro de Estudos Humanísticos*, 9 (1988).
- Escolares e universidade na Coimbra medieval: breves notas documentais. In *Homenagem a João Francisco Marques*. Vol. 1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, p. 509-531.

- Il pontificato di Giovanni XXI alla luce delle sue bolle. In *A igreja e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 139-149.
- *In limine conscriptionis: documentos, chancelaria, e cultura no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: séculos XII a XV*. 2 vols. Tese de doutoramento em história apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: [s.n.], 2000.
- La formation intellectuelle du clergé séculier portugais du XII^e au XIV^e siècle. In *Carreiras eclesiásticas no ocidente cristão: séc. XII-XIV*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2007, p. 103-120.
- Livros e alfaias litúrgicas do tesouro da sé de Viseu em 1188. *Humanitas*. 54 (2002) 269-281.
- O convento de São Francisco de Leiria na Idade Média. *Itinerarium*. 40 (1994) 399-502.
- Organização paroquial e jurisdição eclesiástica no priorado de Leiria nos séculos XII a XV. *Lusitania Sacra*. 4 (1992) 163-309.
- Os dominicanos e a cultura em tempos medievais: o caso português. In *Os dominicanos em Portugal. História, cultura e arte*. Coord. A. C. da C. Gomes e J. E. Franco. Lisboa: Aletheia Editores, 2010, p. 220-253.
- Relações entre Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça ao longo da Idade Média. Aspectos globais e particulares. In *IX Centenário do nascimento de S. Bernardo, encontros de Alcobaça e simpósio de Lisboa. Actas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa - Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, p. 257-303.
- Três bibliotecas particulares na Coimbra de trezentos. Em torno das elites e das culturas urbanas medievais. *Revista de História das Ideias*. 24 (2003) 9-49.
- GONÇALVES, Iria - *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimónia, 1996.
- GONZÁLEZ, Julio - *Alfonso IX*. 2 vols. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1944.
- *El reino de Castilla en la época de Alfonso VIII*. 3 vols. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960, p. 688-689.
- GOODY, Jack - *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- GOROSTERRATZU, Javier - *Don Rodrigo Jiménez de Rada, gran estadista, escritor y prelado: estudio documentado de su vida*. [s.l.]: Imp. y Lib. de Viuda de T. Bescansa, 1925.
- GOUVEIA, Mário Nuno Campos de - *O limiar da tradição no moçarabismo conimbricense: os anais de Lervão e a memória monástica do território de fronteira (séc. IX-XII)*. Tese de mestrado em história, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2008.
- GRABKA, G. M. - Peter Cantor. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 11. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 213.
- GRABMANN, Martin - *Filosofia Medieval*. Barcelona: Labor, 1949.
- *La somme théologique de Saint Thomas d'Aquin. Introduction historique et pratique*. Paris: Desclée de Brouwer, 1930.
- Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. 10 vols. Lisboa - Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1947.
- GRÉGOIRE, R. - Odo of Cluny. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 10. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 645-646.
- GREENWAY, Diana E. - Bishops'. In *Fasti Ecclesiae Anglicanae 1066-1300: volume 7: Bath and Wells*. 2001, p. 1-6.
- GRILO, Maria João Baptista Bonina - A emblemática da Universidade de Lisboa. In *Congresso História da universidade no 7º centenário da sua fundação. Actas*. Vol. 3. Coimbra: C. O. C. H. U., 1991, p. 383-394.

- GUALLANDRI, Isabella - L'eredità tardo-antica. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 1. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 15-44.
- GUARDA, Donatella Nebbiai-Dalla - La bibliothèque commune des institutions religieuses. *Scriptorium*. 50-52 (1996) 254-268.
- ___ Livres et bibliothèques dans les monastères français au XII^e siècle. In *XII^e siècle. Mutations et renouveau en France dans la première moitié du XII^e siècle*. Dir. F. Gaspari. Paris: Le Leopard d'Or, 1994.
- GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves - *A colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em tempos medievais: das origens ao início do século XV*. Tese de mestrado em história da Idade Média apresentada à Universidade de Coimbra. 2 vols. Coimbra: [s.n.], 2000.
- GUENÉE, Bernard - *Entre l'église et l'état. Quatre vies de prélats français à la fin du Moyen Âge: XIII^e-XV^e siècles*. Paris: Gallimard, 1987.
- ___ *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*. Paris: Aubier Montaignem, 1980.
- GUERRA, António Joaquim Ribeiro - O escriba «frater Gunsaluus et Uisensis dictus Episcopus». In *Congreso internacional sobre San Bernardo e O. Cister en Galicia e Portugal. Actas. Vol. 1*. Ourense: Monasterio de Oseira, 1992, p. 477-485.
- ___ *Os diplomas privados em Portugal dos séculos IX a XII: gestos e atitudes de rotina dos seus autores materiais*. Lisboa: Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003.
- ___ *Os escribas dos documentos particulares do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: 1155-1200. Exercícios de análises de grafias*. Tese de mestrado em paleografia e diplomática apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 1988.
- GUERRA, António Joaquim Ribeiro; PEREIRA, Isaías da Rosa - La chancellerie de l'évêque de Lamego au XII^e siècle. La diplomatie épiscopale avant 1250. [Innsbruck: s.n., 1993]. Separata de *VII Internationalen Kongress für Diplomatik*, 1993.
- GUERREIRO, Jerónimo de Alcântara - *Galeria dos prelados de Évora*. Évora: [s.n.], 1971.
- GUIJARRO GONZÁLEZ, Susana - *Maestros, escuelas y libros. El Universo cultural de las catedrales en la Castilla medieval*. Madrid: Biblioteca del Instituto Antonio de Nebrija de estudios sobre la Universidad, 2004.
- GUILLAUMIN, Marie Louise - Eusèbe le gaulois. In *Dictionnaire de spiritualité: ascétique et mystique, doctrine et histoire*. Dir. M. Viller et al. Paris: Beauchesne, 1961, col. 1695-1698.
- GUREVITCH, Aron - *As categorias da cultura medieval*. Lisboa: Caminho, 1991.
- ___ O mercador. In *O homem medieval*. Dir. J. Le Goff. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 165-192.
- HADAS-LEBEL, Mireille - *Flavius Josèphe: le juif de Rome*. Paris: Fayard, 1989.
- HADOT, P. - Marius Victorinus. In *New Catholic Encyclopedia. Vol. 9*. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 231.
- ___ Porphyry. In *New Catholic Encyclopedia. Vol. 11*. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 593-594.
- HALFEN, Louis - *Charle Magne et l'empire Caroligien*. Paris: Albin Michel, 1969.
- HAMESSE, Jacqueline - El modelo escolástico de la lectura. In *Historia de la lectura en el mundo occidental*. Ed. R. Chartier e G. Cavallo. [Madrid]: Taurus, 2004, p. 179-210.
- ___ Parafrasi, florilegi e compendi. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 3. *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 197-220.
- HAMILTON, M. J. - Benedict of Peterborough. In *New Catholic Encyclopedia. Vol. 2*. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 283.
- HANKINSON, R. L. - *Galen on the therapeutic method: books I and II*. Translation, introduction and comment. Oxford: Clarendon, 1991.

- HAREN, Michael - *Medieval thought: the western intellectual tradition from antiquity to the thirteenth century*. London: Macmillan, 1985.
- HARING, N. M. - Boethius. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 2. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 631-633.
- Gilbert de la Porrée. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 6. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 478-479.
- Paschasius Radbertus. St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 10. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 1050.
- HARKINS, P. W. - John Chrysostom. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 1041-1044.
- HASKINS, Charles Homer - *The renaissance in the twelfth century*. New-York: Cambridge, 1927.
- *The rise of universities*. New-York: Cornell University Press, 1957.
- HASTINGS, Rashdall - *The universities of Europe in the Middle Ages*. Ed. F. M. Powicke e A. B. Emden. 3 vols. London: Oxford University, 1958.
- HEERS, Jacques - *A Idade Média: uma impostura*. Lisboa: Asa, 1994.
- *La ville au Moyen Age: paysages, pouvoirs et conflits*. [s.l.]: Fayard, 1990.
- HERÉDIA, Beltrán de - La formación intelectual del clero, según nuestra legislación canónica: siglos XI-XV. *Escorial*. 3 (1941) 289-298.
- HERRERO, José Sánchez - Alfabetización y escuela de primeras letras. In *Historia de la acción educadora de la iglesia en España*. Dir. B. B. Martínez. Vol. 1: *edades antigua, media y moderna*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995, p. 276-289.
- Catequesis y predicación. In *Historia de la acción educadora de la iglesia en España*. Dir. B. B. Martínez. Vol. 1: *edades antigua, media y moderna*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995, p. 204-233.
- La enseñanza de la doctrina cristiana en Portugal de 1215 a 1505 dentro del contexto de la Península Iberica. In *II jornadas luso-espanholas de história medieval*. Actas. Vol. 3. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, p. 1159-1167.
- La formación monástica, conventual y clerical. In *Historia de la acción educadora de la iglesia en España*. Dir. B. B. Martínez. Vol. 1: *edades antigua, media y moderna*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995, p. 234-267.
- La jerarquía eclesiástica y su doctrina pedagógica. In *Historia de la acción educadora de la iglesia en España*. Dir. B. B. Martínez. Vol. 1: *edades antigua, media y moderna*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995, p. 145-157.
- Las escuelas de gramática monásticas y catedralicias. In *Historia de la acción educadora de la iglesia en España*. Dir. B. B. Martínez. Vol. 1: *edades antigua, media y moderna*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995, p. 290-314.
- Primeros centros beneficiarios de asistencia. In *Historia de la acción educadora de la iglesia en España*. Dir. B. B. Martínez. Vol. 1: *edades antigua, media y moderna*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995, p. 419-430.
- Promoción y ayuda al estudio. In *Historia de la acción educadora de la iglesia en España*. Dir. B. B. Martínez. Vol. 1: *edades antigua, media y moderna*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995, p. 431-445.
- HERNANDEZ, A. Campo - *El comentário al Apocalipsis de Apringio de Beja*. [s.l.]: Verbo Divino. 1991.
- Hierarchia catholica medii aevi*. Ed. C. Eubel. 2 vols. [s.l.]: Monasterii Sumptibus et typis librariae Regensbergianae, 1913.
- HINNEBUSCH, W. A. - Dominicans. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 4. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 974-982.

- História crítica da literatura portuguesa*. Dir. C. Reis. Vol. 1: *Idade Média*. Aida Dias. Lisboa: Verbo, 1998.
- História da Igreja*. Dir. C. Bilheyer e H. Tuchle. 2 vols. S. Paulo: Edições Paulinas, 1964.
- História da universidade em Portugal*. 2 vols. Coimbra: Universidade de Coimbra - Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- História da vida privada*. Dir. P. Ariès e G. Duby. Vol. 2. *Da Europa feudal ao Renascimento*. [Lisboa]: Afrontamento, 1989-1991.
- História das mulheres no Ocidente*. Dir. G. Duby e M. Perrot. Vol. 2. *A Idade Média*. [Porto]: Afrontamento, 1993-1995.
- Historia de la lectura en el mundo occidental*. Ed. R. Chartier e G. Cavallo. [Madrid]: Taurus, 2004.
- História de Portugal*. Dir. D. Peres. Vol. 2. Barcelos: Portucalense Editora, 1928.
- História de Portugal*. Dir. J. Medina. Vol. 3. Lisboa: Ediclube, 1993.
- História de Portugal*. Dir. J. V. Serrão. Vol. 1: *Estado, pátria e nação: 1080-1415*. Lisboa: Verbo, 1978.
- História de Portugal*. Dir. J. H. Saraiva. Vol. 2. Lisboa: Publicações Alfa, [1984].
- História de Portugal*. Dir. J. Mattoso. Vol. 2: *A monarquia feudal: 1096-1480*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- História de Portugal*. Dir. L. G. de Azevedo. 6 vols. Lisboa: Bêlbon, 1935-1944.
- História de Portugal: desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*. Dir. A. Herculano. 4 vols. [Lisboa]: Bertrand, 1980-1981.
- História do pensamento filosófico português*. Dir. Pedro Calafate. Vol. 1: *Idade Média*. Lisboa: Caminho, 1999.
- História religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 1: *Formação e limites da cristandade*. Coord. Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000-2002.
- Historiografia alcobacense: excertos da «Monarquia Lusitana» e da «Crónica de Cister»*. Ed. J. P. Tavares. Lisboa: Sá da Costa, 1940.
- HÖDL, Ludwig - Garnerius von Sankt-Viktor. In *Lexicon des Mittelalters*. Vol. 4. München-Zürich: Brepols, 1989, Sp. 1119.
- HOLMES, JR, Urban T. - Transitions in european education. In *Twelfth-century Europe and the foundations of modern society*. Ed. M. Clagett, G. Post e R. Reynolds. Madison - Milwaukee - London: The University of Wisconsin Press, 1966, p. 15-38.
- HOLZ, Louis - Autore, copista, anonimo. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 1. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 325-351.
- Glosse e commenti. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 3. *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 59-112.
- HOMEM, Armando de Carvalho - A corte e o governo central. In *Nova história de Portugal*. Dir. J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 3: *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): do condado portucalense à crise do século XIV*. Coord. M. H. da Cruz Coelho e A. L. de Carvalho Homem. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 530-540.
- A dinâmica dionisina. In *Nova história de Portugal*. Dir. J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 3: *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): do condado portucalense à crise do século XIV*. Coord. M. H. da Cruz Coelho e A. L. de Carvalho Homem. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 144-163.
- Les officiers royaux (XIII^e-XV^e siècles): une élite politique? *Anais da UAL - História*. 2 (1995) 23-27.
- *O desembargo régio: 1320-1433*. Porto: Instituto Nacional de Investigação - Centro de História da Universidade do Porto, 1990.

- HOMEM, Armando de Carvalho; DUARTE, Luís Miguel; MOTA, Eugénia Pereira da - Percursos na burocracia régia: séculos XIII-XV. In *Colóquio A memória da nação. Actas*. Ed. F. Bethencourt e D. Ramada Curto. Lisboa: Sá da Costa, 1991, p. 403-423.
- HOMEM, Armando de Carvalho; FREITAS, Judite - Prosopografia dos burocratas régios: séculos XII-XV: da elaboração à exposição dos dados. In *Colóquio Elites e redes clientelares na Idade Média. Problemas metodológicos. Actas*. Lisboa-Évora: Colibri-CIDEUS, 2001, p. 171-210.
- HORNE, Thomas Hartwell - *An introduction to the critical study and knowledge of the Holy Scriptures*. London: London, Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1856.
- HOUAISS, António - *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. 3 vols*. Lisboa: Temas e Debates, 2003.
- HOUTIN, Albert - *Courte histoire du célibat ecclésiastique*. Pref. F. Sartiaux. Paris: Les Éditions Rieder, 1929.
- HOWE, John - *Church reform and social change in eleventh-century Italy*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1997.
- HUBERT, Jean - L'abbaye exempte de Déols et la Papauté (X^e-XII^e siècles). *Bibliothèque de l'école des Chartes*. 145 (1987) 5-44.
- HUIZINGA, Johan - *L'automne du Moyen Âge*. Paris: Payot, 1989.
- HUMBERT, A. - Isidore of Seville, St. In *New Catholic Encyclopedia. Vol. 7*. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 674-676.
- HUNT, Richard - *The flowering of the Middle Ages*. Dir. J. Evans. London: Thames and Hudson, 1985.
- Itinerários régios medievais. Elementos para o estudo da administração medieval portuguesa*. Dir. V. Rau et al. Vol. 1: *Itinerário del-rei D. Dinis (1279-1325)*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura - Centro de Estudos Históricos, 1962.
- JACQUART, Danielle; MICHEAU, Françoise - *La médecine arabe et l'Occident medieval*. Paris: Maisonneuve et Larose, 1990.
- JONES, Julian Ward - The So-called Silvestris Commentary on the Aeneid and Two other interpretations. *Speculum*. 64 (1989) 838-48.
- JORGE, Ana Maria - «Fasti ecclesiae Portugaliae»: prosopografia do clero catedralício português: 1071-1325. *Lusitania Sacra*. 13-14 (2001-2002) 655-666.
- JORGE, Ana Maria; SÁ-NOGUEIRA, Bernardo; ROLDÃO, Filipa; FARELO, Mário - La dimension européenne du clergé de Lisbonne: 1147-1325. In *A igreja e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 19-43.
- KANTOROWICZ, Ernst H. - Kingship under the impact of scientific jurisprudence. In *Twelfth-century Europe and the foundations of modern society*. Ed. M. Clagett, G. Post e R. Reynolds. Madison - Milwaukee - London: The University of Wisconsin Press, 1966, p. 89-114.
- KARRAS, Ruth Mazo - *From boys to men: formations of masculinity in late medieval Europe*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2003.
- KATZENELLENBOGEN, Adolf - The representation of the seven liberal arts. In *Twelfth-century Europe and the foundations of modern society*. Ed. M. Clagett, G. Post e R. Reynolds. Madison - Milwaukee - London: The University of Wisconsin Press, 1966, p. 39-58.
- KEALEY, E. J. - Peter of Blois. In *New Catholic Encyclopedia. Vol. 11*. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 212.
- KEATS-ROHAN - What's in a name? Some reflections on naming and identity in prosopography. In *Carreiras eclesiásticas no ocidente cristão: sécs. XII-XIV*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2007, p. 331-347.
- KIBRE, Pearl - *Scholarly privileges in the middle ages: the rights, privileges, and immunities, of scholars and universities at Bologna, Padua, Paris and Oxford*. London: Medieval Academy of America, 1961.

- KLIBANSKY, Raymond - The school of Chartres. In *Twelfth-century Europe and the foundations of modern society*. Ed. M. Clagett, G. Post e R. Reynolds. Madison - Milwaukee - London: The University of Wisconsin Press, 1966, p. 3-14.
- KLEIN, Peter K. - *Beato de Liébana: la ilustración de los manuscritos de Beato y el Apocalipsis de Lorrão*. [Valência]: Ed. Patrimônio, 2004.
- KLOCKZOWSKY, Jerzy - La consolidation de la «Nouvelle Chrétienté» au XII^e siècle: de la Scandinavie aux Balkans. In *Histoire du Christianisme*. Dir. J.-M. Mayeur, Ch. E. L. Pietri, A. Vauchez e M. Venard. Vol. 5: *Apogée de la paupaté et expansion de la Chrétienté* (1050-1274), p. 309-328.
- *Studies in medieval science: alchemy, astrology, mathematics and medicine*. London: Hambledon, 1984.
- KNEALE, William; KNEALE, Marta - *O desenvolvimento da lógica*. [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.
- KOYRÉ, Alexandre - *L'idée de Dieu dans la philosophie de St. Anselme*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1984.
- KRISTELLER, Paul Oskar - Bartolomeo, Musandino, Mauro di Salerno e altri antichi commentatori dell'Articella, con un elenco di testi e di manoscritti. In *Studi sulla scuola medica salernitana*. Nápoles: Instituto Italiano per gli Studi Filosofici, 1986, p. 97-151.
- KRUEGER, Hilmar C. - Economic aspects of expanding Europe. In *Twelfth-century Europe and the foundations of modern society*. Ed. M. Clagett, G. Post e R. Reynolds. Madison - Milwaukee - London: The University of Wisconsin Press, 1966, p. 59-76.
- KRUS, Luís - Atitudes face à inovação/tradição na sociedade medieval. *Estudos Medievais*. 9 (1988) 211-219.
- Escrita e poder: as inquirições de D. Afonso III. *Estudos medievais*. 1 (1981) 59-79.
- Jardo, Domingues Anes. In *Dicionário da história da igreja em Portugal*. Dir. A. A. Banha de Andrade. Vol. 1, p. 353.
- *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa*. Estudos. Redondo: Patrimonia Historica, 1994.
- KUTTNER, Stephan - Bernardus Compostellanus Antiquus. A study on the glossators of canon law. *Traditio*. 1 (1943) 277-340.
- Bernard of Compostella, The elder. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 2. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 339.
- *Gratian and the schools of law: 1140-1234*. London: Variorum Reprints, 1983.
- Who was «Vincentius Hispanus» Bischof? *Traditio*. 22 (1966) 471-473.
- LA ROCA, Cristina - A man for all seasons: Pacificus of Verona and the creation of a local Carolingian past. In *The Uses of the Past in the Early Middle Ages*. [s.l.]: Cambridge University Press, 2009, p. 250-277.
- LACROIX, B. - Hugh of Fleury. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 190-191.
- LAISTNER, R. L. W. - A ninth-century commentator of the Gospel according to Matthew. *The Harvard Historical Review*. 20/2 (1927), p. 129-149.
- LANGE, Hermann - Azón (Azzone; Azo; Azo Porcius). In *Juristas universales*. Vol. 1: *Juristas antiguos*. Madrid - Barcelona: Marcial Pons, 2004, p. 380-384.
- LANGHANS, F. P. de Almeida - As antigas corporações dos ofícios mecânicos e a câmara de Lisboa. Lisboa: Câmara Municipal, 1942. Separata de *Revista Municipal*, n. 7, 8, 9.
- LAURIN, Franz - «*Introductio in Corpus Juris Canonici*. Cum appendice brevem introductionem in *Corpus Juris Civilis* Continente». Freiburg: Kessinger Publishing, 1889, p. 196-277.
- LAVAJO, Joaquim Chorão - A ordem dos pregadores como resposta às exigências da renovação eclesial e intelectual da hispania medieval. In *II Encontro sobre história dominicana*. Actas. Vol. 1. Porto: Dominicanos, 1984, p. 225-242.

- ___ Islão e Cristianismo: entre a tolerância e a guerra santa. In *História religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 1: *Formação e limites da cristandade*. Coord. A. M. Jorge e A. M. Rodrigues. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000-2002, p. 91-133.
- LE GOFF, Jacques - *A bolsa ou a vida: economia e religião na Idade Média*. Lisboa: Teorema, 1987.
- ___ *A civilização do Ocidente medieval*. 2 vols. Lisboa: Estampa, 1983-84.
- ___ *As raízes medievais da Europa*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- ___ *Em busca da Idade Média*. Lisboa: Teorema, 2003.
- ___ La ciudad como agente de Civilización: c. 1200- c. 1500. In *Historia económica de Europa*. Dir. C. M. Cippola. Vol. 1: *La Edad Media*. Barcelona: [s.n.], 1979, p. 78-114.
- ___ *La naissance du purgatoire*. [Paris]: Gallimard, 2002.
- ___ *Le moyen âge: 1060-1330*. Paris: Bordas, 1968.
- ___ *Mercadores e Banqueiros da Idade Média*. Lisboa: Gradiva, 1982.
- ___ O homem medieval. In *O homem medieval*. Dir. J. Le Goff. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 9-30.
- ___ *O imaginário medieval*. Lisboa: Estampa, 1994.
- ___ *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1985.
- ___ *O nascimento do Purgatório*. Lisboa: Estampa, 1993.
- ___ *Os intelectuais na Idade Média*. Lisboa: Estudos Cor, 1983.
- ___ *Para um novo conceito da Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Estampa, 1980.
- ___ *Por amor das cidades*. Lisboa: Teorema, 1999.
- ___ *Un autre Moyen Âge*. [Paris]: Gallimard, 1999.
- ___ *Viva o ano 1000! A modernidade da Idade Média*. [Lisboa]: Teorema, [2000].
- LE MARIÉ, Joseph; TARDIF, Henri - *Chromace d'Aquilée: sermons, Tome 1*. Paris: Éditions du Cerf, 1969.
- LEBRIGAND, Yvette - Origines et première diffusion de l'ordre de Saint-Ruf. *Cahiers de Franjeaux*. 24 (1989) 167-179.
- LECLERCQ, Jean - Gilbert Crispin. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 6. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 477.
- ___ Ivo of Chartres, St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 777-778.
- ___ *L'amour des lettres et le désir de Dieu. Initiation aux auteurs monastiques du Moyen Âge*. Paris: [s.n.], 1957.
- ___ Le magistère du prédicateur au XIII^e siècle. *Archives d'Histoire Doctrinale et Littéraire du Moyen-Âge*. 15 (1946) 105-147.
- LEFEBVRE, Georges - *O nascimento da moderna historiografia*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.
- LEFF, Gordon - O «trivium» e as três filosofias. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 307-334.
- LEGENDRE, Pierre - *Ecrits juridiques du Moyen Âge occidental*. Londres: Variorum, 1988.
- LEMAÎTRE, Jean-Loup - Libri dei vivi e libri dei morti. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 3. *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 633-660.
- LENCART, Joana - O quotidiano monástico beneditino nos séculos XII e XIII. [Guimarães: s.n., 1997.] Separata do 2º Congresso Histórico de Guimarães, p. 1-24.

- LEONARDI, Claudio - Agiografia. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 2. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 421-462.
- La teologia monástica. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 2. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 295-322.
- LEPINE, David - *Brotherhood of canons serving God. English secular cathedrals in Later Middle Ages*. Woodbridge: The Boydell Press, 1995.
- LIBERA, Alain de - *Penser au Moyen Âge*. Paris: Éditions du Seuil, 1991.
- The Oxford and Paris tradition in logic. *The Cambridge history of later medieval philosophy*. Ed. N. Kretzman, A. Kenny e J. Pinborg. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 174-187.
- LIMA, Maria Justiniana Maciel - *O cabido de Braga no tempo de D. Dinis: 1278-1325*. Cascais: Patrimonia Historica, 2003.
- Os arcebispos e o cabido de Braga: uma relação controversa nos finais do século XIII. *Lusitania Sacra*. 13-14 (2001-2002) 59-73.
- LINEHAN, Peter - Columpna firmissima: D. Gil Torres, the zamoran cardinal. In *Cross, crescent and conversion: studies on medieval Spain and Christendom in memory of Richard Fletcher*. Ed. S. Barton e P. Linehan. [s.l.]: Brill, 2007, p. 241-263.
- LIRA, Sérgio - *O mosteiro de S. Simão da Junqueira: dos primórdios a 1300*. Tese de mestrado em história medieval apresentada à Universidade do Porto, 1993. 2 vols. Porto: [s.n.], 1993.
- Literatura hispânica da Idade Média na Biblioteca Nacional. In *IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval. Catálogo da exposição*. Catalog. I. Vilares Cepeda e A. Espírito Santo. Lisboa: Biblioteca Nacional - Cosmos, 1991.
- LITTLE, Andrew G. - *The grey friars in Oxford*. 2 vols. Oxford: Oxford historical Society, 1892.
- LLAMAZARES, Julio Pérez - *Historia de la real colegiata de San Isidoro de León*. León: Imprenta Moderna, 1927.
- Lo spazio letterario del medioevo*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. 5 vols. Roma: Salerno Editrice, 1995.
- LOBRICHON, Guy - Gli usi della Bibbia. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 1. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 523-562.
- L'esegi bíblica. Storia du un genere letterario (VII-XIII secolo). In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 2. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 355-382.
- LOHR, B. - William of Saint-Thierry. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 14. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 938-939.
- LOHR, C. H. - The medieval interpretation of Aristotle. *The Cambridge history of later medieval philosophy*. Ed. N. Kretzman, A. Kenny e J. Pinborg. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 80-98.
- LONGPRÉ, Ephrem - Duns Scot: pour le saint siècle. *La France Franciscaine*. 11 (1928) 137-162.
- LONGRIGG, James - *Greek medicine. From the Heroic to the Hellenistic Age: a source book*. London: Duckworth, 2001.
- LOPES, Fernando Félix - A propósito do conflito entre a Igreja e Portugal no tempo de D. Dinis. [s.l.: s.n.], 1964. Separata de *Estudos Teológicos*, 1964.
- As escolas franciscanas portuguesas de 1308 a 1517. In *Colectânea de estudos*. 4 (1948) 79-98.
- Breves notas a dois documentos. In *Colectânea de estudos de história e literatura*. Vol. 3: *Santa Isabel de Portugal e outros estudos*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1997, p. 366-370.

- Das actividades políticas e religiosas de D. Fr. Estêvão, bispo do Porto e de Lisboa. In *Colectânea de estudos de história e de literatura. Vol. 2: A ordem franciscana na história e cultura portuguesa*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1997, p. 95-152.
- Escolas públicas dos franciscanos em Portugal antes de 1308. In *Colectânea de estudos de história e de literatura. Vol. 2: A ordem franciscana na história e cultura portuguesa*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1997, p. 353-370.
- Fontes Narrativas. In *Colectânea de estudos de história e literatura. Vol. 1: Fontes históricas e bibliografia franciscana portuguesa*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1997, p. 1-256.
- Franciscanos. In *Dicionário de história de Portugal. Vol. 3*. Dir. J. Serrão. Porto: Figueirinhas, 1989, p. 72-73.
- Franciscanos de Portugal antes de formarem província independente: ministros provinciais a que obedeciam. In *Colectânea de estudos de história e de literatura. Vol. 2: A ordem franciscana na história e cultura portuguesa*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1997, p. 1-92.
- Franciscanos portugueses pretridentinos: escritores, mestres e leitores. *Repertorio de Historia de las Ciencias Eclesiásticas en España*. 7 (1979) 451-508.
- Franciscanos portugueses pretridentinos. In *Colectânea de estudos de história e de literatura. Vol. 2: A ordem franciscana na história e cultura portuguesa*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1997, p. 407-460.
- LOPES, João Baptista da Silva - *Memórias para a História Eclesiástica do Algarve*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1848.
- LOPES, Óscar; SARAIVA, António José - *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1990.
- LOPEZ, Atanásio - Confessores de los Reyes de Castilla. *Archivo Ibero-Americano*. 31 (1929) 20-30.
- LOURO, Henrique da Silva - O livro mais antigo da sé de Évora. *A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal*. 51 (1968) 175-192.
- O livro mais antigo da Sé de Évora (conclusão). *A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal*. 53 (1970) 325-348.
- LUBAC, Henri de - *Éxégèse médiévale: les quatre sens de l'Écriture*. 4 vols. Paris: Éditions du Cerf, 1993.
- LUMSDEN, Douglas W. - Touch of unclean thing: apocalyptic expressions of ascetic spirituality in the Early Middle Ages. *Church History*. 66/2 (1997) 240-251.
- LUSCOMBE, David - *O pensamento medieval*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2000.
- Trivium, quadrivium and the organization of schools. In *L'Europa dei secoli XI e XII fra novità e tradizione. Sviluppi di una cultura. Atti*. Milan: Vita e Pensiero, 1989, p. 81-100.
- LUSIGNAN, Serge - L'enseignement des arts dans les collèges parisiens au Moyen Âge. In *Colloque international L'enseignement des disciplines à la Faculté des arts (Paris et Oxford, XIII^e-XV^e Siècles)*. Actes. Ed. O. Weijers e L. Holtz. Turnhout: Brepols, 1977, p. 43-54.
- LYNCH, C. J. - Franciscans. In *New Catholic Encyclopedia. Vol. 6*. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 38-46.
- LYNCH, L. E. - John Scotus Erigena. In *New Catholic Encyclopedia. Vol. 7*. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 1072-1074.
- Remigius of Auxerre. In *New Catholic Encyclopedia. Vol. 12*. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 340-341.
- MacKINNON, H. - Hildebert of Lavardin. In *New Catholic Encyclopedia. Vol. 6*. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 1116.
- MACHADO, Ana Maria Bracinha de Lima - *Vicente Hispano: aspectos biográficos e doutrinários*. Dissertação de licenciatura em ciências históricas e filosóficas, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 1962.
- MACHADO, Diogo Barbosa - *Bibliotheca lusitana*. Coimbra: Atlântida Editora, 1965-67.

- MADAHÍL, António Gomes da Rocha - Pergaminhos do Arquivo Municipal de Coimbra. *Arquivo Coimbrão*. 6 (1942) 263-284; 7 (1943) 300-335.
- MADAJ, M. J. - Giles of Corbeil. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 6. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 483-484.
- MAGALHÃES, Armando Henriques de - *O mosteiro de S. Vicente de Fora: subsidios para a história das suas origens*. Tese de mestrado apresentada à Universidade de Coimbra. Coimbra: [s.n.], 1971.
- MAGALHÃES, José Calvet de - A nacionalidade de Álvaro Pais. *Revista da Faculdade de Letras*. 11 (1967) 29-50.
- MAHONEY, Edward P. - Sense, intellect and imagination in Albert, Thomas and Siger. In *The Cambridge history of later medieval philosophy*. Ed. N. Kretzman, A. Kenny e J. Pinborg. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 602-622.
- MAHONEY, J. J. - Christian of Stablo. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 3. New York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 629.
- MAIERÙ, Alfonso - La dialletica. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 2. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 273-294.
- MAKDISI, G. - Rhazes (Razes, Al-Rāzī). In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 12. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 456-457.
- MALLET, J. - Benedict, St. - In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 2. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 271-273.
- MANN, Jill - La favolistica. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 2. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 171-196.
- La poesia satírica e goliardica. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 2. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 73-110.
- MANSINI, Marco - La cultura araba. In *Lo spazio letterario del medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 1. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 199-217.
- MANSILLA, Demetrio - Disputas diocesanas entre Toledo, Braga y Compostela en los siglos XII al XIII. *Anthologica Annua*. 3 (1955) 89-143.
- El cardenal hispano Paio Gaietán. *Anthologica Annua*. 1 (1953) 11-66.
- MARQUES, A. H. de Oliveira - A circulação e a troca de produtos. In *Nova história de Portugal*. Dir. J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 3: *Portugal em definição de Fronteiras - do condado portugalense à crise do século XIV*. Coord. M. H. da Cruz Coelho e A. L. de Carvalho Homem. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 487-528.
- A constituição de um condado. In *Nova história de Portugal*. Dir. J. Serrão, A. H. de Oliveira Marques. Vol. 5: *Portugal do renascimento à crise dinástica*. Coord. J. A. Dias. Lisboa: Presença, 1998, p. 15-20.
- A moeda portuguesa durante a Idade Média. In *Ensaio de história medieval portuguesa*. Lisboa: Vega, 1980, p. 195-220.
- A população portuguesa nos fins do século XIII. In *Ensaio de história medieval portuguesa*. Lisboa: Vega, 1980, p. 51-92.
- *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*. Lisboa: Sá da Costa, 1974.
- *Ensaio de história medieval portuguesa*. Lisboa: Vega, 1980.
- Ideário para uma história económica da Idade Média. In *Ensaio de história medieval portuguesa*. Lisboa: Vega, 1980, p. 17-50.

- *Introdução à história da agricultura em Portugal: a questão cerealífera durante a Idade Média*. Lisboa: Cosmos, 1968.
- Introdução à história da cidade medieval portuguesa. In *Novos ensaios de história medieval portuguesa*. Lisboa: Presença, 1988, p. 13-42.
- Julião, chanceler. In *Dicionário de história de Portugal*. Dir. J. Serrão. Vol. 2. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, p. 642.
- Lisboa medieval: uma visão de conjunto. In *Novos ensaios de história medieval portuguesa*. Lisboa: Presença, 1988, p. 80-91.
- Meios e agentes de cultura - O livro manuscrito. In *Nova história de Portugal*. Dir. J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 5: *Portugal do renascimento à crise dinástica*. Coord. J. A. Dias. Lisboa: Presença, 1998, p. 461-463.
- *Novos ensaios de história medieval portuguesa*. Lisboa: Presença, 1988.
- MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar - *Atlas de cidades medievais portuguesas*. Lisboa: Centro de Estudos de Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990.
- MARQUES, José - *A arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988.
- A pregação em Portugal na Idade Média: alguns aspectos. *Via Spiritus*. 9 (2002) 317-347.
- Afonso X e a diocese de Silves. Porto: [s.n.], 1985. Separata do *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, 2 (1985).
- Desconhecidas instituições culturais portuguesas. Alguns «scriptoria» cistercienses. Separata de *Bracara Augusta*, 39 (1985).
- Livrarias de mão no Portugal medievo. *Bracara Augusta*. 47 (1997) 269-282.
- O testamento de D. Fernando Guerra. Braga: [s.n.], 1979. Separata de *Bracara Augusta*, 33 (1979).
- Os franciscanos no norte de Portugal na Idade Média. *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*. 1 (1982) 153-189.
- Os municípios portugueses dos primórdios da nacionalidade ao fim do reinado de D. Dinis. Alguns aspectos. Separata da *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. 10 (1993) 69-90.
- Os pergaminhos da confraria de S. João de Souto da cidade de Braga: 1186-1545. Braga: [s.n.], 1982. Separata de *Bracara Augusta*, 36 (1982).
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes - Alguns aspectos do padroado nas igrejas e mosteiros da diocese de Braga (meados do século XIII). In *Congresso internacional do IX centenário da dedicação da sé de Braga. Actas. Vol. 1*. Braga: 1990, p. 359-389.
- As comunicações entre Portugal e a Santa Sé na Idade Média. In *As comunicações na Idade Média*. Coord. M. H. da C. Coelho. [Lisboa]: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2002, p. 104-119.
- Aspectos da vida de Santa Maria de Alcáçova de Santarém na Idade Média. *Revista Portuguesa de História*. 36 (2004) 115-140.
- *Estudos sobre a ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Colibri - Faculdade de Letras de Coimbra, 1998.
- Evolução do monaquismo feminino, até ao século XIII, na região Entre Douro e Tejo. In *Actas do colóquio «A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais»*. Vol. 2. Coimbra: Faculdade de Letras, 1986, p. 89-114.
- O clero: homens de oração e de acção. In *Nova história de Portugal*. Dir. J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 3: *Portugal em definição de fronteiras*. Coord. M. H. Cruz Coelho e A. L. Carvalho Homem. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 225-251.
- *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III: 1245-1279*. Tese de doutoramento em história da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2 vols. Coimbra: [s.n.], 1990.

- MARREIROS, Maria Rosa Ferreira - Os proventos da terra e do mar. In *Nova história de Portugal*. Dir. J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 3: *Portugal em definição de Fronteiras - do condado portugalense à crise do século XIV*. Coord. M. H. da Cruz Coelho e A. L. de Carvalho Homem. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 400-475.
- MARTÍN, Bonifacio Palacios - La educación de los príncipes. In *Historia de la acción educadora de la iglesia en España*. Dir. B. B. Martínez. Vol. 1: *Edades antigua, media y moderna*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995, p. 315-325.
- MARTIN, Henri-Jean - *Histoire et pouvoirs de l'écrit*. Paris: Librairie Académique Perrin, 1988.
- MARTÍN, Ramón Hernández - Pergaminos de actas de los capitulos provinciales del siglo XIII de la provincia dominicana de España. *Archivo Dominicano*. 4 (1983) 5-73.
- MARTÍNEZ-ALMIRA, Magdalena - Hugocio de Pisa (Hugoccio de Pisa; Ugoccione da Pisa; Huguccio de Pisa). In *Juristas universales*. Vol. 1: *Juristas antiguos*. Madrid - Barcelona: Marcial Pons, 2004, p. 366-369.
- MARTINEZ, Lope de Pascual - La diplomática de las cancellerías hispano-portuguesa a fines del siglo XIII y comienzos del XIV. In *II Jornadas luso-espanholas de história medieval*. Actas. Vol. 4. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987-1990, p. 319-414.
- MARTINS, Armando Alberto - *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Séculos XII-XV. História e instituição*. Tese de doutoramento em história medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 vols. Lisboa: [s.n.], 1996.
- *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.
- *Santa Cruz de Coimbra nos séculos XII e XIII*. Aspectos de cultura e formas de mentalidade a partir dos seus manuscritos. Trabalho de síntese para prova de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 1989.
- MARTINS, Mário - *A Bíblia na literatura medieval portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.
- A ética estadual de frei Álvaro Pais, no “Speculum regum”. Braga: [s.n.], 1955. Separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, 11 (1955).
- Constituições medievo-portuguesas. In *Estudos de Literatura Medieval*. Braga: Livraria Cruz, 1956, p. 493-503.
- Copistas dos códices alcobacenses. *Brotéria*. 66 (1958) 412-423.
- Da vida e da morte dos monges de Alcobaça. Lisboa: [s.n.], 1950. Separata de *Brotéria*, 51 (1950).
- *Estudos de cultura medieval*. Braga: Magnificat, 1972.
- *Estudos de literatura medieval*. Braga: Livraria Cruz, 1956.
- O ciclo franciscano na nossa espiritualidade Medieval. Coimbra, [s.n.], 1952. Separata de *Biblos*, 27 (1951).
- O livro da ordem dos cónegos regrantes e castreiros. In *Estudos de literatura medieval*. Braga: Livraria Cruz, 1956, p. 223-235.
- Os monges de Alcobaça perante os códices. *Brotéria*. 68 (1959) 155-163.
- *Pedro Hispano, um mestre na arte de pensar: a obra médica de Pedro Hispano*. Lisboa: [s.n.], 1976.
- Sto. Agostinho nas bibliotecas portuguesas da Idade Média. Braga: [s.n.], 1955. Separata da *Revista Portuguesa de Filosofia*, 11 (1955).
- MARTINS, Rui da Cunha - *Património, parentesco e poder. O mosteiro de Semide do século XII ao século XV*. Trabalho de síntese apresentado à Universidade dos Açores. Ponta Delgada: [s.n.], 1992.
- MATOS, Leonor Correia de - *A ordem de Cister e o reino de Portugal: mito e razão*. Lisboa: Fundação Lusíada, 1999.

- MATOS, Luís de - *Les portugais a l'Université de Paris entre 1500 et 1550*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1950.
- MATTOSO, José - A cultura monástica em Portugal (975-1200). In *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional -Casa da Moeda, 1985, p. 355-393.
- A formação de Portugal e a Península Ibérica nos séculos XII e XIII. In *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Estampa, 1990, p. 49-72.
- A história das paróquias em Portugal. In *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992, p. 37-56.
- A literatura genealógica e a cultura da nobreza em Portugal (s. XIII-XIV). In *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional -Cas da Moeda, 1985, p. 309-328.
- A mulher e a família. In *Actas do colóquio «A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais»*. Vol. 1. Coimbra: Faculdade de Letras, 1986, p. 35-50.
- Arquivos. In *Dicionário de literatura medieval portuguesa e galega*. Dir. G. Lanciani e G. Tavani. Lisboa: Caminho, 1993, p. 64-66.
- Clero. In *Dicionário de História de Portugal*. Vol. 1: A-D. Dir. J. Serrão. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, p. 590-594.
- Cluny, crúzios e cistercienses na formação de Portugal. Guimarães, [s.n.], 1982. In *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional -Cas da Moeda, 1985, p. 101-121.
- Condições económicas e sociais na circulação dos códices da Península Ibérica. In *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional -Cas da Moeda, 1985, p. 347-364.
- *D. Afonso Henriques*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2006.
- Eremitas portugueses no século XII. *Lusitania Sacra*. 9 (1970-1971) 7-40
- Estratégias de pregação no século XIII. In *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Estampa, 1987, p. 191-203.
- *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Estampa, 1990.
- *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal: 1096-1325*. Vol. 1: *Oposição*. Lisboa: Estampa, 1995.
- *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal: 1096-1325*. Vol. 2: *Composição*. Lisboa: Estampa, 1995.
- Introdução à história urbana portuguesa. In *Cidades e história*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992, p. 9-20.
- L' abbaye de Pendorada: des origines à 1160. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1962. Separata da *Revista Portuguesa de história*, 7 (1957).
- *Le monachisme ibérique et Cluny: les monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200*. Louvain: Université de Louvain, 1968.
- Liturgia monástica e religiosidade popular na Idade Média. In *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Estampa, 1987, p. 183-190.
- Monaquismo beneditino português no princípio do século XIII. In *II Encontro sobre história dominicana*. Actas. Vol. 1. Porto: Dominicanos, 1984, p. 175-189.
- Monges e clérigos portadores de cultura francesa em Portugal: séculos XI e XII. In *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984, p. 365-388.
- O enquadramento social e económico das primeiras fundações franciscanas. In *Portugal Medieval*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984, p. 329-347.
- *O essencial sobre a cultura medieval portuguesa: séculos XI a XIV*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.
- O monaquismo beneditino português no princípio do século XIII. In *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992, p. 389-408.

-
- O monaquismo ibérico e Cluny. In *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Lisboa, 1982, p. 55-72.
- O monaquismo tradicional em Portugal no século XII. In *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Estampa, 1987, p. 167-182
- Orientações da cultura portuguesa no princípio do século XIII. In *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992, p. 225-241.
- Para a história do regime senhorial no século XIII. In *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992, p. 135-148.
- Paróquia. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 3: J-P. Coord. A. M. Jorge et al. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 372-376.
- Panorâmica da história beneditina portuguesa durante a Idade Média. In *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992, p. 259-272.
- *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992.
- Problemas sobre a estrutura da família na Idade Média. In *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992, p. 241-258.
- *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982.
- S. Rosendo e as correntes monásticas da sua época. *Do tempo e da história*. 5 (1972) 5-27.
- Saúde corporal e saúde mental na Idade Média portuguesa. In *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Estampa, 1987, p. 233-252.
- Sobre as origens do estado português - A «ideia de Portugal». In *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992, p. 87-100.
- Suporte social da universidade de Lisboa-Coimbra (1290-1527). *Penélope: fazer e desfazer a História*. 13 (1994) 23-35.
- MATTOSO, José; SOUSA, Armindo de - A consolidação da monarquia e a unidade política. In *História de Portugal*. Dir. J. Mattoso. Vol. 2: *A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Coord. J. Mattoso. Lisboa: Estampa, 1993, p. 269-312.
- Mutações. In *História de Portugal*. Dir. J. Mattoso. Vol. 2: *A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Coord. J. Mattoso. Lisboa: Estampa, 1993, p. 243-268.
- MAURER, A. - Siger of Brabante. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 13. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 204-205.
- McCARTHY, M. F. - Rabanus Maurus, Bl. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 12. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 37-39.
- McCLEERY, Iona - Opportunities for teaching and studying medicine in medieval Portugal before the foundation of the University of Lisbon: 1290. *Dynamis*. 20 (2000) 305-329.
- Saintly physician, diabolical doctor, medieval saint: exploring the reputation of Gil de Santarém in medieval and renaissance Portugal. *Portuguese Studies*. 21 (2005) 112-125.
- McDONNELL, E. W. - Jacques de Vitry. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 798-799.
- McGARRY, D. D. - Marbod of Rennes. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 9. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 185-186.
- McGINN, Bernard - Chromace d'Aquilée: sermons I et II. *Church History*. 42/1 (1973), p. 123.
- McGUIRE, M. R. P. - Ambrose, St. - In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 1. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 372-375.
- Cicero, Marcus Tullius. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 3. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 870-871.
- Martinus of Braga, St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 9. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 303.

- Maximus of Turin, St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 9. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 516.
- Vergil (Publius Vergilius Maro). In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 14. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 613-614.
- McKENNA, S. J. - Braulio, St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 2. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 760.
- Hilary of Poitiers, St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 6. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 1114-1116.
- Ildefonsus of Toledo, St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 358.
- Orosius. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 10. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 783.
- McLAUGHLIN, T. P. - Joannes Faventinus. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 996.
- MEIRINHOS, José Francisco - Critérios de catalogação e descrição dos códices. In *Catálogo dos códices da livraria de mão do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Municipal do Porto*. Coord. A. A. Nascimento e J. F. Meirinhos. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1997, p. xcvi-cvi.
- Giovanni XXI. In *Enciclopedia dei Papi*. Vol. 2. Roma: Instituto dell'Enciclopedia Italiana, 2000, p. 427-436.
- Introdução. In *Catálogo dos códices da livraria de mão do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Municipal do Porto*. Coord. A. A. Nascimento e J. F. Meirinhos. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1997, p. xiii-xxviii.
- O papa João XXI e a ciência do seu tempo. In *A apologia do latim: «in honorem» Dr. Miguel Pinto de Menezes (1917-2004)*. Coord. M. C. de Matos. Lisboa: Távola Redonda, 2005, p. 129-171.
- *Pedro Hispano: século XIII*. Tese de doutoramento em Filosofia Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 vols. Porto: [s.n.], 2002.
- Petrus Hispanus Portugalensis? Elementos para uma diferenciação de autores. *Revista Española de Filosofía Medieval*. 3 (1996) 51-76.
- Santo António de Lisboa, escritor. A tradição dos sermões: manuscritos, edições e textos espúrios. *Mediaevalia*. 11-12 (1997) 139-182.
- MENANT, François; ANHEIM, Etienne - Mobilité sociale et instruction. Clercs et laïcs du milieu du XIII^e au milieu du XIV^e siècle. In *La mobilità sociale nel medioevo: rappresentazioni, canali, protagonisti, metodi d'indagine*. Atti. Dir. S. Carocci. Rome: [s.n.], 2010, p. 335-373.
- MENDES, Francisco Azevedo - Ordens Sacras. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 3: J-P. Coord.: A. M. Jorge et al. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2001, p. 345-348.
- MENÉNDEZ y PELAYO, Marcelino - *Antología de poetas líricos castellanos: desde la formación del idioma hasta nuestros días*. Vol. 1: *La poesia en la Edad Media*. Madrid: Perlado, Páez, p. 64.
- MENNESTÒ, Enrico - Relazioni di viaggi e di amabasciatori. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestò. Vol. 1, Tom. 2. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 535-600.
- MEYER, C. - John Beleth. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 1035.
- MEYER, R. T. - Alexander of Villa Dei. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 1. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 298-299.
- Priscian - In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 11. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 789-790.
- MICCOLI, Giovanni - Os monges. In *O homem medieval*. Dir. J. Le Goff. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 33-56.

- MICHELE, A. - Transubstantion. In *Dictionnaire de théologie catholique contenant l'exposé des doctrines de la théologie catholique leurs preuves et leur histoire*. Vol. 15. Dir. A. Vacant, E. Mangenot e É. Amann. Paris: Librairie Letouzey et Ané, 1930-1950, col. 1396-1406.
- MILLET, Hélène - *Les chanoines du chapitre cathédral de Laon: 1272-1412*. Rome: Ecole Française de Rome, 1982.
- MIGNE, Jacques Paul - *Encyclopédie Théologique*. 170 vols. Paris: [s.n.], 1844-1866.
- MIGUEL, Carlos Frederico Montenegro de Sousa - Escravatura. In *Dicionário de História de Portugal*. Vol. 2: E-MA. Dir. J. Serrão. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, p. 77-84.
- MILLARES CARLO, A. - *Introducción a la historia del libro y de las bibliotecas*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- MINNIS, A. J. - *Medieval theory of authorship: scholastic literary attitudes in the later middle ages*. London: Scholar Press, 1984.
- MINOIS, George - *História dos infernos*. [Lisboa]: Teorema, [1997].
- MOLLAT, G. - Gregory IX, Pope. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 6. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 775-777.
- MONTERO, Elena Cardenal - El «scriptorium» altomedieval como vehículo transmisor de la cultura. In *La enseñanza en la Edad Media: X Semana de Estudios Medievales*. Nájera: 1999 Coord. J. I. de la I. Duarte, 2000, p. 403-412.
- MOORE, P. S. - Peter of Poitiers. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 11. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 227-228.
- MORA, José Ferrater - *Diccionario de filosofía*. 2 vols. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1975.
- MORATO, Francisco Manuel Trigo de Aragão - Memoria sobre os chanceleres-mores dos reis de Portugal, considerados como primeiros ministros do despacho e expediente dos nossos soberanos. In *Historia e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Vol. 12, parte 2. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1839.
- MORAW, Peter - Carreiras profissionais dos diplomados pelas universidades. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 243-275.
- MOREIRA, António Montes - Meio século de investigação sobre Potâmio de Lisboa na publicação da tradução portuguesa das suas obras. *Itinerarium*. 58 (2012) 591-612.
- MORENZONI, Franco - Epistolografia e artes dictandi. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 2. *La circolazione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 443-464.
- MORESCHINI, Claudio - I padri. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 1. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 563-604.
- MORNET, Elisabeth - Préliminaires à une prosopographie du haut clergé scandinave: le chapitre cathédral de Roskilde 1367-1493. In *Medieval lives and the historian. Studies in Medieval Prosopography*. Ed. N. Bulst e J.-Ph. Genet. [s.l.]: Medieval Institute Studies Western Michigan University, 1986, pp. 139-162.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa - A circulação de mensagens na diocese de Coimbra (séculos XIII-XIV). In *As comunicações na Idade Média*. Coord. M. H. da C. Coelho. [Lisboa]: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2002, p. 120-145.
- *A sé de Coimbra. A instituição e a chancelaria: 1080-1318*. Tese de doutoramento em história da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: [s.n.], 2005.
- La famille d'Ébrard et le clergé de Coimbra aux XIII^e et XIV^e siècles. In *A igreja e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 77-91.

- *Um mosteiro cisterciense feminino. Santa Maria de Celas: séculos XIII a XV*. Tese de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: [s.n.], 1991.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa - O chantre de Viseu e cónego de Coimbra Lourenço Esteves de Formoselha: 1279-1318. Uma abordagem prosopográfica. *Lusitania Sacra*. 13-14 (2001-2002) 75-137.
- MOULIN, Léo - *A vida quotidiana dos estudantes na Idade Média*. Lisboa: Livros do Brasil, 1994.
- *La vie quotidienne des religieux au Moyen Âge: X^e-XV^e siècle*. Paris: Hachette, 1978.
- MOUTA, Maria Fernanda - Pergaminhos do Arquivo Distrital de Viseu. Inventário I: m. 50 (pergaminhos 1 a 41). *Beira Alta*. 43 (1984) 335-355, 645-671.
- MULCHAHEY, Marian Michèle - The dominican «studium» system and the universities of Europe in the thirteenth century. In *Colloque International Manuels, programmes de cours et techniques d'enseignement dans les universités médiévales. Actes*. Louvain-la-Neuve: Université Catholique de Louvain, 1994, p. 277-324.
- MULDOON, J. M. - Innocent IV, Pope. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 524-525.
- MULLALLY, Joseph P. - *The «Summulae Logicales» of Peter of Spain*. Notre Dame, Indiana: The University of Notre Dame Press, 1960.
- MURPHY, Joseph - *Rhetoric in the Middle Ages: a history of rethorical theory from Saint Augustine to the Renaissance*. Berkeley: [s.n.], 1974.
- MURPHY, F. X. - Cassiodorus Senator, Flavius Magnus Aurelius. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 3. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 184.
- Jerome, St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 872-874.
- Justinian I, Byzantine Emperor. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 8. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 96-101.
- Leo I, Pope, St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 8. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 637-639.
- Prosper of Aquitaine, St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 11. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 878.
- Theophilus of Alexandria. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 14. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 71-72.
- MURRAY, Alexander - *Razón y sociedad en la Edad Media*. Madrid: Taurus, 1983.
- NARDI, Paolo - Comune, Imperio e Papato alle origine dell'insegnamento universitario di Siena (1240-1275). In *Bollettino Senese di Storia Patria*. [s.l.]: [s.n.], 1984, p. 70-76.
- Diritto civile e diritto canonico. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 3. *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 511-540.
- *L'insegnamento superiore a Siena nei secoli XI-XIV. Tentativi e realizzazioni dalle origini alla fondazione dello Studio generale*. Milano: [s.n.], 1996, p. 56-63.
- Relações com as autoridades. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 75-104.
- NASCIMENTO, Aires Augusto - *A conquista de Lisboa aos mouros*. Lisboa: Vega, 2001.
- A experiência do livro no primitivo meio alcobacense. In *IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo. Encontros de Alcobaca e Simpósio de Lisboa*. Actas. Braga: Universidade Católica Portuguesa - Câmara Municipal de Alcobaca, 1991, p. 121-145.
- Circulação do livro manuscrito. In *Dicionário de Literatura medieval galega e portuguesa*. Dir. G. Lancian e G. Tavani. Lisboa: Caminho, 1993, p. 155-159.

-
- ___ Concentração, dispersão e dependências na circulação de manuscritos em Portugal nos séculos XII e XIII. In *Colóquio sobre sobre circulación de códices y escritos entre Europa y la Península en los siglos VIII-XIII. Actas*. Santiago de Compostela: Universidade de Compostela, 1988, p. 61-85.
 - ___ *Cultura clássica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1980.
 - ___ Diferenças e continuidade na encadernação alcobacense: sua importância para a história do «scriptorium» de Alcobaça. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1983. Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, nº especial (1983).
 - ___ Em busca dos códices perdidos. *Didaskalia*. 9 (1979) 279-298.
 - ___ Frei Gil de Santarém, o Fausto português. In *Colóquio S. Frei Gil de Santarém. Actas*. Lisboa: [s.n.], 1992, p. 11-24.
 - ___ Gil de Santarém, Frei. In *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Org. e coord. G. Lanciani e G. Tavani. Lisboa: Caminho, 1993, p. 294-295.
 - ___ La reliure médiévale: une forme de relation avec le livre. Fonctionnalité et sens des différences. *Bolletino dell'Istituto Centrale per la Patologia del Libro*. 44-45 (1990-91) 263-294.
 - ___ Le «scriptorium» d'Alcobaça: identité et corrélations. *Lusitania Sacra*. 4 (1992) 149-162.
 - ___ Livros e claustro no século XIII em Portugal. O inventário da livraria de S. Vicente de Fora em Lisboa. *Didaskalia*. 15 (1985) 229-242.
 - ___ Livros e leituras em ambiente cisterciense. In *IX Centenário do nascimento de S. Bernardo. Encontros de Alcobaça e simpósio de Lisboa. Actas*. Braga. 1991, p. 148-165.
 - ___ O livro de teologia: génese de uma estrutura e estruturação de uma ciência. *Didaskalia*. 25 (1995) 235-255.
 - ___ O pacto com o demónio em fontes medievais portuguesas: Teófilo e Fr. Gil de Santarém. In *III Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval. Actas. Vol. 2*. [sl]: [s.n.], 1994, p. 737-746.
 - ___ O «scriptorium» de Santa Cruz de Coimbra: momentos da sua história. In *Catálogo dos códices da livraria de mão do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Municipal do Porto*. Coord. A. A. Nascimento e J. F. Meirinhos. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1997, p. LXIX-XCV.
 - ___ O «scriptorium» medieval, instituição matriz do livro ocidental. In *Catálogo da exposição A iluminura em Portugal: identidade e influências*. Coord. M. A. Miranda. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999, p. 53-109.
 - ___ Os códices alcobacenses da Biblioteca Nacional de Lisboa e o seu significado cultural. In *Exposição evocativa dos Códices Alcobacenses no VIII centenário da Fundação do Mosteiro de Alcobaça*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1979.
 - ___ Paio de Coimbra, Frei. In *Dicionário de literatura medieval galega e portuguesa*. Coord. G. Lanciani e G. Tavani. Lisboa: Caminho, 1993, p. 504-506.
 - ___ Práticas codicológicas e sentido de enquadramento do livro manuscrito como produto cultural. In *Colóquio sobre o livro antigo. V Centenário do livro impresso em Portugal: 1487-1987. Actas*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1992, p. 233-242.
 - ___ Santa Cruz de Coimbra: as motivações de uma fundação regular. In *Congresso Histórico de Guimarães - D. Afonso Henriques e a sua época. Actas. Vol. 4*. Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho: 1997, p. 126.
 - ___ Vida de D. Telo. In *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Dir. G. Lanciani e G. Tavani. Lisboa: Caminho, 1993, p. 661-663.
 - ___ Vida de S. Teotónio. In *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Dir. G. Lanciani e G. Tavani. Lisboa: Caminho, 1993, p. 669-671.
- NASCIMENTO, Aires Augusto; DIOGO, António Dias - *Encadernação medieval portuguesa*. [Lisboa]: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.

- NASCIMENTO, Aires Augusto; GOMES, Saul António - S. Vicente de Lisboa e seus milagres medievais. *Didaskalia*. 15 (1985) 73-169.
- NATIVIDADE, Manuel Vieira - *O mosteiro de Alcobaça: notas históricas*. Coimbra: Imprensa Progresso, 1835.
- NEIRA, Maria Damian Yañez - Un lustro de documentacion cisterciense en Espanha. In *II Encontro sobre História Dominicana. Actas*. Vol. 1. [s.l]: [s.n.], 1984, p. 127-157.
- NEWIRTH, A. - Eucherius of Lyons, St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 5. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 621.
- Fulgentius of Ruspe. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 6. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 220.
- NICOLINI, Ugolino - Documenti su Pietro Ispano (poi Giovanni XXI?) e Taddeo degli Alderotti, nei loro rapporti con Perugia. In *Filosofia e Cultura in Umbria tra Medioevo e Rinascimento*. Perugia: [s.n.], 1967, p. 271-284.
- NIEMEYER, Jan Frederik - *Mediae latinitatis lexicon minus*. Leiden: E. J. Brill, 1976.
- NOGUEIRA, Bernardo de Sá - Exercício do ofício tabeliônico por clérigos no Portugal ducentista: acumulação e incompatibilidade. *Lusitania Sacra*. 13-14 (2001-2002) 467-476.
- O espaço eclesiástico em território português. In *História religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 1: *Formação e limites da Cristandade*. Coord. A. M. Jorge e A. M. Rodrigues. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000-2002, p. 142-201.
- *Tabelionato e instrumento público em Portugal: génese e implantação: 1212-1279*. 3 vols. Tese de doutoramento em Paleografia e Diplomática, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.] 1996.
- NOGUEIRA José Artur Anes Duarte - Hispano, Vicente. In *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. [Lisboa]: Alfa, 1985, v. 1, p. 312.
- *Sociedade e direito em Portugal na Idade Média: dos primórdios ao século da Universidade*. Lisboa: [Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa], 1994.
- NORTE, Armando - As elites intelectuais e a guerra: manifestações ideológicas e modelos proselitistas na génese do reino português. In *VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais: a Guerra e a sociedade na Idade Média*. Actas. Vol. 2. [s.l.]: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, pp. 377-392.
- As livrarias de mão do clero medieval português. In *Encontro internacional O clero secular medieval e as suas catedrais. Novas perspectivas e abordagens*. Actas. Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica portuguesa (no prelo).
- Lentes, escolares e letrados: das origens do Estudo Geral ao final do século XIV. In *A universidade medieval em Lisboa: séculos XIII-XVI*. Coord. H. Fernandes. Lisboa: Tinta-da-China, 2013, p. 89-147.
- Processos de institucionalização do Estudo Geral português. In *A universidade medieval em Lisboa: séculos XIII-XVI*. Coord. H. Fernandes. Lisboa: Tinta-da-China, 2013, p. 149-186.
- NORTH, John - O «quadriúvio». In *Uma História da Universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 337-357.
- Nova história de Portugal*. Dir. J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 3: *Portugal em definição de Fronteiras - do condado portucalense à crise do século XIV*. Coord. M. H. da Cruz Coelho e A. L. de Carvalho Homem. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- NUNES, Eduardo Borges - *Álbum de paleografia portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 1969.
- NUTTON, Vivian - Galen of Pergamum. In *Brill's New Pauly Encyclopedia of the Ancient World*. Ed. H. Cancik e H. Schneider. Vol. 5: *Equ-Has*. Leiden - Boston: Brill, 2007, col. 654-661.
- O reino dos mortos na Idade Média peninsular*. Dir. J. Mattoso. Lisboa: Sá da Costa, 1996.

- OBERT-PICKETTY, Caroline - Les lectures et les oeuvres des pensionnaires du collège Saint-Bernard. *Citeaux*. 40 (1989) 245-289.
- OCHOA SANZ, Javier - «Vincentius Hispanus», *canonista boloñes del siglo XIII*. Roma: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960.
- O'DONNELL, J. R. - Bernard Silvestris (of Tours). In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 2. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 343.
- ___ Calcidius. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 2. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 1057.
- ___ John Philiponus. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 1066.
- ___ Macrobius. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 9. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 45-46.
- ___ Smaragdus of Saint-Mihiel. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 13. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 300.
- OLDONI - Massimo - la tradizione orale e folclórica. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 1. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 633-658.
- OLIVEIRA, António Resende de - As instituições de ensino. In *Nova história de Portugal*. Dir. J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 3: *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): do condado portugalense à crise do século XIV*. Coord. M. H. da Cruz Coelho e A. L. de Carvalho Homem. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 635-659.
- ___ Os primórdios da universidade. In *Nova história de Portugal*. Dir. J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 3: *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): do condado portugalense à crise do século XIV*. Coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando de Carvalho Homem. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 651-654.
- OLIVEIRA, Manuel Alves de - *História da real colegiada de Guimarães*. Guimarães: [s.n.], 1978.
- ___ História da real colegiada de Guimarães. *Boletim de Trabalhos Históricos*. 28 (1975-77) 109-232.
- ___ *Histórica eclesiástica de Portugal*. Lisboa: Europa-América, 1994.
- OLIVEIRA, Miguel de - *As paróquias rurais portuguesas: sua origem e formação*. Lisboa: União Gráfica, 1950.
- ___ *História eclesiástica de Portugal*. Lisboa: União Gráfica, 1968, p. 145-148.
- OLSEN, Birger Munk - La trasmissione dei testi nei secoli XI e XII. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 3. *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 375-414.
- O'MALLEY, Austin - *Tello and Theothonio, the twelfth century founders of the Monastery of Santa Cruz in Coimbra*. Dissertation submitted to the Faculty of the Graduate School of Arts and Sciences of the The Catholic University of America. Washington: Catholic university of America Press, 1954.
- O'MALLEY - Peter Alfonsi. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 11. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 209.
- O'NEILL, W. H. - Plotinus. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 11. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 443-444.
- ___ Socrates. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 13. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 407-408.
- Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento*. Dir. B. Vasconcelos e Sousa. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- ORLANDI, G. - Chromatius of Aquileia. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 3. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 665.
- ORLANDIS, José - *Historia de la iglesia. Vol. 1: La iglesia antigua y medieval*. Madrid: Ed. Palabra, 1998.
- ORTIZ, Renato - *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.
- Os dominicanos em Portugal. História, cultura e arte*. Coord. A. C. da C. Gomes e J. E. Franco. Lisboa: Aletheia Editores, 2010.

- OSBORNE, R. A. - Hippocrates. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 6. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 1138-1139.
- OTERO, Horacio Santiago - La escuela catedral de Burgo de Osma en tiempos de Santo Domingo de Guzmán. In *2º Encontro de História Dominicana. Actas*. Arquivo Histórico Dominicano Português. Porto: 1984, p. 119-126.
- La formación de los clérigos leoneses en el siglo XII. In *Fe y cultura en la Edad Media*. Madrid: CSIC, 1988, p. 205-218.
- OTERO, Horacio Santiago; CARDÓ-GUINALDO, María Teresa - *Las instituciones jurídicas en algunas escuelas medievales de la Península Ibérica*. Madrid: Instituto Francisco Suarez, 1984.
- OWENS, J. - Aristotle. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 1. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 809-814.
- PACAUT, Marcel - *Les ordres monastiques et religieux au Moyen Âge*. Paris: Fernand Nathan, 1970.
- PACHECO, Maria Cândida Monteiro - Exegese e pregação em St. António de Lisboa e Frei Paio de Coimbra. In *II Jornadas luso-espanholas de história medieval. Actas*. Vol. 4. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, p. 1297-1307.
- PAGANI, Ileana - La critica letteraria. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 3. *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 113-164.
- PALAZZO, Éric - *Histoire des livres liturgiques: le Moyen Âge, des origines au XIII^e siècle*. Paris: Beuchesne, 1993.
- PALMIERI, A. - Esprit-Saint. In *Dictionnaire de théologie catholique contenant l'exposé des doctrines de la théologie catholique leurs preuves et leur histoire*. Vol. 5. Dir. A. Vacant, E. Mangenot e É. Amann. Paris: Librairie Letouzey et Ané, 1930-1950, col. 676-829.
- PARÉ, Gérard; BRUNET, Adrien; TREMBLAY, Pierre - *La renaissance du XII^e siècle: les écoles et l'enseignement*. Paris: Otava, 1933.
- PARISSE Michel - Christianization de la société. In *Histoire du Christianisme*. Dir. J.-M. Mayeur, Ch. E. L. Pietri, A. Vauchez e M. Venard. Vol. 5: *Apogée de la paupé et expansion de la Chretienté (1050-1274)*, p. 409-426.
- Le chrétien occidental. In *Histoire du Christianisme*. Dir. J.-M. Mayeur, Ch. E. L. Pietri, A. Vauchez e M. Venard. Vol. 5: *Apogée de la paupé et expansion de la Chretienté (1050-1274)*, p. 485-518.
- Le redressement du clergé séculier. L'église romaine de Latran I à la fin du XII^e siècle. In *Histoire du Christianisme*. Dir. J.-M. Mayeur, Ch. E. L. Pietri, A. Vauchez e M. Venard. Vol. 5: *Apogée de la paupé et expansion de la Chretienté (1050-1274)*, p. 241-276.
- Les religieux entre l'action et la contemplation. In *Histoire du Christianisme*. Dir. J.-M. Mayeur, Ch. E. L. Pietri, A. Vauchez e M. Venard. Vol. 5: *Apogée de la paupé et expansion de la Chretienté (1050-1274)*, p. 367-408.
- L'expansion du modèle romain. In *Histoire du Christianisme*. Dir. J.-M. Mayeur, Ch. E. L. Pietri, A. Vauchez e M. Venard. Vol. 5: *Apogée de la paupé et expansion de la Chretienté (1050-1274)*, p. 277-308.
- PARKES, Malcolm - La alta edad media. In *Historia de la lectura en el mundo occidental*. Ed. R. Chartier e G. Cavallo. [Madrid]: Taurus, 2004, p. 153-178.
- Le pratiche di lettura. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 2. *La circolazione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 465-488.
- PATLAGEAN, Evelyne - Contestation et hérésies en Orient et en Occident. In *Histoire du Christianisme*. Dir. J.-M. Mayeur, Ch. E. L. Pietri, A. Vauchez e M. Venard. Vol. 5: *Apogée de la paupé et expansion de la Chretienté (1050-1274)*, p. 451-472.
- Le chrétien devant Dieu. In *Histoire du Christianisme*. Dir. J.-M. Mayeur, Ch. E. L. Pietri, A. Vauchez e M. Venard. Vol. 5: *Apogée de la paupé et expansion de la Chretienté (1050-1274)*, p. 473-518.

-
- La chrétienté grecque: l'éclatement de l'Empire et la domination latine (1204-1274). Dir. J.-M. Mayeur, Ch. E. L. Pietri, A. Vauchez e M. Venard. *Vol. 5: Apogée de la paupaté et expansion de la Chretienté* (1050-1274), p. 665-700.
- L'église grecque de 1123 à 1204: ouvertures et résistances. In *Histoire du Christianisme*. Dir. J.-M. Mayeur, Ch. E. L. Pietri, A. Vauchez e M. Venard. *Vol. 5: Apogée de la paupaté et expansion de la Chretienté* (1050-1274), p. 329-348.
- Les relations entre Constantinople et Rome aux XI^e et XII^e siècles. In *Histoire du Christianisme*. Dir. J.-M. Mayeur, Ch. E. L. Pietri, A. Vauchez e M. Venard. *Vol. 5: Apogée de la paupaté et expansion de la Chretienté* (1050-1274), p. 349-366.
- Patrimoine littéraire européen*. Dir. J.-C. Polet. 6 vols. [Bruxelles]: De Boeck Université, 1992.
- PAUL, Jacques - *Histoire intellectuelle de l'Occident medieval*. Paris: Armand Colin, 1973.
- *L'église et la culture en Occident: IX^e-XII^e siècles*. 2 vols. Paris: PUF, 1986.
- PEEBLES, B. M. - Sulpicius Severus. In *New Catholic Encyclopedia*. *Vol. 13*. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 787-788.
- PEIXEIRO, Horácio Augusto - Livros litúrgicos cistercienses de Arouca. *Revista da Biblioteca Nacional*. 9 (1994) 61-73.
- PEIXOTO, João da Silva - Liturgia. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. *Vol. 3: J-P*. Coord. A. M. Jorge et al. [Lisboa]: Centro de Estudos de História Religiosa 2000-2001, p. 138-144.
- PELLEGRIN, Elisabeth - Fragments et membra disiecta. In *Codicologica*. Ed. A. Gruys e J. P. Gumbert. *Vol. 3: Essais typologiques*. Leiden, E. J. Brill, 1980, 70-95.
- PENNINGTON, Kenneth - The prince and the Law: 1200-1600. In *Sovereignty and rights in the Western legal tradition*. Berkeley - Los Angeles - Oxford: University of California Press, 1993, p. 203-212.
- PENNINGTON, Kenneth; MÜLLER, Wolfgang P. - The decretists. In *The history of medieval canon law in the classical period: 1140-1234 - From Gratian to Decretals of Pope Gregory IX*. Ed. K. Pennington, W. Hartmann. [s.l.]: The Catholic University of America Press, 2008, p. 121-173.
- PEREIRA, Gabriel - *Documentos históricos da cidade de Évora*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1998.
- *Biblioteca Nacional de Lisboa*. Lisboa: Tipografia do Dia, 1898.
- *Bibliotecas e Arquivos Nacionais*. Lisboa: Oficina Tipográfica, 1903.
- Os cartulários das catedrais. *Revista Archeologica*. 4 (1890) 1-9.
- PEREIRA, Isaías da Rosa - A «pecia» em manuscritos universitários: estudo de três códices alcobacenses dos séculos XIII e XIV. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1973. Separata dos *Anais da Academia Portuguesa de História*, 22 (1973) 248-278.
- A vida do clero e o ensino da doutrina cristã através dos sínodos medievais portugueses: séculos XIII-XV. Lisboa: [s.n.], 1978. Separata *Lusitania Sacra*, 10 (1978).
- Algumas considerações sobre o papel da mulher na Idade Média. In *Actas do colóquio «A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais»*. *Vol. 2*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1986, p. 197-202.
- Dos livros e dos seus nomes. Bibliotecas litúrgicas medievais. *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. 63-70 (1971-1973) 97-167.
- Escolas e livros na Idade Média em Portugal. In *Congresso de História da Universidade no 7º centénario da sua fundação*. *Actas*. Coimbra: C. O. C. H. U., 1991.
- Livro de aniversários da igreja de Santa Marinha de Lisboa. Lisboa: Câmara Municipal, 1964. Separata *Revista Municipal de Lisboa*, (100) 1964.
- Livros de aniversários da igreja de Santa Iria de Santarém. In *O Vinho na História Portuguesa. Séculos XIII-XIX*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1983.

- ___ Livros de aniversários de Santa Maria da Alcáçova de Santarém e de Santiago de Coimbra. Coimbra: Coimbra Editora, 1978. Separata de *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 34 (1978).
- ___ Livros de direito na Idade Média I. *Lusitania Sacra*. 7 (1966) 7-60.
- ___ Livros de direito na Idade Média II. *Lusitania Sacra*. 8 (1970) 81-96.
- ___ Manuscritos de direito canónico existentes em Portugal. *Arquivo Histórico da Madeira*. 11 (1959) 162-242; 13 (1962-63) 28-41.
- ___ Martirológio-obituário da sé de Lamego. *Theologica*. 28 (1993) 515-522.
- ___ Notes sur le «scriptorium» du monastère d'Alcobaça. In *Miscellanea Codicologica F. Masai Dicata*. Gand: Story-Scientia, 1979, p. 497-500.
- ___ *O canonista Petrus Hispanus Portugalensis*. Lisboa: [s.n.], 1968.
- ___ O tabelionato em Portugal. Notariado público y documento privado: de los orígenes al siglo XIV. Valencia: Generalitat Valenciana, 1990. Separata de *Actas del VII Congreso Internacional de Diplomática*, p. 615-690.
- ___ *Para a história da cultura na Idade Média: escolas e livrarias*. Lição apresentada para obtenção do título de Professor Agregado do grupo de história da Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 1987.
- ___ Santo António na escola capitular de Lisboa. In *Colóquio antoniano na Comemoração do 750º Aniversário de Santo António de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1982.
- ___ Silvestre Godinho, um canonista português. [s.l.: s.n., ca 1962]. Separata de *Lumen* 26 (1962).
- ___ *Sínodos medievais portugueses: séculos XIII-XV*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade Pontifícia de Salamanca. Salamanca: [s.n.], 1978.
- PEREIRA, Marcelino Rodrigues - O latim da chancelaria de D. Sancho. *Revista Portuguesa de História*. 14 (1974) 399-414.
- ___ O latim de alguns documentos da sé de Coimbra: 1086-1210. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos, 1964. Separata da *Revista Portuguesa de História*, 6 (1955).
- PEREIRA, Maria Cristina - Da queda para o alto: vícios e virtudes de uma miniatura romântica. In *I simposio sobre religiosidad, cultura y poder*. Actas. Buenos Aires, GERE, 2006.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha - Considerações à margem do texto do «Thesaurus pauperum». Braga: Faculdade de Filosofia, 1952. Separata *Revista Portuguesa de Filosofia*, 8/3 (1952).
- ___ Notes lexicographiques sur le «Thesaurus Pauperum». Bruxelles: Secretariat Administratif de l'UAI, 1954. Separata *Archivum Latinatis Medii Aevi*, 24 (1954).
- ___ Um manuscrito inédito do «Liber de conservanda sanitate» de Pedro Hispano. Porto: [s.n.], 1962. Separata *Studium generale* do Centro de Estudos Humanísticos, 5, 9, 2, (1962).
- ___ *Vida e milagres de S. Rosendo*. Texto latino, trad., pref. e notas. Coord. A. de B. Moreira. Porto: Câmara Municipal de Santo Tirso, 2010, p. 5-7.
- PETRUCCI, Armando - *Alfabetismo, escritura, sociedade*. Pról. R. Chartier e J. Hébrard. Barcelona: Gedisa, 1999.
- ___ Dalla minuta al manoscritto d'autore. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 1. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 353-372.
- ___ Lire au Moyen Âge. In *Mélanges de l'École Française de Rome. Moyen-Âge - Temps Modernes*. 96 (1984) 603-616.
- PHILLIPART, Guy - Martirologi e legendari. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 2. *La circolazione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 605-648.

- PICKE, Jacques - *Le chapitre cathédral de Notre-Dame de Tournai de la fin du XI^e à la fin du XIII^e siècle. Son organisation, sa vie, ses members*. Louvain-la-Neuve/Bruxelles: [s.n.], 1986.
- L'examen d'un group social local devenu international. In *A igreja e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 207-232.
- PINA, Luís de - Dominicanos e franciscanos nos hospitais vimaranenses na Idade Média. Braga: Boletim mensal, 1929. Separata do *Boletim Mensal da Ordem Terceira*, 1 (1929) 1-35.
- Pedro Julião ou Pedro Hispano (Papa João XXI). Lisboa: [s.n.], 1932. Separata de *Arquivo Histórico de Portugal*, 1 (1932).
- *Vimaranes. Materiais para a história da medicina portuguesa*. Porto: Araújo & Sobrinho, 1929.
- PINTO, António Ferreira - *O cabido da sé do Porto: subsidios para a sua história*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1940.
- PIRENNE, Henry - *As cidades da Idade Média: ensaio de histórica económica e social*. Lisboa: Europa-América, 1977.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor - *D. Dinis*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2006.
- *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias: 1279-1325*. Tese de doutoramento em história da Idade Média, apresentada à Universidade do Porto. 3 vols. Porto: [s.n.], 1997.
- *Portocarreiro*. Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Vol. 22. Lisboa - Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1947, p. 682-684.
- POETZEL, R. K. - Possidius, St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 11. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 630-631.
- POISSON, Jean-Paul - *Notaires et société. Travaux d'histoire et de sociologie notariales*. Paris: Economica, 1985.
- POLY, J. P. - Les maîtres de S. Ruf: pratique et enseignement du droit dans la France Meridionale au XII^e siècle. In *Annales de la Faculté de Droit des Sciences Sociales et Politiques et de la Faculté des Sciences Économiques*. 2 (1978) 183-203.
- PONTES, J. M. da Cruz - *A obra filosófica de Pedro Hispano Portugalense: novos problemas textuais*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1972.
- Para situar Pedro Hispano Portugalense na história da filosofia. Coimbra: [s.n.], 1968. Separata da *Revista Portuguesa de Filosofia*, v. 24, fasc. 1, 1968.
- *Pedro Hispano Portugalense e as controvérsias doutriniais do século XIII: a origem da alma*. Tese de doutoramento em filosofia apresentada à Universidade de Coimbra. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1964.
- POST, Gaines - «Vincentius Hispanus “pro ratione voluntas”» and medieval and early modern theories of sovereignty. *Traditio*. 28 (1972) 159-184.
- POTTER, Paul; GUNDERT, Beate - Hippocrates of Cos, the physician. In *Brill's New Pauly Encyclopedia of the Ancient World*. Ed. H. Cancik e H. Schneider. Vol. 6: *Hat-Jus*. Leiden - Boston: Brill, 2007, col. 354-363.
- PRALIÉ, Gerard - *O convento de S. Francisco de Santarém*. Santarém: [s.n.], 1992.
- PRIETO, Augusto Quintana - Guillermo de Taillante, abad de Sahagún y cardenal de la iglesia romana. *Anthologica Annua*. 26-27 (1979-1980) 11-84.
- QUESADA, Miguel Angel Ladero - Iglesia, sociedad y educación. In *Historia de la acción educadora de la iglesia en España*. Dir. B. B. Martínez. Vol. 1: *edades antigua, media y moderna*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995, p. 105-131.
- RAMBAUD-BUHOT, J. - Gratian, Decretum of («Concordia Discordantium Canonum»). In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 6. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 706-709.

- RAMOS, António de Jesus - Coimbra, diocese de. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 1: A-C. Coord. A. M. Jorge et al. [Lisboa]: Centro de Estudos de História Religiosa 2000-2001, p. 387-399.
- RAMOS, Cláudia Maria Novais Toriz da Silva - *O mosteiro e a colegiada de Guimarães: ca. 950-1250*. 2 vols. Tese de mestrado em história medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto:Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991.
- REINHARDT, Klaus - *Biblioteca bíblica ibérica medieval*. Madrid: Centro de Estudios Historicos, 1986.
- REINHARDT, Klaus; SANTIAGO OTERO, Horacio - Comentaristas bíblicos de los siglos XII e XIII. In *Coloquio sobre Circulación de códices y escritos entre Europa y la Península en los siglos VIII-XIII*. Actas. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 1988, p. 193-208.
- Renaissance and renewal in the twelfth century*. Ed. R. L. Benson e G. Constabl. Oxford: Oxford Clarendon Press, 1982.
- RÊPAS, Luis Miguel - O mosteiro de Arouca. Os documentos escritos como fonte de conhecimento (1286-1299). *Humanitas*. 50 (1998) 539-586.
- REYNOLDS, L. D.; Wilson, N. G. - *Scribes and scholars: a guide to the transmission of greek and latin literature*. Oxford: Oxford University Press, 1968.
- RIBAS ALBA, José María - Burgundio de Pisa (Burgundione da Pisa, Pisanus). In *Juristas universales*. Vol. 1: *Juristas antiguos*. Madrid - Barcelona: Marcial Pons, 2004, p. 351-354.
- RIBEIRO, João Pedro - *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*. 5 vols. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1810-1836.
- Qual seja a época da Introdução do direito das decretaes em Portugal e o influxo que o mesmo teve na legislação portuguesa. In *Memorias da literatura portuguesa*. Vol. 6. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1796.
- RICHARD, Jean - *La papauté et les missions d'Orient au Moyen Âge (XIII^e-XV^e siècles)*. Roma: École Française de Roma, 1977.
- RICHÉ, Pierre - *De l'éducation antique à l'éducation chevaleresque*. Paris: Flammarion, 1968.
- *Écoles et enseignement dans le haut Moyen Âge: fin du V^e siècle - milieu du XI^e siècles*. Paris: Picard, 1989.
- *Éducation et culture dans l'Occident barbare, VI^e-VIII^e siècles*. Paris: Éditions du Seuil, 1962.
- RIDDER-SYMOENS, Hilde de - A mobilidade. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 279-302.
- RODRIGUES, Ana Maria - A formação da rede paroquial no Portugal medievo. In *Estudos em Homenagem ao Professor José Amadeu Coelho Dias*. Vol. 1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 71-84.
- Colegiadas. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 2: C-I. Coord. A. M. Jorge et al. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2001, p. 399-402.
- Dignidades capitulares. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 2: C-I. Coord. A. M. Jorge et al. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2001, p. 67-68.
- Espaços, gente e sociedade no Oeste: estudos sobre Torres Vedras Medieval. Cascais: *Patrimonia Historica*, 1996.
- O poder económico, social e político do cabido da sé de Braga nos finais da Idade Média: séculos XIII-XVI. *Lusitania Sacra*. 10 (1998) 335-345.
- Patrimónios, direitos e rendimentos eclesiásticos. In *História religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 1: *Formação e limites da cristandade*. Coord. A. M. Jorge e A. M. Rodrigues. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000-2002, p. 261-302.

- *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*. Pref. J. Heers. Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica - Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- RODRIGUES, Ana Maria; COSTA, Maria Antonieta; MACIEL, Maria Justiniana - «Petrus Hispanus»: um médico português na Europa do seu tempo. In *A igreja e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 151-167.
- RODRIGUES, Ana Maria; RIBEIRO, João Carlos; COSTA, Maria Antonieta; MACIEL, Maria Justiniana - *Os capitulares bracarenses: notícias biográficas*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa; 2005.
- RODRIGUES, José Maria - *A universidade de Lisboa-Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1892.
- RODRIGUES, Manuel Augusto - O mosteiro de Santa Cruz e a sua projecção na vida religiosa e cultural de Coimbra. In *Santa Cruz de Coimbra do Século XI ao século XX - Estudos no IX Centenário do Nascimento de S. Teotónio - 1082-1982*. Coimbra: Comissão Executiva do IX Centenário do Nascimento de S. Teotónio, 1984.
- ROLO, Raul A. - Os dominicanos. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 2: C-I. Coord. A. M. Jorge et al. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 82-88.
- ROSEN, C. M. - Giles of Foscarari. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 6. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 484.
- Godfrey of Trani. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 6. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 579.
- ROPA, Giampolo - I testi liturgici. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 2. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 383-420.
- ROSA, Maria de Lurdes - A santidade no Portugal medieval: narrativas e trajectos de vida. *Lusitania Sacra*. 13-14 (2001-2002) 413-416.
- ROSA, Maria José Policarpo - *O cartulário do cabido da sé de Évora: subsidios para o estudo da organização económica e administrativa da diocese eborense entre 1166 e 1283*. Tese de licenciatura em ciencias históricas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: [s.n.], 1969.
- ROSÁRIO, António do - Dominicanos e o livro. Breves notas. In *Colóquio sobre o livro antigo. V Centenário do livro impresso em Portugal: 1487-1987. Actas*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1992, p. 175-186.
- Frades pregadores em intercâmbio peninsular, séc. XIII. In *II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Actas. Vol. 4*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, p. 1251-1272.
- Letrados dominicanos em Portugal nos séculos XIII-XV. *Repertorio de Historia de las Ciencias Eclesiásticas en España*. 7 (1967-79) 566-567.
- Pergaminhos dos Conventos Dominicanos. 1ª série: Elementos de interesse para o estudo geral português. Lisboa: [s.n.], 1972. Separata de *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*. 4/1 (1972).
- Pergaminhos dos Conventos Dominicanos. 3ª série: Elementos de interesse para a história da arte: Convento de S. Domingos de Santarém: século XIII. *Lusitania Sacra*. 4 (1992) 345-370.
- ROSENTHAL, F. - Johannitus (Hunain Ibn Ishāq). In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 1004-1005.
- ROSSI, P. - Pietro Hispano nel giudizio dei cronisti contemporanei. *Estudos Italianos em Portugal*. 14-15 (1955-56) 4-17.
- ROUSSEAU, M. I. J. - Peter Riga. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 11. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 228.
- ROUSSEAU, P. - Anselm of Laon. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 1. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 584.

- ROSSIAUD, Jacques - O cidadão e a vida na cidade. In *O homem medieval*. Dir. J. Le Goff. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 99-124.
- RÜEGG, Walter - O alvorecer do humanismo. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 445-468.
- ___ Temas. In *Uma história da Universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 4-31.
- RUSH, A. C. - Gregory I, Pope, St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 6. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 766-770.
- RUIZ, Ramón Gonzálvez - La escuela de traductores de Toledo. In *Historia de la acción educadora de la iglesia en España*. Dir. B. B. Martínez. Vol. 1: *edades antigua, media y moderna*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995, p. 268-275.
- ___ La expansión misionera y la acción educativa sobre minorías. In *Historia de la acción educadora de la iglesia en España*. Dir. B. B. Martínez. Vol. 1: *edades antigua, media y moderna*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995, p. 195-203.
- RUIZ GARCÍA, Elisa - *Manual de codicología*. Madrid: Fundacion Germán Sanchez Ruipérez, 1988.
- RUNCIMAN, Steven - *História das cruzadas*. 3 vols. [Lisboa]: Livros Horizonte, 1992-1995.
- RUSCONI, Roberto - La predicazione: parole in chiesa, parole in piazza. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo e C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 2. *La circolazione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 571-604.
- RUSSEL, Peter E. - Medieval Portuguese students at Oxford University. In *Portugal, Spain and the african Atlantic (1343-1490): chivalry and crusade from John of Gaunt to Henry the Navigator*. Aldershot: Variorum, 1995, p. 183-191.
- S. Frei Gil de Santarém e a sua época. In *Catálogo da exposição S. Frei Gil de Santarém e a sua época*. Coord. J. Custódio. Santarém: Câmara Municipal, 1997.
- SÁ, Artur Moreira de - *A propósito do bulário da universidade de Salamanca*. Lisboa: Imprensa de Coimbra, 1967.
- ___ *Contribuição portuguesa para o conhecimento científico: séculos XIII a XV*. Santiago de Compostela: Instituto de Estudios Portugueses, 1950.
- ___ *Dúvidas e problemas: sobre a universidade medieval portuguesa*. Lisboa: [s.n.], 1964, p. 240-273.
- ___ La fondation de l'université, à Lisbonne, en 1288, et son rôle dans le développement de la culture portugaise jusqu'au milieu du XV^e siècle. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*. 12 (1969) 29-36.
- ___ Pedro Hispano e a crise de 1277 da Universidade de Paris. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. 22 (1955) 239-241.
- ___ Pedro Hispano, prior da Igreja de Santa Maria de Guimarães e arcebispo da Sé de Braga. Coimbra: [s.n.], 1955. Separata de *Biblos*, 30 (1954).
- ___ Primórdios da cultura portuguesa. Lisboa: [s.n.], 1966-1968. Separata de *Arquivos de História de Cultura Portuguesa*, 1/1 (1967) 1-112.
- ___ Primórdios da cultura portuguesa. Lisboa: [s.n.], 1966-1968. Separata de *Arquivos de História de Cultura Portuguesa*, 1/2 (1968).
- ___ O Porto e a cultura nacional nos séculos XII e XIII. Separata de *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, 2/2 (1968).
- ___ Um grande filósofo europeu, arcebispo eleito da Sé de Braga, que ocupou a cadeira de Pedro. Braga: [s.n.], 1956. Separata *Bracara Augusta*, v. 6 (1956).
- SAENGER, Paul - La lectura en los últimos siglos de la Edad Media. In *Historia de la lectura en el mundo occidental*. Ed. R. Chartier e G. Cavallo. [Madrid]: Taurus, 2004, p. 211-260.

- SAMPAIO, Alberto - As vilas do norte de Portugal: estudo sobre as origens e estabelecimento da propriedade. Porto: Imprensa Moderna, 1903.
- SAN PEDRO BEZARES, Luis E. Rodríguez - Historia e historiografia de las universidades hispánicas: horizonte 2018. *Revista de História das Ideias*. 29 (2008) 715-745.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio - *La curia regia portuguesa: siglos XII y XIII*. Madrid: Centro de Estudios Históricos, 1920.
- Santa Cruz de Coimbra. A cultura portuguesa aberta à Europa na Idade Média. In *Catálogo de exposição realizada na Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Coord. J. Costa. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 2001.
- SANTAMARÍA, Eduardo Carrero - A «vita communis» nas catedrais peninsulares. In *A igreja e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 169-193.
- SANTIAGO-OTERO, Horacio - *La cultura en la Edad Media: 1100-1470*. Lisboa: Edições Colibri, 1996.
- ___ La escuela catedral de Burgo de Osma en tiempos de San Domingo de Gúzman. In *II Encontro sobre história dominicana. Actas. Vol. 1*. Porto: Dominicanos, 1984, p. 119-126.
- ___ *Manuscritos de autores medievales hispanos*. Madrid: Centro de Estudios Historicos, 1987.
- SANTIAGO RODRÍGUEZ, Miguel - La literatura religiosa. In *Historia de la acción educadora de la iglesia en España*. Dir. B. B. Martínez. Vol. 1: *edades antigua, media y moderna*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995, p. 393-402.
- SANTOS, Ana Paula Figueira - *A fundação do mosteiro de Santa Clara de Coimbra: da instituição por D. Mor Dias à intervenção da rainha Santa Isabel*. Tese de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2 vols. Coimbra: [s.n.], 2000.
- SANTOS, Maria José Azevedo - A evolução da língua e da escrita. In *Nova história de Portugal*. Dir. J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 3: *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): Do condado portucalense à crise do século XIV*. Coord. M. H. da Cruz Coelho e A. L. de Carvalho Homem. Lisboa, Editorial Presença, 1996, p. 604-634.
- ___ Alguns aspectos do tabelionato em Coimbra: séculos XIV-XV. Coimbra: [s.n.], 1993. Separata do *Arquivo Coimbrão*, 33-34 (1993).
- ___ As condições de conservação dos documentos e dos livros em Portugal: séculos XII-XV. In *Estudos de Diplomática Portuguesa*. Dir. M. R. Morujão, M. H. da C. Coelho, M. J. A. Santos e S. A. Gomes. Lisboa: Colibri - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001, p. 233-256.
- ___ *Da visigótica à carolina: a escrita em Portugal de 882 a 1172. Aspectos técnicos e culturais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.
- ___ Fernando Peres, ex-chante da sé de Lisboa. In *II Encontro sobre História Dominicana. Actas. Vol. 1*. Porto: Dominicanos, 1984, p. 243-258.
- ___ O cartulário do mosteiro de S. Paulo de Almaziva. In *Vida e morte de um mosteiro cisterciense: S. Paulo de Almaziva (hoje S. Paulo de Frades, c. Coimbra): séculos XIII-XVI*. Lisboa: Colibri, 1998, p. 119-286.
- ___ O mosteiro de S. Paulo de Almaziva. A comunidade e o património: 1221-1555. In *Congresso internacional sobre San Bernardo e a ordem de Cister en Galicia e Portugal. Actas. Vol. 1*. Ourense: [s.n.], 1992, p. 513-552.
- ___ Os «clérigos-notários» em Portugal: séculos XII-XIII. In *Estudos de diplomática portuguesa*. Dir. M. R. Morujão, M. H. C. Coelho, M. J. A. Santos e S. A. Gomes. Lisboa: Colibri - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001, p. 75-91.
- ___ Remarques sur les conditions de conservation des actes et des livres au Portugal: XII^e-XV^e siècles. *Scriptorium*. 50 (1996) 397-406.
- ___ *Vida e morte de um mosteiro cisterciense. S. Paulo de Almaviza: séculos XIII-XVI*. Lisboa: Colibri, 1997.
- SANTOS, Maria José Moura - Importação lexical e estruturação semântica. Os arabismos na língua portuguesa. Coimbra: [s.n.], 1981. Separata de *Biblos*, 56 (1980).

- SANZ, Javier Ochoa - «Vincentius Hispanus»: *canonista boloñes del siglo XIII*. Roma: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960.
- SÃO JOÃO, Baltazar de - *Vida de S. Frei Gil de Santarém*. Introd. A. A. Nascimento. Lisboa: INIC - Centro de Estudos Clássicos da UL, 1989.
- SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa - *A sé de Lamego na primeira metade do século XIV: 1296-1349*. Leiria: Magno, 2003.
- The Viseu and Lamego clergy: clerical wills and social ties. In *Carreiras eclesiásticas no Ocidente cristão*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2007, p. 139-149.
- SARAIVA, António José - *A cultura em Portugal: teoria e história*. 2 vols. Lisboa: Bertrand, 1984.
- *A épica medieval portuguesa*. [Lisboa]: Instituto de Cultura Portuguesa, [1979].
- *História da cultura em Portugal*. Vol. 1. Lisboa: Jornal do Fôro, 1950.
- *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1998.
- SCALIA, Giuseppe - Le epigrafi. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 2. *La circolazione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 409-442.
- SCHAEFER, V. A. - Haymo of Halbertstadt. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 6. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 960.
- SCHALLER, Dieter - La poesia epica. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 2. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 9-42.
- SCHMID, R. - Herveus Burgidolensis (Hervé de BourgDieu). In *The New Schaff-Herzog Encyclopedia of Religious Knowledge*. Ed. J. J. Herzog, P. Schaff. Vol. 5: *Goar - Innocent*. Michigan: Baker Book House, 1953, p. 250.
- SCHMIDT, F. S. - Anselm of Canterbury. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 1. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 581-583.
- SCHWARZBAUM, Haim - International folklore motifs in Petrus Alphonsi «Disciplina clericalis». *Sefarad*. 21 (1961) 267-299.
- SCHWINGES, Rainer Christoph - A admissão. In *Uma história da Universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 171-191.
- Formação dos estudantes e vida estudantil. In *Uma história da Universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 195-240.
- SEGRE, Cesare - I volgarizzamenti. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 3. *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 271-300.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História das Universidades*. Porto: Lello & Irmão, Editores, 1983.
- *Les portugais à l'Université de Montpellier: XIII-XVII^e siècles*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian - Centro Cultural Português, 1971.
- *Les portugais à l'Université de Toulouse: XIII-XVIII siècles*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian - Centro Cultural Português, 1970.
- Os caminhos portugueses de Santiago: séculos XII-XVI. *Arquivo do Centro Cultural Português*. 7 (1973) 3-20.
- *Portugal e o mundo nos séculos XII a XVI: um percurso de dimensão universal*. Lisboa: Verbo, 1994.
- *Portugueses no estudo de Salamanca: 1250-1550*. Dissertação apresentada ao concurso para professor extraordinário do grupo de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 1962.

- *Portugueses no estudo de Toulouse*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1954.
- *Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça: um caso de rivalidade cultural? Figuras e caminhos do renascimento em Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional - Casa da Moeda, 1994, p. 285-299.
- SETA, Fabrizio della - Paroli in musica. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 2. *La circolazione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 537-570.
- SEVILLA, Margarita Torres; LINEHAN, Peter - A misattributed tomb and its implications: cardinal Ordoño Álvarez and his friends and relations. *Rivista di Storia della Chiesa in Italia*. 57 (2003) 53-63.
- SHARPE, A. - Richard of St. Vitor. In *The Catholic Encyclopedia*. New-York: Robert Appleton Company, 2008.
- SHARPE, Richard - *A handlist of the Latin writers of Great Britain and Ireland before 1540*. Belgium: Brepols, 2001, p. 150.
- SHEEDY, C. E. - John VIII, Pope. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 1009-1010.
- SIDARUS, Adel - Arabismo e traduções árabes em meios luso-moçárabes. *Collectanea Christiana Orientalia*. 2 (2005) 208-223.
- SILVA, Carlos Guardado da - *O mosteiro de S. Vicente de Fora: a comunidade regrente e o património rural: sécs. XII-XIII*. Lisboa: Colibri, 2002.
- SILVA, Manuela Santos - *A assistência social na Idade Média: estudo comparativo de algumas instituições de beneficência de Santarém*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1987.
- *S. Vicente de Fora no período da sua formação: séculos XII-XIII*. Tese de mestrado em história medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.] 1998.
- SILVA, Maria João Oliveira e - A viela dos cónegos: o espaço e os homens de uma rua do Porto na Idade Média: 1221-1493. *Lusitania Sacra*. 17 (2005) 93-116.
- *Scriptores et notatores: a produção documental da sé do Porto: 1113-1247*. Porto: Fio da Palavra, 2008.
- SIMÕES, Manuel - Preste João. In *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Coord. G. Lanciani e G. Tavani. Lisboa: Caminho, 1993, p. 564-565.
- SIMONETTI, M. - Rufinus of Aquileia. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 12. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 702-704.
- SIRAISSI, Nancy - A faculdade de Medicina. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 361-385.
- SIRAT, Colette - *La philosophie juive au Moyen Âge selon les textes manuscrits et imprimés*. Paris: Centre National de Recherche Scientifique, 1983.
- SMITH, A. - Hugh of Saint-Cher. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 193-194.
- SMITH, A. Mark - *O tratado dos olhos de Pedro Hispano*. Lisboa: Fundação Champalimaud, 2008.
- SMITH, B. S. - Rupert of Deutz. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 12. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 723.
- Teophilus of Alexandria. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 13. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 71-72.
- Valerio of Bierzo. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 14. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 520.
- SOARES, Fernando José Gautier Luso; SOARES, Maria Teresa Luso; SOARES, Miguel Augusto Gautier Luso - Duas questões a propósito da «História do direito português» de Ruy de Albuquerque e Martim de Albuquerque. *Proelium*. 11 (2009) 193-208.

- SOARES, Torquato de Sousa - Antecedentes das cortes reunidas em Guimarães. *Revista Portuguesa de História*. 20 (1984) 141-154.
- As primeiras cortes gerais da monarquia portuguesa, realizadas em Guimarães em 1250. Guimarães: [s.n.], 1984. Separata da *Revista de Guimarães*, 93 (1984).
- SOHN, A. - Les procureurs à la Curie romaine: Pour une enquête internationale. *Mélanges de l'École française de Rome - Moyen Âge*. 114 - 1 (2002) 371-389.
- SOUSA, Luis Alberto de Silva - *Subsidios para o estudo da chancelaria de D. Dinis*. Dissertação de licenciatura. Coimbra: [s.n.], 1968.
- SOUTHERN, R. W. - *Scholastic humanism and the unification of Europe*. 3 vols. [London]: Blackwell, 1997.
- SOUZA, José António de Camargo Rodrigues de - As causas eficiente e final do poder espiritual na visão de D. Frei Álvaro Pais. *Revista de História e Teoria das Ideias*. 25 (2008) 77-111.
- STAPPER, Richard - Pietro Hispano (Papa Giovanni XXI) ed il suo soggiorno in Siena. *Bolletino Senese di Storia Patria*. 5 (1898) 424-431.
- STARRS, P. M. - Wililam Peraldus (Perault). In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 14. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 935.
- STEENBERG, M. C. - *Irenaeus on creation: the cosmic Christ and the saga of redemption*. Leiden: Brill, 2008.
- STENGER, P. - Raymond of Peñafort, St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 12. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 105.
- STEPHENSON A. A. - Macarius The Egiptian. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 9. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 3-4.
- STERN, S. M. - Isaac Israeli. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 662-663.
- STEVENSON, J. - Eusebius of Caesarea. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 5. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 633-636.
- STICKLER, A. M. - Bartolomewof Brescia - In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 2. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 132-133.
- Huggucio (Hugh of Pisa). In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 200-201.
- Joannes Teutonicus (Zemecke). In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 998.
- STIENNON, Jacques - Considérations générales sur la bibliothéconomie et l'archiviste médiévales. *Scriptorium*. 50 (1996) 229-238.
- STOCK, B. - *Myth and science in the twelfth century. A study of Bernard Silveste*. [s.l.]: Princeton University Press, 1972.
- STRAYER, Joseph R. - The development of feudal institutions. In *Twelfth-century Europe and the foundations of modern society*. Ed. M. Clagett, G. Post e R. Reynolds. Madison - Milwaukee - London: The University of Wisconsin Press, 1966, p. 77-88.
- STRUGNELL, J. - Josephus, Flavius. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 1120-1123.
- SUELZER, M. J. - Pomerius. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 11. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 544-545.
- SULLIVAN, F. A. - Theodore of Mopsuestia. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 14. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 18-19.
- SYNAN E. A. - Honorius of Autun. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 129.

- TABBACO, Giovanni - Le signorie laiche ed ecclesiastiche. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 2. *La circolazione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 273-298.
- TAROUCA, Carlos - O cartulário do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde. Lisboa: [s.n.], 1947. Separata de *Arqueologia e História*, 4 (1947).
- Os mais antigos documentos do arquivo do cabido de Évora. Évora: Imprensa Moderna, 1944. Separata de *A Cidade de Évora*, 7-8 (1944).
- The Cambridge history of English literature*. Ed. A. W. Ward e A. R. Waller. Vol. 2: *The end of the Middle Ages*. Cambridge: University Press, 1932.
- The Cambridge history of later greek and early medieval philosophy*. Ed. A. H. Armstrong. Cambridge: Cambridge University Press, 1967.
- The Cambridge history of later medieval philosophy*. Ed. N. Kretzman, A. Kenny e J. Pinborg. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- The Cambridge history of literary criticism*. Ed. A. Minnis e I. Johnson. Vol. 2: *The Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- The dictionary historical and critical of Mr. Peter Bayle*. Ed. P. Bayle, P. Des Maizeaux, A. Gaudin, A. Tricaud. Vol. 4. Londres: J.J. and P. Knapton, 1737.
- The Encyclopedia of Philosophy*. Ed. P. Edwardes. 8 vols. New-York & London: Macmillan Publishing Co., 1972.
- The life of St. Pelagia The harlot. In *The desert fathers*. Introd. H. Waddell. [London]: The Fontana Library, [1962], p. 195-224.
- The liturgy of the medieval church*. Ed. T. J. Heffernan e E. A. Matter. Michigan: Medieval Institute Publications - Western Michigan University, 2005.
- The New Encyclopaedia Britannica*. 32 vols. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1993.
- The Universities in the late Middle Ages*. Ed. J. Ljsewijn e J. Paquet. [Leuven]: Leuven University Press, 1978.
- THÉRY, Julien - Introd. e trad. *Le livre des sentences de l'inquisiteur Bernard Gui*. [s.l.]: CNRS, 2010.
- THOMAS, Charles - *Christianity in Roman Britain to AD 500*. Berkeley - Los Angeles: University of California Press, 1981.
- THORNDIKE, Lynn - Petrus of Hispanus. New-York: Kessinger, [199-?]. Separata *The history of magic and experimental science*, 4, p. 488-513.
- THUROT, Charles - *De l'organisation de l'enseignement dans l'université de Paris au Moyen Âge*. Paris: [s.n.], 1850.
- TIERNEY, B. - Boniface VIII. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 2. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 671-673.
- TILLIETTE, Jean-Yves - Introduction. In *Les fonctions des saints dans le monde occidental: III^e-XII^e siècles*. Ed. J.-Y. Tilliette et al. Roma: École Française de Rome, 1991, p. 1-11.
- TINNEFELD, Franz. Iustinianus [1] Flavius Iustinianus I. In *Brill's New Pauly Encyclopedia of the Ancient World*. Ed. H. Cancik e H. Schneider. Vol. 6: *Hat-Jus*. Leiden - Boston: Brill, 2007, col. 1136-1139.
- TOMPHSON, Edward A. - *Saint Germanus of Auxerre and the end of roman britain*. Woodbridge: Boydell, 1984.
- *The Goths in Spain*. Oxford: Clarendon, 1969.
- TOPOLSKY, Jerzy - *Metodologia de la historia*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1982.
- TOUWAIDE, Alain - Pedanius Dioscorides. In *Brill's New Pauly Encyclopedia of the Ancient World*. Ed. H. Cancik e H. Schneider. Vol. 10: *Obl-Phe*. Leiden - Boston: Brill, 2007, col. 671.
- TRICHET, Louis - *Le costume du clergé*. Pref. J. Gaudemet; Postf. J. Chelini. Paris: CERF, 1986.

- TRONCARELLI, Fabio - L'attribuizione, il plagio, il falso. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 1. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 373-390.
- TROUT, Denis E. - *Paulinus of Nola: Life, Letters, and Poems*. Berkeley - Los Angeles: University of California Press, 1999.
- ULLMAN, W. - Innocent III, Pope. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 521-524.
- Uma história da universidade na Europa*. Dir. Walter Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996.
- VAN DEN EYNDE, D - Hugh of Saint-Victor. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 194-195.
- VAN DER NAT - *Vigiliae Christianae*. 18/4 (1964), p. 253-285.
- VAN ELSWIJK, H. C. - Richard of Saint-Vitor. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 12. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 483-484.
- VAN PASSEN, J. - Peter Chrysologus, St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 11. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 214.
- VAN STEENBERGHEN, Fernand - *História da filosofia: período cristão*. Lisboa: Gradiva, 1984.
- *La philosophie au XIII siècle*. Paris-Louvain: Publications Universitaires, 1966.
- VAN UYTFANGHE, Marc - La controverse biblique et patristique autour du miracle, et ses répercussions sur l'hagiographie dans l'Antiquité Tardive et le Haut Moyen Âge latin. In *Hagiographie, cultures et sociétés: IV^e-XII^e siècles*. Ed. E. Patlagean e P. Riché. Paris: Études Augustiniennes, 1981, p. 205-233.
- VANDENBROUCKE, François - La lectio divina du XI^e au XIX^e siècle. *Studia Monastica*. 8 (1966) 267-293.
- VANSTEENKISTE, J. C. - William of Moerbeke. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 14. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 929-930.
- VARANDAS, José - A valorização do domínio de Alcobaça: as granjas (séculos XII e XIII). Ourense: [s.n.], 1992. Separata *Congresso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*, p. 553-561.
- VASCONCELOS, António de - *A sé velha de Coimbra. Apontamentos para a sua história*. 2 vols. Coimbra: Coimbra Editora, 1930-1935.
- Gênese e evolução histórica do foro académico da Universidade portuguesa: extinção do mesmo. In *Escritos vários relativos à universidade dionisiana*. Reed. M. A. Rodrigues. Vol. 1. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1987, p. 297-334.
- *O diploma dionisiano da fundação primitiva da universidade portuguesa: 1 de Março de 1290*. Coimbra: Arquivos da Universidade de Coimbra - Minerva, 1990.
- VASCONCELOS, José Leite de - *Antroponímia portuguesa: tratado comparativo da origem, significação, classificação e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes e apelidos, usados por nós desde a Idade-Média até hoje*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.
- VASCONCELOS, Miguel Ribeiro de Almeida - *Notícia histórica do mosteiro da Vacariça doado a "se" de Coimbra em 1094 e da serie chronologica dos bispos desta cidade desde 1064, em que foi tomado aos mouros*. Lisboa: Typografia da Academia, 1854.
- VAUCHEZ, André - *A espiritualidade da Idade Média ocidental: sécs. VIII-XIII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- Église, pouvoirs et société. In *Histoire du Christianisme*. Dir. J.-M. Mayeur, Ch. E. L. Pietri, A. Vauchez e M. Venard. Vol. 5: *Apogée de la paupaté et expansion de la Chretienté (1050-1274)*, p. 617-736.

-
- En occident: la repression de l'hérésie et les nouvelles formes de dissidence. In *Histoire du Christianisme*. Dir. J.-M. Mayeur, Ch. E. L. Pietri, A. Vauchez e M. Venard. Vol. 5: *Apogée de la paupaté et expansion de la Chretienté* (1050-1274), p. 819-844.
 - L'accession des laïcs à la vie religieuse. In *Histoire du Christianisme*. Dir. J.-M. Mayeur, Ch. E. L. Pietri, A. Vauchez e M. Venard. Vol. 5: *Apogée de la paupaté et expansion de la Chretienté* (1050-1274), p. 845-870.
 - L'église et la culture: mutations et tensions. In *Histoire du Christianisme*. Dir. J.-M. Mayeur, Ch. E. L. Pietri, A. Vauchez e M. Venard. Vol. 5: *Apogée de la paupaté et expansion de la Chretienté* (1050-1274), p. 427-450.
 - Le tournante pastoral de l'Église en occident. In *Histoire du Christianisme*. Dir. J.-M. Mayeur, Ch. E. L. Pietri, A. Vauchez e M. Venard. Vol. 5: *Apogée de la paupaté et expansion de la Chretienté* (1050-1274), p. 737-767.
 - Les chrétiens face aux non-chrétiens. In *Histoire du Christianisme*. Dir. J.-M. Mayeur, Ch. E. L. Pietri, A. Vauchez e M. Venard. Vol. 5: *Apogée de la paupaté et expansion de la Chretienté* (1050-1274), p. 701-736.
 - *Les laïcs au Moyen Age: Pratiques et experiences religieuses*. Paris: CERF, 1987.
 - Les ordres mendiants et la reconquête religieuse de la société urbaine. In *Histoire du Christianisme*. Dir. J.-M. Mayeur, Ch. E. L. Pietri, A. Vauchez e M. Venard. Vol. 5: *Apogée de la paupaté et expansion de la Chretienté* (1050-1274), p. 737-766.
 - O santo. In *O homem medieval*. Dir. J. Le Goff. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 211-223.
 - VAUCHEZ, André; BAGLIANI, Agostino Paravicini - L'essor des universités et de la théologie scolastique. In *Histoire du Christianisme*. Dir. J.-M. Mayeur, Ch. E. L. Pietri, A. Vauchez e M. Venard. Vol. 5: *Apogée de la paupaté et expansion de la Chretienté* (1050-1274), p. 795-818.
 - VAZ, António Luis - *O cabido de Braga de 1070 a 1971*. Braga: Pax, 1971.
 - VEITH, I. - Galen. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 6. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 247.
 - VELOSO, Maria Teresa Nobre - *A morte nos testamentos dos clérigos bracarense do século XIII*. Coimbra: [s.n.], 1988.
 - *D. Afonso II: relações de Portugal com a Santa Sé durante o seu reinado*. Tese de doutoramento em história da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2 vols. Coimbra, 1988.
 - VENTURA, Leontina - *A nobreza de corte de Afonso III*. Tese de doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2 vols. Coimbra: [s.n.], 1992.
 - Afonso III e o desenvolvimento da autoridade régia. In *Nova história de Portugal*. Dir. J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 3: *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): do condado portugalense à crise do século XIV*. Coord. M. H. da Cruz Coelho e A. L. de Carvalho Homem. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 123-144.
 - Comunicar no Portugal medieval: as informações das chancelarias régias. In *As comunicações na Idade Média*. Coord. M. H. da C. Coelho. [Lisboa]: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2002, p. 14-37.
 - *D. Afonso III*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2006.
 - VERGER, Jacques - La faculté des arts: le cadre institutionnel. In *Colloque international L'enseignement des disciplines à la Faculté des Arts (Paris et Oxford, XIII^e-XV^e siècles)*. Actes. Ed. O. Weijers, L. Holtz. Turnhout: Brepols, 1977, p. 17-42.
 - La mobilité étudiante au Moyen Âge. In *Éducatons médiévales: l'enfance, l'école, l'église en occident: VI^e-XV^e siècles*. Paris: Institut National de Recherche Pédagogique, 1991, p. 65-90.
 - Les chanoines et les universités. In *Le monde des chanoines: XI^e-XIV^e*. Fanjeaux - Toulouse: Privat, 1989, p. 285-307.
 - *Les gens du savoir dans l'Europe de la fin du Moyen Âge*. Paris: PUF, 1997.

- *Les universités au Moyen Âge*. Paris: Presses Universitaires de France, 1973.
- Modelos. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 33-71.
- Os professores. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 143-167.
- Studia et universités. In *Le scuole degli ordini mendicante: secoli XIII-XIV*. Todt: Presso l'Accademia Tudertina, 1978, p. 173-203.
- Université et pouvoir politique, du Moyen Âge à la Renaissance. In *Congresso História da universidade no 7º centenário da sua fundação. Actas*. Vol. 5. Coimbra: C. O. C. H. U., 1991, p. 11-23.
- VIEILLARD, C. - *Essai sur la société médicale et religieuse au XII^e siècle: Gilles de Corbeil*. Paris: [s.n.], 1909.
- VIEJO-XIMÉNEZ, José Miguel - Juan de Faenza (Giovanni di Faenza; Johannes Faventinus). In *Juristas universales. Vol. 1: Juristas antiguos*. Madrid - Barcelona: Marcial Pons, 2004, p. 340-342.
- San Ivo de Chartres (Ivo Carnotensis, Yves de Chartres). In *Juristas universales. Vol. 1: Juristas antiguos*. Madrid - Barcelona: Marcial Pons, 2004, p. 303-309.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos - *A vivência da morte no Portugal medieval: a estremadura portuguesa*. Redondo: Patrimonia, 1995.
- *As dimensões de um poder: a diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1999.
- *D. Afonso II: um rei sem tempo*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2005.
- Da restauração diocesana ao século XV. In *História religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 1: *Formação e limites da cristandade*. Coord. A. M. Jorge e A. M. Rodrigues. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000-2002, p. 241-242.
- Estruturas e protagonistas religiosos na historiografia medieval portuguesa. *Lusitania Sacra*. 21 (2009) 121-151.
- In defence of episcopal power: the case of bishop Egas of Viseu. In *Carreiras eclesiásticas no ocidente cristão: sécs. XII-XIV*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2007, p. 221-241.
- O episcopado do tempo de D. Dinis. Trajectos pessoais e carreiras eclesiásticas: 1279-1325. *Arquipélago-História*. 5 (2001) 581-604.
- Os Cónegos Regrantes. In *História religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 1: *Formação e limites da cristandade*. Coord. A. M. Jorge e A. M. Rodrigues. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000-2002, p. 222-228.
- Os frades mendicantes. In *História religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 1: *Formação e limites da cristandade*. Coord. A. M. Jorge e A. M. Rodrigues. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000-2002, p. 228-233.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos, BRANCO, Maria João Violante - Vivência religiosa e propriedade no mosteiro de Arouca no dealbar do século XIV: o exemplo de Margarida Pires de Portocarreiro. In *Poder e sociedade. Actas das Jornadas Interdisciplinares*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares - Universidade Aberta, 1998, p. 273-291.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos; BRANCO, Marta Castelo - Servir, gouverner et leguer: l'évêque Geraldo Domingues: 1285-1321. In *A igreja e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 95-116.
- VILLA, Claudia - I classici. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 1. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 479-522.

- VISSER, Derk - *Apocalypse as utopian expectation: 800-1500. The apocalypse commentary of Berengaudus of Ferrières and the relationship between exegesis, liturgy and iconography*. Lieden-New-York-Köln: Brill, 1996.
- VITÓRIA, André - *Legal culture in Portugal from the twelfth to the fourteenth centuries*. Tese de doutoramento em história apresentada à Universidade Porto. Porto: [s.n.], 2013.
- VON DÖLLINGER, Johann Joseph Ignaz - *Prophecies and the prophetic spirit in the Christian Era. An historical essay*. [s. l]: Rivingtons, 1873.
- VON GRUNEBAUM - G. E. The world of Islam: the face of the antagonist. In *Twelfth-century Europe and the foundations of modern society*. Ed. M. Clagett, G. Post e R. Reynolds. Madison - Milwaukee - London: The University of Wisconsin Press, 1966, p. 189-214.
- VON MARTIN, Alfred - *Sociologia de la cultura medieval*. Madrid: Instituto de Estudios Politicos, 1970.
- VON MOOS, Peter - La retorica nel Medioevo. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 2. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 231-270.
- WADELL, C. - Gueric of Igny, Bl. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 6. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 833-834.
- WALLACE, W. A.; WEISHEIPL, J. A. - Thomas Aquinas, St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 14. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979.
- WALLACH, L. - Alcuin. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 1. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 279-280.
- WALLIS, Faith - Maurus of Salerno. In *Medieval science, technology, and medicine: an encyclopedia*. Ed. T. F. Glick, S. J. Livesey, F. Wallis. New York: Routledge Chapman & Hall, 2005.
- The experience of the book: manuscripts, texts, and the role of epistemology in early medieval medicine. In *Knowledge and the scholarly medical traditions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 101-127.
- WEBBER, Max - *Economia y sociedad*. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1944.
- WEIGAND, R. - Peter of Spain. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 11. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 229.
- WEIJERS, Olga - *La disputatio à la Faculté des Arts de Paris: 1200-1350 environ. Esquisse d'une typologie*. [Amsterdam]: Brepols, 1995.
- *Le maniement du savoir. Pratiques intellectuelles à l'époque des premières universités: XIII^e-XIV^e siècles*. [Turnhout]: Brepols, 1996.
- *Le travail intellectuel à la Faculté des arts de Paris. Textes et maîtres: ca. 1200-1500. 4 vols*. Turnhout: Brepols, 1994.
- WEIMAR, Peter - Accursius. In *Juristen: ein biographisches Lexikon; von der Antike bis zum 20*. Ed. Michael Stolleis. München: Beck, 2001.
- WEISHEIPL J. A. - Albert the Great (Albertus Magnus), St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 1. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 254-258.
- Robert Grosseteste. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 12. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 530-532.
- Robert Kilwardby. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 12. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 533.
- Thomas Aquinas, St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 14. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 102-115.
- WELTIN, E. G. - Sixtus I, Pope, St. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 13. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 271.
- WILKIE, W. E. - Hugh of Fouilloi. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 191.

- WILLIAMS, S. - Honorius III, Pope. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 126-127.
- WOLFF, Philippe - *Histoire de la pensée européenne*. Vol. 1: *L'éveil intellectuel de l'Europe*. Paris: Seuil, 1971, p. 163-167.
- ___ *L'éveil intellectuel de l'Europe*. Tom. 1. Paris: Éditions du Seuil, 1971.
- WOLFRAM, H. Martin of Troppau. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 9. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 304.
- WOOD, Ian - The fall of the Western Empire and the end of roman Britain. *Britannia*. 18 (1987) 251-262.
- YAMAMOTO, Keiji - Qabīṣī: Abū al-Ṣaqr 'Abd al-'Azīz ibn 'Uthmān ibn 'Alī al-Qabīṣī. Dir. T. Hockey et al. *The Biographical Encyclopedia of Astronomers*. New York: Springer, 2007, p. 941.
- ZELZER, Michaela - La tarda Antichità. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 3. *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 301-338.
- ZERBI, P. - Bernard of Clairvaux, St. - In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 2. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 335-338.
- ZIEGLER, A. K. - Medieval latin literature. In *New Catholic Encyclopedia*. Vol. 9. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 591-618.
- ZIOKOLWSKI, Jan M. - La poesia epica. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 1, Tom. 2. *La produzione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 43-72.
- ___ Review to Galand de Reigny, petit livre des proverbes, por Jean Chatillon. *Speculum*. 78/2 (Abr. 2003) 503-504.
- ZUÑIGA, Cándido Maria Sainz de; AJO, Gonzalez - *Historia de las universidades hispanicas: origenes y desarrollo desde su aparición hasta nuestros dias*. Vol. 1: *medievo y renacimiento universitario*. Madrid: La Normal, 1957.

REFERÊNCIAS DIGITAIS

- <http://scholar.google.pt/> (Google Académico)
- <http://www.forumromanum.org/literature/index.html> (*Corpus Scriptorum Latinorum*) .
- http://www.hottopos.com/mirand10/meirin.htm#_ftnref37 (A Filosofia no século XII em Portugal).
- <http://www.hottopos.com/videtur20/jeandefensor.htm> (O *Liber Scintillarum*, de Defensor de Ligugé - Nota introdutória e tradução: Jean Lauand)
- <http://www.newadvent.org/cathen/> (The Catholic Encyclopedia).
- <http://www.priberam.pt/dlpo/> (Priberam - Dicionário de Língua Portuguesa).
- <http://www.newadvent.org/cathen/01039c.htm> (Abraham-ben-Méir Aben-Ezra)
- <http://www.newadvent.org/cathen/01161c.htm> (Adso)
- <http://www.newadvent.org/cathen/01264a.htm> (St. Albertus Magnus)
- <http://www.newadvent.org/cathen/01276a.htm> (Alcuin)
- <http://www.newadvent.org/cathen/01287a.htm> (Pope Alexander III)
- <http://www.newadvent.org/cathen/01296a.htm> (St. Alexander)
- <http://www.newadvent.org/cathen/01376b.htm> (Amalarius of Metz)
- <http://www.newadvent.org/cathen/01383c.htm> (St. Ambrose)

<http://www.newadvent.org/cathen/01454c.htm> (Pope St. Anastasius I)
<http://www.newadvent.org/cathen/01546a.htm> (St. Anselm)
<http://www.newadvent.org/cathen/01550b.htm> (Anselm of Laon)
<http://www.newadvent.org/cathen/01556a.htm> (St. Anthony of Padua)
<http://www.newadvent.org/cathen/01713a.htm> (Aristotle)
<http://www.newadvent.org/cathen/02035a.htm> (St. Athanasius)
<http://www.newadvent.org/cathen/02081a.htm> (St. Augustine of Canterbury)
<http://www.newadvent.org/cathen/02084a.htm> (St. Augustine of Hippo)
<http://www.newadvent.org/cathen/02143b.htm> (Ambrose Autpert)
<http://www.newadvent.org/cathen/02157a.htm> (Avicenna)
<http://www.newadvent.org/cathen/02221b.htm> (Baldwin of Canterbury)
<http://www.newadvent.org/cathen/02315b.htm> (Bartholomew of Brescia)
<http://www.newadvent.org/cathen/02384a.htm> (The Venerable Bede)
<http://www.newadvent.org/cathen/02467b.htm> (St. Benedict of Nursia)
<http://www.newadvent.org/cathen/02472a.htm> (Benedict of Peterborough)
<http://www.newadvent.org/cathen/02487a.htm> (Berengarius of Tours)
<http://www.newadvent.org/cathen/02497b.htm> (Bernard Guidonis)
<http://www.newadvent.org/cathen/02498d.htm> (St. Bernard of Clairvaux)
<http://www.newadvent.org/cathen/02502a.htm> (Bernard of Compostella (Antiquus))
<http://www.newadvent.org/cathen/02504a.htm> (Bernard of Pavia)
<http://www.newadvent.org/cathen/02610b.htm> (Anicius Manlius Severinus Boethius)
<http://www.newadvent.org/cathen/02648c.htm> (St. Bonaventure)
<http://www.newadvent.org/cathen/02662a.htm> (Pope Boniface VIII)
<http://www.newadvent.org/cathen/02744c.htm> (St. Braulio)
<http://www.newadvent.org/cathen/03064a.htm> (Burchard of Worms)
<http://www.newadvent.org/cathen/03135b.htm> (St. Caesarius of Arles)
<http://www.newadvent.org/cathen/03404a.htm> (John Cassian)
<http://www.newadvent.org/cathen/03405c.htm> (Cassiodorus)
<http://www.newadvent.org/cathen/03730a.htm> (St. Chromatius)
<http://www.newadvent.org/cathen/04295b.htm> (Constantine Africanus)
<http://www.newadvent.org/cathen/04613a.htm> (Pope St. Damasus I)
<http://www.newadvent.org/cathen/05194a.htm> (Bl. John Duns Scotus)
<http://www.newadvent.org/cathen/05498a.htm> (St. Ephraem)
<http://www.newadvent.org/cathen/05519a.htm> (John Scotus Eriugena)
<http://www.newadvent.org/cathen/05595a.htm> (St. Eucherius)
<http://www.newadvent.org/cathen/05617b.htm> (Eusebius of Cæsarea)
<http://www.newadvent.org/cathen/06121b.htm> (Florus)
<http://www.newadvent.org/cathen/06312a.htm> (Fulbert of Chartres)
<http://www.newadvent.org/cathen/06316a.htm> (St. Fulgentius)

<http://www.newadvent.org/cathen/06468b.htm> (Gerardus Odonis)
<http://www.newadvent.org/cathen/06555a.htm> (Gilbert de la Porrée)
<http://www.newadvent.org/cathen/06556a.htm> (Gilbert Foliot)
<http://www.newadvent.org/cathen/06561b.htm> (Blessed Gil of Santarem)
<http://www.newadvent.org/cathen/06730a.htm> (Johannes Gratian)
<http://www.newadvent.org/cathen/06780a.htm> (Pope St. Gregory I "the Great")
<http://www.newadvent.org/cathen/06796a.htm> (Pope Gregory IX)
<http://www.newadvent.org/cathen/06798a.htm> (Pope Gregory X)
<http://www.newadvent.org/cathen/07009a.htm> (Gregory Bæticus)
<http://www.newadvent.org/cathen/07010b.htm> (St. Gregory of Nazianzus)
<http://www.newadvent.org/cathen/07018b.htm> (St. Gregory of Tours)
<http://www.newadvent.org/cathen/07037a.htm> (Robert Grosseteste)
<http://www.newadvent.org/cathen/07349b.htm> (St. Hilary of Poitiers)
<http://www.newadvent.org/cathen/07350b.htm> (Hildebert of Lavardin)
<http://www.newadvent.org/cathen/07457a.htm> (Pope Honorius III)
<http://www.newadvent.org/cathen/07461a.htm> (Honorius of Autun)
<http://www.newadvent.org/cathen/07519b.htm> (Hugh of Fleury)
<http://www.newadvent.org/cathen/07521b.htm> (Hugh of St-Cher)
<http://www.newadvent.org/cathen/07521c.htm> (Hugh of St. Victor)
<http://www.newadvent.org/cathen/07527a.htm> (Huguccio)
<http://www.newadvent.org/cathen/07649b.htm> (St. Ildephonsus)
<http://www.newadvent.org/cathen/08013a.htm> (Pope Innocent III)
<http://www.newadvent.org/cathen/08017a.htm> (Pope Innocent IV)
<http://www.newadvent.org/cathen/08130b.htm> (St. Irenaeus)
<http://www.newadvent.org/cathen/08186a.htm> (St. Isidore of Seville)
<http://www.newadvent.org/cathen/08257a.htm> (St. Ivo of Chartres)
<http://www.newadvent.org/cathen/08262b.htm> (Blessed Jacopo de Voragine)
<http://www.newadvent.org/cathen/08266a.htm> (Jacques de Vitry)
<http://www.newadvent.org/cathen/08341a.htm> (St. Jerome)
<http://www.newadvent.org/cathen/08423c.htm> (Pope John VIII)
<http://www.newadvent.org/cathen/08429c.htm> (Pope John XXI (XX))
<http://www.newadvent.org/cathen/08452b.htm> (St. John Chrysostom)
<http://www.newadvent.org/cathen/08459b.htm> (St. John Damascene)
<http://www.newadvent.org/cathen/08472c.htm> (St. John of God)
<http://www.newadvent.org/cathen/08477b.htm> (John of Rupella)
<http://www.newadvent.org/cathen/08486a.htm> (St. John the Almsgiver)
<http://www.newadvent.org/cathen/08491a.htm> (John the Deacon)
<http://www.newadvent.org/cathen/08578b.htm> (Justinian I)
<http://www.newadvent.org/cathen/08586a.htm> (St. Justus)

<http://www.newadvent.org/cathen/08586b.htm> (C. Vettius Aquilinus Juvenicus)
<http://www.newadvent.org/cathen/08644a.htm> (Robert Kilwardby)
<http://www.newadvent.org/cathen/09154b.htm> (Pope St. Leo I (the Great))
<http://www.newadvent.org/cathen/09723a.htm> (Martianus Capella)
<http://www.newadvent.org/cathen/09731b.htm> (St. Martin of Braga)
<http://www.newadvent.org/cathen/09733a.htm> (Martin of Troppau)
<http://www.newadvent.org/cathen/10072a.htm> (St. Maurus)
<http://www.newadvent.org/cathen/10081a.htm> (St. Maximus of Turin)
<http://www.newadvent.org/cathen/10323a.htm> (Minden)
<http://www.newadvent.org/cathen/11063b.htm> (St. Nicholas of Myra)
<http://www.newadvent.org/cathen/11209a.htm> (St. Odo)
<http://www.newadvent.org/cathen/11212a.htm> (Odo of Cheriton)
<http://www.newadvent.org/cathen/11306b.htm> (Origen and Origenism)
<http://www.newadvent.org/cathen/11322a.htm> (Paulus Orosius)
<http://www.newadvent.org/cathen/11518a.htm> (St. Paschasius Radbertus)
<http://www.newadvent.org/cathen/11604a.htm> (Pelagius and Pelagianism)
<http://www.newadvent.org/cathen/11762a.htm> (Peter Cantor)
<http://www.newadvent.org/cathen/11762b.htm> (Peter Cellensis)
<http://www.newadvent.org/cathen/11762c.htm> (St. Peter Chrysologus)
<http://www.newadvent.org/cathen/11763b.htm> (Peter Comestor)
<http://www.newadvent.org/cathen/11765a.htm> (Peter de Blois)
<http://www.newadvent.org/cathen/11768d.htm> (Peter Lombard)
<http://www.newadvent.org/cathen/11773b.htm> (Peter of Poitiers)
<http://www.newadvent.org/cathen/11783a.htm> (Petrus Alfonsus)
<http://www.newadvent.org/cathen/12159a.htm> (Plato and Platonism)
<http://www.newadvent.org/cathen/12318a.htm> (St. Possidius)
<http://www.newadvent.org/cathen/12400b.htm> (Prester John)
<http://www.newadvent.org/cathen/12429a.htm> (Priscianus)
<http://www.newadvent.org/cathen/12487a.htm> (Tiro Prosper of Aquitaine)
<http://www.newadvent.org/cathen/12617a.htm> (Blessed Maurus Magnentius Rabanus)
<http://www.newadvent.org/cathen/12670c.htm> (Raymond Lully)
<http://www.newadvent.org/cathen/12671c.htm> (St. Raymond of Peñafort)
<http://www.newadvent.org/cathen/12764a.htm> (Remigius of Auxerre)
<http://www.newadvent.org/cathen/13045c.htm> (Richard of St. Victor)
<http://www.newadvent.org/cathen/13784a.htm> (Siger of Brabant)
<http://www.newadvent.org/cathen/13795a.htm> (St. Simeon Stylites the Elder)
<http://www.newadvent.org/cathen/14031b.htm> (Pope St. Sixtus I)
<http://www.newadvent.org/cathen/14332a.htm> (Sulpicius Severus)
<http://www.newadvent.org/cathen/14571b.htm> (Theodore of Mopsuestia)

<http://www.newadvent.org/cathen/14663b.htm> (St. Thomas Aquinas)
<http://www.newadvent.org/cathen/15414b.htm> (Caius Marius Victorinus)
<http://www.newadvent.org/cathen/15632b.htm> (William of Conches)
<http://www.newadvent.org/cathen/15634a.htm> (William of Moerbeke)
<http://www.newadvent.org/cathen/15638a.htm> (William of St-Thierry)
<http://www.newadvent.org/cathen/15642a.htm> (William Perault)
<http://www.newadvent.org/cathen/15743a.htm> (Zacharias Chrysopolitanus)
<http://www.newadvent.org/cathen/16002a.htm> (Alvarus Pelagius)
<http://www.newadvent.org/cathen/16002b.htm> (Anastasius Bibliothecarius)
<http://www.newadvent.org/cathen/16056d.htm> (Macarius)
<http://www.newadvent.org/fathers/3001094.htm> (Letter 94: From Dionysius to Theophilus)
<http://www2.fiu.edu/~mirandas/bios1193.htm#Capuano> (The Cardinals of the Holy Roman Church: Biographical Dictionary - (8) 3. CAPUANO, maior, Pietro (?-ca. 1214))
<http://www2.fiu.edu/~mirandas/bios1219-iii.htm#Capuano> (The Cardinals of the Holy Roman Church: Biographical Dictionary - (5) 1. CAPUANO, minor, Pietro (?-1242))

ÍNDICES

ÍNDICE GERAL

Resumo / Abstract.....	5
Agradecimentos.....	13
Introdução	25
Letrados	43
Questões preambulares	43
Questões metodológicas	48
Elementos biográficos primários	57
Origens.....	65
Morte	71
Redes de parentesco.....	86
Ascendentes	88
Irmãos	94
Matrimónios, mancebias e descendência	98
Outra parentela.....	100
Redes clientelares e de dependência.....	102
Área de dependências	102
Área de dependentes	105
Beneficiantes e beneficiários	117
Nível patrimonial	119
Bens imóveis.....	124
Bens móveis.....	131
Bens financeiros.....	137
Animais e escravos	142
Formação e percurso escolar.....	146
Áreas de estudo	155

Locais de estudo e docência.....	182
Funções universitárias.....	202
Posse de manuscritos	205
Financiamento.....	213
Produção escrita.....	214
Produção bibliográfica	215
Produção diplomática	223
Serviço eclesiástico.....	227
Serviço apostólico e cardinalício	231
Serviço diocesano	237
Serviço paroquial e colegial.....	265
Serviço monástico.....	271
Serviço régio	295
Desembargo régio	300
Representação político-diplomática	303
Outras funções junto do rei	306
Cultura letrada.....	315
Livrarias monásticas	316
Livraria do mosteiro de Sta. Maria de Alcobaça.....	316
Livraria do mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra	406
Livrarias catedralícias	478
A sé de Viseu	480
Doações a livrarias catedralícias	481
As sés hispânicas de Castela e Leão	496
Livrarias privadas	513
O núcleo bibliográfico	513
Proprietários de manuscritos.....	522
Ritmos de aquisição de manuscritos	530
Assuntos.....	532
Transmissão dos manuscritos	544
Conclusões	555
Suma de conclusões	555
Revisão do problema	555

A perspectiva sociológica	559
A perspectiva cultural	594
Considerações finais	612
Bibliografia	625
Base de dados	625
Fontes manuscritas.....	625
Fontes editadas.....	627
Estudos.....	633
Referências digitais.....	692
Índices	697
Índice geral	697
Índice de autores e autoridades	701
Índice de figuras	707

ÍNDICE DE AUTORES E AUTORIDADES

- Abraão Ibn Ezra, 437, 445, 448, 450, 457
 Abu al-Qasim. *Consulte* Abulcasis
 Abu Yazzar Ahmad, 218
 Abulcasis. *Consulte* Abu al-Qasim
 Acúrsio, 490, 534
 Adso de Dewes, 340, 364
 Agostinho de Cantuária, 337, 363
 Agostinho de Hipona, 210, 334, 335, 341, 343, 344, 356, 357, 358, 359, 360, 362, 373, 377, 381, 383, 385, 388, 391, 398, 400, 402, 421, 425, 427, 433, 441, 442, 443, 445, 453, 455, 458, 462, 463, 466, 473, 502, 537, 583, 597, 598, 608, 619, 620
 Aimó de Auxerre, 430, 444, 455
 Aimó de Halberstadt, 384, 387, 430, 441, 443, 445, 453, 454, 456, 620
 Alberto Magno, 210, 353, 441, 500, 537, 583, 608
 Alcabício, 210, 470, 583
 Alcuíno de York, 339, 364, 375, 620
 Alexandre de Alexandria, 500
 Alexandre de Villedieu, 350, 395, 620
 Alexandre III, 503
 Álvaro Pais, 55, 66, 74, 79, 91, 170, 177, 179, 188, 220, 221, 234, 242, 262, 270, 292, 293, 585
 Ambrósio Autperto, 429, 444, 620
 Ambrósio de Milão, 334, 362, 373, 377, 383, 402, 425, 426, 441, 444, 453, 458, 466, 477, 502, 503, 597, 619
 Anastásio Bibliotecário, 340, 373
 Anastásio I, 426, 444
 Anselmo de Cantuária, 157, 341, 373, 379, 391, 432, 620
 Anselmo de Lião, 500
 Antônio, 336, 362, 363
 Apríngio de Beja, 337, 363, 366, 367, 370, 387, 635
 Aristóteles, 162, 210, 217, 289, 334, 351, 352, 403, 423, 539, 583, 585, 601, 620
 Atanásio, 333, 362, 373, 375, 391, 402, 502, 619
 Avicena, 160, 351, 539
 Azo, 534
 Balduíno de Cantuária, 347
 Bartolomeu de Brescia, 354, 393
 Bartolomeu de Silves, 166, 167, 222, 242, 243, 283, 307, 309, 310, 311, 354, 366, 367, 370, 389, 585
 Beato de Liébana, 339, 366, 368, 373, 387
 Beda, 334, 339, 359, 361, 364, 373, 379, 384, 385, 395, 403, 429, 442, 443, 445, 453, 456, 466, 469, 500, 597
 Benencasa de Arezzo, 493
 Bento de Núrsia, 317, 337, 363, 373, 395
 Bento de Petersburgo, 347, 437, 445, 462, 597, 598
 Berengaudó de Ferrière, 340, 387, 620
 Bernardo de Claraval, 157, 162, 172, 326, 343, 344, 346, 352, 355, 356, 360, 364, 376, 379, 389, 390, 403, 434, 442, 444, 453, 458, 475, 597, 619
 Bernardo de Parma, 492, 534
 Bernardo de Pavia, 343, 394, 501, 534
 Bernardo de Tours, 344, 399, 620, *Consulte* Bernardo Silvestre
 Bernardo Eanes, 62, 66, 177, 219, 234, 244, 249, 270, 585
 Bernardo Guido, 351, 376, 620
 Bernardo Silvestre, 399, *Consulte* Bernardo de Tours
 Boaventura de Bagnoregio, 353, 441, 503
 Boécio, 336, 500, 504, 511, 540, 620
 Bonifácio VIII, 232, 234, 534
 Bráulio de Saragoça, 338, 363, 366, 367, 368, 373, 377, 620
 Burcardo de Worms, 341, 394
 Burgúndio de Pisa, 160
 Calcídio, 335

- Cassiodoro, 336, 363, 379, 428, 444, 454, 597
 Cesário de Arles, 428, 444, 454
 Cícero, 210, 422, 434, 470, 504, 540, 583
 Cláudio Eliano, 540
 Constâncio de Lião, 336, 362
 Constantino Africano, 160, 476, 501
 Cristiano de Stavelot, 455, *Consulte*
 Cristiano Drutmário
 Cristiano Drutmário, 444, 620, *Consulte*
 Cristiano de Stavelot
 Cromácio de Aquileia, 426, 444, 454
 Dâmaso I, 335, 362, 373
 Dares da Frigia, 504
 Defensor de Ligugé, 429, 444, 459
 Dioscórides, 160
 Domingos Domingues, 222, 585
 Donato, 504, 540, 620
 Duns Escoto, 353, 441
 Durão Pais, 82, 125, 165, 187, 201, 203, 205, 214, 216, 217, 224, 225, 251, 301, 302, 309, 585
 Ebrardo de Béthune, 349, 395
 Efraim, 333, 359, 360, 362, 373, 391, 403, 619
 Egas de Viseu, 219, 251, 585
 Egídio de Fuscari, 354, 393
 Escoto Erígena, 340, 500
 Esmaragdo, 340, 389, 391, 395, 430, 444, 473, 500, 597, 598
 Estêvão, 221, 241
 Estêvão de Celanova, 437, 445, 448, 450, 462, 463
 Estêvão de Langton, 385, 499, 500, 502, 511
 Euquério de Lião, 427, 444, 462
 Eusébio de Cesareia, 333, 335, 362, 373, 381, 403, 425, 445, 458, 474, 477, 504, 597, 598, 619
 Eusébio Galicano, 427, 444, 454
 Fausto de Glanfeuil, 337, 363
 Fernando Martins, 281, 292, 477, *Consulte* Sto. António
 Filareto, 208, 218, 582
 Flávio Josefo, 423, 445, 474
 Floro de Lião, 340, 384, 387, 430, 441, 443, 444, 597, 598, 620
 Fulberto de Chartres, 432, 439, 444, 455, 620
 Fulgêncio de Ruspe, 337, 362, 363, 373, 428, 445, 455, 597
 Galando de Regni, 435, 444
 Galeno, 159, 160, 208, 218, 504, 539, 582, 620
 Gariponto de Salerno, 438, 476
 Gerardo de Cremona, 160
 Gerardo Odão, 351, 620
 Gil de Corbeil, 208
 Gil de Santarém, 75, 165, 166, 170, 179, 184, 188, 201, 216, 242, 257, 285, 286, 287, 288, 310, 585, 591
 Gilberto Crispino, 341, 432, 433, 445, 459, 597, 598
 Gilberto de la Porrée, 500, 502, 511, 620
 Gilberto Foliot, 347, 385
 Godofredo Babio, 386, 387
 Godofredo de Bath, 500
 Godofredo de Trano, 354, 393, 493, 503, 534
 Graciano, 158, 208, 219, 221, 437, 438, 444, 467, 468, 471, 481, 485, 490, 493, 533, 547, 603, 608
 Gregório de Elvira, 445, 448, 450, 500
 Gregório de Nazianzo, 333, 362, 373, 403, 499, 502, 511, 619
 Gregório de Tours, 336, 363, 375, 397
 Gregório I, 334, 339, 357, *Gregório Magno*
 Gregório IX, 158, 219, 221, 232, 233, 236, 237, 393, 439, 444, 477, 490, 493, 533, 608
 Gregório Magno, 334, 336, 339, 345, 357, 361, 363, 364, 373, 377, 383, 396, 403, 427, 440, 442, 443, 444, 454, 456, 458, 480, 499, 500, 502, 503, 511, 542, 597, 598, 603, *Consulte* Gregório I
 Guarnério de S. Vitor, 345
 Guerrico de Igny, 346, 398
 Guilherme de Conques, 210
 Guilherme de Moerbeke, 504
 Guilherme de St. Thierry, 346, 376, 619
 Guilherme Pérault, 351, 620
 Haly Abbas, 160, 504
 Helperico de Auxerre, 210, 470, 583

- Henrique de Susa, 440, 444, 468, 493, 534
- Herveu de Déols, 347, 384, 386
- Hilário de Poitiers, 334, 373, 380, 391, 403, 502, 619
- Hildeberto de Tours, 342, 389
- Hipócrates, 159, 160, 208, 218, 475, 501, 539, 582, 620
- Honório de Auto, 499, 502, 511
- Honório III, 73, 439, 444, 477
- Hugo, 437, 445, 448, 449, 450, 455
- Hugo de Fleury, 436, 437, 444
- Hugo de Folieto, 436, 437, 444
- Hugo de S. Vítor, 344, 345, 355, 360, 364, 380, 383, 386, 389, 390, 403, 435, 436, 442, 444, 455, 458, 472, 478, 597, 598, 619
- Hugo de Saint-Cher, 351, 503, 620
- Hugo Farsito, 345, 376
- Hugo Primas, 348
- Hugúcio de Pisa, 343, 393, 395, 486, 490, 492, 534
- Hunayn Ibn Ishāq, 218, *Consulte* Joanício
- Ibn Al-Ġazzār, 434
- Ildefonso de Toledo, 338, 363, 366, 368, 373, 377, 428, 445, 448, 450, 459, 597, 599, 620
- Inocência III, 73, 219, 232, 354, 380, 439, 444, 454, 477, 499, 501, 503, 509, 511, 597
- Inocência IV, 219, 232, 493, 534
- Ireneu de Lião, 502
- Isaac Israel, 208, 218, 504, 582
- Isidoro de Sevilha, 334, 336, 338, 357, 358, 359, 361, 363, 366, 367, 368, 373, 380, 403, 428, 445, 448, 449, 450, 458, 469, 470, 478, 502, 597, 598, 620
- Ivo de Chartres, 343, 389, 399, 501, 503, 511
- Jacob de Voragine, 351, 378, 620
- Jacob Diácono, 338, 364, 376
- Jerónimo de Estridão, 334, 335, 357, 358, 360, 362, 373, 375, 379, 383, 395, 402, 421, 425, 426, 441, 442, 444, 454, 456, 458, 459, 462, 469, 474, 499, 502, 511, 597, 598, 619
- Jimenez de Rada, 504
- Joanício, 208, 218, 505, *Consulte* Hunayn Ibn Ishāq
- João, 505
- João Alexandrino, 337, 362, 363, 389
- João Belete, 348, 349, 394, 502, 503
- João Cassiano, 334, 363, 373, 379, 426, 427, 459, 473, 597, 619
- João Crisóstomo, 333, 362, 373, 391, 403, 425, 445, 453, 455, 597, 619
- João Damasceno, 334, 339, 362, 373, 403
- João de Abbeville, 503
- João de Deus, 55, 173, 179, 188, 190, 201, 217, 219, 230, 354, 366, 368, 394, 440, 445, 448, 450, 451, 468, 534, 585, 597, 644
- João de Faenza, 501
- João de Gales, 534
- João de Rupella, 351, 389, 620
- João de Sevilha, 470
- João Domingues, 126, 188, 201, 219, 220, 251, 585
- João Gil de Zamora, 170, 187, 198, 222, 292, 313, 314, 585
- João Teutónico, 492, 534
- João VIII, 430, 431, 477
- João XXI, 100, 165, 167, 173, 188, 194, 198, 217, 218, 219, 232, 585, *Consulte* Pedro Julião
- Juliano Pomério, 336, 362, 391
- Julião Juliães, 78, 95, 96, 100, 114, 115, 125, 177, 209, 220, 230, 239, 251, 270, 585
- Justiniano, 159, 207, 490, 534, 535, 608, 620
- Justo de Urgel, 428, 445, 448, 450, 620
- Juvenco, 504
- Leão I. *Consulte* Leão Magno
- Leão Magno, 334, 363, 373, 389, 403, 427, 444, 454, 597
- Lucas da Pederneira, 386
- Macário do Egito, 426, 445, 454
- Macer Florido, 476
- Macróbio, 335
- Marciano Capella, 157
- Mário Vitorino, 335
- Martinho de Dume, 337, 363, 366, 367, 370, 399
- Martinho de Polónia, 351, 398, 620

- Mateus Plateário, 505
 Mauro de Salerno, 208, 582
 Máximo de Turim, 427, 444, 454, 475
 Milo de Minden, 431, 445, 462
 Moisés Sefaradi, 341, *Consulte* Pedro Afonso
 Nicolau de Mira, 505
 Odo de Cluny, 340, 364, 391, 431, 444, 455, 462, 597
 Odo de Luca, 502
 Odo de Sherrington, 386
 Orânio, 336, 363
 Ordonho de Celanova, 437, 445, 448, 450, 462, 463
 Orígenes, 332, 333, 335, 362, 373, 403, 424, 445, 453, 455, 499, 502, 511, 597, 619
 Ovídio, 422, 620
 Pacífico de Verona, 385, 395
 Paio de Coimbra, 351, 366, 369, 370, 390
 Papias, 342, 395, 432, 433, 444, 469, 597, 598
 Pascásio Radberto, 340, 386, 430, 444, 597
 Paulino de Milão, 336, 363, 377
 Paulo de Mérida, 337, 363, 366, 368, 377, 620
 Paulo Orósio, 336, 363, 365, 367, 370, 397, 398
 Pedro Afonso, 341, 366, 369, 381, 432, 433, 445, 448, 450, 451, 459, 597, 598, 620
 Pedro Alfarde, 91, 171, 187, 214, 221, 229, 278, 313, 431, 585
 Pedro Chantre, 346, 381
 Pedro Comestor, 345, 385, 435, 444, 474, 500, 502, 511, 597, 598
 Pedro Crisólogo, 427, 444, 455
 Pedro de Blois, 347, 391
 Pedro de Celles, 344, 391
 Pedro de Poitiers, 500, 502, 511
 Pedro de Riga, 502
 Pedro Hispano Portugalense, 188, 219, 585
 Pedro Julião, 73, 74, 79, 165, 167, 179, 188, 189, 194, 198, 201, 217, 218, 232, 233, 235, 254, 255, 261, 269, 307, 585, 586, *Consulte* João XXI
 Pedro Lombardo, 158, 210, 211, 220, 348, 351, 359, 360, 364, 381, 382, 383, 384, 386, 387, 403, 439, 481, 499, 500, 502, 508, 511, 537, 583, 603, 608
 Pedro Musandino de Salerno, 208, 438, 476
 Platão, 423, 504, 620
 Plotino, 334
 Pôncio de Belioço, 463, 597, 599
 Porfírio, 334
 Possídio, 335, 362, 373, 377, 426, 445, 463, 597, 598
 Potâmio de Lisboa, 426, 445, 448, 450
 Prestes João, 399
 Prisciano, 210, 470, 504, 540, 583, 620
 Próspero da Aquitânia, 336, 358, 359, 360, 362, 373, 502
 Pseudo Agostinho, 330, 420, 456
 Pseudo Ambrósio, 420, 463
 Pseudo Bernardo de Claraval, 330
 Pseudo Cipriano, 330, 389
 Pseudo Clemente, 330, 399
 Pseudo Crisóstomo, 456
 Pseudo Galeno, 420, 475
 Pseudo Hilário, 330
 Pseudo Jerónimo, 330, 376, 386, 420, 466
 Pseudo João Crisóstomo, 420
 Pseudo João Damasceno, 420, 463
 Pseudo Marcelo, 463
 Pseudo Oribásio, 420, 475
 Pseudo Orígenes, 420, 456
 Pseudo Sebastião de Montecassino, 420, 463
 Pseudo Sulpício Severo, 330
 Pseudo Turpino, 330, 378, 396, 420, 463
 Rábano Mauro, 340, 384, 385, 387, 399, 430, 441, 445, 454, 456, 469, 597, 620
 Radulfo de Flaix, 347, 384, 385, 437, 444, 597, 598
 Raimundo de Penhaforte, 351, 354, 366, 369, 393, 440, 445, 448, 449, 450, 451, 468, 473, 503, 597, 620
 Raimundo Lúlio, 353
 Razis, 160, 476, 504

- Remígio de Auxerre, 340, 384, 386, 387, 430, 444, 466, 477, 597, 620
- Ricardo de S. Vítor, 344, 345, 380, 403, 435, 444, 458, 500, 597, 619
- Roberto de Deutz, 436, 437, 445, 466, 477
- Roberto de Grosseteste, 502
- Roberto Kilwardby, 504
- Rogério de Fulda, 346, 347, 377
- Rufino de Aquileia, 335, 362, 373, 426, 444, 463, 475, 477, 597, 598
- Siger de Brabante, 353, 441
- Silvestre Godinho, 55, 73, 74, 79, 83, 90, 111, 125, 178, 184, 188, 201, 219, 233, 239, 261, 304, 305, 585
- Sisto I, 424, 444, 463
- Sócrates, 504
- Sto. António, 73, 170, 171, 179, 184, 185, 198, 201, 221, 222, 281, 292, 293, 294, 374, 439, 471, 477, 591, 620, *Consulte* Fernando Martins
- Sulpício Severo, 330, 334, 362, 373, 375, 403, 619
- Taio de Saragoça, 428, 445, 448, 449, 450
- Tancredo de Bolonha, 354, 393, 503
- Teodoro de Mopsuéstia, 425, 445
- Teófilo Alexandrino, 208, 426, 445, 582
- Terêncio, 504
- Tiago de Vitry, 440, 445, 462
- Tolardo, 399
- Tomás de Aquino, 157, 158, 162, 210, 351, 352, 379, 381, 382, 398, 441, 583, 620
- Transmundo, 504
- Trezenzónio, 342, 366, 399
- Valério de Bierzo, 338, 366, 367, 377, 389, 399, 428, 445, 448, 449, 450, 463
- Vicente Hispano, 55, 73, 89, 91, 115, 177, 178, 188, 201, 217, 218, 219, 224, 225, 240, 241, 279, 297, 301, 304, 307, 534, 585, *Consulte* Vicente
- Virgílio, 499
- Volusiano, 427, 445
- Zacarias Crisopolitano, 345, 349, 350, 386, 502

ÍNDICE DE FIGURAS

Mapa 1: Proveniências geográficas de letrados	68
Mapa 2: Locais de óbitos de letrados	74
Mapa 3: Locais de sepultura de letrados.....	77
Mapa 4: Locais de estudo de letrados	183
Mapa 5: Locais de docência de letrados	197
Mapa 6: Geografia de autores e autoridades (ALC)	362
Mapa 7: Geografia dos autores e autoridades (SCC).....	444
Mapa 8: Rede de relações do mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra.....	446
 Tabela 1: Autores hispânicos (ALC)	 366
Tabela 2: Autores hispânicos (SCC).....	448
 Gráfico 1: Distribuição cronológica dos códices – Prod. material I (ALC)	 321
Gráfico 2: Distribuição cronológica dos códices – Prod. material II (ALC)....	322
Gráfico 3: Distribuição de obras por tipo de autoria (ALC).....	328
Gráfico 4: Distribuição de obras por autores mais representados (ALC).....	355
Gráfico 5: Distribuição cronológica de autores hispânicos (ALC)	371
Gráfico 6: Distribuição de obras por assuntos (ALC)	372
Gráfico 7: Distribuição cronológica dos códices – Prod. material I (SCC).....	412
Gráfico 8: Distribuição cronológica dos códices – Prod. material II (SCC)	414
Gráfico 9: Distribuição cronológica de obras – Prod. material (SCC)	414
Gráfico 10: Distribuição das obras por tipo de autoria (SCC).....	417
Gráfico 11: Distribuição cronológica dos Autores e Autoridades (SCC).....	422
Gráfico 12: Distribuição de obras por autores mais representados (SCC)	441
Gráfico 13: Distribuição cronológica de autores hispânicos (SCC)	449
Gráfico 14: Distribuição de obras por assuntos (SCC).....	452
Gráfico 15: Distribuição de testamentos c/ referências a obras por sés (SÉS) .	483
Gráfico 16: Distribuição de testadores de obras por funções (SÉS).....	486
Gráfico 17: Distribuição de obras por testamentos clericais I (SÉS)	489
Gráfico 18: Distribuição de obras por testamentos clericais II (SÉS)	489

Gráfico 19: Distribuição de obras por assuntos (SÉS)	496
Gráfico 20: Distribuição de obras por dioceses (Sés castelhano-leonesas)	497
Gráfico 21: Distribuição de obras por assuntos I (Sés castelhano-leonesas)....	505
Gráfico 22: Distribuição de obras por assuntos II (Sés castelhano-leonesas) ..	506
Gráfico 23: Distribuição de obras por assuntos III (Sés castelhano-leonesas) .	507
Gráfico 24: Distribuição de obras por testamentos (Part.)	520
Gráfico 25: Distribuição de obras por fins de doação (Part.)	522
Gráfico 26: Distribuição de obras por filiação religiosa dos doadores (Part.)..	522
Gráfico 27: Distribuição dos doadores de obras por filiação religiosa (Part.)..	525
Gráfico 28: Distribuição dos doadores de obras por <i>cursus honorum</i> (Part.) ..	526
Gráfico 29: Distribuição cronológica dos testamentos com obras (Part)	531
Gráfico 30: Distribuição de obras por Assuntos (Part.).....	533
Gráfico 31: Distribuição de obras doadas por formas de transmissão (Part.) ..	544
Gráfico 32: Motivos para a alienação de obras doadas (Part.)	545
Gráfico 33: Transmissões de obras doadas por tipo de beneficiários (Part.)....	546
Gráfico 34: Outras doações destinadas à compra de obras (Part.)	549
Gráfico 35: Outras referências a obras em testamentos (Part.).....	551
Gráfico 36: Empréstimos de obras por entidades mutantes (Part.)	552